

V Simpósio Internacional de História

Culturas e Identidades

ISSN 2177-4706

29 DE AGOSTO A 1º DE SETEMBRO DE 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - CAMPUS SAMAMBAIA - GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL

[Apresentação](#)

[Programação](#)

[Resumo dos trabalhos
apresentados](#)

[Textos Completos](#)

[Organização](#)

Realização



Apoio



Comissão Organizadora

Maria da Conceição Silva – UFG/Presidente ANPUH/GO

Euzébio Fernandes de Carvalho - UEG/Secretário ANPUH/GO

Libertad Borges Bittencourt - Tesoureira ANPUH/GO

Robson Mendonça Pereira - UEG/Secretário ANPUH/GO

Antonio César Caldas Pinheiro - IPEHBC-PUC/GO/Tesoureiro ANPUH/GO

Comissão Científica

Maria da Conceição Silva – UFG/Presidente ANPUH/GO

Antonio César Caldas Pinheiro - IPEHBC-PUC/GO/Tesoureiro ANPUH/GO

Carlos Oitti Berbert - UFG

Carolina Teles - PUC/GO

Eliézer Cardoso de Oliveira – UEG

Euzébio Fernandes de Carvalho - UEG/Secretário ANPUH/GO

Fabiana Fredrigo - UFG/ANPUH/GO

Horacio Gutiérrez – FFCLH/USP

Libertad Borges Bittencourt - Tesoureira ANPUH/GO

Lyndom Araújo dos Santos - UFMA

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt - UFPR

Maria da Conceição Silva - UFG/Presidente ANPUH/GO

Robson Mendonça Pereira - UEG/Secretário ANPUH/GO

Organização dos Anais

Robson Mendonça Pereira - UEG

Vanessa Clemente - PPGH/FH/UFG

ZuttO digital (62 8417-5858) - criação e programação

Contatos

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - Departamento de História - ANPUH/GO

Campus Samambaia, Caixa Postal 131 CEP 74.001-970

Goiânia – Goiás – Brasil

Fone: 62 3521-1263

www.historia.ufg.br/anpuhgo/



RASTROS DA ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. O CASO HAITIANO: O DISCURSO HISTÓRICO-PEDAGÓGICO.

Alex Donizete VASCONCELOS¹

advasconcelos@ig.com.br

RESUMO: A história latino-americana foi, por um longo período, e é possível seja hoje em alguma medida, a história do outro. Aqui, como afirmou Certeau, o querer ocidental, entre um querer escrever e um corpo escrito fabricou a sua história. Àqueles que aqui pelejavam coube, no mais das vezes, apenas um papel marginal, sobretudo se lhes pesava de início a condição de autóctone ou, em um segundo momento, a de escravo negro. No Haiti, no coração do Caribe, essa história começa a ser reescrita. O discurso colonizador é questionado e a ordem que orientava esse querer é substituída por aquilo que um determinado discurso, que aqui denominamos histórico-pedagógico, passou a designar de desordem, caos e barbárie. A Revolução Negra haitiana, inegavelmente emblemática, é o ponto de inflexão a partir do qual esse discurso passa a ser engendrado de maneira efetiva. Nossa proposta neste breve ensaio resume-se a apresentar algumas idéias de um trabalho que, por ora, não é mais que um esboço.

PALAVRAS-CHAVE: Haiti, escravidão, discurso.

ABSTRACT: The Latin American history was for a long time, and it is now possible to some extent, the history of another. Here, as Certeau says, want the West, between one and want to write a written body fabricated her story. Those who fought here fell, in most cases, only a marginal role, especially if they start weighing the condition of indigenous or, in a second stage, the black slave. In Haiti, in the heart of the Caribbean, this story begins to be rewritten. The colonial discourse is questioned and the order directed that this will is replaced by what a particular discourse, which we call here the historical-educational, changed the name of disorder, chaos and barbarism. Black Haitian Revolution undoubtedly emblematic, is the inflection point from which the speech becomes engendered effectively. Our purpose in this brief essay boils down to present some ideas for a work that, for now, is nothing more than a sketch.

KEYWORDS: Haiti, slavery, discourse.

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestre.

A história latino-americana foi, por um longo período, e é possível que hoje em alguma medida ainda seja, a história do outro. Aqui, como afirmou Certeau (2002), o querer ocidental, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* fabricou a sua história. Àqueles que aqui pelejavam - engendrando com suor, lágrimas e sangue, as condições para que a insipiente empresa capitalista, tal qual um câncer, se estabelecesse, ao custo de milhões de vidas -, coube, no mais das vezes, apenas o papel de coadjuvante, um espectador marginal e secundário, sobretudo se lhes pesava, em um primeiro momento, a condição de autóctone, em especial nos primeiros anos da ‘conquista’ e, após o quase que completo aniquilamento destes, sem que seja possível demarcar um hiato, a de escravo negro. Não nos parece possível, em que pese a aparente proximidade que liga o destino de uns e outros, esboçar em pormenores, nos limites de um trabalho desta natureza, o estatuto da escravidão de um extremo a outro das Américas. Temos dúvidas quanto ao sucesso de um empreendimento desta natureza, ainda que sob condições mais favoráveis, dada a diversidade e a complexidade que envolve o assunto.

A problemática e as discussões envolvendo questões escravistas no continente americano remontam, como bem sabemos, ao período imediatamente posterior ao idílico descobrimento por Colombo, tomando força principalmente em função da premente necessidade de suprir a demanda de mão-de-obra necessária para mover as pesadas engrenagens do sistema colonial que aqui se implantava e que, de início, fora suprida pelos que aqui habitavam. Este empreendimento europeu, regulado por um regime de trabalho que Ferro (FERRO, 2004, p.52) classificou de *concentracionario*², trazia consigo, de maneira inequívoca, além dos germes do colonialismo e do imperialismo, as bases de um racismo que, irrestrito, estaria presente em alguns dos mais importantes desdobramentos históricos da América Latina.

Já em 1542, passados apenas cinquenta anos do limiar da ‘história latino-americana’, os primeiros sinais da polêmica que se construiria acerca da problemática dos nativos que ali se encontravam, e que haviam sido feitos escravos, tornavam-se evidentes. Esses povos, uma vez submetidos, viram-se reféns de um discurso que renasce com a antiga prática que conquistadores ibéricos reintroduzem, em escala nunca antes vista, primeiro em suas possessões atlânticas e posteriormente no Novo Mundo. Segundo esse discurso o conquistador aqui estava para trazer alento e ‘salvação’ para aqueles que aqui viviam, para

² Segundo Ferro (2004), tal sistema pode ser hoje qualificado de *concentracionario* uma vez que ia de encontro às tradições, ao modo de vida e à cultura dos índios que tomavam contato com o conquistador. À destruturação social seguia-se, não raro, o desaparecimento físico do povo submetido, como é possível observar consultando a farta literatura que trata do assunto.

fazê-los crer em um Deus que não reconheciam como seu e servir a um Rei que esteve sempre ausente. Uma das primeiras, se não a primeira imagem que se construiu desse conturbado cenário foi aquela elaborada pelo Frei Dominicano Bartolomé de Las Casas³ (1472-1556), em sua clássica obra: *O paraíso destruído: Brevíssima Relação da Destruição das Índias*.

Nesta obra, Las Casas, em seu quixotesco embate com Juan Ginés de Sepúlveda (1494 - 1573)⁴, cria, ou melhor, oficializa, a imagem que seria, daí por diante, em maior ou menor grau, a imagem do homem latino americano, através daquilo que ficou conhecido como a “leyenda negra”. Em sua obra sanguinária e causticante - em que os protagonistas parecem ser não os nativos e/ou espanhóis e sim o fio da espada a estripar e degolar, o fogo a calcinar corpos coletivamente e os cães que mais pareciam chacais, dilacerando o que se lhes apresentasse – o frade dominicano, em que pese suas boas intenções, contribuiu não só para que o genocídio então em curso, um dos tantos que se seguiriam, chegasse ao conhecimento da realeza espanhola, trazendo, em tese, algum alento aquelas almas que pereciam naquele inferno terrestre, mas principalmente para engendrar “[...] a imagem de um povo com vocação para escravo, resignado a viver uma história que não lhe pertence, porque é a história do outro, abdicando de sua condição de sujeito, de sua ação e do seu pensamento.” (BRUIT, 1988, p.151), enfim, do pusilânime covarde, impotente e insensível que tomará sua forma mais refinada na segunda metade do XVIII.

Bruit trabalha brilhantemente essa questão e ao proceder a análise da obra de Las Casas, enfatiza não apenas o viés de delação que na grande maioria das vezes sobressai. Sua abordagem frente ao discurso lascasiano tem um outro foco, que corroboramos em certa medida, que se ocupa da construção, afirmação e imposição de uma identidade em que o latino-americano será o oposto assimétrico do conquistador, o selvagem pacato, indolente, preguiçoso e sem iniciativa. Acerca do discurso lascasiano, Bruit (BRUIT, 1988, p.149) afirma que

[...] a imagem da destruição [presente no discurso lascasiano] é sobrepujada pela imagem que ele elaborou acerca dos índios, imagem desventurada, [...] que nega qualquer vocação revolucionária aos povos da América Latina. É a imagem servil

³ Frei Bartolomé de las Casas (1472-1556) – Nascido em Sevilha, Espanha, o frade dominicano tornou-se um dos principais cronistas da conquista do Novo Mundo. Destacou-se também no papel de teólogo, tendo se tornado bispo de Chiapas (México) e grande defensor dos índios latino-americanos, considerado o primeiro sacerdote ordenado na América.

⁴ Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573) - Historiador e eclesiástico espanhol, tendo se tornado, por volta dos 45 anos, capelão e cronista do Imperador Carlos I. Foi defensor da conquista das Américas e da inferioridade dos nativos frente aos espanhóis/europeus, o que justificava o seu emprego como escravos nas colônias espanholas. Essa postura o protagonizar uma famosa disputa com Las Casas, que se posicionava na defesa daqueles.

do índio, que depois será do latino-americano, é a abdicação, a resignação, a conformidade, é a idéia do 'homem cordial' (BRUIT, 1988, p.149)

Em última análise a defesa lascasiana do 'selvagem' americano, além de não atingir seus objetivos de maneira efetiva - eximindo os habitantes pré-colombianos e seus descendentes do trabalho que lhes exauria aos milhares -, conferiu ao mosaico étnico-social que se formava um outro ingrediente, que viria carregar ainda mais suas cores: o negro africano. A solução à problemática levantada por Las Casas foi a importação de negros africanos para substituir o braço escravo autóctone, que a partir de então estaria, supostamente, sob a proteção da Coroa. Ferro (2004, p.53), afirma que “[...] é verossímil que os primeiros [negros africanos] tenham vindo já em 1498. Efetivamente, em 1502 [...]”

O negro africano não goza do mesmo estatuto que o silvícola americano, sendo, ao olhos do conquistador/colonizador, um objeto 'melhor adaptado' ao trabalho que se desenvolvia nas minas ou nas *plantations* que, aquela altura já alteravam a paisagem das terras americanas. O silvícola, se tem sua humanidade questionada, se é visto como um ser bestial, o é certamente por contingências que podem ser contornadas – e é por isso, para contorná-las que, em princípio, aqui estariam a Coroa e a Igreja. Já o negro africano, feito escravo, será, por um longo tempo ainda, uma simples mercadoria e um instrumento de trabalho, vendido aos milhares pelos portos mundo a fora. Fato é que o comércio de escravos que se faz a partir dos portos da costa africana e a sua conseqüente inclusão como mão-de-obra substitutiva acaba sendo a solução - uma rentável e questionável solução, diga-se de passagem - encontrada pelas metrópoles européias e pelo poder eclesiástico para continuar a justificar, sob a cruz e a espada, sua empreitada nas terras do Novo Mundo.

Como bem sabemos a 'solução' tornar-se-á, não muito tempo depois, um problema para o qual, diferente do que se deu com os silvícolas, nem as metrópoles, nem o poder eclesiástico, poderiam contornar. O negro - que em tese estaria mais bem adaptado ao trabalho pesado e seria mais maleável, mesmo que a ferro e fogo -, retirado a força de sua terra, privado de sua liberdade e costumes, submetido a um sistema de trabalho brutal e tratado como objeto, colocará em questão cada um desses pontos, modificando, ainda que paulatinamente, não só seu estatuto, mas as bases da estrutura social que aqui podia ser observada. Como afirmam Stein & Stein (STEIN & STEIN, 1987, p.51):

A chegada do negro escravo – daí em diante considerado como bem móvel – adicionou um novo fator étnico. Seu fenótipo e inferioridade, legalmente sancionados, ajustaram-no de imediato à sociedade de castas: o aparecimento de

escravos emancipados e de mulatos e sua correspondente mobilidade social tornavam-se ameaçadores para a elite, razão pela qual levantava-se incontinentemente barreiras formais e informais a esses indivíduos. (STEIN & STEIN, 1987, p.51)

Deter-nos-emos aqui, dados os limites do presente trabalho, ao que acreditamos ser o ponto de inflexão - visto que para nós não houve, para além de pretensões, efetiva ruptura – desta história e desse querer, que aqui, por um tempo demasiado longo, se fez e se quis escrever. Buscaremos demonstrar, ademais, alguns dos reflexos indeléveis advindos da negativa a esse querer e a essa história. Pontuar como algumas construções discursivas - um determinado discurso, que aqui chamaremos de discurso histórico pedagógico⁵, dado o papel inequívoco que desempenha -, e identitárias – as barreiras formais e informais de que trataram Stein & Stein na citação acima - se estabeleceram, tomando por reféns determinados grupos/povos e exercendo um papel que, longe de dar a conhecer, oculta; longe de libertar, condena; longe de humanizar, bestializa.

Essa história, singular em várias frentes, tratará aqui da saga haitiana. É a partir da luta que se desenvolve na pequena Pérola das Antilhas, que buscaremos efetivar nossa proposta. A escravidão conhece, nessa pequena porção de terra, situada no coração do caribe, na banda ocidental do que o conquistador batizou de *Hispaniola*, o seu zênite e seu ocaso, ainda que este apenas formalmente, uma vez que, como afirmamos anteriormente, não houve ruptura no que tange à utilização do trabalho escravo; talvez no seu modo operatório, quando muito. Os reflexos a que nos referíamos a pouco podem ser observados, sem maiores dificuldades, principalmente no que diz respeito ao que se nega, por vezes de forma explícita, ao povo haitiano, qual seja: uma identidade. Não se lhes permite, ainda hoje – dada a afronta perpetrada contra a única ordem até então imaginada, materializada na Revolução Negra -, como diria Scaramal (2006, p.11), [...] a entrada – de forma cabal – à condição humana.”

⁵ Conceito ainda carente de elaboração mais precisa, visto estarmos empregando-o pela primeira vez nesta oportunidade. Pretendemos exprimir através desta idéia a existência de um determinado discurso, denominado “Discurso Pólo”, histórico por natureza, que se presta, em determinado momento, à conformação e ao estabelecimento de determinada representação/identidade, esteja esta se referindo a um povo ou a um acontecimento histórico. Em determinados pontos nos aproximamos das teorizações foucaultianas acerca do discurso, distanciando substancialmente em outros. Acreditamos que o tempo aqui não seja imperativo, determinante e sim determinado. O tempo é, nessa perspectiva, um lugar, um “substrato temporal” de onde emergem, por meio das relações que se estabelecem, através do que chamamos de “Discursos Subsidiários”, os predicativos que estão na base dos processos que dão origem as identidades e representações. O discurso lascasiano, em um primeiro momento, os discursos Buffon-depauwnianos, da segunda metade do século XVIII, os discursos de Spencer e Sarmiento no século XIX, para nos restringirmos a discursos dirigidos às Américas, seriam assim o que classificamos como Discursos Pólo, alicerçados e possibilitados pela latência dos “Discursos Subsidiários”.

No continente latino-americano de modo geral e, certamente no Caribe em particular, as cicatrizes deixadas pela prática escravista são demasiado evidentes. Muitas delas, apesar do tempo, tornaram-se verdadeiras feridas abertas. O efeito mais evidente de mais de duzentos anos de atrocidades e abusos cometidos contra o povo haitiano, negro em sua quase totalidade, pode ser observado principalmente no racismo exacerbado e no descaso reservado a uma nação que - surgida de um trauma revolucionário sem precedentes, levado a cabo pelos mesmos negros que, aos milhões, foram trasladados da África para o Novo Mundo para expiar em nome do enriquecimento das grandes metrópoles mundiais -, no exato momento em que este texto é produzido, está entregue, uma vez mais, aos cuidados de organismos internacionais de intervenção e que carrega, não por acaso, o jocoso título de “país mais pobre das Américas”.

A Revolução Haitiana, em tudo emblemática, significou para os revolucionários, os escravos de Santo Domingo, a um só tempo, um rito de ‘liberdade’ e um ato condenatório, sendo também, para aqueles contra a qual se dirigia, o início de um período de perdas e profundas incertezas. No momento em que a independência não era mais que uma quimera na América Latina, os ecos de uma ‘revolução de escravos’ causava furor, não só aqui, mas do outro lado do atlântico, apresentando à ‘civilização’ o primeiro estado independente da América Latina, um estado negro. Diga-se de passagem: a primeira revolução escrava a obter êxito - ainda que relativo - na história.

O sonho de liberdade, que consumira milhares de vidas e praticamente toda a infraestrutura que a colônia dispunha⁶, aos poucos deu lugar à desilusão, esta fomentada por um escravismo operado pelos líderes da revolução em nome de propósitos que, no fundo, muito pouco diferiam daqueles que moviam a política colonial da metrópole.

A condenação era expressa, de um lado, pela recusa em aceitar uma derrota cujo significado extrapolava, em muito, as relações da metrópole francesa com a pequena ilha caribenha e que graves conseqüências traria às relações que se estabeleciam, de norte a sul do continente, entre senhores e escravos, brancos e negros, colonos e europeus. Tratava-se, neste caso, de um embate que trazia a tona todas as fragilidades de determinado *modus operandi*, que estabelecera, até então e de maneira imperiosa, todos limites dentro dos quais quaisquer relações metrópole-colônia se tornavam factíveis. Por outro lado era expressa também no ostracismo político, econômico e cultural que o nascente estado haitiano seria lançado,

⁶ Segundo Grondin, (1985, p.53): “O Haiti contava, nessa época [1788], com 792 engenhos (74323 hectares), 3150 anileiras (82147 hectares), 3117 cafezais, 789 algodoais (20321 hectares), 69 plantações de cacau (2083 hectares), 10612 hectares de milho, 15315 hectares de batatas, 9854 hectares de inhame, 5877 hectares de sorgo, 7 756 225 pés de bananeira, 1 278 229 pés de mandioca.”

tornando-se, a partir de então, motivo de desprezo e escárnio por parte de seus algozes de outrora. Como afirmou Scaramal (SCARAMAL, 2006, p. 11)

Talvez por ser o primeiro país das Américas a conquistar sua independência por escravos insurretos (1791-1804) – em um continente no qual os países tinham por base econômica a utilização da mão-de-obra escrava -, o Haiti passou a ser o arquétipo da perturbação da ordem. (SCARAMAL, 2006, p. 11)

O projeto de nação haitiano nasce com a revolução e dela não consegue se desvencilhar. A ruptura administrativa com a metrópole francesa, que evidenciava não só o fracasso militar de França e seus aliados, diga-se de passagem as maiores potências militares da época, mas também, e em última instância, a força e a capacidade de articulação do povo haitiano, não representou, em nenhum momento, o fim da dependência, pelo contrário. Corroboramos Grondin (1985, p.11), quando, ao referir-se ao povo haitiano no pós-revolução, afirma que “Depois de conquistar sua liberdade [os haitianos] tiveram que continuar lutando para gozá-la.”. Esta luta longe está de conhecer um fim. O estado haitiano nasce póstumo, um natimorto. A Revolução que está em sua gênese selou, *pari passu*, o seu destino e o de milhões de homens e mulheres que, sob o estigma do terror, da barbárie e da abjeção, alimentados por um aparato discursivo colonialista/imperialista, passaram a travar uma luta diária contra o não-ser.

Embora a revolução tenha atingido, ainda que com ressalvas, seus objetivos iniciais - a ‘libertação’ dos escravos e o rompimento dos laços coloniais com a França -, não foi capaz, portanto, de trazer a paz, a liberdade e a soberania almejadas, ao menos em tese, pelas massas haitianas. Com o trauma provocado pelo rompimento, o racismo torna-se ainda mais arraigado e o colonialismo, sob uma nova roupagem talvez, aparentemente incólume, se exaspera. De acordo com Rosa (2006, p.3): “O veneno destes males [racismo e colonialismo] fundou a nação, com todas [sic.] os exageros derivados de um racismo e de um colonialismo conduzidos às últimas conseqüências [...]”. Os próceres da independência haitiana foram forjados por este sistema e dele não puderam se libertar. Segundo Rosa, (ROSA, 2006, p.5):

Os movimentos pós-coloniais foram, de fato, motivados no sentido de ocupação do lugar do colonizador e não necessariamente, a inversão da ordem colonial rumo à sua completa negação. No Haiti, como em tantas outras colônias, os negros ocuparam o lugar dos brancos, reproduzindo e atualizando as mesmas linguagens

de “pura violência” e legitimando a dicotomia racial. [...] No contexto pós-colonial haitiano, ficou evidente que a Revolução revelou o seu fim no momento de substituição dos brancos pelos negros no poder. (ROSA, 2006, p.5)

A idéia de nação, que segundo Rosa (2006, p.1) sugere um “companheiro profundo e horizontal” e a “celebração de igualdade” dentro dos seus limites, não era, e temos sérias dúvidas que hoje possa ser, uma realidade factível no Haiti; isso se deve, segundo a autora, à falta de organicidade das elites políticas, econômicas e intelectuais. Rosa, (2006, p.15) afirma ainda que “A fragilidade ideológica e material da elite haitiana está [esteve] emoldurada por sua incapacidade de desdobrar o processo revolucionário da descolonização em um horizonte verdadeiramente nacional de equilíbrio de poder e distribuição de riqueza.” Concordamos em partes com as colocações da autora, questionando apenas o fato de não haver uma incapacidade, mas uma impossibilidade de desdobramento do processo revolucionário. Existiram, e existem, indiscutivelmente, sérias fragilidades ideológicas e materiais que acometem as elites haitianas, mas, ainda mais notórias são as pressões, não só ideológicas e materiais, mas de toda ordem, que podem ser observadas, por exemplo, nos seguidos embargos comerciais e intervenções que pesaram e pesam sobre o Haiti e seu povo. Diríamos que não houve espaço para o desdobramento da revolução dentro dos parâmetros colocados pela autora. O poder dos revolucionários se extinguiu com a luta.

Fato é que as elites políticas, compostas pelos representantes dos setores negro e mulato, desvincilhadas política e administrativamente do jugo francês, não conseguem, ou não podem, se afastar do ranço dualista da política colonial, submetendo a sua gente, cerca de 80% dela, a um regime de exploração ainda mais vil que o imposto pelos colonizadores europeus. Os franceses, expulsos e enxovalhados pelas forças revolucionárias, continuariam ocupando posição central na sociedade e na cultura haitiana, despertando um misto de admiração e repulsa, ao mesmo tempo que segue, paradoxalmente, “servindo de paradigma civilizatório tanto para o Haiti recém gestado como para o Haiti contemporâneo.” (ROSA, 2006, p.7).

Outro aspecto que não pode ser negligenciado, e que certamente contribuiu para que sobre esta Revolução e este povo pesem as mais vis abjeções e preconceitos, diz respeito a outro papel que pouco a pouco a Revolução passou a desempenhar: o papel pedagógico, materializado pelo que classificamos anteriormente como Discurso Histórico-Pedagógico. À Revolução, por sua própria natureza e peculiaridades e por todas excrescências que carregava, foi dedicado um capítulo especial da história da escravidão, não só nas Américas, mas por

todos os cantos por onde repercutiu. Aqui, uma vez mais, os discursos subsidiários, latentes, emergem com toda sua força, dando materialidade à polarização do discurso racista/colonialista dirigido, nesta feita, ao povo haitiano.

Nos mesmos portos por onde entravam milhares de negros submetidos como escravos, chegavam também notícias, alardeadas num misto de assombro e terror, da *barbárie* e das *atrocidades* cometidas pelos negros haitianos contra seus senhores. O desfecho de mais de uma década de sangrentas lutas – a Revolução durara de 1791 a 1804 - em que os negros haitianos, dada a escassez de recursos bélicos que dispunham, souberam aproveitar-se dos mais variados ardis - do envenenamento à guerrilha e, sobretudo da terra arrasada -, foi, além da destruição quase que completa de toda a infra-estrutura que fez daquele país a mais rentável colônia francesa - destacando-se, em dado momento, como o maior produtor mundial de açúcar, rivalizando com o Brasil, que contava com uma extensão territorial trezentas vezes maior -, o epíteto, como herança, de país do *caos*, da *barbárie* e do *terror*.

Foi a partir da difusão do acontecimento da revolução, dos feitos dos escravos de São Domingo mundo afora e do uso pedagógico que dele se fez, que o Haiti passou a figurar como a antítese da ordem, como um mal a ser evitado a todo custo por aqueles países/regiões que utilizavam – e ainda utilizariam por longa data -, o braço negro como força motriz de sua economia. Desenvolve-se assim o que ficou conhecido como *haitianismo*⁷. A disseminação de determinada representação do povo haitiano - habilmente orquestrada por todos aqueles que, na defesa de um *status quo* ocidental, se viam ameaçados pelos desdobramentos sócio-políticos e econômicos da Revolução -, contribuiu para que sua Revolução tomasse um vulto que certamente, não fossem o racismo e colonialismo de que estavam impregnadas as elites - seja a ainda incipiente elite haitiana, seja a tradicional elite metropolitana -, esta não teria tomado. Segundo Gomes, (GOMES, 2002, p.209):

A propaganda do Haiti se espalharia pelas Américas já nos últimos anos do século XVIII e avançaria firme no século XIX. Houve um impacto da Revolução de São Domingos e da Francesa nas colônias francesas e regiões vizinhas. Navios vindos do Haiti ou mesmo com tripulações de negros dali originários provocavam apreensão. Havia tanto uma circulação na experiência da sedição como uma avaliação temerosa de autoridades [...] quanto à possibilidade de articulação entre tal experiência e a subversão no contexto do final do século XVIII. (GOMES, 2002, p.209)

⁷ Termo que define, genericamente, o temor alimentado pelas elites dependentes do trabalho escravo em função dos acontecimentos no Haiti, sobretudo com relação ao poder, a influência e a capacidade de organização da população negra demonstradas durante a revolução.

Muito embora o considerável distanciamento temporal as representações, bem como as 'identidades' haitianas são, ainda hoje, indissociavelmente ligadas a essas experiências revolucionárias, sagazmente utilizadas, quer na historiografia, quer na literatura, para localizá-los à margem da 'condição humana', tornando-os incapazes/impossibilitados, portanto, de exercer sua soberania política e experienciar suas heranças culturais de maneira plena e ostensiva, estando, como já dissemos, a mercê de organismos internacionais cujas intenções e isenção são no mínimo questionáveis.

Esse alijamento a que é submetido, ainda hoje, o povo haitiano, política e culturalmente, com reflexos em todas as esferas do social, é parte de um processo mais amplo que, grosso modo, está, em maior ou menor grau, presente na história e na historiografia de grande parte dos países latino-americanos.

Não há dúvida que o caso haitiano, face ao desenvolvimento de uma historiografia e literatura singulares, esse processo foi - e continua sendo - mais acentuado. Nessa acanhada porção de terra, todas as manifestações, por motivos diversos, tendem a se extremar, e talvez aí resida uma das principais virtudes desse povo, que, diferente do que quiseram ou ainda querem nos fazer crer, carregam consigo, não os germes da barbárie, mas a distinção invulgar do homem que luta, sempre em desvantagem é certo, contra a força de um discurso - que se materializa na miséria e na falta de estabilidade política -, para ver-se soberano e livre; um homem que não se submete, que não se curva frente a outrem, não deixando jamais que se apaguem os rastros de seus antepassados. "Por mais negro que seja o quadro, o povo haitiano continua a viver. E até a rir e a dançar. [...] A realidade dolorosa, trágica, transposta mediante cores vivas, pode superar-se num imaginário maravilhoso que faz do homem o melhor remédio para o homem." (ARISTIDE, 1992, p.27).

Hurbon (HURBON, 1987, p.36), quando escreve sobre o vodu - uma das mais elaboradas formas da cultura haitiana-, já no final dos anos 60, nos dá uma boa idéia da penetração desse discurso nas representações e nas construções identitárias do povo haitiano. Segundo ele "Ao longo da última metade do século, a literatura não cessa de apontar o drama do povo haitiano, condenado pela civilização ocidental, com o apoio do catolicismo, a desconhecer sua própria cultura." O que nos interessa aqui é perceber como um processo identitário foi forjado sobre essa base discursiva, histórico-pedagógica, cujos limites encontram-se num substrato temporal que certamente se perde na longa duração, bem como a maneira pela qual as representações desse povo, dessa nação, foram e ainda são utilizadas

amiúde para justificar toda a sorte de massacres e intervenções ao longo de sua história. O Haiti, como aponta Scaramal (SCARAMAL, 2006, p.11) figura como

[...] a ilha do medo, [...] Conceituado pelos europeus como o espaço de canibais pré-colombianos, mescla-se aos sortilégios africanos a partir do tráfico negreiro e alcança, ao final do século XX, a expressão contemporânea de excessos de despotismo e caos. [...] O Haiti passou a ser considerado como a ilha do medo a partir dos prejulgamentos que antecederam a 1492. (SCARAMAL, 2006, p.11)

Prejulgamentos, conceituação europeia, ilha do medo. A história político-cultural haitiana, bem como suas identidades, vem sendo construídas performativamente, através do da utilização do desenvolvimento de um discurso histórico-pedagógico, ao longo desses mais de quinhentos anos. As controvérsias acerca da Ilha de Espanhola e dos seus habitantes iniciam-se com a chegada de Colombo, não cessando jamais. Da chegada do conquistador aos movimentos de independência decorrem mais de três séculos e no prolongado período que separa esses dois eventos, a pequena ilha caribenha foi de *Pérola das Antilhas* à *Ilha do Terror*.

O discurso, que agora chamamos histórico-pedagógico, e que, como já dissemos encontra-se aqui grosseiramente esboçado, guarda também algumas aproximações com o que em outro momento foi conhecido como *discurso cronístico*. La Serna (LA SERNA, 1985, p.45), já observava que

[...] o discurso cronístico desta primeira etapa, está condicionado sempre pelos interesses da Coroa ou do cronista [...] o referente, que é o novo mundo, haverá de perder sua identidade para ser disposto conforme os interesses que presidem o discurso. O referente aparecerá magnificado, sacralizado, embelezado, si assim convém aos seus interesses, como sucede com a natureza, ou diminuído, empobrecido, satanizado, como sucede freqüentemente com o homem americano. Daí que o homem e a natureza americanos percam, desde o primeiro contato do europeu com essas terras, sua referência de identidade. (LA SERNA, 1985, p.45)

O ‘discurso cronístico’ enreda histórico-pedagógico. Aí está o molde homogeneizador onde serão forjadas as primeiras ‘construções identitárias’ e de onde brotam também os primeiros esboços representativos acerca do haitiano e sob o qual se assentaram todas as outras, inclusive hoje, pois, ainda que passados mais de três séculos da grande Revolução, os

constructos identitários haitianos ainda são, em grande monta, alicerçados sob os estigmas deixados por esse verdadeiro ponto de inflexão de sua história.

A tessitura da trama histórica haitiana deixa entrever que sob o complexo emaranhado que compõe o aviltante quadro de caos e miséria que há muito assola seu povo, sob o substrato temporal onde os discursos se adensam, subjaz um fecundo *corpus* teórico, muito pouco explorado é verdade, que poderia indicar os caminhos, bem como os descaminhos, desse labiríntico processo discursivo onde são conformadas suas identidades e representações.

As identidades, alicerçadas sob princípios excludentes e discriminatórios, onde o ‘eu’ e o ‘nós’ são construídos a partir da figura do ‘outro’, ou melhor, a partir da negação do ‘outro’, não são, como bem sabemos, construídas apenas por laços de afinidade, mas em grande parte sobre a diferença. Através da elaboração de sistemas classificatórios se estabelecem posições antagônicas. O haitiano não foi/é apenas o oposto, não está apenas do outro lado, pura e simplesmente, nunca foi, é o oposto assimétrico. Ele é discursivamente inferiorizado, estigmatizado, satanizado, colocado à margem da civilização como um incapaz.

As emanções de tal sistema classificatório e o conseqüente estabelecimento dessas oposições deixa evidente que existam aí duas realidades bastante distintas: uma que detém o poder de classificar, detentora de uma certa hegemonia, que ocupa determinada posição de sujeito, de onde parte ‘o discurso’, e a outra parte, dissidente, constituída pelo “outro”, a-parte conflitante, exógena, refém de um aparato discursivo, um corpo estranho que tenta se estabelecer que, se não é aceito sem resistência, também não pode ser simplesmente extirpado, uma vez que constitui um parâmetro. Nas obras consagradas à história haitiana, historiográficas ou literárias, essas dicotomias estarão presentes quase que na totalidade dos discursos, constituindo o que por ora classificamos como discurso histórico-pedagógico.

Como vimos, La Serna (LA SERNA, 1985), os discursos são construídos com objetivos e interesses muito claros. “É por meio dessas dicotomias que o pensamento europeu tem garantido a permanência das relações de poder existentes.” (WOODWARD, 2000, p.53). Os discursos europeus dirigidos às Américas, sobretudo ao Haiti, nasceram no pós-descobrimento e foram sendo reelaborados, reproduzidos e aperfeiçoados, tendo como principal objetivo delimitar os espaços de influência daqueles, bem como fixar a posição a ser ocupada, ou não, por todos aqueles a quem esses mesmos discursos eram dirigidos. Constroem-se as ideologias, delineiam-se os sujeitos.

Uma fantasmagoria do povo haitiano foi sendo discursivamente construída, num processo que tem início com a chegada de Colombo, conhece seu ápice com o evento revolucionário, adentra o século XIX e se arrasta até os dias de hoje. Esses discursos,

adensados pelo que denominamos discursos subsidiários, foram disseminados em sua grande maioria através da literatura e da historiografia, causando, em determinados momentos, um grande furor, seja em seu apoio ou repúdio, ainda que, como afirma Hurbon (HURBON, 1987), haja no seio da intelectualidade haitiana um movimento que vá de encontro a essas posições. Mas a longevidade e a eficácia desses discursos provam que para além de sua superfície repousa, latente, uma densidade que emerge, através do discurso pólo, no que denominamos aqui como pontos de inflexão.

Esses processos envolvem um movimento de sucessivas e ininterruptas transformações, que se dão em ambos os sentidos, desencadeando alterações que se farão sentir, mesmo que em diferente intensidade e frequência, em todo ambiente onde se desenvolvem as relações humanas. Os movimentos insurrecionais observados no Haiti, inscritos, como já dissemos, na longa duração, são, não temos dúvida quanto a isso, uma prova contundente dessa tensão; um desses pontos de inflexão, que é um resultado direto de um longo processo de conformação identitária.

As representações e as identidades haitianas foram forjadas, via discurso, sob essa constante tensão. Não há, na história do Haiti, um longo período de bonança sócio-política. As crises, os golpes, as revoluções, as perseguições e as tragédias pessoais fazem parte do cotidiano haitiano. E é sobre neste box - cercado por um caótico mar de sangue e miséria, que se arrasta de meados do século XVI, quando mais da metade dos nativos da *Ilha do Terror* haviam já tombado sob o fogo e a espada dos insaciáveis espanhóis, passando pela lendária Revolução Negra, em fins do XVIII, pela invasão norte-americana, de 1915 a 1934, pelas ditaduras dos Duvalier, (Papa e Baby Doc) que se arrastou do final da década de 50 até meados dos anos 80 até os dias atuais, e finalmente pelas últimas crises que iniciam-se com o golpe militar que destituiu Jean-Bertrand Aristid, nos anos 90, e culminam com a intervenção da ONU, em 2004, quando um desesperado pedido de socorro é enviado pelos membros do CARICOM, aos escritórios da ONU, nos EUA, pedindo pela vida de milhares de haitianos que se viam entregues, mais uma vez, a própria sorte - que estão ancoradas as representações e as identidades que formam e informam, via construtos discursivos - literários e imagéticos -, o ambiente social haitiano.

Pensar as questões identitárias haitianas sob a perspectiva do discurso, é, antes de tudo, seguir os rastros, as profundas cicatrizes deixadas por um processo revolucionário que, ao que parece, ainda não conheceu seu fim. É preciso não se esquecer da singularidade, da natureza e do sentido das produções que a todo tempo contribuíram para a sua derrocada sócio-político-econômica e cultural e que ainda hoje, talvez mais do que nunca, sufocam um

povo que padece sob o olhar atento dos ‘Organismos Internacionais’. A escravidão, ou melhor, a luta contra essa instituição, travada de maneira singular por esse povo, está sob os destroços de um país que tenta se reconstruir.

O racismo e o imperialismo que foram causa de sua ruína continuam latentes. Sua coragem e sua disposição lhe custaram um preço demasiado alto. Sua história transformou-se, dada sua singularidade, num discurso com viés pedagógico e bastante claro, um discurso histórico-pedagógico instrumentalizado, um sinal de alerta para todos aqueles que buscam reescrever sua própria história ante um querer que nunca conheceu limites.

Referências Bibliográficas

ARISTIDE, Jean Bertrand. *Todo Homem é um Homem* (Tout Moun se Moun). São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRUIT, Héctor Hernan. *América Latina: Quinhentos Anos entre a Resistência e a Revolução*. Rev. Brás. Hist, São Paulo, v-10 nº 20, Mar91/Ago.91. pp. 147-171.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2002.

FERRO, Marc (org.) *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

GOMES, F. S.. *Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista*. Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 13, n. 1, pp. 209-246, 2002.

GRONDIN, Marcelo. *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HURBON, Laennec. *O Deus da resistência negra*. São Paulo: Paulinas, 1989.

LA SERNA, Jorge Ruedas. *Identidad cultural latinoamericana* Enfoques filosóficos literários. IN: GÓMEZ, Enrique Ubieta (Org.). *Identidad cultural latinoamericana* Enfoques filosóficos literários. La Habana: Editorial Academia, 1994.

LAS CASAS, Bartolomé de. *O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias*. 5. Ed. Porto Alegre ; LP&M, 1991.

ROSA, R. M.. *A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais*. Revista Universitas: Relações Internacionais, v. 04, p. 5-30, 2006.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti: fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

STEIN, Stanley & STEIN, Barbara. *A Herança colonial da América Latina; ensaios de dependência econômica*. Tradução José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

A PENA, A PALAVRA E A RESISTÊNCIA DOS ESCRAVOS: IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS FINAIS DO CATIVEIRO

Andréa Santos da Silva PESSANHA*

ajwpessanha@uol.com.br

RESUMO: O objetivo desta comunicação é discutir pontos de interseção e de afastamento sobre a abolição da escravatura no Brasil presentes nos discursos do monarquista André Rebouças e do republicano Aristides Lobos. Estes foram expoentes do movimento abolicionista na cidade do Rio de Janeiro e utilizaram a imprensa como canal de divulgação de suas ideias e projetos políticos. Através de seus artigos, analisaremos o quanto a postura paternalista foi defendida por ambos no trânsito para o trabalho livre, porém a disputa em torno da memória da abolição fez com que tivessem leituras distintas sobre os principais agentes deste processo, particularmente em relação aos escravos e à princesa Isabel.

PALAVRAS-CHAVE: Abolição, Memória e Imprensa

ABSTRACT: This communication aims to discuss the intersecting and distancing points about the abolition of slavery in Brazil present at the monarchist André Rebouças and the republican Aristides Lobo discourses. Those ones were the abolitionist movement exponents in Rio de Janeiro city and they used the press as a channel of propaganda of their ideas and political projects. Through their articles we analyze how much a paternalist posture was defended by both ones toward the way of free labor, although the dispute around the memory of abolition lead to different readings about the main agents of this process, specially related to slaves and the princess Isabel.

KEYWORDS: Abolition, Memory and Press.

André Rebouças e Aristides Lobo foram abolicionistas com atuação na cidade do Rio de Janeiro e utilizaram amplamente a imprensa como forma de divulgação de suas propostas para o Brasil do Oitocentos. Muito embora tivessem posições políticas diferentes, o primeiro era monarquista e o segundo era republicano, adotaram posturas semelhantes no que tange às

* Coordenadora do Curso de História e Professora de Brasil Império da UNIABEU. Doutora em História pela UFF. Projeto financiado pelo PROAPE -UNIABEU (Programa de Apoio à Pesquisa)

estratégias para se alcançar a abolição: o convencimento dos setores proprietários através da difusão de ideias antiescravistas nos periódicos.¹

No discurso dos homens que utilizaram a imprensa como forma de disseminação de projetos abolicionistas, o objetivo de alterar as relações sociais através da palavra ficava evidenciado. Buscavam intencionalmente mudar comportamentos, valores e visões de mundo sobre a escravidão e suas consequências para o Brasil. Desta forma, acreditamos que os jornais assumiram como missão educar a população para que o país seguisse o caminho do progresso e da modernidade. Para seus agentes, as folhas deveriam orientar a sociedade tendo como meta princípios práticos:

Na realidade, quando falamos em educação o mais adequado seria buscar nas ações de pessoas, grupos ou instituições indícios de que têm uma capacidade de alterar o comportamento de outrem em uma dada direção [...]. Optamos por um conceito mais sociológico de educação. [...] Trata-se entretanto de 'um conduzir' bem direcionado, voltado para fins práticos. (GONÇALVES, 2000, p. 35)

Os autores e redatores dos periódicos defensores da abolição agiam com objetivos bem direcionados, tinham um fim prático e, muito embora, o 13 de Maio não tenha sido simples decorrência destes artigos, contribuíram para desestabilizar o sistema ao, quotidianamente, atacarem o escravismo e as relações sociais que o sustentava. Para além do altruísmo, procuravam demonstrar o quanto a existência do cativo comprometia a construção da nação civilizada e manutenção da ordem social. Nos jornais de cunho abolicionista, a argumentação e sensibilização a respeito dos malefícios da escravidão na formação da nação brasileira era a tônica. Neste sentido, André Rebouças afirmava, em 1883², “que em breve, a imprensa erguerá o nível moral e intelectual da nação, constituindo-se o principal agente da sua instrução, de seu engrandecimento e de sua prosperidade” (1988, p.359).

Entre os abolicionistas com atuação na cidade do Rio de Janeiro optamos por analisar assinados por André Rebouças e um jornal vinculado a Aristides Lobo, a *Gazeta Nacional*, pois através destas entradas poderemos discutir pontos de interseção na leitura e condução do movimento abolicionista propostos por homens de posicionamentos políticos distintos.

¹ A historiografia tem realizado estudo sobre uma aproximação de lideranças antiescravistas do Rio de Janeiro com a ação direta dos escravos, apoiando fugas e chegando a constituir os quilombos abolicionistas (SILVA, 2003).

² Este livro foi lançado novamente em 1988 pela Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana. Originalmente em 1883, foi editado com 500 exemplares e doados à Confederação Abolicionista. Reuniu artigos escritos por André Rebouças de setembro de 1874 a dezembro de 1883.

André Rebouças foi engenheiro, professor, sócio fundador da Confederação Abolicionista, atuou na Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e na Sociedade Central de Imigração. Publicou obras que articulavam o desenvolvimento da agricultura nacional, a estrutura fundiária e o fim o cativo no Brasil. Participou intensamente da campanha abolicionista através da imprensa da Corte, destacando-se seus artigos nos periódicos *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde*. Monarquista, acreditando que as reformas sociais que pleiteava só seriam possíveis dentro da ordem vigente, por opção, exilou-se com a Família Imperial após o 15 de Novembro (PESSANHA, 2005, p. 25-48).

Aristides Lobo foi advogado e membro da Confederação Abolicionista. Republicano histórico, assinou o primeiro Manifesto do Partido Republicano, divulgado em 1870. Sua atuação na imprensa estava voltada para a defesa destas duas causas: república e abolição. Entre os jornais em que veiculava suas idéias, merecem relevo *O Amigo do Povo* e *Gazeta Nacional*. Em 1889, esteve entre os civis que articularam o 15 de Novembro com os militares. Assinou pelo chefe do Governo Provisório o documento de Proclamação da República e foi Ministro do Interior ainda neste Governo. Para acompanhar o pensamento de Lobo, utilizaremos o jornal *Gazeta Nacional* no período em que foi seu redator-chefe.

A *Gazeta Nacional* trazia por subtítulo *Órgão Republicano*. Circulou entre dezembro de 1887 e junho de 1888 na cidade do Rio de Janeiro. Apesar do rápido período de existência, foi lida e conhecida por lideranças do movimento republicano. A penetração neste círculo político pode ser constatada pela referência feita pelo contemporâneo Evaristo de Moraes (1985, p. 18) ao relembrar a trajetória do movimento republicano no Brasil, pelos jornalistas José do Patrocínio e Rangel Pestana que no *Cidade do Rio* e no *Província de São Paulo*, respectivamente, polemizariam ou apoiariam as ideias difundidas pela folha. Periódicos republicanos de outras províncias, como *A Federação* de Porto Alegre, citavam-na, reforçando sua circulação entre os críticos do regime monárquico.

No número inaugural do jornal, Quintino Bocaiúva, liderança nacional do Partido Republicano, fez saudação à folha afirmando que “Herdeira das tradições e da fé republicana de que esse órgão [*A República*] foi na sua época a mais ousada expressão, a “Gazeta Nacional” que hoje enceta sua existência está destinada a exercer uma grande influência e a representar um nobilíssimo papel” (03/12/1887, p.1). Este vínculo com *A República* era desejado pela redação do jornal. Colocavam-se com canal de expressão dos republicanos da Corte e buscavam ao longo das edições associações com os históricos que fundaram o periódico de 1871.

André Rebouças e Aristides Lobo foram genuínos representantes da chamada Geração de 1870. Esta foi constituída por um leque de escritores que refletiu sobre o Brasil do último quartel do século XIX, propondo mudanças para que o país entrasse no ritmo, por ela considerado, do progresso das nações da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. Essa mocidade frequentou as faculdades de Direito em Recife e em São Paulo, as faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador, estudou na Escola Militar e na Politécnica, fundou sociedades, clubes e pequenos jornais. Organizou atividades como comícios, conferências, banquetes, quermesses, festas beneficentes, viagens de propaganda e passeatas. Divulgou suas ideias através de manifestos, artigos, circulares eleitorais e livros.

A imprensa foi o principal meio de propagação das propostas, recebendo uma função especial para esta Geração: era um veículo considerado civilizador e educador, pois através dela se convenceria ao maior número de pessoas das mudanças necessárias para o Brasil entrar no rumo do progresso. A campanha pelos jornais coadunava os espaços de orientação das ações e dos hábitos que estes homens pretendiam desenvolver na sociedade, de formação de identidades e de construção de memória (BARBOSA, 2010, p. 110-116; PESSANHA, 2010, p. 218-223).

A Geração de 1870 foi por excelência heterogênea em termos de origem social, filiação intelectual e formação de alternativas políticas para o Estado. Contava com membros da tradicional aristocracia, como Rui Barbosa, e com descendente de escravos, como José do Patrocínio. Em termos de regime político, oscilava entre os defensores da monarquia federativa, como Joaquim Nabuco, ou do modelo republicano, como Silva Jardim. Ainda entre os republicanos, podemos distinguir os que entendiam a república como concretização do ideal do *self-made-man*, enfatizando uma sociedade aberta aos talentos e contrária a privilégios hereditários para ocupação do poder, como Saldanha Marinho, ou que centravam suas atenções nos interesses das elites regionais, na descentralização política, como Rangel Pestana (ALONSO, 2002).

A formação desta Geração ocorreu num contexto de prosperidade econômica brasileira, que engendrou a substituição do trabalho escravo pelo livre e o surgimento de novos atores sociais que passaram a pressionar por um maior espaço político. Os setores médios urbanos cresciam desde meados dos Oitocentos em decorrência do aumento da circulação de capital, da ampliação do número de instituições de crédito, da melhoria do sistema de transporte e de comunicação. A extinção do tráfico internacional de escravos possibilitou maior fluxo de capitais, sendo, em parte, responsável por essas transformações.

Tecendo a articulação entre trajetória de vida, opções teóricas e propostas políticas para o Brasil engendradas pelos integrantes da Geração de 1870, Alonso (2002, p. 165-222) identificou os novos liberais, os liberais republicanos, os positivistas abolicionistas e os liberais federalistas como as quatro tendências existentes no grupo. Na atuação política da Geração, apenas os novos liberais defenderam que as mudanças deveriam ocorrer dentro do regime monárquico, enquanto os demais sustentavam que a república era a solução para os problemas brasileiros. Foi a partir de uma experiência comum de marginalização frente à ordem saquarema, ou seja, de não terem seus interesses representados pelo Estado que, segundo a autora, os grupos de contestação formaram-se.

Os novos liberais eram monarquistas e criticavam, principalmente, a manutenção da escravidão pelo Estado. A abolição era o ponto nevrálgico para o grupo, sendo constituído por homens que tinham aproximação com a família imperial ou que pertenciam à ala mais reformista do Partido Liberal. Além das mudanças na relação de trabalho, uma revisão da estrutura fundiária, com o estímulo à pequena propriedade, chegava a ser formulada. Seus expoentes atuaram na Corte, entre eles encontramos Joaquim Nabuco, Gusmão Lobo e André Rebouças. Este, em discussão com republicanos da Corte, após a abolição da escravatura afirmou que era “infinitamente melhor a monarquia federativa popular e democrática de Joaquim Nabuco; opulenta de aspirações nobres e altruístas” (*Cidade do Rio*, 20/06/1888), que a indecisão dos republicanos em relação à revisão da estrutura fundiária e com uma postura dúbia sobre a indenização.

Por sua vez, a trajetória e o pensamento de Aristides Lobo foram representativos dos liberais republicanos. Eles eram originados da dissidência liberal que fundou o Partido Republicano de 1870. A Corte também foi o espaço da ação política destes intelectuais³. Para além dos descontentes com a queda do Gabinete Zacarias, passou a abrigar, a partir da segunda metade da década de 80, um grande número de profissionais liberais. Portanto, sujeitos não completamente dependentes da propriedade em condição escravista. No momento de sua constituição, Saldanha Marinho foi o principal expoente do grupo. Sob sua proteção ingressaram na vida pública Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, redatores do Manifesto Republicano de 1870. “Homens sem fortuna, desajudados de proteções eficazes, unicamente escudados pela inteligência” foram palavras de Bocaiúva (1986, p.53) para qualificar o grupo político com quem tinha afinidade no Rio de Janeiro. O jornalista

³ Utilizamos o conceito de intelectual a partir da prática dos indivíduos na sociedade. A função intelectual é essencialmente criadora, diretiva e educativa (GRAMSCI, 1988, p. 17).

caracterizava-os como homens de ideias que constituiriam a carreira por meio da competência.

Por pensar e projetar o Brasil apoiado no liberalismo e as teorias raciais científicas, pesquisadores analisaram o pensamento e a prática política da elite intelectual do século XIX como artificial, distante da realidade brasileira, que ainda contava com o trabalho escravo e não tinha passado pela Revolução Industrial (SCHWARZ, 1977; NOGUEIRA, 1984; FRANCO, 1976). Compartilho com a concepção que entende o pensamento destes homens e instituições oitocentistas como uma releitura, uma atribuição de novos sentidos aos conceitos, a partir da realidade imediata. As ideias não eram copiadas e nem meramente distorcidas, eram reelaboradas por essas elites, que se apoiavam na literatura internacional para pensar o futuro do país (SCHWARCZ, 1993, p.242).

O Rio de Janeiro, da segunda metade do Oitocentos, apresentou-se como uma cidade cosmopolita. Era sede do governo monárquico e principal centro comercial, onde entravam ao lado dos produtos de primeira necessidade e de luxo, ideias europeias. A intensa atividade de importação e exportação revitalizou sua proeminência política. Temas como progresso, civilização, modernização e ordem eram constantes e interdependentes nos discursos de engenheiros, professores, médicos, advogados e jornalistas Geração, inspirando seus textos.

A campanha abolicionista diferenciou-se do emancipacionismo presente em especial nos anos setenta por ter por pauta o fim do cativeiro de maneira imediata e incondicional. Os emancipacionistas protelavam o processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre, de forma que se viabilizasse um período de aprendizagem por parte do escravo, uma fase de transição, e consideravam necessário algum tipo de indenização aos antigos proprietários.

Para André Rebouças e Aristides Lobo, fazia-se mister a elaboração de estratégias de condução da campanha, que estivessem atentas às necessidades de substituição de mão-de-obra na agricultura. Suas aspirações não mais se confundiam com os interesses vinculados à propriedade em condições escravistas. O cativeiro era identificado com o atraso, sendo responsável pela inibição do crescimento econômico na medida em que cerceava a modernização agrícola, comercial e industrial. Expressavam valores que oscilavam entre a ideia de progresso, de civilização e a preocupação em manter a ordem. O progresso de acordo com a lógica liberal precisava abolir a escravidão e tinha os seus limites demarcados pela ordem hierarquizada e excludente da sociedade.

No primeiro manifesto da Confederação Abolicionista, 1883, redigido por André Rebouças, as razões para a abolição eram assim expressas:

O escravagismo; a barbaria da exploração do homem pelo homem; os torpíssimos abusos das raças mais avançadas na evolução social, o cínico parasitismo exercido sobre os que vivem e morrem trabalhando, sem jamais ver o fruto de seus esforços, é tão fatal à moralidade dos povos, como prejudicial à sua agricultura, à sua indústria, ao seu comércio, e a todos os elementos da riqueza nacional (p. 40).

A atuação dos periódicos foi cautelosa e tímida em relação à causa abolicionista enquanto foi possível aos seus diretores. Afinal, dependiam dos anunciantes, os quais eram comumente senhores de escravos. Mesmo nos anos mais fervorosos, alguns periódicos tinham posturas contraditórias, divulgando concomitantemente textos de cunho antiescravistas e anúncios de fuga, compra e venda de escravos (MACHADO, 1991). A valorização deste meio de comunicação deve ser vista com cautela, pois atingia um grupo bastante seletivo da população, em razão do alto índice de analfabetismo da população livre. Entretanto, o processo de urbanização propiciou o aumento do número de leitores e a leitura dos textos em voz alta facilitava a circulação oral das ideias. No final do Oitocentos, os periódicos possuíam um público maior de ouvintes que de leitores, sendo assim, eram mais ouvidos e vistos do que lidos (BARBOSA, 2000, p. 200).

A campanha na imprensa contribuiu para a desestruturação do sistema à medida em que favoreceu a formação de uma opinião contrária à escravidão (MACHADO, 1991, p. 17). O objetivo de alcançar a abolição por meio da força da palavra era explicitado pelo abolicionista monarquista:

Não há reforma liberal, por mais grandiosa que seja, que não possa ser realizada pela palavra e pela imprensa. O apelo à força bruta é sempre um crime, e um crime contra irmãos e contra a mãe pátria, um crime sem perdão perante Deus e perante a posteridade. (REBOUÇAS, 1988, p. 307)

A utilização da imprensa como forma de condução da campanha casava-se com as práticas do paternalismo. Este e a pedagogia da violência foram mecanismos utilizados pelos proprietários para controle dos escravos desde o Brasil-Colônia. O paternalismo foi uma forma de manutenção da ordem social. Juntamente com o uso da força, da violência exercida diretamente sobre o cativo – muitas vezes com o próprio aparelho repressivo do Estado – os donos de escravos utilizavam também mecanismos de controle social que buscavam vínculos entre os dois pólos. Tais relações não implicam simplesmente em benevolência senhorial e sim em buscar outras formas de manutenção do sistema escravista.

O paternalismo ligou-se a um conjunto de manipulações, negociações entre senhores e escravos. Se para os primeiros era um instrumento de controle, para os cativos tinha o sentido de abrandar a vida na escravidão. Estabeleciam-se práticas costumeiras como possibilidade de fazer pecúlio, um comércio local, manutenção de famílias, escolha de parceiros conjugais, acesso à roça, frequência aos batuques e às irmandades religiosas negras que deveriam ser respeitados caso contrário poderiam ocorrer fugas, revoltas, assassinatos na comunidade escrava:

Os cativos, especialmente os nascidos no Brasil, possuíam um largo aprendizado de uma política de negociação, desenvolvida no campo dos costumes e do poder privado dos senhores. Se, em linhas gerais, a possibilidade desta política representou para os senhores uma forma de produzir fidelidades e potenciar o nível de sua autoridade entre os cativos, para os escravos ela buscou primordialmente a miragem da alforria. Os níveis de frustração destas expectativas que os senhores podiam produzir estiveram condicionados a um cálculo dos riscos de insubordinação que aquela frustração poderia gerar (MATTOS, 1998, p. 292).

As vantagens obtidas dentro do cativeiro não deveriam ser vistas pelo escravo como conquista e sim concessão, de maneira a gerar um sentimento de gratidão (REIS, 1989). O escravo grato, que consegue espaços para negociação, mantinha a esperança de conquista da alforria. A possibilidade desta era, a rigor, um importante mecanismo de controle social e de diferenciação entre os escravos.

Na década de oitenta, com o aumento da pressão dos escravos pela liberdade, a lógica paternalista de domínio senhorial foi defendida nos artigos veiculados na imprensa que defendiam a abolição da escravatura no Brasil. O sentido de concessão e não de conquista era a estratégia a ser utilizada. O fim do cativeiro deveria ser resultado de uma elite e não ter os escravos como agentes.

A postura paternalista revelou-se, assim, numa proposta de transição do trabalho compulsório para o livre que entendia a abolição enquanto uma concessão, uma dádiva das elites brasileiras e, em especial, do grupo de abolicionistas, aos escravos. Estes eram considerados incapazes de agirem por conta própria, precisando, assim, da tutela dos grupos com organização política para representá-los e conquistar os seus direitos. Por essa ótica, podem ser lidas, por exemplo, as festas beneficentes, os fundos de emancipação, os livros de ouro e as notícias sobre alforrias.

Para estes abolicionistas, os escravos deveriam receber a benevolência dos libertadores, quer fossem os senhores, os abolicionistas ou a política de abolição gradual adotada pelo Estado, amenizando, assim, a pressão dos escravos pela liberdade, com fugas, assassinatos e todas as estratégias quotidianas existentes nos anos oitenta do século XIX para a obtenção da alforria (CHALHOUB, 1990).

A campanha na imprensa fez questão de dissociar-se de qualquer tendência mais radical do movimento. Tais militantes preocupavam-se com a estabilidade social e o não uso da violência, favorecendo a atração de setores proprietários para as fileiras do abolicionismo. De acordo com André Rebouças:

Nesse longo período, ainda não foi possível aos escravocratas, senhores de todas as posições oficiais, dispor de fortunas colossais; levar a juízo um abolicionista e provar que ele tivesse cometido o menor delito.

As autoridades são as primeiras a confessar que as manifestações e os festivais abolicionistas primam pela ordem, distinguem-se pela ausência absoluta de meios violentos. (Gazeta da Tarde, 05/05/1884, p.1)

A crença no progresso e na civilização respaldou a efervescência do ideário abolicionista no Rio de Janeiro. Tais homens acreditavam no constante aprimoramento da natureza humana e das nações, que estariam situadas dentro de uma escala progressiva indo das mais arcaicas até as mais evoluídas, que em sua fase cabal atingiria a civilização. A abolição era mais um elemento para satisfazer às condições necessárias para o advento de reformas econômicas e sociais que trouxessem melhorias materiais e culturais.

Contudo, isto não implica que André Rebouças, por exemplo, não estivesse preocupado com a sorte do liberto. A preocupação com a educação no pós-abolição, era uma constante em seus escritos, sendo uma maneira de integrar o liberto à sociedade moderna que pretendia formar. “O alfa de toda reforma é a educação” (1988, p.357), afirmara. A sorte do liberto é a sorte do trabalhador nacional.

Na imprensa abolicionista da cidade do Rio de Janeiro, o paternalismo apresentava-se numa linguagem que buscava a mediação dos conflitos entre senhores e escravos. Por meio de um estilo sentimental, almejava-se a sensibilização da opinião pública, uma mudança de comportamento em relação à escravidão. Era propagado que a conciliação ligava-se à construção de vínculos de gratidão dos escravos em relação aos senhores. Neste sentido, a estratégia deveria ser a concessão de manumissões, que colocariam em relevo a benevolência senhorial.

Para André Rebouças, se a campanha fosse voltada para os escravos suscitaria a vingança e o ódio, porém ao ter por público alvo os proprietários, geraria um ato espontâneo de corrigir as injustiças cometidas aos escravos. Ele não procurou a libertação através de um vínculo mais direto com os cativos. Sua prática, suas obras e seus artigos dirigiram-se para os proprietários de escravos e para a monarquia. O distanciamento das senzalas era, assim, vital para o sucesso do tipo de movimento que propagava: “Na grande obra da abolição, nós jamais nos envolvemos com os escravizados” (NABUCO, 1928, p. 155).

Nos momentos finais da escravidão, Aristides Lobo, publicava, na *Gazeta Nacional*, folha republicana, artigos defendendo a abolição como meio de manter o equilíbrio social. Nesta fase de fragilidade da autoridade senhorial, em especial pelo aumento das deserções em massa do trabalho, a rotina das fazendas estava se quebrando. Os habituais meios de controle não eram mais eficazes para a manutenção da ordem, principalmente com a recusa do Exército em reprimir as fugas: “A escravidão já não existe, pois não havia lei que garantisse a permanência dos escravos nas fazendas, desde que eles não quisessem mais aí ficar. No dia em que o escravo não quiser mais trabalhar, não trabalha” (*Gazeta Nacional*, 06/01/1888).

A partir desta constatação, a *Gazeta Nacional* enfatizava o espírito ordeiro dos escravos, que pretendiam sim a liberdade, porém não faziam oposição ao trabalho: “Os negros não abandonam o trabalho, e só o fazem em condições muito especiais. Queremos crer, e é o que nos asseguram pessoas fidedignas, somente a respeito de senhores tidos e havidos como bárbaros e inteiramente intratáveis”(08/02/1888).

Senhores tidos e havidos como bárbaros e intratáveis eram justamente aqueles que não utilizavam a política de benevolência para com seus escravos. Lendo de outra forma, se os senhores fossem benevolentes os escravos não fugiriam. Nestes anos finais da escravidão, o paternalismo tinha como ponto final a concessão da alforria.

Em 1887, artigos da *Gazeta Nacional* dedicavam-se a fuga em massa de escravos na província de São Paulo em particular em Itu e Capivari. Enfatizavam o espírito ordeiro das fugas, sem agredir, sem depredar:

A previsão de todos em face do inevitável epílogo da escravidão, sempre foi, que tivéssemos os episódios trágicos praticados pelos escravos em presença de qualquer ato dos senhores. Um dos fantasmas temerosos com que o escravismo assombrava os ânimos, era da insurreição com todos os seus horrores.

Entretanto, vimos o surpreendente e admirável exemplo de placidez e cordura dado pelos fugitivos de Capivari e Itu ao transporem por grupos compactos as cidades e povoados do interior de São Paulo.

Com justa razão, recordou o Clube Militar, em mensagem à regente, que semelhante correção de conduta seria difícil de obter em tropas arregimentadas e sujeitas às regras de disciplina. (04/02/1887).

Em outro artigo, a *Gazeta Nacional* de Lobo volta a abordar a tranquilidade das fugas: “Contestando a preposição injusta e de todo o ponto inexacta de que os escravos fogem do trabalho em busca da vida errante, cruzando as estradas em ociosa vagabundagem, tem causado surpresa e pasmo o espírito de ordem por eles manifestados” (23/12/1887).

Parece que Lobo pretendia reforçar um quadro de absoluta tranquilidade num contexto em que escravos estavam abandonando fazendas em São Paulo. Dificilmente, os segmentos proprietários tinham essa sensação de paz que realçou. O escravo fugitivo, em essência, quebrava a ordem social escravista, representava perigo. Contudo, talvez por considerar a liberdade como legítima, Lobo quis reforçar o aspecto de tranquilidade social ligada à abolição e atrair simpatizantes para a causa na Corte.

De acordo com a *Gazeta Nacional*, caso fosse oferecido ao escravo a liberdade, as fugas poderiam ser evitadas, pois os cativos brasileiros não tinham tendência para a resistência violenta. O tema da fuga foi constante no mês de lançamento do jornal.

Paralelamente ao cenário de desmontagem do sistema escravista, o redator oferecia destaque a uma prática que reforçaria os vínculos de gratidão do escravo para com o senhor: a estratégia de concessão de alforria:

Alguns senhores, desejosos de encontrar uma solução que conciliasse os interesses de duas classes (a do senhor e a do escravo) encetaram as libertações gerais em curto prazo.

O primeiro que se revelou compenetrado dessa verdade foi o Sr. Bento Dias Ferraz, que libertou todos os escravos de sua fazenda, aos quais, entretanto, prontificaram-se a permanecer nela trabalhando.

(...)

Os libertos contratam-se com ex-senhores, não perturbando assim a organização do trabalho.

Talvez se fosse dado antes esse passo não se tivesse que lamentar os desfalque de tantos braços úteis. (23/12/1887).

Neste momento de crise da sociedade escravista, a pedagogia da violência deveria ceder cada vez mais lugar ao paternalismo sob pena dos proprietários não controlarem mais a transição para a liberdade:

Entregues a seus próprios recursos, vendo dia-a-dia despovoarem-se as fazendas, arriscando a assistir a quebra total da disciplina, sem poderem contar sequer com a força pública, os fazendeiros entenderam mais conveniente abrir meio de tal precária propriedade. (23/12/1887).

A concessão da liberdade passa a ser vista como condição para a ordem, pois gerava a gratidão, evitava o abandono das fazendas e garante a permanência dos trabalhadores. Aristides Lobo enfatizava o espírito humanitário dos senhores que concederam a alforria, ao mesmo tempo em que esta generosidade garantia o controle e assegura a produção.

Nos anos finais do escravismo, o paternalismo era um ponto de interseção entre escravistas e lideranças abolicionistas. A alforria, quando concedida pelo senhor, fortalecia sua autoridade e gerava vínculos. A gratidão seria estendida à liderança abolicionista, ao Estado, aquele que o liberto identificasse como agente da abolição.

A *Gazeta Nacional* preocupava-se com o movimento dentro da ordem, mas oferecia relevo à resistência dos escravos, principalmente nas fazendas de São Paulo. Alertava aos segmentos proprietários do perigo da perda de controle do trânsito do trabalho escravo para o livre. Assim, mesmo agindo dentro da ordem, sem perturbar, sem depredar ou ter qualquer atividade de vingança, o escravo aparecia como figura central na folha. A insistência no paternalismo era uma tentativa de inibir a já dada luta pacífica dos cativos. Após o 13 de Maio, esta atitude foi tomada pela *Gazeta Nacional* como argumento substancial para esmaecer a figura de redentora da princesa Isabel. O jornal procurou construir a memória da abolição valorizando a participação dos cativos no processo de extinção da escravidão⁴. Desta forma, estava em consonância com os discursos e estratégias dos liberais republicanos.

Já André Rebouças ofereceu relevo as lideranças abolicionistas que orientaram a sociedade para o fim do cativo. Em seu entender, mesmo com o 13 de maio, estes agentes deveriam permanecer mobilizados em nome de outros problemas que comprometiam o progresso do Brasil, particularmente a questão da propriedade territorial e a não indenização aos antigos escravocratas. A resistência dos escravos não foi recorrente no discurso deste monarquista. Corroborando, assim, as palavras de outro membro dos novos liberais: “(...) O abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, outra forma, não teriam os

⁴ O jornalista abolicionista José do Patrocínio rompeu com lideranças republicanas do Rio de Janeiro em função de seu apoio ao processo de mitificação da princesa Isabel como a redentora (MACHADO, 2010, p. 303), representando um projeto de construção da memória da abolição distinto do desejado pela *Gazeta Nacional*. Ela e Patrocínio chegaram a estabelecer polêmicas.

seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ingênuos” (NABUCO, 1977, p. 199).

A utilização da imprensa como canal de divulgação das ideias abolicionistas foi fundamental para a operacionalização de ações paternalistas no movimento. A procura de uma ação dentro da ordem encontrou nos periódicos agentes viabilizadores para Geração de 1870. Se o objetivo era a adoção de medidas não violentas, pacíficas, o ideal era a adoção da palavra como arma, alterando assim, de forma direcionada, práticas, comportamentos, valores no que tange à abolição. Desta forma, se o paternalismo unia André Rebouças e Aristides Lobo, a disputa em torno da memória da abolição causava afastamento. O primeiro buscava eternizar a ação dos abolicionistas, enquanto o segundo voltava-se para esvaziar a participação da Regente, oferecendo relevo a resistência pacífica do escravo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil. 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

----- **Os donos do Rio**. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BOCAIÚVA, Quintino. **Idéias políticas de Quintino Bocaiúva**. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Eduardo Silva. Brasília: Senado Federal/ Rio de Janeiro: FCRB, 1986, vol. 1.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Cidade do Rio, 20 de junho de 1888.

COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias fora do lugar. **Cadernos de Debate**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

Gazeta Nacional, 03 de dezembro de 1887; 04 de dezembro de 1887; 23 de dezembro de 1887; 06 de janeiro de 1888; 08 de janeiro de 1888; 08 de fevereiro de 1888.

Gazeta da Tarde, 05 de maio de 1884.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. Negros e educação no Brasil In. LOPES, Eliane M.T, FARIA FILHO, Luciano, VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1991.

----. Encontro e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de Maio” In. RIBEIRO, Gladys; FERREIRA, Tânia (orgs.) **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES, Evaristo. **Da monarquia para a república (1870-1889)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**. A vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

----. Memória e missão: *O Paiz e Gazeta Nacional*. Imprensa do Rio de Janeiro (1884-1888). **Revista Tempos Históricos**, vol. 14, n.2, 2010, p. 207-225.

REBOUÇAS, André Pinto. **Confederação Abolicionista**. Abolição imediata e sem indenização. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1883.

----. **Agricultura nacional**: estudos econômicos; propaganda abolicionista e democrática. Recife: fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Estudos CEBRAP** (3), janeiro 1973.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

DE ZUMBI A JOSÉ DO PATROCÍNIO: A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA NACIONAL E REPUBLICANA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Carolina Vianna DANTAS¹

ninavianna@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar os principais elementos de um denso investimento intelectual em temas históricos localizado na revista *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier* determinado a forjar laços entre o passado, a nação e o regime republicano. A abordagem enfoca as reflexões que incorporaram positivamente, ainda que com limitações, negros e mestiços ao que se estava construindo como “a história pátria” e a “cultura cívica” republicana.

PALAVRAS-CHAVE: intelectuais na I república; negros e mestiços; cultura histórica.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present and analyze the main elements of a major investment in intellectual historical themes located in the journal *Kosmos* and *Almanaque Brasileiro Garnier* determined to forge ties between the past, the nation and the republican regime. This investment resulted in positive thoughts that have incorporated the black and mestizo "national history".

KEYWORDS: intellectuals in I republic; blacks and mestizos; historical culture.

Recordar é viver. (...) A vida se nos apresenta com um fulgor desconhecido, com uma nova e perturbadora beleza, quando evocamos dos dias idos, dos tempos deslembados; tal a jóia preciosa, herdada de velhas datas, e que ao tirá-la um dia a curiosidade do recanto esquecido da caixa desbotada, nos surpreende com um valor em que não atentáramos, com o toque finíssimo do ouro (...)
Rememoraremos apenas o que nos veio de grande: o resto passará vagamente pela memória das gentes mais antigas, como a recordação mal distinta de pesadelo desfeito.

(GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904)

Introdução

De modo leve e sutil, o cronista Gil chamava a atenção dos seus leitores para o modo como o passado poderia trazer (um novo) sentido ao presente. Essa mesma perspectiva rondou os artigos e resenhas sobre acontecimentos históricos, heróis e datas nacionais recolhidos tanto no *Almanaque* quanto *Kosmos*. Cabe, então, perguntar: que

¹ Bolsista PRODOC/CAPES no Programa de Pós-graduação em História da UFF.

“jóias preciosas” do passado foram consideradas como “o que nos veio de grande” e que deveria ser compartilhado pela nação?

Um dos desdobramentos desse esforço de rever o passado histórico nacional foi a publicação de colaborações no *Kosmos e no Garnier* que enfatizaram tanto determinados procedimentos metodológicos para a escrita da história quanto episódios, figuras e datas do passado. Trata-se de um movimento determinado a afirmar laços do regime republicano com o passado, incluindo aí uma avaliação da participação ativa de negros e mestiços na história pátria.

Nessa operação se relacionava também à própria forma através da qual esses episódios e seus protagonistas foram narrados. Esses fatos e personagens deveriam ser capazes de despertar empatia, fazendo do leitor herdeiro e guardião desse passado em que estavam inscritos.² Note-se que, nos textos que trataram de acontecimentos relativos à história do país, não predominam temas ligados à história político-administrativa. Os textos e resenhas publicados na *Kosmos* e no *Garnier* apresentaram (ou recomendaram) ao leitor uma história de homens em movimento, escrita de forma envolvente, distante de uma narrativa factual que privilegiasse fatos, nomes e datas exaustivamente. Há que se lembrar também que esses eram periódicos inseridos em um circuito comercial e que tinham como estratégia agradar a um público leitor mais amplo possível.

Portanto, ao evocar um passado e afirmar certas continuidades, esses intelectuais não estavam somente configurando o passado, mas também o futuro. Como definiu Manoel Salgado Guimarães³, o trabalho da narrativa histórica está fundamentalmente voltado para o controle, para a ordenação e para uma domesticação das experiências vividas. Essas, por sua vez, são marcadas pelas paixões e sentimentos, cuja essência pode se mostrar desorganizadora. Narrar a história também é ordenar, dar sentido a um conjunto aleatório de experiências vividas de acordo com determinados padrões possíveis de serem compreendidos pelos leitores, ou seja, padrões exteriores àquele passado. E, embora haja relações estreitas entre história, memória e política, a operação não é fruto da ação perversa de alguém que domina a verdade sobre o passado e pretende escamoteá-la. Tais relações são evidentemente bem mais complexas e tensas do que uma pressuposta manipulação consciente do passado.⁴

Assim, os variados registros recolhidos em periódicos como o *Almanaque Brasileiro Garnier* (Rio de Janeiro, 1903-1914) e a revista *Kosmos* (Rio de Janeiro,

² DE LUCA, Tânia Regina. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 93.

³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e linguagens. Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras/Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 47

⁴ Idem.

1904-1909) sobre acontecimentos e personagens históricos brasileiros fazem pensar na importância que o estabelecimento de um ideário cívico nacional e republicano teve para os intelectuais de projeção do período. Analisados em conjunto e comparativamente, esses registros tornam evidentes os esforços intelectuais em refletir sobre a incorporação de negros e mestiços à história nacional, apesar da presença de ideias, práticas e políticas racistas e de branqueamento.

Este artigo tem como objetivo apresentar as linhas de força deste investimento intelectual determinado a forjar laços entre o passado, a nação e o regime republicano e a refletir sobre o lugar de negros e mestiços nesses três “lugares”, utilizando para isso a menção a alguns dos textos mais representativos dessa produção.

A “cara do Brasil” (e da república) a partir de seus heróis e datas nacionais

O repertório sobre história do Brasil publicado nesses periódicos contempla principalmente dois eixos temáticos relacionados ao que esses próprios autores denominavam de lutas pela liberdade no Brasil. De um lado, estão os processos de luta contra o invasor estrangeiro, de desbravamento do território e de lutas pela independência nos tempos coloniais. De outro, os episódios que envolveram a abolição da escravidão e proclamação da república. Os dois eixos têm como característica comum o destaque conferido a determinados personagens históricos como heróis nacionais.

Entretanto, mais que discutir que figuras do passado tiveram sucesso como heróis ou não naquele momento, interessa aqui compreender que heróis os intelectuais que colaboraram nestes periódicos julgavam ter a “cara da nação”.⁵ Até porque, ao escreverem e publicarem seus textos, esses intelectuais acreditavam que havia leitores capazes de aderir às suas ideias.

De acordo com Mário Behring — editor e assíduo colaborador da *Kosmos* — a pesquisa em arquivos poderia revelar outros pontos de vista sobre acontecimentos importantes da história pátria.⁶ Partindo desta perspectiva publicou vários textos sobre D. João VI e apresentou-o aos leitores como um homem sem vocação para o exercício do poder,⁷ “(...) nulo, irresoluto, acovardado sempre, que levou toda a sua vida a fugir, ora dos franceses para o Brasil, aqui dos liberais para Portugal, lá das conspirações de

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 55.

⁶ Para um debate sobre as tensões que faziam parte da escrita da história no período, como o dilema entre cientificidade, imparcialidade e posicionamento de intelectuais diante da urgência da “questão nacional”, ver GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história” na I república. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, n° 45, pp. 129-154, 2003.

⁷ BEHRING, Mario. Um dia de D. João VI. *Kosmos*. Ano 1, n° 12, dezembro, 1904.

família (...). Responsável pela “bárbara execução” do “proto-mártir” Tiradentes, D. João jamais deveria ser consagrado em estátuas e monumentos, nem ser alvo do orgulho cívico dos brasileiros.⁸ Definitivamente, esse teria sido um dos piores monarcas do mundo e de todos os tempos:

*(...) mais pusilânime, o mais grotesco, mais carregado de defeitos, a figura mais chata e apagada, mesquinha de quantas têm até hoje ocupado um trono em todo o mundo – pobre diabo cujas desgraças domésticas se provocam o riso comprassivo, a sua poltroneria e guloseima nauseiam, a sua avareza desgosta, o seu físico ingrato repugna, a sua ingratidão indigna, a sua refalsada hipocrisia enoja, o seu egoísmo sem igual conturba e entristece (...).*⁹

Além de ter detestado os republicanos e perseguido os maçons¹⁰, tais traços, afirmados até pelos historiadores portugueses, segundo Behring, faziam do monarca em questão uma figura do passado da qual os brasileiros não teriam nada para se orgulhar: “(...) nulo, irresoluto, acovardado sempre, que levou toda a sua vida a fugir, ora dos franceses para o Brasil, aqui dos liberais para Portugal, lá das conspirações de família (...)”. Medroso a ponto de ser “vítima de sofrimentos fisiológicos constantes”, de “cérebro tacanho e espírito mesquinho”, não teria tido nenhuma participação nos acontecimentos fundamentais de sua época, como a abertura dos portos e a elevação do Brasil a reino.

O autor, então, questionava: se o “grande mártir nacional Tiradentes” ainda não tinha um monumento em sua homenagem, como alguém poderia querer erigir na capital da república uma estátua de D. João VI confeccionada com subvenção pública de 5 contos de réis? Para Behring a sua consagração do monarca português não teria nenhuma legitimidade na jovem república.¹¹

Sua mulher, a “Rainha Dona Carlota”, não teria ficado atrás na ingratidão e nas ofensas dirigidas aos brasileiros: teria dito em “alegres exclamações” que quando voltasse a Lisboa “certamente ficaria cega” por ter vivido muitos anos no Brasil “(...) na escuridão, entre negros e mulatos”. As memórias e os documentos depositados na Biblioteca Nacional (e transcritos no texto publicado) provariam, segundo seu autor,

⁸ BEHRING, Mario. O monumento a D. João VI. *Kosmos*. Ano 4, nº 8, agosto, 1907. Ver, no mesmo sentido: A. F. D. João VI. *Kosmos*. Ano 4, nº 7, julho, 1907; FLUMINENSE, Américo. D. João VI. *Kosmos*, Ano IV, nº 7, julho, 1907.

⁹ BEHRING, Mario. O monumento a D. João VI.

¹⁰ BEHRING, Mario. O monumento a D. João VI.

¹¹ BEHRING, Mario. O monumento a D. João VI. Sobre o mesmo tema, ver também CARVALHO, Reis. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Kosmos*, Ano IV, nº 4, abril, 1907.

todas as arbitrariedades cometidas por D. João VI e o “pouco amor do povo à realeza”.¹²

Ao se auto-intitular descendente “(...) dos sonhadores de Minas e Pernambuco” e defensor das suas “aspirações libertárias”, no caso, republicanas e antidespóticas, Mario Behring se opôs com veemência à proposta de um jovem deputado feita no Congresso, em 1907, de erigir um monumento ao soberano.¹³ Behring argumentou que os “(...) juízos da História jamais se” subordinavam “(...) às conveniências da política nem aos deveres da cortesia, anime-nos embora os mais vivos sentimentos de patriotismo”. Por isso se dedicou a provar com documentos de arquivo todas as características negativas que justificavam a não consagração de D. João VI como importante personagem da história nacional:

*(...) contra o projetado monumento clama o sangue dos mártires de Pernambuco em 1817, vítimas das sanhas do despotismo, que haviam ousado querer por terra (...) Mais ainda (...) é impossível que o Brasil que consagrou uma de suas datas festivas à comemoração do vulto republicano [Tiradentes], nele resumindo todas as outras vítimas do despotismo, e que ainda não ergueu em uma das praças da Capital um monumento ao mártir, concorra agora para a glorificação em estátua do assassino de Tiradentes!*¹⁴

Do mesmo modo, outros textos publicados na *Kosmos* investiram na produção de uma imagem depreciativa de D. João VI. Carlos Henze, por exemplo, empenhou-se na análise da fisionomia de D. João VI, concluindo que a “materialidade” e a “matreirice” seriam os dois traços principais da sua personalidade.¹⁵

D. Pedro II, por sua vez, também não foi poupado, embora tenha sido alvo de juízos um pouco menos jocosos que seu avô. Ao encontrar na Biblioteca Nacional o livro História do Brasil de 1830 a 1840, do conselheiro Pereira da Silva, repleto de anotações de D. Pedro II contestando as afirmações imputadas a ele próprio, Behring publicou um texto na *Kosmos* que propunha outra interpretação sobre a participação do Imperador episódio da maioridade. Concluiu que D. Pedro II teria se mostrado indiferente ao trono e ao governo do país.¹⁶

A frase [“Quero já”] considerada já histórica, e como tal encontrada em todos ou quase todos os escritores da história pátria, é contestada por quem se afirma tê-la proferido que se revela agora inteiramente alheio aos acontecimentos que deram causa ao seu irregular advento ao trono, (...) E

¹² BEHRING, Mario. O monumento a D. João VI. Ver também FLUMINENSE, Américo. D. João VI. *Kosmos*, Ano IV, nº 7, julho, 1907 e A. F. D. João VI. *Kosmos*. Ano 4, nº 7, julho, 1907.

¹³ O monumento havia sido proposto pelo deputado Eloy de Miranda Chaves.

¹⁴ BEHRING, Mario O monumento a D. João VI. *Kosmos*. Ano 4, nº 8, agosto, 1907. Ver, nesse mesmo sentido, BEHRING, Mario. O precursor. *Kosmos*. Ano III, nº 4, abril, 1906; CARVALHO, Reis. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Kosmos*, Ano IV, nº 4, abril, 1907.

¹⁵ HENZE, Carlos. D. João VI na fisionomia. *Kosmos*. Ano 4, nº 10, outubro, 1906.

¹⁶ BEHRING, Mario. O “quero já”. *Kosmos*, Ano 4, nº 2, fevereiro, 1907

*quero acreditar que para o futuro, rebusquem os historiadores os preciosos arquivos da nossa tão desconhecida Biblioteca e nela colham os documentos que aclaram tantos pontos controversos da história pátria.*¹⁷

Já Olavo Bilac foi mais suave em suas colocações sobre D. Pedro II. Embora tenha afirmado que o soberano não chegaria a ser um Napoleão, sublinhou ter sido “(...) um homem bom e justo, um brasileiro que sinceramente amou o Brasil, um nobre espírito tolerante e esclarecido, um nobre servidor da Pátria”. Para Bilac, ter amado a pátria permitia que monarca fizesse parte do passado comum da nação, já que àquela altura não representaria nenhuma ameaça ao presente em termos de uma possível restauração da monarquia.¹⁸ Ao reconhecer a república como o regime de governo ideal para o “povo brasileiro”, Bilac reconciliava a pátria com D. Pedro II, forjando um passado civilizado para o Brasil.

De todo modo, os artigos publicados no *Almanaque Garnier* relativos à monarquia contém elementos semelhantes àqueles publicados na *Kosmos*. Há algumas poucas referências positivas, como a que foi feita por José Veríssimo em função da monarquia por ter mantido a unidade territorial do Brasil,¹⁹ e m conjunto maior de textos com juízos negativos, como o de Joaquim Vianna.²⁰ Para o autor, o Império teria ruído em razão das escolhas políticas do seu próprio chefe. D. Pedro II não teria feito as alianças necessárias com a Igreja, com o Exército e ainda teria concedido cadeiras no ensino superior a republicanos. Diante dessas constatações, Vianna concluiu que o imperador teria escolhido “(...) viver na paz de uma biblioteca calma” a manter-se no poder. Pedro II não seria um “homem de ação”; “contemplativo” e dotado de “vocaçãoburocrática”, teria vivido “(...) metodicamente, sem voos de imaginação, como um exemplar chefe de seção, o mais exemplar chefe de seção da administração brasileira.”²¹

Assim, verifica-se a presença, tanto na *Kosmos* quanto no *Almanaque Garnier* de uma posição republicana. Outro indício disto é o fato da associação da monarquia, como regime de governo, à arbitrariedade, ao autoritarismo, à injustiça e ao atraso ter sido um elemento fundamental nos textos históricos sobre o passado monárquico brasileiro.

A monarquia seria um elemento estranho à vocação natural do “povo brasileiro” para a liberdade e, conseqüentemente, para a república. O ideal da liberdade — indissociável para esses intelectuais do ideal de república — teria estado presente desde

¹⁷ BEHRING, Mário. O “quero já”.

¹⁸ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Ano 3, nº 6, junho, 1906.

¹⁹ VERÍSSIMO, José. Heresia sociológica. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907, p. 271-273.

²⁰ VIANNA, Joaquim. Por que caiu o Império? *Almanaque Brasileiro Garnier*. 1909, p. 270-274.

²¹ VIANNA, Joaquim. Por que caiu o Império?

os tempos coloniais, ou seja, antes mesmo do Brasil existir como estado nacional. Os episódios de luta contra o invasor e pela expansão do território, contra a opressão monárquica e pela independência foram associados a uma espécie de germe da própria nacionalidade e do sentimento republicano no Brasil.

Ao elaborar uma cronologia da luta pela liberdade no Brasil, Reis Carvalho recuperou a Batalha do Guararapes (1648) e o importante papel desempenhado pelas "três raças constitutivas do povo brasileiro (...)” — “(...) dignamente representadas por Fernandes Vieira, Henrique Dias e Filipe Camarão" — na "vitória decisiva de uma verdadeira nação contra o estrangeiro invasor". No decorrer dessas lutas, a defesa do território e a união das três raças foram afirmados como elementos fundadores (e originais) da “nacionalidade brasileira”. Segundo o autor, o episódio teria demonstrado que o Brasil naquele momento já estava emancipado e seria capaz de se manter independente sem qualquer tutela. Depois de ter expulsado heroicamente os holandeses, repellido espanhóis e franceses, a nação se teria feito forte o suficiente para livrar-se do “domínio opressor português.”²²

Contudo, outro elemento fundamental dessa cultura histórica²³ vulgarizada na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier* foram os vínculos estabelecidos entre território e nação, pois teria sido nessas lutas que as três raças se irmanaram, que o sentimento nacional e as aspirações republicanas teriam se materializado. Como notou Eliana Dutra, conhecer essas lutas em defesa do território e o próprio território nacional era uma forma de aprender a ser brasileiro.²⁴

Em resenha de um livro de Felisberto Freire, História territorial do Brasil, publicada no *Garnier*, Curvelo de Mendonça endossava as assertivas do primeiro, concordando que a expansão das fronteiras e o desbravamento do território pelos “brasileiros”, a partir das bandeiras e missões, teriam constituído um “Brasil novo, um Brasil vivo e forte, que em nada se parece com o que se diz nos compêndios anêmicos adotados nas escolas para o ensino do nosso passado”. Mendonça elogiou também as convicções republicanas de Felisberto, suas incursões pelos arquivos, o cunho nacional que teria dado aos seus argumentos e sua dedicação àqueles que desbravaram o país e fizeram a sua “grandeza”.²⁵

²² CARVALHO, Reis. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Kosmos*, Ano IV, nº 4, abril, 1907. Ver também, Carvalho, Reis. A independência do Brasil. *Kosmos*. Ano II, nº 9, setembro, 1905.

²³ Seguindo as proposições de Le Goff, cultura histórica é “(...) a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado”. Ver LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p. 47-48.

²⁴ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

²⁵ MENDONÇA, Curvelo de. História territorial do Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907, p. 331.

Assim, teriam sido indispensáveis para o processo de conquista da independência os episódios nos quais os invasores estrangeiros foram expulsos e os movimentos que lutaram direta e indiretamente pela independência do país. Dentre os “(...) que indiretamente por ela trabalharam, sem talvez mesmo o imaginarem, aspirando à “independência industrial” da lavoura, da mineração, da manufatura e do comércio”, estariam a Revolta de Bequimão (MA-1684), a Guerra dos Emboabas (SP - 1708), a Guerra dos Mascates (PE - 1710) e a Revolta de Felipe dos Santos (MG - 1720).

Segundo Reis Carvalho, o português Bequimão teria se rebelado contra os monopólios da Coroa e contra o jesuitismo no Maranhão. Ao retirar do comando figuras ligadas a esses poderes, teria minado a influência da Metrópole e defendido a “liberdade industrial” da sua terra — “precursora da independência política”. O paulista Domingos Monteiro teria defendido bravamente a integridade (e a exploração) do território contra os emboabas forasteiros. Já na Guerra dos Mascates, Bernardo Vieira de Melo teria sido o único nesses episódios a querer a república, mas uma “república aristocrática, um estado oligárquico, inteiramente contrário ao verdadeiro ideal republicano (...)”²⁶

Mas, ainda que tenha feito esta ressalva, o autor foi taxativo ao afirmar que Bernardo Vieira de Melo, um “herói pernambucano”, tinha se limitado a lutar pela liberdade industrial, asfixiada pelos “filhos do reino”. Até porque seus planos de separação e formação de um governo republicano não teriam sido encampados pelos seus colegas revoltosos, interessados que estariam somente em destruir o “jugo despótico do governador da capitania de Pernambuco.” E, Felipe dos Santos seria o verdadeiro “paladino das ideias de emancipação puramente materiais”.

Entre os movimentos que teriam lutado conscientemente pela conquista da liberdade, o autor destacou a Conjuração Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817). Ainda de acordo com Reis Carvalho, o problema da emancipação no Brasil só teria sido formulado a partir de 1789 devido à influência das doutrinas filosóficas do século XVIII importadas da França e dos ideais de liberdade oriundos das colônias inglesas da América do Norte.

No entanto, para os letrados de Minas Gerais que abraçaram a luta pela liberdade, esta não teria passado de devaneio, pois a teriam repellido logo assim que foram ameaçados com os castigos reservados aos crimes de lesa-majestade. Entre os conjurados, somente Tiradentes teria defendido a liberdade até as últimas conseqüências. Para Reis Carvalho, a primazia da defesa das causas da liberdade e da república no Brasil era de Tiradentes. Só ele teria mantido “(...) a coragem de afirmar a

²⁶ CARVALHO, Reis. Tiradentes e os precursores da independência brasileira.

sua digna conduta de apóstolo da independência e da república”. A Revolução Pernambucana, inclusive, não teria sido nada mais que um desdobramento dos ideais e da conduta do "apóstolo da independência e da república", pois, em 1817 a nova conjuração teria espalhado pelo norte do Brasil os mesmos ideais que a Conjuração Mineira espalhou pelo sul.

E quais seriam as qualidades atribuídas pelo autor que faziam de Tiradentes um abnegado e “incomparável patriota”? A coragem, o fato de ser “filho do povo” e de ter estado “(...) em relação contínua com ele, conhecendo-lhe os sofrimentos de que também era vítima (...)”. De espírito nobre, teria sido deixado sozinho por seus covardes companheiros. Único a ser punido pelo despotismo régio com a pena capital, teria enfrentado “sereno e forte” o “glorioso martírio”. Fundindo o “ardor cívico” ao “entusiasmo religioso”, Reis Carvalho descreveu o martírio do herói, aproximando Tiradentes da figura de Jesus Cristo.

Mas, de acordo com a menção do próprio Reis Carvalho, citando um livro de Joaquim Norberto no qual Tiradentes fora qualificado como “leviano”, não haveria unanimidade em torno do alferes naquele momento. O livro ao qual Reis Carvalho se refere é História da Conjuração Mineira, publicado em 1873. Norberto foi o primeiro autor a associar Tiradentes a Cristo, embora tenha conferido a ele importância secundária no movimento. José Murilo de Carvalho explicou o tratamento secundário dispensado por Norberto a Tiradentes, argumentando que o autor valorizava, em primeiro lugar, os mártires da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, que teriam morrido como autênticos heróis cívicos — como Frei Caneca —, “com o grito da liberdade na garganta (...)”.²⁷ Para Norberto, este não teria sido o caso de Tiradentes.

A figura de Tiradentes foi mesmo alvo controvérsias.²⁸ No *Almanaque Garnier* de 1911, há um texto no qual Mario Melo afirmou que Bernardo Vieira de Melo, líder da Guerra dos Mascates, teria sido o primeiro herói a bradar pela liberdade e pela república no Brasil e não Tiradentes. Para o autor, a primazia atribuída ao alferes — chamado por ele de “leviano da inconfidência” — era um “erro histórico”, pois Bernardo Vieira de Melo teria sido o primeiro a propor o governo republicano no Senado de Olinda, exatamente no dia 10 de novembro de 1710. Portanto, o primeiro brado pela independência e pela república teria sido dado em Pernambuco e não em

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1990, p. 67.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de *A formação das almas*, p. 68.

Minas Gerais.²⁹

Neste mesmo número do *Almanaque Garnier*, ao discorrer sobre a história e a condição do seu Estado natal, Pernambuco, Curvelo de Mendonça fez uma afirmação semelhante: ali seria o lugar no qual “(...) o espírito republicano triunfara várias vezes durante o resto do período colonial e durante o Império.”³⁰

Retomando os argumentos de José Murilo de Carvalho, pode-se compreender essa disputa em torno da primazia da luta pela liberdade e do primeiro brado republicano no Brasil correspondeu também às disputas pela hegemonia nacional, já que desde pelo menos a metade do século XIX, o sudeste podia ser considerado o centro político do país. Era nessa região que se localizavam as três capitânicas que estavam nos planos de libertação da Inconfidência: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além do que, como informa o autor, nessa mesma região o ideal do republicanismo foi mais forte. A região nordeste, já no final do século XIX, estava vivendo um processo de decadência política e econômica e não teria contado com um movimento republicano tão vigoroso.³¹

O lamento de Curvelo de Mendonça quanto ao abandono das regiões norte e nordeste (mormente Pernambuco e Ceará) é emblemático, indicando o que fundamentava tal disputa. Para ele, essa região fora desprestigiada e preterida pelos arranjos políticos do novo regime, que privilegiariam a região sudeste.³²

A despeito da presença nos debates intelectuais travados, sobretudo no *Almanaque Garnier*, dessa “tensão regional”, se pode considerar que as menções a episódios e personagens históricos encontrados no *Garnier* e na *Kosmos* favoreciam uma leitura do passado que vertia confiança no futuro da nação e afirmava a existência, desde os tempos coloniais, de um povo destemido que sabia defender seu território³³ e que tinha vocação inata para a liberdade.

E, o mais interessante de se notar é que desse passado também faziam parte, de forma ativa, alguns personagens históricos negros, que foram selecionados como símbolos da luta pela liberdade no Brasil. Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama, Quintino de Lacerda e José do Patrocínio são alguns deles.

Mario Behring apresentou Chico Rei ao leitor da *Kosmos*, aproximando-o do cotidiano vivido por esse negro e “seu povo”. Rei no “continente negro”, onde levava

²⁹ MELO, Mário. Primeiro brado de República na América – página brilhante da história pernambucana. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1911, pp. 271-276.

³⁰ MENDONÇA, Curvelo. Pernambuco. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1911, p. 205-207.

³¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p. 67.

³² MENDONÇA, Curvelo de. Pernambuco.

³³ Ver, nesse sentido, as séries de artigos “Emboadas” e “Bandeirantes” de Mario Behring publicadas na revista *Kosmos*.

uma vida “bárbara”, mas “feliz” e desfrutava de plena liberdade, fora capturado por traficantes da “humana mercadoria” a serviço do “bárbaro mister”. Noções que poderiam levar o leitor a questionar quem, de fato, bárbaro.

Depois do martírio passado entre a captura e a travessia até o Rio de Janeiro, teria conseguido reencontrar somente um de seus filhos, que, assim como ele, fora reduzido à escravidão. Chico Rei, seu filho e o que restou do seu povo teriam seguido para Vila Rica, local onde foram “atirados à faina extenuante das catas”.

Apesar do cansaço, o “forte negro”, dedicava-se, em suas horas de descanso, a minerar para si próprio, tendo dessa forma conseguido comprar sua liberdade. Liberto, embrenhou-se na mata em busca de ouro e assim comprou a liberdade do seu filho e a de todos do seu povo que ali estavam. Desse modo, teria formado uma comunidade que, “proprietária da riquíssima lavra da Encardideira, forrava os pretos de nações vizinhas a sua na África (...)”. Foi essa “nobilíssima cooperativa” que fundou a Igreja do Rosário em Vila Rica e a Irmandade de Santa Efigênia, uma vez que seus membros eram adeptos do “culto católico”.

Atribuindo qualidades positivas a esses africanos e aos seus descendentes — bravos, fortes, determinados, generosos, alegres e ordeiros —, o Behring passou à descrição detalhada de uma festa de Reis em Vila Rica. No evento havia “escravos”, “peões e cavaleiros”, “paulistas”, “sertanejos do norte conduzindo a viola inseparável”, “gentis e donairosas filhas dos ricos homens”, “mestiças galantes, mamelucas e curibocas”, “africanas robustas”. E, é claro, Chico Rei e seu povo, junto a uma “multidão (...) policromática”, festejando alegremente e compartilhando uma mesma devoção católica com brancos, ricos, pobres, mestiços e autoridades. O quadro completava-se com a descrição cheia de estranhamento dos sons africanos, ao mesmo tempo selvagem e sedutor, que saía da Igreja:

*(...) a plebe berrando litanias em meio do mais confuso som de bárbaros instrumentos, adufes, xequerês, caxambus, reboando lugubrememente, tudo isso formando um quadro magnífico que dava a idéia da grandiosidade selvática das pompas africanas que recordavam nostálgicos, aqueles exilados (...).*³⁴

Do lado de fora da Igreja grupos de africanos dançavam o “samba” ao som “alegre e lascívio” de “rústicos instrumentos” e os “mestiços” formavam seus farranchos e tocavam a viola “banzeira”. Embora associando o que era mais

³⁴ BEHRING, Mario. Chico Rei. *Kosmos*, Ano III, nº 6, julho, 1906.

aparentemente africano à noção de “bárbaro”, o autor enfatizou a convivência harmônica entre diferentes e desiguais, ressaltando as diferenças, mas também as aproximações entre elas. Tal característica foi destacada positivamente como uma herança dos “nossos ilustres antepassados” deixada para a atualidade. As cores, rostos e vozes da festa — tão diversos e misturados — anunciavam para o autor uma espécie de síntese que se materializava no “cântico triunfal de uma nova raça que se formava sob o cálido sol dos trópicos” desde os tempos coloniais.³⁵

Além de Chico Rei, Zumbi também figurava na galeria dos grandes brasileiros traçada por Mario Behring na *Kosmos*. Ao se remeter ao tempo em que os holandeses “dominavam Pernambuco”, narrou a formação e a heróica resistência do quilombo dos Palmares. Ressaltou a coragem de Zumbi e argumentou contra a premissa de que o quilombola teria se suicidado, ao invés de lutar para defender e proteger seus companheiros. Depois de analisar documentos depositados no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional sobre a última campanha militar a investir contra Palmares, Behring concluiu que não passaria

*(...) de lenda o suicídio de Zumbi. Entretanto a morte em combate assim verificada não lhe diminui em nada a grandeza do valor. E os próprios documentos oficiais se encarregam de dar grande proporção ao vulto do herói negro que resistiu impávido a um exército de 7.000 soldados aguerridos, digno sem dúvida de figurar na gloriosa galeria dos mártires da liberdade.*³⁶

Para contextualizar essas afirmações feitas na *Kosmos*, vale destacar que Zumbi foi afirmado em termos semelhantes em outros suportes. Exemplo disso é manual didático, de autoria de Gonzaga Duque, um dos maiores colaboradores da *Kosmos*. Publicado em 1898, o se chama *Revoluções Brasileiras*.³⁷ É composto por 18 resumos históricos de episódios revolucionários e, que, segundo o seu autor, pendiam à forma republicana, pois seriam como preparações ou ensaios para o ato final: a própria proclamação da república, em 1889. Como se os ideais de liberdade e progresso tivessem finalmente sido realizados no momento encontro do “povo brasileiro” com a sua verdadeira vocação, isto é, com o regime de governo mais adequado à suas lutas,

³⁵ BEHRING, Mario. Chico Rei.

³⁶ BEHRING, Mario. A morte do Zumbi. *Kosmos*. Ano III, nº 9, setembro, 1906.

³⁷ DUQUE, Gonzaga. Advertência. In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (orgs.) *Gonzaga Duque. Revoluções brasileiras Resumos históricos*. São Paulo: Ed.UNESP, 1998. [1ª edição: 1898]. O livro foi aprovado e adotado pelo Conselho Superior de Instrução do Distrito Federal, pelos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e pela Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital de Pernambuco. Ganhou resenhas na imprensa, sendo avaliado com elogios por Arthur Azevedo (*O País*, 29/10/1898), por Coelho Netto (*Gazeta de Notícias*, 30/11/1898) e por Medeiros e Albuquerque (*A Notícia*, 31/12/1898). Os três destacaram positivamente a narrativa envolvente e a energia patriótica do livro.

história e tradições. Enfim, “o povo não era monarquista”, concluiu.³⁸

Assim como João Ribeiro — editor do *Almanaque Garnier* — Gonzaga Duque³⁹ propunha uma interpretação republicana para a história do Brasil. Preocupado com a formação cívica da juventude, Duque traçou a genealogia da república no país, associando-a às ideias de povo, pátria, liberdade e cidadania. Daí a república aparecer como uma transformação de governo cuja meta final seria a posse do governo “do povo pelo povo”.⁴⁰

Ainda segundo Duque, com exceção do Quilombo dos Palmares — “que alguns historiadores chamam república” — todos os resumos do seu livro davam conta de “(...) guerras civis com o objetivo da transformação de governo, senão completa como as que pretendiam a forma republicana, pelo menos parcial, porque alvejavam a substituição do governo local”.⁴¹

Duque também atribuiu a Zumbi características positivas: forte, líder, justo e corajoso e esses são fortes indícios de que as formulações presentes no periódico viajavam também por outros espaços, como manuais didáticos e escolas.

Outro colaborador da *Kosmos* que mencionou o Quilombo dos Palmares em seus estudos foi Manoel Bomfim. Ao descartar a inferioridade racial dos africanos e seus descendentes, utilizou argumentos baseados na história para sublinhar positivamente suas qualidades e suas contribuições à nação. Eis que a epopéia de Palmares foi novamente tomada como exemplo de heroísmo:

*Heróicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoluções dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos, ali estão para mostrar que não faltava aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal. Se, hoje, depois de trezentos anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis.*⁴²

Em comparação com a *Kosmos*, com exceção de uma menção a José do Patrocínio no Ano Necrológico de 1907, o *Almanaque Garnier* não conferiu maiores destaques a personagens históricos negros. Aliás, esta menção a José do Patrocínio não tinha um conteúdo heroizante. Remetia apenas à dimensão nacional que sua morte

³⁸ DUQUE, Gonzaga. Advertência In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera; (orgs.). *Gonzaga Duque. Revoluções brasileiras Resumos históricos*, p. 189.

³⁹ HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. Introdução. In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (orgs.). *Gonzaga Duque. Revoluções brasileiras Resumos históricos*, pp. XI-XIX.

⁴⁰ DUQUE, Gonzaga. Advertência. In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (orgs.). *Gonzaga Duque. Revoluções brasileiras Resumos históricos*, p. 189.

⁴¹ DUQUE, Gonzaga. Por que Revoluções? In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (orgs.). *Gonzaga Duque. Revoluções brasileiras Resumos históricos*, p. 4.

⁴² BONFIM, Manoel. *América Latina, males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. [1ª edição, 1905], p. 267.

teria tomado, à sua “grande popularidade”, ao “seu poderoso talento”, ao seu papel preponderante na “campanha libertadora”, e ao “preconceito de cor” do qual fora vítima.⁴³

Na revista *Kosmos*, das figuras do passado recente mencionadas como grandes personagens históricos nacionais, as ligadas à abolição da escravidão foram as mais celebradas. Nesse movimento nota-se uma insistência em associar a abolição à república. Ao estabelecer uma linha de continuidade entre as lutas pela liberdade desde os tempos coloniais até a abolição e a república, esses intelectuais associaram escravidão, barbárie e opressão à monarquia; liberdade e civilização, à república.

Buscava-se disseminar a ideia de que vocação do “povo brasileiro” para a liberdade foi um elemento apenas temporariamente oprimido durante a vigência da monarquia, em um processo que culminaria, finalmente, com a abolição da escravidão e com a proclamação da república. Processo para o qual teriam contribuído da mesma forma brancos e negros — irmanados em torno das mais nobres causas nacionais, como a liberdade e a defesa do território.

Assim, ao lado da Princesa Isabel, Xavier da Silveira elencou outros personagens que julgou fundamentais na “epopéia abolicionista”. Eles teriam como características a coragem, a capacidade de organização em torno de uma causa, a ação política e a firmeza de caráter. Em sua lista estavam Euzébio de Queiroz, Perdigão Malheiro, Teixeira de Freitas, Joaquim Nabuco, Visconde do Rio Branco, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, lado a lado com homens qualificados como negros: Luiz Gama, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e Quintino de Lacerda.

Luiz Gama foi definido pelo autor como um “misto sublime de Spartacus e de Toussaint-Louverture”, que atuava na tribuna, no jornalismo, no panfleto, no livro, na sátira e nos tribunais. Afrontava, com coragem, ameaças de morte, possuindo uma “grande e santa revolta de consciência contra o domínio do homem contra o homem.” Por isso, seria o “primeiro dos pretos”, tendo sido associado a uma postura mais radical, certamente por sua luta antirracista, já que foi comparado ao também liberto Toussaint-Louverture, figura proeminente da independência Haitiana e que libertou os escravos e deu uma constituição ao seu país.

Já Ferreira de Menezes, “o apaixonado poeta negro”, teria contribuído com seu “espírito ateniense” para essa “obra de dignificação da pátria”. José do Patrocínio foi comparado a Victor Hugo. O “preto Quintino de Lacerda” foi lembrado sem adjetivos e comparações: sua menção se justificava pelo importante papel desempenhado na luta

⁴³ José do Patrocínio. Ano necrológico. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907.

abolicionista como chefe do quilombo Jabaquara, em Santos, onde acolhia os escravos que fugiam das fazendas paulistas e mineiras.⁴⁴

Esses personagens históricos negros foram, em sua maioria, comparados a figuras universais: o que significava afirmar que Brasil já tinha heróis à altura de tal comparação. Esse foi um critério ao qual intelectuais recorreram constantemente na *Kosmos*.

Das figuras do passado recente mencionadas como heróis nacionais, as ligadas à abolição da escravidão foram as únicas a serem celebradas. Desse movimento nota-se uma insistência em associar a abolição à república e em apagar seus vínculos com a monarquia. Ao estabelecer uma linha de continuidade entre as lutas pela liberdade desde os tempos coloniais até a abolição e a república, esse esforço de legitimar o novo regime associou escravidão, barbárie e opressão à monarquia; liberdade e civilização, à república:

*Um pacto hediondo foi então selado entre a monarquia e a escravidão (...) n'uma verdadeira xipofagia que identificou os dois organismos. (...) Cinquenta anos depois veio a contra-prova, e ficou demonstrado que a vida da escravidão e da monarquia estavam na mais estreita e recíproca dependência, tanto que, perecendo aquela, pereceu logo esta; e, ainda mais, que, se já não estivesse realizada a obra de Treze de Maio, a proclamação da República que, em substância, implicava a extinção da monarquia, implicava também a abolição do elemento servil, pelo claro motivo de ser o novo regime incompatível com a escravidão.*⁴⁵

Se, de um passado mais remoto, foi selecionada uma variedade maior de heróis como representantes de um povo que trazia em si os sentimentos de liberdade e conagração – aspirações que seriam latentes em brancos e negros, unindo-os desde o período colonial — o mesmo não se deu em relação aos possíveis heróis de um passado mais recente.

Florian Peixoto, por exemplo, ganhou menções contrárias à construção de monumentos em sua homenagem. Um texto no *Almanaque Garnier* publicado em 1907 discorreu sobre a inauguração de uma estátua de Floriano em Minas Gerais. Ainda que o autor tenha reconhecido que a estátua foi “(...) acolhida por parte do nosso povo com grandes júbilos”, definitivamente Floriano não seria popular. Não bastasse isso, uma “apoteose” daquelas a ele era algo prematuro. Afinal, tinha tomado parte em uma “guerra civil cujos ressentimentos mais” mereciam “ser esquecidos que lembrados”.

⁴⁴ SILVEIRA, Xavier da. Treze de maio. *Kosmos*, Ano I, nº 5, maio, 1904.

⁴⁵ SILVEIRA, Xavier da. Treze de maio.

Como adendo a isso ainda havia florianistas pelas ruas, o que por si só evidenciaria a “inconveniência” daquele “monumento em praça pública”.⁴⁶

O que importava para Duque era a expressão alegórica do conjunto dos feitos que Floriano Peixoto deixava de herança para o seu país. Coisa que, segundo ele, o “marechal de ferro” não tinha:

*O que traz o glorificado à praça pública, o que o põe em evidência ao olhar contemplador da multidão, revivendo na memória das gerações futuras, é o ato superior da sua vida, que o fez maior entre os seus semelhantes pelo benefício prestado à cultura efetiva dos homens, à liberdade de uma raça ou à unificação nacional de um povo. (...) Assim, quando se levanta uma estátua a esse ou aquele grande homem, deve se ter em vista a maneira pela qual, ele é aceito, e admirado pela massa popular, mesmo porque, se lhe falta esta admiração, o seu monumento perde a razão de ser, nunca passará de uma figura de praça, anônima e mais ou menos decorativa conforme o seu valor estético.*⁴⁷

Para o autor, faltava a Floriano — que teve forte apoio dos jacobinos com suas agitações populares nas ruas da capital — exatamente essa admiração popular, pois homenagens em espaços públicos deveriam passar pelo “*consenso de toda uma população*” e só deveriam ser feita a heróis, ídolos ou grandes benfeitores do povo. A figura de Floriano, pelo que construiu em vida, não seria capaz de unir, de promover a identificação entre os cidadãos e a pátria.⁴⁸

Assim, esses intelectuais operaram uma espécie de adequação do passado às demandas do presente, defendido como marco de um novo tempo. Foi no passado que buscaram os elementos para fundamentar suas demandas, selecionando e ordenando determinadas experiências vividas.⁴⁹ Essa operação, entretanto, não se restringiu apenas aos heróis, se estendendo às datas nacionais.⁵⁰

No mês de maio de 1905, a mesma revista trouxe uma série de colaborações que abordaram essas três datas cívicas do mês. A defesa mais eloqüente dessas datas foi a do 13 de maio, feita por Xavier da Silveira Junior, para quem o dia era muito “mais do quem uma simples data evocadora de acontecimentos gloriosos” — no caso, “o grande ato da libertação dos cativos no Brasil”. O 13 de maio sintetizaria a expressão de dois ciclos da “civilização brasileira”: “o que foi então definitivamente encerrado e revestia ainda a ficção semi-bárbara e anacrônica das instituições coloniais, e o que nela teve

⁴⁶ Minas Gerais e Floriano Peixoto. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907.

⁴⁷ DUQUE, Gonzaga. Estátua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá.

⁴⁸ DUQUE, Gonzaga. Estátua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá.

⁴⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever história, domesticar o passado, p. 51.

⁵⁰ GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904.

início e ao Brasil deu ingresso franco no “concerto solidário dos povos”, que no século XIX, constituíam a alta representação moral da humanidade.” E esse ciclo teria se completado com a proclamação da república, pois, segundo o ele, “morrendo a escravidão morreu a monarquia, morrendo a monarquia morreria a escravidão”.⁵¹

Nesse mesmo número da *Kosmos*, comentando também sobre que seriam os mais importantes acontecimentos da “história pátria”, Olavo Bilac bradava que maio deveria ser o mês das mais importantes comemorações cívicas nacionais, às quais não era dado, porém, o devido destaque. Inconformado, afirmava "(...) que se não fôssemos um povo sem entusiasmo, celebraríamos com exaltado júbilo as duas maiores datas da nossa história": o 3 de maio ("natalício da Nação", ou o descobrimento) e o 13 de maio ("emancipação moral"; "batismo de civilização"). Essas datas tinham, segundo ele, significado especial e santo. Já o 7 de setembro e 15 de novembro assinalariam apenas duas "evoluções políticas": a primeira data marcaria a passagem de colônia à metrópole, confirmando sua existência política e a segunda, a transformação de governo hereditário em governo eletivo. Era preciso afirmar a República e a construção da nação republicana como uma mudança relacionada a acontecimentos gloriosos e não como uma obra dos militares ou do acaso.⁵²

Também para Bilac os marcos fundacionais mais importantes seriam o descobrimento — data em que se deveria comemorar o "desabrochar da Terra, cuja grandeza adormecida nem era suspeitada pelos que a vinham descobrir" — e a abolição, antes da qual o Brasil não tinha existência moral.

Assim, o autor lamentava a falta de hábito em festejar as grandes datas cívicas da "nossa história": "Não há uma comemoração nacional (...) que consiga despertar no animo d'este povo um movimento de júbilo patriótico", atribuído por ele à falta de consciência que os brasileiros teriam do valor da sua nacionalidade e do progresso conquistado até então. Daí, a falta de orgulho do presente e a desesperança no futuro.

*O Brasil está cheio de gente preta ou mestiça, que a grande lei de 13 de maio veio redimir e integrar na comunhão brasileira...Mas quantos libertos foram visitar n'esse dia o túmulo dos seus libertadores? Quantos d'eles foram beijar a sepultura de José do Patrocínio, o Cristo da raça negra, crucificado pela ingratidão e pela calúnia? Quantos deles saíram à rua, em bandos jubilosos, para festejar o grande dia do Amor e da Igualdade? (...)*⁵³

A falta de “educação cívica” seria um dos maiores obstáculos à formação nacional, sobretudo no que dizia respeito à população afro-descendente, que deveria

⁵¹ SILVEIRA, Xavier da. Treze de maio.

⁵² BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Ano II, nº 5, maio, 1905.

⁵³ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Ano II, nº 5, maio, 1905.

festejar o 13 de maio homenageando-se José do Patrocínio. Todavia, inconformado, Bilac registrou seu questionamento acerca das razões que fariam com que aquela "gente preta ou mestiça" não se sentisse - ou parecesse não se sentir ao menos nos moldes que o intelectual desejava – civicamente orgulhosa de sua pátria. Por que "essa gente" preferiria ir à festa da Penha ou brincar nos "bárbaros cordões", questionava Bilac.⁵⁴

Dois anos depois, parece ter encontrado a resposta. Em uma crônica publicada em 1907, na *Gazeta de Notícias*, Bilac relatava que ouvira dizer e lera nos jornais que os "pretos" libertados pela lei de 13 de maio eram "íngratos", já que não se congregavam numa grande festa cívica em homenagem e gratidão aos seus libertadores. Enfático, Bilac contra-argumentou que a Abolição não deveria ser comemorada só pelos descendentes de escravos, que não deviam gratidão a ninguém, muito pelo contrário. A glorificação dos abolicionistas mortos e vivos deveria ser feita pelo país inteiro, pelos que nasceram livres, pelos libertos e pelos descendentes dos escravizadores. Esses é que deveriam uma gratidão sem limites aos abolicionistas por terem livrado o Brasil da "desonra de possuir escravos" e aos próprios ex-escravos e seus descendentes pelos anos de servidão e riqueza adquiridos. Por sua vez, os libertos e seus descendentes não deveriam nada aos abolicionistas, pois com toda justiça podiam "nos lançar no rosto [Bilac incluiu-se entre os abolicionistas que criticava] o não termos ainda completado a obra da Abolição". Os abolicionistas teriam libertado os escravos, mas não os teriam instruído, não lhes teriam oferecido educação, nem lhes teriam assegurado o trabalho e, "estupidamente e cruelmente", admitiram que já haviam feito tudo. Aos homens que tinham sido explorados "como animais" e seus descendentes não haviam oferecido nenhuma instrução para que pudessem se transformar em "verdadeiros cidadãos" daquela república, afirmava resignado. Os que tinham lutado e vencido, teriam vencido sozinhos por seus próprios méritos; outros muitos teriam morrido e continuavam morrendo devorados "pela miséria, pela ignorância, pelo alcoolismo e pelo abandono moral..."⁵⁵

Mas, embora essa história da abolição tenha sido contada através dos grandes homens e enfatizando o papel preponderante dos intelectuais, é interessante notar o destaque positivo que o autor conferiu a personagens históricos negros e seu papel ativo nas lutas por causas que dignificavam a pátria. Tal investimento na consagração de homens afirmados como negros (ou como representantes da "raça negra") naquele momento convergia para a ideia de que a colaboração da "raça negra" na história pátria

⁵⁴ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Ano II, nº 5, maio, 1905.

⁵⁵ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*, 19/05/1907.

não teria ficado restrita à “afetiva e submissa dedicação (...) ao trabalho rude e extenuador de três séculos”. Como sugeriu o cronista Gil, não por coincidência, na própria *Kosmos*, suas contribuições ao Brasil também teriam se dado em termos de “mentalidades” e “heróis”.⁵⁶ E foi em busca deles que esses intelectuais olharam o passado e forjaram marcos de fundação fundamentais para a concretização de um projeto nacional naquele presente. Tal investimento pode ser visto de forma ainda mais complexa se considerarmos também as evidências de que boa parte da população negra da Corte, conforme afirmou Flávio Gomes, era simpática à monarquia.⁵⁷

Ainda em relação às escolhas de que datas comemorar, o *Almanaque Garnier* publicou em todos os seus números a lista das Festas Nacionais Brasileiras, que contava com uma data a mais do que o Decreto de 14 de janeiro de 1890 estabeleceu: a promulgação da Constituição Federal (1891). Além disso, o dia 21 de abril deixava de ser oficialmente chamado de comemoração dos “precursores da independência brasileira” para tornar-se o dia da “execução de Tiradentes” e o 15 de novembro passava de “comemoração da pátria brasileira” para “proclamação da república”: 1 de janeiro (confraternização da humanidade); 24 de fevereiro (promulgação da Constituição Federal); 21 de abril (execução de Tiradentes); 3 de maio (descoberta do Brasil); 13 de maio (extinção da escravidão); 14 de julho (Comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos); 7 de setembro (independência do Brasil); 12 de outubro (descoberta da América); 2 de novembro (comemoração geral dos mortos); 15 de novembro (Proclamação da República). De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, ao decretarem a comemoração cívica dessas datas, os republicanos estabeleceram continuidades com do passado, valorizando a lembrança de acontecimentos e heróis até então considerados perdedores pela história oficial.⁵⁸

O dia 15 de novembro, por exemplo, embora registrado como uma data importante, não foi tema de nenhuma elaboração específica. Somente Bilac o fez, mesmo assim menosprezando sua importância, pois apenas marcaria uma “evolução política”.⁵⁹ Essa era uma resposta de intelectuais republicanos civis à preponderante presença de militares no golpe que deu origem à república.

Em contrapartida, as datas que mereceram mais destaque foram o 21 de abril (Tiradentes), o 3 de maio (Descobrimento do Brasil) e o 13 de maio (Abolição da escravidão).

⁵⁶ GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904.

⁵⁷ GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 23

⁵⁸ OLIVEIRA, Lucia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989.

⁵⁹ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Ano II, nº 5, maio, 1905.

Reis Carvalho escreveu sobre a “festa nacional de 21 de abril”, na qual a nação deveria celebrar a figura de Tiradentes, evocadora da memória de todos os outros “martirizados precursores”, como Manuel Bequimão, Bernardo Vieira de Mello, Filipe dos Santos, Domingos Martins, Padre Roma e etc, e os “(...) que se perdem na imensa galeria dos anônimos sublimes.” Todos unidos pela liberdade e pela pátria. Mario Behring também mencionou o dia dedicado a Tiradentes como o momento de comemoração do “vulto republicano”, que por sua vez sintetizaria em si todas as vítimas do despotismo monárquico.⁶⁰

Foi o cronista Gil, no entanto, quem propôs a comemoração mais interessante. Para ele se deveria unir, em uma grande comemoração, o dia do trabalho, o dia do descobrimento e o dia da "reivindicação libertadora": os três marcos fundacionais deveriam ser associados à República. A sugestiva junção de datas não por acaso relacionava-se diretamente à criação do sentimento de amor à pátria e à integração dos ex-escravos e seus descendentes ao mundo do trabalho e à própria nação republicana. As comemorações do dia do trabalho e o da abolição deveriam, assim, "(...) ser identificadas na mesma representação (...)", já que se vivia, segundo ele, um processo no qual a massa de trabalhadores era cada vez mais constituída pelo "nacional" e "o nacional" era em sua maioria "o mestiço".⁶¹

Da "tragédia da escravidão" nascera o "mestiço" — uma "sub-raça". Mas logo que "tirada das agonias do cativo" teria florescido "magnificamente na vida nacional" - o que o autor comprovava citando nomes, em suas palavras, de "mestiços ilustres", como Basílio da Gama, Valentim da Fonseca, Rebouças e Gonçalves Dias. Logo concluiu que a colaboração da "raça negra" teria se dado tanto em termos da "afetividade" e da "submissão no trabalho" quanto das "mentalidades e heróis". Daí que essa unificação de datas serviria para que não se falasse mais em dia da "Abolição", da "Conquista Libertadora" ou da "derrocada do cativo". Só assim seria possível esquecer que "(...) houve um dia essa miséria no Brasil".⁶²

Fundamentando sua proposta, Gil argumentou que a data operária no Brasil não tinha o sentido de luta de "multidões de explorados e famintos (...) fazendo da parede o muro contra a fome, odiando o trabalho porque ele é o cativo e o sofrimento" como nos países europeus. O trabalhador na capital federal podia ser "pobre", mas não era o "faminto" nem o miserável que fazia greves politizadas nos países europeus, daí que no Brasil a greve nada teria a ver com a "revolta social". Havia, desse modo, um esforço

⁶⁰ Ver CARVALHO, Reis. Tiradentes e os precursores da independência brasileira.

⁶¹ GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904.

⁶² GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904.

significativo em afirmar uma convivência social e racial harmônica como característica nacional e original do Brasil. No Rio de Janeiro é que se dava "realmente a Festa do Trabalho", pois se comemorava a "glorificação do labor" que sustentava a coletividade. Assim, o autor particularizava positivamente o Brasil em relação às "(...) conturbadas sociedades do velho mundo", afinal, segundo ele, este era um país no qual não havia "(...) preconceitos nem classes".⁶³

As evidências de circulação desses temas permitem considerar que os autores dos registros analisados estabeleceram uma complexa relação com as prerrogativas racistas da época a fim de encontrar saídas positivas para o país que compatibilizassem os afrodescendentes, os mestiços e a própria mestiçagem com a idéia de civilização corrente na época. Aos nossos olhos contemporâneos esse esforço pode parecer uma batalha sem sentido, mas não podemos perder de vista que aquele universo estava impregnado por noções de superioridade e inferioridade baseadas na noção de raça.⁶⁴

A idéia de integração dos negros e mestiços à "história pátria" e a própria mestiçagem abriram possibilidades de conciliação das contradições de uma sociedade multirracial e hierarquizada. Basta lembrarmos de todas as justificativas já elencadas para a consagração de cada personagem histórico.

Nesse sentido, não podemos esquecer que os episódios e figuras retomados do passado foram mantidos afastados do debate em torno dos direitos políticos e da questão da cidadania. Embora, Olavo Bilac tenha afirmado que a obra da abolição só se completaria com a instrução e o trabalho para os ex-escravos e seus descendentes — do que dependeria a efetiva transformação dos egressos do cativo em cidadãos republicanos — a questão dos direitos políticos não foi tocada. Do mesmo modo, ainda que a ampliação da educação popular tenha sido defendida recorrentemente tanto no *Almanaque* quanto na *Kosmos*, como pressuposto para a existência de fato do "cidadão republicano", isso não correspondeu à discussão em torno da ampliação do direito do voto e da cidadania para esse "futuro cidadão" que se projetava.

Ao tratar dos textos relativos à história nesses periódicos defronta-se com as iniciativas intelectuais dedicadas à produção do "difícil equilíbrio" de elaborar núcleos de unidade cultural, capazes de incorporar/representar uma origem comum, ou o "(...) cimento da coesão grupal", nas palavras de Hobsbawm.⁶⁵ Depois da abolição (1888) e da república (1889; 1891), todos passaram a ser cidadãos iguais perante a lei. Tal afirmação significou um marco na história da construção da cidadania brasileira,

⁶³ GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904.

⁶⁴ Ver ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13.

⁶⁵ HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997, p. 23.

tornando real o princípio jurídico da equidade política. Ainda que isso não tenha representado, de fato, uma revolução social, estabelecia a possibilidade legal da igualdade de todos perante a lei e a possibilidade do acesso à cidadania.⁶⁶

Naquele presente, a formação e a legitimidade de uma nova consciência nacional dependiam da sua identificação com fatos, personagens, costumes e valores capazes de promover, a partir da história, uma possível unidade que transcendesse as diversidades – regionais, sociais, raciais e culturais que marcavam o país. Afinal, compartilhar um passado também significava alimentar “(...) o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e duradouras”.⁶⁷ Logo, o investimento na construção de uma “história pátria” deve ser considerado como uma dimensão importante da intervenção intelectual naquela sociedade.

Por outro lado, sabemos que a “história pátria” não é uma construção aleatória, mas fruto de um esforço de indivíduos, grupos e instituições que implicou atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores,⁶⁸ jamais arbitrários. E todo o esforço dos intelectuais mencionados aqui foi o de transformar determinados valores, personagens, sentimentos e acontecimentos em tradições. Esses “antigos modernistas”⁶⁹ cruzaram temporalidades distintas, esbarraram em fronteiras raciais e sociais. Transitaram por algumas, fabricaram e apagaram outras, descobrindo o Brasil a partir da integração e da fusão entre diferentes e desiguais. Afinal, essa era (ou deveria ser) a “nossa tradição”, como provariam a história forjada por eles naquele presente.

Mas mesmo considerando as evidentes limitações dessa “integração” defendida, tais formulações intelectuais acerca da história nacional permitem que seja projetada uma imagem da primeira década do século XX diferente daquele imputada pela nomenclatura tradicionalmente utilizada para nomear o período: “República Velha”.

Intelectuais, cultura cívica republicana e o compromisso com a nação

Os debates e justificativas em torno da seleção de acontecimentos, heróis e datas nacionais localizados nos periódicos citados dimensionam não só o esforço em marcar traços que distinguissem a monarquia da república, mas em associar conteúdos nacionais ao novo regime. E mais: encontramos registros que projetam a união de

⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: SOIHET, Rachel; ABREU, Martha (Org.) *Ensino da História*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 157.

⁶⁷ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o nosso passado. *Proj. História*. São Paulo, nº 17, novembro/98, p. 109

⁶⁸ Ver OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000.

⁶⁹ Aqui me refiro, especificamente, aos autores qualificados pela bibliografia clássica de “pré-modernistas”. Ver HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras/Sec. Mun. Cult., 1992, p. 289-305.

negros e brancos na luta pelas mais nobres causas nacionais.

Sabemos que durante o Império, especialmente na produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, movimentos de insurreição anteriores à independência eram silenciados. O episódio da Inconfidência Mineira era visto como movimento fracassado, como uma ameaça à unidade nacional por seu caráter local e por seu conteúdo republicano.⁷⁰ Zumbi e o Quilombo dos Palmares eram considerados ameaças ao poder constituído e à unidade nacional. Até 1910, Zumbi e Palmares eram temas ausentes da produção do IHGB.⁷¹

Mas, diante das evidências apresentadas aqui, podemos indicar que os debates em torno dos elementos históricos nacionais e do próprio processo de legitimação do regime republicano envolveu a defesa de outras figuras do passado além do ambíguo Tiradentes e de Nossa Senhora da Aparecida — “emprestada” do domínio da religião, como apontou José Murilo de Carvalho.⁷²

Então, que significados as afirmações em relação a Henrique Dias, Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama e José do Patrocínio poderiam ter em um momento fortemente marcado pela difusão das teorias raciais e de práticas racialmente discriminatórias? Investigando a construção da “História do Brasil”, Ângela Castro Gomes apontou que, “ao lado do amplo compartilhamento das teorias europeias racistas que existia na virada do século XX, crescem” — neste momento — “as divergências quanto à avaliação dos efeitos da miscigenação existente no Brasil, francamente constatada, mas nem sempre mais tão condenada”. A crença no fundamento científico dessas teorias continuava existindo, daí a própria difusão da ideologia do branqueamento. Entretanto, começava-se a ponderar de forma mais sistemática a presença ativa de índios e negros na história e na cultura, que estavam sendo forjadas naquele momento como nacionais.⁷³

Se tomarmos como referencial esses textos que valorizaram tanto a participação das três raças unidas em defesa do território quanto a presença ativa de negros nas lutas pela liberdade, incorporando-os à história pátria, pode-se afirmar que essas figuras do passado tinham a “cara da nação”, ao menos para alguns intelectuais bastante atuantes na primeira década do século XX. Atuação marcada pela noção de que o “povo brasileiro” e o “cidadão republicano” projetados precisavam ser orientados e conduzidos por intelectuais, que não abriram mão da ação política, sobretudo, através do outros

⁷⁰ CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D Pedro à construção de Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n° 40, 2001, p. 62-63

⁷¹ CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos, p. 72-73

⁷² CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*, p. 140

⁷³ Ver GOMES, Ângela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção da Casa grande e senzala. *Remate de Males*, Campinas, n° 20, 2000, p. 50.

espaços, como imprensa.

Entretanto, o tempo localizado a proclamação da república e “Revolução de 30” foi, até recentemente, denominado de “República Velha”. Embora já haja novas abordagens, a imagem geralmente atribuída pela historiografia ao período ainda o identifica com o esvaziamento dos espaços de participação política, despolitização, domínio oligárquico, vazio de ideias e de propostas alternativas de poder e de intervenção. Esta forma parcial de nomear e qualificar as primeiras quatro décadas republicanas foi elaborada por intelectuais autoritários dos anos de 1920/30, e enfaticamente divulgada durante o período denominado de “Estado Novo”.⁷⁴

Conforme Ângela Gomes e Martha Abreu afirmaram, o termo “Estado Novo” foi cunhado por políticos e intelectuais ligados ao próprio regime para pôr em relevo a suposta força transformadora daquele governo, que instaurou uma ditadura chefiada por Getúlio Vargas, em 1937. Essa operação intelectual foi fruto de um amplo projeto político-cultural, que incluiu a construção de uma imagem para aquele presente e, conseqüentemente, para o passado imediatamente anterior e para o futuro.

A partir dos seus órgãos de propaganda, o “Estado Novo” divulgou afirmações que qualificavam negativamente a I república como liberal, oligárquica, fraca, europeizada e distante do “povo”, supostamente ao contrário do que estaria acontecendo desde os anos de 1930 no país. Ao enfatizarem somente o aspecto violento e corrupto das eleições durante a I república, práticas associativas, de participação e mobilização política variadas, experimentadas por diversos atores sociais nesse período foram minimizadas, esquecidas ou apagadas.

No plano cultural a imagem projetada da “República Velha” pelo “Estado Novo”, destacava o fracasso de intelectuais em estabelecer identidades e sentimentos cívicos nacionais e republicanos e o seu afastamento do “Brasil real” — formado por uma maioria de negros e mestiços.

Mas, como vimos aqui, intelectuais de projeção nas primeiras décadas do século XX não desistiram de intervir e de dar corpo à nação republicana com uma “história nacional”, mesmo que aquela república não fosse a dos seus sonhos.

⁷⁴ Sobre o debate historiográfico acerca da I república no Brasil siga as reflexões de Angela de Castro Gomes e Martha Abreu, ver GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia. Niterói, *Tempo*, vol. 13, n° 26, 2009.

OS SUSSURROS DA PÓS-ABOLIÇÃO E OS LIMITES DA LIBERDADE EM JATAÍ

Murilo Borges SILVA¹

muriloborges.historia@gmail.com

RESUMO: Sabe-se que a pesquisa sobre o pós-emancipação nas Américas encontra uma série de impedimentos, em especial devido a dificuldade de identificarmos nas fontes do período os ex-cativos. Essa complicação, também sentida nesse estudo – que faz parte de uma pesquisa maior que objetivou analisar os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade na região de Jataí – tentou ser burlada ao buscar ouvir os sussurros da pós-abolição na literatura memorialista. Nesse sentido, o texto discute representações da liberdade, procurando evidências, ainda que fragmentadas, que possam de alguma forma nos remeter às experiências da pós-emancipação na região.

PALAVRAS-CHAVE: pós-abolição, liberdade, literatura.

ABSTRACT: It is known that the research about the post-emancipation in the Americas faces a number of obstacles, especially due to the difficulty of identifying in the sources of the period the ex-captives. This complication, also felt in this study – which takes part of a major research that aimed to analyze the last years of slavery and the liberty experience in the region of Jataí – tried to be ruined when hearing the whispers of post-abolition in the memorialist literature. In this way, the text discusses representation of freedom, searching evidences, even yet fragmented, that can refer, in any way, to experiences of post-emancipation in the region.

KEY-WORDS: post-abolition, freedom, literature.

À medida que se aproximava os últimos anos do século XIX, os aparatos político, social e econômico que sustentavam a escravidão no Brasil davam fortes sinais que o tempo do cativo estava próximo de um fim. Apesar de ter enfrentado resistências e conterem uma série de restrições, a libertação dos escravos e as legislações de 1871 e 1885 demonstravam que de alguma maneira era preciso articular o fim da escravidão. Soma-se à legislação as inquietações por parte das sociedades abolicionistas que buscavam estratégias diversas, como a criação de fundos de emancipação e a propaganda abolicionista divulgada em periódicos

¹ Professor do Curso de História da Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí, mestre em História pela PUC-GO. Pesquisa financiada pela FAPEG.

com o intuito de abolir a escravidão. Além disso, considera-se que o aprendizado de negociação e pressão (Mattos, 1998) dos escravos no contexto da segunda metade dos oitocentos, demonstrava as fragilidades do sistema escravista e as manobras dos senhores na tentativa de manter o seu poder moral sobre os cativos. É possível destacar ainda o medo branco (Azevedo, 2004) e os crimes cometidos por escravos (Machado, 1994), ameaçando a sociedade do final do século XIX. Assim, o emaranhado de todos esses elementos conduziu ao fim da escravidão no Brasil em maio de 1888.

O ato da abolição foi significado de diferentes maneiras: para alguns ele foi resultado das articulações e pressões do movimento abolicionista, para outros foi consequência da organização e pressão dos escravos que aprenderam a negociar a sua liberdade na segunda metade do século XIX, ou ainda – e este por muito tempo perpetuado e aceito pela história e memória da abolição – a liberdade teria sido concedida aos escravos em maio de 1888 como uma dádiva da princesa Isabel. De acordo com Schwarcz:

A partir do fato consumado e em meio a essa sociedade das marcas pessoais e do culto ao personalismo, a Abolição foi entendida e absorvida como uma dádiva, um belo presente que merecia troca e devolução. Por isso mesmo Isabel converteu-se em “A Redentora” e o ato da Abolição transformou-se em mérito de “dono único” e não no resultado de um processo coletivo de lutas e conquistas. (SCHWARCZ, 2007, p. 27)

A perpetuação dessa ideia e a tentativa de torná-la popular deu-se devido aos esforços exagerados da monarquia de comemorar a abolição emitindo, por exemplo, moedas festivas e condecorações a alguns negros, atitudes que consagraram a princesa Isabel como a Redentora. Entretanto, segundo as análises da autora, que observou as publicações de periódicos de São Paulo nos anos que antecederam e precederam o 13 de maio, é possível perceber que mesmo antes da emancipação já se visualizava uma tentativa de compreender a abolição como um processo que se daria de forma ordenada e sob o controle das elites brancas, além disso, era preciso assegurar a submissão e lealdade dos cativos. A apreensão da abolição a partir dessas perspectivas tinha por finalidade convencer que a liberdade dos escravos não deveria significar necessariamente mudanças ou alterações radicais, pelo contrário, essas atitudes intentavam assegurar que o cativo de ontem fosse o trabalhador de hoje e que reconhecesse na liberdade – fosse essa concedida pelo seu senhor antes do 13 de maio de 1888 ou concedida pelo Estado com a abolição da escravidão – uma dádiva, uma benevolência que, portanto, deveria ser retribuída com gratidão, lealdade e submissão. Ainda segundo a autora, essas representações da abolição intentavam esconder a violência e as tensões que marcaram a

escravidão e os seus últimos anos e, ainda, buscava assegurar, por meio do apoio dos ex-escravos, a manutenção da monarquia.

Embora o Estado e os proprietários de escravos, baseados em ideais paternalistas, esperassem dos ex-cativos submissão e lealdade, a abolição atemorizava os produtores rurais, especialmente do sudeste cafeeiro do Brasil, que se preocupavam com a falta de mão-de-obra para a lavoura. Segundo Rios e Mattos (2007), os meses que antecederam a abolição foram marcados por uma série de reuniões entre fazendeiros que haviam se antecipado ao 13 de maio de 1888 e alforriado seus escravos – o objeto desses encontros era articular a melhor maneira de conduzir a nova ordem social que parecia se desenhar. Discutia-se sobre o valor a ser pago pelo trabalho dos libertos, as relações disciplinares que marcariam a convivência dentro das fazendas, entre outras questões que intentavam evitar concorrências desleais e desordem social. Entretanto, nem sempre os acordos resultantes dessas discussões foram cumpridos, além disso, o comportamento dos libertos também reservava surpresas para os ex-senhores. Segundo as autoras:

Nem a aposta no paternalismo, nem as tentativas de controlar corporativamente o mercado de trabalho fizeram, porém com que relações extra-econômicas predominassem imediatamente nas novas relações entre libertos e ex-senhores. A competição pelo trabalhador liberto, que já se delineava em março e abril, acirrou-se ainda mais após a aprovação da lei de 13 de maio. Contraditoriamente, os mesmos que exigiam cartas de recomendações dos libertos que deixassem a fazenda de seus senhores dentro da freguesia neles representada votavam também estratégias para atrair trabalhadores libertos de outras regiões. Ainda em maio de 1888, o governo imperial publicou portaria concedendo passagens ferroviárias a grupos de trabalhadores que apresentassem contrato de trabalho nas zonas rurais. Com base nessa franquia, representantes dos cafeicultores iam até os municípios vizinhos, na luta para conseguir trabalhadores que concluíssem a colheita. [...] (RIOS e MATTOS, 2007, p.58)

Assim, as relações que se estabeleceram entre recém libertos e ex-senhores foram complexas, pois os escravos que resolveram ficar nas propriedades de seus antigos senhores logo após a abolição – o que parece ter sido a opção da maioria – não estavam dispostos a enfrentar as mesmas condições de trabalho do regime anterior. Segundo Rios e Mattos (2007), as tentativas de negociar as condições para a permanência coletiva dos ex-escravos na fazenda do antigo senhor parecem não ter sido incomuns. Entretanto, de acordo com a documentação analisada pelas autoras, pode-se perceber que os antigos senhores não estavam preparados para tais negociações, pois, em vários casos, os escravos recusaram as propostas feitas por estes e em vários outros os proprietários enfrentaram dificuldades em manter ou (re)estabelecer a ordem nas suas propriedades, já que havia escravos que se negavam a trabalhar como propunha o dono da fazenda e ao mesmo tempo negava-se a deixar a propriedade.

Ainda de acordo com as autoras, por efeito dessas dificuldades e por conta das já arraigadas negociações que se davam no campo do costumeiro, alguns antigos proprietários adotaram medidas de repreensão aos recém-libertos, a homens nascidos livres, mas que viviam sobre sua dependência e até sobre autoridades locais sobre as quais tinham alguma influência, com o intuito de manter os libertos sob seus domínios exercendo as mesmas atividades e talvez na mesma intensidade exercidas no tempo da escravidão. Em outros casos, esses ex-proprietários de terras sobrepunham papéis de fazendeiro e subdelegado, aproveitando, assim, da sua autoridade e agindo em benefício próprio, forçando os libertos a firmarem contratos de trabalhos da maneira que desejavam esses ex-proprietários. Como consequência de não aceitar as determinações desses homens que passaram propositalmente a confundir o poder privado com o poder público, os ex-escravos poderiam ser vítimas de uma série de atentados que poderiam ir de acusações de roubos até serem assassinados.

Entretanto, é preciso considerar que as relações de trabalho na pós-abolição são mais complexas do que a simples discussão sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo Lara (1998), a historiografia reproduziu e perpetuou por muito tempo a ideia de que com o fim da escravidão o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho dos imigrantes. Assim, como em um passe de mágica, aqueles que, por muito tempo, foram encarregados do trabalho, desapareceram da história do trabalho no Brasil, isso porque essa mesma historiografia produzida no fim do século XIX até meados do século XX procurou estabelecer uma explicação de ruptura entre o fim do trabalho escravo e o início do trabalho livre. Segundo a autora:

Assim, a abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu. O próprio termo “substituição” chegou a ganhar contornos cada vez mais fortes. [...] (LARA, 1998, p. 27)

A crítica feita pela autora permite que se perceba que o trabalho de ex-escravos deu-se de diversas formas tanto durante a escravidão quanto após a abolição, sendo, portanto, presença constante nos trabalhos das fazendas e de forma mais restrita nas cidades. Nesse tocante, há de se considerar também as diferentes percepções de liberdade e trabalho que foram construídas no final do século XIX e início do XX, segundo Lara,

Às vezes, ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições; outras vezes, significou poder reconstruir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a mais ninguém, e, aqui, a palavra liberdade adquire dimensões econômicas, conectando-se à luta pelo acesso à terra: durante a escravidão e depois da abolição, muitos ex-escravos lutaram para manter condições de acesso à terra conquistada durante o cativeiro. Como se pode ver, estamos bem longe de entender a liberdade como a possibilidade de vender “livremente” a força de trabalho em troca de um salário. (LARA, 1998, p. 28)

O que se percebe, porém, é que diversas relações de trabalho foram estabelecidas entre libertos e ex-senhores, não estando os ex-escravos substituídos e, portanto, eliminados dessa relação como sugeriu autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e José de Souza Martins². Segundo Lara (1998), o feito que alimentou essa ideia por algum tempo refere-se ao fato de que, em São Paulo, houve um grande contingente de mão-de-obra imigrante e, como os ex-escravos carregavam com eles aprendizados resultantes das experiências do tempo do cativeiro, as exigências destes em relação às condições de trabalho eram maiores do que a dos imigrantes, o que levou aos proprietários de terra paulistas a preferirem estes últimos. Contudo, o problema dessa percepção diz respeito a sua extensão em todo o território brasileiro, ignorando as particularidades regionais, pois é sabido que em algumas localidades a presença dos imigrantes foi relativamente ínfima.

Uma outra característica desse momento, que sucedeu a abolição, notada por Rios e Mattos (2007) no Rio de Janeiro, também evidenciada por Santos (2010) para a região de Goiás, refere-se às diversas categorias de trabalhadores rurais, nas quais tanto ex-escravos como trabalhadores livres constituíam uma massa de agregados, meeiros, parceiros e peões. Para a região descrita por Rios e Mattos (2007), após a primeira década do século XX o sistema de parceria parece ter sido predominante. Nesse tipo de relação, apesar da inexistência de contrato escrito, o proprietário da terra determinava sobre quais produtos recairia a parceria, era, portanto, permitido ao parceiro que além de cultivar produtos que fossem divididos com o senhor, cultivar também sem qualquer ônus, roças de subsistência nas terras ocupadas. Nas áreas de parceria, o trabalho familiar era predominante, o que acontecia, aliás, com as camadas sociais ligadas à terra, até mesmo dos proprietários que se viram obrigados, com o fim do trabalho escravo, a serem também trabalhadores e não apenas consumidores de renda, como corrobora Rios e Mattos,

² De acordo com Lara (1998), esses autores utilizam nas suas obras, *História econômica do Brasil* (1961), *A integração do negro na sociedade de classes* (1978) e *O cativeiro da terra* (1979), respectivamente as denominações como substituição ou expelir, para configurar a ideia de que os trabalhadores imigrantes assalariados foram os escolhidos pelos fazendeiros, em detrimento do trabalho dos ex-escravos.

[...] o trabalho familiar consistia no eixo básico da organização agrícola da região, perpassando por todas as camadas sociais ligadas à terra, inclusive os proprietários, que, na maioria dos casos, não mais podiam se manter exclusivamente como consumidores de renda, mas tinham eles mesmos – com sua família – que trabalhar pelo menos parte das suas terras. Em todos os casos [...] os filhos estava presos aos pais até os 21 anos, só então podendo casar-se ou tomar qualquer outra decisão sobre suas vidas e pessoas. (RIOS e MATTOS, 2007, p. 69)

Em Goiás, as relações de trabalho que se desenharam após a abolição da escravidão não parecem ter sido muito destoantes das regiões analisadas por Rios e Mattos. Segundo Santos (2010), é possível observar para a região que a população rural estava organizada após a abolição³ em agregados, meeiros e peões, predominando também o trabalho familiar. Contudo, esse tipo de configuração do trabalho e de ocupação da terra, teria se estabelecido em Goiás após o período minerador que acabou fragilizando a economia da Província, obrigando vários proprietários de terra a utilizarem a mão-de-obra familiar e a força de outros trabalhadores livres – uma vez que a condição econômica então vigente dificultava a aquisição de novos escravos. É importante ressaltar ainda que o tipo de atividade econômica que se desenvolveu na Província após a rápida fase mineradora foi predominantemente a agropastoril, na qual não há necessidade de uma grande quantidade de trabalhadores.

Segundo Brandão (1977), com o fim das atividades mineradoras em Goiás, alguns escravos foram ocupados em serviços domésticos e ofícios urbanos, mas quase todos foram destinados aos trabalhos rurais. O ritmo de trabalho das fazendas de criação apresentava aos escravos uma maior independência em relação ao seu senhor e os aproximavam das experiências dos trabalhadores livres com os quais estava em constante contato. Isso, entretanto, não significa dizer que a escravidão nesse tipo de relação de trabalho era insignificante ou benevolente. Pois, insistimos que mesmo não estando o tempo todo sob as vistas do senhor ou de um capataz da fazenda, o escravo continuava a sustentar o status da escravidão e carregava consigo os preceitos e preconceitos de tal denominação. Todavia, as observações de Brandão (1977), retomadas por Santos (2010), aproximam-se das considerações de Lara (1998) e evidenciam que, mesmo antes da escravidão, ex-escravos já possuíam experiências de trabalho livre, experiências estas que em muitos casos se estenderam à pós-abolição.

³ Isso, contudo, não significa dizer que antes da abolição não existisse esse tipo de organização do trabalho na região, pois, ao que parece antes mesmo da abolição já era possível encontrar livres e ex-escravos que eram peões, meeiros ou agregados. Descrições desse tipo de relações trabalhistas podem ser encontradas, por exemplo, em descrições de viajantes como Saint-Hilaire, que em sua passagem pela Província de Goiás em 1819, descreve a presença dos agregados nas fazendas.

Essas mesmas configurações podem ser observadas para Jataí, onde parte da população de ex-escravos parece ter se tornado agregada em fazendas da região, e outra, tornado empregadas em casas de seus antigos senhores. Contudo, ressaltamos que estes não devem ter sido os únicos destinos dos libertos de Jataí, entretanto, as fontes com as quais foi possível trabalhar nessa pesquisa nos direcionam para esses caminhos, revelando apenas uma das facetas da pós-abolição. O que pressupõe que outros trabalhos podem se desdobrar desse e provavelmente contribuirão para outras leituras das experiências da liberdade na região. Todavia, não podemos deixar de mencionar as dificuldades de nos remetermos a pós-abolição devido à dificuldade de identificar nos registros disponíveis à discriminação da cor nos homens livres a partir de meados do século XIX, ou de algum outro elemento que nos permitisse identificar se o mesmo tinha sido escravo ou não, segundo Rios e Mattos,

[...] sabemos hoje que são inúmeras e ainda insuficientemente exploradas as fontes relativas à escravidão no Brasil, tendo em vista o estatuto jurídico específico que recaía sobre os escravos e que os transformava numa categoria classificatória necessária em quase qualquer tipo de fontes primárias do período. Quando se trata do período pós-emancipação, entretanto, tem-se apenas (e mesmo assim precariamente) as designações de cor como via de acesso aos ex-cativos.

Esta é uma dificuldade geral nas pesquisas sobre a experiência histórica pós-emancipação nas Américas. No Brasil, entretanto, é especialmente acentuada, não apenas pela inexistência de práticas legais, baseadas em distinções de cor e raça ou pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da abolição, mas pelo desaparecimento, que se faz notar desde meados do século XIX, de se discriminar a cor dos homens livres nos registros históricos disponíveis. Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente. (RIOS E MATTOS, 2004, p.176)

Frente a essas dificuldades, foi preciso buscar pelos sussurros da pós-abolição, procurar evidências, ainda que fragmentadas, que pudessem de alguma forma nos remeter às experiências da pós-emancipação. Nessa empreitada, a literatura memorialista contribuiu significativamente, permitindo que tivéssemos acesso a representações da vida de homens e mulheres que viviam suas experiências de liberdade após o 13 de maio de 1888, experiências estas que talvez outras fontes não pudessem nos revelar.

Nesse sentido, analisamos a obra de França (1995) e nos atentamos às descrições que o autor faz da chegada da notícia do fim da escravidão em Jataí. O recorte temporal do autor nos conduz até o ano de 1900, quando morre o último dos pioneiros. Nesse percurso final da sua obra e, essencialmente após a abolição, é perceptível a ausência dos negros que parecem ter desaparecido da história ao se tornarem livres. As menções sobre essa população, que

antes apareciam de forma mais constantes na obra, tornam-se raras nas linhas que passam a ser traçadas pelo autor.

A abolição da escravidão teria chegado a Jataí algumas semanas depois do ato oficial de 13 de maio de 1888. Segundo França (1995), um indivíduo portando uma carta para José Manoel Vilela espalhou pela Vila a notícia da abolição, antes mesmo de entregá-la para o coronel. Segundo o portador da notícia, a princesa Isabel tinha libertado todos os escravos. Chamamos a atenção para esse trecho, pois, observadas as palavras do autor podemos perceber que a abolição para aquela gente e, provavelmente para o próprio autor devido a sua descrição, tinha sido fruto de uma decisão da princesa do Brasil. Essa percepção da abolição enquanto uma dádiva de Isabel endossa as análises de Schwarcz (2007), que percebe na imprensa e nos atos simbólicos posteriores a abolição, a tentativa de construir em torno de Isabel a imagem da mesma enquanto “A Redentora”.

Após notificar José Manoel Vilela sobre a abolição da escravidão, que se espantou com a mesma, o coronel procurou por José de Carvalho Bastos e Serafim de Barros, outros dois pioneiros, para lhes informar sobre o acontecido. Segundo descrições do autor, o primeiro reagiu com tranquilidade ao fato e disse que já esperava por isso, ao passo que o segundo indignou-se com o ato da princesa e questionou como se dariam as relações de trabalho dali em diante, pois na visão desse pioneiro, os escravos apenas sabiam “trabalhar debaixo de chicote de branco” (FRANÇA, 1995, p. 220). José Manoel Vilela admitiu que já tinha ouvido falar nessa provável abolição, mas não acreditava que ela viesse a se concretizar um dia.

Essas passagens da obra nos informa que as ideias sobre a abolição eram de conhecimento de proprietários da região, mas devido a indignação de dois desses pioneiros inferimos que não havia na região uma campanha abolicionista significativa, como a que parece ter existido na capital da província. Além disso, ao atribuírem à princesa Isabel a responsabilidade pela abolição, os pioneiros ignoram outros elementos que colaboraram para a realização da emancipação, assim, são esquecidos ou não faziam parte do cotidiano dos pioneiros as pressões pela abolição advindas de um organizado movimento abolicionista que ganhou importante expressividade nos anos finais da escravidão no Brasil. Ou ainda, as investidas dos escravos contra a escravidão podiam ser entendidas por esses homens apenas como uma reação natural à opressão, não as caracterizando como ações políticas que expunham as práticas e estratégias de negociação e resistência dos cativos ao sistema escravista.

O posicionamento do autor da obra, que diz ter começado a escrevê-la em 1942 e impressa pela primeira vez em 1953, também é observado nesse contexto, pois pode nos informar sobre as concepções que permeavam o seu universo nesse momento. Como vimos, devido a ausência de referências ao movimento abolicionista e as estratégias dos escravos para conseguirem a liberdade, parece o autor também coadunar com a ideia de que a abolição foi uma dádiva da princesa Isabel, ou ainda mostra-nos a dificuldade nesse momento de assumir que havia uma oposição organizada contra a escravidão, uma vez que o autor escreve em um período no qual predominava a ideia de democracia racial disseminada principalmente pela obra de Gilberto Freyre, que intentava construir a ideia de uma escravidão amena e benevolente no Brasil, marcada pelas ações paternalistas entre senhores e escravos.

França (1995) prossegue sua escrita referindo-se a um diálogo entre José Manoel Vilela e Serafim de Barros, procurando demonstrar a estranheza e o receio que a abolição causou nesses pioneiros.

- Serafim, a gente carece de terminá a cadeia o quanto antes.

- A mode que, coronel?

Quis saber o ouropretano, na sacada de ferro do sobrado, onde conversavam à noitinha.

- A princesa dona Isabel deu liberdade pros negro e o xadrez vai ser pequeno prá bota os vadio. (FRANÇA, 1995, p. 220)

Em sua escrita, França (1995) enfatiza a preocupação dos pioneiros em terminar a cadeia pública em 1888, ao evidenciar as tensões causadas pela abolição, especialmente do ponto de vista dos proprietários de escravos. Entretanto, segundo documento presente no Cartório de Notas do 1º Ofício de Jataí, é possível verificar que o prédio de Câmara e Cadeia já havia sido concluído, pois em abril de 1885, o mesmo foi doado por José Manoel Vilela e José de Carvalho Bastos à Fazenda Pública da Província de Goiás. A exposição minuciosa que o documento faz do prédio, descrevendo inclusive a mobília, possibilita-nos, portanto, afirmar que o prédio já estava concluído, e que o fato de França (1995) utilizar-se em seu diálogo da necessidade de terminá-lo pode ser uma evidência da sua tentativa de enfatizar o medo da elite branca com a abolição. Contudo, ainda segundo o autor, apesar das especulações, os negros libertos não promoveram embaraço à ordem pública em Jataí.

Para muitos proprietários, a ausência do trabalho forçado levaria os negros a viverem de forma desregrada, já que entendia-se que eles não estavam preparados para a vida em liberdade, sendo dependentes do controle dos senhores. Dessa forma, acreditava-se que os libertos se transformariam em vagabundos, pois se negariam a trabalhar e a comportar como sugeriam os padrões para o período. Esse receio da abolição, já discutido anteriormente por

Azevedo (2004), levou a uma intensificação de pedidos para o aumento do número de policiais e melhores condições para os prédios públicos de cadeia como forma de garantir a segurança da população e protegê-la das possíveis atitudes desordeiras dos recém libertos. Como evidência desse receio, além das atitudes já mencionadas por Azevedo (2004) e Machado (1994), o comportamento policial assumiu em algumas localidades características de perseguição sobre os negros livres. A esse respeito, Silva (2006) demonstra, ao analisar reclamações de negros perseguidos pela polícia no pós-abolição, publicadas em alguns periódicos no Rio de Janeiro, a concepção de alguns setores sociais de que os negros não eram civilizados e a vida em liberdade era um perigo eminente, o que acabava por incitar a violência cometida pela polícia contra a população negra. Segundo o autor,

Foi uma época de grandes mudanças e desequilíbrios para a comunidade negra. Mais de uma década depois da Abolição/República, em 1900, uma parcela significativa da população recém-liberta não encontrou ainda lugar no sistema reprodutivo e, por toda parte, uma massa considerável de desempregados e subempregados ocupava os espaços urbanos assustando o cidadão comum. As inúmeras reclamações contra “capoeiras e desocupados” revelam não apenas a grande preocupação da sociedade no tocante à segurança pública, mas também as representações do negro vigente no período pós-escravista. (SILVA, 2006, p. 351)

Apesar das considerações do autor terem sido formuladas para o Rio de Janeiro, podemos aproximá-las de Jataí quando nos referimos ao documento elaborado e aprovado pela Câmara de Jataí em 1887, ainda sob o regime da escravidão. Uma leitura atenta do documento pode nos revelar algumas preocupações dos políticos locais em moldar e estabelecer limites para o comportamento da sociedade. Esse documento teve validade até 1918 quando o crescimento da cidade obrigou que outras normas sociais fossem estabelecidas para a região. O código de posturas torna-se importante para essa análise, pois foi elaborado em um momento em que a abolição já ameaçava a população e, portanto, representava as normas de comportamento que deveriam seguir a sociedade, inclusive os libertos e possivelmente aqueles escravos que ainda seriam livres. Destacamos no documento, o subtítulo “tranqüilidade”, os itens 31º e 32º que dizem:

31º - Aquelles que dentro da Villa levantar alaridos ou vozes desordenadas em horas de silencio, sem necessidade, ou que, em lugar publico, injuriando a outrem com palavras offensivas, e estando embriagado será recolhido á cadeia por 48 horas.

32º - Ficam prohibidos os cateretês e outras danças semelhantes com palmas e bebidas espirituosas dentro da Villa, salvo obtendo licença da autoridade competente. (CÂMARA MUNICIPAL, 1887).

Segundo o dicionário Aurélio, o cateretê é uma dança rural cantada, popular, que tem provável origem portuguesa, mas que sofreu no ritmo alterações por influência negra. Para a execução da dança formam-se duas filas, uma de homens e outra de mulheres que em alguns momentos sapateiam e batem palmas. Diante dessa definição e do caráter popular do cateretê não é difícil supor que a dança era comum entre escravos, libertos e pobres. Assim, as danças e o consumo de bebidas alcoólicas quando praticados por esses grupos sociais marginalizados era entendido como perturbação da ordem pública. Podemos, portanto, entender os códigos de postura, elaborados em diversas localidades no final do século XIX e início do XX, como elementos disciplinadores, que em muitos casos tiveram por objetivo evitar que negros e outros pobres perturbassem ou ameaçassem a ordem pública.

Apesar das inúmeras determinações descritas no Código de Posturas da Câmara Municipal da Villa de Jatahy, não encontramos na documentação consultada registros que revelem que, após a abolição, os negros agiram de forma a perturbar a ordem pública ferindo os preceitos do código de posturas. Pelo contrário, como informa França (1995), os negros ex-escravos teriam comemorado de forma pacífica e ordenada a liberdade. Apesar disso, destacamos uma correspondência do delegado de polícia de Jataí para o chefe de polícia da Província de Goiás, que despertou nossa atenção:

*Villa do Jatahy, 12 de dezembro de 1889.
Exm^o Sr. Antonio José Pereira
M. D. Chefe de Policia da Província de Goiaz.
Comunico-lhe, muito constrangido, que depois de prender o indivíduo conhecido por Zé Magro, por crime declarado de omicidio, o seu **senhor e patrão** Serafim José de Barros veio até esta delegacia e ordenou aos policiais de plantão que o soltassem. Diante daquele cidadão de muita respeitabilidade na região, os ordenanças não ofereceram resistência e libertaram o preso, sem o meu conhecimento.
Aguardo instruções para instalar processo para apurar responsabilidades. O principal envolvido está detido.
Deus Guarde V. Excia.
Antônio Soares Rodrigues
Delegado de Polícia (RELATO DO CHEFE DE POLÍCIA, 1889)*

Nesse documento, vemos que algumas questões que eram de responsabilidade pública continuavam a ser resolvidas de maneiras costumeiras nos espaços privados, o que acabava gerando constrangimentos como o enunciado pelo delegado Rodrigues em sua correspondência. A atitude de Bastos lembra os posicionamentos tomados por alguns senhores durante a escravidão que não querendo perder a mão-de-obra cativa acabavam defendendo escravos criminosos. Nesse caso, suspeitamos que o tal Zé Magro seja um ex-escravo de Bastos devido o termo utilizado por Rodrigues que diz ser Bastos senhor e patrão de Zé Magro. O termo “senhor” pode ser resquício da época da escravidão, induzindo-nos a

imaginar que, mesmo com a abolição, alguns senhores continuaram a exercer sobre seus antigos escravos certa dominação, sendo estes reconhecidos ainda como senhores daqueles que lhes prestavam algum tipo de serviço.

Como discutimos anteriormente, os destinos dos libertos após a abolição foram diversos, Rios e Mattos (2004, 2005 e 2007) revela-nos que enquanto alguns optaram pelo deslocamento para outras regiões, entendendo a mobilidade territorial como um dos benefícios da liberdade, outros permaneceram nas fazendas dos seus antigos senhores. Nesse caso, nem sempre pode-se afirmar que se tratou de uma opção, pois em muitos casos as relações sociais e familiares que esses libertos tinham construído durante o cativeiro eram importantes socialmente e sentimentalmente o que impedia o deslocamento. Assim, é possível observar famílias inteiras que permaneceram unidas nas fazendas e passaram a desenvolver variadas relações de trabalho com os seus antigos senhores. Essa permanência em determinadas fazendas esteve também relacionada ao tratamento que era dado aos escravos durante o cativeiro. Dessa forma, as concepções de bom e mau cativeiro que os escravos adquiriram ao longo da segunda metade do século XIX, ressaltadas por Mattos (1998), ajudaram nas decisões de permanecer ou deslocar-se para outro lugar ou de negociar as condições de trabalho às quais ficariam submetidos. Segundo Rios e Mattos,

Decidir ficar, obviamente, não significava concordar em manter as mesmas condições de trabalho do regime anterior. Enterrar a palmatória e o vergalho podia fazer pouco sentido para os libertos, se o homem que os usava continuasse a dar as ordens. Casos [...] no qual os antigos escravos tentaram negociar coletivamente com o ex-senhor as condições para a sua permanência na fazenda, não parecem ter sido incomuns. Existem referências a alguns, nos quais grupos de libertos recorreram aos párocos locais e mesmo a agentes policiais para apresentar suas condições de permanência aos antigos senhores. [...] (RIOS e MATTOS, 2007, p. 60)

Para Jataí, as fontes que nos dispusemos a consultar para a pesquisa não nos permitem afirmar se a maioria dos ex-escravos permaneceu com seus antigos senhores ou não. O que foi possível perceber a esse respeito foram algumas atividades desempenhadas pelos escravos e o destinos de alguns outros. Em nenhum dos casos objetivamos fazer das informações que dispomos generalizações, apenas, sugerimos algumas experiências entre muitas outras que devem ter existido. Como expresso anteriormente buscamos esses sussurros especialmente na literatura memorialista. Soma-se à obra de França (1995) a de Lima (1988) que também escreve sobre suas memórias de Jataí e região. Ainda, sobre Lima utilizamos uma outra obra escrita em 2004, contudo, caracterizada como um romance.

França (1995) ao descrever a morte do pioneiro José Manoel Vilela e as solenidades que a procederam, em dezembro de 1894, identifica entre os demais presentes no velório “uma negra velha com a cafeteira e o prato de bolinhos fritos, seguida de mulata menos idosa empunhando a bandeja de xícaras e a bacia d’água para enxaguá-las.” (FRANÇA, 1995, p. 238). Ao que parece, o trabalho doméstico na região foi exercido por um longo tempo por escravas, normalmente solteiras ou viúvas. Ainda durante a escravidão pode ser observado pelo censo de 1872, que 39,5% das mulheres de Jataí exerciam serviços domésticos, seguidos por 35,3% de mulheres que eram lavradoras. Segundo Cunha (2007), o trabalho doméstico foi durante a escravidão, especialmente na segunda metade do século XIX, uma atividade de relevância para as mulheres escravas e mesmo após a abolição os serviços domésticos continuaram a exercer importantes funções na sociedade, sendo criada inclusive instituições de ensino que além de uma educação formal, ensinava meninas pobres a se tornarem boas domésticas. Segundo a autora, essa preferência pelas mulheres no serviço doméstico, refere-se a representações construídas socialmente que associam domesticidade e gênero baseados em pretextos de que as criadas eram mais habituadas ao serviço doméstico, pois esse era aparentemente mais leve do que os serviços no campo. Além disso, essas mulheres pareciam menos inofensivas à vida íntima da família e era, portanto, considerada mais dócil e amável para estar com a senhora e com seus filhos. Essa associação das mulheres com a domesticidade reforçava as hierarquias sociais, pois intentavam demonstrar que as mulheres pobres e em grande parte negras e pardas, teriam a função social de servir.

A escritora jataiense Maria Eloá de Souza Lima, em suas obras destaca principalmente o papel das mulheres no cotidiano dos sertões goianos nos anos posteriores a abolição. O romance *Ana Prudenciana* nos chamou a atenção em um primeiro momento pela imagem que traz na sua capa – parecendo revelar aspectos do cotidiano do trabalho feminino em uma fazenda. A pintura feita por José Miguel Filho, nos revela mulheres negras em diferentes ocupações no terreiro da fazenda onde uma cozinha, a outra lava, outra parece limpar e outra carregar lenha, e assim as atividades domésticas iam sendo realizadas. Se a capa já prenunciava que a leitura daquele livro poderia ser interessante para a pesquisa o seu conteúdo revelou-se ainda mais significativo. Apesar de ser um romance, as descrições da autora possibilita-nos o acesso a um tempo escoado, que outras fontes não podem nos contar, mas que representa aspectos de um passado que em uma observação atenta pode ser (re)significado e contribui para a construção de cenários da pós-abolição na região.

O romance *Ana Prudenciana* conta-nos a história de uma menina negra, que dá nome a obra – filha de Zé Pedro, um rico fazendeiro da região dos sertões do sudoeste de Goiás,

com Ostáquia, uma mulher negra e pobre que morou durante algum tempo na Fazenda Barro Branco, cenário onde se desdobra a maior parte da história de Ana Prudenciana que foi caracterizada na obra como sendo negra, de cabelo carapinha e beiços largos. A Fazenda do Barro Branco era administrada por Maria Maculada, mãe de Zé Pedro. Apesar da presença do filho, quem passou a dar as ordens na fazenda após a morte do marido foi Maria Maculada, que é descrita como uma mulher forte e impiedosa capaz de muitas atrocidades para conseguir aquilo que deseja. Além disso, a personagem foi caracterizada como uma mulher preconceituosa e que destratava os negros que viviam naquela fazenda, especialmente as mulheres negras que estavam dentro de casa nos serviços domésticos.

A história de Ana Prudenciana e do cotidiano da Fazenda Barro Branco é narrada por uma negra chamada Vitalina que realizava trabalhos domésticos na fazenda. Ela e duas irmãs foram criadas por Maria Maculada, pois seus pais morreram quando as três ainda eram muito novas. Assim, a dona da fazenda assumiu a responsabilidade da criação das mesmas, ensinando-lhes o serviço e mantendo-as como criadas. Ao que parece, apesar de Lima (2004) não fazer menção a datas no início do livro, os acontecimentos que se desenrolam na obra parecem ter se dado logo após o fim da escravidão. Pois, mais adiante já no final da história, que durou em torno de 20 anos, a autora menciona o ano de 1911.

Vitalina, que tinha apenas dez anos quando Ana Prudenciana chegou ao Barro Branco, foi quem cuidou dela. Ana Prudenciana, de três anos, foi morar com o pai depois da morte da mãe que morava em uma fazenda próxima. Seu pai ficava muito tempo fora por conta do serviço, o restante da família – a avó Maria Maculada e suas outras filhas – não gostava da *negrinha* e a tratava muito mal. Por isso, era Vitalina que a tinha por perto e dava-lhe algum carinho ou fazia algum agrado quando Maria Maculada não estava por perto. Logo, a atenção de Vitalina com Ana Prudenciana teve de ser redobrada, pois o pai da menina, Zé Pedro, morreu pouco tempo depois de ter levado a filha para o Barro Branco, deixando-a sob a guarda da avó que não a queria bem. Após a morte do filho, Maria Maculada mandou que Ana Prudenciana fosse dormir junto com as outras três negras domésticas da casa – Vitalina e suas irmãs – em um quarto próximo a cozinha. Assim, Ana Prudenciana tornou-se mais uma das criadas da avó e de suas filhas e netos.

Lima (2004) procura evidenciar nessa obra uma das facetas da pós-abolição, apresentando o sofrimento de negros que continuaram submetidos ao poder de seus ex-senhores ou de outros brancos que continuavam a manter sobre eles algum tipo de dominação e, em muitos casos, esse domínio não era apenas moral, mas também físico. Assim, em diversos momentos, Lima (2004) enfatiza o medo dos negros do Barro Branco, em especial

das mulheres negras, de serem castigadas fisicamente por Maria Maculada, que continuava a bater em suas criadas mesmo depois do fim da escravidão. Como pode ser observado em uma das passagens da obra em que Maria Maculada agride Vitalina:

Ela veio e, sem que eu esperasse por isso naquela hora, dependurou-me pela orelha e foi puxando, puxando, sem que eu soltasse um ai, ai, pois eu era emburrada e era capaz de morrer debaixo das lambadas do rabo-de-tatu sem pedir pelo amor de Deus como a Matilda mais a Godofreda e a Ana Prudenciana costumavam fazer, fracas diante da força da munheca da velha Maria Maculada e do peso do braço que caía em cima do nosso lombo sem dó. (LIMA, 2004, p. 153)

Ressaltamos que Maria Maculada via-se no direito de agredir suas criadas, pois, havia cuidado das mesmas desde quando eram crianças, isso porque havia no Barro Branco outros negros, homens, que trabalhavam com o gado ou com alguma plantação e não há na obra nenhuma descrição em que Maria Maculada os agride. Todavia, percebe-se nessa violência a submissão e alguns resquícios das práticas de castigo que estiveram presentes no tempo do cativo, vislumbrando assim que o tempo da liberdade para alguns foi marcado por algumas práticas que eram costumeiras no tempo do cativo.

Nesse tocante, lembramos os estudos de Rios e Mattos (2005) no Rio de Janeiro, especialmente as análises que as autoras fazem das entrevistas concedidas por descendentes de ex-escravos, onde é possível perceber as continuidades e discontinuidades entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade, segundo as autoras:

Se a mobilidade espacial e o trabalho familiar aparecem como os principais marcos definidores da nova experiência de liberdade, o trabalho duro nos campos e a continuidade do poder dos fazendeiros aparecem como os principais eixos de continuidade entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade (RIOS e MATTOS, 2005, p. 121).

Contudo, é preciso lembrar que essa liberdade de deslocamento não era muito fácil para alguns como Vitalina, suas irmãs e Ana Prudenciana, pois, além de não terem constituído família, estavam de algum modo preso a Maria Maculada que havia cuidado das mesmas desde a morte de seus pais, quando estas ainda eram crianças. Esse receio de alguns ex-escravos ou descendentes de escravos de abandonar a fazenda em que viviam encontrava respaldo nas ameaças dos donos da fazenda que às vezes ainda batiam e até matavam aqueles que consideravam ingratos ou que de alguma forma os contrariasse. Entretanto, atitudes assim não devem ser generalizadas nem dar margens para compreender a abolição da escravidão como um não acontecimento, ou seja, um acontecimento que não mudou em nada a sociedade mantendo-a da mesma forma. Pelo contrário, esses atos enfatizam apenas as inúmeras dimensões que a liberdade assumiu no Brasil (Mattos, 1998).

Se em *Ana Prudenciana*, é possível perceber os limites da liberdade a partir dos sofrimentos que enfrentavam as negras do Barro Branco – tais como ameaças de castigo físico, o trabalho exaustivo, as dores físicas que deveriam ser sentidas em silêncio, as humilhações, o preconceito de cor, entre tantos outros embaraços enfrentados pelas criadas e pela neta preta de Maria Maculada – em *Serra do Cafezal*, Maria Eloá de Souza Lima, conta-nos a história de sua avó Maria Floriana. Apesar de a população negra não ser personagem principal da obra, os negros aparecem constantemente nas lembranças da autora ao rememorar as histórias contadas pela avó, e relembrar também as suas enquanto moradora da região.

Serra do Cafezal, por ser um livro de memórias, permite-nos identificar em diversos momentos as concepções da autora sobre distintos acontecimentos que rodeava seu mundo. A autora mostra-nos nas suas páginas seus posicionamentos políticos, suas ideologias, sonhos, medos e frustrações. E mais uma vez descreve com muita admiração e encantamento as belezas dos sertões goianos. Contudo, não deixa de registrar sua indignação com aquilo que discordava – e o preconceito contra os negros é um deles.

Maria Eloá de Souza Lima tem a ideia de escrever a história da sua avó em 1945, contudo a obra só veio a ser retomada e concluída na década de 1980. Para tanto, a autora utilizou-se das anotações que fez em 1945 e também de suas memórias. A avó de Lima nasceu no ano de 1879, contudo, Maria Floriana, começa a narrar sua história para a neta a partir do dia que conheceu o seu primeiro marido, avô de Lima. Nesse momento da obra, as observações da autora nos chamam a atenção, pois a mesma descreve que, apesar da admiração que tinha pela avó, lamentava o preconceito que ela tinha contra os negros.

Em diversos momentos da obra, a autora demonstra essa tristeza com os atos da avó. Esses registros são quase sempre precedidos por falas da sua avó em que a mesma demonstrava perceber os negros com inferioridade.

[...] eu deplorava em minha avó o fato de que, mesmo sendo altruísta, bondosa com os que dela se acercassem carecendo de ajuda, ela era contudo terrivelmente racista. E o meu pai não lhe ficava atrás. Magoava-me vê-la agredir o Indalécio e a Leocádia com palavras de uma severidade excessiva, por vezes cruel. Ralhava com eles por qualquer dê-cá-aquela-palha e fazia questão de arrematar sempre com uma alusão à cor deles. O que fazia de maneira mordaz e ferina.
- Ô negrinho lerdo, meu Deus! Parece que tem chumbo no pé! Paciência com preto tem que ser muita, do contrário...
- Vocês viram? A Liocádia esqueceu de por doce nesse café! Idéia de negro é curta mesma! (LIMA, 1988, p. 55)

Contudo, as passagens que mais nos interessam nessa obra de Lima dizem respeito às inúmeras visitas que ela faz no ano de 1945 aos agregados da fazenda da avó. Isso porque é possível a partir das descrições da autora perceber as possibilidades de deslocamento e

arranjos de trabalho presentes na pós-abolição na região de Jataí. A fazenda da avó de Lima chamava Buriti e, segundo descrição da autora, em 1945 ainda era muito grande, mas já se encontrava em decadência devido às dificuldades que a avó, já velha, tinha em administrar tudo sozinha, depois do falecimento do seu último marido.

Maria Floriana até tinha se casado outras vezes, mas pelo que narra Lima (1988) nenhum deles parece ter sido tão amado, honrado e trabalhador como o primeiro. Apesar disso, vemos com cuidado todas essas adjetivações, pois, sabemos que Lima pode ter privilegiado o primeiro marido de Maria Floriana por ser seu avô. Temos uma ideia das proporções de terras que a avó de Lima chegou a possuir quando a mesma descreve o que o primeiro marido havia deixado para ela quando morreu:

O Joaquim Francisco comprou esse lugar aqui com quatrocentos e sessenta alqueires de terra ao redor. Mais tarde, ele comprou setecentos e vinte alqueires de terras já divididas na fazenda Ponte de Pedra e mais três mil e setecentos e dezenove na fazenda da Pedra. Todas essas terras ficaram aqui na região da Serra do Cafezal. Ele comprou também umas terras do Zé Silvestre da Costa Lima lá na fazenda Douradinho onde mais tarde ele montou o retiro da Ronda. Quando o seu avô morreu, agente tinha terra toda vida. Só as terras da fazenda da Pedra, que é aquele mundão todo lá da Pedrona, é terra que não acaba mais. Só pra você ter uma ideia: aquelas terras nossas iam da barra do corgo do Choro até a barra do corgo da Espingarda. (LIMA, 1988, p. 94)

As grandes propriedades de terra parecem ter sido constantes na região tanto durante o período escravista quanto nos anos posteriores à abolição e, apesar da região da Serra do Cafezal possuir grandes plantações de café, a criação de gado configurava-se como a principal atividade econômica. Essa ideia fica nítida nas descrições da autora quando a mesma em distintos momentos menciona a quantidade de gado das fazendas. A Serra do Cafezal é hoje o atual município de Serranópolis que permaneceu enquanto distrito de Jataí até o ano de 1958.

As dimensões das fazendas do período indicam que os agregados foram no pós-abolição peças importantes da manutenção dessas propriedades, pois apesar de ocuparem parte da terra da fazenda e nesse espaço poder cultivar, trabalhavam também em vários serviços para o fazendeiro. As relações entre agregados e fazendeiros eram também diversas, mas para a região ao que parece a maioria dessas relações foram amigáveis – muitos dos agregados da fazenda da avó estavam por lá há mais de 20 anos. O que pressupõe relações de estabilidade e, em muitos casos, confiança. Segundo Lima (1988), em alguns casos essas relações entre agregados e fazendeiros eram responsáveis pelo estabelecimento de redes de sociabilidades e solidariedades, onde fazendeiros ajudavam como podiam os agregados e em troca recebiam a gratidão e compromisso com o trabalho dos agregados. Além disso, segundo

a autora, não foram incomuns os casos de compadrinhos entre agregados e fazendeiros. Segundo a autora:

No caso do meu pai, de minha avó Maria Floriana e de meu tio Ponciano Alves de Lima, havia um atenuante: eles jamais cobravam renda da terra cultivada pelos agregados. Tratavam-nos bem, quase de igual para igual, forneciam um leitinho quando, no tempo das águas, havia fartura de leite. Permitiam que criassem uns porquinhos para o gasto, galinhas, e podiam até ter no pasto um ou dois cavalos de sela. Quando o agregado merecia, isto é, quando era um bicho no serviço, era lhe até permitido criar umas vaquinhas. Muitos dos agregados tornavam-se verdadeiros amigos nossos e a maioria deles se tornavam compadres e comadres dos fazendeiros.

[...] mas se acontecesse alguma desgraça como fazendeiro e tinham de sair da fazenda às pressas, iam embora com u'm mão adiante e outra atrás. Sem terem tempo de colher a rocinha ou desmanchar a mandioca, largavam tudo e iam pedir agregação em outra fazenda. Não tinham, pois, a menor garantia. (LIMA, 1988, p. 50)

Situações semelhantes a essas foram também registradas por Rios e Mattos (2005). Em algumas regiões do Rio de Janeiro, as continuidades e descontinuidades do tempo do cativo para o tempo da liberdade estiveram marcadas pelas relações entre fazendeiros e agregados – para alguns as práticas de trabalho e exploração desse período estavam muito próximas das vivenciadas durante a escravidão. Esse tempo da liberdade era caracterizado como uma época de muito trabalho e de obediência ao fazendeiro, além de constante insegurança, já que qualquer desavença com o fazendeiro significava a necessidade de abandonar tudo que se estava construindo e ir buscar permissão de um outro fazendeiro para se agregar à sua propriedade. Assim, em alguns depoimentos encontra-se a ideia de que a vida desses agregados parecia vida de escravo. Entretanto, para outros a vida em liberdade, apesar das inúmeras dificuldades encontradas por ex-escravos era representada pela possibilidade de mobilidade e, portanto, possibilidade de procurar por melhores condições de vida, além de em alguns casos receberem salários.

As descrições de Lima (1988) sobre os agregados que visitou durante o ano de 1945 não nos permite afirmar que eram todos ex-escravos ou descendentes de tais. Mas o tempo de estadia nas fazendas e algumas evidências em relação à cor e à procedência acabam nos conduzindo a interpretações que nos aproximam da ideia de que muitos eram pelo menos descendentes de escravos ou libertos.

Como é o caso de Leocádia, uma negrinha ainda nova que trabalhava na casa de Maria Floriana e era filha do Zé da Zulmira, um dos agregados mais antigos da fazenda Buriti. Lima era muito amiga de Leocádia, sendo bastante saudosa em um outro momento da obra quando se lembra da companhia da amiga nas suas visitas à fazenda da avó.

Em suas memórias, Lima (1988) lembra-se ainda de José Ferreira de Moraes, seu trisavô. Moraes possuía uma das maiores fortunas de Jataí – dono de uma grande extensão de terra, muito gado e tendo muito dinheiro emprestado a juro. Segundo a autora, José Ferreira de Moraes era um homem muito bom e com a abolição os seus ex-escravos não quiseram abandoná-lo, ficando trabalhando na sua fazenda como assalariado. Contudo, a autora ressalta que segundo tradição oral da região, os negros da sua fazenda eram muito festeiros e Moraes consentia esses festejos.

Mas, certo dia, durante a comemoração de inauguração da nova sede da fazenda, construída por Moraes, os negros pediram para dançar na sala que era muito grande. Porém foram impedidos pelo fazendeiro que temia que os passos de catira dos negros pudessem danificar o assoalho daquela parte da casa. Diante da negativa de Moraes, os negros da fazenda, ex-escravos, descontentes, abandonaram a festa. Dias depois, após um banho preparado pelas negras da fazenda, Moraes ficou gravemente doente apresentando feridas por todo o corpo, por mais que tentasse tratamento em Uberaba e no Rio de Janeiro, o fazendeiro morreu em seguida.

Surgiu assim, o comentário de que, por terem sido contrariados, os negros combinaram em colocar na água do banho do fazendeiro alguma erva daninha que lhe causasse tais feridas. Para outros, o que tinha atingido Moraes era, na verdade, um feitiço. A autora enfatiza desacreditar em tal afirmativa e ressalta que essas percepções fazem parte de um universo de preconceitos que se instalavam contra os homens de cor naquele momento.

Segundo Machado (1994), a liberdade dos escravos colocou em questão práticas como suas manifestações religiosas, que durante a escravidão eram controladas e vigiadas pelos senhores e que, no pós-abolição, assustavam a sociedade por não poderem ser controladas da mesma forma que antes. Tentativas não faltaram, como o caso dos códigos de posturas que buscavam moldar o comportamento da sociedade, muito comuns no final do século XIX e início do XX, além da perseguição policial que procura conter algumas dessas manifestações associando-as com rituais de feitiçaria.

Serra do Cafezal destaca-se por trazer à tona, em diversos momentos, os posicionamentos da autora que viaja em diferentes tempos na sua escrita, o tempo da sua avó no final do século XIX e início do XX, o tempo das primeiras anotações do livro em 1945 e as suas percepções nas andanças que fez pela fazenda Buriti e, finalmente, o tempo da escrita do livro que se deu na década de 1980. Foram provavelmente as suas aprendizagens e experiências do tempo da escrita, que mais forte se fizeram presentes na obra, o que nos permite destacar que mesmo em 1988, Maria Eloá de Souza Lima ainda percebia fortemente o

preconceito contra os negros, que acredita a autora ter sido construído e alimentado historicamente.

Apesar disso, a autora parece não demonstrar ver a situação dos negros no Brasil no pós-abolição apenas como uma consequência do tempo do cativo, mas talvez, como um não amadurecimento intelectual e social da sociedade brasileira que continuou sustentando o preconceito racial no país, mesmo tantos anos após a escravidão.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, Pretos e Congos: Identidade étnica e territorialidade*. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano; Brasília: UnB, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, Pretos e Congos: Identidade étnica e territorialidade*. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano; Brasília: UnB, 1977.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Pioneiros*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". *Projeto história: revista do Departamento de pós-graduação da PUC-SP*. São Paulo, EDUC, n° 16, 1998, pp. 25-38.

LIMA, Maria Eloá de Souza. *Serra do Cafezal: retratos e lembranças*. Jataí: Ed. do Autor, 1988.

LIMA, Maria Eloá de Souza. *Ana Prudenciana*. Jataí: Ed. do Autor, 2004.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

RIOS, Ana Maria. MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTOS, Ivanise Rodrigues dos. “*Se ser peão é ser escravo, então agente é escravo até hoje*”: Uma etnografia sobre os Almeidas de Goiás. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: ambigüidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Eduardo. Vozes do medo: o negro e a sociedade no pós-Abolição e a República. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder. PARENTE, Temis Gomes. (orgs). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

FONTES PARA O ESTUDO DA ABOLIÇÃO

Renata Figueiredo MORAES¹
renatafm2003@yahoo.com.br

RESUMO: A abolição da escravidão no Brasil não esteve presa aos trâmites dos poderes legislativos e executivos. Apesar de muitos historiadores partirem de uma perspectiva do processo abolicionista dominado por grupos que não viveram o dia a dia da escravidão é possível escrever a história da abolição a partir de outros sujeitos. Assim, proponho uma discussão a partir das seguintes fontes: fotos, poesias e imprensa. Essa ainda nos reserva um material que precisa ser explorado a fim de que quebrarmos a ideia unívoca de que o fim da escravidão foi recebido com unanimidade, festa e sem um debate profundo e público na imprensa. Por outro lado, as fotos e as poesias produzidas na Corte em maio de 1888 também nos ajudam a pensar os diferentes sujeitos que viveram não só o processo abolicionista, mas também o período de festas que tomou conta da Corte após o 13 de maio de 1888.

PALAVRAS-CHAVE: Abolição, memória e festa

ABSTRACT: The abolition of slavery in Brazil was not associated to the procedures of the government and legislative authorities. Although several historians work on a perspective of the abolitionist process commanded by a group that did not live the slavery routine, such as politicians and literates, it is also possible writing the abolition history using other characters. Thus, I propose a discussion on the following sources: pictures, poems and the press which, although has been widely studied for years, still provides a material that needs to be explored in order to eliminate the univocal idea that the end of slavery was unanimously received, celebrated and did not cause a deep and public debate in the newspapers. On the other hand, the pictures and poems produced in the Court on May 1888 also help us to think about the different characters who lived not only the abolitionist process, but also the celebration time that dominated the Court after May 13th 1888. Therefore, this material will be useful for the plural discussion on the construction of the memory of abolition that began at the moment of signature of the law and continues to promote several debates among historians, intellectuals and the afro-descendant community.

KEYWORDS: Abolition, memory and celebration

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente cursa o doutorado em História pela PUC-Rio com financiamento do CNPq.

A escravidão no Brasil acabou após uma rápida discussão de uma lei no parlamento. Foram necessários poucos dias para que uma lei que pusesse fim em séculos de trabalho escravo fosse assinada. A rapidez na aprovação do projeto e sua assinatura não correspondeu aos dias de festa. Pelo contrário. Foram necessários aproximadamente mais de uma semana para que a Corte comemorasse o fim de um longo período de escravidão e a entrada do país em uma nova era. A partir desse momento festivo, que está longe de ser pacífico e unânime, é possível ver as tensões geradas pela assinatura da lei. Além disso, os diferentes sujeitos que participaram das festas também foram os mesmos que ocuparam as ruas nos primeiros dias de maio a fim de pressionar os parlamentares a aprovarem sem demora o fim da escravidão. Toda essa miscelânea de participantes, muitos ignorados pela historiografia, apareceu na imprensa, nas fotos e nas poesias que foram distribuídas durante os dias de festa. Deste modo, tensões sociais, políticas e raciais irão aparecer nessas fontes a respeito de uma celebração que, se vista de cima, poderia ser interpretada como uma simples festa.

Os jornais da comissão fluminense – as festas do dia seguinte

O apoio público a causa abolicionista teve como pilares os principais jornais da Corte. Se na década de 80 uma parte deles foi condescendente com a escravidão, através da publicação de anúncios de escravos fugidos e recompensas para as suas capturas, ao final da década os jornais, em sua maioria, se tornaram os grandes apoiadores da causa e da sua solução por meio do parlamento. Desde a apresentação da lei em 8 de maio até a sua assinatura na tarde do dia 13, os redatores das principais folhas da Corte divulgaram forte entusiasmo pela abolição ao mesmo tempo que trataram de interpretar suas causas e efeitos para seus leitores. Além de convocarem a população para fazer uma espécie de vigília nos arredores da Câmara e do Senado a fim de demonstrar para deputados e senadores que a abolição era uma aspiração nacional.

Com a passagem da lei pela Câmara e pelo Senado, uma comissão foi formada pelos seguintes jornais: *Cidade do Rio*, *o Jornal do Comércio*, *a Gazeta de Notícias*, *a Revista Ilustrada*, *a Época*, *a Gazeta da Tarde*, *o Novidades*, *O Apóstolo* e *o Diário de notícias*. Essa comissão recebeu o apoio de outros jornais ao longo da semana. Na noite do dia 13 de maio, enquanto a cidade em festa comemorava a esmo o fim da escravidão, os representantes desses jornais se reuniam a fim de organizarem os festejos que ocorreriam nos dias seguintes pela Corte.

Dias depois a programação já estava formada do seguinte modo: começaria no dia 17 de maio, uma quinta-feira, com uma missa campal na parte da manhã e à noite bailes

populares com espetáculos de fogos de artifício com as imagens da Princesa, do Imperador, do Visconde do Rio Branco e de lideranças abolicionistas como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco; no dia 18, os eventos seriam promovidos em locais fechados, com entrada gratuita, como corridas de cavalos e espetáculos teatrais; dia 19 um préstito dos colégios da Corte percorreria as ruas da cidade e à noite um grande baile popular no Largo do Paço; dia 20, último dia dos eventos, um préstito da imprensa com participação de diversas sociedades e o dia seria fechado com fogos de artifício lançados de diversos pontos da cidade. Durante a realização desses eventos poesias seriam distribuídas das redações dos jornais na Rua do Ouvidor e pelos préstitos. No dia 21, segunda-feira, um único jornal circularia na corte, o *Imprensa Fluminense*, a fim de ser a síntese dos dias dos festejos e para encerrar o período de comemorações. Grande parte desses eventos foi registrada pelos fotógrafos Augusto Elias, Antonio Luís Ferreira, A. Breton e Marc Ferrez (LAGO, 2008).

Antes do início dos festejos, os jornais que compunham a comissão fluminense interpretaram a abolição para seus leitores a partir de critérios próprios. Essa comissão uniu jornais de diferentes tendências e opiniões acerca da abolição. No entanto, a respeito dessa diferença quero destacar dois jornais: a *Revista Ilustrada* e o *Rio News*.

O periódico *A Revista Ilustrada*, membro efetivo da comissão fluminense, além de caricaturas de Angelo Agostini e textos comemorativos descritivos sobre os momentos finais do escravismo, teorizou sobre a abolição, suas causas e efeitos. Para isso, publicou textos de liberais de tendências políticas variadas. Um exemplo foi o do monarquista André Rebouças que se dirigiu aos seus alunos da Escola Politécnica. No texto, Rebouças destacou a contradição dos ensinamentos da escola, as teorias de Newton e Darwin, mas a vida dos alunos nos tempos de Abrãao, fazendo uma comparação com a escravidão da antiguidade. Os alunos da escola politécnica, segundo o autor, eram os responsáveis pela doutrina da abolição e a partir de então seriam os responsáveis pela democracia rural brasileira (REVISTA ILUSTRADA, 19/05/1888). Os alunos dessa escola podem ser considerados a elite intelectual dos tempos do império. Ela foi criada para a formação de profissionais da área de engenharia civil a fim de sanar as deficiências urbanísticas da Corte (PESSANHA, 2005, p.38). O abolicionismo de Rebouças envolvia um projeto maior que ia além do fim da escravidão. Rebouças acreditava em reformas mais profundas na estrutura fundiária do país e a abolição da miséria era o seu ideal. No entanto, ela se faria através dessa divisão de terras entre os escravos. Apenas a posse da terra, após a abolição, garantiria a consolidação da liberdade do negro, segundo Rebouças (PESSANHA, 2005, p.141). Então, entre comemorações e reflexões de homens liberais publicados nos principais periódicos da Corte, é sintomática a *Revista*

Ilustrada também seguir por esse caminho colocando lado a lado o monarquista Rebouças, que pensa num momento pós-abolição para os ex-escravos e um texto do republicano Quintino Bocaiúva. Em “A santa causa”, Bocaiúva, tratou do momento da abolição, sem grandes tragédias conforme previram alguns, da glória recebida pela princesa, apenas por ter sancionado a lei, e da comemoração além do Império Brasileiro, nas repúblicas do Rio da Prata.

A imensa revolução, a temerosa reforma, cuja realização se afigurava a alguns uma catástrofe nacional, uma guerra fratricida, um desabar da fortuna pública e particular, as instituições, a honra e segurança do Estado, realizou-se nas mais singulares condições – ao vozearda aclamação unanime do povo, vitoriado a santa causa da abolição, espargindo flores sobre o parlamento e sobre o manto da augusta princesa, a quem coube sancionar a áurea lei (...)

Esse fato, honrosíssimo para nós, é o que explica a nobre repercussão do júbilo nacional, no seio dos cultos povos que nos contemplam e particularmente nas repúblicas dos Rio de prata, cujos povos adiantados celebram como uma festa americana, como uma festa sua, o grande acontecimento, que, mais do que nenhum outro, ficará assinalado neste século o mais glorioso período da nossa história. Extinguiu-se a escravidão no Brasil. (REVISTA ILUSTRADA, 19/05/1888)

Lá, nas repúblicas, e com seus “povos adiantados” ocorria uma festa, a festa americana, numa clara distinção da que ocorria aqui quando o império, e seu atraso, promovia uma festa². Na comparação entre a sociedade americana, federalista e exemplo de modelo político para o republicanismo de Bocaiúva, e a do Império, símbolo do atraso e da centralização política, e mesmo que o autor não tenha tratado dos EUA especificamente mas sim das repúblicas da região do Prata, não é possível descartar a hipótese do alerta dado pelo republicano: o Brasil era o único a viver no atraso, representado pelo Império, e não poderia, então, fazer uma festa americana, democrática, apesar da festa e do momento da abolição ter ocorrido, a princípio, de forma pacífica.

Rebouças e Bocaiúva, apesar das suas distinções quanto ao melhor regime político para o país, destacaram o atraso em duas situações que a abolição e suas festas não sanariam: a concentração de terras, segundo o primeiro, e o regime político, o império, para o segundo. Assim, as festas, nas suas comemorações, também são locais para pensar a política e o social.

² Segundo Maria Emília Prado, a escravidão é o traço mais marcante do império e ponto de diferenciação relativo aos outros países que integravam o grupo de “civilizados” (PRADO, 2001)

Uma postura um pouco parecida ao da *Revista ilustrada*, a respeito do futuro dos escravos, teve os redatores do jornal *The Rio News*. Entre os dias de festejos, a grande questão para eles era o que fazer com o dinheiro que sobrara das iniciativas privadas para a compra de alforrias de alguns escravos. Esses fundos pertenciam a várias instituições abolicionistas e foram criados a fim de promover a compra de alforrias baseadas nos artigos da lei de 1871 que, dentre outras coisas, permitiu ao escravo o direito de possuir um pecúlio para essa compra ou através de homem livre reivindicar na justiça a compra das alforrias em parcelas (MACHADO, 2009, p. 372). No entanto, com a lei do 13 de maio, segundo o jornal, esse dinheiro deveria servir para criar condições de liberdade de homens e cidadãos. Para os editores, o caminho para a criação dessas condições seria as escolas públicas (THE RIO NEWS, 15/05/1888). Ao contrário dos liberais republicanos, os abolicionistas do *The Rio News* viam na educação não uma forma de se evitar sublevações mas de evitar que esses escravos se submetessem a condições ruins de trabalho. Talvez com o temor de uma continuidade de condições de trabalho similar ao do tempo da escravidão.

Esse jornal, escrito em inglês, se envolveu com as questões nacionais brasileiras na década de 80. A linha editorial do jornal, comandado pelo norte-americano Andrew Jackson Lamoureux, era de reivindicação por reformas que aprimorassem o liberalismo do Império. Entre elas a questão da escravidão e a separação entre Igreja e Estado, num atendimento as posições dos seus leitores evangélicos (ROCHA, 2009, p.145). Sua oposição à escravidão foi assumida partir de 1879, e, desde então, o periódico publicou regularmente, ou comentou nos editoriais, fatos relativos aos debates parlamentares sobre escravidão, imigração e sobre o andamento do movimento abolicionista (ROCHA, 2009, p.146). A divulgação de críticas à escravidão e a forma como o governo brasileiro tratava a questão foi feita também por esse jornal que, dentre outras coisas, criticou a ideia de que no Brasil a escravidão era mais branda³. Essas opiniões chegaram ao exterior através das ligações entre o editor do jornal com associações abolicionistas inglesas (ROCHA, 2009, p.146).

Assim, a posição do jornal diante da escravidão e também das festas promovidas pela imprensa, também apoiadas por ele, promoveu uma repercussão internacional a respeito da escravidão no Brasil e sobre o pós-abolição (ROCHA, 2009, p.100). Portanto, ao tratar dos momentos posteriores a assinatura da lei quando criticou a falta de uma ação mais enérgica para os recém-libertos, seu editor fez eco as vozes de abolicionistas estrangeiros que tinham

³ Um exemplo foi em 1884, quando o *The Rio News* criticou a atitude do *Jornal do Comércio* em reproduzir um texto originalmente publicado num jornal de Bruxelas que classificou com branda a escravidão no Brasil em comparação com a ocorrida nos EUA. (ROCHA, 2009, p. 100)

no Brasil o último exemplo de escravidão no mundo. Ao mesmo tempo que demonstra que a liberdade de trabalho no Brasil sem educação e condições dignas de trabalho, denunciado pelo editor do jornal, mostrava para o exterior que o país ainda estava muito longe de pertencer ao quadro dos países civilizados, conforme sonhara muitos abolicionistas brasileiros. Mesmo assim, em maio de 1888, o *The Rio News* não deixou de apoiar as iniciativas dos grandes jornais da imprensa para a promoção de festejos pela abolição apesar de permanecer crítico a atitude da imprensa e do império diante do fim da escravidão.

Longe de um bloco engessado em ideias e discursos, a comissão imprensa fluminense, responsável pela organização dos festejos, foi heterogênea em seu posicionamento diante da abolição e no seu significado para o futuro do país. Os jornais que compunha essa comissão compartilharam a ideia da festa mas a utilizaram também como campo de conflito uma vez que fizeram críticas a outros aspectos que foram silenciados durante as comemorações. Logo, as festas, antes de comemoração de fato, já era lugar de tensão.

Poesias para a abolição

No dia 17 de maio de 1888, no jornal *Gazeta de Notícias* publicou um pedido dos organizadores dos festejos para que poesias fossem feitas exclusivamente para a ocasião a fim de serem distribuídas impressas em papéis coloridos durante os dias dos festejos e, principalmente, no cortejo cívico que ocorreria no dia 20 de maio de 1888. Foram feitas 29 poesias por 24 poetas.

Essas poesias são produtos de um período agitado da vida nacional brasileira e que foram escritas por literatos que se envolveram, de alguma forma, com as discussões acerca da Abolição. Além disso, ao levarem para o campo poético o resultado da Abolição, esses literatos promoveram interpretações sobre os seus agentes históricos, o passado escravista e o futuro da sociedade no dia seguinte ao da assinatura da lei.

As festas do 13 de maio de 1888 juntamente com as narrativas, no caso a escrita literária, são exemplos do que Halbwachs considerou como pontos de referência para a estruturação das lembranças individuais (POLLAK, 1989, p. 3) e que se inserem na memória da coletividade. As comemorações também foram consideradas pelo filósofo Paul Ricoer como trabalho de construção de uma memória coletiva (SILVA, 2003, p.428). Por outro lado, os autores das poesias e dos textos da imprensa se confundem uma vez que fizeram parte do grupo que, no século XIX, associou a prática jornalística com a escrita de folhetins, crônicas e poesias. Na primeira atividade possuíam a função de informar notícias e eventos ligados à cidade e ao cotidiano dos leitores. Na escrita literária pretendiam ter a função pedagógica de

formar o leitor. Essa última atividade era muito mais valorizada por eles do que a anterior porque ao exercerem a função de noticiaristas não interferiam na formação de idéias por parte dos leitores ao contrário da parte literária (PEREIRA, 1994, p.15-19). Assim, os literatos e os representantes da imprensa que fizeram parte da programação dos festejos se auto-atribuíram uma espécie de missão pedagógica que poderia transformar o mundo das ruas. As festas da Abolição e as poesias produzidas naquele momento são reflexos materiais dessa missão. A produção literária é também fruto da interação existente entre eles com o cotidiano da cidade, com os grupos iletrados e com a leitura dos jornais. A divergência de idéias sobre a Abolição, o passado e seus sujeitos mostra o quanto que esses literatos não faziam parte de um projeto unívoco e engessado de sociedade livre.

No dia 18 de maio de 1888, o *Gazeta de Notícias* informou aos seus leitores sobre a distribuição das poesias das janelas das principais redações de jornais que tinham sede na Rua do Ouvidor. Entre os poetas que naquele momento recitaram e distribuíram poesias estavam Artur Azevedo, Guilherme Briggs, Pedro Malasarte, Oscar Pederneiras, e Adelina Lopes. No dia seguinte, informou o jornal, seria a vez das poesias de Machado de Assis, Rodrigo Otávio, Valentim Magalhães e Soares Souza Júnior⁴.

Nessas poesias há os seguintes personagens apontados: Imperador, Princesa Regente, José do Patrocínio, Cristo, que aparecem mais de uma vez, e Tiradentes. Esse último foi comparado a Patrocínio na luta pela liberdade por Oliveira e Silva na poesia “Os dois heróis”. Cristo foi citado em três poesias. Na primeira, Virgílio Gentil comparou Jesus Cristo a Princesa Isabel porque ambos teriam tido a mesma ação de “quebrar os ferros da raça mísera e cativa”. A segunda citação a Cristo foi feita por Guil. Mar. que o comparou a Patrocínio, principalmente na busca de Cristo por apóstolos, e Patrocínio, segundo o autor, teria sido mais feliz que Cristo e conseguido libertar da cruz a “raça escrava”. A última citação a Cristo foi feita por A. Cardoso de Meneses, que na poesia “13 de maio” além de comparar a morte e a ressurreição de Cristo com a escravidão e a liberdade, respectivamente, mencionou também o surgimento do “novo cidadão”. Nenhuma outra poesia citou o ex-escravo como agente da sua abolição ou até mesmo da festa.

Os literatos que festejaram a Abolição associaram alguns símbolos à liberdade e à escravidão. Para a primeira há a luz, o sol, o dia, a claridade e todos os outros sinônimos,

⁴ Além desses poetas também escreveram poesias: Oliveira e Silva (duas poesias), A. Peres Jr, Mário Pederneiras, B. de M. (autor desconhecido), Lúcio de Mendonça, Gastão Briggs, Osório Duque-Estrada, Guimarães Passos, Baronesa de Mamanguape, Bernardino Queirós, Henrique de Magalhães, Afonso Celso Jr, Virgílio Gentil, Guil. Mar., A. Cardoso de Meneses, B. Lopes (MIRANDA, 1999).

enquanto que tudo que era escuro, noite, trevas e afins, serviu para nomear o tempo da escravidão. A natureza também foi utilizada pelos literatos que usaram ondas, ventos, relva, roseira e outras.

Esses homens e mulheres em suas poesias não compartilharam um mesmo sentido para a libertação dos escravos. Quem recebeu essas poesias ou ouviu os seus autores lerem das sacadas das redações dos jornais pôde ter certeza que a Abolição não foi um processo linear, simples e igual. Pelo contrário, demonstram a divergência de idéias, de ações e de agentes, e de *frestas* nas festas (na expressão de Maria Clementina Cunha), além da figura do próprio escravo que atuou para a sua própria liberdade. Um exemplo da dinamicidade da produção poética sobre a abolição em meio aos festejos é a poesia escrita por Machado de Assis.

Apesar da euforia gerada pelas festas da Abolição, testemunhada por Machado de Assis que confessou ter sido o “único dia de delírio”⁵ visto por ele (MIRANDA, 1999:09), na poesia feita especialmente para a ocasião ele destacou que nem todos ficaram eufóricos com a Abolição. E assim, chamou a atenção para os sentimentos contraditórios existentes nos dias dos festejos mas que não apareceram nas notícias dos jornais.

13 de maio
“Brasileiros, pesai a longa vida
Da nossa pátria, e a curta vida nossa;
Se há dor que possa remorder, que possa
Odiar uma campanha, ora vencida,
Longe essa dor e os ódios seus extremos;
Vede que aquele doloroso orvalho
De sangue nesta guerra não vertemos...
União, Brasileiros! E entoemos
O Hino do trabalho”
 (MIRANDA, 1999, p.109)

O ódio a campanha citado por Machado de Assis tem como exemplo a contestação de “vontade geral” feita por Andrade Figueira⁶ ao destacar que a população do Brasil não correspondia apenas aos que freqüentavam as galerias da Câmara (MENDONÇA, 2001, p.20)

⁵ Essa referência feita por Machado de Assis sobre o dia 13 de maio de 1888 foi registrado por ele na crônica publicada em *A Semana*, em 14 de maio de 1893.

⁶ Segundo Osório Duque-Estrada em seu livro *Abolição*, Andrade Figueira votou contra a proposta de libertação do ventre escravo (DUQUE-ESTRADA, 1918)

Além dos ódios existentes contra a campanha abolicionista, a poesia de Machado de Assis se diferencia das demais por não mencionar escravos e nem senhores e sim brasileiros (SILVA, 2007, p.40) que fariam parte do mundo do trabalho. Além disso, destacou a necessidade de se pensar sobre o destino dos ex-escravos no trabalho e contestou a idéia de que a campanha abolicionista foi um desejo coletivo.

O destino dos ex-escravos, principalmente os mais novos, era motivo de preocupação por parte de alguns jornais, conforme já foi visto, e deve ser levado em consideração uma vez que mostra que durante as festas houve também debate quanto as novas medidas a serem adotadas para complementar a abolição. E esse debate apareceu no campo literário e não foi silenciado pela euforia festiva. No entanto, a distribuição das poesias correspondeu ao processo pedagógico pensado para as festas uma vez que seus poetas estabeleceram para seus ouvintes e leitores heróis, significados e marcos para a história da abolição e que deveria ficar para a memória histórica. Os outros eventos da programação, como os préstitos por exemplo, sintetizaria esse objetivo.

Imagens da festa – os fotógrafos da abolição

O final do século XIX na corte já contava com um mercado fotográfico considerável e ele não esteve de fora de um dos principais eventos políticos do período: a abolição da escravidão. Nesse período, já existia um farto registro das imagens cotidianas da corte, com escravos circulando e se misturando a libertos, brancos, homens e mulheres e ele foi feita por fotógrafos que utilizavam essas imagens mais como valor comercial, ressaltando o tipo exótico e diferente (ERMAKOFF, 2004, p.14), do que como simples registro histórico. Nas festas da abolição, provavelmente encararam esse registro como trabalho profissional, apesar de não termos ainda informações concretas sobre a venda das fotos das festas da abolição.

As leituras das imagens da abolição só é possível ser feita se tiver um suporte escrito, os jornais por exemplo, uma vez que essas duas fontes serviram para a construção de uma memória para a abolição. Assim, uma leitura mais cuidadosa dessas imagens e desses jornais combinada com as poesias contribui para a compreensão do valor da festa da abolição para a disseminação de sentidos e estabelecimento de heróis para o fim da escravidão no Brasil.

No entanto, o risco que se corre ao analisar as imagens da festa ou das festas dos negros, objeto de registro iconográfico do século XIX, é o de pensar num convívio harmonioso e alegre ou como expressão de uma realidade amena e festiva para o período da escravidão e também para o momento final. Uma parte dos registros feitos por viajantes estrangeiros durante o século XIX para a escravidão colocou como critério de julgamento a

cultura do homem branco, “civilizado” e interpretou essa expressão festiva como primitiva, excêntrica e esquisita (KOSSOY, 1994, p.149). No entanto, ao utilizar as imagens sobre as festas é necessário se pensar nos conflitos existentes nelas e que por não estarem explícitas numa fotografia não significa que não tenham existido.

Os fotógrafos da abolição registraram desde a sessão solene da Câmara que aprovou a lei no dia 10 de maio, como também a população ocupando o Largo do Paço a espera de notícias sobre a assinatura da lei. Essas fotos foram feitas por um mesmo fotógrafo, Antonio Luiz Ferreira, que registrou ainda a missa campal, a Rua do Ouvidor e a fachada do jornal *O País* e os préstitos da abolição. Esses últimos também foram registrados por outros dois fotógrafos: Augusto Elias e A. Breton.

A fim de ser mais sucinta nesse texto, irei focar minha análise apenas em algumas fotos a fim de introduzir o problema. A primeira foto em destaque é o da missa campal ocorrida no campo de São Cristóvão e que abriu a programação dos festejos pela abolição. A foto foi feita por Antonio Luiz Ferreira e registra uma parte do campo ocupada pelo altar, onde estava a Princesa Isabel, conde d’Eu e outros convidados, e a multidão que ocupou o campo naquela manhã.

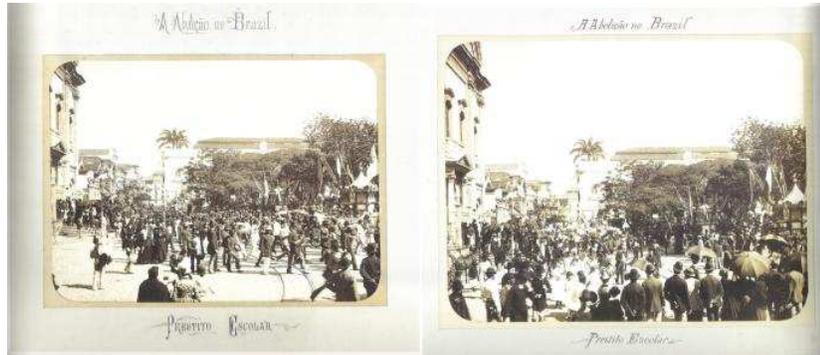


A imagem mostra a dispersão do público, conforme foi notado pelo noticiário do jornal *O País* que criticou a escolha do local por ele favorecer mais a dispersão do que a concentração do público. No entanto, quem foi ao campo de São Cristóvão levou enfeites e estandartes que foram levantados com objetivo de marcar para outros espectadores suas posições diante daquele festejo. Provavelmente muitos desses cartazes eram de associações abolicionistas, colégios e irmandades que foram registradas pelas notícias sobre a missa no dia seguinte. Essa imagem da missa e a presença do público contrastam com a tensão entre

dois jornais que fizeram registros diferentes sobre esse evento. Enquanto que *O País* criticou a colocação do altar e o local escolhido e afirmou que apenas 15 mil compareceram ao evento, o que seria pouco uma vez que a capacidade do campo era bem maior (O PAÍS, 18/05/1888), o jornal *Gazeta de Notícias* afirmou que 30 mil pessoas compareceram apesar da chuva e uma parte acompanhou os militares que saíram em marcha do campo de São Cristóvão até o Largo do Paço. Ainda de acordo com o jornal, a chuva teria continuado assim como o público que participou dos festejos programados para o dia e que ocuparam até altas horas a Rua do Ouvidor (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/05/1888).

De qualquer forma, a imagem dá a magnitude da presença de um público que mesmo sob ameaça de chuva compareceu ao primeiro evento oficial dessas comemorações organizadas pela imprensa. Por outro lado, não apenas a foto mas as notícias desses dois jornais demonstram haver uma tensão nos relatos desses eventos, mas a certeza da adesão do público a eles.

Outra característica dos festejos promovidos pela imprensa foi a realização de dois grandes préstitos. Um no sábado, dia 19, que seria somente dos alunos de diversos colégios da corte, e outro, no domingo, dia 20, que mesmo sendo chamado de Préstito da Imprensa contou com a presença de outros grupos sociais. Esses préstitos envolveram toda a região da corte. Eles saíram do Campo da Aclamação (atual Campo de Santana) e desfilaram por várias ruas, entre elas, a Rua do Ouvidor, a Primeiro de março, dentre outras da região. O préstito escolar talvez tenha sido o evento mais fotografado. Foram publicadas as obras de 3 fotógrafos sobre esse préstito (LAGO, 2008). Antonio Luiz Ferreira e Augusto Elias fizeram registro de um mesmo ângulo, enquanto que A. Breton privilegiou outro trajeto do percurso feito pelos alunos. Essas imagens dão uma dimensão desses préstitos, a presença do público que se misturava com aqueles que desfilavam e também retira o privilégio da imprensa pela Rua do Ouvidor. Essas imagens mostram que não só essa rua viveu os festejos pela abolição, pelo contrário. As imagens feitas por esses fotógrafos dão conta de uma diversidade e uma forte presença do público nas ruas na passagem dos préstitos. Eram homens, senhoras, crianças, negros e vendedores ambulantes que viram o préstito passar no caminho para outro lugar ou foram para as ruas a fim de assisti-los.



O préstito da imprensa, maior que o do colégio, abrangeu cerca de 55 grupos, entre militares do exército, da marinha, alunos de escolas, clubes abolicionistas e carnavalescos e representantes da imprensa. Dois fotógrafos fizeram registro desse préstito, Antonio Luiz Ferreira e Augusto Elias. Apesar de privilegiarem os pontos centrais do desfile, esses fotógrafos não deixaram de registrar a diversidade das ruas nos festejos da abolição. Além disso, as fotos dão conta do cenário que esse préstito passou. Nos jornais houve o pedido para que comerciantes e moradores enfeitassem a região por onde passaria o cortejo e isso foi feito com bandeiras do Império e de outros países, além de contarem com a luz elétrica, novidade do período.

No entanto, se os noticiaristas privilegiaram o relato dos festejos a partir da rua do ouvidor, justamente por ser lá o local das redações dos jornais, e assim não precisariam sair para os outros pontos dos festejos, também tiveram que conviver com a diversidade de público embaixo das redações. Porém, lá também era o local onde trabalhadores ocupados em seus empregos durante o dia festejavam, à noite, a abolição. As duas fotos de Antonio Luiz Ferreira sobre a rua do ouvidor são significativas para mostrar esse local a partir de dois aspectos: ocupada pelas redações dos jornais e pelo público festeiro da abolição.



A segunda imagem mostra além das redações dos jornais a ocupação da rua por homens, mulheres e crianças e como quem festejava ficava próximo as redações dos jornais, primeira imagem. Essas fotos revelam essa proximidade e a participação de diferentes tipos sociais nos festejos. Apesar das repartições públicas liberarem seus empregados do trabalho para que pudessem comemorar a abolição nos festejos o mesmo não aconteceu para aqueles que trabalhavam no comércio da Corte. Durante os festejos, os jornais publicaram notas de associações de empregados pedindo aos seus patrões a liberação dos empregados do comércio para que pudessem tomar parte nos festejos. Possivelmente não tiveram sucesso e esses trabalhadores só tiveram a parte da noite para comemorar. O relato dos jornais sobre um aumento da ocupação das ruas a partir do final da tarde é sinal dessa manobra que os trabalhadores tiveram que dar para não ficar de fora da comemoração (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/05/1888)⁷. Os jornais *Gazeta de Notícias* e *O País* ao registrarem os últimos festejos da cidade, destacaram a presença, até altas horas, de uma multidão na Rua do Ouvidor⁸.

No entanto, esse público promovia seus próprios festejos nessa rua dominada por essas redações. Um exemplo disso foi a música que tocou e que era feita de “requebros”, conforme relatou o noticiário da *Gazeta de Notícias*. Segundo ele, as pessoas eram obrigadas a dançar essa música que era feita para ser ouvida com o corpo e não com os ouvidos. E a fim de evitar maiores problemas, o autor da nota pede a abolição dessa dança obrigatória e ressalta que tal música não fazia parte da programação dos festejos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/05/1888). Assim ambas as fotos de Antonio Luiz Ferreira dão a dimensão não só da ocupação das ruas pelos festeiros como a imponência das redações cujas sacadas eram ocupadas pelos empregados dos jornais que relatavam as festas sem se misturar aos presentes nelas.

Diante de fotos, poesias e relatos de jornais não é difícil concluir a dinamicidade do período da abolição. Não apenas parlamentares e abolicionistas mais ilustres ocuparam o espaço e a memória para o 13 de maio, apesar de terem ficado na memória histórica e contribuído, de certo modo, para a construção de uma história que privilegiou apenas os fatos ligados ao parlamento e não os das ruas. O uso dessas fontes, poesias, fotos e jornais, para o estudo da abolição e para pensar os dias seguintes ao fim da escravidão é fundamental para a desconstrução de uma visão histórica que desmerece o significado do 13 de maio. Essa data, além de ser marcada como manobra política de senhores de escravos e alguns políticos e é

⁷ Segundo essa nota, o local ficava cheio entre 8 e 10 da noite e o público era animado com uma banda de música.

⁸ De acordo com o *Gazeta de Notícias*, até 1 hora da manhã, horário que escrevia o texto, a rua ainda estava cheia.

interpretada por alguns historiadores, como tendo a população da corte numa posição bestializada diante do fim da escravidão, lembrando a referência feita por Aristides Lobo para a Proclamação da República. Logo, é possível construir uma história da abolição a partir de outra perspectiva, além da parlamentar, sem esquecer ainda assim da polifonia provocada pelos sujeitos da abolição ao comemorá-la nas ruas.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Maria Clementina. *Ecos da Folia*. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo. Companhia das Letras, 2001
- DUQUE-ESTRADA, *Abolição, um esboço histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro e Maurillo, 1918.
- ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2004
- KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-fotográfico brasileiro. Fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IMS, 2002
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 2º Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001
- KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Tucci. *O olhar europeu. O negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994
- LAGO, Pedro e Bia Correa (org.) *Coleção Princesa Isabel. Fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008
- MACHADO, Maria Helena. “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas’ a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial: volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pg. 372
- MENDONÇA, Joseli. *Cenas da Abolição. Escravos e senhores no parlamento da justiça*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2001
- MIRANDA, José Américo. “Poesia, História e Circunstância”. In: _____. *Maios de 1888. Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999
- MORAES, Renata Figueiredo *Os maios de 1888: História e memória na escrita da história da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 2007
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Culturas, 1994.

- PESSANHA, Andrea Santos. *Da abolição da escravatura à abolição miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quarter, 2005
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15
- PRADO, Maria Emília Prado. “Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambigüidades do império do Brasil”. IN: PEIXOTO, Antonio Carlos e outros (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial*. Origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001
- ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas Brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1180-1902)*. São Paulo: Editora UNESP; 2009
- SILVA, Eduardo. “Sobre versos, bandeiras e flores”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Panfletos Abolicionistas. O 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007
- SILVA, Helenice Rodrigues. “‘Rememoração’/comemoração: as utilizações sociais da memória” In: *Revista Brasileira de História*, 2003, vol. 22, nº 44, pp. 425-438
- VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) *Panfletos Abolicionistas. O 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007

A FAMÍLIA DOS “INÁCIOS”: HERANÇA NOMINAL E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO ENTRE DESCENDENTES DE ESCRAVOS NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Rodrigo de Azevedo WEIMER¹

rod_weimer@hotmail.com

RESUMO: O artigo seguinte propõe uma análise da identidade social entre descendentes de escravos no litoral norte do Rio Grande do Sul a partir do estudo dos sobrenomes, “tecnonímicos” e prenomes por eles utilizados e atribuídos a seus filhos. Ao estudar a trajetória de uma família, verifica-se a adoção dos sobrenomes dos antigos senhores, a utilização do prenome do pai ou da mãe como segundo termo de um prenome composto e, também, a atribuição às crianças do prenome de ancestrais. Estes prenomes são frequentemente de integrantes da família que viveram a experiência do cativo. Assim, se imprime na marca individual mais específica em um sistema de classificação – o nome – (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 200), uma referência à memória familiar, que passa também pela memória da escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: nomeação, memória da escravidão, descendentes de escravos

ABSTRACT: This article proposes an analysis of the social identity among descendants of slaves in the northern littoral of Rio Grande do Sul from the study of surnames, “technonymics” and forenames used and assigned to their sons by them. Studying the trajectory of a family, we verify the adoption of ancient masters’ surnames, the utilization of the father or mother’s forename as a second term of a composed forename, and also, the attribution to the children of the forename of ancestors. Those forenames are often of members of the family who lived the experience of slavery. Therefore, they print in the most specific individual mark in a classification system – the name – (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 200) a reference to the family memory, that also passes by the memory of slavery.

KEYWORDS: nomination, slavery memory, slaves’ descendants

Introdução

¹ Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense – Brasil. A presente pesquisa contou com o apoio do CNPq – Brasil.

O presente artigo propõe-se à análise da identidade social entre descendentes de escravos no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, através do estudo dos sobrenomes, *tecnonímicos*² e prenomes por eles utilizados e atribuídos aos seus filhos. Apresento a hipótese de que, ao se denominar as crianças através da maneira como haviam sido referidos ancestrais que passaram pela experiência do cativeiro, se imprimiu naquilo que se entende como a marca individual mais específica em um sistema classificatório – o nome – (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 200) uma referência à memória familiar que passa pela memória da escravidão.

A inter-relação entre nomeação, identidade social e memória será discutida a partir da observação de uma família em específico: apenas uma vertiginosa redução da escala de análise tornou possível a minúcia necessária para tal empreendimento analítico (LEVI, 1992, REVEL, 1998). Analisando, sucessivamente, os sobrenomes, os *tecnonímicos* e os prenomes³ utilizados por escravos, ex-escravos, libertos e livres descendentes da escrava Inácia, da antiga fazenda do Morro Alto, pretendo dar conta do problema de pesquisa aqui esboçado. No entanto, tem-se a pretensão de que a análise específica dessa família possa apresentar uma contribuição para o entendimento das práticas de nomeação de ex-escravos em um contexto mais amplo.

Esta antiga propriedade escravista se encontrava onde, na atualidade, é a divisa dos municípios de Osório e Maquiné, onde hoje é o entroncamento das estradas BR-101 e RS-407. Os extremos meridional e setentrional da fazenda eram as localidades de Aguapés e Espraiado, unidas recentemente por um túnel da BR-101 que corta caminho por baixo do morro. A leste, seguia rumo à praia de Capão da Canoa ao longo da atual RS-407, por uma planície denominada Faxinal do Morro Alto, até o canal denominado Barra do João Pedro, que liga a lagoa dos Quadros à lagoa das Malvas.

² Por *tecnonímico* entende-se a prática de atribuir ao filho, como segundo termo de um prenome composto, o prenome do pai – ou avós – se legítimo, ou da mãe, se natural (WOORTMANN, 1995, p. 304). Ver adiante.

³ A análise da pluralidade das formas de nomear a partir da “decomposição” dos diferentes elementos presentes no nome foi inspirada pela abordagem encontrada por Geertz (1989) para aproximar-se da forma como os balineses constróem a noção de “pessoa”.



Imagem 1 - Mapa da região. As localizações em branco foram marcadas por mim. Fonte: <http://maps.google.com.br/>

No século XIX, Morro Alto era uma das principais fazendas de Conceição do Arroio, nome antigo de Osório, em extensão e em número de escravos, necessários à lavoura canavieira, principal atividade produtiva desempenhada. Esta propriedade era um empreendimento familiar, pertencente às aparentadas famílias Marques da Rosa, Osório Marques, Nunes da Silveira e Marques da Silveira. Nas áreas mais próximas ao morro plantava-se cana-de-açúcar e nos terrenos planos criava-se gado. A maior parte dos cativos dedicava-se à lavoura. No caso das famílias mais pretíguas na hierarquia interna da escravaria, tal como a que aqui se estuda, os homens dedicavam-se às lides campeiras e as mulheres às tarefas domésticas⁴.

Contemporaneamente, os descendentes dos escravos da região organizam-se e reivindicam a titulação de suas terras através das prerrogativas legais garantidas pelo artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988. Determina essa legislação a titulação das terras ocupadas pelas comunidades “remanescentes de quilombos”, condição na qual Morro Alto já foi reconhecida pelo Estado brasileiro. Foi através do estudo (BARCELLOS *et al.*, 2004) que para tanto, na ocasião, era necessário, que tomei contato com a referida comunidade. Posteriormente, tenho aprofundado os estudos a respeito de uma das famílias da região.

Dentre os cativos de Morro Alto, estava Inácia. Ela deve ter nascido em princípios do século XIX, pertencia a Isabel Maria Osório e teve numerosa prole que enriqueceu a escravaria de seus senhores⁵. Talvez pela fertilidade de seu ventre, tenha sido agraciada com a

⁴ Para maiores detalhes, vide BARCELLOS *et al.*, 2004.

⁵ Em 1822, nasceu Severino (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391101, Item 3, livro 1 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, doravante citado como livro 1-CA, f. 40-40v); em 1825, Angélica (livro 1-CA, f. 54v); em 1827, Reginalda (livro 1-CA, f. 66v); em 1829, Ramão (livro 1-CA, f. 81v); em 1838, Marinha (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391101, Item 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do

liberdade, em algum momento entre o nascimento de sua filha Inês (1841) e o de seu neto Urculano (1855)⁶, quando seu estatuto foi registrado como “ex-escrava”. Inácia era uma escrava nascida em Santa Catarina⁷, região da qual seus senhores eram originários e da qual partira rumo às terras de Conceição do Arroio: os acompanhara em sua migração. Ter nascido no Brasil lhe conferia um estatuto vantajoso em relação aos africanos, mas ser uma cativa antiga e criada junto à casa-grande lhe garantiu um capital simbólico que manejou em busca da alforria.

Dos filhos de Inácia interessam-me particularmente dois: Angélica e Ramão. A primeira teve um filho, nascido em 1847⁸, de nome Manoel. Segundo seus descendentes, seu pai pertencia à família senhorial⁹. O segundo teve uma filha com Severina, filha de uma africana de nome Tereza. Não consegui localizar o registro de batismo da menina que então nasceu, que se chamava Felisberta, mas estimo em fins da década de 1850, aproximadamente dez anos após seu primo.

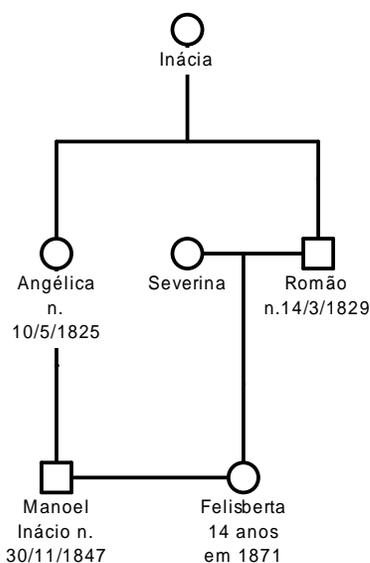


Figura 1 – Descendência de Inácia¹⁰

Este casal de primos (figura 1) constituiu família entre 1881 e 1883 e teve oito filhos¹¹. É a família que analiso. A decisão por focar Manoel e Felisberta decorre do fato de que

Arroio, doravante citado como livro 2-CA, f. 1) e em 1841, Inês (livro 2-CA, f. 1). Não se sabe se todas essas crianças sobreviveram, considerando os altos índices de mortalidade infantil, porém tem-se notícias posteriores de Angélica, Reginalda, Ramão e Marinha.

⁶ Livro 2-CA, f. 51.

⁷ Essa informação consta no batismo de sua neta Inácia, Livro 2-CA, f. 48, nascida em 1854.

⁸ Livro 2-CA, f. 14v-15.

⁹ Ver nota 12.

¹⁰ Fonte: Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391101, relatos orais e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, Maço 28, Auto 883, Estante 159, Ano 1885, inventário de Tomás Osório Marques, que apresenta a idade de Felisberta em uma lista de matrícula de escravos de 1871.

foram eles que vivenciaram a experiência de transição jurídica do cativo à liberdade, vivendo o imperativo de assumir uma identidade civil na sociedade que se desenhava. Além desses, analiso os nomes utilizados por seus filhos e netos, a fim de verificar a persistência ou não de uma memória do cativo através do sistema de nomeação.

O uso do nome senhorial

Gilberto Freyre teve o mérito de ser o pioneiro, nos estudos afro-brasileiros, a interessar-se pelas práticas de nomeação utilizadas pelos escravos, uma vez tendo adquirido a condição de liberdade. No entanto, sua abordagem consolidou uma visão que considero insuficiente, e que se arraigou na historiografia brasileira, inclusive em estudos mais recentes. Segundo sua leitura, os escravos, genericamente, adotaram, na vida livre, os sobrenomes dos antigos senhores, sob a influência do patriarcalismo e como uma maneira de imitar-lhes formas exteriores de superioridade (FREYRE, 2005, p. 539-540).

Guimarães (2006) afirma ser bastante comum a adoção do sobrenome dos senhores. Wissenbach (1998, p. 253) e Lara (1988, p. 165 e 268) identificam nessa prática um índice de paternalismo e exercício de poder por parte do ex-senhores. Guedes (2008, p. 297) chega mesmo a afirmar que o emprego do nome senhorial atesta a submissão das famílias libertas em relação à família senhorial. Outros autores (SCHWARTZ, 1988, p. 237, SLENES, VOGT, FRY, 1996, p. 62, XAVIER, 1996 p. 114-116, MOREIRA, 2003, p. 293-294; MACHADO, 2008, p. 167) relativizam esta visão afirmando que a utilização do nome senhorial também poderia trazer vantagens relativas aos ex-cativos e servir como demarcador da condição de livre e signo de consideração social. As observações desses autores convergem com as de

¹¹ 1881 é o ano de nascimento de Pulquéria, filha de Felisberta com outro homem (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391101, Item 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, doravante citado como livro de libertos-CA, f. 79-79v), e 1883 o de Angélica, primeira filha do casal (livro de libertos-CA, f. 97). Manoel também teve outro filho antes de amasiar-se com sua prima, Belisário, filho da escrava Libânea e nascido em 1874 (livro de libertos-CA, f. 26v). Os demais filhos do casal nasceram livres: Raquel, nascida em 1886 (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391100, Item 4, livro 13 de batismos de Conceição do Arroio, f. 88, doravante citado como livro 13-CA), Rosalina, de registro de batismo não localizado, mas de acordo com o inventário de seu pai, nascida em 1885 (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, Maço 26 – Auto 814, Estante 159, Ano 1906, doravante citado como inventário de Manoel Inácio Osório Marques), Maria, nascida em 1890 (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391100, Item 6, livro 15 de batismos de Conceição do Arroio, f. 75, doravante citado como livro 15-CA), Manoel, nascido em 1894 (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391101, Item 1, livro 16 de batismos de Conceição do Arroio, f. 83, doravante citado como livro 16-CA), Mercedes, nascida em 1896 (Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391101, Item 2, livro 17 de batismos de Conceição do Arroio, f. 79), Ladislau, de registro de batismo não localizado, mas de acordo com o inventário de seu pai, nascido em 1898 (inventário de Manoel Inácio Osório Marques) e José, de registro de batismo não localizado, mas de acordo com o inventário de seu pai, nascido em 1898 e falecido entre 1904 e 1906 (inventário de Manoel Inácio Osório Marques).

Rebecca Scott (1988, p. 11-12), para quem adquirir personalidade legal, para os ex-escravos, representava o acesso a um novo conjunto de relações com outras pessoas jurídicas e com o processo legal.

Não há dúvidas de que o sobrenome dos senhores foi frequentemente – não sempre¹² – utilizado pelos antigos escravos, e que eles maneжaram com as vantagens identitárias que eventualmente poderiam ter com um vínculo simbólico com a casa-grande. O problema que vejo nesta abordagem, e que já discuti em estudo anterior (WEIMER, 2008), contudo, é o de reduzir as práticas de nomeação a *um* de seus aspectos – o sobrenome – justamente aquele que realça e reforça os vínculos com os ex-senhores. Há outros aspectos que pretendo discutir aqui, tais como os *tecnonímicos* e os prenomes escolhidos para os filhos, que sublinham os laços horizontais entre os ex-escravos. Como já destacou Antônio Candido (MELLO E SOUZA, 1977, p. 240-243), em áreas rurais brasileiras os nomes “oficiais” são utilizados apenas em situações “oficiais”¹³, sendo, no cotidiano, empregados o que o autor chama de patronímicos – aqui denominados *tecnonímicos*¹⁴. Os nomes raramente são utilizados de forma fixa e invariável; pelo contrário, são situacionais e performáticos, conforme sublinham diversos estudiosos (ZONABEND, 1995, p. 268-272; XAVIER, 2002¹⁵: “Dans des manières de désigner un individu se rassemblent les multiples facettes de la dénomination qui, souvent, change avec l’âge, le temps, les alliances contractés ou les événements” (HÉBRARD, 2003, p. 51).

Creio que a ênfase dada pela historiografia brasileira aos sobrenomes deva-se a um problema de fontes, mais do que a um compromisso ideológico com a abordagem freyriana. É fato que em fontes *oficiais* – aquelas às quais geralmente os historiadores têm acesso – irão

¹² Em Morro Alto, o sobrenome Marques foi utilizado por aquelas famílias com um presumido vínculo biológico com a família senhorial. Mais do que isso, o próprio fato de utilizarem esse sobrenome é tomado por seus descendentes como um indício do parentesco alegado. As outras famílias utilizaram outros sobrenomes, tais como Silva, Santos, Conceição, Jesus, Rosa, Fortes, Pastorino, bem como frequentes nomes decorrentes de prenomes – *tecnonímicos*. Fraga Filho (2006, p. 296) observou, para o Recôncavo Baiano, a prática de adotar sobrenomes diversos do senhorial. Há que observar que, para Freyre (2005, p. 539), apenas *alguns* descendentes de escravos, justamente aqueles mais bem situados nas relações hierárquicas do cativo, adotaram o sobrenome dos ex-senhores.

¹³ Em estudos mais específicos a respeito de Morro Alto, Barcellos *et al* (2004) e Chagas (2005) constataram o mesmo.

¹⁴ Tanto Ellen Woortmann (1994) quanto Antônio Candido de Mello e Souza (1977) estudaram sociedades tradicionais do meio rural brasileiro. Optei por utilizar, com a primeira, o termo *tecnonímico*, em detrimento da palavra *patronímico*, empregada pelo segundo, por esta última palavra ser utilizada, também, por Zonabend (1995), porém para referir-se ao sobrenome paterno. Preferi, pois, evitar a confusão de conceitos, diferenciando-os.

¹⁵ A autora sublinha, ainda, que o empreendimento proposto por Ginzburg e Poni (1991), de utilização do nome como “fio condutor” de um trabalho de pesquisa deve ser complexificado: dada sua variabilidade, há que considerar os “significados sociais, políticos e culturais” nele latentes, em lugar de neles perceber, apenas, “fios condutores” de trajetórias individuais (XAVIER, 2002, p. 5).

aparecer formas *oficiais* de nomear. Os *tecnonímicos* só irão aparecer através de fontes orais ou de raros indícios a serem minuciosamente perseguidos em fontes escritas por pesquisadores que os tenham como foco de seu olhar. Já a utilização de prenomes, dentre os inúmeros filhos das famílias de (ex-)escravos deve ser contemplada através de um mosaico de informações a se buscar em entrevistas e em registros civis de nascimento. Para empreendimento de tamanha complexidade, aqui foi necessário reduzir a escala de análise para dele dar conta.

O caso das Antilhas francesas oferece um interessante contraponto ao exemplo brasileiro. Ao contrário do Brasil, onde os sobrenomes foram escolhidos de forma totalmente informal – e portanto a preferência pelo sobrenome dos ex-senhores deu-se de forma voluntária – nas Antilhas, lhes foram atribuídos pela administração colonial, que tratou de definir o estatuto social dos antigos cativos, atribuindo-lhes um sobrenome. O sobrenome dado era uma insígnia de liberdade, a diferenciar o estatuto dos livres daquele dos cativos. Tais nomes foram contudo buscados no calendário gregoriano ou na história antiga. Diversos daqueles a quem não foram atribuídos tais nomes “administrativos”, porém, por iniciativa própria adicionaram outros nomes a seus prenomes (COTTIAS, 2003). Segundo Cottias, muitos ex-escravos preferiram ser identificados por aspectos como idade, prenome, prenome materno ou paterno feminilizado ou nome do local onde trabalhavam, em lugar de uma designação oficial a eles externa. Eles ainda modificavam frequentemente a forma como eram identificados (COTTIAS, 2003, p. 169-171).

É notável o contraste entre as constatações da autora, que verifica a resistência ao uso de nomes externos à tradição cultural dos ex-escravos, em um contexto de atribuição de nomes pelas autoridades coloniais, com a historiografia brasileira, que insiste no uso do sobrenome dos senhores mesmo em uma situação em que a assunção de nomes na vida em liberdade se deu em um ambiente de total informalidade. Por outro lado, tal como Antônio Candido (MELLO E SOUZA, 1977, p. 240-243) apontou para o Brasil rural de meados do século XX, Cottias (2003, p. 173) observa nas Antilhas francesas da segunda metade do século XIX o uso, em paralelo, de um nome “administrativo” e outro “de vizinhança”.

Acredito existir o mesmo paralelismo entre ex-escravos e descendentes em áreas rurais brasileiras, e o que me leva a crer nisto é o trabalho de campo realizado na comunidade do Morro Alto, onde se diferencia claramente entre os nomes utilizados no cotidiano e os “nomes de assinatura” (BARCELLOS *et al.*, 2004). Creio que a historiografia brasileira a respeito do tema tem muito a ganhar se se dedicar ao estudo das formas de nomeação e identificação que fogem à oficialidade – e que, a exemplo do que apontam os estudos a respeito das Antilhas

francesas, eventualmente eram *preferíveis* aos nomes “oficiais” – e este estudo pretende apresentar uma contribuição inicial.

O uso do tecnonímico

Santos (2006, p. 158-159) destaca que no sistema português tradicional de nomeação, as mulheres não recebiam os sobrenomes dos pais, mas tinham prenomes compostos nos quais o segundo termo era o prenome materno. Dessa maneira, nas aldeias da Beira-Baixa por ele estudadas, os filhos recebiam o sobrenome paterno, mas as filhas recebiam apenas o prenome materno como *teconímico*, de forma que as filhas de uma Ana chamar-se-iam Luísa Ana e Lúcia Ana, e as filhas de Luísa Ana receberiam os prenomes da avó e da tia, e o prenome da mãe como *teconímico*: Ana Luísa e Lúcia Luísa.

Sustento que, ao menos nos casos por mim estudados na fazenda do Morro Alto, esse modelo de nomeação foi transposto ao Brasil, mas, no caso dos escravos, era extensivo aos filhos do sexo masculino, devido aos baixos índices de legitimidade. Por não terem pais reconhecidos como tais, a geração nascida sob a vigência do cativo – ou os filhos considerados naturais, na geração posterior – trouxe para si os prenomes de suas mães. Tanto Angélica quanto Ramão, filhos de Inácia, aparecem na documentação¹⁶ de batismo, respectivamente, de seus netos e filhos, como Angélica Inácia¹⁷ e Ramão Inácio¹⁸.

Também Manoel, filho de Angélica, é por diversas vezes referido como Manoel Inácio, porém ainda durante a vigência da escravidão. Alforriado em 1884, quando foi mencionado apenas como Manoel¹⁹, aparece contudo como Manoel Inácio no inventário de sua senhora Isabel Maria Osório, em 1867²⁰, e é padrinho de batismo de quatro crianças na segunda metade do século XIX mediante essa denominação²¹. Nos dois últimos registros o

¹⁶ Ramão Inácio também na memória de netos.

¹⁷ Livro 13-CA, f. 18, em 1884; Livro 16-CA, f. 56, em 1894.

¹⁸ Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391100, Item 3, livro 12 de batismos de Conceição do Arroio, doravante citado como livro 12-CA, f. 123, em 1883; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391100, Item 5, livro 14 de batismos de Conceição do Arroio, doravante citado como livro 12-CA, f. 73v, em 1887; livro 15-CA, f. 99 e livro 15-CA, suplemento, f. 11. No Livro de lançamento dos impostos de pessoas e estradas do exercício de 1904, no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho, em Osório, f. 18, doravante citado como Livro de impostos – 1904 – AHASF, no pagamento de taxa referente à conservação da estrada em 1904, Ramão também foi referido como Ramão Inácio.

Os descendentes de Ramão Inácio são, até hoje, conhecidos na localidade de Morro Alto como a família dos “Inácios” ou a família dos “Ramão”. Certamente a memória de Inácia está perdida, mas Ramão ainda é recordado por seus netos.

¹⁹ APERS, 2006, p. 242.

²⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório de Órfãos e Ausentes, estante 159, maço n. 4, Auto n. 99, Inventário de Isabel Maria Osório, Ano 1867, doravante citado como Inventário de Isabel Maria Osório.

²¹ Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1391101, Item 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, doravante citado como livro 3-CA, f. 11 ano de 1862;

padrinho é apontado não apenas com o *tecnónimo* “Inácio”, como também com o sobrenome *Osório Marques*, que é o mesmo que figura em seu inventário de 1906²².

Por *tecnónimo*, aqui, entende-se o fenômeno a partir do qual o prenome do pai ou da mãe (ou dos avós paternos ou maternos) é agregado ao prenome da criança, inscrevendo sua *persona social* na memória familiar. Segundo Ellen Woortmann (1995, p. 304), entre os sítiantes por ela estudados, em Sergipe do século XX, a utilização do prenome paterno junto ao prenome do filho²³ remete ao pai biológico e ao *sítio* deste. A autora atribui o uso do *tecnónimo* à pertença familiar mas também aos vínculos de territorialidade com o terreno familiar, o que também foi verificado, nas Antilhas do século XIX, por Cottias (2003, p.172).

Embora a família em questão efetivamente tenha se tornado terratenente no pós-Abolição – em agosto de 1890, Manoel Inácio adquiriu a Manoel Osório Marques, neto da ex-senhora Isabel Maria Osório, um terreno de cem braças de extensão no Espriado, pela quantia de 500\$000 réis²⁴ – a utilização de *tecnónimos* remete, ainda, aos tempos da escravidão e a um momento de não-propriedade da terra. Sendo assim, a tônica de sua utilização reside em demarcar o pertencimento familiar²⁵.

A cabo de algumas gerações, aquilo que anteriormente foi um prenome transmuta-se em um sobrenome²⁶. É o que ocorre na família em questão, na qual “Inácio” é cultivado como o sobrenome do avô, mas não se tem mais em vista que era o prenome da avó materna daquele avô. Em trabalho anterior, sustentei (WEIMER, 2008, p. 320-332) que estas formas de composição de prenomes evidenciam, da parte das famílias de ex-cativos, um esforço por construir ancestralidades no Novo Mundo, e vínculos de pertencimento e identificação com seus familiares.

Os prenomes de mães e avós eram adotados como *tecnónimos* que identificavam ramos familiares, mas também apontam para o pertencimento comunitário e para a “resistência do grupo em ser identificado apenas por nomes que não falam de suas raízes – a

livro de libertos-CA, f. 1, ano de 1871; livro de libertos-CA, f. 62v, ano de 1879; livro de libertos-CA, f. 97v, ano de 1884. O primeiro batismo é de Filomena, sua prima, filha de Ramão, e futura cunhada.

²² Inventário de Manoel Inácio Osório Marques. Ainda em correspondência esparsa a ele dirigida na virada do século XIX para o século XX, em poder de seus descendentes, aparece como Manoel Inácio, assim como em guias de pagamentos de impostos (em poder de descendentes e também registradas Livro de impostos – 1904 – AHASF, f. 15).

²³ No caso analisado pela autora, utiliza-se a partícula “de” na composição do *tecnónimo*. “O *tecnónimo* é do tipo José de Carolindo, isto é, José filho de Carolindo” (WOORTMANN, 1995, p. 304). Em Morro Alto, o emprego desta partícula é raro, sendo mais comum, utilizando o exemplo da autora, o formato “José Carolindo”.

²⁴ Recibo em poder de sua neta Aurora Inácia Marques da Silva, em Osório.

²⁵ A não ser que consideremos a hipótese do nome como demarcador do vínculo territorial com raças familiares no interior da propriedade escravista.

²⁶ Trata-se de uma forma bastante comum de composição de sobrenomes no Brasil, não apenas de famílias afro-descendentes, mas também entre descendentes de índios.

origem escrava africana – e sim do vínculo com os senhores.” (BARCELLOS *et al.*, 2004 p. 219). Gutman (1976 cap.6) observa que a adoção de nomes oriundos da própria família escrava ressalta identidades sociais que extrapolam o vínculo com os senhores de escravos.

Felisberta, prima e esposa de Manoel Inácio, aparece nos registros de batismos de seus filhos²⁷ apenas com o seu prenome – eventualmente com os sobrenomes Marques ou “da Conceição”, remetendo à santa padroeira da freguesia – mas também com o *tecnônimo* de sua mãe, Severina. No entanto, após o falecimento de seu marido, descartou o *tecnônimo* materno e adotou o de sua avó paterna. A uma nova condição e identidade social correspondeu, também, uma forma diferente de nomear. Felisberta era, não há dúvidas, uma “Inácia”, já que filha de Ramão Inácio, mas, quando viúva, ao manejar seu *tecnônimo* no sentido de utilizar o de seu pai e não de sua mãe, criava uma aparência de legitimidade em relação ao relacionamento, que não era sancionado pela igreja, com o falecido marido, Manoel Inácio²⁸.

A nomenclatura parece demarcar uma noção local de legitimidade, para além da sancionada pela Igreja. É digno de nota que nem Pulquéria, nem Belisário, os filhos que Felisberta e Manoel Inácio haviam tido com outros pais, fossem “Inácios”. Já os filhos do casal são todos lembrados, e registrados por escrito, como Angélica Inácia, Raquel Inácia, Rosalina Inácia, etc (ver figura 2 e anexo). A legitimidade estabelece, para as famílias, fronteiras de pertencimento e de não-pertencimento, e, conforme Catroga (2001, p. 27), os nomes fazem parte de um repertório de critérios de pertença familiar.

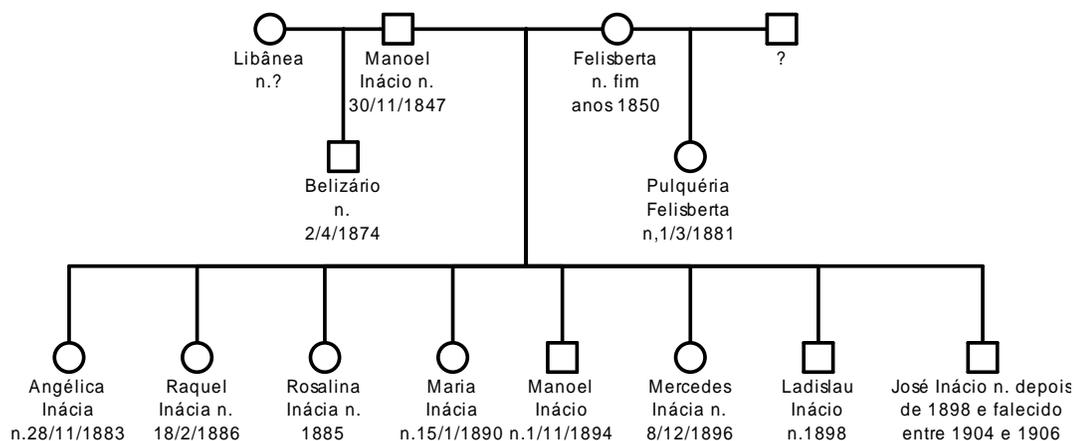


Figura 2 – Filhos de Felisberta e Manoel Inácio²⁹.

²⁷ Já citados.

²⁸ Felisberta apresentou-se como Felisberta Inácia Marques já nos autos de inventário de Manoel Inácio, mas também no casamento de seu filho Manoel Inácio Marques Filho. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, Microfilme 1444093, Item 10, Registro Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório Distrital de Maquiné, Conceição do Arroio, 5º Distrito, Matrimônios 1914-1928, f. 7v-8.

²⁹ Fonte: ver nota 11.

Angélica, Raquel e Ladislau não se casaram. José faleceu ainda criança. Rosalina teve dois filhos solteira, um dos quais foi a mim referido como Manoel Rosalina, tendo herdado o *teconímico* de sua mãe, e a outra, Ercília, assumiu o nome de seu marido. Também sua tia Mercedes assumiu o nome do esposo, não passando “Inácio” aos seus filhos, que receberam *teconímicos* de sua família paterna. Maria, porém, o transmitiu às suas filhas do sexo feminino, enquanto os filhos do sexo masculino receberam o *teconímico* “Timóteo”, de seu marido. Todos os filhos, e alguns netos, do único filho homem que se casou, Manoel Inácio Filho, são conhecidos como “Inácios”³⁰.

Mesmo quando o *teconímico* “Inácio” não foi transmitido de geração em geração, a lógica de estabelecer um nome de vizinhança com base em uma herança geracional se manteve. Indagada por mim a respeito de seu nome de solteira, Eva, filha de Mercedes, de “nome de assinatura” Eva Marques Correia, parou para pensar um pouco e, por fim, concluiu por Eva Mercedes Marques, assumindo o prenome materno como *teconímico*³¹. Creio que, mais do que *rememorando* seu nome de solteira, dona Eva o estava *compondo* de acordo com a lógica local de formulação de *teconímicos*, e por fim terminou por acrescentar ao seu o de sua mãe. Isso demonstra não haver uma determinação *estrutural* acerca do formato de tais nomes, mas, como já referido, sua utilização *situacional*.

A identidade desta família como uma família de “Inácios” extrapola o fato de que o vínculo com a ancestral fundadora da linhagem se perdeu, não sendo mais Inácia recordada. Mas os descendentes de Ramão Inácio e de Manoel Inácio – que têm a firme convicção de serem aparentados entre si – mantêm a designação de “Inácios” justamente em referência a Ramão e a Manoel como ancestrais fundadores que passaram pela experiência do cativo e que tomaram o lugar de Inácia como longínqua ancestral cativa. Uma neta de Manoel Inácio, Diva Inácia Marques Terra – Terra por parte de seu marido – optou por legar a seus filhos Cláudio e Cleci o sobrenome “Inácio”, herdado dos bisavós das crianças, em lugar do “Marques” de sua família paterna, o que demonstra que a reverência ao ancestral pode superar o orgulho de portar o sobrenome senhorial.

Prenomes e memória da escravidão

A antropologia dos termos de nominação costuma utilizar o termo “stock” nominal para referir-se ao repertório socialmente disponível de prenomes a serem atribuídos a uma

³⁰ Ver anexo.

³¹ Entrevista com Dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde. Dona Eva tinha 88 anos no momento da entrevista.

criança (ZONABEND, 1995 p. 258). A “re-utilização” de prenomes portados por ancestrais não é novidade para antropologia (MAUSS, 2003), e tampouco para a historiografia sobre o pós-Abolição no Brasil (RIOS, 1990, p. 48-49). Este conjunto de prenomes socialmente “disponíveis” não é estático, sendo objeto de constante renovação. Slenes (apud RIOS, 1990 p. 48) constata, na São Paulo cafeeira do século XIX, que os pais atribuíam a seus filhos os prenomes de pais, tios e avós. Guedes (2008, p. 297), ao analisar uma família de descendentes de escravos, constatou que entre primos de quarta geração, a proporção de prenomes compartilhados era superior a 50%, afirmando tratar-se de escolhas intencionais que expressavam sentimentos de família. Infelizmente o autor não desenvolve tanto quanto eu gostaria esta interessantíssima constatação, que a meu ver coloca em xeque sua própria interpretação segundo a qual a nomenclatura traduzia vínculos de submissão em relação à família senhorial.

Para realizar cálculo semelhante, considerei filhos e netos de Manoel Inácio e Felisberta. As informações pesquisadas a respeito desta família, nas últimas gerações da escravidão, permitem inferir se os prenomes tomados em empréstimo pelas crianças referem-se a irmãos, tios e avós de seus pais. Porém, considerando que a documentação pode conter lacunas e, além disso, os vínculos genealógicos patrilaterais sempre são falhados, é provável que as referências a prenomes “herdados” estejam sub-avaliadas.

Considerando a família como um todo, veremos que, de um total de 39 indivíduos, 22 receberam prenomes idênticos a familiares de gerações anteriores³². Tal proporção, 54%, é similar à constatada por Guedes. No entanto, desconsiderando Belisário, Pulquéria e os respectivos filhos, que afinal representam ramos da família considerados ilegítimos e em que o repertório de familiares conhecidos a homenagear cai pela metade³³, tem-se um total de 26 indivíduos, dos quais 17 com herança nominal por mim conhecida. Em outros termos, considerando apenas os filhos de ambos integrantes do casal, a utilização do *stock* nominal familiar nas gerações de filhos e netos de escravos eleva-se para 65%. Essa proporção era, provavelmente, superior, já que geralmente conhecemos com detalhamento apenas as famílias maternas das crianças. Se pudéssemos contar com genealogias mais completas, esses índices seriam superiores a 54 e 65%.

³² Conferir anexo. Em estudo anterior constatei que, no vizinho município de São Francisco de Paula, “se o *stock* de sobrenomes majoritariamente provinha dos ex-senhores, os prenomes eram abastecidos em suas próprias famílias” (WEIMER, 2008, p. 328).

³³ Isto é, os descendentes de Pulquéria só homenageariam os familiares de sua mãe Felisberta, e os de Belisário, apenas os de seu pai Manoel Inácio. Desconheço o nome do pai de Pulquéria e a genealogia da mãe de Belisário.

Dentre os familiares a quem buscar um prenome, predominam os tios das crianças e dos pais: daqueles 22 indivíduos que receberam prenomes de integrantes da família, 10 foram legados por seus tios e tios-avós³⁴. Apenas dois, um menino e uma menina, adquiriram prenomes de seus primos ou primos em segundo grau, e uma menina ganhou o prenome de um outro familiar mais distante³⁵. Nenhuma mulher recebeu o prenome de sua mãe, mas três homens o receberam de seus pais. Também entre os que herdaram prenomes de avós há uma predominância da herança nominal por parte masculina: quatro meninos receberam os prenomes de seus avôs e apenas duas garotas foram nomeadas com os prenomes de suas avós.

Este último aspecto pode ser facilmente explicado pelo prestígio de Manoel Inácio como patriarca daquele núcleo familiar. Tendo acumulado um pecúlio, adquiriu um terreno para seus filhos após remir-se da condição cativa, provavelmente trabalhando como carpinteiro nas casas dos grandes fazendeiros da região (WEIMER, 2010). O protagonismo na ascensão social que levou aquela família de ex-escravos despossuídos à condição de camponeses negros, a rememorada condição de filho de um senhor de escravos e, possivelmente, seu precoce falecimento³⁶, levaram a uma devoção significativa por parte de sua descendência. *Todos* os seus filhos que tiveram filhos do sexo masculino – inclusive o ilegítimo Belisário – nomearam um filho, em geral o primogênito, como Manoel. Isso reforça o argumento de que a repetição nominal entre gerações não é resultado de mera casualidade, mas de uma comunhão identitária significativa.

Finalmente, realizou-se um levantamento, entre aqueles 22 descendentes de escravos de prenomes reconhecidamente tomados a familiares, da condição jurídica daqueles que emprestaram prenomes a seus netos e sobrinhos. O resultado é impressionante: 15 deles, ou 68%, eram escravos, sendo 2 de “ventre-livre”, 4 livres e 1 de condição ignorada³⁷. Se descontarmos 3 Josés – prenome presente tanto entre antepassados escravos como em um liberto³⁸, e portanto não há como saber a quem se prestou homenagem – tem-se, ainda assim, a não-desprezível quantidade de 12, ou 54%. Estes dados apontam para uma clara preferência por ancestrais que viveram a experiência do cativo. Se o nome familiar é um classificador de linhagens, que inscreve o indivíduo desde o nascimento em uma filiação (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 224, ZONABEND, 1980 p. 11; 1995 p. 257), esta filiação parece

³⁴ Conferir anexo. Nesse sentido, meus resultados contrastam com os de Rios (1990, p. 48-49), que verificou, entre os descendentes de cativos em Paraíba do Sul, a predominância de prenomes de avós e bisavós, em detrimento do de pais e tios. Não sei a que atribuir esta disparidade regional, mas como analiso apenas uma família de forma mais detida, é possível tratar-se de uma peculiaridade dos “Inácios”.

³⁵ Trata-se da avó da cunhada da mãe da criança.

³⁶ Manoel Inácio tinha, em 1906, 58 anos.

³⁷ Conferir anexo.

³⁸ Ver nota seguinte.

vinculá-los – significando-os, classificando-os, identificando-os – intimamente a uma memória familiar que remonta ao cativo.

Poder-se-ia objetar que não se trata de uma preferência explícita por ancestrais escravos, mas apenas de uma decorrência implícita da maior parte dos ancestrais disponíveis ter passado pela experiência do cativo. No entanto, este não me parece ser o ponto fundamental. Parece não haver, de fato, uma preferência destacada pelos ancestrais livres, que correspondiam apenas a 18% daqueles que cederam prenomes a seus sobrinhos e netos. Em havendo ancestrais livres, por que se buscou nos escravos o prenome a dar aos seus filhos? Porque não se tem Serafinas, Clementinas, Urculanos, Luíses e Hermenegildos no repertório nominal familiar³⁹?

Esse dado torna-se ainda mais impressionante quando se leva em conta que o século XIX conheceu uma ética de silêncio quanto à cor e à experiência escrava pretérita em momentos de igualdade formal (MATTOS, 1998, 2000, 2005). A abolição da distinção entre homens livres e escravos maximizou o processo verificado pela autora. No entanto, esse silenciamento parece ter se dado no espaço público, já que no ambiente privado, permanecia acesa, impressa nos nomes, nas marcas mais individuais de identidade social, a memória do cativo, e não como estigma, mas como iniciativa de nomeação assumida pelos pais.

Considerações finais

Em seu estudo acerca da mobilidade social de forros na primeira metade do século XIX na freguesia de Porto Feliz, São Paulo, Roberto Guedes (2008) procurou enfatizar os vínculos verticais manejados pelos antigos escravos para obter a ascensão social. A ênfase aqui dada é diferente: a exemplo de Rios (1990), meus dados apontam para a existência de solidariedades horizontais e familiares no ato de nomear. Espero ter conseguido demonstrar que a adoção do sobrenome senhorial não dá conta das relações identitárias tecidas pelos antigos cativos, que transmitiram a seus filhos e netos *tecnónímicos* das gerações antepassadas e prenomes minuciosamente escolhidos em um repertório nominal alimentado por seus tios, avós e tios-avós, frequentemente escravos.

³⁹ Serafina, Clementina, Urculano e José eram meio-irmãos de Manoel Inácio, filhos de Angélica Inácia, alforriados ainda crianças, no inventário de sua senhora, em 1867 (Inventário de Isabel Maria Osório). Luís era o nome do marido e Hermenegildo, de um dos filhos de Serafina. O motivo pelo qual Manoel não foi alforriado junto aos demais é que ele não era filho do italiano Francisco Pastorino, que deve ter afiançado a alforria de quatro filhos. É importante observar que Serafina, Clementina, Urculano e José não receberam o *tecnónímico* da mãe, e sim o *tecnónímico* e o sobrenome de seu pai, que os legitimou (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório da Provedoria de Conceição do Arroio, Maço 2, Auto 39, Estante 159, Ano 1887, inventário de Francisco Pastorino) chamando-se, assim, Serafina Francisca Pastorina, Urculano Francisco Pastorino, etc. Isso reforça o argumento apresentado de que a nomeação sustenta noções locais de legitimidade.

A escolha dos sobrenomes utilizados pelos ex-escravos e descendentes como foco da análise do historiador não é inocente, já que privilegia os vínculos verticais com os antigos senhores e tende a ocultar a existência de laços horizontais intra e inter-familiares. Embora se trate de um problema de fontes mais ou menos acessíveis, é necessário um esforço para fugir dos *nomes* informados pela oficialidade, sob a pena de ficarmos, apenas, naqueles utilizados em contextos *oficiais*. É evidente, e neste estudo temos alguns exemplos, que os nomes utilizados na informalidade perpassam e se permitem transparecer em documentos formais. Mas, para registrá-los adequadamente, o historiador deve ter o olhar direcionado a eles.

Convém destacar a diferença entre ambientes públicos e privados no que tange ao cultivo da memória do cativo. Se esta não era sublinhada e destacada em ambientes públicos no pós-Abolição, devido à carga simbólica negativa a ela associada, isso não significa que o cativo e as referências a familiares que passaram por essa experiência devessem ser esquecidas. Não apenas foram lembradas, como foram acionadas ao demarcar *tecnonímicos* perenes ao tempo e um *stock* de prenomes acionado até, pelo menos, a segunda geração após o cativo. Se os prenomes vinculam o sujeito a um personagem em específico que se pretende homenagear, o *tecnonímico* determina seu pertencimento a todo um ramo familiar (WOORTMANN, 1995, p. 304). Tais marcas, longe de serem banais, foram impressas no mais íntimo e específico signo identitário: o nome.

ANEXO - Herança nominal na família de Felisberta.

Os filhos de Felisberta e Manuel Inácio encontram-se identificados por números e em negrito, e seus netos, por letras e em itálico. Foi utilizada a notação de parentesco apresentada em SANTOS, 2006 p. 37-38. O X representa nomes não-identificados como pertencentes ao estoque nominal familiar. Quando a notação de parentesco está separada por “;”, tratam-se de indivíduos diferentes, quando pela conjunção “e”, trata-se do mesmo indivíduo.

Nome	Notação de parentesco do membro da família de quem se herdou o prenome	Grau de parentesco do membro da família de quem se herdou o prenome	Membro da família escravo / de “ventre-livre” / livre

1) Belisário Manoel de Oliveira⁴⁰	X		X
<i>a) Maria Belisário de Oliveira</i>	X		X
<i>b) Osvaldo Belisário de Oliveira</i>	X		X
<i>c) João Belisário de Oliveira</i>	X		X
<i>d) José Belisário de Oliveira</i>	IoP; IoPP	Tio; tio-avô	L
<i>e) Manoel Belisário de Oliveira</i>	PP	Avô	E
2) Pulquéria Felisberta da Silva⁴¹	X		X
<i>a) Honorata</i>	X		X
<i>b) Antônio</i>	X		X
<i>c) Teodoro</i>	FoIãMM	Primo-segundo	VL
<i>d) Maria</i>	IãM; IãMM	Tia; tia-avó	E
<i>e) João</i>	X		X
<i>f) José</i>	IoM; IoMM	Tio; tio-avô	E
3) Angélica Inácia Marques	MP e IãPM	Avó e tia-avó	E
<i>a) “Beta”</i>	X		X
4) Raquel Inácia Marques	IãM	Tia	E
5) Rosalina Inácia Marques	X		X
<i>a) Manoel Rosalina</i>	PM	Avô	E
<i>b) Ercília Marques da Rosa</i>	X		X
6) Maria Inácia Marques	IãM	Tia	E
<i>a) Manoel Timóteo Marques</i>	PM	Avô	E
<i>b) José Timóteo Marques</i>	IoM; IoPM; IoMM	Tio; tio-avô	E
<i>c) Timóteo Marques</i>	P	P	?
<i>d) Vitalina Inácia Marques</i>	MMEspIoM	Afim	E
<i>e) Adiles Inácia Marques</i>	X		X
7) Manoel Inácio Marques Filho	P	Pai	E
<i>a) Benta Inácia Marques</i>	IoMM	Tio-avô	L
<i>b) Amélia Inácia Marques</i>	MM	Avó	VL
<i>c) Aurora Inácia Marques</i>	IãMM	Tia-avó	L
<i>d) Maria Inácia Marques</i>	IãP; IãMP; IãM	Tia; tia-avó	E
<i>e) Diva Inácia Marques</i>	X		X
<i>f) Geni Inácia Marques</i>	X		X
<i>g) Manoel Inácio Marques Neto</i>	P; PP	Pai; avô	E

⁴⁰ Belisário era filho apenas de Manoel Inácio Marques.

⁴¹ Pulquéria era filha apenas de Felisberta.

<i>h) Eva Inácia Marques</i>	FalãP e FaIoMM	Prima e prima segunda	L
8) Mercedes Inácia Marques	X		X
<i>a) Manoel Bento</i>	PM	Avô	E
<i>b) Eva Merêncio</i>	X		X
9) Ladislau Inácio Marques	X		X
10) José Inácio Marques	IoP; IoM	Tio	E

Referências Bibliográficas

- BARCELLOS, Daisy M. *et al. Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Direitos Constitucionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BUTEL, Paul. *Histoire des Antilles françaises*. Paris : Perrin, 2007.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CHAGAS, Miriam de Fátima. *Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da História: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos*. 2005. 382 p. Tese de doutoramento em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.
- COTTIAS, Myriam. “Le partage du nom. Logiques administratives et usages chez les nouveaux affranchis des Antilles après 1848” In *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003, n° 53/54, p. 163-174.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2005.
- GEERTZ, Clifford. “Pessoa, tempo e conduta em Bali” In _____. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. “O nome e o como” In _____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1991 p. 169-178.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo. Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.
- GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.
- GUTMAN, Herbert. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books, 1976.

- HÉBRARD, Jean. “Eslavagem et dénomination: imposition et appropriation d’un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX^e siècle” In *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003, n^o 53/54, pp. 31-92.
- LARA, Silvia H. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEVI, Giovanni. ‘Sobre a micro-história’ In BURKE, Peter (org.) *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, século XIX. 2ª Edição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. Novos quilombos: re-significações da memória do cativo entre descendentes da última geração de escravos. In: RIOS, Ana e _____. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-Abolição*. 1 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 257-301.
- MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’” In _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- MOREIRA, Paulo Roberto S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.
- REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas – A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIOS, Ana L. *Família e Transição (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)*. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1990.
- SANTOS, Armindo. *Antropologia do parentesco e da família*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SLENES, Robert W. “Histórias do Cafundó” In VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil. Linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- SCOTT, Rebecca. (org.) *The abolition of slavery and the aftermath of Emancipation in Brazil*. Duke: Duke University Press, 1988.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos / Editora da UNISINOS, 2008.
- _____. “A herança de Manoel Inácio: sobre a lógica da sucessão camponesa no pós-Abolição e percepções de direito campesinas” In ABREU, Martha e PEREIRA, Matheus Serva. *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPG-História/UFF, 2010.
- WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- XAVIER, Regina Célia L. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1996.
- _____. *Tito de Camargo Andrade: Religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2002.
- ZONABEND, Françoise. “Le nom de personne” In *L’Homme*, oct.-déc. 1980, XX (4), pp. 7-23.
- _____. “Pourquoi nommer?” In BENOIST, Jean-Marie *et al.* *L’Identité. Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss, professeur au Collège de France, 1974-1975*. Paris: Quadrige / PUF, 1995 [1974-1975].

A EDUCAÇÃO DOS NEGROS EM QUESTÃO: "O ABOLICIONISMO" E OS DISCURSOS PELA INSTRUÇÃO DOS LIBERTOS

Rosane dos Santos TORRES*

rose.hist@ig.com.br

Flávia Fernandes de SOUZA*

flaviasza@yahoo.com.br

RESUMO: Constituinte parte de um projeto de pesquisa que tem como tema a educação dos negros no contexto histórico que compreende o fim da escravidão no Brasil, o presente trabalho objetiva iniciar uma análise e uma reflexão sobre os discursos abolicionistas acerca da instrução dos escravos e dos libertos no Brasil. Para isso, este texto busca discutir três grandes questões. A primeira trata do processo de inclusão/exclusão dos negros no “mundo legalmente letrado”. A segunda aborda elementos relacionados ao movimento abolicionista, entre os anos 1870 e 1880, e seus projetos sociais para o período pós-abolição. A terceira discute trechos do livro *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, que, ao apresentar o “programa abolicionista” em 1883, destacou a importância da educação dos libertos para a cidadania e o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação dos negros, Movimento abolicionista, Fim da escravidão no Brasil.

ABSTRACT: Being part of a project about a research that has as theme the Education of Negroes in the historic context in the end of the abolition in Brazil, this present paper starts an analysis and a reflection on the abolitionists’ speeches about the education of slaves and freed in Brazil. For this, this text discusses three main questions. The first question is about the inclusion/exclusion process of Negroes in the “legal educational world”. The second one is about the elements related to the abolitionist movement – between 1870 and 1880 – and its social projects for the post-abolition. And the final third which discusses passages from the book *O Abolicionismo* by Joaquim Nabuco; who – by presenting the “abolitionist program” – focused on the importance of the education of ex-slaves for citizenship and labor.

KEY-WORDS: Education of Negroes, Abolitionist movement; End of the slavery in Brazil.

* Mestres em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrantes da equipe do projeto de pesquisa coletivo intitulado “Os Intelectuais, a Cidade e a Nação (Rio de Janeiro, 1870-1930)”, coordenado pela Professora Dr^a Magali Gouveia Engel (UERJ) e financiado pelo Programa “Cientista do Nosso Estado” da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

No dia 19 de abril de 1889 uma comissão de libertos de várias fazendas do Município de Vassouras, província do Rio de Janeiro, escreveu uma carta a Rui Barbosa (1849-1923), denunciando que a legislação referente ao fundo de emancipação previsto pela Lei de 28 de setembro de 1871 “foi burlada e nunca posta em execução quanto à parte que tratava da educação dos ingênuos”. Na carta, os libertos reivindicavam o apoio de Rui Barbosa, pois, segundo eles, “o governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionais” e, por conta disso, era “justo que esse imposto decretado para o fundo de emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos” (*Apud* GOMES, 2005, p. 10).

O teor da carta enviada a Rui Barbosa era claro: os libertos pediam o auxílio “da inspirada pena que tanto influiu para a nossa emancipação” para obterem “do governo imperial educação e instrução para os nossos filhos”. E, concluindo, alertava que: “para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina, para abater aqueles que querem a República, que é a liberdade, igualdade e fraternidade” (*Apud* GOMES, 2005, p. 10).

Não se sabe, ao certo, se Rui Barbosa respondeu a carta que lhe fora enviada pela comissão de libertos das fazendas de Vassouras em abril de 1889. Porém, no dia 15 de maio do mesmo ano – portanto, quase um mês depois da elaboração da carta – o jornal carioca *Diário de Notícias* apresentava, coincidentemente, um artigo de Rui Barbosa intitulado “5% adicionais”. Nesse artigo, o jornalista afirmava, nos parágrafos iniciais, o que segue:

Não se concebe que, um ano após a extinção do cativo, continue o fisco a arrecadar esse tributo destinado a auxiliar a emancipação gradual dos escravos.

À câmara, que teve a honra de cancelar a lei de 13 de maio, obra gloriosa da nação, cumpria ter imediatamente suprimido esse imposto, ou dado ao seu produto emprego congênere ao pensamento do legislador, que o estabeleceu.

Ora, esse novo emprego está naturalmente indicado, ao nosso ver, pelo caráter dessa consignação legislativa.

Declarar abolida a escravidão é dar apenas meia liberdade aos escravos. A parte mais difícil e mais importante da eliminação do jugo servil consiste na redenção intelectual do liberto, na sua educação para o regime da vida civil pela escola e pelo trabalho.

Instruir essa numerosa classe de cidadãos, e aparelha-los para o trabalho inteligente são duas grandes necessidades que o Estado não deve confiar exclusivamente à discricção das províncias. Há nessa aspiração elevadas conveniências nacionais, férteis em excelentes resultados [...] (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15/05/1889).

Provavelmente, essa era a resposta e o apoio de Rui Barbosa a causa dos libertos de Vassouras que haviam lhe enviado uma missiva em abril de 1889. Como é possível notar, o centro da discussão se referia à questão da promoção da instrução, pelo governo imperial, para a população liberta do cativo, dados os imperativos colocados pelo processo de emancipação dos escravos. Processo esse que havia sido oficialmente concluído no dia 13 de

maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, mas que trazia, como indicava a carta dos libertos e o artigo de Rui Barbosa, a necessidade de tomada de medidas pelo governo para a inserção dos ex-escravos na sociedade, o que implicava na criação de políticas específicas, como as referentes à educação. Afinal, como afirmava Rui Barbosa, era preciso “instruir essa numerosa classe de cidadãos” ou “esclarecê-los e guiá-los por meio da instrução”, como indicavam os libertos de Vassouras.

Para o entendimento do conteúdo da carta elaborada pela comissão de libertos de Vassouras e a posição de “defesa da causa” assumida por Rui Barbosa é preciso considerar algumas questões importantes.

Em primeiro lugar, faz-se necessário retomar elementos relativos à Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, mencionada pelos autores da carta e discutida por Rui Barbosa. Conhecida como Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco) e como marco do processo abolicionista no Brasil, essa lei estabelecia a condição de livre aos filhos das mulheres escravizadas que nascessem a partir daquela data; além de instituir medidas para a criação e o tratamento dos “ingênuos” – como passaram a se chamar os filhos dos escravos nascidos libertos. Nesse caso, de acordo com a lei, os senhores de escravos passaram a ser obrigados a criar e a cuidar dos ingênuos até os oito anos e depois dessa idade teriam a opção de entregá-los a instituições do Estado – mediante uma indenização. A outra opção era utilizar a força de trabalho dos menores ingênuos até os 21 anos de idade (CONRAD, 1978, 112-146; ABREU, 2002, p. 468-471).

No entanto, para além da questão do “ventre”, a Lei de 28 de Setembro regulou sobre outros assuntos que demonstraram o aprofundamento da intervenção do Estado nas relações entre senhores e escravos.¹ Entre elas, destacava-se a determinação encontrada no artigo 3º, que instituiu a criação de um fundo de emancipação, “destinado a promover anualmente, em cada província, a libertação de tantos escravos quanto fosse possível com os recursos disponíveis”. Esse fundo seria composto com capital oriundo de taxas de escravos, impostos sobre a transmissão da propriedade escrava, loterias anuais, multas decorrentes da aplicação da lei, recursos orçamentários, além de doações e contribuições para a manumissão de escravos (CHALHOUB, 2003, p. 227).

¹ A Lei de 28 de setembro de 1871 reconhecia também aos escravos o direito legal à formação de pecúlio e à alforria, à revelia da vontade senhorial, desde que tivessem meios de indenizá-lo; assim como previu a libertação dos escravos de propriedade do Estado e estabeleceu que o governo deveria organizar uma matrícula geral dos escravos existentes no Império.

O segundo ponto se refere ao contexto de redação da carta pelos libertos de Vassouras, ou seja, o período imediato a Abolição da escravidão no Brasil. Como afirma o historiador Flávio Gomes, “expectativas diferentes marcaram o cronograma dos primeiros dias, meses e anos pós-emancipação”. Esse teria sido, segundo o autor, um momento em que se (re)definiam “os sentidos de liberdade, cidadania e autonomia” (GOMES, 2005, p. 10-11). O segundo semestre de 1888 e ano de 1889, em particular, foram caracterizados por um clima de expectativas diversas oriundas dos diferentes grupos sociais e agentes históricos envolvidos na conjuntura de mudanças advindas com o 13 de Maio. Após os festejos e as celebrações, emergiam novas – e já conhecidas – ideias, discussões e tensões relacionadas aos significados econômicos, políticos, sociais e culturais gerados pelo fim da escravidão e que visavam o futuro da Nação.

Assim, a demanda por educação e instrução colocada pelos libertos na carta endereçada a Rui Barbosa precisa ser analisada no cenário constituído pelos confrontos de interesses entre representantes do poder, intelectuais, homens públicos, ex-senhores, libertos e a população em geral, fossem eles antigos abolicionistas, monarquistas ou republicanos – ou, ainda, radicais, moderados, liberais ou conservadores – e seus projetos para o “progresso” e a “civilização” do país. E tais conflitos se estabeleceram não só no plano dos discursos e das retóricas políticas, mas também nas dimensões práticas, que envolveram iniciativas e ações promovidas por diferentes agentes – ainda que elas não tenham sido bem sucedidas ou vencedoras.

O terceiro ponto se refere ao destinatário da carta, Rui Barbosa. Mesmo sem saber da existência, ou não, de ligações de proximidade entre ele e a comissão de libertos de Vassouras, é possível identificar prováveis elementos determinantes da escolha desse “porta-voz” pelos remetentes da missiva. Nesse sentido, é relevante lembrar de sua conhecida trajetória pública, até aquele momento, como advogado (devido à formação em Direito e à atuação profissional como jurista); como literato e jornalista (visto que colaborou e expressou suas ideias em vários jornais); como membro do Partido Liberal e representante político (já que foi deputado provincial e geral); e, principalmente, como defensor da abolição da escravidão.

Desde os anos 1870 e, sobretudo, nos anos 1880, Rui Barbosa engajou-se na campanha abolicionista através da sua atuação no Parlamento – sendo, inclusive, redator da primeira versão do projeto para a libertação dos escravos sexagenários – e da sua participação nos movimentos abolicionistas de cunho popular – participando da *Confederação Abolicionista* e mantendo ligações “secretas” com grupos abolicionistas dedicados às

iniciativas de teor mais radical na Corte, ao apoiar, por exemplo, o famoso quilombo do Leblon (SILVA, 2003).

Além disso, em março de 1889, Rui Barbosa assumiu a direção do jornal *Diário de Notícias* e exerceu, durante sete meses, o cargo de redator-chefe desse periódico sediado na Corte. Nesse período, em artigos publicados naquele jornal, Rui Barbosa abordou inúmeros temas de conteúdo político e social e propagou discursos para mudanças, que acreditava serem necessárias para a modernização da sociedade brasileira – o que rendeu uma grande repercussão nacional das suas ideias. Nessas discussões, dedicou grande atenção ao debate educacional, ao publicar uma série de artigos sobre a situação da educação brasileira na época, ressaltando a necessidade de reformas no campo educacional, em especial nos ensinos secundário e superior (MACHADO; MÉLO, 2007).

A educação era uma questão cara para Rui Barbosa desde o início da década de 1880, quando foi indicado para membro da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. Nessa função, apresentou os *Pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Educação Pública e a Reforma do Ensino Secundário e a do Ensino Superior*, em 1882, e publicou a tradução do livro de Normam Allison Calkins, *Primeiras Lições de Coisas*, que consistia em um manual para uso dos professores do ensino elementar, em 1886. (MACHADO; MÉLO, 2007)

É assim que levando em conta todos os elementos que envolveram a redação da carta dos libertos e o artigo de Rui Barbosa que defendemos que ambos encontram-se localizados nos processos históricos que constituíram a emancipação dos escravos e a pós-abolição – considerando todas as suas implicações sociais e as suas relações com o ambiente intelectual e político no final do século XIX e seus projetos para o futuro do Brasil. E é exatamente nessa encruzilhada que o presente trabalho pretende caminhar. O seu objetivo consiste em tentar recuperar um dos discursos sobre a educação e a instrução de libertos defendidos por representantes e grupos do movimento abolicionista, que, como se sabe, cumpriram um importante papel no cenário político e intelectual do período.

Trata-se de um esforço introdutório, resultado de um projeto de pesquisa que se encontra em fase inicial, e que busca empreender análises e reflexões acerca da educação dos negros no contexto do fim da escravidão e, sobretudo, dos discursos e das práticas promovidas por grupos abolicionistas relacionados à necessidade de oferecer instrução para a população egressa do cativeiro – tanto durante o período “abolicionista” da década de 1880, quanto no momento imediatamente posterior a Abolição. E para isso propõe-se desenvolver neste texto três pontos. O primeiro trata do processo de inclusão/exclusão dos negros no

universo da cultura letrada. O segundo caracteriza o movimento abolicionista e os seus projetos sociais para a inserção de libertos no período pós-abolição. E o terceiro analisa trechos do livro *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, que, ao apresentar, em 1883, o “programa abolicionista”, destacou a importância da educação dos negros para a cidadania e o trabalho.

I

A participação de negros, libertos e/ou escravos, em conflitos sociais não parece novidade para a historiografia contemporânea, sobretudo se levarmos em conta os inúmeros trabalhos dedicados a uma análise mais profunda acerca do envolvimento desses sujeitos, por exemplo, nos movimentos quilombolas, nas revoltas e tensões sociais, bem como nas diferentes formas de negociação e resistência encaminhadas durante diferentes momentos do século XIX.

Embora também não alcancem o *status* de novidade, as recentes pesquisas envolvendo a inserção de escravos e libertos nas escolas oitocentistas muito têm contribuído para problematizarmos as diferentes formas de inclusão/exclusão desse segmento social no aprendizado das letras. Ao aproximarmos-nos de algumas experiências de educação vividas entre grupos sociais negros, a trajetória de um certo ex-escravo chamou nossa atenção: trata-se de Cosme Bento das Chagas – mais conhecido como Preto Cosme.

Quilombola, nas fazendas da região de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, Preto Cosme liderou uma das mais significativas insurreições escravas do período regencial.² Embora não se saiba muitos detalhes sobre sua vida, é certo que nasceu escravo, em Sobral, no Ceará. Alforriado, passou a viver no Maranhão, onde foi preso, acusado pelo crime de homicídio. Ao retornar a Itapecuru-Mirim, Preto Cosme teve uma participação capital na resistência quilombola e na ação dos escravos e libertos que se envolveram no movimento balaio (ENGEL, 2002, p. 590).

O que nos chama atenção em sua pequena biografia, no entanto, é muito menos sua participação – e liderança – no movimento quilombola de resistência escrava, já que outros libertos e escravos atuaram de modo bastante semelhante, mas principalmente o fato de que ele era um ex-escravo *alfabetizado*, que chegou a abrir uma escola de primeiras letras, na

² O movimento ao qual nos referimos é a Balaiada – movimento que ganhou o nome de um de seus líderes – Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio. Deflagrada em 1838, no Maranhão, a luta teve sua origem em uma reivindicação encabeçada pelos liberais de São Luís que editavam o jornal *Bem-te-vi*. Os combates de rua tiveram início depois que Raimundo Gomes Vieira Jutáí invadiu a prisão para libertar o irmão. Todos os prisioneiros fugiram com o apoio de Preto Cosme. O episódio generalizou o conflito, que sacudiu não apenas o Maranhão, mas também parte do Ceará e do Piauí entre os anos de 1838 e 1841.

fazenda Lagoa Amarela, para alfabetizar cerca de 3.000 negros fugidos das fazendas ou aquilombados na região do Codó. Sua iniciativa é marcante, pois,

[...] mais do que a condição de alfabetizado, [sua experiência], ao criar uma escola para negros insurretos que o apoiavam na revolta balaia, nos faz refletir sobre as múltiplas formas de educação e estratégias de acesso à escolarização e à aprendizagem das letras na sociedade oitocentista (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 221).

É esse movimento que nos faz pensar que, assim como essa, outras iniciativas podem ter sido implementadas, e com sucesso, com o intuito de fazer chegar aos escravos o contato com a instrução, ainda que em seu grau mais rudimentar. Ao investigar fontes criminais entre os anos de 1850 e 1890, Maria Cristina Wissenbach (2002) verificou uma significativa incidência de letramento entre os escravos e os ex-escravos pertencentes às ordens religiosas e ao clero secular, como também entre libertos e cativos (alugados ou “de ganho”) que atuavam na prestação de diferentes serviços.

Seguindo essa mesma perspectiva, ao analisar alguns mapas escolares elaborados pelos mestres de escolas particulares e públicas de algumas localidades mineiras, Cynthia Veiga (2004) observou, a partir de dados coletados em sua pesquisa, que, na maior parte das províncias – e não apenas na escola mineira –, a questão da origem étnica dos alunos não se constituiu no maior – ou único – impedimento de frequência à escola pública.³ Nesse processo, o fator preponderante de interdição dizia respeito à condição *jurídica* de liberdade das crianças, isto é, se estas eram escravas ou livres, e não pela sua cor.⁴

Na Corte do Império, na primeira metade do século XIX, foi encontrado um expressivo “número de escravos em sistemas de aprendizagem de ofícios variados, o que muitas vezes incluía o ler, escrever e contar”. Na província de Minas Gerais houve registro da “presença de escravos matriculados em escolas particulares pelos seus senhores, juntamente com outros alunos classificados como livres, pretos, crioulos e pardos”. Em São Paulo também há indícios de que houve a “presença de negros livres, libertos e alguns escravos nas escolas públicas primárias, entre 1851 e 1888” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 226).

³ Para os anos de 1823, 1825 e 1832, a autora encontrou os seguintes registros: havia 64 alunos brancos, 58 pardos, 11 crioulos, 3 negros, 1 mestiço, 1 “filho de preto forro” e 3 *escravos* levados pelos seus senhores.

⁴ É importante destacar, porém, que outros fatores de interdição estiveram presentes na legislação educacional oitocentista brasileira. Além da clivagem jurídica (liberdade), tem-se a demarcação das idades adequadas à frequência escolar, assim como a proibição aos não-vacinados e portadores de doenças contagiosas.

Todos esses são dados relevantes que nos permitem defender que os negros⁵ não foram completamente excluídos da escola no período imperial.

Segundo Gondra e Schueler (2008, p. 228-229), no Brasil, no decorrer de todo o século XIX, a emancipação dos escravos e a incorporação dos negros livres e libertos aos projetos de formação da nacionalidade culminaram em uma série de debates, propostas, leis, revoltas e tensões étnicas e sociais. Informados, grosso modo, “pela circulação das ideias iluministas e pelos paradigmas das revoluções liberais burguesas do século XVIII”, esses debates “trouxeram à tona o dilema entre a ideia liberal de igualdade natural entre os homens e a manutenção da escravidão, sob a égide de Constituições livres”.

No caso brasileiro, argumentam os autores, a opção por uma monarquia constitucional de base liberal, ao menos na teoria, considerava todos os cidadãos livres e iguais. Contudo, a escravidão, como instituição social e jurídica, estava disseminada na sociedade, “presente em toda a sorte de serviços urbanos e na produção de mercado interno”. Com a Independência do Brasil e a construção do Estado imperial, o regime da escravidão continuou inalterado, garantido como direito de propriedade validado pela Constituição outorgada em 1824. Esse fato acabava por expressar

[...] a adequação entre os princípios dos direitos de liberdade e de propriedade, apropriados e reinterpretados conforme o complexo jogo das forças e interesses defendidos pelos grupos que conseguiram impor, sempre sob fortes tensões e contradições, a hegemonia na condução dos processos de constituição dos Estados (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 228-229).

E é justamente no bojo dessas tensões que a temática da educação e da instrução dos negros se insere. Como se sabe, a instrução primária é entendida como um direito fundamental, de garantia individual, dos cidadãos brasileiros, pela própria Constituição de 1824. Por sua definição, o *escravo*, ao ser *não-cidadão*, estava fora dos limites oficiais da cidadania e, por consequência, dos direitos à educação escolar. O mesmo ocorre em relação aos libertos. Pelo texto da lei, eram considerados cidadãos brasileiros, mas, na prática, essa “cidadania” era marcada por inúmeras restrições. Quanto ao direito de acesso à instrução pública, sua condição jurídica permaneceria “ambígua e indefinida”, sobretudo pela “multiplicidade de formas” assumida pela escravidão no Brasil.

⁵ Para uma melhor compreensão dos usos que fazemos do termo, convém que façamos algumas ressalvas. Nem todos os negros africanos e seus descendentes, ainda que compulsoriamente trazidos para o Brasil, permaneceram na condição de escravos ao longo de toda a sua vida. Portanto, em nosso trabalho não utilizamos o termo *negro* como sinônimo de *escravo*. Aqui a expressão refere-se ao conjunto social e étnico, o qual pode abarcar todos os africanos e seus descendentes nascidos no Brasil, fossem eles livres, escravos ou libertos.

No campo jurídico, pela Constituição de 1824, os libertos nascidos no Brasil, eram considerados cidadãos brasileiros. Contudo, não podiam atuar como votantes na escolha do colégio eleitoral, nem se eleger para o exercício de cargos públicos que “exigiam o nascimento sem a ‘mancha de sangue’”. Poderiam, no entanto, atuar como eleitores nas eleições distritais (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 236). Assim, “apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros, reconhecida pela Constituição, os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente de sua condição de liberdade” (MATTOS, 2002, p. 21). A não comprovação da condição de “livre”, poderia redundar em reescravização, mecanismo esse que foi utilizado pelas classes senhoriais e pelos antigos senhores (GRINBERG, 2006).

No entanto, o que as pesquisas nessa área têm demonstrado é que esse mecanismo de exclusão, na prática, ocupava um terreno bastante fluido e ambíguo. O que a historiografia sobre o tema nos tem revelado é que, no moroso processo das leis educacionais e dos sistemas de efetivação da instrução pública provinciais, o direito à instrução primária gratuita, foi sendo paulatinamente estabelecido no decorrer do século XIX. E, embora a autonomia legislativa outorgada pelo Ato Adicional de 1834, em matéria de instrução primária e secundária, via de regra, tenha excluído os escravos do direito de frequentar as escolas públicas, tal acesso, mesmo que minoritariamente, foi conquistado em algumas regiões do Império.

No campo das clivagens educacionais, além da interdição aos escravos, em algumas províncias e também na Corte do Império, houve medidas legais que restringiram ainda mais o acesso à instrução, estendendo “aos pretos africanos ou libertos” a proibição de frequência às escolas públicas e particulares. Na província do Rio de Janeiro, por exemplo, Mattos (1990) indica que tal interdição data de 1835; na Corte deu-se em 1837; e no Rio Grande do Sul, a legislação de 1837 também vetava os “escravos e pretos ainda que livres e libertos” (GONDRA; SCHUELER, 2008).⁶

Diante dos diversos impedimentos e experiências que têm sido mapeados pelos autores referentes aos processos educacionais das classes populares ao longo do século XIX, parece-nos que os discursos e projetos desenhados durante as décadas de 1870 e 1880 assumiram contornos extremamente singulares. Arelado à efervescência política e social do período – com as lutas abolicionistas, a política imigrantista e o movimento republicano, por

⁶ Ressalte-se, porém, que nem todas as províncias estenderam a exclusão aos pretos africanos e libertos, ainda que a tenham mantido em relação aos escravos. É o caso, por exemplo, de Minas Gerais, como bem demonstra o estudo de Veiga (2006).

exemplo –, o problema em torno da Instrução Pública ganhou novos elementos. Fato marcante deu-se com a aprovação da Lei de 28 de setembro que tornou-se uma peça fundamental

[...] para a causa da abolição e para os negros escravizados, demonstrando que o que estava em questão era algo mais do que a liberdade das crianças nascidas livres de mulher escrava e que a determinação legal, em si mesma, foi construída por uma série de percepções de ordem cultural e por um conjunto de interesses sociais dos mais diferentes grupos que atuavam na sociedade brasileira, inclusive os escravos (FONSECA, 2002, p. 28-29).

Em termos educacionais, o que os novos estudos têm ressaltado é que sua aprovação colocou em evidência a questão da instrução popular, na medida em que incluiu os filhos livres das escravas – os ingênuos – em seu campo de ação. De acordo com o preceito legal, como foi apontado no início deste texto, as crianças nascidas livres “ficariam em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães”, que deveriam criá-los até a idade de oito anos, mas poderiam ter seus serviços utilizados até completarem a idade de vinte e um anos. Sendo assim, ao tratar-se de crianças “livres”, a experiência dos ingênuos foi decisiva para que a extensão da instrução primária aos afrodescendentes fosse colocada na ordem do dia.

Nos anos seguintes, a educação das crianças e adultos das camadas populares – incluindo nesse campo os libertos, negros livres e também os escravos – permaneceu na agenda das discussões, constituindo-se em diversos projetos de reforma elaborados e implementados pelos dirigentes do Estado e debatidos pelos mais distintos setores da sociedade imperial. Na Corte destacam-se, por exemplo, os projetos/reformas de João Alfredo (1874), de Leôncio de Carvalho (1879), de Rui Barbosa (1883), de Almeida de Oliveira (1884), e do Barão de Mamoré (1886) (MARTINEZ, 1997).

Mas, apesar desse número significativo de projetos no campo educacional e das propostas de reconstrução da nação por meio da difusão da instrução, essas medidas não significaram, nos últimos anos do Império “a extensão dos atributos de cidadania plena”. Como bem ressaltam Gondra e Schueler,

[...] ao contrário, nas disputas pela redefinição dos direitos de cidadania, em janeiro de 1881, o acesso às letras e o critério da alfabetização, pela primeira vez na História brasileira, seriam transformados em critério para o exercício do direito de voto, por meio da reforma eleitoral (GONDRA; SCHULER, 2008, p. 252).

A reforma eleitoral de 1881, ao exigir a alfabetização como requisito para a cidadania, reduziu a 1% o número de eleitores no país, e, na prática, provocou a exclusão da maioria da população dos direitos políticos. Se, em 1872, os dados do censo apontavam para a existência de cerca de 83% de analfabetos; em 1890, os dados não parecem nada animadores. Quase duas décadas depois, o índice de analfabetos continuava altíssimo, próximo da casa dos 75%

da população total. A grande questão colocada era, então, os caminhos que deveriam ser trilhados para que o país superasse o entrave do analfabetismo.

Além dos projetos e das reformas educacionais, outras frentes de debate e crítica foram colocadas em prática nas décadas finais do Império. Muitos intelectuais, políticos, professores públicos, médicos, juristas e jornalistas destacaram a importância e a necessidade de se instruir e educar as classes populares. Propostas essas que ultrapassaram a fronteira dos discursos e se materializaram em práticas educativas fundamentais para a superação do analfabetismo entre a população, sobretudo entre os mais pobres. Aliás, vale destacar quanto as estratégias e ações viabilizadas pelos próprios negros foram significativas na tentativa de ter acesso ao mundo das letras – seja durante as lutas abolicionistas, seja no período pós-abolição. A própria carta enviada pela comissão de libertos do Vale do Paraíba a Rui Barbosa, mencionada no início desse trabalho, evidencia como foram amplos os investimentos nesse sentido.

Pois, como demonstram os estudos sobre o tema, na prática, o término oficial da utilização da mão-de-obra escrava não redundou em ganhos sociais efetivos para a grande maioria da população oriunda do cativeiro. Suas demandas na conjuntura pós-emancipação não seriam poucas, visto que, para além da conquista dos direitos civis, ainda seria necessário enfrentar os desafios de conquistar os direitos sociais, como o exercício do trabalho livre, habitação, saúde, educação, que se constituíram, para esses grupos, em bandeiras extremamente importantes na Primeira República.

II

Para além dos debates historiográficos em torno das interpretações que atribuíram ao abolicionismo maior ou menor importância para o fim da escravidão no Brasil, um fato tende a ser consenso entre a maior parte dos estudiosos que se dedicaram ao tema:⁷ o abolicionismo, enquanto movimento social, político ou intelectual, constituiu um processo histórico fundamental de luta contra o escravismo nos anos 1880. Ainda que manifestações contra a escravidão e sua legitimidade sempre tenham existido e que, durante os anos 1860 e 1870, algumas iniciativas de cunho “emancipacionistas” tenham se desenvolvido – as quais,

⁷ Sendo recorrente objeto de estudo de historiadores e sociólogos, o “abolicionismo” foi alvo de diferentes leituras e pesquisas. No entanto, no centro das análises sobre o assunto sempre se colocou o questionamento da relevância desse movimento para o fim da escravidão e as suas relações com a rebeldia escrava. Assim, se, por um lado, o abolicionismo foi visto como associado aos interesses de classe (ou das elites), inserido em um projeto de modernização capitalista, dentro de um ideário racista e liberal (comum nos estudos da chamada “escola sociológica” de São Paulo); por outro lado, vários trabalhos foram elaborados, sobretudo no contexto da comemoração do centenário da abolição, no sentido de demonstrar a relevância das iniciativas oriundas dos próprios escravos no processo abolicionista. Cf. MATTOS; SANTOS, 2002, p. 21.

segundo Robert Conrad (1978, p. 88-111), teriam culminado na aprovação da lei de 1871⁸ –, teria sido na década de 1880 que as discussões sobre a liberdade dos escravos ganharam perspectiva diferente. A partir desse momento, gradativamente, formou-se uma opinião abolicionista, de repercussão nacional, e que, ao partir tanto do parlamento quanto das ruas, transformaram em leis manifestações e reivindicações contra a escravidão (SALLES, 2010).

Comumente, aponta-se como marco do abolicionismo algumas discussões e propostas realizadas na Câmara de deputados relacionadas à problemática da escravidão nos últimos anos da década de 1870 – o que incluiu a crítica à Lei do Ventre Livre por um deputado da Bahia. Nesse contexto, destacou-se o projeto do então deputado liberal da província de Pernambuco, Joaquim Nabuco (1849-1910), que apresentou em agosto de 1880 um projeto de caráter abolicionista.

De modo geral, esse projeto propunha a abolição da escravidão até o ano de 1890, com indenização para os donos de escravos ainda existentes; fim do comércio interprovincial de cativos; extinção dos mercados de escravos; concessão de liberdade aos escravizados que fossem idosos, deficientes e doentes; fim das separações entre mães e filhos escravos e libertação, em curto período de tempo, dos irmãos dos ingênuos; bem como a proibição dos castigos corporais. Ademais, Nabuco apresentou propostas que visavam medidas mais amplas e que buscavam dar condições de vida aos libertos, pois o projeto previa também a doação de terras às associações abolicionistas organizadas, tendo em vista o estabelecimento de colônias para os libertos; e a oferta de ensino primário, em todas as cidades e vilas, para os escravos, “com o fim de que adquirissem um conhecimento da leitura, da escrita e dos princípios de moralidade” (CONRAD, 1978, p. 70).

Mesmo não sendo discutido na Câmara, com a apresentação desse projeto no início dos anos 1880, Joaquim Nabuco colocou o processo de emancipação gradual em discussão no Parlamento e tornou-se, a partir de então, um dos mais importantes nomes do movimento abolicionista brasileiro. E, não por acaso, foi Nabuco um dos principais líderes da *Sociedade Brasileira contra Escravidão*, que fora criada em sua casa, ainda em 1880, com o apoio de colaboradores que se tornaram grandes personalidades do abolicionismo, como André Rebouças (1838-1898) e José do Patrocínio (1853-1905).

⁸ Esse movimento que chega a ser chamado de “emancipacionista” compreendeu, sobretudo, manifestações antiescravistas oriundas de meios parlamentares – tendo como representantes nomes como Tavares Bastos (1839-1875) e Nabuco de Araújo (1813-1878), que defenderam reformas para instituição escravista – e acadêmicos – promovidas por estudantes de Direito e, posteriormente advogados, como Rui Barbosa e Luiz Gama, que além de discursarem contra a escravidão, atuaram em ações na defesa de escravos.

Com o objetivo de combater a escravidão através da propaganda, a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão* funcionou como um dos primeiros porta-vozes de um movimento em favor da abolição da escravidão que, pouco a pouco, ganhava forma, sobretudo nas cidades. Por meio dessa associação, foram promovidas reuniões, manifestações – principalmente em teatros e clubes –, incentivos para formação de organizações abolicionistas, publicações em jornais – sendo *O Abolicionista* (1880-1881) o seu principal periódico –, e denúncias de violências e arbitrariedades legais em relação aos escravos (como a venda ilegal de ingênuos ou a escravização de africanos que entraram no Brasil após 1831) (MATTOS; SANTOS, 2002, p. 19-21).

Nos primeiros anos da década de 1880, as atividades abolicionistas, que cada vez mais se difundiam por diferentes regiões do Brasil, tiveram na Corte um dos espaços privilegiados de ação. Naquele ambiente, destacou-se principalmente a figura de José do Patrocínio no diário abolicionista *Gazeta da Tarde*, por ele dirigido de 1881 até 1887. Segundo Robert Conrad, essa foi “a única fonte de informação digna de confiança na capital para o público ávido de notícias sobre o progresso da libertação”. A importância desse periódico para o movimento abolicionista na capital foi tão significativa que foi no seu escritório onde surgiu, em 1883, a *Confederação Abolicionista*, com o objetivo de reunir as diversas associações abolicionistas do país (CONRAD, 1978, p. 181).

Ao conciliar ações legislativas, por intermédio da inserção de representantes do movimento no Parlamento e nas Câmaras Municipais, por volta dos anos de 1884 e 1885, a propaganda na imprensa, e as diversas manifestações públicas que já defendiam a abolição imediata e sem indenização, o abolicionismo tornou-se um movimento bastante popular. Impulsionado pelos exemplos dados pelas províncias do Ceará e do Amazonas, que libertaram todos os escravos com auxílios de fundos abolicionistas, e as frustrações geradas com a discussão e a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe,⁹ o movimento tendeu a radicalizar-se ainda mais. Tanto que, em 1887, a situação tornou-se insustentável com a agitação popular gerada pelas ações abolicionistas e as suas relações com as iniciativas promovidas pelos próprios

⁹ Conhecida como Lei dos Sexagenários, a Lei de n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, libertou os escravos com mais de 60 anos. Teve na origem da sua discussão o projeto proposto pelo senador Manoel Dantas que previa a libertação dos escravos sexagenários sem indenização aos proprietários, além de apresentar outras medidas que visavam a emancipação. Sendo duramente rejeitado, o projeto de Dantas foi, várias vezes, reformulado, com as mudanças de gabinetes que foram impostas pelo calor das discussões. Após um ano de debates, a lei aprovada era completamente contrária à proposta inicial, o que desagradou os setores abolicionistas. Dentre as várias determinações conservadoras presentes na lei, um elemento repressivo chamava atenção, pois a referida lei transformou em crime, passível de prisão, o acoutamento de escravos fugidos (prática comumente atribuída aos abolicionistas). Cf. MATTOS, 2002, p. 471-473.

escravos. Estes, cada vez mais, agiam através de fugas em massa e rebeliões, ocorridas, principalmente, em regiões escravistas do sudeste, como nas cidades de Campos, Santos e São Paulo (MATTOS; SANTOS, 2002, 19-21).

Quando da aprovação da Lei de n. 3.353, a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que abolia a escravidão do Brasil, sem indenização aos antigos senhores de escravos, era inegável, portanto, a contribuição dada pelo abolicionismo, em toda a sua pluralidade de movimentos. E foi nesse momento que talvez tenha aparecido de forma mais evidente, nos debates da época, a questão das demandas e das disputas por mudanças e reformas sociais voltadas para a inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira. Nesse contexto, os abolicionistas tiveram participação ativa, pois, desde as primeiras discussões e ações promovidas por grupos que defendiam a emancipação, propostas para a pós-abolição foram alvo de questionamentos, análises e reflexões.

Como defende a historiadora Cláudia Andrade dos Santos (2000), nos textos de certos representantes do movimento abolicionista – sobretudo entre as grandes personalidades dos movimentos – colocaram-se, claramente, várias propostas e projetos sociais para os libertos. Ainda que esse seja um tema que foi pouco aprofundado pela historiografia brasileira, a autora defende que, na pluralidade do movimento abolicionista, surgiram diferentes projetos que não se limitaram à libertação dos escravos, mas que objetivavam promover transformações sociais. Em diálogo com Robert Conrad, é possível considerar que as metas de alguns grupos abolicionistas tinham um alcance maior do que o obtido gradualmente ao longo das últimas décadas da escravidão e que, igualmente, ia além das expectativas imediatas para a libertação dos escravos (CONRAD, 1978, p. 191-199).

Entre os discursos sobre necessidades apontadas por representantes do movimento abolicionista como fundamentais para a transformação social que se iniciaria com o fim da escravidão encontram-se, com frequência, os temas relacionados à reforma agrária¹⁰ e ao oferecimento de educação e instrução¹¹ aos libertos.

¹⁰ Como alerta Cláudia dos Santos, na época as expressões utilizadas para tratar dos problemas fundiários, encontradas em jornais e obras, eram “reforma do sistema de propriedade”, “democratização do solo” ou “fim do monopólio da terra”.

¹¹ A diferença entre os termos instrução e educação foi, em grande medida, estabelecida pelas reformas francesas, apoiadas nas definições de Condorcet. Segundo ele, a instrução era o conjunto de conhecimentos que o Estado tinha o dever de proporcionar aos cidadãos, e educação se referia aos sentimentos morais e religiosos, cuja transmissão deveria ser uma competência da família. No caso do Império brasileiro, tudo indica que esta distinção não se realizou de fato. No processo de formação e construção do Estado, cuja direção também se valeu do processo de formação da população, foi legado ao governo o desempenho nas funções de educar e instruir a população.

A questão fundiária foi, desde o início, um tema importante no programa abolicionista para a Nação¹², e isso tanto nos anos que precederam a abolição quanto naqueles imediatamente posteriores. De acordo com Santos, o tema da “democracia rural” tornou-se, desde 1883, principalmente a partir da publicação do panfleto “Abolição imediata e sem indenização”, de André Rebouças, um dos eixos da luta abolicionista. Isso porque “o fim do monopólio da terra” foi visto como uma consequência necessária e lógica do fim da escravidão.

A propaganda abolicionista compreende [...] duas grandes reformas sociais:

1. Abolição imediata, instantânea e sem indenização alguma, em dinheiro ou prestação de serviços por prazo determinado;

2. A destruição do monopólio territorial, a terminação dos latifúndios; a eliminação da landocracia ou da aristocracia rural dos exploradores da raça africana. [...] Ora, tudo depende, em nossa pátria, da organização da Democracia rural; impossível por certo, enquanto a terra estiver monopolizada em latifúndios de léguas quadradas [...]

O trabalho democrático atual deve ser, pois, duplo: cumpre libertar a terra e restituir a Liberdade à raça africana. Em nosso estandarte deve ler-se: Abolição e Democracia rural (REBOUÇAS, André. Apud. SANTOS, 2007, p. 323).

Ainda que essa reivindicação não fosse exclusiva aos meios abolicionistas, e fosse de longa data apontada por diversos intelectuais do Império (CONRAD, 1978, p. 195), ao que tudo indica, foram alguns líderes do movimento abolicionista que fizeram uma associação direta entre a abolição e a “democratização do solo”. E no contexto que caracterizou a abolição e a conjuntura pós-emancipação, sobretudo entre os anos 1888-1889, a proposta de reforma do sistema de propriedade da terra parece ter assumido um caráter de debate público. Debate que incluiu, até mesmo, a Coroa, que exprimiu na fala do Trono de 3 de maio de 1888 o seu apoio à desapropriação de terras incultas e aplicação de um imposto territorial (SANTOS, 2000, p. 66).

De outra parte, a questão da educação e da instrução dos ex-escravos foi tema recorrente nas discussões sobre o “progresso” da Nação e nos ideais abolicionistas, na medida em que se associava ao processo de extensão dos direitos de cidadania aos libertos. Nesse sentido, é interessante notar que vários dos integrantes do movimento abolicionista defenderam a causa da “educação”.

Ainda durante o chamado período “emancipacionista” dos anos de 1860 e 1870, parlamentares discutiram as relações diretas e urgentes entre a emancipação e a instrução.

¹² A ideia da existência de um programa abolicionista foi afirmada por alguns representantes do movimento contra a escravidão como José do Patrocínio, que em artigo intitulado “Isabelismo”, publicado no jornal *Cidade do Rio* de 18 de maio de 1889, afirmava que “o abolicionismo teve sempre um programa” e que o 13 de Maio marcava apenas o início de uma “reforma social”.

Para Tavares Bastos, por exemplo, o ensino elementar obrigatório e o ensino profissional deveriam ser estabelecidos e estendidos aos cativos e libertos. Na realidade, o seu projeto de Nação pautava-se em uma concepção baseada no entendimento de que era preciso impor medidas, como as voltadas para o campo educacional, que auxiliassem a integração dos escravos e seus descendentes na sociedade brasileira (ENGEL, 2002, p. 690).

Outros integrantes do movimento abolicionista, como André Rebouças, Rui Barbosa e Luiz Gama, entre inúmeros outros, afirmaram a importância do investimento na educação dos libertos. E é no esforço de estudar tais agentes, seus discursos e suas práticas que o projeto de pesquisa que deu origem ao presente texto pretende investigar. No entanto, a título de introdução a essa temática, propomos pensar na obra de um dos mais conhecidos abolicionistas brasileiros, ou seja, *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco. Obra publicada em 1883 e que, ao tratar do movimento pelo fim da escravidão, destacou a importância da educação do ex-escravo para a cidadania e o trabalho.

III

O livro intitulado *O Abolicionismo* foi escrito e publicado em Londres durante uma temporada feita por Joaquim Nabuco na Inglaterra entre dezembro de 1881 e abril de 1884. Na realidade, essa obra foi resultado do engajamento de Nabuco na campanha abolicionista, logo após ser eleito deputado pela província de Pernambuco, em 1878, e da sua aproximação com os abolicionistas britânicos, a partir de 1880. Assim, *O Abolicionismo* foi produzido em meio ao início da trajetória pública de Joaquim Nabuco como “defensor dos escravos”, principalmente, após um discurso pronunciado na Câmara, em setembro de 1879 – em que denunciava uma companhia inglesa que mantinha irregularmente escravos em sua mina –, o qual lhe rendeu uma grande notoriedade internacional e o levou, inclusive, a estabelecer relações estreitas com a *British and Foreign Anti-Slavery Society* (BETHELL; CARVALHO, 2009, p. 202-214; 217-219).

Imediatamente após a publicação em Londres, em 1883, *O Abolicionismo* foi enviado para o Brasil e aqui se tornou uma das principais referências para os intelectuais envolvidos na causa da abolição da escravidão. Ao apresentar uma análise e uma reflexão da instituição da escravidão e do próprio movimento abolicionista – após definir a sua causa, o seu partido, o seu caráter e os seus fundamentos –, esse livro de Nabuco “serviu de base a um programa abolicionista”, que daí em diante estaria empenhado na defesa da abolição imediata da escravidão e sem indenização aos senhores (MATTOS; SANTOS, 2002, p. 19).

Exatamente por ter cumprido esse papel de propaganda do movimento contra a escravidão no Brasil a partir do início da década de 1880, que pretendemos aqui realizar uma

pequena análise de *O Abolicionismo*, no sentido de compreender as alusões de Nabuco no que se refere à necessidade da educação dos libertos.¹³ Afinal, como afirmou Marco Aurélio Nogueira, “o discurso abolicionista partirá sempre, com pequenas variações de ênfase conforme a corrente, daquilo que Nabuco denominou em *O Abolicionismo*” e que problematiza as “influências da escravidão” sobre a sociedade brasileira (NOGUEIRA, 1996, p. 31).

De acordo com Nabuco, o movimento abolicionista partia, portanto, do entendimento de que a escravidão, ao encontrar-se, como instituição, no centro do organismo social brasileiro, era o elemento desagregador de toda a sociedade, pois deixou suas marcas em todas as suas dimensões (ou seja, sobre a nacionalidade, o território, a população, a política e o quadro social). Contudo, mesmo tendo em vista tal complexidade, prevaleceu em Nabuco um grande pragmatismo, pois ele compreendeu e defendeu, a partir de *O Abolicionismo*, que a escravidão era um problema global, e sendo assim ela só seria eliminada da sociedade brasileira com uma reforma global. Deste modo, alinhando-se com outros abolicionistas, Nabuco defendia que

[...] para ser conseqüente, o movimento não podia limitar-se à batalha pela extinção pura e simples do trabalho escravo. Era necessário alterar o sistema inteiro: 'Não nos basta acabar com a escravidão', disse Nabuco na campanha eleitoral de 1884. E sentenciou: 'É preciso destruir a obra da escravidão'. O abolicionismo, escreverá ele, 'não reduz a missão a promover e conseguir – no mais breve prazo possível! – o resgate dos escravos e dos ingênuos'. Essa é apenas a sua tarefa imediata. 'Depois que os últimos escravos houveram sido arrancados ao Poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância'. (NOGUEIRA, 1996, p. 31)

Para Nabuco, pois, o abolicionismo, “portando um mandato da raça negra”,¹⁴ deveria promover uma grande reforma social, que se iniciaria com a libertação dos escravos, mas iria

¹³ Ainda que o presente texto não tenha a intenção de realizar uma análise exaustiva de *O Abolicionismo*, levamos em conta alguns dos alertas dados pela historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo ao defender que a essa obra de Nabuco deve ser compreendida em uma dupla perspectiva. De um lado, a análise “racializada” do autor e a defesa de um discurso conciliador, que propõe a abolição da escravidão dentro da lei, assegurando “a paz racial e social, construindo uma maioria branca e garantindo-lhe a continuidade da grande propriedade agrícola capitalista”. De outro lado, o caráter do livro de representação de uma intervenção política, alinhado “com a corrente abolicionista internacional de teor liberal, moderada e pragmática” que havia sido imposta na Conferência contra a Escravidão, realizada em Paris em 1867, e que silenciou as vozes abolicionistas radicais que denunciavam a violência da escravidão. Cf. AZEVEDO, 2001, p. 94.

¹⁴ Em *O Abolicionismo* Nabuco defende a ideia de que os abolicionistas portavam um “mandato da raça negra”, motivado por um caráter político e que seguia regras e critérios políticos e não apenas humanitários e de compaixão dos fracos pelos oprimidos. Assim, Joaquim Nabuco afirmava que era com “esse ponto de vista, da importância fundamental da emancipação, que nos faz sub-rogar-nos nos direitos de que os escravos e os seus filhos [...] não podem ter consciência, ou, tendo-a, não podem reclamar, pela morte civil a que estão sujeitos.

para além da abolição. Momento em que o movimento deveria concentrar-se em reformas de carácter estrutural. Ou seja, uma “reforma nacional, que se há de desdobrar, quando for sendo efetuada, em uma série de reformas sociais e políticas, cada qual mais séria” (*Apud. Ibidem*). Por isso, Nabuco argumenta em *O Abolicionismo* que o movimento deveria se posicionar acima dos partidos. Diante das grandes divergências internas existentes entre os partidos liberal, conservador e republicano, Nabuco propõe que o abolicionismo “venha a trabalhar com os três partidos de forma a cindi-los sempre que seja preciso”. Algo que no seu entender seria fundamental durante períodos transitórios, como o da implantação de reformas que dariam vazão a uma nova sociedade, mesmo que elas precisassem contar com concurso de sucessivas gerações e do empenho de toda a sociedade (NABUCO, 2000, cap. 2).

Dentre os vários elementos que comporiam a pauta das reformas sociais estava o incentivo à instrução; colocava-se a necessidade imperiosa de fazer progredir a educação, que, em seus argumentos, era o que detinha as “forças de progresso e transformação” do país. É assim que Joaquim Nabuco posiciona uma de suas críticas ao “grande vácuo” provocado pelo escravagismo à imprensa, que, para ele, se constituía em uma das mais sagazes armas de combate à escravidão e de propagação das “ideias novas”. “Não só o jornal, mas também o livro, tudo o que diz respeito à educação” tem um papel de centralidade na luta abolicionista: “ou se insinue timidamente, ou se afirme com energia, o pensamento dominante no jornalismo todo, do Norte ao Sul, é a emancipação”. Mas o que se percebe, destaca ele nas entrelinhas, é que ambos têm de conviver com os ataques das opiniões contrárias à emancipação dos escravos (NABUCO, 2000, p. 134).

Em uma perspectiva geral, podemos dizer que o conteúdo que envolve suas ideias é extremamente significativo. Se por um lado merece destaque seu engajamento na “luta emancipacionista”, por outro se faz necessário enfatizar sua compreensão de que a “verdadeira emancipação” só seria alcançada a partir de mudanças profundas no modo como aquela sociedade estava organizada. Ou seja, ao mesmo tempo em que percebemos que seu discurso está assentado no contexto das lutas abolicionistas – portanto, sua retórica tem que ser lida a partir de uma intencionalidade política – não podemos deixar de destacar o grande peso que essa compreensão terá nas disputas em torno da inclusão/exclusão dos escravos e ex-escravos nas formas educativas submetidas à força das leis.

Aceitamos esse mandato como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os ingênuos na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos, isto é, no interesse de todo o país e no nosso próprio interesse.” *Cf.* NABUCO, 2000, cap. 3.

Como discutimos anteriormente, tanto a inserção de escravos e libertos nas escolas oitocentistas quanto as lutas contra a escravidão fazem parte de um amplo processo, o qual abarca diferentes e até dissonantes projetos de eliminação do trabalho escravo. Mas, embora não homogêneos, muitos desses projetos tocavam na questão educacional. E, pelo que conseguimos apurar até o momento, esse é o caso de Joaquim Nabuco que, ao traçar os efeitos sociais e políticos decorrentes da escravidão, defendeu a não difusão do ensino como um dos mais graves motivos de atraso do país e da não adesão “da imensa massa da população livre” ao movimento de luta contra a exploração do trabalho escravo. São dele as seguintes palavras:

Mas para fazer o vácuo em torno [...] de tudo o que pudesse amadurecer antes do tempo a consciência abolicionista, a escravidão por instinto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escuridão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem (NABUCO, 2000).

A conquista do progresso e da liberdade, portanto, passava pela difusão do ensino. A instrução pública guardava em si os meios e a força de uma possível transformação social, já que ela se constituía em um poderoso instrumento de “consciência nacional”. A escola se distingue da senzala na medida em que traz consigo a força das “ideias novas”, as luzes da razão, a superação da ignorância e o combate à inércia política. A escravidão, representada pelos limites da senzala, em contrapartida, mantinha-se refratária a qualquer perspectiva de progresso: incompatível como era ao fluxo das transformações, tornava-se contrária a uma verdadeira “consciência nacional, esclarecida, moralizada, honesta e patriótica” (NABUCO, 2000, p. 135).

A escravidão figurava o retrato mais acabado da corrupção social, cuja superação se daria com reformas profundas e estruturais, nas quais a instrução possuía um papel destacado. E para além de suas relações com a extensão dos direitos de cidadania pelos libertos e escravos, a educação/instrução aparece associada a uma efetiva capacidade de elaboração mental e de engajamento em causas sociais, tornando-se uma das porta-vozes de um determinado projeto de futuro e de nação. Mas, para que esse futuro fosse glorioso, ele deveria ser construído a partir de um novo ordenamento social, não estabelecido em “riquezas ilusórias”. Ao tratar dessa questão, assim ele resume suas ideias:

Mas essa ilusão toda de riqueza, de desenvolvimento nacional, criada por este, como a do açúcar e a do algodão no Norte, como a da borracha no vale do Amazonas, como a do ouro em Minas Gerais, não engana a quem a estuda e observa nos seus contrastes, na sombra que ela projeta. A realidade é um povo antes escravo do que senhor do vasto território que ocupa; a cujos olhos o trabalho foi sistematicamente aviltado; ao qual se ensinou que a nobreza está em fazer trabalhar; afastado da escola; indiferente a todos os sentimentos, instintos, paixões e necessidades, que formam dos habitantes de um mesmo país, mais do que uma simples sociedade – uma nação (NABUCO, 2000, p. 112).

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. “Lei do Ventre Livre”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 468-471.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Quem precisa de São Nabuco?”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 1, 2001, p. 85-97.
- BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. “Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 23 (65), 2009, p. 207-229.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *José do Patrocínio. Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro: FBN, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. 2ª ed. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ENGEL, Magali Gouveia. “Preto Cosme” e “Tavares Bastos”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 590-591; 689-691.
- FONSECA, Marcus Vinicius. *Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política* (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar – medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- _____ & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. Rio de Janeiro: Cortez, 2008.
- GRINBERG, Keyla. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX”. In: LARA, Sílvia; MENDONÇA, Joseli (org.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 101-128.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes; MÉLO, Cristiane Silva. Rui Barbosa e a questão do ensino secundário no *Diário de Notícias* (1889). *Acta Sci. Human Soc. Sci.* Maringá, v. 29, n. 2, 2007, p. 183-193.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. “Lei dos Sexagenários”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 471-473.
- _____; SANTOS, Cláudia Andrade dos. “Abolicionismo”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 19-21.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo)
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “O abolicionismo pragmático de Joaquim Nabuco”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 116, 1996, p. 23-36.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. “Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, História e Política*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000, p. 54-74.

_____. “Abolicionismo e visões de liberdade”. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 168 (437), out./dez. 2007, p. 319-334.

SALLES, Ricardo. “Abolição da escravidão, classes sociais e intelectuais no Brasil do século XIX: notas de pesquisa”. 10 páginas. Acessado em: 19/12/2010. Disponível em: <http://www.simposiohegemonia.pro.br/15_salles_ricardo.pdf>.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. “A imprensa pedagógica e a educação de escravos e libertos na corte imperial: impasses e ambiguidades da cidade na Revista Instrução Pública (1872-1889)”. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 4, jan./dez. 2005, p. 13-25.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VEIGA, Cynthia. “Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX”. *Anais do III Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Curitiba, 2004, CD-Room.

WISSENBACH, Maria Cristina. “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados/ Sociedade Brasileira de história da Educação, n. 4, jul./dez. 2002.

RELEITURAS HISTÓRICAS DO BICENTENÁRIO MEXICANO: PERSPECTIVAS IDENTITÁRIAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Vitor Gomez MIZIARA¹

vitorgomez_@hotmail.com

RESUMO: A América Hispânica vivencia um contexto histórico de extrema importância, pois, em meio ao contexto comemorativo de suas efemérides, surgem releituras históricas e a busca do fortalecimento de sua identidade, visando a melhor compreensão e participação popular nas comemorações de seus bicentenários. Quase um ano transcorrido do ápice das celebrações, a quantidade de trabalhos sobre esta temática ainda é pequeno. Isto porque esta temática se insere na chamada História do Tempo Presente, onde se discute a maneira de trabalhar com objetos recentes, neste que pode ser um dos principais obstáculos para muitas pesquisas acadêmicas. Neste contexto, procuro discutir se, e de que maneira a participação popular foi desenvolvida e efetivada, em particular no México, que, juntamente com o Bicentenário, conferiu espaço às comemorações de seu Centenário de Revolução.

PALAVRAS-CHAVE: Bicentenário, México, Identidade.

ABSTRACT: The Hispanic America pass through a historical context extremely important, once that, insert in this context, new historical readings came to light, besides the search of the strengthening of it's identity, in order to get a best comprehension and participation in the celebrations of it's Bicentenary. Almost one year after the highest point of the celebrations, the number of academic research about this theme is still small. That's because this thematic insert itself in the History of Present Time, where is discussed the way to work with recent objects, in which may become one of the biggest obstacle to many academic researches. In this context, I intend to discuss if and how this participation was developed and efectived, in particular in Mexico, which celebrated the Centenary of Revolution with the Bicentenary of Independence in the same year.

KEY-WORDS: Bicentenary, Mexico, Identity.

Este artigo é fruto de uma pesquisa inserido em um projeto de pesquisa de PIBIC², realizado entre os anos de 2009 e 2010, sob a orientação da Professora Doutora Libertad

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás.

² Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela Universidade Federal de Goiás.

Borges Bittencourt, que se insere em seu projeto *A Comunhão Comemorativa e a Releitura do Passado: Identidades e o Bi-Centenário das Independências na América Hispânica*.

Ao trabalharmos com a temática dos movimentos de independência na América Hispânica, torna-se fundamental a análise do biênio 1808 – 1810, pois este período é marco para o entendimento das mudanças políticas desenroladas no continente, visto que é neste curto espaço de tempo que os *criollos*³ amadurecem a percepção de que não eram espanhóis, mas efetivamente americanos e se engajam nas lutas de independência. Conseqüentemente, a análise do biênio 2008 – 2010 torna-se também fundamental, pois marca um período de renovação de debates acerca da identidade latino-americana – a *hispanidad*.

Segundo Adalberto Santana, ao falar sobre os estudos acadêmicos sobre o continente americano

[...] compreendemos que falar da nossa América, no melhor sentido Martiano, significa conceitualmente referirmos a uma região do mundo que tem vivido um processo de emancipação prolongado. Embora podemos identificar que as lutas pela independência das antigas colônias da Espanha na América são parte de um processo que se vem desenvolvendo a partir da tomada de consciência da necessidade dessa emancipação, também compreendemos que tem seus antecedentes nas lutas de outros povos que enfrentaram vitoriosamente outros colonialismos como o da França no Haiti em janeiro de 1804, onde figura a emancipação não somente como um projeto de independência nacional, mas também social. (SANTANA, 2009, p. 13)

O ano de 1810 é considerado o marco simbólico das independências – como o ano em que não havia mais volta – apesar das mesmas se efetivarem em anos diferentes, nos diversos países da região. Por conseguinte, o ano de 2010 foi considerado, por convenção, o ano chave das comemorações dos bicentenários de independência, devido à grande quantidade de marcos simbólicos neste período e, portanto, um ano de debates acadêmicos intensificados.

Segundo Roberto Breña:

[...] em 1808 não havia nenhum movimento que houvesse proposto a independência. Eram movimentos de diversos tipos que propunham vários graus de autonomia. De fato, em 1810 acontece o mesmo, ainda que pouco depois alguns movimentos começam a manifestar-se como claramente independentistas [...] Por isso, chamar o

³ Elite local de descendentes de espanhóis, nascidos na América, porém, sem os mesmos direitos e privilégios daqueles nascidos na metrópole.

período de 1810 a diante, como o período das independências, é um equívoco. [...] prefiro vê-lo como o período das emancipações, porque, em vários casos, a independência surgiu tardiamente. (BREÑA, 2006)

Diante da importância deste ano para o México, o então presidente Felipe Calderón afirmou em discurso que 2010 estava sendo considerado o *Ano da Pátria*, ao afirmar que

Somos mexicanos, temos 200 anos de ser livres, temos 100 anos de termos feito a revolução mexicana, que também comemoraremos, e este, espero que seja um melhor ano para todas e para todos. Celebramos 200 anos de sermos orgulhosamente mexicanos. 2010 é o Ano da Pátria, no qual celebraremos o “ser mexicano” com espírito festivo e com ânimo renovado.

Em entrevista a um sítio do governo mexicano, Manuel Ramos Medina⁴, quando questionado sobre o que deveria ser reforçado pelas comemorações de 2010, afirma que a vida dos heróis deveria ser ressaltada, porém, devia-se: “reconstruir e devolvê-los a vida. Mas deve-se tomar cuidado para não inventar mentiras. Há que respeitar nossos heróis, e não elevá-los aos altares da pátria, sem dar-lhes seu justo valor para que, como indivíduos que foram, nos sejam ainda mais atrativos e exemplos a seguir.”

Este reforço nos aspectos heróicos de distintos líderes pode ser evidenciado na apresentação de um sítio do governo mexicano, intitulado *bicentenário*, que destaca: “Desde 1810, o México nos dá motivos para nos sentirmos orgulhosos de ser parte daquilo pelo que Hidalgo, Morelos e outros iniciadores do movimento de Independência, alguma vez sonharam.”

Nesse contexto, é interessante refletirmos sobre o papel do “herói”, que na maioria dos casos de lutas de independência era um líder militar. À época das lutas, esses homens eram vistos como libertadores da opressão espanhola, defensores das causas populares americanas. Todavia, após a vitória nas lutas, esses mesmos homens foram esquecidos, exilados, executados por serem acusados da ruína em que se encontravam as jovens nações. Apenas algumas décadas posteriores ao fim das lutas, a sociedade hispano-americana percebeu a necessidade de elevar esses homens aos panteões nacionais, valorizando suas trajetórias singulares. Esta necessidade é percebida também na preocupação do governo de 1910 em deixar à posteridade suas memórias.

⁴ Doutor em História pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e professor de cátedra do ITAM – Instituto Tecnológico Autônomo de México, em entrevista à www.bicentenario.com.mx

Os países⁵ participantes das festividades uniram-se no principal objetivo das comemorações: o fortalecimento da *hispanidad*. Para divulgar seus trabalhos, as comissões das comemorações criaram fontes de divulgação – portais eletrônicos – nos quais fornecem informações acerca do desenvolvimento das efemérides. Estas informações – planejamentos das festividades, funções das comissões, entre outros – possibilita-nos um panorama continental, que facilita o estudo dos eventos e a visualização dos objetivos em comum.

Podemos destacar, segundo Jaime de Almeida (2006), que a questão das comemorações dessas efemérides, apesar de ocorrerem em um período curto e ao mesmo tempo vasto, atrai um número significativo de historiadores que se dedicam a estudar este campo e que se deparam com um leque de perspectivas.

Ankersmit (2002) destaca que as comemorações nos remetem de volta ao passado, com a pretensão de nos fazer manter uma espécie de comunicação com este mesmo passado. Ao comemorarmos, nos aproximamos das pessoas às quais estamos prestando homenagem, mesmo que por breves instantes. Nesse passo, para Guerra (2003), as comemorações realizadas no passado são precedentes das atuais, possibilitando informações inéditas e renovadas acerca do discurso histórico. Estas comemorações auxiliam a identificar os atores históricos e a nos aproximar das atitudes e das crenças do passado.

É importante ressaltar o contexto histórico em que vivia a América Hispânica no momento das independências e fazer uma rápida análise sobre as lutas de independência e revolução mexicanas. No ano de 1808, a Espanha estava ocupada pelas tropas napoleônicas. Devido à distância, à demora e à ambigüidade das notícias, a elite colonial decidiu pela independência, visto que pensavam que a corte espanhola tivesse se rendido às tropas francesas. Portanto, as independências foram muito mais uma forma de defesa do sistema colonial contra a invasão francesa, do que uma ruptura com a relação metrópole-colônia.

A luta pela independência mexicana teve um caráter singular, na medida em que se iniciou nos setores populares. Deste modo, o projeto de independência visava, além da separação da metrópole, reformas sociais. O principal ator histórico das lutas iniciais de independência foi o padre Miguel Hidalgo y Costilla, que promoveu o levantamento popular de índios e mestiços contra espanhóis, fazendeiros e aristocratas. Promovia também grupos de discussão, a partir dos quais nasceram as idéias independentistas contra o domínio político e econômico espanhol.

⁵ São nove países hispano-americanos que comemoram seus bicentenários em 2010: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Paraguai e Venezuela, além da própria Espanha.

A Revolução Mexicana foi a primeira grande revolução social do século XX e teve como uma das principais características a participação de indígenas e camponeses nas lutas contra a aristocracia mexicana, onde, dentre as várias reivindicações, buscavam exterminar a hierarquia militar mexicana, eliminando um foco de ambição e instabilidade.

Sobre esta perspectiva da participação popular – em especial a do indígena – Ohmstede (2009), destaca que a historiografia acerca do tema discute amplamente o papel deste grupo social nas lutas. O autor oferece diversos exemplos de autores que defendem o fato de que os indígenas insurgentes não foram omissos às lutas e que não tomavam decisões de acordo com o grupo que estava conquistando mais vitórias, como é difundido. Pelo contrário, demonstra que os indígenas estavam cientes do que ocorria e que havia dissidências internas de lealdade, a favor e contra o movimento. Ohmstede aponta também vários autores que argumentam que “*los de abajo*”⁶ firmavam alianças e propunham novas formas de protestos políticos. Estas afirmações permitem, a nós historiadores, assegurar que o papel do cidadão – seja ele camponês, mestiço, espanhol ou indígena – nos movimentos, foi muito mais do que aquilo difundido pela historiografia e até mesmo pelos próprios atores históricos, que os consideravam como sujeitos de “periferia / fronteira”.

De acordo com Helenice Rodrigues da Silva

[...] as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo [...]. O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras [...], e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais. [...] Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador. [...] Na realidade, não se celebrou uma simples data de aniversário [...], mas uma história nacional. (SILVA, 2002, p. 432)

Diante desta perspectiva da “rememoração”, Guerra (1994) exemplifica-o com o caso da América, onde o autor destaca que, pelo fato das crises políticas, sociais e culturais que assolaram o continente, sobretudo a Conquista e a Independência de suas nações, faz-se importante a utilização da memória seletiva, culminando no “esquecimento das civilizações e culturas pré-colombianas após a Conquista, e esquecimento do período colonial após a Independência.” (GUERRA, 1994, p. 11)

⁶ Bittencourt (2008).

Apesar de se tratar de um tema sobre história do tempo presente, vários autores se empenharam em pesquisar a temática dos bicentenários latino-americanos. Com relação ao caso específico do México, poucas referências foram encontradas. Segundo Bittencourt, no projeto que serve de embasamento para esta pesquisa, aborda que sua pretensão para com o estudo do país é:

[...] indagar sobre a independência mexicana, que tem início com Hidalgo e seu Grito de Dolores, passando por Morelos, até chegar a Iturbide, onze anos depois. O México é emblemático porque, quando Porfírio Díaz colocava em marcha seu projeto comemorativo do centenário da independência do país, estourou a Revolução mexicana de 1910, com profundos desdobramentos políticos e sociais. (BITTENCOURT, 2008, p. 2)

A questão das comemorações é abordada por Jaime de Almeida, em seu texto *O Segundo Centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico*, no qual o autor afirma que o quadro das comemorações é complexo, pois, com a proximidade ou coincidência com comemorações de outros marcos históricos mundiais de grande impacto acadêmico – como os cinquenta anos da Revolução Cubana e o centenário da República Portuguesa – formam um desnorteante “jogo de espelhos”⁷ (ALMEIDA, 2006), de forma que as efemérides latino-americanas sofrem a refração das atenções de historiadores. Para o autor, o caso mais complicado é o do México, justamente pela coincidência dos fatos já destacados.

Diante destas perspectivas históricas, é possível uma análise de que a historiografia latino-americana sobre esta temática ainda não alcançou seu ápice de produção, visto que o processo ainda está se desenrolando e que, apesar das pesquisas já produzidas, a publicação das mesmas não se efetivou completamente, pois aguardam a conclusão das efemérides.

Segundo Mona Ozouf (1995), as festas são capazes de transformar o tempo, conseguindo fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo. Uma problemática pertinente para tal afirmação é se este novo tempo que é engendrado não é igual, ou uma aproximação do velho; o objetivo desta transformação é justamente o de diferenciar o antigo do novo, para que os feitos do velho não se repitam.

Estudos sobre o continente americano – em especial dentro da temática da História do Tempo Presente – são relegados a segundo plano para muitos pesquisadores brasileiros e

⁷ Segundo Jaime de Almeida, este jogo espelhos consiste no enorme leque de oportunidades de pesquisa para historiadores, possuidor de dois lados: um positivo, pelo aumento do número de trabalhos e a conseqüente divulgação do tema; e um negativo, pois, devido ao limitado número de pesquisadores, e ao grande número de festividades, não é possível o aprofundamento de várias pesquisas em uma única celebração, o que forneceria, posteriormente, uma possível comparação entre os trabalhos.

estrangeiros, salvo os próprios pesquisadores latino-americanos, e aqueles que buscam o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a seus países de origem ou a seu continente de origem. Neste contexto, Adalberto Santana explica a importância dos eventos americanos, em especial neste momento das celebrações de seus bicentenários.

Desde esta perspectiva e tomando em consideração que a comemoração do Bicentenário das lutas pela independência na América Latina é uma tarefa de grande relevância e enorme significado, tanto no plano simbólico quanto para a ação política de nossas sociedades, se faz urgente compreender o sentido, a magnitude e o alcance das lutas de emancipação que tiveram como resultado o nascimento do que identificamos como América Latina. Portanto, como pesquisadores comprometidos com a tarefa acadêmica, convidamos a nossos pares a continuar com a tarefa empreendida, isto é, o estudo de diversos aspectos desses processos de emancipação. (SANTANA, 2009, p. 12)

O fato de esta pesquisa encontrar-se no interior da temática do tempo presente possibilita muitas alternativas, uma vez que as produções bibliográficas se intensificarão com a concretização das comemorações. Todavia, uma nova problemática se apresenta: como analisar estas novas bibliografias, uma vez que seus autores foram atores históricos – ainda que secundários ou com certo distanciamento espaço-temporal – dos processos de comemoração?

Uma segunda problemática é: passadas as comemorações, permanece este sentimento de amalgamento entre as camadas da população? O indígena está sendo lembrado como ator histórico, ou está, novamente, relegado à marginalização? Como está se dando, tanto em meio acadêmico quanto social, a continuação deste sentimento patriótico e fraternal que se encontrava presente no momento de efemérides?

Uma terceira problemática também se refere ao período de pós-comemoração, cabendo ao historiador realizar um balanço e analisar se a pretendida participação popular efetivou-se ou não. Quais os grupos realmente foram incluídos nas comemorações? Será que, como diziam as autoridades, nenhum cidadão foi excluído do processo, nem mesmo os marginais, pobres, índios, presidiários, analfabetos, homossexuais, entre outros? Estas problemáticas se fazem pertinentes para a produção desta pesquisa, uma vez que o discurso oficial do governo mexicano proclamava a especificidade também no âmbito dessas celebrações no país, no sentido de um conagraamento que superasse estereótipos de toda ordem.

Devido ao curto tempo que separa esta pesquisa de seu objeto, apenas algumas respostas foram elencadas para estas problemáticas. O governo mexicano divulgou em sítios eletrônicos que suas celebrações estavam sendo pensadas em três linhas fundamentais. A primeira era a de aprofundar o conhecimento dos acontecimentos históricos. A segunda era a inclusão da expressão de todas as formas que refletissem a diversidade cultural do país. E a terceira destacava a criatividade pessoal e coletiva nas áreas de educação, arte, cultura, ciência, turismo, biodiversidade, saúde, desenvolvimento social e esporte.

As atividades programadas incluíam um abrangente programa editorial, diversas atividades acadêmicas, além de espetáculos e exposições. Foram desenvolvidos três programas especiais, dirigidos às comunidades indígenas, às comunidades mexicanas residentes no exterior e à participação dos países iberoamericanos. Entre as iniciativas estavam ainda a catalogação e digitalização dos arquivos relativos à Independência e à Revolução e o registro dos costumes da época.

As comemorações reforçam temas e laços nacionais, particularmente em momentos de crises, o que contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e de identidade de um povo. Na América Latina, a busca por este endosso do sentimento nacionalista, reforça também a ideia de povo, especialmente em nações com uma hierarquização social excludente e com um contingente expressivo de ameríndios, como é o caso do México, que merece especial atenção, pois, segundo Bittencourt (2008), na época das comemorações do primeiro centenário de independência, estava sendo debatida a construção de uma identidade nacional, com base no fortalecimento étnico, numa valorização da mestiçagem, visto que a elite *criolla* havia criado e difundido um sentimento nacional excludente em relação aos índios.

O estudo das comemorações permite discutir a presença das camadas populares e sua relativa importância no âmbito da construção desta identidade nacional, pois desde o início do século XXI, o governo mexicano, juntamente com entidades culturais e universidades, se engajava na criação de comissões especiais das comemorações de 2010, responsáveis pela organização das festividades e do cumprimento do objetivo geral. Vale lembrar que somente nas últimas décadas do século XX, alguns países passaram a reconhecer o caráter multicultural das sociedades latino-americanas.

De maneira geral, o estudo comparativo de efemérides de grande impacto social e acadêmico permite adentrar no vasto campo representativo das comemorações. O ato de comemorar nos leva a revalorizar o passado, tendo em vista os desafios do presente e as perspectivas do futuro. Para os historiadores é extremamente importante o levantamento deste tipo de discussão para que possamos visualizar como determinados aspectos histórico-sociais

estão sendo retomados por governos e população, de forma a impedir que cometam anacronismos ou que distorçam a perspectiva histórica dos próprios eventos que se busca lembrar.

Nesta pesquisa, as comemorações estão sendo representadas como festas cívicas capazes de repensar a identidade nacional e que permitem o surgimento de novas visões sobre o passado. A perspectiva é de que contribuam para uma reflexão permanente, no sentido de tornar a sociedade menos segregada e mais inclusiva, além do nível meramente retórico.

Neste sentido, a hipótese que embasa essa reflexão sustenta-se em declarações oficiais do governo mexicano afirmando que essas comemorações se pautaram por um chamamento às camadas populares, numa aproximação histórica aos segmentos que deflagraram o movimento independentista e revolucionário. Considerando-se as dificuldades do governo em propor medidas que superassem os desníveis sociais e regionais, o chamamento a uma comemoração da magnitude e com a ênfase proposta tinha como suporte a ideia de que um marco histórico como essa dupla comemoração poderia reforçar um sentimento identitário mais inclusivo, desdobrando-se em medidas permanentes, que contem com a anuência e boa vontade geral dos mexicanos. Nesse sentido, a par dos sentimentos de mobilização coletiva em torno das celebrações o objetivo era prolongar essa perspectiva, possibilitando medidas de médio e longo alcance para unir uma população dispersa num país com uma geografia complexa, que isola várias regiões do eixo do poder.

Esta pesquisa se insere na categoria da História do Tempo Presente, transformando-se em uma das maiores dificuldades no estudo de acontecimentos históricos contemporâneos. Em nosso caso, é difícil o acesso às fontes documentais advindas dos centros intelectuais latino-americanos, que enfocam as celebrações de 2010, visto que o ápice das comemorações ainda não foi totalmente compreendido pelos estudos acadêmicos que as tem como objeto de estudo. Desta forma, a maior parte dos documentos históricos utilizados, trabalha as relações do passado do país, analisando como o governo mexicano atuou em 1910, de forma a buscar um modelo a ser evitado, de certa forma, pelo governo de 2010, a fim de que a segregação do primeiro centenário não se repetisse nestas que estavam sendo consideradas comemorações integracionistas.

Para melhor explicitar a categoria na qual esta pesquisa se enquadra, escolhemos a obra *História do Tempo Presente*, organizada por Gilson Pôrto Jr.⁸, que reúne dezessete ensaios sobre a temática. Destes, selecionamos quatro ensaios, com perspectivas mais teóricas.⁹

⁸ Especialista em Ensino de Filosofia e mestre em Educação pela UnB.

No prefácio da obra, o autor aponta, tanto para a multiplicidade do *tempo*, uma vez que este pode ser considerado um “período que vai de um acontecimento anterior até um posterior” (PÔRTO, 2007, p. 10) como também a utilização de *tempo* como “uma “mudança contínua”, transformando o hoje no ontem, o presente no passado.” (PÔRTO, 2007, p. 10). “Seja qual for a concepção de tempo que se assuma, uma coisa é certa: ele é nossa matéria-prima e o ofício de historiador, ou mesmo de educador (pedagogo), o exercício constante de sua transformação.” (PÔRTO, 2007, p. 10)

Diante do tema, algumas questões são formuladas por Helena Isabel Muller (2007, p. 18): o que delimita as fronteiras? Quais são as datas que demarcam o presente do passado? O passado não é somente o que já aconteceu? Como deve agir o historiador na medida em que, ao estudar o tempo presente, muitas vezes ele é testemunha viva dos acontecimentos?

Ainda segundo Muller, existem dois importantes institutos históricos que discutem esta temática: o *Institut d’Histoire du Temps Présent* – na França – e o *Institute of Contemporary British History* – na Inglaterra. Procurando meios para responder a estas perguntas, estes institutos dividiram o pensamento historiográfico sobre Tempo Presente em dois grupos. O primeiro, parte do paradigma de *modernidade*, no qual os historiadores que pertencem ao ponto de vista liberal, social e conservador do pensamento histórico, são, em sua grande maioria, historiadores europeus do século XX e, como tais, consideram como marco que separa passado e presente – na pesquisa histórica – a Segunda Guerra Mundial – um acontecimento europeu do século XX. O segundo grupo, parte do paradigma da *pós-modernidade*; nesse cômputo, os historiadores não têm, necessariamente, as noções de passado e presente bem delimitadas. Para realizar esta escolha, o próprio objeto de estudo a informa, para então o historiador construir a temporalidade do objeto.

Ao citar Lagrou¹⁰, Muller enfatiza que se deve definir o Tempo Presente como uma continuação entre o período estudado e o momento da escrita. A particularidade do historiador do tempo presente consistiria no que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e aquilo que estuda.

Neste sentido, o período estudado ainda não está encerrado, não existe aquela alteridade própria do estudo dos períodos mais remotos no tempo; as questões políticas, os paradigmas, a estrutura intelectual através da qual buscamos analisar o passado ainda são partes constitutivas do presente. (MULLER, 2007, p. 21)

⁹ Os outros treze desenvolvem a temática com outras perspectivas: em sala de aula, relação com biografias, formação do pesquisador e professor ligados ao tempo presente, além de casos específicos dos países de origem dos autores dos ensaios.

¹⁰ Professor da Université Libre de Bruxelles e Pesquisador do Institut d’Histoire du Temps Présent.

Ao citar outra importante autora, Agnes Heller¹¹, Muller afirma que a distinção entre o que é pertencente ao passado e o pertencente ao presente histórico é extremamente tênue. A delimitação de que tais acontecimentos pertencem ao passado ou ao presente é fruto de nosso interesse teórico e prático. Para a autora, a História

(...) não é simplesmente a história de nosso passado, mas a história do passado de nosso presente e também do nosso presente. [...] a história do presente aparece como um estudo da história dos homens e mulheres que se dá em um passado sem fronteiras, construção de um corpo teórico apreendido por um historiador que é, ele mesmo, uma testemunha da história da humanidade enquanto presente, passado e futuro. (MULLER, 2007, p. 23 – 24)

Ao discutir a importância do passado, Muller afirma que o passado existe porque construímos uma identidade temporal ao trabalharmos determinada questão. Dessa forma, a História do Tempo Presente é uma prática contemporânea do historiador, no momento em que constrói um passado que é por ele narrado a partir de uma problemática também por ele criada. As fontes que serão trabalhadas na História do Tempo Presente ainda não estão entregues, arroladas, mas o historiador deve escolhê-las para responder ao problema. O presente torna-se passado não pela sua posição cronológica, ou pela distância entre o vivido e o estudado, mas pela construção realizada pelo historiador de seu objeto de estudo, da maneira pela qual o historiador vai olhar, ler e sentir as fontes.

Diante destas afirmações sobre a História do Tempo Presente, torna-se visível e plausível que as respostas para as perguntas, hipóteses e para o objeto em si ainda não estejam prontas e acessíveis.

Um dos problemas a serem discutidos neste momento de pós-comemorações mexicanas é a problematização da forma como o governo mexicano celebrou o bicentenário da independência e o centenário da revolução, pois havia uma busca constante em agregar a participação popular a estas efemérides.

Em nosso caso, ainda não se completou um ano da data das comemorações, o que nos coloca em um momento de estagnação, pois nos encontramos naquele momento entre o acontecimento e a digestão do mesmo, para então começarem a surgir novas fontes e pesquisas acadêmicas. As poucas fontes encontradas são fontes jornalísticas e governamentais, o que nos coloca face ao problema das informações tendenciosas.

¹¹ Professora de Sociologia da New School for Social Research, em Nova Iorque.

Porém, este limitado número de fontes – principalmente as iconografias jornalísticas – nos permite visualizar as tentativas do governo em alcançar o então objetivo da participação popular, uma vez que estas demonstram o engajamento social, político e cultural que foi alcançado, ao menos simbolicamente, durante as festividades.

Esta representação do engajamento é dita como simbólica pois, apesar do presidente Felipe Calderón ter conseguido reunir mais de um milhão de pessoas nas ruas da capital mexicana nos dias das comemorações, não podemos afirmar nem garantir que a participação popular se efetivou de maneira a integrar o sentimento de pertencimento à nação e às comemorações, pois acreditamos que grande parcela da população permaneceu marginalizada.

Diante destas colocações, uma questão nos instiga. Obviamente as comemorações iriam ocorrer como forma de celebração da chegada dos 100 e 200 anos. Mas será que o governo não se utilizou destas, como forma de mascarar determinados aspectos sócio-políticos, tais como as críticas que o atingia à época, devido às ondas de violência que assolavam o país em datas próximas às comemorações? A resposta para estas e outras perguntas exige uma distância temporal maior, a fim de que apareçam elementos que dêem indícios positivos ou negativos e que auxiliem na produção acadêmica.

Referências Bibliográficas

- ALIMONDA, H. A Revolução Mexicana. Ed. Moderna. 2ª edição. 1986.
- ALMEIDA, J. O Segundo Centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico. In: *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006.
- ÁLVAREZ, I. ¡Si Acatamos la Constitución, Resistiremos!: Mayas Yucatecos Durante la Independencia. In: *Studia Historica – Historia Contemporanea*, vol. 27, Ed. Universidad de Salamanda, 2009, p. 177 – 206.
- ANKERSMIT, F.R. Commemoration and National Identity. In: *Memória, identidade e historiografia*. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília: UnB, 2002, vol. 10 n° ½. pp. 15 – 37.
- ÁVILA, A. Las Revoluciones Hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI. In: *Revista de História Ibero Americana*. pp. 4 – 27
- BITTENCOURT, L. B. Indigenismo e Nacionalidade na América Latina. In: *História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História/UFG*. vol. 10, 2005. pp. 135 – 151.

- BITTENCOURT, L. B. Entre as Memórias e as Identidades – As Comemorações do Bi-Centenário das Independências na América Hispânica e a Recorrente Exclusão de “Los de Abajo”. In: *Líber Intellectus*, ano 2, v. 1, n° 3, julho de 2008.
- BITTENCOURT, L. B. A Comunhão Comemorativa e a Releitura do Passado: Identidades e o Bi-Centenário das Independências na América Hispânica.
- BREÑA, R. Uma reflexão sobre as comemorações dos bicentenários, a questão do liberalismo (espanhol) e a peculiaridade do caso novo-hispânico. In: PAMPLONA, M. A. e MÄDER, M. E. (orgs.) *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 183 – 212.
- CREELMAN, J. Entrevista Díaz – Creelman. In: *Cuadernos del Instituto de Historia*, Série Documental, n° 2, UNAM, México, 1963. Disponível em: <http://www.bibliotecas.tv/zapata/bibliografia/indices/entrevista_diaz_creelman.html>
- CURZIO, L. “O México no século XX: da revolução à democratização” In: AGGIO, A. e LAHUERRTA, M. (orgs). *Pensar o século XX – Problemas políticos e história nacional na América Latina*. SP: Ed. UNESP, 2003, p. 291 – 315.
- FLORESCANO, E. 1810 – 1910 – 2010 – Conmemorar, Revalorar y Renovar – Nuestro Proyecto Colectivo de Nación. 2006, Disponível em: <<http://www.centenariosveracruz.gob.mx/modules/smartsections/print.php?itemid=1>>
- GOUVÊA, M. F. S. Revolução e Independências: Notas sobre o Conceito e os Processos Revolucionários na América Espanhola. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 20, 1997.
- GUERRA, F. X., ALMEIDA, J. (trad.). Memórias em Transformação. In: *Revista Eletrônica da Anphlac* – n° 3, 2003.
- LAGROU, P. Sobre a atualidade de História do Tempo Presente. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 31 – 48.
- LYNCH, J. “As Origens da Independência da América espanhola” In: BETHEL, L.: *História da América Latina*, vol. III, EDUSP, 2001, p. 19 – 72.
- MARTINS, E. R. Tempo e Memória: A Construção Social da Lembrança e do Esquecimento. In: *Líber Intellectus*, v. 1, n° 1, junho de 2007.
- MULLER, H. I. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 17 – 30.
- OHMSTEDE, A. E; SOMOHANO, L. Lo Rural y lo Urbano en la Nueva España. Indígenas Insurgentes en las Huastecas y en la Ciudad de Querétaro. In: *Studia Historica – Historia Contemporanea*, vol. 27, Ed. Universidad de Salamanda, 2009, p. 135 – 176.

- OZOUF, M. A Festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. 4. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995;
- PRADO, M. L. C. Sonhos e Desilusões nas Independências Hispano-Americanas. In: *América Latina no Século XIX Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Ed. USP, 1999. pp. 53 – 73.
- PUENTES, J. A. e GAVÍDIA, J. L. M. História e historiografia: construção de novas tendências teóricas. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 297 – 310.
- RICOUER, P. Da Memória e da Reminiscência. In: *A Memória, a História, o Esquecimento*. Ed. Unicamp, 2007. pp. 22 – 150.
- RODRIGUES, H. História do Tempo Presente: Problemática das Fontes. Acesso em 10 de Outubro de 2010. Disponível em <<http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Helenice.pdf>>
- ROUSSO, H. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 277 – 296.
- SANTANA, A. La Revolucion Mexicana y su Repercusion em América Latina. In: *Latinoamerica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, n° 44. UNAM, México. pp. 103 – 127.
- SANTANA, A. En torno del Bicentenario de la Independencia de Nuestra América. In: *Bicentenario de la Independencia de Nuestra América: visiones, lecturas e interpretaciones*, UNAM, CIALC, 2009, pp. 11 – 16.
- SILVA, H. R. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n° 44, 2002, pp. 425 – 438.
- VILLA, M. A. *A Revolução Mexicana*. Série Princípios. SP: Ed. Ática, 1993, p. 10 – 74.
- <<http://www.bicentenario.com.mx>>
- <<http://www.centenarios.unam.mx>>
- <<http://www.senado2010.gob.mx>>
- <<http://www.grupobicentenario.org>>
- <http://www.gob.mx/wb/egobierno/egob_paginabajaresolucion>
- <<http://www.bicentenario.gob.mx/bdbic/>>

NOS PORÕES DO PASSADO: DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA URBANA DE JATAÍ

Adriano Freitas SILVA¹

afs.histor@yahoo.com.br

RESUMO: Esse artigo tem como finalidade apresentar os resultados obtidos na pesquisa "uma história urbana de Jataí (1836-1936)" realizada em 2010, vinculada ao programa de PIVIC da Universidade Federal de Goiás. Antes da criação do Curso de História em Jataí, em 2006, a história da Cidade se concentrava em algumas narrativas históricas do autor Basileu Toledo França, especialmente na obra *Os Pioneiros* – narrativa histórica que se inicia com a chegada dos pioneiros em 1836 e vai até a emancipação em 1895 - e em obras de memorialistas, estes últimos, anexando documentos com pouca análise, sem muita discussão. Nesse sentido, nossa pesquisa teve como objetivo, coletar, analisar e preencher muitas lacunas existentes nestas obras memorialísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano, região, Jataí/GO.

ABSTRACT: This article aims to present the results obtained in the research "an urban history of Jataí (1836-1936)" held in 2010, linked to the program PIVIC Federal University of Goiás. Before the creation of the Course of History in Jataí in 2006 the history of the City focused on some historical narratives of the author Toledo Basileus France, especially in the work on the Prairie - historical narrative that begins with the arrival of the pioneers in 1836 and runs until emancipation in 1895 - and in works of memoir, these past, attaching documents with little analysis, without much discussion. In this sense, our research aimed to collect, analyze and fill many gaps in these memoirs works.

KEYWORDS: Urban space, region, Jataí/GO.

INTRODUÇÃO

¹ Aluno de Especialização em História Cultural do Curso de História da UFG/Jataí. Graduado em História pela UFG/Jataí.

Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só têm sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado.

(PESAVENTO, 2008, p. 10)

O processo de urbanização brasileira teve início no fim do século XVII e início do XVIII, quando a mineração do ouro e da prata se expandiu e quando as ordenanças portuguesas sobre a proibição de fundar cidades no interior do território se afrouxaram. Em Goiás, os primeiros arraiais surgiram com a exploração mineral, principalmente do ouro, no século XVIII, quando o estado ainda fazia parte da Capitania de São Paulo.

Com o declínio da mineração, não restava outra opção aos mineiros senão a ocupação de áreas próximas aos centros de extração dos metais e pedras. Eles se apossaram das terras, requereram as sesmarias e procuraram legalizá-las, com o intuito de desenvolver uma agricultura básica que alimentasse a si e aos seus (CHAUL, 2001). Assim, de acordo com Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004), a agropecuária, que já era uma atividade econômica paralela e associada à mineração, ganhou maior importância e expressão, impulsionando a formação de cidades.

Alfredo d'Escragnolle Taunay, viajante que percorreu as terras goianas durante o século XIX, acrescenta:

Os filhos daqueles inquietos exploradores compreenderam que era impossível continuar a ingrata mineração que exaure o solo e só enriquece o forasteiro, e então puseram-se não mais a cavar terra, mas cultivá-la, e de pronto colheitas feracíssimas, uma após outras, cada qual mais copiosa, recompensaram o abençoado trabalho. (TAUNAY, 2004, p. 35)

Com base nessas informações, este trabalho busca reconstituir uma dada memória acerca da cidade de Jataí a partir da história urbana do município, ou seja, da construção do seu primeiro núcleo urbano e sua trajetória até 1936. O que se quer é saber quais foram às transformações ocorridas nesse período e o que as teria gerado.

A chegada às margens do Rio Claro: o início do processo de povoamento da cidade de Jataí

Com a decadência do ouro, muitas famílias que exerciam a atividade mineradora foram ao declínio econômico. Os mineiros que permaneceram em Goiás iniciaram novas atividades: a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, que impulsionaram a expansão e ocupação do território goiano, uma vez que geraram aumento populacional, atraindo correntes migratórias vindas de outros estados.

Os imigrantes vindos da zona leste do Brasil, através do Rio São Francisco, tomaram conta de Minas Gerais e chegaram até Goiás e Mato Grosso. A imigração para o sudoeste goiano data dos anos 30 do século XIX, após o esgotamento das terras no Triângulo Mineiro. A penetração na região foi rápida, devido principalmente aos incentivos do Governo Imperial. Em 30 anos a região foi ocupada.

Outro fator que ajudou na imigração para o sudoeste goiano foi a abundância de terras boas para pastagens e a facilidade de acesso à propriedade. Seguindo o “caminho das águas” e desbravando o território goiano, tais ocupações se constituíam em verdadeiras “propriedades latifundiárias que deram origem a cidades como Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Quirinópolis, Mineiros, dentre outras” (TEIXEIRA NETO, 2002, p. 30).

No período de ocupação do sudoeste goiano, mais especificamente de Jataí, algumas áreas em torno do Rio Paranaíba estavam sendo usadas para a criação de gado. No caso de Jataí, os pioneiros – Francisco Joaquim Vilela e o seu filho José Manuel Vilela (figura 1) – saíram da sua cidade (Espírito Santo dos Coqueiros, atual cidade de Coqueiral no Estado de Minas Gerais) e em 1836 entraram pelo leste, através de Rio Verde, nos sertões do sudoeste goiano, em busca de terras produtivas e também para a criação de gado. Eles se instalaram às margens dos rios Claro e Ariranha. A posse das terras, segundo Basileu Toledo França (1995), dava-se pelas leis imperiais ou então pela força.



Figura 1 – José Manoel Vilela (sentado) ao lado do filho de mesmo nome. Fonte: www.jatai.not.br

Em 1837, o jovem José de Carvalho Bastos, proveniente de Franca, São Paulo, acompanhado de sua esposa Ana Cândida Gouveia de Moraes, chegou à região, através de Santana do Paranaíba, em busca de boas terras goianas e se instalou às margens do Ribeirão Bom Jardim.

Basileu Toledo França, um dos primeiros memorialistas jataienses, relata a chegada dos pioneiros à cidade e destaca algumas características deles:

Tudo começou com os nossos desbravadores no século passado, e com as famílias que vieram depois para povoar o sertão do Rio Claro. Chegaram com o objetivo de ficar e trouxeram, no mais das vezes, os rudimentos essenciais que aprenderam em seus lugares de origem. Sabiam ler, escrever e contar a fim de atender às necessidades diárias de passar recibos, assinar escrituras, remeter mensagens a parentes que ficaram distantes, ou ainda acompanhar com números e pequenos cálculos as transações simples (...). Portanto, tivemos o privilégio de contar entre os nossos pioneiros com pessoas não só destemidas e laboriosas, mas também com algum conhecimento, embora muito primário, das técnicas sociais da escrita, da leitura e dos números. (...) Deixaram atrás deles, nas Minas Gerais e em São Paulo, especialmente, famílias organizadas com esses mesmos padrões culturais mínimos (...), porém fundamentais mesmo nas longínquas terras do Sudoeste de Goiás, que vieram domesticar para a civilização e daqui nunca mais saíram. (FRANÇA, 1995, p. 21)

Do encontro dos dois pioneiros ficou acertado amigavelmente que as terras banhadas por águas da margem esquerda do Ariranha pertenceriam aos Vilela e as

percorridas por afluentes do Bom Jardim seriam dos Carvalho. A citação a seguir, retirada do livro *Os Pioneiros*, de Basileu Toledo França, relata esse acerto feito pelos pioneiros na distribuição de terras:

A palestra de José Manuel e Carvalho Bastos, sobre águas vertentes do Ariranha e Bom Jardim, não mereceu a atenção de Ana Cândida, quando foi atender ao marido naquele dia. Se quisesse, não repetiria mais do que farrapos do diálogo, palavras soltas, sem sentido completo. Ali, porém estava sendo resolvido assunto de vital importância para o futuro das duas famílias: os chefes acertaram de modo definitivo, simples e prático, que todas as terras banhadas por águas afluentes do Ariranha pertenciam aos Vilelas e as percorridas por tributários do Bom Jardim seriam dos Carvalhos. Na topografia levemente ondulada do sudoeste, isto representava um espigão mestre de doze léguas. Verdadeiro estado. (FRANÇA, 1995, p. 74)

Ao correr 1838, José Manuel Vilela e José de Carvalho Bastos foram a Minas Gerais em busca de gado para procriação. No início, interessava-lhes a quantidade, sendo que teriam mais couros para os laços e arreios, sapatões e chinelos, catres e cintos, tacas e ajoujos, tiradeiras e toldas. O gado ia se tornando o elemento consolidador da penetração no sudoeste da província de Goiás, a principal fonte de riqueza do homem: absorvente e apaixonante atividade. Iniciava-se a civilização do couro no extremo sudoeste de Goiás.

Desde o início, os pioneiros se empenharam no desenvolvimento da região, fazendo a doação de terras para que fosse erguida a primeira igreja da cidade, em torno da qual foram construídas casas que passaram a formar o centro das comemorações religiosas do povoado que se instalou. Exemplo disso foi a doação, feita em 13 de maio de 1848 por Francisco Joaquim Vilela e sua esposa Genoveva Maximina Vilela, de uma parte de suas terras para a implantação do núcleo inicial do povoado e para a construção, à margem do córrego Jataí, da capela em louvor ao Divino Espírito Santo (padroeiro da cidade).

A citação abaixo é um trecho da escritura assinada por Francisco Vilela, descrevendo a localização das terras:

O córrego denominado Jatahy encostado a minha fazenda do Bom Sucesso, sendo os limites desta doação: “princiando na barra do dito córrego, pela

parte de baixo, águas vertentes do dito córrego, até o alto, dividindo do alto por diante com José da Rosa e seguindo pelo espigão mestre até o fim e seguindo pelo espigão águas vertentes do Jatahy, divisando com a mesma fazenda do Bom Sucesso e seguindo por este abaixo até a sua origem, cujo acima declarado doamos. (FRANÇA, 1995, p. 98)

Depois de doadas as terras para a formação da Capela do Divino Espírito Santo de Jatahy, José Manuel Vilela passou, por volta de 1856, a projetar a criação de um povoado e a edificação do templo religioso. Importa lembrar que desde 1836, quando Francisco Joaquim Vilela e seu filho José Manuel Vilela iniciaram o processo de povoamento em Jataí, esse território era ligado à Cidade de Goiás (capital do estado), porém isso mudou em 06 de novembro de 1856, quando Rio Verde se desmembrou da capital e, com ele, os vilarejos de Torres do Rio Bonito e Jataí, pertencentes ao município de Rio Verde.

Em 17 de agosto de 1864 Jataí foi elevado à categoria de Distrito, conforme a Resolução nº 362 do Governo da Província de Goiás. Pelo artigo 2º desse documento, os habitantes da cidade ficaram obrigados “a paramentar às suas custas e com a necessária decência a respectiva Matriz”. O artigo 4º determinava: “Logo que for canonicamente provida, o presidente expedirá ordens para eleição dos Juizes de Paz”.

Essa resolução trouxe muita euforia para a população da então freguesia de Jataí, pois a vinda de um vigário para a localidade significaria não ir mais a outras cidades em busca de padres para a realização de casamentos e batizados, mas também impôs a necessidade de se construir logo a igreja e também um cemitério.

Esse sonho se concretizou em 09 de junho de 1867, quando houve o lançamento da pedra fundamental da primeira Igreja Matriz de Jataí (figura 2), com missa celebrada pelo padre Antônio Marques Santarém e acompanhada por grande número de fiéis. A pedra fundamental do cemitério — localizado à direita da saída para Rio Verde, em uma elevação após o córrego Jataí — foi lançada sete dias depois, em 16 de junho de 1867, com benção do mesmo padre.



Figura 2 – Primeiro templo religioso de Jataí. Fonte: www.jatai.not.br

As festas religiosas eram ocasiões que motivavam intenso movimento no povoado. Aconteciam procissões em homenagem ao Divino Espírito Santo, cavalcadas e corridas de raia. A pedido do vigário da época, Pe. Brito, os fazendeiros levavam seus escravos para que eles pedissem esmolas.

Em 02 de agosto de 1875, o presidente da Província de Goiás, Antéro Cicero de Assis, aprovou a Resolução nº 547, delimitando as divisas do município de Jataí, que ficaram assim estabelecidas:

Das cabeceiras do rio Doce, pela estrada geral que da cidade de Goiaz vai para Coxim; por ella até o rio Verdinho, e por este até sua foz no rio Parahyba, e por este acima até a barra do rio Claro, e por esta até a barra do rio Doce, e por este até suas cabeceiras, onde começou a divisa.

Sete anos mais tarde, em 29 de julho 1882, a Assembléia Legislativa aprovou e o presidente da Província sancionou a resolução nº 668, que elevava à categoria de vila a freguesia de Jataí, determinando que, logo que os habitantes apresentassem os edifícios para a instalação da Casa de Câmara e Cadeia, seria providenciada a instalação da nova vila.

Em abril de 1883, um grupo de escravos iniciou o transporte de toras de aroeira das margens do Rio Claro para o largo da futura cadeia pública. Vários homens puseram-se a trabalhar, sob a direção do carpinteiro Miranda, que foi o responsável pelos primeiros casarões sólidos e duráveis de Jataí. Ele ergueu, segundo a tradição oral,

a casa de José Manuel na cidade, o sobrado de Serafim de Barros, a sede da fazenda São Pedro, o paço municipal, a cadeia pública, além das pontes do Rio Claro e do Paraíso.

No ano seguinte, quando acabaram a construção do paço municipal e dos cubículos da cadeia, o Governo da Província determinou a realização de eleições, a fim de constituir a primeira Câmara de Vereadores.

Esse fato empolgou o povoado e serviu para dar a todos a consciência exata da evolução administrativa, no momento em que os habitantes iam escolher representantes políticos para compor a primeira Câmara. Como era natural naquela época, não houve disputa; os vereadores foram indicados pelos moradores de maior poder econômico, de mais prestígio social e de reconhecida capacidade de comando.

Em 02 de março de 1885 foram empossados como vereadores o tenente José Inocência da Costa Lima, João José Carneiro, José Manuel Vilela Júnior e João Manuel de Carvalho. No dia da posse, eles prestaram o seguinte juramento: “Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de vereador da Câmara Municipal da Vila de Jataí, de promover quanto em mim couber, os meios de sustentar a felicidade e integridade do município.” (FRANÇA, 1995, p. 209-210).

No dia 31 de maio de 1895, a sede do município foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº. 56.

Metodologia

Para viabilizar a pesquisa, reconstituir e registrar a história e a memória do espaço urbano de Jataí utilizou-se fontes de diversas naturezas: fotos, plantas arquitetônicas, licenças e alvarás de construção emitidos pela prefeitura, plano diretor urbano, de higiene pública e outros documentos públicos e privados, escritos e iconográficos, além de fontes orais.

O trabalho com fontes orais se pautou na perspectiva de Thompson (2002, p. 176) de que todas as fontes “são falíveis e sujeitas a viés, e cada uma delas possui força variável em situações diferentes. Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor; em outras, ela é suplementar, ou complementar, a de outras fontes”.

Foi considerado o conceito de representação de Roger Chartier: “a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que é representado; a representação como exibição de uma presença, como apresentação de algo ou de alguém”. Seguindo a perspectiva do autor, propomos, nesta pesquisa, dar a

ver aquilo que está ausente. O conceito de simbólico apresentado por Chartier — uma representação moral através de coisas naturais ou imagens — nos ajudará no trabalho com as fontes.

Resultados:

O que se quis foi preservar à memória do espaço urbano de Jataí e a representação que se faz sobre o passado da cidade. É compreendendo que cada marca deixada pelo homem no espaço urbano constrói memória que este trabalho contribuiu para que o passado de Jataí não virasse pó, como o que está ocorrendo com muitas das suas construções centenárias.

Um dos grandes resultados obtidos nesta pesquisa foi à elaboração de um Catálogo Fotográfico das residências do século XIX, que além de enfatizar seus traços arquitetônicos e sua história, serviu para conscientizar a todos sobre a preservação arquitetônica da Cidade.

Resultados Obtidos:

- Acesso a livros que contêm leis e resoluções (Instituto Frei Simão da Cidade de Goiás); neles foram encontradas as resoluções nº 547, que delimita as divisas do município de Jataí, e nº 668, que eleva à categoria de vila a freguesia de Jataí.
- Acesso às leis estaduais (Arquivo Estadual) – leis de elevação à categoria de vila e cidade, documentos referentes à segurança pública e atas eleitorais.
- Participação de encontros na área de História, apresentando os resultados das pesquisas.
- Elaboração de um Catálogo fotográfico sobre as residências do século XIX (Lançamento previsto para setembro de 2011).

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS:

- 1 Documentos do Cartório Civil da Comarca de Jataí.
- 2 Documentos de batismo da Igreja Católica de Jataí.
- 3 Arquivo Público do Estado de Goiás.
- 4 Arquivo do Museu das Bandeiras.

5 Arquivo da Diocese da cidade de Goiás.

6 Arquivo Frei Simão na cidade de Goiás.

7 Arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – IPHBC.

8 Escritos dos memorialistas sobre Jataí:

AMURRIO, Hugo Ayaviri. *Assim é Jataí*. Jataí: UFG, 1994.

CURADO, Antônio Miguel Fleury. *Jataí e sua história*. Jataí: UFG, 1984.

FRANÇA, Almério Barros; LIMA, Binômio da Costa. *Primeiros fazendeiros do sudoeste goiano e do leste mato-grossense: genealogia e história*. Jataí: Sudográfica, 2004.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Cavalo de rodas*. Jataí, 1979.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Pioneiros*. Goiânia: EdUFG, 1995.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Velhas escolas*. Goiânia: EdUFG, 1998.

LIMA, Filadelfo Borges de. *Jataí do meu tempo*. s/l, 1998.

LIMA, Filadelfo Borges de. *Crônicas da colméia*. Jataí: Sudográfica, 2005.

LIMA, Filadelfo Borges de. *Jataí, minha paixão*. Jataí: Sudográfica, 2001.

LIMA, Filadelfo Borges de. *Prefeitos de Jataí: de Carlos Raimundo a Humberto Machado*. Jataí, 2002.

MELLO, Dorival Carvalho. *Jatahy: páginas esquecidas*. Jataí: Sudográfica, 2001.

MELLO, Dorival de Carvalho. *Nos porões do passado: a descoberta de Jataí*. Jataí, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

9 Escritos dos viajantes do século XIX:

CUNHA MATTOS, Raimundo José. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1836.

LEAL, Oscar. *Viagem às terras goyanas (Brazil Central)*. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1980.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil (1819)*. Belo Horizonte: Ed. USP/Itatiaia, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

TAUNAY, Afonso de E. *Goyaz*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004.

10 Fontes iconográficas:

www.jatai.not.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: B. Brasil/Difel, 1990.

Chaul, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás - Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia: Editora UCG, Editora UFG, 1997.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Velhas escolas*. Goiânia: EdUFG, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.

TAUNAY, Afonso de E. *Goyaz*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: Formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: O natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p.11-45.

TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, H. *Diagnóstico sócio-econômico do Sudoeste Goiano*. Jataí: Prefeitura Municipal de Jataí/Fundação Educacional de Jataí, 1995.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOLEDO, Basileu. *Pioneiros*. 1ª Ed.- Goiânia-GO: Editora da UFG, 1995.

CONFIGURAÇÕES DA METRÓPOLE NAS CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA

Alexandre Bonafim FELIZARDO¹

alexandrebonafim@hotmail.com

RESUMO: Na obra de Braga, a metrópole é um dos espaços eleitos, no qual o cronista desfia seu lirismo e suas histórias. Topografia poética, a cidade é a região onde a aventura do existir abre veredas e possibilidades, lugar em que o indivíduo se mescla ao coletivo, moldando, pelo outro e no outro, vivências que imprimem profundidade à vida, tornando-a um manancial de experiências. Muitas vezes, o cronista também assume uma postura de defesa e crítica com relação à metrópole. A cidade, despersonalizada, terra cujos habitantes são tragados pelo sorvedouro do consumismo, região onde o individualismo do homem moderno aflora com toda intensidade, também se torna, para Braga, espaço da anti-epifania, ou, como na expressão do poeta Sebastião Uchoa Leite, um locus adversus.

PALAVRAS-CHAVE: Rubem Braga, Crônica, Cidade.

ABSTRACT: In the work of Braga, the metropolis is one of the elect spaces, in which the columnist unravels his lyricism and their histories. Poetic topography, the city is the area where the adventure of existing opens paths and possibilities, place where the individual mixes to the bus, molding, for the other and in the other, existences that they print depth to the life, turning it a spring of experiences. A lot of times, the columnist also assumes a defense posture and critic regarding the metropolis. The city, depersonalized, earth whose inhabitants are swallowed by the whirlpool of the consumerism, area where the modern man's individualism surfaces with all intensity, also if it turns, for Braga, space of the anti-epiphany, or, as in the poet's expression Sebastião Uchoa Leite, a locus adversus.

KEYWORDS: Rubem Braga, Chronic, City.

Erradio, como um pária a percorrer um caminho infindo, o narrador cosmopolita de Braga empreende uma busca incessante do inusitado e da surpresa. Essa atitude de constante procura é, na verdade, a postura adotada pelo próprio cronista, que sempre deseja o flagrante: o fato, o objeto, as coisas miúdas imersas no fluxo do cotidiano, capazes de se transformar no assunto da própria crônica. Dessa forma, em cada esquina, em cada rua, a magia e a poesia

¹ Doutorando em literatura portuguesa pela USP.

podem aflorar, subitamente, promovendo, em meio à vida prosaica da cidade, um instante de iluminação. Nesse sentido, os encontros fortuitos, casuais, são de suma importância para a vivência desse caçador de epifanias.

Todavia, é preciso salientar que nem sempre a crônica de Braga irá encontrar a celebração da vida no espaço da cidade. Muitas vezes, o cronista também assume uma postura de defesa e crítica com relação à metrópole. A cidade reificada, região onde os habitantes se enredam em um consumismo atroz, torna-se, para Braga, espaço da anti-epifania, ou, conforme salienta Sebastião Uchoa Leite (2003, p.26), um *locus adversus*. Nesses textos, o escritor assume uma postura crítica perante o espírito desenvolvimentista da metrópole.

Essa relação entre o narrador de Braga e o espaço convulsivo da cidade possui como contexto todo um processo histórico que implica o desenvolvimento das grandes cidades. Tal desenvolvimento, por sua vez, estará intrincado em uma série de transformações na arte do ocidente. Essas transformações irão constituir aquilo que Baudelaire, um dos primeiros arautos dessas mudanças estéticas, chamará de modernidade.

A partir do século XIX, com o avanço do capitalismo e o desenvolvimento econômico das indústrias e do comércio, com a aceleração dos avanços científicos e a crescente implantação da tecnologia no cotidiano das pessoas, muitas cidades passaram por uma verdadeira revolução, transmutando-se em grandes metrópoles, nas quais um contingente cada vez maior de pessoas passa a habitar. Júlio Pimentel Pinto registra essa transformação, na qual a face de uma cidade totalmente nova desponta:

Do século XIX à década de 20 do século XX, as alterações – nas relações sociais, de trabalho, na vida cotidiana – experimentadas pelas cidades ocidentais – e derivadas em linhas tortuosas mas gerais do impulso industrial – articulam-se inevitavelmente à experiência urbana realizada nas metrópoles, nova face das cidades, que se tornam marcos da transformação acelerada, refletida na confusão da circulação, na desordem cotidiana, no aglomerado de pessoas [...]. (PINTO, 1998, p.110)

Tal revolução atingiu grandes proporções. Um turbilhão de pessoas, vindas das mais diversas localidades, passou a buscar o refúgio nas urbes em desenvolvimento. Com isso, instaurou-se um ritmo frenético, fluxo furioso a ordenar a vida de milhares de indivíduos que antes só conheciam o cotidiano pacato e lento do campo. Um outro tempo, absurdamente veloz, entrecortado e descontínuo, fez com que as massas se agitassem, em desvario, por um espaço em perpétua mudança e desagregação.

Esse novo panorama da vida moderna faz com que surja, portanto, uma nova sensibilidade, atenta aos novos rumos que se despontam. É assim que o artista passa a perambular pelas ruas, registrando em sua subjetividade toda a ciranda de cores e luzes que compõem o cenário citadino. Surge, nesse observador perspicaz, a necessidade de interpretar todo o caos que desponta ante seus olhos. Assim, o movimento da cidade passa a modular um novo sentimento artístico, afinado com tudo o que se passa nesse novo universo. Um olhar novo desponta, uma busca pela reafirmação da identidade é inaugurada.

Braga será, no Brasil, um dos expoentes dessa nova sensibilidade. Ele empreenderá aquilo que Schwartz (1984, p.105-106) percebeu como um procedimento comum entre muitos artistas modernos, ou seja, “transformar a cidade em metáfora – transpor a cartografia em poesia, o mapa em símbolo, a função referencial em função poética”.

Nesse aspecto, a crônica torna-se um gênero pertencente às cidades. O cronista, por sua vez, tem sua vida atrelada ao meio jornalístico, meio esse tipicamente urbano. A existência do jornal, portanto, está intimamente ligada à vida das cidades, pois os cidadãos sentem-se impelidos, pela curiosidade de saber o que se passa no mundo, a ler os jornais. Conforme Senra (1997, p.105), a história da imprensa jornalística sempre teve relação com o desenvolvimento urbano:

A história do jornalismo está indissolivelmente ligada à história das cidades. A forma embrionária desse compromisso do jornal com o espaço urbano já pode ser encontrada no século XVII, mas a partir do século XIX é quase impossível dissociar o crescimento dos jornais e a conformação a que eles chegaram do desenvolvimento urbano e da transformação das cidades.

A atividade do cronista, portanto, está inserida no cotidiano de homens da imprensa, profissionais sempre entregues ao fluxo intenso das ruas. Conforme ainda explicita Senra (1997, p.107), o jornalista está imbuído no ritmo frenético da urbe, formando com tal espaço um elo indissolúvel:

[...] a atuação cotidiana do profissional de imprensa, que o leva a esposar os acontecimentos enquanto “marcas” temporais, se traduziu freqüentemente numa assimilação do ritmo, da cadência, enfim, do tempo da cidade grande. Para o jornalista, a “captação” do espaço uno e contínuo da cidade teve como contraponto uma sintonia com o “tempo” urbano fragmentado e o levou, a exprimir igualmente as forças que nele convivem.

Essa também é a situação do cronista, que capta também a cadência, o frenesi da urbe, expressando-os na textura da crônica.

Por ser um gênero ligado ao jornal, a crônica, portanto, tem relação intrínseca com a cidade. Eis o que Portella (1977, p.85) afirma:

A crônica literária brasileira sempre tem procurado ser uma crônica urbana: um registro dos acontecimentos da cidade, a história da vida da cidade, a cidade feita de letra. Mas nesse cosmopolitismo nada existe que se possa confundir com descaracterizações nacionais. Há nos cronistas [...] um apego provinciano pela sua metrópole, que é, aliás, um dos seus segredos. E é em nome desse apego que ele protesta diante das deformações do progresso, que ele aplaude o que a cidade possui de autenticamente seu.

Como se pode notar, a crônica é, portanto, um gênero moldado pela metrópole. O ritmo de sua linguagem, a velocidade com que ela é escrita e publicada, velocidade essa sempre necessária devido ao próprio andamento da redação jornalística, o seu desaparecimento súbito, ocasionado pela efemeridade do próprio jornal, e a sua ressurreição nos livros, compõem um movimento que é também o movimento da própria metrópole. Assim, a crônica é uma modalidade textual intrinsecamente ligada aos tempos modernos, símbolo de toda uma era de transformações.

O locus adversus

Braga, em muitas crônicas, registra a teia de paradoxos que perfaz a vida nas cidades. Em uma crônica intitulada “O homem do quarto andar”, o narrador revela a existência de um cidadão solitário, ignorado pelos vizinhos. Nesse texto, Braga mostra-nos a terrível contradição que caracteriza a vida urbana, ou seja, a solidão em meio a um mar de pessoas. O narrador, de maneira sutil e indireta, toma a postura de um delator. Ele vai denunciando o quanto o individualismo condenou as pessoas a uma vida desprovida de companheirismo e solidariedade.

De acordo com Bornheim (NOVAES, 2003, p.249), é a crescente autonomia do homem burguês que vai determinar o individualismo como um valor quase universal: “[...] o individualismo não configura apenas uma consequência extrema de um processo histórico dentro do qual estamos ainda hoje situados; antes disso, o individualismo funciona como uma espécie de a priori, como pressuposto maior que oxigenaria todo o projeto burguês”. Portanto,

o individualismo serve como uma base ideológica a manter os interesses da burguesia. O narrador de “O homem do quarto andar” irá justamente revelar essa realidade, demonstrando, em um mundo povoado por homens solitários, o quanto a vida perdeu o seu sentido.

Já no primeiro parágrafo, o narrador descreve a rua, demonstrando o clima desolador que a caracteriza. Isso pode ser percebido, quando ele mistura adjetivos carregados de valor negativo, tais como “tristeza”, “sujo”, “medíocre”, “mesquinho”, “inútil”, aos substantivos concretos que compõem o cenário:

[...] Aquela rua quase no centro tinha o ar triste das ruas estreitas do centro com aquele grande armazém de anúncios mal desenhados, os bondes que demoram, gente medíocre passando. O asfalto sujo, as calçadas estreitas, sujas: o comércio, os caminhões, tudo vivendo numa pequena febre crônica de trabalho mesquinho e inútil. (BRAGA, 2002, p.125)

O narrador esboça um cenário desprovido de encantos. Para tanto, ele mescla sua subjetividade, seu olhar, ao concreto, à matéria que dá forma àquela rua. Com isso, ele já revela sua postura, ou seja, a de delatar a massificação do trabalho, considerado “mesquinho” e “inútil”.

Em outra passagem da crônica, essa desvalorização também se dará através do espaço claustrofóbico do escritório onde trabalha o personagem. O trabalho alienante é demonstrado na limitação desse espaço, região na qual a vida perde sua grandeza. A esse espaço assomam-se outros dois, o do apartamento e o do elevador. Esse último só faz acentuar essa sensação de claustrofobia que impera na vida do personagem. Essas áreas aglutinantes revelam outra faceta, oculta, das metrópoles, ou seja, a cidade é constituída de microespaços, compartimentos que aprisionam o homem:

Morava no quarto andar e descia no elevador sempre às onze ou onze e cinco, como se o elevador fosse bonde. Na verdade era um bonde, inexpressivo como um bonde, um suplemento interno de seu bonde. Era um bonde o elevador, e seu escritório também era como um bonde e a vida era um bonde, tudo para ele, velho passageiro de bonde, eterno passageiro de bonde, era um bonde. O bonde, o hábito diário, a obrigação que o esperava, o uso constante de bonde, tudo isso deprava um indivíduo, como qualquer outro veículo, o veículo regula a marcha de sua vida, ronca dentro dele, carrega-o sem remédio até a morte. (BRAGA, 2002, p.126)

Esse fluxo, por sua vez, é representado, no plano da expressão, pela constante reincisão da palavra bonde, recurso que reforça o sentimento de monotonia da vida urbana. O personagem vai perdendo a existência no caos de um cotidiano insípido e enfadonho. Braga, pelo estilete apurado de sua escrita, desvela a contradição mais terrível dos tempos modernos: a máquina toma o espaço da própria vida, torna-se a argamassa que molda a paisagem da urbe, a arquitetura de ferro e aço que constitui a face das cidades modernas.

Centro catalisador das indústrias, a cidade é o espaço em que o homem se vê escravo, não apenas de outros homens, mas também da maquinaria, que sustenta o progresso. O bonde também serve de ponto de ligação entre o espaço privado e o público, de modo que a monotonia e o sentimento de enfado dos espaços fechados são transpostos para o ambiente da rua, conforme pode ser notado nesse fragmento:

Toda cidade tem suas ruas onde a vida nunca se eleva da besteira trivial, onde parece que faz sempre mormaço e os homens sempre fizeram a barba ontem; as mulheres são banais, os automóveis sempre são do modelo do ano atrasado. Era uma rua quase no centro e nunca passava por ali ou saíra dali nada emocionante, nunca houve uma vibração, uma festa enorme como o carnaval que enchesse a rua, fizesse barulho, e obrigasse a temer qualquer coisa, rebentasse uma vidraça; não era caminho de enterro, de casamento, por ali nunca rolou uma onda de ódio ou de volúpia e ela tinha sempre a mesma cara mesquinha. Não era sossegada; tinha seus pobres ruídos mecânicos e humanos, vivia com seus horários estritos. Nem mesmo um grande crime, um crime de manchete, ali aconteceu. Um ano e meio atrás suicidara-se um sujeito bastante velho, com tuberculose pulmonar e vida encalacrada, que ninguém conhecia direito, que não tinha família nem nenhuma outra circunstância que pudesse comover alguém.

Era uma rua sem interesse, em cujas sarjetas às vezes se formavam pequenas poças de água preta, onde os mosquitos não se animavam a nascer. (BRAGA, 2002, p.125-126)

Nessa passagem, pode-se perceber a presença daquele *locus adversus*, apontado por Uchoa Leite. Na poesia da modernidade, já não cabe ao poeta cantar o *locus amoenus*, onde o eu lírico encontra-se em harmonia com o cosmos. Braga está totalmente afinado com essa nova concepção do *topos* poético. Dessa forma, a crônica de Braga, de feitio extremamente lírico, revela e canta, de maneira crítica, as mazelas e contradições do mundo. Portanto, essa rua descrita na crônica funciona como uma anti-Passárgada, inferno já não mais dantesco, porque aqui impera o tédio total e terrível que caracteriza os novos tempos.

Em outra crônica, a famosa “Ai de ti, Copacabana”, Braga delinea um cenário em ruínas: a cidade grande transforma-se no palco onde se desenrola o juízo final. Adquirindo uma voz solene e grave, tal como aquela que enuncia os textos bíblicos, o narrador vai enumerando uma série de imprecações contra o famoso bairro do Rio de Janeiro. A cidade transforma-se em uma pecadora que deve pagar duramente pelos seus erros:

1. *Ai de ti, Copacabana, porque eu já fiz o sinal bem claro de que é chagada a véspera de teu dia e tu não viste; porém minha voz te abalará até as entranhas.*
2. *Ai de ti, Copacabana, porque a ti chamaram Princesa do Mar, e cingiram tua fronte com uma coroa de mentiras; e deste risadas ébrias e vãs no seio da noite.*
3. *Já movi o mar de uma parte e de outra parte, e suas ondas tomaram o Leme e o Arpoador, e tu não viste esse sinal; estás perdida e cega no meio de tuas iniquidades e de tua malícia.*
4. *Sem Leme, quem te governará? Foste iníqua perante o oceano, e o oceano mandará sobre ti a multidão de suas ondas. (BRAGA, [s.d.], p.80)*

O narrador posiciona-se como um verdadeiro profeta que anuncia a destruição de Copacabana. Ele revela o futuro da cidade, o devir do próprio tempo e as catástrofes vindouras. O bairro do Rio de Janeiro é personificado, transformando-se em um ser “iníquo”, pérfido, que deve pagar pelos seus crimes e vilanias. Mais uma vez a cidade torna-se um *locus adversus*, lugar onde a vida é degradada. As águas de um dilúvio apocalíptico invadem a cidade consumida pelo pecado. Da Copacabana envilecida nasce outra, imaginária, mítica, um cenário verdadeiramente surreal:

5. *E os escuros peixes nadarão nas tuas ruas e a vasa fétida das marés cobrirá tua face; e o setentrião lançará as ondas sobre ti num referver de espumas qual um bando de carneiros em pânico, até morder a aba de teus morros; e todas as muralhas ruirão.*
6. *E os polvos habitarão os teus porões e as negras jamantas as tuas lojas de decorações, e os meros se entocarão em tuas galerias, desde Menescal até Alaska.*
[...]
13. *Ai de ti, copacabana, porque os badejos e as garoupas estarão nos poços de teus elevadores, e os meninos do morro, quando for chegado o tempo das tainhas, jogarão tarrafas no Canal do Canta Galo; ou lançarão suas linhas dos altos da Babilônia. [...]*
18. *E no Petit Club os siris comerão cabeças de homens fritas na casca; e Sacha, o homem-rã, tocará piano submarino para fantasmas de mulheres silenciosas e*

verdes, cujos nomes passaram muitos anos nas colunas dos cronistas, no tempo em que havia colunas e havia cronistas. (BRAGA, [s.d.], p81-83)

Nesse texto, Braga inventa uma paisagem delirante, um mundo verdadeiramente fantástico. A ira e a sede de destruição transfiguram o real, moldando-o pelas forças do desejo e do devaneio. Ao unir dois campos semânticos em oposição, ou seja, ao juntar fragmentos da metrópole aos elementos do oceano, consubstanciando terra e água, o autor delinea uma paisagem alucinada, região feita de caos e fantasia. Já na primeira imagem essa oposição já se encontra presente: “peixes nadarão nas tuas ruas”. A cidade transforma-se em um grande aquário, uma Atlântida ressuscitada. Essa antítese entre a terra e a água, metonimicamente representada pela “rua” e o “peixe”, contamina toda a trama da crônica. As demais imagens, portanto, prosseguem esse jogo: espumas/carneiros, polvos/porões, jamantas/lojas, badejos/elevadores. Dentre toda essa disparatada imagética, ganha relevo, pelo seu aspecto ainda mais insólito, a imagem em que os siris comem cabeças humanas e o homem-rã que toca um piano aquático. Tais cenas, verdadeiramente fantasmagóricas, servem como chave para a interpretação da crônica. O humano é devorado por monstros ou ele mesmo transforma-se em um monstro. Na verdade, tais imagens revelam o mundo em que vivemos, a realidade fenomênica na qual estamos inseridos, em que o humano, muitas vezes, perde seu valor, tornando-se um sub-humano, metaforizado, no texto, pelos monstros aquáticos. Através de uma arte caótica, o absurdo do mundo é posto em evidência. Nesse caso, a ironia ferina de Braga volta-se contra aqueles homens que devoram outros homens, ou seja, os poderosos que exploram os oprimidos. Ao criar a imagem aberrante de um homem-rã, repleta de certo humor negro, o cronista põe em foco a reificação do homem moderno, tão bem expressa pela animalização dos personagens da crônica. Arrebatado por uma indignação sulfúrica, acometido por uma ira cega, o autor lança ao inferno essa sociedade tão banal, tão repleta de injustiças e de sordidez. A ironia de Braga vai corroendo o mundo da frivolidade, na qual as socialites formam uma antítese ao cronista, artista exilado nesse universo de inutilidades.

A Copacabana de Braga nada mais é do que um registro simbólico da outra, a Copacabana real, e funciona, portanto, como uma hipérbole do verdadeiro bairro carioca, corrompido pela banalidade. Nesse entrave entre dois mundos, o da realidade e o da imaginação, outra antítese subsiste: o mundo da natureza faz oposição ao mundo da cultura. Para lembrar o célebre título do livro de Herbert Marcuse, parte considerável da obra de Braga assenta-se nessa oposição entre Eros e civilização. Em “Ai de ti, Copacabana”, a fúria do mar volta-se contra o universo da cultura, revertendo o quadro de destruição da natureza

promulgado pelo homem. Justiceiro tenaz, ecologista apaixonado, Braga empreende, portanto, uma atitude de resistência ante o mundo civilizado, visto, por ele, como o *locus adversus* nocivo à vida e à liberdade. Carlos Ribeiro revela esse olhar desencantado ante o espaço das cidades, tão presente na obra do autor Capixaba:

[...] A cidade moderna é recriada através de um olhar cujas principais marcas são um certo desencanto e humor melancólicos, aliados a uma percepção aguda dos desequilíbrios sociais, das injustiças e da hipocrisia que nela vicejam. Este desencanto parece ter raízes num sentimento de perda de valores, da simplicidade, da poesia e de uma humanidade lírica que aos poucos foram tragados pelo chamado progresso. É visível, em diversos autores do período, esse desencantamento que é proveniente do distanciamento progressivo da natureza, e, conseqüentemente, das raízes mais profundas que ligam o homem à terra, ou, num sentido mais amplo, a todo um universo de representações de uma civilização que começava a se desintegrar. (RIBEIRO, 2001, 68-69)

Essa antítese entre o mundo da cultura e o da natureza é bastante perceptível em uma outra crônica intitulada “Da praia”. Nesse texto, o narrador-personagem perambula, à beira do mar, por uma linha limítrofe, franja das águas a abarcar a terra. Na verdade, esse limite entre terra e água metaforiza a oposição entre o mundo da cultura e o da natureza. Inicialmente, o narrador descreve, em imagens de encanto e poeticidade, o esplendor da paisagem natural, retratada pela fúria do oceano. Só em um segundo momento da crônica o mundo civilizado, representado pela cidade, passa a pontuar a oposição entre cultura e natureza. Notemos, primeiramente, o fragmento em que o oceano se dá a ver pela poesia:

Lembro que olhando pela porta do bar vimos a indecisa aurora que animava as ondas. Erguemo-nos, saímos. O oceano amanhecia como um poderoso trabalhador, a resmungar; ou como grande, vasta mulher, entre murmúrios; ou como árvore imensa num insensível espreguiçamento de ramos densos de folhas. No seio da imensa penumbra nascia um mundo de solidão perante nossos olhos cansados. Era um mundo puro, mas triste e sem fim; um grande mundo que assombrava e amargava o pobre homem perdido na praia. Agora todos haviam partido, eu estava só. Não tinha um amigo, nem mulher, nem casco de canoa, nem pedra na mão. A maneira mais primária e raivosa de comunicação com o mar é ter uma pedra na mão e lançá-la. É um desafio de criança ou de louco; é um apelo.

Para o homem solitário da praia o mar tem uma vida de espanto. Já nadei em uma praia solitária de mar aberto; tem um gosto de luta e de suicídio; dá uma espécie de raiva misturada com medo. Não apenas imaginamos que naquela praia selvagem grandes peixes vorazes devem se aproximar, e a cada instante julgamos

pressentir o ataque de um tubarão; também sentimos, na força da onda que rompemos, uma estranha vida, como se estivéssemos lutando entre os músculos de um imenso animal. (BRAGA, 2003, p.77-78)

Há, nessa crônica, a visão de que o homem, na tragicidade de seu destino, é sempre vencido pela imensidão do cosmos. Tal como na novela de Hemingway, *O velho e o mar*, o oceano possibilita um destino de aventura e de lirismo, mas, ao mesmo tempo, uma existência em constante embate e sofrimento. Portanto, no mar desponta uma vida de paixão e de dificuldades. Mesmo sendo pura, a natureza representa também o poder destruidor, que sempre arrebatava a vida de todos os seres. A força do mundo natural é ressaltada pela luta que o narrador trava com o oceano. Primeiramente, esse embate é representado pela pedra jogada ao mar, luta vã de um louco, ou de uma criança. Em seguida, há a presença do tubarão, animal que, no texto, simbolicamente conota o violento poderio do universo. E, por fim, a imagem em que o narrador, ao mergulhar nas águas do oceano, parece lutar entre os músculos de um imenso animal. Essa é a própria essência da vida humana: uma luta atroz com o mundo, com o cosmos.

Dando prosseguimento à crônica, o narrador muda o foco de seu olhar, dirigindo sua atenção para o espaço da cidade. Em oposição ao infinito, à ilimitável paisagem, surge o mundo contingente, “quadriculado” da vida urbana. O personagem, portanto, passa a viver uma situação de entrave: de um lado a natureza, com sua força voluptuosa, de outro, o mundo burocrático e massificante da urbe. Essa vida desolada da cidade transforma-se em um verdadeiro cárcere. Dessa forma, novamente a urbe torna-se um *locus adversus*, região insípida a fazer um contraponto à pureza e à aventura de uma vida centrada no universo natural:

Assim anda o homem solitário na longa praia. Mas aqui a praia não é deserta. Atrás de nós estão os edifícios fechados, e a cidade que desperta penosamente. Parados entre a solidão do oceano e a solidão urbana, estamos entre o mundo puro e infinito de sempre e o mundo precário de todo dia. Este é o mundo que nos prende; estamos amarrados a ele pelos fios de mil telefones. (BRAGA, 2003, p.79)

Nesse fragmento, portanto, a antítese entre a civilização e a natureza, simbolicamente representada pelos elementos terra e água, é explicitamente esboçada. De um lado o mundo angustiante e claustrofóbico da urbe, de outro o mundo arrebatador da natureza.

No prosseguimento da história, o narrador vai revelando o quanto a cidade torna-se árida e ríspida, quando se ausenta, por completo, da natureza. Uma cidade sem a natureza é, portanto, uma vida sem alma e paixão:

E ainda somos abençoados, porque vivemos nesta cidade perante o amplo mar. Quando nós, homens, erguemos uma cidade, quantas vezes somos desatentos e pueris! Há cidades entre montanhas, e são tristes; mais tristes são aquelas em que vegetamos no mesquinho plano sem fé, limitados a norte, sul, leste, oeste pelo mesmo frio cimento que erguemos. Se todas as esquinas são em ângulo reto, que esperança pode haver de clemência e doçura? Apenas o céu nos dá a curva maternal de que temos sede. Mas o homem, por natureza, pouco olha o céu; é um animal prisioneiro da grosseira força da gravidade: ela puxa nossos olhos para o plano, para o chão. Plantai a vossa povoação junto a um rio, e estareis perdoados; tendes o fluir melancólico das águas para levar as vossas canoas nas monções do sonho. (BRAGA, 2003, p.79)

A cidade feita de ângulos, de linhas retas, desumaniza os cidadãos. Nesse espaço, o coração frágil e sedento do homem é encalacrado em uma jaula de cimento que se estende pelo infinito. A urbe torna-se um bloco de pedra a conter a pulsação da vida humana. Diante desse panorama desolador, cabe ao indivíduo fixar a linha do céu, último reduto de uma possível liberdade. Entretanto, conforme salienta o narrador, até mesmo o céu é cerceado a esse homem plantado no cimento, fincado no asfalto ríspido das ruas. Somente o mar pode abrandar a rispidez dessa paisagem. Portanto, o oceano surge, na crônica, como símbolo de uma vida plena, de uma vida saudável e totalizante.

Essa sensação de náusea ante um ambiente tão nocivo é ocasionada pela alienação da vida urbana. O sujeito depara-se com um lugar que lhe violenta e lhe impossibilita a liberdade. Isso gera o que André Bueno, com base no pensamento de Freud e de Marx, chama de *mal-estar na metrópole moderna e contemporânea*:

Desde o seu sentido mais genérico, o termo alienação designa muito da experiência urbana, moderna e contemporânea. Pode ser, e tem sido, usado para indicar as crises e os conflitos de sujeitos sociais cindidos, fragmentados, sem raízes, à deriva, muitas vezes anônimos e expostos à violência de uma vida cotidiana burocrática e impessoal, que parece ir muito além de qualquer entendimento ou controle humanos. Alheios a si mesmos e distanciados do mundo urbano que não reconhecem como seu, mas como algo separado, estranho e hostil, esses sujeitos sociais certamente viveram, e continuam vivendo, formas diversas do

que podemos muito bem chamar mal-estar na metrópole moderna e contemporânea criada pelo capitalismo fazendo, assim, desde logo, alusão importante ao pensamento crítico que deriva de Marx e de Freud. (BUENO in FERNANDES, 2000, p.89)

A alienação, portanto, corrompe esse indivíduo que se estilhaça ante um ambiente também em fragmentação. Ao percorrer a urbe, o cidadão perde-se em rotas sem sentido, perdendo-se também em si mesmo, de si mesmo. Sem raízes, esse pária pervaga à esmo, em uma paisagem alucinante, campo de conflitos infundáveis. Braga encerra sua crônica, revelando esse perambular de sua personagem anônima por esse “mundo seco”:

Mas deixemos o mar; entremos por esta rua. Estrondam bondes. A lenta maré humana começa a subir. Os açougues mostram a carne vermelha a uma luz cruel; as filas se mexem inquietas, sem avançar, velhas cobras de barriga vazia. Voltemos para casa e sejamos humildes. O mundo é seco. Não mais sonhar em remover as povoações para a beira do mar oceano, nem abrir caminhos para a fuga da tristeza humana. Estamos outra vez quadriculados em nosso tédio municipal: a torneira não tem água. Ajoelhemos perante a torneira seca: e, embora sem lágrimas, choremos. (BRAGA, 2003, p.80)

Novamente, de forma poética, o autor encerra seu texto, compondo uma verdadeira fotografia da cidade. A açougue e as filas são delineadas por um olhar desencantado e melancólico. A carne, amorfa e sem vida, acentua o tédio inerente ao cotidiano urbano, enquanto a cobra de barriga vazia, metáfora para as filas, esboça o terror que a convivência em sociedade se transformou. A total dessacralização desse espaço é revelada pela imagem terrível que encerra a crônica. A torneira sem água, infértil, assume a postura de um santo caduco, diante do qual o narrador ora, seco também, em uma total ausência de esperança.

Portanto, pode-se perceber, pelos exemplos elencados, o quanto o espaço citadino é hostil aos seus habitantes, compondo aquele *locus adversus* proposto por Uchoa Leite.

O flâneur

É preciso lembrar, entretanto, que a relação existente entre os personagens de Braga e a metrópole é ambígua. Se, por um lado, a grande cidade surge, no texto braguiano, como uma região desprovida de encanto e vida, em outros momentos, tal espaço é celebrado, tornando-se o lugar onde nascem os alumbramentos e as epifanias.

Muitos personagens de Braga possuem parentesco com o *flâneur* baudelairiano. O *flâneur* é aquele que se deixa arrebatado pela paixão das ruas, pelo seu lusco-fusco, pela surpresa iluminada de suas esquinas. Tudo se torna matéria para a sua curiosidade: os paralelepípedos, as sarjetas e calçadas, os cafés e bares, os luminosos, as esquinas sujas e ao mesmo tempo glamourosas. Os mais diversos tipos tornam-se atores de uma peça tramada pela sua observação: o bancário, o padeiro, o feirante, o mendigo, o vagabundo, todo habitante da urbe torna-se o foco da sua arrebatada curiosidade. Nesse aspecto, Braga é um dos primeiros artistas brasileiros a esposar o olhar do *flâneur*.

Essa atitude de ver tudo na cidade é típica do *flâneur*, que sempre se deixa capturar pelo encanto do movimento urbano. Essa é também a tarefa do cronista, que se imiscui nos escaninhos desse labirinto, em busca do flagrante, do fato que se tornará matéria de sua crônica. Benjamin (2000, p.38), inclusive, ligará a figura do *flâneur* à do detetive, pois tal como esse, o *flâneur* burila em seus olhos tudo o que se passa ao seu redor, consumindo com o seu interesse os mínimos fatos da vida urbana. Da mesma forma, o cronista é um detetive atento, um espião à caça dos mínimos acontecimentos do cotidiano das cidades.

Na verdade, a cidade transforma-se no lar do *flâneur*. Ali, esse caminheiro sente-se aconchegado, vive em intimidade com tudo que o cerca. Benjamin comenta essa relação de proximidade entre o *flâneur* e a urbe:

A rua se torna moradia para o flâneur que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivainha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. (BENJAMIN, 2000, p.35)

Tudo na rua espelha conforto e calma, como os objetos de um quarto. Aconchegados nesse espaço, muitos narradores de Braga percorrerão a rua, sentindo as coisas e os seres com intimidade.

Para o *flâneur*, a rua, portanto, transforma-se no seu próprio destino. O fundamento da própria vida passa a ser o andar por esse itinerário a desembocar em todas as aventuras. A vida torna-se caminhar apenas e o caminhar a finalidade de tudo o que existe. A fuga do *flâneur* é a fuga voraz do próprio tempo, que a tudo consome e desintegra. Metáfora do destino humano por excelência, a caminhada ganha com esse aventureiro um sentido também

histórico, pois é um mergulho na vida moderna. Ele se movimenta por um espaço também em movimento. Só andando o *flâneur* pode sentir a sua época histórica, pois ela é cada vez mais marcada por uma aceleração avassaladora do próprio tempo. Entretanto, ele caminha nesse novo mundo como um estrangeiro. Ele apenas espreita, sem se engolfar no sorvedouro do mundo capitalizado. Eis o paradoxo do seu destino: sente o mundo em movimento pelo seu caminhar, porém um caminhar em descompasso, na contra-mão do ritmo frenético da vida industrializada. É por isso que o agitar desse caminheiro destoa desse tempo cada vez mais veloz da era moderna. É que o *flâneur* caminha em um ritmo que se quer lento, transformando os seus passos em uma forma de resistência ao tempo do burguês, sempre voltado para a aquisição do capital. Dessa forma, o tempo do capital é o tempo alienante do mundo em transformação, ao passo que o do *flâneur* é o tempo da poesia. Por andar calmamente só, ele pode perceber o mundo, pois os demais, tragados pela velocidade das cidades, perdem-se no tumulto, massificam-se no redemoinho de pessoas. Cardoso Gomes comenta a distinção entre esse tempo do *flâneur* e do burguês. Paralelamente, tal crítico também distingue o uso diferente que ambos fazem da linguagem:

De um lado, a operosidade, a azáfama, de outro, um ritmo lento, todo avesso à pressa. O burguês operoso utiliza-se da caminhada do mesmo modo que se utiliza da linguagem: um meio para um fim. Os signos são moedas e, por isso mesmo, transparentes. A linguagem esvazia-se de sentido, porque o usuário não tem tempo de pensar nela, reparar em sua carnação, em sua pele. O que vale mesmo é a comunicação rasteira, precisa. A caminhada identicamente perde o estatuto de algo com um fim em si mesmo e, por extensão, de atividade prazerosa. É um mal necessário ao cumprimento de um dever que está além dela: a reta, caminho mais curto entre dois pontos. Por isso, o apressado não tem tempo de ver o que acontece à sua volta: a paisagem é apenas um borrão, os seres confundem-se às coisas. Um processo de reificação faz que os homens, sob o olhar especular, se tornem objetos indistintos, sem individualidade alguma, compactados na massa, na turba negra que se comprime nas paisagens, nas praças, nos cafés, realizando o ritual da mesmice. Assim, o cidadão exemplar corta a cidade, cumprindo a cerimônia de todos os dias: sua meta é o espaço indiferenciado do trabalho, o extremo oposto de um outro local indiferenciado: o lar. (GOMES, 1989, p.140)

Para o cidadão alienado das cidades, tragado pelo frêmito da urbe, o caminhar é mera rota, um sentido pré-estabelecido. A finalidade desse caminheiro é a chegada, jamais o itinerário. O caminho até o ponto almejado é invisível. Nada lhe interessa nesse percurso, ele apenas vê o que virá, aquilo que o espera na paragem desejada. Para esse homem, a vida

perde o sentido de aventura. Não há nenhum mistério a esperá-lo nas esquinas. O inusitado é-lhe impossível. Tudo é monotonia, tudo é tédio para esse mero utilitário do mundo, pois para ele estar parado é muito mais importante que caminhar.

O *flâneur*, portanto, é um combatente a rejeitar o mundo caduco da industrialização. Ele percebe o mundo de forma íntegra, totalizante, pois ante seu olhar a divisão do trabalho não existe. O homem é, para ele, totalidade, ser. Na monotonia de seus lentos passos esboça-se o desejo pela liberdade do ser humano. Enfim, o *flâneur* é, antes de tudo, um revolucionário que desafia as ordens estabelecidas, os preceitos de uma sociedade cada vez mais individualista.

Há, sobretudo, uma crônica de Braga, em que esse *flâneur* deixa-se levar pelo voo de um ser dos ares. A famosa borboleta amarela de Braga desencadeia uma aventura, cuja verdadeira protagonista é a cidade. Tal ser aéreo, epifania da própria vida a se contrapor ao concreto dos prédios, traça-lhe um itinerário lírico pela metrópole. A borboleta, dessa forma, mapeia para ele um destino casual, uma geografia em que o fim é o próprio andar e a admiração do acaso. Nesse percurso a cidade nasce aos olhos do caminheiro, com todo o esplendor do inusitado e da surpresa. Eis como o narrador inicia essa aventura:

Era uma borboleta amarela. Passou roçando em meus cabelos, e no primeiro instante pensei que fosse uma bruxa ou qualquer outro desses insetos que fazem vida urbana; mas, como olhasse, vi que era uma borboleta amarela.

Era na esquina de Graça Aranha com Araújo Porto Alegre; ela borboleteava junto ao mármore negro do Grande Ponto; depois desceu, passando em face das vitrinas de conservas e uísque; eu vinha na mesma direção; logo estávamos defronte da A. B. I. Entrou um instante no hall, entre duas colunas; seria um jornalista? – pensei com certo tédio. (BRAGA, 1979, p.142)

A cor viva e luminosa da borboleta faz um contraponto não só ao “mármore negro” do Grande Ponto, como também ao concreto cinzento da cidade. Esboça-se, portanto, uma antítese entre duas cores que conotam, cada qual, sentidos diferentes. O amarelo, símbolo da vida, faz oposição ao “negro”, representação da matéria amorfa a compor as cidades. Mais uma vez a metrópole aparece como um *locus adversus*, região da antívida. Entretanto, a borboleta incide luz sobre esse espaço desumanizado, focalizando-o, pelo enquadramento do lirismo. A beleza irrompe, súbita, no meio de um lugar desolado que é resgatado pela luminosidade desse ser verdadeiramente epifânico. Dessa forma, a borboleta funciona como uma espécie de lente, de luneta, com a qual o narrador capta a realidade da cidade, tornando-a

mais cristalina, mais pura. A “esquina”, o “mármore negro”, as “vitrinas de conservas e uísque”, resgatam uma espécie de aura perdida, graças ao enfoque que a borboleta dá ao olhar do narrador.

Ao prosseguir a crônica, o narrador aceita o apelo daquele ser aéreo, e sai em busca do acaso:

Mas logo saiu. E subiu mais alto, acima das colunas, até o travertino encardido. Na rua México eu tive de esperar que o sinal abrisse; ela tocou, fagueira, para o outro lado, indiferente aos carros que passavam roncando sob suas leves asas. Fiquei a olhá-la. Tão amarela e tão contente da vida, de onde vinha, aonde iria? Fora trazida pelo vento das ilhas – ou descera no seu vôo saçaricante e leve da floresta da Tijuca ou de algum morro – talvez do São Bento? Onde estaria uma hora antes, qual sua idade? [...]

A minha borboleta! Isso, que agora eu disse sem querer, era o que eu sentia naquele instante: a borboleta era minha – como se fosse meu cão ou minha amada de vestido amarelo que tivesse atravessado a rua na minha frente, e eu devesse segui-la. Reparei que nenhum transeunte olhava a borboleta; eles passavam, devagar ou depressa, vendo vagamente outras coisas – as casas, os veículos – ou se vendo, só eu vira a borboleta, e a seguia com meu passo fiel. Naquele ângulo há um jardinzinho, atrás da Biblioteca Nacional. Ela passou entre os ramos da acácia e de uma árvore sem folhas, talvez um flamboyant; havia, naquela hora, um casal de namorados pobres em um banco, e dois ou três sujeitos espalhados pelos outros bancos, dos quais uns são de pedra, outros de madeira, sendo que estes são pintados de azul e branco. Notei isso pela primeira vez, aliás, naquele instante, eu que sempre passo por ali; é que a minha borboleta amarela me tornava sensível às cores. (BRAGA, 1979, p.142-143)

As perguntas do narrador confirmam o caráter insólito que delinea a aparição da borboleta: “de onde vinha, aonde iria?”. Dessa forma, um estranhamento extravasa o olhar do caminhante, transfigurando a banalidade das coisas. Em consequência disso, logo em seguida, vem a constatação dessa estranheza, expressa por uma expressão exclamativa: “A minha borboleta!”. O possessivo “minha” ligado ao substantivo “borboleta” evidencia a fragilidade inerente à condição humana. O ato de possuir, indicador de retenção, de paralisia de algo que é tomado para si, está associado a um ser que é inteiro movimento, fuga. Eis o fato que causa tanta surpresa: a fugacidade da vida. Essa errância da borboleta, sua natureza esgarçante, revela justamente a efemeridade de tudo o que existe. Fazendo oposição ao olhar do narrador, aparece novamente, na crônica, aquele olhar do burguês apontado por Cardoso Gomes, olhar

esse que não se atém no mundo nem no outro, mas em si mesmo, ou, como na expressão eleita por Braga, um olhar que apenas se vê, que se volta somente para si: “Reparei que nenhum transeunte olhava a borboleta”. Em oposição a esse olhar está o do personagem de Braga, pois sua mirada é a do *flâneur* que a tudo percebe, com profundidade e arrebatamento. A manifestação direta dessa percepção dá-se pela descrição do espaço urbano, mais especificamente o jardim da Biblioteca Nacional. Ali a cor ganha carnadura e dimensão, passa a ser usada de forma a compor uma região de encanto, à maneira daquelas pintadas por Seurat. A acácia, a árvore desfolhada, o *flamboyant*, os namorados, os bancos da praça, tudo compõe um cenário em que a cor é a grande protagonista. A cor torna-se uma manifestação milagrosa, propiciada pela presença da borboleta. Esse ser voante germina naquele admirador as sensações primeiras, capazes de ressuscitar as percepções mortificadas pelo cotidiano. Esse olhar que capta as texturas, mergulhando no maravilhamento das cores, “é linguagem da vontade e da força antes de ser órgão do conhecimento” (BOSI in NOVAES, 2002, p.78). Ele é pulsação, corrente incessante a jorrar pelo mundo, captando as nuances e as sutilezas do que existe.

Em uma outra cônica chamada “Pedaço de pau”, o narrador de Braga percorre as ruas da cidade onde nasceu o *flâneur*: Paris. Lá, ele vai andando preguiçosamente, registrando com o olhar os detalhes de um domingo à margem do Sena. Os transeuntes são observados, de maneira a compor uma cena encantada e luminosa:

Domingo, manhã de sol, na beira do Sena. Faço um passeio vagabundo e olho com preguiça as gravuras de um bouquiniste. Há um homem pescando, um casal a remar em uma canoa, o menino sentado no meio do barco. Há muita luz no céu, nas grandes árvores de pequenas folhas trêmulas, na água do rio. Junto de mim passa um casal de mãos dadas. O rapaz e a moça se parecem, ambos têm os olhos claros, o jeito simples, a cara mansa. Vão calados, distraídos, devem ter vindo de alguma província; dão uma idéia de sossego e felicidade tão grande. Parece que a vida será sempre essa manhã de domingo: eles terão sempre essas roupas humildes e limpas, essas mãos dadas sem desejo nem fastio, essa doçura vaga, bem-comportados; a calçada em que andam parece estimá-los e eles estimam as árvores, a ponte, a água. São tão singelos como dizer bon jour. (BRAGA, 1979, p.26)

O *flâneur* de Braga vai decompondo, através de metonímias, a rua nos seus detalhes. Assim, a paisagem vai se revelando de forma pormenorizada, pelos transeuntes e objetos que a configuram. As gravuras, os remadores, o menino, as árvores, as pequenas folhas, formam

uma profusão de imagens que dá unidade à rua descrita. Essa unidade é realçada pela luz que a tudo toca. Tal iluminação reflete as emoções desse caminheiro anônimo, perdido em Paris. O encanto da paisagem nasce da intimidade desse espectador que incide, pelo olhar, luminosidade em tudo. Tal lugar, assim, possui uma aura que vem do estado de ânimo desse narrador que, por sua vez, mergulha nesse cenário, compactuando-se com tudo, como se a rua fosse um cômodo de sua casa.

A rua, assim, transforma-se novamente em uma geografia espiritual do *flâneur*.

Em outra cônica, chamada “O homem e a cidade”, há uma paisagem de encanto e luminosidade, tal como aquela da crônica “Pedaço de pau”. O *flâneur* braguiano sente-se fascinado pela beleza de uma manhã que renasce das chuvas. Ele vai percorrendo as ruas velhas do centro da cidade, renovando a própria alma, tornando-a límpida, tal como a luz que surge do nevoeiro:

Agora, que não preciso mais ir à cidade todo dia, descubro um prazer novo em andar por essas velhas ruas do centro onde tanto vaguei outrora.

E pego um estranho dia de verão: há um alto nevoeiro aéreo sob o céu azul, mas o vento espanta alegremente as nuvens esgotadas de chover; o ar é fino, a luz é clara, a manhã é assanhada, com uma alegria de convalescente que pela primeira vez, depois de longa doença, sai a passear entre as árvores, o mar e as montanhas azuis.

Parece que estamos em maio ou setembro, num desses dias cambiantes e leves em que as folhas têm um brilho mais feliz. E sinto prazer em andar pela calçada larga da Rua Passeio, em espiar as grandes vitrinas coloridas de presentes de Natal. (Não quero comprar nada, não preciso ganhar mais nada, não é verdade que recebi na minha porta a graça juvenil de uma rosa amarela?) (BRAGA, [s.d.], p.162)

Novamente o *flâneur* espiona as ruas, esquadrinha com os olhos as minúcias que o cercam. O deslumbramento faz irromper, nesse observador, uma alma encantada, sempre jovem e nascente, “auroral”, que mergulha, com paixão, na contemplação do mundo. O “prazer novo” nasce em meio a uma paisagem velha. De um tempo remoto e antigo surge um ser inteiramente inaugural. A manhã, por sua vez, metaforiza essa subjetividade arrebatada pelo prazer de vislumbrar o mundo. O clima de nascimento é ainda sublinhado pelo tempo: a época em que se passa a estória é a do natal. O natal, data que representa, para os cristãos, não só o nascer de Cristo, mas, também, o do mundo todo, simboliza, na crônica, o raiar desse novo espírito observador. É daí que advém a completude da personagem que não necessita de

nada. Nenhum objeto, nenhuma mercadoria das vitrines atraem-lhe o interesse. Para ela basta o próprio ser, o existir em sua nudez e simplicidade totais, verdadeira riqueza da vida e corajosa afronta aos hábitos burgueses. Tal simplicidade é realçada ainda pela rosa amarela. A flor representa o estado de graça que avassala o narrador da crônica.

O *flâneur* de Braga, portanto, abre sendas de desejo e sonho pela cidade. Ele se embriaga com o burburinho das ruas, com o agitar das multidões. Estrangeiro em um mundo em constante dissolução, ele é o vidente, o visionário capaz de extrair encanto e lirismo de tudo, até mesmo do concreto morto das metrópoles.

Ao longo desse breve percurso por alguns textos de Rubem Braga, pudemos, portanto, perceber o quanto a metrópole torna-se um espaço de dúbio sentido: por um lado lugar de aprisionamento e infelicidade, por outro região de aventura e lirismo. A complexidade dessa oscilação, portanto, permite-nos perceber, pela palavra do cronista capixaba, o quanto a existência moderna e também dos nossos dias está enraizada num convívio social nem sempre harmônico. Todavia, apesar de estarmos imersos em um universo individualista, a metrópole torna-se também região de fascinação, onde a aventura é um itinerário repleto de lirismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Tradução José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Obras escolhidas, v. 3).

BRAGA, Rubem. *A borboleta amarela*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

_____. *Ai de ti, Copacabana*. Rio de Janeiro: Record, [s.d.].

_____. *O conde e o passarinho & Morro do Isolamento*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Um pé de milho*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEITE, Sebastião Uchoa. *Crítica de ouvido*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

FERNANDES, Ronaldo Costa & LIMA, Rogério. *O imaginário da cidade*. Brasília: UNB, 2000.

GOMES, Álvaro Cardoso. *O poético: magia e iluminação*. São Paulo: Perspectiva, Universidade de São Paulo, 1989. - (Debates, vol 228).

NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. 9ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PINTO, Júlio Pimentel. *Uma memória do mundo: Ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PORTELLA, Eduardo. *Dimensões I: Crítica literária*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

RIBEIRO, Carlos. *Caçador de ventos e melancolias: Um estudo da lírica nas crônicas de Rubem Braga*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SENRA, Stella. *O último jornalista: imagens de cinema*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SCHWARTZ, Jorge. “A cidade como tema das vanguardas poéticas: Pessoa, Borges, Girondo, os dois Andrades”, in: *Anais do curso ‘A Semana de Arte Moderna de 22, sessenta anos depois’*. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, 1984.

IMAGENS DE MOSCOU NO RELATO DE VIAGEM *O MUNDO DA PAZ* (1951)

Edvaldo Correa SOTANA¹

sotana.ufms@gmail.com

RESUMO: Entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950, Jorge Amado realizou duas viagens à União Soviética. Ambas foram descritas no livro *O mundo da paz* (1951). Dentre as observações que veiculou no texto, pode-se destacar os trechos sobre a organização da sociedade soviética, a vida dos trabalhadores, a educação, a saúde, a segurança, a agricultura e a literatura soviética. Portanto, é objetivo desta comunicação de pesquisa discutir as representações sobre a cidade de Moscou veiculadas no relato de viagem *O Mundo da Paz*.

PALAVRAS-CHAVE: Jorge Amado, intelectual, Moscou

ABSTRACT: Between the late 1940s and early 1950s, Jorge Amado made two trips to the Soviet Union. Both were described in the book *O mundo da Paz* (1951). Among the comments that ran in the text, you can highlight the passages about the organization of Soviet society, the lives of workers, education, health, security, agriculture and Soviet literature. Therefore, goal of this research communication discuss the representations of the city of Moscow broadcast in the book *O mundo da Paz* (1951).

KEYWORDS: Jorge Amado, intellectual, Moscow

grande cidade, a capital do mundo comunista! A cidade com que sonhavam todos os comunistas do mundo, como os muçulmanos sonhavam com Meca! (BASBAUM, 1976, p. 57-58).

Ao ordenar suas lembranças e redigir o livro intitulado *Uma vida em seis tempos*, o médico, intelectual e comunista Leôncio Basbaum atribuiu à Moscou a condição de capital do mundo comunista.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a excessiva positividade dos discursos comunistas sobre a decisiva contribuição do *Exército Vermelho* na derrocada da máquina de

¹ Professor Adjunto do Departamento de História, Campus de Aquidauana, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Doutor em História pela UNESP/Assis.

guerra nazista e o verificável crescimento do movimento comunista na Europa, Ásia e América Latina, inclusive no Brasil, pareciam desmentir os argumentos mais pessimistas quanto ao futuro do socialismo soviético. A perspectiva de sucesso na difusão de regimes socialistas pelo mundo afora, tal como o modelo soviético, estava muito presente na fala e na imaginação dos militantes comunistas brasileiros.

Alguns militantes comunistas brasileiros relataram nos livros de memórias que essa idéia vigorava naquele período. Nelson Werneck Sodré (1967, p.248-9), por exemplo, argumentou que, como consequência da vitória sobre o nazismo, esperava-se o triunfo imediato do socialismo no mundo e, colocadas de lado as condições peculiares de cada país, admitia-se a possibilidade de falência total do capitalismo. Relembrou em outro texto que havia a generalizada impressão de que o destacado papel representado pela União Soviética na luta e na vitória sobre o nazi-fascismo importava na idéia de expansão do regime socialista, como que por fatalidade, em todo mundo, salvo, talvez, nos Estados Unidos. Rememorou, igualmente, que essa perspectiva de difusão do socialismo despertava medo ou esperança em muita gente (SODRÉ, 1970, p. 344).

Após o final da Segunda Guerra Mundial e a eliminação do inimigo nazista, a atenção de quase todo o mundo regido pelo sistema capitalista também se voltou para além da chamada "*Cortina de Ferro*". No plano das idéias, uma disputa ideológica, política, econômica e simbólica entre socialistas e capitalistas foi iniciada, algo que num curto espaço de tempo originou um diferenciado estado de beligerância que é convencionalmente denominado de Guerra Fria. A Guerra Fria constituiu-se num fenômeno marcado pelo conflito ideológico, mas que não pode ser reduzida apenas a esse aspecto ou abordada como mera luta pelo poder entre superpotências, visando à dominação mundial.

Durante a Guerra Fria, os comunistas começaram a produzir com mais intensidade a propaganda que exaltava o avanço material, a estruturação econômica, a organização política, a sociedade e o modo de vida dos soviéticos, incluindo, também, a singularidade da sua participação decisiva no segundo conflito mundial (FERREIRA, 1996, p.271).

Num curto período após o final da Segunda Guerra Mundial, praticamente uma dezena de anos, o regime soviético exerceu seu máximo de fascínio sobre o imaginário político dos comunistas. Mesmo enfraquecido, certo fascínio perdurou após a morte de Stálin. Contudo, nada se compara em sua história à proporção que assumiu depois do segundo conflito mundial (FURET, 1995, p.425).

A difusão deste prestígio fez com que muitas pessoas se aproximassem do Partido Comunista do Brasil (PCB). Outros motivos também colaboraram para entrada de novos

militantes no partido. Contudo, o presente estudo se interessa apenas pelo crescimento do prestígio da sociedade soviética como um dos motivos que levaram as pessoas a iniciarem a militância comunista. Centenas de pessoas se aproximaram dos partidos comunistas no mundo inteiro com a propagação de imagens positivas sobre a União Soviética.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, muitos intelectuais figuravam nas fileiras do PCB. Caio Prado Júnior, Graciliano Ramos, Dalcídio Jurandir, Mário Lago, Pedro Mota Lima, Oscar Niemeyer, Mário Schemberg, Álvaro Moreira, Arnaldo Estrela e Cândido Portinari são apenas alguns dos nomes².

Ao lado desta aproximação, alguns destes intelectuais intencionaram conhecer o modo de vida do povo que fez o exército alemão recuar de dentro do seu próprio território até Berlim. Ademais, o sistema de vida implantado na União Soviética parecia ter se constituído numa fecunda alternativa quando contraposto ao sistema capitalista. Esses dois motivos associados à difusão de representações como o estabelecimento da igualdade entre os homens, a eliminação das classes sociais e da exploração do homem pelo homem, levaram, a partir de 1945, milhares de pessoas do mundo inteiro a realizarem viagens à União Soviética. Os comunistas brasileiros também figuraram nesse meio. Eles retomaram as viagens interrompidas com o estabelecimento do Estado Novo e com o início da Segunda Guerra Mundial. O aparente objetivo dos viajantes brasileiros era conhecer, observar e analisar locais da vasta unidade territorial fundada a partir da Revolução Russa de 1917, seu povo e aspectos do modo de vida organizado e dirigido sobre o prisma do socialismo.

Portanto, Jorge Amado viajou para a União Soviética e produziu um relato dessa viagem. O ato de viajar possibilitou a produção de práticas discursivas que podem ser consideradas representações sobre a URSS. Os progressos alcançados em relação ao desenvolvimento do processo cognitivo levaram às ciências humanas a reconhecerem que o conhecimento do *real concreto* se faz por meio de *imagens mentais* produzidas pelo intelecto. Essas imagens se constituem em representações do real e, quando acionadas para a compreensão da realidade objetiva, passam a integrar a própria realidade. Por sua vez, a realidade decodificada individualmente por representações mentais apresenta uma pluralidade de significados, os quais se externalizam, principalmente, pela linguagem escrita ou falada (REICHEL, 1999, p. 57-60). Dessa forma, o relato produzido pelo intelectual comunista constitui-se de representações da sociedade soviética, *reinvenções da realidade* produzidas a

² Para refletir sobre a relação entre os intelectuais e a direção pecebista, bem como as orientações para artes e literatura difundidas pelo chamado realismo socialista consultar Behar (1992), Moraes (1994) e Palamartchuk (1997 e 2003).

partir da visão do sujeito, tornando-se parte constitutiva da realidade e não unicamente como a própria realidade.

Como membro do PCB, Jorge Amado aliou a produção de romances a uma profícua atuação política. Na década de 1940 e em parte dos anos 1950, Jorge Amado realizou inúmeras atividades como membro do Partido Comunista do Brasil. Produziu textos de teor político, participou de concursos literários, esteve presente em eventos para arrecadar recursos financeiros para o partido, atuou como deputado na Assembléia Constituinte e realizou diversas viagens à União Soviética.

As duas primeiras viagens ao país dos soviéticos foram descritas no livro *O mundo da paz* (1951). O livro não é, porém, somente uma pormenorizada descrição das viagens e dos locais visitados. Ao contrário, é marcado por trechos laudatórios à União Soviética e ao próprio Stálin.

Já na abertura desta obra, o leitor pode encontrar um poema com os seguintes dizeres: “nesta noite escura de turvos assassinos, invoco o teu nome de mariposa e águia, de flor e tempestade e quando digo URSS, ouço o eco dos povos repetindo teu nome traduzido: PAZ significa.” Além destas referências iniciais, o relato contém inúmeras passagens que glorificam o “papel decisivo” da União Soviética no desfecho da Segunda Guerra Mundial. O escritor brasileiro afirmou, por exemplo, que todos os povos do mundo deviam ao “invencível Exército (vermelho) a liquidação do nazismo, ameaça real contra a independência de todos os países, inclusive do nosso [...]”. Amado era de opinião também que todos os brasileiros se beneficiaram da vitória soviética sobre o nazismo por ter inviabilizado o projeto em que Hitler pretendia transformar os povos por ele considerados impuros em “escravos” (AMADO, 1951, p. 19, 63).

De forma positiva, o escritor brasileiro também descreveu aspectos da organização da sociedade soviética, da vida dos trabalhadores, da educação, da saúde, da segurança, da agricultura e da literatura soviética.

O escritor, ao se dirigir para o aeródromo de Orly, em Paris, pronto para efetuar o embarque para Moscou, lembrou, no relato de sua viagem, que conversava com o romancista argentino Alfredo Varela e que apesar de se mostrar descontraído, tranqüilo e alegre, estava embargado pela emoção da viagem, pois sentia-se nervoso e impaciente com a possibilidade de realizar um “sonho acalentado durante anos e anos, desejo sempre renovado no andar dos tempos”. Também comentou no seu livro que viajar à União Soviética se configurou num momento de muita emoção na sua vida, mesmo para ele que estava acostumado com a efetuação de viagens, uma vez que para um comunista essa viagem se diferenciava de

qualquer outra, ou como relatou: “bastante tenho viajado e o hábito endurece a pele e torna o coração pouco acessível às emoções. Mas não é todo dia que se parte para Moscou”. Informou ainda que toda a alegria dessa viagem o possuía e ele só conseguia pensar no que a União Soviética significava, naqueles dias, para todos os homens que amavam o progresso, a cultura e a humanidade. Ressaltou que nos dias que antecederam sua chegada ao desejado destino percebeu que não havia sentimento mais nobre no coração de qualquer homem que o amor pela União Soviética (AMADO, 1951, p. 13-4). Também consta no seu relato que esse amor era:

o resumo grandioso de tudo o que o homem pode amar sobre a terra, o resumo de todos os grandes sentimentos, dos mais nobres e mais puros. Se alguém ama sua mulher e seus filhos, seu pai e sua mãe, se possui em seu coração o amor à família, o desejo de ver suas crianças crescerem felizes, então tem de amar a URSS, onde a vida das crianças decorre como num paraíso, onde não há velhice desabrigada e infeliz, onde as relações de família se despiram de qualquer resquício de mesquinhez, onde o amor dos parentes pode ganhar sua integral beleza. Tem de amar a URSS que libertou os pais das cotidianas preocupações sobre o futuro dos seus filhos, sobre como cobrir os gastos de sua educação, da sua alimentação, que tornou mais fortes e profundos os laços que formam a família (AMADO, 1951, p.16-7).

Ademais, lembrou que o prolongamento do contato com o mundo soviético aprofundou ainda mais sua emoção e que a permanência em terras soviéticas o deixou “tonto”, pois verificou ser muito mais profunda do que imaginava a diferença entre o mundo capitalista e o socialista. Com essa impressão, ressaltou que “o espetáculo da vida na URSS nada tem de semelhante com o dos países capitalistas. As palavras ‘um novo mundo’ adquiriram subitamente, para mim, uma significação concreta, alí estava ele diante de mim tão real e palpável, tão mais realizado já do que eu imaginava, que me sentia humilde e tímido ante sua visão” (AMADO, 1951, p. 70).

Convém recorrer às formulações de Daniel Aarão Reis Filho (*Apud* Ferreira, 1996, p.279). Tal estudioso sugere, no caso soviético, que os militantes comunistas imaginavam círculos concêntricos ao estabelecerem os parâmetros do centro do seu mundo: a URSS, a República da Rússia, a capital Moscou, a Praça Vermelha, o mausoléu e, finalmente, o ponto central, a múmia de Lenin.

O viajante também informações sobre modo de vida do habitante da cidade. Para ele, o cidadão soviético não havia adquirido apenas um nível de vida que permitia pagar as entradas de teatro, mas também o gosto pelo bom teatro. Conforme a sua visão, o gosto pelo teatro e a possibilidade de assistir os espetáculos eram duas coisas igualmente importantes e profundamente ligadas (AMADO, 1951, p.87).

Embora tenha produzido poucas impressões sobre a estrutura urbana da cidade de Moscou, o visitante dedicou parte do registro das impressões a sua visita à Praça Vermelha. Jorge Amado (1951, p.67) declarou que sentiu muita emoção, sobretudo quando atingiu o centro daquele local e observou que do mausoléu Lenin assistia ao crescimento do mundo socialista. Na mesma praça percebeu que a Igreja de São Basílio lembrava outro mundo, pulverizado pelas mãos daquele que “fez nascer a nova vida”.

Observou também que ao redor do mausoléu de Lenin estavam os túmulos dos velhos companheiros de luta que ajudaram na revolução de 1917 e iniciaram a “grande tarefa” da construção do socialismo. Pode-se notar que os corpos dos comunistas soviéticos não eram expostos no mausoléu, embora o próprio escritor brasileiro tenha reconhecido que eles colaboraram na construção do socialismo. Seus túmulos apenas rodeavam Lenin, conferindo-lhe simbolicamente uma posição central. Jorge Amado recordou, igualmente, que sua condição de comunista exigiu uma reflexão sobre a importância de Lenin na construção da URSS, como no momento em que olhou à Praça Vermelha e rememorou um antigo desenho que vira após seu ingresso no PCB. Salientou que aquele desenho retratava o líder soviético falando à população nos dias difíceis de guerra civil e de fome. Consta entre suas lembranças que Lenin apelava para um esforço ainda maior dos operários e camponeses dizendo: “ser impossível a qualquer força humana destruir a revolução”. Dessa forma, o desenho levou-lhe a lembrar que:

Os grandes edifícios da rua Gorki não existiam então, a estação do metrô não se elevava ainda com suas luzes cintilantes. Mas os alicerces da nova vida tinham sido batidos e os trabalhadores souberam defendê-los. Fito a praça: certamente era ali, ao centro, que se alçava a tribuna de onde Lenin falou. Parece-me vê-lo novamente, os olhos quase sorrindo entre irônicos e bondosos, a barba em ponta, as palavras de fogo e de verdade, convencendo e galvanizando a massa entusiasta, toda ela vibrando para salvar o mundo novo que nascia ... (AMADO, 1951, p.69-70).

O escritor também visitou Leningrado, cidade que significava o marco em que foram levantados “os estandartes da Revolução”. Salientou que até o calçamento das ruas guardava a lembrança dos passos de Lenin e de Stálin na instauração do poder dos soviets. Exatamente por isso, argumentou que era grande a emoção propiciada pelo contato com o local em que se começou a escrever as páginas de uma nova era do homem: “Não há coração, por mais frio e calejado, incapaz de comover-se à primeira visão dessas ruas, desse rio, desses palácios” (AMADO, 1951, p. 154-5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. **O Mundo da Paz:** União Soviética e democracias populares. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
- BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos:** Uma visão da história política brasileira dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa – Ômega, 1976.
- BEHAR, Regina Maria Rodrigues. **PCB:** duas políticas culturais (1945-1958). Dissertação de mestrado em História apresentada no Instituto de Ciências Humanas/ UnB. Brasília, 1992.
- FERREIRA, Jorge Luiz. **Prisioneiros do Mito:** Cultura e Imaginário Político dos Comunistas no Brasil (1930 - 1956). Tese. (Doutorado em História). São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas – USP, 1996.
- FURET, François. **O Passado de uma Ilusão:** Ensaio Sobre a Idéia Comunista no Século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado:** a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947 – 1953). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e comunismo (1920 – 1945).** Dissertação de mestrado em História apresentada ao IFCH/ Unicamp, 1997.
- _____. **Os novos bárbaros:** escritores e comunismo no Brasil (1928-1948). Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2003.
- REICHEL, Heloisa Jochins. Relatos de viagens como fonte histórica para estudo de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX).In.: VÉSCIO, Luiz Eugênio & SANTOS, Pedro Brum (orgs.). **Literatura e História.** Bauru – SP: EDUSC, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Memórias de um escritor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

A REALIDADE DA FICÇÃO: REPRESENTAÇÕES DA CIDADE DE GOIÂNIA NOS CONTOS LITERÁRIOS

Eliézer Cardoso de OLIVEIRA¹
ezi@uol.com.br

RESUMO: O objetivo deste texto é utilizar os contos literários, de Bernardo Élis, José Mendonça Teles e Marieta Telles Machado e alguns poemas, para analisar a sensibilidade dos indivíduos em relação à mudança cultural ocorrida em Goiânia, nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, impulsionada pela construção de Brasília, Goiânia passou por um intenso crescimento demográfico, acarretando uma gradual superação da sociabilidade de caráter provinciano que predominava anteriormente e o advento de práticas sociais mais “metropolitanas”.

PALAVRAS-CHAVES: Goiânia, Literatura, Mudança Cultural.

ABSTRACT: The objective of this paper is to use the literary tales of Bernardo Elis, Jose Mendonça Teles, Marietta Telles Machado and some poems to analyze the sensitivity of individuals in relation to cultural change that occurred in Goiania, in the 1960 and 1970. During this period, in consequence the construction of Brasília, Goiânia experienced an intense population growth, resulting in a gradual overcoming of the sociability of character that prevailed earlier provincial and the advent of more social practical members "metropolitan."

KEYWORDS: Goiânia, Literature, Cultural Chang.

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1960 e 1980, a cidade de Goiânia passou por uma forte mudança cultural. Nesse período, parte de seus habitantes abandona os hábitos provincianos e adota valores típicos de habitantes de grandes cidades. O fator sociológico que explica essas mudanças culturais foi o aumento demográfico, consequência dos imigrantes que se dirigiam a Brasília e, alguns deles, acabavam optando por morar em Goiânia e do êxodo rural que marcou a sociedade brasileira da

¹ Doutor em Sociologia pela UnB. Professor Efetivo do Curso de História da UEG-Anápolis.

época. O crescimento demográfico foi vertiginoso: de 74 mil habitantes em 1955, aumentou para 251 mil em 1965, 518 mil em 1975 e 800 mil em 1980. (IBGE, 1981).

Por um lado, esse incremento populacional foi responsável pelo crescimento desordenado da cidade e, conseqüentemente, pelos loteamentos sem infra-estrutura e pelas inúmeras ocupações (invasões) urbanas que descaracterizaram o planejamento inicial da cidade, agravando os problemas de pavimentação, saneamento básico, transporte coletivo e degradação ambiental. Por outro lado, esse crescimento veio acompanhado de novidades importantes: a Usina Serra Dourada (1960), as universidades católica (1959) e federal (1960), o Cemitério Parque (1961), o Centro Penitenciário de Goiás – CEPAIGO (1964), o Estádio Serra Dourada (1973), o Autódromo Internacional de Goiânia (1973), o Parque Infantil Mutirama (1969), o edifício-estacionamento *Parthenon Center* (1976), edifícios de apartamentos, motéis, etc.

Por isso, a elite política (e parte da população) interpretava o intenso crescimento demográfico da capital como um indício do progresso. Isso fica bem nítido na mensagem do Prefeito Iris Rezende, em 1966, em comemoração ao aniversário da cidade:

Há trinta e três anos, alertado pelo grito mudancista de Pedro Ludovico Teixeira, Goiás inteiro acordou para o amanhã do progresso: a fundação de Goiânia. Hoje, o que era sonho para muitos se tornou realidade palpável que transformou todo o Estado numa nova fronteira humana, no marco incontestado de uma nova civilização que (...) renova a cada passo a sua confiança inquebrantável no futuro grandioso desta terra abençoada.
(*Jornal Cinco de Março*, Goiânia, 24 out. 1966.)

Por outro lado, a população goianiense passou a expressar sentimentos típicos de grupos que estão transitando de um universo dominado por valores tradicionais para um dominado por valores modernos: nostalgia, receio, angústia, solidão. Os sentimentos eram ambíguos: ao mesmo tempo em que se orgulhava do crescimento e do progresso da cidade, sentia-se saudades do seu passado e apreensão em relação ao seu futuro.

Essa tensão entre o progresso e a tradição, o novo e o velho, a comunidade e o indivíduo, a aldeia e a metrópole pode ser mapeada pela utilização da Literatura como fonte reveladora das tensões de um objeto complexo como a cidade. Charles Monteiro

foi um dos que percebeu a riqueza das fontes literárias no estudo da cidade de Porto Alegre:

A historiografia silencia sobre a *crise* urbana, os conflitos sociais na cidade [Porto Alegre] e o profundo processo de remodelação urbana (...) para se dedicar a[o] (...) inventário *mítico* dos heróis das origens da conquista e da colonização do estado; enquanto, na literatura, (...) escritores como Érico Veríssimo e Cyro Martins tratariam da questão do êxodo do campo rumo às cidades, dos conflitos entre antigos e novos valores, das tensões e segregações sociais no espaço urbano. (Monteiro, 1998: 35).

Em Goiânia, os romances, as crônicas, as poesias e os contos nela *ambientados* conseguem fazer uma leitura múltipla da cidade, não enfocando apenas os seus aspectos modernos, nem tampouco os aspectos provincianos, mas as duas coisas ao mesmo tempo. Portanto, o objetivo deste texto é utilizar os contos literários, de Bernardo Élis, José Mendonça Teles e Marieta Telles Machado, para analisar a sensibilidade dos indivíduos em relação à mudança cultural ocorrida em Goiânia, nas décadas de 1960 e 1970, mapeando as suas reações diante das inovações modernas da cidade. Ao contrário de Hayden White (1995), que afirmou que em toda a obra de intenção realista há um pouco de ficção; neste trabalho parte-se do pressuposto teórico inverso: o de que em toda a obra de ficção há um pouco de realidade.

A visão crítica em relação a Brasília

A construção de Brasília, a menos de 200 quilômetros de Goiânia, gerou um surto de otimismo progressista que não se via desde 1942 nos festejos de inauguração da capital. Para os intelectuais goianos, Brasília seria o final da *Marcha Para Oeste*, iniciada com a construção de Goiânia nos anos 30. Desse modo, as duas cidades, ambas planejadas com as mais modernas teorias urbanísticas disponíveis em suas épocas, destinadas a serem centros administrativos e a trazer progresso para o Brasil e para Goiás respectivamente, ambas filhas do saber moderno, eram vistas como *cidades-irmãs*. Goiânia, como irmã mais velha, forneceria todo apoio necessário para que se efetivasse a construção da *cidade-caçula*.

Por isso, a mudança da capital federal foi esperada com muita ansiedade pelo povo goiano (Silva, 1997: 37-54), e pelo goianiense em particular. Em 1953, ainda nem iniciadas as obras no Planalto Central, já havia uma escola no setor Campinas com o

nome de *Ginásio Brasília*; a partir do dia 10 de fevereiro de 1953, uma família de imigrantes italianos, os Lisitas, passou a editar o *Brasília Jornal* – são apenas dois, dos vários exemplos que mostram o quanto a expectativa da construção da nova cidade no Planalto Central excitava a população comum de Goiânia. Os administradores públicos goianos também acompanhavam cada detalhe da construção de Brasília, como se estivessem diretamente envolvidos nela o que explica o ponto facultativo dado aos servidores públicos 23 de fevereiro de 1960, dia em que o presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower visitou Brasília. (Reis, 1979: 317).

A Academia Goiana de Letras publicou especialmente um *Número Comemorativo da Mudança da Capital para o Planalto Central de Goiás*, em que Zoroastro Artiaga, no artigo *Salve Brasília!* (1960:03) expressa otimismo de dimensões surpreendentes com a inauguração da capital federal

A ocupação do vasto araxá do Brasil-Central é um convite à independência econômica; a quebra da tutela secular; a marcha para a liberdade e para a felicidade, porque, todos os que se transferirem para o interior, ficarão ricos, sem nenhum esforço, como aconteceu em Goiânia, onde, os que tiveram fé e confiança, unicamente com a valorização da terra, acham-se milionários. Os que trabalharam e agiram, estão multimilionários. Este é um convite do Oeste para a fortuna, para a abastança, para a quebra dos grilhões do sub-desenvolvimento. Ave, pois, Brasília! Sejam bem-vindos, todos os que acreditam em um Brasil grande, poderoso, prestigioso e livre, que já está vivendo por si mesmo, e que dentro de cinco anos terá progredido.

Esse tipo de representação lembrava as imagens edênicas que impulsionaram os colonizadores portugueses e espanhóis no Novo Mundo. Brasília, utopicamente, impulsionaria o desenvolvimento do Brasil e traria prosperidade para a vida das pessoas que para lá se dirigissem. O artigo, por suas idéias hiperbólicas, parece, para um leitor do século XXI, mais um folhetim vulgar do que um escrito de um intelectual da estirpe de Zoroastro Artiaga.

Da mesma forma em que a relação entre irmãos não é de pura fraternidade, a proximidade entre as duas cidades não deixou de provocar atritos e ressentimentos. Durante o chamado *Movimento da Legalidade* em 1961, o governador de Goiás Mauro Borges Teixeira elaborou um *Plano Geral de Ação* que numa de suas *Linhas de Ação a Seguir* objetivava:

Planejar ações ofensivas contra os rebeldes em Brasília e, posteriormente, integrarmos no conjunto das operações do País e eventualmente atuarmos ofensivamente fora do Estado de Goiás. (apud Teixeira, 1994:44).

A resolução do impasse da posse de João Goulart impediu que goianienses e candangos chegassem às vias de fato. No entanto, três anos depois, foi de Brasília que Regime Militar decretou a intervenção política em Goiás, sendo Mauro Borges Teixeira substituído pelo Interventor Carlos de Meira Matos.

A desilusão dos goianos com Brasília foi explorada literariamente por Bernardo Élis (1987) no conto “Urbanização (Relatório)”. Trata-se de uma sátira, provavelmente inspirada no clássico da ficção *Maquina do Tempo* de H.G. Wells. No conto, em que Brasília é denominada *Newtown*, predomina uma linguagem irônica, com severas críticas à ideologia do progresso, como na “Fala do Presidente ao inaugurar Newtown”:

Outro aspecto de significação básica é a função cibernética da Newtown: foi imaginada para funcionar como cérebro das altas decisões nacionais. Só poderá desempenhar seu papel de centro de comando administrativo (e centro produtor de uso e bens de gozo) aceitando as concepções novas, modernizando não apenas as estruturas dos edifícios públicos (e privados – não confundir com W.C. – inclusive fábricas, estabelecimentos comerciais, etc.) como o aparelhamento de seus órgãos burocráticos (comerciais, industriais etc.). (Élis, 1987: 168)

O estilo técnico-informativo da fala do *presidente* permite uma leitura irônica dos discursos otimistas, ingênuos e crédulos da capacidade de Brasília resolver os problemas do país (como o da Academia Goiana de Letras). Em lugar disso, o conto informa que “para se construir essa ultramoderna cidade, o país do Terceiro Mundo contraiu uma dívida tão grande que os credores se viram na obrigação de receber a metade do território que se constituía o País”. Além disso, ela foi responsável pela “mais terrível e temível ditadura, graças a qual seria possível continuar a obra progressista de terminar a construção de Newtown” (Idem: 168).

Da mesma forma que Brasília procurou esconder a população pobre nas problemáticas cidades-satélites, em *Newtown*, os habitantes considerados “subversivos” foram obrigados a refugiar-se nos subterrâneos da cidade, comendo ratazanas ou

subindo à superfície à procura de alimentos, atacando os parques em que eram criados bovinos e eqüinos – uma vez que os habitantes da superfície só se alimentavam de “iguarias quimicamente elaboradas pelas avançadíssimas indústrias locais, cujo sabor era intolerável pelo primitivo paladar e grosseiro apetite dos moradores subterrâneos”. (Idem:171).

No final do conto, os administradores de Newtown, não conseguindo pagar a dívida contraída para a sua construção, abandonam-na. Os moradores dos subterrâneos passam a ocupá-la, reinstalando o seu antigo modo de vida:

Num dos mais belos e artísticos parques da cidade montaram uma fazenda de gado, isto é, colocaram um cocho à sombra de uma árvore, deitaram sal, e as vacas principiaram a parir com a maior perfeição jamais presenciada. Noutra parque fizeram uma vasta roça de toco, como sabiam fazer e sempre fizeram os avós, bisavós e tetravós. (ibidem: 167).

O autor propõe um retorno ao modo de vida tradicional para minimizar as mazelas produzidas em nome do progresso. Esse conto foi publicado em 1984, quando se percebeu que as possibilidades prometidas com a construção de Brasília não se tornaram realidade, o que explica o tom irônico e crítico em relação a Capital Federal. Esse também foi o tom do poema *Capital*, de Gilberto Mendonça Teles:

*Dista 202 km de.
Disto lhe vêm
todos os males
presentes e futuros.

Os males do passado
vinham da lonjura
do Rio de Janeiro. (Teles, 1982: 110)*

Enfim, os contos e o poema permitem recuperar uma leitura crítica dos goianienses em relação à Capital Federal que destoa dos discursos políticos e do ufanismo da imprensa da época.

A visão crítica em relação às formas de lazer modernas

Em relação às formas de lazer, nesse período houve mudanças profundas em Goiânia. O tradicional Jôquei Clube, a partir da década de 60, gradativamente deixa de ser referência nas reuniões sociais da elite goianiense. Há uma diversificação de novos clubes sociais como o *clube privéé*, mais tarde (1960) *Country Clube* (formado quase exclusivamente por médicos), o *Clube de Regatas do Jaó* (fundado em 1962), O *Goiânia Tênis Clube*, o *Balneário Meia Ponte*, o *Clube Oásis*, etc. Essa dispersão dos centros de lazer da elite se explica pelo seu crescimento numérico. O sociólogo alemão Simmel, nesse sentido, afirma que “Existe um limite absoluto, além do qual a forma de grupo aristocrática não pode ser mantida. (...) para ter eficiência como um todo, o grupo aristocrático deve ser visível para cada um de seus membros. Cada elemento deve conhecer pessoalmente todos os outros.” (Simmel, 1983: 94-4).

Desse modo, as festas de *revellion* e os bailes de carnavais, que eram expressão metonímica do lazer em Goiânia vão se fragmentar com o surgimento de novos grupos sociais, muitos imigrantes desvinculados das antigas famílias tradicionais.

Do mesmo modo, as centenárias formas de lazer dos habitantes do bairro de Campinas – os banhos nos córregos e rios, as pescarias e as caçadas – vão ser gradativamente impedidas pela poluição dos rios e dos córregos e pela destruição das matas.

Até as tradicionais casas de prostituição de Campinas perdem cada vez mais espaço para os motéis que se instalam às margens da rodovia que liga Goiânia a São Paulo. Os prostíbulos de Campinas situavam-se na zona residencial, com risco de serem confundidos com as casas de família – daí a exigência de se colocar uma luz vermelha discriminatória nesses locais era para evitar desagradáveis mal-entendidos; já os motéis, nessa época, eram separados das áreas residenciais, oferecendo a garantia de maior discrição.

Nos contos, percebe-se um certo repúdio em relação a essas novas casas destinadas a práticas sexuais. No conto “Lua Cheia” de José Mendonça Teles a personagem principal utiliza os motéis para encontros extraconjugais:

– *Tenho uma novidade para ti, inauguraram outro na saída para São Paulo, e vamos estreia-lo. É o quente, ar condicionado, geladeira, telefone, cama giratória, espelho até no teto, te levo lá, prometo. Ok. Ok.* (Teles, 1971: 22).

Apesar de uma certa admiração por essas inovações tecnológicas presentes no ambiente, a leitura do conto sobre essa inovação do lazer-sexual em Goiânia é crítica, como demonstra o seu final moralista: a personagem contrai uma doença sexualmente transmissível, colocando-a em uma situação constrangedora: “se aquela fresca me pegou esse troço já transmiti para a minha mulher”.

No conto, percebe-se uma mudança de visão a respeito da prostituição. Nos anos 40 e 50, o hábito de freqüentar os bordéis era um modo de afirmar a masculinidade diante dos outros homens. Já nos motéis, afastados da cidade, a relação sexual ganha maior discrição.

Não houve, no entanto, o desaparecimento total dos bordéis de Campinas. Eles apenas perderam o seu glamour dos tempos em que eram freqüentados pelas principais autoridades públicas da capital². A partir de 1962, com a inauguração da Estação Rodoviária de Campinas, as casas de prostituição passaram a ser freqüentadas por viajantes e forasteiros. Assim, como meio de atrair clientes, cada vez mais escassos, muitas mulheres utilizaram a rua como local de propaganda. Iniciava-se a prostituição de rua em Goiânia.

Enquanto em épocas passadas, as casas de prostituições aparecem, em muitos casos, de forma estilizada com proprietárias caridosas, fregueses cavalheiros, agora a prostituição é retratada de forma nua e crua. O conto “A irmã do Inácio”, de Marietta T. Machado, conta a história de Inácio, um rapaz do interior, cansado de “*pegar no rabo da enxada*”, que vem para Goiânia em busca de novas e melhores oportunidades: casa-se com Irene, trabalha o dia inteiro e estuda à noite. Mesmo enfrentando dificuldades financeiras, traz a sua irmã Rosa para morar com sua família. Rosa começa, então, a aparecer com roupas caras que não condizem com seus rendimentos. Inácio, desconfiado, resolve segui-la, descobrindo seu segredo:

O galaxie branco seguiu para a rodovia de São Paulo, paraíso dos motéis. Andava em marcha regular, o taxi seguindo-o com discrição. O galaxie parou em frente a um motel. Pare, disse eu ao motorista do taxi. Fiquei perplexo e confuso. Não sabia o que fazer. (Machado, 1978: 49-53)

² Sobre isso, revela Bernardo Élis: “Uma nota interessante do tempo é que os bordéis, sobretudo o de uma Maria Branca, por exemplo, eram freqüentados pelas figuras mais destacadas do mundo político, como alguns secretários de Estado; parece que ao tempo era de bom tom ou era uma alta recomendação a notícia de que um alto funcionário era assíduo freqüentador de um bordel.” (Élis, apud Teles, 1986:24).

Percebe-se, nesses contos, o retrato de Goiânia com todos os qualitativos negativos de uma metrópole moderna, suas relações sociais distorcidas, capazes de levar uma moça interiorana a se prostituir. A cidade é um lugar sem alegria, como no poema “Vou indo (à margem da vida)”:

*Rondo a cidade à procura de nada.
Aqui levei um tombo,
por ali levei porrada.
Vejo a cidade transmutada.
Passeio aqui, desolado
onde pisaram-me o calo
pisoteou-me a vida.
Passeio sem alegria.
Nesta praça fui beijado
pela biscate negrinha
que pôs-me a sífilis nos olhos
até hoje espantado. Felício (1979:13)*

A visão negativa de Goiânia revelada pela literatura constituiu, nesse período, uma das poucas exceções, pois na maioria das vezes, as inovações urbanas são vistas com fascínio.

Com relação ao lazer da juventude goianiense, a prática do *footing* deixa de existir para dar lugar a uma proliferação de casas noturnas (*boates* e *dancings*) destinadas ao público mais jovem, cuja maioria concentra-se no centro da cidade – no subsolo do Hotel Bandeirante, a *boate Kafuné*, o boliche *Bola Preta* (o primeiro de Goiânia), as boates *Chanel* e *Tasca 8*, *Bamboo* e *Porão 47*, com sua luz negra e iluminação psicodélica, frequentados principalmente por jovens universitários. Com a inauguração da Praça Universitária, em 1968, os estudantes deslocam-se para lá, principalmente para a boate *Chafariz*.

O conto “Divina”, de José M. Teles, apresenta as novas possibilidades de diversão da juventude goianiense:

A noite cobre Goiânia neste Domingo de ócio e mistério. Os vampiros descem às soltas pelos bairros onde as meninas-moças, descuidadas, suspiram sessões do Capri ao lado do mocinho de calça justa, ou guardam, no íntimo, um sublime desejo de chopiar no Mário's, Sanchopança, Abdalla,

Casarão ou, em último caso, um rápido e bem segregado encontro pelo drive-in. (Teles, 1971: 52).

Já na década de 70 presenciou-se a extinção ou a descaracterização de muitas das casas noturnas do Centro e do Setor Universitário. Em vista disso, deslocaram para a Praça Tamandaré, no setor Oeste. Lá proliferaram várias casas de diversões noturnas, dentre as mais célebres: Azambuja, o *Siryus*, o *Tot's*, a boate *Number One*, o *Zero Bar*, o *Saloon*, o *Boteko*, o *Dom Quixote*, o *Pilão*, o *Papillon*.

Essas casas dançantes, freqüentadas principalmente por jovens exprimem mudanças de valores culturais, já que nos anos 40, a diversão tinha caráter mais familiar:

A única diversão eram reuniões simples que se fazia no Grande Hotel. As famílias ali se reuniam, e havia lá um piano que era executado pela esposa do Dr. Manoel Gomes Pereira (...) (Paulo Fleury da Silva. In. Goiânia, 1989:160)

Já as festas em boates e danceterias dos anos 60, 70 e 80 tornaram mais movimentadas. Sob ritmos americanos, moças e rapazes faziam movimentos frenéticos até altas horas da madrugada; a luz negra ou o jogo de luzes impediam que se reconhecessem as pessoas que dançavam ao seu redor – enquanto a conhecibilidade era o pré-requisito das festas dos anos 40 e 50, agora o anonimato tornou-se o ideal. Isso garantia liberdade aos freqüentadores desses ambientes, se comparado às festas nos clubes ou em casas de família, situação expressada no poema composto por assíduos freqüentadores desses ambientes:

*Sobre luzes negras
numa casa cheia de música
A dona da casa, assentada
sobre um despotismo duvidoso,
Aqui, Maria dos olhos bonitos,
onde os olhos do preconceito, não
te vêem, estar longe de ti
faz frio, dá saudade!*

(Poema de Adory Otoniel e João Neder composto no “Índia Bar” na Avenida Anhangüera. João Neder in. Goiânia, 1989: 245)

As casas noturnas, apesar de provocarem sensação de maior liberdade da conduta, certamente causavam o estranhamento em muitos jovens de valores mais

provincianos, como a personagem Margarida do conto “Mergulhada na Urbe”. Ela veio do interior para trabalhar em Goiânia, conseguiu emprego numa loja de roupas e teve um relacionamento com seu patrão que a levou para conhecer a noite goianiense:

Eu nunca tinha ido a uma boate. E não sabia bem, que casa era aquela, que gente era aquela, que ria, dançava agarrado, um vozerio, som berrado, escuro, os dentes, as roupas, os olhos das pessoas brilhando muito, como se fosse tudo de prata. (Machado, 1978:119)

Se alguns jovens estranharam, parte da população mais velha da cidade indignava-se ainda mais: “os bailes acontecem cada quinze dias, luz negra no salão, imaginem! Menores se embebedando, danças de rosto colado, quando não a gritaria indecente do rock, meninas mostrando os seios e o umbigo, absurdo!” (Idem: 81).

Outra diferença entre essas festas e as do período anterior baseia-se no fato de serem organizadas geralmente por jovens e para jovens. Segundo Hobsbawm, no século XX,

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. (Hobsbawm, 1995: 323).

Goiânia não foi exceção. Muitos jovens nasceram em Goiânia³, ao contrário de seus pais, não moraram em cidades interioranas ou na zona rural – portanto cresceram com a convicção, embora exagerada, de que viviam em uma cidade cosmopolita e moderna, o que, aliado aos novos valores transmitidos pelo cinema, televisão e rádio, tornava-os mais abertos à cultura moderna.

Houve também um considerável aumento da participação autônoma da juventude feminina no lazer. No dia 29 de março de 1959 realizou-se, para espanto de muitos, o primeiro jogo de futebol feminino em Goiânia entre as garotas do *Operário de Araguari* e um combinado goianiense (Reis, 1979:345). Em 1963, no Bairro de Nova Vila, seis anos antes do surgimento da Academia Feminina de Letras e Artes do Estado de Goiás, já existia uma Associação Cultural Feminina.

No conto “Medo”, já se percebia, em Goiânia, a partir de 1960, mulheres independentes, morando sozinhas, embora o referido fizesse uma leitura bastante conservadora dessas ousadas mulheres. A personagem principal, apesar de ser uma

³ O garoto Goiani Segismundo Roriz, nascido no dia 5 de abril de 1935, o primeiro registro de nascimento de Goiânia, (apud Monteiro, 1938:391) estaria, por exemplo, com vinte e cinco anos em 1960.

chefe de repartição pública e pintora, vive em estado de permanente tensão – tem medo de perder o emprego e o namorado, de roubarem seu carro, de contrair alguma epidemia.

Em outro conto, “A solteirona do pensionato”, a personagem Luísa, por opção própria, não quis casar-se. Agora, com trinta e dois anos, sente-se deprimida e solitária. O fato de ela não ter feito o que era comum para as demais, isto é, casar-se, é tratado no conto como seu grande erro: “Mas Luísa se descuidou demais do tempo ou o tempo se descuidou de Luísa e passou levando seus admiradores e deixando-a estática naquele mundo visionário”. (Teles, 1973: 43).

Enfim, estes contos, mesmo que imbuídos de uma visão conservadora, mostram o alto preço pago pela independência feminina, mesmo em uma cidade como Goiânia com valores mais abertos.

A crítica a tecnologia: automóveis

A melhoria da iluminação da cidade com a inauguração da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada permitia que a juventude divertisse até altas horas da noite⁴. O aumento do número de automóveis na cidade também foi fator preponderante para o prolongamento do período de diversão. Nos anos 40, a maioria da juventude utilizava a bicicleta para se locomover, como relata a folclorista Regina Lacerda (Apud Goiânia, 1989: 293)

Tinha meu próprio veículo (como a maioria das moças) uma bicicleta inglesa era a minha. Por toda parte a gente pedalava e pedalava e até mesmo para assistir a chegada de uma amiga no aeroporto, que era ali mesmo. Pela constante falta de luz na cidade, as bicicletas tinham que ser equipadas com farol, campainhas e exibir placas de licença como os carros. Os ciclistas deviam carregar os documentos de propriedade sem o que, a polícia de trânsito aplicava sanções legais.

Na década de 40, o racionamento de combustível provocado pela II Guerra Mundial fez como que os poucos automóveis particulares – como o Ford azul metálico da família Caiado, a Ramona ano 29 de Altamiro de Moura Pacheco, o carro de Augusto Gontijo em Campinas e do Paulo Fleury da Silva e Sousa e os carros de praças

⁴ Um anúncio de jornal de 1960 de uma boate demonstra isso: “PORÃO 47: aberta das 21:00 hs as 2:00 hs da madrugada”. (O Popular, Goiânia, 15 de maio de 1960).

existentes tivessem que utilizar um combustível alternativo – o gasogênio. Os primeiros veículos a utilizar esse tipo de combustível foram dois caminhões procedentes do Rio de Janeiro que chegaram a Goiânia em 1938 (Reis, 1979:707), sendo posteriormente utilizado em veículo de menor porte, como descreve Ivo de Melo destacando a excentricidade desses carros:

Um enorme cilindro de metal, instalados na parte externa, traseira, do veículo, com uma tampa na parte superior, muito bem fixada por sargentos externos bem fortes, para evitar a perda de uma pressão; uma espécie de fornalha ambulante, que recebia pequenas bolas de naftalina e fazia ferver um tanque de água que, a partir dessa combustão, gerava vapor suficiente para forçar a movimentação dos cilindros do motor e... O negócio andava!
(Melo, 1998: 221)

Além dos carros e das bicicletas, havia as carroças e as charretes, inclusive em 1959 foi fundada uma associação dos carroceiros e charreteiros de Goiânia (Idem, 265). Existiam também as lambretas, que se moviam-se tranquilamente nas ruas largas e com poucos carros.

Gradualmente, as ruas de Goiânia foram cada vez mais ocupadas por carros, até que em 1958, já houve a necessidade de instituir-se no quadro da polícia a Guarda de Trânsito de Goiânia, que teve muito trabalho, pois os atropelamentos tornaram-se rotineiros. Os contos não perderam a oportunidade de mostrar esse lado sangrento do progresso:

O guarda solícito, apresenta-se ao patrulheiro-chefe dizendo que foi um atropelamento, que o homem da bicicleta devia ter ido fazer compras, que por certo vinha do Mercado, pois levava um pacote de arroz que se espatifou com o choque, que o atropelador evadiu-se, que não anotaram a placa do automóvel (...) (Teles,1971:62)

Aliás, os atropelamentos ou inabilidade dos motoristas goianienses são temas sempre recorrentes na literatura sobre Goiânia. As ruas largas e retas de uma cidade planejada como Goiânia, com uma população de raízes rurais, não habituada ao trânsito mais pesado, certamente criaram um ambiente propício aos acidentes.

De qualquer forma, o automóvel representa um dos símbolos de modernidade para a juventude elitista de Goiânia. Sempre associado a poder e a velocidade, é utilizado como arma de conquista, servindo para levar garotas aos motéis ou a locais

desabitados: “Depois de mais algumas tentativas, ela acaba cedendo. O carro se arranca rápido, ante os olhares curiosos das pessoas que passam.” (Teles, 1973:103). Em 1970, já são mais de 14 mil veículos de passeio licenciados; em 1975, esse número chega a quase 40 mil (Sabino Júnior, 1980:62); em 1982 circulam pela cidade mais de 100 mil carros (*Folha de Goiaz*, 24 outubro de 1982).

Em termos de lazer infantil, a universal criatividade da criança supria a ausência de serviços especializados, improvisando diversões com qualquer coisa que estivesse ao alcance (brincadeiras em grupo, banho em córregos, futebol, fabricação própria de brinquedos, etc.). Porém, em alguns momentos, havia uma oferta de serviços especializados, principalmente dos circos e de alguns parques de diversões itinerantes que, desde os tempos em que Campinas era cidade, fazia a alegria dos pequeninos. Dentre os vários eventos que marcaram a inauguração oficial de Goiânia em 1942, o que mais chamou a atenção do público infantil foi a presença do *Americano Parque*, com várias diversões nunca vistas por aqui: a *menina-prodígio*, a *mulher decapitada*, números de mágicas, a Roda Gigante, a Pista Infantil, o Tiro ao Alvo (Netto, 1993:21), etc.

Nos anos 60, havia alguns parques infantis com poucos brinquedos em alguns bairros da cidade, como a Vila Operária e a Fama. Apenas em 1969, com a inauguração do Mutirama, a cidade passa a ter um parque infantil de grandes dimensões, com brinquedos modernos, como o Tobogã, a Montanha Russa, etc. fazendo dele um dos *mais modernos do país*. Além disso, foi criado o Jardim Zoológico, “um dos mais importantes do território nacional pela variedade de espécies, e [por ser] também centro de pesquisa” (*Folha de Goiaz*, 24 outubro de 1982). Tanto um, como o outro eram utilizados como argumentos da modernidade da cidade.

Enfim, após a década de 60, aparecem em Goiânia formas de lazer mais ligadas a um modo de vida moderno, embora não se possa afirmar que as práticas antigas de diversões simplesmente desapareceram – elas continuaram coexistindo com as outras, contribuindo para, também nesse aspecto, dar um caráter ambíguo à cidade.

Crítica as novas formas de moradia

Com o crescimento demográfico, Goiânia também cresceu fisicamente, primeiramente para os lados, depois para cima. O influxo da construção de Brasília

produziu um grande número de empresas da construção civil. Após o término das obras na Capital Federal, muitas delas passaram a atuar em Goiânia, contribuindo para mudar o panorama físico da cidade.

Não interessa realizar um estudo sistemático do processo de implantação desses edifícios privados, mas o seu efeito sobre os valores dos indivíduos. Na década de 40, o ideal de padrão de moradia para a elite era o sobrado, como o da descrição abaixo de Gerson Castro Costa:

Foi desse tempo a construção de um sobrado, na esquina da avenida Tocantins com a rua 2, feito pelo Dr. Carlos de Freitas, verdadeiro pioneiro das primeiras horas da fundação de Goiânia. Com belos jardins dando para os dois lados das vias públicas, parecia, aos olhos provincianos dos passantes, o palácio de Nabucodonosor, em Babilônia, com seus jardins suspensos, só que as hastes dos pés de flores estavam ao nível do rés-do-chão. (Goiânia, 1989: 100)

A principal característica dessa edificação eram os detalhes singulares de sua arquitetura; graças a ela, sua imagem ficou preservada na memória do pioneiro. Já a forma de habitação dos edifícios de apartamentos é caracterizada sobretudo pela sua aparência externa homogênea. São dezenas de apartamentos semelhantes, cujo número de identificação na porta se torna realmente necessário para evitar confusões constrangedoras.

A modernidade fez-se acompanhar da produção em série, da homogeneização dos objetos de consumo e até do espaço, trouxe “o movimento no sentido de criar um ambiente homogêneo, um espaço totalmente modernizado, no qual as marcas e a aparência do velho mundo tenham desaparecido sem deixar vestígio.” (Berman, 1986:68) O edifício de apartamentos além de homogêneo, é totalmente racional: desde o aproveitamento do espaço com a superposição de habitações até o controle de entrada e saída de moradores e visitantes feito pelo porteiro numa guarita. Em termos de racionalização e normatização da conduta, só fica atrás da prisão moderna, nos moldes em que foi analisada por Foucault. Pode-se dizer que a *jaula de concreto* que os apartamentos representam para o indivíduo tenha um sentido mais literal do que a *jaula de ferro* weberiana.

Esse tipo de habitação apesar da proximidade física, provoca nos moradores relacionamento social mais distanciado. Segundo Robert E. Park,

Uma parcela bem grande das populações das cidades grandes, inclusive as que constituem o seu lar em casas de cômodo ou apartamentos, vivem em boa parte como as pessoas em algum grande hotel, encontrando-se, mas sem se conhecer umas às outras. (Park, 1967: 67).

Desse modo, a antiga relação de vizinhança, característica fundamental das pequenas cidades e da zona rural fica limitada pela estrutura arquitetônica que restringe os contatos sociais aos encontros fortuitos (nos elevadores) ou formais (nas reuniões de condomínios).

Os prédios residenciais, portanto, dificultam a afirmação da personalidade do indivíduo por meio de sua moradia. Para compensar a falta de indiferenciação externa, existe a compensação interna com a decoração – forma moderna de afirmar a personalidade pela residência, detalhe que não passou despercebido a Walter Benjamin

Desde Luís Felipe, a burguesia se empenha em buscar uma compensação pelo desaparecimento de vestígios da vida privada na cidade grande. Busca-a entre suas quatro paredes. (...) a moradia se torna uma espécie de cápsula. Concebe-a como um estojo de ser humano e nela o acomoda com todos os seus pertences, preservando, assim, os seus vestígios, como a natureza preserva no granito uma fauna extinta. (Benjamin, 1989: 43-44).

Desse modo, a verticalização representa a transformação nos valores da elite de Goiânia em direção a um comportamento mais metropolitano. O anúncio de um desses apartamentos em 1975 aponta as principais qualidades do edifício: “Edifício de 9 andares; Garagem individual, 02 elevadores, luxuoso Hall de Entrada, Central de Gás, Gelasias de alumínio em toda as janelas.” (*O Popular*, 5 outubro de 1975)

A altura, o controle da entrada e saída, o individualismo e a funcionalidade da tecnologia moderna, fazem com que os *arranha-céus* provocassem não só a fascinação nos indivíduos, mas também repúdio, elogios e críticas. Quanto às críticas, partem principalmente da criação poética, como no poema *progresso*:

GLÓRIA AO HOMEM NAS ALTURAS

O lombo liso dos prédios

velozmente verticaliza

a antevida das cidades

GLÓRIA AO HOMEM NAS ALTURAS

Confinado o homem sobe

esnobe, quadriculado

isola e se multiplica

coisificado no ar

GLÓRIA AO HOMEM NAS ALTURAS

O isolamento em quadrados

se por um lado, é verdade

elimina a comunicação

compartimenta, por outro

a neurose e a solidão

uniformizando a cidade

e assegurando na terra

PAZ A HOMEM SEM VONTADE (Figueredo, 1980:27-8).

Esse poema, publicado em 1980, é fundamentalmente irônico, a começar pelo título *progresso* e pela citação bíblica. Ele critica o sentimento de onipotência do homem que, como os que construíram a torre de Babel na Bíblia ou os que edificaram em 1970 o *Edifício Bemosa*, com 26 andares, o mais alto de Goiânia na época, pretendia chegar às alturas celestes. O edifício de andares aparece em oposição à vida: é antívida, sendo também o responsável por “coisificar o homem no ar”, tirando-lhe a consciência, isto é, a sua vontade. O poeta é pessimista em relação às novas possibilidades geradas para o homem na metrópole moderna.

De modo geral, a crítica dirige-se à impessoalidade do sentimento de nostalgia pelo tempo em que as relações eram mais íntimas e afetivas. Em *Cidade petrificada*, o poeta compara a cidade sua infância com a atual:

Já percorri

com meus olhos de menino

esta cidade de pedra.

(estava cheia de vida

quando menino

a habitava).

(...) Tem uma doença

que agiganta seu ventre

e traga seus sobreviventes

(é impossível salvá-la).

Está podre, e absurda.

Há edifícios nobres:

Luís de Camões,

Condomínios de Versailles.

Só sei dizer dos quintais pobres

onde perdi, sem ter encontrado

as ilusões de menino. (Felício, 1981:105).

Cidade de pedra, cidade sem vida, cidade doente, cidade poder. Metáforas pejorativas indicando a transformação acarretada pelo crescimento (ou agigantamento). Os edifícios, como representantes dessa transformação, estão em oposição à época tradicional em que se brincava nos quintais.

Também nos contos, os apartamentos são vistos como lugares de solidão:

Primeiro seus olhos azuis dirigiram-se da janela do décimo sétimo andar para a rua estreita, ondulada pelo movimento colorido dos carros. Depois uma angústia sem conta foi brotando do peito e espalhando pelo corpo como garras frias e cruéis. (...) Não, ninguém. Apenas sombras deslizando pelos quartos vazios e a constante iminência de alguma voz. De vez em quando parecia-lhe sentir alguma aproximação humana. Quem sabe? Quem sabe? Girava o corpo rápida, atravessava a peça correndo, detinha-se no vão de alguma porta, mergulhava a cabeça no corredor ou no outro cômodo, espreitava à direita, à esquerda. Nada. Só silêncio e sombras. (Machado, 1978:65)

A personagem em questão enlouquece: raspa parte de seus cabelos, pinta o corpo de azul, inunda a casa, deixando a torneira aberta. Não existem vizinhos para notar o seu período de reclusão e oferecer-lhe ajuda. Os únicos seres humanos, que estão em seu ângulo de visão privilegiada, aparecem na rua, distantes, preocupados com seus afazeres cotidianos.

De modo geral, as críticas aos aspectos metropolitanos da cidade recorrem como contraponto a um ambiente idealizado, com características próximas ao mundo rural. Recuperam a oposição entre cidade e o campo, universal na literatura mundial. Essas críticas permaneceram, no entanto, sufocadas diante da euforia causada por grandes edifícios, considerados como mais um adjetivo da Goiânia moderna: “Goiânia com 86 mil residências e seus arranha-céus é hoje a Rainha de Sabá dessa marcha gloriosa da conquista do Brasil pelos brasileiros”. (*O Popular*, 23 de jan. de 1975).

Muitos dos goianienses talvez desconhecêssem – ou nem estivessem preocupados – com a relação entre Marcha para Oeste e arranha-céus. De qualquer modo, muitos preferiram a nova forma de morar: em 1969, dos pedidos de financiamento para construção de residências, 1.300 eram para construção de casas e apenas 135 para construção de apartamentos; já em 1978, os financiamentos para

construção de casas subiram para 1.652 e para apartamentos, chegaram a 2.431; no ano de 1982 foram construídos mais de 4 mil apartamentos em Goiânia, o que provocou a mudança na paisagem urbana: em 1969 existiam cerca de 169 edifícios na cidade; dez anos depois eles já eram 1.815 (IBGE, 1981).

CONCLUSÃO

Os contos literários ambientados em Goiânia e alguns poemas são importantes fontes históricas para mostrar o sentimento dos goianienses diante da modernização cultural. A modernidade representada pela construção de Brasília, de novas formas de lazer e de morar são fontes também, algumas vezes, de medo e sofrimento. A literatura permite recuperar esses sentimentos, essa leitura crítica da modernização, possibilitando, desse modo, ao historiador encontrar “a realidade na ficção”.

Referências Bibliográficas

Livros e artigos:

- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense; 1989 (Obras Escolhidas III).
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- ÉLIS, Bernardo. “Urbanização (Relatório).” In. *Obra Reunida de Bernardo Élis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- FELÍCIO, Brasigois. “Cidade Petrificada”. *Hotel do Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Massao Ohno, 1981.
- FELÍCIO, Brasigois. “Vou indo (à margem da vida)”. In. *Exílio*. Goiânia, Unigraf: 1979.
- FIGUEREDO, Nelson. “Progresso”. *Sonhos e esporas, poemas*. Goiânia: Gráfica e Editora Unigraf, 1980.
- GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico de 1980. Goiânia: IBGE, 1981.

- MACHADO, Marietta Telles. “A irmã do Inácio”. *Narrativas do cotidiano*. Goiânia: Oriente: 1978.
- MACHADO, Marietta Telles. “Mergulhada na Urbe”. *Narrativas do cotidiano*. Goiânia: Oriente: 1978.
- MELO, Ivo de. *Do cofre da vida: causos de Campinas das Flores de Nossa Senhora da Conceição*. Goiânia: Ed. do Autor, 1988.
- MONTEIRO, Charles; Pensando sobre a cidade de Porto Alegre na historiografia. In *Cidades Brasileiras*. São Paulo: CAPES/COFECUB / Instituto de Estudos brasileiros/ Universidade de São Paulo, 1998, p. 34-37.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- NETTO, Pimenta. *Anais do Batismo Cultural de Goiânia: 1942*. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1993.
- PARK, Roberto Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In. VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- REIS, Gelmires. *Efemérides Goianas*. Goiânia: Secretaria de Educação e Cultura, 1979.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- SIMMEL, G. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- TEIXEIRA, Ana Maria. *Mauro Borges e a Crise Político-militar de 1961 em Goiás: Movimento da Legalidade*. Brasília: Senado Federal (Centro Gráfico), 1994.
- TELES, Gilberto Mendonça. “Capital”. In. *Poesia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- TELES, José Mendonça (org.). *Memórias Goianienses*, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1986.
- TELES, José Mendonça “A solteirona do pensionato”. In. *A cidade do ócio*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.
- TELES, José Mendonça. “Divina”. *Via Sacra*. Goiânia: Gráfica do Cerne, 1971.
- TELES, José Mendonça. “Lua Cheia”. In. *Via Sacra*. Goiânia: Gráfica do Cerne, 1971.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Jornais:

Cinco de Março, 24 out. 1966 – Coletânea/Goiânia – Arquivo Histórico Estadual de Goiás

Folha de Goiaz, 24 outubro de 1982, Recortes/Goiânia – Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

O Popular, 23 de jan. de 1975, recortes/Goiânia – Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

O Popular, 5 out., 1975, seção classificados, microfilme out,set/75 – Centro de Documentação e Pesquisa de *O Popular*

O Popular, Goiânia, 15 de maio de 1960. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

WILLIAM WORDSWORTH E WILLIAM BLAKE: INTERPRETAÇÕES SOBRE AS TRANFORMAÇÕES OCORRIDAS NO CAMPO E NA CIDADE NA POESIA ROMÂNTICA INGLESA

Flavia Maris Gil DUARTE¹

flaviangduarte@gmail.com

RESUMO: Buscamos perceber nesse trabalho como William Wordsworth (1770-1850) e William Blake (1757-1827), através de seus poemas, interpretaram, expressaram e também procuraram intervir sobre a realidade que vivenciaram. Algumas semelhanças podem ser notadas entre esses autores: foram ambos poetas ingleses, pertenceram ao movimento romântico, aderiram ao pensamento republicano e interpretaram as transformações que ocorriam com a formação da sociedade industrial. Os poetas tinham, porém, origens diferentes. Blake nasceu em Londres, onde residiu durante praticamente toda sua vida, e interpretou em sua obra algumas das transformações da ordem urbana. Wordsworth nasceu num distrito na região noroeste da Inglaterra e ficou conhecido como o “poeta da natureza”; em seus poemas percebemos como ele interpretou algumas das mudanças que ocorriam no campo nas últimas décadas do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: História, Romantismo, Sociedade Industrial.

ABSTRACT: This work intends to analyse how William Wordsworth (1770-1850) and William Blake (1757-1827) interpreted the world they lived in, through their poetry. There are some similarities about these authors: they were both english poets, took part in the romantic movement, were influenced by the republican thought and interpreted some of the social transformation on the making of the industrial society. But they were born in different places. Blake was born in London, where he lived almost his whole life, through his work we realize some of the transformations happened in the city. Wordsworth was born in northwest England, on the Lake District. He is called “the poet of nature” and through his poems we realize some of the changes happened in the country.

KEYWORDS: History, Romanticism, Industrial Society.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A questão central abordada neste trabalho é a transformação existente entre o modo de vida da sociedade pré-industrial e da nascente civilização urbana e a forma como ela foi interpretada pelos poetas românticos William Wordsworth e William Blake em alguns de seus poemas. Para analisar esta questão é referencial o trabalho de Raymond Williams, intitulado *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*.² Nesta obra, Williams analisa como as visões de campo e cidade sofreram transformações ao longo do tempo na literatura inglesa e que um destes momentos foi entre o final do século XVIII e início do século XIX.

As diferentes trajetórias de vida de Blake e Wordsworth podem nos revelar algo sobre as peculiaridades de seus poemas. Blake nasceu em Londres, era filho de um pequeno comerciante, foi poeta e gravador, sendo esta última a profissão que o tornou conhecido em vida. Por um breve período, Blake frequentou a Academia Real de Artes, porém após ser classificado como gravurista, profissão vista como reprodutiva e não como genuinamente criativa e artística, como eram consideradas então a pintura e a escultura, abandonou a Academia sem concluir seus estudos. Ele recebeu, portanto, algum preparo enquanto artista plástico, o que não ocorreu com sua formação literária que ocorreu de maneira autodidata, especialmente através da leitura da bíblia e do poeta John Milton. Talvez numa tentativa de afirmar o caráter criativo de seu trabalho, Blake produziu seus *Illuminated Books* um tipo de arte composta que unia poesia e desenho. A marca de seu trabalho é a forte religiosidade que não se alinhava ao anglicanismo tradicional, mas sim às inúmeras dissidências protestantes que proliferavam em fins do século XVIII. Durante sua vida, seus poemas não tiveram uma ampla circulação e as concepções religiosas peculiares do artista geraram comentários controversos acerca de sua lucidez.

Enquanto William Blake foi rejeitado pela Academia, passando também a repudiá-la após esse evento, William Wordsworth chegou a receber o título honorário de “Doctor of Civil Law” por duas universidades, Durham (1838) e Oxford (1839). O poeta graduou-se em Artes, em Cambridge, no ano de 1791. O prefácio que Wordsworth escreveu para a segunda edição de *Lyrical Ballads*, obra escrita em parceria com S. T. Coleridge,³ constituiu o

² **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

³ Wordsworth e Coleridge planejaram a publicação de *Lyrical Ballads* dividida em duas partes. Uma delas se ocuparia da poesia existente nas vicissitudes comuns da vida de todo homem e, a outra, abordaria a poesia do sobrenatural. Esta última foi encomendada a Coleridge, porém, de acordo com Borges, deve-se levar em conta o fato de que Coleridge se encontrava entregue ao ópio, de modo que quando chegou o momento da publicação do livro, Coleridge contribuiu com apenas dois poemas, sendo que todos os demais foram escritos por Wordsworth. (BORGES, 2002; p. 172).

documento inaugural do romantismo na Inglaterra.⁴ Nesse prefácio, Wordsworth afirmou que toda boa poesia é, não apenas “o transbordamento espontâneo de fortes sentimentos”, assim como, “origina-se da emoção recolhida na tranquilidade”,⁵ tranquilidade esta que ele só encontra no campo próximo à natureza que o acolhe e o estimula a meditar. Wordsworth nasceu em *Cumberland*, no *Lake District*, região noroeste da Inglaterra, onde existem muitos lagos, da qual originou o nome pelo qual ficaram conhecidos os poetas S. T. Coleridge, Robert Southey e William Wordsworth: *Lake Poets*.

A estrutura romântica de sensibilidade também comporta a afirmação da natureza em oposição à indústria e da poesia em oposição ao comércio; a afirmação da humanidade e da comunidade na idéia de cultura.⁶ Percebemos esta oposição na poesia de Wordsworth, para quem:

O mundo nos envolve; tarde ou antes,
Na compra e venda esvai-se nosso bem;
Pouco de nosso a Natureza tem;
Jogamos a Alma fora, vis mercantes!⁷

E em um de seus poemas mais conhecidos, *Versos Compostos a Algumas Milhas da Abadia de Tintern*, este mesmo poeta disse:

Sou, portanto, ainda
Um amante dos prados e dos bosques,
Das montanhas, de tudo o que observamos
Da verde terra; enfim, de todo o vasto mundo
Do olhar e da audição – tanto o que em parte criam,
Quanto o que captam; bem feliz por encontrar
Na natureza e na linguagem dos sentidos
A âncora dos mais puros pensamentos, a ama,
O guia, o protetor do coração, o cerne
Deste meu ser moral.⁸

⁴ Este prefácio é considerado uma referência não apenas para a literatura inglesa como também para a literatura européia em geral nos estudos sobre o romantismo, pois nele Wordsworth expõe a sua teoria acerca da poesia. (BORGES, 2002; p. 172).

⁵ WORDSWORTH, William (1770-1850). **Poesia Selecionada** / Edição bilíngüe. Apresentação, tradução e notas de Paulo Vizzioli. São Paulo: Edições Mandacaru, 1988. (p. 85).

⁶ WILLIAMS (1989), op. cit. p. 113.

⁷ WORDSWORTH, William (1770-1850). “The World Is Too Much With Us” in **Poesia Selecionada** / Edição bilíngüe. Apresentação, tradução e notas de Paulo Vizzioli. São Paulo: Edições Mandacaru, 1988. (p. 71).

⁸ Idem, p. 35.

O que percebemos na poesia de Wordsworth é que o homem ao sentir-se repellido pelo mundo frio tenta encontrar e recriar o homem por meio de uma linguagem própria e da percepção natural, voltando seu olhar para o campo. Também são visíveis no campo as transformações de uma ordem sócio econômica e física, onde a terra estava sendo organizada para a produção, para ser trabalhada por arrendatários e trabalhadores o que provavelmente Wordsworth tinha em mente quando escreveu “O mundo nos envolve”, o poeta então refugia-se na natureza e descreve uma paisagem em modificação que emerge de um processo histórico perturbador. Ela, a natureza, torna-se a “âncora dos mais puros pensamentos” e guia do “ser moral”. Fugindo do mundo concreto e da pressão em que vive a comunidade o poeta se recolhe à tranquilidade da natureza e, em seu silêncio pode refletir acerca de si mesmo e da humanidade através da contemplação e da nostalgia. Porém o poeta é arrancado de seu silêncio “[...] com raiva e desespero, para formular o que escreveu em termos do barulho do mercado: lucro, malícia, inveja; um desprezo por sua simplicidade que é uma afetação [...]”.⁹ O poeta busca na natureza os valores que acredita que os homens perderam nessa nova sociedade, “Jogamos a Alma fora, vis Mercantes”, acusou Wordsworth para quem a natureza se opunha ao homem corrompido.

A revolução industrial serviria como uma das suas principais fontes de inspiração para o romantismo, e com base nela os românticos produziram obras nas quais construíram visões diversificadas daquilo que estavam vivenciando, visões estas que estavam diretamente relacionadas com suas experiências particulares de vida. Wordsworth foi um poeta em comunhão com a natureza. Blake, diferente de Wordsworth, era um londrino de nascimento e passou praticamente toda sua vida no meio urbano. Esta experiência diferenciada vivenciada por ambos teve desdobramentos em suas formas de pensar o campo e a cidade. Desta maneira, enquanto Wordsworth via na cidade estranheza, perda de conexões, de percepção e identidade em meio à multidão, Blake delineava uma imagem generalizada de fraqueza e sofrimento.¹⁰

Através da literatura romântica é possível perceber, o impacto causado pelas migrações das pessoas em direção aos centros urbanos e industriais, a visão sobre as classes trabalhadoras, muitas vezes tomadas como perigosas, e a transformação no cenário urbano acarretada pela indústria.¹¹ A cidade passa a ter um novo significado para a sociedade

⁹ WILLIAMS (1989), op. cit. p. 197.

¹⁰ Idem, p. 211.

¹¹ Deve-se destacar o fato de que Londres impressionava os observadores locais e estrangeiros principalmente por sua magnitude, pois não se tratava “[...] certamente de uma cidade bonita, e era mesmo possível que o estrangeiro ajulgasse desagradável. ‘Depois que tiverdes visto a Itália’, escrevia o Abbé Le Blanc em 1757,

industrial e os escritores vivenciaram também seu rápido processo de expansão e transformação no século XVIII. Nem todos os escritores viram essa nova ordem urbana com pessimismo, elogiando a realização industrial e comercial e o senso da ordem civilizada e de refinamento que a acompanhavam. Londres era uma cidade de múltiplas faces, sendo simultaneamente ordem e caos, continha uma parcela dominante da vida nacional, que era refletida e criada nela e percebemos que ela concentrava as transformações do país como um todo.

Um dos significados atribuídos a esta nova cidade pode ser encontrado no poema *London* de William Blake, sendo talvez o poema que apresente a imagem mais clara elaborada por este autor sobre a cidade, onde ele denuncia e interpreta as mazelas sociais através de alguns personagens chave como o soldado a prostituta e o limpador de chaminés:

Em cada rua escriturada em que ando,
Onde o Tâmisia escriturado passa,
Eu nos rostos que encontro vou notando
Os sinais da doença e da desgraça.

Ouçõ nos gritos que os adultos dão,
E nos gritos de medo do inocente,
Em cada voz, em cada interdição,
As algemas forjadas pela mente

Se o Limpa-Chaminés acaso grita,
Assusta a Igreja escura pelos anos;
Se o Soldado suspira de desdita,
O sangue mancha os muros palacianos.

Mas o que mais à meia noite é ouvido
É a rameira a lançar praga fatal,
Que estanca o pranto do recém nascido
E empestieia a mortalha conjugal.

A partir da palavra legalista *charter'd*,¹² Blake parece denunciar a restrição dos espaços públicos e o monopólio de determinadas companhias e corporações. Através dessa

'nada vereis nos edifícios de Londres que vos cause grande prazer'. A cidade na verdade só assombra por sua grandeza.' [...]" (HOBSBAWM, 2009; p. 24).

¹² A palavra *charter'd*, traduzida como "escriturado", presente nos dois primeiros versos [*I Wander thro' each charter'd street, / Near where the chater'd Thames does flow*], tem um amplo significado. Ela pode ser referente a

palavra ele pareceu indicar também os privilégios de uma minoria que levavam a anulação dos direitos da maior parte da sociedade inglesa. Mas, as restrições existentes na cidade não poderiam ser vistas apenas como externas sendo também “algemas forjadas pela mente”, amarras morais.

Os contrastes entre riqueza e pobreza existiam no campo, porém, a contradição se transformou na marca da cidade, onde “[...] As lojas desonestas, os bordéis e as casas de cômodos, os porões fétidos e os cortiços perigosos eram parte importante da imagem formada pelo observador estrangeiro ou de classe média [...]”.¹³ O que percebemos no poema *London* como um todo é que o homem preso à razão, à ordem política, religiosa e econômica foi representado como uma mercadoria. Isto é o que foi simbolizado pelos diferentes personagens do poema, como o limpador de chaminés, que ataca a complacência religiosa com a miséria, o soldado, que apesar de ser parte de um estado armado é uma vítima infeliz, e a prostituta, que comercializa valores tidos como não comercializáveis, sendo um símbolo da reificação humana. Diante disto, parece ser possível sugerir que Blake, nesse trabalho, não teve como objetivo apenas “catalogar infortúnios”, mas através da ordem dos encontros, ele procurou revelar as suas interconexões e desdobramentos.¹⁴

Raymond Williams, referindo-se ao poema citado, afirmou:

[...] A inocência e o vício estão na cidade, fazem parte da cidade, em suas relações concretas e espirituais. O Palácio, símbolo imponente do poder, deve ser visto com muros ensangüentados: a conexão real, porém oculta, é revelada e o mesmo é feito em relação ao contraste entre as convenções de religião e família e a realidade dos que sofriam, eram desprezados e marginalizados. [...] A questão é o estabelecimento de questões novas, no contexto de toda a ordem urbana e do sistema humano que a cidade concentra e encarna. Impor à consciência essas conexões ocultas é, portanto, uma nova maneira de ver a ordem humana e social como um todo. [...] ¹⁵

documentos formais; relacionar-se aos direitos de uma pessoa num determinado país e pode também ser alusiva aos direitos de um determinado grupo de pessoas ou de uma organização particular. *Charter'd* é uma alusão a tudo o que é institucionalizado, estabelecido ou “escriturado”. Northrop Frye (1990, p. 180-181) considerou que há um significado irônico dessa palavra no poema, pois ao mesmo tempo em que ela se relaciona aos direitos das pessoas em uma nação, implicando em liberdades, também é relativa aos direitos de grupos ou organizações particulares, e ao privilégio dos direitos de grupos específicos, que implicava na anulação de direitos da maioria das pessoas no país.

¹³ WILLIAMS (1989), op. cit. p. 203.

¹⁴ KORNER; 2010. (<http://21stcenturysocialism.com/article/william_blakes_london_01594.html>)

¹⁵ Idem, p. 208.

A imagem desta cidade é descrita no referido poema, no qual a capital é vista como um espaço não apenas de multiplicidade, mas também de conflitos e dos marginalizados. E ainda que em outras ocasiões William Blake recorra a imagens bucólicas, como no poema dedicado a Milton, no qual se remete a “campos verdes e agradáveis da Inglaterra” e a “negros Satânicos moinhos”,¹⁶ seu desejo não é um retorno à sociedade rural, mas a transformação dessa nova sociedade urbana, diminuindo a desigualdade social, acabando com a miséria.

FONTES

BLAKE, William (1757-1827). **William Blake: poesia e prosa selecionadas**/ Edição bilíngüe. Introdução, seleção, tradução e notas Paulo Vizioli. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

EAVES, Morris; Robert N. Essick & Joseph Viscomi (eds.). *The William Blake Archive*. <http://www.blakearchive.org>.

WORDSWORTH, William (1770-1850). **Poesia Selecionada** / Edição bilíngüe. Apresentação, tradução e notas de Paulo Vizzioli. São Paulo: Edições Mandacaru, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMER, Franklin L. “O Mundo Romântico”. In: **O Pensamento Europeu Moderno, 2º volume**. Tradução de Maria Manuela Alberty. Lisboa: Edições 70, Lda., 1990.

BORGES, Jorge Luis. **Curso de literatura inglesa**. Matín Arias e Martín Hadis (orgs.). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

KORNER, Simon. **William Blake's London**. Disponível em: http://21stcenturysocialism.com/article/william_blakes_london_01594.html Acesso em: 07/04/2011.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, E. P. (1924-1993). **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Whitniss against the Beast: William Blake and the moral law**. New York: The New Press, 1994.

¹⁶ Os “negros Satânicos Moinhos” (*dark Satanic Mills*) são uma referência à industrialização e ao racionalismo, tidos por Blake como causadores de males a serem combatidos.

_____. **Os Românticos – A Inglaterra na Era Revolucionária.** Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade – 1780-1950.** Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

HISTÓRIA, LITERATURA E ESPAÇO URBANO EM CORA CORALINA: POEMAS DOS BECOS DE GOIÁS E ESTÓRIAS MAIS

José Antônio de SOUZA FILHO¹

tony_historia@hotmail.com

RESUMO: A obra de Cora *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* é um documento rico na possibilidade da investigação sobre o cenário urbano da cidade de Goiás. Como se cruzam na obra, história, memória e ficção e como se encontra no tecido vivo da cidade é minha perspectiva de investigação.

PALAVRAS-CHAVE: História, Literatura e Espaço Urbano

ABSTRACT: Cora work of *Poems and stories alleys of Goiás* is more a document rich in the possibility of research on the urban landscape of the city of Goiás. How intersect in the work, history, memory and fiction, as found in living tissue of the city is my research perspective.

KEYWORDS: History, Literature and Urban Space

O interesse que me faz debruçar sobre esse tema parte da minha indagação ao ler os poemas de Cora Coralina no livro *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. É nessa obra que a poeta narra outra cidade, uma cidade despercebida aos nossos olhos. A “cidadezinha” de becos, muros e portões, uma cidade estranha a sua própria sociedade, formada pela escória, de casas velhas, de mulheres, às vezes de vida outra, de meretriz. Quero revisitar, nos poemas de Coralina, a personificação da cidade do pecado, da vida noturna e dos amores proibidos, a cidade esquecida, a cidade invisível. Cora Coralina poetiza o cotidiano, a vida obscura esquecida pela sociedade. Que cidade é essa que Coralina retorna? Qual a cidade que Coralina deixou? Qual a representação da cidade de Goiás nas obras de Coralina?

A cidade de Goiás na obra de Coralina não é mais a cidade de sua infância, ela esta transformada e mudada. Após 45 anos, Goiás mudou, ocorreram transformações no espaço e na gente. A cidade que Cora conheceu não existe mais, a “cidadezinha” esta diferente. Sejam por novas construções, cheiros e sons. A cidade não é mais cenária de sua

¹ Graduado em História pela UFG/Jataí.

infância. A cidade pertence há outro tempo, não mais o tempo da criança Coralina. Na verdade, não é a cidade que foi transformada e sim as relações em seu interior. Assim como prega Ítalo Calvino em *As cidades invisíveis* em Goiás de Cora se percebe varias cidades em uma só. As cidades que são invisíveis a nós ganha percepção aos olhos do narrador. É o olhar minucioso a detalhar os espaços vazios e esquecidos pela sociedade. Esses lugares são vozes silenciosas ao narrar o seu passado, expresso por marcas, rebocos, muros, portões e becos.

Olhar a desvendar a cidade perdida, a cidade literária que a transforma em versos. É a cidadezinha esquecida que a poeta não deixa de lembrar mesmo tendo passado muito anos, construída em seu imaginário e ganha representatividade em sua obra sobre os becos de Goiás.

É a escrita da memória de Cora Coralina, que configura significados para o passado inscrito na textura material da cidade e é esta textura que a partir da obra: *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* que temos. Através desta temos a construção do mapa simbólico da Goiás de Cora e sua sobrevivência no espaço e no tempo.

A primeira edição da obra é de 1965 pela editora José Olympio e a cidade já não era a mesma da infância da poetiza, é suas reminiscências, sua memória reconstruída que vai nos conduzir pela velha capital. É voltar à cidade texto e ao texto de Cora que nos faz desvendar como a cidade real foi representada e como a representamos.

Em todos seus livros, ela "escreve e assina os autos do Passado" ao compor poemas e contar histórias cujos enredos emergem do jogo da linguagem com as múltiplas camadas do tempo, interligando o passado, o presente e o futuro pela memória que reconstitui os espaços da cidade de Goiás.

Os estudos sobre cora e sua obra se tornaram visíveis a partir da década de 70 do século XX. Cito alguns:

Em Anais do Setas, Número 4, 2010, Maria Ivone Souza Melo publicou um artigo, onde apresenta, em linhas gerais, o projeto de dissertação que estava desenvolvendo, no qual retomava a obra autobiográfica de Cora Coralina, *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha* (1983), para buscar no conteúdo dessa produção relatos de aprendizado e representações do ato de ler na infância que se articule com trajetórias retrospectivas do acesso ao saber ler, desvelar as condições pelas quais essa escritora produziu diferentes formas de ler, identificando seus efeitos. Desta forma, através da historiografia literária voltada para as memórias de leitura, tentar construir uma análise que permita conhecer traços do processo de formação leitora dessa poetiza e escritora.

Em 2007 Clovis Carvalho Britto publicou na *OP SIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez artigo analisando as interconexões entre literatura, história e sociedade no poema “Do Beco da Vila Rica”, de Cora Coralina (1889-1985). Nele, observa-se como a poetisa registrou, através da memória dos becos, a história de mulheres do interior brasileiro nos séculos XIX e XX sob o olhar da periferia, dos que estavam à margem na considerada “boa sociedade”, enfim, a partir dos becos, válvulas coronárias de sua velha cidade.

Em 2006 veio a lume pelas mãos de Saturino Pesqueiro Ramón *Cora Coralina: o mito de Aninha* trabalho onde faz uma análise da obra e vida de Cora Coralina.

Clóvis Carvalho Brito publicou *Cidade dos becos: sociabilidade urbana em Goiás* através da poética de Cora Coralina. O autor observou como a poetisa Cora Coralina (1889-1985) promoveu, através de seu punho lírico, uma “radiografia” da sociedade em que esteve inserida. Buscaremos compreender alguns planos da vida objetiva e subjetiva em Goiás na transição dos séculos XIX e XX a partir das relações entre cidade e sociabilidade, arquitetura e vida mental, enfim, da memória dos personagens dos becos de sua velha cidade. O artigo encontra-se disponível em: www.urbanidades.unb.br/05/artigo_4_clovis_brito.pdf.

Em 2005 Andréa Ferreira Delgado publicou pela revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan/jun, o artigo *Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade"*

No artigo, a autora investigou a instituição de Goiás como uma cidade histórica e turística, entrelaçando séries discursivas que conferem visibilidade e sentidos à cidade ao trabalhar as relações do espaço urbano, o tempo e a história: a delimitação da cidade como bem cultural por meio da incorporação na ordem do discurso do Patrimônio Nacional; a invenção das tradições locais promovida pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições; a produção da cidade "Patrimônio da Humanidade" no *Dossiê de Goiás* e a escrita da memória de Cora Coralina, que configura significados para o passado inscrito na textura material da cidade.

Darcy França Denófrío publicou em 2004 pela global seleção de Melhores Poemas de Cora Coralina.

A obra de Cora *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* é um documento rico na possibilidade da investigação sobre o cenário urbano da cidade de Goiás. Como se cruzam na obra, história, memória e ficção e como se encontra no tecido vivo da cidade é o que mostra a obra.

Partindo da premissa que ao escrever o livro Cora já não mais tinha ante seus olhos a cidade da qual falava. Esta cidade vive em sua memória e o que ela lançava no papel

era representações de um tempo que não mais existia. Ela falava de outro tempo e lugar. Parti desta constatação, pois queria, agora, de nosso tempo ler a cidade texto e o texto que fala da cidade para, neste entrecruzar, buscar a cidade de Goiás.

Cora Coralina (1889-1985), nascida na cidade de Goiás, passou um período de sua vida nesta cidade. Mudou para o interior de São Paulo vivendo por lá 45 anos. Ao retornar para a Goiás, em 1956, sua cidade natal, ela se depara com outra cidade.

A cidade continuou a mesma nos seus espaços físicos, melhor dizer em sua arquitetura, manteve-se a forma original preservando os traços, as marcas e suas fachadas. Preservaram-se as marcas do início da colonização do interior do Brasil. Seu espaço urbano assemelha em forma das metrópoles européias.

A obra de Cora Coralina *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* vêm mostrar outra cidade que poucos conhecem. Quero elucidar em detalhes a sua obra mostrando como e porque ela tem essa visão da cidade, uma visão diferenciada das outras pessoas. Cora Coralina atribuiu aos becos um valor positivo que até então tinha “um valor negativo”. Espaços esse representados pelos problemas, injustiça, desigualdade e marginalização.

O olhar da poetisa é para os espaços esquecidos, deteriorados e obscuros e se justifica na necessidade de representar o que sua memória reteve o que ela possui da cidade ou mesmo, o que ela viveu antes de sua partida para São Paulo.

Os becos na obra de Cora Coralina são espaços de tamanha representação, estão repletos de leituras sobre a própria cidade. Os becos antes serviram a interesses privados, uma vez que restringiam a pequenos números de residências, acessos era formado por detrás das ruas principais.

Ao ler a cidade de Goiás na obra de Cora Coralina *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* queremos ver como a memória, fio condutor da narrativa de Cora é mobilizada para dar conta de uma dada representação e como situada hoje em outro tempo podemos ler a obra e ver a cidade.

Os estudos acerca do binômio história e literatura têm nos últimos anos aumentando muito no Brasil. Na esteira desse aumento pelos estudos dedicados à história e a literatura, os relatos autobiográficos, produzidos em quantidade considerável por escritores brasileiros do século XIX e XX, podem ser considerados fontes de grande valor para o estudo da interação entre os temas Memória, Literatura, Ficção e História.

Na poesia de Cora coralina a cidade é descrita parcial, becos, ruas, casas, são alegorias mais que apropriadas para se mostrar o que ocorria com o corpo da cidade. São fragmentos figurativos mostrados dispersamente, sem forma, mas nunca uma imagem

completa – e isso lhe confere o caráter alegórico. A imagem é fragmento, ruína. É importante ressaltar que essa superação só pôde ser realizada na própria prática textual; por isso, os escritores são considerados, por Barthes, como aqueles que mais se aproximaram da construção de uma semiótica urbana. (BARTHES, 1992, p. 155)

Uma cidade é, antes de tudo, um ambiente físico, uma “unidade funcional”, uma construção, no sentido arquitetônico do termo, composta de alguns elementos fixos – como as edificações – e outros móveis – a exemplo dos homens. Embora “a cidade” possa ser tratada de forma genérica a princípio, cada uma delas tem particularidades, assim como em cada época concebe-se uma noção de cidade. Segundo Kevin Lynch, a cidade tem uma “imagem pública” que se forma pela sobreposição das imagens criadas por vários indivíduos, e cada um deles tem uma imagem própria e única da cidade: “Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente”. (LINCH, 1997, p. 17) Para o homem à época de Cora, viver a modernidade citadina é ser arremessado ao turbilhão de uma realidade em desvario. O cenário dessa tragédia moderna é a cidade, que está sob a égide absoluta do fluxo do inusitado e da rápida obsolescência do que o capitalismo produz.

O Estado burguês moderno, que nasce com a Revolução Francesa de 1789, introduz na vida social uma dimensão de destruição dos costumes e da cultura tradicional, resultante do progresso contínuo das ciências e das técnicas. A filosofia iluminista foi de vital importância para tal sentimento de ruptura com o passado à medida que pregou a necessidade de se eliminar tudo que fosse feudal: nasce a modernidade fundada sobre a mudança permanente, tanto do âmbito político como da criação artística.

Esta nova atmosfera propiciou o surgimento da literatura sobre a cidade. Todo o espaço urbano é esquadrihado por centenas de olhos atentos e afoitos a descrever tudo o que era movido ou se fazia mover. Surge aí uma plêiade de escritores cuja musa, então, era o novo espaço urbano. Mas, ainda assim, a cidade parece ser material inesgotável, sempre passível de novas abordagens – mesmo porque, a nova cidade se renova a cada dia.

Nossa opção é cruzar espaço urbano, história e literatura que para Sandra Jatahy Pesavento:

Por vezes, esta aproximação da história com a literatura tem um sabor de déjà vu, dando a impressão de que tudo o que se apregoa como novo já foi dito e de que se está “reinventando a roda”. A sociologia da literatura desde há muitos anos

circunscrevia o texto ficcional no seu tempo, compondo o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera sua obra. A história, por seu lado, enriquecia por vezes seu campo de análise com uma dimensão “cultural”, na qual a narrativa literária era ilustrativa de sua época. Neste caso, a literatura cumpria face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão, “quase” na trilha da concepção beletrista de ser um sorriso da sociedade... Entendemos que, atualmente, estas posturas foram ultrapassadas, não porque não tenham valor em si – no caso da contextualização histórica da narrativa literária - ou porque sejam consideradas erradas – caso de focar a literatura somente como passatempo. Tais posturas se tornam ultrapassadas pelas novas questões que se colocam aos intelectuais. (PESAVENTO, 2006: <http://nuevomundo.revues.org/1560> - acesso em 26/10/2010.)

História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música.

Somente no início do século XX, com o advento da *Escola de Annales*, nascida na França e rapidamente expandida para o restante do mundo ocidental, graças à ajuda da Antropologia, da Psicologia e de outras ciências auxiliares, o uso da literatura como fonte adquiriu um novo sentido.

O desenvolvimento da geração de *Annales* criou uma nova vertente de estudos, a história das mentalidades, representada no Brasil por Mary Del Priore e Laura de Mello e Souza. A literatura finalmente passou a integrar o principal *corpus* documental consultado pelos historiadores. Obviamente, a vinculação do tema de investigação à história das mentalidades era condição *sine qua non*. Não se tratava de uma recomposição do passado, mas sim do pensamento dos homens que haviam vivido no passado.

A história cultural será nosso leme nestes mares onde se cruzam águas da História e da Literatura. Clara que nunca podemos nos esquecer das particularidades e códigos de cada uma das duas ciências

A principal fonte a ser usada neste estudo é o livro de Cora Coralina *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, publicado pela Editora José Olympio em 1965 quando Cora já estava de volta a sua cidade natal. Procurarei nos valer de outras fontes escritas como crônicas e reportagens de jornais da cidade do período em que a poetiza escreve. Documentos cartográficos, fotografias e iconografias do período, também, ajudarão a revisitar a cidade

narrada no livro de poemas. Outras obras da autora, que tenha como tema a cidade de Goiás, serão cotejadas com a obra em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- BRITO, Clóvis Carvalho. *Cidade dos becos: sociabilidade urbana em Goiás através da poética de Cora Coralina*. In: Urbanidades. Revista Eletrônica do PIP. Itinerâncias urbanas. UNB. http://www.urbanidades.unb.br/05/artigos_05.html. acesso em 27/10/2010.
- BRITO, Clovis Carvalho. “Do Beco da Vila Rica”, de Cora Coralina (1889-1985). In: *OP SIS*, vol. 7, n° 9, jul-dez de 2007.
- DELGADO, Andréa Ferreira. *Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade"*. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan/jun, 2005.
- DENÓFRIO, Darcy França. *Cora Coralina - Coleção Melhores Poemas - Global Editora*, 2004.
- LINCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MELO, Maria Ivone Souza. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha* (1983). In: Em Anais do Setas, Número 4, 2010.
- RAMÓN, Saturino Pesqueiro. *Cora Coralina: o mito de Aninha*. Goiânia: Ed. UFG, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*, Depates, 2006. <http://nuevomundo.revues.org/1560>, acesso em 25/10/10.

EXPERIÊNCIA URBANA, MEMÓRIA E NARRATIVA NOS ESCRITOS DE PEDREO NAVA: UMA LEITURA BENJAMINIANA

João Erastóstenes Doulgras CARDOSO¹

doug-eras@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho propõe uma leitura benjaminiana sobre a obra de Pedro Nava. Partindo da leitura dos mecanismos da filosofia proposta por Walter Benjamin – experiência, narrativa e memória – como resgate da experiência por meio da rememoração, na qual o narrador se apresenta como principal figura no trabalho que torna o passado um utensílio para a construção do presente. Assim, o foco é encontrar nas memórias de Pedro Nava esses mesmos mecanismos que, elaboram tanto a construção de um personagem - o próprio Nava – quanto a construção de um espaço – Brasil, Minas Gerais, Belo Horizonte – configurando-se como sujeito da memória, narrador dos fragmentos em prol de um todo.

PALAVRAS CHAVES: Experiência, Memória, Narrativa.

ABSTRACT: This paper proposes a Benjaminiana way of reading on the work of Pedro Nava. Going from the reading mechanism of Philosophy, given by Walter Benjamin – experience, narrative and memory – as the rescue of the experience by the reminiscence way, in which the narrator present itself as the principal figure on the work that makes the past a tool to build the present. Therefore, the focus is to find on Pedro Nava's memory these same mechanisms that help both creation of a character – the actual Nava – and creation of space – Brazil, Minas Gerais, Belo Horizonte – setting itself as a subject of memory, narrator of the fragments in favor of it all as a whole.

KEYWORDS: Experience, Memory, Narrative.

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contratos, correlações,

¹ Professor da Universidade Estadual de Goiás - UEG

aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar.

Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho... ...para o menino que está escutando e vai prolongar por mais cinqüenta, sessenta anos a lembrança que lhe chega, não como coisa morta, mas viva qual a flor olorosa e colorida, límpida e nítida e flagrante como um fato presente. (Pedro Nava; 1973, p.17)

O trabalho que aspiro desenvolver está vinculado a produção de narrativas memorialísticas que expressam a experiência de um indivíduo ou de um grupo. Não existe, entretanto a pretensão de reinventar o modo de se ver o estudo da memória, da narrativa ou da própria experiência, mas discutir as nuances, indagações e propostas obtidas por meio desse viés. Sendo assim, apegaremos à duas grandes personalidades do estudo memorialista, grandes apaixonados pela arte de narrar e pela experiência humana; Walter Benjamin (1892-1940), o filósofo e crítico alemão e Pedro Nava (1903-1984) um dos maiores, senão o maior memorialista brasileiro.

A obra do memorialista Pedro Nava, coloca-se em dimensões que ora aproximam, ora afastam do crítico modernista Walter Benjamin, apropriando-se do fragmento como utensílio de uma construção da totalidade, dos fatos vividos e relatados como característica fundante da experiência humana.

Os textos que se constroem nas memórias de Nava a partir de fragmentos recuperados de uma observação atenta do concreto. Fragmentos que se sobrepõem, ora hierárquica, ora caoticamente, num movimento intermitente técnico de montagem assemelha-se à “constelação” benjaminiana. Essa *anamnese* minuciosa do dado material combina-se com o estudo atento da arte e literatura da época. Por tudo isso, o memorialista brasileiro se aproxima do trabalho de Benjamin.

O indivíduo nessa perspectiva resgata o passado nas crises do presente, Nava cria seu próprio universo em suas memórias, desde *Baú de Ossos* (1972) até *O Círio Perfeito* (1983). Benjamin criticou e lançou propostas sobre a frieza estabelecida pela modernidade, na tentativa de arrebatá-lo o homem de sua pobreza de experiência ao lançar-se na construção da narrativa como resgate da imagem do indivíduo frente à modernidade.

Segundo Joaquim Alvez de Aguiar (1998) Pedro da Silva Nava nasceu na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Formou-se em Medicina na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em 1927 e fez parte de celebre geração modernista de Belo Horizonte. Como escritor tornou-se, considerado por muitos o maior memorialista da literatura brasileira.

Autor de uma coletânea composta de seis livros que carregam suas memórias. O *Baú de Ossos* (1972), texto que narra a história de seus antepassados. Posteriormente, já

revelando sua infância e acontecimentos de seu cotidiano vieram o *Balão Cativo* (1973), *Chão de Ferro* (1976), que também marca a transição da infância para fase adulta culminado com outros três livros: *Beira Mar* (1978), *Galo das Trevas* (1981) e, por fim, *O Círio Perfeito* (1983).

Se textos mineiros como o de Francisco de Paula Ferreira de Resende no século passado (Minhas Recordações), ou, no atual, o de Helena Morley (Minha Vida de Menina), entre alguns outros, já afirmavam o gênero, eram raros e só se tornam comuns hoje, quando se multiplicam. Também o Brasil cultivou pouco e nem sempre com brilho o depoimento pessoal, mas nos últimos anos recupera esse vazio, com a generalização de livros de memória. Agora, dezenas de políticos, escritores, artistas, cientista, gente comum e de todas as camadas sociais escrevem memórias, diários, depõem, fazem biografias e autobiografias, o que permite um aprofundamento do que é brasileiro, de possibilidade inexistente há poucos anos atrás. (BUENO, 1997, pg. 12)

Pedro Nava marcou por meio de suas memórias uma forte reconstrução da cultura brasileira no século XX, como os costumes familiares e sua cultura popular. A Belo Horizonte que marcou sua juventude e o Rio de Janeiro que também se inclui nessa fase, criam formas em suas narrativas com forte foco poético e uma profundidade de detalhes guardada aos grandes narradores. O fim de sua vida é um mistério. Cometeu suicídio com um tiro na cabeça aos 80 anos, por razões não conhecidas.

Walter Benedix Schonflies Benjamin nasceu em Berlim. Era de família judaica, fato que influenciava para com a formação de seu pensamento filosófico. Em textos do autor da década de 30, como *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo* (1989), *A rua de mão única* (1928), *Experiência e pobreza* (1933), *O narrador* (1936), *A Origem do Drama Barroco Alemão* (1928) *Sobre o conceito de Histórias* (1940) entre outras obras que propõe uma revolução messiânica, seus conceitos trabalhavam na perspectiva de causar rupturas. Produziu assim, severas críticas e discussões em relação ao positivismo e as teorias historicistas alemãs.²

A ruptura proposta por Walter Benjamin era precisamente contra a ideologia dominante e alienante da elite burguesa capitalista/industrial. Para o Filósofo a modernidade

² El historicismo implica, por tanto, una comprensión Del hombre em La historia y por La historia, como si la vida humana sólo a través de la historia pudiera esclarecerse... .. el grupo específico del historicismo alemán, de que aquí se habla, ocupa um puesto intermedio entre las dos tendencias de la época, El idealismo transcendental y el positivismo.

se via num intenso caos, no qual seus paradigmas estavam enraizados e dominados por uma filosofia positivista, linear e vazia, ou seja, pobre de experiências. Essa mesma perspectiva se apresenta em Nava. José Maria Cançado em seu livro intitulado *Memórias Videntes do Brasi: a obra de Pedro Nava* (2003), afirma que: “o Narrado/Nava é atirado para fora da posição dominante” (CANÇADO, 2003, pg. 153). O caráter narrativo de Pedro Nava não se prendia a uma evolução linear de suas experiências.

Para contar um baralho de cartas a única coisa a se fazer seria arrumá-lo diante do interlocutor; naipe por naipe e destes, colocar a seriação que vai do dois ao ás, ao curinga. Mas para explicar um jogo, um simples basto, para dizer de uma dama é preciso falar no cinco, no seis, no valete, no rei; é necessário mostrar a barafunda das cartas e depois como elas vão saindo ao acaso e organizando em pares, trincas, seqüência. Assim os fatos da memória. Para apresentá-los, cumpre dar raiz no passado, sua projeção no futuro. (NAVA, 1978 pg.178)

Como o Flaner de Benjamin, que ao reconstruir Paris dispõe seus fragmentos de experiência em um mosaico, Nava reconstrói Belo Horizonte por meio de um desenrolar de um carteador. Estratégia que lhe permitiu fugir da linearidade da escrita, além de construir a narrativa de uma época, que expressa a experiência do eu-coletivo. Ambas se apresentam em fragmentos que compõem um mosaico cultural, social, econômico e político de seu tempo.

Belo Horizonte seria para Nava o que Paris foi para Benjamin, muito mais que uma cidade, um lugar de memória, um objeto de estudo, a construção de uma imagem. Pedro Nava monta uma visão de cenas completas, contudo, fragmentadas. Essa montagem assemelha-se à idéia de constelação proposta por Walter Benjamin, no qual o passado se revela no presente.

Cançado (2003) compara as narrativas da chegada de Nava a Belo Horizonte, a estação, o desembarque, a chegada, com as viagens retratadas pelos judeus escravizados pelos nazistas rumo aos campos de concentração. O que cabe aqui é a forma de narrativa, o desfecho pouco importa, ou seja, o fato em si não é o objeto de análise, mas sim a retratação, a construção imaginária de Pedro Nava que se revolve na sua memória.

A geração de Pedro Nava teve como cenário um mundo marcado pelas relações entre modernidade, movimento urbanizador e vanguarda, todo significado das imagens citadinas apreendido através das lições modernistas, que ensinavam Mário e Oswald de Andrade, entre outros. Essas características das figurações de cidades, a presença da

defasagem temporal, no delineamento da imagem moderna urbanístico-literária, sugere a inclusão de outra referência para a leitura das memórias de Pedro Nava.

O Baudelaire para Benjamin em *Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo* (1989) era antes de qualquer coisa um observador e apreciador dos detalhes. Baudelaire impõe sua poesia até mesmo sobre espaços vazios, associando-o a uma missão. Nava se encontra encravado nessa perspectiva missionária, do choque, do resgate. O memorialista constrói sua poesia sobre detalhes e nuances enterrados em sua experiência.

A narrativa de Pedro Nava apresenta um caráter messiânico e totalitário, em contrapelo, nos fragmentos da sociedade e da cultura brasileira a partir de suas experiências. Para José Maria Cançado (2003) a composição memorialística de Nava compõe-se como uma vasta e incessante colagem de fragmentos, de restos, de resíduos.

Pedro Nava assim como Benjamin se colocou como críticos dessa visão dominante e elitista. Na experiência individual que Nava reconstrói o passado como uma herança para o presente ele choca elementos do passado brasileiro que se apresenta nas memórias como máculas. Como por exemplo, nossa marca escravocrata e periférica detalhada no texto *Baú de Ossos* (1972). Nessa reconstrução sem pudor nem barreiras, mas com detalhes e fatos, em outras palavras, em fragmentos e ruínas é que o memorialista Pedro Nava apresenta elementos da filosofia benjaminiana.

Ao criar seu próprio universo em suas memórias, Pedro Nava luta contra duas ordens de ruínas, a do olhar modernista que fixou seu perfil e a das cidades projetadas pela perspectiva fria estabelecida pela modernidade. Benjamin critica e lança propostas sobre esse mesmo prisma, a tentativa de arrebatrar o homem de sua pobreza de experiência e lançar-se à narrativa como resgate do indivíduo que passa por mutação no decorrer do tempo, mas que não perde seu caráter humano.

Contemporâneo alemão dos modernistas brasileiros, entre eles Pedro Nava, Walter Benjamin, propõe e ensaia em seus escritos à compreensão da sociedade modernista oitocentista, com elementos restaurados em fragmentos da vida urbana. Por meio do resgate crítico por qual o leitor passa, situa-o em sua atualidade. Para a leitura benjaminiana de Nava essa idéia de rememoração messiânica abrange as dimensões histórica, memorialística e ficcional.

Contudo, a obra de Benjamin oferece respaldo enquanto matéria concreta, ao contrapor corpo – individual - e cidade – coletivo. Pois, Antônio Sergio Bueno em *Viscera da Memória uma leitura da obra de Pedro Nava* (1997), faz uma leitura da obra de Nava com

um estabelecido eixo, espaço, corpo e figuração. Numa visão sintética, capaz captar o essencial das memórias navianas para montagens de retratos ou imagens, que o próprio memorialista adota como ânsia de uma totalidade gerada por fragmentos.

Outra tensão inquietante é a que se mostra entre a inevitável fragmentação ou descontinuidade das coisas e a ânsia de totalidade demonstrada pelo sujeito da memória... ...A ânsia da totalidade é outro tormento porque o memorialista não aceita a realidade humana da perda. O gosto pelo detalhe, a obsessão do pormenor é o traço de linguagem que traduz essa necessidade de tudo registrar, de obturar todos os vazios. São esses vazios, entretanto, que nos permitem falar do sujeito das memórias. (BUENO, 1997, pg. 23)

Nesse sentido o narrador de Benjamin é o que luta para não ser morto pela ânsia do herói moderno, que é pretendido por Proust a assumir e restaurar o presente; o Baudelaire, o Flaubert que vivem a modernidade, assim como Pedro Nava, são para a corrente benjaminiana os sujeitos de memórias.

Suas experiências entram em conjunção na memória, fatos do passado individual somados ao coletivo. “Provocam a rememoração em determinados momentos e davam-lhe pretexto de se reproduzir durante toda a vida” (BENJAMIN, 1989, pg.107). Assim o narrador remonta o passado gerando-lhe a eternidade.

Os caprichos de minha narrativa, certas analogias, algumas associações, muita estória puxa estória vieram me trazendo até os albores de 1924 antes que eu desse por findo tudo que teria de dizer sobre 1922 e 1923. Tinha de ser assim, para narrar meus estudos e a formação do grupo de estrelas. Para fazer um relato absolutamente cronológico teria de cair no que tenho evitado, que é o diário. Prefiro deixar a memória vogar, ir, parar, voltar. (NAVA, 1978 pg.178)

Walter Benjamin em *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão* (2002) nos remete a idéia de que a crítica, e conseqüentemente a memória, deve se vincular ao conhecimento puro, ou também vinculado a valorações herdadas do coletivo. Recortar o passado por meio das crises do presente é a proposta revolucionária do surrealismo na qual Benjamin enxerga uma perspectiva instigante para a observação da metrópole francesa.

Pedro Nava em *Chão de Ferro* (1976) e *Beira Mar* (1978) apresenta elementos da Belo Horizonte de sua mocidade. Encontra em suas lembranças os paradigmas isolados, individuais, e ao mesmo tempo remonta uma BH de festas, comemorações e decepções. É

nesse sentido da glória e do horror que a filosofia benjaminiana se encontra nas memórias de Nava.

Para Benjamin Paris tornou-se, nas décadas de 1920 e 1930, o principal objeto de sua pesquisa. Relatou sua experiência, as lembranças pessoais e a erudição filosófica. Das influências literárias da reformulação do conceito de alegoria e as reflexões sobre o cinema, arte, o conhecimento teológico aos estudos marxistas, desenvolveu uma inovadora metodologia crítica. Seu projeto era revelar o sentido contraditório da modernidade.

Quando Nava promove uma fuga da História linear e vazia, como já citado, presente na historiografia positivista dominante, o memorialista promove uma descentralização de suas memórias, um distanciamento do linear, apresentando traços da idéia benjaminiana. Ao observar o ir e vir de suas memórias, de suas experiências, sua narrativa revela o benjaminiano Nava.

A atividade escritural, desenvolvida por Nava, ainda que resulte de uma concepção prática e científica, pois estudou medicina, e artístico-literária, recebendo influências do cubo-futurismo, o expressionismo e do surrealismo, não pretende mais do que o registro da experiência de uma geração, pela via do testemunho pessoal. Ou seja, via narração de suas experiências.

Na base da empreitada não se evidenciam nem uma reflexão teórica nem uma consciência política, elaborada para fins de criticidade. Entretanto, a observação e recuperação de lembranças e o perspicaz senso estético-especulativo de seu ordenamento produziram um resultado que responde tanto a exigências da narrativa histórica, quanto da literária.

Ao recompor, com detalhes de imagens sensoriais, os cenários urbanos da vivência passada, tanto o Rio quanto a própria Belo Horizonte, as memórias de Nava superam os limites da autobiografia individual e reproduzem, em dimensão coletiva, o choque de poderes, saberes e desejos que configurou a sociedade brasileira do período conhecido como entre-guerras. Revela-se assim, toda a face de uma sociedade em um espaço físico e temporal.

A modernidade e suas nuances geram uma série de situações para o crescimento intelectual e crítico de Walter Benjamin. Que elabora então uma série de conceitos como: crítica, tese, linguagem, memória e narrativa, sendo os dois últimos os principais pilares de seu conceito de História, a história a contrapelo.

Walter Benjamin adquiriu contato com várias teorias. Porém, não parece correto apontar um Benjamin antes e depois da década de 30 como muitos pretendem fazer. Não se

pode fragmentar o pensamento de alguém que experimenta várias teorias, dividido em um antes e depois, esse crítico conseguiu absolver e discutir com uma leva muito grande de idéias, transformando seu trabalho único e complexo.

Nesse cenário, a memória e a narração para Jeanne Marie Gagnebin (2007) se colocam como ferramentas fundamentais para construção da teoria da História benjaminiana. As duas noções serão utilizadas como âncoras para aproximar o passado do presente, trabalhando ora como força messiânica ora como apropriação do passado para construção historiográfica do século XX.

O *anamnese*³ que Nava coloca ao construir sua narrativa evidencia sua experiência, torna-o sujeito da memória, o que para Benjamin seria o responsável por reconstruir a história sob uma nova perspectiva, que fugiria do olhar frio, vazio e elitista estabelecido pelo positivismo e alcançaríamos, assim como a obra de Nava foi – uma reconstrução cultural do Brasil por ele vivido – uma História mais próxima do real, de fragmentos bons ou ruins que constrói um povo, um lugar e até mesmo um sujeito.

A memória e narrativa em Pedro Nava destaca muito mais que detalhes e fragmentos. As memórias de Nava, que também são compreendidas como reconstruções do passado, revelam vários aspectos da cultura brasileira. Sendo assim, a filosofia benjaminiana se revela no ato messiânico que Nava constrói ao revelar o passado do Brasil por meio de suas lembranças.

A memória enquanto captadora do passado pode ser classificada como uma partilha que a modernidade interrompe, impossibilita. Em *O Narrador* (1994), Benjamin deixa claro o valor épico da faculdade de rememorar. Que em Nava se apresenta com uma grande riqueza de detalhes

A relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é denominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades
(Benjamin 1994, p. 210)

A memória ao salvar o passado do esquecimento, por meio da rememoração⁴, restaura a figura do narrador, o pensamento benjaminiano nesse aspecto encara a experiência

³ Anamnese: é um conceito platônico que define a recuperação, pela alma, do conhecimento perdido, ainda que esteja presa ao corpo físico. a alma é sabia é imortal, ao nascer, a sabedoria é obscurecida. Substitui a teoria da reminiscência de Platão pela teoria da iluminação.

⁴ Rememorar: forma com que a narrativa acerca do passado nos remete à nossa própria condição histórica.

como relicários da memória que pode e deve nos iluminar como mecanismo de resgate do passado *Des Ausser-uns-Seins* — do que estar-fora-de-nós. Pedro Nava nesse sentido reconstrói o Narrador que Benjamin acredita ter sido sucumbido pela modernidade.

Walter Benjamin, como legado deixou-nos uma obra filosófica na qual se cruzam os assuntos que tentava compreender e estudar: História, Modernidade, Arte, Tecnologia, Literatura dos séculos XIX e XX e as obras literárias de Baudelaire, Brecht, Hölderlin, Kafka e Proust. Aqui destacaremos Proust e Kafka dentre tantas influências sofrida por Walter Benjamin. Tais escritores, principalmente Proust, também marcam profundamente o estilo de narração assumido por Pedro Nava.

Márcio Seligmann-Silva em *Ler o Livro do Mundo (1999)* explica que o filósofo tenta analisar o advento da experiência da vida cotidiana no século XIX e XX, já que toda a experiência humana transformou-se profundamente, desconfigurando assim a imagem do tradutor, como conseqüência a imagem do presente.

Hannah Arendt (1987) destaca as principais contribuições de Proust e Kafka sob a influência ao pensamento benjaminiano. A autora os apresenta como importantes formadores do pensamento desse que se tornaria um dos maiores críticos literários do século XX, pois ambos foram responsáveis por lhe apresentar outras teorias. A experiência particular e privada de Proust segundo Gagnebin no prefácio de *Obras Escolhidas, Magia e técnica, Arte e Política* (1994) não está vinculada a grande experiência coletiva, base fundamental da narrativa antiga.

Para Rízzia Soares Rocha em *O Pensamento Temporal de Walter Benjamin e Marcel Proust (S/D)* a teoria de Proust busca a reorganização dos sentidos, em conseqüência da memória. Nessa perspectiva a fragmentação das sociedades dilacera a individualidade de seus habitantes, Proust busca então uma nova forma de narrativa, no qual forja em meio a essa sociedade multifacetada um novo conceito de verdade pela a leitura e decifração de indícios.

A influência de Proust é também preceptivo na forma de narrativa de Pedro Nava. Os detalhes, os fragmentos, as construções de imagens que, para Benjamin constrói uma totalidade, está presente nos textos do memorialista brasileiro. Os indícios que eram de tamanha importância para Proust, e posteriormente, supervalorizados pelo pensamento benjaminiano é incontestável na obra de Pedro Nava.

A riqueza da invenção proustiana consiste em contar não apenas com a dimensão temporal que a ciência estática e newtoniana de seu tempo não podia conceber e que Einstein valorizou, mas com a possibilidade de saltar acontecimentos da

história de seu herói sem se submeter à dimensão cronológica do tempo.
(WILLEMART, 2000, pg.153)

Para Proust, segundo Philippe Willemart em *Proust, Poeta e Psicanalista* (2000), o narrador constrói uma lógica dos acontecimentos independente da reminiscência⁵ no sentido platônico da palavra, que mesmo estando ligada a memória simbólica ou lógica, por meio de uma lembrança primeira, que por conseqüência reconstrói o passado.

Tal qual Proust, de quem foi assíduo leitor, Nava começava a trazer à tona o que estava submerso, assim como também Benjamin almejava, ao abrir o baú da memória, a exumar e a reanimar seus mortos. No lugar dos elementos do passado de Marcel Proust, os doces de coco, o cheiro do cravo, a carne, a banha e o sabor de porco que toma toda a comida mineira, a batida do Ceará, a rua do Ouvidor, a topografia de Juiz de Fora. São os fragmentos que constroem o mosaico benjaminiano em Nava.

Essa falta de linearidade defendida por Walter Benjamin está absolutamente intrínseca nas memórias de Nava. “Se o escritor é o ser que atravessa as fronteiras do símbolo e do imaginário para remontar um pedaço do real, como salientamos, ele cria com um esforço imenso que lhe permitirá revelar uma migalha do real.” (WILLEMART, 2000, pg.155).

O que Benjamin busca com as constelações é justamente remontar esse passado migalha por migalha. Nava em suas migalhas chega muito próximo do real de Brasil, de Minas, de Belo Horizonte, de suas próprias experiências. Usa-se o individual na construção do coletivo sob influências da narrativa proustiana. Neste trecho de *Balão Cativo* (1973) é perceptivo o uso do “Eu” para a construção e revelação do “Nós”.

Guardo várias recordações do nosso futebol. Dos uniformes: camisa de flanela às riscas pretas e vermelhas; bonés, como os de jóquei, do mesmo pano ou gorros de malha enterrados por cima das orelhas, até aos olhos e à nuca, calções brancos, chuteiras de couro cru amarelas ou esverdeadas, com travas transversais ou cilíndricas. Eram acolchoadas, enfiadas com longos cadarços que era moda, pôr em espica – dando voltas em 8 em torno aos maléolos e em torno aos pés. Lembro do Willer Pinto e da sua palamenta de caneleiras, tornozeleiras, joelheiras e enchimentos prudentes para atenuar o baque dos trancos. Ele, aliás, me

⁵ Reminiscência; Uma das condições para a indagação ou investigação acerca das Ideias é que não estamos em estado de completa ignorância sobre elas. Do contrário, não teríamos nem o desejo nem o poder de procurá-las. Em vista disso, é uma condição necessária, para tal investigação, que tenhamos em nossa alma alguma espécie de conhecimento ou lembrança de nosso contato com as Ideias (contato esse ocorrido antes do nosso próprio nascimento) e nos recordemos das Ideias ao vê-las reproduzidas palidamente nas coisas. Deste modo, toda a ciência platônica é uma reminiscência.

impressionava muito! não por esses instrumentos, não por jogar pessimamente, mas pelo fato de ser parente próximo do rei de Espanha. Pelo menos assim passei a considerá-lo, num dia em que ele, falando de seus progenitores, confiara à roda dos colegas: minha mãe e infante. Eu, que ainda não tinha ouvido falar de família Infante Vieira, tomei a D. Cecília como Infanta (feito as duma história de O Tico-Tico) e, esnobe, regozijei-me de ser condiscípulo dum príncipe da Casa d'Áustria. Lembro-me dos nossos grandes jogadores com o Titita Prates, seu irmão Gilberto, o Antônio Otôni (Parrinha), Leopoldo Barbosa, Camilo Pimentel, Edson e Guy Jacob, Gerson Coelho, Francisco Brandão, Zé Megali e Álvaro Sales... (NAVA, 1973, pgs. 136/137)

Ao narrar seus amigos, seu time de futebol, suas surpresas, suas sensações Nava revela toda uma estrutura cultural. Sob sua ótica se revela um complexo comum a um determinado grupo social. Em *O narrador* (1936) Benjamin esclarece que essa experiência individual que passa por toda e qualquer pessoa é a fonte para qual todo narrador irá recorrer.

Para Bueno o sujeito da memória de Pedro Nava está todo voltado para o passado. Porém, com base em Benjamin, o Narrador não olha o passado com saudosismo apenas, mas como fonte de explicação para seu presente. O memorialista Pedro Nava também não se atem a ruína pela ruína, mas se busca o resíduo, o fragmento, o detalhe para haver uma construção totalitária. O Narrador benjaminiano encontrado em Pedro Nava “é uma espécie de colecionador de ruínas que nelas reconhece ao mesmo tempo o horror do escombros e a glória do vestígio” (BUENO, 1997, pg. 45).

Segundo José Maria Cançado o narrador Nava povoou o mapa de suas memórias para compor uma identidade que se define com alteridade, buscando na memória elementos de nossa formação. O núcleo familiar é a porta de entrada que a narrativa naviana usa para entrar no mundo brasileiro, composta de uma singela negação na promoção da ruptura preterida por Benjamin em relação ao esfriamento das relações através da modernidade.

A filosofia benjaminiana trabalha a estrutura da memória como decisiva para a estrutura filosófica da experiência, esta é matéria da tradição, tanto no privado quanto no coletivo. A modernidade promove a perda da experiência. A análise do fracasso da *Erfahrung* — *Experiência*, é uma discussão presente no texto *A Criança, O Brinquedo, e a Educação* (1984). No mundo capitalista moderno em detrimento da individualidade e do isolamento, Benjamin propõe a reconstrução da experiência humana para garantir uma nova forma de narrativa (Gagnebin, 1994). Nava resiste à tendência da atrofia progressista da experiência na modernidade. Em Benjamin a experiência engloba várias formas de viver, e construir sua

realidade. O memorialista brasileiro Pedro Nava foi um guardião da memória, não simplesmente em atenuantes singulares, mas em dados acumulados na experiência. Nava se revela para a filosofia benjaminiana um colecionador de cacos. Ele consegue, ao liberar o objeto do tempo contínuo, devolver à aura as experiências pretéritas.

A forma como Nava narra a vida de sua família, seus descendentes, sua infância, sua juventude no Rio e em Belo Horizonte, o ar cômico no qual tratou em *Beira Mar* (1978) do emprego de sua mãe, revelam situações do cotidiano sem que ele se prenda ao mesmo. Nava empregou em suas memórias o distanciamento necessário para se enxergar o coletivo e ao mesmo tempo demonstrou alto grau de envolvimento ao transparecer suas emoções e sentimentos.

Nessa perspectiva é que ora se aproxima ora se distancia o memorialista brasileiro do crítico alemão. Benjamin constantemente é ressaltado nos escritos de Nava. Em *Beira Mar* (1978) a alegoria messiânica, revolucionária proposta pelo filósofo alemão se destaca quando o memorialista afirma: “A esse propósito vale lembrar que *A Revista* preconizava não se atirassem pedras indiscriminadamente no passado mas que, antes, ele fosse cultivado” (Nava; 1978 pg. 214). Tanto para Benjamin quanto para Nava o passado serviria de auxílio para esculpir melhor o presente e por consequência o futuro.

Ainda no texto *Beira Mar* (1978) Nava diz que: “o passado não é um museu em que o visitante passeia um olhar de vidro. É coisa viva.” (NAVA, 1978 pg. 214) é essa a principal idéia benjaminiana encontrada em Nava. Não a ânsia moderna que embrenha em caos e contradições, mas uma perspectiva messiânica do passado em relação ao presente.

A experiência assassinada pela modernidade não morre nas memórias de Pedro Nava. O cultivo de suas lembranças faz de seus escritos sempre textos vivos. A rememoração reconstrói o passado por ele vivido e experienciado. Nava assume a proposta de Walter Benjamin de não assumir uma linearidade vazia e pragmática da experiência humana.

Benjamin em *Experiência e Pobreza* (1933) deixa bem claro a dimensão do problema quando afirma que: “*Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie*” (Benjamin, 1994, p. 117). Remontar o passado exige muito mais do que lembranças, é necessário a arte da narrativa. Como se soubesse que é preciso viver para só então se pôr a narrar, Pedro Nava esperou a sua hora. Formou-se, amadureceu as experiências vividas, para depois rememoralas; não como romance ou poesia, mas como memórias.

Parafraseando Michael Löwy no texto *Walter Benjamin: aviso de incêndio* “Não há luta pelo futuro sem memória do passado.” É que se pode afirmar que os elementos benjaminianos encontrados em Nava revelam um homem capaz de reconstruir o passado e lutar pelo futuro. É nesse contexto que o memorialista brasileiro Pedro Nava apresenta elementos da filosofia do alemão Walter Benjamin, na arte de narrar, na rememoração e exposição de suas experiências. Revela-se muito mais do que um homem, mas todo um complexo cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Obras de Walter Benjamin

_____. Nava, Pedro. 1903- Baú de Ossos : memórias. 2º Ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympia Editora – Sabiá, 1973.

_____. Nava, Pedro. 1903- Balão Cativo : memórias/2 . Rio de Janeiro, J. Olympia Editora, 1973.

_____. Nava, Pedro. 1903- Beira Mar : memórias/4. Rio de Janeiro, Livraria José Olympia Editora, 1978.

Benjamin, Walter. O Conceito de Crítica de Arte No Romantismo Alemão – Tradução: Marcio Seligmann. Ed. 3º; Editora Iluminuras. 2002.

Benjamin, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Obras Escolhidas II: Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

2) Obras Gerais

Bueno, Antônio Sérgio. *Vísceras da Memória: uma leitura da obra de Pedro Nava*, - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

Cançado, José Maria. *Memórias Videntes do Brasil : a obra de Pedro Nava* - Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2003.

Historia de la Filosofía VI. Segunda edición : bibliotecas de autores cristanos. Madrid : MCMLXXXVIII.

Arendt, Hannah. *Entre o futuro e o passado*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

- _____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Campos, Maria José Jóia Forte S. e. O Corcundinha, o anão e o anjo: modernidade e contemporaneidade em Walter Benjamin. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1996 (tese de mestrado)
- Damião, Carla Milani. A coroação do anti-subjetivismo. In. Revista Cult, n° 106, ano 9: p. 57-59.
- Falcon, Francisco José Calazans. Historicismo: antigas e novas questões. *História Revista*, v. 7, n°1/2, 23-54, jan/dez. 2002
- Freire Júnior. Josias José. A filosofia da História de Walter Benjamin. *Revista de Teoria da História*, ano 1, n° 1, 4-16: 2009.
- Gay. Peter. A Cultura de Weimar. 1978.
- Gagnebin, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. Memória, História e Testemunho. In. Bresciani, Stella & Naxara, Márcia (orgs.) Memória e (res)sentimento. Campinas-SP: UNICAMP, 2004. p. 85-94
- _____. *Sete aulas sobre linguagem, memória e História*.. Rio de Janeiro: imago, 1997.
- Löwy, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Martins, Estevão de Rezende. Historicismo: tese, legado e fragilidade. *História Revista*, v. 7, n°1/2,1-22 jan/dez. 2002
- Pollak, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- Rounet, Sergio Paulo. *Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. Apresentação. In. Benjamin, Walter. *Origem do drama barroco*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 11-47
- Seligmann-Silva, Márcio. *Ler o livro do mundo*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CIDADES DAS LETRAS: O POETA COMO CONSTRUTOR DO URBANO

Marcos Antonio de MENEZES¹

pitymenezes.ufg@gmail.com

RESUMO: Indagar sobre as representações da cidade na cena escrita construída pela literatura é, basicamente, ler textos que lêem a cidade, considerando não só os aspectos físico-geográficos (a paisagem urbana), os dados culturais mais específicos, os costumes, os tipos humanos, mas também a cartografia simbólica, em que se cruzam o imaginário, a história, a memória da cidade e a cidade da memória. É, enfim, considerar a cidade como um discurso, verdadeiramente uma linguagem, uma vez que fala a seus habitantes, revela a eles suas partes e seu todo.

Palavras-chave: cidades, história, literatura.

ABSTRACT: Inquire about the representations of the city scene written in the literature is built, basically, read the texts they read the city, considering not only the physical-geographical (urban landscape), the data more specific cultural, customs, human types, but also the symbolic cartography, which cross the imaginary, history, memory of the city and the city's memory. Finally, it is considered the city as a speech, a true language, since it speaks to his people, tells them their parts and whole.

Keywords: cities, history, literature.

Foi a raça maldita de Caim, o primeiro demônio humano, que se espalhou sobre a terra e fundou as primeiras cidades. *Raça de Caim, tua argamassa, jamais foi sólida o bastante* (BAUDELAIRE, 1985, p.420) O fruto de um povo marcado pelo crime e ódio não poderia ser doce, e sim amargo. Após o dilúvio – castigo de Deus contra os infratores de suas leis, contra a geração de Caim –, aqueles que sobreviveram fixaram-se em uma planície na terra de Sinear e, ali, começam a edificar uma cidade e uma torre *cujos cumes toquem nos céus*.² No entanto, Babel – cidade erguida com tijolos queimados; pretensão dos homens a criadores – não poderia persistir; não era lícito ao homem igualar-se a Deus. O homem não poderia

¹ Professor da UFG, atuando na graduação em Jataí e na Pós (mestrado e doutorado) em Goiânia. É doutor em História Cultural pela UFPR.

² Gênesis, primeiro livro da bíblia, que narra a criação, 11.

construir outra natureza, artificial, erguida sobre a natureza primordial e unitária: a obra divina.

Então o Senhor – ao ver a cidade e a torre, o que os filhos dos homens faziam, e perceber que, *agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer*³ – resolveu lançar mais uma maldição sobre a própria criação: as línguas foram embaralhadas, e os homens não mais se entendiam. *Assim o Senhor os espalhou dali sobre a face da terra; e cessaram de edificar a cidade.*⁴

A cidade do século XIX é a Babel que prospera com a perda das conexões e a falta de referência aos valores do passado; palco para a atrofia progressiva da experiência relativa à tradição, à memória válida para toda a comunidade, substituída pela vivência do choque ligada à esfera do individual. O impacto da técnica moderna mudou tudo e, especialmente, a cidade, cuja capacidade de regeneração – metamorfose sem fim de autodestruição criativa – foi ficando cada vez mais rápida.

A partir da Revolução Inglesa e, em especial, no século XIX, o desenvolvimento das cidades muda de ritmo não mais para acompanhar as badaladas dos sinos nos mosteiros, mas o tic-tac do relógio mecânico. Agora, o crescimento ou refluxo obedece às normas ditadas pelas necessidades econômicas de produção de mercadorias, e não simplesmente de trocas. Aparece, então, a cidade moderna: afastada do mundo religioso dos mosteiros e das igrejas, mas condenada a se erigir à beira dos muros da fábrica, com a fumaça das chaminés a encobrir os campanários das antigas igrejas e o relógio das indústrias a regular o tempo nas ruas. A arquitetura do passado cede rapidamente terreno a formas e contornos do mundo da produção e do trabalho.

Baudelaire pôde constatar pessoalmente isso quando o bisturi urbanístico do barão Haussmann golpeava a velha Paris, abrindo no corpo palpitante da cidade as grandes artérias – os bulevares – projetadas por Napoleão III. Nesse momento, não havia ainda – à disposição da nascente literatura sobre o urbano – um vocabulário próprio para denominar o novo cenário. As associações metafóricas são usadas na falta de um outro referencial, e a cidade é descrita em metáforas médicas, metáforas visuais relacionadas com a natureza, metáforas orgânicas ou, ainda, metáforas bíblicas. Carl Schorske (1980, p. 47) apresenta três modos de avaliar a cidade, reunindo essas metáforas nas seguintes imagens: cidade como “virtude”, como “vício” e como algo “além do bem e do mal” – sendo esta representativa da superação de discursos monolíticos construídos com base nas duas primeiras.

³ *Ibidem.*

⁴ *Ibidem.*

Na poesia de Baudelaire, estão presentes as metáforas da morte, da destruição, da degeneração, da putrefação, da caveira. São alegorias mais que apropriadas para se mostrar o que ocorria com o corpo da cidade. São fragmentos figurativos mostrados dispersamente, sem forma, mas nunca uma imagem completa – e isso lhe confere o caráter alegórico. A imagem é fragmento, ruína. É importante ressaltar que essa superação só pôde ser realizada na própria prática textual; por isso, os escritores são considerados, por Barthes (BARTHES, 1992), como aqueles que mais se aproximaram da construção de uma semiótica urbana.

Uma cidade é, antes de tudo, um ambiente físico, uma “unidade funcional”, uma construção, no sentido arquitetônico do termo, composta de alguns elementos fixos – como as edificações – e outros móveis – a exemplo dos homens (LINCH, 1997, p. 17). Embora “a cidade” possa ser tratada de forma genérica a princípio, cada uma delas tem particularidades, assim como em cada época concebe-se uma noção de cidade. Segundo Kevin Lynch, a cidade tem uma “imagem pública” que se forma pela sobreposição das imagens criadas por vários indivíduos, e cada um deles tem uma imagem própria e única da cidade: *Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente.* (Ibidem, p. 51)

Esta nova atmosfera propiciou o surgimento da literatura sobre a nascente grande cidade. Todo o espaço urbano é esquadrihado por centenas de olhos atentos e afoitos a descrever tudo o que era movido ou se fazia mover. Surge aí uma plêiade de escritores cuja musa, então, era o novo espaço urbano. Mas os seguidores do “artista-demolidor” – alcunha que Haussmann deu a si mesmo – proliferaram junto com os escritores da nova cidade. Depois de o poeta de *Les Fleurs du Mal* ter traduzido, em versos, as mudanças que a nova cidade do século XIX provocava na alma e no mundo físico, muitos outros se ocuparam de tal tarefa. Mas, ainda assim, a cidade parece ser material inesgotável, sempre passível de novas abordagens – mesmo porque, a nova cidade se renova a cada dia.

Nessa cidade, os conflitos vão ganhar contornos mais nítidos, como se os corpos dos seus habitantes antes estivessem presos às suas pedras. Pedras serão deslocadas e explodirão em miríade sobre as cabeças convulsas dos seus atônicos cidadãos.

No século XIX, o fenômeno urbano inquietou as almas, tanto as mais sensíveis quanto as mais rudes. A experiência da vida nas metrópoles fez com que a tradição literária se ajustasse ao estudo singular dessa nova sensibilidade produzida. É a literatura das grandes cidades cosmopolitas – principalmente das capitais culturais da Europa – que trazem em si a complexidade e a tensão da vida moderna. Certamente, essas cidades eram mais do que

lugares de encontros casuais; eram ambientes geradores de novas artes, pontos centrais da comunidade de intelectuais, e mesmo de conflito e tensão entre estes.

A princípio, a reação de escritores e intelectuais foi de abandonar a cidade: escapar dos vícios, da velocidade, do agigantamento. O tipo humano nela formado tem sido aquele que compõe a base de uma profunda recusa cultural, visível naquela moda literária nascente – a pastoral – que tanto pode apresentar uma crítica à cidade quanto a superação dela. Mas, apesar disso, escritores e intelectuais sempre gravitaram ao redor das cidades. A multidão em desvario, indiferente ao destino dos demais, chamou a atenção de quem tinha por ofício a escrita. Nas páginas de romances, novelas, contos e poesias, tal população aparece acelerando o passo para não tardar no compromisso com os ponteiros do relógio fabril. Homens e mulheres são empurrados pelo ritmo das fábricas e avançam como esteiras de máquinas na linha de montagem. Atentos e também vivendo no meio desse tumulto, os escritores do século XIX buscaram matéria literária nesse conteúdo desordenado.

A literatura surgida a partir de meados do século XIX é tipicamente cidadina. Isso já começa a ser percebido com o romance romântico, que, por se deter no modelo de vida burguês, tende a se concentrar mais nos espaços urbanos, mas sem perder de vista a concepção de que o campo é o lugar ideal, que concentra uma forma idílica de pureza original. Talvez pelos mesmos motivos que fizeram com que os românticos "guardassem" o desejo do campo, os realistas do fim do século XIX se afastaram cada vez mais dele, concentrando sua atenção primordialmente na vida da cidade.

Indagar sobre as representações da cidade na cena escrita construída pela literatura é, basicamente, ler textos que lêem a cidade, considerando não só os aspectos físico-geográficos (a paisagem urbana), os dados culturais mais específicos, os costumes, os tipos humanos, mas também a cartografia simbólica, em que se cruzam o imaginário, a história, a memória da cidade e a cidade da memória. É, enfim, considerar a cidade como um discurso, verdadeiramente uma linguagem, uma vez que fala a seus habitantes, revela a eles suas partes e seu todo.

Tudo é ação numa cidade grande!, exclamava Restif de la Bretonne já no século XVII,⁵ justificando o interesse pela errância urbana. Se a própria cidade não para de crescer, também o interesse da literatura por ela só expande e chega até nossos dias. Neste espaço de tempo, século XVII até hoje, início do século XXI, a destruição e a reconstrução da cidade, também não cessaram. As cidades, que até então conservavam uma aparência medieval. Com

⁵ Quando Restif de la Bretonne escreve sua obra *Les Nuits de Paris*, 16 volumes editados entre 1788 e 1793, a capital francesa tinha aproximadamente 700 mil habitantes.

suas ruelas sujas com esgoto escorrendo a céu aberto, cede espaço a cidade aberta por grandes avenidas (os *boulevards* de Paris) favorecendo a perambulação.

Se, no século XVII, a *flânerie* ainda não era de todo possível devido o aspecto insalubre da cidade a partir do século XIX, as reformas no espaço urbano – tendo como modelo a Paris de Haussmann – propiciariam o livre passeio pela malha da cidade e com isto favorecer sua descrição pela literatura. Neste período o desenvolvimento da imprensa, também, contribuiu para que a nova “escritura” da cidade se afirmasse. O texto rápido que narra o desenrolar da vida no dia-a-dia da cidade é a moda que ganha às páginas dos jornais inaugurando a reportagem.

Dickens, Balzac, Hugo, Dostoiévski, Gogol, Zola, para só citar literatos europeus do século XIX, foram alguns dos que, ansiando por desvendar a alma humana, compreenderam que deviam debruçar-se sobre a janela do gabinete onde escreviam e encarar a cidade, estabelecendo um fluxo entre o devaneio pessoal e intransferível e o bulício das ruas.

Não é por menos que Baudelaire sugeria que o verdadeiro artista moderno deveria *épouser la foule* e que para o observador apaixonado, o *flâneur*, é grande fortuna escolher sua moradia *no numeroso, no ondulante, no movimento, e no fugitivo e infinito*. (BAUDELAIRE, 1988, p. 170.)

E é, no entanto, o próprio Baudelaire quem funda uma poesia voltada para a cidade e oriunda dela, escrevendo sobre a Paris do Segundo Império, uma cidade grandiosa, planejada, urbanizada, centro da produção intelectual e cultural e pólo irradiador de idéias na época. A face da Paris que revela é caótica e opressora, apresenta claramente aquele caráter dicotômico que aponta para a atração e a repulsa. O olhar da poesia volta-se para o submundo, para a miséria humana: a mulher é a prostituta; as imagens são carregadas em cores fortes, sombras e detalhes, produzindo estranhamento, choque, horror e, ao mesmo tempo, fascínio.

Transformar em poesia uma cidade: representar seus personagens, evocar figuras humanas e situações; fazer com que em cada momento mutável a verdadeira protagonista seja a cidade viva, sua continuidade biológica, o mostro - Paris: essa é a tarefa à que Baudelaire se sente chamado no momento em que começa a escrever *Les Fleurs du mal*.

Baudelaire nos revela, como num quadro de fisionomias, o que está interno ao olhar, percepção que na metade do século XIX nos dá a idéia do *Outro*, do que não temos controle, que perambula desatento e aflito, que foge ao olhar e ao verbo.

O olhar do *flâneur* vai de encontro ao olhar da bela passante na multidão, e o detém, por menos de um instante, mas ao perdê-lo apreende que a Paris do século XIX é um

mosaico de luzes, movimento, e solidão. A bela passante é esquecida e lembrada a cada instante.

Em Baudelaire, assinala Williams – *a cidade era uma ‘orgia de vitalidade’, um mundo instantâneo e transitório de ‘êxtases febris’*. (Williams, 1989, p. 316)

Nesse contexto, no século XIX, Baudelaire aparece como criador de um paradigma da cidade moderna, ao assimilar, principalmente, o caráter brusco e inesperado que caracteriza a vida transitória do homem moderno. Na leitura que Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994) faz do escritor, está presente a idéia de que a arte é também um ato de resistência, um protesto comum contra a sociedade. Leitor de Baudelaire e de Benjamin, Marshall Berman (BERMAN, 1986) mostra como o herói moderno de Baudelaire abre um caminho que vai além da representação imagética tradicional da cidade como virtude ou como vício. Ao romper com a tradição literária que ao mesmo tempo integrava e ao criar uma linguagem própria, nascida da observação das cidades, Baudelaire acabou criando um novo modelo de cidade moderna, que corresponde justamente à imagem da cidade “além do bem e do mal” de Carl Schorske (*Op. cit.*, p. 47.). Os caminhos que Baudelaire abriu com sua esgrima criaram, então, uma matriz de cidade moderna.

Baudelaire buscou, na imensidão das grandes cidades, o efêmero que caracterizou sua época. O momento histórico de Baudelaire foi aquele em que a cidade era o local privilegiado da disputa pelo poder, em que este espaço estava no centro dos acontecimentos como fonte obscura e temível do próprio poder.

Ordenar, disciplinar esta cidade vira obsessão para os governantes saídos das lutas de 1848. A defesa contra a ameaça revolucionária dá o tom das intervenções que vão provocar o deslocamento de uma ordem — até então confusa e mal-traçada — que remonta ao período medieval.

Ambientes públicos e privados são separados e até contrapostos por medidas legais. A via pública passa a ser o lugar onde cada um se misturará com os outros sem ser reconhecido. É aí que Baudelaire se sente só em meio à multidão. A rua oitocentista, filha da rua medieval, acaba por modificá-la e destruí-la: os caminhos sinuosos e irregulares são alargados e substituídos. Velhos bairros são demolidos, e uns poucos edifícios antigos – os mais importantes – são mantidos por serem considerados documentos históricos. Estes edifícios “isolados” tornam-se “monumentos” separados do ambiente urbano. Arte e vida já não estão entrelaçadas, o ambiente cotidiano começa a ficar mais pobre. Os espaços públicos e privados vão se separando cada vez mais. Os intelectuais, também, vão se distanciando da coisa pública.

As mudanças públicas realizadas, em Paris, pelo Barão Haussmann são criticadas e consideradas vulgares e fastidiosas por escritores diversos, como os Goncourt e Proudhon. Eugéne Sue, Balzac, Victor Hugo e Dickens apreciavam o aspecto confuso, misterioso e integrado da cidade tradicional, mas foi Baudelaire – no poema *Le cygne*, de *Les fleurs du mal* – quem melhor soube traduzir o efeito temível da rapidez com que as obras de Haussmann eram executadas.

*Fecundou-me de súbito a fértil memória,
Quando eu cruzava a passo o novo Carrossel.
Foi-se a velha Paris (de uma cidade a história
Depressa muda mais que um coração infiel);*

O cisne, v. 5–8. (BAUDELAIRE, 1985, p. 326-327)

Com Baudelaire, a literatura urbana mostra novos aspectos: sons, edifícios, tráfego, tudo isso é matéria literária por fazer parte da nova consciência que envolve homens e mulheres. Pode-se afirmar que a literatura modernista nasceu na cidade, e com Baudelaire.

Os *Quadros Parisienses* retratam suas caminhadas por Paris e evocam lembranças, muitas delas, de quadros dos pintores amigos, que tinham por tema a cidade. A influência de Paris lhe fez descobrir a necessidade de evasão, de liberdade. Antes mesmo da época apropriada, “pintava” a multidão do bulevar, como Monet e Renoir, os cafés da moda, como Manet e Degas, as prostitutas, como Lautrec.

Admira a eterna beleza e a espantosa harmonia da vida nas capitais, harmonia tão providencialmente mantida no tumulto da liberdade humana. Contempla as paisagens da cidade grande, paisagens de pedras acariciadas pela bruma ou fustigadas pelo sobro do sol. Admira as belas carruagens, os garbosos cavalos, a limpeza reluzente dos lacaios, a destreza dos criados, o andar das mulheres ondulosas, as belas crianças, felizes por viverem e estarem bem vestidas; resumindo, a vida universal. (BAUDELAIRE, 1988, p. 171.)

Se estas não fossem palavras de Baudelaire sobre o amigo Constantin Guys, poderiam, sem dúvida nenhuma, ser empregadas para falarmos sobre seus poemas reunidos em *Quadros Parisienses*. Esses poemas são, na verdade, pinturas escritas, ou melhor, palavras coloridas de tinta, onde a pena do poeta vira pincel e seu tinteiro, palheta com tintas de vários matizes que vão do claro ao escuro em um único movimento da mão do artista.

Este espírito de revolta estética encontra na Paris tumultuada pela reforma urbanística de Haussmann, uma realidade já em ruínas. Essa cidade-sujeito em mutação materializa a impureza de tudo o que há, em sua vocação para a metamorfose. Este presente, em que se prepara o futuro, encontra-se numa relação indissolúvel com o passado, uma vez que coabita com suas ruínas.

Na crítica sobre o Salão de 1859, Baudelaire faz o seguinte comentário sobre as águas-fortes de Charles Méryon:

Raramente vi representada com mais poesia a solenidade natural de uma cidade imensa. As majestades de pedras edificadas, os campanários indicando o céu, os obeliscos da indústria vomitando para o firmamento seus blocos de fumaça, os prodigiosos andaimes dos monumentos em reparação, revestindo o corpo sólido da arquitetura com sua própria arquitetura vazada de uma beleza tão paradoxal, o céu tumultuoso, carregado de cólera e rancor, a profundidade das perspectivas aumentada pelo pensamento de todos os dramas que nela estão contidos; nenhum dos elementos complexos que compõem o doloroso e glorioso cenário da civilização fora esquecido. (BAUDELAIRE, Ibidem, p. 136.)

Suas idéias se assemelham às encontradas no poema Paisagem, que abre a série *Quadros Parisiense* e que foi publicado pela primeira vez a 15 de abril de 1857 em *Le présent*. Tal qual na descrição do trabalho de Méryon, que era amigo de Baudelaire, a quem tinha como seu principal crítico, o poema mostra a cidade com suas luzes, seus ruídos, seus edifícios, paradigma da imaginação que voluntariamente se priva de todo e qualquer espetáculo natural.

*Quero, para compor os meus castos monólogos,
Deitar-me ao pé do céu, assim como os astrólogos,
E, junto aos campanários, escutar sonhando.
Solenes cânticos que o vento vai levando, só, na água-furtada,
Verei a fábrica em azáfama engolfada;
Torres e chaminés, os mastros da cidade,
E o vasto céu que faz sonhar a eternidade.
Paisagem. V. 01-08. (BAUDELAIRE, 1985, p. 316-317)*

É o mesmo céu, a indústria lançando no firmamento sua fumaça, a mesma cidade e a mesma imaginação criadora a serviço da arte. O mesmo sentimento diante de um mundo

que está sendo transformado em ruínas, onde o que fica gravado na memória são os traços da pintura que retratam tais acontecimentos ou o risco da pena que descreve tal cenário.

Tal qual um “caleidoscópio carregado de energia”, o poeta desceu às profundezas da cidade para revelar as formas de beleza e as monstruosidades criadas pela modernização. Sua lírica moldou-se às formas da cidade e dos habitantes. Ela liga o poeta ao público pelo lado obscuro e sórdido de suas vidas. Com um insulto deliberado, *Hypocrite lecteur, mon semblable, mon frère!* (“Hipócrita leitor, meu semelhante, meu irmão!”), Baudelaire fala a seus contemporâneos. A obscuridade da lírica baudelaireana fascina, mas, ao mesmo tempo, desconcerta. A magia de sua palavra e seu sentido de mistério agem profundamente, embora a compreensão permaneça desorientada. Sua poesia, antes de ser compreendida, desperta os sentidos e choca. *Esta junção de incompreensibilidade e de fascinação pode ser chamada de dissonância, pois gera uma tensão que tende mais à inquietude que à serenidade. A tensão dissonante é um objetivo das artes modernas em geral* (FRIEDRICH, 1991, p. 15). O próprio Baudelaire escreveu: *Existe uma certa glória em não ser compreendido.*

Com efeito, a lírica produzida pelo poeta é dissonante e gera uma tensão no leitor. Este leitor não é qualquer um; ele foi escolhido. É, antes, o homem moderno, que, a partir do século XIX, passa a respirar a fumaça das chaminés das indústrias e a se acotovelar nas ruas das grandes cidades. A poesia de Baudelaire apresenta grandes afrescos do mundo objetivo das relações sociais vividas na França na metade do século XIX, e, ao mesmo tempo, expressa o clima subjetivo da experiência vivida pelos homens dessa época. Sua obra fala não só do ser social, como também dos acontecimentos, dos fatos e do meio no qual ela se manifesta. A criação literária do poeta francês é depósito transparente do seu pensamento criador; de sua obra brotam as fontes da vida social que nutrem e que ordinariamente se oferecem com toda transparência à nossa vista. *A literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se caracterizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos.* (SEVCENKO, 1995, p. 21.)

Conhecido por sua controvérsia e seus textos obscuros, Baudelaire foi o poeta da civilização moderna, onde suas obras parecem clamar pelo século XXI ao invés de seus contemporâneos. Em sua poesia introspectiva ele se revelou como um lutador a procura de Deus, sem crenças religiosas, procurando em cada manifestação da vida os elementos da verdade, de uma folha de uma árvore ou até mesmo no franzir das sobrelhas de uma prostituta. Sua recusa em admitir restrições de escolha de temas em sua poesia o coloca num patamar de desbravador de novos caminhos para os rumos da literatura mundial.

Baudelaire sabia da interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno e rompia com o dualismo entre espírito e matéria. Assim, conferia riqueza e profundidade ao homem – características ausentes em muitos contemporâneos do poeta. Ele não separa “modernismo” de “modernização”; portanto, não diferencia o espírito puro – imperativos artísticos e intelectuais autônomos – do processo material – imperativos políticos, econômicos, sociais. Pensando assim, pode-se incluí-lo na galeria de escritores tais como: Goethe, Hegel e Marx, Dickens e Dostoiévski.

Em Baudelaire o sujeito toma consciência de si mesmo. Ele é o fundador da consciência do sujeito na cultura contemporânea. É o gosto da recusa, da resistência, que cria o sujeito. Na modernidade este sujeito toma consciência de si no movimento de passagem da vida pacata na pequena Vila para a grande Cidade. Na modernidade este sujeito não é mais o sujeito clássico do Iluminismo com sua razão salvadora é antes o homem nu na multidão de iguais.

Como um ocioso que circula em Paris — capital do século XIX — como a terra prometida, o poeta transmutado no *flâneur* tenta levar uma vida paradoxal: estar na multidão sem se envolver nela e, junto com ela, ir ao mercado contemplar as mercadorias.

O *flâneur* ainda não está condicionado pelo hábito que automatiza a percepção e impede a apropriação da cidade pelo cidadão. Seu contato com a massa urbana é aquele do olhar, ele vê a cidade, e este método o faz criar em torno de si um escudo. Não sendo um autômato, ele é o ocioso que mapeia a urbe, fazendo referência ao labirinto emocional despertado pela modernidade.

Porém, na segunda metade do século XIX, na Europa industrial, o poeta já não mais podia viver à parte do mundo que, a cada dia, aceitava o mercado como regente. Baudelaire é o primeiro moderno, o primeiro a aceitar a posição desclassificada, desestabelecida do poeta – que não é mais o celebrador da cultura a que pertence; é o primeiro a aceitar a miséria e a sordidez do novo espaço urbano.

Baudelaire identificou-se com todos os marginais da sociedade: as prostitutas, os bêbados etc. Não é comum para um rebelde de sua classe igualar-se à parte “suja” da sociedade. Baudelaire interpretou a sociedade em que viveu o processo opressivo de sua banalização. A sociedade inteira estava comprometida com um tipo de prostituição gigante: tudo estava à venda e o escritor, entre todos, foi um dos que mais se prostituíram, pois ele prostituiu sua arte. Baudelaire tinha outras opções, podia tornar-se um escritor mercenário, e isso seria pior que vender o corpo. Ele voluntariamente apropriou-se do lugar da prostituta e, mais que aceitar tal identidade sobre si pela necessidade bruta, ele a manteve.

Esta luta desesperada do cidadão do século XIX para não se ver transformado em coisa é acompanhada pela poesia de Baudelaire, que também sofre a amargura da perda da aura. Mas ele ainda tenta transformar horror e dor em beleza. A plástica de suas “flores malditas” tenta transcender a tudo que está se desmanchando no ar. Mas a burguesia tem pressa de construir seu reinado, e mesmo o *flâneur* precisa se render aos encantos dela e se tornar seu súdito.

Kátia Muricy, citando Benjamin em texto publicado no livro organizado por Sérgio Cardoso, informa que: *o flâneur, que não é consumidor, identifica-se com a mercadoria; nela ele se encarna como estas almas errantes que procuram um corpo, de que fala Baudelaire* (CARDOSO, 1987, p. 502). O artista entra em empatia com a mercadoria, confunde-se com ela. Não encontra ou nega-se a encontrar seu lugar na nascente economia de mercado.

Para o homem da época de Baudelaire, viver a modernidade citadina é estar arremessado ao turbilhão de uma realidade em desvario. O cenário desta tragédia moderna é a metrópole, que está sob a égide absoluta do fluxo do inusitado e da rápida obsolescência provocados pelo capitalismo.

O mundo que se moderniza vai se mostrando, se insinuando, transparente e excessivo. Mas a velocidade da vida nervosa das metrópoles, paradoxalmente, torna turva a visão dos contornos e das formas. O cidadão é deixado à deriva, jogado de encontro às multidões das ruas; é obrigado a consumir uma profusão incalculável de sinais, códigos, num cenário abarrotado de imagens.

Parar o tempo e a história, esta era a firme intenção de Baudelaire, nem que para isso fosse necessário jogar o próprio corpo sobre os relógios. Era preciso interromper o círculo de fogo da lógica Divina. Baudelaire falou a linguagem de seu tempo, e sua obra mostra isso claramente. Ele teve a ousadia de questionar o progresso e, com o dedo em riste, disse não a este “farol cego”.

Baudelaire experimentou a angústia da desordem e a ânsia de sentido. Esta vertigem arrastou o poeta ao seu fáustico destino. A audácia daquele que, atirando sobre os relógios, queria fazer parar o tempo da história não pôde se sustentar por muito tempo como projeto filosófico-estético. Esse pacto com o diabo não sobreviveria à catástrofe. *O mundo vai acabar. A única razão pela qual ele poderia durar é a de que ele existe. Uma razão afinal bem fraca, comparando com todos aqueles que anunciam o contrário, e em particular a seguinte: o que é que ainda lhe resta a fazer no universo?* (BAUDELAIRE, 1995, p. 515.)

Hoje, um século após o assombro de Baudelaire diante da caducidade da metrópole, uma rede da qual ninguém pode escapar leva o processo de modernização aos mais remotos cantos do mundo e transforma ainda mais as cidades em terra estrangeira para seus cidadãos. O espaço urbano foi eleito por Baudelaire como *locus* de interpretação do social. A cidade natal do poeta, Paris aparece em suas poesias como musa e objeto. Em sua escrita, a cidade transforma-se no material mais poético dentre todos. Baudelaire tem, sobre o material, uma perspectiva tipicamente modernista.

Baudelaire revela, em sua obra, sintonia com a época, com o país, com a cidade. Ele viveu intensamente os anos da revolução burguesa, participou dela, viu a cidade – Paris – ser remodelada: o solo sob seus pés parecia se mover. A lírica do poeta francês tem como personagem a cidade.

Baudelaire, em sua criação literária, confessa-se desejoso de maldisser, ou melhor, zombar de todos. É uma crítica mordaz a sociedade de seu tempo, tempo que inaugura o capitalismo. Em carta enviada a mãe Baudelaire anuncia de *Les Fleurs du mal* faz sobre o mesmo o seguinte comentário:

Porém, este livro, cujo título Les Fleurs du mal diz tudo, está revestido, como se verá, de uma beleza sinistra e fria. Foi feito com furor e paciência [...] O livro põe todos em furor [...] Zomba de todos, ficará gravado na memória do público letrado, ao lado das melhores poesias de Victor Hugo, de Théophile Gautier e até Byron.
(TROYAT, 1995, p. 195.)

Neste trecho fica clara a intenção do poeta, não só escandalizar a mãe, mas a toda “boa” sociedade burguesa que rejeitava o artista. Para os acadêmicos ele é o pós-romântico degenerado, apesar de guardar traços da poesia de Hugo, mas parecia deformá-las pelo péssimo gosto de “cantor das prostitutas” e da decomposição fúnebre, gosto patológico de uma boemia já mórbida.

Baudelaire é, em *Tableaux parisiens*, o primeiro poeta da grande cidade moderna – o amor lésbico e a decomposição fúnebre – todos esses novos mundos Baudelaire conquistou para a poesia. A pressão mental da época burguesa e capitalista, cuja imagem aparece nos grandiosos *tableaux parisiens*: não uma “divine comédie de Paris” mostra um poeta visionário, precursor e mestre de toda poesia moderna, até e inclusive do surrealismo.

Na França, modernismo tem o sentido de modernização e começa com Baudelaire e compreende, pois, o niilismo; este modernismo foi ambivalente, desde sua origem, nas suas

relações com a modernização. Sempre desconfiou do progresso; e é essencialmente estético. A partir de Baudelaire ou Flaubert este modernismo se definiu como “antiburguês”.

O que nos atrai e ao mesmo tempo nos choca na leitura de *Les Fleurs du mal* é, com certeza, já de pronto, a violência temática dos poemas. O livro todo, do primeiro ao último verso, apresenta-se como confissão de uma pessoa original vacilando entre luz e trevas. Da mesma forma, seu vigor formal rompendo com a tradição romântica francesa surpreende. Suas formulas são breves, sua prosódia é burilada. A linguagem do dia-a-dia, intervindo no canto profundo do poema, confere-lhe uma singularidade. Não há para ele mais termos proibidos ou nobres.

Em Baudelaire, *a poesia não jorra mais da unidade que se instaura entre a poesia e um determinado homem, como queriam os românticos*. Renunciando à expressão de sentimento, a poesia torna-se vontade formal isto é, artificial.

Essa conquista é um dos fatos mais notáveis do poeta Baudelaire, tanto mais notável que essa liberdade de falar de tudo em poesia precedeu à liberdade de falar de tudo no romance (conquista de Zola) e precedeu de muito à liberdade de falar de tudo na prosa da vida cotidiana (conquista de Freud). Com essa conquista, Baudelaire tornou-se um verdadeiro libertador da poesia, libertando-a do monopólio tirânico dos termos petrarquescos e românticos – amor ideal, lua e o resto. Baudelaire é o Petrarca da poesia moderna. (CARPEAX, 1959, p. 2256)

No final do século Baudelaire era o literato mais venerado da França. Ele é considerado o mais importante predecessor da poesia moderna. A rejeição de Baudelaire ao campo tem seguidores e a cidade, a cultura urbana, as diversões urbanas, a *vie factice* e os *paradis artificiel* parecem não só incomparavelmente mais atraentes, mas também muito mais espirituais e vívidos do que os chamamos “encantos” da natureza.

*A imaginação do artista produz continuamente coisas boas, sofríveis e ruins – diz Nietzsche – e é seu discernimento que primeiro rejeita, seleciona e organiza o material a ser usado. Essa idéia, como toda filosofia da *vie factice*, promana fundamentalmente de Baudelaire, que deseja “transformar seu prazer em conhecimento” e deixar o crítico no poeta tenha sempre a oportunidade de manifestar-se, e em quem o entusiasmo por tudo é artificial chega, de fato, a ponto de levá-lo, inclusive, a considerar a natureza moralmente inferior. (HAUSER, 1998, p. 911-912)*

Diferente dos românticos, Baudelaire não está à procura do país dos sonhos da “flor azul”. Para ele *les vrais voyagenrs sont ceux-là seuls qui partent pous partir...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- BAUDELAIRE, Charles. Projéteis. *Poesia e prosa*: Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- BAUDELAIRE, Charles. *A Modernidade de Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CARDOSO, Sérgio. (Org.). *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARPEAX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Vol. V. Edições de Cruzeiro, 1959.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica Moderna*. São Paulo: Duas Cidades, 1991.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LINCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1995
- SCHORSKE, Carl. A cidade Segundo o pensamento europeu – de Voltaire a Spengler. In: *Espaço & Debates*, nº 27, São Paulo, 1980, p.47.
- TROYAT, Henri. *Baudelaire*. São Paulo: Scrita, 1995.
- Williams, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ENTRE MORROS E AVENIDAS: LIMA BARRETO E OLAVO BILAC NO RJ DAS FOLHAS

Radamés Vieira NUNES¹

radamesnunes@uft.edu.br

RESUMO: Do alto do morro, alguém observa a Avenida Central; da Avenida, outra pessoa observa o morro; do morro um sujeito assusta-se ao ver que hábitos da avenida subiam morro acima; da avenida, alguém olha e se espanta ao notar que costumes e tradições do morro passeavam pela aplainada e larga rua. Muitos se surpreenderam ao acompanhar o morro que se tornou em avenida. Desses possíveis olhares se formaram as crônicas, ou melhor, a cidade feita texto que retornou às ruas como cidades possíveis, ou quem sabe, recortes da Capital Federal. Bilac e Barreto nos oferecem suas visões literárias e/ou jornalísticas do espaço urbano do Rio de Janeiro no momento em que as ruas eram foco de atenção não só da imprensa, mas de toda a sociedade carioca.

PALAVRAS-CHAVE: Cronistas, Cidade, Memória

ABSTRACT: From the top of the hill, someone observes the Central Avenue; from do Avenue another one observes the hill; from the hill somebody is afraid of seeing the habits climbing up the hill; from Avenue, one person observes and is astonished when notices the habits and traditions were walking in the flat and wide street. Many people were surprised when they notice the hill became an avenue. These possible perspectives formed the chronicles, or rather, the city created by the papers became possible cities or pieces of Federal Capital. Bilac and Barreto provide us their literary and journalistic views from Rio de Janeiro when the press and all the society in Rio focused in the streets.

KEYWORDS: Chronists, City, Memory

Através da leitura que fizemos das crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac, observamos que, possivelmente, o lugar mais privilegiado para investigar os debates referentes às reformas no espaço urbano seja na fronteira entre a concepção de cidade que a reforma urbana desejou anular e a outra que se desejou construir. Esse espaço de fronteira, antes de tudo, é ponto de encontro, deve ser entendido como lugar de contato e não de

¹ Mestre em História Social; Professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional. UFT/PROPESQ.

separação ou isolamento. Nesse sentido, o Morro de Castelo e a Avenida Central apareceram nas crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac como pontos de partida para se discutir a cidade, no que se refere às mudanças que o Rio de Janeiro experimentava em diversos aspectos, inclusive o urbano.

As áreas da cidade do Rio de Janeiro que foram comentadas pelos cronistas praticamente se limitavam ao Morro do Castelo e à Avenida Central, descritas de maneiras distintas e tomadas como exemplo para fins diversos, dependendo das circunstâncias. Esses eram, certamente, os principais espaços em debate no início do século XX; afinal, foram esses os espaços nos quais se edificou a fronteira entre a cidade atrasada e a cidade civilizada e moderna, segundo os padrões do ideal de modernidade e seus defensores. O Morro do Castelo foi hegemonicamente tomado como o símbolo maior do passado colonial e a Avenida Central foi assumida como ícone do progresso republicano. Estes símbolos refletiam, contudo, toda a cidade do Rio de Janeiro, nas suas contradições.

Olavo Bilac, em uma de suas crônicas escritas para a *Gazeta de Notícias*, mostra-nos com clareza o contato entre o espaço do Morro e o espaço da Avenida, que o discurso dos cronistas, que eram aliados dos reformadores, insistia em separar, de modo a contrapor os ambientes. Podemos notar que o esforço para diferenciação já demonstra, entre outras coisas, o contato, as semelhanças e interferências mútuas entre o Morro do Castelo e a Avenida Central.

Nem vem a pêlo dizer o que me levava ao morro ancião... basta dizer que era dia de Finados ... Quando me vi no alto, defronte da velha igreja de Santo Inácio, quase esquecera o que ia fazer. Aquele cenário melancólico, - o céu feio, os edifícios arruinados, como roídos de lepra – tudo aquilo me empolgou a alma: e fiquei parado, olhando tudo com um largo olhar de despedida, - porque tudo aquilo vai desaparecer. (BILAC, 05/11/1905)

Como podemos ver, Olavo Bilac, em sua crônica, afirmou ter feito uma visita ao Morro do Castelo. É importante lembrar que ele era, sem dúvida, um exemplo de homem civilizado e moderno a ser seguido, freqüentemente dava conselhos nos jornais em que escrevia sobre atitudes de civilidade, ou mesmo condenava atos não aceitáveis na alta sociedade burguesa.² Em sua visita, ele se coloca como alguém fora do seu ambiente natural, como alguém que não pertence ao lugar: era apenas um visitante ali de passagem. No alto do

² *Jornal da Exposição*. Rio de Janeiro, 14/09/1908.; *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 20/05/1906. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.

morro, lugar mais distante da cidade moderna e civilizada que se construía em sua encosta, foi o lugar escolhido por Bilac para demonstrar porque se identificava com a demolição. Os adjetivos utilizados pelo escritor para descrever o cenário clarifica a visão do cronista sobre o morro: “feio”, “melancólico”, “roídos de lepra”, “ancião”... .

Ao afirmar que a razão de sua visita ao morro se deu por ocasião do dia dos finados, Bilac queria insinuar que ambientes como aquele morreriam com as reformas ou após elas. Todavia, esta concepção de cidade que Bilac gostaria de exterminar permaneceu viva e convivendo com a recém-nascida, ou ainda em gestação: permaneceu às sombras da “cidade moderna”.

Lima Barreto analisava o Morro do Castelo numa outra perspectiva. Ele não desprezava ou desvalorizava as coisas e o ambiente do morro, mas ironizava a intenção daqueles que desejavam destruí-lo:

A hipótese, pois, de existirem no morro do Castelo, sob as fundações do vasto e velho convento dos jesuítas, objetos de alto valor artístico, em ouro e em prata, além de moedas sem conta e uma grande biblioteca, tomou vulto em breve, provocando o faro arqueológico dos revolvedores de ruínas e a auri sacra fames de alguns capitalistas, que chegaram mesmo a se organizar em companhia, com o fim de explorar a empoeirada e úmida colchida dos Jesuítas. Sucessivas escavações foram levadas a efeito, sem êxito apreciável; um velho, residente em Santa Teresa, prestou-se a servir de guia aos bandeirantes da nova espécie, sem que de todo este insano trabalho rendesse afinal alguma coisa a mais que o pranto que derramaram os capitalistas pelo dinheiro despendido e o eco dos risos casquilhos de mofa (...) Estes fatos já estavam quase totalmente esquecidos, quando ontem novamente se voltou a atenção pública para o desgraçado morro condenado a ruir em breve aos golpes da picareta demolidora dos construtores da Avenida. Anteontem, ao cair da noite, era grande a azáfama naquele trecho das obras. A turma de trabalhadores, em golpes isócronos brandiam os alviões contra o terreno multissecular, e a cada golpe, um bloco de terra negra se deslocava, indo rolar, desfazendo-se, pelo talude natural do terreno revolvido. Em certo momento, o trabalhador Nelson, ao descarregar com pulso forte a picareta sobre as últimas pedras de um alicerce, notou com surpresa que o terreno cedia, desobstruindo a entrada de uma vasta galeria.

O trabalho foi suspenso a fim de que se dessem as providências convenientes em tão estranho caso; uma sentinela foi colocada à porta do subterrâneo que guarda uma grande fortuna ou uma enorme e secular pilhéria; e, como era natural, o Sr. Ministro da Fazenda, que já tem habituada a pituitária aos perfumes do dinheiro, lá compareceu, com o Dr. Frontin e outros engenheiros, a fim, talvez, de informar à

curiosa comissão se achava aquilo com cheiro de casa-forte... O comparecimento de S. Exa., bem como a conferência que hoje se deve realizar entre o Dr. Frontin e o Dr. Lauro Muller, levam-nos a supor que nas altas camadas se acredita na existência de tesouros dos jesuítas no subterrâneo do morro do Castelo.
(BARRETO, 1905)

Lima Barreto trabalhou, em suas crônicas *O subterrâneo do Morro do Castelo*, com o lado histórico do morro como o lugar de origem da cidade e também com as lendas criadas em torno dele, que habitavam o imaginário dos cariocas. O cronista misturava tudo isso com sua ficção e ironia para acompanhar os trabalhos de demolição da histórica e lendária colina. De acordo com Glória Kok (2005), o Morro do Castelo foi o primeiro núcleo urbano do Rio de Janeiro. Diante de uma planície limitada por morros e por uma série de mangues, brejos, lagoas e praias, lá foi o lugar escolhido por Mém de Sá para fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que se expandiu a partir do final do século XVI em direção à planície. Naquele momento, a colina se apresentava como o lugar ideal por ser o ponto mais salubre e de melhor observação para a vigília e defesa da cidade recém-fundada contra as invasões francesas.

Um outro fato histórico que marcou o Morro do Castelo como um monumento do passado colonial, que de acordo com Paulo César de Barros (2002) foi um capítulo marcante na história do Morro bem como do Rio de Janeiro, foi a expulsão da Ordem dos Jesuítas durante o governo de Marques de Pombal, no século XVIII. Essa página da história do Castelo foi responsável por suscitar muitas lendas na população. Dentre elas, a mais comentada era sobre os Tesouros que teriam sido enterrados nos seus também lendários subterrâneos durante o rápido despejo dessa Ordem. Paulo César de Barros nos chama a atenção de que essa lenda foi absorvida inclusive pelas classes dirigentes, ao ponto de que as possíveis riquezas lá encontradas serviriam como garantia às empresas que estivessem a serviço do desmonte. Até mesmo Olavo Bilac escreveu sobre essa lenda em uma de suas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*. Nela, o cronista descreve as discussões nas rodas informais de intelectuais, dentre eles João do Rio e Arthur Azevedo, que comentavam sobre arte, poesia, negócios, crônicas, intrigas, política e, numa ocasião, sobre a galeria subterrânea do Morro do Castelo, sem dúvida o assunto do momento, comentado tanto por Olavo Bilac na *Gazeta de Notícias*, como por Lima Barreto no *Correio da Manhã*.

Em sua crônica, Olavo Bilac afirmava que *Fantasio*, um de seus pares, havia encontrado a entrada para a galeria do subterrâneo do Morro e foi conferir o tesouro que ali estava. Disse ter visto as estátuas dos apóstolos em ouro maciço “com diademas de

esmeraldas faiscentes” (BILAC, 30/04/1905). Bilac encerra a crônica com as palavras de seu personagem, Fantasio, dizendo que tudo não passava de um sonho interrompido por um Senhor que lhe chamava para cobrar o aluguel há sete meses atrasado, como se quisesse dizer que a preocupação em relação a demolição do morro não deveria ser voltada para as lendas e fantasias, mas para as preocupações reais e necessárias da vida, pois, na realidade, Fantasio era apenas um inquilino devedor que, no sonho, após ter encontrado o tesouro, pensou ser o poder, a riqueza e a força, comparando-se a Deus.

Como vimos, Lima Barreto chama os dirigentes da reforma urbana de “capitalistas ou bandeirante de nova espécie”, que fazem escavações, não necessariamente por metais e pedras preciosas, mas em busca de outras formas de riquezas. Analogia interessante de Barreto, que bem sabia que os interesses dos bandeirantes eram mais no apresamento de índios do que na busca de ouro. Os construtores, com suas picaretas demolidoras, são retratados como pessoas sedentas por poder e dinheiro, capazes de passar por cima de tudo e todos que se colocarem à frente do seu caminho.

O Morro do Castelo, de monumento da história do Rio de Janeiro, foi transformado em obstáculo a ser destruído para o florescimento da futura cidade moderna. Inúmeros pareceres técnicos vinculados à medicina e à engenharia condenaram a colina, por, supostamente, não permitir a circulação dos ventos na área central da cidade e por ter uma arquitetura rudimentar e perigosa. Com tais pareceres, foram realizados cortes no morro, a partir de 1904, para a abertura da avenida e para a edificação da Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes e do Supremo Tribunal Federal. Segundo Myriam Bahia Lopes, os laudos médicos atribuíam aos morros e aos modos de vida daquele lugar responsabilidade pela propagação de epidemias que assolavam a cidade, mas principalmente alegavam que o Morro manchava a imagem do Rio de Janeiro no exterior, devido ao medo que os estrangeiros tinham de se contaminar ao visitar a Capital Federal. Ela afirma que “A destruição dos morros no centro da cidade e o alargamento das ruas são justificados pela necessidade de aeração do espaço urbano” (LOPES, 2000, 43).

O Morro do Castelo, assim como o de São Bento, situava-se na área central da cidade, os cronistas demonstraram que esta era uma zona de fronteira, trazendo à baila suas tensões e confrontos. Olavo Bilac dizia:

A garoa aumentava, alguns cães, tiritando, magros, de cauda encolhida, farejavam a grama. Uma preta velha, de carapinha alva, veio recolher à pressa uma roupa estrangalhada que estendera junto ao muro do colégio (...) fui ao meu destino, -

enveredando pelo labirinto de ruas em declive, esburacadas, entre ruas cambaleantes e tortas. A cada passo, um rápido olhar, lançado através de uma porta, vinha revelar-me aspectos novos de uma vida de trabalho e miséria. Pátios de estalagens, inundados de água de sabão; quintais cheios de crianças nuas e sujas rolando no chão, entre galinhas arrepiadas; oficinas escuras em que trabalhavam homens calados, cosendo sapatos, soldando caçarolas rebentadas, martelando tábuas, casebres imundos, onde madraços dormiam, sobre esteiras negras, de boca aberta, cozinhando a aguardente; poiais em que se estatelavam, numa modorra vaga, mulheres maltrapilhas, fitando as pedras da rua com um olhar idiota; quitandas repugnantes, botequins tresandando a cachaça e suor, tascas de onde saía um bafo asqueroso de gordura e de azeite queimado... Eram, a cinco minutos da Avenida, uma terra e uma gente de outra raça, de outra época, de outra civilização. E, àquela hora em que os cemitérios da cidade se enchiam de visitantes, eu tinha a sensação de estar visitando também um cemitério, - um cemitério de vivos. (BILAC, 05/11/1905)

Toda essa paisagem descrita por Olavo Bilac concorria com a Avenida Central. É interessante ressaltar que a crônica foi publicada a dez dias da inauguração das obras do imenso bulevar, “que cortava as construções colônias da cidade velha” (NEEDEL, 1993, 58); o que aconteceu no dia 15 de novembro, exatamente no aniversário da proclamação da República. Um dos maiores entusiastas da nova cidade identificava os aspectos da cidade velha: a “terra e gente de outra raça, época e civilização” não estava apenas no morro, ela estava também na nova, larga e espaçosa rua inaugurada. A referência do cronista é sempre o miolo reformado, é a partir dele que ele faz suas análises e julgamentos. Nesse sentido, o morro é descrito de uma forma que justifica sua destruição, ligando-se ao discurso dos dirigentes.

Olavo Bilac anda pelas ruas estreitas e tortas com os olhos voltados para os símbolos do progresso. Suas palavras escritas querem fazer crer em um Rio totalmente civilizado e moderno em breve. Para ele, o morro era palco de um cenário caótico e atribui essa não inserção do morro ao que é moderno à população e não aos engenheiros sanitaristas. Espaços como Morro do Castelo assumiam novo sentido, novo significado frente à construção da desejada cidade ideal; tanto que Bilac afirma que a vida de trabalho e miséria ganha novos aspectos, se observados pela ótica da Avenida Central. Tudo e todos que não acompanhavam os símbolos do progresso e seu rápido ritmo de mudanças foram designados pelo cronista como inapropriados, antiquados, fora do lugar e do tempo.

A Avenida Central ganha outro sentido nas crônicas de Lima Barreto, bem como o Morro do Castelo, pois suas crônicas não têm como foco a mudança de ambiente, mas os problemas causados por ela. Seus comentários são carregados de ceticismo, não se deixam seduzir pela concepção de cidade moderna, pois Barreto entendia que essa maneira de perceber a reforma urbana camuflaria os danos e prejuízos da população pobre em defesa da qual ele julgava escrever. Lima Barreto escrevia:

Uma hora da tarde; o sol causticante ao alto e uma poeirada quente e sufocante na Avenida em construção; operários cantam e voz dolente, enquanto os músculos fortes puxam cabos, vibram picaretas, revolvem a areia e a cal das argamassas.

O trajeto pela Avenida, sob a canícula medonha, assusta-nos; um amigo penalizado, resolve-se a servir-nos de Cirineu e lá vamos os dois, satirizando os homens e as coisas, pelo caminho que conduz ao tesouro dos jesuítas ou à blage da lenda.

Estacamos para indagar de um grupo de trabalhadores onde podíamos encontrar o Dr. Dutra.

-Patrão, não sabemos; nós trabalhamos no teatro.

Não eram atores, está visto; simples operários, colaboradores anônimos nas glórias futuras da ribalta municipal.

Mais alguns passos e aos nossos surge a mole argilosa do Castelo: um grande talho no ventre arroxeadado da montanha nos faz adivinhar a entrada do famoso subterrâneo.

Limitando uma larga extensão, há, em torno ao local de tantas esperanças, uma cerca de arame, barreira à curiosidade pública que ameaçava atrapalhar a marcha dos trabalhos. (BARRETO, 29/04/1905)

O cronista percorre a Avenida Central em plena obra, andando pelo espaço alargado da rua, ou em processo de alargamento; procura pelo Morro do Castelo, para lá está voltada sua atenção; faz questão de demonstrar que, por mais incrível que pareça, é percorrendo a sonhada Avenida que se chega até o Morro, como se houvesse um tapete estendido que o levasse até o lugar realmente importante. Podemos observar que a descrição que Lima Barreto faz da Avenida é absolutamente diferente daquelas que estavam integradas ao projeto modernista. Começamos pelos aspectos que saltavam aos olhos de todos, e que ele faz questão de não citar, como: as novas edificações não são mencionadas, pelo menos não como observadas por ele, também não menciona o alargamento da rua, a velocidade do trabalho, o encantamento das pessoas, entre outros aspectos comumente comentados. Não há, na crônica

de Lima Barreto, demonstração de encantamento ou admiração pelo que estava sendo feito; pelo contrário, há insatisfação, indignação e tristeza.

Enquanto Olavo Bilac parecia fazer coro com os responsáveis pela reformulação urbana do Rio de Janeiro, Lima Barreto se coloca do lado dos penalizados por ela. A visão que Lima Barreto nos apresenta da Avenida é, como ele mesmo afirma, assustadora, um lugar de destruição e mal-estar: “sol causticante, canícula medonha, poeira quente e sufocante”. Ele não atribui importância ao que estava em construção, ou seja, ao resultado final de todo aquele cenário, como se o fim da obra fosse mesmo encerrado em poeira e o calor excessivo. O cronista, ao afirmar que “operários cantam em voz dolente”, quis revelar que nem todos estavam entusiasmados com as transformações urbanas. O canto dolente dos operários nos remete ao canto dos escravos nas lavouras de café e cana de açúcar, parece uma forma de amenizar a dor e exaustão que sentem, pois certamente se sujeitavam às péssimas condições de trabalho. A velocidade da obra é demonstrada aqui pelo cansaço e fadiga do “operário descrente” (BARRETO, 03/05/1995) e não pela acelerada mudança de cenário.

O operário é apresentado por Lima Barreto como o principal responsável pela possibilidade de transformação no traçado urbano e, ao mesmo tempo, como o anônimo que não participará da glória que os construtores dirigentes já recebiam mesmo antes de concluídas as obras. A expressão “anônimo nas glórias futuras” pode ainda ter um outro sentido ainda mais perverso do que o primeiro, qual seja: a exclusão do operário na obra que ele construiu, ou ainda ter sua moradia destruída pelas suas próprias mãos em razão do trabalho a que se dedicava. Todavia, o colaborador do jornal *Correio da Manhã* resistia ao anonimato desses operários, ao falar de um operário especificamente ele cita o nome, tentando não apenas atribuir importância e identidade ao mesmo, mas também uma tentativa de demonstrar proximidade e intimidade com a classe operária.

O Morro do Castelo de Lima Barreto não era como o de Olavo Bilac: para o segundo é um lugar de sujeira, precariedade, atraso e incivilidade; para o primeiro, um *local de tantas esperanças*. As esperanças bilaquianas não eram em torno da possibilidade de existência do tesouro dos jesuítas, mas de um lugar ao redor do qual, apesar das dificuldades, havia sonhos e expectativas de modernidade. A concepção de cidade dos cronistas dependia muito do lugar que ocupavam na sociedade, bem como do jornal em que colaboravam. São esses fatores, entre outros, que propiciaram formas tão diferentes de perceber e comentar os “fatos”.

Olavo Bilac, atento às polêmicas de sua época, ironiza o valor atribuído à “sagrada colina” como justificativa para sua permanência:

Ali eu via a célula geradora da cidade, dali nascera, dali partira o Rio de Janeiro a minha urbs querida... o Morro do castelo é o relicário da nossa infância de povo. Agora tudo aquilo vai desaparecer: o morro está condenado. Não lhe hão de valer razões de respeito histórico ou religioso, nem razões de economia. A cidade moderna, cosmópolis soberana precisa daquele largo espaço que ainda é tomada pela cidade colonial. Os ossos de Estácio de Sá descerão dali, para outro sarcófago mais limpo. O marco da cidade descerá também, nada impedi que, depois de arrasado o Castelo, o padrão glorioso venha ocupar na planície, no centro de uma linda praça, a mesma situação que ali em cima ocupa. Todos aqueles paredões esfarelados de fortalezas e igrejas, todos aqueles casebres de vigamentos podres, toda aquela mole formidável de pedra e barro,- tudo aquilo virá aterrar o nosso cais; e a tradição permanecera intangível e eterna; os materiais da metrópole antiga virão servir a glória da metrópole moderna. O morro está condenado. Já se sumiu, da sua encosta, destruído pela expansão da Avenida, o velho Seminário. Dia a dia, as picaretas vão furando as entranhas da colina sagrada. O Progresso já lavrou e assinou a sentença de morte daquele imenso mausoléu em que jaz o nosso passado... a tarde caía (...) eu não podia, com os meus olhos, estabelecer um confronto entre esse transatlântico e as naus de Mem. Mas podia estabelecê-lo entre essa velha cidade que acabava de percorrer e a cidade moderna para a qual me vinha dirigindo, ao passo lento, pela ladeira íngreme. (BILAC, 05/11/1905)

O confronto entre a “cidade velha e a cidade nova” era inevitável. Bilac se colocou com um dos narradores desse confronto. Claramente em defesa da segunda, tendia para a vitória do “progresso”, que queria passar por cima da tradição, tida por ele como atraso. Havia uma disputa pelo espaço: usando os termos de Bilac, a “cidade nova” se viu bloqueada pela “cidade velha” e, esta, ameaçada pela tentativa de avanço da primeira. No entanto, tratava-se de um confronto não apenas de caráter urbano, mas também entre concepções e projetos de cidade, entre possibilidades distintas para o futuro do Rio de Janeiro, entre conservação e mudança, entre o que deve ou não deve ser lembrado. Como vimos, através de Lima Barreto, nem todos viam o subúrbio como sinônimo de desordem, atraso, barbárie, etc.

Segundo Renato Cordeiro Gomes (2008), a demolição material dos prédios e de seus símbolos é fruto da disparidade entre os resquícios da cidade com a vida da metrópole. Nessa perspectiva, a cidade histórica é submetida ao não valor e sujeita à destruição a qualquer custo. A impressão que se tem, através das crônicas de Olavo Bilac, e talvez fosse isso o que se quis passar, é de que havia uma luta entre a cultura do progresso e a (in)cultura do atraso, quando na verdade o que houve foi um embate entre duas culturas, ou formas de pensar, uma cultura que destrói a outra por ser tida como oposta e como um obstáculo a ela.

Lima Barreto diz que “a picareta demolidora foi a varinha mágica que tirou o encanto secular do morro, (...) onde a voz humana ecoa hoje, após três séculos de silêncio e paz, com o tom diabólico de profanação (...)” (BARRETO, 27/05/1905). O cronista percebe que os donos do poder tentam provocar o desencanto da população em relação àquilo que querem extirpar e o encanto naquilo que desejam construir. Contudo, para que a picareta demolidora tivesse legitimidade para atuar, foi preciso que o jornalismo, por meio das suas diversas linguagens, ajudasse a escarnecer e a descaracterizar qualquer símbolo positivo do morro que pudesse interferir no trabalho de demolição. A estratégia para implementação do plano de cidade ideal, sob o lema positivista da ordem e do progresso, passa pela idéia de encerrar um ciclo histórico e abrir outro. Construir a nova cidade sob a outra que foi destruída, por ser identificada como coisa do passado e conseqüentemente do atraso. Sendo assim, a cidade passa a ser avaliada sob os critérios do plano de cidade ideal.

Embora Olavo Bilac afirmasse a ruína da cidade velha que, com todo seu valor histórico, serviria, literalmente, de alicerce para a metrópole moderna, o contraste de paisagem na área central do Rio de Janeiro permaneceu por muitos anos, mesmo após a reforma encabeçada por Rodrigues Alves e Francisco Pereira Passos. A demolição total do Morro do Castelo só ocorreu na década de 1920, na administração de Carlos Sampaio, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil. Carlos Sampaio foi comparado com Pereira Passos devido às obras de saneamento e embelezamento que implementou na cidade e também por afundar a prefeitura do Distrito Federal em dívidas.³

Enquanto as obras da avenida eram efetuadas na parte demolida do Morro, Lima Barreto seguia, como ele mesmo assegurou, “satirizando os homens e as coisas”, com sua série de crônicas sobre as polêmicas em torno da “montanha predestinada” (BARRETO, 02/05/1905). Ele dizia: “O homem já não se contenta em querer escalar o céu, quer também descer ao coração da terra e não poderá o morro do Castelo embarçar-lhe a ação. Há de rasgar-se, há de mostrar o labirinto de suas acidentadas galerias e há de espirrar para fora os milhões que vêm pulverizando numa digestão secular” (BARRETO, 03/05/1905). O cronista se cerca de grande desconfiança em relação ao que ele concebe como um insaciável desejo de modernização a todo e qualquer custo. Sua concepção de cidade não revelava as supostas maravilhas e benefícios do Rio de Janeiro; Lima Barreto demonstrava as qualidades da cidade por um viés antagônico ao da Reforma. Havia na cidade uma polifonia de vozes: a de Barreto

³ NONATO, José Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. *Era uma Vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2000.

somava-se à de uma parcela da sociedade sofrida pelos efeitos de modernização e do “aburguesamento” da vida.

O desejo dos dirigentes de modernizar o Rio de Janeiro era ainda maior que os obstáculos que apareceram. Lima Barreto considerava que, para eles, não havia limites, nada lhes embarçava a ação. Não se tratava do Morro do Castelo em si, não era propriamente ele que o cronista se preocupou em defender, mas sim a população que lá habitava, também condenada juntamente com o morro. A geografia da cidade do Rio de Janeiro foi submetida a intervenções irreversíveis; vários morros sofreram com a atuação ordenada pelos construtores do grande símbolo urbano da modernidade. O Morro de São Bento foi parcialmente destruído a dinamite, o Morro do Senado foi todo demolido, entre outros.⁴ O Morro do Castelo foi um dos mais comentados pela imprensa, porque além de ser o espaço onde nasceu a cidade, era local de residência de muitas famílias pobres. A demolição de uma de suas encostas fez com muitas casas fossem derrubadas. O próprio Olavo Bilac escreveu uma crônica sobre a destruição das residências do Castelo, comparando as habitações a um castelo de baralho em que uma carta segura a outra:

A mão travessa de uma das crianças sacode uma das cartas base, - e toda a construção maravilhosa vem abaixo, de roldão, amontoada em ruínas... A mesma coisa acontece nesta feia aglomeração de casas podres, que era nossa velha cidade. A primeira pedra deslocada deslocou todo conjunto. As primeiras casas demolidas deixaram ver o caruncho e o desmazelo das outras. E, como um sopro destruidor, ruas inteiras, bairros compactos aluíram. O vasto corpo da cidade parece o vulto de um cadáver exposto, em pedaços, sobre a mesa de um anfiteatro de anatomia, depois da dissecação: (...) a urbs de Mem de Sá, amputada, retalhada, espostejada, sangra poeira de barro e calíça por todos os lados. (BILAC, 13/08/1905)

Lima Barreto não concordava com a idéia de que várias famílias de imigrantes, operários, pobres, e muitos desempregados, tivessem que dar lugar para passar a Avenida.⁵ Ele enxergava nas transformações urbanas um modelo de modernidade que imprimia uma reforma egoísta e excludente, em que o desejo de poucos era realizado a custa do sacrifício de muitos. O famoso “bota-abaixo” desestruturou a vida de famílias que viviam no centro, pois tiveram suas habitações condenadas pelo ímpeto reformista. Lima Barreto, nas páginas do *Correio da Manhã*, ironizou os responsáveis pela postura assumida pelos construtores da

⁴ NEEDELL, Jeffrey d. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pág. 60.

⁵ Sobre isso ver: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Ática, 1995.

Avenida.

Se o ouro ainda não refulgiu ao golpe explorador da picareta, um modesto som metálico já se fez ouvir, eriçando os cabelos dos novos bandeirantes e dando-lhes à espinha o frio solene das grandes ocasiões; som feio e inarmônico de ferro velho, contudo som animador que faz pregoar orquestrações de barras de ouro (...)
(BARRETO, 02/05/1905)

Misturando lenda, jornalismo, história e ficção, Lima Barreto constrói uma estória em torno da demolição da encosta do Morro do Castelo para demonstrar a ambição insaciável dos “novos bandeirantes”. Nesse sentido, ele afirma que durante as escavações, encontrou-se uma galeria feita pelos jesuítas, onde acharam um crucifixo de ouro e um candeeiro de ferro, apropriados respectivamente por Rodrigues Alves e Frontin assim que foram achados.⁶

Então o Sr. Rodrigues Alves ou o Dr. Frontin, numa terra em que todos são iguais, podem se apossar de objetos encontrados em terrenos do Estado e encontrados quando se faziam escavações por conta desse mesmo Estado?
Se assim é, mandemos plantar batatas a tal igualdade, porque nenhum deles é melhor do que qualquer homem do povo, único pagante dos trabalhos feitos no morro do Castelo.
Vamos lá, Sr. Rodrigues Alves e Dr. Frontin, entreguem ao Museu Nacional o que lhes não pertence: isto aqui não é, positivamente, a casa da mãe Joana.
(BARRETO, 28/05/1905)

Entendemos a ironia de Lima Barreto como uma crítica aos principais nomes da administração pública por não prezarem o bem comum, tornando a recém-implantada República um instrumento político a serviço meramente da elite, não concebendo, na prática, um dos lemas republicanos: o de que todos são iguais. Sendo assim, o cronista não acusa os construtores simplesmente de se apossarem dos supostos objetos encontrados, o crucifixo e o candeeiro, mas sim de destruir a moradia de muitas pessoas que ficaram sem ter para onde ir e os prédios históricos do morro, como o antigo Seminário dos Capuchinhos. Para Lima Barreto, eles se apropriaram do que era do povo em nome do Estado, para satisfazer suas vontades, sem se preocuparem com as reais necessidades dos *penalizados*.

⁶ Sobre isso ver: BARRETO, Lima. O subterrâneo do Morro do Castelo. *Correio da Manhã*, 24/05/1905 - 28/05/1905. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional

O presidente da comissão construtora da Avenida Central, André Gustavo Paulo Frontin, foi, inclusive, comparado ao reconstrutor de Lisboa, Marques de Pombal: “O Sr. Frontin é o Marquês de Pombal na segunda encarnação! Esta frase, dita num tom firme e catedrático, na meia-luz de uma sala francamente iluminada, deu-nos calafrios à alma, já, de resto, habituada às surpreendentes coisas de que tem sido pródigo este encantado morro do Castelo” (BARRETO, 07/05/1905). A informação da encarnação de Marques de Pombal em Frontin, foi dada por Sr. Coelho, um jornalista que Lima Barreto denominou de oráculo, por saber também de coisas ocultas criticando também a imprensa-empresa, grande parte dela a serviço do Estado. Segundo Fania Fridman, por ordem de Marques de Pombal, em 1759, os Jesuítas foram expulsos e tiveram seus bens confiscados, transformados em patrimônio do Estado e vendidos em leilão.⁷ Sendo assim, a ironia do cronista revela sua indignação com a construção da Avenida Central e a postura assumida por Frontin em expulsar os moradores do subúrbio.

O desejo pelo espaço e a pressa em tê-lo, que conduziu o processo de destruição do morro, feito em nome da areação e higiene, gerou vários problemas, dentre eles a falta de moradia e a supervalorização dos imóveis na região central, que agravou consideravelmente a crise habitacional. Olavo Bilac, mesmo como o cronista do miolo reformado da cidade, por vezes invadiu o espaço onde Lima Barreto circulava e apontou alguns problemas causados pelo projeto de cidade que defendia. Em uma dessas ocasiões ele enfiou o dedo na ferida e falou sobre a crise de moradia. Claro que antes de comentar sobre isso na crônica, defendeu a derrubada das *casas anciãs* como algo necessário e urgente a ser feito, dizendo ser comum o sofrimento de todos inicialmente em função das lembranças e dos momentos vividos nas residências que resistiam à morte, mas que tudo ocorreria por uma causa nobre e justa.

Não sejamos, sincera e fingidamente, insensíveis. Interrompamos, por um momento, o coro de louvores justíssimo com que estamos saudando e exaltando a transformação da cidade, e reconheçamos que há no aspecto atual das nossas ruas uma tristeza, um ar de infelicidade, um tom de mágoa que devem merecer algumas palavras de compadecida simpatia. Ninguém mais do que eu aplaude essa obra de destruição, porque ninguém mais do que eu reconhece a sua necessidade (...)
(BILAC, 13/08/1905)

⁷ Sobre isso ver: FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei – Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

Após a ressalva, Olavo Bilac segue:

Há ainda uma outra causa de melancolia e tristeza, nesta demolição de prédios: é a lembrança dos atropelos, das angústias, das aflições em que se vê a gente pobre, obrigada a mudar-se da noite para o dia.

A mudar-se pra onde? Para onde levarão os pobres os seus trastes, modestos mas queridos, os tristes cacarecos que são toda a sua fortuna?

As casas que as picaretas estão demolindo, eram justamente as únicas em que, pela modicidade do aluguel, se podiam aboletar os trabalhadores. Em que ponto da cidade vai essa multidão procurar um teto, à cuja proteção confie os seus penates sagrados?

Mas parece que ainda há hesitações... e fala-se em arrasar todo o morro do Castelo... Arrase-se o morro, que já há muitos anos devia ter sido arrasado! Mas, antes de arrasá-lo, digam-me, pelo amor de Deus, para onde se há de mudar toda a gente que o habita, - gente que é tão gente como nós, e que, como nós, tem o direito de possuir uma casa, um lar, uma família, e uma vida! (BILAC, 13/08/1905)

Essa crônica de Olavo Bilac chamou-nos muito a atenção, principalmente porque o cronista assumiu uma posição, ainda que de forma ligeira, não comumente adotada por ele ao tratar do assunto. Poderíamos enumerar vários fatores para tentar explicar a razão da argumentação feita nesta crônica. Poderia ser pelo fato de um possível tumulto dos desabrigados se recusando a deixar o morro e a região central, tornando o fato impossível de não ser comentado; ou, ainda, em função de preocupações não pelos *penalizados* da reforma, mas em tirar rapidamente o aglomerado de pessoas pobres da região central antes da inauguração. Esse último fator que apontamos poderia ser facilmente justificado pela resposta que o próprio cronista deu às suas indagações como solução possível para o problema indicado, dizendo:

O local? Mas as duas margens do leito da estrada de ferro, pela imensa extensão da zona de subúrbios, podem abrigar uma infinita colméia humana. O dinheiro? – mas emita-se, cunhe-se, invente-se esse dinheiro sem hesitação! Esse dinheiro não será despejado à toa! Esse dinheiro frutificará em vidas, em trabalho, em civilização, em glória da nossa terra, em orgulho da nossa raça, - porque aniquilará a tuberculose, a miséria, a fome, os crimes, todas as moléstias físicas e morais, todas as epidemias corporais e sociais que nos afligem e desonram! (BILAC, 13/08/1905)

No entanto, consideramos que a defesa de Bilac da população pobre do morro, expulsa

pelo processo de modernização da cidade, não é uma argumentação irônica, nem mesmo um falso interesse, tendo por trás o desejo maior de tirá-los da avenida. Acreditamos que Olavo Bilac estava mesmo preocupado não apenas em solucionar a crise de moradia que afetava os menos favorecidos, mas também com outras adversidades como desemprego, insalubridade e a desfavorável condição de vida dos desabrigados. Cremos que sua argumentação não passa de uma estratégia para emocionar e convencer seus leitores a agir diante de tais necessidades. Para Bilac, talvez destoando um pouco do projeto dos dirigentes, a modernização da cidade passava não apenas por embelezar e higienizar o Rio de Janeiro, afastando os vizinhos indesejados do Morro do Castelo, mas por minimizar os contrastes sociais oferecendo melhor qualidade de vida aos pobres dando-lhes a possibilidade de se “civilizarem”.

Em 1921, a revista *Careta*, através de ilustração, denunciou a falta de moradia e aumento do preço dos imóveis, lembrando que esse foi o período em que o Morro do Castelo foi completamente demolido, já na administração de Campos Sales. Logo após a ilustração, a revista trazia uma crônica de Lima Barreto tratando do assunto. O próprio título já era uma provocação: “*O prefeito e o povo*”, como se tratassem de coisas absolutamente antagônicas, dois mundos diferenciados e afastados entre si, de maneira que o cronista, ironizando as ações do prefeito na dimensão urbana, não o reconhecia como o governante de sua cidade e representante do povo carioca. Barreto afirmava: “vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena” (BARRETO, 15/01/1905). Seguindo este raciocínio, Lima Barreto, questiona a grande atenção dada aos lugares “nobres” da cidade e o desleixo com o subúrbio, principalmente no aspecto relativo à moradia, contrastando a construção de prédios com os barracos existentes no local.

Municipalidade supõe-se, segundo a origem, um governo popular que cuide de atender, em primeiro lugar, ao interesse comum dos habitantes da cidade (comuna) e favorecer o mais possível a vida da gente pobre. Esses hotéis serão para ela? Pode-se, entretanto, admitir, a fim de justificar o amor do prefeito aos hotéis de luxo, que quer construir a custa de nossos magros cobres; pode-se admitir que, com isso Sua Excelência pretendia influir indiretamente no saneamento do morro da favela. Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis chics. (BARRETO, 15/01/1905)

Em 1907, Olavo Bilac voltou a falar sobre o mesmo problema da habitação de forma

ainda mais enfática e agressiva que na crônica de 1905, revelando que muito da sua euforia e entusiasmo do momento anterior havia se dissipado, levando-nos a crer que houve até mesmo certo desencantamento seu ou desilusão com os resultados de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro. Na famosa e luxuosa revista *Kosmos*, comentou:

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira “crise de habitação”. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável, o número de casas modestas, destinadas á moradia de gente pobre, porque, substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros. E que fizeram os proprietários dos casebres e dos cochicholos que as picaretas demolidoras pouparam? Viram na agonia da gente pobre uma boa fonte de renda, e aumentando o preço dos seus prédios. É uma crise completa e terrível (...) Deixemos de parte a ironia! A ironia é descabida, quando há sofrimento real dos que se queixam. A crise existe, e os que tudo podem, os que mandam e governam, os que tem dinheiro e força nada querem fazer em favor dos que não acham onde morar. Que há de fazer a gente pobre? Se ao menos essa gente pudesse morar ao ar livre, sob o teto piedoso do céu, sob o pálio misericordioso das estrelas!... transformar-se-iam a Avenida Central, a Avenida Beira Mar, o Campo de São Cristóvão, o Parque República, os terrenos acrescidos no Mangue, o largo do Paço, a Copacabana, a Tijuca, em imensos caravançarás descobertos, em vastos acampamentos (...) Mas a polícia é feroz: a lei manda considerar vagabundo todo indivíduo que não tem domicílio certo (...) conheceis porventura pessoa ou cousa mais atrozmente estúpida do que essa abominável entidade que se chama A Lei? Bem mais feliz que o homem é o caramujo, que já nasce com sua casa nas costas (...) sem pagar um vintém pelo aluguel por essa habitação confortável que a natureza lhe deu! (BILAC, 10/1907)

Podemos dizer que as crônicas em que Olavo Bilac mudou o tom das suas análises são, no mínimo, surpreendentes por partirem de um nome famoso, conhecido por textos favoráveis às elites política e literária da sociedade, quase sempre voltadas aos signos do progresso e modernidade defendidos pelo projeto republicano. Nas crônicas, como esta, em que sai de sua tendência costumeira, Bilac parece aproximar-se muito das opiniões de Lima Barreto.

É interessante lembrar que Olavo Bilac escrevia para o jornal *Gazeta de Notícias* e para a revista *Kosmos*, periódicos que apoiavam as medidas governamentais, especialmente a

Kosmos, revista direcionada à elite carioca que tinha total afinamento com a política de Pereira Passos, principalmente no que se referia à reestruturação da cidade. As críticas se repetiam com mais frequência na *Gazeta de Notícias* do que na revista *Kosmos*, provavelmente pela maior ligação da revista com o Estado⁸. Mesmo assim, de acordo com Antonio Dimas (2006), era através dessa revista que Bilac “puxava as orelhas” do poder público e da burguesia carioca.

Acreditamos que, embora o cronista escrevesse quase sempre de acordo com a orientação da revista e dos seus responsáveis, diante do prestígio e reconhecimento que tinha, gozava de certa liberdade para, vez ou outra, contrariar essa tendência sem ter que sofrer retaliações.

Quem sabe esta postura de denunciar os males da reforma em defesa dos pobres seja um dos motivos pelos quais Lima Barreto evitava o ataque direto contra Olavo Bilac, contrariando sua tendência de criticar todos os nomes da literatura que se ligavam a ele ou pertenciam ao mesmo grupo como: João do Rio, Patrocínio Filho, Luiz Edmundo, Mario Cataruzza, Afrânio Peixoto, Coelho Neto, entre outros. O principal alvo de Lima Barreto, o escritor Coelho Neto, publicou junto com Olavo Bilac várias vezes ao longo de sua carreira como: *Sagres e a Terra fluminense* (1898), *Crítica e fantasia* (1904), *Poesias infantis* (1904), *Contos pátrios* (1904), *Teatro infantil* (1905), *A pátria brasileira* (1909).⁹ Se Olavo Bilac e Coelho Neto tinham tal ligação, por que então Bilac não foi também repudiado por Lima Barreto? Certamente porque, ainda que raramente, Olavo Bilac denunciava problemas da cidade, ironizava o modelo de vida da burguesia, criticava os grandes nomes da política, ou seja, exercia aquilo que Barreto concebia como a verdadeira função da literatura. Barreto chegou a pedir empenho a Olavo Bilac, muito influente nas editoras, para publicar seu romance mais polêmico,¹⁰ *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, outro indício da identificação entre os escritores ou, ao menos, do acesso que um buscava junto ao outro.

⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 07/01/1900 – 25/10/1908. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.

Kosmos. Rio de Janeiro, 03/1904 – 05/1908. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.

⁹ Sobre isso ver: Dimas, Antonio (org.). *Vossa insolência*: São Paulo: Cia das letras, 1996. (Coleção “Raízes do Brasil”, vol.6). pág. 25-26.

¹⁰ BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Lima Barreto: Correspondência ativa e passiva* (1º tomo). São Paulo: editora brasiliense, 1956.

Prova disso é o bilhete que Lima Barreto recebeu de Olavo Bilac em 1911:

Quarta feira, meio dia.

Meu caro L. Barreto.

Falei hoje ao Alves, que me disse: “em princípio, a coisa está feita; mas não pode ser feita já, senão daqui a alguns meses”. Insisti, mas em vão. Desculpe o fracasso da boa vontade do seu muito admirador.

Bilac.

Voltemos ao assunto do Morro do Castelo com Lima Barreto, escritor que se empenhou em mostrar a segregação social e espacial na modernização excludente do Rio de Janeiro. Lima Barreto não enxergava com bons olhos as obras de reestruturação urbana, porque não se tratava de um projeto capaz de abranger toda a cidade. O cronista entendia que reformar o morro não fazia parte do projeto de modernização e progresso, de maneira que, para se criar o “Rio de Janeiro espetáculo”, seria necessário criar o “Rio de Janeiro vítima”; para se criar o “Rio de Janeiro do Progresso”, também teria que se criar o “Rio de Janeiro do atraso”, ou seja, cidades múltiplas e ao mesmo tempo concorrentes. O cronista argumenta, com traços ficcionais, que a Derrubada do Morro do Castelo foi um engano, pois se ganharia muito mais se tivesse investido nele, construindo novas habitações, ruas, calçamentos e restaurando os prédios de valor histórico, enfim uma reforma com menos gastos e transtornos.

Depois de muito tempo gasto e de sacrifícios feitos do maior valor, quando esperava o suplicante que as suas idéias e seus sacrifícios seriam recompensados, eis que o governo manda demolir o dito morro, e neste sentido se está procedendo a escavações, já se tendo achado duas galerias, aliás sem muita importância, por serem consideradas de defesa. Mas assim ir-se-á destruindo obras de arte de subido valor, além de ser inutilizado o melhor ponto estratégico da cidade, primitiva fundação de S. Sebastião, hoje do Rio de Janeiro, donde se poderia com pouca despesa reconstruir uma poderosa fortificação, sobre os alicerces da iniciada pelos jesuítas, que vem desde a base desse morro. Se o governo pretende com o arrasamento descobrir o tesouro que se supõe existir, o meio empregado não é decerto o mais próprio, porque levará mais de três anos para esse arrasamento, e só no fim desse prazo e de haver despendido muito dinheiro talvez poderá ser encontrado o esconderijo que servia de depósito aos referidos valores. (BARRETO, 01/06/1905)

A lenda do tesouro dos jesuítas pode ser entendida como uma analogia feita por Lima Barreto com a suposta cidade moderna almejada pela burguesia, para dizer que, mesmo depois de tanto alarde e tumulto em torno da reforma urbana, a cidade desejada não se consumaria na prática, bem como não se encontrou o tesouro nas galerias do subterrâneo. Dessa maneira, a sensação de progresso e modernidade provocada pelas obras e discursos dos reformadores foi maior e mais vivenciada pelos cariocas do que a própria transformação em si. Conforme elucida Renato Cordeiro Gomes: as crônicas de Lima Barreto “revelam as contradições entre a cidade planejada, que seria sem males, e a cidade real, que se desvia da

norma arquitetada em nome da simetria e da ordem. Tais contradições aparecem cenarizadas na rua de que se procura apagar as marcas do passado” (GOMES, 2008, 161).

O confronto entre o que se julgava atrasado e o que se julgava moderno, entre o centro urbano e o subúrbio, entre os signos do progresso e os signos da tradição, o lixo e o luxo, a cidade ideal e a cidade real, a cidade desejada e a cidade condenada, o Rio de Janeiro visível e o Rio de Janeiro invisível, faz pensar que esse período de transformações na cidade carioca, no início do século XX, teve muito de ilusão e fachada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: IBRASA, 1972.
- BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Lima Barreto: Correspondência ativa e passiva* (1º tomo). São Paulo: editora brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. O subterrâneo do Morro do Castelo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/1905 – 06/1906. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional
- BARROS, Paulo Cezar. Onde nasceu a cidade do Rio de Janeiro? Um pouco da história do Morro do Castelo. In. *Revista geo-paisagem*. Vol. 1, número 2, Julho/Dezembro de 2002.
- BENDER, F.; LAURITO, I. *A crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.
- BENJAMIM, Walter. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 05/11/1905. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao Rés-do-chão. In: *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP, Ed. Unicamp/Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARETA. Rio de Janeiro. 1915 – 1922, Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional
- DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista: ensaios*. São Paulo: Edusp / Unicamp / Imprensa Oficial do estado de São Paulo.
- _____. (org.). *Vossa insolência*: São Paulo: Cia das letras, 1996. (Coleção “Raízes do Brasil”, vol.6).
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei – Uma História Fundiária da Cidade do*

- Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- GAZETA DE NOTÍCIAS*. Rio de Janeiro, 07/01/1900 – 25/10/1908. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- JORNAL DA EXPOSIÇÃO*. Rio de Janeiro, 09/1908 – 11/1908. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional
- KOK, Glória. *Rio de Janeiro na época da Avenida Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.
- KOSMOS*. Rio de Janeiro, 03/1904 – 05/1908. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional
- LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2000.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na segunda república*. Goiânia: Ed. Da UFG; São Paulo: Edusp, 2002.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006.
- NEEDELL, Jeffrey d. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, M. S. “História da crônica. Crônica da História”. In: RESENDE, B. (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995.
- NONATO, José Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. *Era uma Vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. PUC-SP. São Paulo: n.10, p. 7-28, dezembro de 1993.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOIÂNIA: MORAR NA CIDADE ENTRE O ATO NO CONCRETO

Rodrigo de Oliveira SOARES¹

teachershistoria@hotmail.com

RESUMO: A seguinte comunicação tem como objetivo, perscrutar a cidade como concreto, e como tal, adquire sentido pelo ato dos indivíduos que nela habita, partimos do pressuposto interpretativo, em que o morar, é o ato de apropriação do espaço urbano por estes indivíduos

PALAVRAS-CHAVE: morar, casa, cidade.

ABSTRACT: The following announcement is aimed at scrutinizing the city as concrete, and as such, acquires meaning through the act of individuals who inhabit it, we start from interpretive assumption, in which to live, is the act of appropriation of space city by these individuals

KEYWORDS: live, city, house

A seguinte comunicação tem como objetivo, perscrutar a cidade como concreto, e como tal, adquire sentido pelo ato dos indivíduos que nela habita, partimos do pressuposto interpretativo, em que o morar, é o ato de apropriação do espaço urbano por estes indivíduos. Para tal exercício de análise partiremos dos estudos da História Cultural Urbana, ao optar por este tronco teórico – metodológico, concordamos, de que os indivíduos, “*Como o mais esquivo animal {...}*” (CANTINHO, 2011, p.166), interpretam o mundo, lhe dão sentido, e os carregam de emoções, sendo assim, transforma em subjetividades, cada elemento concreto da cidade em que mora, criando um palimpsesto urbano, como um elefante nas mãos de sete cegos, segundo o dito indiano, deixando rastros, marcas, indícios de existência.

Para isso partimos da ótica de estudos que pautem o urbano a partir das práticas, ou viveres urbanos, podem nos aportar como possibilidade de interpretação, de como os indivíduos constrói sua realidade histórica no interior da cidade hoje. Pois, desde a consolidação do mundo o moderno e do capitalismo como modo de produção, a questão urbana se torna o local, em que o indivíduo desempenha um papel.

Sendo assim estudar o espaço urbano se coloca como um dos problemas para reflexão do mundo contemporâneo e objeto de estudo privilegiado sobre o nosso tempo,

¹ Aluno do doutorado do Departamento de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, mestre em Geografia pelo Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, especialista em História pelo Programa de Pós – Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

partindo do imaginário social, “*um mundo que se parece*” (PESAVENTO, 2002, p.22), em nosso trabalho queremos interpretar esse mundo, para saber como ele é concebido, “*como sistema de idéias e imagens de representações coletivas, teria a capacidade de criar o real*” (PESAVENTO, 2002, p.23).

Pensar o urbano a partir do morar, como nos aponta Certeau, é interpretar como a força imaginária dos habitantes do espaço urbano constrói sentidos, essa proposta “*que aborda os sistemas simbólicos de idéias imagens de representação coletiva a que se dá nome de imaginário social*” (PESAVENTO, 1992, p.283). Essa articulação do indivíduo e seu meio, se trona construtora de uma “*rede de significados*” (GEERTZ, 1989, p. 37), alçando o espaço urbano a excelência, para uma interpretação de como o homem no presente vem construindo essas redes.

Para isso encararmos historicamente o morar como ato de apropriação do espaço urbano, seguimos os passos em que Benjamin nos ensina sobre o *flâneur*, onde, a relação silenciosa deste com o espaço urbano, anima, movimenta, assanha, até mesmo, transcende, ganhando sempre mais força, e com isso, o espaço urbano se transforma, em “*um espaço mais humano*” (SANTOS, 2006, p.68), com mais carga interpretativa de sua realidade histórica, segue Benjamin: “*{...} a cidade não se nutre apenas daquilo que, sensorialmente, lhe atinge o olhar;* (BENJAMIN, 1989, p. 186).

O habitante da cidade ao morar, se relaciona com o espaço habitado de forma sensorial, como algo vivido, ele a todo o momento tenta se reconhecer, como nos ensina Halbwachs, mas, não como forma de verdade absoluta, e sim como possibilidades de reconhecimento, em um processo de generalização, que leva a o “*fenômeno de banalização do espaço*” (BENJAMIN, 1989, p. 188), esta cidade de vários rostos é o que procuramos em nossos estudos. Ao banalizar o espaço os indivíduos deixam marcas de memória e identidade, que vão além das ruas traçadas, ou registro físico da cidade.

Ao optarmos por esse tronco teórico metodológico para estudar Goiânia, encaramos a realidade urbana de uma cidade que apesar de muito jovem, a capital de Goiás já expressa nuances de uma metrópole, com seus fluxos de pessoas, serviços e capital, ela faz parte de uma dinâmica urbana brasileira, em que os grandes centros metropolitanos vêm diminuindo sua influência, e novos centros metropolitanos aparecem no interior do Brasil, reflexo da nova divisão do trabalho territorial.

A construção de Goiânia representou em uma estrutura micro, um reflexo das transformações em perspectiva macro, pelas quais o mundo e o Brasil passavam. A modernidade se instalava em todas as esferas. O moderno assumia um enunciado discursivo

(na música com Stravinsky, na literatura romântica da França e Alemanha, no mundo das idéias com o evolucionismo darwinista). Nas palavras de Benjamin (2007, p. 436), encontra-se um resumo para a nova situação, na qual “*O capitalismo foi um fenômeno natural como um sonho repleto de sonhos {...}*”. No Brasil, os ventos dos novos sonhos que surgem na cultura, com a Semana de Arte Moderna e na política, com os tenentes, fez com que uma nova conjuntura se instalasse.

A urbanização do Planalto Central fez parte integrante do mesmo processo que urbanizou o Centro-Oeste. As cidades de Goiânia e Brasília são alfa e o ômega, e ambos têm o Estado de Goiás como base logística, já que dele emergiram. São espaços que passaram, a partir de 1930, por extensas e profundas transformações, em que o poder público (governos estadual e federal) cumpriu papel determinante. (MOYSÉS, 2004, p.63).

De uma cidade que representaria a mudança na “argamassa da ordem” (Maciel ver livro), Goiânia se transformou em referência do centro oeste. De maneira direta na região metropolitana de 2.100.771, sendo a décima do Brasil e número duzentos e dez do mundo segundo Censo IBGE/2010. Uma cidade que não para de crescer, engendrado a sua própria história, e intensificado com a construção de Brasília, a capital goiana se transformou em um receptáculo de migrantes, em busca de um novo eldorado: o Centro – Oeste.

Desde os anos 50, o capitalismo brasileiro está em novos moldes de organização, a corrida pelo novo eldorado se instaura no Brasil, os novos bandeirantes, segue MOYSÉS (2004, p.63), esses, “*{...} foram anos das descobertas, da corrida em busca de outros sonhos*”. O afluxo de migrantes confirma o que Milton Santos (2005, p.99) diz sobre a “*{...} verdadeira inversão ao lugar de residência da população brasileira*”. Essa inversão, no caso goiano, faz com que um novo sonho se imponha o “*sonho do imigrante em busca de um novo eldorado*” (MOYSÉS, 2004, p.67). Sendo assim, Goiânia passou a ser gerida por esse sonho, “matéria prima” para a ação do mercado, substituindo a cidade em si por interesses individuais ou de grupos (política – capital).

Sabe-se que esse sonho dos desenraizados, que estão sempre em busca de uma vida melhor. A busca desse novo eldorado, entretanto, traz contradições que marcam profundamente os atores dessa saga. Paradoxalmente, possibilita o dinamismo econômico e o caos sócio-espacial por um lado, e, por outro, aventura, sofrimento e esperança de que a vida será melhor. (MOYSÉS, 2004:152)

A cidade planejada é a cidade do futuro que recebe gente, que se apropria do território tanto para morar quanto a forma de ver a urbe, deixa os projetos e leis para ser representada pela sociedade. Milhares de cidades se constroem num mesmo espaço, multifacetadas, hermenêuticas, rompendo grilhões e dando continuidade a comportamentos, deixando o concreto para ser linguagem e, como tal, passível de ser representada de maneiras heterogêneas.

São esses indivíduos que aqui se fixam são os verdadeiros construtores da cidade, cada sentido que ele forma e transforma, com sua apropriação do espaço, faz com que os quase oitenta anos de Goiânia ganhe mais intensidade, pois, os ínvios que nela habitam, trazem e fazem mais história. São quase oitenta, que territorializa várias temporalidades. Em cada lugar vários sentidos, experiências e viveres. *Como diz Calvino (1990), uma cidade comporta muitas, e, ao analisar uma metrópole mediante o que ela se tornou, é passível recordar o que ela foi um dia. (PESAVENTO, 1992, p. 284)*

Através do morar, é por este ato no concreto que a cidade de Goiânia ganha aspectos em que nós historiadores do urbano devemos nos debruçar. Compreender uma cidade que é vista como uma metrópole, mas, que pelo *habitus*, percebemos ainda relações que ainda não foram desenlaçadas, um ar interiorano ainda persiste, nas ruas, nas relações sociais e no entretenimento, apesar de seus mais um milhão e trezentas mil pessoas e um milhão de carros, os moradores de Goiânia em sua relação com seu espaço urbano, cria um complexo histórico de continuidade e ruptura, entre uma cidade que já foi, aquela deixada para trás com a migração, e uma que tenta se impor, pelos produtores de espaço, planejada, verde e de intenso fluxo.

O historiador de uma Goiânia hoje precisa captar essa complexidade de relações, e partir delas para uma análise, perscrutando estes sentidos criados por seus moradores, podemos entender o palimpsesto de memórias e identidades, suas representações e práticas, ao defendermos neste texto o morar como ato, temos em mente essa possibilidade de interpretação.

Tomar a cidade como representação social de uma relação indivíduo - espaço, este é o fator circunstancial desta proposta de análise em que o nosso texto expõe o morar constrói essas representações de mundo. É no invisível aos olhos, mas é no visível aos sentidos, que a cidade de Goiânia se consolida. A perspectiva das representações sociais nos faz buscar na relação homem e sociedade como o “MORADOR” (sujeito – ação) está se situando no contexto, buscando entender como ele racionaliza o ambiente no qual está inserido. É a ação

humana que dá essa “personalidade” ao espaço (SANTOS, 2006), é ela que transmite vida aos objetos dando significados.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem na sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.
(PESAVENTO, 2004. P. 39)

Para história tomar o conceito de representação social, é buscar no cotidiano do indivíduo, as linguagens em que o individuo busca para construir e definir sua realidade, com isso verificar que o "mundo representado" é na verdade o “mundo existente” em si para cada ser humano. O Estudo do morar como representação social, nos permite em um estudo histórico entender como determinadas decisões e comportamentos foram construídas. Um segundo aspecto é fator da memória, o estudo das representações sociais, tem em seu componente teórico, a função de ter na memória uma das forças motrizes de significação do mundo, ela é o conhecimento anterior, ela dá uma valoração a representação, no caso da moradia, o que ela significa para quem nela habita, e faz dela um personagem a ser pesquisado.

São nestas subjetividades, que nós historiadores como nos ensina Pesavento, devemos submeter a análise, para que possamos fazer uma “leitura da cidade” de Goiânia como uma rede de significados, entender como elas são construídas, como tais lógicas sociais são compostas.

Verificamos que os indivíduos constroem representações da realidade, que se tornam a realidade em si, “*entendida desse modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente*” (CHARTIER, 2002, p.47), partindo desse prisma conceitual, estudar o morar como construtor de representação se torna justificável como ponto de análise de nosso trabalho, ele é no espaço urbano o lugar privilegiado onde se constrói a materialização das praticas culturais

Para entendermos isso de melhor maneira, fizemos a opção de estudar a relação criada entre o indivíduo e espaço através do morar, pelo espaço da casa, a partir dela, pode entender como o espaço material toma vida pela interação do indivíduo em seu ambiente. Pretendemos interpretar as “*maneiras de fazer*” (CERTEAU, 2003, p.173) dos habitantes, em transformar através da apropriação, **locais em lugares**.

A casa é transformada para dar aspectos identitários, ela se transforma em “*de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico*” BACHELARD (1988, p. 110). Através da subjetivação, o espaço da casa vai além do projeto, transformando-se e sendo facilmente reconhecido o indivíduo que ali vive, em cada casa que entramos, percebemos na ordem ou na desordem, disposição do mobiliário ou ausência deste, que tudo já compunha um relato de vida, cada casa é o “corpo vivido”, inseparabilidade que valida o espaço de nossa discussão, o “espaço humano”.

Para essa construção representacional aconteça, os projetos concebidos pelos produtores de espaço mesmo com seus regulamentos, são transformados pela interferência dos indivíduos.

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma conteúdo.
(SANTOS 2006, p. 109)

O espaço social da casa é mais que uma obra arquitetônica, é uma construção de impulsos de conhecimento, rede de símbolos vivos, onde são mensurados virtudes e sentimentos em um pedaço do mundo.

Para um estudo cultural do urbano, interpretar a partir da visão dos moradores como eles constroem uma realidade espacial, onde, a casa é colocada como o ponto de partida de sua integração ao espaço urbano, ao pertencimento, a identidade, *na casa, no lugar próprio que, por definição, não poderia ser lugar de outrem* (CERTEAU, 2003, p. 270), nas práticas cotidianas podemos perceber como moradia torna – se construtor e construção desses significados.

Estudar a casa como espaço social é compreender que ele só terá racionalidade a partir do momento em que os indivíduos se relacionam entre si e com o próprio espaço, é neste contexto que ele toma sentido e se torna realidade.

Dentro deste contexto de idéia sobre o espaço é que desenvolvemos, junto com nossa orientadora, essa pesquisa. Contextualizar a casa nesse sentido, ao qual a relação do sujeito e ela constroem uma realidade, que vai além da idéia HOMEM – OBJETO.

A partir dessas constatações, a casa é mais que um objeto material, ela se torna um lugar de pertencimento e identidade na cidade, o assentado se torna vislumbrado à sua participação no espaço urbano, naquele pedaço que ele chama de seu. É nos espaços da casa que ele se relaciona com o resto da cidade, é nele que se localiza e se coloca como protagonista.

Ao trabalhar com essas representações, buscamos no senso comum um **“corpo organizado de pensamento”** proporcionando construir conhecimento a partir da experiência, na **“vida como todo”**, como nos ensina Geertz

Buscar na visão dos moradores como a racionalização da casa é feita em sua convivência espacial é buscar aprofundar nas interpretações sobre o espaço da cidade, entender as relações do indivíduo e a cidade onde vive e, desse entendimento, contribuir para estudo da História na questão sobre cidade.

A casa, materialização de um sonho: Assentamento Real Conquista uma análise de caso²

O assentamento no Real Conquista começou a se delinear a partir de Janeiro de 2007, o terreno escolhido, perto do residencial Itaipu (vide mapa anterior), teve a participação de membros dos ex-ocupantes do Parque Oeste / Sonho Real, na escolha do terreno, que necessita seguir algumas diretrizes, como estar em zona urbana, facilidade de acesso, ter uma viabilidade real de construção de infraestrutura e, principalmente, ser uma área regularizada (mesmo ambientalmente falando), critério esse alcançado pelo:

DECRETO DE LEI Nº 1896, DE 05 DE OUTUBRO DE 2006.

O prefeito em suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei Federal No 6.766/79, inciso II da lei Complementar Municipal No 031, de 29 de dezembro de 1994, e Lei Federal No 10.257 de julho de 2001, bem como o contido no Processo No 2.681.939 – 3/2005 de interesse da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,

DECRETA

Art.1º Fica aprovada a regularização do Parcelamento denominado “RESIDENCIAL REAL CONQUISTA”, com área total escriturada de 1.416.601,91m2 (um milhão, quatrocentos e dezesseis metros quadrados,

² Os relatos aqui expostos fazem parte de minha dissertação de mestrado no programa de Pós Graduação em Geografia na UNB com o título **SEJA BEM VINDO ESTA É MINHA CASA: A CASA COMO REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO DOS MORADORES DO RESIDENCIAL REAL CONQUISTA / GOIÂNIA – GO**

seiscentos e um virgula noventa e um metros quadrados) e área parcelada de 1.175,232,17m² (hum milhão, cento e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois virgula dezessete metros quadrados, parte integrante da Fazenda Dourado, localizada em zona de expansão urbana do Município de Goiânia, conforme lei complementar No 158/2006, em conformidade com as plantas, memorial descritivo, listagem de lotes e demais atos contidos no processo anteriormente mencionado.
(DIÁRIO OFICIAL, 2006)

Decretada a área pela prefeitura, que também fica como responsável pela construção do alicerce do novo assentamento, o governo estadual, através da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), fica responsável pelo cadastramento dos moradores, projeto do bairro e da casa, e controle dos recursos e o governo federal com mais recursos financeiros, segundo o Manual do Cheque Moradia³, programa do governo para política pública de habitação, que tem em sua estrutura ser títulos de pagamento de ICMS, doados a indivíduos exclusivamente para construir ou reformar a moradia, o comerciante que recebe esse título pode usá-lo para quitar seus débitos de ICMS ou usá-lo como moeda de compra para com seus fornecedores que, também, podem usá-lo com o mesmo intuito.

Outra parte dos recursos vem do FGTS liberado pelo Governo Federal através do recurso disponibilizado e feito de forma com que a coletividade receba o benefício. A administração de todo processo é feita pela AGEHAB⁴, como cadastramento, escolha de prioridade, engenharia, arquitetura e outros projetos do conjunto habitacional.

Para terem acesso à casa no Residência Real Conquista, é necessário prerequisites que atendam regras preestabelecidas pela AGEHAB para que se tenha acesso aos recursos para a construção da casa. Outro fator que nos chama a atenção é a necessidade da veracidade das referidas informações, para que se excluam pessoas que estejam com renda e possibilidades acima do padronizado pela AGEHAB, pois *As famílias são selecionadas por computadores programados aos critérios sócio-econômicos, absolutamente técnicos, que priorizam as famílias mais carentes.* (Manual do Cheque Moradia). Assim, elas assinam um contrato, segundo o qual devem residir durante oito anos nas casas sem poder vendê-las ou abandoná-las sob pena de perdê-las e serem passadas para outros, recebendo no fim dos oito anos a escritura definitiva de propriedade.

³ Disponível: <http://www.agehab.go.gov.br/downloads/manual/Manual-Geral-Cheque-Moradia.pdf>

⁴ Agência Goiana de Habitação

Um fato que nos chamou a atenção no dia de uma de nossas entrevistas, uma jovem, porém cercada de umas quatro crianças, chega ao senhor Valdomiro⁵ denunciando a venda de umas das casas vizinhas, pra fumar⁶, isso em sua fala, inconformada, ela justifica a denúncia como ideia de que a casa é para quem precisa e não um objeto à venda.

Dona Rosilene ajudou, até certo ponto, na construção de sua casa (abandonou porque não tinha com quem deixar os setes filhos), seguindo os moldes prefixados pela AGEHAB, a casa segue um modelo de 40 metros quadrados, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

O projeto estabelecido pela AGEHAB teve como objetivo racionalizar a construção, principalmente na questão de gastos, com a intenção também de facilitar a interferência do morador no projeto da casa, sem agredir as medidas prefixadas, isso sendo permitido apenas com prévia autorização da AGEHAB.

A racionalidade (projeto) foi entregue para dona Rosilene e os outros desta maneira, o que chamamos de casa de papel, mas é através dos arcaouços nos dado pelo estudo das representações sociais que podemos entender como o indivíduo se apropria da casa de papel e a transforma na realidade do seu sonho, em resumo, como o indivíduo se apropria e interfere no espaço para que esse atenda as suas necessidades e se torne algo que percebemos visualmente.

Na visualidade, todas as casas que visitamos tiveram em seu plano inicial interferências dos moradores, o que antes era um padrão, hoje, cada uma segue uma estrutura diferente. Voltando ao caso da dona Rosilene, quando perguntada se a casa já estava do jeito que ela pensava, a negativa é imediata, {...} *ela não tá do jeitinho do que eu quero não*, cada uma segue a demanda pensada individualmente, para que a casa corresponda a esse desejo.

Plantações no fundo da casa, salão de beleza, mercado, sala de aula, essas são algumas mudanças inseridas na casa de papel, transformando-a na casa dos sonhos. Outros nos apontavam mudanças que estavam prestes a fazer, um exercício imaginário, no qual *O espaço não é o ambiente (real e lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível* (Merleau-Ponty, 2006, p. 56).

Interferir no espaço é torná-lo racional (inteligível), é criar uma lógica própria, da relação entre o homem e o espaço, é individualizá-lo, tornando único, porém inserindo essa

⁵ Esse personagem em nossa pesquisa foi de fundamental importância, foi ele o selecionado a andar conosco e nos apresentar como pesquisador, além de ser companheiro para muitas histórias, além de suas muitas interferências e ideias sobre o que foi todo contexto do Real Conquista. Valdomiro também é membro da Associação de Moradores do Real Conquista.

⁶ Consumo de drogas ingeridas de forma aspiratória, maconha, crack ou merla.

perspectiva racionalizante em um todo, já existente, em uma dialética entre o micro–macro, individualidade–totalidade, como nos ensina Milton Santos acerca do espaço.

Essa interferência no espaço social da casa está ligada íntima e historicamente ao processo de autoconstrução. Seguindo o que MARICATO nos ensina, a autoconstrução é uma forma não capitalista de trabalho, nascida no campo, uma permanência histórica incrustada no interior das grandes cidades, solidificando o que SANTOS chama de rugosidades do espaço, uma influência de nosso passado na construção da realidade.

Através da autoconstrução, o espaço imaginado pode se tornar materializado, como o fogão à lenha de Rosilene, a cozinha de Kilzes, a horta de seu Valdomiro e a pia nova de dona Maria, assim, o sonho da materialização da *casa se estende por muitos anos absorvendo a maior parte das economias {...}* (Maricato, 1982, p.91).

Em alguns casos pela falta de dinheiro, esperam em Deus, ou no caso de Dona Dora, que em nossa visita não tinha nenhuma interferência, *do jeito que a AGEHAB me entregou ela está {...}* (INDIVÍDUO 8), buscam em novas políticas públicas do governo formas de interferir no espaço da casa, no caso de Dona Dora, o dinheiro serviria para construção de uma área e um muro, para que ela pudesse ter mais privacidade e liberdade em sua residência.

A figura do muro, na perspectiva de uma análise da casa como uma representação social, nos remete a duas significações: a INDIVIDUALIDADE e a LIBERDADE que a casa dá ao ser humano. Segundo dona Dora, *“murar porque é bom”* (INDIVÍDUO8), bom no sentido da segurança a qual ninguém poderá, como ela mesmo diz, mexer, é uma casa que se possa ir e vir dentro dela, longe dos olhos ou incômodo dos vizinhos.

“Só as casas reais poderiam dar individualidade” (Bachelard: 2005, p. 25), essa afirmativa nos leva à seguinte conclusão: a individualidade só acontece no momento em que se possa viver na particularidade do cotidiano, ou seja, apenas com a casa materializada, como vimos anteriormente no período da luta (invasão – quadras – Grajaú), a individualidade era possível. Relembremos o relato,

então... vivia naquela polêmica de marido com mulher como era perto um do outro um metro mais ou menos, todo mundo escutava a vida de todo mundo e vivia a vida de todo mundo lá ninguém tinha vida própria, todo mundo vivia a vida de todo mundo e cedo chegava gente na sua porta entrava querem pegar suas coisas para comer, era sabe uma benção, então, aquilo pra mim, nem era sofrimento entendeu (INDIVÍDUO 5)

A individualidade é o poder de ter controle da própria vida, separar o público do privado. No privado, segundo Bachelard, o indivíduo se torna rei, senhor, encontra-se no seu canto do mundo, ou em seu próprio mundo, um protagonista.

A sua casa é uma propriedade, ou seja, não é de outro, segundo Certeau, o outro em sua casa está estereotipado como a visita, se de bom grado for recebido e se portar bem, será lembrado como oportuno. Volto à figura do muro, porque é ele que dá proteção dos olhares indiscretos, para nossas atividades no interior da casa, dormir, divertir-se, o muro é o limite entre o corpo individual (casa) e o corpo social (viver em sociedade), essa relação corpo–casa nos faz citar a passagem à qual um amigo relata a CERTEAU o roubo de sua casa: *sentí como se fosse uma violação e sonhei com isso com temor e tremor por muitos dias* (CERTEAU: 2003, p.206). Essa passagem nos dá ancoragem necessária para entender o que representa o muro nessa relação do homem e o espaço da casa.

Essa segunda nuance dessa individualidade está ligada à intimidade dentro do próprio limite da casa, segundo os relatos, os principais meios de interferência da casa estão em dois cômodos, à cozinha e o quarto. A cozinha, um espaço de poder feminino, onde os segredos culinários ou conversas ao pé de ouvido são feitos, um local que precisa ser limpo, um local que necessita ser único separado. Todos que entrevistamos têm esse objetivo de construir uma cozinha e de separá-la da sala (um conjugado de acordo com o projeto). O quarto, o lugar de repouso, de amor, para alguns de paz, porém de intimidade, principalmente pelo número de pessoas por famílias, é um fator para que se construa mais um ou dois quartos. Outra justificativa está na idade das pessoas, algumas como Kilzes, com filhos adolescentes, já vê a necessidade do quarto para uma interação saudável da família, principalmente no que tange à intimidade dos filhos, um local de liberdade dentro da casa.

A liberdade é outro ponto em que casa tange no imaginário, primeiro e mais importante, está na liberdade de não mais pagar o aluguel. A representação social do aluguel para os moradores do Real Conquista está objetivada de forma a interpretá-la como grilhão, uma prisão, que depois de todo contexto, de toda luta, todo sangue, o rompimento, a leveza de não mais ter que esperar o dono (a) da casa vir pegar um dinheiro certo, a possibilidade de aplicá-lo em outras formas de gastos como comida, vestuário e na própria casa.

A casa foi minha libertação né, fruto de uma luta nossa. Quando eu olho para minha casa, que eu deito tranquila com meus filhos, eu gosto muito de comentar com o Américo assim: como é gratificante a gente deita sem tê ninguém. Quando eu morava antes de ir par ao Parque Oeste, a gente morava com minha sogra né, mas

assim as histórias que a gente ouve de relato é de que quando se paga o aluguel já se pensa no próximo. Então, o fato de você morar de favor com três filhos igual nós temos aqui, o espaço começa a ficar pequeno né, onde, nós morávamos, lá na minha sogra, então quando deito acordo e vejo esse espaço aqui essa benção que nós temos que é nossa casa tem hora que até me emociono assim deito acordo e não tem ninguém no portão cobrando aluguel né {...} (INDIVÍDUO 11)

A liberdade do aluguel dá a possibilidade de interferir na casa com liberdade, como diria dona Rosilene, **como construir o seu fogão de lenha em uma casa alugada?** Realmente, outra coisa notada, por exemplo, na casa de dona Rosilene são as paredes escritas, creio eu, por ela mesma como frases de louvor a Cristo, os filhos espalhados no chão, podendo **“cavucar”** como ela mesmo dizia toda orgulhosa, essas práticas, **“de uma sensação de segurança”** (IINDIVÍDUO 10), são as representações colocadas em ação.

Outra face da liberdade é a de ir e vir, na relação pública e privada, em que em primeiro lugar, ir ao público na segurança de existir a volta ao privado, longe das conveniências do corpo social, em outras palavras:

você chega as dezoito horas pai de família normal {...}, então uma pessoa que chega em casa as dezoito horas vai ter o seu lazer, vai mexer, fazer sua comidinha as veis ter uma comidinha gostosa em casa, vai assistir um jornal, vai tomar um banho depois vai ver uma filme com a família depois dorme um sono gostoso {...} (IINDIVÍDUO10).

A liberdade de receber o de fora ou o público, dentro do seu mundo, do encontro, poder se apresentar como espaço ao público, e submeter o público às suas regras.

“Aqui podemos convidar os amigos, os vizinhos, evitar o inimigos, o chefe do trabalho”, por tanto tempo quanto permite a frágil barreira simbólica entre o privado e o público, entre uma convivalidade eletiva, regrada pelos indivíduos, e uma sociabilidade obrigatória, imposta pela as autoridades. Aqui as famílias se reúnem para celebrar ritmos do tempo, confrontar a experiência das gerações, acolher os nascimentos, solenizar as alianças superar as provas, todo aquele longo trabalho de alegria e de luto que só se cumpre “em casa”, toda aquela lenta paciência que conduz à morte no correr dos anos. (CERTEAU, p.206. 2003)

Esse “território pessoal e privado” é onde se constroem “modos de fazer” – ainda nos ensina CERTEAU (2003) - uma ética privada, para isso a interferência no espaço faz com que os moradores pensem no aumentar da sala, na construção de uma área para o lazer e

encontros, ou no moldar a casa para que crie sensação de tranquilidade e prazeres únicos, não encontrados lá fora. Na interferência, está a possibilidade de mostrar que a vida mudou que estar em uma casa própria em si é mudar de situação social, ou a possibilidade de uma vida melhor.

Ter uma casa é tudo até numa loja que se foi comprar, se tem mais respeito dignidade {...}, depois de minha casa tudo ficou mais fácil, eu abri crédito nas lojas eu fui mais bem vista nos lugares né, até mesmo pra arrumar faxina trabalho de faxina agora entendeu {...}, eles que saber onde você mora de aluguel você não tem isso ai, se num tem, como é que fala esse elogio você não tem entendeu {...} uma moradia, uma casa, e uma dignidade pra uma família você chega em qualquer lugar até no banco pra abrir uma conta se você não tiver uma propriedade, eles vão ficar assim mei lá mei cá entendeu, mas tendo residência própria, nossa o tratamento é diferente né, moradia e tudo é isso que tenho para dizer, para seus filhos para sua família {...} só de você saber que ta pagando só energia, água, que o restante do dinheiro você pode ir no mercado comprar uma banana uma maçã, uma banana para seus filhos, uma vitamina em formar seus filhos porque meu plano graças a Deus e formar meus filho né, que eu não quero que eles tenham a mesma carreira que eu tive não {...} pra manhã mais tarde eu num vê eles passar o que eu passei {...} quando eles tiver formado tendo um serviço digno eles vão ter condição de comprar a própria casa deles porque essa casa aqui foi ganhada com muito humilhação entendeu com muito sofrimento cada tijolo. (INDIVÍDUO 2)

A partir desse relato temos como afirmar que uma das principais formas de se ler a realidade da casa está na melhoria de vida, a esperança que era sonhada agora é uma esperança materializada. Para alguns moradores, os que não melhoraram de vida é porque **têm pobreza de espírito**, aqui percebemos que, para os moradores, que de certo modo deram novo ritmo na vida, apontar o que não empreendeu nenhuma melhoria, seria o mesmo que não dar valor à luta. Essa estagnação simboliza um atraso para o desenvolvimento do local; a segunda está na estabilidade que a casa nos dá, está na possibilidade de ter um endereço, representação de um enraizamento que, anteriormente, era impossível devido aos gastos com aluguel, eram peregrinos dentro da cidade. Quando lemos a narração acima, voltamos às mazelas e estigmas criados pela sociedade sobre esse povo, que morava ilegalmente, que se via como bandido, mal intencionado, agora digno dos olhares e de tratamento igual a qualquer cidadão, uma nova representação dos moradores acerca de quem os vê é construída.

O concreto da casa substitui os relacionamentos permeados no meio da polêmica, o lar é o esteio de relacionamentos estáveis, é lugar em que casamento e família encontram eixo. Sem uma casa, a instituição da família não existe, citam os moradores justificando a velha ditado, **Quem casa quer casa**, as famílias se encontram seguras no seio da casa, quando o enraizamento da casa se estabelece.

A criação dos filhos fica mais saudável, com a possibilidade de criá-los longe dos traumas da violência ou da falta de casa, dar educação, pensar em um futuro melhor, pois o dinheiro economizado com o aluguel pode ser investido em uma melhor escola, um computador, uma forma de conseguir novas ferramentas materiais ou imateriais, para melhoria de vida depois de tanta luta construir um futuro para os filhos melhor do que os pais haviam passado.

Pierre Bourdieu, em seus trabalhos sobre sociologia, lançou uma categoria nova para o conceito “capital”, cuja questão econômica é somada a novos tipos de recursos ou poder que possam dar status, colocando que as desigualdades não são apenas econômicas, mas também em campos como cultura, sociedade e o principal, o simbólico.

Para trabalhar com as representações sociais da casa, constataremos como capital todo o investimento emocional dos moradores do atual Real Conquista, para adquirir seu sonho, ou seja, utilizamo-nos do termo capital emocional.

As casas compradas com dinheiro são de alvenaria, as casas do Real Conquista foram compradas *com* sensibilidades e sensações, são fundadas em dor, sofrimento, humilhação e sangue. De acordo com os relatos, casas adquiridas com capital emocional são passíveis de interferência, porém, impossível, como qualquer outro bem, de serem vendidas, ou seja, transformadas em dinheiro.

Para os nossos relatores, a relação do dinheiro com suas casas está na esfera da interferência que ele pode efetivar em nome da materialização do sonho. Segundo dona Dora, **nem quando morrer quero que se desfaçam da casa, pudesse até alugar, mas, vender a outrem jamais**, capital emocional não é um capital de negócios, o lucro é a felicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS. Wilson Rocha. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Nova Cultural - **Os Pensadores** - 1988.

BENJAMIN. Walter. **Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Minas Gerais: Editora UFMG e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2007.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 11ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 11ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Portugal, Editora Difel, 2002.
- ENGELS, Friedrich. **A questão do alojamento.** Lisboa: Dinalivros, 1975.
- GEERTZ, Clifford. **O Saber Local.** Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Editora LTC, 1997.
- GUATTARI, Felix. **CAOSMOSE: um novo paraíso estético.** São Paulo: Editora 34, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2004.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In MARICATO, E.; OLIVEIRA, F. (Orgs). **A produção capitalista da casa (e da cidade).** São Paulo, Editora Alfa - Omega, 1979.
- MOYSÉS, ARISTIDES. **GOIANIA: Metrôpole não planejada.** Goiânia. Editora UCG: 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do Urbano, Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.** Editora UFRGS. 2002
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano.** Rio de Janeiro. Estudos Históricos, vol. 8, nº 16, p 279-290
- PONTY, Maurice – Merleau. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- POLONIAL, Juscelino. **Terra do Anhanguera. História de Goiás.** Goiânia: Editora Kelps, 2004.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por outra Geografia.** São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2006.

FLASHES LITERÁRIOS EM *A VIDA VERTIGINOSA*, DE JOÃO DO RIO: A CIDADE VISTA PELA JANELA DE UM AUTOMÓVEL

Weslei Roberto CÂNDIDO¹

crweslei@yahoo.com.br

RESUMO: O presente texto visa explorar as imagens da cidade do Rio de Janeiro nas crônicas de *A Vida Vertiginosa*, de João do Rio, publicadas em livro no ano de 1911. As constantes mudanças ocorridas no centro da cidade afetam os comportamentos das pessoas que tentam acompanhar essa nova realidade, levando o que o cronista intitula de uma “vida vertiginosa”. De acordo com Flora Süssekind: “[...] foi com encantamento semelhante que, via de regra, João do Rio tratou dos artefatos e técnicas modernos. Consciente, inclusive, da violenta transformação no próprio modo de olhar que se operava então”. (2006, p.45). Neste contexto, o carro se torna o símbolo dessa vida em vertigem, em que tudo ocorre rapidamente. Sentado à janela do automóvel, o cronista registra as mudanças no comportamento das pessoas e na paisagem fluminense.

PALAVRAS-CHAVE: João do Rio; *Vida Vertiginosa*; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This paper aims to explore the images of the city of Rio de Janeiro in the chronicles of *Vida Vertiginosa*, by João do Rio, published in book for in 1911. The constant changes in the downtown affect the behavior of people who try to follow this new reality, taking what the chronicler entitled to a “dizzying life”. According to Flora Süssekind: “[...] was similar to that enchantment, as a rule, João do Rio was about the artifacts and modern techniques. Conscious, including the violent transformation of their way of looking at what was taking place then”. (p. 45, 2006). In this context, the car becomes a symbol of life in vertigo, where everything happens quickly. Sitting at the window of the car, the chronicler records changes in people’s behavior and the landscape of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: João do Rio; *Vida Vertiginosa*; Rio de Janeiro.

A Vida vertiginosa (1911), de João do Rio retrata as mudanças de um Rio de Janeiro que se abria para a modernidade. Não sem certo deslumbramento frente às tecnologias que surgiam na época, o cronista agia como um operador de cinematógrafo selecionando as imagens que mais eram coerentes com essa modernização que queria registrar. Embora os

¹ Weslei Roberto Cândido é Doutor em Letras pela UNESP/Assis e atualmente é docente do IFSP – Campus Sertãozinho.

avanços tecnológicos fossem motivo de deleite e orgulho dessa população que participa deste momento de modernização da cidade, o livro de João do Rio centra-se na parte rica da cidade e da população, o que sugere ser a modernidade restrita a uma pequena classe burguesa que florescia no início do século XX.

Há uma mescla entre prazer e curiosidade frente aos fonógrafos, cinematógrafos e as *kodaks* que povoavam o centro da capital federal naquele momento. João do Rio sendo o cronista por excelência naquela primeira década do século XX, jornalista por vocação, disposto a buscar as informações nas ruas e não espera-las em seu gabinete, registrou cada momento dessas transformações na vida fluminense.

Para Flora Süssekind há:

Sedução tecnológica e previsão de um futuro todo-poderoso para a difusão coletiva de informações que deixam rastro na técnica literária de Paulo Barreto. A começar pela adoção de gêneros tão benquistos pela imprensa empresarial que se firma na virada do século, como a reportagem, as entrevistas, a crônica[...] (SÜSSEKIND, 1987, p. 20.)

O diálogo entre a técnica literária e a sedução que as tecnologias exerciam sobre João do Rio fez com que ele buscasse transformar seus textos em modelos dessa modernidade. Não só o Rio se modernizava, a imprensa brasileira, via João do Rio, também encarava a necessidade de equiparar-se aos avanços tecnológicos para manter seus leitores ainda interessados pelo texto impresso. Esse diálogo se deu com o cronista cobiçando para si e seus textos as técnicas que a modernidade oferecia para veicular suas crônicas. Sem ressentimento ou por meio de uma “mimesis sem culpa”, Paulo Barreto estilizou seus textos para acompanhar as transformações da sua cidade. “Os textos de João do Rio, por exemplo, mantiveram-se *cheek to cheek* com os novos meios de reprodução, impressão e difusão. Não só lhes atribuíam contornos sedutores, como se deixaram marcar tecnicamente por eles.” (SÜSSEKIND, 1987, p. 90,)

A cidade passava por uma verdadeira metamorfose desde a tomada de posse do prefeito Pereira Passos, que implantou uma política de reforma urbana que mudou para sempre o cenário do Rio de Janeiro. Cortiços, casarões velhos, ruas apertadas foram destruídos, demolidos, a fim de dar espaço a uma nova cidade que estivesse pronta para entrar no cenário internacional.

Flâneur por excelência, João do Rio faz jus ao seu pseudônimo, torna-se símbolo dessa cidade; figura esperada nas festas, comemorações, eventos públicos, o cronista passeia pela cidade com interesse quase fotográfico, registrando cada mudança, cada novo elemento que surgia na paisagem urbana e exigia análise de sua visão de jornalista, para quem ninguém ou nada está desprovido de interesse.

Como afirma Walter Benjamin:

As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes. Para esse ser coletivo, as tabuletas das firmas, brilhantes, brilhantes e esmaltadas, constituem decoração mural tão boa ou melhor do que o quadro a óleo no salão burguês; os muros com “d’effenser d’ afficher” (proibido colar cartazes) são sua escrivania, as bancas de jornal suas bibliotecas, as caixas de correspondência, seus bronzes, os bancos, seus móveis de quarto de dormir, o terraço do café, a sacada de onde observa o ambiente. (BENJAMIN, 1989, p.194)

Como se percebe na fala de Benjamin, as ruas são a casa do *flâneur*. Elas invertem a ideia de privado, tornando esse espaço urbano a verdadeira moradia daquele que convive naturalmente com as calçadas, ruas e muros que formam a parte externa da cidade. O *flâneur* é um ser das ruas, que se inspira naquilo que vê pelos muros, bancas de jornais e cafés espalhados pela cidade. É, assim, que Paulo Barreto se tornou o João do Rio, o homem das ruas da cidade do Rio de Janeiro, passeando por elas e registrando-as em todas suas metamorfoses, acompanhando a mudança de cenário nessa nova paisagem urbana, habitada agora pelas máquinas que representam o avanço tecnológico do início do século XX.

Em *Vida Vertiginosa* a *flânerie* pura e simples também se metamorfoseia. Não é mais o caminhar calmo e lento pelas ruas da cidade, refletindo sobre o que vê, usando a rua como espaço filosófico, espaço de meditação como se fosse a poltrona da casa do *flâneur*. Agora, o automóvel, como o próprio João do Rio afirma, converte-se em símbolo dessa modernidade, dessa vida em constante vertigem, restando ao *flâneur* abandonar as pernas e sentar-se na poltrona do veículo tendo como espaço de observação a janela do carro, a qual lhe permite por um ângulo limitado enquadrar a cidade em transformação.

Assim, o veículo, símbolo da vida vertiginosa é o meio moderno da *flânerie*. João do Rio não abandona as ruas do Rio de Janeiro, frequenta-as ainda mais, na mesma intensidade e

velocidade com que a cidade se moderniza. O carro passa a ser um elemento da paisagem urbana, marcando o desaparecimento das carroças, dos bondes puxados à tração animal, dos meios lentos de se deslocar pelas ruas.

As pessoas passam a observar os carros que transitam pelo centro da cidade, o veículo passa a ser símbolo de *status*, de uma vida financeira promissora na nova terra de negócios que em projeto se tornava o Rio de Janeiro. As calçadas passam a ser o local da plateia se deleitar com o novo personagem urbano: o carro. Os novos ricos exibem suas máquinas frente aos olhares dos transeuntes, certos de estarem sendo invejados pelos pedestres que não podem desfrutar de toda a “civilização” oferecida pela cidade.

O cronista associa o surgimento do carro à transformação da cidade, ao desaparecimento das ruas velhas e estreitas, por isso o automóvel pode ser o símbolo dessa vida vertiginosa, muitas vezes marcadas pelas relações de interesse que há entre as pessoas, laços que se estabelecem pelo poder econômico que uns desfrutam e outros não. De qualquer forma o automóvel se converte no arauto da modernização fluminense:

Para que essa era se firmasse fora preciso a transfiguração da cidade. E a transfiguração se fez como nas férias fulgurantes, ao tan-tan de Satanaz. Ruas arrazaram-se, avenidas surgiram, os impostos aduaneiros cahiram, e triumphal e desabrido o automóvel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automóveis. Agora nós vivemos positivamente nos momentos do automóvel, em que o “chauffer” é rei, é soberano, é tyrano.

Vivemos inteiramente presos ao Automóvel. O Automóvel rithmiza a vida vertiginosa, a ancia das velocidades, o desvario de chegar ao fim, os nossos sentimentos de moral, de esthetica, de prazer, de economia, de amor. (RIO, 1911, p.

4)

Percebe-se, nitidamente, o papel que João do Rio atribui ao automóvel, inclusive, na maioria das vezes, grafando em letra maiúscula o nome desse novo ser, que povoa o Rio de Janeiro, que teve suas ruas adaptadas para receber esse “monstro” da modernidade que é o automóvel. O carro, assim, dita o ritmo da *vida vertiginosa*, desde a moral, até os amores, mostrando como as relações humanas estavam coisificadas na capital federal do Brasil.

João do Rio com olhar crítico e selecionador das imagens a serem registradas, vai “fotografando” literariamente estas cenas da cidade. Registra episódios cômicos, como o fato de José do Patrocínio chocar seu veículo contra uma árvore ou, então, cenas de seus próprios passeios pela *urbe* fluminense, mostrando uma certa sensação de envelhecimento frente a

tanta modernidade, na qual um *chofer* de seus quinze anos, nova profissão também dessa paisagem urbana, conserta o veículo com ar de superioridade, dizendo ao cronista que pode ficar sossegado em seu assento no carro, uma vez que não entendia daquilo mesmo.

Na tentativa de acompanhar as transformações citadinas, a literatura também busca acelerar-se. A crônica e a notícia de jornal ganham grande destaque na imprensa nesse momento. Parágrafos curtos, linguagem simples e denotativa, na maioria das vezes, marcam esse intento de acompanhar os flashes das *kodaks* e a velocidade das imagens que são projetadas pelos cinematógrafos.

Desta maneira, o cronista não anda mais a pé, usa o veículo, símbolo da modernidade para correr as ruas do Rio de Janeiro. As notícias ocorrem a todos os momentos e em todas as partes da cidade, há de se adaptar a essa velocidade e acompanhar os fatos na hora em que ocorrem. João do Rio não hesita e parte em passeio pela cidade, observando-a da janela de seu carro, dali ainda há espaço para olhar a cidade e refletir sobre os acontecimentos, sem ser interrompido pelo *chofer*, que desfruta o deleite de dirigir a nova máquina, sentindo-se superior as demais criaturas que passeiam pelas ruas.

Plateia e personagem mudam de lugares, entrecruzam olhares, permitindo-nos questionar quem é observado: as pessoas que andam pelas calçadas e os prédios que surgem ou os carros que passeiam pelo asfalto com seu ruído e fumaça a exalar por todos os lados? O Rio de Janeiro passa a ser uma cidade que se olha e é olhada. Não apenas o cronista registra os atores desse novo palco, mas também se converte em personagem dessas transformações urbanas. Claro que ser personagem desse cenário é uma forma de deleitar-se com a modernidade. O *flâneur* deixa de estar isolado em seus pensamentos e passa a ser acompanhado pelos olhares curiosos dos transeuntes.

As crônicas são escritas por João do Rio como se ele quisesse reforçar a ideia de que é impossível estar isolado no Rio de Janeiro. A cidade movimenta-se intensamente, assim, somente uma forma de escrita moderna pode acompanhar este novo cenário. Embora o gosto parnasiano fosse reinante na época, a crônica ganha formas mais simples de escrita, períodos diretos, sem inversões, como se fossem *flashes* disparados de uma máquina fotográfica. Nisso auxiliam as frases secas, os cortes bruscos, os registros da realidade fluminense por meio de estrangeirismos comuns no início do século XX, o que permitia ao cronista usar termos em francês, inglês, espanhol e italiano, a fim de registrar como o povo brasileiro tinha uma ânsia de conhecer e se comunicar com os estrangeiros que chegavam ao país.

Na crônica “Amigo dos estrangeiros”, João do Rio mostra um brasileiro apaixonado por mostrar o Rio de Janeiro aos turistas, fazendo inúmeras idas e vindas do porto para a

cidade, colecionando nomes e títulos de pessoas importante com quem conversou e apresentou a cidade. A capital do Brasil torna-se objeto de observação frente aos gestos admirados dos estrangeiros, o que deleita profundamente esse homem que faz questão de acompanhar as pessoas como um guia turístico que conhece os principais e mais belos pontos da cidade.

Todas essas cenas são colecionadas pelo cronista que não deixa escapar de suas lentes essa mudança de comportamento no cidadão fluminense, que abre as portas do Rio de Janeiro como se fossem as portas de sua própria casa. Em *Vida Vertiginosa* o espaço doméstico praticamente desaparece ou, então, dentro da hipótese que levantamos aqui, torna-se o próprio espaço urbano. As ruas são espaços de movimentos, correria, vertigem, que a vida no lar não permitiria por seu parco espaço. As pessoas, por assim dizer, habitam as ruas, as praças, as calçadas, as padarias, os carros que as desfilam pela cidade.

Tanta transformação, porém, não poderia deixar de afetar os costumes domésticos, familiares existentes desde a chegada da família real ao Brasil. A partir da lógica da vertigem, da velocidade em que os fatos ocorrem, o cronista também registra estes eventos, não de dentro das casas, é claro, mas de fora novamente. Uma dessas mudanças está em abandonar o costume de tomar café e aderir ao chá, assim como os ingleses. Mas que isto tem a ver com a *vertigem* de João do Rio?

Antes, de acordo com o cronista, as famílias quando saíam para visitar um amigo ou parente não ficavam menos que três dias, era uma verdadeira festa, as crianças brincavam, ficava-se para o jantar e depois dormia-se na casa do anfitrião largo de generosidade, pois este sabia que retribuiria a visita nos mesmos termos. No entanto, com a modernidade, com o Rio que “civiliza-se” no chavão de Figueiredo Pimentel, ninguém mais toma café e sim chá. As visitas passam a ser mais pontuais, os compromissos para o chá em diversas casas não permite que se fique muito tempo num mesmo lugar. Há de se movimentar, as esposas corrigem os maridos em seus hábitos de tomar café e impõem a regra do chá.

Esse Rio de Janeiro registrado por Paulo Barreto, verdadeiro nome de João do Rio, é uma cidade que tem necessidade de ser vista, apreciada pelos olhares das pessoas e, para isto, não se pode estar parado ou em casa, tem de se estar nas ruas, no palco desta verdadeira metamorfose urbana, o pouco tempo que se tem para pensar é o momento em que o cronista está em deslocamento, no assento de seu carro, os períodos reservados para uma reflexão sobre as mudanças da cidade também se tornam escassos e rápidos.

Assim é que o João do Rio reflete, por exemplo, sobre a forma como os jovens agem nesse novo Rio de Janeiro. Primeiro, passa pelos estudantes e sua falta de educação. A

indisciplina passa a ser louvada pelos colegas de sala, que veem no companheiro que confronta os “lentes” os seus heróis. Registra casos de professores esbofeteados por alunos ou que acompanham os estudantes num *chopp*, não por camaradagem, mas por medo das retaliações de seus pupilos. Aqui, o professor se torna símbolo do Rio atrasado, antigo, no qual ainda o mestre tinha o direito de reprovar o aluno por rendimento baixo. O cronista depois registra o comportamento daquilo que ele chama de as “Modern girls”, namoradeiras e amantes dos veículos que as seduzem; trocam de namorados frequentemente, assim como os homens ricos não compram mais casas, mas trocam de automóveis. Nada escapa às lentes atentas de João do Rio que vê a cidade se transformando não só fisicamente como moralmente também.

Pode-se afirmar que o espaço público invade o privado, desloca-o para as ruas, põe seus atores no local onde as transformações ocorrem que são as ruas do Rio de Janeiro. Não se olha mais as ruas das janelas das casas, as meninas não namoram mais das janelas dos sobrados e sim das janelas dos carros. Os negócios são feitos agora nos assentos dos carros, nas padarias, nos escritórios. As casas em *Vida Vertiginosa* são lugares obsoletos, onde nada acontece, pois todas as relações sociais e, inclusive familiares se dão nas ruas entre uma casa e outra, entre o restaurante e o teatro, enfim, onde as pessoas possam ser vistas e desfrutar dos luxos da modernidade.

As casas quando muito são afetadas pelo ritmo dessa modernidade e pelas necessidades que ela cria. Como é o caso de uma carta recebida pelo cronista em que uma leitora expõe o número absurdo de vezes que ela trocou de criados num mês. Aqui os pobres têm mais espaço, pois representam os problemas criados pela vida urbana intensa. Os empregados são negros, mulatos, bêbados, ladrões, italianos, alemães, espanhóis que, segundo João do Rio, acham-se no direito de impor regras aos patrões, como hora de entrar e sair do trabalho, valor do salário, levar comida para casa, coisas vistas como absurdas pelo cronista que, neste caso, denuncia os males da *vida vertiginosa*.

A musa de João do Rio são as ruas fluminenses. Ali está a transformação da sociedade, a modernidade a aflorar pelas calçadas e ruas que levam as pessoas aos mais diferentes lugares. João do Rio é um andarilho urbano, anda pelas ruas incessantemente, agora, principalmente, de carro, que lhe permite ter um ângulo privilegiado da cidade que teima em registrar como se ela pudesse desaparecer ou mudar tanto que ele não a reconhecesse mais como seu Rio de Janeiro. O cronista quer participar intensamente das transformações por que passa a cidade, quer se fazer parte delas, quer se metamorfosear junto com os elementos que modernizam a cidade.

De acordo com Antônio Arnoni Prado em *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*:

“[...] em João do Rio é o próprio homem que se despersonaliza no labirinto das engrenagens que transforma o próprio cronista num operador e este em personagem secundária na torrente de acontecimentos que o envolvem num delírio apressado e cinematográfico. (2004, p. 48)

Velocidade se torna a palavra de ordem para João do Rio. Tanta velocidade que leva o indivíduo à vertigem, a ter de se modernizar também para acompanhar o Rio de Janeiro. As pessoas passam a viver em função dos elementos, que para o cronista, representam a vida moderna, por isso, pode parecer estranho ao leitor não encontrar registros da arquitetura estática da cidade, como casas, sobrados ou cafés. No entanto, a postura do cronista nos leva a perceber que os carros, a energia elétrica, os bondes modernos, sem tração animal, são parte constituinte dessa nova paisagem citadina, pois serão elementos constantes e necessários para as pessoas poderem sobreviver na cidade. Carros, bondes, cinematógrafos, *kodaks*, fonógrafos passam a ser objetos da paisagem do novo Rio de Janeiro, sem os quais o homem não vive mais, seja por necessidade seja por motivo de apreciação de um Brasil que começa a deixar para trás uma realidade rural para adotar o ambiente urbano como seu novo lar.

A penúltima crônica do livro remete à figura do burro, símbolo do império e da velha república brasileiras convertidas em objeto de museu na narrativa de João do Rio. Aqui o animal força o cronista a parar seu automóvel e dedicar algumas páginas para imortalizar a última viagem do burro puxando o bonde. Nesta crônica, o ritmo é mais lento, mostrando a nostalgia que toma conta do condutor e fazendo reflexões sobre o destino do pobre animal que perdera a serventia nesse Rio de Janeiro que anda na velocidade da energia elétrica.

Esse texto é um dos mais reflexivos da série de narrativas, pois, mesmo que rapidamente, apresenta os sacrifícios feitos para que o Rio se modernizasse, como a morte de funcionários no assentamento dos trilhos e na organização da linha férrea. No entanto, a cidade precisava continuar a marcha do progresso e as mortes são justificáveis, assim como o esquecimento em que cairia a figura do burro, pois pela lentidão deste não condiz mais com a velocidade das transformações por que passa a capital do Brasil.

De acordo com João do Rio, o burro está destinado ao esquecimento, a era moderna não permite ao homem ter saudades da lentidão do bonde puxado à tração animal:

Approximei-me então do animal amigo.

Certo, o burro é destes destinados ao olvido imediato. Entre a força eléctrica e a força das quatro patas não há que escolher. Ninguém sentirá saudades das patas, com o desejo de chegar depressa. O burro do bond não terá nem missa de sétimo dia após uma longa vida exaustiva de sacrifícios incomparáveis. Que fará ele? Dava-me vontade de perguntar-lhe no fim daquela viagem que era a última. (RIO, 1911, p.328)

A figura do burro voltará a povoar a última crônica do volume: “O dia de um homem em 1920”, na qual noticia-se que foi encontrada a ossada de um burro, símbolo de uma época em que o país ainda estava atrasado e quase rural. Numa época de “aerobuses” e comunicação em velocidade super avançada, mostra que a memória das pessoas também encurta com a modernidade, pois o burro era usado como meio de transporte uma década atrás.

Últimas notícias: hoje á 1 da manhã incêndio no quarteirão leste, 40 prédios, 700 feridos virtude máo funcionamento Corpo de Bombeiros. Seguro prédios 10 mil contos. Acções Corpo baixaram. Hoje 2 12 um areobus rebentou no ar perto de Leme. As 12 e 45 presidente recebeu telegrama encommenda prompta Allemanha, 500 aeronaves de guerra. O cinematógrapho Pão de Assucar em sessão continua estabeleceu em suportes de ferro mais cinco salas. Annuncia se o crack da Companhia de Exploração Geral das Zonas Aereas do Estreito de Magalhães. Em excavações para o Palacio do Motu Continuo foi encontrado o esqueleto de um animal domestico das civilisações primitivas: o burro. (RIO, 1911 p. 334.). [grifo nosso].

Neste texto a narrativa se torna mais rápida ainda cheia e de períodos curtos para imitar a modernidade em todo seu potencial. Logo pela manhã o “homem superior” escuta as notícias que são faladas pelo fonógrafo que, pelo que se percebe pelo texto, tenta acompanhar este ritmo frenético em que vivem as pessoas. Usos de números e linguagem quase de telegrama são as estratégias do narrador para reproduzir a vida vertiginosa. As informações valem por elas nem se dá tempo para refletir sobre os acontecimentos.

Um “homem superior”, personagem principal da crônica, está totalmente adaptado e comanda todos seus negócios no alto do prédio do qual é proprietário e pode ver todos seus funcionários.

De acordo com Flora Süssekind em *Cinematógrafo de Letras*, “O dia de um homem em 1920”:

[...] procura prefigurar, “diante desses sucessivos inventos”, o que seria o dia comum na vida de alguém dentro de uma década. Imaginam-se, então, sistemas de palavras baseadas na abreviatura, trens subterrâneos, despertadores elétricos, aeroplanos, recordes de velocidade, ascensores, uma “Companhia de Moto Contínuo”, um jornal falante. (SÜSSEKIND, 1987, p19)

A crônica em tom futurista, com o narrador funcionando com um arauto da modernidade, apresenta ao leitor como na sua imaginação estaria o Rio de Janeiro em uma década. Chega a explicar a engenhoca que transmitiria as notícias por meio de milhares de fonógrafos, que garantiriam um jornal falado. João do Rio também mostra trens subterrâneos, aparatos de uso pessoal, todos eles representando a vida vertiginosa que as pessoas levariam.

Há em cada estante uma machina de contar, e um machina de escrever o que se falla. O homem superior é presidente de cincoenta companhias, director de três estabelecimentos de negociações lícitas, intendente geral da Compra de Propinas, chefe do célebre jornal Electro Rapido com uma edição diária de seis milhões de telephonographos a domicilio, fora os 40 mil fonógrafos informadores das praças, e a rede gigantesca que liga as principaes capitães do mundo em agencias colossais. Não se conversa, o systema de palavras é por abreviatura. (RIO, 1911, p. 335-336.)

O capitalismo ainda mais forte consumiria o tempo das pessoas que só se dedicariam ao trabalho como é o caso do “homem importante”, envelhecido aos 30 anos de idade, com cabelos brancos e cheio de doenças crônicas, mas prezando acima de tudo o lucro que pode obter. Nesse contexto, as relações se deterioram, o personagem principal tem uma amante, que provavelmente a mantém apenas pelo dinheiro que possui e sua esposa também tem um amante, só que de 12 anos, mostrando, desta maneira, como as pessoas se tornariam precoces até mesmo no desenvolvimento. Percebe-se que a vida vertiginosa influiria até mesmo no amadurecimento do ser humano.

Vida vertiginosa narra em crônicas, que o próprio João do Rio saía a colher pelas ruas do Rio de Janeiro, uma mudança permanente na paisagem urbana, transformação essa que não permite saudosismos, apenas registrar os novos avanços, todos eles irrevogáveis. Apesar de as

mudanças, na última narrativa, terem sido um pouco exageradas, elas revelam como o cronista imbuído da estética da belle époque se afeiçoa facilmente à modernidade e ao luxo por ela proporcionado.

Para Arnoni Padro “[...] o que está em jogo é a banalização da técnica, que reduz o social ao brilho inconsequente do desfrute dos abastados, único foco ampliado no campo das imagens que transformam a periferia numa féerie de espectadores deslumbrados.” (PRADO, 2004, p.48)

Desta maneira, os novos ricos poderiam desfilarem suas modernas aquisições aos pobres que não têm acesso às riquezas, mas servem de espectadores da *vida vertiginosa*, pois para eles o Rio de Janeiro continuava o mesmo. Não se pode esquecer que com a reforma do centro da cidade, os negros e pobres foram expulsos dos cortiços onde moravam e foram empurrados para os morros da cidade, uma vez que não tinham instrução nem dinheiro para participação daquilo que se chamava de um Rio civilizado. Havia até leis que proibiam o indivíduo de andar descalço no centro da cidade. A capital do Brasil se modernizava, porém escondia aquilo que considerava atraso, mesmo que fossem pessoas.

Neste livro de crônicas, a personagem principal, podemos arriscar, é a própria modernidade, os próprios avanços e metamorfoses enfrentadas pela cidade do Rio de Janeiro. As ruas se tornam o palco dessas mudanças. Sempre lugar preferido por João do Rio, as ruas não desapareceram, mas ficaram mais povoadas, agora pelas tecnologias que mudam os comportamentos das pessoas e a relação entre elas, baseada em valores financeiros que se expressam nos objetos que essas possuem, como é o caso do automóvel, que inclusive serviu de personagem na primeira narrativa, sendo exaltado como símbolo dessa era moderna para a qual se abria o Rio de Janeiro.

O automóvel passa a mediador das relações humanas, estas se coisificam mostrando como a tecnologia inegavelmente é um elemento presente na vida das pessoas:

E no amor?

As mulheres de hoje em dia, desde as cocotes às sogras problemáticas, resistem a tudo: a flores, a vestidos, a camarotes de teatro, a jantares caros. Só não resistem ao automóvel. O homem que consegue passear a dama de seus sonhos nos quatro cilindros da sua máquina, está prestes a ver a realidade dos braços.

- Vamos passear de automóvel?

- De automóvel?

Toda a sua fisionomia ilumina-se. (RIO, 1911, p.10)

Portanto, podemos verificar nas crônicas de João do Rio a paixão que a elite fluminense nutre pelo luxo, pela tecnologia, pois estas são símbolos de *status*, de uma sociedade que vive em função da posse e alegra-se em viver em meio ao desfrute vazio das aparências. O próprio cronista registra esse deleite pela máquina, em que não se pergunta mais pelo nome da família, mas sim do automóvel que o indivíduo possui. O carro, assim, substitui o título de nobreza e o brasão de família nas relações que antes eram baseadas na origem familiar. Digamos que a situação do Brasil não muda muito quanto à política de exclusão das classes pobres: se antes eram marginalizadas por sua origem, agora são deixadas de lado pela falta de bens que as coloquem nessa vida de deleites pelo mundo dos valores.

Provavelmente, esteja neste fato o sucesso que João do Rio desfruta em meio à classe rica do Rio de Janeiro. Suas crônicas registram aquilo que a sociedade mais preza: automóveis, bens de consumo, modernidade, tecnologia como símbolos da cidade que se “civiliza”, que entra no rol das grandes capitais do mundo, permitindo aos seus novos ricos o deleite de desfilar aos pobres suas joias, seus vestidos, seus novos costumes e, principalmente, seus automóveis, símbolo máximo da riqueza e poder desta *vida vertiginosa* da qual João do Rio não é apenas um espectador, mas sim um personagem a mais que desfila pelas ruas fluminenses seu prestígio de escritor, jornalista e “intelectual” dado às elites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO, Antônio Arnoni. *Trincheira, Palco e Letras*. Crítica, Literatura e Utopia no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro-Editor, 1911.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras*. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DIDÁTICA DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA DE ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO JOGO “TEMPORAL”

Andressa Garcia Pinheiro de OLIVEIRA¹

andressinhagarcia@hotmail.com

RESUMO: Este artigo é resultado do trabalho de conclusão das disciplinas de “Oficinas de História”, implantadas no currículo do curso de Licenciatura em História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir do ano de 2004. O texto apresenta o relato de elaboração e aplicação do Jogo didático “Temporal” abordando a relevância da temática acerca das *concepções de tempo* no ensino de história, categoria de análise essencial para o desenvolvimento do pensamento histórico. Para contextualizar a produção do material será apresentada as discussões que o fundamentaram, pois estas fazem parte de uma nova maneira de perceber o lugar epistemológico que envolve educação e teoria da História, trata-se da Didática específica do conhecimento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Didática da História, Concepções de tempo, Jogo Didático.

ABSTRACT: This article is the work of completion of courses: "History Workshop" implemented in the curriculum of the Bachelor's Degree in History, State University of Ponta Grossa, from the year 2004. The text reports preparation and implementation of the educational game "Temporal" addressing the relevance as the conceptions of time in history education, a category of analysis essential for the development of historical thought. To put the production of material will be presented to substantiate the discussions because they are part of a new way of understanding the epistemological theory that involves education and history, this is the Teaching of specific historical knowledge.

KEYWORDS: didactics of history, conceptions of time, Guided Game.

Celeiro da experiência: as Oficinas de História como espaço de resistência do Professor-historiador

Em substituição a tradicional “monografia” como trabalho de conclusão de curso, os acadêmicos de licenciatura em História que entraram na turma de 2004, na Universidade

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Paraná, bolsista REUNI.

Estadual de Ponta Grossa, realizaram uma proposta diferente, parte de um novo currículo implantado naquele ano. Eles tiveram que desenvolver e aplicar um material didático, a partir dos estudos que realizaram nas disciplinas de “Oficina de História”.

Mais importante que o relato sobre a elaboração e aplicação do material, são as discussões que o fundamentaram, pois estas fazem parte de uma nova maneira de perceber o lugar epistemológico que envolve educação e teoria da História, trata-se da Didática específica do conhecimento histórico.

O jogo didático “Temporal” que será apresentado neste artigo, funciona como uma “tempestade de idéias”, e buscou trabalhar, junto com outros elementos, concepções de tempo, categoria de análise essencial para o desenvolvimento do pensamento histórico, a fim de *construir* conhecimento junto aos alunos.

O processo de produção do material exigiu além de pesquisa, o desenvolvimento da reflexão sobre o objetivo do ensino de história, abarcando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e reflexão sobre a própria prática. Foi preciso pensar como parte de um mesmo âmbito História e Educação, conhecendo através da historiografia o que significa a história ensinada. Buscando na Teoria da História, a relação de cientificidade que delega ao ensino de História uma metodologia própria, trabalhando também meios não formais de aprendizagem, entendendo que estes também estão envolvidos na movimentação das expressões temporais (presente, passado e futuro), fenômeno da Consciência Histórica, que orienta nos indivíduos o sentido que darão as suas ações.

Toda a reflexão feita até aqui, na qual está apoiada a produção do material didático, relaciona a pesquisa como princípio do pensamento crítico, criativo e científico, e utiliza a historicidade tanto como instrumento da prática do professor, como para seu próprio desenvolvimento em entender as relações em que está envolto e buscar melhorias.

Em um contexto onde medidas, tanto internas à universidade, quanto externas referentes a políticas nacionais de educação, caminham para uma dicotomia ainda mais acentuada entre Historiadores (bacharéis) e Professores de História (licenciados), as reflexões propostas nas disciplinas de Oficina de História, apresentam-se como uma forma de resistência do professor-historiador dentro das mudanças curriculares.

Grande parte das discussões referentes aos problemas sociais do Brasil, colocam a Educação como meio de transformação para esta realidade. Sendo assim, como pensar a formação de professores de forma dissociada da produção de conhecimentos? O professor deve ter ciência do processo de produção do conhecimento do qual ele leciona.

No caso do ensino de História é imprescindível que ele tenha acesso a discussões a respeito do que representa e como funcionam acervos, museus, o patrimônio Histórico, a pesquisa nos mais diversos documentos, e fontes. Desta forma ele poderá ter clareza sobre os elementos específicos que compõe o processo de construção de sua área do conhecimento, a relação entre fontes, inferência, relação com a ideia das expressões temporais.

Todas estas questões são fundamentais para que ele insira na reflexão histórica, elementos diferentes dos quais os alunos já estão acostumados, trabalhando a percepção de diversas construções culturais, que quando sustentadas pelo senso comum podem influenciar a Consciência Histórica de uma maneira negativa.

A dicotomia entre a formação de bacharéis e licenciados limita a atividade docente ao mesmo tempo em que esquece que “historiadores”, estarão em grande parte tomando o “caminho da sala de aula”, fato que também preocupa, pois estes pouco ou nada são instigados a conhecer e participar de discussões que permeiam, por exemplo, a Didática da História, elemento fundamental para a formação do professor. Em relação a defesa de indissociabilidade entre a formação do historiador e do professor, Cerri argumenta:

“...defendeu-se a indissociabilidade entre a formação do historiador e a formação do professor, dentro da compreensão de que só pode ensinar um determinado conteúdo disciplinar quem é capaz de pensá-lo e produzi-lo. História, no caso, não é pensada como um conteúdo a ensinar a partir de uma metodologia eficiente, mas uma postura intelectual, teórica e metodológica, oriunda da formação do historiador, e que precisa estar presente, não como pressuposto, mas como postura integrada na formação do professor de História. Na verdade, poderíamos mesmo afirmar que não se trata de formar um historiador-professor ou um professor-pesquisador, trata-se de formar especificamente um professor de história, na medida em que a plena realização do sentido do termo professor pressupõe o domínio do conhecimento, da teoria, do método, bem como a capacidade de criação, para além de um ensino de repetição do conhecimento criado por outros.”
(CERRI, 2005)

As disciplinas de Oficina, defendidas como meio de resistência para formação do professor que não é apenas reprodutor do conhecimento, cabem muito bem a um currículo onde estariam integrados licenciatura e bacharelado. A proposta das disciplinas está relacionada a Didática da História, que é um campo de estudos interdisciplinar, envolvendo a *Educação* (didática específica da História como metodologia do ensino) e a *História* (Teoria da História – didática da História como teoria geral da aprendizagem histórica).

Ensinar a História é a prática principal da ciência da História, uma vez que a prática da pesquisa é uma "prática teórica". (RUSEN, 2001, Introdução). Da mesma forma que outras ciências, espera-se que a História produza efeitos sobre a realidade, e nesse caso o efeito é interferir no desenvolvimento da Consciência Histórica, que por sua vez baliza a ação dos indivíduos e grupos.

As Oficinas, através da relação da *Ciência da História* com a *História Ensinada*, mostram a história não como estudo do passado, mas sim um nexos significativo entre passado, presente e futuro. E não cabe ao professor a função de reproduzir conhecimentos a respeito do que “realmente aconteceu”, mas de saber interpretar a realidade passada via uma concepção de mudança temporal que abarca o passado, o presente e a expectativa de acontecimentos futuros.

No ano de 2007, formou-se a primeira turma da licenciatura em História que não produziu como trabalho de conclusão de curso a monografia. Como desvantagens em ser a “pioneira” nesta grade, idéias interessantes que visavam trabalhar pesquisa e interdisciplinaridade entre as disciplinas, não funcionaram como o esperado, o que leva a suposição de que, por ora, deveria ter sido mantida a antiga atividade de conclusão de curso, tendo a produção de um material didático como parte do sistema de avaliação da disciplina de Oficina V, já que a proposta desenvolvida foi uma experiência enriquecedora, que conciliou o exercício e a prática do que foi ensinado durante a graduação, e ainda possibilitou conhecer um espaço de novas temáticas e linguagens para o ensino de História.

Novas linguagens para o Ensino de História: O jogo didático “Temporal” como instrumento na reflexão histórica

A aprendizagem no ensino formal, deve servir como subsídio para o desenvolvimento da Consciência Histórica de uma maneira positiva, entendendo que este processo abarca também âmbitos não formais de educação. Para desenvolver a potencialidade do pensamento histórico o historiador alemão Jorn Rusen, coloca como um dos elementos fundamentais a Competência Narrativa, que deve dar conta das capacidades de interpretação, experiência e orientação. Cerri explicita estes fundamentos da teoria ruseniana:

- competência de experiência (aprender a olhar o passado e resgatar sua qualidade temporal, diferenciando-o do presente e do futuro). Essa competência é central, porque sem ela tende-se a imaginar o tempo como uma continuidade infinita do

presente, ou seja, uma consciência histórica com noção mínima da historicidade do tempo. Embora não seja possível imaginar na prática um tipo-ideal de uma consciência de história desprovida completamente do conhecimento do passado, pode-se constatar na atualidade um comportamento cujas ações desenvolvem-se como se não houvesse passado ou futuro. (...);

- competência de interpretação – consiste na capacidade de desenvolver e aprimorar constantemente uma "filosofia da História", uma concepção e uma atribuição de significado ao todo temporal;

- competência de orientação – consiste na capacidade de utilizar os conhecimentos históricos adquiridos e organizados para estabelecer um curso de ação pessoal, o que inclui o engajamento consciente em projetos coletivos. Nesse sentido, de nada adianta o aluno aprender tudo sobre a Segunda Guerra Mundial enquanto não consegue aprender ou aplicar nada que aprendeu para entender porque o seu bairro, sua família ou ele mesmo são vítimas de fenômenos como o desemprego estrutural, a discriminação ou o alcoolismo. A História, que deveria oferecer reflexões e respostas elaboradas sobre a historicidade desses temas cruciais para a vida do aluno, oferece respostas mais ou menos sofisticadas sobre Napoleão Bonaparte ou sobre os combates do Dia D (CERRI, 2004, p. 3).

Durante atividades da graduação que foram desenvolvidas nas escolas, e o contato com diferentes professores, foi possível perceber formas divergentes de representação do ensino de história entre os alunos. Estas representações puderam ser percebidas tanto como uma disciplina “chata”, assimilada a uma prática de memorização de fatos do passado, quanto a uma das matérias preferidas, um espaço onde o conhecimento histórico era desenvolvido a partir de músicas, jogos, filmes, teatros, histórias dos próprios alunos, poesia e meios de comunicação. Esta relatividade percebida a partir de experiências no meio escolar é uma constatação empírica, no entanto ela sugere a importância da competência narrativa de professores.

Esta característica que deve estar presente no professor de história, é uma questão que deve ser pesquisada e trabalhada com a própria academia. A proposta de produção de materiais didáticos em que está inserido o Jogo “Temporal”, pode ser uma alternativa para o ensino de história, podendo estimular a reflexão histórica entre os alunos e também aproximar o professor do conhecimento que está sendo produzido no meio acadêmico, estabelecendo uma relação dialética e fundamental tanto para a produção de conhecimento científico, quanto para o exercício do professor, cumprindo também com a função social da universidade em produzir conhecimentos que contribuam para a melhoria da sociedade.

As “novas linguagens” propostas para o ensino de história, tem como objetivo ser um instrumento de auxílio ao desenvolvimento de diversas capacidades fundamentais para a construção do conhecimento histórico. Discutir, comparar, observar, imaginar, criar, analisar, levantar hipóteses, buscar dados, aplicar princípios do que se estudou em outras situações, planejar, são todas habilidades que por estarem sendo colocadas de maneira diferente da formalidade que costumam ser as aulas, podem ser “despertadas” e posteriormente devem ser desenvolvidas pelo professor.

Durante a experiência realizada na disciplina de Oficina V, os materiais produzidos envolveram temáticas e métodos que se diferenciam da abordagem do currículo escolar e mesmo dos livros didáticos. Sendo um meio para que se desenvolvam problematizações, contribuindo com a aprendizagem das múltiplas “visões” presentes na história. Instigando nos alunos o conhecimento como base para uma análise crítica em relação ao que lhes é posto, e o princípio fundamental para o entendimento de sua condição de sujeito histórico.

Nesta perspectiva, o jogo didático “Temporal” se comporta como uma tentativa de inserir novas práticas ao ensino de história, e também de possibilitar através de uma “tempestade de idéias” discussões que envolvam concepções de tempo, e ainda reconstruções de alguns conceitos.

As representações que se tem a respeito do que seria o tempo, podem ser as mais diversas possíveis, isso porque mais de uma concepção faz parte da vida das pessoas, e estão ligadas a religião (e o tempo escatológico), a ciência, aos modos de produção (o relógio e o regimento que ele dá a vida), a natureza (estações do ano, lua, estrelas, sol, como instrumentos de orientação temporal), individuais (relacionadas a trajetória de vida), as divisões de tempo criadas pelo homem para organizar sua história (Pré-história, Idade Antiga, Média, Moderna, Contemporânea e talvez Pós-moderno) e que no entanto podem limitar a percepção sobre o tempo.

A problematização de uma das concepções de tempo, já é capaz de abarcar uma infinidade de outras temáticas para o ensino de História. A princípio, pela idéia do tempo ser uma construção cultural, “instrumento de medida” para organização da humanidade. A partir desta primeira idéia já é possível ampliar para o âmbito da religião, por exemplo, onde são formados pensamentos que podem dar um sentido de orientação ao que representa e como deve ser a postura da humanidade em relação ao “tempo vivido”, para que se alcance algo no tempo futuro ou mesmo escatológico. Cabe ainda combater idéias que podem ficar subentendidas por diversos motivos, inclusive por alguns livros didáticos, onde uma

sociedade parece representar toda uma época, como a relação entre a Idade Média e a Igreja Católica.

Para que se perceba o tempo como um instrumento de organização, e ainda com a possibilidade de ampliar a discussão através de problematizações acerca das proporções que o “relógio” tem sobre a humanidade e como isso pode ter acontecido, o professor pode trabalhar o “tempo da natureza”, apresentando os diversos métodos utilizados para perceber e medir o tempo, entre diferentes sociedades (ou civilizações). Podendo ainda entrar nas questões que abarcam os modos de produção, explorando as diferenças que existem dentro “de um mesmo tempo” para historicizá-las, como a relação de organização do tempo (de trabalho, de lazer, de dormir, etc...) entre o homem do campo o homem da cidade.

Discussões como estas estão inseridas no Jogo “Temporal” através de narrativas que contam a história de um personagem como será explicitado no decorrer deste artigo. Elas são fundamentais para o desenvolvimento da identidade tendo em vista o respeito entre culturas. Desmistificando ainda a relação entre o tempo e a dinâmica dos acontecimentos, buscando a compreensão da História como fonte de conhecimento e orientação. Uma proposta que estimula a reflexão histórica e a capacidade de historicização a partir da realidade dos alunos.

Jogo Didático “Temporal”: elaboração, aplicação e experiências

ELABORAÇÃO

O trabalho de produção do jogo foi desenvolvida em dupla com o colega Thiago Augusto Divardim de Oliveira, também acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A ideia inicial, surgiu durante as férias de verão (2007), ao jogar com alguns amigos o jogo PERFIL. Neste, um jogador escolhe uma carta onde estão vinte dicas que desvendam um enigma (que pode ser um objeto, uma pessoa, um ano ou um lugar). Um jogador de cada vez recebe uma dica, a cada resposta errada andarás uma casa no tabuleiro quem está lendo a carta, quem acertar anda o número de casas correspondente ao que sobrou das vinte dicas.

A dinâmica de adivinhação através das cartas poderia ser uma forma diferente de trabalhar conceitos, pois nas dicas poderiam ser apresentadas representações das quais os alunos não estão acostumados a associar, podendo desta forma estimular a reflexão e ainda

desenvolver construções e reconstruções de conceitos. A proposta de produção de um material didático em Oficina V, estimulou a idéia inicial, mas por questões de tempo (que ironia!), foi preciso desenvolver outro formato para o jogo.

Thiago, como integrante do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI), participava de discussões sobre um projeto de extensão para produção de um livro paradidático que trabalha concepções de tempo. Esta questão havia sido discutida por professores da rede pública e particular a partir de suas experiências, onde constataram que apesar de ser um tema importante para o ensino de história, os alunos tinham dificuldades em assimilar, e os professores poucas alternativas para trabalhar. Partindo desta questão a temática sobre concepções de tempo foi escolhida.

O tema escolhido possibilitou tanto o trabalho com a idéia inicial, a respeito de problematizações de conceitos, como também proporcionou conhecer um espaço de discussão que se mostrou muito mais amplo e significativo do se imaginava.

Durante a pesquisa para a produção do material, um fato que chamou atenção foi o grande número de pesquisas publicadas a respeito de estratégias lúdicas de ensino utilizadas em diversas disciplinas, no entanto havia apenas um artigo referente ao Ensino de História. Acredito que vários professores de história desenvolvem técnicas diferentes de aprendizagem, o fato de não escreverem e publicarem sobre isso pode representar a distância entre eles e a academia.

Em meio às leituras era pensada uma metodologia que abarcasse a idéia inicial em relação aos conceitos, e a maneira de apresentá-los de forma amarrada a discussão a respeito das concepções de tempo.

Muitas alternativas surgiram, e apesar não ter sido uma tarefa fácil, o jogo foi desenvolvido a partir de narrativas que contam a história de um personagem, que recebeu o nome de Deméter Cronos. Deméter, apesar de ser um nome feminino, foi utilizado por ser o nome da filha do Deus grego do Tempo, Cronos. Ela é Deusa da terra cultivada, das colheitas e das estações do ano.

As histórias produzidas para contar a trajetória de vida de Cronos, serão lidas no decorrer do jogo pelo “Senhor do Tempo” que deve ser o professor. Ela aborda desde o seu nascimento em 1935, até sua aposentadoria em 2007. Durante a escrita das histórias, foi dada especial atenção para que os elementos estivessem dentro do contexto da época, pois esta característica é fundamental para que se perceba as inúmeras transformações que podem ocorrer no “tempo de uma vida”. Chamando atenção para questões como ecológicas e sociais, relacionando-as as atitudes do personagem. Ao final de cada história é feita uma pergunta aos

jogadores, mas estas não foram produzidas na intenção de avaliar o aluno, questionamentos e problematizações o professor pode e deve fazer durante as histórias, relacionando a realidade de seus alunos.

A atividade pode ser realizada em até seis grupos. Diferentemente de outros jogos, o objetivo não é chegar até um ponto final antes que os outros jogadores, pois cada grupo terá a sua própria linha de casas para caminhar, e cada casa corresponde a uma pergunta que está no fim de cada uma das histórias. Os alunos são representados no tabuleiro por relógios ao invés de pinos. Ganha quem andar mais casas.

A ideia para aplicação do jogo é que se crie uma atmosfera de curiosidade, como se os alunos estivessem embarcando em uma viagem desconhecida pelo tempo, assistindo a vida de nosso personagem. Para isso tentou-se criar um tabuleiro que instigue o raciocínio dos participantes a respeito das maneiras de se perceber o que lhes é colocado como realidade.

O tabuleiro mede 1,20m de altura por 1,50m de largura, e cada grupo anda em um caminho diferente, mas todos os caminhos possuem o mesmo número de casas.²

O primeiro caminho a ser pensado está situado no canto inferior direito, o caminho tortuoso. Justamente pela dificuldade cultural enfrentada em pensar as questões relacionadas ao tempo, e que podem ser definidas de diferentes maneiras como será mostrado a partir de agora. Assim como a história, que pode ser trabalhada a partir de diferentes objetos, lugares, costumes, culturas, o tempo também abrange esta multiplicidade.

Se seguirmos em sentido anti-horário em torno dos desenhos centrais veremos o próximo caminho, ele é circular com um Ing yang estilizado no centro. Neste trajeto a ideia é refletir a respeito da concepção escatológica do tempo. Por escatologia entende-se juízo universal, pena ou castigo oferecido por forças indefinidas, e fim do mundo. Todas as religiões das mais antigas as contemporâneas possuem um mito de criação e um sobre “o fim dos tempos”, ou seja, uma percepção escatológica do tempo. No catolicismo o início de tudo vem de maneira direta quando no primeiro verso de gênesis “Deus criou os céus e a terra”, tempos depois chegará o juízo final, como narra o apocalipse bíblico. A fé indiana conta seus mitos através da Trimurti composta por Brahma o criador, Vishnu a força conservadora e Shiva o destruidor. São maneiras de perceber o tempo através da religião. Sendo a religiosidade algo muito ligado aos seres humanos e também muito diversa, a ideia estabelecida é de busca da alteridade pelo respeito através do conhecimento entre as culturas.

² Para compreender de forma mais clara a descrição do tabuleiro, analisar a imagem na página 17, em anexo.

Seguindo no mesmo sentido o próximo trajeto é uma linha reta parecida com uma régua. É a representação do tempo linear. Constantemente lembramos de fatos que ficaram no passado e também planejamos o futuro, como se o que aconteceu ficasse para trás e o que ainda não veio estivesse para frente. Outro exercício que o tempo em linha reta nos proporciona é problematizar o ano em que vivemos 2007, por exemplo, em relação a idade estimada de nosso planeta. Colocar em um barbante os acontecimentos sob esta perspectiva é outro exercício de percepção que vale a pena. O ensino de história pensado de maneira linear passa a impressão de que os acontecimentos históricos seguem uma ordem lógica, de “progresso” revelando um processo de grandes fatos guiados por grandes heróis, limitando a participação do povo na história. Uma visão positivista que durante muito tempo predominou nas escolas, dessa forma faz-se necessário proporcionar aos alunos outras maneiras de se perceber a história e com ela a passagem do tempo.

O próximo caminho, um oito deitado, significa o símbolo matemático do infinito. Muitas pessoas têm a impressão de que o tempo é algo infinito, que nunca para de passar. Na verdade durante a realização do jogo sempre foi consenso estabelecer a idéia de que o tempo é uma construção cultural. Uma medida que se convencionou chamar tempo para medição de um intervalo. Mesmo assim, dizer que, portanto o tempo não existe é um exercício muito complicado, pois temos clara a idéia de que ele está sempre passando, desde quando a Terra ainda era habitada pelos dinossauros até os dias de hoje, por exemplo. Este exercício é importante para relativizar-mos a importância que damos a sua passagem nos dias de hoje.

Ainda no sentido anti-horário o próximo trajeto tem formato de um relógio. Geralmente é esta idéia de tempo que possuímos. A tentativa nesta parte do tabuleiro é fazer referência ao tempo capitalista, a frases do tipo “tempo é dinheiro”, influenciando o pensamento dos participantes para que reflitam até que ponto a maneira como o mundo vem sendo organizado está correta, ou até que ponto é bom nos comportarmos sempre desta maneira. E se considerarem que toda esta cultura é positiva indagar para quem é tão bom.

O último trajeto a ser discutido tem formato oval com um sol no centro. A idéia neste caminho é mostrar o tempo relacionado à natureza, e por isso a escolha foi de um trajeto como a órbita de um planeta em torno de uma estrela. Através do movimento de translação temos as estações do ano, através do movimento de rotação temos o dia e a noite. Com estes, as divisões dos diferentes calendários e ainda a divisão do dia em 24 horas. E a partir do mesmo se estabelecem questões econômicas como o horário de verão. Sendo aqui possível também problematizações a respeito das diferenças nos costumes entre a vida no campo e na cidade, principalmente na maneira de se perceber o tempo.

Além dos caminhos diferentes, através do tabuleiro tentamos estabelecer outras idéias. No centro do tabuleiro temos a caracterização do personagem Deméter Cronos desde quando era um recém nascido até se tornar uma pessoa idosa. Em torno temos um mapa do século XVI, nesta época acreditava-se que os ventos e tempestades eram formados por forças misteriosas, e por isso os rostos soprando em direção ao centro. Na parte central em segundo plano podemos notar um mapa mundial virado ao contrário do que costumamos encontrar. A idéia é demonstrar que as questões de norte e sul e o senso comum arraigado de que o norte é para cima e o sul é para baixo, também é uma construção cultural eurocêntrica. Pois sendo a terra um globo e não se conhecendo os limites do universo, não há critérios se não o da construção cultural para se dizer que a posição correta do mapa mundi é a que deixa a Europa para cima.

APLICAÇÃO

Como mencionado anteriormente, a proposta de “Temporal” é servir como uma tempestade de idéias, por entender que as concepções de tempo abrangem uma amplitude de discussões das quais o jogo não daria conta da totalidade. Sendo assim, a partir (e durante) as narrativas sobre a vida de Deméter Cronos, devem ser trabalhados os elementos visando relacionar as experiências dos alunos, para que eles possam perceber as várias concepções de tempo em suas vidas e as relações presentes.

Como parte da produção do material, ele teve de ser aplicado pelos próprios acadêmicos para que fosse possível perceber a repercussão e ainda o que deveria ser melhorado. Sua aplicação foi realizada no mês de outubro, mas o indicado é que o professor aplique no início do ano letivo, levando os alunos a repensarem a idéia de tempo e estimulando que relacionem com o conhecimento a ser estudado. O professor pode retomar as idéias do jogo durante o ano, desenvolvendo as problematizações de modo mais específico e relacionado ao conteúdo.

As aplicações do jogo foram feitas em duas turmas de primeiro ano do Ensino Médio em uma escola da rede pública de Ponta Grossa. Elas foram realizadas em período de aula, com a colaboração do professor de História que cedeu suas aulas e ainda negociou com outros professores para que fosse possível desenvolver o trabalho. Cada aplicação levou em média 100' minutos, o correspondente a duas aulas, e puderam ser realizadas fora da sala de aula, no pátio, em um espaço gramado embaixo de uma árvore, fato que diferenciou a experiência das tradicionais (e também importantes) aulas entre as paredes, e o quadro de giz.

Antes de iniciar a atividade, foi pedido aos alunos que escrevessem como podiam representar o tempo, o que este significava para eles, e caso a representação fosse em forma de desenho eles deveriam explicitá-lo em palavras. Foi quando começaram as surpresas.

O desenho do relógio estava presente em quase todas as atividades, no entanto nos comentários foi possível perceber algumas idéias que já estavam um pouco mais desenvolvidas. Foram separados alguns trechos que serão identificados com nomes fictícios para poderem ser comparados no decorrer do artigo:

“Eu fiz o relógio, pois para mim ele simboliza o tempo, sem ele não saberíamos nos organizar nas atividades diárias, não saberíamos a hora, ficaríamos perdidos no tempo.”

Medeiros

“Depois que o relógio foi inventado ele se tornou uma ferramenta muito utilizada para marcar o tempo”

Karine

“Porque o relógio escraviza as pessoas, porque tem hora pra tudo.”

Luana

(O próximo comentário é feito a partir de um desenho onde não aparece a figura do relógio. É dividido em duas partes. Na primeira tem um sol e uma menina dizendo: acho que é quase meio dia! Na segunda também tem a figura do sol, e a menina está dizendo: Já é meio dia!)

“Antes as pessoas não se preocupavam com o tempo, ultimamente vivemos em função do relógio.”

Tatiana

“O relógio escraviza, e é o dono do cotidiano, sendo assim, nós somos movidos por ele e escravizados.”

Vigário

Como as aplicações eram experiências, não havia sido pensada a idéia de ler os textos antes de iniciar a atividade. É interessante que o professor desenvolva este exercício no início do ano, antes da aplicação, pois ele pode utilizar situações das histórias, visando trabalhar as principais dificuldades encontradas nos alunos.

O desenvolvimento do trabalho foi surpreendente. As histórias não foram sendo lidas integralmente e fazendo a pergunta que valia o avanço no tabuleiro, a partir das idéias desenvolvidas, a leitura parava e eram feitas problematizações, questão que gerou discussões interessantes e a participação dos alunos.

Entre os questionamentos desenvolvidos, um chamou muito a atenção. Durante uma história relacionada ao período de ditadura militar no Brasil, o assunto foi sendo desenvolvido de modo a chegar em regimes ditatoriais. Debatendo questões de censura, repressão e de ideologias dentro de alguns desses regimes, foi mencionada a idéia de identidade nacional que pode ser construída de forma a gerar preconceito.

Para explicitar, foi comentado a respeito de uma reportagem que havia passado em um programa popular de domingo na televisão. De forma generalista a reportagem falava sobre um “punk” que havia matado um outro rapaz”, como era anunciado nas chamadas do programa. Durante a reportagem não ficou clara a relevância do assunto, que se tratava da expansão do movimento neonazista no Brasil, e aquele fato como uma briga entre punks e Skinreds. Ainda foi comentado de forma superficial e até mesmo conturbada sobre o movimento punk, quanto ao movimento skin se resumiram aos grupos em São Paulo capital, sem se referir ao que representava a idéia neonazista defendida por eles.

A infeliz surpresa durante a aplicação do jogo, foram os comentários de simpatia a figura de Adolf Hitler. Foi preciso pensar rapidamente em como lidar com aquela situação de modo que se simplesmente reprimíssemos a idéia daqueles alunos talvez não fosse possível ampliar a discussão e saber a partir do que era fundada tal admiração. De um turma pequena de onze alunos, haviam três ou quatro que comentaram gostar de “Hitler”, um número que pode ser considerado expressivo.

Uma menina comentou que tinha amigos que eram Skinreds. A dupla tentou desenvolver uma idéia sobre existirem aspectos que até geram admiração a Hitler enquanto líder político, comentando sobre sua obra ”Minha luta”, esclarecendo com fatos históricos quanto a sua atuação como líder, mas deixando claro o que significava a política nacionalista para o nazismo, e toda disseminação de preconceito que isso representou e representa na história, lembrando ainda o que representa este grupo no Brasil, e destacando o preconceito defendido por ele em relação a nordestinos, negros e homossexuais.

A menina mencionada a pouco, encerrou os comentários dizendo que seus amigos Skinreds não sabem muito a respeito do assunto, apenas dizem que Hitler foi um grande líder. Isso não pode ser considerado como uma mudança de opinião. Em outra experiência de

estágio, em uma escola de periferia de Ponta Grossa, novamente foram identificados alunos que tinham relações com grupos neonazistas.

Esse assunto é polêmico, urgente e preocupante. A maneira como estes alunos constroem suas narrativas para explicar a maneira como compreendem o passado e estabelecem relações com o presente, são elementos importantes a ser pesquisados, visando avançar nos estudos que envolvem o desenvolvimento da Consciência Histórica (RÜSEN, 2001), e suas formas de atribuição de sentido.

Nesta perspectiva, trabalhar a questão do tempo, contribui para que se desenvolva o pensamento histórico e se estabeleça uma postura de *críticidade fundada*, pois movimentos como os Skinreds também defendem transformações na sociedade, questionam regras, valores e muitas vezes entendem mais sobre as relações políticas, estruturais e econômicas do que outros cidadãos, e ainda utilizam-se de modo argumentativo da história.

Além desta discussão outros temas puderam ser abordados cumprindo com a proposta da atividade. Para encerrar, foi pedido aos alunos que escrevessem a respeito da experiência com o jogo, e colocassem comentários, críticas ou sugestões para que ele seja aprimorado.

A partir das respostas foi possível perceber que o formato de jogo estava aprovado, tiveram bons comentários também em relação as histórias e ao fato de discutirmos diversos assuntos. Para analisar os resultados é preciso lembrar que o jogo pretende ser uma “tempestade de idéias” que devem ser desenvolvidas no decorrer do ano letivo. Sendo assim, as respostas indicam que os alunos assimilaram a idéia que existem diferentes maneiras de perceber o tempo, o que facilita o desenvolvimento de outros assuntos. É válido mostrar algumas respostas dos trechos apresentados anteriormente:

“Eu fiz o relógio, pois para mim ele simboliza o tempo, sem ele não saberíamos nos organizar nas atividades diárias, não saberíamos a hora, ficaríamos perdidos no tempo.”

“Achei a aula interessante, com ela eu tirei outras conclusões sobre o tempo, que o tempo não é o relógio em si, mas sim uma coisa que a gente cria. Hoje em dia para tudo tem um tempo certo e a hora certa para ser feito, e o tempo é dono da gente, nós viramos escravos do tempo.”

Medeiros

“Depois que o relógio foi inventado ele se tornou uma ferramenta muito utilizada para marcar o tempo”

“O jogo foi muito legal e interessante, com ele aprendemos muitas coisas, como por exemplo, que o tempo pode ser entendido de várias maneiras, de acordo com a pessoa, o lugar, o espaço, etc.

O relógio é usado no nosso cotidiano para que possamos nos organizar melhor, mas sem ele poderíamos contar os anos, os dias, meses, horas usando vários outros recursos como sol, lua, etc.

O tempo somos nós quem fazemos, o importante é saber usar o seu tempo de forma alegre e harmoniosa para quando formos velhinhos possamos estar satisfeitos com o que fizemos do nosso tempo.”

Karine

“Porque o relógio escraviza as pessoas, porque tem hora pra tudo.”

“Eu achei legal, pois além do tema tempo foram abordados muitos outros temas que interessaram para a vida não só como profissional, mas também pessoal.

Foi interessante e acabei vendo que o tempo não resume-se apenas ao relógio mas sim, a tudo que ocorre no nosso dia-a-dia.”

Luana

(O próximo comentário é feito a partir de um desenho onde não aparece a figura do relógio. É dividido em duas partes. Na primeira tem um sol e uma menina dizendo: acho que é quase meio dia!. Na segunda também tem a figura do sol, e a menina está dizendo: Já é meio dia!)

“Antes as pessoas não se preocupavam com o tempo, ultimamente vivemos em função do relógio.”

“Acho que o tempo depende da pessoa, do dia, do lugar para ser entendido. Eu posso estar sentindo, “vendo” o tempo passar de um jeito hoje e amanhã de outro. E uma pessoa que está comigo ou não pode estar sentindo o tempo de uma forma completamente diferente de mim. Que existe diferentes situações para tempo e nós vivemos em função dele. Mas cada pessoa escolhe. Ex.: no trabalho o tempo é diferente do que para quem está na escola; na fazenda o tempo é diferente para quem mora na cidade, etc. E depende da nossa vida ou da nossa idade para definir uma forma de tempo.”

Tatiana

“O relógio escraviza, e é o dono do cotidiano, sendo assim, nós somos movidos por ele e escravizados.”

“Ótimo jogo, pois engloba várias matérias e conteúdos e sempre é bom ter uma explicação a mais sobre tudo.”

Considerações finais

A experiência de produção, aplicação e reflexão acerca de um material didático, é resultado das idéias discutidas durante a trajetória acadêmica. As disciplinas de “Oficina de História” fundamentaram-se na Didática da História, especialmente na teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen, e oportunizaram a experiência de produção de um material didático que contemplasse estas ideias, considerando que o professor deve conhecer o processo de produção do conhecimento, para que seja capaz de ensiná-lo aos alunos, já que compreender a natureza do conhecimento histórico é elemento fundamental para desenvolver o pensamento histórico.

O desenvolvimento do material possibilitou a organização das ideias discutidas durante a graduação, pensando ainda na relevância destas produções tanto para o desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos, quanto na oportunidade de utilizar essas experiências para estreitar os laços entre os professores de história do ensino formal e a academia.

O Jogo Temporal, ainda deve passar por algumas mudanças, mas é possível apontar que ele pode ser uma estratégia interessante para conhecer as ideias prévias dos alunos a respeito não apenas das concepções de tempo, mas também de outros elementos do conhecimento histórico.

A aplicação do jogo demonstrou que o andamento é surpreendente, e depende das intenções do professor ao fazer os encaminhamentos, aprofundando no que considerar mais interessante e aproveitando as ideias colocadas pelos alunos. Para que “Temporal” atinja seus objetivos, é necessário que o “Senhor do Tempo”, no caso o professor, que é o leitor das histórias, tenha domínio das idéias que elas trazem, para poder relacionar e problematizar em relação a realidade dos alunos.

Não foram feitas experiências com um professor aplicando, fato que poderia ter contribuído com a produção e reflexão sobre o material. Seria interessante que futuramente os materiais desenvolvidos pelos acadêmicos, possam vir a contar com a participação dos professores da rede, pois as experiências e até mesmo dificuldades apresentadas por estes contribuiriam com a produção de materiais relevantes, deve-se pensar formas de contato com os professores, onde os materiais fossem apresentados a eles, e pudessem ser trocadas idéias.

Conclui-se com estas experiências que é fundamental tanto para a formação dos professores de História como para os historiadores (bacharéis) o contato com a produção do conhecimento histórico e com as discussões referentes a didática da História, estabelecendo relação entre *Educação* (didática específica da História como metodologia do ensino) e a *História* (Teoria da História – didática da História como teoria geral da aprendizagem histórica).

Desta forma o conhecimento histórico poderá contribuir com o desenvolvimento da consciência histórica de forma positiva, tanto pelos meios formais de ensino como pelos não formais. É preciso também procurar meios de estreitar as relações entre o ensino formal e a academia, trabalhando junto com os professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história educação: olhares em convergência*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

_____. *Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História*. Revista de História Regional, Ponta Grossa, PR, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v6n2/5Cerri.pdf>>.

FERMIANO, Maria A. Belintane. *O Jogo como um instrumento de trabalho no ensino de História?* Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/maria.pdf>>. Acessado em 17/maio/2007;

MARTINS, André Ferrer P., ZANETIC, João. *Tempo: esse velho estranho conhecido*. Ciência e Cultura. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 54, n.2, out/nov/dez. 2002. p. 41-44.

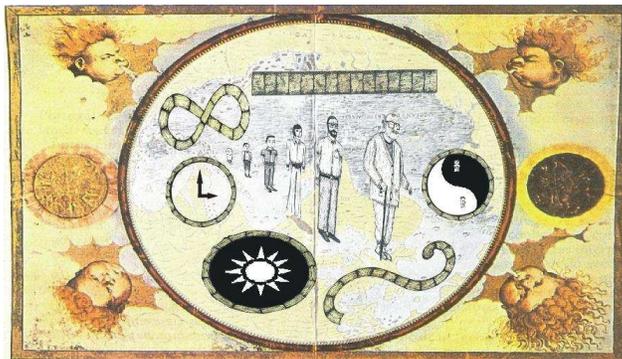
LEE, P. J. *Progressão da compreensão dos alunos em História*. In: BARCA, Isabel. (Org.). *Perspectivas em Educação Histórica: Actas das primeiras jornadas internacionais de Educação Histórica*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, 2001.

RUSEN, Jorn. *Razão histórica: fundamentos da teoria e da ciência da história*. Editora Unb 2002.

WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias?* G.J. Whitrow: tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Fd.. 1993. [Coleção Ciência e Cultura

ANEXO

1- Tabuleiro do Jogo “Temporal”, descrito na página 09.



EDUCAÇÃO HISTÓRICA E DIDÁTICA DA HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS

Fernanda de Moura LEAL¹

fernanda_de_moura@hotmail.com

RESUMO: As pesquisas na área de Ensino de História vêm florescendo e ganhando legitimidade em todo o mundo. Isso se deve em grande parte ao que Jörn Rüsen (1987) vai denominar uma grande “virada paradigmática” nos estudos de História da Alemanha Ocidental, que a partir dos anos sessenta nortearão transformações em todo o mundo. Essa mudança de paradigmas trata de uma reaproximação entre a História “acadêmica” e a didática da história. O interesse pelas funções práticas da História e mais especificamente suas aplicabilidades dentro e fora do ambiente escolar tem sido o eixo das pesquisas do campo da Educação Histórica que procura, através da reunião e análise de dados empíricos, possibilitar um melhor entendimento das idéias dos alunos acerca dos usos da História em seu cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Histórica, Didática da História, Ensino de História.

ABSTRACT: Research in the area of History teaching are flourishing and gaining legitimacy in the world. This is due largely to what Jörn Rüsen (1987) will be termed a major "paradigmatic turn" in studies of History of West Germany, which since the sixties will drive change throughout the world. This paradigm shift is a rapprochement between "academic" History and the History didactics. The interest in the practical functions of History and more specifically its applicability within and outside the school environment has been the focus of research in the field of Historical education that seeks, through the collection and analysis of empirical data, enabling a better understanding of student's ideas about uses of History in their daily lives.

KEY-WORDS: Historical education, History didactics, History teaching.

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), mestranda do Programa de Pós- Graduação em História.

As pesquisas na área de Ensino de História vêm florescendo e ganhando legitimidade em todo o mundo. Isso se deve em grande parte ao que Jörn Rüsen (1987) vai denominar de uma grande “mudança de paradigmas” nos estudos de História da Alemanha Ocidental, que a partir dos anos sessenta nortearão transformações em todo o mundo. Essa mudança de paradigmas trata de uma reaproximação entre a História “acadêmica” e a didática da história.

Na antiguidade clássica, até meados do século XVIII, ainda era possível observar entre os historiadores uma preocupação com a função prática da História, entretanto, com a institucionalização e profissionalização da História os estudos acerca do Ensino de História foram colocados de lado como sendo de menor relevância. Nas palavras de Rüsen:

A “cientifização” da história acarretou um estreitamento de perspectiva, um limitador dos propósitos e das finalidades da história. A esse respeito, a cientifização da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática. Desse ponto de vista, pode ser dito que a história científica, apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar “irracionalização” da história. (RÜSEN, 2006)

Para o Ensino de História esse distanciamento também trouxe problemas, dentre eles destaco o processo de pedagogização da História. De acordo com essa perspectiva, o ensino de história passou a obedecer a pressupostos do desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. Schmidt (2009) ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História (PCNs) no Brasil, afirma que o documento elenca como objetivos principais: conhecer, caracterizar, refletir e utilizar fontes históricas. Desse modo delimitando categorias do pensamento que indicam ações a serem desenvolvidas em relação a determinados conteúdos, e não formas de compreensão histórica. Observa-se a partir dessa análise uma concepção clara de aprendizagem, distante e diversa da concepção de aprendizagem histórica colocada nos debates científicos. Para LEE (2005), por exemplo, aprender história é produzir um processo de compreensões históricas, tendo como referência formas de cognição históricas ou conceitos de segunda ordem.

O significado de aprendizagem escolar apresentado nos PCNs exerceu influência significativa nos currículos de cursos de graduação em licenciatura de História. Nesse aspecto, a formação do professor de História fundamentava-se na dicotomia entre a formação relacionada aos chamados conteúdos específicos e aquela referenciada nas teorias

pedagógicas e psicológicas, as quais seriam responsáveis pela aplicabilidade do conhecimento histórico científico nas aulas de História (SCHMIDT, 2009).

Diante dos impasses apresentados, se justifica a existência de uma Didática da História, defendida por Rüsen como sendo a disciplina capaz de unir novamente a reflexão acadêmica da natureza da história e a reflexão didática do uso da história na vida prática.

Com a retomada do debate acerca da Didática da História dentro do meio acadêmico, esse processo histórico cientificista do qual descreve Rüsen (1987) tende a ser revertido. Inserida no discurso normativo da História, a Didática da História, que durante um longo período foi relegada a levar o conhecimento produzido nas academias para dentro das salas de aulas através da transposição didática sem participação na geração do discurso, tem agora sua função completamente remodelada.

Rüsen em seu ensaio sobre a Didática da História aponta quatro direções possíveis para essa nova disciplina, são elas: a metodologia e instrução de professores, as funções e os usos da história na vida pública, o estabelecimento de metas para a educação histórica nas escolas, além da verificação dos resultados das mesmas e por fim a análise geral da natureza, função e importância da consciência histórica.

Klaus Bergmann (1985), ao propor uma reflexão “histórico-didática” defende que refletir sobre a História a partir da preocupação da Didática da História significa investigar o que é apreendido no ensino de História, o que poderia ser apreendido e o que deveria ser apreendido. A disciplina científica “Didática da História” seria dirigida por interesses práticos e indagaria sobre o caráter efetivo, possível e necessário de processos de ensino e aprendizagem e de processos formativos da História. Em suas palavras:

A didática da História se preocupa com a formação, o conteúdo e os efeitos da consciência histórica num dado contexto sócio-histórico. Ela tem por tarefa investigar, descritivo-empiricamente, a consciência histórica e regulá-la didático-normativamente pois esta consciência é um fator essencial da auto-identidade humana e um pressuposto insubstituível para uma práxis social dirigida racionalmente. (BERGMANN, 1990)

Seguindo as transformações Europeias, no Brasil o número de pesquisas na área de Ensino de História vem crescendo vertiginosamente desde o início da década de 90. Momento em que o Ensino de História se consolida como campo de pesquisa, impulsionando pesquisas de mestrado e doutorado em todo o país (CAINELLI, 2009).

A fim de compreender melhor a consciência histórica dos alunos levando em conta sua vivência dentro e fora da escola o projeto articula-se dentro de uma importante vertente das pesquisas em Educação Histórica que procura, através da reunião e análise de dados empíricos, possibilitar um melhor entendimento das idéias dos jovens acerca dos usos da História em seu cotidiano (BARCA, 2007).

A historiografia referente à Educação Histórica é relativamente recente, assim como os projetos de pesquisa nessa área se comparados a outras temáticas específicas já inseridas nos debates acadêmicos desde os tempos da formalização da História como disciplina.

Na busca pela obtenção de um diagnóstico sistemático do pensamento histórico de alunos que se constrói dentro e fora dos âmbitos escolares, desenvolvem-se pesquisas em vários países como Brasil, Grécia, Portugal, Taiwan e Inglaterra. Essas investigações existentes no domínio da Educação Histórica têm diagnosticado um conjunto apreciável de idéias de alunos em História, exploradas em situações de aprendizagem. (BARCA, 2007)

A partir do conhecimento dessas idéias iniciais de alunos sobre História, suas concepções prévias, o professor seria capaz de promover debates acerca de um determinado conteúdo histórico que se aproximassem da realidade dos alunos, gerando interesse e facilitando a produção de sentido por parte dos mesmos.

De acordo com LEE (2006) o projeto do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos da América “How people learn”, tem como princípio chave de aprendizado as seguintes considerações:

Os alunos vão para as salas de aula com pré-conceitos sobre como funciona o mundo. Se suas compreensões iniciais não são levadas em conta, podem falhar em entender novos conceitos e as informações que lhes são ensinados ou podem aprendê-los para uma prova, mas reverterem para seus pré-conceitos fora da sala de aula. (DONOVAM; BRANSFORD; PELLEGRINO, 1999)

A concepção prévia é uma das condições para o desenvolvimento da consciência histórica (Rüsen), conceito esse que se encontra entre os objetos centrais de pesquisas em educação histórica. É o caso da pesquisa coordenada por Isabel Barca em Portugal denominada: *Consciência histórica – teoria e práticas (HICON)*.

Utilizando-se do conceito de consciência histórica proposto por Rüsen, o projeto HICON procura explorar as idéias de alunos portugueses a freqüentar o 10º ano de escolaridade, com e sem a disciplina de História, sobre o passado contemporâneo nacional e

mundial. A problemática da investigação é colocada da seguinte forma: “Quais os sentidos de narrativas sobre o passado produzidas por jovens portugueses após a sua escolaridade obrigatória de nove anos?” (BARCA, 2007)

Outra proposta interessante de mapeamento da consciência histórica está colocada no projeto Youth and History coordenado por Magne Angvik e Bodo Von Borries. O projeto procura identificar e avaliar a aplicação do conceito de consciência histórica nas opiniões emitidas por jovens de 15 anos e seus professores em 25 países além de Israel e Palestina num total 32000 entrevistados. (ANGVIK e BORRIES, 1997).

Na Inglaterra, uma das perspectivas do Projeto *Chata (Conceitos de História e Abordagens de Ensino)* organizada por Rosalyn Ashby, Peter Lee e Alaric Dickinson, procurou examinar as abordagens dos alunos em testar as afirmações históricas, bem como seu entendimento da relação entre afirmações e evidências históricas. Dentre os objetivos se encontra a tentativa de desenvolver um conceito de evidencia histórica a partir da análise de respostas de 320 alunos de 3º, 6º, 7º e 9º anos a duas questões propostas relativas a essa temática (ASHBY, LEE, DICKINSON 1993).

Dentre as pesquisas de educação histórica realizadas no Brasil destaco aquelas realizadas no sul do país. Na Universidade Federal do Paraná, Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Maria Braga Garcia organizam e sistematizam experiências desenvolvidas ao longo de 10 anos de professores e licenciandos em investigações de ensino em aulas de História. Tais experiências procuram responder questões como “Que significados o conhecimento histórico escolar tem para os sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem?” e “Que relações o conhecimento histórico escolar estabelece com a formação da consciência histórica de jovens e crianças?”. (SCHMIDT e BRAGA, 2006).

Na Universidade Estadual de Londrina, desenvolveu-se uma pesquisa denominada “*Iniciando crianças na arte do conhecimento histórico*”. Coordenada por Marlene Cainelli, a pesquisa tem como problema central a dificuldade de se desenvolver o pensamento histórico em crianças em situação de educação formal e como apreender a progressão deste conhecimento. (CAINELLI, 2009).

Realizada com alunos do ensino fundamental de uma escola particular de Londrina, a pesquisa desenvolveu-se durante três anos sob a forma de observação e intervenção. A proposta era a de trabalhar com a história da colonização da cidade, uma relação entre a memória coletiva, o conteúdo presente nos manuais didáticos e as concepções dos alunos sobre essa temática antes e depois das intervenções.

De acordo com Isabel Barca “os pressupostos dessas pesquisas integram a hipótese da existência de vozes diversificadas e, por conseguinte, vários modelos mentais de consciência histórica no seio acadêmico, não excluindo, naturalmente, as influências extra-escolares, feitas de uma teia complexa de interações, reais e virtuais, nas evidências de cada jovem”.

Todas as pesquisas enunciadas acima se inserem no debate de Educação Histórica promovidos a partir de pesquisas empíricas. Essas pesquisas mesmo com objetivos específicos partem da necessidade de se conhecer melhor as utilidades práticas da História, principalmente o ensino escolar. Elas corroboram a tentativa de compreender a maneira como a história é percebida e os efeitos da introdução da história na sala de aula (RÜSEN, 2006).

Articuladas de formas diversas, seja a partir de entrevistas, aplicação de questionários ou acompanhamento diário de um determinado grupo, possuindo objetivos específicos de mapeamento, verificação ou elaboração de conceitos essas pesquisas fazem parte de um campo de discussões que pensando o ensino de História como parte integrante e fundamental da ciência histórica procura investigar os novos rumos da História, seja dentro dos discursos acadêmicos, nas salas de aula ou no dia a dia dos homens.

Os resultados de pesquisas em educação histórica como as do projeto HICON, sugerem que ao terminarem seus estudos obrigatórios os jovens têm em mente um quadro relativamente bem estruturado da história de seu país, entretanto, restam-lhe poucos marcos organizados da história mundial (BARCA, 2007). A análise das narrativas produzidas por esses jovens evidencia que sua compreensão de história é limitada para o âmbito global. A História é compreendida como um amontoado de quadros específicos e distantes, construída não por pessoas, mas por vilões e vítimas quase sempre sem rosto.

As respostas obtidas com o projeto Youth and History deixam claro que o discurso de alunos, professores e dos currículos oficiais encontram-se em plena desarmonia (ANGVIK e BORRIES, 1997). A influência dos professores de história sobre as idéias e opiniões dos alunos é limitada, assim como também é bastante limitada a influência dos currículos oficiais sobre a atuação desses professores. (CERRI, 2001) Esse exemplo corrobora a tese de Christian Laville (1999) de que as constantes lutas pelo domínio da narrativa histórica não passam de lutas vãs, pois segundo o autor “pensar que ainda é possível regular as consciências e os comportamentos por meios do ensino de história não passaria de uma vã ilusão”.

Concordamos com Laville em alguns pontos, de fato a o domínio e ensino de uma determinada narrativa não garante a perpetuação da mesma no pensamento e imaginário dos

jovens, entretanto acreditamos que a atuação do professor de história é capaz de influenciar na forma com que esse jovem compreende história na medida em que habilidades para isso são trabalhadas em sala.

De acordo com Rüsen o aprendizado histórico não pode ser somente um processo de aquisição da história sob a forma de fatos objetivos, “ele envolve também o conhecimento histórico, começando a atuar como regra nos arranjos mentais de um sujeito”. A História tem como uma de suas funções práticas fornecer ao homem um senso de identidade própria enquanto a consciência histórica trata de orientá-lo no tempo. (RÜSEN, 2007)

Coloca-se a partir dessas considerações uma pergunta fundamental: Como efetivar as diretrizes apontadas pela ciência histórica para a educação histórica na prática em salas de aula? Além de algumas questões subjacentes: A utilização das concepções prévias dos alunos e das narrativas produzidas por eles para dar sentido ao conteúdo aprendido geraria interesse para com o estudo da disciplina História? Como promover o desenvolvimento de uma cognição histórica situada e de conceitos de segunda ordem nos jovens? O desenvolvimento dos conceitos de segunda ordem seriam de fato capazes de construir nos alunos uma consciência histórica genética?

Investigar as funções práticas da História sob o recorte do ensino constitui um problema ligado não só às necessidades da Educação Histórica, mas à ciência histórica como um todo. A problemática dessa pesquisa se liga diretamente às necessidades investigativas de uma História novamente preocupada com a reflexão didática do uso da história na vida prática. Sendo essa por sua vez colocada como de fundamental importância para os debates acerca da atividade do próprio historiador.

A pesquisa empírica qualitativa de mapeamento da consciência histórica e intervenção sobre as formas de se compreender história no ambiente escolar traz, portanto, contribuições não só para a temática da educação histórica ou para a ainda recente disciplina Didática da História que se encontra em fase de estruturação. A pesquisa empírica em ensino de História produz resultados, observações, experiências e pareceres que serão fundamentais para a reflexão da história como ciência, sua posição e relevância nas sociedades atuais. De acordo com Rüsen (1987) a História carece de investigações desse tipo, em suas palavras:

No nível abstrato de uma teoria geral da consciência histórica, nós sabemos alguma coisa sobre os padrões de significação que governam a experiência do passado humano e sua interpretação como história dotada de sentido. Mas nós sabemos

muito pouco sobre a maneira de como a história é percebida e os efeitos da introdução da história na sala de aula. (RÜSEN, 2006)

Para o desenvolvimento da História como disciplina nas escolas, as contribuições são não só diretas como também necessárias. Pesquisas que possuem no ensino e aprendizagem de história seu objeto específico de investigação são fundamentais para o desenvolvimento das práticas e métodos dos mesmos nas salas de aula (SCHMIDT, 2006). Pesquisador da área de educação histórica, Peter Lee (2006), defende a existência de investigações sobre ensino de História vinculadas diretamente à prática:

A pesquisa é necessária para que nos permita entender as idéias que estruturam as relações dos alunos com o passado e os tipos de passado que eles têm acesso. Simultaneamente devemos tentar desenvolver abordagens práticas que construam nosso conhecimento das idéias dos alunos e os tipos de passado aos quais tem acesso. Pesquisa e prática devem andar juntas com o desenvolvimento do currículo e com a contribuição dirigida por professores em estudos pilotos de pequena escala. (LEE, 2006)

É fato que, assim como a Ciência Histórica do século XVIII não supre todas as necessidades das sociedades atuais, os métodos de ensino e aprendizagem de história, comuns a esses períodos, também não são capazes de corresponder às expectativas presentes hoje. Desse modo, a educação histórica necessita (tanto quanto a ciência histórica) de esforços investigativos, pesquisas e estudos para seu desenvolvimento (BARCA, 2009). Entretanto, é importante salientar que sua metodologia deverá ser diferenciada, devido à própria especificidade dos objetos de estudo. Métodos históricos tradicionais de análise de documentos, por exemplo, não oferecem ao pesquisador de educação histórica arcabouço suficiente para procurar em suas fontes respostas para seus questionamentos. Rüsen defende até mesmo a aproximação e apropriação de métodos comuns a outras ciências humanas como as sociais a fim de solucionar essas questões.

São muitos os desafios colocados à pesquisa em educação histórica, contudo, os resultados e observações de pesquisas desenvolvidas ao redor do mundo apontam para sua eficácia e a distanciam da utopia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGVIK, Magne e BORRIES, Bodo von (eds.) Youth and History. A comparative european survey on historical consciousness and political attitudes among adolescents. Hambourg: Edition Korber-Stifung. 1997. Vol A: Description; Vol B: Documentation.
- ARIES, Phillipe. O tempo da história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ARON, Raymond. Dimensiones de la conciencia histórica. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- ASHBY, R. Desenvolvendo um conceito de evidência histórica: as idéias dos estudantes sobre testar afirmações factuais singulares. In. Educar, Curitiba, Especial, p. 151-170, 2006. Editora UFPR.
- BARCA, Isabel. A educação histórica numa sociedade aberta. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.1, p. 5-9, jan/jun 2007.
- _____. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) / Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.
- _____. Educação Histórica: pesquisar o terreno, favorecer a mudança. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender história: perspectivas da educação histórica. Ijuí/PR: Ed.Unijuí, 2009, v.3, p.53-76.
- _____. Marcos de Consciência Histórica de Jovens Portugueses. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.1, p.115 – 126, jan.jun. 2007.
- BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. São Paulo. Revista Brasileira de História, v.9, n.19, p. 29 – 42, set 89/fev 90.
- CAINELLI, Marlene. Educação histórica: o desafio de ensinar história no ensino fundamental. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel. Aprender história: perspectivas da educação histórica. Ijuí/PR: Ed. Unijuí, 2009, v.3 p.117-137.
- _____. História e Memória na construção do pensamento histórico: uma investigação em educação histórica.
- CASTRO, J. Perspectivas de alunos do Ensino Secundaria sobre a interculturalidade e o Conhecimento Histórico (Extracto do artigo), in Currículo sem fronteiras, vol.7, n°1, pp.28-73, Jan./Jun. 2007.
- CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. Revista de História Regional 6(2): 93-112, Inverno 2001.

- GADAMER, Hans-George. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, Pierre (org.) O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GAGO, Marília. Concepções de passado como expressão de consciência histórica. Currículo sem Fronteiras, 7, n.1, p.127-136, jan./jun.2007.
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. In: Revista Brasileira de História. Vol.19, n.38, p.125-138. São Paulo, 1997.
- LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. Educar, Curitiba, p.131 – 149, 2006.
- _____. Progressão da compreensão dos alunos em história. In. BARCA, Isabel (Org). Perspectivas em educação histórica. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais da Educação Histórica. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia – UMINHO, 2001.
- _____. 'Walking backwards into' Historical consciousness and understanding history. 2002. Disponível em: <http://www.cshc.ubc.ca>.
- _____; ALARIC Dickinson, and ASHBY Rosalyn. "Progression in Children's Ideas About History: Project CHATA (Concepts of History and Teaching Approaches: 7 to 14)." Paper presented at the Annual Meeting of the British Educational Research Association, Liverpool, England, September 11, 1993.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história.
- _____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. V.1, n.2, p.7-16, jul/dez. 2006.
- _____. Razão histórica: teoria da história; fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende MARTINS. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. História viva – Teoria da História III: forma e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007(a).
- _____. Reconstrução do passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007(b).
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: Que aprendizagem histórica é esta? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender história: perspectivas da educação histórica. Ijuí/PR: Ed. Unijuí, 2009, v.3 p.21-51.
- _____; GARCIA, Tânia Braga. Professores e Produção do currículo: uma experiência na disciplina de História. Currículo sem fronteiras, v.7, n.1, p.160-170, jan/jun.2007.
- _____. Pesquisas em Educação Histórica: algumas experiências. Educar. Curitiba, Especial, p.11-30, 2006.

SEIXAS, Peter. *Theorizing Historical Consciousness*. Vancouver: University of Toronto. Ed. 2004.

POVO BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REPUBLICANOS: 1889-1950

Kênia Hilda MOREIRA¹

keniamoreira@ufgd.edu.br

RESUMO: O presente texto objetiva discutir as concepções de povo brasileiro em seis livros didáticos de História do Brasil produzidos e utilizados no contexto escolar de 1889 a 1950. Os autores dos livros didáticos analisados são: Joaquim Manuel de Macedo, João Ribeiro, Rocha Pombo, Jonathas Serrano, Basílio de Magalhães e Joaquim Silva. O texto está dividido em três partes, uma primeira com questões iniciais sobre povo, miscigenação e embranquecimento; uma segunda com a apresentação da concepção de povo brasileiro em cada autor e seus respectivos livros didáticos; e uma terceira parte, com considerações finais, em que destacamos nos livros didáticos analisados o gradativo reconhecimento das três raças como formadoras do povo brasileiro e a mudança da interpretação acerca da miscigenação, que passa de algo nocivo a positivo e parte integrante da ideologia do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Povo, República, Livros didáticos de História do Brasil.

ABSTRACT: The objective of the present text is to argue the conceptions of people in six didactic books of History of Brazil produced and used in the school context of 1889 the 1950. The authors of analyzed didactic books are: Joaquin Manuel de Macedo, João Ribeiro, Rocha Pombo, Jonathas Serrano, Basílio de Magalhães and Joaquim Silva. The text is divided in three parts. First one with initial questions on people and miscegenation; one second with the presentation of the conception of Brazilian people in each author and its respective didactic books; and one third part, with conclusions. Between the conclusions we detach in didactic books analyzed the gradual recognition of the three races as party of the Brazilian people and the change of the interpretation concerning the miscegenation, that passes of something harmful the positive and integrant part of the ideology of the government.

KEYWORDS: People, Republic, Didactic books of History of Brazil.

Considerando que “república” significa governo do povo², objetivamos discutir neste artigo as concepções de povo que perpassaram seis livros didáticos de História do Brasil

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. O trabalho é parte da tese de doutorado em Educação Escolar na Unesp-Araraquara, desenvolvida com bolsa CAPES.

² Cf. Lafer (1989)

produzidos e utilizados no contexto escolar brasileiro entre 1889, marco inicial da República no Brasil, e 1950, último ano de vigência da Lei Orgânica do Ensino secundário, de 1942, e dos respectivos programas de ensino elaborados em âmbito federal pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

Os livros selecionados para a presente análise foram:

Lições de História do Brasil de Joaquim Manuel de Macedo (Rio de Janeiro: Editora Garnier em 1907) [1. ed. 1865?]. Título indicado nos programas do Colégio Pedro II até 1882. Reeditado até 1928.

História do Brasil curso superior de João Ribeiro. (Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1928) [1. ed. 1900]. Indicado nos programas do Colégio Pedro II até 1915.

História do Brasil para o ensino secundário de Rocha Pombo. (São Paulo: Editora Melhoramentos, 1925). [1. ed. 1918]. Reeditado até 1967.

Epítome de História do Brasil de Jonathas Serrano. (Rio de Janeiro: Editora F. Briguiet & Cia, 1941) [1. ed. 1933]. Título lançado após a reforma Francisco Campos e serviu de referência para a disciplina História da América e do Brasil.

História do Brasil de Basílio de Magalhães. 2ª série dos cursos clássico e científico. (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958)³.

História do Brasil de Joaquim Silva. 3ª série ginásial. (São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1943). De acordo com o programa de 1943.

Questões iniciais

Quem integrava o povo brasileiro nos diferentes contextos sócio-históricos? No final do século XIX e início do XX vigoravam as teorias raciais fundamentadas num modelo racionalista-evolucionista. Nesse modelo a mistura racial era explicada como prejudicial ao progresso da nação, conforme podemos ler nos diferentes “intérpretes do Brasil”.

Para Sílvio Romero em *O Evolucionismo e o positivismo no Brasil*: “A distinção e desigualdade das raças humanas é um fato primordial e irreduzível, que todas as cegueiras e todos os sofismas dos interessados não têm forças de apagar. É uma formação que vai entroncar-se na biologia e que só ela pode modificar” (ROMERO, 1894, p. 37). Sobre as raças existentes no Brasil, o autor afirmou em *Mestiçagem e literatura nacional* que

³ Foi a obra mais antiga do autor a que tivemos acesso para analisar os conteúdos iniciais da História do Brasil. Para compor nosso *corpus* utilizamos junto com este livro *História do Brasil - 5ª série ginásial* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942, de acordo com o programa de ensino de 1940).

O tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuíram largamente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, de outro a imigração europeia.
(ROMERO, 1978, p. 55)

Ao teorizarem a formação do povo e a organização social, os intelectuais mais diversos concluíam pela nocividade da miscigenação e ao mesmo tempo anunciavam o pretense embranquecimento e europeização das populações.⁴ A imigração branca aparecia como estabilizadora dos intercâmbios étnicos, e conseqüente diminuição do “sangue inferior”.

Uma visão contrária nos remete a Karl Friedrich Philip von Martius, em argumentos originais, já em 1840 postulava que o tipo “brasileiro” deveria se originar da fusão racial.

São, porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.
(MARTIUS, 1982, p. 87)

Quais mudanças e quais permanências em torno da concepção de povo brasileiro são observadas nos livros didáticos de História do Brasil em circulação a partir da proclamação da República até a metade do século XX?

Concepções de “povo brasileiro” nos livros didáticos de história do Brasil

Para efeito didático, neste tópico apresentaremos os autores individualmente.

Lições de História do Brasil de Joaquim Manuel de Macedo

Ao mencionar *Lições de História do Brasil* de Macedo, José Honório Rodrigues (1988) critica a ausência de uma análise das condições sociais e do povo nesse livro didático.

Para Macedo os conhecimentos históricos e os geográficos ao se entrecruzarem possibilitariam “a identificação de um país e a identidade de um povo”. Ou seja, ofereciam “elementos para conhecer o território brasileiro, um continente abençoado e estável, que continha uma sociedade com tendências a fragmentação”. (MACEDO, 1907, p. 71). É com

⁴ Sobre as teorias raciais e miscigenação, Cf. Schwarcz (1993); sobre a teoria do branqueamento, Skidmore (1989).

essa perspectiva que Macedo apresenta separadamente, o índio e o negro em *Lições de História do Brasil*.

Macedo define os indígenas como “gentios” e os apresenta ao descrever o território “descoberto”. A narrativa inicia-se pelos aspectos naturais e geográficos: vegetação, zoologia, ornitologia, riqueza do solo e hidrografia, e culmina com a exaltação da natureza das regiões recém-descobertas: “aos olhos dos descobridores e conquistadores do Brasil o que se apresentava menos digno de admiração, mais pequeno, mais mesquinho foi o homem que habitava, e senhoreava esta vária região” (MACEDO, 1907, p. 38).

A abordagem do autor em relação aos indígenas guiava-se pelo olhar etnológico superficial, assinalando curiosidades do cotidiano e as diferenças com o homem civilizado.

O autor narra os indígenas como pertencente a um povo na sua infância, rudes e selvagens, alheios à civilização. O tom se ameniza quando se detém à concepção de família: “embora muito limitado”, “o gentio do Brasil tinha laços de família”. Porém, ao abordar as relações sociais nota a falta de governo centralizador e de religião, elementos essenciais de uma civilização. De outra forma, o autor valida o estereótipo do “índio sem fé, sem lei e sem rei” próprio de um senso comum que remontava a Gândavo no século XVI.

O autor não apresenta os indígenas como elemento do povo brasileiro. A questão é silenciada. Isso se deve ao fato de Joaquim Manuel de Macedo referir-se aos indígenas como algo do passado e reproduzir uma visão centrada na descrição dos primeiros cronistas (GASPARELLO, 2002).

No que diz respeito aos negros, a principal referência aos negros escravos enquanto agentes históricos constam na lição “Destruição dos Palmares – Guerras civis dos Mascates, em Pernambuco; e dos Emboabas, em Minas, 1687-1714”. O episódio de Palmares é narrado como parte dos atentados contra a monarquia portuguesa e da administração colonial. O autor alude os quilombolas como desertores, criminosos e ameaçadores.

Embora se perceba a coragem dos quilombolas na narrativa apresenta pelo autor, o que se destaca é a valentia dos paulistas e o perigo do quilombo.

Uma narrativa que contemplasse o negro como elemento formador do povo brasileiro estava fora de perspectiva, mesmo em textos não didáticos de Joaquim Manuel de Macedo, como em *As vítimas-algozes, quadros da escravidão*⁵.

História do Brasil: curso superior de João Ribeiro

⁵ Título escrito em 1869 e reeditado pela editora Scipione em 198? A terceira edição publicada por essa editora data de 1991.

Para João Ribeiro os elementos constitutivos da nacionalidade seriam o branco, o negro e o índio, e os agentes formadores, o jesuíta, o criador de gado e o paulista bandeirante.

Em busca da contribuição específica das etnias afirmava que os brancos trasladados para a colônia traziam os “vícios da decadência” de Portugal; o negro, por seu lado, fora o verdadeiro elemento econômico; e o índio pouco teria contribuído para desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o branco é “ávido e atroz”, o negro, “servil”, e o índio, “altivo e indolente”, sendo esses “os três elementos donde vai sair a nacionalidade futura. Mas a agitação étnica é toda subterrânea e está repartida por todo o subsolo, guardando a futura erupção” (RIBEIRO, 1928, p. 110).

A “fusão das raças branca, negra e vermelha” gerou “vários tipos de cruzamentos (mameluco, mulato, cafuzo), branco-índio, branco-negro, índio-negro” ocorrendo o mesmo fenômeno nos costumes e na linguagem. Pessimista, concluía: “A sociedade mesclada, incapaz de unir-se, logo se enfraquece e se corrompe” (RIBEIRO, 1928, p. 42)⁶.

Em João Ribeiro a nacionalidade brasileira será representada pela “raça nacional mameluca”, para ele, um dos elementos capazes de conferir “homogeneidade integradora” a nação. A cultura nacional seria a expressão da “psicologia” dessa “raça nacional” e, ainda que isso possa parecer contraditório, já que postulava a incapacidade de união da sociedade mesclada, escreve Hansen (2000, p. 89-90), “não há aí qualquer contradição, pelo menos do ponto de vista da argumentação do autor, pois essa cultura era caracterizada pela *desmoralização*”.

O autor enfocava o despreparo do mameluco para o autogoverno, porém, acreditava que a articulação entre raça nacional e cultura da desmoralização seria passível de solução.

O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e a imigração europeia (ainda que errada, como nos tempos de Nóbrega) que trabalha nos ofícios e arroteia os campos, inocula a vida e coordena essas desordens e, como dizia Tomé de Souza, não cobra do tesouro. (RIBEIRO, 1928, p. 286)

História do Brasil para o ensino secundário de Rocha Pombo

⁶ Quando João Ribeiro escreveu *História do Brasil*, o determinismo biológico justificava a existência de três grandes tipos raciais distintos, os fatos se incumbiam de evidenciar a grandiosidade dos brancos. Cf. Schwarcz (1993).

Para Rocha Pombo a “legenda do Caramuru” e a “legenda de João Ramalho”, serviam para evidenciar as relações entre portugueses e índios, as quais teriam contribuído para o domínio do território.

No mais, se refere ao “abastardamento geral das três raças”

Dizemos – abastardamento – em vez de fusão regular e legítima, porque, de fato, o que se fez no Brasil não foi mais que um amálgama dos elementos mais degradados das três raças: – o índio, submetido pela força; o africano, rebaixado até a animalidade; – e o europeu, que vinha dos presídios, ou que se transportava para a América tangido de cobiça. (ROCHA POMBO, 1925, p. 66)

Rocha Pombo descreve o caráter do povo brasileiro atento às discussões e polêmicas quanto a formação da nacionalidade, conforme Bittencourt (1998, p. 195), ao afirmar que as marcas da escravidão estavam presentes nos primeiros anos da República e existiam dois caminhos interpretativos: “enfrentar esse passado e procurar formas de encaminhamento sobre os problemas sociais decorrentes desse processo histórico ou omitir e deixar silenciado seu passado”.

Em *História do Brasil para o ensino secundário*, os africanos comparecem como tema no capítulo dedicado aos “protestos da raça negra” no qual se explica os quilombos e a abolição: “o africano, cuja natureza moral parecia como que estremecer e agitar-se nas vicissitudes da escravidão, deu no Brasil, como em quase toda a América, frequentes provas do grande vigor humano que trazia lá das suas misérias do continente negro” (ROCHA POMBO, 1925, p.156).

Esse vigor referia-se às manifestações de liberdade: “Desde que chegava ao seu exílio e se via em presença de uma raça superior, a emancipação era o sonho torturado do negro”, aspiravam “a felicidade que via gozada pelo branco” (ROCHA POMBO, 1925, p. 157).

Dois capítulos são dedicados aos “povos que habitavam o Brasil”. Na visão do autor, os “indígenas brasileiros” tiveram a sorte de descender da raça superior inca. Ao estabelecer essa filiação, segundo Bittencourt (1990), o autor procurava “difundir, pelo ensino os ideais de confraternização entre as nações americanas”. Ainda segundo Bittencourt “o elemento indígena não era tido como obstáculo à marcha do progresso, mas visto como um agente na colonização pelo trabalho e, contraditoriamente reconhecia a sua luta de resistência frente ao branco” (Idem, p. 86-87).

Rocha Pombo descreveu em detalhes os modos e costumes dos índios tupi. Ele narra uma sociedade indígena com elementos básicos de organização e disciplina, além dos hábitos alimentares e de higiene. Segundo Ribeiro (2004, p.73), Rocha Pombo “enxergava como virtudes, algo a se admirar, esse modo de viver dos índios” e “construiu uma figura indígena simpática e prestimosa”.

Sobre a construção da identidade do povo brasileiro encaminhada pelo autor, Sevcenko (1999, p. 111) considera que ao contrário de outros intelectuais que estabeleciam o tipo nacional com base na conformação étnica, Rocha Pombo via na posse de “uma certa história em comum” as origens da nacionalidade.

Epítome de História do Brasil de Jonathas Serrano

Quanto à contribuição das etnias para a formação do Brasil, Jonathas Serrano expõe o tema nos capítulos “O elemento indígena” e “O elemento negro”.

O autor explica didaticamente as “tribos selvagens”, o “estado de civilização do indígena brasileiro”, a “catequese” e a “importância do elemento indígena”⁷.

Seria engano julgar dos costumes e das qualidades dos nossos silvícolas pelas descrições românticas de Alencar ou Gonçalves Dias. O tio de Peri, no Guarani, o de Iracema, o do guerreiro do I-Juca-Pirama são fantasias literárias.

Mas é inegável a coragem dos indígenas, provada em várias ocasiões em nossa história, quer combatessem conosco, ou contra nós. Figuram alguns em nossa galeria de heróis: Araribóia, Piragiba e Poti. (SERRANO, 1941, p. 85-86)

A influência exercida “pelos nossos silvícolas” está “na própria língua portuguesa falada no Brasil” e “também no domínio do folclore”.

A “contribuição do elemento negro” é explicada no contexto do Segundo Reinado, quando o autor trata da Abolição. É quando dedica um capítulo sucinto ao quilombo dos Palmares sem introduzir explicações inovadoras, quando comparado aos demais autores didáticos. Nota-se no capítulo uma tendência na literatura didática preocupada em assinalar as mazelas da escravidão e os sofrimentos do negro.

Do século XVI em diante, filas e filas de negros escravizados, de pesada cadeia ao pescoço e presos uns aos outros para não fugirem, seguiam rumo da costa,

⁷ O programa de 1940 estipula que o índio deveria ser tratado no que dizia respeito à “etnografia e etnologia do selvagem”. A importância do elemento indígena é sugerida nos programas de 1943 e 1951. O livro didático de Jonathas Serrano apresenta abordagem inovadora posteriormente incorporada ao programa.

marcados a ferro e brasa e sob o chicote dos Tumbeiros. Eram comprados, em geral, a troco de miçangas, de pano da Costa riscado, de cachaça ou de objetos de aço. Eram levados para os presídios (Caconda, Ambaca) e depois embarcados nos principais portos (S. Paulo de Luanda, S. Filipe de Benguela). Atirados no porão de imundos navios, só de vez em quando podiam subir à cobertura para dançar e respirar um pouco de ar puro, que lhes conservasse a vida. Dizimava-os a bexiga, o sarampo, os maus tratos e a fome. Muitos preferiam a morte, jogando-se ao mar. A alguns consumia lentamente a saudade da terra, o Banzo. (SERRANO, 1941, p. 158-159. Grifos do autor)

Ao contrário dos indígenas, considerados “rebeldes e avessos ao trabalho pesado” e tendo a proteção dos jesuítas, “os negros sem proteção legal, eram tratados como animais pelo feitor, sempre disposto a punir de chicote, ou mais cruelmente ainda, qualquer falta cometida. Viviam nas senzalas, amontoados sem higiene nem conforto algum”. (SERRANO, 1941, p. 159).

Na escrita do autor era como se a sociedade contemporânea reconhecesse os erros do passado e idealizasse o presente e o futuro como tempos melhores. Todavia, amenizou a narrativa ao escrever que no Brasil os negros eram “mais feliz ou menos desgraçados que noutros países, inclusive as colônias norte-americanas. Muitas vezes o escravo ou escrava se tornava querido dos senhores e sobretudo das crianças” (SERRANO, 1941, p. 159-161).

Para Resnik (1992) essa “positivação” traduz um movimento de valorização do trabalho, difundido nos livros didáticos no período estadonovista.

Quanto à “contribuição do negro em nosso meio”, o autor assinala uma grande e natural influência: “A afetividade da *Mãe Preta* é um fato comovedor de nossa história doméstica e social” (Idem, p. 163). Como que ilustrando tal assertiva o livro reproduz um quadro de Jean Baptiste Debret — D. Pedro II, ainda na infância, repousa no colo de uma mucama.

Dentre as “qualidades boas ou menos felizes que herdamos dos negros” constava:

As crendices, as superstições, o amor da música e da dança, certa “negligência crioula”, resignação heroica na miséria, concepção fatalista e leviana da vida, imprevidência unida ao trabalho

[...]

São de origem africana o vatapá, os angus, a canjica, a pamonha, as moquecas e outros quitutes; o cateretê, o jongo, a congada e a música de chocalhos e guizos; o transporte em cadeirinha (banguê) ou rede (tipóia). O vocabulário sofreu também a

influência do elemento negro: quilombo, quitanda, mandinga e infinitos outros exemplos. (Idem, p. 163; 164-165)

De fato o tema da influência das “três raças” se fortaleceu na Era Vargas quando o discurso da construção da nação pela “união das raças” é contraposto ao “regionalismo desagregador”.

História do Brasil de Basílio de Magalhães

No capítulo sobre a formação étnica do povo brasileiro, em conformidade com o programa oficial, Basílio de Magalhães considera-a produto da fusão entre o “*xantodérmico*, dono de toda a vasta região e ocupando-a sem solução de continuidade”, o “*leucodérmico*, representado pelo português descobridor e colonizador” e outros europeus, e o “*melanodérmico*, aqui introduzido em avultada quantidade”.

A formação da nossa nacionalidade, resultante do cruzamento de três etnias deveras heterogêneas, caracterizou-se de maneira inexpressiva, permitindo que o nosso maior conhecedor do período colonial – o grande mestre Capistrano de Abreu – viesse a dizer que a vida social não existiu porque não havia sociedade. Esta apreciação, aparentemente paradoxal, corresponde, de fato, à realidade (MAGALHÃES, 1958, p. 211. Grifo no original)

No tópico “Primitivos brasis” Basílio de Magalhães fez constar as origens ameríndias, as classificações, o estado político, social, religioso e cultural dos indígenas brasileiros.

Quanto ao “elemento português”, em poucas páginas elogiosas, define-o como sem preconceito de raça. Tal qualidade teria evitado o “enquistamento étnico, semelhante ao que constitui o mais grave problema da grande república *yankee*” (Idem, p. 42).

Quanto ao “negro africano”, detalha, quando comparado a outros autores didáticos, a introdução dos negros na colônia, seu estado de civilização e o quilombo dos Palmares. Por fim, aposta no “embranquecimento do nosso povo” ao longo do processo evolutivo nacional.

Quanto às contribuições do negro, escrevia que “exerceram significativa influência em todos os setores da nossa evolução” [...] “mais ainda do que o elemento indígena” [...]. “Além disso, a extrema sentimentalidade do brasileiro deve ter sido incrementada pelo farto leite da ‘raça afetiva’, denominação acertadamente dada por Augusto Comte à africana” (Idem, p. 47).

Sobre a introdução dos negros africanos ressalta dois fatores que consideramos importantes, a saber: os jesuítas como contribuidores do aumento da escravidão por condenarem a escravidão indígena: “Note-se que os jesuítas que tão denodadamente defenderam a liberdade dos índios, se aproveitaram do trabalho dos pretos cativos, desde o tempo de Nóbrega”. (Idem, p. 44); e a figura do “bom senhor”, como observou Resnik (1992), quando postulou que a escravidão era mais prejudicial ao branco do que ao negro escravizado.

Fator preponderante da nossa economia até 1888, o elemento negro não deixou de concorrer para a indolência e até para a dissolução moral dos seus escravizadores. Assim, bem considerada ao seu aspecto psicológico e amplo, a escravidão moderna foi mais funesta aos brancos do que aos pretos, porquanto estes formaram para os seus descendentes livres, nas plagas edênicas do Novo-Mundo, um berço e uma civilização, como provavelmente jamais teriam nas míseras cubatas e nos adustos rincões da África. (MAGALHÃES, 1958, p. 47)

Em Basílio de Magalhães a civilização brasileira constitui-se em prolongamento da civilização ibérica conforme detectou Correa Filho (1957). Prolongamento que recebeu o influxo do “novo meio, novas raças e correntes migratórias” tendentes a constituir um organismo cultural emancipado. Desse modo, éramos antes brasileiros, depois americanos, por solidariedade continental.

História do Brasil de Joaquim Silva

Sobre “a formação étnica” Joaquim Silva escrevia que nem todos os degredados enviados de Portugal para a colônia eram criminosos, ladrões ou assassinos: “Naquele tempo condenava-se ao degredo e a outras penas maiores por motivos que hoje nem constituem delitos puníveis, havendo assim, entre os degredados, gente realmente honesta e trabalhadora”. Essa ressalva se justifica pela valorização da raça branca como elemento formador da nacionalidade: “segundo escreve Martius, o grande rio cujos afluentes foram o índio e o africano” (SILVA, 1943, p. 86).

Os indígenas são descritos conforme as origens e classificados em grupos principais e menores. Joaquim Silva reconhecia haver “diferenças de certos costumes entre os diversos grupos ou mesmo entre tribos do mesmo grupo”, mas diz que muitos desses hábitos “eram comuns a todas elas”.

Quanto às influências indígenas dizia “serem notáveis nos costumes e na língua dos brancos”, poucos e esparsos, os portugueses “se deixaram dominar pelos hábitos da terra”, passaram “a imitar os selvagens na rude e livre vida”. (Idem, p. 98; 99).

Sobre “o negro” o tratamento é igualmente colonialista: “da África, terra de escravidão, era possível trazer, aos milhares, pretos que já eram escravizados por seus régulos e que, vindo para o Brasil, trocavam um cativo por outro, aliás, menos desumano que o sofrido na terra natal”. (Idem, p. 101).

Sobre a “influência do negro”, assim como Jonathas Serrano em *Epítome de História do Brasil*, Joaquim Silva deduzia, baseado em “antiga crônica” de Antonil,⁸ que “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles, no Brasil, não é possível fazer, conservar ou aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente”. Além do aporte econômico, a influência do negro poderia ser vista “na constituição do tipo brasileiro, na formação moral, nos usos e costumes, e até na linguagem”.

As credices, as superstições dos pretos, com sua afetividade, refletiram-se na formação de nossa gente que deles herdou “uma certa negligencia crioula, uma resignação heroica para suportar a miséria, uma concepção um pouco fatalista e quiçá leviana da vida, sem grandes preocupações do futuro, o hábito do trabalho sem amor, mas também sem revolta, e, enfim, a melancolia impressa mais na música e na poesia do que no estado de alma habitual do povo”. (SILVA, 1943, p. 102-103)

A conjunção adversativa “mas” serve para reforçar a tese de que, apesar das más heranças herdadas dos negros, a passividade é o elemento qualificativo. Ou seja, se não há resistência não há lugar para narrar os quilombos e revoltas.

Para o autor os castigos infligidos aos escravos referiam-se aos “casos de delitos de assassinio ou outros de notável gravidade”. Em geral “as leis vigentes” e a “índole benévola da maioria dos senhores, inspirados pela religião”, suavizavam o cativo.

Joaquim Silva diferencia “raça” e “etnia”. Dizia não haver, na Europa ou América, povos “dum só tipo comum”, uma só raça, não há uma raça francesa, espanhola, inglesa ou brasileira, mas “povos ou etnias”. O autor previa o embranquecimento da população como consequência da “situação estacionária da raça negra e redução do fator indígena”.

⁸ Crônica do jesuíta André João Antonil em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Lisboa, 1711, capítulo IX: “Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos”.

Considerações finais

Por fim apresentaremos nossas observações finais, relacionando autores e obras que até o momento foram tratados separadamente.

Em *Lições de História do Brasil* Joaquim Manuel de Macedo assinalava que a formação do povo não se referia à questão racial, mas à formação do Estado-Nação imperial. Para ele, progresso e civilização tinham suas fontes nas monarquias, dinastias e Providência Divina. No entanto, conforme Mattos (2000, p. 98), a evidência de alguns temas históricos em *Lições* “cumpria o papel de pôr em destaque três momentos significativos numa trajetória que tinha o seu ponto de chegada no Império consolidado” [...] “a tematização dos indígenas permitia destacar a ausência de História, de um sentido somente adquirido com a chegada do descobridor português, europeu e cristão”.

Em *História do Brasil* de João Ribeiro há uma discussão mais aberta sobre a questão no capítulo “As três raças. A sociedade”. Amparando-se em pressupostos deterministas, darwinistas e evolucionistas, João Ribeiro predizia a miscigenação como maléfica e em pouco tempo os colonos conheceriam o perigo, enfraquecendo-se e corrompendo-se. Mais além, predizia o advento de uma “raça nacional mameluca” como fator de homogeneização do povo-nação.

Em *História do Brasil para o ensino secundário* Rocha Pombo ao reconhecer as três raças como formadoras do povo, descreve a mescla como “amálgama dos elementos mais degradados das três raças”. O autor valorizava os indígenas e suas relações com os portugueses, isso por haverem contribuído para o domínio do território. O indígena seria um agente da colonização, assim como João Ribeiro também dissera. Sobre o negro, Rocha Pombo menciona as manifestações em busca de liberdade e a Lei Áurea como desfecho de uma crise prolongada.

Apesar de figurar nos livros didáticos enquanto sinônimo de “pré-história” ou “ausência de história”, o indígena brasileiro já constava nas narrativas didáticas, por vezes, representado como herdeiro do povo Inca e agente da formação do território.

Já a figuração do negro africano como elemento constitutivo do povo tardaria um pouco mais, mais exatamente depois da Abolição, quando se postulou a integração do ex-escravo à ordem nacional, portanto, com direitos de cidadania. É a partir de então que a “teoria da miscigenação” assume conotação positiva entre os autores didáticos. Tal como von Martius fizera outrora, principiou-se a valorizar a mestiçagem. Todavia, assinalemos, tal valorização será feita gradualmente.

Uma narrativa com tal característica consta em Rocha Pombo. Com efeito, entre os autores aqui analisados, foi ele quem fez constar um capítulo intitulado “Protestos da raça negra. Palmares”⁹.

Nos títulos de Jonathas Serrano a ênfase é mais visível. Com efeito, em *História do Brasil* consta o capítulo “O elemento africano” no qual ressalta a influência na formação do povo brasileiro. Em *Epítome da História do Brasil*, por sua vez, elaborou o capítulo “O elemento negro”.

A valorização integral da miscigenação nas narrativas didáticas aconteceria nos títulos de Basílio de Magalhães e Joaquim Silva. Note-se, também que o programa de ensino de 1943 estipulava como obrigatório o tema das “três raças” e sua fusão nos seguintes termos: “A formação étnica: 1. O elemento branco 2. O indígena brasileiro. 3. O negro. 4. A etnia brasileira”.

No campo historiográfico, desde 1920, o modelo racionalista-evolucionista fundado na definição da raça pela biologia e meio-ambiente era debatido. Trata-se, segundo Lima (1989), da transição do modelo historiográfico pautado na herança do Iluminismo francês para o modelo alemão que levava em conta a interferência da cultura. É quando no Brasil é publicado *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, 1933, um livro tornado “clássico” por inovar os esquemas interpretativos dominantes. Influenciado pelo antropólogo alemão Franz Boas, Gilberto Freyre produziu uma reinterpretação da sociedade brasileira desde o ângulo das relações entre raça, meio e cultura¹⁰. Desse modo, o autor respaldou e divulgou a teoria da “democracia racial” fundada na miscigenação.

No campo político, na chamada Era Vargas e mais explicitamente no Estado Novo, a teoria da miscigenação tornou-se estratégica na empresa de divulgação da ideologia da união das raças em torno da nação. A “teoria da miscigenação” torna-se integrante da ideologia estadonovista.

Alia-se, aos fatores historiográficos e políticos, o movimento educacional da Escola Nova, que buscava, segundo Monarcha (1989), mobilizar ideológica e politicamente as classes sociais, para superar o atraso nacional e ingressar na modernidade.

Um ponto importante na superação do atraso brasileiro para os chamados escolanovistas seria, conforme Monarcha, a produção cultural: “O movimento da Escola Nova

⁹ João Ribeiro elabora um capítulo sobre a “escravidão negra”, mas com ênfase na escravidão e não no “negro” objetivando explicar a “escravidão negra” e a “escravidão vermelha”.

¹⁰ Cf. Lima (1989) e Pesavento (2004).

expressa um amplo programa cultural de largo alcance pedagógico, com a finalidade de *construir a identidade nacional*”. (Idem, p. 19. Grifos do autor).

Haveria, portanto, três esferas da sociedade reelaboradas, a política, a intelectual (historiográfica) e a educacional, de modo a somar forças em prol da construção de uma nação unificada e moderna. A citação a seguir elucida as intenções do movimento e a forma de governo.

O ideário liberal-escolanovista constitui uma estratégia astuciosa de invasão do mundo do trabalho, através de uma via não diretamente repressiva que, entre outras coisas, procurava dissuadir o proletariado urbano de um projeto histórico autônomo, representando-o, no plano das ideias, como agente de um plano histórico previamente traçado. Utilizando-se de uma concepção de história progressista e linear, os sujeitos políticos – as classes sociais – passavam a ser meros agentes da modernidade sob a direção do Estado Administrador. (MONARCHA, 1989, p. 20)

A teoria da miscigenação assumida pela produção historiográfica seria, por assim dizer, chave para a concretização desses objetivos. Essa problemática comparece abertamente nos didáticos de Basílio de Magalhães e Joaquim Silva. Entre as heranças acumuladas pela soma das três raças, estaria a passividade, a ausência de revoltas e a conformação para o trabalho.

Por sua vez, as relações em torno do trabalho constam nas narrativas de Jonathas Serrano, Basílio de Magalhães e Joaquim Silva ao se referirem ao povo. Ao explicar os índios como avessos ao trabalho e os negros como aptos ao trabalho, Jonathas Serrano ressaltava o trabalho produtivo como fator essencial nas relações sociais, isso desde os primórdios da colônia.

Quando Basílio de Magalhães afirma que o Estado Novo preocupava-se em tornar o homem brasileiro intelectualmente apto e fisicamente forte para o trabalho e defesa da pátria, ele explicitava a importância do trabalho produtivo.

Por sua vez, Joaquim Silva, ao postular que entre os portugueses degradados haveria gente honesta e trabalhadora, e ao mesmo tempo, postular a falta de amor ao trabalho por parte dos negros, igualmente reforçava a importância do trabalho para a sociedade em formação.

A narrativa predominante nos livros didáticos dos anos 1930-1940 contribuía para a formação de trabalhadores disciplinados, agentes da modernidade desejada desde os tempos de outrora. As relações amenas e harmônicas entre as raças eram exemplificadas com

frequência pela história do Brasil colônia, pois, ali estariam as origens da identidade do povoação. Contrariamente a interpretação vigente no Brasil na virada do século XIX para o XX, não mais se atribuía a miscigenação a culpa dos males nacionais.

Podemos sintetizar em três momentos as narrativas sobre a formação do povo brasileiro nos livros didáticos de História do Brasil aqui analisados: o primeiro concerne a valorização/reconhecimento do indígena; o segundo, pós-Abolição, a influência do negro na formação do povo e desenvolvimento da economia, todavia, nesse mesmo momento é possível identificar uma desvalorização do índio; o terceiro momento, a valorização da miscigenação entre o branco, o índio e o negro.

Entretanto, lembremo-nos, nos três momentos a teoria do branqueamento e hierarquização das raças se fez presente.

Nos dois momentos iniciais, o embranquecimento da raça não é negado. E mesmo após a valorização da miscigenação na formação da nacionalidade, e, portanto, da constante afirmação de inexistência de preconceitos raciais, o branqueamento não deixou de ser desejado.

De fato, Basílio de Magalhães constatava em sua narrativa o gradual embranquecimento, Joaquim Silva escrevia que a “situação estacionária” da raça negra e a redução numérica do indígena levariam ao embranquecimento como algo natural.

Contudo, esse enquadramento dos autores e dos livros didáticos em momentos distintos é uma construção narrativa, assim como a estruturação dos textos didáticos, no sentido de que a narrativa não é mais do que uma seleção, que objetiva dar sentido ao desenrolar temporal.

A linearidade que apresentamos pode ser rompida, por exemplo, ao observarmos a influência das referências teóricas alemãs, com a sobreposição do culturalismo, tanto em João Ribeiro como em Gilberto Freyre, com sua teoria da democracia racial pela miscigenação. Os dois utilizaram essa influência em análises distintas, dados os respectivos contextos em que estavam inseridos e seus interesses, mas trata-se de uma mesma corrente analítica em circulação no começo do século XX e que reapareceriam trinta anos mais tarde, rompendo com o modelo explicativo que apregoava a evolução progressiva dos acontecimentos.

Outro fator a ser considerado é a coexistência de momentos distintos em um autor didático. Rocha Pombo, por exemplo, demonstra-se atento à problemática do negro no contexto pós-Abolição, no entanto, há uma postura nítida quanto ao pensamento conservador ou colonialista, o que nos permite associá-lo a Joaquim Manuel de Macedo.

No tocante as inovações historiográficas, elas foram tais em João Ribeiro, não sendo possível assemelhá-lo aos demais autores. Do mesmo modo, as inovações introduzidas por Jonathas Serrano na didática da história não tem precedentes.

Basílio de Magalhães apesar de explicar as “três raças” como formadoras do povo recorre a termos próprios do evolucionismo-biológico: “xantodérmico”, “leucodérmico” e “melanodérmico”¹¹. Trata-se de um autor peculiar, pois apesar de escrever e ter sucesso no comércio de didáticos até a década de 1950, seu primeiro livro didático data de 1895, e é do caldo intelectual de final de século XIX que ele produz suas interpretações na década de 1940.

Voltemos agora à questão central. Sobre a concepção de povo nos livros didáticos de História do Brasil, é preciso problematizar qual é a concepção de cidadania e de história formuladas pelos autores e constantes nos títulos didáticos.

Nos primeiros anos da República, o Brasil vivia uma espécie de crise de identidade, conforme Sandes (2000, p. 17-18),

A imperecível paternidade europeia manifestava-se ora como obstáculo na formulação de um ideário próprio, ora como um desejo de universalidade necessário, para que, no confronto com o outro, a nação se encontrasse – ainda que em sua forma híbrida.

A partir de 1930, com o mito da democracia racial, a ideologia vigente nos livros didáticos gira em torno de cidadãos passivos, porém cientes do seu papel histórico na construção do Brasil moderno. Cidadãos viventes em condições sociais radicalmente distintas, mas convivendo de modo pacífico, produtivo e harmonioso e outorgando ao Estado as decisões sobre os futuros rumos da nação. Existia uma plasticidade de democracia racial nos livros didáticos de História do Brasil nesse período que não correspondia à participação efetiva na vida política nacional, não se desdobrava em democratização política, menos ainda, econômico-política.

De outro modo, a democracia racial pós-1930 era um mito que situava o Outro num campo de representações ideológicas e ao mesmo tempo estipulava lugares e funções no corpo social. Esse mito adquire força e visibilidade nos livros didáticos na medida em que o ensino secundário foi deixando de ser socialmente endereçado às elites.

¹¹ Ao afirmar que “a etnia brasileira resultou da fusão de três elementos”, Magalhães (1952, p. 49) apresenta o xantodérmico, representado pelo índio, o leucodérmico pelo branco e o melanodérmico pelo negro. De acordo com o Dicionário Aurélio, xantodérmico é relativo à cor amarela da pele, leucodérmico relativo à perda de melanina na pele e, melanodérmico refere-se ao aumento da quantidade de melanina na pele.

No entanto, antes ou depois de 1930 a cidadania ativa, isto é, a concepção de cidadania que pressupõe não só deveres, mas também o alargamento de direitos sociais e políticos são silenciados nas narrativas didáticas da história do Brasil ao se privilegiar, em conformidade com os programas oficiais de ensino uma história não menos oficial ao se salientar, entre outros, os heróis nacionais.

A concepção de República como governo do povo, gerou a necessidade de formar a população para exercer a cidadania. Aliada à necessidade de formar para a cidadania, era importante construir uma nação, unida e coesa. Notamos que nos títulos analisados o conceito de “povo-nação” vincula-se à figura do Estado tido como elemento crucial da unidade nacional. Para tal, a instrução pública foi ampliada com o objetivo de formar a nação, o povo brasileiro. Como disciplina escolar voltada para esse fim, juntamente com a língua portuguesa e a corografia/geografia do Brasil, estava a História do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- BITTENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GASPARELLO, A. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- HANSEN, P. S. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Acess, 2000.
- LAFER, C. O significado de República. In. *Revista Estudos Históricas*. Vol. 2, N. 4, 1989, p. 214-224.
- LIMA, L. C. *A aguarrás do tempo*. Estudos sobre narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MACEDO, J. M. *Lições de História do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.
- MAGALHÃES, B. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.24, jan. 1845. Transcrito em: SPIX, J.B. & MARTIUS, K. F. P. v. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p.85-107.

- MATTOS, S. R. de. *O Brasil em lições*. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- MONARCHA, C. *A reinvenção da cidade e da multidão*. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1989.
- PESAVENTO, S. J. Negritude, mestiçagem e lusitanismo: o Brasil positivo de Gilberto Freire. In: AXT, G. e SCHULER, F. (Orgs.) *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- RESNIK, L. *Tecendo o amanhã* (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931-1945). Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- RIBEIRO, J. *História do Brasil curso superior*. 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928.
- RIBEIRO, R. R. *Colônia(s) de identidades: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil*. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas.
- ROCHA POMBO, J. F. *História do Brasil para o ensino secundário*. 19. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.
- RODRIGUES, J. H. *História da história do Brasil: a historiografia conservadora*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1988.
- ROMERO, S. Mestiçagem e literatura nacional. Gregório de Matos. In: CANDIDO, A. (Org.) *Silvio Romero*. Teoria, crítica e história literária. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *O Evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1894.
- SANDES, N. F., *A invenção da Nação, entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1871-1830)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERRANO, J. *Epítome de História do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia editores, 1941.
- SEVCENKO, N. L. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural da Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA, J. *História do Brasil para o terceiro ano ginásial*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1943.
- SKIDMORE, T. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ENSINO CRÍTICO DE HISTÓRIA: AS “PENAS” DO ZÉ CARIOCA SOB A PENA DE DISNEY

Lígia Maria CARVALHO¹

ligiasun@yahoo.com

Roseli M. Tristão MACIEL²

roselitristao@yahoo.com.br

RESUMO: Este texto tem por objetivo, não somente analisar as representações sobre o Brasil e os brasileiros, veiculadas pelas Histórias em Quadrinhos do *Zé Carioca*, personagem criada pelos estúdios Disney em 1942 com o intuito de servir aos interesses estadunidenses, mas também aproveitar tais representações, como material de análise, em sala de aula, auxiliando os alunos a perceberem as implicações ideológicas, estereotipadas e preconceituosas que ainda hoje são difundidas acriticamente. A noção de ensino/aprendizagem que orienta este trabalho fundamenta-se nas concepções de aprendizagem significativa, cujos representantes são David Ausubel, Vygotsky e, o brasileiro, Paulo Freire.

PALAVRAS CHAVE: ensino de história; histórias em quadrinhos; Zé Carioca;

ABSTRACT: This paper aims to not only analyze the representations of Brazil and the Brazilians, transmitted by Comic Zé Carioca, a character created by Disney in 1942 with the aim of serving U.S. interests, but also make such representations, for analysis in the classroom, helping students to understand the ideological implications, stereotypes and prejudices that are still widespread uncritically. The notion of teaching and learning that guides this work is based on the concepts of meaningful learning, whose representatives are David Ausubel, Vygotsky and the Brazilian, Paulo Freire.

KEYWORDS: teaching of history, comics, Zé Carioca;

Uma educação que dá pena e apena o aluno

Iniciamos o presente trabalho fazendo algumas breves considerações sobre a atual situação da educação básica no país. As reformulações legais, implantadas na década de 1990 e direcionadas ao ensino de História não trouxeram mudanças significativas, a não ser, nas

¹ Universidade Estadual de Goiás – UEG. Mestrado em História.

² Universidade estadual de Goiás – UEG. Doutoranda pela UFRJ.

terminologias. O mesmo continua sendo conservador, linear e acrítico. Ensino que veicula idéias de que os sistemas sociais, do passado, tanto quanto do presente, são estabelecidos a partir de uma ordem e “evolução” dadas naturalmente e pela ação de uns poucos sujeitos que se destacam dos demais. Essa visão colabora para que os discentes aceitem a estrutura do atual sistema político e sócio-econômico de forma passiva e enquanto colaboradores diretos para sua manutenção.

As determinações dos conteúdos, temas e métodos para o ensino de História estão prescritos na LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacional) de História. Embora aparentemente, fundamentados pelas abordagens da historiografia recente, com propostas inovadoras de análise temporal, diversidade temática e documental, percebe-se facilmente tratar-se de um discurso que traveste, com nova indumentária, uma antiga estrutura de ensino, conservadora e autoritária. Os textos destas leis estão embasados, principalmente, pelas abordagens teóricas pós-modernas e são carregados de valores e modismos conceituais como, por exemplo, o conceito “desconstrução”. Mas, a questão é: estão desconstruindo para reconstruir o que?

Entretanto, mesmo com tantas amarras, há uma proposta bastante atual que visa tornar o ensino mais significativo e participativo, permitindo ao aluno, integrar outros conhecimentos, adquiridos extramuros da escola, aos conteúdos ensinados no ensino formal. Nesse sentido, há uma tendência que visa configurar tal ensino, sobretudo o de História, de uma maneira mais analítica, mais crítica, tendo como ponto de partida o “retorno às fontes”.

Importante se faz, para o ensino de História, uma didática que considere: a análise de documentos; da historiografia; da bibliografia; da literatura, dentre outros. Ensino este, cujo objetivo precípua seria o de oferecer aos alunos, os subsídios necessários para perceberem que qualquer produção humana é criada ou produzida com um propósito, portanto, passíveis de encobrir, mascarar ou ocultar um, ou vários, aspectos da realidade histórica presente ou passada.

É notória, portanto, a necessidade de fazer com que os alunos compreendam a importância do conhecimento histórico, uma vez que este lhes permite perceber as estruturas de poder subjacentes à estrutura social, quer seja no presente ou em épocas passadas. De igual modo, é necessário que os alunos saibam que, mesmo sob a mais densa opressão, sempre existiu, em todos os tempos, pessoas e grupos que resistiram e lutaram por mudanças, pois, as mudanças são possíveis. Sendo assim, fica mais fácil enxergar a realidade presente como sendo histórica e, portanto, passível de transformação. Dito de outra forma é fundamental

contextualizar e desnaturalizar a organização social, econômica e política em que os alunos vivem.

Sob esta perspectiva observamos, com ansiedade, o quanto ainda deve ser feito, porque, o conhecimento da História, como qualquer outro conhecimento, só tem sentido para os alunos quando está relacionado às suas necessidades reais e presentes (VYGOTSKY, 1993).

O tradicional conhecimento enciclopédico e decorativo não consegue ser atraente para crianças e jovens que são, normalmente, curiosos e dinâmicos. Além de que, a cada milésimo de segundo são despejadas, sobre os alunos, “toneladas” de informações dos mais variados tipos, e o que é pior, aleatória e acriticamente sem qualquer tipo de ressalva.

Atualmente, portanto, o grande desafio do ensino de História tem sido o de despertar o interesse dos estudantes, tornando os dias hodiernos compreensíveis através das lentes do passado. O presente não pode estar dissociado de sua herança e isto implica estar contextualizado tanto nos níveis regional, nacional quanto mundial. Esta deve ser a preocupação fundamental do professor na escolha dos conteúdos e das metodologias que lhe sejam favoráveis.

Essa discussão, aliás, não é nova. Desde a década de 1980 que os currículos escolares foram reformulados, passando por uma mudança crítica considerada necessária, por várias razões, dentre as quais, interessa aqui, as dificuldades enfrentadas pelos professores em relação às questões de conteúdo e métodos de ensino (CABRINI, 1986).

O resultado de tais mudanças trouxe uma inovação em relação ao método de ensino, simultânea a introdução de tecnologias. A pesar disso, o ensino de história ainda continua sendo bastante tradicional. Isto pode ser explicado pelo fato de que a maioria dos professores não consegue diferenciar método de técnicas de ensino.

Em relação ao que foi citado no parágrafo anterior, Circe Bittencourt alerta sobre a complexidade que envolve a questão do método de ensino. Para a autora, “é preciso entender que métodos e conteúdos se constroem historicamente e fazem parte de uma produção escolar sedimentada e incorporada pela sociedade” (BITTENCOURT, 2004, 229).

Reconhecendo a importância dessa observação, propomos a utilização dos gibis como fonte documental e didática para o estudo das representações sociais e dos princípios metodológicos de pesquisa no ensino de História. É importante ressaltar que todo método de ensino relaciona-se a uma concepção de educação, de ensino/aprendizagem, bem como, das relações entre os sujeitos do conhecimento, quais sejam, professor e aluno.

Como representação social, utilizamos o conceito do psicólogo Serge Moscovici para quem:

“as sobre as representações sociais [...] constituem um corpo organizado de conhecimentos bem como uma das atividades psíquicas pelas quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, inserem-se em um grupo ou estabelecem uma relação cotidiana de trocas e comunicação” (MOSCOVICI, apud BITTENCOURT, 2004, 236)

Sobre o conceito de representação social, Circe ainda acrescenta que o mesmo deve ser entendido como uma modalidade particular de conhecimento e que o termo designa, ao mesmo tempo, o produto, o processo, os conteúdos ou “*corpus* de conhecimento” e os mecanismos de constituição e funcionamento do produto (idem, 236).

Sendo assim, consideramos que a grande finalidade da educação é a de possibilitar, aos educandos, a percepção da realidade concreta, a captação de sua dinâmica e a explicitação das pautas que hierarquizam as formas do convívio social, as relações de poder, de dominação e de exclusão, no mundo. Dito de outro modo, a tarefa educacional é a compreensão de realidades, quer sejam físicas, químicas, geográficas, biológicas, sociais, culturais, econômicas, políticas, dentre outras.

Assim, diante de tal desafio, nos propusemos a valorizar a aprendizagem, buscando em outras formas de linguagens, algumas possibilidades que nos facilitassem o ensino de conteúdos. Não temos a pretensão de elucidar uma metodologia, nem mesmo de sugerir um método, o que queremos é oferecer uma opção para incentivar novas tentativas, algo que torne as aulas de História mais atrativas.

Assim, decidimos lidar com as histórias em quadrinhos criadas pelo complexo *Disney* de produções, as do *Zé Carioca*. Todavia, é preciso confessar que a referida proposta, principalmente a destinada a subsidiar o presente trabalho, ainda se encontra em fase experimental e temos a consciência de que ainda há um longo caminho a percorrer.

“Dos delitos e das ‘penas’”

Como dissemos anteriormente, não é possível ensinar História sem *linkar* o presente ao passado, nem, tampouco, deixar de contextualizar o objeto de estudo e o tema. Assim, organizamos a análise da personagem, anteriormente mencionada, tendo em vista o

encadeamento de circunstâncias que propiciaram sua criação e difusão, bem como as apropriações interpretativas que fizemos dela. Isto nos leva a algumas questões antecedentes...

Em primeiro lugar, devemos observar que é deveras sintomática a constatação de como a *Indústria do Entretenimento*³ cria, divulga e perpetua estereótipos e preconceitos. Mais sintomático ainda, é identificar que tal indústria tenha seu *avatar* na Norte América... Só para se ter uma idéia, “os EUA detêm 25% do mercado mundial de filmes e um terço das vendas do mercado fonográfico mundial”⁴, isso sem contar com os jogos eletrônicos, os parques temáticos e o grande mercado das Histórias em Quadrinhos que também movimentam toda uma parafernália de artigos de consumo. Diga-se, de passagem, a enorme influência que as HQs têm exercido nos roteiros e temas dos filmes *blockbusters*.

Sempre oportunistas, os estadunidenses, desde há muito, vêm se utilizando desses recursos midiáticos para colonizar povos por intermédio da imposição de sua cultura⁵... E o

³ Após a Revolução Industrial, que sedimentou as bases do Capitalismo, surgiu a denominada *Indústria de Massa* para designar a produção de bens destinados ao consumo da população, caso em que se viu alienada dos meios de produção.

Com Adorno e Horkheimer, criou-se uma nova nomenclatura: *Indústria Cultural*, com a finalidade açambarcar as questões da reprodutibilidade capitalista até mesmo nas artes, sobretudo, na fotografia e no cinema. A arte acabou por se tornar uma mercadoria, também sujeita aos interesses de produção/reprodução e, uma vez perdido o caráter de originalidade e unicidade, se colocou a serviço do consumo/prazer/lazer massificado, tendo como veículo de persuasão os meios de comunicação. Portanto, os bens artísticos tiveram seu “valor” definido pelo público ao qual estava destinado.

Com essa massificação e banalização das expressões artísticas e culturais, em que a sociedade consumidora passou a ser seduzida pela propaganda (a fada madrinha que oferece uma felicidade imediata), criou-se uma nova denominação: *Indústria do Entretenimento*. Este termo tem servido para evidenciar uma marcante alteração: a antiga alienação das massas “progrediu” para a infantilização do público. Reduzido à condição de mero espectador, esse público se tornou passivo, não se importando quem tenha as rédeas e o controle, desde que seus próprios desejos de consumo sejam satisfeitos.

⁴ Artigo postado na rede por *Veja.com* no endereço eletrônico: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/conheca_pais/eua/contexto_cultura.html (acessado dia 31/05/2011 às 16 horas:20min).

⁵ Desde que a arte se sujeitou ao gosto e ao bolso do consumidor, a indústria do entretenimento fincou seus tentáculos na cultura popular porque visava atingir extratos sociais ainda intocados. Se à época dos românticos as manifestações populares ganharam tal proeminência que forneceram o substrato para a legitimação das nacionalidades, na “Idade do Capital” o folclore se desvaneceu e cedeu espaço aos projetos nacionalistas que objetivassem o alinhamento do país à corrida pela industrialização.

Assim, para que tal política obtivesse sucesso, urgia promover uma mudança de mentalidade e de comportamento, que favorecesse a implantação da doutrina do trabalho como ideal e norma de conduta. Nesse contexto de moralização e valorização da virtude, cria-se, principalmente nas HQs, uma plêiade de personagens cuja comicidade, aventura, ingenuidade, parvoíce ou esperteza, mal disfarçavam as intenções propedêuticas, ou seja, mal ocultavam o propósito disciplinador que os utilizava como reforço para propiciar a aquisição ou rejeição de comportamentos ideais.

No caso brasileiro, DANTAS (2003) comenta que o alinhamento do país à política de industrialização teve início e ganhou corpo nas décadas de 1930 e 1940, e que as ações disciplinadoras ensejadas pelo Estado varguista visavam obter dois resultados: pretendiam valorizar a ideologia do trabalho e detrair a prática da malandragem. Nesse sentido, o referido autor esclarece que a pretendida construção social vicejou calorosos debates sobre o “caráter mestiço” dos brasileiros que, se por um lado alguns louvavam a diversidade étnica que originara uma singularidade cultural, por outro lado, o mesmo argumento servia para apontar a “debilidade civilizacional” desse povo mestiço que se mostrava avesso ao “espírito moderno do trabalho”. Surgia, assim, a malandragem como expressão da resistência às pressões do Estado, o que lhe valeu a atribuição de um caráter marginal.

pior, é que, mesmo os estrangeiros são cooptados, passando a reproduzir os estereótipos criados pelo poder dominante. Exemplo recente disto é a animação *Rio*, dirigida pelo brasileiro Carlos Saldanha⁶ que, mesmo remodelando a temática, permanece repetindo antigos preconceitos já nitidamente observados em Disney desde 1942 com o filme: *Alô Amigos (Saludos Amigos!)*

Sobre o referido filme, há algumas situações “por trás das câmaras” muito interessantes. Ele inaugurou um profícuo acordo entre Disney e o Tio Sam, caso em que, estando livre da falência, o desenhista poderia melhor exercer o cargo de “Embaixador da Boa Vontade”, a saber, o cargo de promotor da cultura estadunidense com o consequente aumento da área de influência dos EUA sobre a política e o comércio dos países centro e sul americanos. Este cômodo arranjo também proporcionou a Walt a possibilidade de expandir sua atuação como informante do FBI (MARC ELLIOT, 1995).

Assim, em 1941, fornidos os bolsos com cem mil dólares concedidos pelo governo para a realização de dois filmes (lembremo-nos de que nesse momento o país se preparava para entrar na Guerra), Disney passeou, pelas Américas na companhia da família e de uma equipe de artistas, que saiu à cata de material e, dessa viagem, nasceu o *Zé Carioca*.

“Tenha pena de quem tem pena”

Por intermédio de conceitos contrastantes, tanto as histórias em quadrinhos quanto os filmes produzidos pelos estúdios Disney, mostravam uma imagem positivada dos EUA, em detrimento de uma negativada do Brasil e sua gente. Enquanto os Estados Unidos da América apareciam como sendo um país desenvolvido economicamente corretamente alicerçado nos pressupostos do Estado Liberal e guardião da moral e dos valores da religião protestante, o Brasil era retratado como um lugar luxuriante porém, infelizmente, habitado por ineptos!

⁶ Animação gráfica da Twenth Century Fox Animation, lançada no Brasil no dia 08 de abril de 2011, mostra o olhar de um brasileiro que se “estrangeirou” de tal modo que acabou assimilando os (pré)conceitos cristalizados pelas lentes Norte Americanas... O filme conta a história de uma preciosa arara azul que é contrabandeada para os EUA ainda filhote e que, ao cair do caminhão que a conduzia, só conseguiu sobreviver graças aos cuidados de uma carinhosa garotinha. Criada como mascote, assimila os (maus) hábitos dos humanos sem nunca ter aprendido voar. Sendo único macho restante da espécie, é trazido ao Brasil para cruzar com uma recém encontrada fêmea temperamental... Aí começam os problemas: é novamente seqüestrado por contrabandistas (no caso, um garotinho mulato sem teto e sem família); fica prisioneiro de um negro e um mestiço gorducho (que é ainda mais tolo e trapalhão); é ameaçado por uma gang de micos ladrões e por aí vai...

Conquanto utilize computação gráfica de ponta e aborde questões atualíssimas como, por exemplo, o tráfico ilegal de animais, ainda continua reduzindo os brasileiros: a uma horda sem caráter (incluindo os animais); a eternos irresponsáveis viciados em futebol e carnaval; de sensualidade exacerbada (sobretudo as mulheres); indolentes, corruptos e incapazes de administrar a exuberante riqueza natural com a qual Deus os dotou. E, como agravante, personificou, na pele de negros e mulatos, todos os envolvidos em atividades ilegais...

Gente trapaceira, desordeira e indolente. Negros e mulatos que, por pura “alergia ao trabalho”, preferiam viver em miseráveis barracos dependurados nos morros...

Tal confrontação é gritante quando se observa as representações do Loro vivendo “Morro do Papagaio” ou mesmo em uma casa financiada pelo BNH na “Vila Xurupita” (que, diga-se de passagem, jamais conseguiu quitar...) e dos outros personagens Dsiney, a saber, os legítimos norte americanos habitantes de *Patópolis*. Mickey Mouse, Pato Donald e Tio Patinhas – com os seus respectivos primos e sobrinhos – são retratados como sendo simpáticos, trabalhadores, inteligentes, industriais, poupadores e espontâneos. Devido a essas boas qualidades, habitam em uma cidade limpa e atraente, lugar onde a ordem prevalece, uma vez que os infratores são sempre capturados e devidamente punidos. Ainda que tal cidade sofra com a investida de criminosos (os não zoomorfizados irmãos Metralha e Mancha Negra) e de forças ocultas (encarnadas pelas malévolas: Maga Patológica e Madame Min) a cidade permanece como um baluarte, porque, sempre pode contar com os super defensores, ainda que sejam os atrapalhados Morcego Vermelho e o Super Pateta!

Na verdade, a cidade de *Patópolis* é o retrato dos Estados Unidos do *Welfare State*, ou seja, do país harmonioso e ordenado, formado por uma sociedade branca, anglossaxônica e desenvolvida: o lugar perfeito, para germinar uma sociedade classista e excludente, tal qual a “cidade governada pelos patos” onde o mais rico deles controla as atividades de todos... Nessa sociedade de patos brancos e de classe média, não há lugar para personagens negras, ou índias, ou imigrantes e, quando aparecem, geralmente são apresentadas de maneira depreciativa.

Atualmente, conquanto a produção cinematográfica e de HQs esteja tentando se adequar às novas exigências da sociedade, nas histórias mais antigas, percebe-se, o modelo machista e autoritário, com o predomínio de personagens masculinas em detrimento das personagens femininas. Elas são retratadas, quase sempre, como sendo fúteis, consumistas e ciumentas, muito embora possuam um ar de pureza e meiguice submissa. É claro que há exceções, como por exemplo, as bruxas, acima citadas, e as latinas, como a Rosinha namorada do Carioca, caso em que, ou são marginais ou são sensuais e temperamentais.

Diante do exposto, pode-se perceber que o Zé Carioca (Joe Carioca para os gringos) foi o resultado dessa visão de mundo estadunidense. Brasileiro da cidade do Rio de Janeiro é um malandro, boa-praça. Vestido com terno, chapéu e gravata, usa um guarda-chuva ao invés de bengala. Aprecia o batuque e a cachaça e fuma um charuto – vejam só – cubano! Na película: *Alô Amigos!*, em que o Carioca aparece pela primeira vez, contracenou com o

Pato Donald, um turista todo “certinho”, porém, irritadiço porque não consegue acompanhar a malemolência do papagaio nem os costumes da terra...

Em 1945 é lançado o segundo filme que por aqui recebeu o título de *Você já foi à Bahia?* (*The Three Caballeros*). Nele celebrava-se a amizade entre três personagens representantes de seus países, a saber, o Pato Donald (EUA), o Zé Carioca (Brasil) e o estreante Panchito, o galinho mexicano. Quanto à aparência das personagens, foram mantidas as características do filme anterior. A inovação veio tanto na utilização de atores humanos contracenando com figuras animadas, quanto na inclusão de uma sensualidade exacerbada, principalmente no que diz respeito ao Donald.

Marc Eliot (idem: 223-224) esclarece que eram nas histórias para o Donald que Walt dava voz à sua própria personalidade conflitiosa. O pato “desinibido e “sexualmente provocante e libidinoso” que se vê na tela, na verdade é “a exteriorização das emoções íntimas” do desenhista.

Realmente, o passeio que os três amigos fazem nas praias de Acapulco e a visão das garotas mexicanas, em trajes de banho, deixam o pato excitadíssimo, levando-o à loucura. Mas, a loucura do marinheiro não se limita apenas aos estímulos hormonais, ela também está presente nas imagens psicodélicas que invadem a tela e deformam o bem comportado traço de Disney. Situações estranhas, porque, segundo o código ético que regia qualquer produção que levasse a assinatura Disney, era vedada a exposição da sexualidade e a alusão ao uso de drogas.

Assim, com o sucesso dos filmes, a transposição da telona para o papel acabou sendo uma consequência natural. Inicialmente apresentado em tiras nos jornais semanais, mais tarde, o papagaio ganhou espaço nas revistas em quadrinhos protagonizadas pelo Donald. No Brasil, o Zé ganhou revista própria. A partir de 1961 a Editora Abril começou a publicar, regularmente, as revistas do Carioca em alternância com as do Donald. Mas, como nem sempre havia material suficiente enviado dos EUA para compor as edições, abriu-se a oportunidade para a utilização de artistas, narrativas e dos cenários nacionais.

Entretanto, é necessário dizer que, mesmo com a interferência desses artistas nacionais na forma e no traçado do Zé, inserindo novas personagens e um repertório de roteiros criativos, roteiros estes, sempre conectados com o contexto da época, ainda sim, foram obrigados a preservar as características psíquicas e morais do papagaio. É provável que essa contradição tenha sido, justamente, o motivo do caráter subversivo do Zé e, como o gênero *funny-animal* se presta à crítica social e à sátira política, as histórias do Carioca foram recheadas de zombarias sobre as chagas nacionais.

Seria interessante estabelecer aqui um contraponto. Uma das primeiras interpretações e críticas direcionadas ao gênero *funny-animals* - enquanto artigo de consumo produzido pela indústria cultural – saiu da lavra do grupo conhecido como: “grupo chileno de análises de comunicação”, composto, dentre outros, por nomes como Armand Mattelart, Ariel Dorfman, Santiago Funes e Manuel Jofré (DORFMAN e JOFRÉ, 1978). Fundamentados em uma concepção marxista dogmática, muito difundida à época, optaram por naturalizar as realidades sociais, relegando as “massas”, à simples condição de espectadoras passivas e alienadas, aqui no caso, os leitores.

Sendo assim, estes renomados pesquisadores, dirigiam suas reflexões críticas sobre as personagens Disney, levando em consideração o fato de que: “Os animais... toleram as vicissitudes da história e não pertencem nem à direita nem à esquerda, são pintados para representar este mundo sem a poluição dos esquemas sócio-econômicos” (DORFMAN E MATTELART, 2010:16) e tal qual a realidade representada pelo animal antropomorfizado correspondia à alienação do leitor.

Contrariamente à interpretação do grupo chileno, Eloísio Santos, considera o tipo *Funny-animals* um meio para se interagir com o leitor, retirando-o da passividade. Sob tal perspectiva, por mais ingênuo e apático que esse leitor seja, ele é capaz de compreender o contexto da caricaturização e se reconhecer em algumas situações. Isto acontece porque o *Funny-animals* é um gênero de narração que utiliza bichos falantes e inteligentes com a intenção de representar o ser humano com todas as suas qualidades e defeitos, com tudo o que possui de bom ou ruim.

Ao retirar deles, portanto, a sua característica natural e instintiva, tornam-se caricaturas das pessoas, fazendo valer o lado tragicômico da vida. Daí, o referido gênero fazer uma paródia ao homem, pois, imita suas atitudes e reproduz suas idéias. A verossimilhança entre homem e personagem produz empatia porque é o homem disfarçado de bicho e isso abre possibilidades ilimitadas à fantasia (SANTOS, 2002, p. 76-77).

O papagaio hibridizado é o vivo exemplo disto. Nascido *Joe Carioca*, ganhou nome, gíngua e sotaque brasileiro. Na verdade, ganhou um sotaque paulista (já que foi um paulista e não um carioca que lhe emprestou a voz)! Driblou, não somente em campo – enquanto jogador da Vila Xurupita Futebol Clube – mas também fora dele, enquanto desordeiro que curtia com a “cara” dos militares nos idos da repressão militar... De igual modo, inovou na introdução de uma geografia nacional, recheada de paisagens e cenas do Rio de Janeiro, dando ao espaço retratado uma dimensão de cartão postal.

É importante ressaltar que, mesmo com todas as restrições impostas pelo “patrão” estadunidense, os artistas criaram verdadeiras poesias visuais ao desenhar os casebres dependurados no Morro do Papagaio, numa alusão à desigualdade social que empurrava as populações desprovidas de recursos para as faldas do morro. O *loro* também brincou com a inadimplência provocada pela crise econômica em que a inflação carcomia os salários (criaram até a ANACOZECA – Associação Nacional dos Cobradores do Zé Carioca!). Quando o verdinho deixou o morro para morar na vila (a Vila Xurupita), fez caçoadas sobre o Sistema Financeiro da Habitação que levava à penúria o cidadão que financiava sua moradia pelo BNH (Banco Nacional de Habitação). Nem mesmo os festivais de música popular e a repressão policial foram poupados.

Mas, a gaiatice do Zé transcendeu a si próprio. Se por um lado o papagaio debochou de tudo e de todos, por outro reforçou e veiculou as ideologias e práticas racistas subjacentes às relações sociais no Brasil. Para van Dijk (2008) “o racismo não é inato”, é “aprendido”. É um processo de aquisição de ideologias e práticas intermediadas pelas várias formas de discurso. Em outras palavras, “a maioria dos membros dos grupos dominantes aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala [que recebem] numa ampla variedade de eventos comunicativos” (idem: 15). A pessoa tem uma margem de liberdade para fazer escolhas inclusive a de não ser racista – mas, tais escolhas são feitas de acordo com a qualidade e a variedade de informações que recebe.

Diante disto, perguntamos: que melhor lugar haveria para propagar o racismo de forma “natural” e “inocente” do que em uma história em quadrinhos? Suas possibilidades disseminadoras de distorções são ilimitadas, pois, sendo considerado um tipo de literatura sem prestígio, não é levado a sério. Alguns acreditam serem inofensivos os quadrinhos dirigidos ao público infantil. A simplificação visual e da linguagem facilita - até para os pouco letrados - uma identificação do leitor com a personagem.

De certa forma, mesmo com toda controvérsia da qual se reveste a personagem, nesses quase 70 anos de existência, o Zé vem reproduzido o olhar do estrangeiro lançado sobre o Brasil e os brasileiros. Mais especificamente, tem refletido o olhar cristalizado dos gringos, sobre nós. Isto acontece sob a forma de naturalização da “superioridade branca”.

Procedendo a uma análise mais minuciosa, observamos que, nas HQs, a estereotipia do branco dominante aparece sob a forma de riqueza e postura orgulhosa. Rocha Vaz o empresário multimilionário “quase sogro” do Zé, o detesta veementemente. A tal ponto chega sua aversão à preguiça e às atitudes ladinas do Carioca, que vive para arquitetar os mais mirabolantes planos para livrar sua filha do verdinho!

Companheiro ódio ao papagaio, o Zé Galo reforça o time dos descontentes. De tipo atlético e viril constantemente quer sovar o concorrente ao coração da Rosinha.

No que concerne ao “ideal de branquidade”, quanto mais afastado do fenótipo do branco, tanto mais idiota, servil e bestializado é. No caso dos amigos há um abrandamento na caracterização dos personagens (são simplórios, crédulos, generosos e mesmo trapaceados permanecem fiéis), mas, no caso dos inimigos é animalização⁷ pura. O Nestor, negro como piche, faz o trabalho pesado e o Pedrão, um mulato enorme, se safa!

Outro discurso antigo que se incorporou, foi o da mulata hipersensualizada e da latina ciumenta e temperamental. Rosinha, a namorada, em versões mais atualizadas, ganha o biótipo da mulata “boazuda” e por aí vai...

Quando alguém (com penas de papel e sangue de tinta) consegue criar um universo imagético que transcende a si próprio e ao tempo, convém que receba uma atenção mais acurada, pois, até mesmo os paradoxos podem se transformar em fontes de pesquisa.

Conclusão

Tentamos, com este breve trabalho, oferecer outra possibilidade de se estudar e ensinar história de forma crítica. Como tentamos demonstrar, são inúmeras as metáforas visuais, conceituais e linguísticas disseminadas pelas Histórias em Quadrinhos veiculadoras de uma imagem social negativada. No entanto, acreditamos ser possível o ensino crítico de História, por intermédio do método dialético, trabalhar essa questão de forma a construir um conhecimento que leve a percepção da realidade concreta a partir da construção metafórica presente nos gibis. Dito de outra forma, é possível o confronto entre as duas visões: a real (manifestada no mundo socialmente percebido) *versus* a representação construída, ideologizada e difundida pelas HQs.

Parafraseando Marc Ferro, “é possível ministrar a melhor aula de História utilizando o pior dos livros didáticos”. Embora acreditemos que o autor, propositadamente, exagera querendo chamar a atenção para o perigo de enxergar o livro didático como sendo um instrumento pedagógico ultrapassado ou a serviço das relações de poder vigentes, dentre outros. Certamente que o autor leva em consideração que, o livros didático, é antes de mais

⁷ Em: “Futebol não tem lógica”, republicada em 2008, mostra um jogador de futebol do time adversário como com as feições de uma moréia. O negrume da pele combina com a extrema agressividade, dando-lhe caráter e forma animalescas.

nada, uma mercadoria cuja produção está submetida a interesses vários: econômicos, políticos, ideológicos e culturais e que pode conter informações anacrônicas, imprecisas e carregadas de preconceito que mascaram a realidade tornando o conhecimento histórico alienante. Porém, ele pretende chamar a atenção para o fato de que a análise deste livro didático, em sala de aula, é uma fonte privilegiada de ensino e pesquisa, que permitirá a desconstrução desse conteúdo historicamente inadequado e sua reconstrução pautada na realidade perceptível.

Da mesma forma, consideramos que as Histórias em Quadrinhos, ainda que pouco aceita e utilizada pedagogicamente, em razão, principalmente, de todos os “senões” anteriormente explicados, é sim um excelente recurso didático, pedagógico para o ensino crítico de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, in, LIMA, L. C. (org.). *Teoria da cultura de massa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CABRINE, Conceição et ali. *O ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASTRO, R. *Carmen: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DeFLEUR, M. L. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- DIJK, T. A (org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DORFMAN, A. e JOFRÉ, M. *Super-Homem e seus amigos do peito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DORFMAN, A. e MATTELART, A. *Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- EISNER, W. *Quadrinhos e arte seqüencial*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ELIOT, M. *Walt Disney: o príncipe sombrio de Hollywood*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONÇALO JÚNIOR. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- História Viva*. a. III, n. 30, São Paulo, Duetto, abr/2006.
- História Viva*. a. IV, n. 43, São Paulo, Duetto, mai/2007.
- ISTOÉ*. a. 7, n. 354, São Paulo, Caminho Editorial, out/1983.
- JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- JONES, G. *Homens do amanhã: geeks, gangsters e o nascimento dos gibis*. São Paulo: Conrad, 2006.
- LIMA, L. C. (org.). *Teoria da cultura de massa*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- MARTIN, P. *A história de Walt Disney*. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1960.
- MARTINS, J. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- McCLOUD, S. *Reinventando os quadrinhos: como a imaginação e a tecnologia vêm revolucionando essa forma de arte*. São Paulo: M Books do Brasil Editora, 2006.
- McCLOUD, S. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M.Books, 2005.
- MUANIS, F. *Imagem, cinema e quadrinhos: linguagens e discursos de cotidiano*. Disponível em: http://www.eca.usp.br/caligrama/n_4/05_FelipeMuanis.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2010, às 19horas:15minutos.
- PADRÓS, E. S; RIBEIRO, L.D; & VAN GORKON, C. (org.) *Contrapontos – Ensaios de História Imediata*. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.
- PATATI, C. e BRAGA, F. *Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006
- QUELLA-GUYOT, D. *A história em quadrinhos*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- RAMA, A. *et. alli. Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SANTAELLA, L., e NÖTH, W. *Imagem, cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- SANTOS, R. E. dos. *Para reler os quadrinhos Disney: linguagem, evolução e análise de HQs*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- VOVELLE, M. *Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- Zé Carioca*, n. 2320, São Paulo: Abril, 2008.

AS IDEIAS DE OBJETIVIDADE E VERDADE SOBRE O PASSADO PRESENTE NO PENSAMENTO HISTÓRICO DOS JOVENS A PARTIR DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Marcelo FRONZA¹

fronzam34@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho procurou verificar como os jovens estudantes brasileiros de duas escolas — uma pública, outra particular — de ensino médio compreendem as ideias de objetividade e verdade a partir das histórias em quadrinhos. Para isso, foram abordadas as investigações sobre objetividade histórica por meio das investigações de Peter Lee e Rosalyn Ashby (LEE e ASHBY, 2000; LEE, 2006) e Isabel Barca (2000) e as considerações teóricas de filósofos da História (DRAY, 1969, 1980, WALSH, 1979; BEHAN McCULLAGH, 1984, 1998, MARTIN, 1989, 1993; RÜSEN, 2001). Utilizando um instrumento de pesquisa foram usados fragmentos de duas histórias em quadrinhos sobre a Independência do Brasil, as quais foram postas em confronto (DINIZ, EDER, 2008, p. 41-45 e PAIVA, SCHWARCZ, 1995, p. 5-9). Portanto, procurou-se verificar se estes jovens utilizam ideias de objetividade histórica quando estão em contato com as narrativas históricas gráficas e se isso ajudar a desenvolver o pensamento histórico objetivo desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Histórica, Objetividade e verdade históricas, Histórias em quadrinhos

ABSTRACT: This paper examined how Brazilian young students from two schools - one public, one private - from high school understand the ideas of objectivity and truth from the comic books. Thus, we addressed the investigations into the historical objectivity of investigations by Peter Lee and Rosalyn Ashby (LEE, and ASHBY, 2000; LEE, 2006) and Isabel Barca (2000) and theoretical considerations of philosophers of history (DRAY, 1969, 1980 WALSH, 1979; BEHAN MCCULLAGH, 1984, 1998, MARTIN, 1989, 1993, RÜSEN, 2001). Using a research instrument it were used fragments of two historical comic books about Brazil's Independence Day (DINIZ, EDER, 2008, p. 41-45 and PAIVA, SCHWARCZ,

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná pertencente ao Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH-UFPR) e bolsista CAPES – Proc. nº 0379/11-5. Capes Foundation, Ministry of Education of Brazil, Box Code 250, Code 70040-020, Brasília – DF, Brazil. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt. Estágio PDEE/CAPES realizado em Kulturwissenschaftliches Institut (Institute For Advanced Study in the Humanities) – Essen. Co-orientador: Prof. Dr. Jörn Rüsen.

1995, p. 5 - 9) which were brought into confrontation. Therefore, one tried to see if these youngsters use the ideas of historical objectivity when they are in contact with the clash between historical graphic narratives and if this can help to develop objective historical thinking of these individuals.

KEYWORDS: History Education, Historical Truth and Objectivity, Historical Comic Books

Introdução

Tendo como objetivo investigar como as histórias em quadrinhos propiciam uma relação com o conhecimento histórico e a maneira pela qual os jovens estudantes brasileiros de ensino médio vêem a objetividade e a verdade históricas, busquei compreender como as pesquisas desenvolvidas na Educação Histórica estão se apropriando destes artefatos culturais para entender como o passado está presente nas ideias históricas destes sujeitos.

Para isso, dialoga-se aqui com as investigações dos historiadores ingleses Peter Lee e Rosalyn Ashby (2000) e Lee (2006) que se apropriaram de histórias em quadrinhos, as quais são compreendidas por eles como “relatos” e evidências que permitem a apreensão de algumas ideias de segunda ordem relativas a como as crianças e os jovens estudantes ingleses compreendem o passado. Esses historiadores trazem uma abordagem distinta das histórias em quadrinhos, pois em suas investigações não aborda os conceitos relativos à natureza da linguagem destes artefatos culturais. Ao contrário, os quadrinhos utilizados foram construídos especialmente para a pesquisa que desenvolveu. Com isso, afirma que os quadrinhos que utiliza são relatos fundamentais para que as crianças e os jovens compreendam as ideias históricas, principalmente no que se refere aos conceitos de segunda ordem como a evidência.

Tarefa 1



LEE, Peter. Understanding History. In: SEIXAS, Peter (ed.). **Theorizing historical consciousness.** Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2006, p. 157.

As histórias em quadrinhos foram utilizadas como narrativas históricas em confronto, as quais tinham como finalidade permitir que os estudantes ingleses, a partir de três tarefas, confrontassem as mesmas narrativas. Estas narrativas abordam os seguintes temas: as duas primeiras apresentam aspectos da vida material e cultural e ideias na relação entre bretões e romanos e buscam investigar as ideias sobre evidência histórica; a segunda tarefa apresenta dois quadrinhos que abordam a questão do fim do Império Romano e procuram saber questões relativas à multiperspectividade das interpretações; a terceira tarefa apresenta narrativas que representam a ocupação saxônica na Grã Bretanha e procura enfrentar a questão da veracidade destas narrativas, ou seja, se o que relatam, aconteceu ou não. (LEE e ASHBY, 2000, p. 204; LEE, 2006, p. 145-146).

Também se segue as ideias ligadas à investigação da historiadora portuguesa Isabel Barca (2000) sobre como com os jovens constroem explicações sobre o passado, pois é a primeira investigadora da Educação Histórica que aborda empiricamente as questões de objetividade e verdade históricas de jovens estudantes. No que diz respeito aos debates referentes aos conceitos de verdade e objetividade na pesquisa histórica Isabel Barca (2000, p. 68-69) aponta que existem duas controvérsias que delimitam seus marcos teóricos: a primeira se refere à “possibilidade de verdade no conhecimento histórico”, ou seja, a discussão sobre se existe “um *acesso epistêmico* à realidade” ou se há um “*corte epistêmico*” entre o sujeito

que conhece e a realidade que investiga. A segunda reforça a questão sobre quais são os critérios de avaliação e os significados relativos à objetividade histórica. Estas controvérsias definem os posicionamentos realistas, ceticistas e perspectivistas, os quais se articulam em concepções como a positivista, a subjetivista, a relativista e a objetivista.

Seguindo a vereda proposta por Isabel Barca (2000) dialoga-se com os filósofos da História William Dray (1969, 1980), W. H. Walsh (1978), C. Behan McCullagh (1984, 1998) e Raymond Martin (1989, 1993). Estes pesquisadores, principalmente Walsh e Martin, influenciaram diretamente o modo como foi construída a abordagem sobre a verdade e objetividade históricas porque propõem concepções que mais se aproximam das propostas de Jörn Rüsen (2001) referentes aos critérios de verdade das narrativas históricas. Rüsen (2001, p. 91-92) propõe que as narrativas históricas, em sua forma científica, estruturam a busca da verdade e fundamentam sua pretensão de validade e, portanto, objetividade, a partir de três critérios: 1) A pertinência empírica, onde os fatos narrados estão submetidos sobre o crivo da experiência do passado. 2) A pertinência normativa, quando os fatos narrados são avaliados segundo significados e valores normativamente compartilhados. 3) A pertinência narrativa, onde a orientação de sentido entre as experiências do passado e as significações e valores normativos do presente, os quais são “apresentados em uma continuidade do fluxo temporal” através do narrar histórico, é submetida por critérios de sentidos (ideias históricas) ligados à vida prática dos sujeitos.

A pertinência narrativa, na abordagem do passado, está somente em um plano superior como uma operação do superávit intencional do agir humano no tempo. Esta interpretação fornece a possibilidade de estruturar formas de construtos narrativos que demarquem os perfis de ideias sobre verdade e objetividade históricas apresentadas pelos jovens ao lerem os quadrinhos.

Questões de investigação e metodologia de investigação

Este estudo privilegia os jovens de uma escola pública e uma particular de ensino médio, os quais são sujeitos que participam de uma estrutura de sentimentos própria de seu contexto sócio-histórico (WILLIAMS, 2003, p. 53-58). Nesta estrutura, estão inseridos artefatos culturais como as histórias em quadrinhos, que podem ser consideradas como vestígios relacionados a uma tradição seletiva produzida por uma cultura juvenil (HOBSBAWM, 1995). Neste processo histórico, os quadrinhos são elementos que permitem a estes sujeitos construir uma identidade juvenil.

Com o objetivo de compreender como se dá este processo, construí a seguinte hipótese para esta investigação: *As histórias em quadrinhos construídas dentro de critérios de sentido próprios à epistemologia da História possibilitam que as protonarrativas dos jovens estudantes de ensino médio se tornem construtos de narrativas históricas mais sofisticadas por meio da mobilização, por estes sujeitos, das ideias relativas à verdade e objetividade históricas.*

Essa mobilização das ideias de objetividade e verdade históricas deve ser realizada por meio do confronto entre histórias em quadrinhos compreendidas como evidências históricas (ASHBY, 2006; LEE e ASHBY, 2000). Este critério de evidência deve ser marcado pela confrontação de narrativas históricas gráficas (FRONZA, 2007) em que ambas apresentem a intencionalidade de uma função didática de orientação do sentido do agir histórico dos jovens estudantes. Desenvolvida a minha hipótese, apresentarei qual é a tese que orienta a minha investigação: *As histórias em quadrinhos propiciam uma relação com o conhecimento histórico não-ficcional sobre o passado e a maneira pela qual os jovens estudantes de ensino médio vêem a objetividade e a verdade históricas.*

Por meio desta tese que propõe o diálogo entre o conhecimento histórico científico do passado e as possíveis ideias de objetividade e verdade históricas que os jovens estudantes do ensino médio conferem às histórias em quadrinhos, passo a indicar a seguinte questão de investigação: *Quais os significados que os jovens estudantes do ensino médio dão às ideias de objetividade e verdade históricas quando lêem histórias em quadrinhos?*

Para responder a esta questão escolhi como público alvo desta pesquisa 53 jovens estudantes, com 15 a 18 anos de idade, de duas turmas da segunda série do Ensino Médio de uma escola pública da rede estadual paranaense (29 jovens) e de uma escola particular (24 jovens) investigados em Curitiba, Brasil, nos dias 29 de março e 16 de abril de 2010, respectivamente. Escolhi a segunda série, pois é o momento da cultura escolar em que estes jovens têm contato com o conceito substantivo Independência do Brasil. Para isso, produzi um instrumento de investigação nos critérios metodológicos da pesquisa qualitativa, sustentadas no trabalho de Michelle Lessard-Hébert (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 2005). Busquei investigar os significados dados pelos sujeitos às ações e orientações da vida prática por eles realizadas. O instrumento de pesquisa em questão é um questionário de questões abertas e fechadas compreendido aqui como um estudo piloto (FRONZA, 2010, p. 150-164), o qual buscou diagnosticar como os jovens entendem a relação entre as histórias em quadrinhos e a objetividade histórica. Para isso, fiz uso de cinco páginas de duas histórias em quadrinhos, — a primeira produzida totalmente por quadrinistas (DINIZ,

EDER, 2008, p. 41-45) e a segunda roteirizada por uma historiadora brasileira (PAIVA, SCHWARTCZ, 1995, p. 5-9) —, as quais foram postas em confronto. Estas histórias em quadrinhos têm a pretensão de abordar didaticamente, a partir de critérios historiográficos, a temática da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

Serão investigadas aqui as respostas dos jovens estudantes em relação a duas perguntas abertas sobre qual seria a melhor versão em quadrinhos e qual a menos confiável sobre a História sobre a Independência do Brasil (questões 13 e 14 do instrumento de investigação) (FRONZA, 2010, p. 110-121, 163). Estas questões foram inspiradas nas considerações teóricas de W. H. Walsh (1979) e Raymond Martin (1993), pois pretendem detectar os diferentes construtos de compreensão sobre a verdade nas narrativas históricas produzidas pelos jovens.

Principais Resultados

Seguindo os critérios de Peter Lee (LEE e ASHBY, 2000; LEE, 2006) foram selecionadas duas histórias em quadrinhos que procuram evitar anacronismos em relação aos sujeitos às situações do passado representadas. O quadrinho da Versão A, **A Independência do Brasil** (DINIZ e EDER, 2008, p. 41-45), apresenta uma perspectiva muito próxima da concepção positivista e tradicional da História, pois não compreende esta experiência do passado a partir de interpretações diversas em relação à tradição historiográfica.

Versão A (somente uma página)



DINIZ, André; EDER, Antonio. **A Independência do Brasil**. São Paulo: Escala Editorial, 2008, p. 44.

Exatamente o oposto ocorre com a Versão B, **Da Colônia ao império: um Brasil pra inglês ver...** (PAIVA e SCHWARCZ, 1995, p. 5-9), porque o roteiro proposto pela historiadora Lilia Moritz Schwarcz apresenta interpretações que destoam das visões tradicionais da História. Isto porque problematiza a imagem referente ao Grito da Independência às conseqüências sociais da declaração de Independência do Brasil por D. Pedro I.

Versão B (somente uma página)



PAIVA, Miguel; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Da Colônia ao Império: um Brasil pra inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito.** 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 9.

Compreende-se, então, nestas histórias em quadrinhos, que o fenômeno do anacronismo foi controlado pelas funções estética e cognitiva, agora voltadas para a cognição histórica, a qual pode, se bem trabalhado pelo professor, desenvolver nos jovens uma consciência histórica relativamente elaborada. Analisarei esse aspecto com mais detalhes nas narrativas produzidas por esses jovens.

Foi assim que os jovens responderam à questão se “*Você acha que uma das versões em quadrinhos pode ser considerada melhor do que a outra? Qual e por quê?*”

Eis as respostas dos que negaram a preferência por algum dos quadrinhos:

“*Não. Uma só é mais resumida e a outra é mais complexa.*” (Felix – 17 anos).

Felix indica características superficiais para determinar a diferença, pois uma é mais complexa e a outra é resumida. Contudo, esta compreensão foi muito comum entre os

jovens a partir de expressões como “uma é detalhada e a outra não”, etc. Esta consideração pode interferir na escolha de outras histórias em quadrinhos para a produção de um futuro estudo final. Creio que estas informações podem ajudar na “afinação” do instrumento de investigação para esse estudo final.

“Não. Uma é de conteúdo histórico; e a outra, mais uma história de humor” (Solano – 16 anos).

“As duas são boas, pois contam a história de maneiras diferentes” (Juliana – 17 anos).

“Não. As duas têm sua base verdadeira. Uma acaba pela independência, a outra já conta os fatos que ocorreram depois. Cada qual com um objetivo, cumprindo-os bem” (Iara – 16 anos).

Uma resposta mostrando um caminho diferente é a de Solano, pois ele compreende que a versão A se refere a um conteúdo histórico, enquanto a versão B é uma história de humor. Novamente, a função estética do humor dos quadrinhos foi um elemento a ser destacado. Juliana afirmou que as duas versões somente contam a história de modos diferentes, mas não explicita como se dá esta diferença. Mas a argumentação de Iara tem outro teor. Para ela, as versões são verdadeiras, mas apresentam objetivos diferentes, pois elas acabam de maneira e em momentos diferentes. Iara está se aproximando da concepção de multiperspectividade do conhecimento histórico porque ela não nega que as verdades sobre o mesmo tema podem seguir caminhos diferentes. O filósofo da História W. H. Walsh (1979, p. 109) já indicava que o perspectivismo histórico permite a convivência de concepções equivalentes, mas distintas.

“Não. Porque as duas querem transmitir a mesma mensagem” (Francisco – 15 anos).

Francisco pensa que não existe uma versão melhor do que a outra porque comunicam a mesma mensagem. Aparentemente Francisco tende a apresentar uma concepção pautada num perspectivismo controlado pelas evidências fornecidas pelas fontes.

“Não, pois, na primeira, o modo que ela fala é melhor que o segundo; já os desenhos do segundo são muito melhores” (Eugénie – 15 anos).

“Não, pois não temos certeza do que realmente aconteceu” (Elizabeth – 16 anos).

Eugénie entende que há um equilíbrio entre as duas versões, pois, para ela, a primeira narra melhor do que a segunda, mas a versão B apresenta os melhores desenhos. Portanto, ela valorizou os elementos estéticos dos quadrinhos para contar a verdade. De outro teor é a resposta de Elizabeth. Isto porque ela propôs uma afirmação ligada à filosofia da História, qual seja, de que não se pode ter certeza do que realmente aconteceu no passado. A partir das considerações teóricas de W. H. Walsh (1979) pode-se pensar que esta jovem defende uma visão cética da História.

Agora é necessário analisar as respostas dos alunos que afirmaram que uma versão é melhor do que a outra.

“A versão B. Pois tem um contexto mais fora do conto de fadas em que é visto a Independência” (Regis – 16 anos).

Uma das poucas respostas que defenderam que a versão B era melhor foi a de Regis, pois, considera ser a que foi mais bem contextualizada e, implicitamente, critica a versão A como “o conto de fadas em que é visto a Independência”.

“Sim. A versão A encontra-se melhor, pois seus conteúdos estão mais elaborados e mais detalhados do que na versão B” (Anita – 16 anos).

“Sim. A versão A, porque ela mostra detalhes e uma explicação convincente” (Gregório – 16 anos).

Anita e Gregório, por sua vez, consideraram a versão A melhor porque revela mais detalhes da história. A primeira jovem afirmou que seus conteúdos são mais elaborados, enquanto o segundo entendeu que é a versão que melhor explica a história narrada. Gregório compreende que quanto mais detalhes a história narrada fornecer melhor é a explicação é melhor. Esta afirmação esta próxima da categoria “quanto mais fatores melhor” pertencente ao nível 3 de explicação histórica, descoberta por Isabel Barca (2000, p. 244). Esta concepção de verdade se pauta na ideia de que a cada fator incorporado em uma explicação, mais abrangente ela fica. Para o historiador australiano C. Behan McCullagh (1998, p. 19) um maior âmbito explicativo é um dos critérios que tornam uma interpretação mais provável.

“Sim. A versão A. Porque condiz melhor com a postura de uma ‘autoridade’ da época” (Jati – 15 anos).

“Sim. A versão A. Porque é parecida com a história que aprendemos na escola” (Tarsila – 16 anos).

“Eu acho que a versão A foi melhor porque foi contada seriamente, mas que também houve nas ilustrações e mais legal (sic.)” (Maria Bárbara – 18 anos).

Com uma concepção completamente diferente, Jati, Tarsila e Maria Bárbara, cada uma a sua maneira, defendem uma relação entre a verdade histórica de uma narrativa e ideia de autoridade: Jati afirma taxativamente que a versão A condiz com a postura de autoridade que D. Pedro deveria ter em sua época; Tarsila defende que está ligada à autoridade da escola; e Maria Bárbara indica a autoridade da seriedade das ilustrações dos quadrinhos que compõem esta versão. É possível interpretar que essa espécie de observação revele uma concepção de que a verdade tenha que ser pautada na seriedade, seja da escola, a do poder de um período ou a do livro didático, em contraposição a uma verdade mais “risonha”. Talvez a ideia de um despertar da razão histórica, proposta por pelo historiador alemão Jörn Rüsen (1997) inclua esta forma de conceber uma verdade alegre, tão evitada pela maioria dos jovens investigados aqui, mas vista com bons olhos por uma minoria deles.

“Sim. A (versão) A porque retrata a verdadeira história com poucas modificações” (Tereza – 15 anos).

“Sim: A primeira (versão A), pelo fato de ser mais real, porém a (versão) B é bem engraçada” (Narcisa – 16 anos).

“Sim. A (versão) B, pois é mais interessante mostrar o lado bonito, mesmo que mentiroso, dos acontecimentos” (Mileva – 15 anos).

Mesmo defendendo versões diferentes, essas jovens utilizam argumentos parecidos com os da questão anterior. Tereza entende que a versão A “retrata a verdadeira história”. Entenda-se por verdadeira, neste caso, como aquela recebida pela tradição (RÜSEN, 2001, p. 75) presente naquele momento do pensamento histórico dos sujeitos que ainda não refletiu na forma de uma narrativa histórica elaborada. Já Narcisa compreendeu que a versão A é mais real, mas, em compensação, a versão B é mais engraçada. Novamente ocorreu aqui o confronto entre uma noção de realidade histórica *versus* humor. Mileva revelou sua simpatia

pela beleza dos acontecimentos históricos expressa pela história da versão B e mostrou-se interessada até pelos aspectos de falsidade. Pode-se interpretar a sua posição como valorizando a função estética desta narrativa histórica.

Outra questão também foi elaborada a partir da confrontação das duas histórias em quadrinhos: *“Você acha que alguma das versões em quadrinhos pode ser considerada menos confiável? Qual e por quê?”*

Serão mostradas agora as respostas dos estudantes que negaram que alguma história em quadrinhos é menos confiável.

“Não, pois as duas contam a mesma história praticamente do mesmo jeito” (Davi – 15 anos).

“Não. Porque a versão A mais para o público jovem e a versão B, mais para o público infantil. Mas não é por isso que uma história vai ser menos confiável com a outra” (Maria Bárbara – 18 anos).

“Não. É como eu já disse na questão acima não existe menos confiável. A única coisa é que a versão B explica um pouco menos” (João – 15 anos).

“Nenhuma. Porque ninguém sabe bem ao certo o que aconteceu. Então, não dá pra dizer qual é a mais ou a menos confiável” (Amaro – 15 anos).

Davi apresentou uma concepção muito voltada para a compreensão do passado como dado, pois afirma que as histórias são narradas do mesmo jeito (Lee, 2006). Já Maria Bárbara defendeu que ambas as versões são confiáveis, mas desenvolvem uma forma de comunicação com públicos diferentes, respectivamente. Esta jovem entendeu que a versão A é voltada mais para os jovens e a B é direcionada às crianças. Infelizmente, Maria Bárbara não revela o porquê desta resposta. João também acreditou que não existe nenhuma versão menos confiável. A diferença é que esta tem um menor âmbito explicativo. Por fim, Amaro utiliza o mesmo argumento que a jovem Elizabeth, da escola particular, ao escrever que não há como saber ao certo o que de fato aconteceu no passado. Como foi referido anteriormente, estes jovens apresentaram, portanto, uma compreensão cética do passado.

“Não. As duas falam da mesma coisa” (Luiz – 16 anos).

“Não. Dá para perceber que ambas passam a história da independência” (Isabel – 17 anos).

Luiz e Isabel comentaram que ambas as versões relatam a mesma história sobre a Independência do Brasil e a última estudante afirma que ambas comunicam bem essas experiências do passado.

*“Nenhuma é menos confiável, eu não estava naquela época para saber como foi”
(Simão – 15 anos).*

Contudo, Simão apresenta uma concepção relativista da História, pois afirma que não estava no passado para saber como foi que aconteceu. Sua afirmação foi no sentido de que não existe um acesso epistêmico ao passado, aproximando-se, portanto, da categoria “o passado como inacessível” (LEE, 2006).

Serão apresentadas agora as respostas dos jovens que entenderam que existe uma versão menos confiável que a outra.

“Sim. A versão B, pois ela não mostra detalhes em sua história. Isso pode deixar muitas dúvidas em quem a ler” (Gregório – 16 anos).

“A versão B, pois não bate com os acontecimentos dos relatos históricos (a não ser que no futuro descubram que não foi assim)” (Solano – 16 anos).

Gregório mantém a sua posição, defendida em questão anterior, de que os detalhes são elementos fundamentais para a veracidade histórica de uma narrativa. Como a versão B é mais sintética que a A, ele pensa que quanto mais informações fatoriais têm uma narrativa mais verdadeira ela é. Solano também considerou a versão B menos confiável, mas por um motivo diferente: a história narrada não corresponde com os fatos presentes nos relatos históricos. Esta concepção pode aproximar-se da categoria “o passado como histórias determinadas” (LEE e ASHBY, 2000, p. 212; LEE, 2006, p. 154), pois sob esta perspectiva, as narrativas devem sempre estar correspondendo uma com a outra, caso contrário, ocorre a falsidade de informação em alguma das histórias.

*“Sim. A (versão) A. Ele não iria ter aquelas atitudes de pular em cima da carta”
(Juliana – 17 anos).*

“A versão A. Porque não se sabe ao certo se ele deitou para descansar e se tirou suas medalhas” (Leda – 15 anos).

“Sim. A versão B. Porque parece que D. Pedro não se importava se haveria ou não independência” (Tarsila – 16 anos).

Juliana e Leda, além de discordarem dos jovens anteriores, entenderam que a versão A é a menos confiável, porque existe uma falta de veracidade em relação às experiências do passado. Para Juliana, D. Pedro nunca pularia em cima da carta que recebeu e, para Leda, existe a dúvida se este personagem estava descansando junto ao rio, bem como se arrancou as próprias medalhas. Implicitamente, essas estudantes sugeriram que faltam evidências para provar que isso aconteceu. Já Tarsila criticou a versão B, porque se incomodou com a pouca importância dada por D. Pedro em relação à própria Independência. Ficou claro que essa jovem discordou da interpretação histórica da autora da história em quadrinhos, pois conforme sua resposta na questão anterior, não condiz com o que ela aprendeu na escola.

“As duas não são totalmente confiáveis, pois há personagens inexistentes na realidade” (Elza – 17 anos).

Elza é uma das quatro jovens para quem as duas versões não são confiáveis. No caso desta jovem, por causa de informações falsas, ou seja, apresentam personagens que nunca existiram. Essa estudante indicou a possibilidade de que alguns personagens que aparecem nos quadrinhos são fictícios, em relação aos relatos históricos sobre a Independência do Brasil que ela conhece.

“Sim. A (versão) B porque todos já sabíamos o que iria acontecer” (Tereza – 15 anos).

“A (versão) B, pois ele (D. Pedro I) tinha de ter uma justificativa para estar proclamando a independência” (Elizabeth – 16 anos).

Tereza e Elizabeth entenderam que a versão B é menos confiável por causa de problemas epistemológicos com as ideias substantivas presentes nesse quadrinho. Tereza aponta “que todos já sabíamos o que iria acontecer”. Possivelmente essa estudante estava afirmando que, no presente, conhecemos já as conseqüências advindas da declaração de

Independência e que o relato histórico desta versão é, talvez, redundante em relação a este acontecimento. Já Elizabeth defendeu que D. Pedro deveria ter uma justificativa para os atos que fez. Aqui essa estudante percebe que não é possível que uma narrativa histórica seja veraz se não forem consideradas as intenções dos sujeitos. A partir deste ponto de vista, suas ideias se aproximam das dos historiadores Robin G. Collingwood (2001), Willian Dray (1969), Raymond Martin e Jörn Rüsen (2001), os quais, cada um a sua maneira, compreendem que a significação e as intencionalidades dadas pelos sujeitos às ações que realizam sejam critérios de verdade fundamentais para sustentar a validade de uma narrativa.

“Na 2ª (versão B). Parece ser feita por uma pessoa muito prática, que não se importa com os detalhes” (Maria Joaquina – 15 anos).

“(A versão) B, por não apresentar fontes verdadeiras” (Helen – 16 anos).

Maria Joaquina e Helen indicaram a importância de fatores ligados às ideias de segunda ordem: a primeira se referiu às intencionalidades dos autores da versão B, os quais não se importam com os detalhes; a segunda, indicou que problemas com a ideia de evidência são marcantes na versão B, pois, para ela, faltam fontes históricas para sua fundamentação. A esse respeito essas jovens compreenderam que esta narrativa falhou em apresentar as argumentações que sustentam o seu ponto de vista, o que dificultou aceitação e o reconhecimento dos leitores.

Rüsen (2001, p. 86-87) relata que a credibilidade de uma narrativa histórica está sujeita ao reconhecimento dos seus argumentos por parte de seus destinatários. Em outras palavras, a narrativa desenvolvida pela versão B se chocou com os elementos ligados à maneira como a História se organiza em relação à Independência do Brasil formou a identidade desses jovens estudantes. Percebe-se a dificuldade que muitos jovens têm ao lidar com verdades diferentes das da tradição que formou o seu modo de reconhecer historicamente o mundo e os outros.

Conclusões

Uma constatação foi a compreensão por parte destes jovens, corroborando com as conclusões que cheguei na minha dissertação de mestrado (FRONZA, 2007), de que a função estética das narrativas históricas gráficas influencia o pensamento histórico dos jovens

estudantes de ensino médio. Neste estudo piloto foi referendado que isto acontece, até mesmo com as concepções sobre verdade e objetividades históricas, pois foi este um dos motivos para que alguns jovens recusassem a versão B. Lembre-se que estas histórias em quadrinhos foi desenhada por um exímio cartunista. Este fato gerou, em alguns estudantes, uma simpatia pela ideia de uma verdade alegre presente na segunda história em quadrinhos, mas também a respectiva antipatia de outros por esta mesma concepção, pois preferem uma verdade séria e pautada na autoridade da tradição.

Como resultado das perguntas referentes à confrontação das histórias em quadrinhos ligadas as versões A e B, constatei que grande parte dos jovens compreenderam as diferenças de ambas a partir de diversificados critérios de objetividade histórica. Desde uma concepção ligada a um passado dado, passando pelas que afirmam que quanto mais fatores melhor e por perspectivas de um lado, baseadas na autoridade da tradição escolar e, de outro, por olhares relativistas da História. Até as pautadas na perspectividade controlada pelas evidências.

Também uma constatação importante é que essas concepções de verdade levaram os jovens a conclusões surpreendentes em relação às narrativas históricas, apresentadas pelas histórias em quadrinhos. A maioria dos estudantes não consideraram nem como melhor nem como menos confiável nenhuma das duas versões, mas os que o fizeram, apontaram uma visível preferência pela versão A, a história em quadrinhos desenvolvidas pelos quadrinistas André Dinis (roteiro) e Antônio Eder (Ilustrações) denominada **A Independência do Brasil** (2008). Esta obra foi produzida por uma editora que publica materiais paradidáticos e, portanto, este caráter pedagógico está presente na mesma, de modo que os jovens perceberam esta característica didática. Por outro lado, a história em quadrinhos tida por ser a menos confiável foi a versão B produzidas pela historiadora Lília Moritz Schwarcz (roteiro e narrativas históricas) e pelo cartunista Miguel Paiva (ilustrações) chamada **Da Colônia ao império: um Brasil pra inglês ver...** (1995). Também uma obra paradidática, esta história em quadrinhos considera as novas interpretações relativas ao caso histórico da independência do Brasil, buscando representar sujeitos e perspectivas nunca antes tocadas por uma historiografia tradicional sobre o tema. O que espanta é que este artefato, construído por uma historiadora especialista no conteúdo histórico em questão, foi considerado pelos jovens investigados como a menos confiável.

Para compreender esta constatação, levantei a hipótese, a partir de Rüsen (2001) de que esta história em quadrinhos feriu e se chocou com os critérios identitários que os jovens mobilizam ao construir o seu conceito de verdade histórica. Isto porque a maioria dos

estudantes que recusaram esta versão apresentou as concepções mais básicas sobre a objetividade histórica, entendendo o passado como dado ou que as narrativas devem sempre falar sobre as mesmas coisas, senão são falsas. Em estudos futuros procurarei desenvolver como o conceito de identidade dialoga com o de objetividade histórica, pois ele é um elemento chave para entender a como pertinência narrativa da objetividade histórica está presente quando os jovens lêem histórias em quadrinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCA, Isabel. **O pensamento histórico dos jovens: idéias dos adolescentes acerca da provisoriidade da explicação histórica.** Braga: Universidade do Minho, 2000.

COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história.** Lisboa: Editorial Presença, abr. 2001.

DINIZ, André; EDER, Antonio. **A Independência do Brasil.** São Paulo: Escala Editorial, 2008, p. 41-45.

DRAY, William. **Filosofia da História.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **Perspectives on history.** Londres: Routledge and Paul Kegan, 1980.

FRONZA, Marcelo. **O significado das histórias em quadrinhos na Educação Histórica dos jovens que estudam no Ensino Médio.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação de Educação, Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino, Setor de Educação. Trabalho efetuado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, 17 mai. 2007.

_____. **Os jovens e os significados das ideias de verdade e objetividade históricas.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Relatório para a qualificação no Doutorado apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal do Paraná, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação, da Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino, Setor de Educação. Trabalho efetuado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, 17 mai. 2010. Mimeo.

HOBBSAWM, Eric. J. **Era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEE, Peter; ASHBY, Rosalyn. Progression in historical understanding among students ages 7-14. In: STEARNS, Peter N.; SEIXAS, Peter; WINEBURG, Sam (eds.). **Knowing, teaching and learning History: national and international perspectives.** New York: New York University Press, 2000, p. 199-222.

LEE, Peter. Understanding History. In: SEIXAS, Peter (ed.). **Theorizing historical consciousness**. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2006, p. 129-164.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. (2005). **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MARTIN, Raymond. **The past with us: an empirical approach to Philosophy of History**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

_____. Objectivity and meaning in historical studies: toward a post-analytic view. In: **History and Theory: Studies in the Philosophy of History**, Middletown: Wesleyan University, v. 32, n. 1, p. 25-50, 1993.

McCULLAGH, C. Behan. **Justifying historical descriptions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. **The truth of History**. London/New York: Routledge, 1998.

PAIVA, Miguel; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Da Colônia ao Império: um Brasil para inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 5-9.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. In: **Revista História, questões e debates**. Curitiba: Departamento de História/UFPR, Ano 12, n. 20-21, 1997.

_____. **A razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

WALSH, W. H. **Introdução à filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA EM GOIÁS

Maria da Conceição SILVA*

mariacsgo@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é investigar as propostas curriculares da disciplina História, considerando as concepções conceituais e metodológicas que constituíram o seu estatuto. Para tanto, é necessário examinar os currículos escolares, entre os séculos XIX e XX. Interessa-nos, mais particularmente, a proposta metodológica da Educação Histórica, cujo eixo teórico é a Didática da História, de Jörn Rüsen. Além disso, investiga-se a concepção de história em propostas curriculares do Estado de Goiás, atentando-se para metodologias de ensino em aulas.

PALAVRAS-CHAVE: educação histórica; ensino de história; propostas curriculares;

ABSTRACT: The goal of this research is to investigate the curricular proposals of the discipline History, considering the conceptual and methodological conceptions that constituted your statute. For so much, it is necessary to examine the school curriculums, between centuries XIX and XX. It has interest, more particularly, the methodological proposal of the Historical Education, whose theoretical axis is the History Didacticism, of Jörn Rüsen. Moreover, it investigates the history conception in Estado de Goiás's curricular proposals, paying attention itself to teaching methodologies in classes.

KEYWORDS: history education, history education, curriculum proposals

A EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A Educação Histórica é uma linha de pesquisa cujo eixo teórico norteador encontra-se nas matrizes epistemológicas de Jörn Rüsen, que, por sua vez, defende que: “os historiadores deveriam discutir as regras e os princípios da composição da história como problemas de ensino e aprendizagem” (RÜSEN, 2006, p. 8). Este autor considera que o “[...] melhor ponto de partida parece ser aquele que, na vida corrente, surge como consciência

* Professora Adjunta da Faculdade de História e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

histórica [...]. Para Rüsen, o pensamento histórico constitui-se como uma ciência. É a partir dos “anos 70” que se constata o surgimento de projetos na linha da Educação histórica desenvolvidos por historiadores, filósofos e psicólogos (professores) em diferentes países, entre os quais estão: “Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. Outros países como Portugal e a Espanha [e também o Brasil] seguem actualmente a mesma esteira” (BARCA, 2001). Deste modo, os investigadores “[...] reunidos em torno da área da Educação Histórica instauraram, consolidaram e estão difundindo as pesquisas em torno da cognição histórica” (SCHMIDT; GARCIA, 2007). A preocupação é como se ensina e de que maneira se ensinam os temas de História aos jovens ou adultos.

No Brasil, as investigações se focam sobre ensino de História, currículo, metodologias, abordagens de temas para aulas, aprendizagens etc.; sem, no entanto, perderem de vista a trajetória da disciplina de História desde a sua criação no currículo escolar. Para tanto, analisa-se a “constituição do código disciplinar de História” (SCHMIDT, 2004), desde o século XIX até a atualidade, observando se “o modelo pedagógico [didático] que alimenta o conteúdo do ensino tem sido operacionalizado no sentido do atender às amplas significações dessa população?” (NADAI, 1985, p. 100). O regulamento de 1838, que implantou a História no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro¹ determinou a inserção dos estudos históricos no currículo a partir da 6ª. série².

Desde o século XIX, esta disciplina não se dissocia das exigências postas pela legislação, decretos e programas curriculares, que a instituem na Escola.³ Inicia-se a organização dos elementos chaves para a composição do seu estatuto, ou do seu “código disciplinar”, como bem acentua Maria Auxiliadora Schmidt. Compara o percurso desta

¹ Primeira escola pública de nível secundário do Brasil. O secundário correspondia ao antigo curso ginásial (4 anos de estudos). “Na instrução secundária a História surgiu em 1838, quando o Imperial Seminário de S. Joaquim se viu transformado, pelo decreto de 2 de Dezembro de 1837, em Collegio de Pedro II” (p.10). [...] o curso do Collegio de Pedro II, continuando a ser de sete annos, teve duas cadeiras de história e geographia, devendo o professor de uma ensinar a história e geographia antiga e medieval, e o da outra a parte moderna de taes sciencias, com especialidade a historia e geographia nacional. (SERRANO, 1938, p.10-11).

² Outros pesquisadores também trouxeram importantes contribuições. Nesta linha, cabe a referência a pesquisa de ABUD, Kátia Maria. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n.25/26, p. 163-174, 1992/1993; e a SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

³ Em nota introdutória no livro de SERRANO com o nome de Escagnolle Doria, datada no Rio a 8 de maio de 1912, afirma-se que: “A História não figurava em taes escolas, nem a considerou a reforma de Pombal. Até á Independencia não se fallou na materia. A lei de 15 de Outubro de 1827, assignada pelo visconde de S. Leopoldo, ordena a creação de escolas publicas nas cidades, villas e logares populosos do Brasil. Em taes escolas deviam ter preferencia para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brasil. Na instrução secundária a História surgiu em 1838, quando o Imperial Seminário de S. Joaquim se viu transformado, pelo decreto de 2 de Dezembro de 1837, em Collegio de Pedro II”. (p.10)

disciplina no Brasil pela ‘construção do código disciplinar’, segundo a concepção de Cuesta Fernandez. Neste sentido, a História da disciplina História configurou-se por meio de propostas elaboradas desde o século XIX, com cunhos ideológicos claros e definidos, incorporando uma concepção de aprendizagem centrada no educando com influência da pedagogia e da psicologia (SCHMIDT, 2009, p. 25). Todavia, as propostas e as obras didáticas utilizadas nas escolas entre os séculos XIX e XX, implantaram uma concepção de *Civilização*, que perduraria até as décadas de 1980 e 1990 em propostas curriculares de alguns Estados.

Cabe, portanto, um olhar mais detalhado aos primeiros manuais destinados aos alunos do Colégio Pedro II, cujos métodos didáticos defendiam o ensino dos conteúdos numa abordagem *quadripartite*.

Jonathas *Serrano* considerou a História uma ciência, que, por sua vez, se encarregava de registrar as manifestações da atividade humana. Já se esboça a necessidade da interdisciplinaridade e de abordagem conceitual de fontes históricas e de métodos históricos, propondo o uso de fontes em aulas entre: “o cinema ao serviço da historia... emprego de gravuras, retratos, mappas etc...” (SERRANO, 1912, p. 13). Os estudos históricos nortearam-se por uma concepção de ensino da *Civilização* ocidental.

Em *Compendio da História da Civilização*, de Seignobos prevaleceu a concepção de ensinar aos alunos a “história da Civilização da Europa”. E, assim, concedeu um valor superior à civilização européia ao considerá-la a guia do mundo. Diante disso, a “construção do código disciplinar” da História”, que teria, a partir de 1838, a proposta do Colégio Pedro II, como a guia mestra para as escolas, defendeu um modelo de *Civilização* para servir de exemplo ao “colonizado”. Os conteúdos de estudos inseriram-se na divisão de uma história com a visão a partir de um único ponto de entendimento da história humana, à *Civilização* européia ocidental.

Para Kátia Abud, as escolas brasileiras do século XIX, nortearam seus programas para cumprirem a função de cursos preparatórios para os exames realizados por bancas autorizadas pelo Pedro II. Esse quadro somente se alteraria a partir de 1931, com o “Decreto n. 19.890”, que “reorganizou o ensino por seriação obrigatória em todas as escolas do país” e, assim, “implantou-se o ensino secundário em dois cursos seriados: o fundamental e o complementar”. Os programas de ensino foram elaborados por comissões organizadas pelo Ministério da Educação e Saúde, e eram unificados para todas as escolas do Brasil. Abud salienta que “os objetivos dos programas de 1931, estavam estreitamente ligados ao desenvolvimento da cidadania, para um grupo de privilegiados, representantes da classe

dominante” (ABUD, 1993, p. 163-5). A autora ressalta as ações “[...] de uma intelectualidade que pretendia repensar o Brasil”, sobretudo os membros do IHGB. Entretanto, cabe a ressalva: –a maioria dos integrantes deste Instituto tinha ligação com o Colégio D. Pedro II. O método didático foi o de “ensinar a História a partir de técnicas que despertassem o interesse do aluno” (ABUD, 1993, p. 163-5), para aprendizagens da história da Europa. Assim se comprova no livro *História do Brasil*, edição de 1931, de Jonathas Serrano. Nesta obra prevalecia o método didático para ensinar a História a partir de técnicas, que despertassem o interesse do aluno com a introdução de “modelos de exercícios”, pesquisas bibliográficas, “desenhos e trabalhos manuais”, nos “cursos secundários” (SERRANO, 1931, p. 2), já se propunha o uso da “iconografia e de audiovisuais”. O objetivo seria apenas a boa memorização do aluno. Neste aspecto, identifica-se a admissão de alguns recursos didáticos no ensino de História do Brasil, entre as imagens e mapas propostos na obra citada.

Deste modo, o programa da disciplina de História era a da periodização clássica com ênfase para a *História da Civilização* com os conteúdos –grandes eixos temáticos– categorizados a partir de uma visão uniformizante do significado da História para as cinco séries, da seguinte maneira:

1ª. Série: História Geral [...]

2ª. Série: I História da Antiguidade; [...] II História da América e do Brasil [...]

3ª. Série: I Idade Média, [...] II História da América e do Brasil [...]

4ª. Série: I História Moderna; II História da América [...]

5ª. Série: I História Contemporânea [...], II História da América e do Brasil

(ABUD, 1993, p. 169).

Para Katia Abud, o objetivo deste programa seria a implantação de “[...] uma história da Civilização una e geral”, dentro de uma proposta de ensino da civilização Européia (Occidental). Objetiva-se ensinar o culto de uma civilização superior, cujo sentido se daria pelo viés “colonizador e colonizado”, criticado pela historiografia brasileira entre as décadas de 1980 e 1990, e atualmente, mas permanecem em propostas curriculares. Nesta perspectiva, considerava-se a *Civilização* como uma categoria e não um conceito, portanto, a “civilização era o elemento chave para que um povo passasse a ter sua própria história”.(ABUD, 1993, p. 171).

Na escola, a disciplina História com seu estatuto de disciplina humana (social) deve apresentar-se como um campo definido por matrizes teórico-conceituais, agregando saberes e linguagens para uma “consciência histórica”. Tais conhecimentos admitem o embate

de diferentes posições teóricas e metodológicas, filosóficas e antropológicas, tendo sempre presente a *alteridade*. Além disso, as propostas curriculares têm-se preocupado com a constituição de uma identidade e uma narrativa associada à cidadania. Em diversas propostas curriculares nota-se ênfase à História no sentido de contribuir para a formação do cidadão crítico, cômico dos deveres e direitos, ainda, na perspectiva marxista e de uma “crítica social dos conteúdos”. Tal ênfase, muitas vezes, negligencia métodos de ensino sobre como ensinar a interpretar a história e leituras de vivências experienciadas do outro, da diversidade do outro, das mudanças da natureza do humano, ou como bem acentua Rüsen: – o tempo presente é de outro tipo de humanismo, no qual o capitalismo deve ter novo rosto, do boicote ao sistema de escravidão (RUSEN, 2010) –. O humanismo clássico deve olhar para a alteridade, sobretudo para as etnias não ocidentais. Diante disso, os estudos históricos não mais permitem ser o da civilização exemplar, sim o das diversas civilizações e diferentes da Europa Ocidental.

AS PROPOSTAS DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

A Educação Histórica apresenta possibilidades de pesquisas no campo do ensino da história nas escolas, das aprendizagens e, ainda, contribui com as inovações das metodologias de aulas. E, assim, propõe-se a observar as especificidades da “história que comporta as três maiores invenções da humanidade: o passado, o presente e o futuro de todas as pessoas e não somente dos heróis ou dos poderosos” (SCHMIDT; GARCIA, 2008).

Entre as investigações na linha da Educação Histórica se destaca o projeto “Recriando Histórias”, cujo “[...] foco principal do trabalho é o levantamento de fontes guardadas ‘em estado de arquivo familiar’”. Este projeto traz resultados positivos, pois com os

documentos, tratados metodologicamente em aulas de História, produzem possibilidades de construção e reconstrução de identidades relacionadas à memória social, familiar e do trabalho; e, articulando as memórias individuais, fragmentadas, com a memória coletiva, o livro produzido em conjunto, promove a recriação de histórias que são silenciadas pela própria História (SCHMIDT 2006, p. 19).

Tanto este trabalho como outros realizados nesta linha propiciam a reflexão das propostas para a disciplina História. Cabe, portanto, dizer que o arcabouço principal está na

Didática da História, de Jörn Rüsen, que, por sua vez, corrobora para delinear o campo de pesquisa. Consideram-se a prática e a teoria imprescindíveis à pesquisa do ensino de história.

Neste aspecto, o objetivo do projeto de Araucária/PR é “[...] de se pensar alternativas didáticas que possam contribuir para a superação de formas de relação com o conhecimento tradicionais, predominantes nas aulas de História de 5ª. a 8ª. séries e no ensino médio” (SCHMIDT 2006, p. 22). No livro *Recriando Histórias de Araucária*, “os documentos em estado de arquivo familiar” compõem material de estudos históricos e propostas para aulas sobre a vivência de pessoas da cidade.

Trata-se de experiências que, teimosamente, crianças, jovens, adultos e velhos arquivam, seja em fragmentos de papéis ou fotografias amarelecidos de ficarem guardados, seja em pequenos objetos mantidos sem razão ou finalidade. Arquivam em suas memórias, marcadas pelo tempo do quando –‘quando chegamos em Araucária’, ‘quando a represa cobriu a casa de minha família’, ‘quando era época da parada da Petrobrás’. São muitos ‘quandos’ a medir o tempo das experiências tornadas memórias e guardadas em estado de arquivo familiar. (SCHMIDT; GARCIA, 2008, p.7)

O Projeto *Recriando a História* e outros projetos desenvolvidos indicam os avanços dos “estudos sobre Educação Histórica em torno de dois núcleos de pesquisa que se interalimentam: Consciência Histórica e Evidência Histórica”. Os resultados mostram importantes pesquisas com temas na área do Ensino de História. Considera-se que o fio condutor dos temas perpassam investigações desde a: “personalidade que alunos em final da escolaridade obrigatória, em Portugal e no Brasil, identificam como ‘heróis/heroínas, ‘vilões/vilãs da História, analisando os valores subjacentes [...]” para a discussão do “conceito de Interculturalidade em relação com o de consciência histórica e [...] as ideias de jovens portugueses em tarefas de História indiciadoras de conceitos ligados à problemática da multi/culturalidade” (BARCA, 2007, p. 7). Os pesquisadores de países como Inglaterra, Portugal, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Grécia entre outros desenvolvem projetos conjuntos na linha da Consciência histórica –Educação Histórica– aplicada ao Ensino de História.

Os primeiros resultados de projetos desenvolvidos com narrativas de jovens e de adultos iniciaram-se no Brasil, a partir de 2003. (SCHMIDT; GARCIA, 2007)⁴. Para tanto, consideram-se a didática da História como campo de conhecimento proposto pela Filosofia da História, de Jörn Rüsen. Ou das propostas na direção de uma “sequência temporal do caráter humano em conjunto” (RUSEN, 2010). A Educação Histórica apreende explicações para responder as problematizações do ensino de história inerentes ao contexto escolar e social do jovem e também do adulto. As investigações apontam que

as crianças têm já um conjunto de ideias relacionadas com a História, quando chegam à escola. O meio familiar, a comunidade local, os media, especialmente a tv, constituem fontes importantes para o conhecimento histórico dos jovens, que a escola não deve ignorar nem menosprezar. É a partir da deteção destas ideias – que se manifestam ao nível do senso comum, e de forma muitas vezes fragmentada e desorganizada– que o professor poderá contribuir para as modificar e tornar mais elaboradas.(BARCA, 2001, p. 15)

O trabalho didático com as narrativas é operacionalizado no sentido avaliar as reelaborações das aprendizagens. Considera-se o “interesse que os homens têm – de modo a poder viver– de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado, pelo conhecimento no presente” (RUSEN, 2001, p. 30).

A metodologia para a coleta e análises das fontes escritas, visuais e narrativas de jovens (alunos), afere-se aos modelos desenvolvidos com estudos exploratórios, piloto e principal (GERMANARI, 2010). Neste sentido, resultados de estudos sistemáticos da Educação Histórica assinalam como investigar as narrativas de jovens/adultos –alunos– de como explorar a história registrada nas fontes escritas correlacionadas à teoria de Jörn Rüsen. As pesquisas trazem contribuições metodológicas para a investigação com temas de aulas de História, pois

há pistas concretas que os professores devem conhecer, para poderem aplicar com as devidas adaptações. Os estudos desenvolvidos não são especulativos, prescritivos, nem impressionistas. São estudos que seguem uma metodologia científica e analisam desempenhos concretos de alunos, em tarefas cuidadosamente

⁴ Os referenciais da Educação Histórica foram difundidos, no Brasil, pelas atividades desenvolvidas por Dra. Isabel Barca, em intercâmbio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade do Minho/Portugal.

desenhadas, com materiais históricos e instrumentos de inquérito testados.
(BARCA, 2001, p. 20)

A epistemologia da “Consciência Histórica” fornece à Educação Histórica os elementos chaves para a interpretação das fontes escritas e narradas, de compreensão de categorias e conceitos das aprendizagens escolares. A história ensinada a jovens nas escolas adquire nova dimensão correlacionada às aprendizagens e aos conhecimentos prévios (categorizados teoricamente).

Para Rüsen, a história é uma ciência, de compreensão de sociedades passadas e presentes, correlacionada à consciência histórica de sujeitos. “No campo do Ensino da História existem sempre pressupostos teóricos que importa serem explicitados” (BARCA, 2007, p. 53). Os pressupostos teóricos orientam o discurso historiográfico no campo da história na escola, sobretudo à “falta de consistência entre as teorias e práticas”. Desse modo, o diálogo teórico e metodológico no trato com as diversas fontes é positivo para análises de temas ensinados aos jovens. Sobre este aspecto Peter Lee aprovisiona o caminho:

A pesquisa é necessária para que nos permita entender as idéias que estruturam as relações dos alunos com o passado e os tipos de passado que eles têm acesso. [...]. Pesquisa e prática devem andar juntas com o desenvolvimento do currículo e com contribuição dirigida por professores em estudos pilotos em pequena escala. (LEE, 2006, p. 147)

Daí, emerge a possibilidade de compreensão do pensamento histórico de jovens escolares e de adultos, seja na escola e fora desta, para análise da relação que se estabelece com o conhecimento histórico e a vida – o acesso à história de vida–, considerando as experiências. Neste caso, vale salientar o sucesso das experiências de aulas ministradas com fontes da Pré História pelos professores das disciplinas História, Arte e Geografia do Colégio Estadual Francisco Modesto da Silva, de Montes Claros de Goiás, no 6º. ano (antiga 5ª. série). Este tipo de aula consiste em um método de ensino, que pode ser analisado, conforme as categorias e os conceitos de Peter Lee.

Neste aspecto, faz-se necessário observar as narrativas de como se ensinam os temas de história aos jovens nas escolas; quais os métodos e as abordagens são apreendidos pelos professores em aulas. Se a metodologia de ensino contempla as expectativas e as indagações dos jovens e de adultos, desde o surgimento desta disciplina no currículo escolar, considerando, ainda, o “estatuto da disciplina de História” (SCHMIDT, 2004). Todavia a

composição desse estatuto deu-se pela incorporação de discussões acerca das metodologias e dos conteúdos (temáticas históricas) apresentados em obras didáticas e em propostas curriculares elaborados no século XX.

As décadas de 1980 e 1990 foram de intenso debate em todo o Brasil. Em diversos Estados ocorreram discussões que culminaram na elaboração de propostas curriculares com a influência historiográfica da escola dos *Annales*. Alguns Estados optaram por uma proposta de periodização *quadripartite ocidental*. Para tanto, consideraram-se a constituição da disciplina História no currículo escolar, bem como as propostas para o ensino dos conteúdos a jovens e adultos. Vale observar se essas propostas e “métodos de instrução” ajudam o jovem/adulto a elaborar suas narrativas articuladas ao passado, presente e perspectivas futuras. Se as aprendizagens articulam-se as operacionalizações mentais diárias do jovem/adulto escolar.

Cabe, portanto, assinalar a constituição do “código disciplinar da história” a partir de programas curriculares que, ainda, não forneceram os elementos para despertar a “consciência histórica dos jovens”, ou para “um pensamento mais elaborado por meio da construção de narrativas sustentáveis”, ou de orientação no tempo em que vivem, ou de compreensão do passado e de interpretação do presente. Os projetos escolares devem incentivar as narrativas dos jovens, sobretudo no sentido de interpretação para uma “literacia histórica”, de “conceitos substantivos e de segunda ordem” (LEE, 2006, p. 131-150). Observa-se o desenvolvimento de ideias mais elaboradas em que se flua “o que se sabe, do como se sabe, e para que se sabe”, acerca do “local, do país e do mundo”. Para um trabalho didático na perspectiva da Educação Histórica que reflita a cognição de

significância atribuída à História,
usos da evidência [de fonte documental nas aulas que conduza à percepção do
tempo e espaço];
explicação, seja a descritiva ou a narrativa;
mudança (ideia de passado-presente-futuro);
Empatia e interculturalidade;
Narrativa e consciência histórica. (BARCA, 2009, p. 53-76)

Isabel Barca defende que:

Ter consciência histórica não implica a adoção, por todos, de um determinado paradigma historiográfico nem tão pouco significa a defesa de uma única narrativa substantiva. As abordagens teóricas estão abertas a discussão, tal como as produções histórias concretas permanecem sujeitas a desconfirmação. (BARCA, 2009, p. 54)

Inicialmente, as abordagens teóricas para o ensino de História estiveram em sintonia à pedagogia e à psicologia, reduzindo-se, assim, o ensino aos modelos ocidentais a serem seguidos, e, posteriormente, tiveram a inserção historiográfica dos *Annales* no trato dos temas.

Há que se considerar a necessidade de abertura para a discussão das abordagens. E, deste modo, valorizar o percurso da constituição do campo do ensino de História, sobretudo a partir do processo de redemocratização no Brasil. As reformulações curriculares ocorridas entre as décadas de 1980 e 1990 – como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os Programas Curriculares das Secretarias Estaduais e Municipais, as Diretrizes Curriculares– foram articuladas aos discursos educacionais e históricos. Todavia é necessário repensar as propostas que incentivam o conhecimento da sociedade passada, presente e perspectivas futuras.

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DO ENSINO DA HISTÓRIA EM GOIÁS

O Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental de Goiás, de 5^a. a 8^a. séries, elaborado na década de 1980 e reformulado em 1995, pela Secretaria de Educação e Cultura, em sua justificativa diz que os temas da História deveriam ser ensinados em uma sequência de fatos, datas e normas. Desta forma, o ensino dos temas não apresenta nenhum significado para o aluno, apesar da proposta acenar para “uma visão da própria disciplina: ao invés do estudo do passado, da sequência de fatos, datas e nomes. O objetivo nos currículos escolares seria levar o aluno a situar-se como sujeito do processo histórico” (PCM, 1995, p. 11-12). Nesta proposta se observa a ausência de narrativa histórica e de articulação entre passado/presente e perspectivas futuras, ou de sugestão de metodologias, que propiciassem a reflexão de como ensinar história aos jovens/adultos escolares. Além disso, este programa curricular propôs uma concepção da disciplina História pela divisão *quadripartite*. A ideia de *Civilização* permeou todo o programa, que, embora, acenasse para a introdução de alguns conceitos como de espaço, tempo, permanência, mudança, diversidade, tendo, ainda, como

“eixo de trabalho a história econômico-social”, não há inovação metodológica e historiográfica. A noção de tempo e espaço foi o fio condutor, propondo, assim, a realização de trabalhos com pesquisa (PCM, 1995, p. 15-16). Não há se quer sugestão que aponte metodologias de aprendizagens ou indica alguma inovação para a valorização e o significado da pesquisa no ensino, ou para os estudos de temas históricos com fontes. Os livros didáticos são sugeridos nas sessões *referências bibliográficas* para cada série. Não há menção de fonte, ou de metodologia de ensino com fontes, ou definição de fonte que auxilia na organização e exposição de algum tema. A história como disciplina escolar continuaria a cumprir um programa no sentido de ensinar os fatos, que a tornariam quase sem sentido para o jovem na escola.

No Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental de Goiás, de 5^a. a 8^a. séries, de 1995, se propôs para:

5^a. Série – Noções básicas. Os primeiros grupos humanos. As bases da civilização.

As primeiras civilizações: Egito e mesopotâmia. Sugestões metodológicas

6^a.Série – As civilizações orientais: egípcios, mesopotâmios, fenícios e hebreus; as civilizações clássicas: Grécia-Roma; o feudalismo europeu até o renascimento do comércio e o fim da Idade Média; Sugestões metodológicas.

7^a.Série – As sociedades européias da época moderna; as sociedades indígenas pré-colombianas; a conquista e a colonização da América; a sociedade colonial brasileira; o liberalismo e o processo de independência na América. Sugestões metodológicas.

8^a. Série – A Europa e América no século XIX – um panorama sócio-econômico; o império brasileiro; a crise do capitalismo; Brasil da República oligárquica ao Estado Novo; capitalismo e socialismo no mundo atual, o Brasil atual. Sugestões metodológicas. (SEC./GO, 1995)

Esta proposta curricular foi reelaborada entre os anos de 2004 e 2009 com o título de *reorientação curricular do 6º ao 9º ano – currículo em debate*⁵-. Para este trabalho,

⁵ O trabalho de *reorientação curricular do 6º ao 9º ano, Currículo em debate*, realizado pela equipe da Superintendência de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação-SEE/GO, entre os anos de 2004 e 2009, constituem-se em textos distribuídos em cinco cadernos assim organizados:

No caderno n.1 –*Direito à Educação: Desafio da qualidade;*

caderno n. 2 –*Um diálogo com a Rede: análise de dados e relatos;*

caderno n. 3 –*Currículo e práticas culturais: as áreas do conhecimento,*

caderno n. 4 –*Relatos de práticas pedagógicas, destinados aos professores da Rede Estadual;*

mapearam-se as narrativas de alunos sobre a concepção de história. As narrativas inferem uma significativa compreensão da vida humana e o sentido do ensino da história na escola.

Neste sentido, a reformulação de propostas curriculares, adequando-as a paradigmas do campo do saber histórico representa nova leitura de concepções das aprendizagens de conteúdos ensinados aos jovens nas aulas de História. Alguns procedimentos carecem ser elencados, sobretudo para a análise de alguns conteúdos didáticos e do uso de fontes que trazem concepções de ensino de história. Sobre as quais cabe tecer considerações problematizando as narrativas de jovens escolares e de professores e também de adultos, a partir de leituras de textos, em novas fontes documentais. Alguns jovens estabelecem correlação do conhecimento histórico escolar com suas vivências. Por exemplo, a narrativa deste jovem.

Para muitos a História não ajuda em nada, falam que é uma outra matéria chata de se estudar, mas para mim, História é uma disciplina muito importante porque através dela aprendemos coisas importantes que aconteceram no passado, que podem ser importantes no presente ou no futuro de nossa vida. (Aluno Raunder. Instituto de Educação de Goiás-Goiânia). (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/Goiás. Caderno 5, 2007, p.132).

Este aluno tem uma concepção de articulação sobre o passado, presente e futuro, de leitura de mundo. Todavia menciona a falta de utilidade da História para algumas pessoas. Já outro aluno afirmou:

A parte que eu não gosto de História é lembrar as datas, porque tudo que ocorreu tem uma data, e no dia da prova a gente tem que lembrar de tudo. Isso é muito chato [...]. (Aluno: Lucas Gonçalves. Colégio Estadual Padre Pelágio. Trindade/GO). (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/Goiás. Caderno 5, 2007, p.132)

A associação deste aluno ao estudo histórico de datas e provas, ou de uma disciplina “chata”, cuja aprendizagem histórica se faz por datas e “lembrança” da prova, ainda na perspectiva do ensino da história sem significância para o jovem escolar. Na narrativa deste jovem escolar não há articulação passado-presente, ou de utilidade da aprendizagem

para sua vivência. Neste sentido, o depoimento de um aluno da cidade de Jataí é revelador quanto à necessidade de inovação:

[...] a aula sempre é do mesmo modo, fica muito difícil entender, é muito cansativo ficar tentando ouvir algo e não conseguir; os professores são capacitados para darem aula, mas às vezes é impossível. Talvez se eles mudassem um pouco o modo de ensinar, algo diferente, isso talvez poderia melhorar [...] (aluna: Loanda. Colégio Estadual José Manoel Vilela. Jataí/GO). (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/Goiás. Caderno 5, 2007, p.132)

Em outra narrativa, de uma aluna de Goiânia, a concepção de história é diferenciada, há significância associando a importância da história no seu dia a dia: “E se você parar para pensar, a História esta em toda parte e em todas as matérias. A verdade é que nossas vidas sem História é um livro vazio. (Aluna: Sarah Cristine R. da Silva. Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves- Goiânia)”. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/Goiás. Caderno 5, 2007, p.132) A concepção histórica desta jovem foi influenciada pelo método didático de professores que ministraram a disciplina e forneceram possibilidades de compreensão do sentido da história, de metodologia que forneceu os princípios básicos para a aluna elaborar a significância histórica.

As narrativas dos jovens (alunos) investigados constam no caderno 5, da proposta de reorientação, e permitem observar a função da disciplina História, de orientação quando é bem ensinada. E das narrativas associadas ao “código disciplinar da História” na matriz da escola enquanto disciplina de ciência humana.

Diante disso, algumas percepções, considerando o estatuto da disciplina História desde o seu surgimento até os dias atuais. Cabe, portanto, mapear o significado desta disciplina desde o século XIX no Colégio Pedro II e das obras voltadas para uma visão de história da “Civilização”, eixo central, e as narrativas de jovens de escolas da rede estadual de Goiás. A problemática é investigar o significado da História no currículo, bem como a organização de conteúdos (temas), os métodos e as metodologias das aulas. Interessa compreender a forma em que as áreas de conhecimento dialogam. Como são elaboradas as propostas e diretrizes, que interferem na organização do trabalho didático na escola, sobretudo, as narrativas, as operacionalizações mentais a respeito das aprendizagens escolares articuladas ao contexto do jovem ou do adulto.

Se o objetivo das políticas públicas, a partir da década de 1980, explicitado na legislação, é assegurar à população escolar uma formação baseada na promoção da equidade e

na inclusão educacional e social, resta, portanto, averiguar até que ponto a disciplina História é importante no currículo escolar. Diante disso, é relevante incentivar a leitura e a produção de textos escritos nas aulas de História ou de outras disciplinas com interfaces às humanidades. E, assim, propiciar a interdisciplinaridade a partir da ciência histórica. Esta prática incentivaria a formação de indivíduos cômicos da sua história e da história dos outros no passado e presente. Incentivar projetos que despertam o interesse para as aprendizagens e a valorização dos estudos históricos.

O projeto *Conhecendo e valorizando nosso patrimônio cultural*, desenvolvido como “projeto de aula campo”, pelos professores de História, Geografia e Arte, da 5ª. Série (6º. ano), turno vespertino, do Colégio Estadual Francisco Modesto da Silva, de Montes Claros de Goiás/Go, traz resultados positivos na apreensão de métodos, que incentivam os jovens escolares para o estudo da história e de outras áreas com suas interfaces. A experiência de aula campo manifesta a importância dos métodos de instrução nas escolas, sobretudo, para incentivar o desenvolvimento de ideias cognitivas. Como ensinar a ler determinado documento e, em seguida, a produzir textos históricos acerca de diferentes culturas e etnias. Ensinar a ler historicamente o seu mundo e o dos outros. Por isso é importante o tripé didático constituído por: 1- método da aula (exposição didática), 2- texto didático (fontes escritas e orais) e 3- operacionalização mental (interpretação histórica), a “cognição histórica”, ou a vivência experimentada em reflexão dos/pelos jovens escolares.

O projeto *Conhecendo e valorizando nosso patrimônio cultural*, situa-se na perspectiva de construção de uma cognição histórica da vivência experienciada dos jovens. Deste modo, veio à luz a aprendizagem de compreensão da história passada, por meio de uma fonte arqueológica ou da inscrição *no e sobre o passado*, preservada no presente, com os traços ou os desenhos grafados nas rochas (cultura material). O método da aula e o uso de um tipo de fonte permitiram situar, historicamente, o jovem desta escola em um tempo. A aula possibilitou a desenvolver perspectivas cognitivas de tempo e de vivências, pois “é através dos vários saberes que se estuda o passado, se busca compreender o presente e se criam inovações para o futuro” (SOUSA; et al, 2006, p. 43). Diante desta concepção de estudos apreende-se em Jörn Rüsen o sentido da história como uma ciência, que compreende as sociedades passadas e presentes, ao mesmo tempo, correlaciona à consciência histórica de sujeitos. Neste caso, a consciência dos jovens desta escola se fundamentou pelo sentido da história ensinada na aula campo, permitindo as aprendizagens e os “conhecimentos prévios” sobre a temática abordada. Neste sentido, se planejou a aula campo para provocar no jovem “a percepção do elo de ligação entre o passado e o presente, através dos diferentes registros e

vestígios deixados pelos nossos antepassados e com isso despertaria o interesse pela valorização de nosso patrimônio cultural, o que realmente ocorreu” (SOUSA; et al, 2006, p. 44); além da compreensão do homem do passado que viveu nesse espaço de Goiás. Ao aluno coube perceber a forma que esse homem organizou o seu existir, das diferenças e semelhanças presentes.

A concepção de História e a didática dos professores da disciplina História do Colégio Estadual Francisco Modesto da Silva, de Montes Claros de Goiás, trouxeram discussões das metodologias, dos “conceitos substantivos e de segunda ordem” (LEE, 2006). O trabalho didático – a metodologia – foi organizado de várias maneiras para propiciar ao jovem escolar oportunidades de aprendizagens e valorização da história ensinada em etapas distintas.

Em sala, após a aula de campo, partimos para o material didático, livros, transparências e fotografias, que ajudaram os alunos a descreverem as imagens, relacionando-as com as dos sítios arqueológicos visitados. Em seguida, assistimos ao vídeo da aula de campo e solicitamos aos alunos um relatório de todo o desenvolvimento do projeto e a importância do mesmo.

Após a leitura dos relatórios propusemos a reescrita dos mesmos com algumas correções ortográficas e a sequência lógica das ideias. O segundo texto produzido serviu como avaliação da prática pedagógica utilizada e dos recursos disponíveis que temos.

A execução deste projeto revelou-nos que, a partir de metodologias novas, da diversificação de nossas aulas contribuímos para a permanência dos alunos na escola, evitando a evasão. Assim que os alunos passam a gostar das aulas, eles se esforçam para estarem presentes na escola; isto ficou claro com a realização desse projeto. (SOUSA; et al, 2006, p. 45).

Assim se pode entender que “apenas começamos a pensar claramente sobre a forma real de conhecimento que queremos que eles adquiriram quando concluem a disciplina de história na escola” (LEE, 2006, p. 134). O método de ensino do tema histórico pelo projeto, realizado nessa escola, suscita debates a respeito de como se ensina a história. Do saber e do ensinar histórico, da importância da teoria e da prática, da “Evidência e Significância histórica” (LEE), ou como a fonte revela –Evidências– de um tempo. *** Com o texto do livro de Mário Schmidt trabalhado em aula, (livro que não se encontra nas avaliações atuais do PNL), e da fonte selecionada –inscrições grafadas nas rochas–. Dos textos produzidos pelos jovens emergem as narrativas ou as “ideias prévias” na direção do significado histórico, da

importância da disciplina no currículo da escola, do significado do método de ensino e da interdisciplinaridade com Arte e Geografia. Neste aspecto, é viável e

[...] pode-se afirmar que vivemos ainda uma conjuntura de crise da história historicista', mas as diversas propostas de ensino e as práticas docentes têm ajudado a viabilizar outras concepções de História, mais comprometidas com a libertação e a emancipação do homem. E a História, a mais política das ciências sociais, tem ressurgido das cinzas (onde a ditadura pensou em sepultá-la), tal qual Fênix, mais fortalecida do que nunca. Apesar de ainda existirem 'adolescentes que detestam a História' ou que não saibam tantos nomes e datas como antigamente, dificilmente encontraremos quem desconheça o papel da História para ajudá-lo na compreensão de si, dos outros e do lugar que ocupamos na sociedade e no dever histórico. (NADAI, 1992/1993, p. 160)

Com a Educação Histórica emergem temáticas possíveis de reversão de métodos de ensino para uma aprendizagem prazerosa e, assim, fazendo o que se chama:

A síntese a partir do cruzamento de vários pontos de vista, não necessariamente convergentes, constitui-se como uma tarefa do historiador que, ao estudar um dado passado, se defronta com fontes de mensagem diversificada. O resultado material deste labor é a narrativa histórica. (BARCA, 2007, p. 57)

Desenvolvem-se métodos para o uso de fontes escritas, visuais e orais, e se valoriza assim o trabalho com documentos de diversas naturezas e abordagens que permitam ao professor-investigador fazer análises diversas com os jovens, quando traz à luz suas narrativas, de “reflexão das vivências experienciadas”. O estudo da história no texto – as pinturas rupestres– grafado na rocha permitiu a compreensão da identidade local, da memória social, de aproximação e reconhecimento do cotidiano do jovem, do adulto com o cotidiano dos outros e de outras culturas.

Daí, a necessidade do ensino de História contemplar o estudo das atividades humanas e das diferentes temporalidades, de conceitos e categorias – objetos da Disciplina e do trabalho docente–, propondo análises regionais acerca da localidade, da identidade e da cultura das populações. Dessa maneira, devem-se proporcionar meios que conduzam os jovens a estabelecer a relação do seu tempo com outros espaços e experiências sociais vividas direta ou indiretamente. Assim, os jovens e adultos podem conhecer e valorizar culturas e etnias diferentes, entendendo o “novo humanismo” em curso do tempo presente.

A função do professor de História consiste em fornecer subsídios para que o aluno amplie a compreensão da realidade social em torno de si, do outro e do mundo. Além disso, é tarefa da escola legitimar o trabalho coletivo por meio das experiências sociais, políticas, religiosas, familiares, entre outras, respeitando a diversidade. O planejamento das aulas – métodos para ministrar e desenvolver os conteúdos (temas)– é imprescindível para a aprendizagem. O livro didático não pode tornar-se o único meio de ensino, há a possibilidade de se ensinar história, eliminando o texto do livro didático por meio de outras fontes possíveis e pela composição de textos pelos jovens escolares e pelos professores. No projeto *Conhecendo e valorizando nosso patrimônio cultural*, os textos elaborados pelos alunos podem e devem ser o material didático ou o texto guia para outras aulas e outros projetos com esta temática.

Enfim, os projetos trazem à luz sugestões a exemplo do projeto *Educação histórica e Religião no Ensino de História no Brasil e em Portugal*⁶, este, em específico, investiga expectativas sobre ensino e aprendizagens de alguns temas quando propõe o trabalho com fontes entre narrativas de jovens escolares. Investiga a concepção sobre a disciplina que, muitas vezes, se apresenta para o jovem ou para o adulto sem significado, quando ensinada por datas e nomes a serem lembrados na prova (decoreba).

A proposta da Educação histórica é explorar a fonte articulada à teoria, à consciência histórica ou à construção de um pensamento histórico nas narrativas, reflexão da vivência experienciada tanto por jovens quanto por adultos, fazendo, assim, o cotejamento por meio de palavras chaves (articulando conceitos) das aprendizagens e, em seguida, a escritura de textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n.25/26, p. 163-174, 1992/1993

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III série, v. 2, 2001.

GERMANARI, Geysa Dongley. *A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados*. Tese de doutoramento. UFPR. Curitiba, 2010.

⁶ O recorte espacial deste projeto no Brasil é o estado de Goiás e em Portugal é a região do Minho. As fontes empíricas encontram-se em fase de coleta e algumas análises já inferem os primeiros resultados, sobretudo acerca de Goiás.

- NADAI, Elza. A Escola Pública Contemporânea: os currículos oficiais de História e o ensino temático. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n. 11, p. 99-116, 1985/1986,
- RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07-16, jul./dez. 2006.
- Conferência proferida por Jörn Rüsen, no dia 6 outubro de 2010, na Universidade Federal de Goiás, Campus II, Goiânia.
- Jörn Rüsen, no Programa de Pós Graduação em História da UFG, nos dias 07 e 08/10, com os títulos: “Humanismo e pensamento histórico” e “O que é meta-história?”.
- SCHMIDT, Maria auxiliadora Moreira dos Santos. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p.189-211, 2004.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Pesquisas em Educação História: algumas experiências. *Educar*. Curitiba, Especial, p. 11-30, 2006
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. Professores e Produção do currículo: uma experiência na disciplina de História. *Currículo sem Fronteiras*, v. 7, n.1, jan/jun. 2007, v.3.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: Que aprendizagem histórica é está? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. *Aprender história: perspectivas da educação histórica*. Ijuí/PR: Ed. Unijuí, p.21-51, 2009, v.3.
- SERRANO, Jonathas. *Epítome de História Universal*, 13. ed., de 1932, prefaciada por Escragnonle Doria e com a data de 1912, p. 13.
- SERRANO, Jonathas. *História da Civilização*- 4ª. série. A civilização moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiey & Cia, 1938. v. IV

PROFESSORES DE HISTÓRIA, LIVRO DIDÁTICO E CONCEITO DE PASSADO

Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos SANTOS¹

professoraritadecassia@gmail.com

Leilah Santiago BUFREM²

leilah@ufpr.br

RESUMO: Apresenta resultado parcial de estudo desenvolvido com o objetivo de analisar o conceito de passado de professores de História do Ensino Médio na cidade de Curitiba e a relação entre essas ideias e os conceitos contidos nos livros didáticos disponibilizados pelo PNLEM/2008. Descreve o andamento da pesquisa do início até aplicação de um questionário preliminar e estruturado, com perguntas de múltipla escolha e que utiliza a escala de Likert. Observações preliminares são feitas sobre o trabalho do professor na escola pública de Ensino Médio no estado do Paraná, o que demonstra que o conceito de Significância Histórica mostra sua pertinência no estudo da realidade escolar e nas relações da cultura escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Passado – Professores de História – Educação Histórica.

ABSTRACT: Presents partial results of study with the aim of analyzing the concept of past history teachers of high school in Curitiba and the relationship between these ideas and concepts contained in the textbooks provided by PNLEM/2008. Describes the search progresses from start to implementation of a preliminary questionnaire and structured, with multiple choice questions and uses a Likert scale. Preliminary observations are made about the work of teachers in public school high school in the state of Parana, which demonstrates that the concept of historical significance shows its relevance in the study of school reality and relations of the school culture.

KEYWORDS: Past - History Teachers - History Education.

A discussão sobre a atuação do professor em sala de aula é ampla e está presente em estudos das mais diversas correntes, linhas de pesquisa, em universidades e institutos de pesquisa, na mídia e em diversos projetos de formação continuada. A questão da subjetividade

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na linha de Cultura, Escola e Ensino, bolsista CAPES.

² Prof. Dr. do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na linha de Cultura, Escola e Ensino

do trabalho pedagógico também tem sido debatida nos meios acadêmicos e, Dubet (2003) afirma que não se pode afastar o componente da subjetividade no contexto em que atuam os profissionais da educação, principalmente os professores.

Enquanto sujeitos do universo escolar, Forquin (1993) afirma que os professores trazem consigo diferentes experiências e expectativas que podem ser percebidas em suas práticas e nas suas escolhas educativas. É na escola que ocorre a experiência social por excelência e que é importante a compreensão dos sujeitos que dela fazem parte: corpo docente e discente, direção, pais, entre outros pertencentes a esse cotidiano.

Segundo Schmidt (2007, p. 4), as experiências, reflexões e investigações já realizadas pelo grupo do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – LAPEDUH – da Universidade Federal do Paraná – UFPR,

[...] têm enfatizado a pertinência de investigações ‘em escolas’, as quais têm como objeto o ‘ensino de’ e, portanto, pautam-se no repertório da ciência de referência e seu ensino específico mas encetam um diálogo mais próximo com perspectivas teórico-metodológicas empíricas da pesquisa educacional, de cunho antropológico e sociológico, no âmbito, principalmente, das investigações de ordem qualitativa.

A disciplina História no Ensino Médio tem como objetivo compreender as diferentes e múltiplas formas de vida em sociedade em diferentes espaços e tempos e “a disciplina de História [...] deve possibilitar ao aluno a compreensão ativa da realidade que é condição para o desenvolvimento e a formação da cidadania” (BRASIL, 2005, p. 61).

Chesneaux (1995) insiste no valor da experiência cotidianamente vivida. Assim, diante dos acontecimentos, o professor de História em seu trabalho incorpora aspectos de sua formação cultural e isso transparece na sua prática pedagógica, no seu entendimento do currículo escolar e na aplicação dos conhecimentos teóricos em sala de aula.

Entende-se que a relação entre o professor de História e a sua realidade cotidiana também circunscreve as ideias que ele tem do passado, e isso é importante para a compreensão de suas escolhas pedagógicas. Nesse contexto, a obra didática deve auxiliar o professor na busca por caminhos possíveis para a sua prática, servindo de orientação para que tenha autonomia na utilização de várias fontes e experiências para complementar seu trabalho em sala de aula. Essa relação entre os textos e a legitimação da cultura é explorada por Apple (1995, p. 34) quando afirma que,

[...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida.

A obra didática desse modo faz parte do currículo escolar que é construído no e para o espaço da escola (BRASIL, 2005, p. 61). Ela é entendida como um instrumento que articula os saberes socialmente construídos no processo do conhecimento científico e os conteúdos e objetivos do ensino e da aprendizagem escolar.

Medeiros (2005) analisa o material didático de História e a construção da consciência histórica de alunos do Ensino Médio de uma escola particular, discutindo as ideias que o filósofo alemão Jörn Rüsen (2001) tem sobre as origens da História, sua natureza, formas de entendimento e usos, e levanta questões sobre a relevância do material didático no contexto curricular de aprendizagem.

Tais investigações, segundo Cuesta Fernandez (1998), podem contribuir para auxiliar a compreensão da construção do “código disciplinar” da História, apreendido a partir de pesquisas e reflexões acerca de como os “textos visíveis”, os currículos e manuais se concretizam em experiências escolares, tendo como referência o estado atual da ciência e sua relação com os modos de educar de cada sociedade e suas múltiplas determinações.

É necessário compreender o trabalho do professor de História como fator importante para que os alunos possam desenvolver como entende Peter Lee (2006), *literacia histórica*, isto é, que os alunos sejam capazes de entender que a História é uma ciência que tem o “compromisso de indagação”, com características e vocabulário e que, enquanto uma ciência ligada ao Homem, tem como tarefa fornecer “um senso de sua própria identidade”. Esta identidade é construída na relação entre o aluno e os variados aspectos constitutivos da cultura escolar, aí incluídos o professor e suas ideias em geral, e os livros didáticos utilizados em particular.

A obra didática desse modo faz parte do currículo escolar que é construído no e para o espaço da escola (BRASIL, 2005, p.61). Ela é entendida como um instrumento que articula os saberes socialmente construídos no processo do conhecimento científico e os conteúdos e objetivos do ensino e da aprendizagem escolar. Ela deve auxiliar o professor na busca por caminhos possíveis para a sua prática pedagógica, servindo de orientação para que tenha autonomia na utilização de várias fontes e experiências para complementar seu trabalho em sala de aula.

Assim, é possível entender que o estudo do conceito de passado contido no livro didático disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio/2008 – PNLEM/2008 e utilizado pelo professor de História do Ensino Médio de escolas públicas da cidade de Curitiba – Paraná pode revelar pistas sobre como esse profissional compreende a epistemologia desta ciência.

O estudo da relação entre o conceito de passado que possui o professor e as ideias de passado presentes no livro didático escolhido e utilizado por ele, pode mostrar o que é considerado válido e significativo e qual ideia de cultura que acredita estar transmitindo. O sujeito deste trabalho de pesquisa, logo, é o professor de Ensino Médio da disciplina de História na cidade de Curitiba. O estudo se desenvolve a partir do conceito de passado contido nos livros didáticos disponibilizados pelo PNLEM/2008 e a relação entre essas ideias e as do professor que trabalha com esses livros.

Este trabalho se desenvolve através da relação estabelecida entre as ideias que os professores de História que lecionam no Ensino Médio, na rede pública do estado do Paraná têm sobre o passado e a relação que eles estabelecem com esses conceitos presentes nos livros didáticos de História disponibilizados pelo PNLEM no ano de 2007 e escolhidos e recebidos por eles para utilização entre os anos de 2008-2011.

O conceito de passado é desenvolvido nas obras dos pesquisadores Michael Oakeshott (2003), David Lowenthal (1989) e Jörn Rüsen (2001). A compreensão de fenômenos passados podem ser classificadas como:

- Passado encapsulado ou passado entendido como memória;
- O passado de efeito prático, desempenhando um papel concreto na vida cotidiana;
- Passado como conhecimento científico desenvolvido pelo historiador e,
- O passado registrado, como manifestações performáticas do presente-futuro.

Este trabalho é o relato parcial de uma investigação em andamento sobre Significância Histórica de professores do Ensino Médio da cidade de Curitiba, a respeito do conceito de passado e a relação que os mesmos têm com as ideias presentes nos livros didáticos escolhidos e utilizados por eles durante o processo de implantação do PNLEM/2008 e nos anos 2008-2010.

Metodologia

Este trabalho faz parte de um projeto de doutoramento em Educação, na Linha de Cultura, Escola e Ensino, junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, com a orientação da Prof^a. Dr^a. Leilah Santiago Bufrem e com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A pesquisa teve início em 2009 e atualmente está em fase de trabalho empírico e estudos teóricos. Este trabalho é o relato parcial de uma investigação em andamento.

Em um primeiro momento o trabalho se concentrou no levantamento e estudo dos documentos proponentes do PNLEM:

- Portaria nº. 2.922 do Ministério da Educação e Cultura de 17 de outubro de 2003, que aprova o programa Nacional do Livro do Ensino Médio.
- Resolução nº. 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE de 15/10/2003 (BRASIL, 2003) que previa a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país. Este programa, implantado em 2004, inicialmente atendeu alunos da 1^a série do ensino médio de escolas das regiões Norte e Nordeste, que receberam livros de Português e de Matemática. Em 2005, as demais séries e regiões brasileiras também foram atendidas com esses livros. Em 2007 foi feita a escolha dos livros didáticos de História e de Química, que são usados desde 2008.
- Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o PNLEM/2008 de História (BRASIL, 2005) que estabelecia os critérios para avaliação das obras didáticas de Ciências Humanas e suas Tecnologias - História e Geografia a partir das definições propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) que caracterizam o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica com duração mínima de três anos.
- Portaria n. 907 de 13/04/2006 (BRASIL, 2006) que divulgou os títulos recomendados após as avaliações dos livros didáticos, que mostrou dezoito coleções do componente curricular História e uma de História e Geografia.

O levantamento de informações sobre as obras recomendadas pelo PNLEM junto ao site do FNDE³ mostrou que de todas as obras recomendadas quatorze estão em volume único e onze títulos foram publicados por somente quatro editoras.

³ www.fnde.gov.br

Também junto a esse site foram pesquisadas as escolas que fizeram parte do processo de escolha do livro didático no ano de 2007. Observou-se que, na cidade de Curitiba, foi escolhida quatorze coleções no componente curricular História e não foi escolhida por nenhuma escola pública da cidade a obra de História e Geografia⁴. A organização dos dados pesquisados no site do FNDE contou com a ajuda do profissional René F. Gabriel Júnior e revelou um universo de 106 estabelecimentos de Ensino Médio juntamente com a Secretaria do Estado de Educação do Paraná também participante deste processo de escolha.

Na sequência foi feito o levantamento dos professores que participaram da escolha dos livros didáticos em 2007 e que trabalharam com os mesmos nos anos seguintes. A pesquisa foi efetivada junto ao portal educacional do estado do Paraná chamado “Dia-a-Dia Educação⁵”. Este tem links direcionados a públicos diferenciados: educadores, alunos, escolas e comunidade. Junto ao *link escola* pode-se fazer o levantamento dos nomes dos professores que atuam no Ensino Médio na disciplina de História nas 106 escolas da cidade de Curitiba que participaram do processo de escolha do livro didático. Este levantamento foi terminado no segundo semestre de 2009 e revelou um universo de 376 profissionais que lecionavam no Ensino Médio das escolas públicas do município de Curitiba na disciplina de História.

A pesquisa teve continuidade no mesmo site, agora no *link educadores* onde foi levantado o histórico funcional dos professores para saber se eles lecionam nas 106 escolas, pelo menos desde 2007 e, portanto participaram do processo de escolha e da utilização posterior do livro escolhido. Os critérios adotados para a continuidade do trabalho foram: professores concursados na disciplina de História, ou seja, os chamados QPM’s, que trabalhavam no Ensino Médio e que estavam desde 2007 lotados e em exercício na mesma escola. O resultado desta análise fez com que o universo de professores aptos a participar da pesquisa chegasse a 198 profissionais.

Ao fazer uma primeira análise dos livros escolhidos pelos professores das 106 escolas de Ensino Médio que fizeram parte do processo de escolha do PNLEM/2008, a primeira observação mostra o grande número de escolas que escolheram o mesmo livro (Livro 1), totalizando trinta e sete estabelecimentos de ensino e duas escolas que fizeram escolhas únicas em toda a cidade de Curitiba (Livro 13 e Livro 14)⁶. Este fato foi levado em conta para o prosseguimento da pesquisa. Neste momento o universo da pesquisa mostrou 76 professores de História.

⁴ Confira o “Gráfico 1: Obras Recomendadas e Escolhidas pelo PNLEM/08 – Curitiba”, no final do texto.

⁵ www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

⁶ Confira a “Tabela 1: Obras do PNLEM Escolhidas Pelas Escolas”, no final do texto.

O passo seguinte foi elaborar um questionário intitulado “Questionário Preliminar” que foi aplicado nas trinta e nove escolas onde foram entrevistados os diretores e/ou pedagogos e teve como objetivo apresentar o projeto aos responsáveis pelas escolas e conseguir o acesso ao campo de pesquisa por parte da pesquisadora. Teve como razão também confirmar, primeiro, se os dados pesquisados nos sites do FNDE sobre o processo de escolha do livro didático utilizado pela escola estavam corretos; segundo, se o livro que os professores escolheram foram mesmo os recebidos e terceiro, se a informação pesquisada no site “Dia-a-Dia Educação” sobre professores lotados e em exercício nos colégios se mostrava correta. Dessa maneira o universo de professores chegou a um número de 53 professores para o prosseguimento do trabalho de pesquisa. Esta foi efetuada entre os meses de abril e outubro de 2010.

O instrumento de pesquisa intitulado “Questionário Piloto 1” foi aplicado até mês de novembro de 2010 é um questionário estruturado dividido em duas partes. A primeira com questões de múltipla escolha que visava buscar informações sobre o tempo de trabalho do professor de História no magistério e na escola da pesquisa, se o professor participou do processo de escolha do livro didático do PNLEM/2008, se utilizou o Guia dos Livros Didáticos nesse processo, se o livro recebido foi mesmo o escolhido e com quem o professor fez a escolha. A segunda parte do questionário era constituída por uma questão com a utilização da escala de Likert e teve como objetivo o levantamento das ideias de passado dos professores de História incluídos na pesquisa. A conceituação sobre o passado vem da obra de Oakeshott (2003), Lowenthal (1989) e Rüsen (2001) para os quais existem várias classificações possíveis para o passado, que vão desde o passado encapsulado até o passado historiográfico. Este trabalho foi realizado entre os meses de maio e novembro de 2010.

Após a aplicação do “Questionário Piloto 1” o universo de professores foi definido em vinte e três professores e doze escolas que participarão da continuidade da pesquisa.

Considerações

Foi possível fazer algumas observações preliminares sobre o trabalho do professor de História de escola pública de Ensino Médio no estado do Paraná, sobre o livro didático escolhido no PNLEM/2008 e sobre suas ideias sobre o passado.

A primeira informação que pode ser considerada importante é o alto índice de professores não licenciados, ou seja, são professores contratados temporariamente para atuar

no ensino público estadual. A categoria não licenciado diz respeito não somente aos professores que não tem formação completa na área de atuação, os alunos de graduação, mas também aos professores que são formados, mas que não são concursados.

A maioria dos professores concursados do Quadro Próprio do Magistério, os chamados QPM's, atuantes no ensino Médio na área de História têm habilitação em História e o concurso do qual participaram para ingresso foi na área de História, embora existam alguns casos levantados em que a disciplina de concurso do professor é Sociologia, Filosofia ou até da área de Línguas e o professor ministre aulas de História no Ensino Médio.

Outra observação que pode ser feita após este levantamento foi o tempo que o professor está no estabelecimento em que ele trabalha. Pela característica de alta rotatividade dos profissionais da educação do ensino público, acreditava-se que seria pouco tempo o período que os profissionais atuariam em cada escola. O que se verificou na pesquisa é que os professores tem em média dezessete anos de atuação no magistério e nove anos de permanência média nas escolas em que estão lotados. Alguns professores estão lotados e em exercício na mesma escola há mais de 22 anos.

Das trinta e nove escolas onde foram aplicados o Questionário Preliminar, dezoito ficaram fora da pesquisa por variadas razões que vão desde a afirmação feita por parte do diretor que a escola não recebeu o livro escolhido, passando por professores listados no site da SEED/PR que estavam afastados por problemas de saúde ou falecimento até profissionais que não trabalhavam mais nas escolas pesquisadas. Dessa maneira o universo de professores reduziu-se de 76 professores para 53 professores.

Após a aplicação do “Questionário Piloto 1” o universo de professores foi definido em vinte e três professores e doze escolas que participarão da continuidade da pesquisa, pois foi constatado que nove professores não participaram do processo de seleção do livro didático; dez afirmaram que o livro recebido não foi o que eles escolheram e outros onze questionários apresentaram inconsistências entre as respostas dos professores. Estas informações levantaram algumas questões sobre o processo de escolha do livro didático do PNLEM: como professores que não participaram da escolha, mas que foram indicados pelos diretores como participantes, profissionais que não receberam o livro escolhido mesmo participando do processo de escolha e mestres que fizeram afirmações contraditórias sobre o processo de escolha do livro didático nas escolas que trabalham.

O Livro Didático escolhido e utilizado pelas escolas participantes é intitulado HISTÓRIA, é de volume Único, de autoria de Gislaíne Campos Azevedo SERIACOPI e Reinaldo SERIACOPI, editado em São Paulo, pela Ática, no ano de 2005. Foi o livro

recebido pela maioria das Escolas Públicas de Ensino Médio do município de Curitiba, a partir de uma lista de dezenove obras disponibilizadas pelo PNLEM para escolha dos professores das escolas do ensino médio. Estas trinta e sete escolas representam um percentual de 34,9 % das 106 escolas que participaram do processo de escolha do PNLEM 2008, segundo dados retirados do site do FNDE.

O Livro de História escolhido por somente uma escola e que faz parte da pesquisa é intitulado NOVA HISTÓRIA INTEGRADA, também é de volume Único e de autoria de João Paulo Mesquita Hidalgo FERREIRA e Luis Estevam de Oliveira FERNANDES, pela Companhia da Escola em 2005 e representa 1,06 % das escolas que participaram do processo de escolha do livro didático.

A análise das respostas dos questionários fundamenta-se nos referenciais conceituais propostos, mas é válido afirmar que as respostas não são excludentes entre elas e estas categorias foram observadas através do padrão de respostas dos professores.

Foi possível observar que os professores afirmam, em sua grande maioria, utilizar o livro didático para a sua prática pedagógica. Esta utilização observada no estudo vai ao encontro de outros resultados de pesquisas ocorridas em outros países, como o México e a Espanha, onde os professores também afirmam utilizar o livro didático, conforme as considerações expressas no III Seminário Iberoamericano de Didática das Ciências Sociais, por Arista, Bonilla e Lima (2010), ao se referirem ao livro gratuito no México e por Valls, quando trata dos modos de uso do livro em sala de aula.

Oito professores afirmaram que a escolha ocorreu com todos os professores de História do Ensino Médio da escola e o mesmo número afirmou que fez esta escolha juntamente com o pedagogo.

O passado entendido enquanto memória, enquanto evocação é compreendido como a somatória de todas as experiências do indivíduo (OAKESHOTT, 2003). Esta questão teve concordância total em quatorze respostas e concordância parcial em quatro respostas dadas pelos professores da pesquisa. Somente um profissional discordou totalmente da afirmação presente no questionário. As respostas mostram que o professor considera como válido o entendimento do passado como natural e passível de ser resgatado através de lembrança, não tendo uma necessidade de resgate histórico de cunho científico.

A ideia de passado que tem uma função para a organização da vida cotidiana é regida por uma orientação de cunho prático. O passado se compõe de objetos que são estimados em termos de fins práticos, ocupando uma função concreta na existência cotidiana (OAKESHOTT, 2003). Esta ideia foi aceita totalmente por dezessete professores e aceita

parcialmente por quatro. O passado tem uma utilidade prática para a resolução de problemas através da busca de solução em fenômenos passados. A utilidade prática do passado é responsável pela contextualização do passado através de uma necessidade presente.

O passado enquanto conhecimento científico construído pelo historiador está ligado a preocupação científica com o passado, com a construção do conhecimento histórico (BLOCH, 2001). Esta questão foi considerada como totalmente aceita ou aceita parcialmente por quatorze professores. É válido observar que quatro dos professores não concordam parcialmente com esta afirmação e dois são totalmente contrários a ela. Estas respostas levaram ao levantamento de algumas questões que dizem respeito à elaboração e importância do passado para a ciência histórica, na visão destes professores; como é construída a ciência histórica se o passado não é um componente de prioridade no seu entendimento e por fim estudos posteriores devem ser feitos para elucidar essa questão.

Passado como registro que ainda se encontra na atualidade. Esta concepção está ligada ao conjunto dos objetos do passado, que corresponderam no seu tempo a realizações humanas que foram manifestações performativas de um presente-futuro passado (OAKESHOTT, 2003). Esta questão foi a que gerou maior discrepância entre as repostas, pois ocorreram nove respostas de concordância total ou parcial, sete de discordância total e parcial e cinco respostas neutras.

A pesquisa sobre o conceito de passado e das ideias mostradas nos livros didáticos usados pelos professores do Ensino Médio da cidade de Curitiba, mostra que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para o entendimento do trabalho pedagógico do professor em sala de aula e que os conceitos que este profissional tem interferem na maneira como ele desenvolve a sua aula e nos modos como ocorre a relação de aprendizagem dos alunos. O conceito de Significância Histórica mostra assim sua pertinência no estudo da realidade escolar e nas relações da cultura escolar.

O trabalho prossegue no ano de 2011 com a análise dos conceitos de passado presente nos livros didáticos escolhidos e no estudo da relação entre as ideias de passado do professor e os conceitos de passado presentes no livro didático e que são significantes para o professor de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Olinda Pereira. **Concepções de professores e alunos sobre significância histórica**: um estudo no 3º ciclo do ensino Básico. 2007. 319 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências da Educação - Supervisão Pedagógica em Ensino da História) - Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2007.

ARISTA TREJO, Verónica; BONILLA CASTILLO, Felipe; LIMA MUÑIZ, Laura. Manuais escolares: La tradición del libro de texto gratuito en México y su uso en el aula. In: SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 3, 2010, Curitiba. **Resumos...** Curitiba: Núcleo de Pesquisa em Publicação Didática/UFPR, 2010. p. 16.

BARTON, K. C.; LEVSTIK, L. Explicações da Significância Histórica em alunos do Ensino Básico. **O Estudo da História**, n. 4, p. 207-236, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Acompanhamento da distribuição do PNLEM/2008. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pls/simad_fnde/!simad_fnde.SISADWEB_1_PC>. Acesso em 28/03/2010

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Estabelece Princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas para o ensino médio de Língua Portuguesa e Literatura, Biologia, Física, Química, Matemática, Geografia e História. In: Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio - PNLEM/2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005, 77 p.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº. 38 de 15 de outubro de 2003. Dispõe sobre a implantação do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 de out. 2003, disponível em < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2003/res038_15102003.pdf>. Acesso em 28 mar. 2010.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de dez. 1996. Seção IV, artigo 35.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1999. 364 p.

_____. Portaria nº. 907, de 14 de abril de 2006. Divulga o resultado das avaliações dos Livros Didáticos dos Componentes Curriculares de História e Geografia, realizados no âmbito

do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLE/2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 17 de abr. 2006.

CASTRO, Júlia. Perspectivas de alunos do ensino secundário sobre a interculturalidade e o conhecimento histórico. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 28-73, jan./jun., 2007. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em 28 mar. 2010.

CERCADILLO, L. **Significance in History**: student's ideas in England and Spain. Given at the Symposium Creating Knowledge in the 21 century: Insights from Multiple Perspectives - AERA Conference. New Orleans, 2000.

CHAVES, Fátima Rosário Costa. **A significância de personagens históricas na perspectiva de alunos portugueses e brasileiros**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - Supervisão Pedagógica em Ensino de História) - Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2006.

CHAVES, Fátima. Personagens da História: perspectiva de alunos portugueses e brasileiros em final de escolaridade básica. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 10-27, jan./jun., 2007. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em 28 mar. 2010.

CHESNEAU, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a História e os Historiadores. SP: Ática, 1995.

CUESTA FERNANDEZ, Raimundo. **Clio en las aulas**. Madrid: Akal, 1998

FORQUIN, J. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRONZA, Marcelo. **O significado das histórias em quadrinhos na educação histórica dos jovens que estudam no ensino médio**. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Setor de Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica: a escolha de recursos na aula de História. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 164, p. 131-150, 2006. Edição especial.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História: Trabalhos da Memória. São Paulo: PUC, n. 17, 1989.

MEC. Portaria nº. 2.922, de 17 de outubro de 2003. Aprova o programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de out. 2003, disponível em: <www.abrelivros.org.br>. Acesso em 28 mar. 2010.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio. **A formação da Consciência Histórica como objetivo do ensino de História no Ensino Médio**: o lugar do material didático. 2005. 208 f. Tese

(Doutorado em Educação – Setor de Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História**. Rio de Janeiro: Topbooks/Liberty Fund. 2003, 292 p.

PARANÁ. **Portal Educacional do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em 28 dez. 2010.

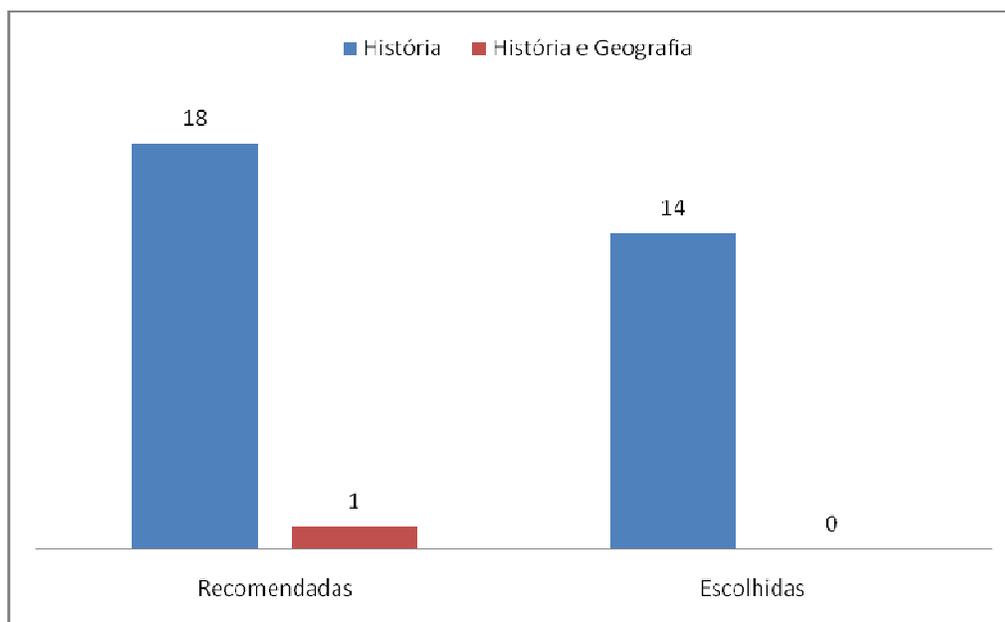
_____. Portal Educacional do Estado do Paraná. **Consulta à profissionais da educação**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em 28 dez. 2010.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Trajetórias da Investigação em Didática da História no Brasil: a experiência da Universidade Federal do Paraná. **Revista on-line Epistemología y Metodología de las Ciências Sociales**, 2007, p. 1-13. Disponível em <<http://www.ub.es/histodidactica>>. Acesso em 28 mar. 2010.

ANEXOS

GRÁFICO 1: Obras Recomendadas e Escolhidas pelo PNLEM/08 – Curitiba



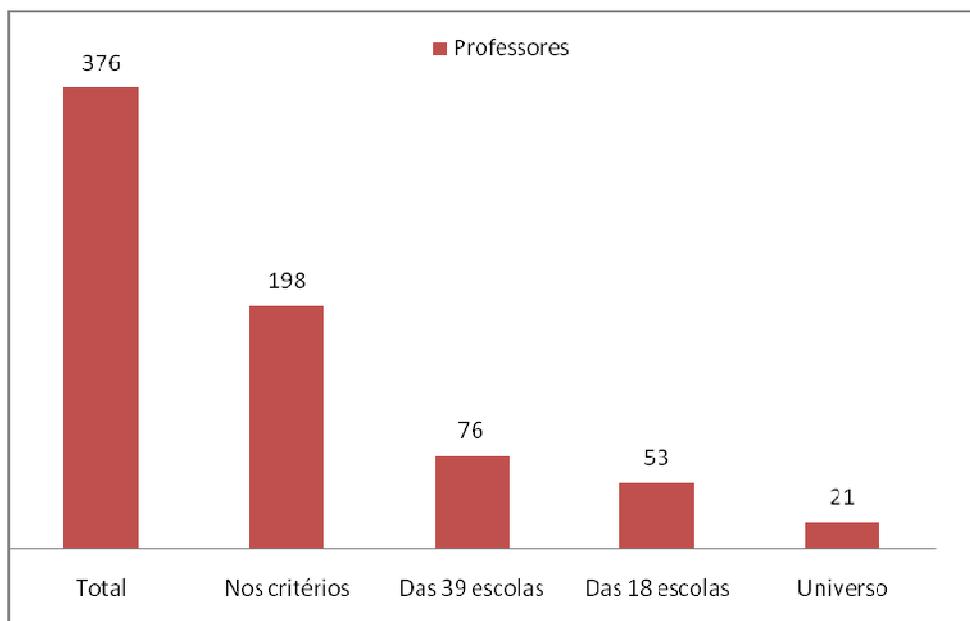
Fonte: BRASIL. Portaria nº. 907, de 14 de abril de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 17 de abr. 2006.

TABELA 1: Obras do PNLEM Escolhidas Pelas Escolas

LIVROS	ESCOLAS
Livro 01	37
Livro 02	12
Livro 03	09
Livro 04	09
Livro 05	07
Livro 06	06
Livro 07	06
Livro 08	05
Livro 09	04
Livro 10	04
Livro 11	03
Livro 12	02
Livro 13	01
Livro 14	01

Fonte: BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Acompanhamento da distribuição do PNLEM/2008.

GRÁFICO 2: Professores de História QPM's de Curitiba 2007-2010



Fonte: PARANÁ. Portal Educacional do Estado do Paraná. **Consulta à profissionais da educação.** [sic] Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em 28 mar. 2010.

A IDEIA DE ESCRAVIDÃO PRESENTE NA NARRATIVA DE MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Rosi Terezinha Ferrarini GEVAERD¹

rosifgevaerd@yahoo.com.br

RESUMO: Esta investigação insere-se no Grupo de Pesquisa em Educação Histórica vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – LAPEDUH, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Schmidt. Para esta comunicação destaco a pesquisa que estou desenvolvendo e que parte da seguinte questão de investigação: De que forma a ideia de escravidão está presente na narrativa de manuais didáticos de história das séries iniciais do ensino fundamental? Inicialmente, a pesquisa consistiu em análise documental de Manuais didáticos do PNLD/2010, 2.º ao 5.º ano do ensino fundamental. Em seguida, busquei ver se, para as professoras, o manual adotado na escola pode ser considerado “um bom livro de História” a partir da perspectiva de RÜSEN (1997) e MEDEIROS (2005).

PALAVRAS-CHAVE: Educação histórica; Manuais didáticos PNLD; Ideia de Escravidão.

ABSTRACT: This investigation is inserted in the Group of Research on Historical Education linked to the Laboratory of Research in Historical Education (*Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – LAPEDUH*) integrated to the Post-Graduation Program in Education from the Federal University of Paraná, under the coordination of Prof. Dr. Maria Auxiliadora Schmidt. For this communication I will highlight the research I am developing which starts from the following research question: In what way is the concept of slavery present in the narratives from history didactic manuals belonging to the beginning grades of basic education? Initially, the research consisted of documental analysis of Didactic manuals from the PNLD/2010 (Brazilian National Program of Didactic Manuals) from 2nd to 5th grades of basic education. After that, I tried to see if, for the teachers, the manual adopted in the school

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2009), contou com a orientação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt; Pós-Doutorado – UFPR, Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas (NPPD), com a supervisão da Profa. Dra. Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia, no período de março de 2011 a março de 2012. Professora de História da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Atua na Secretaria Municipal da Educação com a formação continuada de professores.

could be considered “a good History book” from the perspective of RÜSEN (1997) and MEDEIROS (2005).

KEYWORDS: Historical education; Didactic manuals from the PNLD; Concept of Slavery.

INTRODUÇÃO

O Projeto “Aprender a ler e aprender a escrever em História”, aprovado como bolsa produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), 2009-2012, constitui uma das ações do conjunto de atividades do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH), integrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt.

No conjunto destas ações está o “Grupo de Pesquisa em Educação Histórica”² que tem como um dos objetivos centrais reunir um grupo de pesquisadores³, mais especificamente, doutores e mestres com trabalhos já defendidos, para levantamento de dados comparativos entre Brasil e outros países que realizam pesquisas em Educação Histórica.

Estas pesquisas têm tomado como foco um conjunto de investigações sobre a forma como a narrativa histórica escolarizada tem tratado a temática da escravidão no Brasil e sua relação com a formação da consciência histórica de jovens escolarizados, tendo como pressupostos teóricos os princípios específicos da Educação Histórica, especialmente, os que fundamentam as investigações que têm como preocupação os estudos sobre formação de consciência histórica, como os trabalhos de LEE (2001; 2003); RÜSEN (2001; 2007);

² No 1º semestre de 2010, durante o Seminário realizado sob a coordenação da Profa. Maria Auxiliadora Schmidt, com os professores do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) – Programa de Governo do Estado do Paraná –, surgiu uma demanda por parte destes professores em relação à discussão da questão da escolha dos manuais didáticos do PNLD/2011. Nesse sentido, ocorreu a ampliação do projeto do “Grupo de Pesquisa em Educação Histórica”, numa perspectiva de projeto colaborativo – professores da rede pública e privada e os pesquisadores do referido grupo. Este processo está sendo implementado no 2º semestre deste ano, para que os resultados destas discussões sejam apresentadas no 3º Seminário de Educação Histórica, a ser realizado em novembro do ano em curso, na UFPR.

³ Dra. Ana Cláudia Urban, Rede Estadual de Ensino do Paraná e Faculdade Sant'Ana – Ponta Grossa; Dr. Daniel Hortêncio de Medeiros, Universidade Positivo; Dr. Geysong Dongley Germinari, Pesquisador UFPR/LAPEDUH; Dra. Marlene Terezinha Grendel, Rede Municipal de Ensino de Araucária e Rede Estadual de Ensino do Paraná; Dra. Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd, Rede Municipal de Ensino de Curitiba; Ms. Alamir Muncio Compagnoni, Rede Municipal de Ensino de Araucária; Ms. Adriane de Quadros Sobanski, Rede Estadual de Ensino do Paraná e Rede Particular de Ensino do Paraná; Ms. Henrique Rodolfo Theobald, Rede Municipal de Ensino de Araucária; Ms. Lilian Costa Castex, Rede Municipal de Ensino de Curitiba; Ms. Lindamir Zeglin, Rede Municipal de Ensino de Araucária.

SCHMIDT (2002; 2006); SCHMIDT e GARCIA (2006); SCHMIDT e BARCA (2009), entre outros.

Para nortear as pesquisas levantou-se a seguinte questão de investigação: De que forma a instituição de determinadas narrativas históricas pela história escolarizada tem contribuído para a formação da consciência histórica sobre a escravidão no Brasil?

Os pesquisadores têm investigado a temática em pauta em produtos da cultura escolar e nas ideias de alunos e professores⁴, tais como: Revistas de História (paradidáticas); Publicações acadêmicas de História (Anais); Manuais didáticos do Ensino Fundamental e Médio (Programa Nacional do Livro Didático – PNLD); Questões de vestibular; Ideias de escravidão em alunos do ensino básico; Ideias de escravidão em professores de história do ensino básico.

Para esta comunicação apresento alguns resultados da pesquisa que estou desenvolvendo no grupo. Para empreender a investigação defini os seguintes objetivos: Identificar se o conceito substantivo escravidão está presente nas narrativas dos livros didáticos do PNLD/2010; Identificar as ideias expressas pelos alunos em relação ao conceito substantivo escravidão.

Diante disso, delinee a seguinte questão de investigação: “De que forma a ideia de escravidão está presente na narrativa de manuais didáticos de história das séries iniciais do ensino fundamental?”

A partir disso, delimitei o campo de investigação. Uma escola da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, turmas de 4º e 5º anos do ensino fundamental, com alunos entre 8 e 11 anos de idade, na medida em que atuo com a formação continuada de professores desta rede de ensino.

A metodologia de pesquisa consistiu em análise documental dos livros didáticos das séries iniciais, PNLD/2010, para identificar a presença, ou não, do conceito substantivo escravidão; questionário para os professores; questionário para os alunos; produção de narrativas pelos alunos; observação não-participativa, ou seja, acompanhar as aulas de história das referidas turmas, durante a aula que trata do conceito substantivo escravidão, sem interferência nas aulas das professoras.

⁴ Alguns resultados destas investigações foram apresentados no 1º Colóquio do Grupo de Pesquisa em Educação Histórica, com a temática *Escravidão: Perspectivas da Educação Histórica*, realizado no dia 12 de junho, na UFPR.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Na esteira dos estudos das disciplinas escolares⁵, Cuesta Fernandes, que tem buscado como fontes os manuais e os programas escolares, os denomina de *textos visíveis* do *código disciplinar* da história escolar (CUESTA FERNANDEZ, 1997, p. 12,13).

Além dos *textos visíveis*, segundo o autor, há que se buscar outras fontes para a reconstrução do *código disciplinar* do ensino de História. Seriam os *textos invisíveis* do *código disciplinar*, “os conteúdos escolares da prática de ensino”. Deste modo, para essa reconstrução há que se “diversificar” as fontes: “fotografia, pintura, espaços e arquiteturas escolares, regulamentos, memórias de centros, testemunhos orais, entrevistas, informes administrativos etc.” Todavia, para se obter essa diversidade de material é necessário um “custoso esforço de descobrimento, recompilação e reconstrução” de informações para poder “encaixar as peças deste quebra-cabeças que é o *código disciplinar* da História.” (CUESTA FERNANDEZ, 1997, p. 21).

Para este autor, *código disciplinar*⁶, é:

“Uma tradição social que se configura historicamente e que se compõe de um conjunto de idéias, valores, suposições e rotinas, que legitimam a função educativa atribuída à História e que regulam a ordem da prática de seu ensino. O código disciplinar da História, alberga, pois, as especulações e retóricas discursivas sobre seu valor educativo, os conteúdos de ensino e os arquétipos da prática docente, que se sucedem no tempo e que se consideram, dentro da cultura, valiosos e legítimos.”
(CUESTA FERNANDEZ, 1997, p. 20)

Para o autor o manual didático constitui um gênero literário que se constrói historicamente e que possui marcas que permitem diferenciá-lo de outros instrumentos de comunicação verbal. Todo manual didático possui algumas chaves pedagógicas explícitas ou tácitas e define, direta ou indiretamente, um modelo didático.

O autor entende o texto didático como:

o conjunto de suposições e normas tangíveis ou intangíveis, visíveis ou invisíveis, que governam seu discurso e seu uso: desde a freqüente adoção de um estilo frio e

⁵ Autores que têm discutido a questão: CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação, 2, 1990; JULIÁ, D. *Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação*. In: LOPES, A. C.; entre outros.

⁶ Conceito de *código disciplinar*, apreendido por Cuesta Fernandes, a partir do conceito construído por Hobsbawm (2002), o de “invenção da tradição”, entendido como uma “longa tradição social inventada, não de uma vez por todas, mas que vai sendo recriada”.

impessoal, como se não existisse o aluno, como se a narração fosse transescolar, até a seqüência de atividades e a atribuição de papéis aos intervenientes no processo de ensino e aprendizagem. (CUESTA FERNANDEZ, 1998, p.107)

Nesse sentido, o manual didático possui uma "marca pedagógica", ou seja, as relações entre texto escrito e visual, a existência de partes dedicadas a recapitular o texto principal, os esquemas e gráficos. Esses elementos estão, habitualmente, colocados ao final de cada tema, e são conhecidos como os "questionários de estudo", nos quais são propostas perguntas para confirmar o que foi estudado, e que servem para memorizar uma determinada interpretação histórica, sugerindo, outras vezes, um conjunto de "atividades de análises e de aplicação", com a intenção de aplicar o estudo, mediante atividades e questões de diferentes categorias, por exemplo: "Explique as diferenças entre..." (CUESTA FERNANDEZ, 1998, p.109).

Este esquema formal contém em seu interior um "subentendido pedagógico" da representação da história em aula, sendo que o ponto principal é o discurso já "acabado" da história e sobre o qual deve "versar a explicação do professor" (CUESTA FERNANDEZ, 1998, p.110).

Os primeiros manuais didáticos de história, de acordo com Cuesta Fernandez (1998, p.112), revivem esquemas básicos da antiga história universal. O programa em que se inspiravam impõe aos textos "uma concepção linear, diacrônica e eurocêntrica do devir histórico". O tipo de ensino proposto nesses livros resultava da tradição da "História sem pedagogia", ou seja, o pedido de explicação ao aluno ao final da lição, sendo que as atividades são mero complemento ou reforço do discurso do professor, de suas explicações ou, o que é o mesmo, do texto escrito que figura como trama narrativa central das lições.

Do ponto de vista do modelo didático, Cuesta Fernandez (1998, p.115-116), observa que houve algumas mudanças desde os primeiros manuais até a década de 1970, em que os documentos e fontes figuravam em uma posição marginal, e na década de 1980, em que o espaço dedicado aos documentos históricos começa a competir com o espaço assegurado ao discurso narrativo. As imagens, aos poucos, deixam de desempenhar uma função "vicária" do texto e tornam-se uma categoria componente do aparelho pedagógico dos novos manuais. Cada vez mais, o manual didático propõe aos alunos atividades de análise e uso de documentos históricos.

Desse modo, diz Cuesta Fernandez (1998, p.116), os novos manuais didáticos apresentam uma ambivalência: por um lado, continuam utilizando como ponto central o discurso histórico em um texto narrativo impessoal de tipo objetivo e, por outro, apresentam

fontes e documentos históricos de todo tipo, propondo atividades que recriam os procedimentos adotados pelos historiadores e sua forma de pensar.

No entanto, o manual didático, ainda que em sua versão mais avançada, segue sendo exemplar de um "saber fossilizado" e de uma determinada maneira de aprender e de ensinar história (CUESTA FERNANDEZ, 1998, p.116-117).

Além disso, neste trabalho o manual didático está sendo tomado na perspectiva dos estudos de Circe Bittencourt (2001). Segundo esta autora, desde o século XIX, o manual didático tem sido um importante instrumento utilizado em sala de aula, na medida em que tem servido "como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor" (BITTENCOURT, 2001, p.72).

O manual didático passa pela intervenção do professor e dos alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados, podendo tornar-se um instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. Mesmo que o manual didático se caracterize pelo texto "impositivo e diretivo", a atuação do professor é fundamental, na medida em que define a sua forma de uso, pois cabe ao professor, na maioria das vezes, a escolha do livro, os capítulos a serem trabalhados, a metodologia adotada para a leitura – em grupo ou individual, assim como as tarefas decorrentes da leitura, que são opções exclusivas do professor (BITTENCOURT, 2001, p.73-74).

Além de um "depositário dos conteúdos escolares" e um "instrumento pedagógico", como indicado por Cuesta Fernandez (1998), o manual didático é considerado, no dizer de Bittencourt (2001, p.71-72), como uma "mercadoria", na medida em que é um produto de edição que segue as tendências de fabricação e comercialização obedecendo à lógica do mercado. Ademais, é um "veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura", ou, nas palavras de Cuesta Fernandez (1998, p.28), um instrumento de "inculcação ideológica". De acordo com Abud (1984, p.81), o manual didático tem sido um dos canais de transmissão e, sobretudo, de "manutenção dos mitos e estereótipos" da história.

Ainda, neste trabalho, parto dos estudos de Peter Lee (2001; 2005), no que se refere aos conceitos substantivos da história presentes em aulas de história, nesse caso, o conceito de escravidão.

Conceitos substantivos da história, diz Lee (2005, p.61), são conceitos como comércio, nação, protestante, escravo, tratado ou presidente, e são encontrados quando trabalhamos com tipos particulares de conteúdos históricos. Eles são parte do que podemos

chamar de *substância* da história e, por isso, têm sido denominados *conceitos substantivos*. Tais conceitos pertencem a diferentes tipos de atividade humana, como a econômica, a política, a social e a cultural.

Tendo como referencial teórico este conjunto de autores a fase inicial da pesquisa consistiu em análise documental de Manuais didáticos do PNLD/2010, 2º ao 5º ano do ensino fundamental, para em seguida, buscar ver as ideias de alunos e professores em relação ao conceito escravidão em Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME).

PERCURSO METODOLÓGICO

Em janeiro de 2003, é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica (BRASIL, 2003).

Segundo, Luiz Carlos Paixão da Rocha (2010, p.1): Apesar de o movimento social negro considerar a lei como uma importante conquista, estudos recentes têm apontado enormes dificuldades para a efetivação da nova legislação em todo o país. Em vigor há mais de seis anos, a mesma, ainda não conseguiu dar início a um processo mais consistente de alteração da cultura da discriminação presente na maioria das escolas brasileiras.

No entanto, a determinação da lei acabou por refletir-se em mudanças significativas no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (BRASIL, 2009). Na área de História, de acordo com a equipe de avaliação do Programa, um marco relevante foi o estabelecido pela referida lei, assim como a Lei nº 11.645 de 2008 (BRASIL, 2008), sobre a obrigatoriedade da História e da Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas como conteúdo escolar, na medida em que uma das aplicações destas leis é a “obrigatoriedade de os livros escolares da disciplina tratarem de temas da História da África e da participação de afrodescendentes e indígenas na sociedade brasileira” (BRASIL, 2009, p.11).

A partir desta determinação, busquei identificar se o conceito substantivo escravidão está indicado a ser ensinado como um conteúdo escolar. Para tanto, fiz o levantamento dos títulos dos manuais avaliados e aprovados pelo PNLD/2010 para as séries iniciais do ensino fundamental e apresentados no Guia do Livro Didático de História (BRASIL, 2009).

Após análise das 32 coleções⁷, constatei que o conceito está indicado, em alguns anos de escolarização, de forma implícita e, em outros, de forma explícita, conforme quadro abaixo:

CONCEITO ESCRAVIDÃO

Indicado de forma implícita	Indicado de forma explícita
2º ano - 03	5º ano - 11
3º ano - 02	4º e 5º ano - 07
4º ano - 03	4º ano - 04
5º ano - 02	
2º e 5º ano - 01	
3º e 4º ano - 01	
4º e 5º ano - 02	
2º, 3º e 5º ano - 01	

Constatei que nas 32 coleções o conceito está indicado como conteúdo a ser ensinado, com maior ênfase e de forma explícita, nos 4º e 5º anos. Em 11 (onze) coleções o conceito está indicado no 5º ano; em 04 (quatro) está indicado no 4º ano e em 07 (sete) coleções está indicado no 4º e 5º anos.

Em seguida, analisei as narrativas destes manuais didáticos e constatei que as ideias mais recorrentes são: “... submetidos a trabalhos forçados e maus-tratos”; “...vieram para o Brasil forçados, como escravos”; “Desde o começo os escravos reagiram contra a escravidão...” e de “Em busca da liberdade: luta e resistência...”, entre outras.

Tendo identificado as ideias expressas nos manuais em relação ao conceito escravidão, obtive a seguinte categorização:

CATEGORIAS

⁷ Conhecer e Crescer: História; Novo Viver e Aprender História; De Olho no Futuro: História; História, Imagens e Textos; Pelos Caminhos da História; Novo Interagindo com a História; Mundo para Todos: História; Projeto Pitangua: História; A Escola é Nossa: História; Projeto Buriti: História; Tempo de Aprender: História; Eu Conto História: Minha Infância; Caracol: História; Aprendendo Sempre: História; Asas para Voar: História; Fazer e Aprender História; Aroeira: História; Brasiliana: História; Projeto Conviver: História; Projeto Prosa: História; História Tantas Histórias; Curumim: História; Horizontes: História com Reflexão; Novo Bem-Me-Quer: História; História no Dia a Dia; Conversando sobre História; Hoje é Dia de História; Pensar e Viver: História; Ler o Mundo: História; O Mundo em Movimento: História; História para Crianças; Para Gostar de História.

IDEAIS MAIS RECORRENTES	
OS POVOS QUE VIERAM DA ÁFRICA	<p>“A gente que veio da África...”</p> <p>“Os africanos...”</p> <p>“Um pouco sobre a história da África...”</p>
TRABALHO ESCRAVO	<p>“... submetidos a trabalhos forçados e maus-tratos...”</p> <p>“...vieram para o Brasil forçados, como escravos...”</p>
LUTA E RESISTÊNCIA	<p>“Desde o começo os escravos reagiram contra a escravidão....”</p> <p>“Em busca da liberdade: luta e resistência...”</p> <p>“Quilombos: resistência à escravidão...”</p> <p>“Uma história de luta e resistência...”</p> <p>“Afro-brasileiros: uma história de luta...”</p> <p>“Havia quilombos em todo o Brasil, e eles significavam um ponto de resistência à escravidão; por isso, foram duramente combatidos.”</p>
FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO/CULTURA BRASILEIRA	<p>“A cultura brasileira mantém traços marcantes da música, da culinária e da religião africana e absorvem palavras que hoje fazem parte da nossa língua.”</p> <p>“A contribuição negra está presente em vários aspectos de nossa vida, por exemplo, na culinária, na música, na dança e na religiosidade.”</p> <p>“Quando vieram da África, como escravos para o Brasil, os negros trouxeram muitos costumes da sua terra. Morando aqui eles mudaram seu jeito de viver, mas continuaram a participar de festas com jogos, danças e batuques. Um desses jogos praticados pelos negros é a capoeira.”</p>

Pude constatar que, de modo geral, estas narrativas estão muito próximas das narrativas de historiadores clássicos da historiografia brasileira, pois como aponta Adriane Sobanski (2008) em sua dissertação de mestrado⁸, “O que temos constatado é que sobre a História da África ainda pesam as mesmas referências culturais idealizadas e defendidas por teóricos como Oliveira Viana, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre orientando as interpretações de um passado tido como único e verdadeiro”.

Isto me levou a buscar na historiografia brasileira se existem algumas aproximações entre as narrativas destes autores e a narrativa do manual didático. Exemplo:

⁸ Dissertação de mestrado sob o título: *Como os professores e jovens estudantes do Brasil e de Portugal se relacionam com a idéia de África.*

Na narrativa do manual didático:

2 A sociedade mineradora

A extração do ouro era feito por escravos

(...)

*O trabalho de extração do ouro era muito duro e, geralmente, feito por **escravos**. Muitos deles contraíam doenças respiratórias, pois passavam grande parte do dia com os pés na água. (Costa Junior, 2007, 5º ano, p.26). (Grifo do autor).*

Na narrativa do historiador:

Nina Rodrigues – Os africanos no Brasil⁹:

*“A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização. Somente ela guardou, nos primeiros tempos, a feição portuguesa de fenômeno secundário, limitado ao serviço doméstico. Surgiu como problema brasileiro quando, faltando o índio, que sucumbia ou era protegido pelos jesuítas, e começando a escassear os braços para a lavoura e, mais tarde, **para o trabalho das minas, se criou um comércio de escravos direto, entre a nova Colônia e a África**”. (1976, p.14). (Grifo meu).*

Nesta narrativa fica evidenciada a presença de alguns elementos da historiografia clássica nos manuais didáticos.

Estas análises estão em fase de realização, portanto, não podendo ainda ser apresentadas com maior especificidade.

Concomitante a isto, após a análise das 32 coleções do PNLD/2010, optei por um recorte. Identificar os manuais adotados nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Após levantamento, obtive os seguintes resultados: das 168 escolas que escolheram manuais didáticos do PNLD/2010, das 32 coleções, 19 foram escolhidas. Sendo que a mais escolhida, por 30 escolas, foi A Coleção PROJETO BURITI: HISTÓRIA (COSTA JUNIOR, 2007).

A partir deste levantamento definiu-se a escola¹⁰ para realizar a investigação, ou seja, uma das escolas que recebeu o livro mais adotado nas escolas municipais. Constituindo-se, portanto, no campo de pesquisa deste estudo.

Após permissão oficial da Secretaria Municipal da Educação realizou-se o contato com a referida escola e, em seguida, conversa com as professoras para explicar o motivo e

⁹ 1ª edição – 1932.

¹⁰ Como indicado nos procedimentos da pesquisa qualitativa o nome da escola não será identificado, bem como, os nomes das professoras são fictícios.

procedimentos da minha investigação. Abaixo, quadro com os dados profissionais e acadêmicos das professoras de 4º ano e 4ª série¹¹, regentes e corregentes:

<i>Nome</i>	<i>Ano/série Turma</i>	<i>Graduação</i>	<i>Especialização</i>	<i>Iniciou suas atividades docentes</i>	<i>Atuação neste ano de escolarização</i>
Sandra	4º ano A	Normal Superior	Educação Especial	1992	2008
Jussara	4º ano B	Ciências e Matemática; Pedagogia	Alfabetização; Matemática Infantil; Psicologia (cursando)	1992	1992
Marina	4ºs anos (corregente)	Pedagogia; Normal Superior	_____	1989	2007
Ana	4ª série A	Educação Artística	Arte e Educação Curso de extensão: História da África - UFPR	1980 (aposentada); reiniciou em 2009	2005
Marcia	4ª série B	Sociologia	Psicopedagogia; Teologia	1985	2005
Andrea	4ª série C	Pedagogia	_____	2003	02 meses
Laura	4ªs séries (corregente)	Educação Artística	Estética de Arte – Teatro	1982	1981

Das 07 (sete) professoras entrevistadas, 02 (duas) são de 4º ano; 03 (três) são de 4ª série; 02 (duas) são corregentes¹².

Quanto à formação acadêmica, as professoras possuem formação superior. Sendo que 02 (duas) em mais de um curso. Concentram-se 03 (três) em Pedagogia, 02 (duas) em Educação Artística; 01 (uma) em Ciências e Matemática; 01 (uma) em Sociologia; 01 (uma) Normal Superior.

¹¹ Usa-se a nomenclatura adotada na escola, série e ano, na medida em que a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba iniciou, em 2007, a implementação gradativa dos 9 anos de escolarização no ensino fundamental.

¹² Corregente – professora que atua como auxiliar na sala de aula, especialmente, no acompanhamento de alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem.

Das 07 (sete) professoras, de modo geral, todas tem bastante tempo de experiência profissional, próximo de 20 anos. Somente uma professora possui pouco tempo de serviço, 07 (sete) anos.

Além destas informações, foi solicitado às professoras que preenchessem um questionário. O objetivo foi para saber se, na opinião delas, o livro adotado e recebido pela escola é um “Bom Livro de História”. Para isto, utilizei os critérios apontados por Rüsen (1997) em relação às condições para um bom Livro de História e categorizadas por Medeiros (2005): Utilidade para o ensino prático; Utilidade para a percepção histórica; Utilidade para a interpretação histórica e Utilidade para a orientação histórica.

Quando perguntado: Se já haviam trabalhado com este livro? Todas afirmaram que sim. A seguir, os conteúdos trabalhados pelas professoras:

Professora Ano/ Série	Conteúdos trabalhados
Sandra 4º ano A	Os antigos povos indígenas; A época das grandes navegações; A chegada ao Brasil, dos portugueses.
Jussara 4º ano B	Povos indígenas do Brasil; Aventura dos navegadores portugueses; Os povos que vieram da África.
Ana 4ª série A	Análise das gravuras (livro adotado) Trabalhou com o livro História do Paraná - Indígenas.
Marcia 4ª série B	Paraná: passado e presente; Indígenas.
Andrea 4ª série C	A expansão da Colônia.

As professoras trabalharam com o manual didático recebido na escola. Constatei que o conteúdo mais abordado foi a questão dos *Indígenas*, sendo que 04 (quatro) professoras já haviam trabalhado este conteúdo. Os demais conteúdos trabalhados foram: *A questão das grandes navegações* trabalhada por 02 (duas) professoras; *A chegada ao Brasil* por 01 (uma); *Os povos que vieram da África* por 01 (uma); *A expansão da Colônia* por 01 (uma) professora.

A segunda questão: Você já trabalhou o conteúdo histórico “Escravidão” neste ano? Caso negativo. Você concordaria em investigar os conhecimentos prévios de seus alunos sobre este conteúdo histórico?

A professora Ana comentou que “Sim, já houve introdução ao conteúdo”, mas que gostaria de investigar os conhecimentos prévios de seus alunos para “saber o que eles haviam aprendido”. As demais professoras, não haviam trabalhado este conteúdo e concordaram em aplicar o instrumento de pesquisa com seus alunos. Este procedimento foi realizado no decorrer do 2º semestre de 2010.

A atual fase da pesquisa consiste em analisar as opiniões expressas pelas professoras. Algumas ideias foram apontadas, entre elas, a da professora Marcia que diz: “*Percebo que os textos estão acima da compreensão das crianças*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações podem ser apontadas, entre elas, a de que o conceito substantivo escravidão está indicado de forma explícita nos manuais didáticos do PNLD/2010, mais especificamente, nos volumes para o 4º e 5º anos de escolarização.

De modo geral, as narrativas dos manuais didáticos sugerem uma forte presença da perspectiva clássica da historiografia brasileira tendo como referência autores como Oliveira Viana, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre.

Em relação ao manual didático recebido na escola municipal pesquisada, PROJETO BURITI: HISTÓRIA, constatei que este é usado na sala de aula. De modo geral, as professoras consideram que este manual didático deveria: “aprofundar mais os conteúdos”, “ter um maior detalhamento dos textos”, “apresenta poucas sugestões de leituras”, “apresenta poucos documentos históricos”, entre outras questões.

No entanto, constatei que este não é o único manual usado em aulas de história. Segundo as professoras, elas utilizam, também, o que trata da História do Paraná, de autoria de Graziella Rollemberg, recebido do PNLD/2010, pois no entender delas “este é mais acessível para os alunos”.

Nesse sentido, pode-se dizer que o manual didático de história tem sido usado pelas professoras constituindo-se no *texto visível* do *código disciplinar* da história escolar de acordo com Cuesta Fernandes (2007), pois, segundo este autor, este material tem sido considerado como uma importante fonte de divulgação científica e, portanto, uma das formas adequadas para se ensinar e aprender História.

A partir dessas considerações, ainda que parciais, destaco que esta pesquisa está em andamento e os dados coletados serão utilizados no estudo exploratório durante a investigação a ser desenvolvida no Pós-Doutorado na UFPR, mais especificamente, junto ao

Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas (NPPD), na medida em que os investigadores do referido núcleo têm desenvolvido ações de extensão e pesquisa relacionadas ao uso do manual didático, foco de minha investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. M. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, M. A. (Org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 9 de jan. 2003.

BRASIL. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 10 de mar. 2008.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD: História**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

COSTA JUNIOR, C. **PROJETO BURITI: HISTÓRIA**. Organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editor responsável Cesar da Costa Junior. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

CUESTA FERNANDEZ, R. **Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

CUESTA FERNANDEZ, R. **Clío en las aulas: La enseñanza de la Historia en España entre reformas, ilusiones y rutinas**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

LEE, P. Progressão da compreensão dos alunos em história. In: BARCA, I. **Perspectivas em educação histórica**. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Hist. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001. p.13-27.

_____. “*Nós* fabricamos carros e *eles* tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (Org.) **Educação histórica e museus**. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Lusografe, 2003. p.19-36.

_____. Putting principles into practice: understanding history. In: BRANSFORD, J. D.; DONOVAN, M. S. (Eds.). **How students learn: history in the classroom**. Washington (DC): National Academy Press, 2005.

MEDEIROS, D. H. **A formação da consciência histórica como objetivo do ensino de História no Ensino Médio**: o lugar do material didático. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Cultura, Escola e Ensino, Setor de Educação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2005.

ROCHA, L. C. P. **Políticas Afirmativas e Educação**: A Lei 10639/03 no Contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Políticas e Gestão em Educação, Setor de Educação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

RÜSEN, J. **El libro de texto ideal**: reflexiones entorno a los médios para guiar lês clases de historia. In: Revista Nuevas fronteras de la historia. Barcelona: Graó, n.12, año IV, abr. 1997.

RÜSEN, J. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **História viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.

Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SCHMIDT, M. A. Jovens brasileiros e europeus: identidade, cultura e ensino de história (1998-2000).: **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.Especial, p.183-208, jul./dez. 2002.

_____. Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA: NOVOS PROBLEMAS E NOVAS ABORDAGENS, 7., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. B. **Consciência histórica e crítica em aulas de história**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Museu do Ceará, 2006.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I. Consciência histórica: um diálogo entre países. In: **ENCONTRO NACIONAL “PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA”**, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, 2009.

SOBANSKI, A. Como os professores e jovens estudantes do Brasil e de Portugal se relacionam com a idéia de África. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Cultura, Escola e Ensino, Setor de Educação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.

UM ESTUDO A PARTIR DE PROFESSORES E SUA RELAÇÃO COM CONCEITOS HISTÓRICOS DE MANUAIS DIDÁTICOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

Thiago Augusto Divardim de OLIVEIRA¹

thiagodivardim@yahoo.com.br

RESUMO: O texto discute o conceito de aprendizagem histórica, com objetivo de fundamentar um referencial sobre o que significaria um “bom professor de história”. Tem como pressupostos teóricos principais a exploração de possíveis diálogos entre a teoria da Consciência Histórica e o conceito Consciência Crítica em Paulo Freire, bem como o princípio de que o aprendizado histórico dos alunos baseia-se no desenvolvimento da atribuição de sentido apontado por Rüsen (2001) e Freire (1996). Defende que a aprendizagem histórica colabora para isso se pautada pela ciência da história. A metodologia que permite essa relação baseia-se nos Conceitos Históricos (Rüsen, 2007) e nos conceitos de segunda ordem (Lee, 2001) presentes em manuais didáticos de história. Os resultados até o momento apontam que, apesar dos conceitos de segunda ordem aparecerem em alguns manuais, a presença é pequena em relação ao que se pretende no âmbito da educação histórica.

PALAVRAS-CHAVE: aprendizado histórico; consciência histórica; conceitos históricos; professores de história

ABSTRACT: The paper discusses the concept of historical learning, in order to substantiate a reference about what it would mean a "good history teacher." Its main theoretical exploration of possible dialogue between theory and the concept of Historical Consciousness in Critical Consciousness by Paulo Freire, and the principle that learning history of students is based on the development of attribution of meaning by pointing Rüsen (2001) and Freire (1996). Argues that the historical learning contributes to this is guided by the science of history. The methodology that allows this relationship is based on Historical Concepts (Rüsen, 2007) and second-order concepts (Lee, 2001) found in textbooks on the history. The results so far indicate that, despite the second-order concepts appeared in some textbooks, the presence is small compared to that intended in the context of history education.

KEYWORDS: learning history - historical awareness - historical concepts - history teachers

¹ Mestrando em educação pela Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa em Cultura, escola e ensino. Bolsista REUNI.

Introdução

No período da graduação em Licenciatura em história, durante um evento, foi possível ouvir um historiador, mestrando em educação, relatar o caso de certa professora que, ao ser indagada por um aluno sobre a serventia do ensino de história, ficou sem resposta. Os comentários que seguiram foram no sentido de que se a referida professora não sabia responder a pergunta não era uma boa professora de história. Foi o início de uma reflexão que ganhou forma no trabalho de conclusão de curso intitulado “As características dos 'bons' professores de história: entre a formação, o sistema educacional e a experiência”.²

No trabalho de conclusão de curso, procurei estabelecer um conceito próprio de bom professor de história, baseado no pensamento de Paulo Freire e em conceitos como o da competência narrativa. Por meio de entrevistas, observações em sala de aula e questionários foram comparadas atitudes de professores considerados bons, (de acordo com professores formadores de outros professores) na região de Ponta Grossa, com suas escolhas a respeito de trabalhar com história, se possuem projetos em relação a isso e como consideram que atingem seus objetivos. Estes dados foram cruzados com o modelo teórico de bom professor de História estabelecido para a monografia. Os resultados indicaram que o bom professor de História aproxima-se do modelo estabelecido, mas é caracterizado principalmente pela capacidade de buscar a síntese entre os saberes históricos, a análise do cotidiano e a projeção de futuro a partir de uma orientação temporal informada por competência técnica e objetivos políticos e sociais da ação profissional.

Foi um trabalho realizado com as limitações de um iniciante em pesquisa. No entanto, é interessante ressaltar que os profissionais entrevistados inflacionam a função professor de história, e demonstram formas de engajamento que vão além de suas ações no presente, pois fazem parte de crenças concisas sobre as possibilidades de melhoria da sociedade. Acreditam que, por meio da função professor de história exercem suas possibilidades de ação no processo histórico. A monografia foi concluída, mas as indagações não cessaram.

Como projeto de pesquisa no mestrado buscou-se dar novos encaminhamentos.

² O trabalho de pesquisa foi orientado pelo professor Dr^o Luis Fernando Cerri, e discutiu as características que compõem um bom professor de história, levando em consideração aspectos da consciência histórica e da didática da história trabalhadas por Jörn Rüsen, e também o referencial da teoria das representações sociais

Ao retomar algumas entrevistas realizadas durante o trabalho de pesquisa de campo na monografia, um trecho da fala de uma professora chamou atenção:

*“Então no dia a dia é um trabalho de formiga, você começa na quinta série com eles e vai vendo na sexta e leva até um susto. Termina o ano na 5ª e eu penso meu Deus não deu certo, aquela forma de trabalhar. E chega na 6ª você faz uma pergunta e se assusta, pensando meu Deus deu certo, **eles entenderam, eles aprenderam!**”*

Essa afirmativa suscitou uma pergunta - o que a professora pensou quando afirmou “*eles aprenderam*”? Significaria um aprendizado histórico referenciado na própria História?, Será que ela estaria fazendo referência aos conceitos históricos? Ou seria apenas uma expressão que não se relaciona com a cognição histórica? O que seria de acordo com a didática da história o aprendizado histórico? Que elementos da aprendizagem, segundo um bom professor de história estariam ligados com a própria ciência da história?

Entende-se que os conceitos históricos fornecem aos jovens maneiras de aprender história. Esta é uma das principais preocupações da área da Educação Histórica que tem, entre suas preocupações, definir o que é aprendizagem histórica e como ela está sendo discutida, pensada e utilizada pelo professor de História.

Aprendizado histórico para a ciência da História

Parte-se da preocupação de que a aprendizagem histórica não está localizada no interior das discussões que levam em consideração teorias mais generalizantes sobre a aprendizagem, comuns na pedagogia e psicologia, mas orienta-se a discussão dos seus pressupostos para a própria ciência de referência, a História.

Entende-se que pensar o que significa aprender história está relacionado a discussões que envolvem o ensino de história, a produção de manuais didáticos de história, os processos de ensino-aprendizagem entre alunos e professores nas classes de história, os processos informais de aprendizagem histórica, e outras possibilidades. A professora e pesquisadora Maria Auxiliadora Schmidt pontuou tal discussão em diálogo com a Ciência de História no texto “Cognição histórica situada: Que aprendizagem é esta?”.

Segundo a autora a concepção de aprendizagem de história no Brasil foi pensada e sistematizada em relação a pedagogia e a psicologia educacional. Através de pesquisa

realizada em manuais didáticos destinados a professores de história, aponta que os textos publicados entre 1917 e 2004 sobre Didática da História no Brasil evidenciam o embate entre o que se chamou de “aprendizagem tradicional” e “aprendizagem crítica” da história.

A primeira ligava concepções que percebiam a aula como passiva, centrada na figura do professor sábio que reproduz os conhecimentos aos alunos. A segunda, que nasce em contraposição a tradicional, passa a cuidar das necessidades dos alunos, reflete a partir da realidade dos estudantes e indica a necessidade em partir do presente para iniciar os estudos históricos, mas suas referências são, principalmente, os pressupostos da psicologia da aprendizagem.

Segundo Schmidt (2009), os Parâmetros Curriculares Nacionais, atualmente em vigor, estão intimamente relacionados as contribuições a psicologia de Jean Piaget e as contribuições do sócio-interacionismo de Vygotsky. Ademais, os Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam a existência de um saber escolar diferente de outro científico, segundo Schmidt, “confundindo o aprender com o ensinar”.

O que a autora indica em seu texto, e que referencia a presente discussão, caminha em um sentido diferente das discussões do século XX:

“Na perspectiva da cognição histórica situada na ciência de referência, a forma pela qual o conhecimento necessita ser aprendido pelo aluno deve ter base a própria racionalidade histórica, e os processos cognitivos devem ser os mesmos da própria epistemologia da ciência da história.” (SCHMIDT, 2009. pág. 29)

A partir de pesquisas relacionadas a interesses dos alunos em diálogo com especialistas, professores e pesquisadores, Schmidt faz uma crítica concisa a respeito da separação construída ao longo dos anos entre a produção do conhecimento e os sujeitos que utilizam os conhecimentos produzidos. A separação entre os grupos que dominam as instâncias de produção do conhecimento e os que apenas utilizam o que é permitido para a manutenção da existência, reforça as dicotomias presentes na sociedade e fazem com que as mesmas também ocorram na educação. Exemplo disso são discussões em torno da Transposição Didática, que percebem o conhecimento científico como diferente do que se ensina nos bancos escolares. Uma vez que o conhecimento é transformado, transposto com perdas ou reduções, ele deixa de ser o conhecimento inicial, torna-se outra coisa, que já não envolve os processos de produção do próprio conhecimento. Tais posicionamentos levam à

profissionalização da história, à metodologização da pesquisa e empurram o ensino de história para longe da ciência da história e para perto da pedagogia e da didática geral.

De acordo com os referenciais que o presente texto utiliza para observar o ensino de história, discussões a respeito do bom professor precisam priorizar a formação completa do profissional da história, com possibilidades de atuação na pesquisa e no ensino. Não os admite como âmbitos separados na relação com o conhecimento, pois os professores precisam pesquisar para conhecer a maneira pela qual sua ciência de referência produz conhecimento, para pesquisar e teorizar a partir da prática docente, considerando-se que o conhecimento surge do diálogo com o real, além de uma formação completa do ponto de vista do humanismo, que coloque os seres humanos em relação com o conhecimento, cultura e essências humanas.

Schmidt dialoga com o historiador e filósofo da história Jörn Rüsen para explicitar como seria um aprendizado histórico pautado na ciência da História. Aqui utilizaremos além do texto da autora, também os próprios textos de Rüsen. Em *Aprendizado Histórico* Rüsen, (2010) o autor aponta a necessidade de que a aprendizagem seja refletida de acordo com as especificidades da própria história. De acordo com suas idéias, o aprendizado histórico ocorre quando se deixa de apenas adquirir e acumular os conhecimentos históricos já produzidos e sistematizados e se passa a elaborar perguntas, indagar sobre o passado, a partir do presente, em relação aos conhecimentos históricos acumulados, e tal processo efetiva-se por motivações da vida prática, ou seja, relacionadas à experiência do passado e ao horizonte de expectativa do futuro.

Assim, aprendizado histórico está relacionado diretamente a capacidade inerente aos seres humanos de orientar-se no tempo, ou seja, à Consciência Histórica. Sendo assim a aprendizagem volta-se ao processo que ocorre no pensamento dos sujeitos que, na vida prática, efetivam uma movimentação das três expressões temporais, (passado, presente e futuro), com o intuito de interpretar o presente a partir da experiência no tempo e projetar ações referentes ao futuro.

Uma das formas de perceber como ocorre a orientação existencial dos indivíduos se dá através das narrativas, o tornar-se presente do passado ocorre através de uma atividade intelectual que se expressa na narrativa. Rüsen afirma que “O narrar passou a ser práxis cultural elementar e universal da constituição de sentido expressa pela linguagem” (2001, pág.154). A partir disso pode-se identificar formas de atribuição de sentido a passagem do

tempo a partir das narrativas.

De acordo com os autores é na narrativa histórica que o pensamento histórico é expressado. O aprendizado histórico, portanto, ocorre a partir de uma relação dialética entre o conhecimento de fatos objetivos do passado tornados subjetivos quando interiorizados pelos sujeitos como conhecimento histórico. Este movimento de auto-conhecimento se expressa sob a forma de narrativas históricas. Significa que os sujeitos adquirem conhecimento e ao mesmo tempo desenvolvem, mesmo que de formas variadas, competências relacionadas a capacidade de aprendizado histórico.

Isso acontece a medida que os indivíduos internalizam conteúdos e categorias históricas que viabilizam a subjetivação e a ação dos sujeitos. É preciso ter conteúdo para utilizar competências e ter competências para que os conteúdos ganhem significado. Esta relação faz parte e dá subsídios ao que Rüsen chama de Consciência Histórica, que é uma habilidade inerente ao ser humano que pode ser explicitada basicamente entre três momentos da cognição histórica: experiência, interpretação e orientação.

Todos os indivíduos, independente da forma ou complexidade que realizem tais operações, se orientam de acordo com a passagem do tempo. Utilizam a experiência, que é a aprendizagem com a práxis que se dá em vários âmbitos da vida em sociedade como escola, trabalho, universidade, momentos culturais entre outros (*lebenpraxis*); tais experiências são mobilizadas de acordo com carências de orientações no presente em relação a perspectivas de orientação direcionadas ao horizonte de expectativa, o futuro.

De acordo com Rüsen as formas de atribuição de sentido a passagem do tempo, narrativas ou ações, podem ocorrer geralmente de quatro formas: exemplar, tradicional, crítica e genética³. De acordo com o autor as mais indicadas para a modernidade seriam fruto de uma inter-relação entre as formas crítica e genética (consciência ontogenética).

³ Na primeira os seres humanos buscam apenas adaptarem-se as regras e padrões já estabelecidos. Para ocorrer identificação o tempo é percebido como uma eternidade. Os mitos de origem servem de exemplo a esta forma de orientação que é também a predominante. Na segunda forma de atribuição de sentido a história passa a ser percebida como um processo, e não mais como tradição. Aqui os indivíduos buscam no passado exemplos que gerem orientação no presente, a história é entendida para que tirem lições da mesma. Na forma Crítica a relação com o tempo se estabelece para negar os padrões estabelecidos pela história. a relação com o tempo é efetivada para que se identifiquem contradições na história e assim seja possível combatê-las. Na historiografia o exemplo se dá através de alguns movimentos de contracultura, por exemplo, feminismo da década de 1960-70. A última forma de atribuição de sentido é a Genética, nesta surge a habilidade de perceber a mudança como foco principal da história. Entre os historiadores discute-se a questão das continuidades e rupturas, sendo que neste modo de atribuição de sentido este reconhecimento é efetivado para a orientação existencial. Existe o reconhecimento da diferença não apenas como defesa, a exemplo do modo crítico, mas para entendimento da própria particularidade. Nesta forma as outras maneiras de perceber a passagem do tempo coexistem de maneira clara, para que se oriente de maneira mais esclarecedora em cada situação (OLIVEIRA, T. A. D., 2007).

A partir destes referenciais, Schmidt faz uma aproximação extremamente interessante entre três categorias de diferentes autores: Contraconsciência de Istvan Mészáros (no sentido de superar as condições impostas pelo sistema capitalista); Consciência Histórica em Jörn Rüsen; e Consciência Crítica em Paulo Freire. Pretendo neste texto explorar e ampliar adiante possíveis aproximações entre Rüsen e Paulo Freire.

As reflexões realizadas até aqui fazem parte das discussões referentes a educação histórica, e da didática específica da história. O projeto de pesquisa sobre o qual trata o presente texto busca discutir, a partir dessas reflexões, quais seriam as características de um bom professor de história. A partir disso torna-se possível indicar por onde se pretende encaminhar a argumentação: primeiro estabelecer uma relação entre o posicionamento de que o ensino de história deve estar ligado aos processos de produção do conhecimento histórico, apesar de levar em consideração as contribuições da didática geral. E segundo explorar as aproximações entre a teoria da Consciência Histórica em Jörn Rüsen e os conceitos de consciência ingênua e consciência crítica em Paulo Freire. Mas para isso é necessário que se discuta teoricamente, de que forma é possível perceber a ciência da história nas classes de ensino de história.

Ciência da história no ensino de história: possibilidades a partir dos conceitos históricos

Os recursos lingüísticos das sentenças históricas são chamados *Conceitos históricos*, de acordo com Rüsen (2007: 91 – 100). Através da linguagem o historiador, por meio de uma aula ou expressando-se em um livro didático, torna possível realizar o pensamento histórico científico. Dependendo da maneira como o historiador utilize tais recursos a interpretação da construção do pensamento pode ocorrer de formas variadas.

O autor diferencia em dois tipos os conceitos históricos de acordo com o significado cognitivo na ciência da história, são os Nomes Próprios e as Categorias Históricas. Estas significam os materiais de apreensão teórica do todo da história. Antes de explicar cada um mais detalhadamente Rüsen diferencia os conceitos históricos dos “não históricos”.

Os conceitos são históricos quando determinam uma relação entre passado, presente e futuro de maneira que o passado é referenciado a partir do presente, e tal ação é efetivada a partir de carências de orientação relacionadas ao futuro, mas do tempo presente. São conceitos que remetam um estado de coisas do passado. Já os conceitos não históricos também são utilizados pelos historiadores, mas nem sempre estão diretamente relacionados ao

passado. “Economia” é um conceito utilizado na ciência da história, mas para ser considerado um conceito histórico precisa estar relacionado a outro estado de coisas e a partir desta relação formamos uma sentença histórica, um conceito histórico, por exemplo, Economia da Antiguidade Tardia. Rüsen chama Max Weber para apontar que o mesmo chamou tais junções de Tipos Ideais, quando dois estados de coisas diferentes se juntam e remetem ao passado a partir de determinada lógica presente de orientação temporal, processo que compõe a qualidade histórica.

Os Nomes Próprios significam estados de coisas em caráter singular, sem uma relação delimitada com a história. Dom Pedro I, República, Palácio, palavras que se referem diretamente aquilo que se está referindo, sem precisão histórica.

O que o autor chama de Categorias Históricas e exemplifica, (continuidade, progresso, desenvolvimento, revolução, evolução, época), estão relacionados a contextos temporais gerais de estados de coisas, que relacionados a estes aparecem como históricos. Não estão diretamente ligados a nenhum nome próprio, mas a qualidade de mudança histórica. Esta qualidade não é adicionada pelas fontes, na maior parte dos casos, mas pelo trabalho do historiador, em relação a cognição histórica. Esta atividade esta relacionada a tradição como condição das formas aceitas e pertinentes para ações interpretativas da história, ou seja, qualidades adicionadas a partir do presente e com as condições possíveis no momento. Ou seja, fazem parte do quadro de orientação na vida prática dos historiadores que efetivam tal atividade.

Para Rüsen os Conceitos Históricos como Monarquia Absolutista, cidade medieval, polis grega, “designam nos estados de coisas referidos por nomes próprios, as qualidades históricas pré-esboçadas pelas categorias históricas” (Rüsen, 2007 pág. 94). Conceitos históricos são o recurso linguístico que colocam a interpretação histórica a fatos concretos que estão no passado e demonstram sua especificidade temporal. Eles estabelecem uma relação entre os nomes próprios e as categorias históricas de forma que o passado ganha sentido em um determinado contexto situado no tempo. Exercem uma função generalizante em relação aos nomes próprios e particularizam as categorias históricas.

Colonização do Brasil, por exemplo, o nome próprio Brasil é generalizado na categoria colonização que poderia se relacionar com momentos históricos diferentes, ao mesmo tempo em que o nome próprio Brasil particulariza a categoria histórica Colonização definindo a questão temporal e um estado de coisas do passado que compreendem relações

próprias ao conceito histórico que se forma, Brasil colônia.

Tais funções realizadas em conjunto exercem o que o autor chama de concretização histórica, função dos conceitos históricos. Isso significa que há um estado de coisas do passado e há uma significação da experiência humana no tempo em tensão. Esta é resolvida quando 'linguisticamente' se organiza e expressa a atividade cognitiva histórica, o resultado é um conceito histórico que, ao demonstrar-se como elemento histórico, expressa conteúdos da consciência histórica.

Há uma discussão sobre este percurso efetivado pelos historiadores. Trata-se de tentar, a partir da pesquisa, reconstruir o passado a que se dedica, da forma que ocorreu. A história, segundo Rüsen, não é o passado e nem conseguiria expressá-lo por completo. A história é reconstrução do passado a partir de expectativas relacionadas ao presente e ao futuro. O livro utilizado como referência até o momento recebeu o título “Reconstrução do passado”, uma vez que defende a ideia de que o historiador trabalha nesta tarefa, mas não retoma o passado como ele de fato aconteceu, mas através das possibilidades de sua ciência produz história.

O trabalho do historiador vai além das fontes. Mesmo assim é orientado pela tentativa de recuperar mais precisamente possível a qualidade histórica que as fontes mantêm no presente sobre o passado. Uma vez que esta busca ocorre a partir de carências de orientação em relação ao futuro, mas que se encontram no presente do historiador, ou seja, os motivos pelos quais o historiador busca construir esta ponte com o passado, não é apenas pela linguagem das fontes que o historiador cumpre sua função, mas a partir do quadro de orientação da vida prática em sua relação profunda com o passado é que se torna possível, segundo Rüsen, determinar conceitos históricos válidos.

A partir das reflexões de Rüsen torna-se possível afirmar que o importante na aprendizagem histórica não é aprender conteúdos históricos, mas *compreender como dos feitos surge a história*. A construção da história assim como o ensino está diretamente relacionada a formação dos indivíduos e necessita formar um nexos significativo entre presente, passado e futuro. Não se deve esquecer que os estudos de Rüsen estão ligados a produção científica da história, ao trabalho do historiador. Para formar uma teoria da Consciência Histórica, de acordo com este autor, é necessário realizar estudos que demonstrem as relações dos indivíduos com a Ciência da História e com a experiência no tempo.

Esta discussão está de acordo com os posicionamentos defendidos pelo historiador Peter Lee, porém este encontrou em suas reflexões outras formas de se pensar as questões que envolvem a história, realizando pesquisas na área proposta acima, a Educação Histórica. A partir da década de 1960 surgiu na Inglaterra uma preocupação sobre o interesse dos alunos pela disciplina História. Com a popularização da televisão os alunos passariam a aprender “estórias” ao invés de aprenderem progressivamente em história.

Foi constatado que os alunos consideravam o ensino de história deslocado das necessidades práticas, portanto inútil. Os pais dos alunos concordavam com tal posição. O programa de ensino de história foi alterado para que a disciplina fosse trabalhada em termos históricos. A ideia central era perceber que ideias sobre o passado estava presente entre os alunos e como a história influenciava nestas formas de pensar historicamente.

O ponto central era esclarecer que tudo que se estudava já tinha sido pesquisado e estudado por alguém anteriormente. Os alunos passaram a compreender melhor algumas noções como evidência e perceberam que os historiadores fazem inferências sobre os assuntos pesquisados. A história não para no testemunho.

Segundo LEE, existem conceitos substantivos, como agricultor, impostos, datas, eventos que são muito importantes. Embora a compreensão dos conceitos substantivos seja importante, na Inglaterra se passou a prestar atenção em outros tipos de conceitos, os chamados Conceitos de segunda ordem. Narrativa, relato, explicação, interpretação e compreensão servem de exemplo, segundo autor são conceitos que estão ligados a natureza do conhecimento histórico, ou seja, remetem a construção da pesquisa histórica.

Os alunos em história precisam compreender os motivos que levaram os indivíduos no passado a agirem como conta a história, e de que forma esta história foi contada e possivelmente o por que. Ao invés de priorizar os conteúdos históricos da disciplina se passou a buscar pelo ensino de história o desenvolvimento de competências históricas.

Conceitos como *evidência*, passaram a ser discutidos no ensino de história em relação ao trabalho dos historiadores. Quando se compreende que nem todo o passado apresenta testemunhos diretos e que a interpretação das fontes pode conduzir a evidências e que o trabalho dos historiadores com as mesmas necessita de *inferências* para a reconstrução do passado amplia a noção dos indivíduos em relação a história.

Torna-se mais interessante aos alunos, no sentido da aprendizagem em história, quando lhes é exigido que compreendam as particularidades a partir das evidências e de como

as mesmas são utilizadas para construir narrativas e interpretações do passado. Segundo Rosalyn Ashby, (2003) da universidade de Londres, as discussões a respeito da história na Inglaterra, levaram o currículo das escolas a privilegiar a compreensão da história como: compreensão cronológica, conhecimento e compreensão de acontecimentos, povos e mudanças do passado, interpretação histórica, investigação histórica, organização e comunicação.

Para ASHBY (2003), quando se compreende conceitos como causa, mudança, interpretação e evidência torna possível ampliar as discussões históricas de conteúdo. Conhecendo o processo de produção de conhecimentos histórico torna-se possível a discussão a partir das evidências. Dessa forma o passado se distingue da História.

No início desse texto foram citadas algumas contribuições referentes ao trabalho de conclusão de curso que deu origem as reflexões sobre a figura do bom professor de história de acordo com os referenciais da didática da história. Diferente daquele momento, no Mestrado em Educação, momento atual do projeto, a ideia é discutir o que bons professores de história entendem por Aprendizado Histórico, como ocorrem suas formas de atribuição de sentido a passagem do tempo e como se expressam em relação aos tempos históricos de acordo com a filosofia da história. Para discutir o tema *bom professor de história* é necessário ampliar as discussões no âmbito da didática da história.

Manuais didáticos e conceitos históricos: estudo exploratório e resultados iniciais

Como parte do estudo exploratório referente a disciplina de Seminário de Pesquisa em Cultura, Escola e Ensino, obrigatória no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE-UFPR), foi realizada uma pesquisa em manuais didáticos de história das séries finais do ensino fundamental, a partir das orientações para o professor (parte propedêutica), em busca de quais eram os manuais que se aproximam mais das discussões a respeito dos conceitos históricos, entendidos como forma de aproximar o ensino de história da forma pela qual ocorre a pesquisa na ciência da história.

Para o ano de 2011, foram aprovadas 16 coleções de ensino de história. Número amplo a ser observado inicialmente para o estágio em que o projeto se encontrava. Ao mesmo tempo em que o estudo exploratório estava iniciando, o Grupo de Educação Histórica vinculado ao PPGE-UFPR desenvolvia um projeto, que ainda está em andamento, intitulado: “Livro didático de história, que escolha é esta?”, um subgrupo do mesmo aplicou em Ponta

Grossa – PR com alguns professores, um questionário aberto semi estruturado que teve como objetivo identificar características gerais sobre a escolha dos manuais nas escolas onde atuam tais professores. Foram citadas entre as respostas dos questionários 5 (cinco) coleções: Tudo é história – Oldimar Cardoso, História em documento – Joelza Ester Domingues, Projeto Araribá, História em Projetos – das autoras Conceição Oliveira, Carla Mucci e Andrea Paula, e Estudos de História – dos autores Ricardo Moura Faria, Mônica Liz Miranda e Helena Guimarães Campo.

Para essa pesquisa, foi analisada a parte propedêutica de cada uma das coleções, tomando-se como destaque o momento do livro direcionado especificamente para os professores, pois é neste que o autor pode apresentar quais são suas concepções epistemológicas a respeito da história de forma clara. Além disso, é nessa parte da Coleção que o autor discute como entende que o ensino e a aprendizagem histórica devem ser realizados a partir de seu livro. Entre os cinco manuais, apenas um se aproximou de forma significativa das discussões sobre os conceitos históricos, o manual *Tudo é história (2010)*, do autor Oldimar Cardoso. Os próximos parágrafos se referem ao resultado da análise do manual.

Na terceira página do manual o autor apresenta noções ligadas aos Conceitos Históricos, a partir da noção de Compreensão histórica presente no terceiro parágrafo. No seguinte aparece diretamente a noção conceitos históricos. Quando Oldimar Cardoso se refere ao livro didático, faz referência ao processo de produção do livro, questões de mercado, escolha e uso do livro, trazendo também o conceito de Narrativa Histórica. Ainda sobre o livro didático, na página 3 do manual do professor, o comentário do autor faz uma referência direta a alguns dos conceitos que Peter Lee chama de conceitos de segunda ordem, como: compreensão, evidência e inferência. Cardoso explica a organização de seu livro entre a página 3 e 4 do manual do professor, e diz que o mesmo possibilitaria ao aluno a interpretação das fontes e a reorientação do pensamento histórico, uma vez que as respostas aos exercícios propostos não estão nas fontes e nem tão pouco na narrativa do autor. As respostas dependem das inferências a partir das fontes.

Mais adiante, na página 6, o autor explica que no seu livro os conceitos fazem parte dos elementos constituidores da Narrativa. Quando explica as seções dos capítulos, mais uma vez comenta em que sentido as fontes são apresentadas no livro e reforça que elas servem para a interpretação dos alunos e não para comprovação de seu discurso. De acordo

com Cardoso, o livro pretende informar sobre a história, ou seja, adicionar elementos a experiência para que os alunos compreendam e interpretem historicamente, formulem hipóteses explicativas e possam buscar nas fontes elementos comprovadores de suas argumentações. O que quer dizer que os alunos devem transformar evidências em inferências e criar suas próprias narrativas a partir do livro como ferramenta para aula de história.

Tal aproximação com alguns referenciais da didática da história não impedem que o autor também cometa alguns equívocos. Por exemplo, quando chama os conceitos substantivos (Peter Lee), ou mesmo nomes próprios (Rüsen) de Conceitos Históricos, na página 8 do manual. Por outro lado, traz mais aproximações com as discussões do presente texto, como na página 9, onde explica que as fontes podem ser elementos comprobatórios do discurso do professor, mas que o mesmo não precisa esgotar sua explicação sobre o passado apenas nas fontes.

O livro didático analisado traz todos os conceitos indicados por Peter Lee, na bibliografia revisada, como os conceitos de segunda ordem, são eles: narrativa, relato, explicação, interpretação, compreensão, evidência e inferência. A partir disso é possível afirmar que o manual didático analisado coloca os professores, em alguma medida, em contato com os conceitos citados.

Tais conceitos possibilitam uma compreensão do passado ligada as ideias defendidas pelos autores, relacionando o passado como algo que não se recupera completamente como foi, mas que através da história, efetivada no presente em direção ao passado e dotada de perspectivas de orientações que remetem a ideia de futuro, torna-se possíveis. Isso permite considerar uma aprendizagem histórica distinta do aprendizado comum sobre o passado enquanto passado. E, de acordo com alguns encaminhamentos, aproxima os alunos dos processos que fazem parte da produção científica do conhecimento histórico.

A pesquisa nos manuais indicou que não são todos os livros que apresentam claramente a história como uma atividade que ocorre a partir do presente em relação ao passado e com perspectivas de orientação no fluxo temporal diante dos horizontes de expectativa, ou motivados pelas carências de orientação em relação ao futuro.

A escolha do livro didático é um momento importante na educação e no ensino de história. Por mais que não seja possível assegurar que os manuais de história foram escolhidos em situações adequadas pelos professores, é possível dizer que os professores de história que

escolheram o manual Tudo é História (Cardoso) se identificaram com a coleção, e os motivos podem ser variados. Uma vez que entre os manuais observados, a coleção 'Tudo e História' é a que mais se aproxima das discussões a respeito da Didática da História, pode-se apontar a hipótese de que estes professores são profissionais preocupados com o Aprendizado Histórico dos alunos, a partir do que foi discutido anteriormente, de acordo com a teoria da Consciência Histórica, e talvez bons professores de história.

Bons professores de história para quem? A didática da história e possíveis diálogos

Entre as múltiplas possibilidades a respeito do ensino de história destaca-se a capacidade de interferir na consciência histórica dos seres humanos, com o intuito de adicionar elementos que tornem os sujeitos históricos capazes de utilizar esse aprendizado a favor do desenvolvimento de realidades mais adequadas, para si próprios e para os demais.

No decorrer do projeto de mestrado procurar-se-á explicitar, ponto a ponto, o que se entende por bom professor de história de acordo com a didática da história, na perspectiva da aprendizagem histórica. O que pode ser afirmado, a partir da pesquisa realizada na monografia é que o professor de História age de forma a garantir um tipo de aprendizado histórico dos alunos, com perspectivas claras de interferir na criação de condições para uma sociedade melhor do ponto de vista da igualdade, da justiça e do humanismo.

Para além do que se pretende na dissertação, será explorado neste momento o que se anunciou anteriormente, possibilidades de aproximação entre a teoria da Consciência Histórica em Rüsen e os conceitos de Consciência ingênua e Consciência Crítica em Paulo Freire. No trabalho de conclusão de curso comentado na introdução buscou-se a utilização das contribuições de Rüsen enquanto conhecimento específico da história portanto ligado a didática da história, e Freire, a partir dos saberes necessários a prática educativa da Pedagogia da Autonomia como características fundamentais a figura do professor em geral.

Schmidt no texto “Cognição histórica situada: que aprendizagem é esta?” faz aproximações citadas anteriormente entre Rüsen, Freire e Mészáros. Na introdução do livro “Jörn Rüsen e o ensino de história”, de autoria de SCHMIDT, GARCIA e BARCA, há uma citação sobre a possibilidade de aproximação entre Rüsen e Freire no mesmo sentido comentado acima.

Paulo Freire publicou em 1996 uma das obras que explicitam suas crenças a respeito da educação de forma mais concisa e madura, Pedagogia da Autonomia saberes

necessários a prática educativa se divide em três capítulos: 1) Não há docência sem discência, 2) Ensinar não é transferir conhecimento, e 3) Ensinar é uma especificidade humana. Como este texto se insere em uma área de discussão em que o pensamento rüseniano é conhecido prefere-se pontuar algumas questões presentes em Freire e apenas indicar as proximidades com Rüsen. Neste texto as aproximações se limitam ao primeiro capítulo da Pedagogia da Autonomia

Chama a atenção a convicção de Freire no item em que defende que Ensinar exige pesquisa (pág.29). “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando intervenho e intervindo educo e me educo”. Facilmente podemos aproximar a afirmação de Freire ao que Rüsen defende sobre a relação entre o conhecimento e a vida prática que esquematiza na matriz disciplinar da ciência da história, onde a produção do conhecimento e as motivações da vida prática se inter-relacionam (Rüsen, 2001. pág.164). Leva em consideração necessidades de pesquisa e seu contexto no seio da sociedade. Freire defende que a curiosidade humana faz parte do fenômeno vital que leva o ser humano em busca de novas formas de entendimento e conhecimento, fenômeno vital portanto histórico e socialmente construído e reconstruído (FREIRE, 1996. pág 31).

Sobre a passagem da consciência ingênua a consciência crítica Freire afirma o seguinte:

Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, se criticiza. Ao criticizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão (FREIRE, 1996. pág. 31).

Mesmo sem diferença no que motiva curiosidade, nas diferentes formas de se buscar o aprendizado é possível perceber desenvolvimento no indivíduo que pensa, o que leva o aprendizado a conseguir formas mais satisfatórias de conhecimento sobre a realidade, que por sua vez possibilita a busca de forma mais complexas de entendimento.

Sobre a Consciência Histórica Rüsen esclarece:

As formas de aprendizado diferenciadas por tipos de narrativas deixam-se

interpretar (ainda muito hipoteticamente) como níveis no processo de aprendizado, quando este for projetado sobre o desenvolvimento ontogenético como processo de individualização e socialização (RÜSEN, 2010. pág.46)

(...)

A disposição das formas de aprendizado em sua ordem lógica de desenvolvimento deixa-se entender como consequência estrutural de um aumento de experiência qualitativo e duradouro, um aumento qualitativo correspondente de subjetividade (individualização) no trabalho de interpretação da lembrança histórica, e um aumento qualitativo circundante a ambos, garantidor de consenso de intersubjetividade histórica da orientação da existência (RÜSEN, 2010. pág.47)

O processo de intersubjetividade dos sujeitos em sua relação com a sociedade, também é comentado por Freire:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão de outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade do meu eu. (FREIRE, 1996.pág. 41)

Tanto Freire quanto Rösen comentam sobre o desenvolvimento do pensamento, raciocínio, aprendizado e consciência, mas os dois fazem ressalvas quanto a preconceitos pejorativos relacionadas as formas de atribuição de sentido. Uma vez que a curiosidade para Freire é um fenômeno vital, assim como as carências de orientação em Rösen são inerentes a vida humana em sociedade, cada forma de consciência é precedente da outra, na visão freireana a consciência crítica é a melhor forma de relação com a realidade, e a maneira como Freire explica tal criticidade é muito próxima da preferência de Rösen em relação a forma ontogenética.

Pretende-se explorar o diálogo da teoria da consciência histórica também com as contribuições de François Dubet em relação ao função do professor explorando algumas ideias que o autor apontou na entrevista intitulada “Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor”, concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito, quando Dubet

comentou sobre o Efeito Professor:

“O problema é que não se sabe o que determina o efeito professor. O método pedagógico escolhido não faz a diferença. Os homens não são mais eficientes que as mulheres, os antigos não mais que os novos. Há velhos professores totalmente ineficientes e pessoas que começam eficientes logo na primeira semana. A ideologia do professor também não tem nenhum efeito. O único elemento que parece desempenhar um papel é o efeito pigmaleão, isto é os professores mais eficientes são em geral aqueles que acreditam que os alunos podem progredir, aqueles que têm confiança nos alunos. Os mais eficientes são também os professores que vêem os alunos como eles são e não como eles deveriam ser. Ou seja são os que partem do nível em que os alunos estão e não aqueles que não param de medir a diferença entre o aluno ideal e o aluno de sua sala. Mas evidentemente, nas atitudes particulares, entram também orientações culturais gerais, interesses sociais, tipos de recrutamento e de formação. Não são apenas problemas psicológicos.”

Vale ressaltar que Dubet chama a atenção que os bons professores são aqueles que trabalham com os alunos reais, e não os pensados como ideais. Isso me permite dialogar com a teoria da consciência histórica, o entrevistado, como sociólogo reforça que há questões que não são de ordem psicológica, mas sociais, chama a atenção para o fato que existem questões culturais, formações diferenciadas na sala de aula. Esta de acordo com o referencial deste texto a didática da história, que percebe o sujeito que não é passivo inserido na escola e a mesma na sociedade, em processos dinâmicos de relações sociais.

Porém, Dubet não aconselha que se olhe para o aluno como um historiador. A partir da consciência histórica, e das maneiras que esta teoria permite refletir sobre o professor, é possível voltar o olhar ao professor de história como figura importante na relação entre os indivíduos e a sociedade. Como afirma Rüsen, o que está em jogo é que ensino de história afeta “o aprendizado de história e este configura a habilidade de se orientar na vida e de formar uma identidade histórica coerente e estável” (Rüsen, 2010. pág. 40).

A Consciência Histórica tem sido percebida e pesquisada como qualidade central para compreensão e ação dos indivíduos na vida prática. Neste sentido há uma relação próxima entre a Consciência Histórica e a Cultura Histórica.

“De La conciencia histórica hay solamente un pequeño paso a La cultura histórica. Si se examina el papel que juega la conciencia histórica em La vida de una

sociedad, aparece con una contribución cultural fundamentalmente específica que afecta e influye en casi todas las áreas de la praxis de la vida humana. Así a la cultura histórica se puede como la articulación práctica y operante de la conciencia histórica en la vida de una sociedad. Como praxis de la conciencia tiene que ver, fundamentalmente, con la subjetividad humana, con una actividad de la conciencia, por la cual la subjetividad humana se realiza en la práctica –se crea, por así decirlo” (RÜSEN, 2009. pág 4)

As predisposições conscientes ou inconscientes dos indivíduos estão relacionadas ao passado, ao presente e as projeções individuais ou coletivas de futuro. Rüsen estabelece o passado como fonte de sentido a práxis, na movimentação em sociedade é característico que os sujeitos percebam, interpretem, e se orientem em relação a determinadas finalidades. Este processo envolve dimensões estéticas, políticas e cognitivas. Diretrizes curriculares, por exemplo, fazem parte da dimensão política da cultura histórica, mas são trabalhadas por professores que possuem particularidades em relação ao sentido que atribuem a práxis. O passado pode ser utilizado como esforço social para que se reconheçam aspectos de identidade nacional, mas é na cotidianidade que os projetos se definem e no processo histórico não há garantias sobre o resultado dos embates entre projetos diferenciados de ensino-aprendizagem, e mesmo os projetos individuais dos sujeitos envolvidos na relação.

Segundo Rüsen a cultura histórica possui um duplo sentido, ilumina e explora teoricamente um âmbito de experiência, e determina ao mesmo tempo aspectos normativos da práxis neste âmbito. A cultura histórica envolve uma série de aspectos da sociedade, instituições, costumes, lugares, ensino, entretenimento, envolvendo as características da história e memória na sociedade. Pesquisar a relação dos “bons professores de história” com os significados da cultura histórica encaminha mais possibilidades para o encaminhamento teórico deste trabalho.

CONCLUSÃO

Está se tornando cada vez mais comum a produção de conhecimento que se insere na lógica da chamada pós-modernidade. Há quem afirme que as estruturas da sociedade se modificaram tanto que não há mais paradigmas que possibilitem análises amplas da realidade. Prova disso são as discussões em torno das percepções da sociedade, variando em pós-moderna, pós-industrial, pós-tradicional, modernidade líquida, sociedade de risco até

sociedade da informação. Estes termos demonstram apontamentos mais filosóficos do que sociológicos, mas não deixam de se apresentar como tentativas de definição de uma realidade complexa com traços marcantes de um sistema capitalista que reforça a desigualdade e marginaliza vários grupos. Tanto em relação as questões econômicas, em relação ao poder aquisitivo, quanto ao acesso ou mesmo produção do conhecimento.

De acordo com o historiador e filósofo da história Jörn Rüsem, no prefixo “‘pós’ está contido um elemento de insatisfação com os padrões culturais que interpretam as atuais condições de vida como ‘modernidade’”.

As discussões no âmbito da Educação Histórica buscam aproximar teoria e filosofia da história das discussões a respeito do ensino da ciência de referência, resolvendo dentro da mesma as questões referentes as dificuldades e sucessos a respeito da produção e socialização de conhecimento histórico, sempre com perspectivas de influenciar a realidade para a melhoria das condições atuais. Influenciar positivamente no sentido de criar um mínimo divisor comum entre as culturas a partir de uma historiografia comparativa intercultural.

A partir de Rüsen é possível dizer que, mesmo a insatisfação com os padrões de análise da modernidade não acabaram com ela, pois em primeiro lugar não se deve esquecer que uma das características centrais da modernidade, é o capitalismo, e que este não é o fim da história. Segundo, que a modernidade é a própria sociedade capitalista, e terceiro, por mais que o capital tenha suas contradições e formas de renovação ainda vivemos em um mundo marcado pelas divisões de classe, inclusive na relação com o conhecimento. Enquanto tais condições prevalecerem não existirá pós-modernidade e serão válidas tentativas de superação das atuais condições, e entre elas o aprendizado histórico pode desempenhar papéis fundamentais para o desenvolvimento qualitativo da Cultura Histórica das sociedades. E discutir as referências que devem aparecer entre os bons professores de história é central na busca deste horizonte expectativa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHBY, R. Conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções dos alunos. In: BARCA, I. (Org.). Educação histórica e museus. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho. Braga: Uminho, 2003. p.37-47.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

CARDOSO, Oldimar Pontes. Tudo é História / Oldimar Pontes Cardoso.--1.ed. -- São Paulo : Ática, 2009.

CERRI. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. Revista de História Regional, Ponta Grossa, PR, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. São Paulo, Revista Brasileira de Educação, n. 5, maio/ago. 1997, p. 22-31

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEE, Peter. “Em direção a um conceito de literacia histórica”, Educar em revista, Ed.,UFPR, Curitiba, 2006, p. 131-150.

_____. Progressão da compreensão dos alunos em História. In: BARCA, Isabel. (Org.). Perspectivas em Educação Histórica: Actas das primeiras jornadas internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, 2001.

_____. “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (Org.) Educação histórica e museus. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Lusografe, 2003. p.19-36.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, T. A. D. As características dos “bons” professores de história: entre a formação o sistema educacional e a experiência. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica : teoria da história : fundamentos da ciência histórica / .- Brasília : Editora Universidade de Brasília,2001.

_____. "¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia". *Culturalhistórica*. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K.

Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, pp. 3-26].

_____. Historiografia Comparativa Intercultural. In: Malerba, Jurandir. *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis

ontogenética relativa a la consciencia moral. **Proposta Educativa**. Buenos Aires, n. 7, p. 27-36, 1992. Tradução para o português por Ana Claudia Urban e Flávia Vanessa Starcke. Revisão da tradução: Maria Auxiliadora Schmidt. In: Jörn Rüsen e o ensino de história / organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins – Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

_____. Reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Editora da Universidade de Brasília, 2007. pág. 91 – 100.

_____. Historisches Lernen. In: BERGMANN, Klaus; FRÖHLICH, Klaus; KUHN, Annette; RÜSEN, Jörn; SCHNEIDER, Gerhard (Eds.). Handbuh der Geschichtsdidaktik. 5. ed. Seelze/Velber: Kallmeyer, 1997. p. 261-265. Tradução para o português de Jonhny R. Rosa, mestrando na Universidade de Brasília. Revisão da tradução por Estevão de Rezende Martins. In: Jörn Rüsen e o ensino de história / organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins – Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

_____. Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da “nova intrensparência”. História: questões e debates, Curitiba. 10(18-19):303-329 Jun.-Dez. 1989.

SCHMIDT, M. A. M. S. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta?. In: SCHMIDT, M. Auxiliadora/ BARCA, Isabel. (Org.). Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica. 1a ed. Ijuí: Unijuí, 2009, v. 1, p. 21-51.

CINEMA E DIDÁTICA DA HISTÓRIA: UM DIÁLOGO COM O CONCEITO DE CULTURA HISTÓRICA DE JÖRN RÜSEN

Éder Cristiano de SOUZA¹

ederhis@yahoo.com

RESUMO: O presente estudo apresenta uma discussão acerca do cinema como campo de produção de narrativas históricas não científicas, presentes em espaços formais de educação. Esta apreensão inicia-se a partir do diálogo com o conceito de cultura histórica definido por Jörn Rüsen, observando as implicações estéticas e retóricas da narrativa fílmica como orientadora da vida prática. A partir de tais considerações, propõe-se uma aproximação destas reflexões com os conceitos da didática da história de Rüsen, e com os pressupostos teórico-metodológicos da Educação Histórica. Por fim, o que se visa é apontar os caminhos investigativos em aberto no campo da reflexão sobre o cinema no ensino de história e na cultura histórica, especificamente com relação à consciência histórica de alunos e professores em relação aos filmes-históricos.

PALAVRAS CHAVE: filmes-históricos, cultura histórica, narrativa histórica.

ABSTRACT: This study presents a discussion of cinema as a field of production of historical narratives unscientific, present in the formal education. This understanding starts from the dialogue with the concept of historical culture defined by Jörn Rüsen, noting the rhetorical and aesthetic implications of film narrative as a guideline for the practical life. From these considerations, we propose an approximation of these reflections with the concepts of history didactics of Rüsen, and with the theoretical and methodological principles of history education. Finally, what is intended is to point out the ways of investigation open in the field of reflection on the cinema in the teaching of history and historical culture, specifically in relation to historical consciousness of students and teachers in relation to the film-history.

KEYWORDS: film-history, cultural history, historical narrative.

1. Apontamentos Iniciais

A história está presente no cinema de diversas maneiras e pode ser abordada por vários ângulos. Em princípio, de uma forma genérica, um filme, produzido em qualquer época ou espaço, é passível de ser utilizado como fonte de reflexão histórica e pode ser feita, nos

¹ Doutorando em Educação PPGE - UFPR. Mestre em História pela UEM. Professor de História nas Séries Finais do Ensino Fundamental do Magistério Municipal de Araucária – PR.

termos de Marc Ferro, a análise do cinema na história.

Também há filmes que se utilizam de um recuo ao passado para construir seus enredos, e constroem cenários, paisagens, gestos e falas que pertencem a uma temporalidade distinta daquela em que o filme foi produzido. Constroem assim discursos históricos não factuais, a partir de enredos ficcionais.

E há produções cinematográficas especificamente preocupadas em retratar, ou tematizar, fatos históricos. Podem ser chamados então de “filmes históricos” os que constroem discursos históricos específicos, que fazem, tomando novamente a referência de Marc Ferro, uma análise fílmica da história.

Além das referidas formas dos filmes se apropriarem da história, há também a possibilidade compreendê-los no jogo de forças políticas e sociais de produção de sentidos sobre a história, tornando-se referenciais fundamentais na cultura e na didática da história, e situando-se como agentes da história.

Por todas as vias citadas, não há como negar que o cinema tem grande importância para o conhecimento histórico. O presente texto pretende articular dois conceitos fundamentais desenvolvidos pelo teórico alemão Jörn Rüsen, didática de história e cultura histórica, de forma que tais conceitos possam ser pensados a partir da relação entre a sétima arte e o conhecimento histórico.

A didática da história é definida por Jörn Rüsen, como o campo de estudos que se dedicam a compreender os processos de aprendizado histórico, a presença do conhecimento nas consciências históricas dos sujeitos e suas relações com a cultura histórica de uma sociedade. Portanto, entende-se que ela possui o papel fundamental de reorientar os olhares e análises sobre a indústria cinematográfica em suas apropriações do conhecimento histórico.

A linha de estudos denominada Educação Histórica estabelece como preocupação para o ensino de História o processo de formação das consciências históricas dos sujeitos envolvidos nesta relação, a partir da forma como eles constroem as visões do tempo histórico. E, a partir de articulação teórica da análise fílmica com a teoria da história, pode-se propor a compreensão de como se processam as experiências dos sujeitos com os artefatos culturais, e como estas experiências podem agir na progressão das consciências históricas.

A presente reflexão propõe uma indicação dos caminhos pelos quais o cinema tem sido pensado na sua relação com a didática da história, no sentido de estabelecer caminhos possíveis de investigação para ampliar tal apreensão.

Didática da história, consciência histórica e cultura histórica se situam, assim, como conceitos fundamentais para avaliação das características e peculiaridades do cinema

enquanto produto, reflexo e produtor da histórica. Bem como para o apontamento de caminhos de pesquisa em aberto.

2. Cinema e conhecimento histórico: princípios, abordagens e debates

As reflexões sobre as relações entre cinema e história são muito antigas, contemporâneas do próprio surgimento da sétima arte. Mas a maior referência nesta área é a obra do historiador francês Marc Ferro. Sua ampla repercussão e as contínuas citações tornam tal obra uma referência inevitável quando se trata de analisar as possibilidades de compreensão da presença da história no cinema.

Para Ferro, o filme mostra mais sobre a sociedade que o produziu do que aquilo que seu autor intencionava. Segundo Morettin, para Ferro a força do filme reside:

[...] na possibilidade de exprimir uma ideologia nova. [...] ‘lapsos’ podem ‘ocorrer em todos os níveis do filme, como na sua relação com a sociedade. Seus pontos de ajustamento, os das concordâncias e discordâncias com a ideologia, ajudam a descobrir o latente por trás do aparente, o não visível atrás do visível (MORETTIN, 2007: 41).

Assim, um mesmo filme poderia abrigar leituras opostas acerca de um determinado fato, pois a tensão seria um dado intrínseco a sua própria estrutura interna. Um movimento que deriva do conhecimento específico do meio, permitindo perceber “adesão ou rejeição existentes entre o projeto ideológico-estético de um determinado grupo social e a sua formatação em imagem” (MORETTIN, 2007: 42). Sob tal ponto de vista, o cinema exerce um papel de mediação, pois transmite, de forma implícita e explícita, gesto, objetos, comportamentos sociais, enfim, um grande conjunto de mensagens que vai além daquilo que é expresso na história que o filme conta.

Escrevendo na década de 1970, Ferro considerava que o desprezo dos historiadores pelo cinema revelava uma fragilidade. Tal distanciamento ficava demonstrado no fato de que informações de natureza diversa daquelas presentes nos textos escritos, como risos, gestos, gritos, expressões, eram discursos tidos como subalternos e fúteis, e por isto escapavam ao olhar do historiador. Enfim, o despreparo para compreender implicações técnicas e discursivas do cinema levava os historiadores a menosprezarem tais análises.

Porém, há que se levar em conta que a obra grandiosa de Ferro teve suas limitações. Ele pensava no cinema, na televisão e nas imagens em geral a partir de um mesmo parâmetro analítico, como fontes históricas. Por mais refinadas e profundas que fossem suas

reflexões, elas se limitaram à compreensão do filme como um documento a ser analisado em busca da história. Seu referencial foi o cinema como um complemento ao saber histórico já dado. Desta forma, o documento escrito é a base, que trás a ‘verdade’ sobre o passado, e a partir dele pode-se utilizar o filme como objeto de reflexão para aprofundar tal conhecimento.

Se o método de Ferro é interessante para se pensar sobre as possibilidades de trabalhar com o filme como um documento histórico, a situação se complica quando se trata de considerar a presença da história no discurso fílmico. Em suas considerações, o valor do ‘filme histórico’ se fazia presente mais na possibilidade de compreender o período em que foi produzido do que propriamente aquele ao qual seu roteiro se referia.

Entretanto, conforme Jean-Lorús Leutrat, é necessário considerar:

*[...] como sentido é produzido [...] para que possamos recuperar o significado de uma obra cinematográfica, as questões que presidem o seu exame devem emergir de sua própria análise. A indicação do que é relevante para resposta de nossas questões em relação ao chamado contexto somente pode ser alcançada depois de feito o caminho acima citado, o que significa aceitar todo e qualquer detalhe [...] trata-se de desvendar os **projetos ideológicos com os quais a obra dialoga e necessariamente trava contato, sem perder de vista a sua singularidade dentro do seu contexto** (LEUTRAT apud MORETTIN, 2007: 62).*

Tal proposta se diferencia do que Ferro considerava em primeiro plano, porque ao invés de buscar a história por trás do filme, o que se propõe é compreender a produção cinematográfica em si, enquanto obra de arte que possui várias dimensões, que perpassam o discurso histórico que ela visa constituir. Conforme Morettin, o desafio é desvendar os:

*[...] **projetos ideológicos com os quais a obra dialoga e necessariamente trava contato, sem perder de vista a sua singularidade dentro do seu contexto.** [...] Como observa Ismail Xavier, no filme encontramos uma ‘pluralidade de canais’, a saber ‘o olhar da câmera, a organização do décor e da mise-em-scène, emoldurados pelos agenciamentos de imagem e som feitos na montagem’.* (MORETTIN, 2007: 63)

Assim, um filme que constrói sua versão de uma história, muitas vezes consagrada pela historiografia, carrega em si a tensão entre a inventividade de seus autores/produtores e as limitações impostas pelas normas e convenções sociais. Com a diferença básica de que, os discursos históricos transmitidos por uma película não tem

qualquer compromisso teórico-metodológico com a história enquanto ciência academicamente instituída.

Filmes históricos como transmissores de um determinado saber histórico, que atinge as pessoas e as informa sobre o passado. Produções que não se ancoram na preocupação científica com a racionalidade histórica, uma vez em que geralmente se configuram como mercadorias da cultura de massa, e o que se destaca em seu relevo, na maior parte dos casos, é o potencial de difusão e rentabilidade da obra, não seus critérios de cientificidade.

Segundo Mark Carnes (1997), a natureza da produção cinematográfica é distinta da natureza da produção historiográfica. Os historiadores estão em constante processo de refinamento dos seus estudos, sendo cobrados quanto à crítica documental e aos parâmetros analíticos dos trabalhos em questão. Já a maioria dos cineastas se preocupa mais com a possibilidade de impressionar, emocionar, cativar o público e tornar sua produção a mais assistida possível.

Esse cineasta entende também que, independentemente da preocupação com a exatidão histórica, o filme causa no espectador uma sensação de fidedignidade, dando credibilidade à obra. E como característica principal dos filmes sobre eventos históricos existe a tendência em se ‘moldar’ a história para que se torne popular, atraente e vendável.

Enfim, o cinema é um produto coletivo, que possui um caráter individual e artístico, com uma estética que se encontra condicionada socialmente, assim como a sua linguagem. Por isso, possui significados ocultos, que podem ser dissecados, buscando elementos da realidade através da ficção.

Temos então dois enfoques principais: os filmes como documentos históricos, aos quais se recorre para aprofundar a reflexão sobre o período em que as películas foram produzidas. Os filmes como discursos sobre a história, aos quais se constroem críticas historiográficas sobre suas abordagens históricas.

Mas há um terceiro enfoque importante, que deve ser também levado em consideração, que se trata de entender os filmes como agentes da história. Segundo Robert Rosenstone:

El cine personaliza, dramatiza y confiere emociones a la historia. A través de actores y testimonios históricos, nos ofrece hechos del pasado en clave de triunfo, angustia, aventura, sufrimiento, heroísmo, felicidad y desesperación. Tanto los films de ficción como los documentales utilizan las potencialidades propias del medio – la cercanía del rostro humano, la rápida yuxtaposición de imágenes dispares, el poder de la música y el sonido en general – para intensificar los

sentimientos que despiertan en el público los hechos que muestra la pantalla. [...] El cine nos ofrece, es obvio, la 'aparencia' del pasado: edificios, paisajes y objetos. Y no nos damos cuenta de cómo esto afecta a nuestra idea de la historia. (ROSENSTONE, 1997: 52)

Neste sentido, ao exercer influência sobre os olhares do grande público a respeito da história, o cinema tem se tornado um agente que produz uma forma particular de conhecimento histórico. Segundo Cristiane Nova:

[...] o 'filme histórico', como detentor de um discurso sobre o passado, coincide com a História no que concerne à sua condição discursiva. Portanto, não é absurdo considerar que o cineasta, ao realizar um 'filme histórico', assume a posição de historiador, mesmo que não carregue consigo o rigor metodológico do trabalho historiográfico. [...] O grande público, hoje, tem mais acesso à História através das telas do que pela via da leitura e do ensino nas escolas secundárias. Essa é uma verdade incontestável no mundo contemporâneo, no qual, de mais a mais, a imagem domina as esferas do cotidiano do indivíduo urbano. E, em grande medida, esse fato se deve à existência e à popularização dos filmes ditos históricos. (NOVA, 1996: 06)

Apesar de carecerem de confirmação empírica, tais idéias são importantes no sentido de chamarem a atenção para a força da história que é apropriada, recriada e divulgada pelas produções cinematográficas. Segundo a mesma autora:

*Os referentes históricos de um 'filme histórico' podem ter várias origens: a historiografia escrita, a mitologia, o conhecimento histórico popular, uma pesquisa própria do cinema e, o que é muito importante, sobretudo para o cinema dito comercial, a concepção da história (simbólica audiovisual e de conteúdo) do espectador – que tem sido modulada, ao longo de sua existência, pelos elementos referenciais enunciados acima, mas também pelo próprio cinema que acaba, pelo processo de repetição, criando **modelos históricos específicos** (NOVA, 1996: 09)*

A presença de modelos históricos específicos é interessante no sentido de compreender como a cultura histórica se faz presente, e se torna presença na consciência história dos sujeitos, interferindo de forma importante na didática da história. Pensando no relacionamento entre conhecimento histórico e produção cinematográfica, Elias Thomé Saliba argumenta que:

[...] hoje, o conhecimento histórico se origina menos da necessidade de demonstrar que certos acontecimentos se realizaram e, muito mais, da necessidade de se verificar o que certos acontecimentos podem significar, para a concepção de um determinado grupo, sociedade ou cultura, sobre suas atuais tarefas e perspectivas futuras (SALIBA, 1993: 87).

Pensar nesta relação entre sociedade e cinema, e mais especificamente no olhar histórico que a sociedade constrói a partir dos filmes históricos, trata-se de um campo de reflexão emergente e urgente, quando se parte do pressuposto que o conhecimento histórico é um agente indutor de identidades e orientador da práxis dos indivíduos.

Saliba (1993) afirma que os *media*, ou seja, os recursos técnicos e dramáticos do cinema constroem os acontecimentos. E tais construções tendem a homogeneizar o imaginário social, pois os acontecimentos são sempre produtos de uma construção que não compromete apenas a validade das verdades históricas, mas o próprio sentido que a sociedade constitui sobre tais acontecimentos. Ainda segundo o mesmo autor:

A construção da história na ficção fílmica é mais do que uma interpretação da história, pois o ato de engendrar significados para o presente lança o realizador (ou realizadores) da ficção cinematográfica em possíveis ideológicos que ele não domina em sua totalidade. Portanto, construir a história na narrativa fílmica pode implicar, inclusive, destruir significados estáveis, desmontar sentidos estabelecidos, desmistificar ilusões ou mitos já cristalizados – seja pela tradução, seja pela própria historiografia (SALIBA, 1993: 103).

Além de construir significações históricas difusas e profundas, o filme também pode ser considerado como produtor de novas abordagens, indutor de outros olhares não pensados ou testados pela própria historiografia. Enfim, sob vários ângulos e diversas abordagens, o cinema pode ser compreendido como um tema relevante em se tratando de pensar a cultura histórica e a didática da histórica, especialmente sob os conceitos desenvolvidos por Jörn Rüsen, que serão aprofundados no decorrer deste texto.

3. Cultura histórica e cinema

Ao refletir sobre as formas e funções que o saber histórico toma e exerce na sociedade, Jörn Rüsen, em seu livro *História Viva*, toma como ponto de referência uma pergunta inicial de fundamental relevância: “Se é por suas formas e funções que o saber histórico se torna verdadeiramente vivo, será que essa vida não se daria à custa de sua

cientificidade?” (RÜSEN, 2007: 10).

Rüsen, com este questionamento, está pensando na importância do saber histórico como fator relevante na orientação da vida prática. Não estabelece as medidas exatas desta influência, pois não considera que exista uma fórmula pronta para tal avaliação. No entanto, aponta a possibilidade de se perceber os princípios ou refletir sobre pontos de vista que atuam na formação historiográfica e nos efeitos culturais do saber histórico, por força da cientificidade da história.

Para Rüsen, a história mantém uma relação íntima com a educação, a política e a arte. No campo da cultura histórica as dimensões cognitiva, política e estética se entrecruzam mutuamente, e agem na formação da consciência histórica dos sujeitos partícipes desta cultura. A ciência da história não pode, portanto, estar alienada deste campo. O saber histórico age na mobilidade cultural da vida prática humana, e tal ação aparece na historiografia como coerência estética, pois o elemento estético permite a percepção do saber histórico e abre-lhe a possibilidade da imediatez e da força de convencimento da percepção da sensibilidade (RÜSEN, 2007: 29).

Mas o saber histórico também age culturalmente como coerência retórica, que:

Não se trata mais apenas da qualidade literária dos textos historiográficos. A questão está agora na força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, também reside a qualidade literária desses textos. Ele torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, o que leva à ampliação e ao aprofundamento de sua competência para tanto (RÜSEN, 2007: 31).

Desta forma, para Rüsen, as coerências estética e retórica das narrativas históricas agem no convencimento dos sujeitos, quanto à forma com que tais narrativas orientam sua subjetividade, na formação de identidade e práxis. Ou seja, de auto-reconhecimento no fluxo do tempo e na orientação dos processos de tomada de posições e decisões:

[...] a retórica concentra-se, na estética, no efeito que o construto lingüístico de sentido tem no agir, liberando os sujeitos de constrangimentos prévios para determinada ação, fomentando sua reflexão sobre outras formas de ação, dispondo-os, assim, a um agir novo, qualitativamente diferente. Na estética, a retórica torna-se metapragmática: ela faz lidar com o próprio agir, provoca tomada de posição dos sujeitos agente quanto ao agir, fazendo-os ganhar mais

liberdade (RÜSEN, 2007: 38).

O que o teórico alemão está alertando com este debate, acerca da coerência estética e retórica da narrativa histórica, é que o poder de convencimento de uma narrativa histórica encontra-se na forma com que atinge os sujeitos e supre carências de orientação latentes na cultura histórica. E, nesse sentido, Rüsen conclui que a ciência da história, por si só, não abrange os conteúdos que conferem significado histórico na vida:

A ciência tem de ser entendida, afinal, como uma estrutura formal das constituições históricas de sentido, que não abrange suficientemente os conteúdos que conferem significado à história a ser escrita, como grandeza orientadora da vida humana prática (RÜSEN, 2007: 75).

Apesar de observar como a produção científica da história não dá conta de todas as carências de orientação que a cultura histórica apresenta, Rüsen enxerga especificamente na produção científica do conhecimento histórico uma espécie de universalidade antropológica, ou seja, uma base racional fundamental para abarcar a reflexão histórica como orientadora da vida prática.

A cultura histórica é entendida como o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática. Para Rüsen, a historiografia contém fatores estéticos e retóricos fundamentais, que habilitam o saber, como constructo cognitivo, a aplicar-se na vida prática. Porém, o que “precisa de esclarecimento é como esse saber responde, aos pontos de vista especificamente estéticos e políticos da orientação prática, com a pretensão de racionalidade cognitiva própria à história como ciência” (RÜSEN, 2007: 121).

Compreender como a produção científica do conhecimento histórico pode, e talvez deva, atuar nos campos em que a história é apropriada política e artisticamente, torna-se elemento constituinte da própria reflexão teórica da história. Pois “ciência, política e arte podem instrumentalizar-se mutuamente no campo da consciência histórica (como fator cultural da orientação existencial), abreviando ou mutilando a dimensão do saber histórico por elas adotada”. (RÜSEN, 2007: 122)

A abreviação, ou mutilação do saber histórico pode ser adotada tanto pela política, que geralmente fundamenta de forma pragmática e, muitas vezes, utilitarista, o conhecimento histórico do qual se utiliza para justificar posicionamentos. A arte, utilizando uma razão fundamentalmente estética, pode transpor os limites da racionalidade e da plausibilidade

histórica, suprimindo a cientificidade em favor da beleza da narrativa.

Chegando a este termo, é interessante pensar o cinema como um produto que pode agir na cultura histórica, muitas vezes de forma profunda. Pensar de que forma as dimensões política e estética presentes no filme relacionam-se com a racionalidade científica e com a dimensão cognitiva da história, torna-se assim ponto de passagem inevitável.

Segundo Rüsen (2007) a percepção estética estimula o entendimento histórico, o que possibilita um desempenho cognitivo que reforça o enquadramento jurídico da vontade de poder e a vontade política de poder serve à descoberta da verdade. Tal articulação, entre difusão do conhecimento voltada a convencer pela estética, termina por reforçar significados que muitas vezes se voltam para convencimentos políticos, não necessariamente fundamentados numa racionalidade da ciência histórica.

Configura-se assim um horizonte de reflexão no qual o cinema, como produto cultural e comercial de ampla difusão, pode ser investigado no sentido de compreender que formas e racionalidades se fazem presentes em suas narrativas. Como a força estética de atribuição de sentido dialoga ou não com a racionalidade científica do pensamento histórico? Como os elementos retóricos e estéticos da produção cinematográfica articulam-se nas consciências históricas dos sujeitos? Como a cultura histórica num sentido amplo tem sido formada e informada a partir das contribuições da produção cinematográfica?

A arte defende, dessa maneira, o peso próprio da percepção sensível contra seu aproveitamento cognitivo e político. No processo dessa defesa, a dimensão estética da memória histórica pode vir a desvincular-se, na cultura histórica, de modo certamente prejudicial, de seus fatores cognitivo e político. O meio da percepção sensível pode acabar sendo uma única mensagem da história, que se tornaria independente dos conteúdos científicos e políticos, auto representando-se e instrumentalizando os conteúdos, ou seja, as histórias a serem narradas, como mero meio para o fim do sentido estético. A forma estética transforma-se, ela própria, em conteúdo histórico, tornando secundários e, em certo extremo, vazios mesmo, os aspectos políticos práticos e científico-cognitivos das apresentações históricas. Essas tendências podem ser evidenciadas nas narrativas de apresentar a história nas exposições. Por mais que as montagens e sua dramaturgia sejam necessárias, quando se tenciona aumentar a qualidade sensível das experiências e das interpretações históricas (ou seja: expor a história aos sentidos), não resta dúvida que elas, sozinhas, bastem para apresentar o que há de especificamente histórico na experiência e em sua interpretação formadora. (RÜSEN, 2007: 129)

É especificamente neste ponto que Rüsen contribui para problematizar o poder

estético das narrativas cinematográficas. Por mais diversificadas e multiperspectivadas que possam ser as leituras sobre a apropriação cinematográfica da história, não se pode negar o potencial estético destas obras, e como elas tendem a centrar sua racionalidade na força estética mobilizadora do pensamento histórico.

A ciência da história, com seu raciocínio metódico, muitas vezes renuncia à reflexão sobre a centralidade estética da atribuição de sentidos realizada pelas narrativas fílmicas. Obviamente, como o próprio Rüsen alerta, tal realidade é inerente à ciência história que não se preocupa com as questões política e didática que interpelam seu próprio conhecimento.

A partir da percepção estética

[...] se abre um espaço genuíno de experiência e significação histórica, mas a um alto preço. O poder das imagens tende a extrapolar o pensamento e a camuflar as ambições políticas de poder. Ao se opor à ciência e à política, o sentido estético próprio da cultura histórica acarreta a irracionalidade e a despolitização da consciência histórica nos grupos sociais em que está constituído esteticamente. A fascinação sensível da experiência histórica não admitiria mais esclarecimento algum político ou científico-racional. (RÜSEN, 2007: 132)

Desta forma, observa-se o risco da expressão artística não mais prestar contas à política nem à ciência. A identidade histórica pode ser formada e enraizada em sentimentos profundos dos sujeitos, perdendo disposições essenciais à orientação política e à reflexão racional.

A alteridade do tempo torna-se ocasião de fascínio estético ou de uma fruição sem conseqüências para uma orientação realista da própria vida prática. Pelo contrário, priva o quadro de orientação da vida prática de elementos essenciais da experiência histórica e da constituição de sentido. No mínimo, a experiência histórica – introduzida por meio da percepção sensível autônoma do quadro histórico de orientação da vida prática e agregada aos processos de constituição da identidade histórica – é desviada dos setores da vida humana pessoal e coletiva, nos quais as relações de poder e a argumentação racional desempenham algum papel. (RÜSEN, 2007: 132)

Pensando nas peculiaridades do cinema, em especial aquele designado comercial, observa-se como a indústria cinematográfica tem produzido, de maneira intensa e bem sucedida, narrativas históricas contundentes, com força estética e retórica, que podem conformar olhares históricos pelo viés das emoções e do fascínio estético. Problema de grande

relevância quando se toma por referência a necessidade de se pensar as formas e as funções do pensamento histórico na orientação da vida prática. Ou seja, com a perda da plausibilidade racional de um discurso histórico, desloca-se o sentido e a posição desta história na orientação da vida prática.

Rüsen (2007) pensa num caminho para superar tal risco: a formação histórica. Dotando os sujeitos de competências cognitivas e narrativas que possibilitem a prevalência da racionalidade científica na formação da consciência histórica, é possível pensar na superação das implicações puramente estéticas ou políticas das narrativas históricas, pois a “formação histórica, possibilitada pela história como ciência, pode assegurar essa abertura da relação mútua das três dimensões da cultura histórica”. (RÜSEN, 2007: 133) Isto porque “a constituição histórica de sentido, de que o potencial de racionalidade da ciência da história se apropria, não se dá por força da pretensão salvífica nem pela imaginação especificamente artística” (RÜSEN, 2007: 133).

Nos parâmetros atuais, historiadores têm se preocupado em descobrir todos os sentidos implícitos na produção cinematográfica, entretanto, não buscam aprofundar a reflexão sobre como esses diversos sentidos atuam na consciência histórica dos sujeitos, como expectadores e agentes na cultura histórica.

Apesar de não haver medida verificável sobre a profundidade da presença do cinema na formação histórica em geral, é possível refletir sobre suas implicações e repercussões na didática da história. E surgem então questões que norteiam tais reflexões: *Os filmes são produtores de conhecimento histórico? Como a ciência da história se relaciona com as narrativas fílmicas? E com relação à didática da história, como as narrativas fílmicas da história chegam aos espaços formais de educação? Como são apropriados, re-significados e como impactam a formação histórica?*

4. Cinema e didática da história

Uma análise da produção acadêmica recente, a respeito do uso de filmes em aulas de História, evidenciou o que há de comum nestes trabalhos: defesa da utilização dos filmes a partir de uma seleção crítica do material por parte do professor e utilização das produções cinematográficas como fontes históricas. O foco dos mais de vinte textos pesquisados se apresentou, geralmente, na relação entre o conteúdo do filme, suas características como documento histórico, e o conteúdo histórico a ser trabalhado pelo professor.

No conjunto dos trabalhos analisados, um argumento recorrente como justificativa para a utilização de filmes no ensino de História se concentra na chamada “Estratégia

metodológica dinâmica”, em contraposição ao ensino tradicional, maçante e pouco diversificado, que se restringia à leitura e à escrita. Privilegia-se o entendimento de que um trabalho com filmes pode inovar, dinamizar, tornar mais agradável e diversificado o ensino de história, independente da avaliação do trabalho quanto às formas de apropriação deste conhecimento por parte dos alunos.

É importante observar, que o cinema dialoga com o imaginário dos alunos de maneira diferenciada. [...] temos a oportunidade nos filmes de visualizarmos a materialização imagética de parte da nossa imaginação. [...] utilizaremos esses mecanismos já devidamente organizados para tentar “transportar” o aluno, mesmo que de modo imaginário, a épocas passadas, produzindo conhecimento histórico por outras vias e outras linguagens (MEDEIROS, 2008: 05).

Explora-se a idéia de que o cinema amplia o potencial imaginário dos alunos, transpondo-os da realidade presente para a realidade histórica. Mas fica aberta a questão das peculiaridades da leitura histórica do cinema. E, por outro lado, não há como garantir que um filme histórico possibilitará ao aluno a ampliação de suas ideias históricas a partir do estímulo audiovisual do cinema, sem se fazer uma pesquisa sobre como trabalha esta imaginação.

Eneide Aquino (2008) propõe a problematização do contexto fílmico através de textos complementares e a construção e exposição com os alunos de um breve roteiro com questionamentos, um levantamento bibliográfico e biográfico a partir de questões como, por exemplo: “Quem produziu o filme? Quando e onde foi produzindo? O que diz (ou não diz) o filme? Para que / quem produziu?”, com este segmento de questões defende a idéia de que “[...] o educador (deve) assumir uma postura que compreende um conjunto de aptidões voltadas aos métodos de construção do conhecimento, socializando esses saberes num processo contínuo de ensino e aprendizagem” (AQUINO, 2008: 03).

Apesar do tratamento do filme como um documento e do trabalho a partir deste referencial ser importante, novamente o enfoque está voltado para a atividade docente, para as tarefas básicas que o professor deve cumprir, e pouco se faz referência à forma com que os sujeitos envolvidos neste processo compreendem a presença da História através dos filmes.

Riolando Azzi afirma que:

*Quanto à utilização dos filmes com finalidade pedagógica, não só o professor tem oportunidade de ver o filme mais de uma vez, podendo **extrair com mais clareza os conteúdos** educativos que deseja enfatizar, como também os alunos podem realizar um trabalho mais aprimorado de pesquisa e descoberta sob a orientação do*

professor, aproveitando ao máximo a grande riqueza cultural contida na produção cinematográfica (AZZI, 1996: 69, Grifo Nosso).

A riqueza cultural contida na produção cinematográfica é um aspecto importante, mas o que se torna renitente nas propostas de utilização de filmes em aulas de história é o foco nos conteúdos a serem aprendidos.

Todo o potencial de análise fílmica não pode ser explorado sem uma pesquisa aprofundada das narrativas históricas de professores e alunos, sobre como os filmes históricos se relacionam com o conhecimento histórico. A compreensão das idéias históricas destes sujeitos, diretamente envolvidos no processo educativo, pode direcionar compreensões sobre as formas e funções que tomam os filmes históricos na formação e na cultura históricas.

Uma produção cinematográfica se configura como artefato cultural complexo. Envolve uma ampla gama de processos constitutivos, que perpassam escolhas e possibilidades técnicas, financeiras, culturais e políticas. Este emaranhado de questões condiciona a produção de uma película e interfere no resultado do trabalho que será observado pelo espectador. Além do que é assistido em uma tela, há todo um conjunto de procedimentos que direcionam o produto final da obra cultural em questão.

As produções, com temáticas fixadas em torno de temas históricos, resultam de determinadas leituras, olhares sobre o passado, que trazem este passado e o tornam presente, a partir das escolhas presentes sobre o passado que se quer, ou que se pode representar.

Uma produção cinematográfica se institui como leitura de um determinado objeto histórico, sob determinada perspectiva, e tal noção é fundamental quando se coloca como proposta o uso dos filmes no ensino de História. A compreensão das formas com que se processam os entendimentos de tais leituras, por parte de professores de história e de jovens alunos, é o problema que se coloca. O trabalho com filmes históricos poderia se focar no aluno, no seu processo de cognição histórica situada (SCHMIDT, 2009(2), localizando como este processo cognitivo se relaciona com o trabalho a partir deste artefato cultural.

Jörn Rüsen (2010), quando pensa na questão da função didática da história, parte do entendimento que a ciência da história e a didática são comumente entendidas como campos distintos. Na primeira, aconteceria a produção do conhecimento histórico 'puro'. Na segunda, instituir-se-iam os processos de mediação para transmissão deste conhecimento. Porém, segundo o teórico alemão, a didática da história deveria ser uma preocupação primordial da teoria da história, uma vez que a produção científica do conhecimento histórico não pode isentar-se de compreender as formas de apropriação e transmissão dos seus

conhecimentos na orientação da vida prática.

Como uma forma de sanar tal problemática um conjunto de estudiosos do ensino de história têm constituído investigações e teorizações a partir do campo da chamada Educação Histórica. Preocupando-se com o processo de formação e progressão da consciência de sujeitos em processo de escolarização, tais estudiosos têm colocado em prática formas diversificadas de trabalhar com o conhecimento histórico em aula, superando a chamada dicotomia entre produção e transmissão do conhecimento histórico.

Um elemento essencial nesta nova abordagem teórico-metodológica é busca pela construção de uma Literacia Histórica, que se configura como a constituição de:

[...] operações mentais da consciência histórica que desenvolvam a narrativa, porque é somente a partir desta que o conhecimento torna-se consciente, ou autoconhecimento e o sujeito aumenta sua capacidade de ver o passado como passado histórico e não somente como passado prático ou passado morto. Isto porque a aprendizagem histórica só é aprendizagem quando ela muda os padrões de interpretação do passado, o que pressupõe um processo de internalização dialógica e não passiva do conhecimento histórico, além de uma exteriorização para fora, no sentido de mudar a relação com a vida prática e com o outro (SCHMIDT, 2009 (1): 15).

A partir de tal compreensão, concebe-se como finalidade da literacia histórica a formação da consciência histórica:

[...] tendo como referência a construção, não de uma relação prática ou morta com o passado, mas de uma relação histórica cada vez mais complexa, em que a consciência histórica seja portadora da orientação entre o presente, o passado e o futuro, no sentido de voltar-se para dentro (o papel das identidades) e para fora (na perspectiva da alteridade) (SCHMIDT, 2009(1) :19).

Tal reflexão passa necessariamente pela discussão do sentido da presença do passado no ensino de história. Segundo Oakeshott, é preciso compreender a existência de várias modalidades de passado que atuam no presente. Seja sob a forma de memória, passado morto, passado encapsulado ou passado histórico, o tempo presente se encontra permeado por várias referências ao tempo passado.

Ao tentar relacionar a didática da história com a ciência da história, passa-se necessariamente à compreensão da existência do passado histórico. Este passado envolve

profissionais que se interessam por pesquisar, organizar e interpretar informações, com base numa racionalidade fundamentada nos critérios de objetividade e verdade pautados pela produção científica da História.

A investigação histórica começa, então, em um tipo único de presente composto de objetos, todos eles reconhecidos como realizações passadas que sobreviveram. É um presente-passado no qual tudo lhe tem imposto o caráter de um sobrevivente, e de uma realização cuja afirmação pode ser difícil de interpretar, mas que não pode ser nem verdadeira nem falsa (OAKESHOTT, 2007: 82).

Toda investigação histórica parte de uma preocupação em relação ao passado a partir da forma com que ele se faz presente. É no tratamento dos vestígios deste passado - fontes históricas - e na sua transformação em evidências, que se constrói um quadro analítico a respeito das compreensões que se edificam neste processo investigativo. Conforme Rüsen:

O trabalho de construção do historiador, no qual ele ultrapassa conscientemente a linguagem das fontes, é justamente orientado pela intenção de designar o mais precisamente possível a qualidade histórica do que as fontes dizem sobre o passado. Por meio da 'ampliação dos pontos de vista' na formação histórica dos conceitos, destacam-se com precisão aquelas constelações temporais de estados de coisas do passado que a linguagem das fontes não tem como expressar (RÜSEN, 2001: 99).

O processo de construção do passado, a partir do uso que se faz dos vestígios remanescentes, é uma forma de ir ao passado baseada nos critérios de racionalidade da ciência histórica. Segundo Oakeshott:

O sujeito que se ocupa dessas investigações [...], os objetos e observações que ele está comprometido em entender, os significados que lhes atribui e as conclusões a que chega são de um caráter categoricamente diferente do caráter do sujeito – os objetos de seu interesse prático e o que ele faz deles (2007: 74).

A pesquisa histórica trata-se de uma forma de abordagem do passado que vai além de interesses práticos de quem a executa, e o ensino de História pode se pautar pela busca deste relacionamento com o passado que se faz presente, a partir da racionalidade da ciência histórica. Tal proposta parte do entendimento que a História tem uma função importante, que é a orientação dos sujeitos a partir das noções de passado que são edificadas. Segundo Rüsen, tal orientação se consolida pela:

[...] práxis como função específica e exclusiva do saber histórico na vida humana. Isso se dá quando, em sua vida em sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente. Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico (RÜSEN, 2007).

Entender as formas com que os sujeitos envolvidos no processo educacional – professores e alunos – compreendem a historicidade presente nos filmes históricos é um caminho possível, para estabelecer reflexões sobre a forma com que a Educação Histórica pode se apropriar destes artefatos culturais no desenvolvimento de suas teorias.

A relação com o passado histórico pressupõe transformar em evidência o passado que está no presente. Os filmes históricos são uma manifestação clara desta presença, não como verdade histórica, mas como processo de construção de interpretações culturais do passado. Portanto, configuram-se como fontes para os estudos fundamentados na racionalidade histórica.

Só quando as crianças compreendem os vestígios do passado como evidência no seu mais profundo sentido – ou seja como algo que deve ser tratado não como mera informação mas como algo de onde se possam retirar respostas a questões que nunca se pensou colocar – é que a história se alicerça razoavelmente nas mentes dos alunos enquanto atividade com algumas hipóteses de sucesso (LEE, 2003: 25).

Neste sentido, o sucesso na empreitada do ensinar História não estaria em introduzir nos alunos uma grande quantidade de informação a respeito dos acontecimentos passados, mas em proporcionar ao aluno a compreensão das formas com que o passado se faz presente, levando em consideração as várias dimensões desta presença.

Em estudos exploratórios realizados recentemente, com alunos do último ano do Ensino Fundamental, numa investigação sobre como estes jovens entendiam a função de um filme histórico, predominou a visão de que os filmes históricos têm a função de ensinar a História. Os alunos revelaram o entendimento dos filmes como produtores e transmissores do conhecimento histórico de uma forma diversificada, no sentido de complementarem e aprofundarem o que é trabalhado por professores e livros didáticos (SOUZA, 2010).

Nota-se claramente que a presença do conhecimento histórico através de filmes faz parte da cultura dos jovens. Compreender as formas com que os alunos se relacionam com tais conhecimentos, e caminhar no sentido de construir uma orientação deste processo a partir

da epistemologia histórica, formando consciências históricas pautadas na racionalidade desta ciência, é o desafio que se apresenta.

Sandro Luís Fernandes (2007) buscou investigar a presença de filmes em aulas de história. Em sua metodologia de pesquisa, entrevistou professores de história e transcreveu as gravações, trazendo indícios interessantes sobre a presença do cinema nas aulas de história. A leitura de alguns trechos destas entrevistas pode esclarecer um pouco os horizontes de investigação que se abrem neste campo. Vejam-se os seguintes trechos de falas de professores:

Eu utilizo o cinema mais ou menos dessa forma. Como se fosse pra comprova aquilo tudo que eu to falando. Sabe? Especialmente alguns temas que eles não acreditam. Eles acham que você ta inventando, sabe... Determinadas coisas que aconteciam (FERNANDES, 2007: 44).

[...] fazer com que o aluno se... Se insira... Conheça um pouco mais da época, né. Tentar inserir o aluno na época... Fazer ele vivenciar aquele período histórico. Abstrair o máximo possível do filme. Conhecer vestimentas de época, conhecer arquitetura da época, a forma de agir das pessoas. Conhecer a história propriamente dita. (FERNANDES, 2007: 44).

A coerência estética da produção cinematográfica da história faz com que os professores, neste caso, não leve em conta um diálogo com ciência da história. O que se apresenta é uma visão tradicional, que aproxima a história do passado, ou seja, como aquilo que se passou e pode ser resgatado a partir do filme. A impressão de realidade do filme se apresenta de forma preponderante, como se aquela experiência se fizesse no sentido de um túnel do tempo, como uma janela aberta para o passado.

Uma outra situação também pode ser pensada:

E eles agora que acharam esse filme eles querem assistir. É sobre a queda de Hitler. Entendeu? Então eu falei: Mas gente, não tamo trabalhando isso. Mas professora pegue essa aula. Professora a gente faz um trabalho. Faz qualquer coisa... A gente quer assistir esse filme. Trouxeram o filme, tudo pra poder assistir na aula de hoje. Entendeu? Às vezes eu sinto que eles procuram muitas vezes relacionar o filme, mesmo que não esteja trabalhando esse conteúdo. Pra assistir. Não é só aquele assistir. Porque tem alunos: a professora está pra matar aula. Mas não. Tem alunos interessados em assistir, discutir, perguntar: mas por que era assim? (FERNANDES, 2007: 57).

Neste outro ponto, o relato da professora apresenta a curiosidade dos alunos em relação a um filme histórico. Neste caso, apresenta-se um indício de como o cinema é entendido enquanto produtor de narrativas históricas, e a escola como espaço autorizado para discussão de tal conhecimento. E a situação termina por esbarrar na cultura escolar, nas normas e organizações pedagógicas.

De qualquer forma, é interessante observar como professores e alunos estão inseridos neste contexto de apreensão de significados históricos, a partir da produção cinematográfica. A presença do conhecimento histórico sob uma forma não científica que se dissemina rapidamente na cultura histórica e chega à sala de aula, onde se relaciona com a didática da história, possivelmente criando formas particulares de apropriação.

5 – Considerações Finais

Um horizonte de pesquisa importante se concentra na investigação do contexto escolar de relações com os filmes históricos a partir da disciplina de história. Observar como professores e alunos mobilizam ideias históricas, elaboram procedimentos e metodologias para tratar do conhecimento histórico apropriado e divulgado pela mídia cinematográfica, é um caminho interessante.

Os Caminhos de pesquisa apontados, pela via dos estudos da consciência histórica e da cultura escolar, podem nortear novas reflexões sobre o pensamento acerca dos filmes históricos e sua presença na cultura histórica.

Enfim, num horizonte amplo de pesquisa, ainda há a necessidade de se construir análises sobre os debates teóricos acerca dos filmes no ensino de História e como estes debates chegam às escolas em forma de orientações aos professores. Observar se os professores assimilam estes debates e como orientam suas práticas. E, por fim, o aspecto mais importante, o aluno, como sujeito fundamental deste processo, e as possibilidades de progressão de suas consciências históricas a partir do trabalho com os filmes históricos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Edineide Dias de. “Cinema em foco: uma abordagem cinematográfica / historiográfica no ensino de História”. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2005%20%20Edineide%20Dias%20de%20Aquino%20TC.PDF. Acessado em 12/10/2009.

AZZI, RIOLANDO. **Cinema e educação: orientação pedagógica e cultural de vídeos II**. São Paulo:Paulinas, 1996.

- CARNES, Mark (org.) **Passado Imperfeito. A história no cinema**. Rio de Janeiro. Record, 1997.
- DAVID, Célia Maria; SILVA, Melisa C. M.; OLIVEIRA, Paula V. M. “A utilização da linguagem cinematográfica no Ensino de História. Disponível em: http://proex.reitoria.unesp.br/congressos/Congressos/2__Congresso/Educa__o/Educ79.htm. Acessado em 01/10/2009.
- DUARTE, Rosália. “Imagem, linguagem audiovisual e conhecimento escolar”. In: SILVA, Aida Maria Monteiro *et al.* (Orgs.). Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife: ENDIPE, 2006.
- FERNANDES, Sandro Luís. **Filmes em sala de aula – realidade e ficção: uma análise do uso do cinema pelos professores de história**. Dissertação de Mestrado, PPGE-UFPR. Curitiba, 2007.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- LEE, Peter. “*Nós* fabricamos carros e *eles* tinham que andar a pé’ : compreensão das pessoas do passado”. In: BARCA, I. (Org.) **Educação histórica e museus**. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Lusografe, 2003. p. 19-36.
- MEDEIROS, Thiago Gomes; OLIVEIRA, Carla Mary S. “Cinema e História: o uso de filmes como estratégia metodológica no ensino de história moderna”. **XI Encontro de Iniciação à Docência**. UFPB – PRG.
- MORETTIN, Eduardo. “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro”. In CAPELATO *et all.* **História e Cinema**. São Paulo: Alameda, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- NASCIMENTO, Jairo Carvalho. “Cinema e ensino de História: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula”. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 5. Ano V. n 2. Abr. Mai. Jun. de 2008.
- NASCIMENTO, Vera Lúcia. “Cinema e Ensino de História: em busca de um final feliz”. *Revista Urutágua – Acadêmica multidisciplinar*. DCS / UEM. Nº 16 . Ago., Set., Out., Nov. de 2008. Maringá. ISSN 1519-6178.
- NEVES, Fátima Maria. “Filmes históricos e o Ensino de História da Educação”. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/97FatimaMariaNevesATUAL.pdf> Acessado em 29/09/2009.
- NOVA, Cristiane. “O cinema e o conhecimento da história”. *Revista Olho da História*, nº 3. Salvador, 1996.
- OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História e Outros Ensaios**. São Paulo: Topbooks, 2007.

RAMOS, Alcides Freire. “Linguagens artísticas (cinema e teatro) e o ensino de história: caminhos de investigação”. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 4, Ano IV, nº 4 . Out., Nov., Dez. de 2007.

ROSENSTONE, Robert. A. **El pasado en imágenes: El desafío Del cine a nuestra idea de la historia**. Barcelona: Ariel, 1997.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

_____. **História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2007.

_____. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SALIBA, Elias T. “A produção do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa fílmica” IN: Falcão, A.R. & Bruzzo, C. (Orgs). **Lições com cinema**. São Paulo: FDE, 1993. p. 87-108.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “Literacia Histórica: um desafio para a educação histórica no Século XXI”. **História e Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História**. CLCH, UEL – Vol. 15. Ago. 2009 (1). p.09-21.

_____. “Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta?” In SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica**. IJUÍ: Ed. Unijuí, 2009 (2). p. 21 – 51.

SOUZA, Éder C. “O que o cinema pode ensinar sobre a História? Investigação sobre as ideias dos alunos a respeito do uso de filmes em aulas de História”. **Actas das X Jornadas de Educação Histórica**. Londrina: UEL, 2010.

TANIGUCHI, Inês Simionato. “O cinema como fonte para o ensino de história medieval” . Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/652-4.pdf?PHPSESSID=2009050708274935> . Acessado em 01/11/2009.

FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA RESPOSTA AO RACISMO NAS ESCOLAS

Ana Paula de Araujo Gomes CARVALHO¹

anapcarvalho2006@yahoo.com.br

anagcarvalho2009@gmail.com

ana.carvalho@uniabeu.edu.br

Resumo: A lei 10639/03 chegou em um momento de transformações políticas no Brasil e no município de Nova Iguaçu(RJ - Baixada Fluminense). Pois com a entrada do PT na prefeitura deste município várias políticas foram implementadas para a promoção da igualdade e da erradicação do racismo, entre as medidas foram oferecidas formações continuadas como: A Cor da Cultura, Gênero e Diversidade na Escola, I Curso de História Afrobrasileira. Para essas formações foram selecionadas 70 escolas da rede para serem multiplicadoras e implementadoras da História e Cultura Afrobrasileira no município. O objetivo dessas formações foram para que principalmente nas escolas participantes se realizassem ações para acabar com a vergonha das crianças com as figuras do negro e o conseqüente racismo sofrido por eles no ambiente escolar e também a possibilidade de uma reformulação na escolha dos livros didáticos que são distribuídos as crianças para o período letivo. Entre os anos de 2008 até 2011 essas ações foram realizadas sistematicamente. O Objetivo da minha pesquisa é responder as seguintes questões: Com essas ações, o número de manifestações racistas diminuiu? As crianças afrobrasileiras em idade escolar passaram a se identificar com o negros e mestiços, conseguem ver figuras positivas na escola? Faço uma pesquisa em algumas das 70 escolas para identificar se o oferecimento e conseqüentemente as suas ações estão surtindo o efeito desejado. A erradicação do racismo nas escolas é real? A equidade já se manifesta em maior escala nas escolas? Apresento também as possibilidades da confecção de materiais que auxiliam na educação para a igualdade racial nas escolas do Município de Nova Iguaçu.

Palavras-chave: formação Continuada; educação etnicorracial; escola.

¹ Uniabeu – Campus II – Nilópolis/RJ – Professora Especialista em História da África.

“A ação educativa deve ser uma “ação cultural” que leve à libertação de todos os educadores e educadoras, de todos os educandos e educandas, de todos os meninos e de todas as meninas, de todos os negros e de todos os “não-negros” ... libertação de todas as formas de preconceito e discriminação que impedem, a todos de “ser mais”.

(SANTOS, 2001)

O ano de 2003, foi um marco para o início efetivo da luta institucionalizada contra o racismo e toda a forma de discriminação que ocorriam e ainda ocorrem na sociedade brasileira. Na realidade foi o momento do reconhecimento (um tanto quanto forçado pela sociedade civil e pelo movimento negro), por parte do governo brasileiro da necessidade de uma legislação específica sobre a educação etnicorracial.

Essa legislação foi direcionada à educação na promulgação da Lei 10639/2003² e depois alterada pela Lei 11645/2008³. A partir dessa legislação as escolas públicas e privadas de todo o território nacional deveriam incluir em seu currículo a história da África e do negro no Brasil nas áreas de conhecimento em História, Literatura e Educação Artística.

No que se refere ao município de Nova Iguaçu, as ações afirmativas⁴ tiveram seu início com o primeiro mandato do Prefeito Lindberg Farias (PT), foram oferecidos cursos de formação para os professores da rede municipal para que estes estivessem aptos a trabalhar com a temática da História da África e também do preconceito e discriminação em todas as suas manifestações.

O primeiro curso oferecido foi “Gênero e Diversidade na Escola”, esta formação ocorreu em parceria com a Coordenadoria de mulheres do município de Nova Iguaçu e a Secretaria de Educação, foi ministrado pelo CLAM/IMS/UERJ no ano de 2006. Esta formação tinha como objetivo fornecer elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola. A expectativa desse curso aos profissionais era o de adquirirem, no cotidiano da sala de aula, instrumentos para

² Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

³ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

⁴ Ação Afirmativa é um conjunto de políticas que compreendem que, na prática, as pessoas não são tratadas igualmente e, conseqüentemente, não possuem as mesmas oportunidades, o que impede o acesso destas a locais de produção de conhecimento e de negociação de poder.

refletir e lidar com as atitudes e comportamentos que envolvam relações de gênero, étnico-raciais e questões sobre sexualidade.

O Curso seguinte, ou melhor, a formação continuada oferecida foi organizada pela Secretaria de Educação do município no ano de 2007. Este projeto chamado “A Cor da Cultura”, tinha o objetivo da apresentação e utilização de materiais midiáticos em uma série de programas que foram veiculados pelo Canal Futura em parceria com a Rede Globo e a SEPPIR⁵ que teriam a sua utilização veiculada nas escolas da rede de Nova Iguaçu, as escolas participantes foram em número de 35 e de cada uma delas foram escolhidos 2 (dois) professores para multiplicar e aplicar o material da formação para professores e alunos. (Anexo – 1)

E por último, mas não como o fim do projeto de cursos de capacitação (assim espero), da Prefeitura de Nova Iguaçu o I Curso de História Afro brasileira que contou com a participação de 200 professores das redes municipal e estadual de Nova Iguaçu. Este curso teve como objetivo a complementação e confecção de materiais didáticos para serem aplicados nas escolas do município e principalmente sinalizar para o fato de que o ensino de história da África e do negro no Brasil é possível, que existe variada bibliografia sobre o tema e que já se faz tarde a apresentação do negro como livre e não como escravizado. Do negro como ator de processos políticos e econômicos. E principalmente do negro com visibilidade. (Anexo – 2)

Algumas respostas práticas já obtivemos por conta dessas formações: Workshop de Educação da Metropolitana I, Apresentação de trabalhos no Fórum Mundial de Educação em Nova Iguaçu e O Projeto A África está em nós”, realizado no Ciep Brizolão 358 – Alberto Pasqualini.(Anexo – 3). Mas não são suficientes estes projetos, precisamos indagar do professor a sua resposta quanto à modificação sofrida por ele para poder encarar o racismo na escola.

A princípio recolhi citações de professores participantes das formações, mas ao longo dessas narrativas recolhidas percebi a necessidade de uma pesquisa mais sistemática, criei um questionário fechado para quantificar as indagações que foram se avolumando em minha pesquisa, que está longe de estar concluída.(Anexo – 4)

A partir da narrativa dessas formações municipais, identificamos um grupo de professores que continua a acreditar que o racismo é apenas uma construção para originar

⁵ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

uma divisão na sociedade no que se refere ao lugar do(a) negro(a) e do(a) branco(a). Podemos identificar nesse grupo o que é chamado pela professora Eliane Cavalleiro, de “ritual pedagógico do silêncio”⁶, ou seja, eles preferem não tomar partido ou não se envolver nas questões de preconceito e discriminação que possam ocorrer no ambiente escolar. Para estes docentes os cursos de formação continuada são perda de tempo e história da África seria uma “matéria” a mais na grade curricular das escolas.

Acreditamos que o racismo tem que ser eliminado, a diversidade não deve ser tratada como exotismo, superioridade ou inferioridade, mas como escreve Munanga (2005)⁷, uma atitude responsável por parte do professor ou professora:

“Mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade, e também ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada”.

Partindo dessa premissa meu objetivo é analisar o possível resultado dessas formações no ambiente escolar no que se refere ao cotidiano de professores. E procurar responder as seguintes questões: Com essas ações, o número de manifestações racistas diminuiu? As crianças afrobrasileiras em idade escolar passaram a se identificar com negros e mestiços, conseguem ver figuras positivas na escola e fora dela? Quais foram as ações concretas realizadas pelos docentes para a tentativa da erradicação do racismo nas escolas do município de Nova Iguaçu? Existe resistência dos docentes na realização das ações?

É dever da escola estar preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e alunas compreender as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construir sua própria opinião nesse debate. A educação não é doutrinação, mas deve estar aberta a toda e qualquer discussão. É justamente aí que vai entrar o professor ou professora, se ele ou ela não estão preparados para falar sobre assuntos ligados a raça, etnia, gênero ou discriminação de qualquer tipo muitas vezes é melhor mascará-las ou dizer que essas questões não existem na escola. Mas como mascarar essas

⁶ Do silêncio do lar ao silêncio escolar :racismo e preconceito na educação infantil.

⁷ Superando o racismo na escola

questões, se uma criança é chamada de “macaca”, um menino de “mariquinha”, um adolescente de “paraíba”. Qual é o papel exercido pela escola e pelo educador?

Como é apresentado nos PCNs, a escola é um espaço para a construção de identidade, não só do(a) aluno(a), mas também e principalmente dos professores e das professoras: “Todas as vivências no espaço escolar são educativas e concorrem para os processos de constituição da identidade dos alunos.”⁸

A escola é um espaço em que a grosso modo, as crianças iniciam o seu processo de socialização e da construção da sua identidade em quanto pessoa, pois o contato com o outro, que não faz parte sua família nuclear, que possui uma formação diferente da sua, vai contribuir positiva ou negativamente para a base de sua conduta como indivíduo que participa de um determinado grupo social. Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), são pontos comuns de toda comunidade escolar “desenvolver a autonomia moral e intelectual, a interação e a cooperação, estar atenta à diversidade e disponibilizar a aprendizagem”. A escola é espaço para a construção de identidade, mas como construir uma identidade positiva e sólida, se a prática docente é discriminatória e racista? O que fazer para modificar essa prática?

É claro que nesse relacionamento que vai ser criado está como árbitro o professor, que será responsável por administrar essas novas relações e elucidar os possíveis conflitos que apareçam. Mas será que o professor está apto para contornar e eliminar as condutas racistas que se desenvolvem no ambiente escolar?

Pois partindo do pressuposto que todos os alunos são iguais e devem receber o mesmo tipo de educação na escola, é extremamente marcante quando o aluno não se reconhece, desenvolve um sentimento de não pertencimento, ele sabe que em sua família todos são vistos e tratados como iguais e possuem características semelhantes e ao chegar ao ambiente escolar que é tido como um ambiente democrático e igualitário ele é segregado e sofre discriminação. Como descreve a professora Eliane Cavalleiro, é na escola, com o contato com outras crianças e diversas formas de criação (me refiro a criação familiar e no contato com o outro), que nos deparamos com as primeiras manifestações de não-pertencimento, pois algumas crianças da escola trazem de casa o racismo que foi “ensinado” por seus responsáveis. Para a autora, “o racismo é um problema que está presente no cotidiano escolar, que fere e marca, profundamente, crianças e adolescentes negros” (CAVALLEIRO,p.34: 2005).

⁸ Parâmetros Curriculares Nacionais

Essas marcas acompanham por muitas vezes as crianças a vida inteira e formam adultos temerosos de ocuparem seu lugar na sociedade. Na escola se inicia o processo de invisibilidade pelo qual a criança negra passa esse processo se inicia com o silenciamento dessa criança, que passa a acreditar que ela não tem direito de falar, porque os escravos africanos que vieram para o Brasil não tinham esse direito, que só quem é inteligente é o branco, porque quem era responsável por manter a ordem entre os negros era o branco, que sabia organizar, administrar e o negro só servia para atividades braçais. Hoje o negro ocupa áreas muito específicas da sociedade em que ele não necessita ser “bom nos estudos” (jogador de futebol, cantor de pagode, trabalhadores informais, etc.). E esse juízo de valores muitas vezes é reproduzido, sem querer pelos professores em sua prática docente. Estes não conseguem resgatar o orgulho de ser negro, o resgate de suas raízes que nunca foi de conformismo e sim de luta e com isso resgatar a auto-estima dessas crianças que ao olharem no espelho só enxergam exemplos e figuras brancas. O mito da democracia racial nos apresenta a igualdade perante a Lei, mas na realidade a população negra é inferiorizada e muitas vezes recebe a culpa por todos os problemas e discriminações que sofrem como nos apresenta Santos (2001, p.99):

(..) o ser negro está atrelado a um lugar imposto: o lugar do inferior, de Menos inteligente, de menos capaz, de violento de tribal. O mito da Democracia racial que afirma que ‘todos são iguais perante a lei’, mas trata desigualmente, faz com que as desigualdades socioeconômicas sofridas pela população negra sejam vistas como de sua inteira responsabilidade, bastando se esforçar para conseguir ‘chegar lá’.

A Escola é de vital importância para a erradicação do racismo ela deve ser o espaço de democracia e igualdade em que todos tenham o mesmo tratamento e as mesmas oportunidades. Hoje, a tônica de vários artigos e livros traz o seguinte questionamento: a escola discrimina ou simplesmente não promove a igualdade? A definição para ESCOLA no dicionário Aurélio (Júnior), é “estabelecimento público ou privado onde se ministra ensino **coletivo**⁹”. Que ensino coletivo é esse? Um coletivo que separa? Que trata de forma diferente? Segundo Menezes, a escola deve passar/ensinar valores, que valores são esses que discriminam e separam os alunos? (...) é possível observar a utilização de meios pedagógicos

⁹ Grifo meu

como forma de transmissão do saber, por meio dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e **valores**¹⁰. (MENEZES,p.9:2002)

Nem sempre, contudo, a linguagem que atinge os alunos negros é verbal. Variados são os comportamentos sociais que transmitem valores preconceituosos e discriminatórios sobre a raça negra – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras”. Mas o fato é que, seja qual for o formato do preconceito e da discriminação raciais, o aluno negro sofre agudamente, ao ponto de o preconceito e a discriminação raciais poderem levá-lo, “até mesmo, à reprovação”, tamanhos são os danos psicológicos e emocionais causados à criança e ao jovem negro (CAVALLEIRO, 2003, pp. 81-99).

Nesse sentido, há um estudo do Inep, órgão do Ministério da Educação, que é ilustrativo do impacto negativo da discriminação sobre o desempenho escolar. Analisando dados do Saeb 2003, o Inep verificou que alunos de 4ª série do ensino fundamental que sofrem rejeição¹¹ por parte de colegas ou professores revelam um desempenho acadêmico 22,86% menor do que o dos que não sofrem esse problema.

Tem-se, portanto, que um vetor de políticas antidiscriminatórias e de reconhecimento da humanidade dos negros na escola, contribuiria para retirar a questão do racismo da esfera de invisibilidade na qual se encontra atualmente e promoveria uma desnaturalização dos tratamentos dispensados aos indivíduos negros no ambiente escolar. Caberia também difundir para o plano do grande público os diversos efeitos no nível subjetivo e social da relação entre raça e desempenho escolar.

Constatando o problema racial na escola, como tratá-lo? Que posição governo, escola e professores irão tomar? Como esses questionamentos são deveras abrangentes me restringirei ao espaço docente, a formação continuada no que se refere ao conteúdo específico de História da África.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o ambiente escolar é fundamental para a construção de uma imagem positiva ou negativa que a criança ou o (a) jovem negro (a) aprende a ter de si mesma. Se ocorrer uma formação docente de qualidade e com responsabilidade todos serão beneficiados e teremos condições de iniciar a desconstrução do

¹⁰ Grifo meu

¹¹ É necessário ser ressaltado, entretanto, que a “rejeição” a que se refere o estudo não é de natureza exclusivamente racial. No questionário do Saeb 2003 não houve nenhuma pergunta que tratou exclusivamente de preconceito e discriminação raciais, não sendo possível assim a obtenção de associações estatísticas diretas entre esses fenômenos e a proficiência escolar. Todavia esse estudo apresenta o alto poder deletério que as práticas discriminatórias, sendo a racial um exemplo delas, possuem sobre o desempenho escolar.

racismo e do preconceito e o fortalecimento da equidade e do respeito a todos que estão na escola e na sociedade.

Utilizarei como base para a pesquisa: entrevistas, preenchimento de questionários (professores), registros fotográficos, PPP das escolas visitadas, livros didáticos escolhidos para utilização dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos Henrique e ARAÚJO, Ubiratan Castro. Desigualdade Racial e desempenho escolar. 2003. INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em: WWW.inep.gov.br/imprensa/artigos/araujo_ubiratan_imp.htm. Acesso em: 08/06/06.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
CANDAUI, Vera Maria.(ORG.) **Reinventar a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CANEN, Ana. **Formação de professores: diálogo das diferenças**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, p. 477-94, out.-nov. 1997.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (ORG.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: DF, outubro de 2005. p. 31 a 33.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Identidades e Corporeidades Negras: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores(as) para a diversidade étnico-racial**. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Organização: Liv Sovik. Tradução: Adelaine L. G. Resende, Ana C. Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, e Sayonara Amaral. 1ª. Reimpressão revista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa, estratégias pós-Durban. **Observatório da Cidadania**, p.55-61, 2002.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola. 2002. Disponível em: <HTTP://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html>. Acesso em: 08/06/06.

NASCIMENTO, Alexandre. **Ação afirmativa da luta do movimento social negro as políticas concretas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda.(ORG.) **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Por que estudar a história da África?** Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES
NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E PARA O
ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA

PRUDENTE, Wilson. **Política de Reparação**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

SCHWARTZ, Lília K.M. **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA Jr, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALHEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Sumus, 2001. p.65-82.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

VALENTIM, Rute M. e BACKES, José L. **A lei 10.639/03 e a educação étnico-cultural /racial: Reflexões sobre novos sentidos na escola**. s/a. Disponível em: http://www.neppi.org/anais/textos/pdf/lei_10639.pdf. Acesso em: 10/03/09.

A EXCLUSÃO HISTÓRICA DA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE A EVASÃO

Cláudio da Silva AZEVÊDO¹

claudio@gmail.com

RESUMO: O objetivo norteador deste trabalho trata da detecção dos vários problemas que acontecem no processo de ensino-aprendizagem e que, quando mal administrados, levam o aluno a ser excluído do seio da escola. Assim sendo, a fim de romper essa direção de exclusão, impõe-se a necessidade de construir processos educacionais que privilegiem a inclusão de todos no espaço educativo, bem como a construção de projetos político-pedagógicos com perfis emancipatórios e desalienadores, diretamente vinculados a uma dimensão de projeto de sociedade fundamentalmente democrático. Para isso, é indispensável o exercício consciente da cidadania ativo-crítica. Por fim, o trabalho reporta uma reflexão sobre o pensar na educação sem pensar no próprio homem.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão, exclusão, história.

ABSTRACT: The main aim of this work deals with the detection of the several problems that occur in the teaching-learning process and that, when poorly managed, lead the student to be excluded from school. Therefore, in order to break this exclusion direction, it must be the need to build educational processes that favor the inclusion of everyone in the education area, as well as the construction of political-pedagogical projects with emancipator and unalienated profiles, and directly linked with a society project fundamentally democratic. For this, it is essential the conscious exercise of active and critical citizenship. Finally, the work refers a reflection on the education thinking without thinking of the man himself.

KEYWORDS: Evasion, exclusion, history.

1. INTRODUÇÃO

Reconhecido em vários aspectos no âmbito latino americano, o Brasil ainda vive as agruras de um sistema educacional que, na prática, sempre teve o ser humano como

¹ Cláudio da Silva Azevêdo é professor graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) com Especialização em Gestão e Organização Escolar pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Atualmente é docente do Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio (CEEFM) Monteiro Lobato em Boa Vista, Roraima.

última prioridade. Ao longo dos últimos centenários de nossa história, várias facetas do indivíduo foram alvos de quem controlou a educação: o ameríndio, o escravo, o trabalhador barato, o eleitor, a massa.

Cada indivíduo, dentro de sua época e de seu contexto, com uma função bem específica: um para ser dominado e expropriado; o outro, fonte de riqueza rápida e lucrativa. Posteriormente, descobriu-se que, assalariando o indivíduo, este poderia fornecer mais riquezas. Ainda teve aquele que, aludido (e iludido) proporcionou voluntariamente mais poder e, conseqüentemente, mais riqueza, a ponto de finalmente, não ser mais visto como indivíduo e sim, junto com milhões de outros indivíduos, na mesma situação, formar um aglomerado uma grande massa humana, programada e dirigida, não a necessariamente dizer SIM mas, essencialmente, para nada dizer (ARRUDA, 2004).

A escola sempre atuou como mecanismo do poder político, uma extensão da vontade de pessoas, na grande maioria das vezes, descompromissadas com a vivência ética e cidadã. Todavia, a escola tanto é coadjuvante das muitas mazelas que assolam a sociedade, quanto de situações de amadurecimento e de evolução.

Entre o potencial do inexplorado e o do explorador uma política mercantilista que, em dado momento, usa a educação como meio de manipulação desse povo de língua e cultura desconhecida para, a partir de então, servir a uma pátria, a um deus e a um sistema do qual nunca ouviram falar. Séculos e séculos se arrastam, e os descendentes de povos ameríndios e africanos ainda "pagam essa conta" excludente e preconceituosa.

Foram criados sistemas de ensino que priorizam um saber suficiente para que o eleitor se alfabetize. E ainda assim o acesso à escola é extremamente restrito. Durante os governos ditatoriais de nossa história, essa preocupação fica bastante evidente. A escola pública ensina o indispensável. Um saber explicitamente técnico. Com uma didática voltada a alguém que só precisa "obedecer".

Com o advento final da democracia durante a década de 80, a escola mais uma vez tenta readaptar o seu papel. Mas não é nada fácil. Séculos e séculos formataram um sistema educacional equivocado, que excluiu mais do que incluiu, que agiu com preconceitos diversos, que foi instrumento de manobras político partidárias, que foi alvo de desvio de dinheiro público, entre tantas outras mazelas.

Ao menos nessa fase os profissionais em educação têm a oportunidade de discutir de forma mais aberta o que consideram ser melhor para a escola e, conseqüentemente para a sociedade, ainda que tropeçando nos interesses escusos do

sistema, na "obrigação" de enquadrar seus ideais no orçamento, na ideologia dominante, globalizada, tudo assim, global, igual, padronizado, algo mais fácil de ser controlado.

Mas, ainda assim, a escola sobreviveu. Ou melhor, sobrevive. Apesar de vista por muitos como uma obrigação, quando na verdade, é a melhor opção para uma melhoria das condições de vida. Muitos pais ainda levam os filhos para a escola muito mais pelo medo de uma responsabilização Judicial do que por ver na instituição uma esperança. Mesmo assim, a escola sobrevive. E esse mérito é única e exclusivamente de pessoas. Não todas, infelizmente, mas de algumas que fazem a diferença.

São alunos conscientes, pais participativos, profissionais responsáveis e uma comunidade preocupada: eles fazem a diferença. Eles sentem na pele o efeito que a escola produz na sociedade. E vice-versa. São essas pessoas, muitas delas sem conhecimento acadêmico sobre o assunto, que já descobriram, há muito tempo, que pequenos gestos contam muito mais para a melhoria da escola do que grandes eventos. Senão, como explicar a efusão de cidadãos de bem e de profissionais éticos que teimam em surgir?

É porque, por trás deles, ou melhor, ao lado deles, existe um conjunto de pensamentos e de atitudes que visam extrair o melhor de cada um. Nas escolas públicas brasileiras, são nelas que nascem a maioria dos "filhos que não fogem à luta". Gente que sabe, com propriedade, ler, escrever, resolver situações problema e pensar por si mesma. Muitas vezes sem grandes ambições, pois sabe que tudo é efêmero, mas que quer o que lhe é de direito. E na escola também aprende a querer e a lutar por isso. E aprende porque alguém lhe ensinou. E sabe, especialmente, que o rótulo é mais importante para o rotulador do que para o rotulado.

2. EVASÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR: CONFLITO DA EDUCAÇÃO

2.1. Episódios da Exclusão Social no Curso da História: os caminhos para a evasão escolar

Desde os primórdios da história, nos mais diferentes estágios da evolução humana, o conhecimento e a informação tornaram-se objetos de poder e de manipulação, e conseqüentemente, de inclusão e de exclusão. É vital para uma análise sobre a evasão escolar refletirmos em que circunstâncias esses quatro elementos se encontram, de que maneira eles contribuíram para o crescimento (ou não) do homem enquanto ser político, social, cultural e, particularmente, pensante. A quem serviu e ainda serve esse conhecimento programado, direcionado: Para quê? Por quê? Para onde?

A escola é o retrato da sociedade; assim como a sociedade é o retrato da escola. Não só o conhecimento, mas o próprio acesso a ele diz praticamente tudo do que se fez e ainda se faz a respeito. Recorrer à história, nesse caso, é um dos meios mais eficazes de conseguirmos algumas respostas e de encontrarmos também novos questionamentos. Por exemplo, imaginemos uma situação própria do período conhecido como pré-histórico, que se estende da origem da humanidade até o desenvolvimento da escrita, por volta de 3500 a. C.. Para aqueles primeiros seres humanos, qualquer conhecimento recém-adquirido resultaria numa conquista sem precedentes para a sua evolução.

Ressalta-se que o acesso a qualquer tipo de conhecimento pode ou não ser excludente. Tanto a informação mais simples quanto a mais sofisticada, quanto mais exclusiva ela for, mais excludente ela poderá ser.

O que hoje nós conhecemos como exclusão escolar precisou passar primeiro, pela exclusão socioeconômica. Em linhas gerais, os principais excluídos são pobres filhos de trabalhadores mal remunerados ou que estão fora do mercado de trabalho, negros, índios, portadores de necessidades especiais, enfim grupos sociais que, na realidade, compõem uma grande maioria ou que já fizeram parte dela.

Na Idade Média (que se estende do ano 476 até 1453) é flagrante a preocupação da classe dominante, entenda-se membros dos poderes político e religioso, em continuar deixando o povo de fora de qualquer tipo de participação, alheio às decisões que davam rumo às suas vidas. Os rituais religiosos católicos, as missas, rezadas em latim, que era o idioma oficial dos antigos romanos, exatamente aqueles que resolveram usar a religião como objeto de manipulação política deixavam a assembléia presente totalmente alheia ao que se dizia. (AQUINO, 1980).

De acordo com Aquino (1980), o homem medieval não precisava, portanto, aprender a ler. Bastava-lhe trabalhar, saber lutar, para quando fosse preciso e, finalmente, manter sua submissão ao que lhe era imposto. Esse cenário ainda se arrasta até a Idade Moderna, que vai de 1453 até 1789, ano da transformadora Revolução Francesa. Mas até lá muita coisa aconteceu. A Igreja que era personagem principal na Idade Média exatamente pela ausência de poderes políticos centralizados, uma vez que as nações ainda estavam em formação e na Idade Moderna ela tem que dividir seu espaço com monarquias fortalecidas, os chamados Estados Nacionais, reinos de governos absolutistas, agora preocupados em defender seus próprios interesses e que passaram a exercer uma maior cautela em suas negociações com a Santa Sé (VICENTINO, 2000).

2.2. Evolução cultural e novas perspectivas ideológicas na Idade Moderna

As transformações políticas, econômicas e sociais da Idade Moderna acabaram levando à algumas mudanças tão esperadas pela sociedade da época. Por isso, Renascimento foi o nome dado à renovação cultural que teve início na península Itálica (berço da Igreja Católica), no decorrer do século XV.

Sob influência da cultura greco-romana, esse movimento influenciou as artes, a literatura, a ciência e a filosofia e difundiu-se por várias regiões da Europa. Os participantes dessa renovação - os renascentistas - rejeitaram a cultura medieval, presa aos padrões definidos pela Igreja Católica, e passaram a defender e a explorar a diversidade e o espírito crítico. Com a afirmação do individualismo e do racionalismo, valores supremos da modernidade, o Renascimento situa-se na transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. (VICENTINO, 2000)

O conhecimento intelectual, o renascimento cultural e o pensamento crítico ainda eram limitados a um pequeno grupo de pessoas, que podiam pagar por eles e deles usufruir podendo livrar-se mais facilmente de possíveis retaliações por parte das autoridades, tanto políticas quanto religiosas. Mas houve alguém que deu uma contribuição significativa para o interesse entre os mais pobres pela leitura e, conseqüentemente pela informação. Contribuição que vem até os dias atuais, e que tem como um dos grandes méritos, a democratização da leitura e da expressão do pensamento entre os menos favorecidos.

Assim foi a Reforma Protestante, liderada pelo monge e teólogo católico, o germânico Martinho Lutero, em 1517. Com o apoio de nobres e da emergente burguesia (em geral, comerciantes e artesãos independentes financeiramente), ele pôde enfrentar as reações da Igreja e difundir os princípios da Igreja Luterana, que era cristã, mas com princípios divergentes dos impostos à época: a tese da salvação pela fé e não pelas obras, a abolição do celibato dos sacerdotes, a eliminação dos sacramentos, a rejeição da hierarquia do clero católico e talvez as duas mais reveladoras mudanças rio comportamento religioso dos germânicos: a substituição do latim pela língua germânica nas cerimônias religiosas e a teoria do sacerdócio universal, segundo a qual qualquer pessoa pode interpretar os textos sagrados e ser "sacerdote de si mesma", sem necessidade de um representante para intermediar a sua relação com Deus (VICENTINO, 2000).

No decorrer do século XVIII, difundiu-se na França e na Inglaterra um conjunto de idéias frontalmente opostas ao absolutismo dos reis e ao misticismo religioso: o movimento iluminista. A principal característica do movimento, que depois se espalhou por toda a

Europa, era a valorização da ciência e da racionalidade como forma de eliminar a ignorância dos seres humanos acerca da natureza e da vida em sociedade (VICENTINO, 2000).

Para os iluministas, como são chamados os adeptos do movimento, a ignorância era alimentada pela tradição, pelo fanatismo e pelas crenças religiosas. O Iluminismo manifestou-se, sobretudo no campo da filosofia, mas acabou se refletindo ainda na política, na economia, na arte e na literatura. Na esfera política, a atuação dos iluministas se concentrou na defesa dos direitos do indivíduo e no combate às arbitrariedades dos governos absolutos. Apesar de ainda restrito a um grupo pequeno de pessoas, o direito ao conhecimento, ao estudo e à informação tornaram-se mais discutidos e conseqüentemente, mais difundidos, sendo isso vital para o processo de democratização do saber (VICENTINO, 2000).

2.3. Revolução Industrial: A Caminho de Uma Sociedade de Excluídos

A expressão Revolução Industrial tem sido utilizada para designar um conjunto de transformações econômicas, sociais e tecnológicas que teve início na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. Em pouco tempo essas mudanças afetariam outros países da Europa e os Estados Unidos, alterando definitivamente as relações entre as sociedades humanas. (ARRUDA, 2004)

Os acontecimentos históricos, ainda que contemporâneos entre si, não deixam de apresentar suas contradições. De um lado, intelectuais, artistas e pensadores lutando pela inclusão social e cultural de pessoas das mais diversas condições. De outro, capitalistas imbuídos pela conquista de mercados, recrutando para o trabalho uma mão-de-obra humana que não se diferenciava muito da escrava: analfabetos, recebendo baixíssimos salários, com valores quase simbólicos, e totalmente desprotegidos legalmente.

E entre eles, milhares de crianças, recrutadas para o trabalho nas fábricas, muitas delas sim, trabalhando gratuitamente, passando longe das poucas escolas que existiam. Todas, vítimas de governos que priorizavam apenas o acúmulo de capital, sem a prestação de serviços públicos à população, pois não precisavam de seus votos, e sim de sua força de trabalho. E assim, contribuindo para a formação de gerações inteiras de pessoas que, de tanto estarem envolvidas com o trabalho meramente pela sobrevivência, relegaram a escolarização para último plano, por um lado, um tanto que conformadas com sua condição, com a crença equivocada de que estudar não valia à pena. Uma evasão escolar prévia, uma vez que, na verdade, nunca tiveram acesso ao saber institucionalizado (Arruda, 2004).

Assim, a partir desse século, com o fim das monarquias européias a adoção de modelos democráticos de governo nos países ocidentais, o impacto do desenvolvimento

industrial e urbano que levou a um enorme crescimento da classe média e do proletariado, as classes dirigentes foram obrigadas a aceitar o compromisso de democratização da informação e do saber, proposto já desde a Revolução Francesa.

2.4. A exclusão social no Brasil e sua influência na evasão escolar

No Brasil, com a chegada dos portugueses em 1500 percebemos que no período colonial (1500 a 1822), a Coroa Portuguesa, ao se deparar com uma imensa população nativa, e hostilizada à sua presença, precisaria de mecanismos que controlassem ânimos e que lhes pudesse ser favorável no sentido de garantir-lhes o que haviam conquistado, afinal o empreendimento fora tão grande não era admissível que tudo fosse abaixo por causa da resistência indígena, a quem consideravam selvagens em todos os sentidos da palavra (MONTEIRO, 1986).

Assim, os padres jesuítas foram trazidos para cá com a função de "educar" as populações indígenas, forçando aos índios a conversão à religião católica, bem como a todos os seus signos, e ainda a adotar uma linguagem e um comportamento que aquelas pessoas jamais poderiam imaginar existir.

Durante o período imperial (1822 a 1889), muitos brasileiros poderiam estudar mas isso não aconteceu. Apesar de haver faculdades de Direito e Medicina, o país não contava com uma política pública de educação para atender às camadas mais baixas. Para o império, isso era totalmente dispensável. O importante era ter um número de médicos e advogados suficientes para atender a quem pudesse pagar por seus serviços. (MONTEIRO, 1986).

A população livre, e mais pobre, destinada a trabalhos braçais que, para a época, não necessitariam de muito esforço intelectual; e com relação à população escrava, recém-libertada, essa sim é que não precisaria mesmo. Mais uma vez o direito ao ensino estava reservado àqueles privilegiados economicamente.

A escola elementar se tornou pública, gratuita e leiga, ou seja, não religiosa. Sua estrutura se divide em três níveis: o elementar, no qual se aprendia a ler, escrever e contar; o secundário, no qual outras disciplinas eram estudadas e, o universitário ou superior. No Brasil ainda não temos um sistema educacional exemplar e único, tampouco nossos profissionais são preparados e constantemente avaliados e capacitados, recebendo uma remuneração que não supre as necessidades básicas.

Enfim, ainda percebemos que a educação está dividida em escola para rico e escola para pobre - e a pública: uma que forma e encaminha para o mercado de trabalho

capitalista e a outra que seleciona e exclui, formando a mão de obra desqualificada e oprimida.

2.5. A Função Social da Educação

A função do processo educacional inserida numa realidade social mais abrangente deve ser compreendida dentro de seus aspectos organizacionais. Visto que os caminhos de nossa sociedade dependem da política educacional adotada, é importante salientar que a mesma não está caracterizada apenas em uma estrutura baseada em ideais. O processo de *deseducação* caracteriza-se muitas vezes pela falta de iniciativa, passividade e pela formação de verdadeiras máquinas.

Para que se torne mais transparente a problemática da educação faz-se necessário uma análise política para melhor referendar a real função sócio educacional em que ela está inserida.

Em seus artigos 205 e 277, a Constituição estabelece que é um direito público subjetivo que deve ser assegurada a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade.

Analogamente, quando trata em específico do direito à educação destinado à crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º, o descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público. Assim, podemos dizer que falar sobre a educação não é um direito onde as responsabilidades possam ser impostas exclusivamente a um órgão determinado ou a uma instituição. Com certeza, falar em educação é falar sobre um direito que tem seu fundamento na ação do Estado, mesmo que compartilha-

Nesse contexto fica evidente que "a educação deixou de ser um tema exclusivo dos trabalhadores da área para ser uma questão pública" 3. Desta forma e por força da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a família, a escola, o Conselho Tutelar, o Conselho de Educação, o Conselho da Criança e do Adolescente, a Diretoria de Ensino, as Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, as Universidades, as Polícias Militar e Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário, serão parceiros necessário quando o tema é educação, devendo agir de forma independente e harmônica (como preconizado pelos poderes da União) ou atuando em regime de reciprocidade sendo que, para cada e por força de cada situação, acabarão atuando juntos, de forma direta ou indireta, para garantir o processo da educação.

Analisando-se por esse prisma, constata-se que, dentre os vários problemas que norteiam a educação, a evasão escolar apresenta-se como um grande desafio àqueles que estão envolvidos com este direito.

A intervenção conjunta é a melhor maneira de atender aos interesses de todos visto que, cada um, dentro da sua especificidade, reúne meios para tentar reverter o quadro de evasão do aluno do seio da escola

Somadas as formas de intervenção, é quase que inevitável a reversão do quadro evasivo. Compreendendo-se a educação sob este prisma, ou seja, como direito social, articulada a outros direitos humanos fundamentais na produção da vida e na construção de uma sociedade democrática, humana, igualitária, a categoria de cidadania jamais poderá ser desvinculada da construção de processos educacionais com dimensão de projeto de sociedade.

De conformidade com Paulo Freire:

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem () A educação é uma resposta da finitude da infinitude A educação só é possível. para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado () A educação. portanto Implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. (1978: 27,28)

A educação é feita para aguçar o questionamento, para fomentar tomadas de decisão, para assumir compromissos. A educação incentiva a crítica e, esta, é necessária para humanizar e fazer acontecer (FREIRE, 1978: 27,28).

É fundamental utilizar a educação como veículo promotor e servidor da estrutura social. A evasão escolar nos parece um grave índice da falta de comprometimento da cadeia funcional que abrange a educação e nos coloca diante de uma complexidade que retrata uma composição desarmônica social.

Compactuar com a negligência que permeia a questão educacional é impulsionar, viabilizar e acatar a evasão escolar como algo meramente casual, destituindo deste processo todo o fator corrosivo e pernicioso no âmbito social.

2.6. Os Mecanismos que levam à Evasão e à Exclusão Escolar

Não importa o tamanho da exclusão, não importa o espaço em que independente de sua dimensão, a exclusão acaba por se camuflar ante o contexto, mas,

que na medida em que o sujeito dessa ação vai se libertando os fatos vão se apresentando podendo, até mesmo, Interferir no comportamento desse sujeito.

Abandonar a escola para se dedicar ao trabalho é uma realidade histórica de muitos adolescentes e jovens que necessitam trabalhar para poder ajudar a família, geralmente numerosa e sem condições de se auto-sustentar.

Infelizmente, o desejo de superar anos de desigualdade se confronta, quase sempre, com a infra-estrutura primária e precária do sistema de ensino para receber os alunos ou mesmo no despreparo do educador frente a essa nova realidade.

As análises sócio-fisiológicas nos mostram que as grandes exclusões são provocadas pelo capitalismo e pela estrutura das classes sociais. Da mesma forma que no capitalismo evidencia-se uma oposição entre o trabalho e o social, no sistema educacional não é diferente (BENINCÁ, 2005).

Transfundindo-se tal conceito à educação, à possibilidade ao conhecimento e à produção do conhecimento, torna-se de sua responsabilidade, ao contribuir para a formação do cidadão.

Excluir não se resume a não ser aceito pela sociedade. O processo excludente é muito mais abrangente do que podemos imaginar. Assim, ao voltarmos nossos olhos aos portadores de necessidades especiais, tais como os deficientes visuais ou auditivos, deficientes físicos ou deficientes mentais estamos, mesmo que negando, excluindo-os do convívio da sociedade (GENTILI, 1999).

Ao longo do tempo, a exclusão se normaliza e quando isso acontece, a exclusão se naturaliza. Desaparece como problema para tornar-se um dado. Assim, a exclusão se normaliza quando se torna corriqueira e, sempre que acontece, torna-se invisível aos olhos.

Hoje, a exclusão tornou-se uma referência para definir muitas situações com conotações bastante diferentes. A exclusão serve, por exemplo, para definir a situação e as condições desumanas que vivem os meninos de rua. Também serve para definir a posição e a situação das nações indígenas, da situação da população negra na sociedade brasileira, a situação dos jovens e daqueles que vivem a realidade do mundo das drogas, do alcoolismo.

Robert Castel, (2000), sociólogo francês, analisa muito bem a questão da exclusão em seu livro *A metamorfose da questão social* (Vozes), onde tenta compreender de que forma o conceito de exclusão pode ser uma categoria refinada para compreender nossa sociedade. Em seu discurso, preconiza três formas de exclusão.

A primeira, no seu entendimento, consiste em realizar uma política de extermínio de uma determinada população, determinado grupo social. Aqui, exclusão é sinônimo de exterminar, dar cabo, de suprimir. Sob esse aspecto, estão os judeus, ciganos, comunistas e comunidades homossexuais da Alemanha nazista. O holocausto que exterminou não só um, nem dois, nem mil alemães, mas toda uma comunidade (GENTILI, 1999).

A segunda forma, na concepção de Castel, exclusão significa isolamento, confinamento Talvez a mais grave, pois significa construir instituições especiais para retirar do convívio da sociedade todos os indivíduos que possuam um determinado estigma. uma marca qualquer que lhes possam mostrar diferentes (GENTILI, 1999).

Indivíduos com necessidades ou características especiais, aos olhos desses "especialistas", não têm condições de conviver em sociedade. Assim, os manicômios que abrigam os loucos, não lhes dá chances de recuperação: meninos e meninas cegos, surdos, mudos ou portadores de síndrome de Down, são confinados em instituições especiais destinadas à sua educação (GENTILI, 1999).

Acontece que, na maioria das vezes, essas instituições especiais nem sempre se configuram como instituições educacionais. E, mais uma vez, ficam à margem de uma sociedade que se diz aberta e receptiva, disponível para resolver os problemas de seus concidadãos, mas que, na verdade, na primeira oportunidade lhes viram as costas e, enquanto eles estiverem longe do convívio diário, será possível dizer que não existem grandes problemas.

E, uma última forma de exclusão, é a que Castel (2000) denomina como exclusão includente. Aqui, o mecanismo de exclusão passa pela inclusão de determinados indivíduos à vida social Perceba-se que não vem de graça essa inclusão, até porque esse indivíduo só terá acesso a uma parte da sociedade sendo inclusive, cerceados do exercício de seus mais primitivos direitos.

Boneti (1998: p.15), vai mais além quando diz que a palavra excluir "significa mais do que "separar", "segregar", "discriminar grupos sociais", por determinadas características inatas ou desenvolvidas. "Excluir" significa "expulsar do mundo dominante", significa, literalmente, "pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais". Assim, define exclusão como sendo uma só e que se manifesta num mesmo processo, começando pela exclusão social da esfera produtiva até chegar à cidadania.

Essa lógica apregoada por Boneti é a própria lógica capitalista onde a exclusão social mantém os sujeitos distantes, fora do processo de produção da vida, de construção da sociedade, de vivência e garantia dos direitos da cidadania. Imbuídos de uma profunda esperança, precisamos construir caminhos, coletivamente, capazes de romper com a lógica de exclusão, independentemente do contexto social em que estamos inseridos.

Moll (2003, pg.22), reforça este pensamento, ao afirmar: "através de processos educativos, podemos rever formas de ser e de estar no mundo, tecendo compromissos comuns em torno de utopias de fraternidade e de alegria compartilhada entre todos".

Romper essa direção de exclusão impõe-nos a necessidade de construir processos educacionais que privilegiem a inclusão de todos no espaço educativo, bem como a construção de projetos político-pedagógicos com características emancipatórias, desalienadoras, diretamente vinculadas a uma dimensão de projeto de sociedade, fundamentalmente democrático. Dessa forma, é imprescindível que exerçamos conscientemente a nossa cidadania ativo-crítica.

Uma análise mais profunda do papel da escola nos mecanismos da exclusão escolar implica em isolar, de maneira teórica e abstrata, os mecanismos, pelos quais, essa escola vem somando e aliando fatores de desigualdade e de exclusão que transgridem a simples reprodução das desigualdades sociais.

No Brasil, o problema da repetência normalmente é associado ao problema da evasão. Dados do Ministério da Educação e Cultura - MEC (2001) mostram que o aumento do número de estudantes que abandonam a escola é bem maior no ensino Médio do que no ensino Fundamental.

Para Castro (1994), a escola precisa se adaptar ao aluno e se tornar mais atraente: "Estamos cometendo um genocídio da esperança dos jovens ao não cuidar da escola. Botamos mais jovens na escola. A batalha agora é pela qualidade de ensino".

A mesma observação é feita pelos dados do Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Básico - SAEB (1995), ao apresentar uma relação de causa e efeito entre evasão e desempenho escolar. Uma relação perversa e inversamente proporcional: quanto maior a evasão, pior o desempenho.

A região que obteve o maior número de indicadores socioeconômicos negativos foi a região Nordeste e, conseqüentemente, ostentou os piores indicadores de evasão, abandono e repetência escolar, perpetuando um círculo vicioso de pobreza, miséria e exclusão (SAEB, 1995).

O fenômeno da violência urbana pode atrapalhar essa meta de universalizar o acesso à escola e, talvez sejam poucas, estatisticamente, as crianças que abandonem a escola por causa da violência até porque, no momento pouco importa quantos eles sejam, mas certo é que, cada criança que deixa de estudar para virar bandido é uma derrota dupla: da escola e da sociedade.

Para alterar o atual modelo, a escola deve ser capaz de compatibilizar a sua dimensão universal com políticas de ação afirmativa, que reconheçam as diferenças como ponto de partida para combater as desigualdades. Isso implica na reorganização do ensino e nas práticas de sala de aula que tragam saberes das organizações sociais, tradicionais. Trazer movimentos sociais para dentro da escola para compatibilizar saberes científicos.

Concretamente, esta concepção implica na busca por uma educação integral, em que a escola não é apenas espaço de apreensão dos conteúdos curriculares, mas de vivência dos diversos saberes que compõem as referências dos educandos, dialogando com as manifestações culturais contemporâneas.

Um primeiro desafio para alcançar este objetivo é a formação de professores. Os docentes, principais agentes do processo educacional, muitos não tiveram na sua aprendizagem a noção de valorização das diferenças. Assim, como lidar com um jovem que tem signos secundários de outro gênero, como pintar a unha, ou que assume sua condição transexual e pede para ser chamado na escola pelo nome que adotou? Muitos dos professores não foram preparados para isso. E é preciso prepará-los para lidar com as diferenças, aceitá-las e trazê-las ao convívio de todos fazendo com que, este aluno, que se diferencia perante os outros possa ser respeitado e se integre a sua nova comunidade.

2.7. Estratégias de Mudanças

De um modo geral o mundo fala sobre a reforma educacional enfatizando, cada vez mais, o problema do fracasso escolar. Sob este aspecto, o fracasso escolar pode ser encarado tanto como o fracasso na escola e o fracasso da escola, dois conceitos que intimamente se encontram ligados.

Sob o ponto de vista de Marchesi (2004: 17), o termo "fracasso escolar" é altamente discutível, pois além de transmitir a idéia de que o aluno "fracassado" não progrediu praticamente nada ao longo dos anos escolares, quer no âmbito de

conhecimento, quer no desenvolvimento pessoal e social oferece, também, uma imagem negativa do aluno afetando sua auto-estima e confiança para melhorar o seu futuro,

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 1995 e 1998, realizou um projeto sobre o fracasso escolar onde aponta três manifestações diferentes para esse fenômeno. A primeira se refere aos alunos com baixo rendimento escolar; a segunda, aos alunos que abandonaram ou terminaram a educação obrigatória sem o título correspondente. A terceira aponta para as conseqüências sociais e profissionais na idade adulta dos alunos que não alcançaram a preparação adequada. As três têm uma estreita relação, embora o momento em que ocorrem - durante a educação, no final da mesma ou posteriormente - seja diferente e, portanto, também suas implicações.

Neste sentido podemos classificar as escolas em diferentes etapas de desenvolvimento: as escolas com baixo rendimento; as escolas dispostas a mudar e melhorar; as escolas que são capazes de melhorar necessitando de ajuda externa em alguns pontos-chaves e, as escolas com características descendentes de intervenção intensa externa (PÉREZ, 2004).

Portanto, esses são alguns dos temas que se devem levar em conta para que se possa definir o fracasso escolar. A curto prazo é preciso que se definam estratégias para tratar e remediar as necessidades de sobrevivência e, à longo prazo, traçar objetivos a fim de que, ao alcançá-los, escolas e sistemas escolares se tornem sustentáveis.

Com a passagem do século XX para o XXI foi-nos oportunizado pensar no mundo em que se vive e a forma de como as coisas acontecem parando, para se perguntar: "O que mudou ou está mudando? O que se deve fazer para que essas mudanças aconteçam?" E, a resposta vem, clara e límpida, basta que haja união de valores, de crenças, de cores e de raças, indistintamente. Basta que pensemos que, amanhã, será um novo dia, com novas esperanças, novos objetivos a serem alcançados, pois a educação, como a vida, é um processo dinâmico. Se parar, morre!

2.8. As Causas da Evasão

As causas da evasão escolar são várias e as mais diversas. No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência dG fenômeno, pode-se classifica-las, agrupando-as da seguinte maneira: (MARCHES!. 2004).

** Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados insuficiente, ausência de motivação, entre outros;*

** Aluno desinteressados, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez;*

**Pais/responsáveis: não cumprimento do pátria poder desinteresse em relação ao destino dos filhos . *Social trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos agressão entre os alunos. violência em relação a gangues.*

Estas causas são concorrências não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão do somatório de vários fatores e não necessariamente de um em específico. Detectar o problema e enfrenta-la a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola.

A fim de que haja sucesso, a intervenção visando a não ocorrência da evasão, essa deve ser efetivada ao se constatar que o excesso de faltas poderá comprometer o ano letivo do aluno configurando-se como medida preventiva no intuito de preservar, sempre, o aluno.

Em ampla revisão de literatura nacional e internacional sobre a evasão e repetência no ensino de 1º grau, Brandão, Baeta & Rocha (1983), citando os estudos de Gatti (1981). Arns (1978) e Ferrari (1975) explicitam que *"os alunos de nível sócio-econômico mais baixo têm um menor índice de rendimento e, de acordo com alguns autores, são mais propensos à evasão"*.

Em face disto, a má-alimentação, ou seja a desnutrição é apontada como um dos fatores responsável pelo fracasso de boa parte dos alunos e que segundo Silva (1978) a *"desnutrição pregressa, mesmo moderada, é uma das principais causas da alteração no desenvolvimento mental, e mau desempenho escolar. As crianças desnutridas se tomam apáticas, solicitam menos atenção daqueles que as cercam e, conseqüentemente, por não serem estimuladas, têm seu desenvolvimento prejudicado"*.

O estudo desenvolvido por Meksenas (1998:98) sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos, aponta por sua vez que a evasão escolar destes alunos se dá em virtude de estes serem *"serem obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário"*.

Deste modo na literatura educacional brasileira, a criança pode ser culpabilizada por seu próprio fracasso escolar, seja pela "pobreza", seja pela "má alimentação", pela "falta de esforço", ou pelo desinteresse.

Diferentemente dos autores que apontam a criança e a família como responsáveis pelo fracasso escolar, Fukui (BRANDÃO et al, 1983) ressalta a responsabilidade da escola afirmando que *"o fenômeno da evasão e repetência longe de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade"*.

Quanto ao fato de ser a escola das classes trabalhadoras que vem fracassando, para Bourdieu (FREITAG, 1980), isso se dá em virtude de que a escola que aí temos serve de instrumento de dominação, reprodução e manutenção dos interesses da classe burguesa.

Para Bordieu (1998), a escola não leva em consideração o capital cultural de cada aluno, e que *"os professores partem da hipótese de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade lingüística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros"*.

E dentro da escola, o professor é apontado como produtor do fracasso escolar. Para Rosenthal e Jacobson (GOMES, 1994:114) a responsabilidade do professor pelo fracasso escolar do aluno se deve às expectativas negativas que tem em relação aos seus alunos considerados como "deficientes", os quais, muitas vezes, apresentam comportamentos de acordo com o que o professor espera deles.

Estes teóricos mostraram através de seus estudos, que as expectativas, em geral, podem influenciar os fatos da vida cotidiana, e que geralmente, as pessoas parecem ter a tendência a se comportar de acordo com o que se espera delas. Assim, a expectativa que uma pessoa tem sobre o comportamento de outra, acaba por se converter em realidade.

Em síntese, discutir a questão do fracasso escolar é muito mais do que apontar um ou outro responsável, como bem lembra Charlot (2004:14), a problemática remete para muitos debates que tratam *"sobre o aprendizado obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público sobre a igualdade das chances, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a crise, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania"*.

3. SINOPSE DO PROBLEMA

Mediante os aspectos tratados, nota-se a necessidade no convencimento da sociedade que a cultura é o esteio que pode trazer o indivíduo à uma realidade mais

apurada, mais crítica, mais sedimentadas. De forma suplementar é de extrema necessidade que haja uma reformulação imediata nas formas de avaliação, no desenvolvimento curricular, adequando-o conforme às necessidades e realidade onde se aplicará, o processo disciplinar determinam direitos e deveres mas, não só aos alunos pois, ao final de todo o processo são eles os mais prejudicados.

Não obstante a todos os problemas históricos passados pela educação mundial onde, desde os seus primórdios, somente os mais abastados foram privilegiados no processo educacional - considere-se, aqui, a cultura de cada nação -, ainda hoje, muitos dos distúrbios educacionais se dão por conta da desestruturação da família quer seja, pela sua condição social ou pela sua cor.

Tais fatos desagregadores caracterizam bem a realidade brasileira onde a grande dificuldade de se viver com uma renda de valor aviltante e estipulada pelo governo desencadeia um alto índice de desemprego que assola o país. Assim, se há desestímulo na escola, o que normalmente acontece nas classes menos privilegiadas, por extensão também acontecerá o abandono escolar.

Mas, não nos cabe legar à escola toda a responsabilidade pelo processo da evasão escolar. Alie-se a ela, a família, a sociedade, as autoridades constituídas pelo poder público que participam ativamente desse contexto e, que por força das circunstâncias e pelas pressões externas que vêm sofrendo estão na busca das alternativas para resolução desse problema.

O caminho da busca é longo e a perseverança deve estar sempre presente ao procurar mecanismos que estimulem e possam levantar a auto-estima de quem é massacrado, diuturnamente, por uma sociedade vilã. Buscar dentro de cada um, o interesse natural de se educar e dele fazer o alicerce de uma formação sólida e mostrando, principalmente à criança, a importância da formação escolar em sua vida e incentivando-as a participarem das atividades escolares.

Concomitantemente, a escola deveria estar sempre em contato com a família, buscando sua participação no processo de formação de seus filhos e construir um espaço de discussão para que, ambas, discutam e reflitam sobre as ações que cada uma é capaz de tomar tendo como objetivo final o melhor para o aluno.

Torna-se de vital importância para o combate da evasão escolar que o poder público, aqui instituído pela escola, ofereça às crianças e adolescentes. Atividades voltadas ao esporte, lazer, preparação ao trabalho, contato com a natureza, estabelecendo uma competição sadia e educativa e acima de tudo incentivadoras da auto-estima dos

educandos. Tal atitude demonstra, sem dúvida, que uma parceria entre o poder público e a sociedade civil, é capaz de transformar qualitativamente a vida dos indivíduos que, porventura, já não mais acreditavam no resgate de um direito básico garantido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partirmos para a contextualização histórica da escola, em um passado não muito longínquo, observamos que a mesma servia aos interesses de uma camada muito pequena, a classe dominante, detentora do saber, fundamentada nos padrões burgueses da época.

A classe menos privilegiada, ao contrário, tinha acesso à educação pelo trabalho, que, por extensão, traduzia-se numa educação profissionalizante, visando à execução de trabalho manual. De maneira gritante, somos obrigados, ou melhor, induzidos a ler na cartilha que satisfaz a ganância dos setores mais abastecidos.

Economicamente, foi destituída a possibilidade de um desenvolvimento real dos propósitos de uma educação de qualidade à altura dos interesses de uma maioria. A educação real tornou-se um veículo promissor para os políticos e gestores de má fé, em que lançam na mídia uma teoria falaciosa de resolução dos problemas educacionais e aplicam a prática do desvio de verbas para os seus interesses, tornando cada vez mais defasado o quadro educacional, doente e sem perspectivas (ALENCAR, 2006).

Visualizando os parâmetros que regem a educação é interessante pensarmos numa realidade escolar que tenha como compromisso a função complementar na formação de cidadãos, na busca de uma postura ética em Sintonia de transformação.

Com toda esta sistemática interessada em suprir o déficit do capital, as instituições de ensino passam a vislumbrar como meta a conveniência do capitalismo e submetem a educação às funções imediatistas de uma produção voltada aos interesses de grupos, em que o contrário de verdadeiramente aplicar a educação como elemento catalisador de reflexão crítica e instrutiva é massacrada pela teoria do capital.

Aparentemente, a evasão se mostra inexistente, visto que somos bombardeados por diversas propostas e projetos. Como exemplo "a educação para todos", "tempo de avançar" e outros projetos lançados pelo governo que na sua realidade não passam de uma aparência do que verdadeiramente acontecem por trás dos bastidores.

Não podemos deixar de falar também do corpo docente que, sem dúvida, é um passo para as mudanças na estrutura vigente. O professor tem uma postura importante

na escola, como orientador e disciplinador, acreditar na realidade de transformação e multiplicação da consciência humana é um passo para o estímulo de um desenvolvimento do pensamento crítico.

Discutir a aparência da evasão escolar é supor que ela parte do contexto vivenciado em nossa realidade; daí o paralelo que impõe a real situação delatora do retrato e descomprometimento da educação para com a formação. Assim, os projetos educacionais parecem ser sempre repetitivos sem que talvez haja uma inovação real sobre a atual conjuntura educacional vivida na nossa sociedade.

A realidade é que a educação está supervisionada por grupos mercantis, em que o lucro do capital lança a cartilha que ensina. e administra muito bem a tese: "até que ponto é viável se educar". País desenvolvido é sinônimo de primeiro mundo, fatia do mercado que dispõe de bens lucrativos e, sobretudo que usufrui o gozo do mando e das coordenadas administrativas sobre os países periféricos.

Será que podemos entender como num jogo político, onde o educando fica na escola quando é importante se manter a aparência do desenvolvimento, e tira-se da escola quando é possível angariar recursos de sustento?

Na realidade, pode-se dizer que a evasão escolar não passa de um suporte político-econômico que gira em torno da conveniência de setores abastados Sua aparência se estabelece no âmbito da conveniência estrutural dos setores que regem e geram o desenvolvimento sócio político e econômico de nosso país, e sua realidade, talvez se alicerce na falta de compromisso em atribuir à educação a sua real função, que é a do crescimento homogêneo.

Não obstante toda a vontade, o fator sócio-econômico que passa o nosso país, não satisfaz as condições mínimas para que aluno, escola, família e sociedade em geral, consiga superar as dificuldades então existentes e alcançar o objetivo final. que é ter uma educação com qualidade.

De acordo com Marchesi (2004), a educação não é uma tarefa que a escola possa realizar sem a cooperação de outras instituições e sem o apoio constante do conjunto da sociedade. Assim, a participação de todos torna-se de fundamental importância para mudar essa situação.

Deixamos como sugestão, uma provável solução para que todos esses problemas sejam resolvidos é a conscientização de que educação é base primordial para o crescimento de qualquer nação, pois povo instruído é sinônimo de nação forte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Rubim Santos Leao, FRANCO, Denize de Azevedo, LOPES Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das Sociedades das comunidades primitivas as sociedades medievais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico 1980.
- ATLAS HISTÓRICO – **Isto é Brasil, 500 anos**. São Paulo: Tres Editorial Ltda.
- CADERNO PEDAGÓGICO DA OFINARTES. **Preserve o Planeta. Eduque Educando-se no Mundo** Contemporâneo. Número 02. Fortaleza. 1999.
- CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4ª ed., São Paulo: Moraes, 1980
- GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 1995.
- GIKOVATE, Flávio. **A Arte de Educar**. Curitiba: Nova Didática 2001.
- HAMILTON, M. Monteiro. **Brasil Império**. São Paulo. Ed. Ática S.A. 1986
- MARCHESI, Álvaro e GIL Hernández Carlos & Colaboradores. **Fracasso Escolar Uma Perspectiva Multicultural**. São Paulo: Artmed, 2004.
- MIKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação. Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.
- MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. São Paulo: Editora Ática. 1986.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro DP&A. 2001.
- BENINCÁ, Elly. **Inclusão e Exclusão**. In: REVISTA DE EDUCAÇÃO AEC. Ano 137 outubro/dezembro 2005.
- BENCINI, Roberta et, al. **Em busca da qualidade na educação**. In: REVISTA NOVA ESCOLA. Fundação Victor Civita. Número 196. Outubro 2006.
- SÁ, Antonio Villar Marques de. **Educação, Formação e Aprendizagem**. in REVISTA SEMESTRAL DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UnB. Volume 12 Número 22.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Políticas Públicas para a Educação**. In: REVISTA SEMESTRAL DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UnS. Volume 11. Número 20.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1992. v. 2.
- VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo. Scipione. 2000.
- WERNECK, Hamilton. **A nota prende, a sabedoria liberta**. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

MUSEU E ENSINO DE HISTÓRIA: O CASO DA MUSEALIZAÇÃO DA FESTA RELIGIOSA NA CASA DA MEMÓRIA DE PORTEIRAS/CE

Cícero Joaquim dos SANTOS¹

cjoaquims@yahoo.com.br

RESUMO: Este relato de experiência apresenta considerações sobre o ensino de história local no Museu Casa da Memória de Porteiras/CE, especialmente no que concerne à abertura da exposição "A festa da Coroação: Usos e Representações", que ocorreu em maio de 2010. O Museu foi criado em 2007 a partir da mobilização popular provocada por um grupo de jovens auto-intitulado Retratores da Memória de Porteiras (REMOP), que desde então administra voluntariamente a Instituição. Refletindo sobre os usos da memória da festa no espaço museal, a pesquisa dialoga com os conceitos de representação e memória social e vem sendo desenvolvida a partir da metodologia da história oral. No espaço museal, as apropriações e as representações da festa foram problematizadas, o que elucidou as disputas pela memória e o potencial educativo do museu.

PALAVRAS-CHAVE: Festa Religiosa, Museu, Ensino de História.

ABSTRACT: This experience report presents considerations on the teaching of local history at the Museum of Memory House Gates / CE, especially in relation to the exhibition "The Feast of the Coronation: Uses and Representations", which occurred in May 2010. The museum was created in 2007 from the popular mobilization triggered by a group of young self-titled Retractors Gates of Memory (REMOP), which has since voluntarily administers the institution. Reflecting on the uses of memory in the party space museum, the research speaks to concepts of social representations and is being developed from the methodology of oral history. In the museum space, appropriations and representations of the party were firstly, which elucidated the Games on memory and learning potential of the museum.

KEYWORDS: Religious Party, Museum, History education.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA/CE). Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisador do Laboratório de Imagens, História e Memória (LABIHM/URCA). A pesquisa integra o *projeto Reconstruindo as Memórias*, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/URCA).

Preâmbulo

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois são construídas relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar. (RAMOS, 2011, p.111)

Em comemoração a 8ª Semana Nacional de Museus, evento celebrado nacionalmente e impulsionado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que acontece anualmente no mês de maio em alusão ao Dia Internacional dos Museus - dia 18 -, a Casa da Memória de Porteiras abriu, no dia 17 de maio de 2010, a exposição "A Festa da Coroação: Usos e representações".² Tal evento aconteceu em um momento no qual a população de Porteiras se deparava com um novo dilema: as mudanças implementadas na celebração da maior festa religiosa da cidade: a Coroação da padroeira Nossa Senhora da Conceição, que anualmente acontece no dia 31 daquele mês (SANTOS, 2008).

As alterações mencionadas referem-se as mudanças nas festividades populares daquela data, tradicionalmente celebradas após a comemoração religiosa. Portanto, o dilema diz respeito à tentativa de proibição das sociabilidades tidas como profanas por uma pequena parcela católica da população. Neste caso, a compreensão das festividades "profanas" diz respeito às práticas que fogem da conotação religiosa daquele momento, como é o caso da festa dançante, com forró, churrasco, bebidas, jogos de azar, brinquedos de diversão entre outras.

Logo, houve uma dissociação entre a festa religiosa e a profana. A cerimônia da coroação da Imaculada Conceição permaneceu no dia 31 de maio. Após a comemoração, os católicos passaram a contar com uma festa "diferente", com apresentações de canções religiosas, "músicas para Deus", como dizem os organizadores do evento. Já o tradicional forró que começava com o fim da celebração oficial e as demais comemorações populares supracitadas forão antecipadas para o dia 29. Assim, sagrado e profano foram separados entre o pôr do sol e o nascer do dia seguinte.

Nesse contexto, a abertura da exposição na Casa da Memória tinha o objetivo de

² O município de Porteiras fica localizado na região do Cariri cearense. A criação do distrito de Porteiras data de 9 de agosto de 1858, no termo da vila de Jardim. A emancipação política ocorreu em 1889. Ver em Pinheiro (1963). Porteiras fica localizada acerca de 425 km de Fortaleza (em linha reta). A Casa da Memória de Porteiras é um museu comunitário que foi fundado em 21 de setembro de 2007 pelo grupo de jovens auto-intitulado Retratores da Memória de Porteiras (REMOP), ver Santos (2008).

problematizar as representações da referida festa religiosa construídas pelos porteirenses, visto que, conforme Ulpiano Menezes (1992, 1994), uma das funções dos objetos em um museu histórico consiste na problematização e reconstrução das memórias.

Assim, a exposição foi organizada tomando como referência a pedagogia do objeto gerador segundo a qual os objetos depositados em um espaço museológico, quando problematizados, podem revelar as tessituras das experiências vividas (RAMOS, 2004, 2001). Dessa forma, possibilitam através do diálogo construído entre o visitante, o mediador e a cultura material a formação da consciência crítica e histórica.

Consoante Bittencourt,

*É comum encontrarmos crianças e jovens em museus, acompanhados de professores, percorrendo as salas onde estão expostos variados objetos em vitrinas com iluminação atrativa. Uma atividade educativa dessa natureza é sempre bem-vinda, mas para quem dela participa **sempre fica a indagação sobre o que efetivamente se aprende nessas visitas, que demandam preparação e envolvimento dos docentes e da comunidade.*** (BITTENCOURT, 2009, p. 354, **grifo nosso**)

Nesse sentido, ponderar sobre as representações da festa religiosa e envolvê-la em uma narrativa, construída em uma exposição museológica, requer além da atenção para as práticas de sociabilidades e os usos da cultura material que a representa, o direcionamento do olhar para a pretensão do grupo responsável pela organização da exposição, as apropriações desta pelos visitantes e, portanto, o potencial educativo do museu (RAMOS, 2004; BITTENCOURT, 2009). Lembremos que,

Atualmente, os debates sobre o papel educativo do museu afirmam que o objetivo não é mais a celebração e sim a reflexão crítica. Se antes os objetos são contemplados, agora devem ser analisados. O museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um discurso crítico. (RAMOS, 2001, p. 111)

Assim, como estamos lidando com uma experiência vivida em um museu comunitário é importante estarmos atentos para o processo de construção da exposição, da coleta dos objetos à montagem, e de igual modo, é importante atentarmos à problemática que delineou a narrativa contada através da cultura material.

Nesse direcionamento, a coleta dos objetos foi promovida pelo Núcleo Educativo da

Casa da Memória, sendo este composto pelos membros da Associação Retratores da Memória de Porteiras (REMOP).³ O grupo se apoiou em algumas pesquisas históricas que tomaram a referida festa como núcleo de investigação (SANTOS, 2007, 2008).

Com base na perspectiva da história cultural, o grupo optou por colher objetos pertencentes aos moradores da cidade que em algum momento foram utilizados ou produzidos durante as comemorações festivas da celebração religiosa. Dessa forma, a proposta consistiu em utilizar objetos guardados nos arquivos privados. De velhos baús, caixas de madeiras e albúns fotográficos familiares foram recolhidos diversos bens materiais. Esse envolvimento direto do núcleo educativo com a população local obtém destaque pela percepção das sensibilidades que recobrem os usos e/ou a guarda dos objetos, pois como já afirmava Sandra Pesavento (2007, p.13), “a sensibilidade consegue, pela evocação ou pelo lembrar de uma sensação, reproduzir a experiência do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento”.

Dessa forma, problematizar as representações da referida festa religiosa no citado espaço museal representa abarcar o campo das memórias singulares e das identidades sociais. De igual modo, permite o despertar do olhar para as práticas educativas fora do espaço escolar e protagonizadas por jovens que tomaram a memória e o patrimônio cultural do seu lugar como instrumentos de luta. Percebemos, portanto, sua participação na construção da cidadania cultural (FERNANDES, 1997).

Nesse direcionamento, percebemos que o povo de Porteiras promove duas festas por ano em homenagem à Imaculada Conceição, a santa padroeira. A primeira acontece em maio: é a festa da coroação. A segunda se realiza nos primeiros dias do mês de dezembro, terminando com a tradicional procissão do dia oito, data oficial de homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Conforme Santos (2007), embora existam essas duas ocasiões marcantes para os católicos de Porteiras, é na festa da coroação que a população mais se identifica, reafirmando a fé na Santa e construindo relações de significabilidades da comemoração, reconhecendo-a como tradição e defendendo-a como “a festa dos porteirenses”.⁴

No entanto, a coroação de Nossa Senhora da Conceição não é um acontecimento particular de Porteiras, Ceará. Ela também é tradicional em outras localidades. Contudo, o que a torna peculiar em Porteiras é a dimensão que a celebração toma com diversas festividades

³ Em março de 2010 o já reconhecido grupo REMOP transformou-se em uma organização não governamental sem fins lucrativos e de natureza cultural. Desde então, a Associação REMOP vem administrando o museu Casa da Memória de Porteiras.

⁴ Narrativa de Joana Luzia (Dona Janoca). Entrevista realizada em abril de 2007.

sagradas e profanas.⁵ Esse cenário foi problematizado na Casa da Memória.

O potencial educativo da Casa da Memória

A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de um "olhar de curiosidade" a respeito de "peças de museus – que maioria das vezes são expostos pelo seu valor estético e despertam o imaginário de crianças, jovens e adultos sobre um 'passado ultrapassado' ou 'mais atrasado' – e um 'olhar de indagação', de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua história. (BITTENCOURT, 2009, p. 355)

Estudantes e professores das escolas públicas e privadas de Porteiras participaram da solenidade oficial de abertura da exposição "A Festa da Coroação: Usos e Representações" na Casa da Memória de Porteiras. Além deles, líderes políticos, comerciantes, funcionários públicos, agricultores e donas de casa, bem como representantes de outros grupos populares também estiveram na ocasião.⁶ Isso demonstra a capacidade de mobilização da população desencadeada pelos jovens da Associação REMOP. Convidados à ocasião, muitos seguiram o roteiro elaborado e construíram um diálogo com os jovens mediadores.

Logo na entrada da sala de exposição temporária, na qual acontecem as exposições de curta duração, alguns documentos históricos relacionados a festa foram expostos. Eram algumas passagens da ata da paróquia de Nossa Senhora da Conceição que apresentavam informações sobre as celebrações realizadas em outrora. As mesmas eram indagadas pelos mediadores que, por sua vez, despertavam a curiosidade dos visitantes sobre o passado da festa. A ata de fundação da paróquia de Porteiras data do ano de 1958. Antes desse período existia na localidade uma antiga capela construída no século XIX por um regime de mutirão coordenado pelo Padre Ibiapina (SANTOS, 2007). Em 1928 a antiga capela foi demolida e, no mesmo local, em 1931, começou o trabalho de construção da atual igreja, sendo concluída em 1936 com a ajuda da população. Em 1958, a igreja é elevada a categoria de paróquia e associada à hierarquia eclesiástica da Diocese do Crato.⁷

Segundo Nascimento (1995), a festa teve início em Porteiras no ano de 1934, promovida pela iniciativa da professora Maria do Carmo Simplício. Esta senhora é citada

⁵ Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 30 de nov. de 05. Disponível em www.diariodonordeste.globo.com. Data de acesso: 25/04/07.

⁶ Ver Livro de Assinaturas da Casa da Memória de Porteiras. Acervo da referida Instituição.

⁷ Sobre a destruição da antiga capela, ver em *Notificações de Valor Histórico*. Quanto à criação da paróquia, ver o *Decreto de ereção da paróquia de Porteiras*, em 1º de maio de 1958. Ambos os documentos são acervos da paróquia de Porteiras.

também nas memórias dos porteirenses como a idealizadora desta celebração religiosa. Contudo, as memórias de Dona Bá apresentam a existência de novenas e celebrações durante os meses de maio, num período anterior ao citado. Nesse contexto, a presença de padres na região era reduzida. Cabia, então, aos próprios moradores promoverem suas celebrações de devoção. Nesse momento, Josefina Rodrigues era a responsável pelas comemorações católicas.⁸

Assim, percebemos que a festa da coroação da Imaculada Conceição, em Porteiras, teve início antes mesmo da fundação da paróquia desta localidade, dentro da capela. Posteriormente, passou a ser realizada em frente à igreja matriz, ainda sob a coordenação de Maria do Carmo Simplício (SANTOS, 2007). A partir de 1962 a cerimônia da coroação passou a ser coordenada por Marlene Pereira Dantas. Com o apoio da população local, dos párocos e das Irmãs Beneditinas, esta senhora deu continuidade a organização da manifestação durante as décadas seguintes da segunda metade do século XX.

No relato presente no *Livro de tomo da paróquia de Porteiras*, em maio de 1958, são citadas a alegria e a participação do povo nas comemorações religiosas: “Fizemos a Coroação da S. S. Virgem entre alegrias e contentamento do povo”. Em 1959, a festa é citada em tal documento como sendo tradicional na localidade e apresentando repercussão na região.

Na exposição, essa comemoração era problematizada como um momento de formação religiosa, congregação, reatamento de antigas relações sociais e também um instrumento político de projeção social, como podemos perceber ao analisarmos o escrito na ata da paróquia, no ano de 1961: “Dizem que o grande ‘milagre’ do mês foi o reatamento de paz entre o vigário e o Prefeito”. As apropriações populares da festa também foram expostas e convidavam os leitores a repensarem os modos com a celebração era entendida e apropriada pelas famílias abastadas e pelos líderes políticos, evidenciando sua dimensão política.

Também, a exposição levava os visitantes a repensarem a organização da festa e a compreensão do tempo sagrado, visto que o mês de maio em Porteiras é todo marcado por diversas formas de buscar o sagrado. Os católicos, que representam à maioria da população, a reconhece como à terra de Nossa Senhora da Conceição. Orar, coroar e festejar são sinônimos desse momento em que os católicos se organizam para participarem das diversas experiências religiosas que fazem desse período um momento especial (SANTOS, 2007).

Nas manhãs de maio de outrora, os fogos de artifício que saiam da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição anunciavam o período das celebrações católicas. O som dos

⁸ Narrativa de Sebastiana Moura Rosendo, católica, 96 anos, ex-agricultora. Entrevista realizada em fevereiro de 2007.

fogos, logo no primeiro dia do mês, acordava os fiéis que esperavam ansiosos a chegada do período para orar e festejar o mês mariano. Esse período era tido como um outro tempo. Assim, havia uma projeção de um tempo mítico ou sagrado.

Os festejos religiosos em torno de Nossa Senhora da Conceição eram preparados com antecedência pela paróquia local antes do início do mês sagrado. Logo eram selecionadas as famílias que ficavam responsáveis pela organização dos novenários durante todo o mês. Nesse período, a cada dia, a imagem da Santa ficava sob a responsabilidade de uma família, que devia cumprir com alguns rituais religiosos tradicionais. No período analisado a coordenação da celebração ficava sob a responsabilidade de Marlene Pereira Dantas.

Logo pela manhã, os noitários, como eram chamados popularmente os responsáveis pelo ritual sagrado, seguiam até a igreja matriz, juntamente com os fiéis moradores da vizinhança, com o intuito de buscarem a imagem da Santa. Ela era guiada até o endereço dos responsáveis, enquanto os fiéis seguiam cantando hinos de louvor (SANTOS, 2008).

Por onde passava a procissão o povo parava, simbolizando respeito com a imagem e com os fiéis que, cantando, seguiam o ritual. Chegando ao local de acolhida, a imagem da padroeira era levada pelos católicos para as casas dos vizinhos e entrava em cada domicílio. Nesse momento eram entoadas feitas orações e benditos. Esse ritual simbolizava o pedido de proteção que os fiéis dirigiam à Santa. Para os crentes, a entrada dela em suas residências tinha o poder de amparar e proteger suas famílias. No final do mês, a imagem tinha sido acolhida em todas as residências dos católicos de Porteiras.

Esse cenário das festividades marianas foi retratado na exposição através de fotografias que pertenciam aos moradores da cidade e que foram emprestadas para a ocasião. No centro da sala de exposição foi colocada uma estátua da santa para provocar os visitantes a repesarem a festa a partir da imagem da padroeira. Em outras palavras, o grupo procurou por meio da referida imagem despertar a compreensão das práticas singulares daquele momento, a partir da atribuição de significados profundos à santa. Portanto, nessa circunstância, o objeto não foi exposto para ser cultuado, mas sim para possibilitar o debate sobre as representações e os usos sociais da festa da "Mãe de Deus". Logo, assumiu o status de um objeto gerador.

O objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criações e criaturas do ser humano em sua historicidade. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber –

leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras. (RAMOS, 2001, p. 116-117).

Imerso na profundidade da festa, os sons daquela celebração também foram postos à reflexão na exposição museológica. Consoante Santos (2008), quando o sino da igreja matriz batia as doze badaladas⁹ de toda a cidade os porteirenses ouviam e acompanhavam o ofício, oração realizada em forma de música, cantada na igreja matriz por católicas que cumpriam o ritual do primeiro ao último dia do mês. Juntamente com o som das orações do ofício, a população ouvia o barulho da banda de pífaros organizada pelos fiéis. Ela saía da calçada da igreja matriz ao meio dia e, tocando, percorria as ruas da cidade. O som fazia lembrar os religiosos que estavam vivenciando um tempo sagrado.

Durante a noite, momentos antes dos fiéis saírem em direção à igreja, eram formadas duas grandes filas. Na frente ficavam as crianças, em seguida os jovens, adultos e idosos. Diversos grupos sociais se integravam, dos mais pobres aos privilegiados. Nesse momento, as duas primeiras crianças seguiam vestidas de anjos e levavam lâmpadas de cor vermelha, o que atraía a atenção de outras crianças e da população em geral (SANTOS, 2007).

Na saída da procissão, fogos de artifício eram atirados ao céu anunciando a sua partida. Tradicionalmente, quatro homens levavam o andor com a imagem da Santa ao centro, entre as duas filas. Ao final, a banda de pífaros seguia tocando, mostrando aos fiéis que a procissão passava. Ao chegar a Igreja, o barulho dos fogos de artifício anunciavam o início da novena. Esses rituais obtiveram continuidade até os anos finais da década de 90, quando o pároco local, que havia assumido o compromisso eclesial com a Paróquia de Porteiras em 1995, pôs fim. O cortejo religioso continuou, entretanto, sem a tradicional organização.

As escolas públicas e privadas também tinham o seu momento de louvor à padroeira. Geralmente, os estudantes e seus familiares, os funcionários e gestores detinham uma data específica do mês para organizarem o novenário à Santa. Essa ação constituía um meio de educar para a formação religiosa católica. Da mesma forma, as secretarias municipais também recebiam a imagem da Santa e correspondiam aos rituais. Essa expressão pode também ser entendida como um ato público de caráter político, uma vez que esse era um momento no qual grande parte da população direcionava seus olhares para tais instituições, sendo, assim, uma forma de obter visibilidade dentro da sociedade local (SANTOS, 2007).

Durante o mês mariano não era apenas a população da zona urbana que celebrava as

⁹ Essa expressão representa a orientação do tempo pela população católica, visto que nessa localidade o tempo também era ordenado segundo o horário do relógio presente na estrutura da igreja matriz, sendo, as badaladas do sino, um meio de orientação temporal dos religiosos. Isso era evidente até os anos finais da década de 90.

festividades sagradas. O povo da zona rural também participava das várias experiências religiosas vivenciadas no período. Nesse contexto, a Santa não era levada apenas às residências do espaço urbano. Era também recepcionada nas moradias da população católica da zona rural do município. Aspecto presentes em outros períodos como na década de 50 e 60, como nos demonstra o *Livro de Tombo da Paróquia*. Na exposição museológica, essas imagens foram entrecruzadas para demonstrar aos visitantes a multiplicidades das memórias e das práticas religiosas relacionadas àquele momento.

Uma das ocasiões mais esperadas pelos religiosos era a noite dos motoristas, celebrada todos os anos no dia 30. Nessa ocasião, as pessoas que possuíam automóveis e motocicletas seguiam em procissão pela cidade em direção a igreja matriz, juntamente com os sujeitos que não possuíam esses meios de locomoção. Nesse momento era formada uma fila de automóveis que seguia buzinando, atraindo a atenção da população. Ao fim da fila, a imagem de Nossa Senhora da Conceição era levada em cima de um automóvel - geralmente bem ornamentado - e um outro o seguia com cânticos religiosos.

Esta expressão de fé era entendida como um momento de grande desejo popular, devido à grandiosidade que o momento tomava na localidade, pois “Os homens aprendem a sentir e pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através de sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro” (PESAVENTO, 2007, p.14).

Entretanto, na exposição na Casa da Memória tal expressão era problematizada como um ato de fé e também um instrumento de projeção social na medida em que possibilitava visibilidade aos sujeitos detentores de automóveis, especialmente os que levavam a imagem da Santa. Logo, as disputas e tensões que recobria a festa também eram repensadas a partir do diálogo com os mediadores.

A culminância das expressões da religiosidade dos porteirenses católicos, nos dias do mês consagrado à Santa Maria, acontecia com a cerimônia de coroação da Santa, que ocorria todos os anos na noite do último domingo do mês de maio, em frente à igreja matriz, comumente celebrada com a participação de um grande número de fiéis da localidade e religiosos visitantes. Esse era considerado por muitos o momento mais esperado do ano. Vejamos o relato de Nascimento:

O sentimento do povo de Porteiras se manifesta, com mais ardor e devoção, na festa de Coroação de Nossa Senhora da Conceição, que ocorre no último domingo de maio. É uma das maiores festas religiosas da região. A cidade abre as “porteiras” e o coração para receber os visitantes. É o momento do reencontro, da

confraternização. A oportunidade de rever velhos amigos ou voltar ao torrão querido para matar a saudade. (...) A praça, em frente à Igreja Matriz, transforma-se no santuário comum de todos os porteienses. (NASCIMENTO, 1995, p.12-13)

Naquela noite, à medida que a população começava a chegar ao local da cerimônia, o espaço começava a ser ocupado e dividido segundo alguns critérios estabelecidos pelos organizadores do evento religioso. Todos os anos eram colocados alguns bancos de madeira que separam os degraus da Igreja, onde era montado o altar, da população que acompanhava a cerimônia. Um espaço era reservado para algumas famílias, geralmente compostas por políticos, comerciantes e funcionários públicos, enquanto que o restante da população acompanhava de pé toda a celebração. Assim, a divisão do espaço estabelecia um meio de projeção social.

A cerimônia religiosa começava com a celebração de uma missa pelo pároco local. Em seguida, iniciava-se a coroação, que, tradicionalmente, era toda musicada e cantada pelas crianças e adolescentes que participavam. Apenas as meninas participavam representando anjos, astros celestes e camponeses, além das virtudes e da personagem coração. Ao longo do tempo, essas categorias, principalmente a do anjo, tornaram-se um ideal e um desejo de grande parte das crianças da localidade, em grande parte influenciadas por seus pais.

Tal representação também foi inserida na exposição. Próxima da imagem da Santa foi colocado um manequim com os vestes de um anjo. A proposta consistia em problematizar a (re)invenção dos seres celestes e, principalmente, indagar sobre a dimensão política que recobria a escolha das crianças para representá-los. A imagem da padroeira era coroada por duas delas, geralmente filhas de políticos, funcionários públicos de prestígio social ou outras pessoas influentes na localidade, o que demonstra que eram selecionadas segundo critérios que levavam em consideração a privilegiada posição social de algumas famílias. Isso levava os visitantes a pensar que, embora a festa possuísse fortes laços de pertença, também estava imersa no sentido político, do prestígio e do status social.

No momento em que a santa era coroada, o povo cantava o tradicional hino de coroar:

*Aceitai essa coroa
Virgem Santa Mãe querida
Que nos seja, ó Rainha
O penhor de eterna vida.*

Como as canções podem ser entendidas como documentos para o ensino de história (FONSECA, 2003), aquelas entoadas durante a festa religiosa também compuseram a exposição. Suas letras e melodias possuíam um forte elo de continuidade entre o passado e o presente. Estas, tradicionalmente, faziam parte da celebração sendo entoadas apenas nessa ocasião. Dessa forma, também lhe eram revestidas de inúmeros valores e contribuíam para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade social.

Nos registros escritos e nas narrativas orais dos idosos católicos de Porteiras, a festa de coroação é apresentada como a maior e melhor festa existente na localidade. Podemos perceber o reconhecimento da celebração e também as saudades dos tempos de juventude, quando acompanhavam seus pais nas festividades.

É a festa melhor que há em Porteiras, é a Coroação de 31 de maio. É por que essa festa que é a coroação, a gente acha que ela é das melhor por que ela já vem do começo de Porteiras, do começo da Igreja. É da Padroeira da Igreja de Porteiras, Nossa Senhora da Conceição. Então é a festa bem animada e vem gente de longe, muita gente. Aí no tempo atrás, no tempo deu mais pequena, minha mãe trazia nós.¹⁰

Na narrativa, podemos notar além do sentido religioso, familiar e de socialização, um sentimento de continuidade entre o passado e o presente. Tais representações contribuem para o fortalecimento da fé, para a construção dos sentimentos de pertença e identidade, bem como para a valorização do passado de Porteiras. Sobre a rememoração da festa “As sensibilidades se apresentam, portanto, como operações imaginárias de sentido e de representação do mundo, que conseguem tornar presente uma ausência e produzir, pela força do pensamento, uma experiência sensível do acontecido” (PESAVENTO, 2007, p.14-15).

No Cariri cearense de outrora, as festas de santos eram momentos de celebração e intensificação das práticas coletivas. Segundo o Sr. Joaquim Gonzaga, até os anos iniciais da segunda metade do século XX, após a cerimônia religiosa, a população participava dos leilões dirigidos pela ordem religiosa, que envolvia fortemente o povo. Após os leilões, todos dirigiam-se aos salões de forró, animados pelos sanfoneiros. Tais espaços de divertimento ficavam em diferentes lugares da cidade. Entre os anos de 1990 a 1995 o parque de diversões tornou-se mais um atrativo para a folia popular. As festas passaram a contar, também, com apresentações de bandas musicais modernas no antigo campo da cidade, que, na ocasião, se

¹⁰ Narrativa de Maria de Jesus dos Santos. Entrevista realizada em dezembro de 2006.

tornava o centro das festividades populares.¹¹ Posteriormente, as festividades tomaram a nova área de lazer da cidade, a Praça da Liberdade, reconstruída por volta de 1995.

Observamos que, nas práticas de sociabilidades, a população reforçava suas ações de fé e de diversão. Esse era o momento de orar e festejar entre familiares, amigos e visitantes, o dia de coroação da padroeira. Tal circunstância movimentava toda a cidade. Bancas de diversos artefatos e jogos de azar eram armadas nas ruas e os bares sempre freqüentados. No parque de diversões, crianças e jovens divertiam-se nos diversos brinquedos e a população dançava e festejava com bebidas em um grande campo de diversão. Isso nos lembra que,

As festas são caracterizadas pela regularidade temporal com que acontecem, pelo sentido de renovação que trazem, pela exuberância que provocam, sendo ocasião de liberação de impulsos, práticas de excessos e esbanjamentos, onde a dança, a música, a comida e a bebida são elementos sempre presentes. As festas são momentos de intensificação da vida coletiva. (SOUSA Apud SOUZA, 1992, p.26)

Nesse direcionamento, foi montada uma mesa de bar em um dos lados da sala de exposição. As garrafas de cervejas se misturaram aos demais objetos da celebração para provocar a reflexão sobre os diferentes usos da bebida na ocasião, visto que "fazer relações entre artefatos diferentes pode deixar a reflexão com mais carga de conhecimento histórico" (RAMOS, 2001, p. 112). Nesse sentido, os mediadores lembravam ao visitantes que o conjunto de práticas sociais daquele momento compunham a festa. Beber também representava uma forma de celebração e intensificação das práticas de socialização daquele momento.

Além do simbolismo religioso e da intensificação das práticas coletivas, o comércio do município obtinha desenvolvimento. Os comerciantes tinham na ocasião um momento de melhores vendas. Para os setores populares, esse era um momento de obtenção de um ganho extra com a comercialização de produtos diversos. Vale lembrar as considerações de Abreu (2002): os setores populares criam e transformam as práticas religiosas segundo suas heranças culturais, experiências e necessidades, reconstruindo seus significados.

Em meio ao conjunto de objetos expostos, um manequim bem vestido chamava a atenção e despertava curiosidades e risadas nos visitantes. Tratava-se de um antigo costume existente no período da festa. Todos os anos a população costumava comprar uma roupa nova na feira que era montada na avenida central da cidade. Para os católicos, o ato de usar uma

¹¹ Narrativa de Joaquim Luiz dos Santos. 66 anos. Entrevista realizada em março de 2007.

roupa nova era fundamental para a ocasião, até mesmo para as famílias mais pobres. Sendo a maior festa popular do município, as pessoas procuravam se apresentar bem vestidas. Tal costume denuncia mais um simbolismo, presente nas vestes, como se a roupa nova representasse a efetiva participação dos indivíduos nessas comemorações (SANTOS, 2007).

No outro recanto da sala, os instrumentos musicais utilizados nos forrós também foram evidenciados. Dessa forma, quem visitava a exposição se deparava com objetos que provocavam a reflexão acerca do entrelaçamento de sentidos que compunham a festa religiosa e os momentos de diversão, ao término da celebração.

Levando em consideração as memórias dos idosos da cidade, as pesquisas históricas sobre a festa (SANTOS, 2007, 2008) não apresentaram uma dissociação entre o sagrado e o profano. Como nos diz Eliade (1993), o homem religioso não separa o ato de fé das celebrações festivas em sua comemoração, ou seja, os festejos populares, após a coroação, representam uma continuidade da celebração.

Nesse direcionamento, o entrelaçamento das práticas sagradas e profanas nas comemorações da festa da padroeira de Porteiras foi colocado em questão através de um painel de fotografias. As fotos que antes se encontravam em albúms familiares foram expostas. Intitulado Memórias Entrelaçadas, o painel provocava a reflexão sobre as variadas vivências daquele momento. Crianças nos parques; Famílias bebendo em mesas e acompanhadas de amigos; Crianças vestidas de anjos; Maçãs do amor e uma diversidade de imagens revelava como a festa era vivida e apropriadas de diversos modos. Assim, os próprios moradores do lugar se viam reconhecidos e representados na exposição. De igual modo, questionavam sobre as alterações realizadas naquele ano de 2010, em especial àquelas tocantes à dissociação entre a festa religiosa e a profana. Esse foi o mote da exposição: conhecer o passado e o presente da festa de modo crítico.

Considerações Finais

Por tudo isso, a exposição sobre os usos e as representações da festa religiosa na Casa da Memória de Porteiras possibilitou o diálogo sobre as questões que tocavam o passado e as memórias singulares dos porteirenses. Tal experiência é reveladora do valor e da importância dos estudos de história local e regional nos espaços museológicos para a construção das identidades sociais e da consciência crítica e histórica (FONSECA, 2003).

A ação educativa na Casa da Memória de Porteiras demonstrou como os estudos da história local no museu comunitário pode contribuir à construção da cidadania cultural e o

fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e identidade social dos diferentes indivíduos e grupos sociais, além do seu reconhecimento enquanto sujeitos históricos.

A partir da exposição museológica percebemos que a festa da coroação da padroeira de Porteiras e as demais comemorações católicas do período analisado eram entendidas a partir de diferentes sentidos que lhe foram atribuídos, muitos dos quais permanecem nas memórias e nas práticas dos católicos caririenses. Vale ressaltar que: “A experiência do sagrado é apropriada de maneiras diversas pelos grupos ou por indivíduos, caracterizando uma pluralidade de usos e de entendimentos” (GAETA, 1997, p.15).

Para os idosos católicos, a festa era compreendida como a maior expressão de fé de Porteiras e ainda como a maior festa dessa localidade. Tal celebração religiosa contribuía para ampliar a sociabilidade desse povo e para a reconstrução de suas memórias, fortalecendo, assim, suas práticas de devoção e de solidariedade. Nesse sentido, a festa emerge como um lugar de memória em seu sentido simbólico, funcional e material, com o define Nora (1993).

Pelos organizadores do evento, para os grupos pastorais e para os pais das crianças que participavam dessa manifestação, ela era utilizada como um instrumento de formação religiosa católica. Lembremos que nas festas religiosas há uma vivência conjuntural entre o religioso e o cultural, fato que possibilita a construção e reconstrução das identidades (GAETA, 1997).

Também, a celebração pode ser entendida como um meio de projeção social por parte de alguns indivíduos e grupos sociais que faziam da comemoração religiosa um instrumento de poder, que lhes possibilitava popularidade e visibilidade junto aos demais setores sociais. Além disso, a festa religiosa e profana ganhava sentido econômico por parte dos comerciantes lojistas, feirantes e barraqueiros.

Por fim, nos chama a atenção o reconhecimento que a população tinha com a festa. Além de refletir o sentido de continuidade histórica, era um símbolo de identificação dos porteirenses: dos que residiam no município e também daqueles que deixaram sua cidade por motivos diversos e que retornavam ao local nesse período. Assim, as comemorações fortaleciam o sentimento de pertença à terra natal e contribuía para a construção das identidades dos porteirenses, sendo assim um elemento das sensibilidades do povo. A festa de coroação da Imaculada Conceição era, portanto, uma ocasião marcada por diferentes sentidos que lhe foram atribuídos com o passar do tempo, apropriados e resignificados pelos diferentes indivíduos e grupos sociais que compõem a sociedade local.

A imersão da festa no espaço museal possibilitou, portanto, a reflexão e o debate acerca das sensibilidades e das representações concernentes a maior celebração religiosa dos

porteirenses, visto que “o trabalho com a história local no ensino possibilita a construção de uma história mais plural, que não silencie a multiplicidade das realidades” (HORN, 2006, p.120). De igual modo, permitiu o debate crítico sobre as alterações promovidas, o que despertou a reconstrução das memórias sobre a festa, sua pluralidade e complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: Perspectiva de controle e tolerância no século XIX. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, pp. 183 – 203.

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. **Ensino da história e memória coletiva**. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVIES, Nicholas (Org.). **Para além dos conteúdos no ensino de história**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

DIAS, Margarida Maria Santos. O ensino de história como objeto de pesquisa. In: **Saeculum**, João Pessoa, n. 6/7, p. 97-104, Jan.Dez. 2000/2001.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

_____. Educação, cidadania e diversidade cultural. In: **Revista Humanidades**, Brasília, n. 24, 1997.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Ensino de história: reflexões e novas tecnologias**. Salvador: Quarteto, 2004.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- FONSECA, Selma Guimarães. **Didática e prática de ensino em história:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.
- _____. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de história. In: **História oral**, v.9, n.1, p. 126-141, 2006.
- _____. **Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papirus, 1995.
- GAETA, Maria A. J. Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu histórico do Ceará:** a memória dos objetos na construção da História (1932-1942). Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2005.
- HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de história e seu currículo:** Teoria e método. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MAGALHÃES, Aline Monteiro. **Culto da saudade na casa do Brasil:** Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959). Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2006.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade x a cidade no museu. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n.8/9, set.1984,abr.1985.
- _____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exploração museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 2, 1994.**
- _____. **Como explorar um museu histórico.** São Paulo: Museu Paulista, 1992.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago.1993.
- NASCIMENTO, Antônio Vicelmo. **Roteiro histórico de Porteiras.** Porteiras: Prefeitura Municipal de Porteiras, 1995.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n.10, 1993, pp. 7-28.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. **Juntar, separar, mostrar:** memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy e LAGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história:** memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFGRS, 2007.
- PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 1963.
- PINSK, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 1992.
- PRISKI, Jaime; PRISKI, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e desafios. São

Paulo: Contexto, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

_____. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. In: **Trajetos**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2001.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Sensibilidade na festa da Coroação no Cariri cearense. In: **Anais do I Simpósio Oralidade e Memória Social**, Fortaleza: UECE, 2008.

_____. "É a festa melhor que há": a Coroação de Nossa Senhora da Conceição em Porteiras-CE. In: **Propostas Alternativas**, Fortaleza, n.15, 2007, pp. 2-12.

SCHMIDT, Maria Auxiladora; GARCIA, Tânia Braga. O trabalho histórico na sala de aula. In: **História e ensino**, Londrina, v. 9, p. 223-241, 2003.

SILVA, Marcos A. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SOUZA, Océlio Teixeira. A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha: algumas reflexões. In: LIMA, Marinalva Vilar e MARQUES, Roberto (Orgs). **Estudos regionais**: limites e possibilidades. Crato: NERE/CERES, 2004.

OLHARES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO PROEJA/IFES/CAMPUS VITÓRIA

Flávia Cândida do Nascimento de SOUZA¹

flaviacnascimento@gmail.com

RESUMO: Este artigo é fruto de um estudo de caso sobre o ensino de História no PROEJA e seu objetivo é discutir a integração entre educação básica e educação profissional dentro do contexto desse programa, a partir de três diferentes olhares: o olhar institucional apresentado a partir de documentos acadêmicos; o olhar do pesquisador, abordado a partir dos trabalhos de final de curso produzidos pela especialização em educação profissional de jovens e adultos oferecida por esta instituição; e o olhar do professor que vivencia diariamente essa integração. Através dessas perspectivas diferentes é possível ter uma visão mais ampla desse processo de integração, percebendo-se de forma mais nítida seus avanços e permanências ao longo dos cinco anos de vigência do programa.

PALAVRAS-CHAVE: PROEJA, Ensino de História, Educação Integrada

ABSTRAT: This article is the result of a case study on the teaching of History of the " PROEJA and its objective and discuss the integration between basic education and professional education within the context of this program, from three different perspectives: the gaze institutional submitted from academic documents; the gaze from the researcher, approached from the work at the end of the course produced by specialization in professional education for young people and adults offered by that institution; and the look of the teacher who experience daily the integration. Through these different perspectives is it possible to have a broader view of this process of integration, perceiving more clearly its advances and stays over the five years of the program.

KEYWORDS: Teaching of History, Professional Integrated Education, Professional Education of Youths and Adults

INTRODUÇÃO

Como parte de um programa voltado para uma maior valorização das camadas menos favorecidas da população brasileira e visando o desenvolvimento de políticas públicas

¹ UFES. Mestranda em História Social das Relações Políticas (PPGHIS-UFES).

específicas para a educação de jovens e adultos enquanto modalidade de ensino, o governo federal instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, através do Decreto nº 5.154/2004. Esse projeto busca iniciar uma nova etapa na educação de jovens e adultos trabalhadores em que a educação esteja vinculada ao mundo do trabalho e, ao mesmo tempo tenha como objetivo o desenvolvimento global do indivíduo com vistas a que este adquira autonomia e consciência social.

A implantação do programa ficou a cargo, primeiramente, dos Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFETs, atuais Institutos Federais de Educação – IFEs. Essas instituições, por sua vez, aproveitaram-se de experiências anteriores na área de educação de jovens e adultos, como o EMJAT – Ensino Médio para Jovens e Adultos, para iniciar a implantação do projeto fazendo as adaptações necessárias com o objetivo de enquadrá-lo no projeto do governo federal².

A obrigatoriedade no oferecimento de cursos na área de educação profissional de jovens e adultos teve como primeira consequência a ampliação no número de vagas oferecido nesses cursos. No ano de 2008 o Campus Vitória do IFES apresentava um total de 16 turmas distribuídas em dois turnos, vespertino e noturno, e cinco cursos, Segurança do Trabalho, Automação Industrial, Construção de Edifícios, Metalurgia e Informática (DEUS, 2009). Em 2009 foi oferecido um total de 96 vagas para ingresso em cursos de PROEJA no IFES/Campus Vitória. Essas vagas foram distribuídas em três cursos: Segurança do Trabalho no período vespertino, e Edificações e Metalurgia, no período noturno. Para o ano letivo de 2010 foram oferecidos três cursos no Campus Vitória, Técnico em Construção Civil com Habilitação em Construção de Edifícios, Técnico em Metalurgia e Materiais e Técnico em Segurança do Trabalho com um total de 100 vagas³. Os três cursos juntos contam hoje com um total de 27 turmas e um total de 622 alunos distribuídos nos períodos vespertino e noturno.

Embora seja possível demonstrar a imediata ampliação no número de vagas destinadas ao público de jovens e adultos trabalhadores, não é possível afirmar que o mesmo tenha ocorrido com relação à integração entre os currículos da educação básica e educação profissional. Este é um processo muito mais amplo e, conseqüentemente mais demorado, que

² O EMJAT teve início no antigo CEFETES, atual IFES no ano de 2005. Dos oito cursos oferecidos pela instituição naquele momento, cinco deles – Geoprocessamento, Mecânica (Automação Industrial), Segurança do Trabalho, Metalurgia e Edificações – ofertavam vagas nessa modalidade.

³ Disponível em: <http://www.ifes.edu.br/novos-alunos> . Acessado em 19/08/2010.

implica na discussão e na modificação dos conceitos de educação e trabalho por parte dos profissionais envolvidos nos cursos.

A EDUCAÇÃO INTEGRADA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Quando se discute a educação integral e o ensino médio integrado ao ensino técnico a primeira coisa que convém é explicitar é a diferença entre esses dois termos. O ensino médio integrado corresponde a um dos sentidos admitidos ao conceito de educação integrada. Embora seja possível dar mais de um significado a este termo, dentro do contexto dessa discussão o termo integral remete à noção de completude, de compreensão das partes de um todo ou da unidade no diverso. No caso da educação significa tratá-la de acordo com as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos (FRIGOTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005). De acordo com Marise Ramos a educação pode ser considerada integrada em três níveis diferentes: como educação integral do ser humano, como educação básica integrada à educação profissional e como educação profissional e básica ocorrendo de forma unificada (RAMOS, 2008). Assim, a integração pode estar presente tanto na e educação básica quanto no ensino superior. Com relação ao ensino médio, a educação integrada está diretamente ligada à formação profissional do educando.

A educação integral possibilita a formação do sujeito com base na integração de todas as dimensões da vida – formação omnilateral – pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social (RAMOS, 2008). Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. Entender trabalho, ciência e cultura como partes indissociáveis da vida humana significa compreender o trabalho como princípio educativo. Nas palavras de Maria Ciavatta (FRIGOTTO, CIAVATA E RAMOS, 2005, p. 84):

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

O capitalismo restringiu o trabalho a seu sentido histórico de produção da existência humana especificamente como categoria econômica. Marx definia trabalho como um processo entre o homem e a natureza em que o homem, através de seu corpo, coloca as forças da natureza em movimento para se apropriar da material natural de uma forma útil para a sua própria vida. Através desse movimento o homem transforma a natureza e é transformado por ela (FRIGOTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 86). Assim sendo, toda produção realizada em todas as dimensões da vida humana é trabalho.

A concepção marxista de trabalho traz, implicitamente, a idéia de propriedade em seu sentido ontológico de direito do ser humano, em relação e acordo solidário com outros seres humanos, de apropriar-se, transformar, criar e recriar pelo trabalho, em todas as dimensões da vida humana. Nesse contexto, a ciência e a tecnologia, através da extensão dos sentidos e dos membros dos seres humanos, têm a função de melhorar as condições de vida e ampliar aquilo que Frigotto denomina de tempo de efetiva escolha humana. Assim, o trabalho não se apresenta como uma obrigação, mas como um dever e um direito de ser humano.

A concepção de trabalho como princípio educativo parte dessa definição marxista, que não corresponde àquela idéia capitalista que identifica trabalho com atividade laborativa, ou emprego. Identificar essa diferença é de grande importância, uma vez que a educação que utiliza o trabalho como princípio educativo a partir do conceito marxista buscará o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões e não apenas sua formação para o mercado de trabalho.

A integração entre conhecimentos gerais e específicos no currículo de educação profissional integrada à educação básica, parte do princípio de que não existe diferenciação entre disciplinas de formação geral e de formação específica. Os conhecimentos específicos se diferenciam dos conhecimentos gerais apenas por serem uma forma produtiva de aplicar esses conhecimentos gerais. Assim a redação técnica é uma aplicação prática dos conhecimentos de linguagem, da mesma forma que a eletricidade é uma aplicação prática dos princípios da física e da química. Para Marise Ramos o ensino de um conhecimento desvinculado das teorias gerais do campo científico em que foi formulado faz com que aquele que o aprende não consiga utilizá-lo de forma independente. Neste caso, a pessoa poderá até executar corretamente procedimentos técnicos, mas não poderá aplicar esse conhecimento em uma situação diferente daquela em que aprendeu a utilizá-lo, dessa forma não poderá ser considerado um profissional bem formado (FRIGOTTO, CIAVATA E RAMOS, 2005, p. 115 e 116).

Assim como a prática desvinculada da teoria se resume a técnicas e não a conhecimento, a teoria separada da realidade concreta se torna abstrata e vazia. Dessa forma, o conhecimento geral só adquire sentido para o educando, principalmente no caso dos jovens e adultos dos cursos de PROEJA, quando reconhecido como parte do mundo real e dentro de seu potencial produtivo.

No Brasil o ensino de História coincide com projeto de criação de uma identidade nacional após a Independência e se fortalece após a proclamação da República, devido à necessidade de criar os heróis da nação e uma identidade nacional inexistente até aquele momento (BITTENCOURT, 2008). Atualmente a principal preocupação acerca do ensino de História no Ensino Médio é o aprofundamento dos conceitos introduzidos a partir das séries iniciais e a ampliação do domínio de métodos de pesquisa histórica, visando dar condições de maior autonomia intelectual diante dos diversos registros humanos e assim aprofundar o conhecimento histórico da sociedade contemporânea (Ibid.).

O ensino de História no PROEJA deve buscar atingir esses objetivos. Este trabalho é dificultado pelo fato de que alunos de PROEJA estudaram em momentos diferentes, em que a educação estava organizada a partir de projetos diferentes. Atingir os objetivos propostos pelo PCNEM para estes alunos significa começar o ensino de História novamente, desde os fundamentos desta disciplina.

A organização curricular dos cursos de PROEJA do IFES é feita a partir de módulos semestrais. Por este motivo, a maioria das turmas possui três disciplinas de História diferentes. Para facilitar a diferenciação entre o ensino de História de uma forma geral e as disciplinas de História consideradas individualmente, é preciso definir a forma em que cada termo será empregado. As unidades curriculares de ensino de História serão denominadas disciplinas de História. O conjunto dessas unidades curriculares compõe o ensino de História no PROEJA/IFES/Campus Vitória

A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA – O OLHAR INSTITUCIONAL

Apesar do Programa PROEJA estar baseado em uma perspectiva voltada para a educação integrada, dois dos três cursos oferecidos pelos IFES no ano de 2010, ainda apresentam dois momentos distintos: um direcionado à formação básica do aluno e outro direcionado à sua formação profissional. Neste contexto, a disciplina de História está inserida exclusivamente dentro daquela parte dos cursos destinados à Educação Básica. Nas

disciplinas oferecidas a essas turmas existem, pelo menos, duas propostas curriculares diferentes.

A primeira proposta se apresenta na forma de ementa de História utilizada no programa de curso de educação básica dos cursos de PROEJA. Essa proposta apresenta os conteúdos e os princípios norteadores das três disciplinas que compõem o ensino de História previsto. Os objetivos gerais do ensino de História também estão previstos na ementa geral (SOUZA, 2010, P. 72):

- *Desenvolver algumas técnicas de estudo e análise documental, fundamentais para o entendimento dos contextos históricos;*
- *Discutir sobre a História a partir da realidade vivida;*
- *Refletir sobre a História para entender a realidade social, cultural e política em que se vive;*
- *Produzir textos com base em estudos da História;*
- *Argumentar sobre fatos e temas históricos com base em pesquisa.*

As três disciplinas em que o estudo de História está dividido, correspondem às três grandes divisões da História do Brasil. Cada módulo apresenta, na ementa, além do conteúdo básico o princípio norteador que deve direcionar a abordagem do professor sobre cada conteúdo. Assim, no primeiro módulo o professor deve trabalhar o Brasil Colonial a partir do eixo aluno-família-comunidade, com o objetivo de discutir a relação do aluno com o conteúdo estudado e explorar seus saberes prévios e suas experiências comunitárias. No segundo módulo deve ser trabalhado o Brasil Monárquico a partir do eixo aluno-sociedade global, com o objetivo de caracterizar o aluno como ser sócio-histórico e discutir os poderes instituídos, as relações sociais de poder, as formas de dominação direta e indireta, a cidadania e os direitos. O terceiro módulo deve abordar como conteúdo o Brasil Republicano a partir do eixo aluno-trabalho, a fim de caracterizar o aluno com ser que trabalha e discutir o que é o trabalho, suas faces históricas, o trabalho como questão política e o trabalho e o conhecimento.

Uma segunda proposta foi produzida pelos professores da área de História que atuavam nas turmas de PROEJA até o ano de 2008. Esta ementa foi elaborada primeiramente para ser aplicada no curso de Edificação sem, entretanto, ter sua aplicação exclusivamente neste curso. Esta se baseia nos princípios da educação integrada e do ensino de história a partir de eixos temáticos ou temas geradores. A proposta apresenta os temas geradores organizados cronologicamente de uma forma que “os grandes marcos que caracterizam a

civilização ocidental e brasileira” são mantidos (SOUZA, 2010, p. 87-89). O objetivo de trabalhar os conteúdos históricos a partir de temas é possibilitar (IDEM):

(...) uma ação pedagógica que ultrapassa o ensino calcado nas causas e conseqüências dos fatos, abrindo caminho a abordagem de outras dimensões temporais, como a permanência, a ruptura, a continuidade e a simultaneidade. A partir dessa idéia, o olhar cronológico sobre a história perde a exclusividade integrando-se aos outros olhares que também ajudam na compreensão do tempo histórico.

O conteúdo de História é dividido em quatro períodos distintos. O primeiro período tem como espaço cronológico a Idade Moderna (período compreendido entre os séculos XV-XVIII) e como objeto do Estudo da América Portuguesa. O tema central que direciona a disciplina é o eixo trabalho-família e seus subtemas são a formação da sociedade brasileira, as regras e as transgressões morais e as relações de trabalho e dominação.

Os segundo, terceiro e quarto módulo discutem temas diferentes dentro do mesmo espaço temporal, a Idade Contemporânea compreendida entre os séculos XVIII e XXI e na qual está inserido o período de tempo em que vivemos. O segundo módulo tem como objeto de estudo o Brasil Imperial e como tema central a vida política e social. Seus subtemas são o projeto de sociedade brasileira, a construção da identidade nacional e a vida urbana. O terceiro módulo aborda o Brasil republicano a partir do tema cidadania, seus subtemas são os projetos de república, o populismo e os direitos sociais e a ditadura militar. O quarto módulo discute a questão democrática no Brasil republicano, apresentando como subtemas o racismo, os movimentos sociais e políticos, a mídia, a violência, a educação e a moradia.

O ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA – O OLHAR PESQUISADOR

Até agosto de 2010, o curso de especialização oferecido pelo IFES formou seis turmas em quatro campi diferentes (Vitória, Colatina, Serra e São Mateus) num total de 125 profissionais de educação especialistas em Educação Profissional de Jovens e Adultos. Atualmente a terceira turma do curso está em processo de finalização, com previsão de encerramento até o mês de setembro do corrente ano e de formação de mais 105 especialistas na área (ALVES, 2010, p. 43-48). Um dos pré-requisitos necessários para a conclusão do curso de especialização e obtenção de seu certificado de conclusão é a apresentação de um trabalho monográfico, após a conclusão dos créditos. Essa obrigatoriedade levou a uma

grande produção bibliográfica sobre o ensino de jovens e adultos na educação pública do Espírito Santo. Assim sendo, depois de finalizadas três turmas deste curso, já é possível realizar um estudo de história da arte dessa produção.

Os especialistas formados desde o ano de 2007 produziram um total de 101 monografias⁴. Dentre elas, apenas seis, equivalentes a 5,9% do total de monografias, apresenta como tema a disciplina de História. Dentre essas seis monografias, apenas três, ou o equivalente a 2,9% do total de monografias tratam sobre a História no PROEJA. Uma das monografias tem como tema de discussão a formação dos professores do PROEJA, outra é uma opção de material paradidático que poderia ser usado em sala de aula pelos professores de História do PROEJA e uma trata do currículo de História no PROEJA. Considerando o total de monografias produzido, podemos afirmar sem medo que a discussão sobre ensino de história no PROEJA não é, até o presente momento, uma prioridade dentro do curso de especialização em PROEJA oferecido pelo IFES.

O trabalho de conclusão de curso – TCC intitulado “Opção didática para o ensino médio de História no PROEJA integrado ao ensino médio”, é de autoria de Marcos Antônio Campos Dall’orto Santo. Este trabalho é, segundo o próprio autor, um livro paradidático “construído e reconstruído a partir de debates com os alunos durante as aulas da disciplina de história do semestre 2007/1 no CEFETES, Campus Vitória” (SANTOS, 2007, p 18). A maior parte do trabalho, portanto, corresponde a uma apostila construída pelo professor e pelos alunos, ao longo das aulas do período letivo. Além da parte que corresponde àquilo que o autor denomina livro paradidático, o TCC é composto por um prefácio, em que o autor discute as raízes e os matizes dos problemas da educação no Brasil através de uma discussão histórica. Neste prefácio o autor aponta ainda a necessidade de políticas específicas para a educação de jovens e adultos trabalhadores e afirma que a educação é o automóvel capaz de levar o Brasil a um futuro mais justo para o povo (IDEM, p. 17). As explicações sobre a natureza do trabalho, a metodologia utilizada, bem como o aporte teórico utilizado pelo professor como referência para a escolha do conteúdo e para o desenvolvimento dos assuntos está explicitada na introdução do trabalho. Nessa introdução o autor ainda expõe os temas desenvolvidos em cada capítulo e os objetivos que pretende atingir com o uso desse material. Ambos, prefácio e introdução são necessários para uma real compreensão do trabalho.

⁴ A primeira turma de especialização, iniciada em 2006 e finalizada em 2008, permitiu a realização do trabalho das monografias de conclusão de curso em grupos em duplas, daí a diferença entre o número de formados e o número de monografias produzidas nos cursos (ALVES, 2010, p. 48).

O livro paradidático, que corresponde à maior parte do TCC é composta por quatro capítulos que abordam o período desde o surgimento do universo até o mundo contemporâneo. O primeiro capítulo tem como título “Quem somos nós” e se inicia fazendo uma série de questionamentos sobre a origem da espécie humana. Ao longo do capítulo o autor busca explicar a origem do universo, dos seres vivos e das espécies humanas, bem como explicar as razões do prevaecimento da espécie *Homo sapiens sapiens* sobre as demais espécies humanas. O capítulo se encerra com outro questionamento: “o que seremos no futuro?”. Através dessa pergunta o autor aborda questões relativas ao meio ambiente, ao desenvolvimento industrial e à responsabilidade do homem com o futuro do planeta.

No segundo capítulo intitulado “adaptações genéticas e preconceitos” são abordados temas como as diferenças humanas, relacionando suas origens à necessidade humana de adaptação ao meio ambiente. O surgimento das primeiras formas de tecnologia, o desenvolvimento da agricultura e o povoamento do continente americano também são abordados nesse capítulo. O capítulo se encerra com uma discussão sobre raça, preconceito, igualdade e diferença.

O surgimento das primeiras cidades humanas e a origem das desigualdades são temas abordados no terceiro capítulo intitulado “a invenção das desigualdades”. Nesse capítulo também são tratados temas como as cidades de hoje e cidadania como uma conquista social e a importância de uma participação cidadã consciente na sociedade de hoje.

O quarto capítulo tem com tema “ricos, pobres e o futuro” e demonstra de que maneira, ao longo da história, alguns grupos sociais acumularam mais bens que a maioria da sociedade em que viviam e, de que forma, utilizaram isso como forma de direcionar a sociedade de acordo com os seus interesses. O capítulo aborda a questão da diferença social desde as tribos dos primeiros humanos até o mundo contemporâneo, destacando a importância do Império Romano e de seu declínio para a história da humanidade, as mudanças trazidas pela constituição dos estados-nações na Europa e pelas Grandes Navegações a partir do século XV, os impérios da era moderna a partir do fim do século XVII e o império invisível da indústria que governa o mundo globalizado atual. O encerramento do capítulo e da apostila é feito com a discussão de temas como a pobreza e futuro do mundo atual.

Na conclusão do trabalho autor descreve a experiência da construção do livro paradidático, juntamente com os alunos, apresentando os problemas e as soluções encontradas ao longo do percurso. A principal questão destacada nessa altura do TCC foi a discussão em torno da utilização ou não de material específico para o PROEJA. O autor conclui, ao final de seu trabalho que:

Por fim, entendemos que o assunto sobre materiais didáticos no PROEJA soa como novidade exótica tanto para professores como para alunos inicialmente. (...) Depois das respostas dos alunos durante o processo de construção do material didático, capítulo por capítulo, durante o semestre 2007/1. Temos plena convicção de que na EJA, os materiais didáticos devem ser específicos, pois auxiliam de forma mais integral o trabalho pedagógico. E quando estes são preparados pelos próprios professores, o rendimento pode ser muito mais eficiente ao público da EJA. (SANTOS, 2007, p 82).

As três turmas em que o trabalho de pesquisa foi desenvolvido não são identificadas em nenhum momento do TCC, por este motivo não é possível indicar precisamente para quais matérias dentro da disciplina de História esse material se destina. Pela mesma razão não se pode saber se algumas questões abordadas apenas superficialmente neste material didático foram ou seriam aprofundadas em outro momento, bem como não é possível saber se, em outros momentos, seriam ou foram abordados outros complexos temáticos.

Analisando o material didático utilizado no TCC é possível vislumbrar o currículo que direcionou as aulas deste professor, ao menos ao longo do primeiro semestre do ano de 2007. No que diz respeito ao conteúdo é fácil perceber o cuidado com a apresentação de fatos devidamente comprovados cientificamente, bem como a preocupação com o rigor e a atualização dos dados apresentados. Merece destaque também a preocupação constante com a relação entre os temas propostos e questões atuais, principalmente quando os temas abordados se apresentam distantes da realidade dos alunos ou temporalmente muito longe, o que poderia gerar desinteresse por parte dos alunos. Os temas abordados no material didáticos são trabalhados a partir da perspectiva de complexos temáticos, apresentando um conteúdo central que se desdobra em uma série de conteúdos específicos capazes de garantir o aprofundamento progressivo do conteúdo e de produzir nexos e sentido a partir da relação criada entre o conhecimento histórico e o contexto em que vivem os alunos. Por ser um material paradidático o material não apresenta propostas de trabalhos, pesquisas ou atividades sobre os temas abordados, o que torna impossível a análise desses aspectos.

A monografia “O Reconhecimento do cotidiano das camadas populares: estratégias de negociações no processo de formação continuada de professores de História que atuam no PROEJA/CEFETES/VITÓRIA” de Renata Coelho Nogueira e Welington Batista dos Anjos foi o terceiro TCC analisado. O trabalho tem como objeto de pesquisa a formação continuada de professores de História do CEFETES/Vitória e como objetivo analisar “em que medida a

formação continuada de professores de História que atual no PROEJA/CEFETES/VITÓRIA tem contribuído na construção e reconstrução do conhecimento histórico a partir do cotidiano das camadas populares” (NOGUEIRA e ANJOS, 2007, p. 21). Partindo do pressuposto que muitos dos problemas pedagógicos enfrentados pelo professor de História estão ligados diretamente à sua formação, os autores buscam investigar que tipo de formação continuada necessita o docente de História do PROEJA. Como formação continuada é entendida pelos autores como “(...) aquela que se desenvolve no próprio espaço escolar, no desenvolvimento da prática pedagógica, ou seja, nos processos de formação em serviço” (NOGUEIRA e ANJOS, 2007, p. 15).

Na Introdução, primeiro item do trabalho, os autores apresentam as justificativas e motivações na escolha do tema discutido no trabalho. O segundo item apresenta um histórico da educação de jovens e adultos no Brasil e do PROEJA. Trata ainda do EMJAT⁵ e de sua substituição pelo PROEJA. A identificação e formulação do problema são apresentados em seguida, após o que são especificados os objetivos geral e específicos. Ao discutir os referenciais teóricos do trabalho, os autores levantam discussões sobre o ensino de História, a escola e o respeito à diversidade, a contribuição de Paulo Freire para a formação continuada dos professores, a educação transformadora e a educação bancária e a contribuição de Chervel para a educação popular. Após a revisão bibliográfica, os autores descrevem a metodologia e a trajetória da pesquisa e apresentam seus resultados. Em seguida, os autores apresentam as conclusões a que chegaram após o processo de pesquisa e construção da monografia:

Sabemos que a formação continuada é um dos direitos do professorado e uma atividade altamente necessária para um bom desempenho de seu trabalho. Apesar disto, acredita-se que um dos maiores obstáculos de uma formação continuada de forma adequada, especialmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, é o acesso aos recursos didáticos e informativos, tais como: livro atualizado, revistas científicas, acesso a computadores/internet. Sem estes recursos o direito de estudar/aprender se torna muito mais difícil. A inclusão de uma seção mais detalhada sobre a disponibilidade e acesso a esses recursos seria um acréscimo importante para o debate sobre a formação dos professores. (NOGUEIRA e ANJOS, 2007, p. 101-102)

⁵ Projeto de implementação da modalidade EJA desenvolvido no CEFETES entre os anos de 2001 e 2006, que visava atender aos jovens e adultos da Grande Vitória que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino médio no tempo certo (NOGUEIRA e ANJOS, 2007)

A monografia mais recente sobre o ensino de história no PROEJA/IFES também é a única que discute a questão do currículo de História propriamente dito. De autoria de Fábio Gomes de Deus, foi defendida no campus Serra, no ano de 2009. A temática da pesquisa foi “o estudo do currículo da disciplina de História para sua integração ao PROEJA” (DEUS, 2009, p. 15), com vistas a oferecer subsídios para quem se propõe a enfrentar a tarefa de elaborar, analisar ou aplicar um currículo para a formação profissional que integre trabalho e ensino dando ênfase à disciplina de História no PROEJA. O problema delineado pelo autor para direcionar a pesquisa foi “que pontos se destacam em um estudo do currículo de História visando a integração curricular do PROEJA/IFES – Campus Vitória?” (DEUS, 2009, p. 17).

A pesquisa que deu origem a este TCC é composta por duas partes distintas. A primeira parte corresponde a uma pesquisa bibliográfica para explicitar as bases do currículo integrado a partir de textos em que os autores abordam questões referentes à EJA, ao PROEJA, aos diferentes tipos de currículo e ao currículo integrado de forma específica. O referencial teórico utilizado pelo autor sobre estes temas tem como base as obras da J. Gomeno Sacristán, Maria Cristina Davini, Paulo Freire e Karina Griggio Hotz. Além deste referencial, o autor utilizou ainda a legislação vigente que trata sobre o ensino médio e o ensino médio profissionalizante, a EJA e o PROEJA, principalmente os Decretos 5.154/04, 5.478/05 e 5.840/06, além das Leis nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB; nº 9.609/98 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM.

A segunda parte da pesquisa corresponde a análise de documentação primária específica sobre o ensino de História no PROEJA/IFES/Campus Vitória. O autor utilizou nesta parte da pesquisa o Programa da disciplina de História no PROEJA/IFES/Campus Vitória, a Ementa da Disciplina de História do PROEJA/IFES para o ano de 2009, o Programa Geral para as turmas de EJA/IFES/Vitória, além de entrevistas e questionários feitos pelo autor aos profissionais envolvidos no PROEJA/IFES/Campus Vitória.

Após sua pesquisa, o autor aponta algumas sugestões para a implementação da integração entre o currículo de História e a Educação Profissional no PROEJA/IFES/Campus Vitória:

- *A necessidade de um maior envolvimento dos educadores no PROEJA aponta que algumas ações ainda estão por ser efetivadas (pois há algumas resistências, por parte de professores, quanto à integração curricular).*
- *Fortalecimento e manutenção do espaço para a formação continuada e integrada entre docentes da área de formação geral e técnica.*

- *Alterações curriculares, a fim de aprofundar os conhecimentos científicos em âmbito de reflexões e elaborações coletivas (em 2008 ainda eram por área de conhecimento).*
- *Uma valorização, com ações junto aos docentes, da temática da educação que traga a vinculação com a realidade social.*
- *Propiciar condições aos docentes de planejamentos individuais e em conjunto para a formulação de metodologias que valorizem e incentivem o pensamento crítico e a autonomia intelectual adequadas à modalidade PROEJA.*
- *Prosseguir aos incentivos de formação mais específicas para os professores que tenham interesse no PROEJA, propiciando um maior espaço de reflexões sobre a modalidade, tendo como parceira a comunidade do IFES e da UFES, entre outras nas mudanças idealizadas que reafirmem nossos sonhos, “através da reinvenção constante do mundo” (DEUS, 2009, p. 53).*

A VIVÊNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA – O OLHAR DOCENTE

Até o final de 2009 havia três professores da área de história atuando nos curso de PROEJA. Desses um era o coordenador de área e os outros dois professores dividiam a disciplina de História nas turmas dos cursos. Foi solicitado a ambos os professores que respondessem a um questionário sobre o ensino de História no PROEJA. Apenas um dos professores enviou o questionário respondido, então esta visão discente é uma visão unitária. Essa visão unitária, entretanto, corresponde a 50% dos professores de História do PROEJA/IFES/Campus Vitória, o que estatisticamente é um percentual considerável.

Ao responder o questionário, o professor destacou que atua no PROEJA desde a sua implantação e que atualmente trabalha com turmas de todos os cursos. Segundo o professor existe uma proposta de integração entre a educação básica e a educação técnica para os cursos de PROEJA do IFES. Essa proposta está focada na formação humana do indivíduo e não apenas em sua formação profissional. Como resultado é uma proposta que está em constante diálogo com a realidade do aluno, respeitando inclusive os tempos diferentes de aprendizado de cada um.

Embora essa proposta esteja implantada em todos os cursos do PROEJA/IFES/Campus Vitória, existe uma grande resistência por parte dos professores das áreas técnicas com relação a ela. As dificuldades para a implementação do currículo integrado destacadas pelo professor, dizem respeito principalmente à formação inicial dos professores

de área técnica. Essa formação, feita a partir de moldes tradicionais, dificulta a compreensão dos princípios e conceitos do programa por parte desses profissionais. O resultado é que esses professores mantêm a ênfase conteudista em suas disciplinas, buscando a formação por competência técnica e culminando com um alto índice de reprovação diante da qual o aluno é responsabilizado. O professor destaca ainda que, da maneira como está implementado hoje, o currículo integrado não permite a interdisciplinaridade, devido à separação entre educação básica e técnica.

Sobre o ensino de História, o professor destaca que a reflexão sobre a realidade e sobre a construção do processo histórico direciona a integração entre ensino de História e educação profissional. O professor destaca que a grande contribuição do ensino de História para o exercício profissional dos alunos de PROEJA é a noção de que a História não tem fim e que continua sendo construída por todos a cada dia. Nas palavras do próprio professor, “... fazer o aluno descobrir essa situação permite uma consciência de seu papel no processo de mudança tendo em visto o bem comum; da maioria”.

O professor destaca ainda as ações necessárias para facilitar a implementação do currículo integrado no PROEJA/IFES/Campus Vitória:

A obrigatoriedade de todos estarem preocupados com formação continuada. Destinação de hora e local para que ocorrer essa formação. Não pode ser uma disposição do próprio professor. É necessidade da instituição para melhorar seu serviço a sociedade. Altos índices de reprovação e a demonstração da dificuldade da instituição de trabalhar com este público (essa nova modalidade de ensino – PROEJA). (SOUZA, 2010, p. 62)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa perspectiva a proposta desenvolvida pelos professores da área de História apresenta uma alternativa interessante e fortemente embasada na perspectiva da educação integrada. Direcionando o ensino de História a partir da História do Brasil para, através dela integrar e envolver a história mundial é possível aproximar o ensino de História do conhecimento prévio do aluno. Ao fugir do modelo eurocentrista de divisão da História em grandes períodos e de seu estudo a partir da Antiguidade Clássica ocidental (Grécia e Roma), essa proposta possibilita ao aluno o desenvolvimento de noções de simultaneidade, além de valorizar a origem nacional.

Nesse sentido a proposta é um avanço diante do modelo de ensino de História representado pelo material didático apresentado na monografia de 2007. Esse material, embora embasado na metodologia da EJA não apresenta avanços com relação ao conteúdo a ser trabalhado, mantendo esse conteúdo atrelado ao da educação básica regular.

A proposta apresentada como parte integrante do Projeto de Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – PROEJA, é fruto de reuniões, estudos e discussões entre os quatro professores da área de História nos anos de 2007 e 2008. Essa proposta é, portanto, resultado da formação continuada em serviço de que tratam os autores da segunda monografia analisada. A apresentação de uma proposta bem fundamentada e bem direcionada, fruto do trabalho em conjunto de uma equipe demonstra que este é o caminho para uma estruturação dos cursos de PROEJA/IFES/Campus Vitória nos moldes reais do projeto. Todo o projeto apresentado para o curso de Edificações, aliás, apresenta uma forte relação com os princípios da educação integrada, o que representa um avanço em termos de organização curricular do PROEJA/IFES/Campus Vitória.

Embora a proposta desenvolvida pelos professores tenha sido apresentada juntamente com a proposta do curso de Edificações, ela não foi desenvolvida exclusivamente para esse curso, podendo ser aplicada em qualquer curso de PROEJA sem prejuízos de conteúdos ou abordagens. Neste momento, entretanto, nem todos os cursos de PROEJA/IFES/Campus Vitória utilizam a proposta apresentada. Isso se deve a questões operacionais pedagógicas internas ao IFES.

Essa realidade nos remete aos problemas apresentados por Fábio de Deus ao analisar o ensino de História no PROEJA, no ano de 2008. Naquele momento o autor conclui que não era possível realizar uma verdadeira integração entre a educação básica e profissional se não houvesse um diálogo permanente entre essas duas áreas de ensino dentro do PROEJA. Infelizmente essa realidade continua se mantendo dois anos após essa pesquisa a dificuldade de diálogo com os professores das disciplinas técnicas tem provocado a dificuldade na implantação de um currículo realmente integrado.

A contrapartida desta realidade é que alguns cursos de PROEJA do Campus Vitória ainda apresentam um currículo que não pode ser considerado integrado pelos moldes do programa PROEJA, nem a partir das discussões de autores como Marise Ramos e Maria Ciavatta, entre outros. Esses currículos podem ser considerados apenas subseqüentes, uma vez que embora o aluno seja aprovado no processo seletivo para um curso de o ensino médio integrado à educação técnica profissionalizante, sua formação profissional só irá acontecer após os dois anos iniciais de formação básica.

Diante dessas questões podemos concluir que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a educação integrada seja realmente implantada nos cursos de PROEJA do Campus Vitória do IFES. Considerando que este é um projeto recente e que sua perspectiva é a perenidade, através da institucionalização dessa integração como parte efetiva da educação de jovens e adultos, é possível que os percalços encontrados nessa integração sejam superados. Para que isso ocorra, entretanto, é preciso que todos os envolvidos nos cursos de PROEJA estejam dispostos a repensar suas práticas e teóricas educacionais. Não é possível discutir educação integrada dentro de apenas uma área de ensino, como a História. Não é possível fazer uma educação integrada apenas a partir das disciplinas de conhecimento geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Leonardo Polese. *O estado da arte do Programa de Pós graduação Proeja Ifes 2007/2009*. 2010. 116 f. TCCP (Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada à Educação Básica de Jovens e Adultos). Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000006/00000616.pdf> . Acesso em: 30/03/2010.

BRASIL. *Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em : <http://www.andes.org.br/imprensa/Uploads/DECRETO%205154.pdf>. Acesso em 20/08/2010.

_____. *Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em 20/08/2010.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2000.

_____. *PROEJA: programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2007.

_____. *Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de Julho de 2000*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> Acesso em 20/08/2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

DEUS, Fábio Gomes de. *Estudo do currículo de História para a integração ao PROEJA/IFES/Campus Vitória. 2009*. 2009. 58 f. TCCP (Especialização em Educação

Profissional Técnica Integrada à Educação Básica de Jovens e Adultos). Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MOURA, Bruno dos Santos Prado et all. Proposta de ensino de História para o PROEJA. Vitória: CEFETES, 2008.

NOGUERIA, Renata Coelho & ANJOS, Welington Batista dos. O reconhecimento do cotidiano das camadas populares: estratégias de negociações no processo de formação continuada de professores de História que atual no PROEJA/CEFETES/VITÓRIA. . 2007. 125 f. TCCP (Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada à Educação Básica de Jovens e Adultos). Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFETES, Vitória, 2007.

SANTOS, Marco Antônio Campos Dall'orto. Opção didática para o ensino de História no PROEJA integrado ao ensino médio. 2007. 96 f. TCCP (Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada à Educação Básica de Jovens e Adultos). Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFETES, Vitória, 2007

SOUZA, Flávia Cândida do Nascimento de. O ensino de história ano PROEJA/IFES – Campus Vitória. 2010. 89f. TCCP (Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada à Educação Básica de Jovens e Adultos). Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000007/000007AD.pdf>
Acesso em: 30/03/2011.

MÍDIA NA PRÁTICA DE HISTÓRIA: ENSINO E SABERES

Jocyléia Santana dos SANTOS

jocyleiasantana@gmail.com

Maria Barros MEDEIROS

RESUMO: A pesquisa analisa a percurso do ensino de história e o uso da televisão como meio para o ensino da história. Evidencia-se neste trabalho que a televisão é ferramenta educacional que faz parte do cotidiano infantil. Cabe ao professor mediar esta linguagem de maneira que as crianças possam entendê-la com visão crítica.

PALAVRAS CHAVE: mídia; pratica de história; educação

ABSTRACT: The research examines the course of history teaching and the use of television as a medium for teaching work history. In this television is an educational tool that is part of the everyday child. The teacher has to mediate this language so that children Can Understand It with the critical vision.

KEYWORDS: media; practice of history; education

1. Do Sagrado....

A educação é um processo prolongado e muito criticado, mas ao mesmo tempo almejado pela sociedade como meio de entender o mundo no qual estamos envolvidos nas mais diversas relações: com os próprios homens e com a natureza.

E, para desmistificarmos este universo faz se necessário a busca de conhecimentos que favoreçam compreensão de enigmas que são postos na sociedade como *verdades únicas*. Sendo a história uma disciplina da educação é essencial que compreendamos o seu processo desde sua inserção nos currículos escolares.

A partir da constituição do Estado brasileiro, a História tem sido um conteúdo presente no currículo da escola elementar. No Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, a primeira lei sobre a instrução nacional do Império do Brasil, estabelecia que “os professores ensinariam a ler, a escrever, as quatro operações de aritmética (...), a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo, para o ensino da leitura, a Constituição do Império e História do Brasil (BRASIL, 2000, p. 19).

Já na sua primeira instituição podemos detectar os primeiros problemas, que essa disciplina iria enfrentar, pois neste período a educação era para poucos e com conteúdos restritos. Percebe-se o desinteresse político em assegurar o ensino de qualidade e a presença do preconceito entre os sexos e religiões eram explícitos, favorecendo os indivíduos do sexo masculino em detrimento do sexo feminino. De acordo PCN (2000, p.29).

A História pode ser estudada, assim, como sendo dependente do destino de poucos homens, de ações isoladas e de vontades individuais de poderosos, em que pouco se percebe a dimensão das ações coletivas, das lutas por mudanças ou do poder exercido por grupos sociais em favor das permanências nos costumes ou nas divisões do trabalho.

O ensino repassado dentro dos critérios de seleção eleva uns e exclui outros sujeitos, e nega sua legitimidade, uma vez que impossibilita e desestimula os mesmos de lutarem contra as imposições, dando a entender que a sociedade é imutável e nada têm a fazer para que haja transformações.

Podemos começar a observar essas imposições logo no início quando se determina como conteúdo de história, a história sagrada contada do ponto de vista da igreja católica. Assim, afirma-se o PCN (1997, p.19).

A História a ser ensinada compreendia História Civil articulada à História Sagrada; enquanto esta se utilizava do conhecimento histórico como catequese, um instrumento de aprender a moral cristã, aquela o utilizava para pretextos cívicos. (...) No período do Império prevaleceu a presença do ensino religioso no currículo escolar das escolas de primeiras letras e no nível secundário, visando dar legitimidade à aliança estabelecida entre o Estado e a Igreja.

A preferência por ressaltar apenas uma religião é considerada um ato discriminatório e de imposição, pois era normatizado por meio da Lei, não dando abertura aos sujeitos a possibilidade de rever outras fontes de conteúdos, como se a sociedade aderisse a uma única religião; o da igreja católica. PCN (2001, p.40).

Os conteúdos de ensino correspondem aos conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações passadas como verdades acabadas, e, embora a escola vise à preparação para a vida, não busca estabelecer relação entre os conteúdos

que se ensinam e os interesses dos alunos, tampouco entre esses e os problemas reais que afetam a sociedade.

O ensino nesta perspectiva, pouco contribuiu para o avanço na formação do aluno nos seus aspectos cognitivos. As histórias contadas muitas vezes, não eram vinculadas ao seu mundo concreto não fazendo parte da sua cultura. (CHAUÍ, 2009, p.255) ressalta que:

Embora a narrativa sagrada seja uma explicação para a ordem natural e humana, ela não se dirige ao intelecto dos crentes (não é filosofia nem ciência), mas se endereça ao coração deles. Desperta emoções e sentimentos – admiração, espanto, medo, esperança, amor e ódio. (...) A religião é crença, e não saber.

Portanto, o conteúdo do ensino história era voltada para o sagrado não estimulando a reflexão e a crítica, mas sim, a passividade dos sujeitos. E dessa passividade formou-se uma cultura ou uma sociedade pouco questionadora.

(...) as nações não nasce, mas se fazem. São mesmo impensáveis, se não o forem como produto do poder político, moderno ou não, e forjam-se com os instrumentos à sua disposição. O principal instrumento desse processo é a escola, que serve para estender à massa da população o que sem ela não seria nada mais do que a cultura da elite, ou de uma elite (que por sua vez, pode ser constituída por classe social, mas também por uma casta guerreira, uma aristocracia proprietária de terras ou uma burocracia uma política ou religiosa). (ENGUIA, 2004, p.46)

O ensino de história trouxe em sua trajetória variadas reformulações e nem por isso chegou-se há um consenso sobre o que se ensinar.

2. Ao profano....

Quando falamos nas reformulações surgem diversas perguntas: a transformação não é positiva para o ensino? Seria, se o ensino de história tivesse passado por mudanças que aproximassem a realidade dos sujeitos que buscam de entender a história geral e suas próprias histórias. O PCN do ano 2000 na página 20 historia que:

No final da década de 1870 foram feitas novas reformulações dos currículos das escolas primárias visando criar um programa de História Profana mais extenso e

eliminar a História Sagrada. Tal fato traduzia a atmosfera das discussões sobre o fim da escravidão, a transformação do regime político do Império para a República e a retomada dos debates sobre o ensino laico, visando dessa vez a separação entre o Estado e a Igreja Católica e sua ampliação para outros segmentos sociais.

Observa-se que há mais de um século, o ensino de história vem sendo criticado e reelaborado no que diz respeito às mudanças no currículo, contudo na prática a consolidação desse currículo não se efetivou em função das condições políticas e ideológicas adotadas em nossa sociedade. Reafirma o PCN (2000, p.20)

Se do ponto de vista do programa curricular a História no Império dividiu-se entre a História Profana e a História Sagrada, o mesmo não se poderia afirmar sobre a história ensinada. A precariedade das escolas elementares indicava que entre as propostas de ensino e sua efetivação na sala de aula existiu sempre um hiato.

Nesta dimensão podemos deduzir que não havia nenhum interesse em regulamentar, ou seja, concretizar uma aprendizagem que fosse significativa e compreensível em relação a esse ensino. O ensino da História sagrada fazia parte da doutrina religiosa e era mais difundido do que a História profana ou laica, mesmo após o advento da República e a separação entre Igreja Católica e Estado.

Significa que não houve uma desvinculação da doutrina em relação a esse ensino, mas apenas uma “maquiagem superficial” no intuito de disfarçar o que de fato se realizava. Ainda Bittencourt evoca :

Com introdução do regime político republicano e do direito de voto para os alfabetizados as políticas educacionais procuravam proporcionar a escolarização para um contingente social mais amplo, e novos programas curriculares buscavam sedimentar uma identidade nacional, (...) O ensino de História na escola primária precisava integrar setores sociais anteriormente marginalizados (...) sem, contudo, incluir nos programas curriculares a participação deles na construção da Nação. (BITTENCOURT, 2004, p.64)

Interpreta-se que a concepção de inclusão da classe popular se restringia ao fator de integração, todavia, a participação na construção da Nação era inadmissível. Nota-se que a exclusão predominava fortemente, e as reivindicações não apareciam:

Para a maioria dos educadores que concordavam com a escolarização das classes populares, a História a ser ensinada (...) aos trabalhadores livres que emergiam em substituição aos escravos deveria inculcar (...) valores para a preservação da ordem, da obediência à hierarquia, de modo que a Nação pudesse chegar ao progresso, modernizando-se segundo o modelo dos países europeus. (BITTENCOURT, 2004, p.65)

As evidências apresentadas a partir da autora demonstram um ensino de História desenraizado de sua cultura, ou seja, distanciado das classes menos favorecidas. Visualizar a cultura européia naquele período não era tão fácil, tendo em vista as dificuldades de acesso e há carência de materiais pedagógicos.

A valorização do modelo cultural da Europa contribuiu de certa forma para uma formação cultural comprometida com o coletivo. Embora tenham ocorrido todos esses fatores em relação ao ensino de história um dos objetivos centrais do ensino de história, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades. (...) A constituição de identidades associa-se à formação de cidadania, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular. (BITTENCOURT, 2004, p.121)

É nesta perspectiva que surge os PCNs como elemento catalisador, descentralizando o ensino, de forma que cada cultura tenha oportunidade de conhecer suas próprias raízes e intervir nela de acordo com as suas potencialidades e necessidades. Essa vertente é apresentada pelo PCN como os eixos temáticos, permitindo a escola adequar às matrizes curriculares as condições locais no sentido de aproximar da realidade do aluno o objeto de estudo. Nesta mesma dimensão a Lei de Diretrizes e Bases da educação também respalda no artigo 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigidas pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Evidenciamos que há abertura para escolas trabalhar tais conteúdos, contudo, não se percebe o fortalecimento de condições materiais apropriadas para o professor desenvolver estas ações estratégicas. Essas contradições engendram empatia, discursos vazios em que os professores ficam com uma postura negativa diante dos alunos, e, por conseguinte, os próprios professores perdem sua auto-estima, uma vez que descobrem a impossibilidade de oferecer as condições de ensino apropriadas a seus alunos.

Nesses antagonismos é que se percebe como o termo cidadania se descaracteriza em sua definição. Segundo (RODRIGUES, 2001, p.236):

Cidadania é um atributo aplicado ao cidadão e, mais importante ainda: recebe sua legitimidade na ação educativa. A educação cumpre esse papel ao dotar os educando de instrumentos que lhes são necessários e pertinentes. (...) organização e distribuição de conhecimento e habilidades disponíveis num certo momento histórico, preparação para o trabalho, acesso ao desenvolvimento tecnológico, participação crítica na vida política.

Efetivar um ensino dentro das normatizações em que se prevalece o exercício da cidadania não parece tarefa fácil. Há uma contínua necessidade de ensino, reflexão, capacitação dos alunos sobre esta realidade. Embora as condições estejam asseguradas nas Leis (CF e LDB); no caput do artigo 205 da Constituição Federal de 1988 e posteriormente no artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde se institui que uma das funções da educação é preparar o sujeito para o exercício da cidadania.

Hoje, a história oral é uma possibilidade metodológica para o ensino de história, do exercício da cidadania e da consciência crítica.

A História Oral possibilita que indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos, deixando registros para análises futuras de sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem. (Cassab e Reischeinsky 2004, p.12)

Enguita também tem a seguinte opinião relacionada à disciplina do ensino de história (ENGUITA, 2004, p.47):

O papel da história é assinalar, até que não reste nenhum tipo de dúvida, a singularidade do povo escolhido, suas raízes desaparecidas nas profundezas da tradição, sua interna vontade de unidade interior e liberdade de exterior, seu passado comum como prenúncio de um destino comum, as essências inesgotáveis de sua gente simples, a invejável beleza de suas paisagens, as incomparáveis façanhas de seus heróis, os sofrimentos sem par de seus mártires, a grande sensibilidade de seus artistas e as palavras inigualáveis de seus literatos.

A partir da afirmação de Enguita fica evidente que o ensino de história é fundamental para a formação de uma sociedade menos alienada, pois esse ensino possibilita que o cidadão conheça e compare os determinados períodos históricos da humanidade.

3. Ensino de História e TV

Trazer para a sala de aula os estímulos que o mundo extraclasse oferece e trabalhar estes conteúdos no cotidiano do processo de ensino aprendizagem é um desafio para o professor de pedagogia da contemporaneidade. A associação entre o prazer, conhecimento e a articulação do discurso pedagógico podem ser os responsáveis pelo sucesso e/ou não da aprendizagem. Vale mencionar que o conceito de aprendizagem não se limita apenas ao sentido cognitivo, mas ao sentido de referir-se à transmissão de modelos e de valores.

Quantos elementos compõem o cotidiano deste aluno, quais são seus referenciais e como transformá-los em conteúdos da disciplina? A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea essencialmente quando falamos de significados e escolhas dentro do cotidiano. Daí a dificuldade em construir práticas pedagógicas que satisfaçam todos os alunos em sala de aula. Por outro lado, seria prático para o professor apenas repetir o conteúdo do livro didático em todas as turmas impedindo o surgimento de discussões ideológicas e teóricas que determinam a produção do conhecimento. Por vezes, nem o próprio professor percebe que existem outros caminhos a seguir além daquele que está habituado.

Um dos elementos constitutivos do dia-a-dia temos a memória. A memória é um elemento fundamental na construção da identidade social, registrando a participação humana na conduta do processo histórico. A memória tanto pode ser coletiva quanto individual. Ela determina algumas escolhas que fazemos em nosso cotidiano. Para professores de história é imprescindível dar uma importância especial às diferenças entre as sociedades de memória essencialmente oral, memória essencialmente escrita e memória essencialmente midiaticizada.

Na dinâmica da sociedade contemporânea existe uma quantidade infinita de informações e mensagens que bombardeiam constantemente nosso cérebro, tornando há possibilidade de reflexão e compreensão destes sinais quase impossível. Um dos elementos presentes no cotidiano do aluno e da sociedade estão os *mass media ou seja*, meios de comunicação de massa tais como a televisão, o rádio, a imprensa e outros. A televisão passou a exercer forte influência sobre as relações familiares e social sendo presente em maior ou menor grau no cotidiano da população. Hoje, é difícil imaginar como seria o mundo se ela não existisse.

Habitadas à TV desde a infância, as novas gerações cresceram e crescem em um ambiente muito distinto daquele que cercava as crianças da primeira metade do século XIX e XX. A principal diferença encontra-se na maneira de brincar e de apreender a realidade circundante. Antes da TV havia mais tempo para o convívio com pais, parentes e amigos, assim como para atividades solitárias como a leitura. Hoje, estima-se que as crianças dediquem em média quase a metade do seu período de vigília à televisão. Assim, na sociedade brasileira contemporânea, os meios de comunicação de massa têm se tornado, cada vez mais, uma poderosa fonte de informação do cidadão comum, complementando e, por vezes até substituindo a escola.

Em decorrência destes fatores alguns alunos chegam à sala de aula com conceitos e preconceitos advindos de uma formação televisão acrítica. À medida que pensamos na formação de um projeto de vida, diversos fatores contribuem expressivamente para a formação da identidade, dos valores, dos sonhos e das ambições. A formação familiar, a escola, a interatividade com os amigos, as influências da sociedade e os *mass media* colaboram e interferem nesta outra concepção de mundo e de sociedade.

Devido a seu poder de penetração e de formação de opinião, a televisão deve ser entendida como o principal meio através do qual a maior parte da população tem sobre a realidade passada e presente, além de criar expectativas quanto ao futuro. A televisão alterou aspectos da vida contemporânea entre os quais a família, a educação, o governo, os negócios e a religião. Os programas ficcionais e não-ficcionais modificaram comportamentos e criaram uma nova maneira de ver o mundo e interagir com pessoas, personagens e eventos históricos.

Pensar historicamente no ensino de História é dedicar-se ao estudo das formas e dos processos pelos quais são constantemente feitas e refeitas as múltiplas consciências da história ao longo do tempo. Para (CERRI, 2002), este comportamento contribui para uma ampliação do campo, incluindo também os processos educativos que ocorrem através dos meios de comunicação de massa. Ele ainda considera que este é um dos desafios contemporâneos para esta área da pesquisa em Educação, na medida em que este novo século parece indicar um crescimento do papel das diversas mídias na formação educacional dos cidadãos, ocupando espaços cada vez maiores dentro e fora da escola.

Como construir uma ponte entre o ensino de história e a televisão? Esta é a pergunta a ser respondida. Uma das funções da disciplina história é tornar o indivíduo consciente de seu pertencimento ao mundo e de sua importância como ator desta construção histórica que é a sociedade humana. Para isso é fundamental a compreensão do espaço e do tempo a sua volta. Ser capaz de construir a diferença entre o real e o imaginário, entre fato e ficção. O discurso é

algo fabricado no contexto social que pode e deve ser ensinado para que o indivíduo consciente tenha percepção crítica da realidade que o rodeia.

O professor de História é um conscientizador que trabalha constantemente com a realidade transpondo-a para o universo do aluno. A discussão sobre o ensino deve partir então, do pressuposto da mudança, nossos esforços devem ser na busca de construirmos novas concepções sobre ensino e aprendizagem. Se pretendermos mudar algo na prática cotidiana, precisamos ir repensando as concepções que estão por trás delas.

Segundo (ZAMBONI, 1998), o mundo contemporâneo se define pela expansão das relações virtuais em inúmeras instâncias sociais, redimensionando, conseqüentemente, as categorias espaço e tempo, relações sociais e cultura. O tempo e o espaço estão em constantes transformações, onde o espaço é cada vez menor, o tempo cada vez mais veloz, sendo a sociedade composta de uma rede de relações interpessoais.

Estas formas de interpretação da realidade são confrontadas na sala de aula, na relação professor e aluno no processo de produção do conhecimento. Se pensarmos que a essência do conhecimento histórico são as ações humanas repletas de emoção, de sensibilidades, de contradições traduzidas no fato histórico, estamos entendendo que a compreensão do fato histórico pode ser construída pela gama de recursos midiáticos que cercam o indivíduo, pois é justamente na sensibilidade e na emoção que eles atuam estrategicamente, entre eles, a televisão. Para (ZAMBONI, 1998) existem inúmeras linguagens que constroem uma gama infinita de representações utilizadas em sala de aula e que são diretamente voltadas para a produção e compreensão do conhecimento histórico característica de uma sociedade imagética caracterizada pela comunicação de massa, pela força das imagens produzidas para e pela televisão.

O perfil comercial das mídias faz com que tudo seja transformado em espetáculo, o objetivo é audiência e não compreensão. Assim, todo o conteúdo pode ser transformado em entretenimento, o espetáculo é o meio, o “ibope” é o fim. Todos esses processos representativos são de mão única, isto é, temos diante da televisão uma atitude passiva, sem diálogo, impossibilitando uma reflexão.

Incorporar o material da televisão como fonte de aprendizagem é um dos principais problemas a serem pensados na escola. Não nos prendamos a conceitos apocalípticos com características escapistas e alienantes, consideremos também a capacidade de ampliação dos sentidos e da aprendizagem. O mundo construído pela televisão, mais precisamente pelos telejornais, se tornou muito pequeno e simples, ou seja, os fatos existem e deixam de existir, como num passe de mágica, aí se encontra o perigo.

O telejornal é um gênero televisual, geralmente diário que apresenta os fatos considerados mais significativos do mundo, do país, da região ou cidade. Considerado o tópico mais difícil de ser analisado, em função de seu caráter mediador entre os fatos e o público telespectador, o telejornal está sempre envolvido com problemas ético-profissionais relacionados à escolha e a interpretação das notícias.

Historicamente é necessário compreendermos o fato e analisarmos a versão. Na versão televisiva dos telejornais, os eventos surgem para os espectadores interpretados em matérias feitas pelo repórter. Portanto, como a memória guarda ou perde os eventos, devemos analisá-los juntamente com nossos alunos em sala de aula.

4. Televisão e sociedade

As tecnologias estão presentes em nosso cotidiano não apenas em forma de suportes, mas de cultura. Estas ampliam nossa visão de mundo, modificam as linguagens e propõem novos padrões éticos e novas maneiras de aprender a realidade, conseqüentemente, a escola, seus dirigentes e professores devem discutir e compreender seu papel nos processos de ensino e aprendizagem. Um dos grandes desafios educativos da televisão está na qualidade de educação oferecida para atender as demandas culturais e educativas da sociedade.

A mercantilização das relações sociais é fruto do pensamento capitalista dominante em nossa sociedade, influenciando na organização da realidade e na forma de interagirmos com ela.

Todas as relações sociais passam a ser organizadas segundo essa lógica básica. Em uma sociedade midiaticizada este redimensionamento atinge toda a estrutura comunicacional envolvida, incluindo a televisão. A televisão significa para o homem comum de nosso tempo a única possibilidade de participação num tempo histórico e acesso há várias experiências da realidade, informação e comunicação.

A televisão foi implantada no Brasil no início dos anos 50 do século passado, diferentemente de outros países nasceu como uma empresa privada e de caráter comercial. No início restrito há poucos brasileiros, hoje é partilhada por toda a população.

Entretanto, os grupos que controlam o meio agem de acordo com seus interesses, ignorando os interesses públicos determinados pela Constituição Federal. Todos estes aspectos refletem a organização, programação, produção e decodificação das mensagens televisivas.

Na sociedade contemporânea a televisão ocupa um lugar de destaque, com sua agilidade, força e modernidade, produzindo com competência uma programação que privilegia diferentes linguagens, apelando para os sentidos e para a sensibilidade humana.

A televisão utiliza as linguagens visual, oral, musical e escrita, entre outras, ora combinando, ora integrando, segundo (MORAN, 2000), buscando construir elementos que se adaptam à sensibilidade do homem moderno.

Um número incalculável de fatos e acontecimentos ocorre a todo o momento. [...] nós vivemos, diretamente, um número extremamente reduzido desses fatos, desses acontecimentos. E mesmo os que vivemos, apreendem sempre com as mediações que nos são inculcadas pela nossa cultura, sobretudo através da linguagem verbal. Os outros fatos e acontecimentos nos chegam através de relatos, quer de pessoas que deles participaram, quer – e principalmente – dos meios de comunicação (jornal, televisão, rádio, agências de notícias), que introduzem suas próprias mediações.

A ausência de um aprofundamento maior sobre os temas apresentados e o dinamismo com que as mensagens são transmitidas acaba por exigir pouco esforço e envolvimento do receptor da mensagem inibindo a possibilidade de distinção do real e fictício.

A relação ensino de história e televisão se faz presente quando percebemos no relato dos fatos televisivos a dificuldade de julgamento do telespectador (aluno) que obtém muitas informações através dos programas de auditório, jornais e novelas, mas não compreende criticamente os fatos relatados e analisados.

Uma das funções da comunicação social é educar a população quanto ao modo de viver em sociedade. A televisão é um dos meios que cumpre esse papel na sociedade atual. A escola, como uma instituição social, tem a função de ensinar às crianças e jovens os códigos da linguagem e as prepara para viver em sociedade. Portanto, a TV e a escola têm pontos em comum que não devem ser ignorados.

A formação de um cidadão crítico sempre foi um dos pilares do processo educacional. O debate, na verdade, se dá em torno da responsabilidade por esta formação. A escola, que por muito tempo teve a honra desta primazia, não está mais sozinha nesta empreitada. A televisão, em nossa sociedade compartilha escola e com a família o processo educacional. Por vezes, leva alguma vantagem, em virtude da utilização de uma linguagem mais ágil e de sua maior integração com o cotidiano.

A possibilidade de reelaboração do processo histórico está estreitamente relacionada com as informações que recebemos, seja através da palavra oral ou escrita, seja através das

imagens em forma de signos e símbolos. É desta forma que a realidade nos é apresentada, numa seqüência ou numa reconfiguração contínua.

Para BACCEGA, 1993, p.52-33) hoje essa realidade é atravessada pela presença dos meios de comunicação que mostram às pessoas os fatos já editados, redesenhados, como se fossem a realidade.

Os meios de comunicação nos apresentam o mundo em que vivemos. A janela da televisão tem vista panorâmica para o planeta e além dele também, a grande jogada é saber descortiná-la. Trata-se, portanto, de um mundo editado, no qual vivem os cidadãos. A realidade editada compõe a cultura na qual todos nós formamos.

As novelas, os programas de auditório têm presença e audiência garantidas na programação da televisão, consistindo num tipo especial de informações. Sua substância de conteúdo são informações sobre acontecimentos políticos, sociais, culturais, administrativos e outros, cujo âmbito pode ser local, nacional e mundial, selecionados como relevantes para compreensão do cotidiano. A seleção das informações a serem veiculadas, bem como as formas de estruturação desse material informativo são opções estratégicas que consideram as lógicas mercadológicas, tecnológicas e discursivas: ao determinar o grau de noticiabilidade dessas informações, bem como sua adequação a certos gêneros e formatos, a televisão manifesta seus interesse institucionais.

Quais acontecimentos do mundo e como devem ser noticiados cabe a ela decidir, e, é nesse sentido que se fala que a televisão “pauta o real”. Ao promoverem o acontecimento na sua narrativa e ao transformar atores sociais em acontecimentos discursivos, estão fazendo emergir uma verdade que é discursiva, chocando-se com a verdade dos fatos.

O telejornalismo pretende informar sobre a realidade. Porém o faz de forma parcial, muitas vezes mostrando apenas um lado da questão e omitindo outros ângulos sobre o tema abordado. Priorizam catástrofes, mortes, crimes diversos, guerras, escândalos e corrupção em detrimento de eventos positivos. O telejornalismo que vemos na TV brasileira deixa de lado o jornalismo de serviço voltado para a cidadania. Para (AZEVEDO,2003) em razão do fato da audiência a esse tipo de telejornalismo ser grande, é responsabilidade dos educadores refletirem sobre a influência disso na formação da cidadania, pois a linguagem fragmentada do telejornalismo não é adequada para crianças e jovens que acabam por assimilá-los de forma distorcida.

A grandiosidade do apoio tecnológico garante uma grande quantidade de informação, imprimindo um ritmo frenético a todas as instâncias do então denominado meio social, de

forma a criar uma dinâmica que exige hábitos, padrões, e uma diferente percepção do mundo que cerca a vida e compõe a ação docente.

Na definição dos fatos históricos, aqueles que serão lembrados constituem parte da memória de uma sociedade. Essa força atribuída ao telejornal esta intrinsecamente ligada à maneira em que se dá a construção da notícia, não nos esqueçamos que a mídia não apenas registra os fatos, mas têm o poder de criá-lo e recriá-lo.

O conteúdo de História é representado não pelo passado, mas pelo tempo e suas possibilidades de análise capazes de nos fazer compreender o movimento das sociedades, de compreender seus mecanismos, reconstituir seus processos e comparar suas evoluções.

Toda a atitude do professor em sala de aula depende essencialmente de dois pontos: primeiramente como o professor encara a processo de ensino/aprendizagem, e de sua concepção de história.

O papel do professor de História não se limita ao conteúdo de sua disciplina, levando-o à condição de mestre e de aprendiz, mas como também interpreta o mundo a partir de suas concepções. O quadro não deixa de existir, sendo um dos principais recursos do professor, as provas continuam a ser cobradas e o livro didático permanece como ferramenta de aprendizado, mas o conhecimento, pela dinâmica transdisciplinar característica da contemporaneidade, não se limita a esses elementos.

A formação de cidadãos críticos se completa com a necessidade de profissionais que se pensem como produtores do saber e não meros aplicadores de fórmulas prontas, produzidas em outros lugares institucionais.

Compreende-se a necessidade de certa desterritorialização do espaço de aprendizado, visto que, além da aula expositiva e das atividades em sala de aula, aprende-se e ensina-se História em todos os lugares e utilizando os mais variados meios: visitas a museus ou exposições de arte, através do uso de vídeo, por uma pesquisa ou um programa em multimídia, através de leituras de revistas e jornais, também pela televisão e seu conteúdo, etc. Práticas que se tornaram cada vez mais comuns no cotidiano das aulas de História em nossas escolas.

Como parte de um processo amplo de renovação curricular, o ensino de História vêm passando por reformulações que incluem a rediscussão dos objetivos para o ensino. Afirma-se que o ensino de História deve dar ao aluno condições de refletir sobre os acontecimentos do presente, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos políticos, econômicos e culturais. O estudo da História deve também

possibilitar ao indivíduo libertar-se do tempo presente e do imobilismo que o prende diante dos acontecimentos.

Um dos elementos trazidos pelos PCNs na tentativa de se atingir tais objetivos foi a utilização de eixos temáticos para a organização do ensino desta disciplina no ensino fundamental. Para o Ensino Médio, foram produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM). A nova organização curricular deste nível do ensino foi proposta por áreas de conhecimento, com o objetivo de, segundo os documentos oficiais, facilitar o desenvolvimento dos conteúdos. Dentro dela, a disciplina de História esta integrada a área das Ciências Humanas e suas correlatas.

Para (HOLFLING, 2003) o ensino de história deve estar vinculado à vivência do aluno; a informação deve provocar no aluno o questionamento, a crítica, quando pronta e acabada gera no aluno a passividade com relação ao saber e o distancia do processo histórico. Para que ele seja participante na sociedade é fundamental que entenda os processos de produção do conhecimento.

Porém, o que é apresentado aos alunos “são conteúdos já cristalizados no ensino da história e que parecem muito distantes da realidade imediata por eles vivida”. Os alunos necessitam e pedem uma história mais próxima de seu presente, com a realidade mais concreta que está próxima dele. A história pronta, além de seu tempo, não faz o aluno refletir, cabe apenas aceitar e consumir.

Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo (FREIRE, 1996) ressalta que "o educador que 'castra' a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica. A autonomia, a dignidade e a identidade do educando tem que ser respeitados, caso contrário, o ensino tornar-se-á inautêntico, palavreado vazio e inoperante. E isto só é possível tendo em conta os conhecimentos adquiridos de experiência ou na infância, na adolescência e na idade adulta feitos pelas crianças e adultos.

Ensinar História consiste em dar sentido à prática pedagógica cotidiana, buscando construir uma escola-cidadã. Não esqueçamos, a escola é reprodutora, uma vez que utiliza determinados conhecimentos produzidos e acumulados pelo mundo científico, mas também é transformadora, pois promove uma apropriação crítica desse mesmo conhecimento tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Porém, a construção desta alma crítica não significa, na essência, levar alunos a determinadas posições ideológicas, mas capacitá-los a discernir as várias linhas e correntes de interpretações que permeiam os fatos históricos, e suas contextualizações, permitindo-os

realizar suas escolhas políticas, sociais, econômicas e culturais. Entretanto devem-se respeitar os métodos e os instrumentos da ciência histórica. Assim, o estudo de documentos e as várias interpretações, suscitadas pela História, são pontos fundamentais no estudo dessa disciplina.

A princípio, qualquer estudo de História deveria começar pela situação atual do mundo, do país, do estado ou da cidade, a partir de noticiários televisivos, pesquisa em jornais, revistas, livros didáticos e para-didáticos, filmes históricos, entrevistas com membros de determinados segmentos sociais, de acordo com a localização e possibilidades de cada escola.

Considera-se, então, que o ensino de História envolve relações e compromissos com o conhecimento sócio-histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e “com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive”.

5. Concluindo...

O processo de ensino aprendizagem pode ser definido como um conjunto de ações e estratégias que o sujeito/educando, sendo individual ou coletivamente, realiza, apoiado na gestão facilitadora e orientadora do professor, para atingir os objetivos propostos pelo plano e formação. O processo de ensino-aprendizagem pode desenvolver-se na maneira presencial, não presencial ou mista, utilizando de ambientes educacionais tais como escolas, centros de formação, empresas, outros. Além disto, o processo de ensino-aprendizagem tem o educando como foco, enfatizando tanto o método quanto o conteúdo. Compreende a organização do ambiente educativo, a motivação dos participantes, a definição do plano de formação, o desenvolvimento das atividades de aprendizagem e a avaliação do processo e do produto.

Na concepção do professor Samuel Netto (2005), a aprendizagem consiste num processo muito complexo e de variáveis múltiplas. Estas variáveis se combinam de diversos modos, sempre sujeitas a influências internas e externas, individuais e sociais.

A palavra aprender tem origem distante. Já na Idade Média significava fixar na mente ou na memória, conhecer. Para o autor é pela aprendizagem que entendemos e aprendemos bem e cedo, o que nos é passado, escrita ou oralmente. Onde nos apropriamos do que nos é demonstrado.

W.S. Hunter, em 1929, afirmava que a aprendizagem podia ser percebida sempre que ocorresse uma mudança de comportamento ou nota-se uma repetição de uma situação estimulante.

Em 1940, Lourenço Filho propôs a idéia de que a aprendizagem consistia num processo de modificação do comportamento, pela experiência, com um sentido de adaptação progressiva, ou de valor positivo na integração de todo organismo

Já W. H. Thorpe, em meados dos anos 50, definia aprendizagem como um processo que se apresenta através de alterações adaptadoras no comportamento do individuo, como resultado de experiência.

Para O'Connor (1968), ocorre aprendizagem quando as informações provenientes do mundo externo e, transmitidas pelo sistema nervoso causam uma mudança mais ou menos permanente no comportamento futuro.

A aprendizagem, segundo R. C. Bolles consiste na assimilação de informação a respeito de regularidades no ambiente. A aprendizagem pode ser definida como um processo de construção e de assimilação de uma nova resposta, no sentido de uma progressão de ajustamento do comportamento quer ao ambiente, quer ao projeto que o interessado tem em vista.

Na década de 1980, W. H. Thorpe reescrevia seu conceito afirmando que a aprendizagem é a organização do comportamento como resultado da experiência individual. Tem geralmente o caráter de adaptação e é encarada como algo que perdura por um tempo relativamente longo.

Habilidades para a vida, alfabetização e domínio das operações numéricas básicas são as competências básicas para o aprendizado, formando a base dos objetivos da educação. Porém, outros fatores interferem na ocorrência ou não do aprendizado, desde características pessoais, do ambiente familiar e escolar, até questões de acesso e equidade.

Para (SCOZ, 2001), a aprendizagem ocorre na relação entre a objetividade (a realidade, o conhecimento, a lógica, o espaço, o tempo, o intelecto) e a subjetividade (o simbólico, o desejo, as representações, os afetos). Nos processos de ensino/aprendizagem, o simbólico se transmite ao mesmo tempo em que o conhecimento dito "científico", ou seja, a transmissão do conhecimento é também a transmissão de nossas formas de ser e de crer. O conhecimento é produto da atividade e do conhecimento humano marcado social e culturalmente.

Somente com a participação, cooperação e colaboração que uma sociedade pode crescer. Enquanto participamos ativamente com o meio, estamos aprendendo e repassando conhecimentos. A busca constante pelo aprendizado faz com que as pessoas construam seus conhecimentos de forma interativa com o meio.

Piaget destaca três pontos que devem ser considerados nos aspectos da socialização intelectual da criança para avaliar o trabalho em grupo: o indivíduo fechado no egocentrismo inconsciente, só se descobre quando se aprende a conhecer os outros; a cooperação é necessária para conduzir o indivíduo à objetividade, ao passo que, por si só, o eu permanece prisioneiro de sua perspectiva particular; a cooperação é uma fonte de regras para o pensamento.

A interação social exerce um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo. Cabe ao educador associar aquilo que o aprendiz sabe a uma linguagem culta ou científica para ampliar seus conhecimentos daquele que aprende, de forma a integrá-lo histórica e socialmente no mundo, ou ao menos, integrá-lo intelectualmente no seu espaço vital.

Ainda Vygotsky, nos coloca que a aprendizagem é mais do que a aquisição de capacidades para pensar, é a aquisição de muitas capacidades para pensar sobre várias coisas. Certamente o ato de pensar faz com que a aprendizagem aconteça, mas temos capacidade suficiente para pensar sobre muitas coisas ao mesmo tempo, e construir o conhecimento a partir do ato de pensar.

Segundo (BUSETTO, 2000), a instituição escola e o ensino formal foram criados com a finalidade de preservar, transmitir e desenvolver a cultura letrada, fruto da linguagem verbal e livresca. Atualmente, esta função original da escola encontra sérias dificuldades em ser empreendida em um mundo amplamente tocado e influenciado por linguagens audiovisuais, sobremaneira as geradas pela TV, bem como todo processo de ensino e aprendizagem deve ser interligado às experiências dos sujeitos nele envolvidos.

A televisão é uma democrática janela para o mundo, como apregoam seus defensores, ou um perigoso meio de desvirtuar crianças e jovens, como querem seus críticos? A resposta depende do uso que fizermos dela. Talvez na escola o predomínio seja dos primeiros.

No extremo oposto, destaca Ferrés, aparecem às posturas integradas, segundo as quais a televisão deve ser considerada como uma oportunidade para a “democratização do conhecimento e da cultura, para a ampliação dos sentidos, para a potenciação da aprendizagem. A televisão representa a cultura da opulência e da diversidade, a cultura da liberdade, das opções múltiplas.”

(FERRÉS, 2000) lembra ainda que as atitudes extremistas acabam confluindo, levando a resultados semelhantes. A atitude mais adequada é a aceitação crítica, o equilíbrio entre o otimismo ingênuo e o catastrofismo estéril, um equilíbrio que assuma a ambivalência do meio, as suas possibilidades e limitações, as suas contradições internas.

Educar é colaborar para que professores e alunos transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornarem-se cidadãos realizados e produtivos.

Não é difícil imaginar as tensões e os conflitos que emergem nas relações entre educadores e educandos dentro do processo de ensino e aprendizagem, dado o tamanho descompasso entre a forma e o conteúdo do que se tem oferecido como saber aos educandos e o que eles estão familiarizados e apreciam como elementos de conhecimento e julgamento da vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria Verônica R. *Telejornalismo e educação para cidadania: Uma experiência de Educomunicação*. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem: discurso e ciência*. São Paulo: Moderna, 1998, p. 52-53.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Educação/Comunicação: aproximações*. In: BUCCI, Eugênio (org.). *A TV aos 50 – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

BITTENCOURT apud BARAUSE, Janete de Fátima. *Ensino de história: do currículo proposto aos conteúdos ensinados*. In: <http://www.presidentekennedy.br>

BRASIL, Ministério da educação. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 2002.

BUSETTO, Áureo. Ensino sobre a TV: preâmbulo de uma pesquisa. Disponível em <http://www.unesp.br>

CABRINI, Conceição et al. *O ensino de história: revisão urgente*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CATAPAN, A. Hack. *O processo do trabalho escolar*. In: *Perspectiva*, jul./dez, 1996.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e nação na propaganda do Milagre Econômico*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. Disponível em: www.scielo.br

CHINAPAH, Vinayagum. *Rendimento da aprendizagem: construção de competências*. Autores associados, 2000, p. 10. Col. Educação Contemporânea.

DUARTE, Elizabeth Bastos. *Televisão: ensaios metodológicos*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

- ENGUIITA, Mariano Fernández. *Educar em tempos incertos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FILHO, Ciro Marcondes apud PORTO, Tânia Maria E. *A televisão na escola... Afinal, que pedagogia é esta?* Araraquara: JM Editora, 2000.
- FERRÉS, Joan. *Televisão e Educação*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 7a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOFLING, Maria Arlete Zülzke. *As páginas de história*. Cadernos CEDES, Campinas, v. 23, n. 60, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br>
- LAZAR, Judith. *Mídia e Aprendizagem*. In: *Mediatamente! Televisão, Cultura e Educação*. Secretaria de Educação à Distância. Brasília: MEC, SEED, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2000.
- MORAN, José Manuel, apud PORTO, Tânia Maria E. *A televisão na escola... Afinal, que pedagogia é esta?* Araraquara: JM Editora, 2000.
- MORAN, José Manuel. *Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologia*. In: *Revista Informática na Educação: teoria e prática*. Porto Alegre, vol. 3, n. 1, set/2000. UFRS: Programa de Pós-graduação em Informática na Educação, pág. 137-144
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar a televisão na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003. P.76
- NETTO, Samuel Pfromm. *Psicologia do aprendizado e do ensino*. São Paulo: EPU, 2005.
- NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o ensino de história*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PORTO, Tânia Maria E. *A televisão na escola... Afinal, que pedagogia é esta?* Araraquara: JM Editora, 2000.
- RIZZO, Sérgio. *O poder da telinha*. In: *Revista Nova escola*. Ed 118, dez/1998.
- ROCHA, Ubiratan. *Reconstruindo a história a partir do imaginário do aluno*. In: Nikitiuk, Sônia (org). *Repensando o ensino de história*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRIGUES, Elaine. *Reformando o ensino de história: lições de continuidade*. *História*, Franca, v. 23, n. 1-2. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>.
- SCOZ, Beatriz. *Por uma educação com alma: a objetividade e a subjetividade nos processos de ensino e aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ZAMBONI, Ernesta. *Representações e linguagens no ensino de história*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>

PRÁTICAS E SABERES HISTÓRICOS EM SALA DE AULA: O CORONELISMO EM DEBATE

Rafael Cardoso de MELLO¹

profrcmello@yahoo.com.br

José Faustino de Almeida SANTOS²

prof.faustino@hotmail.com

RESUMO: Trata-se de uma prática desenvolvida com alunos do 9º ano de uma escola particular em Ribeirão Preto/SP, coordenada pelo autor da comunicação e refletida junto ao Grupo ELO (Grupo de Estudos da Localidade-USP/Ribeirão Preto). Tal prática caminhou com o intuito de problematizar a história local a luz do fenômeno "coronelismo" no contexto da Primeira República. Tomando como base as categorias cotidiano e lugar da História e da Geografia, a discussão, o desenvolvimento da prática e os resultados obtidos são alvo de nossa atenção nesta comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Coronelismo, Prática pedagógica, Localidade.

ABSTRACT: This is a practice developed with students in 9th grade in a private school in Ribeirão Preto / SP, coordinated by the author of the communication and reflected by the Group ELO (Group who studies the city - USP / Ribeirão Preto). This practice exists in order to discuss the local history from the phenomenon "Colonelism" in the context of the first Brazilian Republic. Based on the categories of "everyday" and "place" of history and geography, the discussion, the practice development and the results are subject to our attention in this paper.

KEYWORDS: "Colonelism", pedagogical practice, place.

Introdução

Esta apresentação existe no sentido de divulgar uma iniciativa (prática pedagógica) ocorrida no ano passado. Os autores, professores de História sensibilizados com as

¹ ELO / Universidade de São Paulo; CIER / UNESP.

² ELO / Universidade de São Paulo.

possibilidades de ensino de História, desenvolveram esta iniciativa com o auxílio do Grupo ELO – Grupo de Estudos da Localidade, sediado na Universidade de São Paulo/USP – Ribeirão Preto.

A partir de 2009, os membros do ELO, deram início a um novo projeto – “Práticas pedagógicas”. Contentes com o sucesso dos materiais didáticos produzidos pelo grupo (em especial o Atlas Escolar Municipal de Ribeirão Preto), a coordenadora Profa. Dra. Andrea Lastória passou a desenvolver, junto aos membros do grupo, práticas que reforcem não apenas os conteúdos que os PCNs de História e Geografia preconizam, mas sim a postura crítica, a leitura do tempo e do espaço, a partir da realidade dos alunos. Assim, esta prática está inserida em um conjunto de outras práticas de mesma finalidade.

Todas as práticas foram desenvolvidas pelos autores e reconstruídas em grupo por meio das discussões. As reuniões semanais, de duração de duas horas, serviram para que esta prática nascesse. O projeto ainda visa a elaboração de um livro: uma coletânea de práticas que apontam possibilidades de mediar aprendizagens de conteúdos escolares (previstos nos currículos de História e Geografia) que valorizem as categorias **localidade** e **cotidiano** como dito anteriormente.

O título de nossa atividade é “*Comer e votar é só começar*”, elaborada a partir destas preocupações, principalmente quando voltadas para a problemática da cidadania, tema freqüente nos PCNs. Conscientes das dificuldades em se discutir política (em especial, a partidária) nas salas de aula, tentamos compreender de que forma os vários limites educacionais (tanto para o professor quanto para os alunos) interferem na discussão de temas relativos a política / cidadania / eleições em um ambiente de alunos cuja faixa etária gira em torno de 14 anos.

Quanto ao contexto em que esta prática de ensino foi inserida, podemos destacar a campanha eleitoral para os pleitos de deputado estadual e federal, governadores, senadores e Presidente da República do ano de 2010. As aulas desenvolvidas no Colégio “Vita et Pax” (colégio da rede particular do município de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo) juntamente com os alunos do 9º ano (8ª série) ocorreram dia 17 de setembro e 08 de outubro (2010), período em que o horário eleitoral obrigatório tomou a atenção de todos os brasileiros diariamente.

Os objetivos específicos da prática são:

- problematizar o cotidiano a partir da análise de seus aspectos políticos, principalmente nas práticas eleitorais (capacidade necessária para a formação de cidadãos conscientes);

- trazer para a esfera do concreto, o “distante mundo da política”, onde vereadores, prefeitos, governadores e presidentes recebem a atenção da mídia;

- procurar as raízes históricas da política local, cujas referências são percebidas em âmbito regional e nacional, percebendo como o próprio país se construiu a partir de relações distorcidas entre público e o privado, mundo político e desejos pessoais, (“jeitinho” e cordialidade na esfera do poder);

- identificar continuidades e mudanças históricas;

- refletir acerca da participação individual / coletiva no sistema político;

- identificar e analisar as relações de poder na localidade;

- relacionar o coronelismo ribeirãopretano com o nacional;

- comparar as estratégias políticas da Ribeirão Preto “do café” com as formas percebidas atualmente na cidade.

Para dar fim a esta parte introdutória do texto, convém dizer que “Comer e votar é só começar” foi planejada para ser realizada em aproximadamente três horas-aulas e tem sua aplicação no Colégio *Vita et Pax* (Jd. Recreio), cidade de Ribeirão Preto. Os alunos selecionados foram aqueles que compõem o 9º ano A e 9º ano B, pois tais turmas estudam o referido tema. São vários os elementos que auxiliam a escolha: deve-se considerar que o professor responsável pelas turmas e disciplina de História (naquele contexto) é o primeiro autor deste trabalho; o fato de que cada turma ser composta por vinte alunos também é significativo, posto que facilita a prática; as salas possuem todos os recursos necessários para o seu desenvolvimento (data-show para a exibição do Atlas em formato CDRom); e, por último, direção e coordenação da referida escola apóiam a realização e divulgação da prática.

Desenvolvimento

Como planejado em grupo durante as reuniões semanais do ELO, a prática teve início com uma conversa com os alunos acerca da situação da política partidária brasileira. Por meio da questão central “*Como é a política partidária no Brasil?*”, “mapeamos” os conhecimentos dos discentes sobre as diversas problemáticas que tangenciam a política nacional (voto, cidadania, corrupção e outros).

Com uma roda de conversa, os indagamos as seguintes questões:

- “O que é política para você?”

- “O que faz um político?”

- “O que você faz com relação a política da sua cidade, do estado, do país?”

Desde o início, os alunos demonstraram seu desapontamento com as questões políticas nacionais. Tal postura, nos remeteu a várias questões que julgamos importantes ao refletirmos o Ensino de História e Geografia a partir da política partidária; por exemplo: “De onde vem esta postura negativa e pouco interessada?”; “Este discurso revela uma alienação, um desinteresse, uma repetição dos valores vivenciados em casa...?”; “Os próximos eleitores (em 2012 este alunos terão 16 anos) estarão preparados para a futura eleição?”... Independente destas indagações e suas respostas, detectamos uma marca fortíssima no olhar destes alunos (que em partes revela nossa sociedade) em relação à política - a descrença no sistema político partidário brasileiro.

A discussão partiu das impressões que os alunos têm dos processos políticos no Brasil durante a qual eles manifestaram indignação e desilusão com o sistema. Para consolidar as idéias e o conceito de política partidária no Brasil, mas ancorado na localidade de Ribeirão Preto/SP, disponibilizamos dois artigos selecionados do jornal local (*A Cidade*), intitulados “*Vereador é a esperança para realizar sonhos*” e “*Eleitor não pode ‘virar freguês’, alerta vereador*”, publicados em 12 de abril de 2009.

O primeiro artigo (escrito por Ricardo Canaveze) informa que os vereadores ribeirãopretanos colecionam inúmeros pedidos de caráter individualista, medíocre e “clientelista”. O artigo aponta que tal postura não contribui para a melhoria, por exemplo, dos serviços públicos. Já o segundo, assinado pelos jornalistas Canaveze e Simei Moraes, explicita relatos de pedidos esdrúxulos. O artigo finaliza com a análise do professor de pós-graduação em Ciências Políticas, da UFSCar, Marco Antonio Villa, que afirma que tais práticas de trocas de favores remontam à República Velha.

De acordo com o professor Marco Villa (2009) o judiciário deveria intervir nas relações de muitos vereadores que, em diversas regiões do Brasil, abrem ONGs (Organizações não governamentais) para com verba pública, obtidas junto ao executivo, vender facilidades a população em troca de votos. Assim, prefeitos não são incomodados por vereadores, que por sua vez, têm o instrumento necessário para se perpetuarem no poder.

Após a leitura dos artigos, e convidados a se manifestarem, os alunos voltaram a demonstrar indignação e desilusão frente às práticas políticas realizadas cotidianamente. Diante do pessimismo, os docentes possibilitaram, por meio de exemplos, uma reflexão que problematize a política e o cotidiano, ou seja, o quão são fundamentais as decisões políticas em tudo que nos cerca, e conseqüentemente, o quanto precisamos entender e participar de tais escolhas.

Aqui encerramos o primeiro momento da prática. Juntos construímos um conceito de “Política partidária” no Brasil, e valorizando as ações individuais e coletivas, chegamos as responsabilidades que temos, na qualidade de cidadãos, de refletir sobre a política como algo presente em nosso cotidiano.

No momento seguinte, realizado após um breve intervalo, o objetivo foi concatenar a discussão do contexto político atual com o Coronelismo em Ribeirão Preto. Este conteúdo está inserido em diversos momentos do plano de ensino de História do 9º Ano do ensino fundamental da escola onde a prática foi realizada (a saber: a História do Brasil Republicano; a constituição de 1891; o Coronelismo e a República Oligárquica).

Relacionar tais conteúdos com a história da localidade e com o cotidiano vivenciado pelos alunos, significou mais uma vez valorizar a perspectiva dos PCNs. Para tanto, fizemos aula expositiva tendo como base a página do Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Ambiental de Ribeirão Preto intituladas “*Legado dos Coronéis*”.

A referida página (composta por de textos, fotos e música) esclarece as origens de conceitos como a patente da Guarda Nacional (Coronel), e como sugere seu título, aponta qual é o legado dos que comandaram o cenário político ribeirão-pretano e nacional durante a República Velha. Valendo-se da história política de Ribeirão Preto a página chama a atenção para as permanências históricas nos usos e costumes, presentes nas práticas políticas atuais (nepotismo, clientelismo e paternalismo).

De todos os conceitos trabalhados nesta prática, chama-se a atenção para a figura de um “tipo ideal” que foi criado a partir de sua ampla e poderosa rede política e social. Rede construída por meio de certos fatores como: sua influência eleitoral, seu capital (geralmente proveniente de suas próprias propriedades) e de sua presente e efetiva capacidade de manter a “ordem” nas localidades brasileiras (na transição do século XIX para o século XX). A este “tipo ideal” convencionou-se denominar “Coronel”.

É com o Coronel que um regime político complexo foi montado – o Coronelismo. Com a República recém instaurada, as oligarquias cafeeiras gozavam de desejada autonomia. Esta era legitimada pelo voto aberto, defendido pela própria Constituição de 1891. Desta sorte, sendo o voto público, os latifundiários conheciam e manipulavam as escolhas individuais por intermédio de presentes ou de intimidação. Realizava-se assim o controle da eleição, revelador da força política do Coronel. Tal força os fazia “gigantes” no jogo político. Nem sempre o Coronel era o candidato, mas eles agiam muitas vezes, como articuladores, responsáveis pela escolha (ou não) de determinados nomes para os cargos públicos.

Segundo Vitor Nunes Leal (1975), o coronelismo é uma manifestação do poder privado, uma permanência que insistiu em existir frente a um modelo político representativo. O fazendeiro fazia da eleição situação ímpar, posto que angariava prestígio junto a oligarquia enquanto pressionava seus empregados a votar nos seus compadres. Como confirma Maria Janotti (1984), quando salienta que o coronelismo deve ser compreendido como o poder exercido por chefes políticos sobre parcela do eleitorado, sendo ele (o Coronel) possuidor de significativa autoridade e prestígio.

Relações de poder como “apadrinhamento”, expressões do tipo “você sabe com quem está falando”, entre outras características de nosso universo simbólico, se fazem presentes em nossa sociedade contemporânea. Fruto de uma colonização portuguesa de marcas definidas pela exploração e escravidão. Fazer política no Brasil é viver num constante negociar entre as esferas pública e privada, onde o ganho pessoal é norte e o “jeitinho” (disfarçado por um sorriso ou cordialidade) se faz presente como artifício.

Depois de efetuado o aporte relacionado ao conteúdo (já conhecido dos alunos, mas desta vez (re) significado pela localidade e cotidiano), fizemos a proposta de avaliação. Trata-se da produção de vídeos (curta-metragem) feita pelos discentes, (por meios do software *Windows Movie Maker*, os quais eles conhecem e têm domínio), que divididos em quatro grupos produziram um horário eleitoral com candidatos e partidos que eles considerem “ideais”, em outras palavras, que não carreguem os ranços e vícios que eles criticaram desde o início da prática.

O prazo combinado foi de vinte e um dias, para a produção, entrega, apresentação dos vídeos, o que resumidamente foi o plano da terceira e última aula.

Terminado o prazo deu-se a exibição dos vídeos. Os quatro grupos, apesar de dominarem as ferramentas da informática encontraram dificuldades no que se refere às técnicas de filmagem e especialmente na captação do som. Contudo, surpreendendo pela criatividade, os alunos construíram partidos próprios, com idéias diferentes e apresentações únicas.

A duração dos vídeos variaram de um a seis minutos. A exibição se deu em ordem aleatória. Em seguida fizemos a eleição do melhor vídeo/ou candidato.

Cada aluno-eleitor votou (oralmente) em espaço separado (voto-secreto), sentado diante de dois professores, sendo que um anotava o voto e o outro dava orientações que se fizessem necessárias. Depois de votar, o aluno-eleitor tinha que se dirigir para o lado oposto ao qual se encontravam os que ainda iriam votar, ou seja, separamos os que já haviam votado dos que ainda votariam, para evitar confabulações.

Ao dizer qual vídeo escolheu o votante tinha que explicar o motivo de sua escolha. Esta justificativa do voto tinha por objetivo captar o critério de escolha de cada um, já que os docentes não direcionaram se a escolha deveria ser orientada pela qualidade técnica e/ou artística da produção, ou pela qualidade das idéias e propostas políticas, ou ainda, quaisquer outros critérios.

Resultados parciais

A elaboração do plano da prática pedagógica foi coletiva. Trata-se de uma “Pesquisa Colaborativa” ou “Construção Coletiva” cujos participantes são membros do Grupo ELO/USP-RP. As primeiras impressões, numa tentativa de avaliação de nosso trabalho, nos levam a crer num grande distanciamento da vida cotidiana de nossos alunos com a política, seja ela uma vida do sujeito atrelada a política local ou dele enquanto um membro de uma comunidade em níveis estadual ou nacional. Surpreendente para muitos alunos, as decisões políticas deixaram de ser compreendidas como apenas um exercício do voto para ganharem novas cores, como a participação em projetos comunitários, consciência de suas ações no grupo e de seu potencial transformador do tempo e do espaço. Este foi, sem dúvida, um grande objetivo conquistado a partir deste esforço.

A indignação com a política partidária de nosso país apareceu em quase todos os discursos. A participação dos alunos indica uma descrença no nosso sistema político e uma certa compreensão de inevitabilidade com as decisões (e ações) de nossos representantes. A desconstrução desta compreensão, ou melhor, a compreensão das causas deste modo de compreender a política, passou a constar como um dos nossos objetivos, durante o desenvolvimento.

Sobre este momento da prática, cabe salientar que a participação dos alunos foi positiva. Vivenciaram as discussões com uma indignação e aos poucos foram se permitindo compreender os fenômenos sociais que a ela estão atrelados. A este movimento, uma postura crítica foi retomada no final de nossa experiência e assumida pela grupo como mais interessante para a sociedade, quando comparada a descaso inicial.

Há de se pontuar a positiva resposta do grupo frente as questões locais. Demonstraram um conhecimento bastante amplo sobre a logística da política local, enquanto uma manifestação do coronelismo. Sobre a exposição do material, o Atlas Escolar, também ficamos satisfeitos, posto que os alunos o receberam com bons olhos e voltaram a pedir mais aulas com o mesmo material. Mesmo assim, percebemos que a compreensão do “Coronel”

que os alunos tinham antes de nossas conversas ainda estava pautada nas figuras pintadas pelos livros didáticos, ou seja, uma imagem que não leva em conta as diferenças regionais brasileiras (MELLO, 2009). Assim, tais resultados permitem-nos apostar mais em nossa prática, por perceber como as análises históricas nacionais acabam por desprivilegiar os aspectos específicos da localidade e do cotidiano (conceitos importantíssimos evidenciados no PCN).

Sobre as produções, nosso descontentamento foi perceber que o material acabou por ser uma cópia do modelo que eles conhecem, uma reprodução dos horários políticos que os mesmos tanto criticaram nas conversas iniciais. Apostando em uma variedade, acabamos por mostrar ao cabo de nossa prática como eles ainda viviam tais conhecimentos no cotidiano. Observamos apenas um dos trabalhos como diferente (1 de 5), onde o pretense candidato se colocava como uma figura “normal”, “mais um cidadão”, “como eu e você”, que sentia o peso da responsabilidade de ser um político e para tal convidava o eleitor a entrar no projeto com ele.

A tônica dos discursos dos vídeos apresentados foi bastante repetitivo. Quase todos levantaram os problemas sociais mais conhecidos: educação, saúde, transporte, empregos, etc. e se colocaram como líderes que lutariam para mudar tal situação. A palavra do dia foi o desenvolvimento sustentável e o discurso pelo verde.

Um dos vídeos mais aplicados em técnica, figurino e filmagem, adotou o estilo populista, mostrando crianças correndo atrás da candidato ao som de “We are the champions”.

Enfim, ainda há muito que se fazer quanto a educação e o ensino de História, principalmente no que tange a problemática da política partidária no nosso país. E saímos contentes pelo resultado final, lendo o universo daqueles alunos como um período marcado pela nossa história presente, pelo processo de redemocratização, pós ditadura, despreocupação com os problemas sociais, etc.

Fica o desejo de que esta experiência traga mais resultados, posto que ainda a estamos analisando, e também que os alunos tenham construído juntos os conceitos objetivados pela prática.

Referências Bibliográficas:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p.163-175.

CANAVEZE, Ricardo; MORAIS, Simeí. Eleitor não pode ‘virar freguês’, alerta vereador. **A Cidade**, Ribeirão Preto, 12 abr. 2009. Política, p. A4.

CANAVEZE, Ricardo. Vereador é esperança para realizar sonhos. **A Cidade**, Ribeirão Preto, 12 abr. 2009. Política, p. A3.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história** – experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LASTORIA, A. C.; ANTONIO, L. O.; CAZETTA, V.; COUTO, M. A.; DEZAN, M.D.S. de; DIAS, T. S.; FAEDA, L. M. A. S.; FERNANDES, S.A.S. de ; FERREIRA, M. N. ; FISCHER, E. G. ; FREITAS, G. V. ; GUZZO, P. ; HENRIQUES, O.K. ; MELLO, R. C. ; MORAES, C. C. ; OLIVEIRA, L. ; PADUA, J. ; PAES, N. M. ; PEREIRA, C. Q. T. ; RAMOS, T. H. S. ; RODRIGUES, E. S. E. S. ; SALGADO, E. M. ; SANTOS, J. F. A. ; SARTORIO, S. L. ; SILVA, J. R. M. ; SUDAN, D. C. ; ROSA, A. V. . **Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Ambiental de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.

LASTORIA, Andrea Coelho; MELLO, Rafael Cardoso. “*Cotidiano*” e “*Lugar*”: categorias teóricas da história e da geografia escolar. **UNIVERSITAS**, Fernandópolis, v.4, n.1, 2008, p.27-34.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MELLO, Rafael Cardoso de. **Um “coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do café” em Ríbeirão Preto (1896-1920)**. Dissertação de Mestrado em História. Franca : UNESP, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria et al (orgs). **Ensino de História – sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Maud X/FAPERJ, 2004.

PINSKY, Jayme (Org). **O Ensino de história e a criação do fato**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Marcos Antonio da (Org). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1984.

REVISITANDO A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE REFORMA EDUCACIONAL NO GOVERNO JOÃO GOULART

Vanessa CLEMENTE¹

Vanessaclemente-ufg@hotmail.com

RESUMO: No final da década de 1950 e início da década de 1960, havia uma inquietação por parte dos intelectuais e estudantes brasileiros acerca do ensino de História em nosso país que por muitos anos fora baseado no modelo positivista e quadripartite da História Oficial. Pensando nesta perspectiva de uma História positivista, factual e de heróis formados pela elite nacional, um grupo de intelectuais brasileiros propunha através do projeto de monografias de História do Brasil, uma nova abordagem no ensino visando à renovação e ampliação das perspectivas do estudo de História. Assim o intitulado projeto “História Nova do Brasil” trata-se de um exemplo de espírito de luta e de engajamento político, para aqueles que estudam História e preocupam-se com a transformação do ensino desta ciência nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto História Nova do Brasil, Ditadura Militar, Ensino de História

ABSTRACT: In the late 1950s and early 1960s, there was a concern of the Brazilian intellectuals and students about the teaching of history in our country which had been based for years on positivist and quadripartite model of the Official History. Thinking about this idea of a factual positivist history, and heroes formed by the national elite, a group of Brazilian intellectuals proposed by the draft monographs on the history of Brazil a new approach to teaching to renew and expand the prospects for the study of history. So the project titled "História Nova do Brasil" ("New History of Brazil") is an example of struggle spirit and political engagement, for those who study history and are concerned with the transformation of this science in schools.

KEYWORDS: Project New History of Brazil; military dictatorship; teaching history

“... Os tratados antigos se referiam á importância da transmissão histórica em termos de dar lições do passado, exercer uma função moralizadora... este papel atribuído a disciplina, sobretudo no seu caráter exemplar, implicou um determinado recorte da realidade do passado e fez do político e do cronológico o único eixo

¹ Universidade Federal de Goiás, Mestranda, Bolsista CAPES.

explicativo. Esta concepção histórica e sua conseqüente construção historiográfica se transformou na História Legítima, ou História oficial.” (CARBONARI, 2000, p.9)

O nascimento da História enquanto “disciplina escolar no Brasil deu-se no final do século XIX” com a criação do colégio D. Pedro II (uma escola voltada para a formação da elite), em 1937, no ano seguinte fora fundado o IHGB². O livro na década de 1930 “era um instrumento ideológico para a valorização de um corpus de idéias, crenças e valores centralizados na unidade de um Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse o ocultamento da divisão social (ABUD, 2001, p.28).”

Tratava-se de um momento em que os intelectuais estavam preocupados com a questão da formação da identidade nacional e de como deveria ser escrita a História do Brasil. Neste contexto “a disciplina de História adquiriu o pleno direito de inserir-se nos currículos educacionais” (BITTENCOURT, 1990, p. 18) tornando-se imprescindível para a formação da cidadania. Há portanto um projeto de assimilação cultural, que apela para a integração e não para a apartação como no século XIX. Assim território, nação e pátria estão em simbiose., onde a História além de contar a história da pátria, tem que mostrar o caminho para a civilização.

Tem-se neste momento o tipo de nação que deseja e o tipo de Estado que se quer construir. Os ensinamentos são massificados, são criadas Universidades com papel de formação pessoal e produção de conhecimento, onde espaços minoritários passam a ser ocupados por personagens bastante seletos: a elite. Há a criação de modelos econômicos e o surgimento de uma ideologia nacional excludente e elitista. Assim a identidade passa a ser construída pela auto-declaração e não pela auto-destruição, tornando a imagem positiva, funcionando como um elemento de auto-identificação.

Atualmente ainda há discussões de como deve ser feito o ensino de História, como deve ser escrito o livro didático, o que o livro deve trazer, quais questões devem abordar e como devem ser abordadas e por fim como o livro didático deve ser utilizado dentro de sala de aula. Assim a história do ensino de História no Brasil vem destacando o livro didático como objeto de uso em sala de aula que diante das necessidades e demandas postas pelas

² IHGB: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Por muitos anos o ensino de História fora baseado nos moldes do IHGB, escrito por seus intelectuais.

Em 1840, o Instituto criou um concurso visando premiar a melhor metodologia para se escrever a História do Brasil. O ganhador do concurso Carl Von Martius escreveu o texto: Como se deve escrever a História do Brasil.

políticas educacionais tem ganhado expressiva dedicação dos pesquisadores ao longo do tempo (CERRI, 2007, p.59).

“... o livro escolar pode ser compreendido como “lugar de memória”, onde os acontecimentos são transformados em fatos que passam a compor a memória nacional, na condição de marcos fundadores... Os sentidos impressos em toda sua estrutura didática fazem dele portador de um sistema de valores, de cultura e de representações, que articulados à narrativa histórica colaboram na composição da consciência e da memória coletiva de uma sociedade. ” (CALDAS, 2005, p.10-12)

Partindo desses pressupostos percebemos que há uma preocupação com a forma que a História vem sendo ensinada, uma vez que o livro didático pode ser compreendido como um “lugar de memória”, sendo elemento fundamental na composição da consciência histórica de uma sociedade.

Nas décadas de 20 e 30 a educação como já foi mencionado, era voltada para a elite, pois havia a defesa de que era “dever da elite orientar as massas”. Os currículos obedeciam a um “discurso dominante histórico a fim de formar uma consciência histórica orientada pelo governo” (ABUD, 2007, p.109). A década de 60 ainda seguia esse modelo imposto pelas décadas anteriores onde prevalecia a intervenção do Estado no currículo de História. A proposta do projeto História Nova do Brasil, na década de 1960, foi pioneira justamente por questionar e buscar uma reformulação deste ensino e singular a ponto de exemplares serem queimados e proibidos, pois nunca na História do Brasil uma produção de livros didáticos causou tamanha polêmica e represália.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, havia uma inquietação por parte dos intelectuais e estudantes brasileiros acerca do ensino de História em nosso país que por muitos anos fora baseado no modelo positivista e quadripartite da História Oficial. Pensando nesta perspectiva de uma História positivista, factual e de heróis formados pela elite nacional, Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Ruben Cesar Fernandes e Néelson Werneck Sodré (chefe do departamento de História do ISEB) propunham através do projeto de monografias de História do Brasil, uma nova abordagem no ensino visando à renovação e ampliação das perspectivas do estudo de História.

“... os conteúdos selecionados segundo a História oficial respondem a uma concepção particular de História: minucioso respeito aos fatos, debilidade de

entrecruzamentos, preferência pelos grandes homens da História política, diplomática e militar. E a uma reforma teórica de abordá-los: a partir da construção de ideais comuns, como a nação, o progresso, onde conflito ou as tensões de violência tendem a ser minimizadas ou eliminadas dos conteúdos e, por conseguinte, também nos livros didáticos. ” (CARBONARI, 2000, p.14)

Devemos destacar a importância do governo de João Goulart desde o campo ideológico até a concretização do projeto. A questão proposta por este governo como as reformas de base permitiu aos autores do projeto pensar a formulação de uma reforma no âmbito educacional. Jango representava algo diferente e isto inquietava os opositores e as condições precárias que seu governo evidenciava a cada dia e a cada nova tentativa, impossibilitava que ele realizasse o seu programa. (SILVA, 1975, p. 28)

“As reformas de base surgem como medidas de transformação, tidas como necessárias para romper com as travas a um desenvolvimento autônomo do Brasil, reformulando a sociedade e satisfazendo os anseios de imensos segmentos da população, até então afastados totalmente da participação econômica, social e política.” (SILVA, 1975, p.102)

O projeto HNdB³ interferia diretamente na ferida, propunha uma reforma no campo educacional, o que era temido por parte dos setores conservadores da sociedade.

“A agitação manifestada nas greves, nas reivindicações de direitos, de salários que tumultuavam a gestão João Goulart denunciava o conflito entre as massas urbanas, sem estruturação definida e com lideranças populistas, e a estrutura de poder que ainda controlava o Estado. Enquanto os líderes populistas reivindicavam rápida modernização do país, as modificações estruturais, as reformas de base, a classe dominante tradicional usou a pressão populista como espantinho para submeter ao seu controle os novos grupos patrimoniais surgidos com a industrialização. É este conflito de poder que ocupa o centro de luta política e torna impraticável a execução de qualquer programa por parte dos dirigentes.” (SILVA, 1975, p. 36)

Publicada em março de 1963 a sua primeira edição pelo MEC por meio da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), a coleção *História Nova do Brasil* previa uma edição de dez volumes dos quais apenas cinco foram publicados. Tratava-se de um projeto totalmente diferenciado por trazer em sua abordagem o que havia de mais atual na discussão

³ Entende-se por HNdB: História Nova do Brasil.

historiográfica, trazia um sentido inovador em suas monografias, com uma revisão de toda a literatura didática disponível no período e determinantes econômicas nos textos destinados as classes do ensino secundário.

Os livros tiveram sua edição suspensa assim que se instaurou o regime militar, no ano seguinte a editora Brasiliense republicaria com uma proposta de seis volumes reagrupados que seria disposto da seguinte forma:

“A história Nova do Brasil compreenderá na edição de seis volumes: no primeiro são apreciadas a Descoberta do Brasil, a Expansão Territorial, as Invasões Holandesas e a Sociedade do Açúcar; no segundo, a Mineração, a Independência de 1822 e a Crise da Regência, no terceiro, o Império; no quarto, a Abolição, o Advento da República e o Florianismo; no quinto, a República Oligárquica; e no sexto, a Revolução Brasileira.” (AUTORES, 1965, p.4)

Porém só foram publicados os volumes de número um e quatro, pois dois meses após o seu lançamento os exemplares foram cassados e os números posteriores jamais foram publicados. As edições que foram publicadas tiveram grande aceitação do público que no estado de São Paulo pagava dez mil cruzeiros para obter cada volume da obra e faziam filas de leitura quando esta não se encontrava a disposição para aquisição, enquadravam-se neste aspecto os professores, sindicatos, grêmios estudantis, pois a proposta não se restringia apenas a textos escritos, mas também a palestras e cursos.

No volume I da segunda edição, em 1965, os autores iniciam com a monografia “O descobrimento do Brasil”, trazendo o seguinte discurso:

“O descobrimento do Brasil tem sido constantemente distorcida em nossa bibliografia histórica, principalmente na literatura didática. Enfoques errôneos e omissões perniciosas reduziram fatos históricos de imensa magnitude e importância a imagens sedijas e esteriotipadas...tudo muito recheado de nomes e fatos. ...tende a isolar Portugal do contexto europeu, tornando-o assim, historicamente incompreensível...Como se fosse de fato possível uma História de Portugal ou do Brasil fora do mundo, isolada no tempo e no espaço.” (AUTORES, 1965, 5-6).

Ainda no volume I, finalizavam com a monografia “A expansão territorial”, trazendo o seguinte discurso:

“Não é, certamente, por acaso que vigoram em abundância na consciência do nosso povo mitos e preconceitos de toda espécie. A incapacidade de explicar cientificamente as ocorrências de nosso passado força a saída pelos estereótipos e pelo engano. E a incapacidade é, sem dúvida, fruto do emburrecimento que nos legou nossa formação colonial...estivemos sempre muito bem informados do que se passava na metrópole, desconhecendo sempre o que ocorria em nossa própria casa. O nosso povo repetiria as distorções consagradas acerca da realidade do país, por todos esses séculos...a ignorância que lhe foi imposta pelo colonialismo a a mitificação da ideologia do colonialismos. Ambas vieram de cima. O nosso povo não tinha, e hoje tem em parcela mínima, acesso as idéias, muito menos as técnicas de transmissão de idéias. Não é, portanto, criador do erro, nem o responsável pela própria ignorância, como pensava o Imperador, ou como pensam os equivocados de hoje.”

E finalizava...

“Nenhum desses equívocos é, no entanto, gratuito. Todos existem para nos dar a impressão da nossa inferioridade enquanto povo, da nossa incapacidade coletiva de dirigir a nossa história e o nosso destino. Nenhum deles serve ao nosso progresso. O que não tem utilidade coletiva, não é ciência” (AUTORES, 1965, 153).

Nestes trechos os autores criticam a forma de caricaturizar os personagens históricos, restringindo a narrativa histórica apenas a fatos, datas e personagens. Evidenciam a necessidade que o governo sempre teve em manipular as formas de conhecimento do povo, e mais uma vez mencionam a necessidade de participação do povo, “vitimados pelo colonialismo” na construção do país.

Segundo os autores não havia lógica em estudar História do Brasil separada da História Mundial, pois o Brasil desde o seu aparecimento estava ligado à economia mundial, criticavam a história positivista e herdeira da divisão quadripartite européia, afinal, até hoje percebemos este tipo de divisão nas universidades brasileiras, será que muita coisa mudou?

Reconhecer que o ensino precisava sofrer alterações implicava em uma reforma educacional, e as monografias do projeto inseriam-se nesse contexto de luta por reformas de base no país. Os autores evidenciam essa proposta em cada prefácio da coleção, quando propõem uma reformulação no ensino de História que vinha sendo feito nas escolas do país, assim na introdução geral (à primeira edição) eles escrevem:

“As modificações que ocorrem na sociedade brasileira não podem deixar de refletir-se no campo educacional. São estas mudanças que impõem, hoje, ao MEC atuar no sentido de reformas da educação brasileira. Estas monografias inserem-se, portanto, no contexto das reformas por que luta o País” (AUTORES, 1965, XIII)

E continuavam...

“Os livros didáticos de História são comprovadamente inadequados, pois neles o passado nada tem a ver com o presente, o Brasil pouquíssimas vezes têm a ver com o mundo, o enfoque meramente político impede o arrolamento de camadas e ações decisivas de nosso povo” (AUTORES, 1965, XIII)

Segundo os autores da obra era preciso que o povo conhecesse o processo histórico brasileiro, para que este servisse como “elemento propulsor do engajamento na modificação da realidade” (LOURENÇO, 2008, p.393), e a forma em que o ensino vinha sendo transmitido não permitia ao povo o desempenho do seu papel dentro da sociedade. Assim eles propunham que ensino da disciplina deveria “alargar o campo de estudo da História no sentido de fazer ingressar nele a sociedade, economia e cultura” além de inserir a “História do Brasil no quadro da História mundial” e “estender a compreensão da História até o presente uma vez que ela possui uma função social” (AUTORES, 1965, XIII).

“... as disciplinas escolares surgem do interesse de grupos e de instituições, como os agrupamentos profissionais, científicos e religiosos, mas sobretudo da Igreja e do Estado...Cada sociedade teria, portanto, seus próprios referenciais para determinar que conhecimentos poderiam ou não, deveriam ou não ser eleitos para fazer parte do conjunto de saberes a serem transmitidos pela escola. Esses saberes a constituição das disciplinas escolares que a eles correspondem estariam ligados, assim, a condicionante sociais, não somente na sua elaboração como em sua elaboração como em sua aplicação pedagógica, considerando os grupos que os concebem e para os quais os concebem ” (FONSECA, 2004, 15-17)

O projeto HNdB possuía uma dimensão política uma vez que reivindicava por reformas no âmbito educacional esta dimensão foi captada pelos setores conservadores da sociedade brasileira e lhes incomodava a possibilidade de concretização de uma reforma de base reivindicada pelos setores populares, criando assim um exemplo e abrindo caminho para

outras propostas futuras (Mendonça, 2008, p.341). Era preciso destruir o exemplo político dessa realização, era preciso destruir o projeto História Novo do Brasil.

“Na verdade o movimento militar não se restringiu a um levante militar. Este se motivou na agitação das massas em torno de um programa de reformas socializantes que infundia o temor de comunicação. Porque as reformas eram a solução para a crise. Apenas a maneira de conduzi-las e o sentido que teriam provocou a reação... é inevitável que a política econômica sofra a pressão dos grupos diretamente interessados na defesa de vantagens particulares... na verdade, havia um bloco coeso, conservador, contrário as reformas. Enquanto o outro bloco apoiava a renovação.” (SILVA, 1975, p.30 - 34)

O ISEB foi invadido e depredado, os livros do projeto que lá se encontravam ainda em edição foram levados e os livros já editados foram apreendidos, destruídos, proibidos de serem vendidos e queimados em praças públicas. Alguns dos autores do projeto foram presos, outros exilados, seqüestrados, humilhados, perderam o seu emprego e o direito de exercer sua profissão.

O projeto História Nova do Brasil, tratou-se de um projeto fundamental, como exemplo de um espírito de luta e de engajamento político, para aqueles que estudam História e preocupam-se com a transformação do ensino desta ciência nas escolas. Os autores foram ousados, criativos e corajosos em colocar em ação um projeto de tamanho sentido político e histórico, que hoje pode ser lembrado em livros, artigos e palestras eu possam interessar a todo a aqueles que estudam ou se interessam pela disciplina de História. Segundo Maria Rosa Carbonari:

“...Refletir, então, sobre o papel da História na sociedade nos obriga-a quem segue apostando e confiando nela – a recolocarmo-nos, a buscar estratégias diferentes de aprendizagem, a buscar outras formas de transmitir o saber histórico que não as já tradicionais e entediadas aulas cronológicas.” (CARBONARI, 200, 14)

Este foi o sentido geral da obra, em que os autores buscaram outras formas de transmitir o saber histórico, instigando o leitor de maneiras diferentes da História Oficial que vinha sendo tratada nas escolas brasileiras.

Em 1993, três décadas após o evento, uma coleção intitulada *Memória Brasileira*, publicada com o título “O descobrimento do Brasil” e lançada pelas edições Loyola e

Giordano, juntou novamente os seis autores do Projeto História Nova do Brasil para que fizessem um balanço da obra.

Segundo Claudio Giordano, o editor do livro foi um esforço grande contatar novamente os seis autores da coleção para expor seus depoimentos acerca daquele período, e de certa forma a notícia foi recebida com certo ceticismo por parte de alguns deles (AUTORES, 1993, 9). O primeiro depoimento que se segue é de Joel Rufino dos Santos, nascido em 1941 no Rio de Janeiro. Segundo o autor: “voltar ao projeto trinta anos depois é ao mesmo tempo agradável e delicado... ele tinha 22 anos, cursava o penúltimo ano de História na Faculdade Nacional de Filosofia (atualmente a UFRJ), era membro da direção de base do Partido Comunista Brasileiro e professor assistente do ISEB”.

Joel Rufino em seu depoimento evidencia suas orientações políticas no período, afirmando que seguia as orientações de Lênin e lia Plekânov... mas que nunca fora bom aluno e nem bom comunista no sentido ortodoxo (AUTORES, 1993, 15).

A seguir o depoimento de Maurício Martins de Mello evidencia que apesar de todas as adversidades, entre prisão e tortura eles não foram “aniquilados nem como indivíduos nem como intelectuais, artistas e poetas”...e a prova estava neste livro de memórias trinta anos depois (AUTORES, 1993, 26).

Sodré demonstra em seu depoimento a importância do projeto ao ressaltar que demonstraram pareceres contra a obra de 1963, o Estado Maior do Exército, O Instituto Histórico Brasileiro e a Comissão Nacional do Livro Didático. Ora, se tratava-se de uma obra tão insignificante como era veiculada nos meios de comunicação, porque tais instituições de tamanho poder apresentariam pareceres acusando o material como obra subversiva. No caso da Comissão Nacional do Livro Didático podemos levantar a hipótese da máfia dos compêndios oficiais adotados pelas escolas brasileiras.

Além disto o ISEB fora extinto, um ambiente de fervorosas discussões intelectuais fora simplesmente extinto, dentro do ISEB os autores da História Nova realizavam suas reuniões e pensavam o projeto, estendiam os cursos que muitas vezes eram dados dentro do instituto aos sindicatos, assim o projeto não ficava restrito apenas aos livros mas se estendia a palestras e cursos ministrados por seus autores.

Pedro de Alcântara Figueira ao relembrar a obra escreve:

“Está na hora de mostrar todo o estrago que certas concepções da história do Brasil fez em gerações inteiras. O acerto de contas com esta interpretação não significa apenas poder falar do Brasil como uma entidade real, mas,

principalmente, não permitir que o homem não se torne um ser alheio a nós quando o assunto for algo particular como a história brasileira.

...Chegamos a uma situação tão miserável em termos de compreensão do Brasil, que é melhor recorrer a certas fontes e abandonar totalmente as interpretações correntes.” (AUTORES, 1993, 41).

Segundo José Paulo Netto, na apresentação do livro “*Breve História do Partido Comunista*” de Jose Antonio Segatto para o sucesso da intervenção ideológica burguesa seria necessária uma *operação –borracha*, conduzindo assim uma adulteração da memória nacional a um espaço vazio e branco, buscando assim neutralizar especialmente o pensamento acadêmico através de uma intervenção ideológica (SEGATTO, 1989,9-11). Seria isto que teria o Estado tentado fazer com a população brasileira? Não podemos nos esquecer que o livro didático é um material fundamental na construção da identidade e da construção histórica de cada cidadão. Este projeto fica como exemplo de luta por uma transformação no ensino, uma luta que ainda se faz atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTORES, VÁRIOS. *História Nova do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, v.1.1965.

AUTORES, VÁRIOS. *História Nova do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, v.4.1965.

AUTORES, VÁRIOS. *História Nova do Brasil (1963-1993)*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ABUD, Kátia Maria. História nossa de cada dia: Saber escolar e saber acadêmico em sala de aula. Ana Maria Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello e Marcelo de Souza Magalhães. (orgs). In: Ensino de *História: Sujeitos saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FABERJ, 2007. p. 107-117.

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001 .p.28-41.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____.Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001 .p.11-27.

- CALDAS, KARINA RIBEIRO MENDONÇA. *Nação, memória e história: A formação da tradição nos manuais escolares*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2005.
- CARBONARI, Maria Rosa. Para além dos conteúdos no ensino de História. Nicholas Davies. (orgs). *Que fazemos com a História?*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2000. p. 9-25.
- CERRI, Luis Fernando Cerri. Uma proposta de mapa do tempo para artesãos de mapas do tempo: História do ensino de História e didática da história. Ana Maria Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello e Marcelo de Souza Magalhães. (orgs). *Ensino de História: Sujeitos saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FABERJ, 2007. p. 59-72.
- COSTA PINTO, João Alberto da. A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (org.) *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. P.343-357.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima. História e ensino de História. Belo Horizonte: Autentica, 2004. p. 15-28.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base da História pátria: O projeto da História Nova do Brasil. In: Revista de História. São Paulo, v.149, p.235-251.2003.
- LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: Revisitando uma obra polêmica. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, n28, p.385-406. 2008.
- MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Werneck Sodré, História Nova: Contribuição Pioneira ao ensino de História no Brasil. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (org.) *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 327-342.
- SILVA, Hélio. *História da República brasileira: As crises e as reformas 1962-1964*. São Paulo: Três, 1975.

NARRATIVAS VISUAIS E DISCURSOS DE GÊNERO: A REVISTA FEMININA EM IMAGENS

Ana Carolina Eiras Coelho SOARES¹

hanaakif@hotmail.com

RESUMO: O objetivo central do presente trabalho é estudar as narrativas visuais dispostas na *Revista Feminina* através da categoria de gênero. As figuras presentes na edição desta publicação apresentam um interessante discurso a respeito dos parâmetros reguladores dos comportamentos socialmente desejáveis do feminino e masculino. As imagens apresentam-se como uma possibilidade rica de análise, pois suas escolhas são permeadas de princípios e noções prévias, cujas nuances podem ser percebidas como experiências discursivas sobre os gêneros, uma vez que as imagens buscam referendar e materializar os discursos da mídia impressa. Resgatando a noção de Paul Ricouer sobre sensibilidades, tais imagens compõem uma maneira peculiar da época de pensar e agir, como uma reconstituição de sistemas de representações e, conseqüentemente, de apreciação ou valoração do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Revista Feminina; gênero; imagens.

ABSTRACT: The central point of this work is to study the narratives visually dispose in the *Revista Feminina* by the category of gender. The figures in the publishing of this publication are an interesting speech about the parameters regulators of behaviour socially desirable of the male and female. The images it presents itself as an substantial opportunity of analysis, because their choices are fill of principles and concepts preconditions, whose subtle shades can be understand like experiences discursives about gender relation, once again that the images searching for endorse and practise the speeches of the printed in midia. In a rescue of the notion of Paul Ricouer about sensibilities, such images compose a peculiar way of time to think and act, as a reconstitution of systems of the representations and, consequently, of examination or standards of the world.

KEYWORDS: Revista Feminina; gender; images.

¹ Professora Adjunta da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Pesquisa financiada pelo CNPq através do Edital MCT/CNPq N °14/2009 – Universal.

Houve um tempo em que as mulheres se casavam por outras razões: pela situação econômica, para fortalecer alianças familiares, ter filhos, combater a solidão, para ser como todas as outras mulheres. Houve um tempo em que as mulheres usaram o título de “esposa” como um rótulo de honra. Ser a esposa de um pastor, de um padreiro, de um médico, dizia ao mundo em alto e bom tom que alguém tinha cumprido seu destino “natural”.

(YALON, 2002, p. 12-13)

O presente trabalho tem como objetivo central estudar as narrativas visuais do feminino e do masculino, dentro de uma revista voltada para a mulher, no início do século XX: a *Revista Feminina*. O conjunto de imagens veiculadas pelo periódico constitui um foco de análise dos sistemas de representações e de valoração do universo vivenciado e compartilhado pelas editoras e leitoras. São, portanto, simultaneamente representações de experiências e expectativas idealizadas sobre o universo feminino. A compreensão dos parâmetros reguladores dessas figuras veiculadas pelo periódico pode ser percebida como parte de um discurso normatizador dos comportamentos socialmente desejáveis, para homens e mulheres, nos primórdios da República.

Para a realização deste estudo, foi necessário uma contextualização histórica própria das imagens analisadas no periódico, a partir da noção de narrativa visual, que compreende as imagens como práticas discursivas.

(...) a cultura visual é produtora de significados que estão imersos em relações de poder. Esses significados regulam as percepções, os gestos, os sentimentos, os pensamentos, os hábitos e as maneiras de perceber a si e aos demais, dizendo como um homem e uma mulher devem agir socialmente em determinado contexto.

(NUNES In: MARTINS e TOURINHO (orgs.), 2010, p. 168)

É fundamental, portanto, o entendimento de que toda prática discursiva é precedida de uma série de princípios e noções que compõem o universo mental dos discursos, através de ideias e convenções próprias de uma época. É necessário perceber as nuances das permanências e mudanças nas estruturas relacionais de gênero.

Tal análise da *Revista Feminina* teve como referencial teórico a noção de Paul Ricoeur sobre sensibilidades, segundo a qual a publicação fazia parte de uma maneira própria de pensar e agir da época, e deveria ser percebida como uma reconstituição de sistemas de representações e, conseqüentemente, de apreciação ou valoração do mundo².

² Paul Ricoeur. *Temps et récit*, 3 v., Paris, Seuil.

Neste artigo analiso algumas imagens compreendidas na edição de Janeiro de 1923, como recorte de minha pesquisa mais ampla que compreende todos os anos de edição da *Revista Feminina*. As imagens foram percebidas como construções vivas de experiências vivenciadas pelo coletivo naquele momento histórico, expresso representativamente nos elementos constitutivos das figuras impressas. A importância do estudo desta parte da *Revista Feminina* está na possibilidade da ampliação das referências socialmente condicionadas e condicionantes da natureza dos femininos e masculinos possíveis. Não somente nos discursos impressos, mas em todos os aspectos da publicação descortina-se a intencionalidade de normatizar e regular os espaços sociais dos gêneros.

A cultura visual é, neste sentido, simultaneamente produtora e reprodutora das identidades fabricadas entre os gêneros, posto que através das imagens pode-se aprender – como em um jogo de certo e errado – quais os signos diferenciadores do feminino e do masculino.

Breve contextualização da Revista Feminina

Inicialmente publicada com o nome *Luta Moderna*, os três primeiros exemplares foram editados em formato de jornal, até que houve a mudança do nome para *Revista Feminina*. Sua idealizadora e fundadora foi Virgínia de Souza Salles. Foi um dos periódicos de maior circulação na época, atingindo a tiragem de 25 mil exemplares por mês³ e sido editado de 1914 a 1936. Continha diversas seções sobre etiqueta, moda, relacionamento conjugal, bordados e comportamento, publicava matérias traduzidas da imprensa estrangeira, e contava com a colaboração de leitores e de escritores renomados do período tais como Coelho Neto e Júlia Lopes de Almeida. Sua proposta era criar uma “leitura sã e moral” para a “educação doméstica e para a orientação do espírito feminino” dentro de padrões que trouxessem uma verdadeira educação da mulher. A *Revista* pretendeu ser uma produção feita por mulheres para o público exclusivamente feminino. No entanto, uma de suas principais colaboradoras, Ana Rita Malheiros, era de fato um homem: Claudio de Souza, que escrevia sob pseudônimo.

³ Informações a partir do artigo de Marina Maluf e Maria Lúcia Mott. Recônditos do mundo feminino. Em Fernando Novais (dir.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Filha de Antônia Barbosa de Souza e Cláudio Justiniano de Souza, ambos membros da elite paulista⁴, D. Virgilina de Souza Salles procurou editar uma revista cujas pretensões pedagógicas se mostrassem em bastante consonância com os ideais morais católicos moderados desse momento histórico. Dentre os principais temas de interesse estava a questão da instrução feminina, tão considerada fundamental para a mulher “moderna”. A *Revista Feminina* propagava uma maneira de contribuir para a elevação da instrução feminina, e nela foram redigidos diversos artigos em torno de temas desse universo até o final de sua publicação.

A *Revista Feminina* propunha-se a ser uma publicação inovadora, corajosa e bem-sucedida, atraindo um público leitor em geral feminino e das classes médias. No entanto, a luta feminina digna de ser travada não continha nenhuma pretensão de ir contra os padrões de comportamento vigentes. A defesa indelével durante três décadas de publicação de sua concepção do ideal de esposa e mãe não deixam dúvidas quanto às funções primordiais da mulher.

Dentre os fatores considerados inovadores, há a defesa da *Revista Feminina* como uma das precursoras do jornalismo feminino dentro dos moldes profissionais⁵ modernos. Nos termos de entendimento da Revista isto significava que o corpo da redação era assalariado, além do pagamento de salário fixo para várias colaboradoras. D. Virgilina viveu os últimos anos de vida exclusivamente dos ganhos de sua revista. A afirmação de sua independência financeira, muito embora tivesse marido e filhas, era um dos seus argumentos a respeito de como a educação feminina poderia ser útil e benéfica para as mulheres.

Levando-se em consideração que D. Virgilina era uma representante da elite paulista, seu sustento certamente não deveria advir exclusivamente de seu salário, mas é relevante o fato de que todas as pessoas envolvidas na redação fossem remuneradas, retirando-se então a ideia de que esse trabalho fosse um projeto de contribuição altruísta. Quero destacar, sobretudo o fato de uma publicação com um corpo técnico remunerado ser uma empreitada profissional, na qual todos contavam com retorno pecuniário e com os lucros da publicação para a continuidade da *Revista*.

Em termos históricos, a iniciativa de D. Virgilina de Souza Salles de reunir mais de 60.000 endereços organizados por todos os estados brasileiros, e ter enviado gratuitamente um total de 30.000 exemplares buscando angariar assinaturas no intuito de continuar a sua

⁴ Schuma Schumacher, Erico Vital Brazil. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 523.

⁵ *Revista Feminina*, Outubro de 1918. FBN-SP.

circulação, foi bastante inovador para os padrões de publicações do início do século XX. Além disso, a *Revista Feminina* foi um produto da Empresa Feminina Brasileira, que usava as páginas do periódico para fazer propaganda de seus produtos, em especial os cremes “Dermina” e as tinturas de cabelo “Petalina”, cujo proprietário era Cláudio de Souza – literato e médico –, irmão de D. Virgilina. Durante toda a publicação da revista a presença de anúncios de produtos de beleza com soluções inovadoras - e por vezes milagrosas – para a mulher, seus filhos e até os esposos, permeavam os artigos e as notícias publicadas. Muitas vezes os anúncios vinham em forma de depoimentos pessoais de supostos usuários, que comprovavam a eficiência do produto.

A *Revista* funcionava à base de assinaturas e em cada estado brasileiro havia uma embaixatriz nomeada para ser a responsável pelo recebimento, distribuição e divulgação para as leitoras de sua região. O prestígio conferido a estas senhoras era tal que em todo número era publicada a foto de uma delas com os agradecimentos pelos seus esforços. Cláudio de Souza também foi responsável pelos contatos com diversos intelectuais renomados, garantindo a sua colaboração.

Em doze meses a sua tiragem girava em torno de 15.000 exemplares. No início da década de vinte chegou a 25.000 exemplares vendidos, sendo considerada um enorme sucesso editorial, uma vez que seu público alvo era restrito ao universo feminino. Deve-se levar em consideração também as questões históricas do período, uma vez que o índice de analfabetismo da população ainda era significativo e os jornais de maior publicação no mesmo período chegavam somente ao número de 10.000 exemplares⁶. Sob esse aspecto, a *Revista Feminina* foi um grande sucesso. De acordo com a filha da fundadora da Revista, D. Avelina, a publicação só terminou em 1936 devido um conflito de tempo e interesse da mesma, que queria se dedicar melhor aos filhos e ao marido: “D. Avelina, por que a revista terminou? Terminou porque eu casei, vieram os filhos, eu tive que acompanhar meu marido para a fazenda e papai sozinho não quis ficar.” (LIMA, 1991, p. 234)

Janeiro de 1923

Em janeiro de 1923 a *Revista Feminina* publicou 37 imagens ao longo de sua edição, entre gravuras, desenhos e fotografias. Entendo que a análise deste conjunto visual, para além das reportagens e artigos textuais, compõe uma narrativa subjetiva sobre os espaços, itens e

⁶ Ducília Buitoni. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986, p. 44.

signos relevantes para a constituição do universo do feminino e, relacionalmente para o masculino. Não pretendo com isso negar a importância do material textual, mas compreender que as imagens constituem discursos possíveis de serem pensado enquanto construtores de subjetividades e, para além da mensagem escrita, localizam os sujeitos em seus lugares de poder socialmente.

A primeira imagem é a capa da Revista. Nela vemos uma mulher sorridente, com cabelos soltos ao vento e roupa com motivos náuticos. Apesar das roupas de manga comprida, o vento nas roupas e nos cabelos passam a sensação de leveza e alegria. Em janeiro é verão no Brasil, tempo de regatas no litoral, em especial no sudeste – mais especificamente na capital carioca – e de atividades ao ar livre, incentivadas desde o início do século, como benéficas à saúde, além de serem espaços de encontro social.

Figura 1



A primeira matéria é bem ilustrada. O assunto é moda e podemos observar uma série de chapéus que, com diferentes formatos e tamanhos, parecem servir aos propósitos de elegância e graça da toilette.

Figura 2

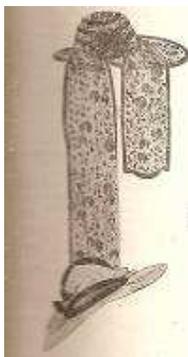


Figura 3



Figura 4

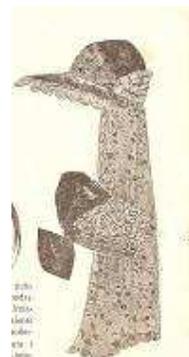
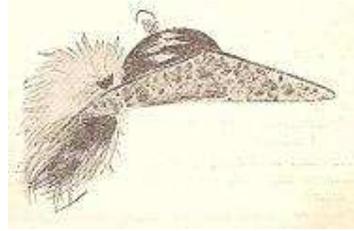


Figura 5**Figura 6**

Em seguida na mesma matéria, que se estende por quatro páginas, sete croquis parecem exemplificar os argumentos da parte textual. No entanto, o material visual cria por si mesmo um interessante leque de variações das possíveis roupas, acessórios e mesmo gestual necessários para a mulher “moderna”. A presença onipresente das saias longas, echarpes, lenços e enormes chapéus sugerem pouca mobilidade e necessidade de esforço físico. Trata-se, portanto, de mulheres que não desempenham funções operárias na sociedade e cujos recursos financeiros permitem gastos com vestuário e acessórios. A postura corporal das modelos dos croquis sugere figuras em atividades de lazer, como eventos sociais ao ar livre no caso da dama de leque de plumas e as damas de sombrinha.

Figura 7**Figura 8****Figura 9****Figura 10****Figura 11****Figura 12**

Figura 13

Em seguida há uma série de imagens, dentre fotgravuras e desenhos, ilustrando uma seção de contos. Nesta sequência aparecem quatro imagens: uma casa, uma moça de vestido longo tendo sua mão segura por um homem de aparência mais velha vestido de terno e gravata, uma mulher sentada folheando uma revista em seu colo com uma menina sentada com um livro entre os joelhos, em um banco próximo aos pés da senhora mais velha, e uma mulher ajoelhada costurando um vestido colocado em um manequim.

Pensando exclusivamente em termos das imagens proporcionadas, os espaços do feminino se constituem das tarefas exclusivamente domésticas, ou seja, a pequena casa apresentada na figura 14. A costura e educação feminina aparecem como tarefas a serem desempenhadas no espaço do privado. Além disso, na figura 15 o masculino surge sedutor e seguro de si, tomando a mão da mulher que corresponde ao ato com uma expressão profundamente enamorada. Nesta imagem é possível observar um recurso interessante, pois há dois tipos de posturas corporais presentes. Da cintura para baixo a figura feminina espelha a postura masculina, na correspondência romântica de aproximação dos corpos. Da cintura para cima, no entanto, o corpo masculino inclina-se sobre o feminino numa demonstração de conquista.

Figura 14**Figura 15**

Figura 16



Figura 17



No artigo seguinte da revista há novamente uma sequência de imagens ilustrativas bastante interessantes. A primeira ambienta-se em uma cozinha onde aparecem duas mulheres, uma delas alta e esguia, de cabelos presos em formato de coque, vestida com uma espécie de jaleco branco e com um livro em uma das mãos. A outra mão está erguida com um dedo em riste parecendo ler em voz alta para a segunda mulher que está de vestido longo preso e avental, cabelos igualmente em formato de coque, e postura ligeiramente envergada, em uma das mãos possui uma lata cujo conteúdo está sendo despejado na vasilha que a mesma segura com a outra mão. A segunda imagem mostra um cenário semelhante, dando enfoque à mesa da cozinha, e aparece apenas a mulher alta e esguia que dava instruções na figura 18. Sozinha, ela mesma se ocupa em preparar a comida. A terceira imagem mostra esta mesma mulher, agora sentada em uma mesa de jantar, com vários pratos servidos e o aroma dos mesmos subindo pelas travessas em uma espécie de fumaça sedutora, uma vez que todas as pessoas presentes parecem inebriados curvando-se em direção à mulher sentada. Na figura 20, esta mulher não está mais de jaleco, mas com uma vestimenta branca de alças, um bracelete e brincos, ou seja, com uma aparência produzida para algum tipo de evento social. A imagem deixa claro que a sedução feminina reside em seus dotes culinários, e uma mulher que saiba produzir guloseimas apetitosas pode envolver os convidados, tornando-se o centro das atenções nos eventos domiciliares.

O título desta matéria é “Os deveres de uma dona de casa”. Se as palavras escritas não foram suficientes para a leitora compreender a dimensão de tais obrigações, certamente as imagens criaram um cenário das conseqüências do bom cumprimento de suas atribuições e comportamento na sociedade.

Figura 18



Figura 19



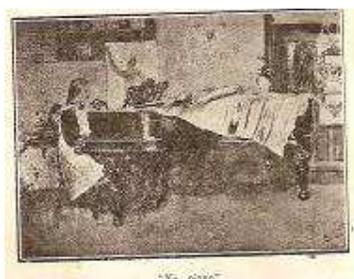
Figura 20



A beleza e a graça dos objetos domésticos também aparecem na Revista Feminina, uma vez que tais objetos não funcionavam apenas como itens de decoração mas tinham um caráter de *status* para as damas que os possuíam. Nos jantares e eventos domiciliares poderiam ser expostos e comentados, dotando a dona de qualidades refinadas e com um senso estético apurado para tornar a casa um espaço aconchegante e elegante para o convívio, ou seja, um lar para o qual o marido e as crianças se sentissem felizes em retornar e se manter. Este era inclusive um dos importantes argumentos a favor da educação feminina, presente em diversos periódicos em meados do século XIX – como, por exemplo, o “Jornal das Moças” – que está presente em diversos artigos da *Revista Feminina* nas primeiras décadas do século XX.

Figura 21

Imagens de crianças brincando, de bebês, de famílias, compõem uma série de gravuras ao longo das páginas seguintes. A figura 25 mostra uma moça divertindo-se ao piano, ocupação fundamental na educação da mulher moderna, de acordo com os parâmetros da *Revista Feminina*.

Figura 22**Figura 23****Figura 23****Figura 25****Figura 26**

As imagens masculinas são significativamente diferentes. Ilustrando um conto as figuras 27 e 28 mostram senhores com expressões sisudas e vestimentas formais. A primeira imagem mostra um homem sentado ao lado de uma escrivaninha com alguns papéis, com ar

pensativo e sério. Está vestindo um casaco e seu corpo parece pronto para levantar e sair. A segunda imagem mostra dois homens na rua conversando. Ambas as imagens deixam claro o espaço do masculino, que em contraposição ao feminino reside no movimento e na ação do espaço público.

Figura 27



Figura 28



O discurso textual da Revista Feminina incentivava o trabalho feminino, mas a narrativa visual conta outra história. A mulher que trabalhava fora do ambiente doméstico, não zelava pelo lar e era, ao mesmo tempo, causa e consequência direta dos males modernos. As práticas cotidianas apresentadas nas imagens da referida revista mantinham a divisão naturalizada das funções sociais: a mulher caberia o reinado doméstico e ao homem a gerência do público.

A análise à luz dos discursos de época descortina a possibilidade de entendimentos das construções sociais que naturalizaram os lugares sociais entre os gêneros. A mulher moderna deveria saber incorporar as novidades do mundo, sem perder as características de docilidade e submissão já consagradas no império brasileiro.

Acredito que a possibilidade de mudança dos discursos e práticas, que tendem a emoldurar mulheres e homens em quadros definidos sobre suas condutas em sociedade, reside no entendimento de que as funções sociais são historicamente construídas.

As narrativas visuais apresentadas ao longo da *Revista Feminina* evidenciam sistemas de representações que consagram a dicotomia entre público/privado como parte do universo feminino/masculino. Experiências vividas ou expectativas idealizadas, tais referências ainda permeiam as noções subjetivas de constituição do feminino e do masculino, referendadas por imagens que visam consagrar os interesses, os comportamentos e as atitudes em nossa sociedade.

FONTE

Revista Feminina. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos. Janeiro de 1923.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSANEZI, Carla. Revistas Femininas e o ideal de Felicidade Conjugal (1945-1964). In: Cadernos Pagu. De trajetórias e sentimentos. Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. São Paulo: Campinas, n. 1, 1993.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger (org.). Práticas da Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: Cadernos Pagu. Fazendo história das mulheres. Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. São Paulo: Campinas, n. 4, 1995.
- _____. A Aventura do Livro: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. História da Leitura no Mundo Ocidental. São Paulo: Ática, 1999, v. 2.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Espelho da Mulher: Revista Feminina (1916-1925)*. São Paulo: USP, Tese de doutoramento, USP, 1991, mimeo.
- NUNES, Luciana Borre. A cultura visual nas tramas escolares: a produção da feminilidade nas salas de aula. In: MARTINS, Raimundo e TOURINHO, Irene (orgs.) Cultura visual e infância: quando as imagens invadem a escola... Santa Maria: Ed.UFSM, 2010, p. 37-.
- SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Erico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- YALOM, Marilyn. *A História da Esposa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

PERFIS FEMININOS NA LITERATURA INFANTIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E COMPARATIVA (1930-1950)

Ana Carolina Siqueira VELOSO¹

kkarolveloso@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo apresenta dados iniciais de uma pesquisa de caráter histórico sobre os perfis dos personagens femininos na literatura infantil de Monteiro Lobato e visa contribuir com pesquisas que se debruçam sobre os estudos de gênero, e suas representações nas décadas de 30 à 50 no contexto brasileiro. Num primeiro momento, ressaltamos a interferência das duas principais correntes de educadores nos lançamentos literários da época: Pioneiros da Escola Nova e Reformadores Católicos. Desse modo, através de pesquisa bibliográfica e documental (cartas e catálogos) realizamos um breve estudo comparativo entre a coleção de Monteiro Lobato: Sítio do Pica-Pau Amarelo e a coleção da Livraria José Olympio Editora: Coleção Menina e Moça. Observamos, nesta disputa editorial, diferentes concepções de infância e mocidade femininas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Infantil, Feminino e Monteiro Lobato.

ABSTRACT: This paper presents initial data of a historical research about profiles of females characters in children's literature by Monteiro Lobato and aims to contribute to researches that focus on studies about gender, and their representations in the 30 to 50. At first, we emphasize the interference of the two main currents of literary educators in the release of the season: Pioneiros da Escola Nova e Reformadores Católicos. Thus, through research literature and documents (letters and brochures) conducted a brief comparative study between Monteiro Lobato's collection: Sítio do Pica-Pau Amarelo and the Bookstore José Olympio publisher's collection: Coleção Menina e Moça. We observed in this editorial dispute, different concepts of brazilian feminine childhood and youth .

KEYWORDS: Childrens Literature, Feminine and Monteiro Lobato.

Nos estudos realizados no período da graduação em Pedagogia (2009) ² pude verificar que os diferentes estilos e suportes textuais requerem variados protocolos de leitura.³ As palavras do sociólogo Bourdieu (2001) apontam que:

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

² *A Leitura do Jovem: Concepções e Práticas*, realizada entre os anos de 2007 e 2009, no âmbito da Faculdade de Educação da UERJ, coordenado pela Prof^a Dr^a Márcia Cabral da Silva. Contou com o financiamento do CNPQ e foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa *Infância, Juventude Leitura, Escrita e Educação*,

Pensamos que ler um texto é compreendê-lo, isto é, descobrir-lhe a chave. Quando de fato nem todos os textos são feitos para serem lidos neste sentido. (...) Há toda espécie de texto que pode passar diretamente ao estado da prática, sem que haja necessariamente mediação de uma decifração no sentido em que a entendemos. (p. 234)

Em que pese esta modalidade de texto, somos capazes de identificar a sua natureza formadora, mesmo que “cada vez mais as pessoas leiam por razões utilitárias: para compreender formulários, contratos, bulas de remédio, projetos, manuais, etc...” (GRAMMONT, 1999, p. 74). Assim, ao estudarmos a formação de leitores, há de se ter definido de que leitura falamos, dimensão que, nos dias atuais, parece estar cada vez mais ligada àquelas que descrevem situações objetivas e têm uma finalidade mais concreta, como manuais que enumeram ações para a montagem de um eletrodoméstico, por exemplo. Esses suportes de leitura não privilegiam a capacidade de desenvolver um ser humano ser criador. Caracterizado pelas frases curtas e pelos verbos no imperativo: “retire, coloque, enrole, puxe”, não requerem do leitor esforço para a interpretação, apenas discriminam modos de fazer que devam ou não ser executados.

Ainda hoje se discute a utilidade da leitura. Segundo Marisa Lajolo (2006), nos dias de hoje percebem-se duas divisões: a leitura prazerosa, exclusiva para as classes abastadas e a leitura para o trabalho, dedicada às classes menos favorecidas. Inquietam-me estas questões limitadoras, que, se hoje depõem contra as camadas populares, nos séculos XIII e XIV foram impostas também às mulheres e às crianças. No período estudado (1930-1950) essas limitações de utilidade recaíam sobre as mulheres: “A leitura deles (filósofos europeus), mais do que a de romances, capacitava a mulher para o exercício de suas funções: educar e ensinar seus filhos adequadamente (...)” (HELLER, 2006, p. 73).

Para entendermos tais relações, importa analisar as lutas e os avanços de outras épocas, de modo a perceber as mudanças e as táticas dos que foram além de seu tempo.

As disputas travadas no campo da literatura voltada para a infância, para meninas e moças são particularmente relevantes. Neste sentido me instiga a investigação da obra daquele que parece ter renovado a literatura infantil brasileira, como indica a historiografia clássica

constituído no ano de 2006. Esta pesquisa teve como principal objeto de estudo o jovem leitor da cidade do Rio de Janeiro (VELOSO, 2007).

³ Os *protocolos de leitura* são elementos que visam direcionar a prática de leitura dos indivíduos. Esses elementos podem advir da ação do editor sobre o suporte tipográfico ou selecionados pelo próprio autor do texto indicando o sentido por ele pretendido. Este é um conceito ampliado nos estudos de Roger Chartier (1994, 2000, 2001).

sobre o assunto (ARROYO, 1968; LAJOLO, 2000; COELHO, 1998). Como falar de inovação em literatura infantil e juvenil sem estudar Lobato? Como não se surpreender com seus personagens questionadores? Com falar em *ser* humano, sem lembrar a maior apreciadora deste verbo, a bruxa de pano, Emília?

Monteiro Lobato é considerado pelos estudiosos um marco na Literatura Infantil brasileira. “Ele só não fez poesia para crianças. Tornando-se assunto de filmes, peças de teatro, histórias em quadrinhos e seriados de televisão (...) Por essas e por outras, é que, sozinho, é quase um sistema literário inteiro” (ZILBERMAN, 2005, p. 33). Nelly Novaes Coelho é também enfática e escreve que a Monteiro Lobato “coube a fortuna de ser, na área da literatura infantil e juvenil, o divisor de águas que separa o Brasil de ontem e o Brasil de hoje” (1995). Monteiro Lobato escreveu seu primeiro livro infantil em 1921, *A Menina do Narizinho Arrebitado*, e o último em 1944, *Os Dozes Trabalhos de Hércules*.

Necessário observar que essa escolha tenha dois lados: torna-se frutífero analisar suas obras e as possíveis transformações da própria infância. No entanto, pelo mesmo motivo, teóricos de diferentes linhas e instituições, como Marisa Lajolo e João Cecantinni (2008), Cilza Bignotto (2007), Regina Zilberman (1983) têm se dedicado a mapear o alcance de sua obra.

No presente trabalho, proponho-me a discutir uma faceta da obra literária de Lobato que me chama a atenção e parece não ter sido esgotada, já que em uma breve revisão bibliográfica sobre o autor e suas obras, encontrei apenas um título que trata do tema escolhido: o papel das personagens feminina nos livros infantis de Lobato⁴. A atual pesquisa desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa *Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação* acrescentou novas questões à minha curiosidade. Na atual pesquisa bibliográfica e documental sobre os títulos da Coleção Menina e Moça⁵, editados pela Livraria José Olympio Editora entre os anos 30 e 50, observamos forte acento prescritivo. Nas palavras da pesquisadora:

Observou-se, portanto, tratar-se de um misto entre material de leitura prescritivo, capaz de oferecer ao mesmo tempo advertência moral e ensinamentos. Além disso, o exame dos discursos registrados nos diversos suportes de texto permite inferir a intenção de fazer circular obra de ficção inofensiva para a então considerada fase

⁴ Refiro-me a dissertação de mestrado de Karina Klinke: “Meninas em estado de sítio”, pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

⁵ Os títulos da Coleção Menina e Moça são traduções da Bibliothèque de Suzette, uma série de romances franceses idealizados para educar a infância e a mocidade feminina. (SILVA, 2010)

delicada feminina, entre 9/10 a 16/17 anos de idade, que todo cuidado deveria adotar para o conhecimento do mundo. (SILVA, 2010, p.102)

Como a Coleção Menina e Moça, constituída de romances “cor de rosa”, “açucarados”, podia ser editada e vendida no mesmo contexto das obras protagonizadas pela irreverente Emília criada por Monteiro Lobato? Como o público poderia se interessar por material de leitura com ideologias tão diferentes? Se no primeiro encontramos os preceitos da Igreja Católica, e as mulheres voltadas para a família e a missão da maternidade (SILVA, 2009); no segundo, configura-se um sítio governado por uma mulher, que discute política, e meninas e moças que se preocupam com guerras e outros problemas sociais da humanidade:

– Não há tal, minha filha. A humanidade forma um corpo só. Cada país é um membro desse corpo, como cada dedo, cada unha, cada mão, cada braço ou perna faz parte do nosso corpo. Uma bomba que cai numa casa de Londres e mata vovó de lá, como eu, e fere uma netinha como você ou deixa aleijado um Pedrinho de lá, me dói tanto como se caísse aqui. É uma perversidade tão monstruosa, isso de bombardear inocentes, que tenho medo de não suportar por muito tempo o horror desta guerra. Vem-me vontade de morrer. Desde que a imensa desgraça começou não faço outra coisa senão pensar no sofrimento de tantos milhões de inocentes. Meu coração anda cheio da dor de todas as avós e mães distantes, que choram a matança de seus pobres filhos e netinhos. (LOBATO₁, 1957, p. 8)

Neste primeiro momento, através de estudo comparativo entre as coleções, estimamos que algumas possíveis respostas relacionam-se ao contexto histórico, bastante turbulento, e que acarretou mudanças no campo da política, da educação e das artes . O perfil de uma das figuras de maior expressão nacional da época ilustra essas mudanças:

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. Deposto em 1945, voltaria à presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por se suicidar em 1954. (FAUSTO, 1995, p.331)

Para fins deste trabalho, observamos as mudanças relativas ao campo da educação, sem esquecer que elas estão direta ou indiretamente relacionadas às transformações dos demais campos. A educação brasileira começava assimilar uma linha pedagógica um tanto

redundante, pois era nova até no nome. Novas teses pedagógicas e psicológicas, que nos Estados Unidos tinham como principal expoente John Dewey, tiveram clara influência nas mudanças educacionais brasileiras. O psicólogo americano era enaltecido pelas principais figuras da reforma educacional, como, por exemplo, neste fragmento extraído da obra de Anísio Teixeira:

John Dewey, a quem coube a formulação mais demorada e mais completa desse método de filosofia (mais do que sistema filosófico), muito se esforçou para afastar as confusões e desinteligências, e a sua contribuição foi decerto das maiores, se não a maior, na empresa de integrar os estudos filosóficos de nossa época no campo dos estudos de natureza científica, isto é, fundados na observação e na experiência, na hipótese, na verificação e na revisão constante de suas conclusões. (1930, p.21)

No entanto, a influência estrangeira se limitava a uma metodologia dedicada à experimentação científica, ao seu caráter prático e não cultural. A Escola Nova, como ficou conhecido o movimento, propagava uma escola única e brasileira, reconhecendo o nacionalismo como um movimento de proteção e consciência de iminentes adversidades. Anísio Texeira (1956) reflete sobre as bases deste movimento:

Pelo nacionalismo, os indivíduos da nação se fazem verdadeiramente irmãos e tudo que atinja a cada um passa a atingir a todos. Por isto mesmo, antes de mais nada, o nacionalismo aguça em cada um o sentimento de justiça para com os demais habitantes do país, impondo a participação de todos na vida nacional e fazendo crescer a coesão e a consciência de igualdade entre eles. Passam todos, efetivamente, a se sentirem cidadãos da mesma pátria, com direito à mútua solidariedade e a certa igualdade fundamental. Não é, assim, o nacionalismo senão e apenas indiretamente um movimento de defesa do país contra inimigos externos. Muito mais do que isto, é um movimento da consciência da nação contra a divisão, o parcelamento dos seus filhos entre "favorecidos" e "desfavorecidos" e contra a alienação de sua cultura e de seus gostos, voltados antes para a imitação e a admiração do estrangeiro do que para o amor esclarecido de suas próprias coisas; e a favor da integração de todos na pátria comum, com um mínimo de justiça social, a favor do desenvolvimento de sua cultura como cultura própria e autônoma e a favor da solução de suas contradições econômicas e sociais e da correção gradual de seus defeitos maiores, que passam a ser reconhecidos sem desprezo, analisados com denodo e vigorosamente combatidos. Esse movimento é, pois, acima de tudo uma mudança de mentalidade, um novo estado de espírito, uma

emancipação, uma chegada à maioridade, uma afirmação de vontade afinal madura e superior: a plena consciência de um desígnio coletivo, capaz de dar à nação coerência e de lhe dirigir a vida. (p.23)

Esse ideário que propagava a unidade nacional não seria conquistado através das escolas privadas, pois estas se constituem de e para uma classe determinada. Além disto, em sua maioria, eram ligadas às instituições católicas, sendo de caráter facultativo e distintas entre os sexos. Era necessária uma escola pública para todos, que desse conta não só de uma formação literária, mas do cidadão por completo. Era preciso um local onde os estudantes pudessem vivenciar a solidariedade, uma escola viva que respondesse ao interesse e curiosidade das crianças, incentivando-as à investigação. Desta maneira, mesmo ligada ao Estado, a escola teria autonomia para adaptar suas ações à cultura local, assim:

O Estado é que confiaria a órgãos locais, previstos na lei orgânica dos municípios ou numa lei orgânica de educação, a administração, - por motivos de expediente, pois o órgão local seria mais eficiente do que o órgão estadual, distante na gerência da escola; por motivos sociais, pois assim melhor se caracterizaria a natureza local da instituição e o seu enraizamento na cultura local; e ainda por motivos econômicos, pois isto permitiria a adaptação da escola aos níveis econômicos locais. (TEIXEIRA, 1956, p.30)

Em 1933, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles e outros nomes em destaque na esfera pública assinam o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que constatava a distância entre o aparelho educacional brasileiro e o de outros países latino-americanos, como a Argentina, México, Uruguai, além da necessidade de instaurar uma escola primária pública, laica e obrigatória de horário integral. A democracia dependeria destas mudanças, pois:

(...) de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior somma de sacrifícios; aquelle com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquelle em cujo cumprimento os erros praticados se projectam mais longe nas suas consequências, agravando-se á medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizal-os, entretém, cultiva e perpetúa a identidade da consciencia nacional, na sua comunhão intima com a consciencia humana. (TEIXEIRA, 1984, p. 424)

O embate educacional repercutia de forma contundente na literatura infantil. Lobato era divulgado pelos precursores da Nova Escola. Em destaque, o pensamento de Fernando de Azevedo (1997):

(...) intuitiva e pioneiramente, Monteiro Lobato já explorava o imaginário, percorria os arquétipos e viajava pelos meandros do inconsciente coletivo de uma maneira crítica e criativa. Por meio de suas invenções narrativas ensinava a meninada a questionar a veracidade das convenções impostas pelos adultos (Apud: AZEVEDO, Carmen L., CAMARGOS, M., SACCHETTA, V. p. 232).

Na mesma medida em que a coleção lançada por José Olympio em 1934 era aprovada e propagada por pensadores católicos, como Alceu Amoroso Lima:

Iniciativa altamente louvável. São raros os bons livros para moças em português. Uma coleção como essa, em que a qualidade literária não perturba o nível moral e vice-versa, é um grande serviço prestado à mocidade feminina (Apud: SILVA, 2009, p. 8).

Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athaíde, gozava de grande prestígio, pois, além de presidente, era o fundador da Ação Católica Brasileira (ACB) e da Liga Eleitoral Católica (LEC). Por participar ativamente da renovação católica, seu aceite garantia a qualidade do material literário e, principalmente, reforçava o duplo teor instrutivo dos romances: como incentivadores da moral cristã e inofensivos às moças, acentuando-os como um artigo de formação de seu caráter.

Muitas das questões que agitam esse período histórico (1923-1950) estavam relacionadas à mulher. Na medida em que se veem forçadas a avançar em direção ao mercado de trabalho, para contribuir com o orçamento familiar e começam a reconstruir a imagem do gênero e seu espaço social naquela sociedade:

Em meio às principais demandas femininas do novo século constatavam a redução da jornada de trabalho e a educação igualitária entre os sexos; reivindicações que contaram com a intensa participação das mulheres operárias. As trabalhadoras engajadas no movimento operário anarquista foram muito além em suas demandas, reivindicando uma real libertação feminina do jugo masculino e a modificação dos currículos escolares femininos. (MORONARI, 2006, p.85)

Ainda de acordo com Moronari (2006), uma das percussoras do movimento feminista do Brasil, Bertha Lutz, buscou inspiração para o fortalecimento do movimento nacional nos Estados Unidos da América:

Berta Lutz também pertencia a uma família de alto capital financeiro e intelectual. Estudou em Paris e foi fortemente influenciada pelo movimento feminista norte-americano. Este, em seus primórdios, assim como a FBPF, não procurou subverter a ordem estabelecida entre os gêneros, mas apenas garantir alguns direitos e pretensões às mulheres. Outra semelhança entre ambos os movimentos é que eles se espalharam por todo território nacional em uma época de difícil locomoção e comunicação, utilizando a mesma estratégia principal, a imprensa escrita (p. 91).

Por sua vez, Monteiro Lobato reconheceria o crescente poder das mulheres:

O mais curioso da América é o grau de independência a que se alçou a mulher. Estão no seu paraíso. Riem-se de puro bem-estar. São donas do homem. Fazem as leis. Dirigem o país. E que lindas pernas têm! (LOBATO. Apud: AZEVEDO, Carmen L., CAMARGOS, M., SACCHETTA, V. 1997 p.283)

Neste trabalho, busco compreender, ainda que em caráter preliminar, o perfil feminino representado na obra infantil e juvenil de Lobato. Esta análise poderá auxiliar a compreender a formação das meninas e moças da época sobre outro ângulo, talvez mais refinado, pois “atento ao ambiente sociocultural à sua volta, rapidamente Lobato detecta o feminismo, uma tendência que se ia firmando naquela sociedade”. (LOBATO. Apud: AZEVEDO, Carmen L., CAMARGOS, M., SACCHETTA, V. 1997 p. 238).

Os livros de Lobato teriam sido concorrentes da coleção do “entre-aberto botão e entre-fechada rosa”⁶ editada por José Olympio? Sabemos que foi aplaudido por alguns e criticado por outros. Em revistas católicas, por exemplo, era alvo de duras críticas:

Há em toda ela situações, episódios, conselhos, conclusões morais que expressam grande pessimismo no valor dos homens, na sua capacidade de aperfeiçoar-se,

⁶ No primeiro título publicado na segunda edição da Coleção Menina e Moça (1947), nas páginas posteriores às folhas de rosto, o editor José Olympio dedica o poema “Menina e Moça” de Machado de Assis as suas leitoras: “Está naquela idade inquieta e duvidosa\Que não é dia claro e já o alvorecer**Entre-aberto botão, entre-fechada a rosa**\Um pouco de menina e um pouco de mulher.” (Grifos meus, Giraud, Mad. *Sir Jerry Detective*, 1947, p.12)

numa ironia nada construtiva, mas quase sempre ao alcance da inteligência infantil e, por isso mesmo, perigosa. (CAVALHEIRO, 1962, p. 594)

Podemos encontrar o motivo do repúdio de uma corrente da Igreja Católica em vários títulos e diferentes passagens. Já no seu livro de estreia, *A Menina do Narizinho Arrebitado*,⁷ algumas passagens que tratam do casamento de Emília parecem revolucionárias no cenário geral. Num primeiro momento, a personagem Narizinho, ao tratar do casamento, segue as tradições e apresenta a boneca e suas prendas, ao pai no noivo:

– E não é só isso – interveio Narizinho. Bonita e prestimosa como não há outra! Sabe fazer tudo. Cozinha na perfeição, lava roupa e lê livros que nem uma professora. Emília é o que se chama uma danada. (LOBATO, 1957, p. 86)

Ademais, suas palavras demonstram a importância da instituição: “– Não devo dar opinião, Emília. Você tem que decidir por si mesma. Casamento não é brincadeira.” (LOBATO, 1957, p.88), mas, por outro lado, concede autonomia à noiva. Podemos inferir que essas não seriam as palavras de uma mãe ou educadora da época, pois a pesquisadora Barbara Heller (2006) indica a resposta de uma das consultoras da Revista Feminina⁸ sobre a dúvida do casamento:

Recebi a carta em que fazes a embaraçosa confidência de teu noivado. Dizes que não ama o teu noivo, mas confessas que ele é um homem honrado, bom, afetuoso e inteligente. É difícil que encontre um moço com tantas qualidades. Casa-te com ele, embora não o ames.
O amor vem depois, é uma coisa que se faz com o hábito. Casa-te e serás feliz.
Quem dá este conselho não sou eu, que tenho pouca experiência da vida, pois temos quase a mesma idade. Quem o dá é Paul Bourget que, como sabes, é o mais fino e autorizado conhecedor desses assuntos. (p. 90.)

No entanto, desde as primeiras obras, Emília mostra que suas ideias sobre o casamento são diferentes, talvez com tonalidades progressistas para o contexto da época:

⁷ *A Menina do Narizinho Arrebitado* sofreu algumas modificações a partir de sua 1ª. edição em 1921. Desde 1931, até os dias atuais, as primeiras aventuras de Narizinho compõem o título *Reinações de Narizinho*, junto aos episódios “O Marquês de Rabcó”, “O Irmão do Pinóquio” e outros.

⁸ A Revista Feminina foi publicada de 1914 a 1936 e, além da longevidade, chama a atenção pela “organização editorial e, principalmente, pelas discussões internas sobre o que se devia dar como leitura às mulheres do Brasil” (HELLER, 2006, P. 79).

Emília não se mostrava disposta a casar. Dizia sempre que não tinha gênio para aturar marido, além de que não via lá pelo sítio ninguém que a merecesse.

(...) Emília pensou, pensou, pensou e disse:

– Pois bem, aceito! Mas desde já vou dizendo que não saio daqui. Caso-me, mas não vou morar com Rabicó enquanto ele não virar príncipe novamente (LOBATO₄, 1957, p. 82-83).

E, mesmo aceitando o pedido, não é o ideal de esposa dos anos de 1920 ou de 1930. Assim como as mulheres norte-americanas observadas pelo autor, tem as rédeas de seu marido e utilizar-se-ia do divórcio para conseguir a felicidade, ou melhor, um título maior:

– Não tem, mas, nem meio mas! Quem manda neste casamento sou eu. O marquês fica por lá e eu por cá – declarou Emília, toda espevitadinha e de nariz torcido (LOBATO₄, 1957, p.89).

– Emília é uma emproada, príncipe, que não dá confiança ao marido. Casou-se só por casar, pelo título, e se encontrar por aqui algum duque, é bem capaz de divorciar-se do marquês (LOBATO₄, 1957, p. 110).

Ainda em comparação aos estudos realizados por Barbara Heller, convém abordarmos outro aspecto, que pode ser considerado polêmico, principalmente, no horizonte dos papéis femininos dos anos vinte e trinta. As práticas de leitura de dona Benta, por exemplo, parecem distantes daquelas recomendadas pelas autoridades. Acompanhemos as palavras de Julia de Lopes Almeida, escritora de romances, manuais, livros infantis, que pregavam a moral e a boa conduta cristã:

Continue a estudar; leia com cuidado. Um bom livro é sempre salutar para a alma. Fuja das teorias filosóficas e das exposições pessimistas dos espíritos doentes. Não se deixe prender, como tantas outras mulheres inteligentes do nosso tempo e da sua instrução, pelos assuntos guindados das teses sociais; deixe tais argumentos à competência e à prática dos homens (Apud: HELLER, 2006, p.74).

Numa breve leitura das obras de Lobato, podemos colher algumas leituras da avó da menina, que, segundo Julia Lopes de Almeida (Apud: HELLER, 2006), deviam ser destinadas à competência masculina:

– *Tenho aqui um livro de Hendrik Van Loon, disse ela (dona Benta), um sábio americano, autor de coisas muito interessantes. Ele sai dos caminhos por onde todo mundo anda e fala das ciências dum modo que tudo vira romance, de tão atrativo. Já li para vocês a geografia que ele escreveu e agora vou ler este último livro – História das Invenções do Homem, o Fazedor de Milagres (LOBATO₃, 1957, p.310).*

Dona Benta pareceria um Camile Flammarion de saia. Esse Flammarion foi um sábio francês que escreveu livros lindos e explicativos. 'Quem não entender o que esse homem conta', costumava dizer dona Benta, 'é melhor que desista de tudo. Seus livros são poemas de sabedoria, claríssimos como água (LOBATO₅, 1957, p. 205).

Assim se comportam os filósofos, isto é, os homens de juízo. Tenho esperança de que também a Humanidade, quando alcançar a era do juízo, resolva todas as suas questões com a filosofia dum Sócrates, em vez de resolvê-las, como até aqui, a tiro e facadas. O tempo, só o tempo pode curar o grande defeito da Humanidade – que é ser muito criança ainda. “Assim terminou dona Benta o seu apanhado da história do mundo (LOBATO₃, 1957, p.313)” p. 224.

Como procuramos refletir ao longo deste estudo, a análise dos livros publicados por Monteiro Lobato pode ser frutífera, assim como a correspondência já publicada e uma outra parte que se encontra no Fundo Monteiro Lobato (FML) sob a guarda do IEL/UNICAMP, além de notícias ou críticas de jornais da época. Sublinhamos, de um lado, o caráter transgressor da figura feminina protagonizado pela boneca Emília. De outro, a natureza recatada dos livros ficcionais voltados para as meninas e as moças no cenário da época. A literatura infanto-juvenil e os estudos de gênero no Brasil podem indicar pois, semelhanças e disparidades sobre perfis femininos no período assinalado .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARROYO, L. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968

AZEVEDO, Carmen L., CAMARGOS, M., SACCHETTA, V. *Monteiro Lobato - furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC, 1997.

BIGNOTO, Cilza Carla. *Monteiro Lobato e a infância na república velha*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memória>>. Acesso em: 14 mai. 2003

BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger.(org) *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo, Nacional, 1962. 2 v.

- CECCANTINI J.L. e LAJOLO M. *Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2000.
- CHARTIER, Roger. *Do códice ao monitor: a trajetória do escrito*. In: Estudos Avançados, v.8, n.2, 1994. p.185-199.
- CHARTIER, Roger. (org) *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise e didática*. São Paulo: Ática, 1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: EDUSP: FDE; 1995.
- GRAMMONT, Guiomar de. *Ler devia ser proibido*. In: PRADO, Jason; CONDINI, Paulo. A formação do leitor: pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999.
- GIRAUD, Mad. *Sir Jerry detetive*; trad. de Gulnara. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.
- HELLER, Bárbara. *Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Ideias, 2006.
- LAJOLO, Marisa. (2000). *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna
- LOBATO, Monteiro 1. *A chave do tamanho*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1957.
- LOBATO, Monteiro 2. *Geografia de dona Benta*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1957.
- LOBATO, Monteiro 3. *História do mundo para crianças*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1957.
- LOBATO, Monteiro 4. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1957.
- LOBATO, Monteiro 5. *Viagem ao céu*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1957.
- MORONARI, Denilma Garcia. *Trabalho, educação e família: questões e direitos femininos em debate na Constituinte de 1934*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 2006.
- TEIXEIRA, Anísio. *Porque "Escola Nova"*. Boletim da Associação Bahiana de Educação. Salvador, n.1, 1930. p.2-30.
- TEIXEIRA, Anísio. *A escola pública universal e gratuita*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.3-27.
- TEIXEIRA, Anísio. *O manifesto dos pioneiros da educação nova*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.65, n.150, maio/ago. 1984. p.407-425.

SILVA, Márcia Cabral da. *Leitura para meninas e moças nas coleções da livraria José Olympio Editora (1930-1950)*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 2009.

VELOSO, Ana Carolina. *A Leitura do Jovem: Concepções e Práticas. Relatório parcial da pesquisa*. - Universidade do Estado do Rio de Janeiro / CNPQ - Rio de Janeiro, 2007.

ZILBERMAN, Regina. (org.). *Atualidade de Monteiro Lobato: uma revisão crítica*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler: a Literatura Infantil Brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

VIDA E MEDO: CONCEPÇÕES DE CORPO E SEXUALIDADE NA TRADIÇÃO CRISTÃ-CATÓLICA

Carolina Teles LEMOS¹

cetelemos@uol.com.br

RESUMO: Pergunta-se pelo elo de ligação entre as concepções de corpo e de sexualidade presentes em diferentes momentos da história do cristianismo-catolicismo e o lugar ocupado pelo corpo e pela sexualidade na cultura mais ampla, em períodos históricos paralelos. Descobriu-se, então, alguns elos de ligação que, por sua vez, estão fortemente interligados entre si: vida, morte, medo, pecado. Para realizar a análise de tal fenômeno, utilizou-se o pensamento de autores que tinham apresentado os significados do corpo e da sexualidade como construções culturais; buscou-se verificar, a partir da literatura disponível: como o medo da morte, que é um dado da natureza humana, se expressa nas concepções de corpo e de sexualidade apresentadas pela tradição cristã-católica; como se percebe esse medo hoje e como ele repercute nas concepções de corpo e de sexualidade na atualidade. A investigação apontou para a conclusão de que um dos possíveis motivos pelos quais o cristianismo-catolicismo investe tanta energia no controle da sexualidade e do corpo é que este representa um espaço de enfrentamento do medo da morte. Tal concepção encontra eco na cultura mais ampla, levando as pessoas a aderirem, ainda que parcialmente, por tanto tempo, o ideário cristão-católico de controle da sexualidade e do corpo.

PALAVRAS-CHAVE: corpo, sexualidade, medo, catolicismo

ABSTRACT: Our questions refer to the connection among existing body and sexuality conceptions in different moments of Christian-catholic history as well as to the place occupied by those conceptions within a broader culture, establishing a parallel to historic periods. We face a few connected links that remain strongly interacted among themselves such as: life, death, fear and sin. In order to accomplish our analyses we rely on the thoughts of authors that have shown the meanings of body and sexuality as cultural constructions. Through the available literature we search to verify how fear of death, recognized as a characteristic of human nature, is expressed in the conceptions of body and sexuality shown by christian-catholic tradition; also how this fear is perceived today and how it reflects upon

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - PUC-GO.

the conceptions of body and sexuality nowadays. The research pointed to the conclusion that one of the possible reasons why Christianity-Catholicism invests so much energy in the control of sexuality and the body is that this represents an area of confrontation of fear of death. Such design is echoed in the wider culture, leading people to join, albeit partially, for so long, the ideal Christian-Catholic control of sexuality and the body.

KEYWORDS: body, sexuality, fear, Catholicism

Introdução

O objeto desta análise é a busca pelo elo de ligação entre as concepções de corpo e de sexualidade presentes em diferentes momentos da história do cristianismo-catolicismo e o lugar ocupado pelo corpo e pela sexualidade na cultura mais ampla, em períodos históricos paralelos. Parte-se do pressuposto que há alguns elos de ligação que, por sua vez, estão fortemente interligados entre si: vida, morte, medo, pecado.

Para realizar tal análise, utilizou-se o pensamento de autores que tinham apresentado os significados do corpo e da sexualidade como construções culturais; buscou-se verificar, a partir da literatura disponível: como o medo da morte, que é um dado da natureza humana, se expressa nas concepções de corpo e de sexualidade apresentadas pela tradição cristã-católica; como se percebe esse medo hoje e como ele repercute nas concepções de corpo e de sexualidade na atualidade. É o resultado dessas buscas que apresentamos neste artigo.

1. O corpo e a sexualidade como construções culturais

Parte-se do pressuposto que o corpo se apresenta às pessoas como uma inesgotável fonte de símbolos, que é ao mesmo tempo o primeiro e mais sensível patrimônio de cada ser humano e um *locus* de produção e expressão de sentido. Os contrastes e diferenciações culturais referentes ao corpo não somente se atualizam nas representações do mesmo, mas também incidem sobre ele, replicando formas de distinção e/ou oposição postuladas entre natureza e cultura (GOLDENBERG, 2002). Sendo assim, o corpo não é apenas o objeto sobre o qual age o poder disciplinar (FOUCAULT, 2007), ele é, antes de tudo, "um portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida" (GIDDENS, 1993, p.42). O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 1994, p.80), um fato social, isto é, "uma construção cultural e não algo 'natural'" (GOLDENBERG,

2002, p.10), é um "meio de expressão (ou representação) do eu" (GOLDENBERG E RAMOS, 2002, p.21).

A sexualidade também não é algo dado naturalmente ou herdado, é também dimensão construída pelo indivíduo que pensa a si próprio. É, portanto "um aspecto maleável do 'eu', um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais (...), uma 'propriedade' potencial do indivíduo" (GIDDENS, 1993, pp.25 e 37). Trata-se de uma categoria construída socialmente, uma dimensão humana que está para além do dado biológico. Isto porque a concepção de sexualidade foi estabelecida paralelamente a outras mudanças que estavam ocorrendo nos mais diversos campos da cultura (FOUCAULT, 1993; VILLELA E BARBOSA, 1996; PARKER 1991; RUBIN, 1989; PARKER E GAGNON, 1994).

Na trilha de autores que concebem o corpo para além do dado biológico, Sarti (2010, p.5), retomando o pensamento de Mauss, afirma que o corpo é uma construção social que nos escapa, parecendo ser "naturalmente" como é. Nele os eventos biológicos humanos existem como realidades simbólicas e vão ser, não apenas "traduzidos", mas criados e recriados no contexto sócio-cultural no qual o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, inexistindo, como experiência humana, fora deste contexto. O próprio Mauss afirma que o corpo é o instrumento primeiro e o mais natural objeto técnico do ser humano, onde são inscritas as tradições de todo sistema da sociedade (MAUSS, 1974, p. 211).

A partir dessa concepção de corpo como uma construção sócio-cultural, colocou-se a pergunta: estaria a construção sócio-cultural do corpo marcada pelo medo? Se sim, o que justifica a presença de tal elemento na construção do corpo e como ele aparece? Que papel desempenham na construção sócio-cultural dos significados conferidos ao corpo as ideias religiosas oriundas da tradição cristã-católica e como o medo se faz aí presente?

2. O medo da morte: um dado da natureza humana que se expressa das mais diversas maneiras ao longo da história

Para Elias (1993^a, pp.456-459; 1993b, pp.199-202; 1997, p.73), medo pode significar pavor, terror, mas também pode significar angústia em relação ao desconhecido, ao por vir. A intensidade do medo está, portanto, relacionada com o nível de conhecimento do homem sobre aquilo que lhe causa o medo, indo desde o medo imediato das ações de outros homens, medo de sofrer violência física imediata, pavor, terror, passando a um tipo de angústia em

relação ao desconhecido, ao que poderá vir. Essa relação torna-se mais visível quando o homem depara-se com os perigos advindos da natureza não-humana.

Em perspectiva semelhante à de Elias, Delumeau (1989) afirma que a psiquiatria separou, no plano individual, o medo e a angústia, “outrora confundidos pela psicologia clássica”. Medo e angústia são “dois pólos em torno dos quais gravitam palavras e fatos psíquicos ao mesmo tempo semelhantes e diferentes”. O temor, o espanto, o pavor ou o terror, devem ser considerados como medo; já os sentimento de inquietação, de ansiedade e de melancolia, devem ser considerados como angústia. A diferença está em que o medo possui “um objeto determinado ao qual se pode fazer frente”, pois refere-se a algo conhecido. Já a angústia não possui, nem conhece, esse objeto, sendo “vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança” (DELUMEAU, 1989, p.25).

Para Delumeau, a necessidade de nos sentirmos seguros, “é fundamental; está na base da afetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo de morte e a segurança, símbolo da vida” (DELUMEAU, 1989, p.19).

Pelo que se pode apreender da leitura dos autores acima citados, percebe-se que a história do ser humano é uma história de embates e diálogos permanentes com o medo (DELIMEAU, 1989, p.12); pois a necessidade de segurança é fundamental e está na base da afetividade e da moral humanas; a “insegurança é símbolo de morte e a segurança é símbolo da vida” (p.19); é, portanto, um erro não levar a análise da angústia até o enraizamento na necessidade de conservação ameaçada pela previsão da morte. O ser humano é o único ser que sabe que morrerá e é também o único ser no mundo a conhecer o medo num grau tão temível e duradouro (p.19). Com esta afirmação, Delumeau faz uma estreita relação entre o medo, essa “emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação” (p.23) e a certeza da morte como aspectos correlatos da condição humana. Sendo assim, a história de enfrentamentos e de diálogos com o medo se constitui também em uma história de enfrentamentos e de diálogos com a morte. Nesse mesmo sentido afirma também Bauman (2000, p. 39) que

a maior descoberta feita pela espécie humana, descoberta que a tornou tão especial e sua paz de espírito, sua sensação de segurança, tão difícil de alcançar, foi a da fatalidade da morte, universal, inevitável e intratável, a aguardar todos os

indivíduos. O ser humano é a única criatura que sabe que vai morrer e que não há como escapar da morte.

A experiência real da morte é individual e solitária. O ser humano é o único que pode antever a morte e filosofar sobre ela. É o único que tem consciência da morte e, por isso, segundo Edgar Morin (1997), teme a morte por medo da desintegração de sua individualidade. Nesta individualidade encontramos os nossos desejos, a afirmação do nosso eu, quem somos, o que queremos, o que fizemos, quem amamos, tudo aquilo que acreditamos que nos pertence e, portanto, constrói e legitima a nossa existência. Vivemos em conflito entre a constatação que somos seres mortais e o desejo da imortalidade. Este conflito, segundo Morin, gera uma tensão que resulta em angústia: “a idéia da morte surge a partir de uma emoção, de um sentimento, de uma consciência da perda da individualidade” (MORIN, 1997, p.33).

Também Chauí (1987, pp. 36-9), em ensaio sobre o medo, após elencar os diferentes significados conferidos ao mesmo, afirma que todos os tipos de medo convergem, em todos os tempos, para o principal deles, o medo da morte e “de todos os males que possam simbolizá-la, antecipá-la, recordá-la aos mortais”, e de todos “os entes reais e imaginários que sabemos ou cremos dotados de poder de vida e de extermínio”, tais como, a “cólera de Deus”, a “manha do Diabo”, a “crueldade do tirano”, a peste, a fome, o fogo, as guerras, etc (p. 36).

Se a morte se apresenta aos seres humanos como o perigo matriz, do qual surgem todos os medos e angústias, como se relaciona com esse medo e com as formas de enfrentamento do mesmo o ideário cristão-católico sobre o corpo e a sexualidade? É o que tentaremos verificar nos itens a seguir.

3. O controle do corpo e da sexualidade como formas de enfrentamento do medo da morte

Na perspectiva de Bauman (2000, p.39), como o ser humano é a única criatura viva que sabe de sua transitoriedade, ele tem que imaginar a eternidade “uma existência perpétua que, ao contrário da sua, não tem começo nem fim”, mas que entre ela e a existência real há uma frágil conexão, contingente e quebradiça “sempre vulnerável, a ponto de se romper a qualquer momento”. Continua o referido autor afirmando que “sejam quais forem os laços e pontes seguros e permanentes entre as duas existências, têm ainda que serem descobertos ou construídos, vigiados continuamente e regularmente servidos”.

A partir do pensamento de Bauman, pensa-se que é nesse processo de enfrentamento e de tentativa de criação e de manutenção de laços de conexão entre a existência real e a eternidade imaginária que se insere grande parte do pensamento cristão-católico sobre o corpo e a sexualidade e da receptividade do mesmo pela população nos mais diferentes períodos históricos. Afirma o referido autor (BAUMAN, 2000, pp.51-52) que

na sua forma bruta, o medo existencial que nos torna ansiosos e preocupados é incontrolável, intratável e, portanto incapacitante. A única maneira de suprimir essa verdade horripilante é dividir o grande medo esmagador em pedacinhos menores e controláveis – reformular a grande questão (sobre a qual nada podemos fazer) num conjunto de pequenas tarefas ‘práticas’ que podemos esperar realizar. Nada acalma mais o ser pavoroso que não conseguimos erradicar do que se preocupar e ‘fazer algo’ a respeito do problema que podemos enfrentar.

De uma certa maneira, a afirmação de Bauman se aproxima do que afirmara Delumeau (1989, p.32), que o Ocidente encontrou um inimigo comum que sintetizava todos os medos (o medo dos turcos, dos judeus, dos heréticos, das mulheres) nos quais foi desmembrado o medo matriz, o medo da morte: Satã. Mas como este ser (Satã-morte) se apresentava por demais inacessível à população para que esta o enfrentasse, os homens da Igreja “levantaram o inventário dos males que ele é capaz de provocar e a lista de seus agentes: os turcos, os judeus, os heréticos, as mulheres (especialmente as feiticeiras). Uma vez tendo feito isso,

partiram à procura do Anticristo, anunciaram o juízo final, prova certamente terrível, mas que seria ao mesmo tempo o fim do mal sobre a terra. Uma ameaça global de morte viu-se assim segmentada em medos, seguramente temíveis, mas ‘nomeados’ e explicados, porque refletidos e aclarados pelos homens da Igreja.

E, continua o autor, por isso mesmo, “perigos e adversários contra os quais o combate era, senão fácil, ao menos possível, com a ajuda da graça de Deus”. É nesse contexto que os principais discursos sobre o corpo e a sexualidade são construídos e disseminados pela tradição cristã-católica. Mas o que diz tal tradição sobre o corpo e a sexualidade e como essa forma de ver a ambos interage com a cultura mais ampla?

Em investigações anteriores cujos resultados já foram publicados, verificou-se que tal tradição centrou seus discursos na necessidade de que os homens controlem seu próprio corpo

e também controlem os corpos das mulheres, uma vez que na concepção dos pensadores dessa tradição, as mulheres são pouco capazes de cuidarem de si mesmas, e que os possíveis descuidos delas poderia por em risco a salvação de ambos os sexos (LEMOS, 2005).

Um dos eixos em torno do qual giram as afirmações cristãs-católicas sobre o corpo e a sexualidade é precisamente os conceitos de carne (corpo) e espírito (alma). Afirma Duby (1990, p. 515) que

é preciso acentuar que as atitudes em relação ao corpo eram governadas pela concepção dualista sobre a qual se construía toda representação do mundo. Ninguém colocava em dúvida que a pessoa fosse formada de um corpo e de uma alma, que fosse partilhada entre a carne e o espírito. De um lado, o perecível, o putrescível, o efêmero, o que deve voltar a ser pó, que, no entanto, é chamado a reconstituir-se para ressuscitar no último dia; do outro, o imortal. De um lado o que é atraído para baixo pelos pesos, pelas opacidades das substâncias carnis; do outro, o que aspira à perfeição celeste. O corpo, portanto, é considerado perigoso: é o lugar das tentações; dele, de suas partes inferiores, surgem naturalmente as pulsões incontrolláveis; nele se manifesta o que depende do mal, concretamente, pela corrupção, pela doença, pelas purulências às quais nenhum corpo escapa; sobre ele se aplicam os castigos purificadores que expulsam o pecado, a falta.

Nesse mesmo sentido, Foucault (1985, p.24), com base no pensamento de Cassiano (teólogo cristão do século III da era cristã), afirma que o combate da castidade se insere em uma concepção dualista, segundo a qual os vícios têm duas matrizes: os grilhões da carne (a gula e a fornicção) e os grilhões da alma (a avareza e o orgulho). No caso dos grilhões da carne, os vícios da gula e da fornicção (prática do sexo ilícito) funcionam “como uma árvore gigante que estende ao longe sua sombra” e que deve ser desenraizado (FOUCAULT, 1985, p.26). A fornicção, assim como a gula, tem suas raízes no corpo e, para vencê-la, só macerando-o através de vigílias, jejuns, o trabalho que mói o corpo. No entanto, enquanto a gula deve ser combatida comedidamente (pois não se pode renunciar a todo alimento), ao combate à fornicção não deve ser imposto limite: “tudo o que possa nos levar a ele deve ser extirpado e nenhuma exigência natural poderia justificar, nesse âmbito, a satisfação de uma necessidade”. A tarefa consiste em destruir inteiramente a fornicção, através de uma mortificação radical que nos deixa viver em nosso corpo (por isso precisamos comer um pouco), libertando-nos da carne: “sair da carne, permanecendo no corpo”. Sendo assim, a luta contra a fornicção

nos arranca da lama terrestre. Ela nos faz viver neste mundo uma vida que não é deste mundo. Por ser mais radical, é esta mortificação que nos traz, já neste mundo, a mais alta promessa: 'na carne parasita', ela confere a 'cidadania que os santos têm a promessa de possuir uma vez libertados da corruptibilidade carnal. (FOUCAULT, 1985, p.28)

Para Corbin, Vigarello e Courtine (CORBIN et. al., 2008, p. 11), o corpo foi o resultado de uma das várias tensões vividas na idade média, porque a "dinâmica da sociedade e da civilização medievais resultava de tensões". E uma das principais tensões no período "é aquela entre o corpo e a alma". De um lado, o corpo é fruto da benção e da glorificação, principalmente religiosa (quando se trata do corpo de Cristo), e, de outro, é "desprezado, condenado, humilhado". Isso porque "o corpo cristão medieval é de parte a parte atravessado por essa tensão, esse vaivém, essa oscilação entre a repressão e a exaltação, a humilhação e a veneração" (p.13). Para os cristãos medievais,

a humanidade cristã repousa tanto sobre o pecado original - quanto sobre a encarnação: Cristo se faz homem para redimir os homens de seus pecados. Nas práticas populares, o corpo é contido pela ideologia anticorporal do cristianismo institucionalizado, mas resiste à sua repressão. (CORBIN et. al., 2008, p.35)

Continuam os autores afirmando que a 'tensão' entre um corpo feminino 'diabolizado' e um corpo masculino 'endeusado' ficaria latente no período, porque de início o corpo na Idade Média foi renunciado. Controlar a sexualidade feminina, seus gestos, suas práticas, sua conduta na sociedade passaria a ser uma questão mediada pela Igreja e aceita pela sociedade. Mesmo assim, o próprio corpo feminino não deixou de também ter 'tensões' entre o bem (a procriação, a virgindade de 'Maria', a castidade e o cuidado com a família) e o mal (a sexualidade, a prostituição, a luxúria e a perversão da alma), porque "o culto do corpo da Antiguidade cede lugar, na Idade Média, a uma derrocada do corpo na vida social" (CORBIN et. al., 2008, p. 37).

Como tal concepção de sexualidade se articulou com outras dimensões mais amplas da cultura? Bauman ajuda encontrar uma das possíveis respostas a essa pergunta. Para o referido autor (BAUMAN, 2000, p.40), uma das estratégias de enfrentamento do medo consiste na construção de uma concepção de vida eterna. Como o medo matriz suportado pela humanidade é o medo da morte, a inventiva cultural humana utilizou uma série de estratégias para tornar suportável a vida à sombra da morte. Uma das estratégias é o que o autor denomina como estratégia *heteronômica*. Tal estratégia "apresentava o mundo temporal como

um mero átimo na eternidade infinita, uma pousada em que se passa a noite em preparação para a verdadeira viagem que é a vida eterna”. Ninguém pode escolher nem quando, nem como nem porque veio ao mundo, nem tão pouco poderá escolher quando dele partirá. Tal certeza não tira o âmago da questão: “que a vida, embora transitória, tem grande importância para a existência eterna que vem *após* a morte”. Nessa perspectiva “a felicidade aqui parece ser retribuída com o sofrimento eterno, ao passo que a miséria no mundo transitório pode ser recompensada com a glória eterna”.

Delumeau (1989, pp.32-33) já havia evidenciado perspectiva semelhante a de Bauman. Afirma o referido autor que, uma vez tendo identificado Satã como o personagem síntese de todos os males que geravam medos fragmentados, derivados do medo matriz (o medo da morte), o discurso eclesiástico “reduzido ao essencial foi com efeito este: os lobos, o mar e as estrelas, as pestes, as penúrias e as guerras são menos temíveis do que o demônio e o pecado, e a morte do corpo menos do que a da alma”. Dessa forma os responsáveis pelos medos foram apontados pela inquisição em dois espaços: de um lado, os bodes expiatórios conhecidos (heráticos, feiticeiras, turcos, judeus); de outro, cada um dos cristãos que não tomasse cuidado e se tornasse agente de Satã, “daí a necessidade de um certo medo de si mesmo”. Como ter medo de si era, afinal, ter medo de Satã, tal medo poderia ser enfrentado, pois Satã é menos forte que Deus. É nesse contexto que o conceito cristão de sexualidade foi sendo construído: como uma das formas de enfrentamento do medo da morte, de Satã e de tudo aquilo que pudesse lembrar ao crente a possibilidade de um fim de si mesmo. Era necessário controlar o corpo, para que a alma, essa sim, eterna, pudesse se expandir e se fortalecer. Se a alma permanece para sempre, então o ser humano tem uma chance de não desaparecer com a morte. Mas a sexualidade é uma das dimensões humanas mais ativas. O que fazer com ela, então? Há um espaço em que ela ganha legitimidade: o seio da família.

4. Família: um espaço de legitimidade da sexualidade e de manutenção da existência humanas

Um segundo aspecto central na concepção cristã-católica do corpo e da sexualidade está centrado no ideário da família, articulado a este, a concepção de que sexo é necessário apenas para a reprodução humana. Se assim o é, tudo o que se relaciona com a sexualidade só faz sentido se remetido a esse espaço.

Nesse sentido, para Flandrin (1985, p.135), há no centro da moral cristã uma desconfiança muito aguda em relação aos prazeres carnavais, porque eles mantêm o espírito

prisioneiro do corpo, impedindo-o de se elevar na direção de Deus. É necessário comer para viver, mas deve-se evitar se entregar aos prazeres da gula. Da mesma maneira, somos obrigados a nos unir a outro sexo para gerar filhos, mas não devemos nos prender aos prazeres sexuais. A sexualidade nos foi dada somente para nos reproduzirmos, utilizá-la para outros fins, como por exemplo para o prazer, é malbaratá-la.

Em tal contexto, a união sexual só era legítima, dentro do próprio casamento, se fosse realizada para uma boa finalidade, isto é, para gerar filhos, ou para dar ao cônjuge o que lhe havíamos prometido no contrato de casamento. Nesse período a maioria dos teólogos julgava que os esposos que se uniam ao cônjuge pelo prazer também cometiam um pecado mortal. É preciso esperar Thomas Sanchez, na virada dos séculos XVI e XVII, para se ouvir que os esposos que, sem intenção particular, unem-se entre si não cometem pecado. Com a condição, é claro, que nada façam para impedir a procriação, que permanece sendo a finalidade essencial do ato sexual. Não é mais a busca do prazer que é condenada: é a busca “apenas do prazer”, em outras palavras, relações sexuais amputadas de sua virtude procriadora.

Na mesma perspectiva destacada por Flandrin, estão as descobertas de Hespanha (1993, p.2), ao afirmar que o casamento, conforme as decisões tomadas por ocasião do Concílio de Trento (1545-1563), tinha o seu princípio num ato voluntário, o qual tinha como conseqüências o estado de casado, a família. E a primeira conseqüência da família era a obrigação, para os dois cônjuges, de se entregarem um ao outro, gerando uma unidade em que ambos se convertiam em carne de uma só carne. Afirma o referido autor que justamente porque se enraizava na natureza, o matrimônio devia ter um *uso honesto*; ou seja, devia consistir em práticas (nomeadamente sexuais) cuja forma, ocasião, lugar, frequência, não dependiam do arbítrio ou do desejo dos cônjuges, mas de imperativos naturais. Assim, a mútua dívida sexual dos esposos tinha uma medida; medida que se fundava num critério que, também ele, não dependia da vontade dos cônjuges, mas das finalidades naturais e sobrenaturais do casamento.

Segundo a teologia moral da época, afirma Flandrin (1985, p.135), as finalidades do casamento eram (I) a procriação e educação da prole, (II) a mútua fidelidade e sociedade nas coisas domésticas, (III) a comunhão espiritual dos cônjuges e (IV), o remédio contra a concupiscência. São justamente estas finalidades e a sua hierarquia que explicam o conteúdo dos deveres mútuos dos cônjuges, nomeadamente no plano da disciplina da sexualidade matrimonial. De fato, o fato de a reprodução aparecer como a finalidade principal do casamento implicava que a sexualidade apenas fosse tida como natural desde que visasse este

fim. Seriam, desde logo, *contra natura* todas as práticas sexuais que visassem apenas o prazer, bem como todas as que se afastassem do coito natural e honesto.

Para Almeida (1992, pp.47-48), a partir dessa concepção se entende a extensão dada ao pecado (e ao crime) de sodomia, que incluía não apenas as práticas homossexuais, mas ainda todas aquelas em que nas relações sexuais se impedissem de qualquer forma a fecundação. Mas, mesmo que «natural», a sexualidade matrimonial não devia estar entregue ao arbítrio da paixão ou do desejo, antes se devendo manter nos estritos limites do honesto. Assim, a sexualidade, particularmente a sexualidade da mulher, era drasticamente regulada por aquilo a que os teólogos e moralistas chamavam o «uso honesto do casamento». O coito não devia ser praticado sem necessidade ou para pura satisfação da concupiscência, antes se devendo observar a moderação.

Esta união entre os cônjuges gerava, porém, vínculos suplementares, tecendo entre todos os elementos da família uma rede afetiva, a que os moralistas chamavam *piedade familiar*. Para Foucault (1985), a piedade familiar se desdobrava em vários sentimentos recíprocos: o amor dos pais pelos filhos, superior a todos os outros, funda-se no sentimento de que os pais são continuados nos filhos. Estes são, assim, uma extensão da pessoa que lhes dá o ser, ou seja, são a *mesma pessoa*.

A partir do pensamento dos autores acima indicados, pode-se inferir que em nossa sociedade, como nas outras, observam os moralistas cristãos, a instituição familiar é a que melhor se adapta à educação das crianças, e aliás só se podem conceber filhos legítimos, isto é, aptos a nos sucederem, dentro do casamento legítimo. Toda atividade sexual fora do casamento tem, portanto, necessariamente uma outra finalidade que não a procriação e constitui um pecado. É por isso que nenhuma é permitida. A meu ver, tal compreensão da sexualidade ao interno do matrimônio, em função da procriação, tendo em vista a continuação dos pais nos filhos se insere na lógica de enfrentamento do medo da morte, uma vez que eles (os pais) não acabam quando morrem, pois seus filhos os continuam.

Como a concepção de corpo e de sexualidade centrada na família recebe adesão da população e dialoga com outros aspectos da dinâmica cultural mais ampla? Outra vez é Bauman (2000, pp.41-46) que, ao analisar o significado do ideário de família na modernidade, ajuda a compreender tal fenômeno. Na perspectiva do autor, no advento da modernidade, quando a estratégia heterônoma, na maioria das vezes institucionalizada sob forma religiosa, começou a ruir perante uma vida volúvel, volátil, num mundo igualmente volátil e volúvel, fez-se necessário a criação de uma nova estratégia de enfrentamento dos diversos medos oriundos do medo da morte. A nova estratégia era *heteroautônoma* e tinha como base a

“inclusão predeterminada de cada vida individual transitória numa cadeia de ser que existia antes dela e sobreviveria a ela” (p.41). Afirma o autor que no caso da heteronomia como estratégia pré-moderna de sobrevivência, “não restava muito ao indivíduo senão abraçar e aceitar o destino e seguir uma vida transitória que em suas linhas gerais era de fato predestinada pela inclusão numa totalidade duradoura”. No entanto, na modernidade abre-se a possibilidade de uma estratégia, a *heteroautônoma*, que coloca o indivíduo como um agente. Se antes era a participação em uma totalidade duradoura que dava sentido à vida do indivíduo, “agora é tarefa do indivíduo dar à sua vida uma trajetória que torne a totalidade realmente duradoura e portanto capaz de desempenhar sua função criadora de sentido” (p.42). Para o referido autor,

assim aumentou radicalmente a importância dada às ações individuais, à adoção de um itinerário preestabelecido e à conformidade das regras de vida por ele definidas; já não era mais uma questão de recompensa ou punição póstuma, de condenação ou de redenção, mas a condição para avaliar a própria chance de transcendência de outro modo negada, a garantia de uma vida com sentido e gratificante, em vez de uma vida vazia e sem sentido. (BAUMAN, 2000, p. 42)

Uma dessas totalidades que, na modernidade, se disponibiliza ao indivíduo é a família. Como se pode ver, há aqui um encontro entre uma necessidade cultural mais ampla e a oferta cristã-católica da família como o lugar legítimo para a procriação e para os afetos, ou seja, para fornecer significado e sentido às existências corporais dos seres humanos. Vê-se, a partir do pensamento de Bauman (2000, p. 44) que a família tem potencial para se colocar como tal espaço-resposta, uma vez que é nela

que todos os aspectos assombrosamente contraditórios da existência humana – mortalidade e imortalidade, fazer e sofrer, determinar e ser determinado, ser criado e criar – se encontram de maneira mais viva e entram num jogo interminável de mútua sustentação e fortalecimento.

Afirma ainda o referido autor que

a família de que somos frutos e a família que criamos são elos numa longa cadeia de parentescos / afinidades que precede o nascimento e sobreviverá à morte de todo indivíduo nela incluído; mas para durar ela precisa da zelosa contribuição de cada

um. Na família o drama da imortalidade constituído pelos feitos dos mortais é encenado para todos assistirem e representarem.

Pelo que acabou-se de ver a partir do estudo dos autores que analisam tanto o pensamento dos teólogos sobre o papel e o lugar da sexualidade ao interno da família na Idade Média, e também daqueles que apresentam o significado da família na atualidade, um dos motivos pelo qual tal instituição ocupa um lugar central na sociedade por tanto tempo é que ela se apresenta como um espaço de manutenção da espécie humana, ou seja, da perpetuação dos pais nos filhos. Sendo assim, ela se apresenta como uma instituição privilegiada enquanto estratégia de enfrentamento do medo da morte, do fim da vida e da individualidade humanas.

5. O medo da morte hoje e suas repercussões nas concepções de corpo e de sexualidade

Afirma Bauman (2000, p.46) que as totalidades, como a crença na vida eterna e a relação com instituições cuja durabilidade extrapola a curta vida do indivíduo, como a família, por exemplo, “agora se esboroam aos poucos mas incessantemente e parecem tudo, menos seguras, quanto mais fadadas à imortalidade, e que, por isso perdem muito do – senão todo o – poder de dar sentido à vida”. Se no início a modernidade privou a morte de seu sentido transcendental, agora a priva também de seu sentido comunal. Sendo assim, somente agora a morte começa a se tornar plena e verdadeiramente sem sentido. Ela passou a se tornar simplesmente o fim da vida individual tal como a conhecemos, pois “as pontes coletivamente erigidas entre a transitoriedade e a eternidade se degradaram e o indivíduo foi deixado cara a cara com a própria insegurança existencial pura e intacta. Agora espera-se que ele ou ela enfrente sozinho as consequências”. Nessa conjuntura, nada mais restou aos indivíduos que o voltar-se para seus egos. Bauman retoma o pensamento de Jung para destacar tal realidade. Segundo o autor (BAUMAN, 2000, pp.48-49)

os indivíduos incrédulos, para dar sentido ao que fazem e ao que vivem, vêm-se capturados em compulsões, depressões e ansiedades absorventes – psicopatologia como forma moderna da doença. Na verdade, o próprio termo ‘psico-patologia’ significa, em grego, sofrimento da alma, mas o uso moderno trocou alma por personalidade, ego na verdade.

Destaca Baumann (2000, p.49) que ego tem significado diferente que alma tinha, uma vez que o ego se recusa firmemente a ser colocado em uma moldura maior que a duração da vida individual. O resultado desse apego ao ego e da perda do sentido da alma, com seu nexa à eternidade, afirma o autor, “é o ‘corte rancoroso’, o ‘egoísmo, inquieto e inseguro’ – se não temos o alimento pelo qual realmente ansiamos, o alimento espiritual, então acumularemos os bens deste mundo em vasta escala”. É nesse contexto que se insere a obsessiva preocupação atual com o corpo, com a boa condição física, com a capacidade de defesa corporal, com a segurança. O que se espera, mantendo-se ocupado com as garantias de bem-estar do corpo na atualidade, é retirar da agenda da vida a inevitabilidade da morte.

Pelo que pode-se apreender do pensamento de Bauman, neste momento sócio-histórico, o ideário católico sobre o corpo e a sexualidade distanciam-se substancialmente de outros âmbitos da cultura. Ou seja, enquanto a maior parte das pessoas centra sua atenção e suas estratégias de vencer o medo da morte nos cuidados corporais e no bem-estar a ser conquistado aqui e agora, a Igreja Católica continua centrando seus discursos na perspectiva das estratégias anteriores: no ideário comunitário da família e na transcendência da vida pós-morte.

Afirma Toner (1996, pp.3-5) que a ética sexual e reprodutiva, bem como o status da mulher têm sido, talvez, as principais áreas de controvérsias na Igreja Católica, no período pós-Vaticano II. Atualmente tem ocorrido um aumento das dissensões em relação a seus ensinamentos sobre a sexualidade e a reprodução. Segundo esta autora, a Igreja Católica sente necessidade de desencadear uma verdadeira cruzada para que sua moral tradicional possa ser restaurada e intensificada.

Os documentos atuais do Vaticano sobre a sexualidade humana e os direitos reprodutivos confirmam a tese de Toner. Em seu documento “Sexualidade humana: verdade e significado” (1996), o Conselho Pontifício para a Família explicita as dificuldades por que passa a família para desempenhar a tarefa de educar sexualmente seus filhos. Entre as dificuldades citadas no referido documento, encontram-se: a falta de modelos tradicionais em grande parte da sociedade; o obscurecimento da verdade sobre o homem, causado, entre outras coisas, pela pressão em direção à banalização do sexo; uma cultura em que a sociedade e os meios de comunicação oferecem uma informação despersonalizada, lúdica e pessimista a respeito do sexo. Informação essa que não respeita as etapas de formação e de evolução das crianças e jovens; e que apresenta o influxo de um distorcido conceito individualista da liberdade, num contexto privado de valores fundamentais sobre a vida, o amor humano e a família (Sexualidade humana: verdade e significado, 1996, p. 5). Propõe, então, “algumas

linhas de orientação de caráter pastoral, tiradas da sabedoria que provém da Palavra do Senhor e dos valores que iluminaram o ensino da Igreja, conscientes da experiência de humanidade, que é própria da comunidade dos crentes” (Sexualidade humana: verdade e significado, 1996, p.6).

Segundo este documento: “a pessoa humana é capaz de um amor superior: não o amor da concupiscência, que só vê objetos com que satisfazer os próprios apetites, mas o amor de amizade e oblatividade, capaz de reconhecer e amar as pessoas por si mesmas” (Sexualidade humana: verdade e significado, 1996, p. 6); a sexualidade humana é um bem e ao amor conjugal, e somente a este, pertence a doação sexual. Esta não se esgota no interior do próprio casal, já que os habilita para a máxima doação possível, o dom da vida a uma nova pessoa humana.

O documento afirma ainda que tanto o amor conjugal como o amor virginal são as duas formas pelas quais se realiza a vocação da pessoa ao amor. Estas duas formas, para o seu desenvolvimento, requerem o empenho em viver a castidade. As pessoas casadas são chamadas a viver a castidade conjugal, as outras praticam a castidade na continência. Entre os métodos e ideologias a evitar, no processo de educação sexual, o documento sugere aos pais e educadores que evitem:

- a) a educação sexual secularizada e antinatalista - porque esta considera o nascimento de um filho como uma ameaça e é defendida pelos grandes organismos e pelas associações internacionais que promovem o aborto, a esterilização e a anticoncepção;
- b) no que se refere à esterilização e à contracepção - não discuti-las antes da idade da adolescência e os ensinamentos devem ser somente em conformidade com as instruções da igreja Católica;
- c) estar atento às associações profissionais de educadores, conselheiros e terapeutas do sexo - verificar se não estão divulgando teorias malsãs, sem valor científico e fechadas a uma autêntica antropologia, se não estão também discordando dos ensinamentos da Igreja;
- d) refutar os ensinamentos que mostram, mesmo às crianças, os detalhes da relação sexual, com a motivação de evitar o contágio do vírus do HIV. Em relação a isto, os pais devem insistir sobre a continência fora do matrimônio e a fidelidade conjugal como única verdadeira e segura educação para a prevenção do contágio da AIDs;
- e) evitar, nos chamados “esclarecimentos de valores”, o encorajamento dos jovens para tratar as questões morais baseados no critério de autonomia, pois isso dá aos jovens a idéia de que o ser humano possa ser fonte e norma da moral;

f) atender ao modo como a instrução sexual é inserida no contexto de outras matérias - tal método da inclusão é utilizado em particular por aqueles que promovem a instrução sexual na perspectiva do controle de natalidade ou nos países em que o governo não respeita o direito dos pais em tal âmbito;

g) por fim, ter presente que todos os diversos métodos de educação sexual devem ser julgados pelos pais, à luz dos princípios e das normas morais da igreja (Sexualidade humana: verdade e significado, 1996, pp.69-72)².

Com base em seu pensamento evidenciado acima, a Igreja Católica tem atuado na sociedade, intervindo em diferentes processos sociais que se relacionam com possíveis alterações nas concepções relativas à sexualidade e à reprodução humanas. Um dos momentos em que ficou evidente esta intervenção foi por ocasião das Conferências Internacionais do Cairo, em 1994, e em Beijing, 1995. Segundo Nunes (1995, p.4),

na Conferência de Beijing, como anteriormente na do Cairo, a atuação das mulheres encontrou na face fundamentalista do catolicismo, um obstáculo à defesa de sua agenda política, longamente amadurecida, no processo de preparação dessas reuniões. (...) Saúde sexual e reprodutiva, uma concepção aberta e crítica da família e a universalidade dos direitos humanos, incluindo os direitos humanos das mulheres, foram temas contra os quais investiram os delegados do Vaticano e seus poucos aliados.

Uma das idéias que a Igreja Católica tem desenvolvido e apresentado, tanto em seus documentos oficiais, como em sua prática histórica dos últimos séculos, é a da família como a célula básica da sociedade³. É para manter a família estruturada, como célula básica da sociedade, que a Igreja Católica mantém sua atenção voltada para todo e qualquer movimento ou idéia que possa intervir na estabilidade da mesma, protegendo-a dos “perigos” que a ameaçam (modernidade, urbanismo, intervenção do Estado) e controlando qualquer comportamento que possa desestabilizá-la. Na mesma lógica de compreensão da família como

² Delonguei-me na explanação deste documento por ser uma espécie de síntese de muitos outros documentos do Vaticano sobre a doutrina da Igreja Católica para a sexualidade. No entanto, há outros documentos atuais (Séc. XX) em que a Igreja Católica explicita sua doutrina sobre a sexualidade: Sexualidade Humana: Verdade e Significado (1996); Familiaris Consortio (1981, N. 11, 14, 21, 36, 37, 66); Evangelium Vitae (1968, N. 97); Carta às famílias (1994, N. 7, 8, 12, 13, 14, 16); Catecismo da Igreja Católica (1992, N.1632, 1900, 2337, 2339, 2349, 2360); Gaudium et Spes (Conc. Ecum. Vat. II, N. 22, 49); Lumen Gentium (Conc. Ecum. Vat. II, N. 11); Orientações educativas sobre o amor humano (1983, N. 4, 6).

³ São muitos os documentos da Igreja Católica que apresentam a família como a célula-base da sociedade, cito apenas um a título de exemplo: O Ano da Família. Discurso aos membros do Conselho Pontifício para a Família, 13 de Março de 1974. In: SEDOC 7, 73 (1974).

a unidade fundamental da sociedade, a Igreja Católica afirma que esta instituição possui traços de algo dado extra-socialmente (pela natureza ou por Deus, que criou a natureza).

Pelo que evidenciou-se neste item, para a Igreja Católica, nas trilhas de sua própria trajetória histórica, a instituição familiar é o único espaço para a concepção de pessoas aptas a nos sucederem e a que melhor se adapta à educação das crianças por ela concebidas. Sendo assim, toda atividade sexual fora do casamento tem, portanto, necessariamente uma outra finalidade que não a procriação e constitui um pecado. Analisando essa concepção à luz dos autores que apresentam seu pensamento sobre as diferentes formas de enfrentamento do medo da morte, pode-se bem entender as razões teológicas e históricas que sustentam este posicionamento. Ou seja, se a morte é inevitável e, por isso mesmo, apavorante porque significa o desaparecimento de nossa individualidade, há que se pensar em uma forma de perpetuação de nosso eu. Uma dessas forma é gerando e cuidando de seres humanos, nossos filhos, nos quais de uma forma ou de outra, somos perpetuados.

Idéias conclusivas

A partir da análise que ora acabou-se de realizar, pode-se perceber que as pessoas, e dentre elas os clérigos, tanto na idade média como na atualidade, encontram formas de enfrentar o medo da morte que é aterrorizante. Uma dessas formas é conceber a alma humana como imortal, sendo o corpo apenas um invólucro dela. Se a alma é imortal, há que se fazer um permanente esforço para mantê-la saudável. Uma das formas de manter a alma saudável é controlando o corpo, com seus desejos e vícios. O foco principal dos desejos e vícios do corpo é a sexualidade, principalmente a sexualidade feminina, uma vez que ela, apesar de ser a fonte geradora de novos seres humanos, não sabe e não consegue controlar seu corpo. A partir desse raciocínio, entende-se que um dos possíveis motivos pelos quais o cristianismo-catolicismo investe tanta energia no controle da sexualidade e do corpo é que este representa um espaço de enfrentamento do medo da morte. Como a população em geral também necessita lutar contra esse medo matriz, esse seria um dos motivos pelos quais ela adere, ainda que parcialmente, por tanto tempo, o ideário cristão-católico de controle da sexualidade e do corpo.

A modernidade colocou em cena outras formas de enfrentamento do medo. Na cultura atual entende-se que não serão as futuras gerações que irão perpetuar a espécie que deverão receber toda a atenção, uma vez que as pontes coletivamente erigidas entre a transitoriedade e a eternidade se degradaram e o indivíduo foi deixado cara a cara com a própria insegurança

existencial. Sendo assim, cabe ao indivíduo enfrentar sozinho as consequências de seus medos. Uma das formas que o indivíduo moderno encontrou para enfrentá-lo foi ocupar-se com o bem estar de seu corpo aqui e agora. Entre as atenções dadas ao corpo nessa perspectiva sócio cultural é conceder-lhe respostas a todos os desejos, inclusive aos desejos de prazeres sexuais. Essa forma de pensamento distancia-se significativamente dos posicionamentos da Igreja Católica na atualidade. Isto porque, em que pese as mudanças sócio-culturais, esta permanece com os discursos de primazia do ideário da família enquanto único espaço de exercício da sexualidade, em vista da reprodução humana e na transcendência da vida pós-morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHAUÍ, M. S. Sobre o medo. In: NOVAES, A. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges; COURTINE, Jean-Jacques (Orgs.). **História do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2008. 3 v.
- DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges. A solidão nos séculos XI-XIII. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada. Da Europa Feudal à Renascença**. Vol. 2. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ELIAS, Norbert. **El proceso de la civilización: investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993a.
- ELIAS, Norbert. **Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993b, vol. 2.
- FLANDRIN, Jean-Louis. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: ARIÈS, Philippe & BÉJIN, André (orgs.). **Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe & Thereza Christina F. Stummer. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I - A vontade de saber**. Trad. Maria Tereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993, 11^a. ed.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II - O uso dos prazeres**. Trad. Maria Tereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1994, 7^a. ed.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007, 24^a Ed
- FOUCAULT, Michel. O combate da castidade. In: ARIÉS, Philippe & BÉJIN, André (org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.
- GOLDENBERG, Mirian e RAMOS, Marcelo. A civilização das formas: o corpo como valor. In: GOLDENBERG, Mirian et al. (Org.). **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 411 p.
- GOLDENBERG, Mirian et al. (Org.). **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 411 p.
- HESPANHA, António Manuel. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. **Análise Social**, vol. XXVIII (123-124), Lisboa, 1993.
- LE MOS, C. T. **Religião, gênero e sexualidade: o lugar da mulher na família camponesa**. Goiânia: UCG, 2005, v.1. p. 242.
- MAUSS, M. As técnicas corporais: a noção de pessoa. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v. 2.
- MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- NUNES, Maria José Fontelas Rosado. As mulheres desafiam o Vaticano em Beijing. In: **Cadernos do CIM**, N. 02, 1995.
- PARKER, Richard e GAGNON, John. Conceiving sexuality. In: PARKER, Richard e GAGNON, John (org). **Conceiving sexuality: approaches to sex research in a postmodern world**. Nova York e Londres: Routledge, 1994a.
- PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991.
- RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carol (Org). **Placer e peligro: Explorando la sexualidad femenina**. México: Revolución, 1989.
- SARTI, Cynthia A. **A dor, o indivíduo e a cultura**. Site <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v10n1/02.pdf> visitado em 30/11/2010.

TONER, Kathy. A global overview. In: **Conscience**, Vol. XVII, N. 4, 1996.

VILLELA, Wilza Vieira e BARBOSA, Regina Maria. Repensando as relações entre gênero e sexualidade. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA/UERJ, 1996.

DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

Concílio Ecumênico Vaticano II. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Constituição dogmática sobre a Igreja Lumem Gentium**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Paulo VI. A Função da Família Hoje. Discurso aos participantes da VIII seção do Conselho Geral da Pontifícia Comissão para a América Latina, 29 de Outubro de 1975. **SEDOC**, V. 87, N. 8, 1975.

Paulo VI. O Ano da Família. Discurso aos membros da Comissão Pontifícia para a Família, 13 de Março de 1974. **SEDOC** V. 73, N. 7, 1974.

_____. **Carta encíclica Evangelium Vitae**. São Paulo: Paulinas, 1968.

Pio XII. Discurso à frente da família e à Federação das Associações das Famílias Numerosas. **REB**, V. 12, N. 1, 1952.

João Paulo II. **Exortação Apostólica Familiaris Consortio**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Carta às famílias Gratissimam Sane**. São Paulo: Paulinas, 1994.

_____. **A missão da família cristã no mundo de hoje**. São Paulo: Paulinas, 1982.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Paulinas, 1992.

Congregação para a Educação Católica. **Orientações educativas sobre o amor humano**. São Paulo: Paulinas, 1983.

Conselho Pontifício para a Família. **Sexualidade humana: verdade e significado**. São Paulo: Paulinas, 1996.

_____. O ano da família. **SEDOC**, V. 7, N. 73, 1974.

_____. A função da família hoje. Discurso aos participantes da VIII seção do Conselho Geral da Pontifícia Comissão para a América Latina. **SEDOC**, V. 8, N. 87, 1975.

Conferência Episcopal Latino Americana - CELAM. Documento final da comissão N. 2: Família e Demografia. **SEDOC**, V. 6, N. 5, 1968.

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil: 2003-2006**. São Paulo: Paulinas. (Documentos da CNBB, 71), 2000.

CNBB. Em favor da família, 20 de Março de 1975. **SEDOC**, V. 8, N. 84, 1975.

_____. A Igreja e a AIDS, 1992. In: **Documentos da CNBB** N. 58, 1997.

_____. A serviço da vida e da esperança, 1994. In: Documentos da CNBB N. 58, 1997.

_____. Nota da Secretaria Geral a propósito do projeto de lei de união civil de pessoas do mesmo sexo, 1996. In: **Documentos da CNBB** N. 58, 1997.

_____. Pronunciamento sobre a família, 1996. In: **Documentos da CNBB** N. 58, 1997.

UMA QUESTÃO DE HONRA: CASAMENTO E DIVÓRCIO NO BRASIL (1750-1830)

Kelly Cristina B. VIANA¹

crysvianna@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a importância do casamento formal para a imagem de mulher honrada no Brasil em fins do século XVIII e início do século XIX, bem como compreender como a dissolução desta união poderia influenciar na imagem que a sociedade tinha destas mulheres. Pretendemos também, através da análise de processos de divórcio compreender como as mulheres neste período, se utilizaram do discurso criado sobre elas e mesmo das brechas na legislação para requererem o divórcio. Assim, pretende-se trabalhar com as questões da honra feminina, no período colonial, de sua manutenção através do casamento, ou sua perda em caso de divórcio.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, casamento, divórcio.

ABSTRACT: The present article has for objective to analyze the importance of the formal marriage for the image of woman honored in Brazil in ends of century XVIII and beginning of century XIX. Understanding as the dissolution of this union could influence in the image that the society had of these women. We also intend, through the analysis of divorce processes to understand as the women in this period, if they had used of the same speech created on them, and of the breaches in the legislation to require the divorce. Intended to work the questions of the feminine honor, in the colonial period, of its maintenance through the marriage, or its loss in divorce case.

KEYWORDS: women, marriage, divorce.

A tese da desigualdade entre os sexos origina-se na Grécia clássica e foi reformulado diversas vezes ao longo da história. O filósofo Platão tentara demonstrar que a natureza feminina é degenerada e antinatural (SILVA, 2006). Segundo Maria Penha de Carvalho, para o filósofo, as primeiras mulheres teriam surgido de almas recicladas de homens inferiores. (CARVALHO, 2002).

Para Aristóteles das mulheres eram exigidas virtudes diferentes que as dos homens, como a castidade e o recato, esforçava-se em mostrar a inferioridade intelectual e moral das

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade de Brasília (UNB), bolsista do CNPq.

mulheres. Ao falar da autoridade pública, Aristóteles procurava distinguir as obrigações que existem entre iguais, ou seja, entre os homens, e as obrigações decorrentes das relações entre desiguais, como por exemplo, as entre homens e mulheres, como sendo estas relações de sujeição. (ARISTÓTELES, 1990, p. 12). Maria Penha afirma que para Aristóteles, as mulheres eram deficientes no uso prático da razão, uma vez que eram descontroladas, não tendo domínio de si, necessitavam de domínio externo. (CARVALHO, 2002, p. 240)

No período medieval, São Tomás de Aquino afirmava que o homem tinha o direito de disciplina sobre os filhos e uma espécie de direito doméstico sobre a mulher. Este tipo de designação da inferioridade feminina aparece nos escritos de autores posteriores ao período medieval. (SILVA, 2006) O filósofo Espinosa por exemplo:

Se as mulheres fossem, por natureza, iguais aos homens, se tivessem no mesmo grau a força da alma e as qualidades de espírito que são, na espécie humana, os elementos do poder e, conseqüentemente, do direito, certamente entre tantas nações diferentes, não se poderia deixar de encontrar umas em que os dois sexos reinem igualmente (...) Mas isso nunca se viu em parte alguma, e pode-se afirmar, por consequência, que a mulher não é, por natureza, igual ao homem e também que é impossível que os dois sexos reinem igualmente e, ainda menos, que os homens sejam regidos pelas mulheres. (ESPINOSA, 1983, 364)

Os principais jusnaturalistas e religiosos que precederam a modernidade acreditaram que a mulher concordava “voluntariamente” a sujeitarem-se as leis dos homens, fossem eles seu pai, irmão ou marido. Exemplo disto pode ser encontrado na grande produção de panegíricos, obras publicadas principalmente com o objetivo de domesticar a mulher dentro do casamento. O autor da “Instrução às senhoras casadas par viverem em paz e quietação com seus maridos”, obra de 1782, aconselhava “Quando o marido a corrigir de alguma coisa mostre-se-lhe agradecida a seu bom afeto e receba a correção com humildade” (PRIORI, 2000, p. 25)

Houve um discurso dirigente (oficial) no final do século XVI e XVII muito mais preponderante que atingiu a mulher e seus espaços de atuação. O historiador Jean Delumeau, em sua obra “História do medo no Ocidente”, explora ainda as falas da ciência, que desqualificam, a mulher pela sua estrutura naturalmente inferior. E o “Tiers Livre” de Rabelais é enfocado, neste livro o autor considera que a mulher é lasciva, desobediente, indiscreta e curiosa. A mulher segundo Rabelais foi criada para “social deleite do homem”, para o “consolo doméstico” e “manutenção da casa”. Ambroise de Pare outro médico do

período dirá que o segundo sexo é enfermo, e apontarão para as naturais deficiências que as mulheres são portadoras. Para os médicos da Renascença as mulheres são como um macho mutilado e imperfeito, e repetem os conceitos de Aristóteles (DELUMEAU, 2009, pp 462-523)

Por fim houve um discurso dos juristas, que segundo Delumeau aponta como beneficiário dos outros dois que comprovam a incapacidade da mulher para as questões jurídicas como assinar contratos e possuir tutorias.

Não há, no entanto, consenso dos autores eruditos sobre a posição da mulher. A partir de meados do século XIV passa a ter lugar entre os meios intelectuais da sociedade europeia um importante debate sobre a condição feminina, debate este intitulado Querelle des Femmes. A obra, “Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por Direito comum e Ordenações do Reino, mais do que o gênero masculino”, do jurista Rui Gonçalves, publicada em 1557, na qual o autor, com base em fontes jurídicas, literárias e religiosas, irá defender em Portugal a igualdade e em alguns momentos até mesmo a superioridade das mulheres em relação aos homens no tocante a determinadas virtudes. Na primeira parte da obra, o autor, com base nos exempla de origem medieval, cita casos de mulheres que foram iguais ou superiores nas virtudes por ele elencadas.(GONÇALVES, 1784)

Já na segunda parte, visando dar a conhecer às mulheres de seu tempo a legislação que as abrangia – sendo esta talvez uma das razões que levaram o autor a escrever em vernáculo e não em latim -, compila as leis sobre as mesmas. Reconhecem-se às mulheres cento e seis prerrogativas ou direitos próprios que incluem coisas tão variadas como questões relativas a dotes, doações, heranças, a possibilidade de acusar ou requerer justiça por procurador, à alienação de bens, à isenção de prisão por dívidas ou crime no caso de mulheres honestas, ao não poder ser trazidas a juízo contra vontade, poderem falar primeiro que os homens em assembléias e poderem casar ou fazer testamento com idade inferior a dos homens, entre outros.

Com a Revolução Francesa e o fim do Antigo Regime, foi possível perceber que somente os homens haviam entrado em uma nova etapa da História. Segundo Hespánha “intelectual”, “homem”, “rústico”, “mulheres” são estatutos sociais pelos quais se lutava, para entrar neles ou para sair deles. Assim, numa sociedade de classificações corroboradas pelo direito, como era o caso das sociedades do Antigo Regime, esses estatutos eram palpáveis admitindo sobre eles direitos e deveres específicos, identificados pelo direito (HESPANHA, 2010, p.18). Assim, segundo Hespánha, portar um ou outro desses nomes era

participar de um certo estatuto. Estar juridicamente conformado com comportamentos e deveres constantes em cada uma dessas categorias. Claro que a mudança social era um fator importante nessas sociedades, mas quem decidia o valor dessa importância era a entidade conceitual que designava a categoria pretendida.

Nesse sentido utilizaremos a mesma categoria defendida por Manuel Hespanha no seu livro “*Imbecillitas, as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo regime*”, entenderemos as mulheres como componentes dessa categoria designada por Hespanha como os *Imbecillitas*, ou seja, aqueles que segundo o discurso jurídico do Antigo Regime eram entendidos como juridicamente incapazes. Para esse autor faziam parte dessa categoria tanto às mulheres, quantos os menores, vadios, loucos, rústicos, selvagens, miseráveis. Para construir essa categorização Hespanha vai se utilizar de categorias e conceitos tirados dos corpos literários do direito comum europeu², argumentando que esses escritos infiltravam-se continuamente no diálogo social e disseminavam imagens acerca das sociedades e de seus vários grupos (Idem, p. 35.)

Ainda que as mulheres tivessem benefícios, estes eram muitas vezes encarados como favoráveis ao seu sexo frágil. Juntamente com camponeses e dementes, as mulheres eram consideradas como não legalmente responsáveis por seus próprios atos e não poderiam ser compelidas a aparecer perante uma corte, sendo que em todos os casos seus testemunhos eram considerados menos críveis do que os dos homens. Essas idéias levaram os juristas em muitas partes da Europa a recomendar, e em certos casos implantar, a reintrodução da guarda baseada no gênero; mulheres adultas solteiras e viúvas estavam novamente sob tutela masculina, e proibidas de tomar qualquer decisão financeira, até mesmo doações para instituições religiosas, sem sua aprovação.

No contexto da Revolução um grupo de mulheres, liderado por Mary Wollstonecraft, compreendeu que os contratualistas e utilitaristas da época não haviam incluído as representantes do sexo feminino como participantes da sociedade civil, subjugando-as ao melhor julgamento do homem, chefe do lar, delegando sua esfera de poder a esse ambiente, onde era seu lugar. Para Michelle Perrot a mulher não tem o ‘poder’, tem ‘poderes’ elas investem no privado no familiar e mesmo no social. (PERROT, 1988, p. 176).

Assim existe nos séculos XVIII e XIX uma preocupação com o espaço das mulheres, haveriam os espaços públicos dominados pelos homens, como por exemplo o mundo do

² HESPANHA. op.cit. p. 35

trabalho e da rua, e os espaços privados onde a mulher exerceria sua influência, sendo o principal destes o lar.

Segundo Ronaldo Vainfas, no Brasil Colonial, os colonos ouviam, por meio dos sermões, confissões e ditos populares, aquilo que a sociedade ocidental pensava sobre as mulheres. (VAINFAS, 1989, p. 64)

Dentre as ocupações destinadas às mulheres na sociedade colonial podemos citar a maternidade e o cuidado com os filhos, a criação de expostos (problema comum em quase todas as partes do reino português, sobretudo nos centros urbanos), o cuidado com os doentes e a administração do lar. A mulher das camadas economicamente menos favorecidas da sociedade, além desses papéis, dedicavam-se também às atividades que lhes garantiam uma fonte de renda, tais como o pequeno comércio e os ofícios manuais.

Dessa forma, percebemos que a mulher teve uma participação ativa na sociedade da Capitania de Minas Gerais, apesar de valores e de práticas que lhe definiam espaços por vezes diferenciados daqueles que ela efetivamente ocupou, em diversos momentos. De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva,

Vemos assim que, enquanto as brancas de qualidade, as donas, se ocupavam no interior das suas casas, da gestão do patrimônio familiar, da venda ou do arrendamento de propriedades, da recuperação de escravos fugidos ou da venda de outros, as brancas plebéias dividiam as ruas com as mulheres de cor, fosse nas cidades e vilas, fosse nas povoações menores. Deste modo, há que abandonar o estereótipo da branca apenas em casa, e das negras e pardas circulando à vontade por onde queriam, pois as brancas plebéias exerciam também profissões que as afastavam do recolhimento doméstico. (SILVA, 2002, p. 189)

De acordo com os valores daquela sociedade, que delimitava o lar como sendo o espaço de atuação do sexo feminino, aprender um ofício, como o bordado, a costura ou a tecelagem, aliado a uma educação moral, era uma maneira de preparar a mulher para o exercício do seu papel na sociedade: esposa, mãe, boa dona de casa.

As restrições que cercavam as mulheres da elite refletiam considerações sobre honra feminina, que permaneciam estreitamente relacionadas à honra familiar. Alguns homens da própria elite, procuravam confinar as relações das mulheres ao meio familiar, onde estariam protegidas de presumíveis perigos de sedução ou assédio sexual. No entanto, estes mesmos homens permitiam-se sair em busca de oportunidades de contato sexual, mas esta era, muito provavelmente, dirigida às mulheres das classes inferiores, mais vulneráveis e desprotegidas.

As questões de honra feminina e familiar continuavam, pois, estritamente vinculadas à hierarquia social (HAHNER, 2003, p. 40).

A família pode ser vista como a instituição que moldava e exercia o controle da população, sobretudo da população feminina, uma vez que muito pouco na colônia se referia ao indivíduo como pessoa isolada – é pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada se originam e se convergem. Podemos ir mais além e afirmar que a família confere ao indivíduo estabilidade ou movimento, influenciando no status e na classificação social. (FARIA, 1998, p. 185)

De acordo com Ida Lewkowicz (1993), a população mineira demonstrava ter apreço pelo casamento, embora, houvesse uma altíssima taxa concubinato Capitania. Porém segundo a autora isso se devia a circunstâncias econômicas e sociais. Vale ressaltar que devemos considerar também outros motivos como responsáveis pelo baixo número de casamentos, tais como a opção de algumas mulheres escravas e forras de se manterem solteiras.

Quando a pessoa decidia se casar, tinha que entrar com um processo para habilitação ao matrimônio, comprovando determinadas condições básicas para comprovação de inexistência de impedimento. Tais condições eram: apresentar certidão de batismo, comprovar seu estado de solteira e descompromissada, apresentar o assento de óbito do outro cônjuge, quando viúva e finalmente, proclamar o futuro matrimônio em todos os lugares onde esteve a pessoa fixada por mais de seis meses.

Entretanto, segundo Silvia Brugger (2000) não foram os impedimentos financeiros a maior barreira as uniões estáveis, uma vez que, a Igreja procurava facilitar o acesso dos mais pobres e uma família legal, dispensando-os dos empecilhos burocráticos e financeiros.

A legislação civil também procurava contribuir para que a população colonial contraísse “estado de casado”. As Ordenações Filipinas , previam o casamento, assim:

Tít. 46, .§/o: Por palavra de presente à porta da igreja ou por licença do prelado fora dela. havendo cópula carnal.

Tít. 46, .§2.: os cônjuges são tidos em pública voz e fama de marido e mulher por tanto tempo que, segundo direito, baste para presumir matrimônio entre eles, posto se não provém as palavras de presente. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Tít. 46)

Nessa última forma a legislação reconhecia como casamento a relação entre um homem e uma mulher que vivessem juntos e fossem considerados como “casados” pela comunidade onde vivessem.

Desta forma, percebemos que um dos instrumentos utilizados pelas autoridades eclesiásticas e civis para normalizar a população foi a valorização da família cristã através do incentivo ao matrimônio; entretanto, as práticas cotidianas da população se mostravam contrárias as normas ditadas.

Atuando como chefe da família, o homem exercia poder sobre todos que estivessem sob sua dependência direta ou indireta. À esposa cabia um papel secundário e submisso, sob total supervisão masculina.

O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens (LOURO, 2001, p. 446).

Esse tipo de sistema era predominante na sociedade brasileira, o que não significa que existisse em menor escala mulheres que tivessem desempenhado atividades importantes fora do ambiente doméstico. Havia mulheres que rompiam com o estereótipo, ou seja, de submissão e renúncia em favor da família, rebelando-se e adotando padrões de comportamento considerados como inconcebíveis para a época (BELLINI, 1989).

A sociedade colonial costumava classificar as mulheres de acordo com três padrões de comportamento, todos baseados na honra. Embora a noção de honra tenha adquirido significados diferentes em cada local, cultura ou tempo histórico, seu sentido sempre foi antagônico para os representantes de ambos os sexos. A honra masculina foi geralmente associada a um valor cívico, o homem honrado era o cidadão virtuoso, e a honra era a recompensa pública por sua virtude. No caso da mulher o que se nota é a apropriação de um valor moral. Assim, a mulher virtuosa era aquela pura, casta e fiel ao marido, portanto, honrada e sua honra não era um privilégio de classe e sim um bem que todas as mulheres possuíam, desde que se mantivessem castas ou fiéis.

Ou seja, existiam três tipos de mulheres : honradas, as desonradas e as mulheres sem honra.

Segundo Arion Mergár (2006) as mulheres honradas praticavam comportamentos vinculados com as regras instituídas pelo código moral e, conseqüentemente, pela sociedade e pela Igreja. A honra feminina era considerada uma questão fundamental e dependia da impressão que a mulher causava à sociedade. A mulher honrada era aquela que não causava nenhuma impressão. Esta estava praticamente confinada no ambiente doméstico, estando completamente alheia das decisões de seu próprio universo doméstico e da vida pública, papel este monopolizado pelo homem, sendo ele pai, marido ou irmão. Muito controlada pelos seus pais ou maridos, a mulher participava da vida social em ocasiões excepcionais, como missas ou eventos religiosos e, mesmo assim, acompanhada pelos membros da família. Segundo o historiador Emanuel Araújo “Um provérbio português dizia que a mulher virtuosa [da classe superior] deixava sua casa somente em três ocasiões durante a vida: para ser batizada, para casar e para ser enterrada”. (ARAÚJO, 2008, p. 194)

As mulheres desonradas, consideradas como aquelas que mantinham relações sexuais anteriores ao casamento ou cometiam o adultério. Eram aquelas mulheres que perdiam sua honra por causa de um comportamento desajustado socialmente, trazendo a vergonha para família ou seus maridos e, por tais atos, eram duramente punidas pelos familiares ou condenadas à execração da sociedade. (ALGRANTI, 1993)

Em Minas Gerais durante o século XVIII são abundantes os casos de adultério e concubinato que chegam a justiça civil e eclesiástica. Os maridos ou companheiros destas mulheres vão a juízo exigir uma retratação pública pela humilhação sofrida contra sua honra:

(...) diz Joaquim Estanislao que ele se é casado na forma de direito com Rita Marquez com quem fez sua harmonia tal que era invejosa a sociedade. E feito tempo de mais de seis anos, o que depois foi pervertido por Antônio Rodriguez Pereira (...) [a ré] se tratava ilicitamente com o suplicado o que se verifica por este lhe comprar casas onde a tem teúda e manteúda a mulher do suplicante adulterando-a continuamente cujo excesso fez o suplicante ciente o capelão cura e o comandante do lugar. E nem assim pode desunir aquela liga que há ente ambos que se acham vivendo como causados sendo o cúmplice tão bem casado, e por que o caso é de querela (...). (IPHAN – Museu do Ouro. Livros de Autos de Querela. 1810. fl. 72v)

Como se observa no caso de Joaquim Estanislao o suplicante quer algo mais que a separação de sua esposa Rita Marquez do suposto amante, ele quer uma retratação pública

pela desonra sofrida. Isso fica mais evidente ao final do processo quando o suplicante pede ao juiz que a querela seja afixada nos lugares públicos da Vila.

Existiam também as mulheres sem honra, quase todas ligadas, direta ou indiretamente, à prostituição ou ao submundo das ruas, ou ainda as escravas. Exemplar deste caso é a representação apresentada em 1732, ao rei de Portugal, pelo secretário de governo das Minas Gerais, Manuel Afonseca de Azevedo. Segundo o secretário a pobreza de muitas mulheres fazia com que a prostituição lhes servisse de atividade complementar, exemplifica ainda que “muitas vezes sucedem retirarem-se os senhores das casas das vendas, dando passeios,(...)para darem lugar a que as negras fiquem mais desembaraçadas para o uso de seus apetites”. (Representação do secretário de governo de Minas, Manuel A. de Azevedo ao Rei, em 1732. Apud: BARBOSA, 1972. p. 54-57)

O código de valores colonial impunha o casamento como uma obrigação fundamental, a mulher casada devia dedicar-se totalmente ao seu marido, estando a salvo do mundo. Desse modo, seu marido era legitimado como seu dono e senhor, a quem obedecia cegamente, pois ele poderia castigá-la por qualquer ato considerado errado, devendo esta mostrar-se inclusive agradecida pelas correções que sofria.

No título 19, Livro 5, as Ordenações do Reino determinavam que as questões sobre nulidade de casamento, separação e divórcio pertenciam ao juízo eclesiástico, sem qualquer interferência da jurisdição secular.

Assim, de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a anulação do matrimônio somente era possível desde que não houvesse a sua consumação e a separação era aceitável por motivos religiosos frequentes nos processos, como adultério, sevícias, abandono do lar, injúria grave e doenças infecciosas. E, consumado o matrimônio, seu vínculo se torna absolutamente indissolúvel, admitindo-se, apenas, a separação de corpos *quoad thorum et habitationem*, perpétua ou temporária, por causa de adultério, sevícias, heresia ou apostasia, e para professarem ambos os cônjuges, em religião aprovada, ou um só, aceitando o outro fazer voto de castidade. (BEVILÁQUA, 1976, p. 283. Apud: TODON, 2002, p. 378)

Dentre as causas mais comuns de dissolução dos matrimônios, parecem ter merecido especial atenção as que atentavam contra a moral e os costumes e a “injúria grave” estava, evidentemente, incluída nessa categoria. Quanto a isso vemos que uma mulher podia pedir a separação, alegando que o marido a acusara de não ter se casado virgem (SAMARA, 1989, p.119).

Entretanto os motivos mais comumente alegados pelas mulheres ao requerer o divórcio estava às agressões físicas, sevícias e risco de morte. No processo de divórcio movido por Florência Rosa de Lemos, contra seu marido Bernardo Francisco Xavier, em 1777, na cidade de Vila Rica, a autora alega inúmeras agressões para justificar seu pedido

Provara, e vivia e vive o réu tão aborrecido com a autora, por esta não lhe permitir a licenciosa vida que apetecia, que não só a injuriava com nomes afrontosos, e espancava, segundo dito fica, mas lhe pregava as janelas, afim de que ela não visse para onde se dirigia seus mal intencionados passos. (...)

Provará, que o réu é de gênio revoltoso, e de tão péssima conduta, que chegou a publicar desejava dar uma muita(sic) facada, e muita pancada, ainda naqueles que lhe não tinham feito mal, e com quem falava: e sendo a autora mulher de pouca força corre risco de sua vida, assistindo com o réu. (AHU – caixa 111.doc.77)

As intenções de Bernardo Xavier de matar sua mulher parecem ser de conhecimento de todos na Vila uma vez que o mesmo também a espancava e ameaçava também publicamente

Provará, e sendo o mesmo réu com a autora à Casa de Ó pêra desta Vila na noite de trinta para trinta e um de próximo janeiro de mil setecentos e setenta e seis, querendo ele sair a falar com uma amasia sua, por ela não lhe permitir, lhe deu ali mesmo pancadas, e passou do espadachim para a matar, e que executaria senão acudisse gente, e lho embaraçasse. (Idem)

Florência não busca de imediato o divórcio tenta primeiro dissuadir o réu de seu comportamento através de advertências e súplicas; “Provará, e tendo-o a mesma autora advertido por muitas e repetidas vezes, se afastasse de tão pernicioso costume, em lugar de abraçar saudável conselho que se lhe dava, se iviitava(sic) por isso contra ela, armando brigas e dando-lhe pancadas(...) que tudo se originava pelas putarias(sic) do mesmo réu”(Idem). Florência procede a princípio como deveria proceder toda mulher honrada no período colonial, tenta de todas as formas manter o laço matrimonial e com isso manter seu estado de mulher casada.

O adultério marcou não só o cotidiano das populações coloniais, como também se fez presente nas legislações civil e a eclesiástica, e as punições aqui exemplificadas serviram de alegação para pedidos de divórcios como vemos no caso do pedido de divórcio de Florência

Provará, e é notório, anda e tem andado o réu há muitos tempos, ainda de presente, amancebado com certa mulher desta Vila, como melhor declaram as testemunhas(...)

Provará, e é tão certo e expendido, que a mesma autora achou o réu uma noite nas léguas das casas em que assistia, com uma mulher por nome Tereza Paulista, e por repreender a esta, e advertir aquele, lhe avançou o mesmo para a matar, e o faria se não acudissem algumas pessoas, que lhe tiraram da mão. (Idem)

Florência utiliza-se desta alegação de adultério que era muito eficiente pois este uma mácula que lhe manchava a honra. Assim, ela consegue convencer os Juízes de sua situação e a sentença lhe é extremamente favorável

Sentença – Vistos estes autos, libelo da autora, que contra o réu ser marido ofereceu, para efeito de ser dele separada imperpetuum im perpetuum quoad thorum , não pelas sevícias com que atem tratado, mas sim pelo adultério que repetidas vezes lhe tem cometido(...) E dos inventários que pararam em meu poder, e cartório, querendo-se ao Juiz Ordinário capitão José da Mota Araujo, precedesse o inventário dos bens do casal para se dividir entra a suplicante Florência Rosa de Lemos, e seu marido Bernardo Francisco Xavier, visto se achar separado o matrimônio pela sentença que apresentava extraída daqueles autos. (...) Assim declaro eu José da Fonseca. (Idem)

Florência consegue além da separação de corpos de seu marido, também uma partilha de bens, que lhe garantiria alguma segurança depois do divórcio. No contato com os processos de divórcio do período pesquisado percebemos que o casamento, apesar de idealizado e desejado, era cenário de desentendimentos. Os motivos que causaram tensões entre os casais, entre as várias escalas sociais, em praticamente todo o século XVIII e XIX, são inúmeros. Havia, inclusive, ações de separações entre os casais, que, apesar de relativamente raras entre as classes altas, reuniam questões de propriedade.

Segundo Maria Beatriz Nizza (1996) nos processos de divórcio do Tribunal Eclesiástico do bispado de São Paulo, encontram-se queixas relativas a maneira como o marido estava gerindo os bens do casal, uma má gestão era as vezes motivo de divórcio, como por exemplo no processo movido em 1801 por Bárbara de Oliveira, contra seu marido, esta alegava que seu marido desde o início do casamento nunca “lhe dera uma só camisa para vestir e muito menos lhe tem assistido com o preciso para sua sustentação” e ainda “que passado alguns tempos, tirando-lhe de casa todos os escravos e trastes, até mesmo os lençóis

da cama, se ausentou para outra terra (...).” (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE S.P. Processo 15-4-58 Aupd: SILVA, 1996, p. 98) Desde modo Bárbara pede o divórcio antes que seu marido arruinasse os outros bens do casal, dos quais ela receberia metade apenas se separada.

Com o matrimônio, o marido, como "cabeça do casal", passa a administrar os seus bens, como também os da esposa ou aqueles que viessem a possuir. Os encargos do matrimônio, em relação à manutenção do casal e proteção dos bens, cabiam, portanto, ao homem.

No que se refere à alegação de adultério como motivador do divórcio, o caso de Florência parece-nos ser uma exceção quanto a alegação de adultério ter contado mais que os maus tratos sofridos, pois, para a maioria das mulheres eram muito mais eficientes as justificativas de espancamento e risco de morte. Uma vez que as Ordenações do Reino privilegiavam quase sempre a conduta de violência e alegação de adultério partindo do marido traído.

De acordo com as Ordenações Filipinas, o código civil que regia a colônia, o adultério era um crime que poderia ser punido com a morte. De acordo com o livro 5 título XXXVIII, “Do que matou sua mulher, por a achar em adultério”, determinava “achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela como ao adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero fidalgo, ou nosso desembargador, ou pessoa de maior qualidade”(ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, tit. 38). A mulher tendo consentido a relação sendo, portanto um agente ativo do adultério, também poderia ser punida com a morte ou com o perdão. Entretanto, caso o marido traído quisesse matar sua mulher adúltera também estava protegido pelo mesmo título das Ordenações Filipinas:

achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar a ela, como o adúltero (...)E não somente poderá o marido matar sua mulher e o adúltero, que achar com ela em adultério, mais ainda pode licitamente matar, sendo certo que lhe cometeram adultério. (...) E declaramos, que no caso, em que o marido pode matar sua mulher, ou o adúltero, como acima dissemos, poderá levar consigo pessoas, que quiser, para o ajudarem (...)(Idem)

Enquanto para as mulheres não se colocava sequer a possibilidade de serem desculpadas por matarem os maridos adúlteros, para os homens a defesa da honra perante um adultério feminino comprovado encontrava apoio nas leis.

Em alguns casos os maridos traídos não matavam suas esposas adúlteras, apenas se livravam delas através de processos de divórcio. Algumas mulheres não eram acusadas apenas de adultério por seus companheiros, algumas chegavam a ser acusados de prostituição, mesmo sendo casadas.

Isto pode ser percebido no processo de movido, em 1815, por Frutuoso de Souza contra sua mulher Maria Constancia e Lourenço Ramos. No processo Frutuoso acusa sua mulher de lhe trair com vários homens, prostituindo-se e por ter saído de casa para viver desonradamente com Lourenço Ramos. O autor alega que mesmo tendo sempre tratado sua mulher com todo amor e debaixo dos preceitos da Igreja, esta achou por bem prostituir-se a mando de Lourenço, com quem vive concubinada, tendo abandonado o lar e os filhos para isso. Frutuoso então move uma querela, contra o casal de adúlteros e pede o divórcio de sua mulher Maria Constância. (IPHAN – Museu do Ouro. Livro de Auto de Querela 1808. P. 67v)

Outra forma de se livrar de uma esposa adúltera, ou supostamente adúltera, e que tinha total apoio das autoridades era a reclusão feminina em conventos ou recolhimentos, reclusão que nestes caos pretendia-se perpétua. Este comportamento pode ser percebido no requerimento feito por Bernardo Antônio do Amaral, em 1809, para livra-se de sua esposa adúltera:

Bernardo Antônio do Amaral, em que pede a Sua Alteza que faça recolher ao Recolhimento Itaipu, ou ao da Misericórdia sua mulher Fortunata Maria da Conceição, que se acha depositada no desta Corte tratando com ele causa de divórcio. Esta mulher ou fosse por hora verdade minha procedido mal no Cantagalo, onde se casou com o suplente que era ali Meirinho da Intendência, ou por que o marido assim o divulgasse, pediu com consentimento de seu pai que então era vivo, que se queria recolher em Itaipu, e o conseguiu, tudo de comum acordo com o suplente que deste modo encobriu a sua afronta. (ARQUIVO NACIONAL – Documentos diversos GIF1, 6J-78, Rio de Janeiro 1809)

No Requerimento Bernardo Antônio do Amaral faz um pedido ao Conde de Aguiar para que mude sua mulher do recolhimento em que esta se acha internada, por “ter ela arte de sair fora e prostituir-se ali mesmo, cobrindo o de freqüentes afrontas, que com esta mudança procurava evitar”. Mas para isso, necessitavam os maridos da permissão de uma autoridade para trancafiarem as esposas, fosse essa autoridade o próprio rei, o vice-rei, o bispo ou, a partir de 1808, o intendente geral da Polícia na cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo qualquer

pessoa influente na Corte. Por seu lado, as enclausuradas também podiam dirigir à Coroa em última instância a fim de serem liberadas do confinamento conventual.

No entanto muitas mulheres passaram a usar o confinamento nos recolhimentos para se livrarem de casamentos indesejados, ou para se recolherem após o divórcio e continuar mantendo sua honra. No já citado processo de divórcio de Florência Rosa, esta usa um recolhimento como uma forma de se livrar de seu marido violento e levando para lá também sua única filha.

Certifico eu Soror Joana Perpétua do Nascimento, Abadeça neste Convento, que a quatro de março do presente ano, recolheu-se Dona Florência Rosa de Lemos, e sua filha Dona Senhorinha, que me veio entregar, Dona Marianna, mulher de Luis Ignácio, que Deus tem, e recebi a dita, e toda esta comunidade, com muito gosto, por vermos, e observarmos os grandes desejos, com que procurou esta clausura, e alegria com que veio(...) (ARQUIVO HISTORICO ULTRAMRINO. cx 112, doc. 33, 1778)

Assim, percebemos que as mulheres também utilizavam-se da clausura para se livrarem de um marido violento como era o caso de Bernardo Xavier, ou mesmo de um casamento fracassado. Durante o período colonial, encontram-se também nos conventos e recolhimentos mulheres colocadas em depósito enquanto seus processos de divórcio corriam nos tribunais eclesiásticos. (ALGRANTI, 1993, p. 150).

Independente do motivo do divórcio, o fato era que a dissolução sempre foi vista com maus olhos pela sociedade, que na maior parte dos casos culpava a mulher pela separação. Segundo Maria Beatriz Nizza, o número de pedidos de divórcio aumentou nas primeiras décadas do século XIX o número de divórcios julgados pelo tribunal eclesiástico sofreu um aumento considerável para a época, fato que fora atribuído a uma provável “revolta feminina” contra a reclusão e o recato dentro do lar. (SILVA, 1984, p. 210)

Outra possível explicação, era que a mulher não aceitava mais ser corrigida de maneira física pelo marido. Isto porque quase todos os processos movidos na região de São Paulo naquela época tinham a agressão física como alegação principal para o pleito.

Em verdade, os “divórcios” do Brasil colonial não permitiam às partes contrair novas núpcias, salvo se a igreja sentenciasse a união como nula, hipóteses que vinham descritas exaustivamente na lei canônica.

De acordo com Marilda Santana, no Brasil colonial a separação de corpos foi regulada pelas “Constituições primeiras do arcebispado da Bahia”, mais especificamente no Livro I e

no Livro V, nos textos referentes ao matrimônio e aos delitos da carne. A própria legislação permitia o divórcio, mas esclarecia cuidadosamente os casos em que ela poderia ocorrer. A separação acontecia somente em casos excepcionais como o adultério, a apostasia, a heresia e nos casos de sevícias de cônjuges. (SILVA, 2001, p. 78/79). No entanto, não era mais permitido aos cônjuges contraírem novo laço matrimonial.

Percebemos, assim, que mesmo que as mulheres pudessem ser consideradas como uma categoria que a rigor não teriam o mesmo acesso a justiça que os homens. Ou seja, que poderiam serem consideradas como sugere Antonio Manuel Hespanha (2010), como “Imbecillitas”, muitas mulheres, se utilizaram de brechas abertas na própria legislação, seja ela civil ou eclesiástica, para resolverem dentro da lei suas desavenças pessoais.

Entretanto, o divórcio manchava para sempre a imagem da mulher que se divorciava e embora em alguns casos lhe preservasse a vida e a honra, o fardo de ter fracassado no casamento lhe marcava socialmente. Razão pela qual a mulher, de certa forma, era marginalizada no núcleo social após a confirmação do divórcio. É bem verdade que o isolamento se dava pelo “fracasso” do papel de mulher, tendo em vista que durante toda a sua vida a menina era criada para contrair um casamento.

FONTES

Código filipino ou ordenações do reino de Portugal, recompilados por mandado de el rei d. Filipe I (1603). Livro IV e Livro V. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>

GONÇALVES, Rui. **Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e Ordenações do Reino mais que o gênero masculino.** Lisboa: 1784.

IPHAN – Museu do Ouro. Casa de Borba Gato. Livros de Autos de Querela. 1810.

IPHAN – Museu do Ouro. Casa de Borba Gato. Livro de Auto de Querela 1808.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Caixa 111. Doc. 77. Data: 16/12/1777.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Caixa 112. Doc.33. Data: 06/03/1778.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO. Processo 15-4-58.

ARQUIVO NACIONAL – Documentos diversos GIF1, 6J-78, Rio de Janeiro 1809

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: mulheres da colônia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

- ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s. Ed, 1972. p. 54-57.
- BELLINI, Ligia. **A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BEVILÁQUA, C. Direito de Família. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos de. Observações Kantianas sobre o belo sexo. In: **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. pp- 47-67. EDUFES, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no período colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.
- HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil- 1850-1940**. Florianópolis: Mulheres, 2003.
- HESPANHA. Antonio Manuel. **Imbecillitas. As bem aveturanças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010.
- LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. In: **Anais de História e estudos históricos**. São Paulo, Unesp, n. 12, p 13-28, 1993.
- LOURO, G. Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443-481.
- MERGÁR, Arion. **A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. 2006. Dissertação de Mestrado (mimeo)
- NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 1997.
- _____. **Casamento no Brasil: do século XVI ao XIX. O Olhar da historiografia**. <http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/beatriz4.htm> Acesso em: 22/04/2011)
- SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo no século XIX**. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Cultura de São Paulo, 1989.
- SILVA, Clarissa da Silveira e. **A Condição jurídica da mulher no Brasil – diálogos sobre igualdade e diferença**. São Leopoldo: Unisinos, 2006. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Marilda Santana da. **Dignidade e transgressão: Mulheres no Tribunal Eclesiástico de Minas Gerais (1748-1830)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas e Plebéias na Sociedade Colonial**. Lisboa: Editorial Estampa, 2002, p. 189.

_____. Pobreza feminina no Brasil Colonial. In: **Separata da Revista de Ciências Históricas**. n. XI, Universidade Portucalense, 1996.

TODON, Sandra Mara. A constituição e a dissolução das entidades familiares no Brasil. In: **Revista Jurídica Cesumar**. v.2, n.1, 2002

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral sexualidade e inquisição no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

AS PANELEIRAS DE VILA BOA DE GOIÁS: O ARTESANATO COMO ELEMENTO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E DA MEMÓRIA LOCAL

Luana Nunes Martins de LIMA¹

luanunes_7@hotmail.com

RESUMO: No início da ocupação de Goiás pela exploração nas Minas de Goyases à estruturação do Arraial de Sant'Anna, cujo espaço urbano foi denominado mais tarde de Vila Boa de Goiás, e mais recentemente Cidade de Goiás, encontra-se um grupo de mulheres, denominadas "paineiras", que manifestaram, como ainda manifestam, resistência e uma persistente capacidade de definir novos papéis para si, em atitudes de luta cotidiana pela ampliação dos espaços de sobrevivência e na promoção da arte popular goiana. Numa abordagem histórico-cultural, o presente trabalho pretende abordar o trabalho das artesãs de Vila Boa de Goiás, como representação da cultura local, e como essa manifestação cultural, que é produto da realidade vivida, é carregada por uma força simbólica, se reproduzindo no decorrer do tempo e se perpetuando através da memória coletiva. A arte ceramista faz parte da história e da construção identitária da Vila Boa de Goiás. Torna-se necessário conhecer, documentar e compreender essas manifestações, a fim de preservar sua memória e fornecer elementos para seu desenvolvimento e visibilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: paineiras, identidade, memória.

Introdução

A partir da eclosão dos estudos culturais nos seios das questões históricas, surgem novos objetos que foram constituindo novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros, novas temáticas e novas fontes. Esses novos objetos referem-se à composição social, vida cotidiana de operários, mulheres, grupos étnicos, entre outros.

A cultura popular entra nesse cenário através da nova concepção de cultura. A cultura passa a ser um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo, em que a realidade é expressa de forma simbólica.

A História Cultural, de acordo com Chartier (1990), trouxe a preocupação com a questão do indivíduo, da subjetividade e das histórias de vida. Enfocando a gente simples,

¹ Graduada em Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, cursando Especialização em História Cultural: imaginário, identidades e narrativas, pela Universidade Federal de Goiás. Endereço eletrônico: luanunes_7@hotmail.com

sem importância, os subalternos, detentores de uma expressão cultural dita popular, busca resgatar os sentimentos, a auto-imagem e a percepção dos outros. “A história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser apreendido” constitutivo de sua identidade”. (CHARTIER, 1990, p. 23).

No início da ocupação de Goiás pela exploração nas Minas de Goyases à estruturação do Arraial de Sant’Anna, cujo espaço urbano foi denominado mais tarde de Vila Boa de Goiás, e mais recentemente Cidade de Goiás, encontra-se um grupo de mulheres, denominadas “paneleiras”, que manifestaram, como ainda manifestam, resistência e uma persistente capacidade de definir novos papéis para si, em atitudes de luta cotidiana pela ampliação dos espaços de sobrevivência e na promoção da arte popular goiana.

Numa abordagem histórico-cultural, o presente trabalho pretende abordar o trabalho das artesãs de Vila Boa de Goiás, como representação da cultura local, e como essa manifestação cultural, que é produto da realidade vivida, é carregada por uma força simbólica, se reproduzindo no decorrer do tempo e se perpetuando através da memória coletiva.

Para Chaud e Guimarães (2009), as abordagens contemporâneas da arte e seu ensino, nas quais a história de vida e a estética do cotidiano são valorizadas, apresenta-se como forte componente estético. O exemplo considerado pelas autoras é o trabalho manual das artesãs de Vila Boa de Goiás, antes excluído do mundo das artes. Chaud e Guimarães (2009) ainda acrescentam que na compreensão pós-moderna de cultura as fronteiras entre alta e baixa cultura, entre arte e cotidiano são questionadas.

A arte ceramista faz parte da história e da construção identitária da Vila Boa de Goiás. Torna-se necessário conhecer, documentar e compreender essas manifestações, a fim de preservar sua memória e fornecer elementos para seu desenvolvimento e visibilidade social.

O artesanato ceramista de Vila Boa de Goiás

O artesanato de argila da Cidade de Goiás recebeu forte influência indígena, o que é indício de sua origem genuinamente brasileira, que vem se perpetuando através de gerações. Consistindo principalmente na manufatura de utensílios domésticos como potes, panelas, buiões e também, peças artesanais inovadoras, o artesanato na cidade é um bem cultural que, além de contribuir para a geração de renda de centenas de famílias, promove o potencial turístico.

As paneleiras são as mulheres que se dedicam à arte cerâmica em Goiás. Era um ofício exclusivamente feminino, a filha recebia a arte da mãe e conservava a tradição. Atualmente, existem homens artesãos, mas estes representam a minoria.

De acordo com Pitágoras (1971), a cerâmica popular goiana não alcançou a perfeição técnica que lhe permitisse a industrialização. Como artesanato, é utilizada até hoje na vida doméstica da velha capital. Faz-se além de panelas: vasos, formas, caçarolas e objetos de decoração. Os objetos de cerâmica são apreciados por todas as classe sociais.

Ainda segundo Pitágoras (1971), as panelas são artisticamente trabalhadas e requerem um trabalho especial. As paneleiras são pessoas humildes capazes de reconhecer um trabalho seu por qualquer mínimo detalhe, invisível aos olhos dos leigos – como os grandes artistas o fazem.

O autor relata que o segredo da cerâmica em Goiás estaria na qualidade do material, no forno e na cozedura. O barro era retirado somente na lua minguante, quer na seca ou no tempo chuvoso. Segundo o autor, o barro da várzea é o melhor, o preto é o mais resistente e dá louças alvas, o vermelho louças rosadas. É retirado seco ou úmido e, em ambos os casos, é secado antes de mais nada.



Figura 1 – Formas antigas do artesanato ceramista em Goiás (Museu Zoroastro Artiaga – Goiânia-GO).

É necessário uma série de instrumentos para o trabalho: a foice e a enxada (para retirar o barro), o pilão (para socá-lo), uma vasilha com água, pedaços de sabugo (para ligar os rolinhos por fora), pedaços de cuiá (para alisar por dentro), uma faca, pedaços de sola molhada (para acabamento), uma pedra lisa (para polir).

As paneleiras goianas não utilizam o torno. Elas fazem a base, deixam secar um pouco e acrescentam as paredes. O restante fazem em duas ou três etapas, dependendo do tamanho da peça. Em seguida alisam as bordas com solas molhadas. Põem a secar, fazem o polimento e levam ao forno, quando bem secas.

Usam forno rudimentar, do tipo mais remoto: forma circular, no interior geralmente há um crivo onde se colocam as vasilhas. Algumas usam um forno cavado no chão, em conformidade com o terreno. Os fornos são construídos ao ar livre, expostos às chuvas.

Não usam o termo cozer, e sim queimar. Enchem o forno com vasilhas e completam os espaços vazios com cacos. Cobrem tudo com latas velhas e ateiam fogo. A queimação dura em média de 8 a 10 horas em fogo sustentado no mesmo nível. As peças não podem ser retiradas antes do tempo, pois se quebram. Quando está no ponto, retiram a lenham e deixam esfriar, só retiram as vasilhas após resfriar bem. A decoração é feita antes da queima, com tinta de Oca (planta herbácea da família das Oxalidáceas).



Figura 2 – Cerâmicas no forno rudimentar.

Associação dos Artesãos e Casa do Artesão na Cidade de Goiás

Em 1977 foi criada a Associação dos Artesãos de Goiás, como resultado do trabalho diocesano local, nas dependências do Convento do Rosário, com o apoio de Frei Marcos, dominicano da Cidade de Goiás.

Segundo relatos extraídos do documentário ‘Na ponta dos dedos – Criatividade e Cooperativismo’, da Associação dos Artesãos de Goiás, o artesanato local vinha perdendo sua autenticidade como traço cultural do povo goiano. A deturpação de sua pureza foi ocasionada pela presença do comprador intermediário que, para atender a forte solicitação de um mercado urbano, interferiu fatalmente na originalidade do trabalho. Além disso, o governo não dispunha de uma política que favorecesse o artesão, pelo contrário, incentivava a produção visando a especulação, na qual os artesãos eram manipulados por dois intermediários, um do estado e um local.

Foi proposta a organização de uma associação com todos os artesãos e, a partir daí, surgiu a associação, através de um sistema cooperativo e comunitário.

Muitas pessoas foram beneficiadas, encontrando meios para a realização de seus trabalhos e para a exposição do produto, conforme depoimento de uma artesã retirado do Documentário Na Ponta dos Dedos – Criatividade e Cooperativismo: “Para mim em achei muito bom demais fazer, é melhor do que se eu estivesse trabalhando de doméstica [...] é uma profissão que eu tenho agora. Melhorou muito minha vida depois que eu passei pra associação”.

Foi inaugurada em 25 de julho de 2007 a Casa do Artesão, espaço cultural criado e mantido pela prefeitura. Segundo Maria Ricarda Vasconcelos Aguiar², diretora da Casa do Artesão, o local não funciona como uma associação. O artesão deixa quantas e quais peças desejar pelo preço que ele mesmo estipula. Com a venda, quinze por cento do valor é deixado na Casa do Artesão para custear embalagens, manutenção e limpeza do local. O artesão também tem a liberdade de vender suas peças para o comprador intermediário.

No local ainda são realizadas oficinas culturais para a visitação de escolas, onde o artesão mostra como é feito o trabalho manual para os alunos.

De acordo com a diretora, a maioria dos artesãos de toda cidade são do sexo feminino, inclusive os que trabalham com a cerâmica e, são raros os homens que se ocupam dessa atividade, aqueles que o fazem, aprenderam com suas mães ou avós.

Ela explica ainda que é pouco provável que um artesão sobreviva apenas das vendas de suas peças, porque as vendas são escassas e o fluxo de visitantes se dá apenas em determinadas épocas do ano. Aqueles que vendem para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, ou ainda cidades como Pirenópolis, geralmente não necessitam de outro meio de obtenção de renda, mas para isso, a produção deve ser maior, as peças devem ser perfeitas e é necessário que o artesão já possua significativa experiência.

Para Maria Ricarda, “o artesanato não pode ser visto como uma profissão, mas como uma opção, um complemento”. Entretanto, outro relato demonstra o contrário.

[...] Nós temos a casa do artesão também, esse pela prefeitura, só que ela ficou muito deslocada (...) então muito artesão não quer por peça lá porque não tá vendendo, porque, eu não, mas muitos artesãos sobrevive é da venda, aí se não vender, não tem como, né? ³

Há também famílias na Cidade de Goiás que se ocupam apenas do artesanato e não têm ligação com nenhuma associação ou com a prefeitura.

² Entrevista realizada em 19/01/2008.

³ Alice Gonçalves Noronha, entrevista realizada em 20/01/2008.

Dona Eva é proprietária do estabelecimento Arte a Mão, onde trabalha com toda sua família. Lá mesmo produzem as peças e as expõem para a venda. Afirma que “fazer panela” é uma tradição antiga e que veio passando de mãe para filhos em sua família até os dias atuais. Relata que o torno tem causado a desvalorização do trabalho manual por produzir em grande escala e por ser mais barato. No entanto, a qualidade do trabalho manual supera as peças produzidas no torno, tanto no aspecto estético quanto na durabilidade.



Figura 3 – Produtos expostos na loja de Dona Eva, Arte a Mão.

A arte ceramista no processo de construção da identidade e da memória

Apesar de combinarem entre si elementos deixados à parte na história oficial das nossas artes e culturas, essas artesãs fazem parte de uma população que continua excluída. Com todas as conquistas femininas de inserção no mercado de trabalho, as mulheres “do povo”, das quais fazem parte as artesãs de Vila Boa de Goiás, continuam com pouca visibilidade social, histórica e cultural. Mesmo assim, elas fortificam-se e se destacam na sociedade através de suas heranças culturais, dos trabalhos manuais, da esfera do cotidiano e da resistência, identificando-se com a trajetória histórica da cidade.

Outro depoimento de uma artesã da associação retirado do mesmo filme documentário⁴ evidencia que o trabalho delas está integrado às suas vidas, e o que elas fazem possui ligação com a história e a memória individual e coletiva. Elas o sentem como algo necessário:

“A mamãe fazia e com ela nós foi aprendendo, olhando ela trabalhar [...]. eu tenho orgulho desse serviço. Eu tô fazendo esse serviço e eu fico pensando... Que serviço mais abençoado que mamãe deixou pra mim [...]. Um serviço que eu sei que num é dos novo de agora, num é dos cidadão de agora, é um serviço dos antigo, serviço que veio de vó, de minha avó, de minha mãe”.

⁴ Na Ponta dos Dedos – Criatividade e Cooperativismo, 1988.



Figura 4 – Trabalho em família nas dependências da casa.

Nas palavras de Chaud e Guimarães (2009), falar dessas artesãs é mergulhar num mundo de sonhos e dificuldades que as fazem caminhar, buscando através do artesanato o caminho a ser trilhado. E assim, as possibilidades vão surgindo, construções vão sendo realizadas, [...] partes de argila ao serem modeladas formam um vaso, uma panela, um pote; construções de vidas simples, porém ricas em suas significações.

Alice Gonçalves Noronha⁵, nascida na Cidade de Goiás em 1946, trabalha com a cerâmica tradicional de Goiás há 37 anos. Atualmente cria peças artesanais inovadoras, técnica que aprendeu através de cursos promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Ensina a pessoas interessadas todo conhecimento adquirido através dos anos de experiência. Além de artesã, é funcionária pública da Secretaria da Cultura. A seguir serão apresentados alguns de seus relatos, que contribuiram para uma interpretação qualitativa da pesquisa:

“Em 2006 teve uma oficina de qualificação com os artesãos aqui né, pra tirar a carterinha do Sebrae (...) aí a gente convidou todos os artesãos, principalmente os ceramistas. Foi três meses de oficina. (...) no final do curso ia ser lançado um livro da cerâmica da cidade de Goiás. (...) de 50 artesãos, eu sei que ficaram só 12”.

“[...] Eu vivo lutando (...) porque eu fico com dó, tem muito artesão que mora no Tempo Novo, lá no Papyrus, no Goiás 2, mais afastado, que não tem o privilégio que eu tenho de tá aqui no Centro, de ter mais contato com o turista, né? Então muitas vezes que eles fazem a peças, vende baratinho, sabe, ou pra gente de fora ou pro próprio artesanato daqui, porque pra eles comprar na mão da gente o preço é um e é menos da metade do preço que eles vende na loja.

⁵ Entrevista realizada em 20/01/2008.

É tanto processo que passa pra ficar desse jeito pra gente entregar, que eu acho que a gente também não pode vender muito barato, porque se não aí, estraga pra gente, não dá nem pra comprar material”.

Nesses relatos é notável a cooperação e solidariedade que envolve os grupos que se identificam. Também é possível observar a associação da arte ao trabalho convencional, para muitos artesãos, fazer artesanato é o próprio emprego, o meio de sustento. De acordo com Chaud e Guimarães (2005, p.5), para as mulheres vilaboenses, “fazer artesanato é algo valoroso, digno como qualquer outro trabalho. [...] Produção esta que possui diversidade, onde o querer aprender, o inovar, demonstra o diferencial dos trabalhos destas mulheres”.

“[...] Na nossa família todos sabem fazer. Eu sou a quarta geração na minha família de ceramista, vó, bisavó, era do lado do meu pai, né, aí minha mãe casou entrou na família, aprendeu também, aí foi indo. Então, o seguinte, antes de começar essa febre de pintura, nós fazia as peças e trabalhava elas com o próprio barro, igual eu tô trabalhando agora. (...) Pra mim fazer uma vasilha lisa igual aquela é fácil, num instantinho eu termino, mas pra tá agregando valor na peça é mais difícil. A proposta era a gente resgatar coisas que tinha perdido nas peças, na cerâmica, principalmente na cerâmica, que é o carro chefe da cidade, né? Aí eu já tava começando a fazer essa linha aqui, trabalhando nos pratos, nas travessas, nos jarros (...) aí quando veio essa idéia...

Antigamente nós íamos no barreiro, rancar o barro, rançava, trazia, socava num pilão né, depois passou a ser num pneu de caminhão (...). Hoje não, hoje a gente já tem a maromba né, que facilitou (...).

Às vezes eu ia no barreiro pegar, porque eu gosto muito de pegar. Esses quatro anos vem tudo aqui pra mim, né. Mas eu acho que a artesã tem que ir lá, porque nós conhecemos o barro (...).”

“[...] A cerâmica é o carro chefe de Goiás, vou dar um exemplo: Quando Goiás foi ganhar o título foi filmado acho que 18 ou 21 tomadas aqui da cidade de Goiás, na Casa do Artesão, com pessoas idosas, em vários locais (...) Essas filmagens foram todas mandadas pra ser escolhida a qual ia ficar na fita do dossiê (...). Então, a cerâmica, a que foi filmado aqui em casa, foi a que foi escolhida pra ficar no dossiê”.

“Antes de Goiás ganhar o título, nós não era tachada como artesã, era como paneleira, não era? A pessoa chegava: - Onde que mora Dona Alicinha paneleira? – Não era artesã, artesã foi depois de Goiás ganhar o título, que o Sebrae começou a trabalhar aquela idéia (...).”



Figura 5: Artesanatos produzidos por Alice.

Alice confirma o artesanato como tradição, explica a importância da inovação e das técnicas de decoração das peças, inclusive por constituir uma representação da cidade. Ao falar do “resgate do que havia se perdido” e citar o artesanato como “carro-chefe da cidade”, o coloca como ícone da cidade e estabelece uma relação identitária, narrando saudosamente como se buscava a argila no barreiro.

Alice enfatiza o título conferido pela Unesco de Patrimônio Histórico da Humanidade que a Cidade de Goiás recebeu em 27 de junho de 2001 e se orgulha de ter seu trabalho exposto no vídeo Dossiê de Goiás. A partir daí demonstra em sua fala não apenas orgulho de fazer parte do grupo de artesãs da cidade, mas a relação intrínseca de pertencimento e a valorização de seu trabalho enquanto símbolo de representação histórica e social de sua cidade.

Outro item importante de sua fala deu origem ao título do presente trabalho: “*nós não era tachada como artesã, era como paneleira*”. Embora não seja objetivo desse trabalho, caberia aqui uma reflexão sobre essa mudança de designação. Seria necessário pensar em como as culturas se transformam e novas tendência de apropriação do espaço estabelece-se nos lugares na busca por assegurar uma visibilidade e revalorização aos conjuntos de práticas socioculturais. Esse processo muitas vezes está associado a interesses políticos e/ou econômicos. A cidade assume novas formas e funções, afetando essencialmente as dimensões materiais e simbólicas da sociedade.

“[...] A vida do artesão é muito cansativa porque é muito serviço, desde a hora que pega o barro, que trabalha, cê trabalha de pé, cê não tem horário pra trabalhar (...) é muito cansativo, é corrido!”

“[...] Eu só tenho uma filha mulher, e todos sabem trabalhar. Só que nenhum exerce a profissão porque ... eu falo muito que eu não tive muito estudo, eu tenho apenas o

2º grau, aí o que eu não tive eu queria que eles tivessem, e outra coisa que fez eu querer que eles estudasse, que tivesse outra profissão foi porque teve uma época também que foi uma dificuldade pra gente ceramista aqui, cê fazia, não tinha quem comprasse, tava a coisa mais difícil pra vender, então a gente encara assim: é isso que a gente quer pros filho da gente? Num é né? Aí meus filho tudo estudou, tudo tem outro emprego, mas sabe fazer”.

As dificuldades do trabalho do artesão apresentadas por Alice, como o fato de ser cansativo, as peças serem vendidas por preços irrisórios, não ter demanda de compradores em determinadas épocas, além da desvalorização e da concepção de se tratar de um trabalho obsoleto, contribuem para que a tradição perdurada por tanto tempo pouco a pouco tenda a desaparecer.

“[...] A História de Goiás tá embasada no povo da cidade (...). Tá tão embasada que eu, hoje eu escrevo também, e eu conto sempre nas minhas poesias (...) eu conto história de pegar barro no barreiro, eu conto a história do Rio Vermelho, que eu fui criada aqui né ? Eu conto a história do Rio da Prata que hoje tá poluído, né? A gente sente muito um rio, um lugar que ocê tomou banho, cê via peixe, cê via vida, hoje tá uma água podre, né? (...) Então eu acho que a história da cidade de Goiás, é o povo que fez a história (...) porque Goiás só ganhou o título por ser uma cidade histórica, antiga, conservada e ter muitas coisas culturais, como a tapui, como a cerâmica que é uma coisa que vem de (...) já foi estudada em vários (...), como o congo, que foi coisa que em outro lugar nenhum tem. Mas aqui é uma memória viva da cidade”.

Através dos relatos expostos é possível identificar a relação que as artesãs da Cidade de Goiás estabelecem entre seu trabalho e a memória local. Elas revivem a tradição da cidade, reafirmando sua posição de destaque no que tange a preservação da cultura da cidade e de suas heranças familiares.

Nessa ligação com as raízes locais, surge o conceito de identidade, que, por sua vez, está atrelado à memória e às representações sociais.

O enraizamento da memória se dá em uma escala territorial — em alguma paisagem, em algum lugar. É no espaço material e da memória que a identidade permanece enraizada; quando o espaço passa a representar o tempo na memória social, ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sociais. (LAMY, 1996, p. 14; CANCLINI, 1994, apud PAES, 2008, p. 162)

Pelos relatos constata-se também que há a compreensão de que a cidade é um lugar de memória. A importância dessa memória é fundamental para a construção do lugar, bem como para o surgimento das identidades e pertencimentos. Estes podem ser percebidos tanto por meio de normas de conduta social, inscritas nas práticas culturais e relações sociais, quanto pelos simbolismos.

Le Goff (2003) fala de uma História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. Esses lugares podem ser de ordem topográfica, simbólica ou funcionais, no entanto, enfatiza os verdadeiros lugares da história, onde se devem investigar “não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: [...] comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (p. 467).

Le Goff (2003) ainda explica que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Apesar da afirmação nesse trabalho de que o artesanato é uma tradição repassada de geração para geração, como foi constatado nas entrevistas, no documentário e nas demais fontes documentais, enfatizo que a identidade cultural não é algo herdado e transmitido. A identidade cultural envolve escolhas, que resultam na construção de uma gama variada de sentidos para cada indivíduo ou grupo social. Dessa forma, o processo de construção das identidades é temporal, espacial e mutável, como constata Haesbaert (1999, p. 175), “[...] trata-se sempre de uma identificação em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla.

Para Chaud e Guimarães (2009, p.11), “o estudo da arte produzida localmente tem potencial de sensibilizar as pessoas para as riquezas, contradições e significados imanentes em sua própria cultura”. A identidade consolida os sentidos e significados atribuídos às suas artes, sendo, portanto, o elemento que nutre a memória coletiva. Entende-se que a preservação da memória coletiva produz o desejo de afirmação da própria identidade e, num ciclo de realimentação, estimula a uma procura por recuperar cada vez mais seu próprio passado. Além disso, leva a comunidade em questão ao conhecimento de seu patrimônio, conhecimento esse que conduz à valorização de práticas sociais, manifestações culturais e artísticas.

O engajamento da comunidade nesse processo de manutenção da memória coletiva contribui para a reconstrução da história na verificação das fontes, além de fortalecer os seus sentidos e conexão com o espaço vivido, sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A mulher, a História e Goiás*. 2.ed. Goiânia: Editora da UFG, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUD, E.; GUIMARÃES, L. *A natureza feminina do cerrado*. In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2009.
- CHAUD, E.; GUIMARÃES, L. *A natureza feminina do cerrado*. Goiânia: Max Gráfica & Editora, 2005.
- DOCUMENTÁRIO NA PONTA DOS DEDOS – *Criatividade e cooperativismo. Associação dos Artesãos de Goiás*. Geraldo Moraes (Direção). CPCE (UNB): 1988.
- HAESBAERT, Rogério. *Identidades Territoriais*. In: ROSENDAHL, Zeni; CORREA, Roberto Lobato (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp. 169 – 190.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MARTINS, Maria Helena Pires. *Preservando o patrimônio e construindo a identidade*. São Paulo: Moderna, 2001.
- PAES, Maria Tereza Duarte. *Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico*. In: BARTHOLLO, Roberto et al. (orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: COPPE / UFRJ, 2008. pp. 162 – 176.
- PITÁGORAS, J. *Folclore e arte popular em Goiás*. In: MOTA, A. V. B.; GOMES, M. (orgs.). *Aspectos da Cultura Goiana*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura – Gráfica Oriente, 1971.
- SILVA, Antônio Moreira da. *Dossiê de Goiás – Enciclopédia Regional: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente*. Goiânia: Master Publicidade, 2001.

MARIAS OU EVAS: OS PROCESSOS-CRIMES COMO REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DA MULHER CRIMINOSA

Lúcia Ramos de SOUZA¹

lucia_historia@hotmail.com

RESUMO: Este estudo da história local intenta analisar as imagens criadas pela sociedade e pelo Poder Judiciário sobre as mulheres da província de Goiás, na segunda metade do século XIX, a partir dos autos criminais encontrados no Arquivo Frei Simão Dorvi, na Cidade de Goiás, nas quais elas aparecem como réis. As falas dos personagens dos processos-crimes (testemunhas de defesa e de acusação, autoridades policiais e judiciárias) revelam um descompasso entre a moralidade oficial e a realidade vivida por elas. Objetiva-se investigar como as versões obtidas nesses processos assumem o *status* de verdade nas mãos do Poder Judiciário que se dedica a produção da criminosa.

PALAVRAS-CHAVES: gênero, representação, crime.

ABSTRACT: This study of local history attempts to analyze the images created by society and the judiciary on women in the province of Goiás, in the second half of the nineteenth century, from the criminal records found in Frei Simão Dorvi Archive in the City of Goiás, in which they appear as defendants. The characters' lines of cases-crimes (and defense witnesses for the prosecution, police and judicial authorities) show a gap between official morality and the reality experienced by them. It aims to investigate how these processes take versions obtained the status of truth in the hands of the judiciary who is dedicated to the production of crime

KEYWORDS: gender, representation, crime.

INTRODUÇÃO

A discussão de paradigmas da História, com a onda do movimento feminista a partir dos anos 60, levou ao questionamento do discurso universal masculino, o que permitiu a descoberta do outro, dos excluídos da história, entre eles, as mulheres. A busca pela visibilidade das mulheres, alçada pela historiografia tradicional a posição secundária nos acontecimentos históricos e nas transformações da sociedade, é que move este trabalho.

¹ Mestranda em História, PUC-GO.

Essa visibilidade, pôde ser encontrada nos processos-crime do Arquivo Frei Simão Dorvi, na Cidade de Goiás, de 1850 a 1890, que revelam a participação das mulheres na sociedade do citado período. O recorte cronológico se justifica pelo fato de que é neste período que a mulher figura como ré nos processos e estes estão em estado de razoável possibilidade de análise, devido a má conservação em que se encontravam.

Conhecendo a presença e a história do feminino no século XIX é possível compreender a prática de alguns delitos. É possível através dos processos-crime analisar quem eram essas mulheres – ricas/pobres, casadas/solteiras, alfabetizadas/analfabetas, onde e como moravam, suas formas de sobrevivência, quais crimes cometeram e quais os motivos que as levaram a eles, onde os praticavam – se espaço privado ou público.

A importância desse trabalho está na possibilidade de investigar como as representações produzem assimetrias nas relações homens e mulheres e que acabam por instaurar e naturalizar padrões de condutas que são alimentados nas relações sociais.

O estudo busca analisar a produção da criminosa por meio das autoridades e da sociedade que participa dos autos criminais ao construírem versões, depoimentos, corpo de delito, interrogatório, julgamentos, versões estas que assumem o status de verdade nas mãos do Poder Judiciário, revelando uma teia de poderes que circulam e projetam a imagem dessa criminosa de acordo com a “verdade” obtida dos autos.

Não se pode deixar de perceber que versão que irá condenar ou absorver não é aquela do momento imediato, do passado, mas a confeccionada nos dizeres dos muitos atores que falam no processo e que buscam a Justiça para seus usos sociais variados.

Percebendo que esses dizeres e versões são “administrados” pelo Poder Judiciário e pelos indivíduos que acionam a Justiça de acordo com seus interesses, busca-se nessa teia, que é processo-crime, analisar como as mulheres que cometem delitos numa sociedade do século XIX são representadas no processo, a partir da imagem delas no convívio social, sabendo que muitas, no momento da autuação, já estão previamente condenadas pela sociedade. E como os discursos produzidos nos autos, reproduzem os discursos (religioso, médico, jurídico) presentes na sociedade. (Aqui neste parágrafo percebo o recorte do seu problema.)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O desenvolvimento de estudos sobre as mulheres, no campo da história, foi impulsionado pelos novos problemas e abordagens assumidos pela História Cultural. Para o

desenvolvimento desse trabalho, opta-se pela categoria representação, pedra angular da História Cultural que, segundo Roger Chartier, permite uma análise sobre as maneiras pelas quais os homens dão inteligibilidade ao mundo social do qual fazem parte, uma vez que ela é um estatuto de organização deste mundo social.

Chartier aborda as representações do social por meio dos lugares de produção de discursos, que apreendem e estruturam o real. As práticas culturais (produtoras de símbolos) incutem determinadas leituras de mundo, em um dado lugar. Para o autor são através desses esquemas intelectuais incorporados que o presente pode adquirir sentido, que o outro se faz compreender e que o espaço se torna decifrável.

A problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e pensar o real. (CHARTIER, 1990, p. 23-24)

A categoria representação na perspectiva de Chartier, por privilegiar o entendimento do universo cultural, contribui para os estudos sobre a história das mulheres, como reconhece Tedeschi:

Ao abordar a história das mulheres pelas representações, busca-se trazer para o cenário os discursos de construção das identidades e da interpretação masculina do mundo. Cabe então a nós, homens e mulheres, contribuir para desnaturalizar essa história. (TEDESCHI, 2008, p.40)

Os processos-crimes do século XIX se revelam como um instrumento institucional capaz de produzir e reproduzir práticas sociais que atravessam a sociedade e as relações de poder segundo uma visão ocidental, cristã e masculina.

As representações femininas podem ser percebidas no discurso médico e religioso deste período. O discurso da moral católica segue o modelo judaico-cristão que exerceu forte influência na definição do lugar a ser ocupado pela mulher na sociedade.

O discurso construído de inferioridade da mulher frente à superioridade masculina é percebido nas primeiras civilizações, mas é na Idade Média, envolta de ideais éticos e cristãos que se reforça a idéia da mulher restrita ao lar, voltada aos afazeres domésticos e sendo responsável pela queda da humanidade no pecado.

É na transição da Idade Média para a Idade Moderna que datam-se os processos relacionados à feitiçaria, à bruxaria e à prostituição, comportamentos que afrontam os padrões estabelecidos de mulher pura, dócil, submissa. É neste momento que se encontram sinais, talvez mais evidentes, de mulheres infratoras, sendo suas condutas diretamente relacionadas à sexualidade e ao mundo privado. A idéia de que a mulher era uma feiticeira em potencial, pode ter feito com que o crime feminino começasse a ter visibilidade e passasse a tomar como referência as normas de conduta do tempo, neste, por exemplo, o ideal de Maria, virgem e santa, se contrapõe ao de Eva, pecadora e impura.

Magali Engel afirma que a dupla visão da mulher Maria ou Eva não pode ser considerada sobre os conceitos de normal ou anormal como, até então, todos os discursos se referiam, mas segundo ela, a própria natureza feminina é ambígua:

A construção da imagem feminina a partir da natureza e das leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc. aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas antinaturais. Entretanto, muitas qualidades negativas – como a perfídia e a amoralidade – eram também entendidos como atributos naturais, o que conduzia a uma visão profundamente ambígua do ser feminino. (ENGEL, 2007, p.332)

Todas essas formas de pensar sobre a mulher já estão enraizadas, naturalizadas, no imaginário popular e mesmo que não se perceba é reproduzido ao longo de todo o século XIX:

A figura da senhora bondosa, dedicada à própria família, que é também hospitaleira, generosa e sempre acessível aos pobres necessitados, existe simultaneamente no imaginário popular e nos depoimentos dos cronistas e genealogistas das classes dominantes, como um elo que une as diferentes classes sociais no sistema escravocrata. (DIAS, 1995, p.36)

É esse modelo de mulher que segundo Maria Odila Dias, era tido como exemplo a seguir por todas as outras:

A literatura erudita transborda de referências a papéis femininos normativos, próprios para serem pregados nos púlpitos e lidos como exemplo, para transmitir o certo, o convencional, o desejável. (DIAS, 1995, p.37)

A exemplo disso, o jornal *Correio Oficial* se encarregava de fomentar a “missão da mulher” através de suas prerrogativas naturais: filha, esposa e mãe:

E a missão da mulher na vida da humanidade , é uma trindade santa!

Mãe - é a expressão do que ha de mais sublime sobre a terra! Seu coração é o cofre das mais ternas carícias; é a encarnação do amor e da bondade.

Esposa - é a nossa companheira inseparavel, que nas nossas dores, quer nos nossos prazeres. É um outro nós que nos consola, quando soffremos; que nos alenta, quando sentimo-nos sem força; que ri nas nossas alegrias, e chora nos nossos soffrimentos; que enfim, ajuda-nos a levarmos nossa cruz por esse caminho escabrozo da vida.

Filha - é uma sagrada, onde depositamos todas as nossas esperanças onde encerramos todo o nosso futuro; que as filhas são pedaços de nossa alma; são fibras de nosso coração!

Eis a trindade gloriosa da mulher. É della, pois, que dependem nossos destinos; todos gravitamos em torno della, como a terra em torno do sol [...]

É que nós vivemos pelo pensamento, e ella pela sensibilidade. É que nós predominamos pela cabeça; mas ela prevalece sobre nós pelo coração, sempre grande e generoso, sempre aberto a todas as virtudes, sempre accessivel a todos os atos de caridade! (CORREIO OFFICIAL, nº 05 de 17/01/1880)

Os jornais da época eram utilizados como mecanismo disciplinador, colaborando para a construção e difusão de imagem de mulheres adequadas às concepções moralistas do século XIX, a medida que evidenciava os comportamentos que deveriam ser seguidos ou evitados, ressaltando e alertando os problemas causados por aquelas que ousavam fugir a esse padrão.

O discurso produzido sobre a mulher ideal não refletia o cotidiano da maioria das mulheres da camada popular, onde características como recato, meiguice, pureza não as definem:

Preocupação dos jornais de veicular (...) imagens femininas ideais – “meiguice, fragilidade, amor” – àquelas consideradas perigosas – “ vaidade, futilidade e traição”. Não obstante, valores veiculados, em grande medida, contrastavam com as práticas das mulheres das camadas populares, fornecendo argumentos para a sua repressão. (...) Afinal, “pureza” era fundamental para a mulher, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era o exemplo a seguir. “Ser virgem e ser mãe” constituía-se no supremo ideal dessa cultura, em contraposição à “mãe

puta”, a maior degradação e ofensa possível da qual todas desejavam escapar.
(grifo nosso) (SOIHET, 2007, p.390)

O psiquiatra italiano Lombroso, contribuiu para o estudo da medicina social e, por conseguinte a jurídica do século XIX, ao desenvolver a teoria do criminoso nato e em seu texto “A mulher delinqüente, a prostituta e a mulher normal” de 1893, onde parte de uma análise puramente biológica para identificar a criminalidade feminina.

A base da explicação biopsicológica da teoria de Lombroso reside na noção da influência dos “estados fisiológicos” pelos quais a mulher passaria nas fases da puberdade, da menstruação, da menopausa, do parto, períodos em que estaria mais propensa à prática de crimes. Durante a vigência desses fenômenos biológicos que atingem o corpo da mulher, o seu estado psicológico ficaria alterado pela irritabilidade, instabilidade e agressividade.

Assim características físico-biológicas e psicológicas para definir as mulheres criminosas durante muito tempo se sobrepujaram os fatores sócio-econômicos, sendo amplamente difundido pela própria medicina.

A fala científica da medicina alegava que as funções tradicionais atribuídas aos sexos estariam vinculadas à anatomia masculina e à feminina. Fisicamente débeis, sujeitas às limitações da menstruação e da gravidez, as mulheres teriam que ser protegidas dos perigos públicos, pois supunha-se que a mulher deveria estar confinada ao espaço privado, em função de suas supostas "características biológicas". A "predestinação biológica" converte a maternidade em obrigação, a representação feminina centra-se na valorização da sensibilidade em detrimento da inteligência, da devoção e da submissão em detrimento das especulações intelectuais. (MATOS, 2003, p.122)

O discurso moral católico, pedra angular dos demais discursos, foi fundamental para reforçar a desigualdade de gêneros. Um ponto importante na compreensão do campo de pesquisa da História das Mulheres que Joan Scott chama atenção é a noção de gênero que, segundo ela, foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual e utilizado de forma descritiva, mas é algo mais que incorpora as relações de poder.

o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, p.14)

O conceito gênero passou a ser utilizado por teóricas e estudiosas de mulheres e do feminismo, no final da década de 80, quando o movimento feminista se tornou forte na Europa e América. Começa a ser utilizado para marcar que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas de ordem física, biológica, buscando romper com o binarismo masculino/feminino, mas perceber os sujeitos de forma multifacetada.

A expressão se vê envolta dos elementos da cultura e como não existe natureza humana fora da cultura, a diferença sexual anatômica não pode mais ser pensada de forma isolada. Pensar as relações de gênero, é pensar as características atribuídas a cada sexo pela sociedade e sua cultura. A diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher. A noção de gênero, portanto, aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino.

A emergência de inserir a mulher como protagonista de processos históricos, com a feitura de uma história que pensa e analisa a mulher na sua pluralidade é que se torna necessário problematizar e historicizar o termo gênero o que levou ao conceito de gênero formulado pelas pesquisadoras Joan Scott e Gayle Rubin.

Abordar o conceito de gênero como categoria útil de análise social e histórica representou uma reformulação teórica do feminismo, ultrapassou os limites dos debates feministas e ampliou as possibilidades discursivas do conceito, por exemplo, analisar o corpo não mais como atributo biológico, mas como um lugar marcado pela cultura. Enquanto o sexo é determinado pelo biológico, o gênero é uma construção social e histórica.

Este estudo utiliza da categoria gênero segundo a perspectiva da “tecnologia de gênero” de Teresa Lauretis que defende um conceito não preso a diferença sexual, mas dialogando com Foucault ao designar técnicas e estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído:

(...) o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas cotidianas.” (LAURETIS, 1994, p. 208).

Segundo Lauretis:

[...] é preciso perceber o gênero (os homens e as mulheres) de outra forma e reconstruí-los em outros termos que os ditados pelo contrato patriarcal [...] no qual o gênero e a sexualidade são reproduzidos pelo discurso da sexualidade masculina[...] (LAURETIS, 1987, p.17)

Assim, a “tecnologia de gênero” produz uma realidade feita de representação por meio dos mais variados discurso (jurídico, religioso, médico -como abordado neste estudo), fruto de um aparato simbólico que cria e institui lugares e status dos indivíduos em sociedade como se pode perceber na análise dos processos-crimes que, fruto da norma social e das relações de poder, contribuem para naturalizar e aprisionar identidades cultuadas como modelo.

Desenvolver um estudo na perspectiva de gênero revisitando a fonte escrita (processos-crimes) se torna um desafio não só devido à escassez e a má conservação dessas fontes, mas também por serem estes textos escritos por homens como produtos de um lugar social e institucional: Poder Judiciário.

O século XIX ,como qualquer outro, foi habitado por personagens que não se adequaram ao ideal desejado e desafiaram as regras de convivência social, como as mulheres criminosas, personagens dos processos em análise.

Com a intenção de ordenar o mundo onde vivem, assegurar a ordem social e frear os excessos, o Código Criminal do Império de 1830 - que vigorou por 60 anos, alcançando os primeiros anos da República - atrelado à ação policial eram os instrumentos colocados pelo sistema em vigor para disciplinar, controlar e corrigir principalmente os indivíduos da classe popular que eram os que mais tinham ações não condizentes com a honra e a moral da época.

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e as boas maneiras”, reprimindo seus excessos verbais. (SOIHET, 2007, p. 363)

Sobre isso escreveu Nanci Patrícia Lima Sanches em seu artigo *O Crime e a História na Jurisdição no Império do Brasil*:

Essa vigilância revela uma intransigência em relação à gente comum, lavradores pobres e pequenos comerciantes, vadios, escravos. As posturas vão regulamentar hábitos e condutas no intento de assegurar um dia-a-dia menos ameaçador e serão adaptadas de acordo com as suas necessidades. A urbe precisava se organizar para “vigiar e punir” seus infratores, adaptando códigos de leis herdadas das antigas ordenanças. Feitiçarias, curandeirismo, batuques ou qualquer manifestação vinda da massa pobre, eram práticas relacionadas com os casos de polícia. As posturas representavam então determinações que controlavam o uso do espaço urbano,

estabelecendo normas de higiene e princípios de salubridade ficando harmonizadas ao ideal de progresso e de civilidade. (SANCHES, 2007).

Além do Código Criminal, as capitais da província se encarregavam de criar o Código de Posturas a ser seguido por todos. Nestes é possível já perceber o discurso médico-sanitarista, moral e jurídico, pois regulamentavam desde a proibição de criar animais soltos na rua, até a prisão por embriagues e a proibição de batuques à noite que perturbavam o sossego público.

Por determinação do Código de Posturas era realizado o Termo de Bem Viver, um instrumento para punir o indivíduo de vida considerada desqualificada, dando às autoridades policiais e judiciais o direito de vigiar o cotidiano urbano, controlar os excessos e punir os que se desviam do comportamento tido como exemplo.

A esse respeito escreveu Eduardo Martins em *Vigiar para punir: Os processos-crimes de termos de bem viver*:

Assim estabelecida, a “instância policial” passa a registrar esses comportamentos que fogem da norma prescrita e podem, não obstante, representar um perigo potencial para as aspirações de ordem imperial. Desse modo dá-se o enfrentamento entre aquelas práticas tradicionais ou culturais, daqueles indivíduos pobres e de vida desqualificada, que passa a ser percebido como perigoso e que por ser violento pode destruir a estrutura da sociedade “ordenada” que se deseja para o País. Nesse âmbito grande parte da cultura popular poderia ser também considerada como uma ameaça à própria estabilidade social. A redefinição de ordem pública e a emergência de um novo paradigma refletem a ruptura das antigas bases sócios-políticas colonial. (MARTINS, 2009)

As práticas normativas e disciplinares acima citadas, que foram criadas a partir desse discurso que distinguia as camadas sociais e as considerava juridicamente e socialmente perigosas ou não, eram executadas por um policiamento presente no espaço público, pois era nesse *locus* que homens e mulheres, pobres e livres, colocados à margem do sistema escravista, vagavam em busca de trabalhos periódicos, como agregados, cozinheiras, lavadeiras, vivendo de “suas agências” como essas mulheres afirmavam nos processos-crimes analisados na Cidade de Goiás.

Apesar de estatisticamente inferior à masculina, a participação feminina nos acontecimentos criminais da cidade não pode ser menosprezada. Não que as mulheres não

cometiam delitos, mas por que o conflito, a vingança, a honra são atributos da personalidade masculina, o que exclui as mulheres, por serem consideradas passivas, submissas e dóceis.

Mas muitas mulheres não representavam esse modelo.

O ideal da domesticidade estipulou para as mulheres um modo de vida restrito à administração doméstica; na medida do possível, as filhas de “boa família” deveriam ficar em casa. Entretanto, as práticas sociais nem sempre seguiam à risca os discursos. Entre as mulheres do povo, especialmente as camponesas e trabalhadoras, o ideal do “anjo do lar” não tinha como vingar. (PINKY e PEDRO, 2003, p.273)

Algumas mulheres procuraram alargar seus horizontes e ultrapassaram convenções, chegando a delinquirem para fugir ou resistir a essas regras sociais tipicamente femininas. Michelle Perrot (2005), chama de “mulher do povo” essas mulheres que tem maior independência nos gestos, seu corpo se mantém livre, sem espartilho; suas saias largas prestam-se à fraude. “É uma mulher explosiva, cujas reações são temidas pelas autoridades”.

Essas mulheres deslizam, insinuam-se por todos os cantos, com maior densidade em torno dos mercados e locais de água, e predileção pelas margens dos rios, populosos e populares, seguindo seus cursos com uma geografia ainda bastante flutuante. Para elas, nada de sagrado; não hesitam, por exemplo, em atravessar com seus cestos as igrejas em sua celebração matinal.

O que impressiona de imediato é a espantosa fluidez das mulheres do povo nessas cidades ainda pouco compartimentadas.”A mulher como deve ser”, descrita por Balzac, espectador fascinado e nostálgico do quadriculado que a convivência burguesa converteu em cidade, possui uma postura afetada e um itinerário preestabelecido.ela cobre seu corpo segundo um código estrito que a cinge, espartilha-a, vela-a, enlva-a da cabeça aos pés. E é longa a lista dos lugares onde uma mulher “honestá” não poderia se mostrar sem se degradar. A suspeita persegue-a em seus movimentos; a vizinhança, espã de sua reputação, até seus criados a espreitam; ela é escrava mesmo em sua casa, que lhe designa o salão. Sua liberdade, ela tenta reconquistar na sombra e dentro de um código de sinais sofisticados – castas com ponta dobrada, mensagens levadas, lenços caídos, lâmpadas acesas – que se chama de astúcia feminina. É certamente a mais prisioneira das mulheres. (PERROT, 1992, p.200)

Mulheres assim causavam dores de cabeça nas autoridades policiais e judiciais que se utilizavam de seu aparato institucional para enquadrá-las ao convencional ou aceitável para a sociedade vilaboense do século XIX.

Os processos constituem-se fontes portadoras de uma importante e complexa significação da vida privada, em especial dos homens, afinal foram escritos por eles. Daí o desafio do presente trabalho, perceber a voz de mulheres em um instrumento repleto de versões e manipulações masculinas. Se tratando de uma análise documental uma questão metodológica deve ser considerada: a fonte em si. A fonte por si só não se explica, visto que o documento não foi produzido em seu tempo para servir como fonte ao pesquisador da atualidade.

Sobre isso Le Goff (1996, p.545) ao discutir a concepção do documento/ monumento defende a idéia que aquilo que sobrevive depende das escolhas das forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade e também depende dos historiadores. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder.”

O documento deve então ser perscrutado pelo historiador, obrigado a falar para que este possa recompor o sentido dos acontecimentos. Ao trabalhar com processos crimes é preciso estar atento para os relatos que emergem, os quais, geralmente expressam modos de vida individuais e coletivos, informam sobre comportamentos, hábitos e atitudes de indivíduos e grupos sociais. Através destes também é importante ver quem fala e para quem fala.

Manuseando o documento como um objeto de pesquisa histórica percebe-se que é permeado de discursos elaborados, possuindo uma multiplicidade de focos e de interpretações que não possuem uma linearidade e sim uma descontinuidade, até mesmo porque o historiador encontrará o problema da continuidade das fontes que apresentarão lacunas, seja por encaminhamento original seja por perda da documentação.

Segundo Ricouer (1968, p. 29), existe a questão da opção e julgamento de importância que o historiador faz dos eventos que considera importantes; que acontece através da escolha e exclusão seletiva de eventos e fatos.

Partilhando desse pensamento, pode-se perceber que os processos crimes não são espelhos da criminalidade e dos crimes cometidos numa totalidade, são apenas amostras, fragmentos de uma realidade social das partes e da sociedade em que vivem, em um tempo e espaço. Ao falar de amostras e fragmentos lembramos-nos do método indiciário. Esse método que se utiliza de indícios ou pistas que servem para uma aproximação do real, método este

que Carlo Ginzburg faz uso ao analisar dois processos-crime da Inquisição sobre o moleiro Menocchio em “O queijo e os vermes”.

Dessa forma, ao trabalhar com processos criminais, a exemplo de Ginzburg, é possível não só analisar a criminalidade no espaço-tempo, como perceber as motivações para o crime, bem como resgatar as tramas individuais e coletivas, as sensibilidades e sociabilidades decorrentes desses laços.

Dos processos-crimes existentes no Arquivo Frei Simão Dorvi, encontramos a presença de mulheres, como vítimas e como réis e destes 21 foram selecionados para análise da criminalidade feminina. Antes de deter-se sobre como essas mulheres eram representadas nos autos criminais se fez necessário uma caracterização dessas personagens.

São elas Maria Antônia Gonçalves(1876), Ignacia Maria da Silva (1858) Maria Escolástica (1882), Maria Escolástica Maria Antônia Alves (1873), Maria Rosa de Amorim (1877), Maria Luiza da Conceição (1883), Benta Maria do Sacramento(1869), Maria Luiza da Conceição (1883), Maria Rodrigues da Cruz (1881) dentre tantas outras Marias.

Em busca da construção do cotidiano dessas mulheres, algumas perguntas foram feitas: quem são essas mulheres (idade, estado civil, grau de escolaridades, profissão, classe social)? Quais os tipos de crimes praticados por elas? Por que cometeram esses crimes (amor, paixão, raiva, rivalidade, necessidade econômica, rejeição, insanidade, doença)? Contra quem (outras mulheres, homens)? Onde esses crimes são praticados (espaço público- rua ou privado- casa).

Algumas respostas a essas indagações já são possíveis. Percebe-se que geralmente eram mulheres em torno dos vinte anos que cometiam mais crimes e sendo eles, às vezes, por motivos de ciúmes. Pode-se perceber a delimitação de uma idade própria para casar e aquelas que já ultrapassavam essa idade, se dispunham de meios agressivos para defender o “seu homem” no intuito de ser mais bem vista na sociedade. E há aquelas que nesta idade se envolveram em crimes de roubo e aquelas que já se prostituíam, percebendo que, para as mulheres pobres, desde muito cedo se iniciava a luta pelo ganha pão, tinham mais liberdade, mesmo que isso atentasse contra a moralidade oficial.

Em consonância com a idade das réis, o fator “solteira” é observado na maior parte dos processos, denunciando uma situação onde se casavam pouco entre a camada popular. Primeiro por questões econômicas, o homem pobre não conseguia exercer a sua função de mantenedor da casa e da família, as mulheres pobres não possuem dotes que fossem

chamativos ao casamento e por dificuldades econômicas, culturais e de raça. Seus padrões de moral não correspondiam ao das mulheres burguesas marcadas pelo recato e pela castidade.

Pelos processos analisados pode-se concluir que eram todas elas analfabetas, em sua maioria solteiras, não tendo uma relação afetiva que lhe desse segurança e credibilidade frente a uma sociedade que impunha até idade propícia ao matrimônio. Não tendo a segurança de um marido, trabalhavam para seu sustento. Nessa rede de trabalhos possuem mais contatos e maior sociabilidade que as senhorinhas da elite e, talvez por isso, a notificação de conflitos de mulheres da camada popular fosse mais frequente.

A rua é o principal espaço para a prática desses crimes femininos. Este é outro fator encontrado nos processos-crime onde a maior parte deles se passou no ambiente público das ruas. Com relação às causas que levaram essas mulheres a praticarem os crimes estão inimizades, cobrança de dívida a receber ou pagar e ciúmes.

Os crimes são praticados geralmente contra mulheres. Essa afirmativa é fruto da análise das vítimas dos processos-crime estudados que nos remete a algumas conclusões: fragilidade da mulher frente ao homem, não possuindo força física que configurasse crime; envolvimento amoroso de um homem com mais de uma mulher e por considerarem a outra culpada pelo fim de seu relacionamento; inimizades e rixas devido a discussões de rua ou em habitações coletivas.

O olhar sobre esses dados não permite somente reconstruir um pouco do cotidiano das mulheres criminosas, como também levantar um outro olhar sobre elas. Evidenciamos a vitimização dessas mulheres não sob o aspecto da violência física, mas, principalmente, sob o aspecto da violência simbólica que alcança a todas, independente de qual lado estejam no processo: autoras ou vítimas.

Mas eram todas mulheres! Com sentimentos e razões diferentes, mas um cotidiano comum, tentando se furta às misérias da vida e sobreviver nos espaços possíveis, informais e improvisados. Elas sinalizam uma sociedade que age de forma dicotômica: precisa delas, mas não as tolera por não pertencerem ao que foi determinado como regra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação. In: Estudos Avançados 11. 1991.

_____. A História cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 1990. (Memória e Sociedade).

LAURETIS, Teresa de. Technologies of Gender, Essays on Theory, Film and Fiction, Bloomington/ Indiana : Indiana University Press. 1987

_____. “A tecnologia do Gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

MARTINS, Eduardo. *Vigiar para punir: Os processos-crimes de termos de bem viver*: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art10.html>. Acesso em 20 de abril de 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos. *As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930)*. In MATOS Izilda Santos. SOIHET, Rachel (org.) O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora UNESP 2003.

MARTINS, Estevão C. Rezende. O problema da objetividade nas Ciências Sociais. 1984.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINKSY, Jaime. PEDRO, Joana Maria. *Igualdade e especialidade*. In PINSKY, Jaime. BASSANEZI, Carla (orgs.). História da Cidadania.2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RICOEUR, Raul. Subjetividade e objetividade no conhecimento histórico. In: História e verdade. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1968.

SANCHES, Nanci Patrícia Lima. O Crime e a História na Jurisdição no Império do Brasil.. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 22 Jan. 2009. Disponível em: www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-penal/2580. Acesso em: 19 Jan. 2011.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade. Vol 16, N2, 5-19, 1990.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. p. 362-400. In História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos) 9.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

TEDESCHI, Losandro Antônio. História das mulheres e as representações do feminino. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

MÃOS FOTOGRAFADAS: DISCUTINDO *PERFORMANCES* MASCULINAS

Mara Rubia SANT'ANNA¹

sant.anna.udesc@gmail.com

Renato RIFFEL²

renatoriffel@gmail.com

RESUMO: Este artigo aborda o estudo da imagem fotográfica, especialmente das poses adotadas para as mãos, tendo como base os retratos de três homens fotografados na década de 1940. Essas poses e fotografias são discutidas como indícios *performáticos* de masculinidades para aquela época, visto que a constituição da representação fotográfica permitiu a esses homens, por meio da aparência que portavam, invocar e encenar a sua identificação com a heteronormatividade compulsória e, dessa forma, manifestar *performances* que os tornavam socialmente aceitos como “homens” em uma determinada coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia, Década de 1940, Masculinidades.

ABSTRACT: This article has the main goal to investigate, through analysis of photographs, especially the poses adopted for hands, based on the portraits of three men photographed in the 1940s. These poses and photographs are discussed as evidence of *performative* masculinity for that decade, as the constitution allowed the photographic representation of these men, through which bore the appearance, plead and act out their identification with the compulsory heteronormativity and thus manifest performances where they became socially accepted as “men” in a determined collectivity.

KEYWORDS: Photography, 1940, Masculinities.

Embora a prática de reprodução de imagens através da fotografia tenha iniciado no século XIX, a utilização delas para os estudos no campo da história tem acontecido apenas recentemente (ESSUS, 1994; KOSSOY 2007). Mas se o uso de fotografias tem fomentado uma diversidade de pesquisas no campo da história, essa variedade encerra também a ampliação de discussões e debates sobre os aspectos metodológicos, envolvendo esses estudos.

¹ Doutora em História, professora efetiva da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² Mestre em História, professor do curso de Design de Moda do grupo Uniasselvi/Assevim.

Meneses (2003) assinala algumas premissas para a consolidação de uma História Visual, propondo um deslocamento do interesse, por parte dos historiadores, “das fontes visuais (iconografia, iconologia) para o tratamento mais abrangente da visualidade como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais.” (p.11). Com base nessa premissa, a pesquisa que possibilitou a produção do presente texto, procurou investigar, por meio da análise de fotografias de moradores do Vale do Itajaí-Mirim, produzidas na década de 1940, como as imagens modelares de masculinidades que circularam pela região no período estudado, dialogaram com os corpos dos fotografados, produzindo significados, efeitos de sentido e processos de identificação, que permitiram inscrever neles manifestações de gênero e, por conseguinte, de masculinidades plurais, por meio da aparência. Neste texto serão discutidas, a partir da análise de duas fotografias e das poses das mãos ali apresentadas, as *performances* de masculinidade possíveis de serem interpretadas para o contexto histórico.

Os exemplos escolhidos para esta discussão fazem parte de um conjunto maior que evidencia a existência de masculinidades plurais, manifestadas pelos sujeitos por meio de atos *performativos* de gênero. A questão “como essas manifestações puderam ser apreendidas e registradas pelo aparato fotográfico?” introduz a discussão metodológica necessária. Segundo Kossoy (2005; 2007) a organização da aparência é o ato que constitui o processo de elaboração da representação, regendo assim, a constituição da representação fotográfica. Desse modo, pressupomos que as masculinidades que observamos nas fotografias puderam ser registradas para a posteridade por meio dessas “representações fotográficas” engendradas por atos que constituíram a organização da aparência, sendo estas elaboradas nos estúdios e/ou nos momentos em que foram efetuados os instantâneos. No entanto, conforme alerta Kossoy (2007), essa representação fotográfica será sempre uma realidade externa à fotografia - uma realidade fotográfica - ou, para usar um termo caro ao autor: uma segunda realidade. Portanto, essas representações contêm em si as informações iconográficas sobre um dado real, ou seja, os elementos icônicos que compõem o registro visual, mas o acesso às informações dessa imagem será sempre o acesso a essa segunda realidade, àquela da representação elaborada.

Com relação à *performance*, compreendemos que sua “manifestação” implica num investimento na personagem ou, na aparência, que se compõe sobre e pelo corpo, para propor uma visualidade que há de condizer com a intenção da *performance* manifestada. Portanto, compreendemos a aparência como a “dimensão da experiência social que mediatiza a apreensão das representações construídas. Ela é *substância*, que delimita, condiciona e significa a mensagem que porta e que, sem ela, não existiria.” (SANT’ANNA, 2007, p.18).

Nesse sentido, a tônica da relação entre os sujeitos é a dimensão estética que, promovendo uma paixão partilhada pela forma, torna o corpo de cada sujeito o espaço da teatralização dos sentidos que ele expõe aos seus pares e, nessa exposição-enunciação “não apenas diz como deseja ser visto, como também constrói em si uma auto-imagem que o significa para ele.” (SANT’ANNA, 2007, p.20).

Dessa forma, compreendemos o corpo como significante, isto é, um suporte no qual se constroem significados e efeitos de sentido, em que podem ser também materializadas as masculinidades plurais por meio dos atos *performativos*. Tomamos ainda o corpo como o “lugar” em que se constituem os processos de identificação, ou seja, no qual puderam ocorrer a mimese e o reconhecimento com os modelos de masculinidades veiculados na região e no período estudado, considerando esses processos como inerentes à constituição de subjetividades. Por fim, entendemos o corpo como o suporte em que se constroem narrativas e significações válidas em uma determinada coletividade, ou seja, no qual as *performances* de masculinidade são citadas e reiteradas no âmbito social, encenando publicamente as significações estilizadas de gênero através da aparência.

A formulação de gênero como *performance* foi proposta pela filósofa Judith Butler (2001; 2008), na sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, e retomada, na sequência, em *Bodies that matter*. Nesses textos, a autora questiona uma série de conceitos que pensam as identidades como fixas, problematizando as divisões binárias do sexo/gênero, masculino/feminino, sujeito/outro. Propondo pensar gênero como algo dinâmico e inter-relacional, Butler reelabora, assim, o conceito de gênero no qual se baseava a teoria feminista. Nessa perspectiva, o gênero deixa de ter características de identidade fixa e pré-estabelecida por meio da interação com fatores determinantes das relações sociais.

Nesse sentido, gênero se articula valendo-se de inúmeras questões sociais, históricas e discursivas, constituindo identidades por meio de atos *performativos* que são produzidos na superfície do corpo. Segundo Butler:

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2008:194)

Mãos de distinção

Dentre as fotografias analisadas, iniciamos nossos estudos com o retrato de Engelberto Schaefer. Nesse retrato, elaborado em 1947 e ofertado aos seus padrinhos no mesmo ano, observa-se o rapaz vestindo um casaco escuro bem cortado, com calças listradas. Camisa, gravata e sapatos completam o vestuário do jovem que, na mão direita, segura um chapéu escuro de feltro e na outra deixa estendido os dedos. O cenário da fotografia é bastante simples: uma cortina e uma mesa com toalha rendada ladeiam o rapaz, que se mostra à câmera fotográfica com o corpo postado ligeiramente de lado, mantendo o olhar fixo na objetiva (figura 1).

Empreendendo um exercício de imaginação, poderíamos pensar no investimento efetuado pelo fotografado para obtenção do seu retrato. Ele trabalhou por um tempo na lavoura na localidade de Guabiruba, no Vale do Itajaí-Mirim³, no cultivo de um lote de terra de propriedade da família, mudando-se nos anos iniciais da década de 1940, junto com os seus familiares, para uma cidade do Alto Vale do Itajaí⁴, onde empregou-se como aprendiz em uma alfaiataria.



Figura 1 – Retrato de Engelberto Schaefer.

Autoria: Fotografia Hamonia, data presumida: 1947. Dimensões: 13,5 x 8,5 cm.

Fonte: Acervo de Renato Riffel.

³ O Vale do Itajaí-Mirim corresponde atualmente à área geográfica onde estão localizados os municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos. Na década de 1940, toda essa região formava um só município denominado Brusque. A localidade de Guabiruba emancipou-se politicamente de Brusque em junho de 1962, tornando-se a partir daí, um município autônomo.

⁴A família de Engelberto Schaefer mudou-se, especificamente, para a área geográfica que compreende atualmente o município de Presidente Getúlio, em Santa Catarina.

É provável que sua fotografia tenha sido efetuada num estúdio localizado em uma das cidades daquela região, cujo nome é desconhecido, assim como o valor pago pelo serviço. No entanto, os gastos com o trabalho do fotógrafo ou, ainda, com a manufatura das cópias do seu retrato são pouco significativos diante de todo o empenho despendido para a realização deste retrato. Concebendo a possibilidade de que, ao permitir-se fotografar, lhe ocorria a ideia de estar contribuindo com a elaboração de uma imagem pela qual gostaria de ser reconhecido e lembrado, seria válido considerar, igualmente, seu dispêndio com o que Kossoy (2005, p. 40) denominou de “organização da aparência”. Para este autor, conforme já mencionado na introdução deste estudo, essa aparência organizada, vista como um ato que se encontra intrinsecamente relacionado ao processo de elaboração da representação nos retratos, é a base ideológica na qual se fundamenta a construção estética da representação fotográfica. Tendo como característica antológica registrar o aparente, continua Kossoy (2005, p. 40), essa elaboração da aparência cumpre o papel de representação e, assim, contribui para a constituição de outra realidade: a realidade externa dos fatos ou, a *segunda realidade* a qual também já nos referimos anteriormente.

Nesse sentido, acreditamos que o investimento na “organização da aparência” não foi negligenciado por Engelberto no momento em que procurou o estúdio para registrar a sua efígie e, desse modo, a escolha do vestuário, o cabelo bem penteado, a barba aparada, entre outros, podem ser tomados como participantes do arremetimento simbólico pelo qual o fotografado procurava construir uma imagem idealizada de si, a ser materializada e preservada no retrato.

No entanto, salientamos que não podem ser descartadas as contribuições perpetradas pelo fotógrafo na elaboração dos retratos, visto que estes procuravam determinar, na maioria das vezes, as poses, os cenários e os objetos que compunham a cena a ser fotografada. Nesse aspecto, devemos apreciar ainda os subsídios decorridos dos elementos técnicos que os fotógrafos dispunham (câmeras, equipamentos de luz, laboratórios de revelação e retoques, aparato cenográfico, etc.) para a concepção dos retratos. Caberia considerar, ainda, a ressalva registrada por Leite (2001, p. 45), a respeito da produção da imagem idealizada nos retratos. Para essa autora, toda observação sempre afeta o observado e, do mesmo modo, a colaboração entre fotografado e fotógrafo, existente no instante da elaboração do retrato, não pode ser ignorada. Assim, tendo consciência de estarem sendo observados pelo retratista, os fotografados procuram colaborar com este também no breve instante em que a imagem é capturada pelo aparato fotográfico, cooperando com posturas, gestos, olhares, etc. na

elaboração da imagem que aspiram para si. Por mais extensa que possa ser esta discussão, vamos centralizá-la em torno da mão esquerda do fotografado.

A leitura da pose desta mão esta circunstanciada pela probabilidade de que, ao procurar o estúdio para deixar-se fotografar, Engelberto buscava elaborar um retrato com o objetivo de fazer deste um objeto de circulação e distribuição entre familiares e conhecidos e, dessa forma, preocupou-se em produzir uma imagem de si que funcionasse, igualmente, como objeto de exibição. É provável, também, que a fotografia entregue aos padrinhos simbolizasse, para ele, a possibilidade de demonstrar o progresso material conseguido em outra cidade, na qual tendo se empregado numa alfaiataria, teve oportunidade de abdicar dos trabalhos desempenhados na lavoura. Poderíamos, então, considerar a fotografia de Engelberto como um artefato que, portando uma imagem idealizada destinada à exibição, carregava igualmente a função de comunicar a situação social em que ele se encontrava. Essa proposição nos parece ainda mais pertinente quando analisamos outro retrato de Engelberto encontrado nos acervos pesquisados, no qual ele aparece acompanhado de seu empregador (figura 2).



Figura 2 – Retrato de Engelberto Schaefer e seu empregador.

Autoria: Fotografia Hamonia, data presumida: 1948. Dimensões: 13,5 x 8,5 cm.

Fonte: Acervo de Renato Riffel.

Nessa fotografia, aparentemente produzida no mesmo estúdio fotográfico da primeira, porém em data posterior a esta, os dois retratados não se eximem de posar vestindo, possivelmente, seus melhores trajes. A presença dessa segunda fotografia nos acervos pesquisados denota que, da mesma forma como a primeira, esta última foi entregue ou

enviada aos familiares da localidade de Guabiruba, possibilitando assim, a exibição da condição social do fotografado entre seus familiares ou, ainda, promovendo a circulação de uma imagem na qual Engelberto procurava demonstrar a existência de laços de proximidade com seu empregador.

Ao analisarmos esses dois retratos de forma mais detalhada, identificamos um pormenor que, talvez, pudéssemos relacionar com a ideia do *punctum* proposto por Barthes (2006). Tanto na fotografia em que posa sozinho quanto no retrato em que se deixa fotografar com o empregador, Engelberto ostenta, no polegar da mão esquerda, uma unha grande, cortada em formato pontiagudo (figura 3). Lembremos que o fotografado trabalha como alfaiate e, se na época quando foram efetuados os retratos, ainda era aprendiz ou se já havia sido promovido ao posto de oficial, não sabemos. Todavia, o que nos propomos aqui, é considerar que a unha pontiaguda do polegar, usada por muitos alfaiates para vincar e marcar os tecidos no momento do talhe, tornou-se para Engelberto uma forma de exibir sua condição social ou, ainda, uma maneira de expressar seu sentimento de pertença a uma classe ou grupo.



Figura 3 – Retratos de Engelberto Schaefer (detalhes)

Fonte: Acervo de Renato Riffel.

Essa forma de exibição da condição social ou do sentimento de pertença, manifestada por meio das representações simbólicas que se encontram anunciadas nesses retratos, remetem possivelmente a um sentido de afirmação coletiva engendrado pelos parâmetros do retrato burguês do século XIX que, muito provavelmente, ainda continuaram a ressoar nessas fotografias elaboradas na década de 1940. Esse modelo de retrato do século XIX, conforme sugerido por Fabris (2004, p. 38) manifestava a representação honorífica do “eu” burguês, contribuindo “para a afirmação moderna do indivíduo, na medida em que participa da configuração de sua identidade individual como identidade social.” Dessa forma, ao exibir nos retratos a unha com a qual exercia o seu ofício, Engelberto possivelmente procurava

manifestar, além da distinção social, o seu sentimento de pertença a uma classe de trabalhadores que gozava, de certa maneira, de algum prestígio perante a sociedade na década de 1940: os alfaiates.

É interessante notar como, no retrato em que empregado e empregador posam, as mãos com a qual ambos exercem seu ofício tornam-se elementos centrais na composição, para onde parece convergir o olhar do observador (figura 2). Nessa foto, Engelberto coloca seu braço direito nas costas, deixando a mão esquerda, na qual tem a unha pontiaguda, pender paralelamente ao corpo. Seu empregador repete a pose quase de forma semelhante, porém de forma espelhada, ocultando levemente a mão esquerda, deixando sua mão direita, em que ostenta a unha pontiaguda no polegar, solta próxima ao corpo. Assim, poderíamos alocar aqui as indicações de Fabris (2004), sobre o papel que desempenham as mãos e os pés como marcas distintivas na representação do retrato burguês no século XIX. A autora nos lembra que, num dos muitos manuais editados naquele período, o fotógrafo John Towler aconselhava concentrar a iluminação, além do rosto, também nas mãos e pés dos retratados, indicando assim, a preocupação da burguesia em padronizar determinadas posturas e gestos, buscando imprimir nos detalhes mais sutis a representação de sua dignidade e distinção (FABRIS, 2004, p.34).

Numa outra fotografia efetuada na década de 1940 na região estudada, podemos observar igualmente a preocupação existente com a colocação das mãos para elaboração de uma pose que buscasse conferir uma representação distinta dos fotografados. No retrato de Erwin e Alois Riffel, elaborado em 1942 pelo estúdio fotográfico Baungarten, situado na região central da localidade de Brusque, os dois irmãos posam de pé, em frente a um cenário pintado com pequenas flores, ladeados por uma coluna. Ambos vestem ternos escuros e, postados levemente de lado, os dois têm braços cruzados nas costas. (figura 4).



Figura 4 – Retrato de Alois Riffel e Erwin Riffel

Autoria: Theobaldo Scharf (Foto Brasil). Data presumida: 1942. Dimensões: 13,5 x 8,5 cm.

Fonte: Acervo de Erwin Riffel.

É provável que o fotógrafo tenha lhes sugerido essa pose ou, ainda, poderíamos supor que tivessem visto outras imagens nas quais os fotografados ostentavam a mesma postura. Os relatos de Erwin Riffel referente à manufatura do retrato nos fornecem algumas pistas sobre a escolha da posição para as mãos: tendo sido realizado após o retorno de Erwin do serviço militar prestado na cidade de Blumenau, é possível que a pose selecionada pelos fotografados aluda à posição de descanso utilizada pelos soldados e, nesse sentido, mesmo não tendo se lembrado desses pormenores nos relatos que nos forneceu, é muito provável que Erwin tenha sugerido a pose a ser mostrada no retrato. Ou talvez, reconhecendo em Erwin a imagem do soldado pela aparência que ele portava (principalmente pelo característico corte de cabelo), o fotógrafo tenha recomendado a pose aos irmãos.

Apreciações à parte é certo que, da mesma forma como para Engelberto, a maneira escolhida para posicionar as mãos dos dois irmãos acabava por conferir à imagem deles, a representação de sua dignidade, distinção e sentimento de pertença, contribuindo assim, para a produção de uma imagem idealizada dos mesmos. Mas com relação aos elementos distintivos manifestados nesse retrato, destacamos ainda outra observação: nos pés de Erwin e Alois percebe-se o uso de sapatos rotos e empoeirados. Os dois fotografados enquadram-se na

situação de colono-operário⁵ e, sendo moradores da localidade de Guabiruba, percorreram cerca de 10 quilômetros de estradas de terra para chegar ao aglomerado urbano da localidade de Brusque, onde realizaram o seu retrato, num domingo de manhã, após assistirem a uma missa na igreja matriz. Apesar de procurarem criar uma imagem idealizada de si, esses detalhes não escaparam à captura feita pelo aparato fotográfico, denunciando dessa foram, as condições sociais em que viviam os fotografados.

Importa salientar que não se trata aqui de afirmar que Engelberto, Erwin e Alois representassem ou pudessem representar o protótipo do “homem burguês” a deixar-se retratar, mas sim de considerar que as representações manifestadas nesses retratos derivam do investimento efetuado na produção de uma imagem idealizada dos fotografados, cujos modelos de representação foram construídos e moldados pelo retrato burguês do século XIX.

Assim sendo, as roupas que vestem, o cabelo penteado, a barba bem feita, o gasto despendido com o fotógrafo, a pose, o arranjo de cena e, sobretudo, as mãos que exibem ou escondem, entre outros elementos manifestados nesses retratos, compõem o que Maffesoli (1996) denominou de “o vasto jogo da teatralidade”. Para este autor, esse “jogo” é formado por uma sequência de figuras, de posturas, de gestos, de configurações múltiplas que constituem a existência social e individual, em que cada um desses elementos vale, ao mesmo tempo, por si mesmo e pelo conjunto que eles contribuem para criar (MAFFESOLI, 1996, p. 158-159).

Com base nessas afirmações pressupomos que, se a elaboração do retrato permitiu a Engelberto Schaefer a constituição de uma imagem idealizada pela representação de um “outro” ou ainda, de um “personagem”, a aparência tornou-se o elemento fundamental para a constituição dessa imagem que o fotografado almejava para si. Portanto, para “ser” um homem de sucesso – que teve a possibilidade de abandonar o trabalho na lavoura para empregar-se como alfaiate e que pode, valendo-se desse feito, envergar um traje bem cortado,

⁵ Considerando os apontamentos de Seyferth (1974), assinalamos que a progressiva urbanização da região do Vale do Itajaí-Mirim ocorreu a partir da implantação da indústria têxtil, iniciada a partir de 1889. No entanto, o processo de desenvolvimento da industrialização, assim como da urbanização da região, aconteceu de forma bastante lenta, visto que até meados da década de 1930, o trabalho agrícola sobrepunha-se ao trabalho nas indústrias. Nessa perspectiva, mesmo os colonos que trabalhavam nas fábricas não chegaram a abandonar completamente a exploração de suas propriedades rurais, preferindo deslocar-se diariamente até as fábricas, percorrendo distâncias muitas vezes superiores a 10 quilômetros. Era comum também, conforme destaca a autora, que uma ou mais pessoas da família trabalhassem nas fábricas, enquanto o restante dos familiares continuassem os trabalhos na agricultura. Nesse contexto, Seyferth (1974) aponta o surgimento da categoria colono-operário, assinalando que, mesmo trabalhando na fábrica oito ou nove horas por dia, este mantinha suas atividades agrícolas, muitas vezes em conjunto com outros membros da família, não chegando a transferir sua moradia para o núcleo urbano da região. Sobre esse e outros aspectos da região estudada, ver: SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974

apresentar-se em boa aparência, despender gastos com a produção de um retrato, entre outros – Engelberto precisava, igualmente, “parecer” esse homem bem-sucedido, ou seja, necessitava corporificar e manifestar esta sua condição no retrato. Ao exibir sua condição/idealização de homem de sucesso, converteu seu corpo num espaço de teatralização dos sentidos que procurava expor, compartilhando a forma como desejava ser visto, ao mesmo tempo em que edificava uma autoimagem que o significava para ele próprio (SANT’ANNA, 2007).

Além disso, poderíamos acrescentar que esse “jogo da teatralidade” manifestado nas fotografias desses sujeitos sociais, ainda que possa ser tomado como elemento constitutivo da representação fotográfica, estabelece uma organização de estratégias que se articulam com a noção de permanência do retrato como eterno. Manufaturados com a finalidade de promover a exibição e circulação de uma imagem idealizada de si, mas igualmente para serem vistos e rememorados para além do momento e do local no qual foram produzidos, os retratos de Engelberto, Alois e Erwin serviram, do mesmo modo, como suporte para materializar uma *performance* de gênero que, ao ser manifestada pelos retratados, terminava por inserir, representar e constituí-los como um “sujeito inteligível” no mundo social.

Cabe lembrar aqui que, para Butler (2008), essa *performatividade* de gênero é uma prática reiterativa e citacional por meio da qual ocorre a repetição de uma normatividade do sexo a ser materializada no corpo. No entanto, conforme a autora, esse processo de sedimentação do gênero no corpo ocorre por meio da citação dessa norma regulatória do sexo e, nesse sentido, o sujeito é constituído somente quando a citação é *performatizada*. Assim, para Butler (2001; 2008), não se pode falar em “construção” do gênero, pois essa construção não é “ato” do sujeito nem a sujeição deste aos discursos, mas sim o processo de reiteração pelo qual os “sujeitos” e os “atos” emergem como culturalmente inteligíveis no momento em que citam a norma reguladora do sexo, ou seja, no instante em que se identificam com a heteronormatividade compulsória. Dessa forma, continua a autora, “não existe nenhum poder que atue, mas apenas uma atuação reiterada, que é poder em sua persistência e instabilidade” (BUTLER, 2001, p.161) fazendo que o corpo/gênero seja marcado pelo *performativo* como função e efeito de um discurso social e público de regulação (BUTLER, 2008, p.194-195).

Nesse aspecto Engelberto, Erwin e Alois, ao deixarem-se fotografar, encenavam publicamente, por meio da aparência, significações estilizadas por meio das quais procuravam identificar-se com um modelo heteronormativo, ou seja, com a imagem de um “outro” idealizado, manifestando assim, uma *performance* de gênero que os tornava aceitos socialmente como “homem”. Desse modo, portar-se de maneira masculina – ou seja, ser

aceito socialmente como “homem” ou, ainda tornar-se culturalmente inteligível, conforme nos sugere Butler (2001; 2008) – estaria relacionado à corporificação de um conjunto de atitudes, ideias, valores, símbolos e comportamentos que devem ser *performatizados* perante um “outro”, citando e reiterando pelas atitudes e práticas as normas regulatórias do sexo. Invoca-se assim, no âmbito social, uma identificação com a heteronormatividade compulsória, possibilitando a materialização das marcas de gênero nos corpos dos sujeitos por meio da aparência que estes portam, inclusive pelos pequenos detalhes de suas mãos.

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do sexo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guaciara Lopes (Org.). **O corpo educado.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001, p.151-172.
- _____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ESSUS, Ana Maria Mauad de S. Andrade. **Através da imagem I:** possibilidades teórico-metodológicas para o uso da fotografia como recurso didático, uma experiência acadêmica. **Primeiros Escritos**, n. 1. Julho-agosto de 1994. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/primeirosescritos/sites/www.historia.uff.br/primeirosescritos/files/pe01-2.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2010.
- FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais:** uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- KOSSOY, Boris. **O relógio de Hiroshima:** reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH, v. 25, n. 49, jan/jun, 2005. p. 35-42.
- _____. **Os tempos da fotografia:** o efêmero e o perpétuo. Cotia,SP: Ateliê Editorial, 2007.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família:** leitura da fotografia histórica. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual:** balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, 2003, vol.23, n.45, pp. 11-

36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>> Acesso em 02 jul. 2009.

RIFFEL, Erwin. Entrevista concedida a Renato Riffel em 10/8/2010.

SANT'ANNA, Mara Rubia. **Teoria de moda:** sociedade, imagem e consumo. Barueri: Estação das Letras Editora, 2007.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim:** um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974

SEDUTORAS OU SEDUZIDAS? REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO DISCURSO JURÍDICO DE PROCESSOS CRIMINAIS ¹

Renata Santos MAIA²

renatasantosmaia@yahoo.com.br

Cláudia J. MAIA³

cmaia@uaigiga.com.br

RESUMO: Este trabalho versa sobre a utilização das representações de gênero nos discursos jurídicos, em processos criminais de sedução e corrupção de menores, da década de 1970 até 2000, nas comarcas de Janaúba e Montes Claros. O estudo do conjunto dos processos mostrou que há um emprego recorrente dos códigos de honra da sociedade patriarcal e de imagens femininas cristalizadas no imaginário social, relacionadas à pureza e ao pecado, no intuito de moldar um padrão de comportamento feminino. E com isso, também produzem e reproduzem representações de gênero, e se apóiam nelas para atingirem seus objetivos de condenação ou não dos réus, implicando, portanto, na forma como esses crimes são concebidos perante a justiça.

PALAVRAS-CHAVE: violência de gênero; crimes sexuais; discurso jurídico.

ABSTRACT: This work turns on the use of the representations of gender in the legal speeches, in criminal proceedings of seduction and enticement, of the decade of 1970 up to 2000, in the judicials district of Janaúba and Montes Claros. The study of the set of the processes it showed that it has a recurrent job of the codes of honor of the dominated by men society and crystallized feminine images in imaginary the social one, related to the pureness and the sin, in intention to mold a standard of feminine behavior. And with this, also produces and reproduces representations of gender, and if they support in them to reach its objectives of conviction or not of the guilty ones, implying, therefore, in the form as these crimes are conceived before justice.

KEYWORDS: gender violence; sexual crimes; legal speech.

¹ Pesquisa com apoio financeiro do CNPq.

² Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros.

³ Professora Doutora pela Unb, professora da Universidade Estadual de Montes Claros.

Ao percorrermos alguns processos de crimes sexuais em que mulheres figuraram como vítimas não foi difícil perceber nos discursos dos advogados e promotores o uso de imagens e sentidos sobre as mulheres cristalizados no imaginário social, ligando-as ora à pureza e a inocência, ora a profanação e a corrupção. Esses discursos constroem representações contraditórias das mulheres baseadas em noções de honra e sexualidade, evocando, em geral, símbolos culturalmente disponíveis, como Eva e Maria que no ocidente cristão representam a mulher e respectivamente pecado e santidade. Tais símbolos consistem em um dos elementos constitutivos de gênero apontados por Joan Scott (1990).⁴

Para essa autora o gênero pressupõe a percepção do modo como são construídos padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino, contribuindo para desmistificá-los como categorias naturais e imutáveis (Scott, 1990). O gênero, conforme Teresa de Lauretis é tanto uma representação quanto auto-representação, é produto de várias tecnologias sociais e de discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas, como práticas da vida cotidiana (Lauretis, 1994); a construção de gênero se faz através de práticas discursivas que instituem o real.

Assim, os discursos jurídicos não apenas fazem uso de sentidos disponíveis e fixados no imaginário social, mas como práticas discursivas eles produzem e reproduzem as representações de gênero. Diante disso, nosso objetivo neste estudo foi analisar de que forma os códigos de honra e as representações de gênero construídas por estes discursos colaboraram na concepção e julgamento dos crimes de sedução e corrupção de menores praticados contra mulheres.

Para tanto, analisamos os discursos dos agentes da justiça em processos-criminais das comarcas de Montes Claros e Janaúba ocorridos durante o período de 1970 a 2000⁵. Entendemos que esses documentos não são uma mera transparência do acontecido, pois conforme assinala Mariza Corrêa, os processos são sempre “uma conjunção de múltiplas versões, todas elas originadas pelo mesmo ato, irrecuperável...” (Corrêa, 1983, p.26). Nenhuma versão pode ser tomada como evidência unívoca do passado, pois, como lembra a autora, “(...) no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o

⁴ A representação social é entendida aqui como uma “forma de conhecimento elaborada e partilhada”, com objetivo prático e “contribuindo à construção de uma realidade comum à um conjunto social” (Jodelet, 2001). As representações são espécies de imagens mentais que instituem a realidade, em seus aspectos individual e social (Navarro-Swain, 2003).

⁵ Estes documentos foram pesquisados no Arquivo do Fórum Bias Fortes - AFBF – da cidade de Janaúba e no Acervo do Fórum Gonçalves Chaves da cidade de Montes Claros, sob guarda da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR – da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os autores jurídicos, cada um deles usando a parte do ‘real’ que melhor reforce o seu ponto de vista” (Id. Ibid., p.40).

O capítulo está dividido em três partes. Inicialmente discutimos a legislação pertinente aos crimes de sedução/ corrupção e os procedimentos necessários para sua caracterização; em seguida, analisamos quantitativamente dados extraídos dos processos criminais a fim de traçar um perfil que identifique os personagens envolvidos e o seu lugar de fala; por fim, analisamos, através de alguns processos que apresentam maior riqueza de detalhes, como os valores baseados nas representações de gênero e códigos de honra não escritos influenciam e, de certa forma, determinam as investigações, o inquérito policial e o julgamento final dos crimes.

De modo geral, para tentar se livrar da acusação que lhe era imputada, o réu, invariavelmente, atacava a honra da vítima dizendo que se tratava de moça já corrompida e, para ratificar a alegação, apresentava testemunhas, geralmente amigos seus, que afirmavam já ter mantido relação sexual com a vítima, o que levava, na maior parte dos casos, à impunidade por falta de provas. E, mesmo quando havia condenação, a defesa acabava conseguindo recorrer da sentença para que o réu a cumprisse em liberdade. Embora existisse uma legislação que poderia ser aplicada aos crimes, ainda prevalecia a influência dos códigos de honra da sociedade patriarcal.

Essa noção de honra estava ancorada, principalmente, nos pressupostos de virgindade feminina e na noção de sexualidade sadia sancionada pelo matrimônio. Conforme assinalou Foucault, ao criar uma moral sexual que se impõe às pessoas em forma de códigos rígidos de conduta universal, ao tornar o sexo natural e reduzido à legitimidade matrimonial, domínio do privado e confiscado pela família, as relações sexuais fora do casamento tornaram-se ilícitas, imorais, pelo menos para as mulheres. Elas deveriam, assim, manterem-se castas até o casamento, pois sua honra era determinada por sua virgindade. A punição para aquelas que desviassem essa norma era o casamento forçado, quando não eram mais frequentemente expulsas de casa, pois, sua desonra era a vergonha da família (Maia, 2008). Outra forma bastante utilizada, sobretudo pelas famílias das classes populares era acionar a justiça para reparar o “erro” através da realização do matrimônio.

A virgindade feminina era, então, um bem valioso que necessitava ser preservado, guardado e zelado pela moça e sua família até o momento do casamento, sob pena de desqualificação moral e social. Ela também deveria ser protegida e resguardada pelo Estado que, para tanto, instituiu uma minuciosa legislação.

O que é e como se caracteriza o crime de sedução

O crime sexual é algo que desperta interesse e curiosidade como objeto de estudo e provoca, sobretudo, sentimentos difíceis de expressar como reflete Lourdes Bandeira: “em síntese, a violência constitui-se numa questão complexa, que tanto a sociologia como a psicanálise têm dificuldades para elaborar uma reflexão senão definitiva, pelo menos mais consistente”. (Bandeira, 1999: 7)

Embora a sedução de menores não seja considerada um crime sexual e, sim, contra os costumes, ela também envolve, da mesma forma que os crimes sexuais, as questões relativas à violência de gênero e tem como protagonistas, na quase totalidade dos casos, as mulheres.

O crime de sedução é designado pelo artigo 217 do Código Penal Brasileiro de 1940 e definido da seguinte forma: “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”, (Faria, 1954:33) com pena de dois a quatro anos de prisão.⁶

Antônio Bento de Faria, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, esclarece ainda mais a identificação do crime no *Código Penal Brasileiro Comentado*:

a sedução é pois o emprego de meios não violentos para corromper sexualmente a mulher, tornando-a acessível aos desejos lúbricos do agente. É a sugestão, a insinuação, a instigação, a excitação, a linguagem quente do desejo insatisfeito, a hábil comunicação da volúpia, os contatos gradativamente indiscretos e influxo desnorteante de outra mais exigente sexualidade. (Faria, 1954:36)

Para que o crime de sedução fosse caracterizado eram necessários alguns elementos enumerados no código, quais sejam: “a sedução; a virgindade; a idade (mais de quatorze e menos de dezoito anos); a conjunção carnal; a inexperiência da vítima ou a confiança depositada no agente”.(Id. Ibid., p. 35) Por isso, para abertura do inquérito eram exigidas a representação feita pelo responsável legal da menor ofendida (pai, mãe ou parente mais próximo); a apresentação da certidão de nascimento, aspecto imprescindível para comprovar a menoridade e ajudar na caracterização do crime, e o exame de corpo de delito, para confirmar que a moça tinha sido de fato deflorada. O exame do auto do corpo de delito (a.c.d.) apresentava o seguinte questionário:

⁶ No Código Penal fica esclarecido que a sedução se trata do crime de defloração presente no código anterior, e foi substituído por essa nova denominação porque fazia supor como indispensável a ruptura do hímem, deixando lacunas como no caso de hímens complacentes.

1º Houve conjunção carnal?

2º Houve ruptura do hímem?

3º Qual a data provável dessa ruptura?

4º Há lesão corporal ou outro vestígio indicando ter havido emprego de violência e qual o meio empregado?

5º Da violência resultou lesão corporal de natureza grave?

6º A paciente é maior ou menor de 14, ou é maior ou menor de 18?

7º A paciente é alienada ou débil mental?

*8º Houve qualquer outra causa que tivesse impossibilitado a paciente de oferecer resistência?*⁷

Nos processos também aparecem anexados uma série de documentos como apresentação da queixa, mandados de intimação para comparecimento de testemunhas e do próprio réu; atestado de pobreza; relatório sobre o crime, feito pelo delegado, e encaminhado ao juiz de direito; e, muitas vezes, a certidão de casamento entre réu e vítima, um desfecho que ocorria com certa freqüência. Também é encontrada nos processos toda sorte de objetos que possam estabelecer uma correlação com o crime como: cartelas de anticoncepcional, recortes de jornal, cartas de amor trocadas entre réus e vítimas, cartilhas de escolas, entre outros.

Eram colhidos depoimentos de réu e vítima, e de testemunhas que os conhecessem e pudessem atestar a boa ou má conduta da ofendida e do indiciado. Acontece que a sedução, em muitos casos, se tornava difícil de identificar, pois ficava complicado encontrar provas concretas e irrefutáveis, uma vez que ela acontecia na privacidade do casal. Muitas vezes, as provas eram extremamente frágeis visto que um dos elementos que evidenciavam o delito, além do rompimento do hímem, era a promessa de casamento (ou justificável confiança) para manter a relação sexual, que era muito difícil de provar, já que era a palavra da vítima contra a do réu.

Embora haja no Código uma ressalva em relação aos casos de complacência himenal – lembrando que o antigo nome (defloramento) para designar o crime de sedução foi descartado justamente por supor como condição imprescindível a ruptura do hímem – este continuou sendo um critério de avaliação na hora de iniciar o inquérito. A mudança era justificada com o argumento de que “a lei protegia um princípio moral e não somente uma marca fisiológica”. (Caulfield, 2000:77) É importante ressaltar, contudo, que mesmo depois dessa retificação, nos

⁷ Este questionário está presente em praticamente todos os processos de sedução.

processos analisados em que há esse tipo de caso, a caracterização do crime ficou prejudicada e o réu saiu impune.

Isso se deve ao fato de que “embora um hímeme intacto não constituísse uma prova irrefutável de virgindade, um hímeme rompido fora do casamento fornecia uma passagem para a corrupção moral” (Id. Ibid. p.254). Além disso, entendia-se que ao perder este “bem tão precioso”, a mulher reduzia, consideravelmente, suas chances de realizar um casamento dentro dos parâmetros exigidos e acabava se tornando uma ameaça à ordem social, uma “perdida”. Em uma passagem de seu texto, Diva Muniz é bastante esclarecedora a esse respeito: “A substituição do ‘*defloramento*’ por ‘*sedução*’, ao invés de romper com a cultura do hímeme (...), reafirmou-a e fortaleceu-a”. (Muniz, 2005:5)

A caracterização do crime se pautava, portanto, com grande peso (mesmo com todas as ressalvas do código penal) no rompimento do hímeme, constatado através do exame médico; e também no aspecto moral abstraído das declarações de testemunhas e dos depoimentos de vítima e réu, utilizados como instrumento ratificador da honra ou desonra da vítima. Era precisamente nesse momento que apareciam os valores subjetivos que estabeleciam os requisitos necessários para que uma moça fosse considerada pessoa honrada, como o meio em que vivia, os lugares que freqüentava, as pessoas com quem convivia.

Em vários processos esses argumentos são utilizados para desconfigurar o delito, mas em dois essa relação é ainda mais patente: trata-se, primeiro, de um processo de 1973, em que a irmã da menor seduzida é considerada prostituta e, mesmo existindo indícios suficientes para condenar o réu, a relação de parentesco se sobrepôs a eles e levou à absolvição do acusado (AFBF. Processo de sedução. Janaúba, 1973, n. 292, cx.K); em outro, do mesmo ano, a mãe da ofendida é apontada como prostituta, mesmo havendo testemunhas que afirmam ser ela uma mulher honesta e trabalhadora, e também neste caso as acusações feitas à genitora recaíram sobre a vítima por causa dos laços de consangüinidade e atuaram na desqualificação do crime (AFBF. Processo de sedução. Janaúba, 1973, n.48, cx M). Nos dois casos, o parentesco é utilizado como elemento desabonador da conduta das menores seduzidas e, em ambos, não se levou em consideração nenhum dos depoimentos das testemunhas que não deram indícios do mau comportamento das vítimas. O fato de ter uma prostituta na família foi suficiente para produzir a idéia de que as menores não eram inocentes, portanto, sabiam o que estavam fazendo, não foram “seduzidas”, pelo contrário, foram cúmplices da ação. No segundo processo, ao não apresentar a denúncia, fundamentando-se no comportamento da mãe, o promotor deixa claro que a JUSTIÇA não era para qualquer um, não era para meninas pobres, filhas de prostitutas. O fato de a mãe ser prostituta, embora não houvesse

comprovação, não significava que a filha pudesse ser corrompida, no entanto, ela não recebeu justiça porque, ao que tudo indica, a lei não foi feita para este tipo de mulher.⁸

No que se refere ao crime de corrupção de menores, ele algumas vezes aparece associado ao de sedução e está presente no artigo 218 do Código Penal, definido como: “corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo”, (Faria, 1954:46) com pena de um a quatro anos de prisão.

O crime de corrupção de menor como salienta o código “não significa (somente) contaminação corpórea ou a degradação física por abuso de prazeres sexuais, mas o fato de revelar ao menor, ou despertar nele a concupiscência” (Id. Ibid.). Partindo dessa premissa, a corrupção pode ser qualificada através da promessa de recompensa material, ou então, em caso de permitir a/ao menor o contato com bebida alcoólica ou jogos de azar, por exemplo. Portanto, como em alguns desses crimes não está presente a noção de violência de gênero, os processos instaurados, especificamente, nesse sentido não foram contemplados pela pesquisa. Somente aqueles em que a relação de gênero está ao menos implícita foram considerados.

Há, também, alguns processos que foram registrados como estupro, mas possuem características de sedução, como a promessa de casamento e o fato da relação sexual ter sido consensual. Isso acontecia porque a lei, em todo caso, considerava que a mulher menor de idade não tinha maturidade suficiente que lhe desse discernimento e independência para consentir ou não na conjunção carnal – por causa disso é que estabeleciam idades limites, entre 14 e 18 anos – e por isso alguns eram registrados como estupro, mesmo não havendo lesão corporal, porque entendiam como violência presumida, uma vez que a menor não possuía autonomia legal para permitir o ato sexual.

É importante destacar que, desde quando foi promulgado o Código Penal de 1940, a sociedade passou por várias transformações culturais e, particularmente, nas questões referentes aos costumes sexuais, por isso o crime de sedução foi revogado da legislação penal brasileira pela lei 11.106, de 28/03/2005, por ter perdido a sua efetiva aplicabilidade e eficácia social, caindo em desuso diante da discrepância entre a mentalidade da época em que foi criado e instituído e os valores que norteiam os comportamentos da atual sociedade. No entanto, mesmo antes de ter sido revogado da constituição, o crime de sedução foi deixando de ser denunciado nas delegacias, evidência disso é a considerável diminuição de registros a partir da segunda metade da década de 1980. Também foram feitas outras modificações

⁸ Estes processos e os discursos produzidos neles são analisados com maior profundidade na terceira parte do texto.

pontuais no Código em relação aos crimes de rapto e adultério que foram, igualmente, extintos. (Vade Mecum, 2009)

O que dizem os dados

Foram catalogados, durante a pesquisa, 384 processos relacionados aos crimes de sedução/ corrupção de menores encontrados no Acervo do Fórum Gonçalves Chaves de Montes Claros e no arquivo da primeira vara criminal do Fórum Bias Fortes, em Janaúba, que se situam entre os anos de 1970 a 2000. Desse montante, 148 não apresentaram os dados relevantes para pesquisa como as informações sobre réu e vítima (escolaridade, profissão, estado civil, cor, idade). Tal fato ocorre principalmente nos processos instaurados a partir da segunda metade da década de 1980.

Durante a década de 1970 foram encontrados 234 processos de sedução. Na década seguinte foram 136; na década de 1990 foram registrados apenas 14 processos. A partir da segunda metade da década de 1980, os processos vão ficando menos consistentes, a maioria não possui qualquer depoimento, nem a representação da menor que geralmente era feita pela mãe ou pai. Apresenta apenas os dados dos envolvidos como profissão, cor, idade, endereço e estado civil, ou, às vezes, nem mesmo isso. A diminuição considerável no registro desse tipo de crime, e o número praticamente insignificante, da década de 1990, em relação às anteriores devem-se às mudanças de caráter social, dos costumes e valores da sociedade, e também nas relações entre homens e mulheres, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o direito ao voto, o uso da pílula anticoncepcional, modificações estas promovidas, em grande parte, pela revolução sexual dos 1960.⁹

As vítimas nos processos possuem um perfil social e econômico parecido: têm entre treze e dezoito anos, moram na zona rural ou em regiões periféricas da cidade, são solteiras, estudantes e/ ou empregadas domésticas. Do total de processos completos (236), ou seja, com depoimento ao menos de vítima e/ ou réu, 63,9% das vítimas são domésticas e 22,8% são estudantes. Outras profissões aparecem com menor expressividade: secretária, professora primária, lavradora, costureira, industriária, verdureira, lavadeira, balconista, fiandeira que juntas completam os 13,3% restantes. Nos processos, o nível de escolaridade não é especificado, apenas se a pessoa sabe ler e escrever ou não. Do total dos 236 processos

⁹ Embora na década de 1990 o crime de sedução praticamente não apareça, é importante salientar que no Acervo do Fórum Gonçalves Chaves não estão disponíveis processos de toda a década, o arquivo possui processos registrados até o ano de 1997, sendo que os de sedução vão até 1991.

analisados, que atendem aos quesitos da pesquisa, 16 mulheres eram analfabetas ou só sabiam assinar o nome, o que corresponde a 6,7%, as demais declararam saber ler e escrever. Do montante que responde ao quesito cor: 20,8% eram brancas; 20,8% eram pardas; 53,3% eram morenas; 3,3% pretas; 1,4% claras e 0,4% se declarou como mestiça.

Os réus são rapazes, em sua maior parte, maiores de idade, entre 18 e 42 anos, com profissões variadas como comerciante, trabalhador rural, industrial, motorista, lavador de carros, auxiliar mecânico, bancário, carregador, militar, pintor, oleiro, operário, lavrador, auxiliar de bombeiro, auxiliar de escritório, funcionário público, pedreiro, fazendeiro, estudante, entre outras. Por causa dessa variedade de profissões não foi possível estabelecer um perfil padrão. Do total de processos que apresenta ao menos o depoimento da vítima ou do réu em relação ao estado civil: 87,4% são solteiros; 11,4% são casados; e 1,2% são viúvos. Em relação ao nível de escolaridade 7,4% são analfabetos ou só sabem assinar o nome, o restante sabe ler e escrever. No quesito cor: 51,5% são morenos; 26,2% são brancos; 14,1% são pardos; 4,4% são pretos; 3,2% são claros e 0,6% de cor escura.

A grande diferença na variedade de profissões ocupadas por homens e mulheres sugere que os primeiros tinham mais opções e uma maior facilidade para ingressar no mercado de trabalho, enquanto que para as mulheres as escolhas eram bem mais restritas e estavam, na maior parte das vezes, ligadas aos afazeres domésticos, mesmo que com remuneração. Essa constatação corrobora, mais uma vez, para uma divisão das ocupações baseada nas construções sociais dos papéis femininos e masculinos.

A análise dos dados de réu e vítima, principalmente a profissão, a cor e o local onde residiam indicam que eles/elas pertenciam a uma mesma classe social e, portanto, compartilhavam de opções de lazer, poder aquisitivo e, também, valores semelhantes. E o fato de pertencerem às camadas mais baixas da sociedade, pode indicar que tanto ofendida como indiciado não tinham muitas resistências em resolver as questões relativas aos seus relacionamentos na justiça, ao contrário das classes mais abastadas que, ao que tudo indica, preferiam resolver suas querelas no âmbito privado, dada a sua completa ausência nos processos catalogados.

Quanto à conclusão dos processos, uma quantidade significativa deles possui como desfecho o casamento entre vítima e réu, ou o comprometimento de o fazer, o que deixa a entender que muitos procuravam a justiça utilizando o argumento da sedução a fim de conseguir o matrimônio gratuito, ou mesmo para se livrar da punibilidade, já que esta era, para a justiça, a melhor forma de reparar o delito cometido. Conforme sublinha Caulfield (2000:82) “o casamento eliminava a necessidade de punição porque reparava os danos

causados à mulher, à sua família e à sociedade”. Por isso, muitos aceitavam assumir o compromisso perante a justiça. Do total de processos que chegou ao final (166): 21% acabaram em casamento; 3% em casamento com terceiro; 1,8% prometeu perante a justiça casar-se; 24% terminaram com o réu absolvido; outros 16% prescreveram e tiveram a punibilidade extinta; em 18% os réus foram condenados e 16,2% foram arquivados. Quase dois terços do total de processos catalogados pela pesquisa não chegaram ao fim e, por isso, não têm conclusão.

As representações de gênero e o discurso jurídico

A mulher carrega de forma indelével a representação de pecadora devido à associação com as imagens difundidas pela tradição judaico-cristã, como é o caso da figura de Eva, que povoa o imaginário popular como o ser que levou o homem a pecar, conforme já assinalamos. Assim, muitas delas aparecem com frequência relacionadas à idéia do profano, onde a culpa e o pecado estão constantemente associados à sua formação. E é, exatamente, esse aspecto explorado na defesa dos acusados de cometer crimes sexuais ou contra os costumes, como é o caso da sedução e corrupção de menores. Nesse sentido, Martha de Abreu Esteves salienta que há “uma herança dos papéis sexuais sociais formados historicamente e difundidos como valores universais” e que são repassados através das gerações com alguns ajustes. (Esteves, 1989:25)

A interferência das construções de gênero no julgamento dos crimes de sedução pode ser percebida na tentativa insistente em atribuir à figura feminina a imagem de sedutora. A partir da análise das falas, principalmente, dos advogados de defesa, é possível perceber a nítida intenção de retirar a culpa do réu e atribuí-la à vítima. A mulher é considerada como a provocadora do delito, pois o homem não consegue controlar seu ‘instinto’ diante do sexo feminino, que é algo inerente à sua natureza como costumam alegar e, por isso, acaba cometendo o crime. Tal situação pode ser verificada no seguinte trecho de um processo:

*A mulher com a atual liberdade de costumes, saias apertadas e curtíssimas (super minissaias), blusas decotadas, com os seios à mostra, mini-biquinis, calças compridas demonstrando o formato do corpo, etc, também seduz o homem. N.C. (indiciado), se fosse autor do desvirginamento de M.F.C. (vítima) **teria sido ele a vítima de sedução.** (grifos nossos) (DPDOR. Processo de sedução. 1980, n. 000.452, et. 07/38/239, f. 41-2)*

Detalhes minuciosos eram utilizados como indício da desonestidade da ofendida como cartas endereçadas aos réus, cartelas de anticoncepcional e, principalmente, a forma de se vestir. Este era o argumento mais recorrente entre os advogados de defesa para tentar inverter a culpa do delito ou justificá-lo:

*Nos dias atuais não se fala mais em inexperiência da menor. Pequenas jovens desde cedo entregam-se aos homens, pois justamente o que não lhes falta é a experiência. Tal experiência é justamente adquirida do meio em que vive, onde não há nenhum rigor moral, tornando-se uma borboleta que vai de mão em mão. Infelizmente no meio social a virgindade não está sendo encarada como dogma, muito pelo contrário como complexo de inferioridade. (...) Por que não dizer que na atualidade a mulher é que seduz o homem. (...) A atual liberdade que goza a mulher em todos os seus costumes, **com saias curtas e apertadas, blusas decotadas, costas de fora, bustier com seios a mostra, também não há de se negar que é um chamamento para o homem seduzindo-o.** No caso em referência, mesmo se fosse o acusado autor do desvirginamento teria sido a vítima do crime de sedução. **Os homens não são os culpados, pois são provocados e levados pelas mulheres.** (grifos nossos) (DPDOR. Processo de sedução. 1972, n. 000.277, et. 07/37/233, f. 36)*

Nestes discursos, existe mesmo uma tentativa de inversão, ou seja, transformar o réu em vítima, através de uma mutação da imagem da ofendida, que vai assumindo, na fala da defesa principalmente, as feições de uma mulher corrompida, cheia de vícios, com uma postura inadequada, até alcançar a imagem da degradação total. É tecida uma verdadeira trama que tem por objetivo atribuir à mulher o papel de corruptora de homens honestos e trabalhadores e uma ameaça dentro da sociedade.

Há também um esforço da defesa na direção de associar a conduta da vítima à de uma prostituta, enumerando nomes de vários rapazes com quem ela supostamente teria envolvimento sexual, ou então quando há na família e no círculo social alguma prostituta ou mãe solteira. De acordo com Lia Zannota Machado essa associação ocorre porque,

(...) a figura da prostituta, na verdade, esconde um enigma mais profundo: o enigma da sexualidade construído na crença de que só os homens são 'sujeitos da conquista' e do apoderar-se do corpo do outro e que, para os homens, todas as mulheres confundem esquivar-se com seduzir. (Machado, 1999, p.307).

Segundo Magali Engel, a analogia entre o prazer feminino e a prostituição era alimentada porque o casamento sempre foi considerado uma “instituição higiênica e único

espaço reconhecido da sexualidade sadia”, (Engel, 1986:171) visto que este primava pela procriação e pela maternidade como objetivo da prática sexual, ao contrário da prostituição que buscava o prazer. Por isso, considerava-se que com a prostituta tudo era permitido, ao contrário da esposa legítima que figurava para o homem como signo de mãe e esposa casta e resignada, consciente dos seus deveres com o marido, a casa e os filhos não devendo, portanto, sentir prazer. (Id. Ibid.) E é por isso, também, que ao relatar o fatídico dia em que perdeu a virgindade a ofendida tinha de dramatizá-lo com relatos de dor e muito sangue. Para Martha Esteves, essas mulheres “não poderiam explicitar o prazer enquanto motivo para a relação sexual, sem correrem o risco de serem consideradas mundanas. Se o prazer sexual feminino não era condenado, tinha de ser dirigido no sentido do binômio mulher-mãe, não mulher-prazer”. (Esteves, 1989:59)

O curioso é que, ao fazer essa associação, uma característica fundamental da prostituição, a venda do corpo, não era mencionada pelos réus nem pela defesa. Isso porque ao aproximar a imagem da vítima à figura da prostituta o objetivo principal era atribuir à mulher a iniciativa da relação sexual, de forma a responsabilizá-la pelo crime, como se percebe na seguinte passagem:

*Como se vê, eminentes Desembargadores, os tempos mudaram demais, hoje são os rapazes que são perseguidos pelas moças, que têm a ousadia de querer ocultar a própria imoralidade nas páginas de um processo, onde, nos dias atuais, são pintadas para apresentarem perante a justiça como “ingênuas”, “enamorado”, “confiante”, “inexperiente”, “a moça que recebeu a melhor educação da cidade”. Depois de descerrado o véu vergonhoso da fantasia pelas próprias palavras da pseudo-ofendida, como no caso sujeito, eis que em todo o seu esplendor, aparece uma corrupta **que causa inveja à própria Messalina** símbolo da corrupção feminina, e guia espiritual de levianas e corruptas como a ofendida. (grifo do autor)*

(DPDOR. Processo de sedução. 1971, n. 000.271, et. 07/37/233, f. 105)

Um processo de sedução de 1973, da comarca de Janaúba, ilustra bem essa tentativa de associação da seduzida à figura da mulher de vida livre, como é referida nos processos. Trata-se de uma menina de treze anos de idade que foi desvirginada pelo namorado, de 26, segundo ela sob a ameaça de um revólver. O réu não negou a acusação, apenas disse que disparou os tiros no mato, mas não com a intenção de intimidar a vítima.

O defloramento foi constatado através do exame de corpo de delito, mas ainda assim, o réu foi absolvido. A defesa, para tentar descaracterizar o crime, passou a alegar o fato de a

vítima ter uma irmã prostituta e, por isso, freqüentar a zona boêmia da cidade. A fala do advogado de defesa demonstra essa tentativa de imputar à vítima e ao meio em que vivia a culpa da sua condição de desonrada:

Se perguntarmos a quem cabe a culpa de ter a vítima descambado para a trilha da amargura, naturalmente não poderemos atribuí-la a um só fato ou pessoa. Pois culpa teve o meio que lhe serviu de berço. Culpa teve o seu gênio indomável, resultante provavelmente da deficitária educação que lhe ministraram. E culpa teve mais ainda a facilidade de estar ligada por laços de parentesco bastante íntimo a pessoas decaídas, o que sem dúvida era convite tentador à degradação que se deu precocemente, quando a vida lhe sorria ainda no despontar da adolescência. C. [vítima], menina que se fez mulher, sem mesmo conhecer as doçuras de uma mocidade inocente, foi vítima dos seus próprios erros. E, condenando o réu, só faria ampliar com um ato injusto, as conseqüências dos mesmos, pois apagá-los ou restabelecê-los é missão inútil. (grifos nossos) (AFBF. Processo de sedução. Janaúba, 1973, n. 292, cx.K)

O parecer do juiz ratifica o posicionamento da defesa, de que a culpa era realmente da vítima, e aparece carregado de preconceitos:

(...) de fato, a vítima era pessoa fisicamente bem desenvolvida, fazendo presumir que sua idade era bem maior. Por outro lado, é por demais sabido que o exercício das atividades sexuais estimula o desenvolvimento dos seios e outros órgãos femininos, tornando a jovem com aparência bem mais avançada, visualmente diferente da de uma jovem recatada e inexperiente. Jamais ousará jogar pedra nesta infeliz vítima, fruto do meio social atrasado e desregrado em que nasceu e viveu, mas, por outro lado, condenar o réu, nestas circunstancias, poderá duplicar a injustiça, em vez de reparar o mal já consumado. (grifos nossos). (AFBF. Processo de sedução. Janaúba, 1973, n. 292, cx.K)

Como se pode perceber, pela análise da fala da defesa e do parecer do juiz, mesmo constatando que houve realmente o crime de sedução, o fato de ser a vítima irmã de uma prostituta e de visitá-la na zona boêmia da cidade, constituiu motivo suficiente para que sua honra fosse posta em dúvida e o crime descaracterizado. Ainda durante a tramitação do processo a mãe da vítima compareceu em juízo para declarar que, por motivo de desespero, C.

M. J. (vítima no processo) despejou querosene em sua roupa e ateou fogo, vindo a morrer em consequência das queimaduras.

Em outro processo, também de 1973, a mesma situação pôde ser percebida: a menor foi seduzida pelo namorado sob promessas de casamento; o réu alegou que a vítima não era mais virgem e enumerou algumas testemunhas, homens apontados pelo indiciado de terem mantido relações sexuais com a ofendida, todos negaram e disseram somente conhecê-la de vista, ou não conhecer. Pesou, no entanto, muito mais as acusações de prostituta feitas à mãe da menor pelo indiciado, e que recaíram sobre esta. O Promotor de justiça Bel. Noraldino Rocha Machado, concluiu que o réu por ser menor de idade, embora não tenha ajuntado ao processo a prova/ registro, não poderia ser processado. E que:

Aliás, nós conhecemos a mãe da menor D., a sra. S. que já teve o seu nome bem difundido em processo crime de homicídio julgado nesta comarca e podemos afirmar ser a mesma uma prostituta desclassificada que nunca respeitou a seus filhos, dando-lhes um péssimo exemplo de como proceder mal numa sociedade. A jovem, vivendo na companhia de quem viveu, não é a menina recatada e passível de ter sido seduzida, conforme quer o espírito da lei penal com relação aos delitos denominados crimes contra os costumes. (AFBF. Processo de sedução. Janaúba, 1973, n.48, cx M)

O promotor sugeriu o arquivamento do processo e não apresentou a denúncia. A decisão foi acatada pelo juiz.

Em um processo de Montes Claros, o cenário e o cotidiano, embora bastante diferentes dos descritos anteriormente como responsáveis pela “desonra” das vítimas, são utilizados para justificar e culpabilizar a menor ofendida pelo delito:

Inexperiência da vítima não existiu. Veja-se que ela é uma moça da roça, onde as crianças aprendem, muito cedo, o que vem a ser relação sexual. O mistério da procriação, não existe para as crianças da roça. Elas assistem à prática do ato sexual constantemente entre os animais e vem como as fêmeas dão à luz. Assim, o que, nas crianças da cidade só se descobre através do contato com os mais velhos, nas conversas de rua ou através de palavras escapadas dos adultos mais inescrupulosos, nas crianças da roça é natural e para elas não constitui segredo. (DPDOR. Processo de sedução. 1974, n. 000.314, et. 07/38/235)

Como se vê, para a defesa havia sempre uma explicação buscada no meio, nos locais que freqüentava ou nas pessoas com quem a ofendida convivia, que justificariam a perda da honra: “O meio ambiente em que vivia, com padrasto, amigado com sua genitora, morando com a avó, sempre permanecendo sozinha em casa, com liberdade para ‘paquera’ à noite, (...) mostram a personalidade da vítima”. (DPDOR. Processo de sedução. 1972, n. 000.279, et. 07/37/233, f. 45). Os próprios juristas, como sugere Caulfield, favoreciam “as teorias que consideravam os ambientes social e familiar como causas dos desvios”. (2000:72)

Em “Meninas Perdidas”, a autora revela na análise que fez dos processos de crime sexual no Rio de Janeiro no período da *Belle Époque*, que o local onde viviam as vítimas era apontado pela defesa como tendo uma relação direta com a ‘má índole’ adquirida. (Esteves:1989)

Até mesmo o uso de recursos triviais e meios de entretenimento como televisão, revistas e cinema são utilizados como indicadores do mau procedimento das vítimas:

A corrupção só seria possível se a vítima fosse uma criança, mas nunca uma moça já feita, escolada pelos “romances modernos”, pelos livrinhos de bolso, pelo cinema e pela televisão. (...) Já se disse – e esta afirmação corre mundo – que hoje as mulheres é que seduzem os homens. Não vamos a tanto. Mas se não seduzem pelo menos os provocam: são minissaias com as coxas de fora; são blusas abertas com os seios a mostra. E. M. J., vítima neste processo, não é a santinha pintada pelo Dr. Promotor de Justiça. Era uma assistente assídua de televisão”. (DPDOR. Processo de sedução. 1972, n. 000.289, et. 07/37/233, f. 41)

Esses elementos, consequência da modernização econômica e social vivida pelo país, ao serem refletidos numa modernização dos costumes femininos passavam a ser entendidos como uma “moral licenciosa e estilo de vida desregrado” (Caulfield, 2000:186) que, ao levar há uma modificação nos padrões de comportamentos das mulheres, eram assinalados pela defesa como potenciais causadores da sua degradação, como se observa no trecho abaixo:

A lei exige para que se configure o crime de sedução (...) a inexperiência. Este requisito, nos dias atuais é muito difícil de se encontrar nas moças; trata-se, como se vê de um velho chavão, inteiramente, superado, dadas as condições de vida dos dias atuais, onde o desfibramento das resistências morais é patente, influenciadas pela televisão, revistas, cinema, e as modas femininas, em plena época da micro-saia, e das frentes únicas, shorts, bermudas etc. artifícios usados pelo sexo feminino

na disputa dos homens. (DPDOR. Processo de sedução. 1971, n. 000.271, et. 07/37/233, f. 70)

De acordo com Diva Muniz esses recursos da “vida moderna” eram vistos pelos membros do judiciário, audazes defensores da moral e dos bons costumes, como “disseminadores de imagens de uma modernidade moralmente questionável, sobretudo porque lhes acenava (às mulheres) com uma maior liberdade de circulação e maiores possibilidades de emancipação do pátrio poder”. (Muniz, 2005:11) E o que os representantes dos dogmas masculinos pretendiam era exatamente o contrário: “reiterar, com o uso político das diferenças entre os sexos, a desigualdade nas relações entre homens e mulheres” apoiando-se nas premissas do Código de 1940 (Id. Ibid.), por isso a reprovação dos juristas à incipiente libertação das moças em relação à tutela patriarcal. (Caulfield, 2000:190)

A partir da análise dessas falas jurídicas é possível entrever uma nítida postura patriarcal, modelo que regulamentou e institucionalizou os direitos dos homens, de modo a estabelecer formas de dominação dentro da sociedade, dando origem à opressão de gênero. Por isso, muitas vezes, as vítimas eram associadas a prostitutas e taxadas de já corrompidas ou desonradas, pois o único local seguro para se exercer a sexualidade era através do matrimônio, de outra maneira considerava-se que elas deveriam, de alguma forma, sob promessa de casamento ou ameaça, terem sido forçadas a manter a conjunção carnal, jamais pela busca de prazer, pois isso não era procedimento de uma moça honesta.

Assim, é que se impunha, ainda mais, a necessidade de disciplinar a conduta feminina no sentido de conduzi-la de volta ao seu espaço de origem: o lar e os cuidados com a família, pois só assim é que seria possível a manutenção da ordem patriarcal. De tal modo, é que se buscava atingir a plenitude de idealização da mulher que deveria “ter uma conduta sancionada pelo poder masculino e patriarcal: recatada, vigiada, submissa, controlada, virtuosa, guiada pela moral e pelos autorizados ‘bons costumes’”. (Muniz, 2005:4)

Essa questão do patriarcado, tão pertinente ao discurso jurídico, é abordada por Heleieth Saffioti, para quem a superação desse domínio está apoiada na manutenção das diferenças e na eliminação das desigualdades, lembrando que essa opressão se manifesta de diversas formas, inclusive no controle da sexualidade e segundo uma lógica punitiva às transgressões cometidas pelas mulheres. (Saffioti, 2008:149-181)

A honra também fazia parte dessa lógica patriarcal e, aos olhos da justiça, um importante predicado necessário às moças honestas, tanto é assim que as testemunhas arroladas tanto pelo réu como pela vítima eram interrogadas não a respeito do delito em si,

mas sobre a conduta dos envolvidos, principalmente da vítima. Esteves aborda essa questão no seu texto:

Ouvir as testemunhas tinha uma importância grande dentro desse papel pedagógico da Justiça. Elas não eram apenas requisitadas a falar sobre o que sabiam do crime, mas também eram interrogadas, por delegados, promotores e juízes, sobre determinados comportamentos das ofendidas. (Esteves, 1989:42)

É curioso notar, ainda, que o elemento subjetivo, embora em menor proporção, também está presente no que se refere à acusação do réu, na medida em que os promotores e, com mais frequência, os advogados de acusação, tentam da mesma forma construir uma imagem negativa do indiciado, como se percebe no seguinte trecho:

Novo ainda, mas escolado na arte da sedução, prometeu casamento, mostrou cartas em que dizia ter acabado um outro namoro, prometeu ir contra tudo e contra todos, prometeu mil e uma coisas à virgem, no afã de ser o primeiro homem a se deitar com ela; no ardor do macho em dizer que foi o primeiro; na febre do sexo e do desejo, para ter a glória de dizer aos amigos que mais uma virgem se tornara mulher em seus braços. Queria aumentar a sua fama de conquistador, de sedutor, de colecionador de hímens e de virgens defloradas (...) Com o pan-sexualismo reinante hoje, pensa-se que sedução não pode ser castigada, deve ser elogiada. Despreza-se o Direito, injuria-se a justiça, desafia-se a lei. (DPDOR. Processo de sedução. 1971, n. 000.271, et. 07/37/233, f. 63)

Essa especulação em torno da conduta do réu e da vítima ocorre porque o que estava sendo analisado e investigado pela justiça não era apenas a veracidade dos fatos, mas o comportamento dos envolvidos, “ou seja, a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam”. (Esteves, 1989:41) Isso, porque, mais uma vez, o que estava em jogo para a Justiça era antes uma tentativa de moldar a sociedade através dos papéis de gênero historicamente instituídos, do que a punição efetiva pelos crimes cometidos.

Considerações Finais

A análise dos processos e dos discursos produzidos pelo poder judiciário e pelos advogados serviu para perceber que eles realmente produzem e reproduzem representações de

gênero, e se apóiam nelas para atingirem seus objetivos de condenação ou não dos réus, implicando, portanto, na forma como esses crimes são concebidos perante a justiça.

A principal constatação feita é de que não era o réu quem tinha de tentar provar sua inocência e, sim, a vítima quem devia comprovar ser moça honrada e honesta. O que sugere a crença na existência de um pressuposto de culpa feminina. Diva Muniz (2005) reitera essa percepção quando argumenta que a necessidade de se apresentar a tão exaltada “virgindade moral” era uma condição peculiar às vítimas. As posições se invertiam, e muitas vezes não era possível provar a concretude do crime mesmo havendo evidências do fato, como rompimento recente do hímem, constatado através do exame de corpo de delito, e também testemunhas que ratificavam a boa conduta da vítima.

Foi possível perceber, também, que os valores de honra e honestidade estavam, nesse período, pelo menos para os juristas e para a Justiça, vinculados diretamente à noção de virgindade. Tanto que era esse o alvo preferido dos réus e da defesa na hora de atacar a honestidade da vítima, alegando, na maioria das vezes, que a ofendida não era virgem e sim “mulher experiente” e, portanto, não lhe deviam a honra. Afirmavam também que a ofendida tinha envolvimento sexual com outros rapazes já sendo conhecida como “fácil”, argumentos estes bastante corriqueiros nos depoimentos.

Os processos revelam, ainda, pouco conhecimento do corpo feminino, tratado como algo uniforme, com sensações e efeitos homogêneos, principalmente no que se refere à primeira relação sexual, onde as vítimas que fossem, de fato, virgens deveriam relatar o defloramento como um acontecimento cheio de dor e sofrimento. Do contrário, já era apontada aí uma forte evidência da desonestidade da suposta ofendida. Por isso, percebe-se, pela análise do conjunto dos processos, que as vítimas eram orientadas (possivelmente pela acusação) no sentido de dar ênfase, justamente, aos elementos levados em consideração pela Justiça, como a inexperiência e a promessa de casamento. As mulheres apareciam enquadradas em uma categoria rígida e imutável, apesar de possuírem vivências diversificadas, o que mais uma vez reforça e reflete o desconhecimento e o desinteresse diante das especificidades de cada mulher.

Outra questão importante a ser ressaltada é a postura da própria Justiça em relação às vítimas que, ao invés de “protegê-las” como seria de se supor, atuava muito mais no controle de sua sexualidade com discursos moralizantes, condicionando-as ao *status* de submissão ao homem e restringindo-as ao espaço doméstico. Ou mesmo, por causa da lentidão e burocracia inerentes ao seu funcionamento, acabavam colaborando para a não punição dos acusados.

É mister lembrar, finalmente, que um aspecto se destacou e ficou evidente nos discursos de todas as personagens (réu, vítima, testemunhas, advogados, juízes, promotores e delegados) envolvidas na cena discursiva e no contexto dos processos de crime sexual, é que eles invariavelmente convergem para um ponto comum: a honra, concebida como valor fundamental que, se não norteava as relações amorosas desse período, ao menos era considerada pelas normas e pelo discurso jurídico como componente essencial e imprescindível na construção de um ideal de comportamento feminino.

FONTES

- AFBF. *Processo de sedução*. Janaúba, 1973, n. 292, cx.K.
- AFBF. *Processo de sedução*. Janaúba, 1973, n. 48, cx M.
- DPDOR. *Processo de sedução*. Montes Claros, 1980, n. 000.452, et. 07/38/239, f. 41-2.
- DPDOR. *Processo de sedução*. Montes Claros, 1972, n. 000.277, et. 07/37/233, f. 36.
- DPDOR. *Processo de sedução*. Montes Claros, 1971, n. 000.271, et. 07/37/233, 155 f.
- DPDOR. *Processo de sedução*. Montes Claros, 1974, n. 000.314, et. 07/38/235.
- DPDOR. *Processo de sedução*. Montes Claros, 1972, n. 000.289, et. 07/37/233, f. 41.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Lourdes. Violência sexual, imaginário de gênero e narcisismo. In: SUARES, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo, 1999.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Unicamp, 2000, 393 p.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ENGEL, Magali. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARIA, Antônio Bento de. *Código Penal Brasileiro comentado*. vol VI. Rio de Janeiro: Record, 1954.

FOUCAULT, Michel

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: ____ (org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 17-44.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, E. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro; Rocco, 1994, p. 206-242.

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, estupro e purificação. In: SUARES, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo, 1999.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Proteção para quem? O código penal de 1940 e a produção da “virgindade moral”*. In: Labrys, estudos feministas, julho de 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tânia Navarro. *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008. p 149-181.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, p. 5-22, 1990.

VADE MECUM. *Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009.

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA IMPRENSA DA CIDADE DE GOIÁS

Sávia Barros DINIZ¹

saviadiniz@yahoo.com.br

RESUMO: Tendo como fonte as crônicas jornalísticas do *Correio Oficial* de Goiás, a presente comunicação analisa as representações sobre as mulheres da cidade de Goiás na década de 1930, num contexto histórico de transição, de mudanças e permanências não apenas no âmbito da economia e da política, mas sobretudo da sociedade e da cultura. Trata-se de representações femininas multifacetadas, descritas por meio de olhares masculinos imbuídos de intencionalidades diversas que reproduziam, corroboravam ou divergiam dos interesses financeiros, políticos, comerciais e publicitários do período pesquisado. Em suma, discursos sobre as mulheres que evidenciavam, sobretudo, os conflitos e ambiguidades latentes em uma sociedade onde mundos agrários, urbanos, liberais e conservadores delimitavam espaços e regiam comportamentos.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, representações femininas, *Correio Oficial* de Goiás.

Viver... não é preciso – já dizia o poeta. Navegar pelas asas da literatura em busca dos dizeres de um passado que não volta, mas nos encanta e fascina como sereias em rochedos, é vital para a reconstrução de novas facetas históricas. Ao invés de abismos, as metáforas literárias nos oferecem os portos seguros – de reflexão e questionamento. Uma viagem em busca de novos discursos historiográficos sobre as mulheres vilaboenses, por meio da análise de crônicas jornalísticas do *Correio Oficial* na década de 1930 na cidade de Goiás, é a nossa proposta. Visamos a explorar elementos de seu cotidiano, trazendo à tona os caminhos e descaminhos enfrentados, em altos brados ou em silêncio, por mulheres anônimas cujos rastros se transformam hoje em um novo pensar histórico.

O tema – Mulheres – define a abordagem histórica de um gênero que foi, durante séculos, interpretado e adivinhado sob a luz do olhar masculino. História aqui conceituada, como “[...] uma relação entre o lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CNPq.

literatura).” (CERTEAU, 1982, p. 66). A maioria dos registros sobre o imaginário feminino se restringe aos arquivos privados (diários, cartas, atas domésticas, obras literárias e religiosas). Nos arquivos públicos, a aparição feminina é aliada, quase sempre, à transgressão da ordem pública (documentos policiais e processos criminais). As fontes documentais analisadas nesta pesquisa são de caráter oficial e relatam mudanças e permanências do comportamento feminino nos anos 30. O que as tornam diferentes dos demais documentos oficiais é a utilização do discurso literário sob a forma de crônicas.

Tal documentação se encontra no Arquivo Histórico Estadual/ Agepel, acondicionada em coletâneas impressas e microfilmadas. Ao contrário do que se imaginava, há uma grande quantidade de crônicas sobre as mulheres publicadas em periódicos. Como todo jornal de grande circulação, o *Correio Oficial* reproduzia os conceitos e preconceitos sociais dominantes. Embora acompanhasse as mudanças de seu tempo, os elementos de caráter contraditório e transformador eram abordados com reserva.

Os recursos estilísticos da ironia e da comédia foram amplamente utilizados para desacreditar as lutas emancipadoras femininas da década de 30 e reforçar suas características “naturais” de submissão e inferioridade. Outro recurso de estilo utilizado era a escrita com notas melodramáticas e românticas, que tentavam legitimar o mito da fragilidade feminina e da força masculina. Esses elementos reforçam, uma vez mais, que “na crônica o foco de interesse não seria tanto o assunto, o fato sobre o qual escreve o cronista, mas sim a maneira como ele constrói o texto.” (KAIMOTI, 2004, p. 12).

Realizamos a seleção, classificação e significação das fontes, de acordo com os acontecimentos diferenciais e desvios significativos, que reformulam e questionam os modelos tradicionais, segundo Michael de Certeau. De acordo com a análise de Joan Scott – perspectiva que ora assumimos –, a compreensão das preponderâncias de poder, nas determinações dos lugares sociais das mulheres, são imprescindíveis para a reflexão sobre as possíveis transformações sociais. As crônicas foram classificadas por ordem cronológica, o que permite a análise das mudanças, continuidades e seus possíveis desvios num determinado recorte temporal. Posteriormente, ordenou-se pelos temas: comportamento – tradição e transgressão em tempos de modernidade; educação sexual – o embate da moral e da ciência sobre a sexualidade; emancipação e cidadania – as mulheres na vida pública.

O período escolhido foi a década de 1930. Em Goiás, tal recorte histórico reflete o momento da transição de uma conjuntura política, de cunho predominantemente oligárquico e latifundiário, a outra, de inclinação capitalista e influenciada pela ideologia do Estado Novo. No plano social, verifica-se um processo de

transformação dos costumes, em razão da influência de estereótipos e modelos dos grandes centros urbanos brasileiros – e até mesmo estrangeiros. Acompanhando tal transição, assiste-se a emergência de um discurso em torno da “decadência” da Cidade de Goiás e em prol da construção de uma nova e moderna capital, que viria a ser Goiânia. Os escritos literários publicados no *Correio Oficial* refletem as angústias, entusiasmos, contradições e conflitos da Cidade de Goiás nesse período.

Desde 1920, um novo panorama social, político e econômico nacional se afigurava, ao mesmo tempo em que questionava antigas definições. O que significava ser republicano, brasileiro, moderno, homem ou mulher? Quais eram esses tão proclamados novos valores, novos sonhos e, principalmente, essas novas regras de conduta? Enquanto para os modernistas o céu era o limite, para os tradicionalistas, estipular, negar ou legitimar esses conceitos era fundamental; a vida precisava de fronteiras.

Tal questionamento de valores era abarcado por uma burguesia urbana em ascensão, em detrimento de uma sociedade essencialmente agrária até então, enfeixada na política progressista do governo de Getúlio Vargas. Novos comportamentos e estilos de vida, que adentravam as sociedades sob prismas e intensidades diferentes, eram adotados com maior facilidade nas regiões litorâneas e industrializadas e, de forma mais lenta e resistida, nas áreas interioranas e agrárias, como é o caso de Goiás.

As mudanças e contínuismos no âmbito do comportamento feminino, no período já citado, têm nessas dicotomias o seu início. No primeiro grupo de crônicas, “comportamento – tradição e transgressão em tempos de modernidade”, surgem relatos de mulheres que ansiavam escolher não apenas os vestidos e o marido, mas também o divórcio; que não mais se resignavam às adequações ou constrangimentos de conduta a que estavam submetidas, mas ambicionavam a emancipação social, política e econômica. Por trás dessa modernidade, havia as indústrias cultural e publicitária, que passaram a veicular uma nova imagem de dona de casa: além de mãe e esposa, agora também consumidora. Tais ares de modernidade arrebatavam precursores entusiastas, como no relato de uma crônica a respeito de alguns frequentadores das sessões de cinema que “[...] lêem em voz alta os dizeres da fita ou, pior ainda, traduzem o inglês para o nosso idioma.” (*Correio Oficial*, 23/11/1934, p. 4). No Rio de Janeiro, às vésperas da Primeira Guerra Mundial e após a famosa Regeneração urbana e sanitária, verificou-se, em 1904, um aura cosmopolita, com as pessoas se cumprimentando no grande bulevar, com a frase: “Vive la France!” (SEVCENKO, 1998). De forma análoga, na cidade de Goiás,

Na rua, o mal manifestou-se sob aspecto diferente: É a volúpia do inglês. A cada momento nos cumprimentam com o familiar “good bye”, ‘good night”, “good morning”, etc. Só repetindo as palavras de Carmem Miranda: Deixem a mania do inglês meninos fragiolas, e aprendam primeiro o português. (Correio Oficial, Goiaz, 23/11/1934, p. 4)

Por outro lado, diversas crônicas jornalísticas, saudosistas e conservadoras, descreviam esses hodiernos comportamentos como perniciosos e corruptores da dita moral feminina.

O encanto lyrico dos versos já não encanta á mulher amada como lhe toca fundo o coração a gargalhada vil dos dollares... A mulher de hoje impressiona mais o bater dos cylindros duma barata azul do que as “cantigas langues dos vates apaixonados”... Ella não sonha mais com um ranchinho de sapé, perdido lá na matta, com as águas de um ribeiro rolando, ao fundo soluçantes... Quer mais. Sua visão de hoje é mais concreta: um bungalow pequeno. Confortável. Um jardim symetrico. Um repuxo illuminado, ao centro. Deixa-te desta história de saudades. A velocidade de época não dá mais tempo a devaneios. Olha que se os “bardos sonhadores”. Agora, de novo apparecessem, seriam feitos vendedores de sombrinhas a prestações... (Correio Oficial, Goiaz, 10/04/1931, p.1).

Indo do passado nostálgico ao presente camaleônico, o tema recorrente das crônicas de comportamento era “mulheres modernas”, como na crônica “A ‘moda’ no barulho”, que relatava as agruras dos defensores da moral tradicionalista em colocar ordem na casa – literalmente. Nessa crônica aparece o relato sobre algumas mulheres de “saia curta, os braços nus, um decote que vae até á alma, a boca pintada em coração” (Correio Oficial, Goiaz, 28/03/1931, p. 6), que foram expulsas da igreja por comportamento indecoroso. Com trajés considerados apelativos e imorais, as denominadas “mulheres modernas” – tentações pecadoras que enredavam astutamente os homens em seus embustes amorosos – eram assunto recorrente nos discursos inflamados dos “pregadores” da moral e da boa ordem. Com ironia, o cronista conclui: “Mas tudo é tollice dessa gente revoltada. As evas modernas não resistem á fascinação da ‘moda’. E ellas teem razão. E teem razão de sobra, pois não desconhecem felizmente, o primitivismo das coisas da vida... É tollice pelear.” (Correio Oficial, Goiaz, 28/03/1931, p. 6).

Uma das “evas modernas”, citadas indiretamente nessa crônica, responde às provocações por meio de outra crônica – a "Fala de Eva". Em tom jocoso e audacioso, Fifi D'Orsay (provavelmente um pseudônimo) assim escreve:

Apresentou-me, senhores. Uma menina moderna. Amo o cinema, o jazz, o flirt, os rigores da moda, o baton, e outras coisinhas mais. Não vos venho massar com uma chroniqueta xaroposa e romantica. Não. No nosso seculo, as leis que me dominam não permitem isto. E ainda mais, o sentimentalismo esqueci na obscuridade claustral de um collegio onde tentaram educar-me á antiga. Se aqui estou, mercê da jovialidade do director desta folha, é para desabafar-me da neurótica irritação que me tem causado um chronista prosaico, que insiste em fazer jornalismo á minha custa. Ora, que implicância... Deixa-me! Se o meu vestido é curto e o decote vae até á alma, mesmo passando della um dia, ainda ficará muito longe de onde o literato mexerico deixa transparecer maliciosamente nos seus escriptos. A moda rege o mundo, e porque hei eu de ficar á sua retaguarda? Eu, que sou a obra prima da natureza, que tenho no homem o dócil executor dos meus caprichos, o escravo das minhas vontades, abdicar dos meus adornos e, da minha vida mundana unicamente, para satisfazer aos chronistas puritanos? Isso é que não. Nós não cederemos o terreno conquistado e só marcharemos para a frente, enquanto os homens correm esfalfadamente para nos alcançar, temerosos de nos perder de vista. Corre também articulista bisonho! Corre e deixa-te de criticar os vestidos das mulheres! (Correio Oficial, Goiaz, 19/04/1931, p. 2).

É evidente, em tal crônica, uma das poucas escritas por mulheres, a rebeldia da autora diante da educação tradicional. A franqueza com que assume seus hábitos e costumes espelha a vontade de muitas mulheres de seu tempo. Passar batom e vestir roupas ousadas não significava apenas uma vaidade extravagante, mas uma busca de autonomia sobre o corpo, os desejos e as escolhas. O jazz, o “flirt” e o cinema representavam não só um despertar dos sentidos para novos prazeres e divertimentos, mas também uma possível ressignificação da vida pública e cultural que atenuava os cerceamentos sociais e morais impostos às mulheres.

Segundo a tradicional educação conservadora, vivificada nas crônicas do jornal *Correio Oficial*, além de mães e esposas exemplares, as mulheres deveriam aceitar com paciência quaisquer comportamentos considerados inadequados, advindos do marido. Da mesma forma, não deveriam aspirar o conhecimento para além do senso comum e cotidiano. Ainda segundo esses relatos, a ilustração filosófica apenas traria dissabores, inquietudes e inseguranças ao espírito feminino, por natureza irrequieto. Discursos à parte, sabemos que o

que estava em jogo era a possibilidade de questionamentos, resistências e conflitos incitados por esses novos comportamentos sociais.

Ouçá-me um momento. Disse um grande escritor que quem conhece uma mulher conhece todas, porque, entre si, elas pouco diferem umas das outras. E Você não pode, como quer, desprezar essa forma típica, sem perder os distintivos psicológicos do sexo. Seja, pois, fútil e menos espiritual que não sofrerá tanto porque a vida é boa, afirmo-lhe com a “convicção de um ressuscitado”. Afaste de si essa escolta sempre crescente de pensamentos que lhe acabrunham a alma e atrofiam sua vitalidade. (Correio Oficial, Goiaz, 31/1/1934, p. 8).

Algumas crônicas discorriam num tom cavalheiresco de idolatria e santificação das mulheres mas, atrás do altar, permaneciam as metáforas que reforçavam o lugar social das mulheres, distinto e inferior ao do homem, utilizando-se da preconização de diferenças “naturais” entre os sexos.

Considera sempre as mulheres como esses balões de cores que os camelôts vendem nas praias: verdes... azuis... lilázes...rosas... Juntos, dansando nos ares, presos nas pontas de cordéis. Estouram, se as creanças os tomam sofregamente. Assim são elas. Os homens são as creanças. Afasta-os de ti, o mais possível, e te-las-ás sempre. (Correio Oficial, Goiaz, 5/07/1934, p. 8).

No segundo grupo de crônicas, “Educação sexual – o embate da moral e da ciência na sexualidade”, é tratado o embate entre os antigos e os novos preceitos morais, higiênicos e sexuais mais adequados às novas necessidades de um mercado capitalista, progressista, moderno e, ainda assim, tradicional e conservador. Para o tão sonhado desenvolvimento nacional da política *varguista* era fundamental não só o aumento quantitativo da produção, mas também o qualitativo. Tendo isso em vista, as condições de vida do assalariado tornaram-se objeto de análise e aprimoramento. No bojo dessa nova cartilha política, na qual entrava em cena a Educação Sexual, religiosos e membros de uma elite conservadora encetaram uma batalha em defesa da ordem estabelecida, como aponta o artigo do frei Gonçalo C. Leão.

Todos os pais sabem que sexualidade não é imoralidade e que a união do homem e da mulher, no matrimonio, é uma instituição divina para perpetuidade do gênero humano – o crescei e multiplicai-vos. Deduzir porém, que ensinar a todos,

indiferentemente, todos os problemas sexuais não é imoralidade, torna-se declaração falsa e imoral. [...] Identicamente, o adultério, as uniões livres, o concubinato atingem o fim puramente fisiológico do ato sexual e entretanto todos reconhecem que semelhantes uniões constituem o descalabro das famílias e, conseqüentemente, a decadência da sociedade cujos alicerces são os lares domésticos. (Correio Oficial, Goiaz, 20/05/1934, p. 4).

Tal discurso era contraposto por médicos sanitaristas e intelectuais ligados à política progressista do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Em Goiás, uma das medidas dessa política era a publicação periódica de artigos do médico José de Albuquerque, porta-voz do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Havia uma grande tendência a relacionar distúrbios sexuais a crimes e comportamentos doentios. A educação sexual preconizava a prevenção e o controle de doenças sexualmente transmissíveis, o pré-natal, o controle de natalidade e a quebra de tabus que prejudicassem a política sanitarista e desenvolvimentista brasileira.

Percebemos, em tais crônicas, além da postura médico-científica, informativa e esclarecedora, observações de cunho moral que condenavam, entre outras coisas, a erotização do cotidiano e conclamavam aos leitores a não confundir sensualidade com sexualidade. Observa-se que a conceituação sanitarista de sexualidade corresponde intrinsecamente aos novos ideais produtivos e reprodutivos da sociedade burguesa desse período. A crítica feita por esses médicos à erotização do cotidiano faz sentido por esta se constituir em brecha a reflexões, escolhas e resistências, nem sempre dentro dos interesses e parâmetros de uma sociedade preconizada como ordenada, higiênica, progressista e civilizada.

Não tragam seus filhos e discípulos acorrentados ao peso destes terríveis grilhões, que o empirismo e a rotina veem impondo á humanidade sob o nome de “Moral”, mas sim, que iluminem o espírito da juventude com um raio desse Sol ardente e vivificador, que é a Ciência, apontando-lhe as estradas largas, retas e sem atalhos da verdadeira Moral Sexual, que é a que se funda nos postulados da Ciencia. (Correio Oficial, Goiaz, 03/02/1934, p. 1).

Novos conceitos de higiene e sexualidade foram adotados mas, no que concerne às mulheres, a dupla moral permanecia – a vida sexual “moderna” continuava a ser delimitada pelos valores tradicionais da família, igreja e estado. Essa dupla moral só teria os limites diluídos, mas não extinguidos, em décadas seguintes, nas quais novos discursos,

debates e a própria lógica consumidora do capital e dos meios de comunicação de massa estimularam a diluição das fronteiras entre a vida pública e a privada.

No terceiro grupo de crônicas, que tem como temática “Emancipação e cidadania – as mulheres na vida pública”, analisamos relatos que condenam, permitem e até estimulam as mulheres a terem acesso à educação formal, a atuarem profissionalmente e a lutarem por uma autonomia política e econômica. A participação das mulheres na vida pública sempre foi aceita em casos excepcionais, como em tempos de guerra, em famílias pobres, em casos de abandono ou morte dos homens da família; sempre como uma necessidade, nunca como uma escolha.

O heroísmo da mulher brasileira, tão nosso conhecido e até em bronze esculpido, terá outra vez, nesta campanha econômica, uma magnífica ocasião para demonstrar o seu alto gráo. Que ella tome como bandeira, a chita com que doravante se vestirá e combatendo a sua vaidade combaterá pelo nosso ressurgimento econômico e até pela nossa existência política. (Correio Oficial, Goiaz, 21/03/1931, p. 7).

A manutenção do casamento, a organização do lar, a educação dos filhos, enfim, a estruturação familiar era responsabilidade das mulheres. Aos homens, caberia o exercício de funções e decisões ligadas à vida pública; além, é claro, da supervisão das atividades das mulheres na vida privada. A participação das mulheres na vida pública desorganizaria esse arranjo de poder. Tais prenúncios de transformação ocasionaram um reboiço na sociedade conservadora.

Além do direito do voto, ella já quer mais. Quer todos os direitos políticos, civis e militares conferidos ao homem. Já que o fulgor da farda, os galões, os postos de commando do exercito. Esta ultima aspiração foi claramente exposta, ha pouco, pela leader do movimento feminista de um dos estados mais prósperos da federação. Nada mais extravagante. Nada mais contrasensual e absurdo. O lugar da mulher é no lar. A sua missão é ser esposa, o seu destino é ser mãe. [...] Essa emancipação sonhada pelas mulheres virá abalar profundamente a família, senão destruí-la, e a maternidade tornar-se-á então um desfecho meramente mechanico das imposições da natureza. A mulher política não será a mãe desvelada e terna: já a occuparam o ideal mórbido de guerrear e sobrepujar o homem, e os affazeres intellectuaes e administrativos que muito naturalmente a sua situação de actividade política lhe trará. Nos tribunaes, nos parlamentos, nos gabinetes austeros dos aparelhos governamentaes, enfim no borburinho tumultuante do trabalho diário, a

mulher-homem não ouvirá certamente os vagidos de um filhinho innocente que áquella hora chora no fundo de um berço rendilhado entregue aos carinhos mercenários de uma ama. (Correio Oficial, Goiaz, 12/04/1931, p. 4).

Em 1934 e 1935, embora diversas crônicas do *Correio Oficial* ainda satirizassem o trabalho feminino, outras refletiam positivamente as campanhas de incentivo do governo federal à instrução e à profissionalização das mulheres. Tais campanhas iam ao encontro das metas de desbravamento econômico do centro-oeste, objetivando novos entrepostos comerciais, indústrias e mercados consumidores; o que tornava premente aumentar a mão de obra. Desta feita, as mulheres foram convocadas a participar da vida pública; não como uma conquista individual, mas como um ato de altruísmo, abnegação e patriotismo.

Acreditamos sinceramente, ser a mulher bastante digna, para agir com honestidade dentro dos horizontes que hoje se lhe abrem pelo imperativo histórico-economico. Aqueles que a julgam incapaz para a nova lida e fantasiavam-se de seu protetor, demonstram o pequeno conceito em que a têm. No dia em que a mulher, forte na sua independência econômica e moral, for a unica a escolher companheiro para a sua vida e o pai para os seus filhos, acreditamos bem, a vida será de uma moral melhor e raça mais sadia. Alliando-se estas vantagens morais áquelas econômicas, anteriormente demonstradas, desejaríamos ter sido compreendidos no que dizemos, para um futuro de um Brasil maior. (Correio Oficial, Goiaz, 11/3/1934, p. 2).

Nessa mesma direção, várias crônicas ressaltavam as conquistas políticas recentes, como a legitimação do voto feminino direto, em 1932, e sua ratificação pela constituição de 1934.

[...] prosseguir com toda a perseverança e coragem apesar da resistênciã que se opõe á acção, - esta tarefa é a verdadeira prova de capacidade e o caminho para as realizações. Aqui no Brasil acabamos de ver a viva demonstração desta verdade, na victoria das reivindicções femininas, e basta mencionar a nome de Bertha Lutz, para apreciar o admirável esforço. O caminho das realizações do progresso feminino em todo o mundo revela a cada passo a mesma necessidade, de nunca perder coragem, e o dever de vigiar, para que a Mulher – citada victoriosa e muito inclinada a se concentrar num campo de trabalho especial, - não perca os frutos da victoria. [...] depois da vitória é preciso prestar serviço eficaz, util á collectividade

e ao progresso moral, para consolidar a nova posição. (Correio Oficial, Goiaz, 18/12/1934, p. 1,8).

Em fevereiro de 1936, registram-se as últimas notícias das mulheres vilaboenses publicadas no *Correio Oficial* da cidade de Goiás, pois em março deste mesmo ano, a sede da imprensa foi transferida para Goiânia, atual capital do estado. A crônica “A mulher goiana na magistratura” relatava os últimos avanços políticos das mulheres goianas deste período.

Já nos referimos ha tempos, ao ingresso da mulher goiana na política. Assim, é que, ha anos, vem dirigindo os destinos de um município norte-goiano, uma distinta conterrânea nossa, d. Maria Martins, Prefeita de Conceição do Norte. Nas últimas eleições realizadas nos municípios de Palma e Natividade, nós vimos ser eleita vereadora, neste último, uma mulher, D. Maria da Silva. Agora, por decreto recente, acaba o Governador Pedro Ludovico de nomear á suplente de Juiz Distrital de Goiânia d. América do Sul Roriz. E aqueles que se batem contra o ingresso da mulher nos negócios do Estado não de convir, porem, que si tem ela, como eleitora, direito de escolher os administradores, ou legisladores, também está a altura de exercer funções publicas, por mais espinhosas que sejam estas. (Correio Oficial, Goiaz, 28/02/1936, p. 1).

Entender o “porquê”, “para quem” e “como” foram construídas as inúmeras representações sobre as mulheres traçadas nas crônicas jornalísticas analisadas neste trabalho, escritas essencialmente por homens, remete-nos a conexões inevitáveis entre história, discurso e poder. Elos importantes para o estudo da localização e naturalização das mulheres no seu espaço social (real) e no seu espaço metafórico (literário). Cabe aqui uma ressalva. Segundo afirma o historiador Roger Chartier (1994, p. 9), as representações dominantes acerca das mulheres, bem como as eventuais incorporações e internalizações de modelos e normas masculinos, não excluem possíveis desvios e manipulações que podem, por sua vez, transformar as representações construídas para assegurar a dependência e a submissão em instrumentos de resistência e em afirmação de novas identidades.

Debruçar sobre tais representações femininas inscritas nas relações de gênero permite-nos entrever um universo de identidades, imaginários coletivos e individuais, transportando-nos a realidades perdidas entre as vírgulas do tempo, onde o ponto final não existe e as transformações cabem em uma virada de página.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A MULHER GOIANA NA MAGISTRATURA. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 28 fevereiro 1936. p. 1.
- A TODOS QUE SÃO PAIS OU MESTRES, O CÍRCULO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO SEXUAL LANÇA OS SEGUINTE APELOS: *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 3 fevereiro 1934. p. 1.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.
- DEMARDOCENEO. Seda e chitas. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 21 março 1931. p. 7.
- D'ORSAY, F. Fala de Eva. *Correio Oficial*. Goiaz, GO, 19 abril 1931. Sociaes, p. 2.
- HIRSCH, L. Ainda o Feminismo. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 18 dezembro 1934. p. 1, 8.
- JICÊO. Passadismo e Modernismo. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 10 abril 1931. Secção Noticiosa, Sociaes, p. 1.
- JUJUCA. Conselho de um cão. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 5 julho 1934. Notas Sociais, p. 08.
- JULIANO, D. Suffragismo e Gynecocracia. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 12 abril 1931. p. 4.
- KAIMOTI, A. P. M. C. Fato e ficção em Crônicas de fim do milênio, de Antonio Callado. *Alea*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, jan./ jun. 2004.
- LEÃO, G. C.. Precavendo... *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 20 maio 1934. Secção Religiosa, p. 4.
- MACEDO. A mulher e sua sujeição economica. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 11 março 1934. p. 2.
- NATTO, G. É um caso serio... *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 23 novembro 1934. Notas Sociaes, p. 4.
- NOTAS SOCIAIS. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 31 janeiro 1934. p. 08.
- ROMERO, C. A “moda” no barulho. *Correio Oficial*. Goiaz, GO, 28 março 1931. Sociaes, p. 6.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. *Gênero e Educação. Educação e Realidade*. Porto Alegre, FAE: UFRGS, v. 20, n. 2, jul-dez.1995.

SEVCENKO, N. (org.). O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil*. 5 ed. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1998. vol. 3. p.7-48.

REPRODUÇÃO DE PAPEIS DE GÊNERO NO REASSENTAMENTO CÓRREGO PRATA – PORTO NACIONAL – TO

Temis Gomes PARENTE¹

temis.parente@uol.com.br

Resumo: Esta apresentação tem como objetivo refletir sobre as vivências cotidianas das mulheres do reassentamento Córrego Prata no município de Porto Nacional-TO, implantado com a construção da Usina Luis Eduardo Magalhães no Rio Tocantins e a conseqüente formação do lago. Trago para essa reflexão o processo de territorialização dessas mulheres, a partir do momento em que as suas famílias conseguiram um lote de terra ao qual inicialmente elas não teriam direitos indenizatórios por não possuírem terras às margens do rio Tocantins, antes da formação do lago. A partir do momento em que se tornam proprietárias/os, é possível perceber através das falas dessas mulheres e homens o processo de reprodução e reforço de papéis de gênero nas atitudes cotidianas de suas famílias, seja no seu próprio modo de vida, ou na forma de educarem suas filhas e filhos.

Palavras-chave: reassentamento, mulheres.

O estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988, passou a integrar a região norte do país e também a Amazônia Legal. Com sua criação, o novo estado precisa de infra-estrutura para colocar em prática as políticas de desenvolvimento que visam minimizar as disparidades regionais do Brasil.

Com o discurso de diminuir as disparidades regionais, o Estado do Tocantins desde a sua criação, vem sofrendo transformações com as construções de grandes empreendimentos planejado para a região. Dentre estes, as construções das hidrelétricas.

Para o Rio Tocantins estão planejadas nove hidrelétricas, destas, seis estão no Estado do Tocantins, três já estão em funcionamento (Luis Eduardo Magalhães, Peixe Angical e São Salvador), uma está em fase de construção (Estreito) e duas em processo de licenciamento, (Impueieras e Tupiratins).Esses grandes empreendimentos, além de trazerem impactos

¹ Universidade Federal do Tocantins, Pós-doutora, Pesquisa Financiada pelo CNPq.

ambientais, são responsáveis pela desestruturação de modos de vida das pessoas que antes viviam às margens dos rios e que com a construção de hidrelétricas se transformam em reservatórios de águas de grandes extensão.

As justificativas para a construção desses grandes empreendimentos estão alicerçadas em trazer o desenvolvimento para a região. O discurso desenvolvimentista, para o Estado do Tocantins remonta o período colonial (PARENTE, 2003).

Os impactos causados por estes empreendimentos foram e ainda são largamente estudados, em todas as áreas.² Os problemas decorrentes dessas construções afetam diretamente o ambiente em que vive a população ribeirinha, transferida compulsoriamente para outras localidades, vê-se obrigada a abandonar sua forma de viver de maneira brusca, na grande maioria das vezes, sem o direito de escolha sobre onde venha a construir suas novas moradias.

Mas para chegar a este estágio é percorrido algumas estratégias: primeiro a forma em que se dar a desapropriação é utilizados por mecanismos para minimizar os usos que essa população faz da água e todas as atividades econômicas e sociais preexistentes ao projeto, ou seja, só são reconhecidos como atingidos aquelas pessoas que possuem o direito a terra aqui já é diferente. A segunda estratégia é a desinformação da população facilitando o acesso da empresa na região; depois vem as informações através da mídia, mostrando os benefícios que a empresa vai trazer para as pessoas, o local a região e mesmo no contexto nacional com a construção do empreendimento. Seguindo uma serie de etapas antes que a população se dê conta. E por ultimo é a negociação com as pessoas, isso ocorrendo de forma individual, estratégia que as empresas sempre utiliza.

Com as varias disputas dos movimentos sociais houve uma ampliação do conceito de atingidos, como a populações indígenas, minorias étnicas, camponeses e outros grupos que tenham direito informal à terra e outros recursos expropriados pelo projeto, devem ser ressarcidos adequadamente com terra, infra-estrutura e outras compensações. A ausência de título legal de propriedade não deve ser utilizada para negar a tais grupos compensação e reparação (World Bank, 1994, Executive Summary, Box 1). É nessa categoria que estão incluídos as famílias dos reassentados do Córrego Prata.

² A título de exemplo, no mestrado de ciências do ambiente da Universidade Federal do Tocantins, setenta por cento dos trabalhos é sobre o reservatório do Lajeado, formado pela construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães.

Apesar desses dados, esta pesquisa tem por objetivo “girar o foco” para outro ângulo: através da história oral de mulheres e homens que hoje vivem no reassentamento Córrego Prata analisamos que os impactos causados pela construção da Usina e a consequente formação do reservatório, não foram negativos, na visão dos entrevistados, uma vez que gerou a oportunidade para essas famílias adquirirem um lote de terra definitivamente delas

O Reassentamento Córrego Prata possui uma área total de 5.156, 3.105 ha, localizada no município de Porto Nacional, a 44 km do perímetro urbano e às margens da TO – 050, sentido Porto Nacional/ Palmas. Na área do Projeto de Reassentamento existe ainda uma área de 773, 2680 ha considerada reserva legal e 330, 5861 ha de área de preservação permanente.

Ao término da elaboração do Projeto de Reassentamento, o número de famílias que residiam no Reassentamento Córrego Prata era de aproximadamente 91 famílias reassentadas e 82 permutadas.³ Sendo que a área média por família reassentada era, e continua sendo de 4 ha. Quanto aos aspectos das casas, estas lembram o modelo urbano, são casas construídas de tijolos e cobertas por telhas, com um sistema de água encanada e energia elétrica, sendo preservados alguns elementos rurais como o paiol com fogão caipira. As mesmas são padronizadas, correspondendo ao tamanho de cada família.

Segundo o Diagnóstico Agrônomo, Econômico e Social do Reassentamento Córrego Prata, as famílias remanejadas para esse local são formadas por antigos moradores de fazendas localizadas no entorno de Palmas e Porto Nacional e alguns advindos de povoados ribeirinhos. Estes desenvolviam atividades de lavrador, olericultor, caseiro, vaqueiro e formador de chácara nas propriedades de outras pessoas, portanto, não possuíam terras e a princípio não teriam direito à indenização consequente da formação do reservatório. Mas com a intervenção do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB – essas famílias entraram no processo de compensação indenizatória pela empresa responsável, experiência que este movimento trouxe das reivindicações indenizatórias dos impactados nas Hidrelétricas de Salto Caxias no Paraná e Serra da Mesa em Goiás.

No momento em que as famílias são transferidas para o reassentamento Córrego Prata, inicia-se o processo de “territorialização”, pois daquele momento em diante elas teriam um referencial, um lugar, um espaço no qual poderiam trabalhar e sustentar as suas famílias. Estou entendendo *Territorialização* fundamentando-me na noção de território de Félix Guattari e Suelly Rolnik que entendem territorialização como sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desbocar,

³ Reassentadas são famílias que não eram proprietários de terra e permutados foram aquelas famílias que tinham terras as margens do rio receberam o equivalente no reassentamento.

pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.⁴

Essa pesquisa é uma continuação de um projeto mais amplo desenvolvido junto à população diretamente atingida com a formação do reservatório do Lageado, formado em decorrência da construção da UHE Luis Eduardo Magalhães-TO. Inicialmente pesquisamos o Reassentando Pinheiropolis objetivando perceber o processo de desterritorialização da população com a transferência compulsória para outra localidade.

Nessas pesquisas, elegemos as mulheres por entender terem sido elas as que mais sofreram com o processo de desenraizamento. Além de terem perdido o seu referencial material, o seu "lugar de memória", também viram os laços de amizade partidos com os antigos vizinhos, com as comadres, os afilhados derivados da proximidade de muitos anos de convivência. A pesquisa pretendeu entender os sentimentos de angústia daquelas mulheres ao surgir os rumores de que suas casas, seus "pedaços de terras", com suas plantações, muitas vezes suas únicas fontes de renda, seriam submersos pelo lago que se formaria. Interrogamos ainda sobre os sentimentos dessas mulheres, quando tiveram a certeza de que saíam de suas casas bem como sobre os sentimentos de insegurança e de aflição por não saberem onde morariam, onde seriam e como seriam as suas novas casas. Analisamos ainda as lembranças de outrora: moradias rústicas, sem água encanada, com animais domésticos em seus grandes quintais, parecidos com "roça" e perpassados de todas as lembranças dos seus ancestrais. Naquela pesquisa, através das memórias das mulheres, tentamos revisitar suas histórias de vida, antes que as mesmas desaparecessem como suas antigas moradias.⁵

A proposta inicialmente desta pesquisa⁶ seria levar para outro *locus* (Córrego Prata) as mesmas inquietações sobre o processo de desterritorialização analisadas no Reassentamento de Pinheiropolis. Mas quando chegamos para desenvolver a pesquisa nesse Reassentamento percebemos que as falas e relatos destoavam das nossas pesquisas anteriores a até mesmo de outras constantes na literatura específica a temática. As reassentadas do Córrego Prata, apesar

⁴ Para a noção de território (e portanto *territorialização*) ver GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: vozes 1996.

⁵ Os resultados dessa pesquisa estão nos seguintes trabalhos: PARENTE, T. G. . Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *ArtCultura* (UFU), v. 9, p. 99-112, 2007. PARENTE, T. G. . Impactos da Construção da Usina Luis Eduardo Magalhães - TO: narrativas e memórias de mulheres. In: Temis Gomes Parente; Hilda Gomes Dutra Magalhães. (Org.). *Linguagens Plurais: cultura e meio ambiente*. 1 ed. Bauru - SP: EDUSC, 2008, v. 1, p. 1-193. PARENTE, T. G. . Lembranças de outrora: História e Memória de mulheres desterritorializadas. In: VALCUENDE DEL RÍO, José María; CARDIA, Laís M.. (Org.). *Territorialização, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil e na Espanha/Territorialización, Medio Ambiente y Desarrollo en Brasil y en España*. 1 ed. Rio Branco: UFAC/UPO, 2006, v. 01, p. 14-432.

⁶ Todas essas pesquisas foram financiadas pelo CNPQ.

das dificuldades em que viviam, atribuíam a formação do reservatório à única oportunidade de conseguirem um “pedaço” de terra e que, portanto não se sentiam impactadas de forma negativa.

Daí tivemos que redirecionar nosso olhar e buscar através da história oral o porquê da especificidade daquele Reassentamento no que se refere à questão dos impactos, partindo da percepção que não foram negativos, para o caso das famílias pesquisadas.

É a partir da análise do processo de readaptação nas novas moradias que essas mulheres do Reassentamento Córrego Prata vão desenvolver atividades como agricultoras, atividade até então não praticada por muitas delas, mesmo trabalhando nos sítios. É com a posse do lote no Reassentamento que irão colocar em prática algumas formas de trabalho e atitudes que viam suas mães fazerem, mas que enquanto moravam com elas, antes de casar, nunca tinham praticado.

Com essas mudanças, é possível perceber, nas suas falas, a incorporação das relações de gêneros aprendidos com suas mães anteriormente, hoje colocados em prática através da educação de suas filhas.

Essas mulheres não vêem as atividades na lavoura como uma forma de sobrecarga de suas atividades nem como sacrifício, ao contrário, justifica-se o trabalho pelo fato de estarem morando na sua própria terra, sua casa, plantando o seu lote, portanto essas mudanças foram para melhor, embora não queiram que suas filhas ao se casarem tenham a mesma “vida” delas.

Apesar de repetirem para a pesquisadora não quererem aquela vida para as suas filhas, torna-se evidente a internalização dos papéis de gênero que receberam e que agora passam para as suas filhas, na forma em que cobram delas comportamentos e atitudes socialmente esperados pelos membros daquela sociedade. Percebemos tais atitudes quando elas nos falam que as atividades que desenvolvem nas roças junto com seus maridos/companheiros, não deixam suas filhas participarem. Quando perguntamos se quando moravam com suas mães, estas as estimulavam para o labor na agricultura, elas são categóricas em afirmar que suas mães “nunca” as deixaram trabalhar na roça, e que só vieram a executar essas atividades depois que casaram e algumas depois que receberam o lote de terra com o processo de reassentamento.

Os papéis de gênero são facilmente identificadas nas várias entrevistas realizadas: na forma de educar suas filhas e na forma de ver as atividades domésticas, mais como um “empreendimento” que precisa ser administrado diariamente. Quando estão com seus respectivos maridos/companheiros e saem cedo para trabalhar na roça, determinam a rotina

doméstica a ser seguida por suas filhas. Orientações que receberam de suas mães e hoje reproduzem para suas filhas.

Através dessa pesquisa podemos avaliar o processo de *territorialização* como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, para assim compreender os papéis de gênero reproduzidos e fortalecidos nas falas das mulheres do Reassentamento Córrego Prata no município de Porto Nacional-TO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: vozes 1996.

PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. CEGRAF, UFG, Goiânia, 2003.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e Memória de mulheres desterritorializadas. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007.

INFLUÊNCIA NEFASTA: O ASSÉDIO DAS EPIDEMIAS NA BAHIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Christiane Maria Cruz de SOUZA¹

christianemaria@ifba.edu.br

RESUMO: O objetivo dessa comunicação é analisar as respostas da sociedade às epidemias que afetavam Salvador, capital da Bahia, Brasil, durante a Primeira República. Discutiremos as medidas tomadas pelas autoridades de saúde e as ações de defesa das pessoas comuns, especialmente, durante as epidemias de influenza (1918-1919) e de varíola (1919). As reflexões aqui apresentadas baseiam-se em um grande número de fontes primárias - as mensagens dos governadores, os jornais em circulação no período, os relatórios de engenheiros e médicos, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVES: saúde pública, epidemias, Primeira República

ABSTRACT: The purpose of this communication is to analyze the society's responses to epidemics that affected Salvador, capital of Bahia, Brazil, during the First Republic. We will discuss the measures taken by health authorities and the defensive actions of ordinary people, especially during epidemics of influenza (1918-1919) and smallpox (1919). The reflections presented here are based on a large number of primary fonts - the posts of governors, the newspapers published in Salvador during incidence of the epidemics, reports of engineers and doctors, among others.

KEYWORDS: public health, epidemics, First Republic

O objetivo desta comunicação é analisar as respostas da sociedade às doenças epidêmicas que afetavam a cidade de Salvador, na Bahia, Brasil, durante a Primeira República. Discutiremos as medidas tomadas pelas autoridades de saúde e as ações defensiva das pessoas comuns, especialmente, durante as epidemias de influenza em 1918 e da varíola em 1919. As reflexões aqui apresentadas ampliam as apontadas no livro da minha autoria, intitulado *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*, publicado em 2009, e em artigo publicado, em 2010, na revista espanhola *Dynamis*.

¹ Doutora em História das Ciências. Integra o quadro de docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, atuando, também, como investigadora do Núcleo de Tecnologia em Saúde dessa instituição. Ao mesmo tempo atua como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Programa De Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

As mensagens dos governadores à Assembléia Legislativa no período estudado, a legislação produzida na época, os relatórios de engenheiros e médicos, são algumas das fontes utilizadas para construir essa análise. A cidade do Salvador foi escolhida como campo privilegiado de reflexão, devido à sua condição de pólo cultural, político e econômico estadual e regional, como, também, por sua tradição nos estudos da medicina.²

As balizas temporais fincadas na denominada Primeira República se justificam por que neste período a saúde assume grande importância no projeto de construção da nação traçado pelas elites brasileiras. (CASTRO SANTOS, 1985; HOCHMMAN, 1994) O inchaço das cidades brasileiras, após a abolição da escravatura, da imigração, da crescente industrialização, etc. motivaram uma série de intervenções no espaço urbano no intuito de garantir a sua salubridade. O combate às epidemias, associadas nessa época às aglomerações das grandes cidades urbanas, passou a ser meta principal das autoridades sanitárias brasileiras. Na Bahia, a preservação da saúde passou a representar um sinal de civilização e progresso social desde a chegada da Corte portuguesa, mas foram nas primeiras décadas do século XX, durante governo republicano, que as ações no campo da saúde pública começaram a tomar corpo.

Para os médicos ligados às questões sanitárias nesse período, a capital da Bahia era o lugar ideal para a proliferação de doenças. Para Lydio de Mesquita (1919, p. 384), o porto de Salvador era o portal de entrada das “moléstias pestilenciais exóticas”. A conformação telúrica e topográfica da cidade vista por médicos e engenheiros como fator de insalubridade. (NOVIS, 1912; BORBOREMA, 1918; SAMPAIO apud BRITO, 1928) Segundo eles, as lagoas, os córregos, os charcos, as valas e os brejos, abundantes em toda área urbana e periférica da cidade, possuíam margens mal drenadas, cheias de lixo e dejetos, onde habitava fauna variada, inclusive os transmissores das doenças infecciosas que atormentavam os soteropolitanos.

Os relatórios dos inspetores sanitários também revelavam que o lixo doméstico e outros resíduos se acumulavam nas ruas, nos terrenos baldios, nos pátios e nos quintais. A falta de um sistema de esgotamento sanitário eficiente permitia que a água servida e a pluvial, assim como os detritos domésticos, fossem escoados de maneira inadequada, geralmente a céu aberto, contaminando o solo, as águas e os alimentos. O sistema de distribuição de água

² Salvador, capital da Bahia, Brasil, foi construída em 1549 para ser a sede política e administrativa da colônia portuguesa nas Américas. A cidade abriga uma das mais antigas faculdades de medicina do país (a outra é a do Rio de Janeiro), fundada em 1808, como Escola de Cirurgia, por solicitação de José Corrêa Picanço, professor jubilado da Universidade de Coimbra e cirurgião da Real Câmara. Veja: Escola de Cirurgia da Bahia. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. [citado 10 Mar 2010]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

também era insuficiente e de qualidade duvidosa – os barris de água distribuídos nas portas por aguadeiros eram abastecidos nas mesmas fontes onde pessoas se banhavam, animais matavam a sede e lavadeiras lavavam a roupa. (NOVIS, 1912; BORBOREMA, 1918; FERREIRA, 1921)

Na virada do século, o aumento no número de habitantes contribuiu para agravar os problemas infra-estruturais urbanos, assim como as condições de moradia e trabalho.³ Em busca de baixos aluguéis e proximidade com o local de trabalho, muitas famílias disputavam espaço em cubículos arruinados, úmidos, escuros, sem ventilação, situados em becos e ruelas que careciam de limpeza e pavimentação, assim como de serviço regular de água e esgoto. (NOVIS, 1912; ROCHA, 1913; FERREIRA, 1921; SAMPAIO apud BRITO, 1928) Havia pouca demanda de trabalho no mercado formal e os integrantes das camadas mais desfavorecidas da sociedade trabalhavam em excesso e eram pessimamente remunerados, sem falar nos que mal sobreviviam dos biscates ou das esmolas que angariavam. A carestia restringia a cesta básica, resultando em uma alimentação deficiente em nutrientes, dificultando também a aquisição de remédios. O quadro de carências em áreas básicas como alimentação, trabalho, saúde e moradia contribuía para aumentar o espectro da pobreza em Salvador.

Não à toa, nas primeiras duas décadas do século XX, doenças como a tuberculose, a malária e a disenteria, além de fazerem muitas vítimas, eram quase endêmicas no estado. No quinquênio anterior às epidemias de 1918 e 1919, a taxa de mortalidade provocada por essas doenças manteve-se mais alta não só em relação à gripe, como também a doenças como a peste, a varíola e a febre amarela.

Dentre as doenças acima, a que mais contribuía para aumentar as cifras de mortalidade entre os baianos era a tuberculose pulmonar. Nesse período, a desinfecção das habitações, era medida profilática largamente utilizada em caso de óbito, com visando evitar a propagação da doença. Álvaro da Franca Rocha (1913), Inspetor Sanitário do 9º Distrito, achava até “extravagante” a desinfecção realizada nas “lojas subterrâneas e lúgubres” e nas “choupanas miserabilíssimas, sem ar e sem luz”, nas quais viviam em total promiscuidade as camadas mais desfavorecidas da população. Para o médico, mais do que combater o micróbio, era necessário melhorar as condições materiais de vida dos indivíduos, para que organismos pudessem resistir à infecção.

³ Em 1890, a população de Salvador era de 174.412 habitantes; em 1900, aumenta para 205.813 habitantes; em 1910, passa a ser de 318.931 habitantes; em 1912, o recenseamento computou 348.130 habitantes; e em 1920, o censo registra uma queda para 283.422 habitantes. (RECENSEAMENTO do Brasil..., 1926). Para saber mais, consulte: Santos, 1990: 3 (4/5): 20-29.

Aristides Novis (1912), também não acreditava na eficácia da desinfecção, em moradias onde, após a aplicação da medida, as pessoas voltavam a dormir todas juntas num cubículo úmido, sem ventilação, respirando o mesmo ar corrompido. Todavia, reconhecia as dificuldades de se lançar mãos de meios mais eficazes. O médico ponderava que, em razão de não ser comum isolar o tuberculoso, quando este morria já havia “plantado na família o gérmen da moléstia, que mais tarde explodirá[ia]”. Como isolar um paciente tuberculoso, se aquela era uma doença de lenta evolução? O estado, certamente, não possuía recursos para tal.

A disenteria e a malária também faziam grande número de vítimas, porém havia a noção de que essas eram doenças que grassavam entre as camadas mais pobres da população e, portanto, não repercutiam escandalosamente nos negócios. Ademais, a erradicação de doenças como a disenteria demandava uma campanha educativa para estimular a adoção de hábitos de higiene pessoal e doméstica. Já para erradicar a malária era necessário maior investimento em obras de saneamento (obras de entulhamentos, drenagens e limpeza de valados, rios e riachos). Segundo Gonçalo Moniz (1921, p.369):

[...] os poderes públicos deixam de fazer tantas obras indispensáveis à higiene da coletividade e à salubridade do meio urbano, tais como redes de esgotos sanitários, pavimentação de vias públicas, abastecimento de água suficiente e perfeito, supressão de charcos, pântanos e valas imundas, etc., porque as más condições financeiras não lhes permitem realizá-las [...].

Para os médicos, era preciso higienizar as casas e ruas, evitando, por exemplo, a cadeia perversa – o lixo alimentava os ratos, que por sua vez albergavam as pulgas, que transmitiam, entre outras doenças, a peste. Era necessário purificar a água de consumo e melhorar o seu sistema de distribuição, implantar um sistema de esgotamento sanitário eficiente, impedir a formação de áreas de água estagnada, para evitar a propagação de males como a cólera, a disenteria, a dengue, a malária e a febre amarela. A vacinação, a higienização dos objetos usados pelos enfermos, bem como a restrição à aglomeração e ao convívio de pessoas doentes com as sãs, também constituíam medidas de prevenção de doenças cuja transmissão se fazia de indivíduo para indivíduo, tais como a varíola, a gripe e a tuberculose.

Assim, apesar do conhecimento, largamente difundido, a respeito dos agentes etiológicos, dos hospedeiros e dos vetores das doenças, a medicina baiana não ignorava que outras variáveis podiam interferir no processo de adoecimento. Para os médicos, a casualidade específica de cada doença dialogava com os seus determinantes sociais, ou seja, as condições materiais de existência constituíam fatores importantes a considerar, quando se tratava da

resistência do organismo humano às infecções. Para os médicos, a incapacidade dos indivíduos de prover os meios de sua própria subsistência poderia se constituir em grande risco à saúde coletiva, pois um indivíduo doente poderia constituir-se em foco de infecção para os sãos, tanto pobres quanto ricos.⁴ As doenças epidêmicas não respeitavam sexo, idade, cor ou condição social.

Além disso, as epidemias contribuía para fragilizar a economia, visto que comprometiam a imagem de salubridade do porto de Salvador, afastando comerciantes e investidores estrangeiros; prejudicavam o abastecimento da cidade;⁵ desorganizavam a produção, ampliando a carência de braços para o trabalho, devido ao grande número de doentes e mortos. Todavia, a existência ou percepção dos riscos econômicos e sanitários por parte das elites não era motor suficiente para transformar de imediato os cuidados com a saúde e com o saneamento da cidade em bens públicos e de responsabilidade do Estado.

A Constituição de 1891 determinava que a administração de cada estado fosse provida às expensas próprias. A saúde pública passou a ser, então, uma responsabilidade de cada unidade federada. A União só interviria em casos de calamidade pública. Sucessivos governadores da Bahia se esforçaram atender o que determinava a Lei, construindo uma rede mínima de assistência à saúde durante as primeiras décadas do regime republicano. Todavia, muitas dessas ações continuavam emergenciais e provisórias e pouco avançaram em direção ao interior da Bahia.

Mesmo em Salvador, a constituição de uma rede de assistência à saúde só começou a se materializar no primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916). Esse governador tornou o Serviço de Verificação de Óbitos independente dos demais serviços de saúde, elevou o serviço de estatística à condição de diretoria, estabeleceu o serviço de vigilância e de engenharia sanitária e criou, ainda, o Juízo dos Feitos da Saúde Pública.⁶ Além disso, aumentou o pessoal nos serviços de desinfecção, instituiu um serviço especial para a profilaxia da febre amarela e inaugurou o Instituto Oswaldo Cruz da Bahia (1908-1916), voltado para as pesquisas bacteriológicas, microbiológicas e parasitológicas, com a incumbência de também preparar as vacinas antivariólica e antirrábica. (SEABRA, 1916)

⁴ Chalhoub (1996, p. 29) informa que, a partir da última metade do século XIX, os “intelectuais-médicos” passaram a considerar que as condições de moradia dos pobres nos grandes centros urbanos representavam risco à sociedade em geral, tendo em vista que, sendo em sua maioria habitações coletivas, constituíam-se em focos de propagação de vícios e irradiação de doenças epidêmicas.

⁵ A insignificante produção de alimentos em Salvador era suprida pelos gêneros provenientes do interior da Bahia, de outras províncias/estados e países.

⁶ Cabia ao Juízo dos Feitos da Saúde Pública conhecer e julgar todas as ações, processos civis e criminais referentes à higiene e salubridade pública. (BAHIA. Lei n. 921 ..., 1913).

Sucessor e correligionário de Seabra, Antônio Ferrão Moniz de Aragão reorganizou a saúde pública estadual, subordinando todos os serviços à Diretoria Geral da Saúde Pública da Bahia (MONIZ DE ARAGÃO, 1920, p. 80).⁷ Na reformulação dos serviços sanitários, o Serviço de Estatística Demografo-Sanitária assumiu papel de destaque, visto que o governador desejava obter um diagnóstico mais preciso da situação sanitária de Salvador e delinear o quadro nosológico da cidade. Figuravam como importantes coadjuvantes dessa seção o Serviço de Verificação de Óbitos – à época subordinado ao Serviço Médico Legal – e a Inspetoria Sanitária.

A função de inspetor sanitário era exercida por um médico que tinha a responsabilidade de colher dados sobre a existência de doenças e óbitos, bem como prestar assistência médica, verificar as condições sanitárias das habitações, executar as medidas sanitárias necessárias e proceder à vacinação e à revacinação da população. Para viabilizar o serviço dos inspetores sanitários e o controle por parte da Diretoria Geral da Saúde Pública, Salvador foi dividida em 18 distritos sanitários. Nem todos os distritos possuíam posto médico. Em períodos de epidemia, os postos funcionavam em farmácias cadastradas para tal.

Como a febre amarela figurava no topo da lista das doenças transmissíveis que mais preocupavam os governos estadual e federal, o Serviço Especial de Saneamento, instituído na primeira gestão de J.J. Seabra e voltado para prevenção desta doença, foi mantido por Moniz de Aragão no início do seu governo. Contudo, na sua gestão, o número decrescente de casos motivou a extinção desse serviço. Tal ação resultou desastrosa, tendo em vista que, no início do ano de 1919 a doença reapareceu – foram feitas 129 notificações, das quais 48 resultaram em óbito.

Por ocasião das epidemias de gripe espanhola (1918-1919) e de varíola (1919), o Hospital de Isolamento de Mont Serrat, destinado aos portadores de doenças transmissíveis, ainda funcionava em suas antigas instalações, apesar de um novo edifício se encontrar em construção.⁸ Ainda assim, foi possível destinar uma enfermaria do antigo hospital para acolher os gripados. Essa ação não atendeu à demanda, entretanto, durante a epidemia de

⁷ A partir de então, o Hospício São João de Deus, o Hospital dos Lázaros e o Cemitério das Quintas ficariam subordinados àquela Diretoria (BAHIA. Lei n.º 1151..., 1917). O governo do estado havia também anexado o Serviço de Assistência Pública da Bahia, cuja realização fora iniciada pelo governo municipal, que se vira sem recursos para dar prosseguimento à obra. Já o serviço de verificação de óbitos deixava de ser uma seção independente, passando a subordinar-se à Diretoria do Serviço Médico Legal (MONIZ DE ARAGÃO, 1919, p. 81).

⁸ A obra só foi inaugurada em 25 de março de 1920, no final do governo de Moniz de Aragão.

varíola. O grande número de enfermos determinou a organização de enfermarias provisórias em prédios situados em diferentes locais da cidade.⁹

O quadro de profissionais do serviço público de saúde também não foi suficiente para atender a quantidade extraordinária de doentes de gripe, em 1918, que em pouco mais que três meses atingiu mais de 1/3 da população, com 386 vítimas fatais, como também durante a epidemia de varíola que, de junho a dezembro de 1919, acometeu 4.612 pessoas e vitimou outras 2.804. Assim, durante essas epidemias, o governo do estado foi obrigado a nomear médicos para atender aos indigentes da capital e das cidades do interior.¹⁰

As medidas de saúde pública adotadas pela Diretoria Geral da Saúde Pública da Bahia nas quadras epidêmicas remontavam às das grandes epidemias do passado: levantamento regular do número de infectados e de vítimas da doença; interdição ou limitação de acesso a lugares onde havia aglomeração e contato próximo entre as pessoas; vigilância dos que chegavam à cidade e dos que tiveram contato com infectados; isolamento dos casos suspeitos; expurgo da casa e desinfecção dos objetos do enfermo. No caso da varíola, podia-se contar também com o recurso da vacinação, medida profilática que não pode ser utilizada contra a gripe espanhola.

Contudo, durante a epidemia de gripe, a vacinação e revacinação contra a varíola foram intensificadas, pois se suspeitava que as pessoas vacinadas contra a varíola adquirissem alguma imunidade contra a gripe. A vacina foi, então, distribuída em vários postos da capital e do interior. Os jornais divulgaram a campanha, informando os locais e horários de vacinação. Apesar do suposto empenho da sociedade, a medida não impediu que irrompesse a mais violenta epidemia de varíola que a Bahia conheceu. Entre junho e dezembro de 1919, 4.612 pessoas foram acometidas pela varíola e 2.804 óbitos foram registrados pelo serviço público de saúde.

Além dos poderes públicos, a população também se organizou para fazer frente às epidemias de gripe espanhola e varíola. Durante a gripe, uma farmácia distribuiu medicamentos por intermédio da Associação das Senhoras de Caridade, alguns médicos se dispuseram a atender gratuitamente os indigentes, várias associações, empresas e instituições públicas e privadas cederam as suas instalações ou casa para o funcionamento de postos de vacinação, o mesmo ocorrendo durante a epidemia de varíola.

⁹ Tais espaços fecharam suas portas assim que o surto se interrompia e seus funcionários foram dispensados.

¹⁰ As pessoas das camadas mais favorecidas da população eram assistidas em casa pelo médico da família ou recorriam aos consultórios particulares.

Apesar do empenho das autoridades de saúde e da população em geral, tanto a gripe quanto a varíola cumpriram o seu ciclo nefasto. Em novembro de 1919, o jornal *A Tarde* (13.11.1919, p. 1) trazia estampada na primeira página a seguinte manchete: “A capital deshabita-se. Crescem as cifras de mortalidade. Há dois annos, a morte paira sobre a cidade.” Não se tratava de sensacionalismo para vender jornal. Enquanto o censo de 1912 computou 348.130 habitantes em Salvador, o de 1920 registrou o número de 283.422 habitantes. Houve uma queda significativa. (RECENSEAMENTO..., 1926) Além das doenças infecciosas que agiam de forma quase endêmica em Salvador, como a tuberculose, a malária, a disenteria e a febre amarela, as epidemias de gripe e, sobretudo, a de varíola, contribuíram muito para a ceifa da morte.

Os soteropolitanos nem tiveram tempo de se recompor entre uma epidemia e outra. Foram duas epidemias seguidas, que interferiram na rotina e transtornaram o cotidiano das pessoas, adoecendo famílias inteiras, invadindo os estabelecimentos públicos e privados, espalhando-se por ruas, quarteirões e bairros, enfim, tomando a cidade e intensificando as experiências de doença e morte. O sentimento de impotência diante da adversidade, a inquietude e a angústia suscitadas pelo assédio da morte exacerbavam a religiosidade.¹¹

Durante o período em que foram atingidos por essas epidemias, os soteropolitanos apelaram para a misericórdia divina. Buscaram conforto nas preces e beija-pés, bem como na participação de rituais coletivos, como missas e procissões. Os rituais religiosos ofereciam a promessa de ação efetiva, até mesmo quando a aglomeração de pessoas em tais cerimônias representava prática contraditória em relação às medidas de defesa contra as epidemias.

O baiano possuía uma religiosidade sincrética, de conteúdo mágico, impregnada de paganismo e sensualismo, materializados em manifestações externas da fé: veneração quase fetichista das imagens; a teatralidade das missas, procissões e romarias, etc. A devoção aos santos católicos era um elemento constitutivo dessa religiosidade. Por sua posição na esfera celeste, os santos eram considerados intercessores poderosos, atuando como elemento de ligação entre Deus e o devoto. Assim, os santos advogados eram invocados toda vez que o fiel necessitava mitigar as dores da alma, resolver problemas práticos da vida, curar os males do corpo e do espírito. Em tempos de peste, as imagens dos santos desciam dos altares, ficando, assim, mais próximos dos suplicantes. A sensação de proximidade física com os elementos do sagrado aumentava a garantia de proteção divina contra as doenças. Durante as epidemias de

¹¹ Ao estudar as sociedades atingidas por epidemias, Delumeau (1989) percebeu que essas geraram uma estética própria e uma sensibilidade especial – “o medo das pestes” –, resultantes da “ruptura inumana” da sociabilidade, e da subversão dos ritos que envolvem a morte.

gripe e varíola, os baianos dirigiram suas súplicas ao Senhor do Bonfim, a São Roque e a São Lázaro.

Desde o século XVIII, quando foi iniciada a devoção Bahia, que o Senhor do Bonfim é invocado para aplacar os horrores da fome, da seca e da peste. Já São Roque¹² e São Lázaro oferecem proteção contra a peste e a morte súbita por doenças graves e contagiosas. A identificação desses santos católicos com os orixás do Candomblé pode ter contribuído para reforçar o apelo a esses santos.¹³

No paralelismo religioso, o Senhor do Bonfim é associado a Oxalá, pai de todos os orixás e dos seres humanos, aquele regula o fim da vida. (CASCUDO, 1972, p. 178-179) São Roque é associado à Obaluaiyê, moço e forte, e São Lázaro a Omolu, pai velho, retorcido de dores. Ambos são manifestações de um mesmo orixá, também denominado Omonulu, Xapanã e Sakpatá, capaz de espalhar e de curar as febres, as doenças contagiosas e as epidemias. (CARNEIRO, 2008, p. 66)

Assim, nas quadras epidêmicas, além das missas e procissões, era comum encontrar oferendas para Omolu nas encruzilhadas de Salvador. Nesse universo, as enfermidades eram sempre provocadas por forças sobrenaturais que atuavam sobre o espírito/corpo do indivíduo: feitiços; a ira dos orixás por descumprimento de preceitos religiosos, da parte do crente; ou a interferência dos mortos na vida dos vivos. Sendo assim, o processo de estabelecimento da causalidade e da cura passava pela realização de rituais mágico-religiosos, onde não havia distinção no emprego de substâncias naturais e simbólicas. Através da prática do sacrifício ritual e das oferendas aos deuses e aos antepassados, o crente restituía a energia recebida do mundo sobrenatural. A constância de tais práticas garantia a permanência do indivíduo na vida terrena, assim como a circulação e o equilíbrio da energia vital entre o plano terreno e o espiritual, afastando os males que resultam da interrupção desse circuito: seca, fome, pobreza, doença e morte. (LÉPINE, 2001)

Todavia, além do conforto espiritual, a religião oferecia proteção e cura para o corpo físico. Apesar do prestígio alcançado pela medicina acadêmica na Bahia, pessoas de várias classes sociais buscavam proteção espiritual e física nos terreiros de candomblé e nos centros espíritas. Vistos como charlatães e feiticeiros, os curadores ligados a essas expressões

¹² Santo muito popular na Bahia, São Roque é representado por um homem jovem com as pernas recobertas por chagas, tendo a seus pés um cachorro que lhe lambe as feridas. Conta-se que o santo viveu na Europa no período em que ali grassava a Peste Negra e ao cuidar dos atingidos pela epidemia, foi contaminado, sendo salvo por um cão, que lhe lambeu as feridas e ofereceu-lhe alimento. (CASCUDO, 1972, p. 791)

¹³ Durante a colonização, quando as manifestações religiosas dos escravos eram proibidas, eles camuflavam sua crença cultuando santos católicos cujas imagens e hagiografias continham elementos de correspondência com os orixás (cores das vestes, marcas no corpo, atributos, etc.).

religiosas eram acusados, principalmente pelos órgãos de comunicação, de exercer ilegalmente a medicina por pretenderem realizar curas milagrosas, locupletando-se com a exploração da credulidade alheia.

Entretanto, nem a campanha desfavorável posta em prática pela imprensa, nem a proibição imposta pelas autoridades públicas impediram que tais espaços continuassem a resistir à perseguição e atraíssem pessoas de diversas camadas da sociedade. Graças à circularidade cultural, as práticas da tradição popular alcançavam as elites e a classe média, que também buscavam o auxílio das forças sobrenaturais e recorriam a rituais religiosos e práticas de cura sincréticas, principalmente, épocas de extrema dificuldade como as de epidemia.

A recorrência a outras práticas de cura não representava um fenômeno construído para preencher os espaços vazios deixados pela medicina acadêmica, ou mesmo em oposição a esta. Nesse período, os médicos já desfrutavam de prestígio naquela sociedade e era grande o número de pessoas que recorria aos serviços médicos, inclusive os mais pobres. Percebe-se também grande esforço do governo local para dotar Salvador de uma estrutura mínima de saúde voltada para o combate das doenças epidêmicas.

Durante as epidemias de gripe espanhola e varíola, a população acorreu aos consultórios e postos médicos, responderam o chamado à Vacinação, mas também, recorreram à medicina doméstica e às práticas de cura informadas pela religião, recorreram aos rituais religiosos. A população buscava amparo na fé, recorria ao curandeirismo ou à medicina doméstica não pela falta de médicos ou porque não acreditassem na medicina, mas porque essas práticas representavam um conjunto de saberes criados pela experiência e preservados pela tradição, muito anterior aos conhecimentos da medicina acadêmica.

Os mecanismos adotados constituíram-se em atos concretos de autodefesa e de solidariedade. Assim, os ritos coletivos e individuais podiam ser informados tanto por concepções científicas quanto religiosas; e abrangiam desde medidas sanitárias, como o isolamento dos casos suspeitos, o expurgo da casa e dos objetos do enfermo, etc., até as reuniões de oração, as benzeduras, as procissões, os beija-pés, dentre outros.

A análise desses ritos permite a percepção dos valores sociais da época e, da mesma forma, os conflitos que os separam evidenciam as crenças e estruturas de autoridade naquela sociedade. Cada resposta tem a sua própria racionalidade, e a maneira pela qual as pessoas reagem à doença está relacionada à conjuntura social, política, econômica e cultural em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CAPITAL deshabita-se. Crescem as cifras de mortalidade. Há dois annos, a morte paira sobre a cidade. *A Tarde*. 13 Nov. 1919:1.

A GRIPPE prossegue na sua derrocada. Mais casos fataes. Entraram, horem, nesse porto, 9 vapores, 7 conduzindo pestosos. *O Imparcial*. 16 Out. 1918: 1.

A VACINA evita a varíola. *O Democrata*, 09 de novembro de 1918, p. 1.

A VARIOLA assume proporções assustadoras. Em 3 dias mais de 100 mortos! Medidas hygienicas incompletas. *O Imparcial*, 04 de novembro de 1919, p.1.

BAHIA. Lei n. 921, de 29 de novembro de 1912. Manda adoptar como lei sanitária do Estado a organização do Serviço Geral da Saúde Publica, editada pelo Decreto n. 105 de 15 de Julho do corrente anno. In: BAHIA. Leis e Decretos do anno de 1912. Leis do poder Legislativo e decretos do poder Executivo do estado da Bahia do anno de 1912. Bahia: Typografia Bahiana, 1913.

BAHIA. Lei n. 1.151, de 15 de julho de 1916. Reorganiza os serviços administrativos do Estado. Leis do Estado da Bahia do anno de 1916. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1917.

BORBOREMA, Collatino de. Relatório do anno de 1913. Apresentado á Directoria Geral da Saude Publica pelo Dr. Collatino de Borborema, verificador de obitos da 2ª zonna. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana. Fundo: Interior e Justiça. Série: Diretoria Geral de Saúde Pública da Bahia. Caixa 9695, maço 1029, 1913.

_____. Inspetoria Sanitária do 5º Distrito. Relatório apresentado pelo Dr. Collatino de Borborema. Inspetor Sanitário. 1918. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana. Fundo: Secretaria do Interior e Justiça. Grupos: Diretoria Geral de Saúde Pública da Bahia. Séries: Relatórios das principiaes ocorrências do 5º distrito sanitário. Caixa: 3696, maço: 1028, 1918.

BRITO, Saturnino Rodrigues de. *Saneamento da Bahia: cidade do Salvador 1926*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1928.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S.A., 1972, p. 178-179.

CASTRO SANTOS, Luiz A. de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia da construção da nacionalidade. *Dados: Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p.193-210, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRESCER a mortandade! Cifras eloqüentes sobre o estado sanitário da cidade. E, na classe média as cifras são alarmantes! *O Imparcial*. 11 Out 1918: 1.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. [citado 10 Mar 2010]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

ESCOLA de Cirurgia da Bahia. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. [citado 10 Mar 2010]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

FERREIRA, Américo. *Relatório apresentado pelo Dr. Américo D. Ferreira sobre o serviço sanitário da Inspetoria do 17º distrito durante o anno de 1920*. caixa: 3696, maço: 1028, 1921.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde e a construção do Estado (1910-1930). *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1994.

LÉPINE, Claude. Nossos antepassados eram deuses [publicação em internet]. 2001 [citado Jul. 2009]; p. 1-24. Disponível em: www.antropologia.com.br.

MESQUITA, Lydio de. A defeza sanitaria da Bahia contra a cholera-morbo. *Gazeta Médica da Bahia*, 50: 375-389, 1919.

MONIZ DE ARAGÃO, Antônio Ferrão. Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 15ª legislatura pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão, governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

_____. Exposição apresentada pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão ao passar o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra empossado nesse dia no cargo de governador do Estado no quadriênio de 1920 a 1924. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

_____. A Bahia e os seus Governadores na República. Salvador: Imprensa Oficial do Estado; 1916, p. 31.

NOVIS, Aristides. Relatório das principais ocorrências do 5º districto de Saude Publica, no 2º semestre do anno de 1912, apresentado pelo Inspector Dr. Aristides Novis. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana. Fundo: Secretaria do Interior e Justiça.

Grupos: Diretoria Geral de Saúde Pública da Bahia. Séries: Relatórios das principais ocorrências do 5º distrito sanitário. Caixa: 3696, maço: 1028, 1912.

RECENSEAMENTO do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. (4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística; 1926.

ROCHA, Álvaro da F.. *Relatório apresentado pelo Dr. Álvaro da Franca Rocha, Inspetor Sanitário do 9º Distrito. 2º semestre de 1912*. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Republicana. Fundo: Interior e Justiça. Série: Diretoria Geral de Saúde Pública da Bahia. caixa: 3696, maço: 1028, 1913.

SEABRA, J. J. Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra ao passar a 29 de março de 1916, o governo do Estado da Bahia ao seu sucessor, o Exmo. Sr. Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão. Empossado nesse dia no cargo de governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916. <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso entre: 30 ago. de 2007.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola na Bahia de Todos os Santos: entre os ritos da ciência e os da fé. Granada, ES: *Dynamis*, 30: 41-63, 2010.

_____. A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Salvador; Rio de Janeiro: EDUFBA/FIOCRUZ, 2009.

A TRAJETÓRIA E OS DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE ESCOLA DA UFSCar

Elisângela Rodrigues CARRIJO¹

ercarrijo@gmail.com¹

RESUMO: Resgatando o percurso da história da política de saúde pública do Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 pela qual se é reconhecida a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado. A partir dessa obrigação assumida pelo poder público foram empreendidas várias iniciativas de caráter cooperativo assinadas pelos Municípios, Estados e a União no pretense propósito de dar conta da larga garantia constitucional. E desse avançar de formas de operar o modelo de atenção a saúde denominado Linha de Cuidados surge na última década se mostra como uma alternativa para os novos serviços de saúde desenhados por Universidades Públicas. Nesse contexto sócio-histórico que associa tecnologia nascente da medicina sanitária e a engenharia das Instituições de Ensino Federais (IEFs) que o presente estudo busca adentrar e dialogar a respeito com autores da política e da saúde coletiva. E para o alcance dos objetivos pretendidos recorre-se a uma releitura dos documentos oficiais da Unidade Saúde Escola da Universidade Federal de São Carlos (USE - UFSCar) uma vez que, essa instituição foi eleita enquanto protótipo do presente estudo. A partir do encontro dos registros documentais e o questionamento a cerca de conceitos sanitários que foram acionados e reconhecidos pela instituição que, se põe para esse estudo enquanto unidade de análise, se abre lente à formatação da cultura política institucionalizada: abstrações a respeito das construções de um equipamento de saúde pública criada e gerida por uma Universidade Federal. Para tanto são consultadas colaborações de autores inseridos no âmbito dessa discussão teórica em face à área da saúde pública, como CAPELLA (2008); CONH, A (2009); MERHY, (2002); GERSCHMA e SANTOS (2006); HOWLETT & RAMESH (1995) THÉRET (2003) e, IMMERGUT, (1996) a escola do institucionalismo histórico de HALL e TAYLLOR (2003), quando remontam a teoria das organizações.

PALAVRAS-CHAVES: Universidade Federal, Saúde Pública, Atores Políticos.

ABSTRACT: Rescuing the course of the history of public health policy in Brazil from the 1988 Federal Constitution by which it is recognized health as a universal right and duty of the state. From this the obligation assumed by the government were undertaken various

¹ Universidade Federal de São Carlos – Pós Graduação em Ciência Política – Mestranda.

cooperative initiative of character signed by municipalities, states and the Union as alleged purpose of accounting for the broad constitutional guarantee. And this advance of ways to operate the health care model called Line de emerges in the last decade is shown as an alternative to the new health service designed for Public Universities. In this socio-historical context of the emerging technology that combines medicine and sanitary engineering from the Federal Education Institutions (IEFs) that this study seeks to enter and talk with authors about politics and health. And to achieve the intended goals resorted to a rereading of the official documents of the School Health Unit of the Federal University of São Carlos (USE - UFSCar) since that institution was chosen as the prototype of this study. The from the meeting of the documentary records and questions about concepts that health workers were deployed and recognized by the institution that sets for this study as the unit of analysis opens the lens of political culture institutionalized formatting: abstractions about the construction of a public health facilities, established and managed by a Federal University. For both authors are consulted collaborations within the scope of this theoretical discussion in the face of public health, as CAPELLA (2008); CONH, The (2009); MERHY, (2002); GERSCHMA and Santos (2006); Howlett & RAMESH (1995) Theret (2003), and Immergut, (1996) school of historical institutionalism and TAYLLOR HALL (2003), back when the theory of organizations.

KEYWORDS: University, Public Health, Political Actors.

INTRODUÇÃO

O sistema de saúde brasileiro, denominado a partir da Constituição Federal de 88 por Sistema Único de Saúde (SUS), direciona ao Estado à responsabilidade pela gestão da política pública de saúde e fornece seiva a esta política através da legitimação de seu ordenamento operativo ancorado em Lei da qual enumera as seguintes diretrizes: descentralização, atendimento integral (universalização), equidade e participação social. Em termos, as orientações constitucionais em matéria do Direito a Saúde inauguram importantes desafios a uma política setorial de governo dada em um país de vasta dimensão territorial e marcada pela heterogeneidade econômica entre regiões também presente entre Estados e Municípios.

Desenvolvido a partir da Carta Magna a Lei nº 8.080 (20/09/1990) conhecida como Lei Orgânica da Saúde (LOS) regulamenta a competência de modo cooperado aos atores políticos sejam eles municípios, estados ou União ao planejamento, ao controle e a responsabilidade pela execução das ações e serviços. Na seqüência do processo de descentralização das ações a Norma Operacional Básica de 1996 que orienta sobre a

Programação Pactuada Integrada que entre vários componentes operativos estabelece a qualificação da oferta em termos de procedimentos da assistência especializada.

Nesse nível de atenção a saúde especializada, também, classificado pela LOS de atenção secundária que, exige a condução de procedimentos de saúde por especialistas e não mais generalistas como predomina na atenção básica ou primária mais marcada pelas ações preventivas, muitas Universidades se inseriram e atrelaram em um único projeto a oferta de serviços à comunidade aos necessários laboratórios e campos de estágios que a formação do alunado na área da saúde requeria. Então a formação de alunos na área da saúde parece ser um argumento predominante a essa criação de serviços de saúde pública pelas Universidades Federais e foi uma das preocupações da Universidade Federal de São Carlos que motivou a criação da sua Unidade de Saúde Escola.

Além da questão postas as IEFs no que toca ao atendimento das necessidades dos departamentos das áreas afins a saúde pública não se ignora o impressionismo provocado pelo tecnicismo achado no rol normativo do SUS que cresce seu lastro a mais de duas décadas. E neste solo fértil de competência germinou respostas para o modo de operar como é o caso do Programa Saúde da Família (PSF), do Programa de Assistência Farmacêutica, Política de Saúde Reprodutiva, e as Linhas de Cuidados, entre várias inovações motivadas e acatadas pelas legislações que sustentam o sistema Único da Saúde (SUS).

“A importantíssima experiência vivenciada no século XX no campo das políticas de saúde, legou-nos um extenso arsenal de modelos, desenhos, rotinas e técnicas que dificilmente será superado nas próximas décadas. Isto quer dizer que, que do ponto de vista formal, não é previsível um grande número de ações inovadoras. Entretanto, do ponto de vista substantivo, a identificação das políticas inovadoras se dá muito mais pelo sentido que elas adquirem no contexto que são postas”.
(VARELA, P. S. 2008. pp.15)

Em meio aos modelos operativos que entraram na agenda política do SUS mais recentes e que atrai serviços para uma alternativa de processar ações e sinaliza alguns desafios em nome da meta constitucional – da garantia de integralidade, principalmente do ponto de vista da institucionalização de uma cultura política, se apresenta a denominada Linha de Cuidados. Esse modelo inovador foi adotado e aprovado pelo Conselho Gestor, órgão colegiado de instancia máxima, da Unidade Saúde Escola da UFSCar e ainda hoje é pauta de discussão e formação de seus recursos humanos.

O custo institucional em termos de formação para a implementação de um modo de operar é significativo e plenamente justificado a pensar na ampla perspectiva constitucional.

Mais detidamente no caso do estudo USE - UFSCar a história pregressa de uma origem interdisciplinar e com um considerável corpo docente discutindo o cotidiano construído coletivamente parece um condicionante favorável a adoção de práticas modernas e desafiadoras que pretendem uma melhor aproximação do princípio SUS da Integralidade.

“Por integralidade se compreende o princípio do SUS que garante ao usuário uma atenção que abrange as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do Sistema de Saúde. A integralidade também pressupõe a atenção focada no indivíduo, na família e na comunidade (inserção social) e não num recorte de ações ou enfermidades.”
(GENNARO, L. R. M. 2009. pp 8)

Á amplitude do conceito integralidade enquanto meta constitucional extensiva a todo cidadão na forma de direito, compreende-se razões que dão aos mecanismos operacionais certas recorrência no espaço na agenda política. Ainda o quão atrativas parecem às propostas que tratam de redesenho dos modos de operar com as mesmas peças disponíveis aprimorando a técnica pela inovação criativa sem outras injeções de recursos.

“Há sinais que, a captação de idéias pela vantagem da otimização embora quase beire a utopia do alcance da meta constitucional, ainda assim, ganha o “humor nacional” que King Don prevê em Political Stream: Forças Políticas organizadas – mudança no governo”. (CAPELLA, A. C. 2006)

Sabidamente que a meta constitucional é por demais ampla e conseqüentemente cara não adentraremos a discussão financeira dessa política setorial. Far-se-á delimitado o estudo a perspectiva que valora o construto sócio-histórico de um serviço de saúde de uma IEF. Para tanto se elege o método qualitativo para esse trabalho e que se propõe a descrever pela abstração documental como fora o proceder histórico da origem ao momento atual. Ainda valorando a memória do caminho percorrido por um serviço integrante da rede de saúde pública, os descritores do serviço estão todos mencionados na documentação institucional produzida ao longo dos percursos. Tal metodologia facilitará ao final de seu cumprimento pinçar, em seu fôlego último, as perspectivas de uma configuração das práticas universitárias na órbita da política de saúde pública. A metodologia do estudo é bem indicada para a pensar nos dimensionamentos abraçados pelos aspectos com rubrica sócio-histórica.

IMPLANTAÇÃO DA USE-UFSCar

Então, pensamos doravante que acatando ao rol normativo inscrito e aprimorado a parti da CF de 88 em seu capítulo do Direito a Saúde é inaugurado aos cinco de novembro do ano 2004 (05/11/04) no campus universitário UFSCar da cidade de São Carlos o serviço de saúde por esse estudo observado. E os precoces seis anos que serve a sede do lócus de formação para várias áreas com transito na saúde coletiva possibilitaram matizar o propósito institucional da USE – UFSCar de se constituir em

“uma unidade de produção de conhecimento e cuidados, formação profissional e extensão, dentro dos mais altos padrões científicos e tecnológicos, visando à contínua melhoria da qualidade de vida de seus usuários.” (ConsUNI nº644, 2009, pp 01)

Percebendo a caracterização da personalidade da USE é compreensível a ambiciosa missão da USE – UFSCar em suas três letras regimentais, quais sejam:

I – Prestar assistência qualificada e gratuita a todo cidadão dentro dos princípios do Sistema Único de Saúde, de forma articulada com a rede pública de saúde;
II – Formar e qualificar profissionais na área de saúde, desenvolvendo pesquisa científica e gerando tecnologia;
III – “Divulgar o conhecimento produzido, tornando-o acessível a quem de interesse.” (ConsUNI nº644, 2009, pp 01)

Da lógica exploratória subjacente ao modo pelo o qual a USE – UFSCar foi concebida fica demonstrável que, no ato de sua gestação a USE - UFSCar valorizou sobremaneira os princípios do SUS, de modo que, àqueles princípios que foram aprovados para orientar o seu funcionamento carregam muita similaridade aos que norteiam o SUS. São princípios que regem a USE – UFSCar:

I – Respeito aos valores humanos;
II – Eficácia e efetividade nas intervenções;
III – Qualidade e humanização no atendimento;
IV – Equidade e universalidade;
V – Integralidade nas ações;
VI – Trabalho interdisciplinar;

VII – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (ConsUNI nº644, 2009, pp 01)

Em meio aos oito (08) princípios da USE ganham destaque dois: V – Integralidade nas ações e o VI – Trabalho interdisciplinar pois dão os substratos necessários à execução da modelagem de processos adota pela USE, ou seja, tais princípios são fundamentais a implementação da Linha de cuidado que é o modelo preterível em questão conforme realça a cabo no regimento interno.

A cerca a implementação de Linhas de Cuidado, essa modelagem de atendimento bem assentada na atenção secundária da saúde coletiva fora buscada com considerável vigor pela instituição ao ponto de que em 2009 essa proposta fora impressa nos manuais de treinamento dos estagiários admitidos para a unidade. Do conceito se traduz que:

Linha de Cuidados compreende um “modo de operar que implicaria em garantir desde o consumo de todas as tecnologias de saúde disponíveis para melhorar e prolongar a vida, até a criação de um ambiente que resultasse em conforto e segurança para a pessoa acompanhada. O cuidado integral em saúde ocorreria, portanto, a partir de uma combinação generosa e flexível entre tecnologia e humanização”. (MERHY, 2002).

Ademais, na argumentação trabalhada por CECÍLIO, L.C.O. e MERHY, E. E. 2003 a respeito das convicções que instituíram linhas de cuidado passa pela leitura de cuidado, de forma idealizada, recebido/vivido pelo paciente enquanto somatório de um grande número de pequenos cuidados parciais que vão se complementando, de maneira mais ou menos consciente e negociada, entre os vários cuidadores que circulam e produzem a vida do serviço especializado. Assim, uma complexa trama de atos, de procedimentos, de fluxos, de rotinas, de saberes, num processo dialético de complementação, mas também de disputa, vão edificando o conceito de cuidado em saúde. A maior ou menor integralidade da atenção recebida resulta, em boa medida, da forma como se articulam as práticas dos profissionais de saúde.

Frente à explicação que fornece base para a operacionalidade da organização de serviço de saúde pela via linhas de cuidado mostra que, o caminho mais racional para a implementação desse modelo passa pela premissa da transdisciplinaridade com base na integralidade e centrada no usuário Tais valores – transdisciplinaridade, integralidade e respeito humano – estão todos contemplados e validados no plano diretor da instituição.

Nota-se uma consonância da base legal SUS e conceitual das Linhas de Cuidados com a malha documental desenvolvida, aprimorada e aprovada ao longo dos quase sete (07) anos da existência da USE – UFSCar. O fato leva a sinalizar que, o investimento em capacitações voltadas a base conceitual e discussão co-participante do modelo da lógica subjacente Linha de Cuidados é um diferencial para o alcance fiel da ideologia humanista que faz fundo ao projeto assinado pela instituição quanto ao modelo de atividade que se quer. Por co-participante entendeu a partilha de informações e promoção da definição de ações de forma coletiva e democrática, atos todos esses previstos no regimento da USE UFSCar.

Com efeito, precede a fase de aprovação do Regimento em resolução de número 644 emitida aos vinte e nove de maio de 2009 (29/05/2009) pelo órgão colegiado da mais alta hierarquia da UFSCar, o Conselho Universitário (ConsUNI) os momentos da apresentação da idéia pelos interlocutores da política sanitária, o reconhecimento da idéia na macro-política, ou, a autorização legal para processar a idéia e o acatamento da idéia pela alta administração das instituições integrantes da malha da política de saúde pública. Desse modo, a priori a discussão sobre o processo de implementação de uma mudança na forma de operar um serviço agrega o reconhecimento primário do serviço enquanto um corpo orgânico de uma política pública. E por política pública reconhecem a definição de

“um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator político ou um grupo de atores políticos interessados na seleção de objetivos e os meios de alcançá-los dentro de uma situação específica em que aquelas decisões deveriam, em princípio, ser de escolhas não feitas.” (HOWLETT, M et RAMESH, M.1995, P. 4-5)

Assim de posse da base conceitual que reza a literatura da saúde coletiva contemporânea e, com o foco no fazer entender que, os desafios atuais serão maiores ou menores o quão mais largamente ocorrer o debate ideológico que circula nas leis e ferramentas de trabalho que alcançaram lugar na agenda de governo no plano da saúde. O percurso que a USE – UFSCar tem escolhido é sem dúvida prudente quanto ao o zelo pelo alinhamento do fazer institucional com os ideais que zelam a Carta Magna.

Ainda é constante em outros institutos reconhecidos pela macro-política da saúde, como ocorre no ulterior do Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Social (IPADS) – quando adentra aos pormenores que adensam o Projeto QualiSUS do Ministério da Saúde a atenção dispensada ao aspecto da formalização de Documento com definição de ações. Eis,

nesse ponto mais uma condição atendida de acordo com o pensamento predominante em esferas da Macro-política.

Além que, dos elementos considerados para Linha de Cuidados conforme prescreve o Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Social (IPADS) – Projeto QualiSUS – Ministério da Saúde, constam:

- “Documento com definição de ações;
- Procedimentos;
- Itinerários diagnósticos e terapêuticos e parâmetros de atenção.”

(Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Social IPADS. PROJETO QUALISUS. Produto I Relatório Técnico contendo os instrumentos e a arquitetura dos bancos de dados propostos. 2007. pp. 34 e 89).

Dentre os três (03) elementos que interessam ao modelo de trabalho – linha de cuidado – na descrição regimental da USE – UFSCar são possíveis de aferir apenas dois (02) deles quais sejam documento com definição de ações e procedimentos pois dão conta deste o regimento, o manual de rotinas e o site institucional: USE, não foi acessado documento que trate de itinerários. Pode estar neste escopo mais uma etapa a cumprir e tão desafiadora quanto os dois acessados esse item requer um conjunto de medidas, discussões e formalizações.

Ora reconhecido um histórico esforço em construir modelos de trabalho para a política de saúde que melhor atendam as prescrições constitucionais, a proposta conceitual da Linha de cuidado se mostra como mais uma lateralidade do macro desenho que constitui a malha de ações institucionalizadas pelo sistema de saúde. Em termos de formulação de uma política pública subentende-se que a priori da legitimação desse modelo o mesmo esteve submetido à seleção que posteriori a demonstração das convicções conceituais agregou sustentação a decisão por sua adoção.

De modo que, ao se trata de um investimento em termos do capital humano depositado nas convicções de um projeto e não se tratar de mera injeção de recursos financeiros, a continuidade naquilo que se diz finalidade do serviço é uma constancia de pactuações entre os atores que dividem poder nesse campo da ação de uma política setorial

Contudo, o fato do alcance da proposta Linha de Cuidado em uma agenda pública demonstra uma apropriação exitosa de uma janela de oportunidade política. Trata-se, portanto, também do processo de definir, considerar e aceitar ou rejeitar opções de políticas públicas. Não se assemelha necessariamente ao processo ordenado das teorias racionais.

Espera-se, ao contrário, que a busca pela solução POLÍTICAS PÚBLICAS de um problema seja contenciosa e sujeita a uma ampla variedade de pressões. (Ministério de Planejamento e Gestão. pp16.2009)

No mesmo horizonte a USE – UFSCar ao parear nos princípios do SUS, explorar o aspecto da integralidade e da transdisciplinaridade e aprovar esse modelo de atividade – Linha de Cuidado – em fórum da mais alta Gestão Universitária também forjou na política pública solução aos aspectos do campo de supervisão da prática tão necessária aos departamentos que formam o alunado para a assistência da saúde.

Daí pela releitura da trajetória e construto sócio-histórico é projetado luz ao jogo de negociações inerentes aos processos de política pública instituídos clareando por essa dinâmica o reconhecimento de conceitos a exemplo do caso da integralidade enquanto um aproveitamento de uma janela de oportunidade por parte de um ator político que agrega força as suas idéias muitas vezes pela vinculação as condição de pressão de movimentos sociais – a conhecer do movimento sanitário que encabeçou a reforma sanitária para dentro da Constituição Federal – ainda hoje barganham modos de proceder da política setorial que da conta do Direito à Saúde.

Quanto ao protagonismo das inovações do modo de processar no a fim de fazer dessa política setorial mais efetiva sinaliza que, mesmo transcorridas mais de duas décadas, desde a promulgação da Constituição Federal de 88, as orientações normativas em matéria do Direito a Saúde ainda representa importantes desafios a uma política setorial de governo que assinou compromisso pela universalização, integralização, e descentralização da assistência. As garantias por demais abrangentes requerem o aprimoramento das estratégias de gestão prol assistência a saúde significando um direito de cidadania garantido por políticas sociais e econômicas.

Assim se notadamente as mais de duas décadas ainda impões o aprimoramento de mecanismos em favor do atendimento dos compromissos constitucionais não poderia ser diferente em uma experiência embrionária de um serviço de saúde de um IEF.

CONCLUSÃO

Rediscutido o nó crítico da abrangência da garantia constitucional por um lado e a necessidade de apresentar na arena decisória da política institucional de alternativas criativas que alcance tanto os fins acadêmicos inerentes aos equipamentos comuns as IEFs o estudo transcorre uma crítica ainda não revisitada no cenário do macro política que é a dificuldade

em tornar efetivos a todo brasileiro o Direito a Saúde, doravante como as Universidades poderiam corroborar no tratamento desta questão social?

Uma vez que reconhecida que, a universalização e a integralidade colocam serviços de saúde a prova convocam para arena decisória das políticas setoriais os conceitos de formulação, idéia e implementação. Para ilustrar as chamadas dos citados conceito seria o caso da idéia aqui tratada pelo modelo de Linha de Cuidado antes da sua implementação, seguidamente da conexão entre os conceitos e da compreensão da lógica institucional como foi possibilitado apropriação pela consulta a história da USE - UFSCar e ao fundo avista os interesses dos atores e o jogo que se dá no universo da política de saúde pública.

Com efeito, o estudo em tela ao amarrar a construção histórica da macro política visualizada no espelho da micro política, desvenda mecanismos comuns a ambas as dimensões. Para a experiência observada: a construção sócio-histórica da USE – UFSCar culminando no processo de implementação da Linha de Cuida depõe contra a possibilidade de conexão óbvia e racional entre maneiras de executar compromissos legais. Sendo assim, o estudo comunga com a perspectiva pós-positivista quando afirmam que as idéias são apresentadas e defendidas por formuladores, geralmente hábeis em representar idéias, atentos a janelas de oportunidades desempenham um papel fundamental, unindo soluções a problemas, propostas a momento político, eventos políticos com problemas.

“ Reconhece-se que o formulador é um tipo de ator político visível que recebe atenção do público e exerce influência sobre tomadores de decisão, mas a esse ator associam-se outros que, compõe a rede social, são os participantes invisíveis, a tomar, por exemplo, servidores da administração pública com influência sobre o processo de implementação.” (CAPELLA, A.C.N.2008.p.98-104).

Veja que, a questão de fundo ultrapassa a dificuldade encontrada para positivação dos resultados da prestação de serviços de saúde pública e alcança fatores econômicos, sociológicos e culturais que se entrecruzam e respingam na vulnerabilidade da população brasileira. Nota-se que,

embora, seja reconhecida a pouca idade normativa que, nasceu da janela de oportunidade política aberta com o esgotamento do regime autoritário no final da década de 70 e bem aproveitada pelo movimento sanitário coordenado pela categoria médica, e, hoje ainda passa por aperfeiçoamento. (COHN. A, 2009).

Ainda, o estudo é marcado pelo conceito de instituição enquanto

“procedimentos, rotinas, normas e convenções formais ou informais inseridas na organização instituída da política ou da economia política. Pode-se incluir desde as regras de ordem constitucional ou procedimentos de operação padrão da burocracia até as convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre firma-banco. Em geral, os institucionalistas históricos associam instituições às organizações e as regras ou convenções promulgadas pelas organizações formais.” (Hall e Taylor, 1996).

Doravante, reconhecendo instituição como um corpo burocrático, interativo, e de poder desmistifica-se a isenção de propósitos políticos, neutralidade, ou escolha técnica pura fecha a releitura da implementação metodologia de trabalho denominada Linha de Cuidado adicionando colaborações neo-institucionalista que reconhecem que as instituições matriciam a regra do jogo, orientando procedimentos dos atores político em arena de disputa de interesses. Nessa perspectiva a sócio-histórica de um equipamento de saúde pública, reconhecendo este enquanto parti de arranjos institucionais, clareia as relações entre atores políticos influenciadores, aqueles que introduzem uma idéia em ocasião de oportunidade achada junto a política de saúde pública (GERCHMAN, S. e SANTOS, M.A.B. 2006, p.177)

Decorre, portanto, da perspectiva neo-institucional a percepção que, para um modelo de trabalho vigorar se exige a cooptação das forças de trabalho em atendimento as condições necessárias a funcionalidade do modelo. Logo, para a compreensão das remodelagens dos processos de prestação de serviços pelas políticas setoriais fixa-se as contratualizações do realinhamento operativo, entre uma autorização do Estado e o gestor da instituição apta a implementar o modelo em questão e, do mesmo modo, a contratualização do gestor com sua respectiva equipe, remontando a cultura de trabalho.

É, fato que para todo e qualquer modelo operativo assinado pelo poder local de um serviço de saúde pública através de janelas de oportunidades incorre na adoção de uma idéia com potencial em átomo de vir a ser respostas aos critérios da eficiência, eficácia e efetividade de passíveis de aferição enquanto impactos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. QualiSUS.2007

BRASIL, Ministério de Planejamento e Gestão. Gespública.2009

- CAPELLA, A.C.N. e o nome do capítulo??? In: MARQUES, E.; &(orgs.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro. Fiocruz. 2008. p.87-121.
- CECÍLIO, L.C.O. e MERHY, E. E. A Integralidade do Cuidado como Eixo da Gestão Hospitalar. Campinas, **Revista Saúde em Debate**, 2003 p. 4-14..
- CONH, A. 2009. **Saúde da família e SUS: Convergência e dissonâncias**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue; São Paulo: CEDEC, 2009.p. 7-11.
- GENNARO, L.R.M. **Conhecendo a USE: Princípios, normas e rotinas de funcionamento**. UFSCar. Manual da Unidade Saúde Escola, 2009. pp. 8.
- GERSCHMAN, S. e SANTOS, M. A. B. 2006. **O sistema único de saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX**. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, nº 61, 2006.p.p177-179.
- HOWLETT, M & RAMESH, M. **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. Oxford University, 1995. Part1, Capítulo 1 p.1-5
- MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: HUCITEC, 2002.p. 5-14.
- VARELA, S.P.2008. **Financiamento e Controladoria dos Municípios Paulistas no Setor Saúde: Uma Avaliação de Eficiência**. NEPP/UNICAMP. Caderno nº 70 pp15

O HISTORIADOR, AS FONTES E A RECOMPOSIÇÃO DAS MEMÓRIAS

Helena Maria de Castro CASSIANO¹

helencastro099@gmail.com

RESUMO: A discussão em torno da subjetividade/objetividade na produção do conhecimento histórico é pautada sobretudo, na relação e diálogo do historiador com as fontes, sejam elas escritas, orais ou iconográficas. Em relação às primeiras deve ele lidar com a linguagem, a escrita e a escritura da história. Ao analisar o acidente com o césio 137, ocorrido em Goiânia no ano de 1987, por ocasião de minha pesquisa de doutoramento, utilizei-me de fontes escritas (autobiografia) e orais e percebi que, embora as lembranças trazidas por ambas, apontem para os prejuízos físico, psíquico e econômico causados pelo acidente; as primeiras (orais) subjetiva, ressignifica e repoeitiza a memória do trauma, formando uma identidade entre os acidentados; a segunda, (autobiográfica), petrifica e estabiliza essa memória.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa, memória e identidade.

ABSTRACT: The discussion around of the subjectivity in the production of the historic knowledge is ruled overcoat in the relation and dialogue of the historian with the source, be they writes, orals or iconographics. In relation at firsties must struggle with the language, the write and the writing, of the history. To the analyze the accident with cesium 137, occured in Goiânia in 1987, for occasion of my research of conferring of doctor's degree utilize me of sources writes (autobiography) and orals and perceive that although the remembers brought for both, sharpen for the prejudices, physical, psychic and economic caused by accident; the firsties (orals), subjetive, resinify the memory of the trauma, configuring a identity between the a univen, the second (autobiographic), petrify and stabilize this memory.

KEYWORDS: Narrative, memory and identity

INTRODUÇÃO

Atualmente, a produção do conhecimento histórico está assentada em diversas fontes, dos mais variados tipos. Dentre essas, estão as fontes orais e as autobiografias que

¹ Doutora em História Cultural do Social pela Universidade de Brasília. Professora substituta da Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí-GO.

rememoram os acontecimentos passados sob a perspectiva das memórias individuais que, como é sabido, compõem a memória coletiva.

Na verdade, o trabalho com as fontes orais é algo recente no ofício do historiador. Essas foram, por muito tempo, rejeitadas por aqueles que associavam-na à fragilidade da memória na reconstrução do passado. Contudo, após os trabalhos de HALBWACHS, Maurice, LE GOFF, Jacques, NORÁ, Pierre, POLLAK, Michel, LEJEUNE, Philippe, dentre outros, a oralidade, bem como as autobiografias estão cada vez mais fazendo parte das pesquisas históricas dedicadas à reconstituir acontecimentos recentes que marcaram de modo indelével a vida e o cotidiano dos agentes históricos, mas que não constam nos arquivos governamentais. Deste modo, buscando uma maior proximidade com o fato ocorrido, os historiadores debruçam-se nas informações colhidas nas narrativas orais e nas auto-biografias, para, junto com outros tipos de fontes, recompor a memória do passado recente.

Nesse sentido, busco neste artigo, analisar a importância dessas fontes na recomposição das memórias do Acidente com o Césio 137, ocorrido na cidade de Goiânia, no ano de 1987, relevando as características e as possibilidades de uso, para a pesquisa histórica relacionada a este Acidente, a autobiografia de Weber Borges, bem como as narrativas orais (histórias de vida) das vítimas deste acidente radioativo.

1- As histórias de vida e sua confluência com a autobiografia

De acordo com (LEJEUNE, Philippe.1989) a auto-biografia possui dois aspectos fundamentais: um relacionado ao seu caráter documental e o outro ao seu caráter contratual, que aponta para a idéia de um contrato de leitura baseado na identidade entre personagem/narrador/autor. Deste modo, minhas considerações sobre a autobiografia estão apoiadas em (JOZEF, Bella. 1997) e (LEJEUNE, Philippe. 1989).

Para (JOZEF, Bella. 1997), outra característica da autobiografia é a referência aberta à realidade externa ao texto, a qual pretende informar e a que pode submeter a uma prova de verificação. “O tema essencial de toda autobiografia são realidades experimentadas concretamente, em que a realidade externa se modifica pela vida interior” (JOZEF, Bella. 1997, p. 219).

Numa experiência de pesquisa com histórias de vida, o narrador é convidado a rememorar e a narrar sua vida, tecendo trajetórias que devem revelar seu mundo, suas relações, impressões e marcas. Ao contrário do que pensamos, nem sempre a narrativa se constrói de modo linear e ordenado. Segundo (LEJEUNE, Philippe.1989, p. 51) "o discurso

da memória é um labirinto. Para orientar-se, o pesquisador toma como referência dois eixos coordenadores, o cronológico e o temático." A perspectiva que um indivíduo tem de sua própria vida não é unitária, é mais compartimentada, tendo cada aspecto da vida a sua construção própria. O pesquisador é que tende a impor um calendário, integrando num antes e num depois os elementos do relato. O eixo temático se aproxima mais do discurso da memória que evoca diferentes experiências: de trabalho; de vida familiar; de escola; de relações de amizade; de lazer, entre outras.

É comum uma ordenação cronológica no interior de cada tema desenvolvido. As repetições aparecem com frequência e "são reveladoras dos conflitos da memória." (LEJEUNE, Philippe. 1989, p.55).

Deste modo, as narrativas assumem diversas formas e fornecem somente o exame conjunto dos vários depoimentos num todo mais coerente e inteligível. Tal característica envolve também a qualidade do depoimento e a relação de confiança e respeito estabelecida com o pesquisador. A constituição da história de vida pelo narrado pelo depoente, tem por base o diálogo entre o pesquisador e o pesquisado; é um ato de comunicação. De acordo com LEJEUNE, Philippe. 1989, p.55), "(...) o pesquisador deve ficar atento à lógica própria do discurso suscitado e deve usar sua interferência para levar o depoente a melhor explicitá-la."

A transcrição do registro oral para a escrita e a preparação e/ou utilização das narrativas para publicação aproximam a história de vida do trabalho do biógrafo. Os problemas suscitados pela transcrição mostram a preocupação com o papel representado pelo pesquisador nessa etapa. De ouvinte passa a intérprete do testemunho, devendo transformar a "fala autobiográfica" em um texto.

Em relação aos procedimentos adotados pelo pesquisador no momento da transcrição das gravações não há consenso entre os historiadores que trabalham com a metodologia da história oral. Alguns entendem que a transcrição deve ser totalmente fiel ao relato. Outros entendem que o pesquisador deve colocar as frases em ordem, corrigindo erros de português e criando a partir das gravações, uma narrativa clara e coerente. "Transcribir no es una simple operación de copia, más o menos delicada e fastidiosa. Es una recreación completa. Se intenta inventar una forma que exprese al mismo tiempo que la emisión del relato, su audición" (LEJEUNE, Philippe. 1989, p. 44). Essa proposta tem a pretensão de não perder, na organização da narrativa, as marcas da subjetividade presentes no discurso oral. Deste modo, a entonação, as interrupções, além das expressões e gestos, precisam ser consideradas no momento em que o pesquisador põe a escrever. Geralmente, a narrativa oral, após ser transcrita e montada é submetida ao narrador, para que este verifique sua exatidão e

aprove a sua forma. Em meio a esses dois procedimentos coloca-se uma solução intermediária, adaptar a narrativa oral às regras da comunicação escrita – corrigindo, pontuando, eliminando vacilações e repetições –, porém, mantendo a coerência do discurso.

Segundo LEJEUNE, Philippe. 1989) esta ordem de transcrição já está já vinculada à montagem e não serve de fundamento para estudos sociolinguísticos, nem de poética do texto. As observações feitas até o momento são suficientes para mostrar a dificuldade que encontramos ao trabalharmos com esses gêneros de fronteira. No caso da história de vida, estamos entre a autobiografia e a biografia, talvez tentando criar uma nova forma de expressão.

2 - Diferenças entre as fontes orais e as autobiográficas

De que modo as fontes orais ajudam a recuperar a memória deste acidente? Que diferenças existem entre a autobiografia e as narrativas orais?

As narrativas orais são mais informais pois expressam opiniões e acontecimentos que são escamoteados ou silenciados em outras formas de relato. Deste modo, essas narrativas permitiram melhor compreender a complexidade deste acidente. Através destas narrativas, percebi como foi e ainda é difícil para os acidentados lidarem com as consequências advindas deste acidente.

É sabido, que na renovação historiográfica ocorrida das últimas décadas está o trabalho com a história oral e que neste tipo de pesquisa, as dúvidas e os problemas são muitos, e sua aceitação como metodologia de pesquisa está sendo, muito lentamente, estabelecida. Contudo, há aqueles historiadores e eu me incluo entre eles, que acreditam que não seja somente um moda passageira, pelo contrário, penso que as questões colocadas por esta metodologia procuram atender a profundas questões instaladas em nosso presente, especialmente, as que se relacionam à nossa experiência e consciência em relação ao passado.

Na verdade, antes mesmo de a história trabalhar com narrativas orais estas já eram utilizadas por outras disciplinas, como a sociologia e a antropologia. A história foi a última disciplina das ciências humanas a incorporar essa metodologia no seu fazer historiográfico. Isto não significa que os historiadores podem simplesmente se apropriarem dos procedimentos de trabalho destas áreas de conhecimento, pois as questões que investigam têm suas singularidades próprias que norteiam seu trabalho com as fontes orais.

Vale lembrar que o movimento que constituiu a história como ciência foi acompanhado pela rejeição da narrativa oral dando importância somente à fonte escrita.

Afinal, qual o interesse mais geral do historiador em relação à história de vida? Além das informações obtidas num depoimento oral, da subjetividade desvendada e do valor dado às experiências vividas, o que importa aos historiadores é a própria rememoração do passado e os usos deste passado na dinâmica social presente. É a experiência individual com o passado que necessita de compreensão, o que remete o trabalho da memória à formação das identidades pessoais e sociais.

Em sua obra *A memória coletiva* (HALBWACHS, Maurice. 1990), examinando e discutindo a reconstrução das lembranças no interior das relações sociais e dos grupos de convívio apresenta a memória como um fenômeno social. Preocupado em compreender a memória individual, considera o indivíduo/narrador como um ser social, que se integra aos meios sociais que conformam sua percepção acerca dos acontecimentos vistos e/ou experimentados. Pergunta se a memória individual basta-se ou se essa necessita da memória dos outros como ponto de apoio e reforço. Pensando em grupos com vários graus de intimidade e convivência, defende a idéia de que é como membros de grupos (amigos, sócios, família), que recordamos.

Na verdade, (HALBWACHS, Maurice, 1990) ressalta a necessidade de pontos de contato entre as lembranças, pois para ele só encontramos apoio externo no relato dos outros, se guardamos alguma coisa das experiências compartilhadas.

Assim, para reconstituir a memória de um acontecimento do passado é necessário que esta reconstrução parta de dados e noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, Maurice. 1990)

O autor comenta ainda que uma grande quantidade de lembranças reaparecem porque nos são rememoradas por outros indivíduos; destaca ainda a importância da expressão “memória coletiva” para evocar acontecimentos vividos em grupos (HALBWACHS, Maurice. 1990, p. 36). "No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo."

A importância do coletivo é destacada também quando o autor relaciona a sucessão das lembranças com as mudanças nas relações entre os diversos grupos de convívio. “A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, pelas

transformações destes meios, cada um tomado à parte e em seu conjunto”. (HALBWACHS, Maurice. 1990, p. 51).

Os indivíduos estão relacionados com a memória individual e a memória coletiva, e contribuem para a formação das duas, participando dos dois tipos de memórias, a individual e a coletiva. “A memória coletiva [...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, Maurice. 1990, p. 55). A base da memória coletiva é um grupo, limitado no tempo e no espaço, contudo, a memória coletiva não se confunde com a história. A história é apresentada como um quadro de acontecimentos amplos e abrangentes, marcados por uma temporalidade específica, voltada para a compreensão das mudanças. (HALBWACHS, Maurice. 1990).

Para esse autor, fica bem demarcada a distinção, pois a história começa no momento em que se apaga ou se atenua a memória social. (HALBWACHS, Maurice. 1990), é uma referência obrigatória no que tange às questões entre memória e história, suas propostas são utilizadas como início de importantes reflexões que acompanham o interesse crescente pela memória como campo de investigação.

Nesse sentido, trabalhar com histórias de vida possibilita examinar os significados que os indivíduos dão ao passado considerando a inserção e interação social em diferentes momentos da vida do narrador. A história de vida é apenas uma das formas pelas quais podemos trabalhar dentro do que se convencionou chamar de história oral. Essa talvez não seja a mais usada pelas dificuldades que envolve, inclusive em termos operacionais, considerando o tempo necessário para a coleta dos depoimentos e o envolvimento necessário na realização da transcrição. Porém, mesmo diante de tais dificuldades, a pesquisa de doutoramento que desenvolvi sobre o Acidente com o Césio 137 foi, em grande parte, desenvolvida com as fontes orais (história de vida) das vítimas direta e indiretas deste acidente.

3. Algumas memórias orais e autobiográfica do Acidente com o Césio 137

Sabe-se que as enormes desigualdades sociais que caracterizam o mundo moderno atingem, a todo momento, principalmente a camada mais desfavorecida da população. Em Goiânia, isso não é diferente, uma vez que, como em muitas outras cidades brasileiras nascidas sob a égide do capitalismo, convivem diariamente o fausto e a miséria, a segurança e a violência, a sabedoria e a estupidez, o conhecimento e a ignorância, a saúde e a doença. Mesmo sendo reconhecida como um centro de referência em diversas especialidades da

medicina, os problemas de saúde que acometem sua população não são sanados satisfatoriamente, especialmente aqueles provocados por falta de formação e de informação de seus moradores, causando momentos de crise e desespero, como o ocorrido após o acidente com o céσιο 137, em setembro de 1987.

O acidente com o céσιο 137 é aqui tratado utilizando como principais fontes as narrativas orais e o livro do escritor e jornalista (BORGES, Weber. 2003). Considera-se importante a utilização das informações fornecidas por ele justamente por ter vivenciado todo o acidente, desde seu primeiro instante até o “final”, por ter sido contaminado e sofrido na própria pele todos os problemas e sentimentos que essa tragédia provocou e ainda provoca em suas vítimas e por ter descrito aquela realidade sob as perspectivas do jornalista, do cidadão e do radioacidentado que, felizmente, não irradia mais. A esse respeito, (BORGES, Weber. 2003, p. 131) desabafa:

[...] fui chamado pra ir até a Alemanha para um congresso sobre vítimas irradiadas e fui até a SULEIDE pedir um atestado que fui contaminado, mas que hoje não irradio mais nada pra ninguém – e hoje ando com ele dentro do meu bolso. Mas pergunto a mim mesmo – será que este atestado que me deram é real – é de verdade? A dúvida também mora no meu coração, e essa é para mim a maior discriminação, a falta de atenção e respeito pelo cidadão.

A história desse acidente e de suas vítimas começou em 13 de setembro de 1987, quando dois catadores de sucata pegaram um velho aparelho de radioterapia, no interior de um prédio abandonado, onde havia funcionado o Instituto Goiano de Radioterapia, no centro de Goiânia, e levaram-no para casa. Ao chegar em sua residência, depositaram o equipamento no quintal e começaram a desmontá-lo com a intenção de vender as partes de metal e chumbo em ferros-velhos da cidade. Dentro do aparelho havia uma cápsula contendo céσιο 137, que tentaram quebrar a golpes de marreta com a intenção de comercializar suas partes. Finalmente, quando lograram abrir tal objeto, observaram que saía de seu interior uma substância branca pulverizável que, logo à primeira vista, os encantou por brilhar no escuro com uma bela coloração azul-esverdeada. Achando-a bonita e incomum, passaram a presentear amigos e parentes com aquela substância. Entretanto, não imaginavam que a partir daquele momento suas vidas nunca mais seriam as mesmas, pois nem desconfiavam que aquele pozinho branco com brilho azul-esverdeado e fluorescente, que se mostrava tão atraente, pudesse trazer a doença, a infelicidade e a morte, causando brusca e profunda

mudança no cotidiano dos moradores da cidade de Goiânia.² De acordo com (BORGES, Weber. 2003, p. 113), quando apareceram

[...] os primeiros doentes, as autoridades levaram um susto, não se sabia inicialmente como se enfrentar o problema nem como atendê-los [...]. Também não se sabia como lidar com o problema da contaminação da área da cidade onde a bomba foi aberta e o césio espalhado.

O metal proveniente da máquina de radioterapia foi vendido para um ferro-velho, cujo dono devolveu a cápsula de césio por achar que não tinha valor comercial.

Logo que surgiram os primeiros sintomas de contaminação (tonturas, náuseas, vômitos e diarreia), algumas horas depois do contato com o pó, várias pessoas começaram a procurar farmácias e hospitais, sendo medicadas como portadoras de uma doença contagiosa. No entanto, os sintomas só foram caracterizados como contaminação radioativa em 29 de setembro, depois que a esposa do dono do ferro-velho levou parte do aparelho desmontado até a sede da Vigilância Sanitária. Os médicos que a receberam solicitaram a presença de um físico nuclear por desconfiar que aquele seria um material com contaminação radioativa. Após exame do material, o físico acionou a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), por considerar o acidente gravíssimo. Uma equipe do CNEN chegou a Goiânia no dia 30 de setembro, quando a Secretaria de Saúde do estado já fazia a triagem dos acidentados em um estádio de futebol. Ao todo, foram monitoradas 112.800 pessoas, das quais 129 apresentaram contaminação corporal interna e externa, com vômito, náusea, dor de cabeça, emagrecimento, dores no corpo e queda de cabelo. Destas, 49 foram internadas e 21 exigiram tratamento médico intensivo. Aquelas que haviam entrado em contato direto com a fonte já se encontravam em um hospital do estado, que tinha providenciado uma enfermaria separada para atender as vítimas. Os doentes mais graves foram transportados para um hospital especializado da Marinha, no Rio de Janeiro, que era o único em todo o território nacional com condição de atender esse tipo de ocorrência naquele momento. Após pouco mais de um mês do acidente, já haviam morrido quatro pessoas: Leide das Neves Ferreira, de 6 anos; Maria Gabriela Ferreira, de 29 anos; Admilson Alves de Souza, de 18 anos; e Israel Batista dos Santos, de 22 anos. Várias pessoas foram contaminadas superficialmente e outras, mais gravemente. Porém, após a constatação de que havia um grande número de pessoas expostas

² Esta narrativa sobre o acidente com o césio 137, foi construída com base nas informações obtidas em sítio eletrônico, aqui resumidas e rephraseadas. Conferir em corpus documental.

ao risco, foi criada a Fundação Leide das Neves, ou FunLeide, que montou um hospital para acompanhamento posterior das vítimas (BORGES, Weber. 2003).

Os trabalhos de descontaminação dos locais afetados produziram 13,4 toneladas de lixo contaminado com césio 137, composto por roupas, utensílios, plantas, restos de solo e materiais de construção. O lixo do que foi considerado o maior acidente radiológico do mundo fora de uma usina nuclear está armazenado em cerca de 1.200 caixas, 2.900 tambores e 14 contêineres em um depósito construído na cidade de Abadia de Goiás-GO, vizinha a Goiânia, onde deverá ficar por pelo menos 180 anos.

Um acidente como esse, agravado pela falta de conhecimento técnico sobre os efeitos da radioatividade, gerou uma série de problemas relacionados à saúde física, psíquica e social não só daqueles que foram suas vítimas mais diretas, mas também para os moradores de Goiânia em geral. Houve brusca ruptura na rotina diária daquelas pessoas que entraram em contato com o césio 137, já que suas vidas nunca mais seriam as mesmas. Algumas morreram logo em seguida; as que sobreviveram, passaram a apresentar seqüelas vistas e sentidas até os dias atuais e os efeitos físicos e psicológicos causados pelo acidente passaram a fazer parte de seu *modus vivendi*. Com relação a isso, (BORGES, Weber. 2003, p. 132) narra:

Durante a Eco-92, estávamos dentro do Hotel Glória e alguém disse ao gerente que éramos irradiados do césio e na mesma hora ele nos procurou e afirmou – neste hotel vão ficar várias autoridades brasileiras e isso não é bom para vocês, e nos mandou para um outro hotel onde, segundo ele, só teria pessoas estrangeiras, o que não causaria problema para nós. Quer maior discriminação que esta? A discriminação é um karma que vamos levar para o resto da vida.

Os radioacidentados passaram a ser considerados como um perigo ambulante. Quaisquer atividades, até mesmo as mais simples do dia-a-dia, como um cumprimento entre conhecidos, tornaram-se motivo de constrangimento e sofrimento. As vítimas do césio 137 passaram a ser rejeitadas e discriminadas, especialmente por aqueles mais próximos, como vizinhos, colegas de trabalho e até mesmo parentes, pois estes não tinham conhecimento nem informação sobre o assunto, o que gerou medo de contaminação generalizada. Ao se lembrar daqueles dias, a mãe-de-santo Maria do Socorro Alves, contou:

Naquela época o povo ficou aterrorizado. Falavam que a cidade toda estava contaminada e que ninguém ia se salvar da contaminação. Eu fui até a cidade de Anápolis visitar uma amiga e lá a notícia era de que a gente aqui de Goiânia estava

condenada, que todo mundo aqui ia morrer por causa do acidente. Eu mesma tinha medo. Às vezes, era tanta gente falando disso, e ninguém sabia direito, não tinha informação. Teve até gente aqui me procurando pra ver se eu podia ajudar caso estivessem contaminadas. Quer dizer, tinha pessoas que nem moravam perto do lugar em que aconteceu o acidente, mas, por causa da má informação e dos boatos que corriam, elas achavam que também podiam estar contaminadas.

Não é difícil imaginar o pânico que tomou conta dos moradores de Goiânia na época do acidente. O medo de adoecer e morrer em consequência da contaminação radioativa estava presente na mente e no coração de grande parte da população goianiense, tornando-se parte de seu cotidiano, conforme apontam (HELOU e COSTA NETO. 1995, p. 75):

Consumado o fato, não só os radioacidentados acabaram reconhecendo a própria vulnerabilidade diante das grandes “forças” que ameaçam a existência. Alguns beiraram as raias da paranóia. O jornal local O Popular, de 15 de novembro de 1987, noticiou que um cidadão, apesar de ileso, “fazia questão de ser monitorado de manhã, à tarde e à noite”, ocupando assim todo o seu dia na desesperada tentativa de minimizar o próprio medo em detrimento da lógica da razão ou do conhecimento.

Diante do terrível episódio, a população de Goiânia não era devidamente informada e, pior que isso, as informações que chegavam eram alarmistas e deturpadas. (BORGES, Weber. 2003, p. 157) afirma que

Todos queriam informações: população, governo, Legislativo, imprensa. A multidão, como formigueiro, fluía ao Estádio Olímpico. Contaminação, impregnação, exposição e irradiação foram as palavras mais citadas. Câncer foi a expressão mais alarmista. Informações deturpadas e imprecisas tumultuavam os acontecimentos.

Em sua entrevista, Ângela de Oliveira Santos relatou que

As pessoas ficaram com muito medo. A gente não sabia de nada, então, a gente tinha medo de tudo. Ficava com medo de pegar ônibus, porque podia ter alguém contaminado no ônibus. Tinha medo de sair de casa, de ir ao mercado. [...] A televisão só falava do acidente, mas não explicava nada. Ninguém explicava nada.

Evidentemente, o medo de doenças, o sofrimento e as mortes provocados pelo acidente com o césio 137 tomaram conta do pensamento de grande parte da sociedade goianiense naquele período. É amplamente sabido que as pessoas, em seus momentos de desespero e incertezas frente ao desconhecido, recorrem ao campo do sagrado para amenizar suas angústias e aumentar suas certezas diante da realidade que se lhes apresenta. Em conformidade com isso, o trágico acidente radioativo levou várias pessoas a procurar auxílio na religião e até mesmo a desafiar os perigos que ele representava. Assim, no dia 19 de dezembro de 1987, dois meses após a abertura da cápsula contendo o césio 137 e a menos de dois metros de um latão repleto de rejeitos radioativos, celebrou-se um casamento realizado na igreja Assembléia de Deus, localizada à Rua 57, a mesma rua em que ocorreu o acidente. Sobre isso, (BORGES, Weber. 2003, p. 140) testemunha:

Naquela hora, naquele dia, o coração batia com força, a fé era mais forte que o césio 137. Técnicos apressados na Rua 57, de um lado para o outro, o engenheiro da Comissão nacional, Renha, meio que perturbado, mas feliz, literalmente varria a rua quando perguntei o que era aquele movimento na porta da igreja Assembléia de Deus, ou seja, a menos de dois metros de um latão de rejeitos radioativos e ele respondeu – um casamento. Pedi licença ao pastor e entrei na igreja todo paramentado – macacão, botas descartáveis, etc. Ela de branco, véu e grinalda – seu nome Alda, o dele Nivaldo, dia 19 de dezembro de 1987. Incorporei o cineasta, no meio de uma festa, com vestidos longos, gravatas e paletós, ali estava um outro ser – de macacão, máscara e luvas, com uma máquina de filmar envolta em sacos plásticos, documentava o inacreditável. Fiquei de joelhos e comecei a filmar o casamento. O pastor alternava aleluias e obrigados a Deus, a marcha nupcial dava o ritmo dos sentimentos, muitas emoções. Foi quando olhei pelo visor de minha máquina e vi, entre os corpos dos noivos, que caminhavam rumo a minha pessoa, ao fundo, na porta da igreja, dois latões de rejeitos radioativos. No meu entendimento – o casamento de Alda e Nivaldo – no imaginário, uma obra de Fellini.

A religiosidade assumiu papel fundamental para parte da população da cidade em busca de respostas para tentar aliviar suas angústias e medos. Ansiavam não por respostas científicas, mas espirituais. A fé, quer seja católica, umbandista ou evangélica, e a esperança de não se tornar mais uma vítima, levaram muitos moradores da cidade a procurar ajuda em igrejas as mais variadas, casas de umbanda ou residências de benzedeiras. Buscavam também ajuda e informações em hospitais e consultórios médicos, sem, no entanto, obter êxito, pois os profissionais da área da saúde não tinham conhecimentos suficientes para poder confortar

seus pacientes. Maria Nazareth da Costa, benzedeira, recordou aquele momento com expressão de tristeza:

Sou católica. Eu sempre cuidei de crianças. Eu gosto mais de benzer criança. Mas eu lembro que nessa época, quando teve o acidente, veio muita gente aqui, gente grande, adulto, pedir pra rezar pedindo pra Jesus cuidar deles. No começo, eu não queria, não, mas depois, eu pensei que já que tinha o dom de ajudar as crianças, de curar elas, porque eu não podia cuidar dos grandes também, né? Aí, eu não benzia, eu só fazia oração com a pessoa perto de mim. Porque benzer tem os galinhos de planta que a gente usa, tem de flor, tem a água benta, a oração é mais comprida, tem outras coisas que a reza não tem. A reza é só rezar Pai Nosso, Ave Maria e fazer o pedido. Benzer... melhora mesmo, sara. Mas eu não conheci ninguém que tinha contaminação, não.

Pode-se observar que, enquanto alguns evangélicos desafiavam o perigo, acreditando que Deus os protegeria da radiação, outros segmentos religiosos compartilhavam com seus fiéis o medo e a insegurança diante das conseqüências que poderiam advir do acidente. Muitos pais e mães-de-santo, além de benzedeiros, foram procurados por pessoas que se achavam contaminadas ou que tinham medo de estar. Contudo, todos tinham em comum a falta de conhecimento e informação sobre acidentes com materiais radioativos. Esse desconhecimento, não só em Goiânia, mas também no resto do país, gerou a discriminação que a cidade sofreu durante os primeiros meses e mesmo anos após a ocorrência do fato.

Apesar de várias pessoas terem temido as conseqüências do acidente, por outro lado também houve aquelas que as ignoraram e continuaram a levar suas vidas como se nada pudesse lhes acontecer. Ao ser perguntado sobre os efeitos do acidente com o césio 137 para a cidade e sua própria vida, Leandro Moura Rodrigues respondeu: “Eu não tive e nem tenho medo de ser contaminado. Quem confia em Deus está protegido de todo o mal que o mundo oferece. Deus protege aquele que Nele confia”.

Atualmente, o medo e a discriminação já não se generalizam; porém, aqueles que se contaminaram foram condenados a conviver, pelo resto de suas vidas, com as dores e as angústias da doença física, social e psicológica, como desabafa (BORGES, Weber.2003, p. 131):

A discriminação leva à depressão, gerada pela baixa estima, pela falta de emprego e de oportunidades que persistem até hoje, 15 anos depois. Por estar acontecendo

todos esses sentimentos comigo, é que sei onde está a ferida e o que deve ser feito para curá-la.

Estudiosos das áreas da psicologia e da neurologia afirmam que a depressão atua sobre o pensamento, induzindo ao pessimismo e aos sentimentos de culpa. Como demonstrado na pesquisa de (HELOU e COSTA NETO. 1995, p. 47), tais sentimentos tornaram-se comuns entre as pessoas afetadas pela radiação:

Um dos radioacidentados lembrou a sua predisposição interior, no transcurso do primeiro mês após o acidente radioativo: “Será que amanhã eu vou ver a luz do dia? Será que amanhã não vou estar aleijado? Será que não vou estar morto?!”

Além de serem vistos como portadores de doenças, das seqüelas físicas, econômicas e psicológicas e da discriminação social, os radioacidentados também sofrem com a depressão e a baixa auto-estima. Esse é o caso de Ivo Alves Ferreira e de seu filho, Lucimar das Neves Ferreira, respectivamente pai e irmão de Leide das Neves Ferreira, primeira vítima fatal da contaminação com o céσιο 137. Sobre isso, (BORGES, Weber. 2003, p. 184) afirma que

O acidente radiológico com o céσιο 137 marcou a vida dos pais e da família de Leide. Impossibilitado de trabalhar por causa das lesões e dos problemas de saúde que se agravaram, Ivo Ferreira continua respeitado pela vizinhança. À tarde, dona Lourdes, mulher de Ivo, procura ocupar o tempo cuidando da netinha que fica sempre com os avós e se recusa a falar no passado, embora as fotos da filha estejam em quase toda a extensão da parede da sala. “Só falo sobre o presente.” [...]. E é sobre o presente que vamos falar agora. Como estaria hoje, em julho de 2001, quinze anos depois, Ivo Alves Ferreira? Querendo trabalhar. Este é hoje o principal motivo da vida de Ivo Alves Ferreira, mas sem condições de saúde, com o nervosismo à flor-da-pele, tem na simples dona-de-casa Lourdes Ferreira – a mãe de Leide – a mulher de seus sonhos e companheira [...] Hoje, Dona Lourdes resolve todos os problemas da casa, emocionais e financeiros, para Ivo, o marido, e Lucimar, o filho, ambos contaminados pelo céσιο 137 e que são discriminados pela sociedade.

Embora a família de Leide aparentemente viva sem ser discriminada pela sociedade, os problemas de relacionamento e convivência social não se dissiparam completamente. Além de não mais poder trabalhar, Ivo e Lourdes não se sentem à vontade

para sair à rua ou para conversar com os vizinhos. Primeiro, pela tristeza e depressão causada pelo acidente e conseqüente morte da filha; segundo, por considerar que sua presença torna-se um incômodo para os vizinhos. (BORGES, Weber. 2003, p. 185) relata o drama vivido por Lourdes:

Eu não gosto muito de sair de casa, nem de conversar com meus vizinhos. Eles não falam, mas eu sei que eles têm medo de se aproximar e que só conversam comigo por educação. Outro dia, eu tava ali na mercearia comprando umas coisinhas aqui pra casa, a minha vizinha aqui do lado entrou na mercearia e quando ela me viu ela se virou e entrou pela outra porta. Naquele dia eu percebi que as pessoas ainda têm medo da gente, da gente passar a contaminação.

Sobre as relações sociais, (HELOU e COSTA NETO. 1995, p. 59) afirmam que “não havendo integração no grupo ou estando esta integração comprometida por algum motivo, não pode o homem desenvolver suas potencialidades e a sua personalidade não atinge a plenitude”.

Em seus estudos, psicólogos clínicos observam que a interrupção das relações normais com a sociedade pode resultar em deterioração da personalidade, que entra em processo de desorganização. Nos casos de isolamento, a desintegração da personalidade poderá ser tão mais acentuada quanto mais longo e completo for o período desta ocorrência. Mesmo o isolamento breve predispõe as pessoas a algum desvio de comportamento, tal é a importância da comunicação, do contato social direto e completo para a plenitude do indivíduo (PINKUS, Lúcio. 1985).

(HELOU e COSTA NETO.1995, p. 48) mencionam que “a observação clínica, exercida por profissionais da FunLeide, permite dizer que, até o momento [...] a depressão pós-acidente não foi de todo removida da vida de grande parte dos radioacidentados”. Também comentam que, entre os vários problemas que os indivíduos afetados pela radiação passaram a enfrentar, estão os relacionados a perda de identidade, angústia, ansiedade, revolta e raiva. A identidade corporal das pessoas mais seriamente comprometidas pela contaminação com o céσιο 137 foi ameaçada logo nos primeiros dias de contato com a substância:

Fiquei cismado, assustado comigo mesmo, porque eu mudei de cor. As unhas começaram a empretejar, inclusive elas caíram todas. Começou a cair meus pêlos. Eu pensava: por que estou me deformando rápido?! – confessou um dos radioacidentados em entrevista concedida ao departamento de Psicologia da FunLeide. (HELOU; COSTA NETO, 1995, p. 61)

A angústia, que passou a fazer parte do cotidiano das vítimas do césio 137, está associada a “várias perdas, ao confinamento, à possibilidade de aniquilamento e ao fato de terem se sentido cobaias, o que, na visão deles, colocava suas vidas à mercê da sorte, da causalidade” (HELOU; COSTA NETO, 1995, p. 46).

A ansiedade, que permeou todo o processo pós-acidente, decorreu principalmente da falta de conhecimento e pela imposição de enfrentamento do desconhecido. Assim, os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente com o césio 137 se sentiam, ao mesmo tempo, impotentes diante do fato ocorrido e com um desejo enorme de esclarecer e solucionar suas dúvidas. (HELOU E COSTA NETO. 1995, p. 49) se referem a esse estado mental da seguinte maneira:

Afinal, a ansiedade, tal como é descrita por Pietrowski, em citação de Campbell, é uma percepção física e mentalmente dolorosa da impotência diante da necessidade de se resolver determinado assunto. [...] a ansiedade é caracterizada pelo “pressentimento de perigo eminente” e pela “vigilância tensa e fisicamente exaustiva”, como se o indivíduo estivesse enfrentando uma emergência. Além disso, há a dúvida insolúvel sobre a natureza do perigo ameaçador.

A revolta e a raiva são quase sempre resultantes da indignação diante de um fato consumado. No caso do acidente radioativo em Goiânia, tudo indica que esses sentimentos foram motivados pelas próprias circunstâncias em que ele aconteceu. Como a negligência e a falta de informação deram a tônica dessa terrível tragédia, é natural que suas vítimas experimentassem esses sentimentos de forma profunda e intensa, conforme mostram (HELOU E COSTA NETO. 1995, p. 50):

Um radioacidentado, ao relatar a visita de determinada autoridade política ao HGG, por ocasião de sua internação, lembrou: “Eu tinha vontade de pular nele, enforcar ele, porque eu sabia que um dos motivos pelo qual eu estava passando aquilo era culpa dele também!” Um comerciante de 25 anos, pertencente ao grupo-controle, aproveitou o momento da entrevista para sugerir às autoridades que levassem o lixo radioativo para as suas fazendas e que colocassem um pôster da Leide na parede de seus quartos.

O médico cubano Norge Romero Cordies, integrante da equipe de 500 profissionais da saúde que entre 1992 e 1994 assistiu os pacientes dos dois locais em que

houve acidente radioativo, Chernobyl (Ucrânia) e Goiânia (Brasil), afirmou que “os goianos sofreram mais seqüelas psicológicas do que seqüelas físicas” (BORGES, Weber. 2003, p. 137). Conforme reflexões de (HELOU E COSTA NETO. 1995, p. 40),

Pelo que tudo indica, o medo foi o fator desencadeante dos sintomas psicossomáticos – náuseas, vômitos, diarréias, entre outros – apresentados por parcela significativa da população goianiense nos momentos mais críticos do acidente, enquanto estavam sendo divulgados os efeitos orgânicos da contaminação pelo céσιο 137.

Envolvendo todas as circunstâncias desse acidente, a falta de conhecimento e a falha de informação permearam as iniciativas e as providências tomadas pelas autoridades e pela população em geral em busca de soluções e respostas para suas perguntas e incertezas.

As autoridades não sabiam o que fazer, ninguém assumia a responsabilidade, ninguém conhecia os efeitos do céσιο 137. Goiânia não estava preparada para enfrentar esse acidente, o mesmo podendo-se dizer do Brasil como um todo. “Tempos depois, confessou uma psicóloga, lembrando sua própria angústia: ‘Eu não me sentia preparada para lidar com algo tão desconhecido como era para mim o céσιο. Eu sentia medo’” (BORGES, Weber. 2003, p. 42).

Além de gerar o medo e a insegurança, a falta de conhecimento sobre a situação vivenciada por Goiânia suscitou também sentimentos de revolta e de raiva. Revolta e raiva pelo acidente, pela falta de informação, pelo descaso das autoridades, pelas vidas perdidas, pelas discriminações sofridas, enfim, por tudo aquilo que o acidente com o céσιο 137 provocou. Durante o sepultamento de Leide das Neves Ferreira e Maria Gabriela Ferreira houve grande manifestação de revolta contra as autoridades e contra o próprio enterro das vítimas:

Volto agora a falar sobre o sepultamento no bairro Urias Magalhães em Goiânia, onde fica o Cemitério Parque. Qual o motivo da revolta? Por que a população daquele lugar odiou o sepultamento daqueles corpos? Qual foi o motivo? Consciência ecológica? Ou a população desse setor foi usada politicamente? Absurdamente, sim, ela foi usada como instrumento político. No enterro de Leide das Neves Ferreira e de Maria Gabriela Ferreira, as duas primeiras pessoas que morreram em consequência da contaminação pelo céσιο 137, sofreu um protesto de aproximadamente 2 mil pessoas, a maioria moradores do setor Urias Magalhães, com a participação ativa do vereador e hoje deputado Estadual José Nelson. Com a

população insuflada, sob a absurda possibilidade de que todos que ali residissem poderiam ser contaminados pelos corpos das vítimas [...] apedrejou os caixões de chumbo de Leide e Gabriela. As cruzes de madeira dos túmulos, tijolos e pedaços de concreto serviram de arma nas mãos da multidão enfurecida, que atacou a caminhonete blindada que transportava os caixões do aeroporto até o cemitério. Padre Luiz Lobo, que foi ao local para a cerimônia da bênção dos corpos, ficou impressionado com o que presenciou, sendo obrigado a apressar a celebração por causa do tumulto. “O que mais me entristeceu foi a situação da família, que praticamente não pôde se manifestar, precisou ficar no anonimato, tamanho era o pavor dos agressores.” Na opinião do padre Luiz Lobo à imprensa, o protesto se deveu a dois fatores: o pânico que se instalara em Goiânia e a falta de informação sobre o que realmente estava acontecendo. Na época, segundo ele, as autoridades vetaram a informação verdadeira, o que contribuiu para criar esse clima. No entanto, nem mesmo o suposto risco de contaminação justificava uma ação tão desumana (BORGES, Weber. 2003, p. 135).

É provável que a população de um modo geral – em diferentes níveis de consciência – tenha se sentido menosprezada pelas autoridades, as quais tinham a responsabilidade de solucionar os problemas. O acidente demonstrou como a sociedade goiana em particular e a sociedade brasileira em geral lida com o binômio saúde–doença: diante da doença, surge o medo; diante do medo, aparece a ignorância; diante da ignorância, se descortinam a discriminação, a indiferença, a raiva e a revolta. Sobre esse aspecto, BORGES, Weber. 2003, p. 146-147) declarou que:

Márquez de Souza Rodrigues, uma das vítimas do césio 137, no ano de 1996, ou seja, nove anos após o acidente, ao perguntar à sua médica se o câncer desenvolvido em seu cérebro estava relacionado ao acidente com o césio 137, esta lhe respondeu que esta hipótese seria viável se algum de seus filhos nascesse com deformação genética. Ao que Márquez respondeu que seu filho havia nascido após o acidente com o césio e apresentou um problema de formação: ausência de uma das válvulas do coração. A médica saiu da sala sem dar explicação e não mais voltou, passando o serviço para outro médico.

A reação da médica diante do paciente corrobora a total falta de conhecimento e o grande medo que existia acerca das reais conseqüências que o césio 137 poderia causar às pessoas e quanto tempo levaria para que não mais fossem sentidos os seus efeitos nocivos. Também, a falta de conhecimento foi o que gerou o medo e a desconfiança e pode ter sido a razão pela qual aquela médica se omitiu no atendimento ao paciente. Portanto, antes de fazer

qualquer julgamento precipitado, deve-se refletir sobre as circunstâncias em que o acidente ocorreu e ponderar se em outras ocasiões, ou mesmo em outros países, as reações diante de um acidente radioativo seriam diferentes das que foram registradas em Goiânia.

A falta de conhecimento sobre os efeitos da radioatividade não é privilégio do Brasil. (BORGES, Weber. 2003, p. 12) esclarece que "No mundo todo há estudos sobre isso, embora nenhum deles tenha ainda encontrado uma resposta satisfatória sobre os efeitos da contaminação com material radioativo". Na verdade, "rejeitos sólidos de alto teor radioativo constituem capítulo que ainda está sendo estudado no mundo inteiro, sem solução imediata" (BORGES, Weber. 2003, p. 12).

O acidente com o cézio 137 em Goiânia deve servir de alerta à população em geral e, em especial, aos governantes e responsáveis pela saúde pública de estados e municípios, pois outras regiões do Brasil ou do mundo também estão sujeitas a este tipo de ocorrência.

Entretanto, mesmo diante de tantas angústias e desinformações que permearam o acidente radioativo e de tantos problemas que a saúde pública em Goiânia vem enfrentando ao longo de seu processo histórico, a cidade é reconhecida nacionalmente como centro de referência em diversas áreas da medicina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIDENTE radiológico com cézio 137 é considerado o maior do mundo. Porto Alegre, [19??]. Disponível em: <<http://www.unificado.com.br/calendario/09/cesio.htm>>. Acesso em 12 fev. 2008.

BORGES, W. Eu também sou vítima. Goiânia: Kelps, 2003.

CASSIANO, H.M.C. O Par Saúde-doença no cotidiano da cidade moderna: Goiânia e as práticas alternativas de cura (finais do século XX - primórdios do século XXI). (Tese de doutoramento) Faculdade de História. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

CATROGA, F.. Memória e história. In: S. PESAVENTO (org.), Fronteiras do milênio. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 43-69.

FENTRESS, J. e WICKHAM, C. Memória social. Lisboa. Ed. Teorema. 1992

HALBWACHS, M.. A memória coletiva. São Paulo, Vértice Editora Revista dos Tribunais. 1990

HELOU, S.; COSTA NETO, S. B. da C. Cézio 137 conseqüências psicossociais do acidente de Goiânia. Goiânia: UFG, 1995.

- JOZEF, B. (Auto)biografia: os territórios da memória e da história. In: F. AGUIAR et al. (orgs.), Gêneros de fronteira. Cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo, Xamã. 1997. p 217-226.
- LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp. 1996.
- LEJEUNE, P.. Memória, diálogo y escritura. História y Fuente Oral, Barcelona, Universitat de Barcelona Pubs. 1989 n. 1 e 2.
- LEJEUNE, Phillipe, – L'autobiographie en France. Paris, A. Colin. 1971.
- MANSO, C. F. A. Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. 2001. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.
- MEMORIAL césio 137. São Paulo, [200?]. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/nuclear/cesio/flash_cesio.html>. Acesso em 12 fev. 2008.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux, In: Les lieux de la mémoire, vol. I. Paris: Gallimard, 1984.
- PINKUS, L. Psicologia do doente. São Paulo: Paulinas, 1985.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro, 1989.
- QUEIROZ, M.I.P. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo, T A Queiroz Editor, vol. 8 n. 10 JUL/DEZ. 2004.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O ISLÃ E O ALCORÃO NO BRASIL

Anizio José do CARMO JÚNIOR*

aniziojose2@yahoo.com.br

RESUMO: Nosso objetivo é realizar uma breve análise bibliográfica sobre os textos que tratam do Islã e do Alcorão no Brasil. Para isso, dividimos nosso trabalho em quatro partes: discussão sobre os problemas referentes às fontes históricas do Islã; a origem do Alcorão; a evolução temática do Alcorão; e o texto atual do Alcorão.

PALAVRAS-CHAVE: Alcorão, Maomé, bibliografia sobre o Islã.

ABSTRACT: This work has the objective of approaching the books about the Islam and the Koran in Brazil. Divided our work in four parts: discussion about the problems regarding to the historic source of the Islam; the origin of the Koran; the subject matter evolution of the Koran; and the current text of the Koran.

KEYWORDS: Koran, Mohammed, Bibliography about the Islam.

Introdução

Os leitores brasileiros sempre careceram de publicações referentes à história, sociedade e cultura islâmicas. É um fato verificável se fizermos um rápida busca em bibliotecas universitárias e bibliotecas públicas. Se usarmos como referência o ano de 2001, os livros publicados até então resumiam-se: paradidáticos escritos por historiadores, sociólogos e jornalistas brasileiros e estrangeiros; pouquíssimas traduções de obras de autores estrangeiros; além de obras referentes à teologia islâmica. Analisando essas publicações em conjunto – salvo pouquíssimas exceções –, elas caracterizam-se por certos problemas. O primeiro é a falta de rigor quanto a conceitos e categorias, possibilitando ao leitor confundir os significados de termos como "islã", "islamismo" e "arabismo", e também termos como "islâmico", "muçulmano" e "árabe" (NUNES, 2002, p. 190-191).

O segundo problema é a diversidade de categorias para classificar o espaço geográfico ocupado pelos povos islâmicos, tais como: "Oriente Médio", "Crescente",

* Universidade Federal de Goiás, mestrando em História, bolsista CAPES.

"Levante", "Mundo Islâmico", "Casa do Islã", "Civilização Islâmica", etc. (SILVA, Karina e SILVA, Maciel, 2006, p. 241-246).

O terceiro problema é a caracterização do islamismo e dos povos islâmicos como elementos homogêneos, não considerando a grande heterogeneidade existente no "mundo islâmico": heterogeneidade existente entre os próprios "fiéis" (árabes, turcos, iranianos, etc.); cristãos que vivem entre a imensa maioria de muçulmanos; e problemas como as querelas e os conflitos entre israelenses e palestinos pelo "direito de posse" da Terra Santa.

Contudo, após os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, o interesse por história, sociedade e cultura islâmicas aumentou e editoras de todo o mundo passaram a publicar vários livros de vários autores. No Brasil, muitas editoras seguiram o mesmo caminho, publicando livros de autores – na maioria estrangeiros – que estudam e escrevem sobre o islamismo. E esses livros publicados são de autores de várias áreas do conhecimento – História, Sociologia, Filosofia, etc. –, que têm por objeto o Islã e temas correlatos¹.

Se aumentou a quantidade, aumentaram também a qualidade e a diversidade das publicações. Um número maior de sínteses de história, sociedade e cultura islâmicas foi publicado, onde os autores delimitaram melhor seus temas, expondo os problemas de pesquisa e os limites de seus conhecimentos. Publicaram também obras que abordam aspectos específicos, como: a biografia do profeta Maomé², as raízes cristã e judaica da tradição islâmica, a compilação das suras (capítulos) do texto definitivo do Alcorão³, as origens do fundamentalismo islâmico, etc.

Delimitando nosso trabalho, temos por objetivo analisar os textos que tratam sobre o Islã no Brasil, verticalizando nossa análise na origem e da história do Alcorão, abordando seus aspectos e seus problemas mais discutidos. Mas, que importância tem um estudo sobre esse tema?

¹ Além das obras de História, que serão analisadas no texto, vale destacar obras de outras áreas. Da Filosofia, Attie Filho (2002) faz um estudo da filosofia árabe medieval; e Abed al-Jabri (1999) faz um "inventário geral" do pensamento árabe moderno. Da Sociologia, Enzo Pace (2005) faz um estudo sobre o Islã, "das origens aos nossos dias", utilizando conceitos e categorias weberianos. O ex-diplomata britânico Mark Allen (2007) faz um estudo antropológico sobre os povos árabes, discutindo questões como religião, política e modernidade. O ex-diretor executivo de jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, faz um histórico religioso e político do Islã. Vale destacar que, na época da invasão do Iraque, em 2003, Kamel foi a favor da invasão, como ele mesmo admite (2007, p. 233). Contudo, sua posição política não desqualifica o livro, que entre os produzidos por autores brasileiros, está entre os melhores.

² "Muhammad", "Mohammed" ou "Maomé"? A duas primeiras opções correspondem às formas mais corretas de grafar o nome do principal profeta do Islã. Na Europa medieval, surgiu a forma latinizada "Mahomet" (ARMSTRONG, 2002, p. 43), que após mudanças chegou a nós, usuários de língua portuguesa, na forma "Maomé". E pelo uso consagrado, optamos pela terceira opção.

³ "Alcorão" ou "Corão" são as formas em português para designar o mais importante livro da tradição islâmica. Os autores que estudamos utilizam uma ou outra forma, mas nós preferimos "Alcorão".

Não podemos mais ignorar o Islã. Foi-se o tempo em que bastava para nós sabermos que o Alcorão era o livro que havia fundado uma das três grandes religiões monoteístas do mundo. O interesse pelo livro ultrapassa o campo da cultura geral e integra-se à atualidade política, sendo que é difícil passar um dia sem que o noticiário internacional mencione o Alcorão: seja no Irã, onde os aiatolás⁴ afirmam obedecer ao Alcorão quando impõem o chador⁵ às mulheres; seja no Paquistão, onde um grupo de jovens extremistas invade uma mesquita, mantendo os ocupantes reféns, e exigindo a renúncia do presidente do país, pois, segundo os extremistas, o presidente não está respeitando os mandamentos do Alcorão. Devemos considerar também que, nos últimos anos, assistimos ao renascimento de um islamismo militante que, também invocando o Alcorão, está transformando as feições e reorientando as vidas de muitos países, desde o norte da África até o centro e o sul da Ásia (CHALLITA, s.d., p. 15-16).

Além disso, o historiador não pode ignorar os problemas teológicos e filosóficos do Islã, nem o direito e a sociologia muçulmana; os conhecimentos estão longe de ter sido bem explorados (NUNES, 2002, p. 189).

1. Discutindo os problemas das fontes históricas do Islã

Dentre as obras que analisamos, a maioria discute pouco ou quase nada sobre as fontes históricas referentes à Arábia pré-islâmica e ao surgimento do Islã. Nessas obras, os autores citam os fatos a partir da tradição islâmica, mas não indicam de onde extraíram os fatos. Esses autores acabam por incorporar aos seus textos citações de outros autores que consultaram fontes, porém não indicam as referências.

Dos autores que estudamos, apenas dois indicam e discutem as fontes referentes à Arábia pré-islâmica e ao surgimento do Islã. São dois historiadores: o inglês de ascendência libanesa, Albert Hourani; e o espanhol Juan Vernet⁶.

Albert Hourani, cuja obra centra-se no estudo da história e da cultura dos povos árabes, cita apenas documentos da época do surgimento do Islã, no século VII. O autor cita as fontes árabes que narram a vida do profeta Maomé e a formação de uma comunidade em torno dele, e comenta que essas fontes surgiram entre cem e duzentos anos após a época do

⁴ Dentro do xiismo, o principal grupo dissidente da ortodoxia islâmica – ortodoxia representada pelo sunismo –, “aiatolá” é o título que se dá ao penúltimo estágio na hierarquia xiita; é o doutor da lei islâmica, e tem atribuições de juiz na comunidade; também é o principal líder espiritual dos xiitas.

⁵ Lenço que as mulheres muçulmanas usam para cobrir os cabelos e o pescoço.

⁶ Karen Armstrong (2001) produziu uma bela biografia sobre Maomé. Porém, deixa a desejar quanto à análise do Alcorão. Por isso optamos por Juan Vernet (2004).

profeta. Hourani também cita fontes escritas em outras línguas – grego e persa médio – que atestam plenamente a formação de um império pelos árabes, e comenta a discordância entre essas fontes e aquelas referentes à vida de Maomé. O autor também argumenta que existem poucas dúvidas quanto ao Alcorão ser um documento da Arábia do século VII (HOURANI, 2001, p. 32).

Juan Vernet é o autor que melhor problematiza as fontes da Arábia pré-islâmica e do surgimento do Islã. Devemos considerar, é claro, o próprio recorte do autor, que se propõe a estudar as origens do Islã, enquanto Albert Hourani estuda a história dos povos árabes, do advento do islamismo até a década de 1960.

Vernet divide as fontes em dois grandes grupos, e dentro deles, o autor caracteriza as origens das fontes. O primeiro grupo é classificado como “fontes referentes à Arábia pré-islâmica”, e subdivide-se em três tipos: (1) textos dos povos da Antiguidade próximos à Arábia (Assíria, Pérsia, Grécia, Roma, Egito e Abissínia); (2) achados arqueológicos (ruínas e inscrições epigráficas); (3) textos árabes escritos posteriormente ao surgimento do Islã, e com frequência não concordam com os dois primeiros tipos de fontes (VERNET, 2004, p. 12-13).

O segundo grupo é classificado como “fontes referentes ao nascimento do Islã”, e também subdivide-se em três tipos: (1) testemunhos escritos (o próprio Alcorão); (2) crônicas árabes escritas dois séculos após os fatos relatados; (3) alguns papiros e referências de autores não-muçulmanos e escritos em outras línguas – grego, armênio e persa médio (VERNET, 2004, p. 7).

Juan Vernet explica o tipo de fonte que mais usou, e argumenta o porquê. O autor utilizou, na maior parte de seu estudo, os cronistas, analistas ou historiadores árabes que escreveram pelo menos dois séculos após os fatos narrados. Esses cronistas redigiram seus relatos tendo como fontes a transmissão oral, geração após geração, que vinha desde os tempos de Maomé até a época da redação dos relatos. Vernet argumenta que a transmissão oral, geração após geração, é muito mais fiel do que supomos; contudo, quando praticada em meios que ignoram ou utilizam pouco a escrita, ela incorre frequentemente em erros, e desses erros, nascem as lendas, e essas lendas serão referências de grande parte da tradição. Como exemplo, o autor cita um historiador e teólogo chamado al-Tabarî (m. 310/923)⁷. Em seus *Anais*, al-Tabarî recolhe para determinado fato todas as versões – embora sejam contraditórias –, uma após a outra, que chegaram até ele, e sempre que pode tem o cuidado de anotar a cadeia ou a sucessão de transmissores desse fato. Assim, ele nos fornece o material em estado

⁷ “As citações cronológicas, a partir do momento da Hégira, se expressam, sempre que possível, na forma: ano da Hégira/ano cristão” (VERNET, 2004: 9).

bruto, tal como lhe chegou e o que parecia falta de sentido histórico, caracteriza-se por um alto rigor histórico (VERNET, 2004, p. 12-13).

Por isso, nossa principal obra de referência será a de Juan Vernet, que será confrontada com as obras dos demais autores. Optamos por Vernet, pois ele foi o autor que melhor discutiu as questões referentes ao Alcorão – origem, evolução temática e o estabelecimento do texto atual.

2. A origem do Alcorão

Segundo a tradição islâmica, as idéias que o Alcorão apresenta só podem ser explicadas pela "revelação divina". Nós, porém, temos que trabalhar com a hipótese de que as idéias apresentadas pelo Alcorão podem ser explicadas por outros meios que não sejam pela revelação.

Será que o ambiente de Meca forneceu a Maomé os elementos necessários para a elaboração do Alcorão? Os autores que estudamos e que consideram a questão, são unânimes em afirmar que na cidade de Meca não se encontrava nada que apoiasse tal opinião. Um desses autores, Helmi Nasr, afirma que os árabes eram pagãos e sua sociedade estava contaminada por determinados vícios incontestáveis: infanticídio, prostituição, incesto, consideração da mulher como parte da herança, opressão aos órfãos, confrontos permanentes entre as tribos, etc. (NASR, 1972, p. 30).

A segunda hipótese seria os meios cristão e judaico. Quanto ao meio cristão, viviam nos arredores de Meca cristãos de origem abissínia e romana, vendedores de vinho e habitantes de certos "bairros excêntricos", onde haviam alguns "cabarés". Porém, Helmi Nasr descarta essa hipótese pois "nem pelas tradições, nem pela sua nascença e nem pelo itinerário de suas ocupações se pode imaginar Maomé como hóspede de ambientes licenciosos" (NASR, 1972, p. 31-32). A hipótese mais aceita é de que Maomé, durante as viagens que fazia com seu tio, Abu Talib, para a Síria, teve contato com comunidades cristãs pelas cidades nas quais passava.

Quanto ao meio judaico, a hipótese mais aceita é a dos contatos entre Maomé e a numerosa comunidade judaica de *Yatrib* (Medina), antes e após a Hégira (HOURANI, 2001, p. 35-36).

Segundo a tradição islâmica, durante as revelações, Maomé entrava em uma espécie de "transe", havendo momentos em que até entrava em convulsão. A partir disso, Karen Armstrong argumenta que

Maomé percebera os grandes problemas que seu povo enfrentava num nível mais profundo do que a maior parte de seus contemporâneos, e que enquanto 'ouvia' os acontecimentos, a sua necessidade era mergulhar profunda e dolorosamente em seu ser interior para encontrar uma solução que fosse não só politicamente viável, mas espiritualmente iluminadora (2001, p.43).

Ou seja, Maomé, diante dos problemas de sua sociedade e inspirado nas idéias propostas pelas crenças cristã e judaica, teria criado, num estado de subconsciência, aquilo que ele denominou de "revelação" e, acreditando veementemente que havia recebido a revelação divina, conquistou, através da prosa rimada que recitava, seus primeiros convertidos. Daí, Maomé acreditou ser o último de uma série de profetas que iria trazer a última etapa da revelação de Deus. Isso começou a acontecer no ano de 610 d.C..

Juan Vernet tem um argumento semelhante, e utiliza como principal fonte para estudar a "revelação" o próprio Alcorão que descreve, com alguma detalhe, as primeiras comunicações de Maomé com a divindade. Quando recebia a revelação, Maomé parecia um possesso, e durante o momento de crise percebia palavras, e raramente visões, que talvez tivesse ouvido pronunciar em estado de vigília sem prestar atenção. Esse pode ter sido o modo pelo qual se introduziram na nova religião as influências cristãs e judaicas, devidamente reelaboradas em seu subconsciente pela vontade divina. Esse mecanismo explica a sinceridade da pregação de Maomé e sua convicção de ser o Enviado de Deus para os árabes, pois de modo geral a revelação divina coincide com as recebidas por outros profetas (VERNET, 2004, p. 59-60).

3. A evolução temática do Alcorão

Os tratadistas do Alcorão se depararam com grandes dificuldades para estabelecer uma sucessão cronológica dos versículos ao longo de todo o processo da revelação, pois, por algum motivo desconhecido, nem os versículos dentro das suras, nem as suras dentro do livro, foram colocados por ordem cronológica ou temática, sendo que certos assuntos repetem-se em diversas suras. Ademais, alguns versículos revelados em Meca foram incluídos em suras reveladas mais tarde em Medina (VERNET, 2004, p. 91; CHALLITA, s.d., p. 17).

Ao considerar esses problemas, Juan Vernet utiliza uma ordem cronológica, mesmo que duvidosa, para estudar a evolução temática no Alcorão. Entretanto, o autor não cita de onde extraiu essa ordem cronológica, e não discute a interferência dos lugares - Meca e Medina - na análise dos temas abordados no Texto Sagrado, ou seja, Vernet, não discute se foram as circunstâncias de Meca e Medina que influenciaram certo dogma ou tal preceito comportamental (VERNET, 2004, p. 91-95).

Portanto, baseados na ordem cronológica utilizada por Vernet, faremos uma síntese dos principais temas expostos no Alcorão, que vão desde os "dogmas do Islã" até os preceitos comportamentais que deveriam ser seguidos pelos muçulmanos.

O primeiro tema é a "unicidade e onipotência de Deus", que foi transformado principal dogma do Islã, e do qual derivou a *shahada*, ou declaração de fé – literalmente "testemunho" –, que é a aceitação da Alá como Deus único e todo-poderoso e de Maomé como seu profeta (VERNET, 2004: 91-93; LEWIS, 1996, p. 208).

O segundo tema é o da existência de profetas anteriores a Maomé, como Abraão e Noé. Um tratamento especial é dado a Jesus, considerado o maior dos profetas muçulmanos que vieram antes de Maomé (VERNET, 2004, p. 93-94).

O terceiro tema é a ratificação da sexta-feira como dia da prece pública e o estabelecimento das regras de ablução, que correspondem à limpeza dos braços e do rosto antes da oração (VERNET, 2004, p. 96).

O quarto tema refere-se aos ritos a serem observados durante o jejum do *ramadãn* e durante a peregrinação (VERNET, 2004: 96).

O quinto tema é a manutenção da pena de talião, por exemplo: no caso de assassinato, se o acusado fosse condenado, ele seria executado; o acusado de roubo, se condenado, teria as mãos cortadas (VERNET, 2004, p. 102).

Quando da morte de Maomé já se encontravam solidamente estabelecidos os fundamentos das cinco obrigações do muçulmano: (1) acreditar na unidade de Deus; (2) cumprir as orações prescritas, que são cinco orações por dia; (3) pagar o imposto (*zakat*) destinado aos muçulmanos pobres; (4) observar o jejum no mês do *ramadãn*; e (5) realizar a peregrinação (*hajj*), pelo menos uma vez na vida, até Meca, desde que o fiel tenha condições para isso (VERNET, 2004, p. 106-107).

Vernet ainda observa que a evolução das linhas mestras da nova religião na direção do que até quase nossos dias se consolidou como dogmas do Islã e que se fossilizou em diferentes credos foi obra humana, de um grupo de teólogos e de juristas de ideologia muito concreta (VERNET, 2004, p. 107).

4. O texto atual do Alcorão

Segundo a etimologia árabe, a palavra Alcorão, entre outras interpretações, combina os significados de "leitura" e "recitação" (LEWIS, 1996, p. 59-60). Conforme a tradição islâmica, Maomé recebia o Alcorão através do anjo Gabriel, que era o intermediário entre o profeta e Deus. Havia momentos em que Maomé recebia a revelação de suras (capítulos) inteiras, e havia também momentos em que recebia apenas alguns versículos. Após receber a revelação, o profeta a transmitia aos seus seguidores que, apesar de analfabetos – na maioria –, eram possuidores de uma memória notável, e decoravam de imediato o que lhes era transmitido. Os poucos que sabiam ler e escrever, escreviam as revelações em couros de animais, fragmentos planos de pedra e em omoplatas de camelo.

O Alcorão foi revelado aos poucos, começando por volta de 610 d.C. e perdurando por vinte e dois anos, até a morte de Maomé. O período da revelação é dividido em dois períodos: mequinense e medinense, ou antes e depois da Hégira. O primeiro momento teve a duração de doze anos e o segundo de dez. Daí se compreende a razão pela qual onze capítulos são denominados de "medinenses" e os outros de "mequinenses".

O Alcorão não foi revelado com o objetivo de ser reunido em um único volume. Essa reunião foi empreendida por seus seguidores, que depararam-se com dois grandes problemas: a morte gradual dos "portadores do Alcorão"⁸ e o surgimento de muitas variantes das suras – devido à interpretação dos que as memorizavam; e também devido às variações dialetais da língua árabe. Por esses problemas, Omar sugeriu ao primeiro califa, Abu Bakr, a reunião das suras em uma só coleção, cujas partes se ligassem pela ordem já fixada nas memórias e determinada por Maomé.

A tarefa de reunir as suras foi confiada ao jovem Zaid ibn Thabit, que compilou o texto definitivo ainda no califado de Abu Bakr. Concluído o livro, Zaid ibn Thabit entregou-o nas mãos do califa, que o guardou consigo. Antes de morrer, Abu Bakr entregou o livro a seu sucessor, Omar. Este, nos últimos momentos de sua vida, remeteu-o à sua filha Hafsa, uma das viúvas de Maomé, pois o terceiro califa ainda não tinha sido escolhido.

O que determinou a publicação do livro foi o fato de os exércitos da Síria e do Iraque, cada um, seguirem a leitura de variantes da Vulgata⁹. Temendo divisões semelhantes às dos judeus e cristãos a respeito do livro (NASR, 1972, p. 30), o califa Otman ordenou a um grupo de copistas que, a partir do original de Hafsa, redigissem um número de exemplares

⁸ Eram os primeiros seguidores de Maomé e que memorizaram as suras recitadas pelo Profeta.

⁹ “Nesse caso, ‘Vulgata’ refere-se à versão definitiva do Alcorão” (VERNET, 2004: 113).

proporcional ao número das principais cidades do Califado. Concluído o trabalho, em 653, os exemplares foram distribuídos e o original foi devolvido a Hafsa. E as variantes, com o tempo, ou foram destruídas ou foram esquecidas.

Hoje o Alcorão é apresentado a nós em um só volume, composto por, aproximadamente, 6236 versículos – de extensão comparável ao Novo Testamento –, e é dividido em 114 suras. Quase todas as suras, com exceção da sura nº 9, iniciam com o vocativo "Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso". Salvo a introdução, a sura nº1, composta por cinco pequenas linhas, as suras são dispostas em ordem decrescente: as maiores no começo, as médias no meio e as menores no final.

O título das suras procede de uma palavra ou episódio mencionado em seus versículos. Depois do título, vem indicações gerais: lugar da revelação (Meca ou Medina), número de versículos, versículos deslocados e título da sura revelada imediatamente antes (VERNET, 2004, p. 119).

Conclusão

No início deste texto, propomos a necessidade de estudarmos história, sociedade e cultura islâmicas, por considerarmos que o tema ultrapassa o campo da cultura geral e integra-se à atualidade política. E quando delimitamos o assunto – um estudo sobre o Alcorão –, nos deparamos com certos problemas.

Nos deparamos com o excesso de “sínteses” que, ao proporem o estudo de história, sociedade e cultura islâmicas, não discutem problemas como o acesso e uso de fontes históricas, a difícil delimitação dos temas, nem os problemas de pesquisa e os limites dos conhecimentos dos autores. A única exceção é Albert Hourani, que, ao delimitar seu tema à história dos povos árabes, citou as fontes que utilizou, discutindo as dificuldades de pesquisa e reconhecendo os limites de seus conhecimentos. Além disso, faz um breve comentário sobre o Alcorão, muito pertinente e que não foi feito por nenhum outro autor. O argumento é de que há pouquíssimas dúvidas quanto ao fato do Alcorão ser um documento da Arábia do século VII. Os demais autores consideram este dado como algo por demais óbvio, que não precisa ser discutido.

Outro autor que aborda a questão das fontes é Juan Vernet. Este autor é o que melhor analisa a difícil questão das fontes, citando-as e dividindo-as em dois grupos: fontes referentes à Arábia pré-islâmica e fontes referentes ao surgimento do Islã. Após a caracterização dos documentos, o autor citou as fontes que mais utilizou e justificou o porquê.

Vernet usou, na maior parte de seu estudo, fontes árabes que foram escritas dois séculos após a morte de Maomé, oriundas da transmissão oral, pois, apesar de certos problemas, são as fontes que fornecem os fatos em estado bruto, tal como chegaram aos redatores.

Contudo, quando tentamos relacionar o que os autores que analisamos escreveram sobre o Alcorão – origem, evolução temática e definição do texto atual – nos deparamos com o fato de que apenas um autor tentou aprofundar a análise sobre o tema, e o autor foi Juan Vernet.

Apesar disso, continuaremos a pesquisar sobre o tema, pois consideramos que o historiador, ao considerar o Alcorão como fonte histórica e ao lançar-se ao estudo historiográfico sobre o tema, não pode ignorar os problemas teológicos e filosóficos do Islã, nem o direito e a sociologia muçulmana; os conhecimentos estão longe de ter sido bem explorados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABED AL-JABRI, Mohammed. *Introdução à crítica da razão árabe*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Revisão da transcrição das palavras árabes por Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ALCORÃO, O. Trad. Mansour Challita. Rio de Janeiro: ACIGI, s.d..

ALCORÃO, O. Trad. Mansour Challita. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

ALLEN, Mark. *Árabes*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Objetiva, 2001.

_____. *Maomé: a biografia do profeta*. Tradução de Andréia Guerini, Fabiano Seixas Fernandes e Walter Carlos Costa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ATTIE FILHO, Miguel. *Falsafa: a filosofia entre os árabes*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

CHALLITA, Mansour. O que se deve ler saber para aproveitar plenamente a leitura do Alcorão. In: *O Alcorão*. Tradução de Mansour Challita. Rio de Janeiro: ACIGI, s.d., pp. 15-27.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LEWIS, Bernard. *Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

NASR, Helmi. O Alcorão. Sua história e sua origem. *Revista de História*, USP, São Paulo, v.45, n.91, jul./set., 1972, pp. 27-38.

NUNES, Heliane Prudente. Identidade e história do mundo árabe. In: SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar (orgs.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Goiânia: UFG, 2002, p. 189-211.

VERNET, Juan. *As origens do Islã*. Tradução de Maria Cristina Cupertino. Revisão técnica de Mamede Mustafá Jarouche. São Paulo: Globo, 2004.

PACE, Enzo. *Sociologia do Islã: fenômenos religiosos e lógicas sociais*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

QUR'AN, The. Translation by T. B. Irving. New Delhi, Índia: Goodword Books, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

A POLISSEMIA DOS CONCEITOS “POSITIVISMO” E “HISTORICISMO”: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Clayton Ferreira e Ferreira BORGES¹

cferreiraferreira@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho busca refletir sobre a questão dos usos e abusos dos conceitos históricos para uma compreensão plausível (ou não) da história da historiografia e, por conseguinte da História ciência. Pensar sobre a intrínseca polissemia semântica dos conceitos *positivismo* e *historicismo* proporciona, a nosso ver, uma rica possibilidade de reavaliação da idéia de verdade na História.

PALAVRAS-CHAVE: Historicismo, positivismo, historiografia.

ABSTRACT: This paper reflects on the question of the uses and abuses of historical concepts for a plausible understanding (or not) of the history of historiography, and therefore of the science history. Think about the semantic concepts intrinsic polysemy *positivism* and *historicism* provides, in our view, a rich opportunity to reassess the idea of truth in history.

1.1 O conceito *positivismo* como adjetivo (des) qualificador de toda a historiografia do século XIX

Lucien Febvre, em sua obra *Combates pela História* (1977), realiza uma crítica à história factual fazendo uso de uma sarcástica ironia quando se propõe a caracterizar a historiografia de seu tempo, classificando-a de “história dos vencidos de 1870” (estabelecendo neste ponto uma alusão ao conflito bélico entre França e a Alemanha decorrido no referido ano e, deixando em evidência a influência do caráter político/ideológico de suas censuras), acusando-a de renunciar a qualquer forma de síntese e a cultuar o fato e a História política. Assevera genericamente que no final do século XIX a filosofia da história consistiria em fórmulas tiradas de Auguste Comte, sendo baseada então no conceito de evolução,² criticando essa concepção de história argumentando que ela seria definida “não

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás e bolsista do REUNI.

² O conceito “evolução” é entendido de forma diferente pelos adeptos da filosofia especulativa de Auguste Comte e os da vertente historicista normalmente conhecida pelo conceito *Historismo* (HOLANDA, 1978; MARTINS, 2008). Os primeiros entenderiam “evolução” segundo a idéia iluminista de progresso, onde as coisas humanas tenderiam necessariamente para melhor, segundo uma aspiração de racionalização do mundo. O *Historismo*, possuindo um caráter irracionalista (WHELING, 1994), teria como uma de seus fundamentos a

pelo seu objeto, mas pelo seu material”, empregando aqui a famosa frase de Langlois e Seignobos: “A história faz-se com textos”. Qualifica tal fórmula célebre como virtuosa na luta contra obras fáceis e frouxas e de perigosa porque iria contra o movimento geral das pesquisas humanas (FEBVRE, 1977, p.10-19).

Quando Febvre (1977, 24-27) se refere aos positivistas, aponta-os como passivos e imitadores que se colocariam a amontoar os fatos até que surgisse alguém que fosse capaz de reuni-los, além de recriminar a aversão à hipótese (em sua intrínseca relação de interdependência para com a teoria), a classificação dos fatos em ordem cronológica de forma severa e a utilização do método regressivo de forma inconsciente, observações estas que atribui como constituinte da prática historiográfica dos mesmos.

Segundo Febvre (1977, p.177-181), autores como Mommsen e Fustel de Coulanges seriam adeptos da doutrina das duas operações basilares da história factual: primeiro “estabelecer os fatos, depois trabalhá-los”. Entende, portanto, que a história factual compreenderia o fato como dado à História, como “realidades substanciais”, reiterando que todas as ciências produzem o seu objeto para posteriormente interpretá-lo segundo o devido critério de seleção, destacando neste aspecto a importância do “como, porque e para que” na História, ou seja, do valor da pergunta problematizadora na pesquisa histórica. Complementando suas ponderações procura empreender a defesa do uso de teorias pré-concebidas³ para a pesquisa científica em contraposição aos mesmos, afirmando-a como a experiência da ciência, argumentando que a ciência Histórica não deveria ter o objetivo de descobrir leis, mas sim de buscar a compreensão de seu processo, cabendo à teoria a tarefa de buscar construir de forma coerente a explicação acerca do problema suscitado pelo sujeito cognoscível.

Seguindo a mesma linha de pensamento que Febvre, Fernand Braudel em sua obra *Escritos sobre a História* (1978) adverte que em seu tempo haveria uma necessidade de desconfiança quanto à História tradicional, a que François Simiand chamaria de ocorrencial. A historiografia rankeana é vista por ele como pertencendo ao âmbito da história-relato, não se configurando em um método objetivo por excelência, mas sim em uma filosofia da

crítica à possibilidade de uma plena racionalização das coisas humanas. Lucien Febvre, ao que parece, não considera esta distinção.

³ Por “teorias pré-concebidas” Febvre também entenderia as hipóteses necessárias para nortear a investigação histórica, ou seja, trata-se de afirmações temporárias sobre o objeto de pesquisa que podem ser comprovadas ou não. Historiadores como Fustel de Coulanges, normalmente visto no interior da tradição criticada, entende por “teorias pré-concebidas” uma teoria de caráter conclusivo, que é formulada anteriormente ao contato com o material empírico, onde se buscaria encaixar-lo segundo uma idéia-geral pré-existente sobre o objeto, procedimento que distorceria o material empírico conforme o interesse do sujeito cognoscível. Deste modo, a nosso ver, há uma discrepância entre ambos os autores sobre o que entendem com uma mesma expressão.

História. Quando Braudel se refere à produção histórica deste período o faz sempre segundo uma ótica repulsiva, como fica claro em suas menções a Langlois e Seignobos e sua obra *Introdução aos estudos históricos*, chamando-a de diminuto livro e comparando tais autores a pintores em uma explícita alusão ao ideal defendido por eles, orientando sobre o dever de suprimir o observador por este ser fonte de erros (1978, p.14-20).

Mesmo quando Braudel procura estabelecer algum tipo de elogio a historiadores do século XIX como Ranke e Fustel de Coulanges (chamando-os de grandes historiadores) parece que o faz sempre como mero pretexto para logo adiante destacar através de suas críticas ferrenhas o que julga problemático em sua produção intelectual. Exemplo disso é que após tecer o referido elogio ressalta que o trabalho do historiador “não mais nos parece essa empresa calma, segura, com justos prêmios somente concedidos ao trabalho e a paciência”. Outro exemplo que ilustra esta atitude é quando critica o que chama de “espiritualismo difuso de um Ranke”, no qual “o indivíduo e a vasta história geral” se sublimam (BRAUDEL, 1978, p.21-22). Ou seja, apesar dos referidos elogios aparecerem de forma freqüente em sua referida obra, Braudel sempre ressalta os seus supostos erros a fim de deslegitimar uma tradição historiográfica da qual não se considera membro, e como é amplamente sabido, da qual a sua tradição historiográfica sempre toma como ponto de partida para as críticas com explícito teor político e, conseqüentemente como o exemplo de como não se fazer História de maneira plausível.

No que tange ao debate sobre a objetividade e a subjetividade na História, Braudel o considera como estéril, no sentido de ponderar as ciências da natureza como também possuindo certo grau de subjetividade. Para o autor, o problema objetividade x subjetividade “apaixonou o século XIX, descobridor dos métodos científicos”, mas que em sua época este debate já não seria primordial, pois segundo seu ponto de vista outros problemas urgiriam como mais enriquecedores para a prática historiográfica de seu tempo. Admite, porém, que as “tentativas, para reduzir o múltiplo ao simples [...] significaram um enriquecimento sem precedentes”, e que esse avanço teria proporcionado o próprio “caminho da superação do indivíduo e do evento” (BRAUDEL, 1978, p.22; 45), talvez querendo se referir aqui que os próprios avanços advindos do Historicismo tivessem criado os meios para a sua posterior ineficiência e sua conseqüente superação.

Braudel (1978, p.24; 45) compara a História tradicional de Ranke às crônicas, pois ela só ofereceria *atos isolados* que não fariam sentido por si só. Assim, segundo ele a história-narração de Ranke buscaria dizer “as coisas como elas se passaram realmente”, pois ele próprio teria pronunciado tal sentença e, que acreditou profundamente em sua execução. É

importante notar neste contexto que, por sua vez, Braudel lembra que Benedetto Croce conseguiria ver em cada evento a história inteira e que (apesar de ignorar tal fato) é consenso entre os historiadores da atualidade que o próprio Ranke não só se preocupava com tal problema, como sua concepção de História (e conseqüentemente sua narrativa histórica) compreendia a *articulação* dos fatos na direção de se buscar um sentido para o processo histórico, pautado na idéia de unidade do processo (HOLANDA, 1978; CALDAS, 2007).

Quando o autor se refere à existência de múltiplas temporalidades na história ele encontra mais um bom motivo para criticar a História tradicional, pois afirma que nela o tempo possuiria uma única e simples corrente, estando atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento o que ocasionaria uma “narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto”. São nestes termos que não só define a concepção de tempo da História tradicional como utiliza este contexto de atribuições para defender a sua proposta de uma História segundo a perspectiva temporal da longa duração, pois para ele “a história é uma dialética da duração”, segundo essas afirmações sua idéia de tempo caracterizaria o inverso da concepção criticada. Torna-se mister destacar que, dentro da problemática temporal Braudel admite que a ruptura para com a História tradicional não significou uma ruptura total para com o tempo curto, lembrando que em sua época estaria ocorrendo um retorno ao tempo curto porque seria mais plausível relacioná-la à história-cíclica (BRAUDEL, 1978, p.25; 44-48; 98).

Para o autor, a história dos últimos cem anos teria dado prioridade aos grandes eventos, conferindo uma demasiada ênfase ao tempo curto, argumentando que esse “foi o preço dos progressos realizados, durante este mesmo período, na conquista científica dos instrumentos de trabalho e de métodos rigorosos”. Assim, a conseqüência deste desenvolvimento metódico foi que teria levado “o historiador a crer que, na autenticidade documentária estava toda a verdade” (BRAUDEL, 1978, p.46), caracterizando uma postura político-institucional produtora de uma evidente compartimentação de caráter homogeneizador de quase toda a historiografia do século XIX, segundo o rótulo conceitual de positivismo. Nestas considerações coloca autores como Ranke como praticante de um mesmo tipo de prática historiográfica que os historiadores pejorativamente chamados de “metódicos”,⁴ pela tradição que o próprio Braudel se insere.

⁴ Utilizaremos a expressão “metódicos” entre aspas em virtude de assinalarmos duas observações; a de que a mesma deriva do termo “Escola Metódica” e em função disso também carrega uma conotação negativa, indicando referência aos seus membros; e com o intuito de distinguirmos a qual corpo intelectual que nos referimos, haja visto que há pelo menos um século e meio todos os historiadores podem ser vistos como metódicos na medida em que obedecem a certas regras de pesquisa comungadas por uma comunidade profissional, segundo o seu devido posicionamento teórico.

O mais impressionante em sua obra é que Braudel sempre se vê às voltas em reconhecer as contribuições produzidas pela historiografia do século XIX em uma perspectiva ampla (leia-se não restrita aos limites nacionais), mas sempre recorre ao artifício retórico da amenização das mesmas enquanto incorre logo em seguida na acentuação daquilo que ele considera como prejudicial à pesquisa histórica, ou seja, ele reproduz fielmente o discurso produzido por Lucien Febvre, deixando exposto, mesmo que de maneira implícita, o seu posicionamento político ao insistir em menosprezar a historiografia *fin-de-siècle* e engrandecer os avanços advindos com a ascensão do grupo dos *Annales*, caracterizando um instrumento pautado em um automatismo político no âmbito institucional.

Deste modo, o autor critica a idéia de fato histórico como um dado natural e, em seu lugar coloca a verdade de sua tradição historiográfica como dada, na medida em que não a questiona, em que a confunde com a verdade histórica segundo o critério do recente consenso construído pela ascensão institucional da Escola dos *Annales*.

O autor ressalta ainda que a história não é feita somente de diferenças, mas também de regularidades, esta sendo a idéia básica da crítica referente à história factual, ou seja, se tratando dos binômios individual/social e contingência/regularidade. Dentro desta conjuntura, é importante notar a ênfase ao *singular/factual* dada pelo autor quando procura caracterizar a historiografia do século XIX, enquanto realça a excelência da busca por se conhecer as *estruturas sociais* como pressuposto para a constituição do sentido histórico, ignorando de forma latente a busca por unidade histórica (por conseguinte trabalhando com longas durações temporais) tanto em Ranke (segundo a sua idéia de Estado-Nação) quanto em Fustel de Coulanges em seu interesse acerca da história das instituições.

Portanto, Braudel persiste na existência de uma notória discrepância no que se refere à concepção de História que vai de Langlois e Seignobos a Marc Bloch, mas que a partir deste a História não teria parado de se renovar, sendo a partir de então “a soma de todas as histórias possíveis” e, que um erro crucial é cometido quando se escolhe uma dessas histórias em exclusão de outras, e que este erro teria sido empreendido pelos historicizantes.

Tais considerações, a nosso ver, configuram numa tentativa de oposição forçada entre a então inovadora concepção historiográfica consagrada pelos *Annales* e a concepção historiográfica predominante no século XIX e, que é mister que se destaque, ambas as tradições estão intrinsecamente permeadas pelo movimento intelectual e interdisciplinar responsável pela cientifização da História no século XIX, conhecido como Historicismo (HOLANDA, 1978; MARTINS, 2008; MEINECKE, 1943; WHELING, 1994).

Destarte, pensamos que o mais plausível é sugerir que, segundo os critérios que fundamentam os argumentos de Braudel, é ele que comete o erro de escolher um tipo de História, ao insistir em acentuar os problemas da História tradicional e negligenciar suas contribuições para a fundamentação epistemológica de nossa disciplina.

Seguindo ainda a tradição dos *Annales*, o autor brasileiro José Carlos Reis em sua obra *A História, entre a filosofia e a ciência* (1996), assevera que no século XIX a metafísica especulativa seria rejeitada em nome de um conhecimento que só seria possível através dos fatos apreendidos pela sensação, passando a se estruturar o que ele chama de conhecimento positivo, pautado na exploração das relações entre a causa e o efeito dos fenômenos. O espírito positivo negando a metafísica teria procurado então fornecer as bases empíricas para um conhecimento histórico que almejava a cientificidade. Foi dentro deste contexto que teria surgido então uma nova consciência histórica que buscaria dar ênfase às diferenças humanas no tempo, ocorrendo deste modo um processo que culminou na valorização do particular, do evento humano em detrimento do universal (REIS, 1996, p.05).

O século XIX segundo ele teria chegado mesmo ao ponto de *cultuar o fato*, pois teria se criado uma aversão à característica mais intrínseca das filosofias da história, ou seja, ao imutável e ao a-histórico que possibilitaria a especulação acerca do futuro, ficando claro aqui o teor da influência da tradição dos *Annales* quanto à crítica ao que chama de problema factual que, assim como em Braudel, é reproduzido sem a devida reflexão por um autor da atualidade.

Esta mudança de perspectiva só teria sido possível então com uma modificação da mentalidade explicitada pelo conceito Historicismo, o historiador deveria proceder então de um objeto devidamente localizado e datado. Desta forma, para Reis, a transformação da concepção de tempo histórico teria sido decisiva para a mudança de orientação da pesquisa, proporcionando um movimento de oposição às filosofias racionalistas que possuíam princípios invariantes produtores de “modelos imutáveis da razão humana” no tempo e que por isso teriam tendências ao futuro, negando-se assim a existência de leis e de qualquer princípio absoluto. Assim sendo, reconheceram-se os limites da consciência histórica a certo momento histórico. A negação da filosofia ocorreria em decorrência da busca da objetividade na história, querendo edificar uma ciência Histórica pautada em um método crítico e no interesse de caráter epistemológico em detrimento do ontológico (REIS, 1996, p.06-07), o que não implica necessariamente na negação da busca pelo sentido histórico (HOLANDA, 1978).

Neste ponto, Reis comete mais uma vez o erro de reproduzir a-criticamente as asserções da tradição dos *Annales*, pois assegura de forma generalizadora que no século XIX os

historiadores procuraram separar o sujeito do objeto de conhecimento, o que supostamente teria resultado em uma prática historiográfica mais empírica evitando a especulação. Assim, para o autor o Historicismo de Ranke⁵ considerava o universal como uma individualidade historicamente e geograficamente condicionada, o que certamente não caracteriza o erro, mas sugere que todo o século XIX exerceria uma prática historiográfica caracterizada por Hayden White como empirismo ingênuo, o que White descarta no caso do próprio Ranke (HOLANDA, 1978; WHITE, 1995).

O autor vê Ranke como um hegeliano tímido porque esconderia suas *posições pessoais* sob o véu da objetividade do método histórico de crítica das fontes. A oposição de Ranke à filosofia da História seria pautada em seus princípios de método que negariam os juízos de valores sobre o passado; qualquer interdependência entre objeto e sujeito cognoscível, devendo o historiador procurar a neutralidade; considerariam os fatos históricos como sendo dados nos documentos; rejeitariam a reflexão teórica por considerá-la produtora de especulação filosófica e por fim que existiria uma verdade histórica objetiva. Segundo ele, a história científica evitaria problematizar o real por considerar que os fatos falariam por si, tendo o sujeito do conhecimento assim caráter passivo ante seu objeto, e classifica os seguidores destes princípios como positivistas (incluindo Ranke), pois buscariam estabelecer um reflexo fiel do passado acreditando evitar a subjetividade através da desvinculação entre presente e passado (REIS, 1996, p.12-14).

Podemos notar neste contexto que, Reis mais uma vez segue o caminho da reprodução do discurso da Escola dos *Annales*, uma vez que analisa de forma superficial a historiografia rankeana, crente de que as *fontes secundárias* de que se utiliza para chegar a tais conclusões são *suficientes* para a plausibilidade das mesmas, o que a nosso ver é a prática de um erro que o próprio autor havia atribuído a Ranke (“a verdade como dada nos documentos”). Assim sendo, Reis ignora as inúmeras reflexões de caráter revisionista existente acerca da historiografia de Ranke, que foram efetuadas no intuito de realizar uma interpretação mais coerente e crítica, desvinculada do calor das disputas historiográficas existentes ao longo do desenvolvimento da História enquanto ciência, e que portanto não convergem com a interpretação tradicional e, a nosso ver, equivocada sobre a concepção de História de Ranke.

Segundo o autor o positivismo teria migrado então para a França na segunda metade do século XIX, e se desenvolvido mais intensamente a partir da fundação da *Revue Historique*

⁵ Utilizamos a expressão “Historicismo de Ranke” em função da polissemia do referido conceito. Outros autores preferem uma pequena mudança na grafia para designar a concepção de História de Ranke, neste sentido o significado de nossa expressão é correspondente ao *Historismo* (HOLANDA, 1978; MARTINS, 2008).

em 1876, tendo Gabriel Monod, Ernest Lavisse e Ch. Langlois como principais expoentes dessa vertente por terem estudado na Alemanha e implantado a História científica em seu país. O autor lembra que a época de chegada do positivismo na França coincide com a guerra franco-prussiana e, em função disso Lucien Febvre afirmará esta historiografia como “história dos vencidos de 1870”, ou seja, franceses que teriam assumido certa inferioridade intelectual e cultural frente aos alemães por acatarem suas orientações acerca da prática científica. Provavelmente este foi um dos vários motivos para que a Escola dos *Annales* tenha sustentado uma posição tão agressiva e repulsiva em relação aos “metódicos”, pois aí estaria inserido também o teor político/patriótico da disputa em sua intrínseca relação para com a já mencionada disputa institucional.

Segundo Reis, a Filosofia da História que fundamentaria a “Escola Metódica” seria a do Iluminismo. Deste modo ele afirma que os positivistas franceses praticavam os mesmos princípios defendidos por Ranke. Destarte, a concepção de tempo dos “metódicos” seria iluminista, ou seja, “progressivo, linear, evolutivo em direção a uma sociedade moral, igual, fraterna” efetuando assim uma mescla entre iluminismo e filosofia comtiana. A *Revue Historique* e os manuais metodológicos agiriam igualmente como meros tradutores, reprodutores da história científica alemã na França. Ele observa também a existência de duas gerações de profissionais entre os fundadores da *Revue Historique*, estando Fustel de Coulanges e Gabriel Monod em lados opostos, mas ao mesmo tempo se exime de uma análise mais aprofundada sobre os motivos dessa oposição sugerindo que ela seria de caráter unicamente político. O autor ressalta, no entanto, que foi com a predominância política dos positivistas que a História teria conseguido a autonomia institucional na França, conseguindo se libertar da tutela da literatura com o argumento do método científico (REIS, 1996, p.15).

É importante observar que quando Reis afirma que o famoso manual de Langlois e Seignobos teria se baseado no já existente manual do alemão E. Bernheim o autor usa do artifício da citação direta dos primeiros, um pequeno fragmento de sua obra *Introdução aos estudos históricos*, onde os mesmos demonstram sua preocupação com os *limites e possibilidades* do conhecimento histórico. Tal episódio nos leva a refletir sobre a atualidade das reflexões destes dois autores (situados pela tradição dos *Annales* entre os “metódicos”, ou seja, como praticantes de um modelo de como não se deve fazer uma História dita científica) e, conseqüentemente nos obriga a repensar sobre o valor de suas contribuições, no sentido de nos esquivarmos da conveniência de se acatar as interpretações já existentes sobre o objeto em análise, caracterizando uma postura a-crítica.

Tal atitude incorre no erro crasso de se atribuir um valor maior aos “documentos secundários”⁶ do que a aos “documentos primários” (não se tratando neste ponto de procurar inverter a valoração, ou seja, de atribuir uma supervalorização ao “documento primário”, pois essa atitude não transcende o equívoco, mas apenas o prolonga segundo critérios advindos de posicionamentos contrários). Assim, o pesquisador opta por não estabelecer sua própria interpretação (leia-se interpretar Langlois e Seignobos segundo sua própria produção, sem apriorismos à leitura), sobre o seu objeto se satisfazendo com as interpretações de outros, o que implica não em produção de conhecimento, mas sim em reprodução do já sabido, como observa Fustel de Coulanges quando chama a atenção para o erro de se dirigir aos textos com “idéias pré-concebidas” (COULANGES, 1901, p.257-259).

Reis considera que uma das maiores características do espírito positivo seria o culto aos fatos históricos e, baseando-se na leitura de Lefebvre (novamente Reis lança mão de uma fonte secundária em sua análise para chegar a uma conclusão) avalia Fustel de Coulanges como um legítimo positivista, por este rejeitar a especulação filosófica, advertindo que o é não no sentido comteano da palavra, pois ele também rejeitaria a possibilidade de atribuir sentido à história através de leis (REIS, 1996, p.18-19). O autor vê Fustel então como um racionalista e o maior representante da reação contra o romantismo, que considerava a história como uma arte-intuição, pois Fustel buscava afirmá-la enquanto ciência, buscando uma verdade objetiva e se recusando a se satisfazer com a idéia subjetiva sobre eles.

A partir destas observações o autor procura realizar uma distinção entre “história metódica” e “Escola Metódica”. Segundo ele, Ch. O. Carbonel procurou efetuar um resgate dos positivistas quando critica a tradição anti-positivista dos *Annales* e suas críticas depreciativas, pejorativas. O autor afirma os “ditos positivistas” na verdade não o eram no sentido comteano, seriam então “positivos” por não admitir leis históricas. Desta forma, “haveria convergências parciais com o positivismo comteano” e não uma identificação literal entre os princípios da “Escola Metódica” e a filosofia especulativa de August Comte, e que a

⁶ Não defendemos uma necessária distinção tipológica quanto aos documentos, pois além de ultrapassada a definição referida não pode ser usada no intuito de valorar, de assegurar qual tipo de fonte seria a mais plausível para a pesquisa histórica em detrimento da outra, de maneira genérica como acontecia anteriormente. No entanto, pensamos que, dependendo do objeto de pesquisa e da problemática criada (como é o caso de nosso trabalho) torna-se necessário o uso de certo tipo de fonte de forma majoritária, qualitativamente falando, ou seja, não se trata de um valor natural ou excludente, mas sim de um valor atribuído pelo sujeito cognoscível conforme as necessidades da investigação. Assim, em nosso trabalho utilizamos ambos os tipos de fontes sem, no entanto perder de vista a importância das mesmas, ao mesmo tempo em que atribuímos às “fontes primárias” um valor “superior” devido ao *nosso interesse* e consequentemente às nossas perguntas. O que não podemos fazer é lançar mão de um só tipo de fonte ou de nos dirigirmos às “fontes primárias” com idéias pré-concebidas, retiradas de interpretações já existentes (COULANGES, 1901, p.257-259).

nosso ver também se diferiria do espírito positivo de Ranke, pois os “metódicos” apesar de nele se inspirarem distorceram seus princípios (REIS, 1996, p.19-20).

José Carlos Reis utiliza R. Chartier e J. Revel quando busca caracterizar a historiografia positiva, assegurando que esta vertente empregaria o modelo de conhecimento objetivo das ciências da natureza, buscando um conhecimento direto do objeto, almejando assim a objetividade absoluta, através da imparcialidade ante aos fatos considerados como dados ao sujeito com o auxílio da crítica histórica. O historiador metódico não problematizaria seu objeto, se abstendo de construir hipóteses e de reinterpretar seus resultados,⁷ pois o trabalho afirmando-se objetivo seria definitivo. Somente com novos documentos é que se poderia “alterar a descrição”, porque deste modo se construiria uma representação mais verdadeira do passado (REIS, 1996, p.21-22).

Apresentando-se sob uma perspectiva interpretativa mais compreensiva sobre o século XIX do que os autores mencionados até o presente momento, Bourd e & Martin em sua obra *As Escolas Históricas* (2000) argumentam que a “Escola Metódica” foi e ainda é (de forma corrente na historiografia herdeira dos *Annales*) abusivamente chamada de positivista, pois na verdade ela teria como finalidade a busca por uma investiga o científica que se opusesse   especula o filosófica, almejando deste modo a uma objetividade absoluta (BOURD E & MARTIN, 2000, p.97; WHITE, 1995, p.176-177).

Asseguram terem existido duas gera es entre os fundadores da *Revue Historique*: os antigos, dentre eles Fustel de Coulanges, e a dos jovens, dentre eles Gabriel Monod e seus colaboradores. Ressaltam no manifesto-programa da revista de autoria de G. Monod a oposi o daquela frente   *Revue de Questions Historiques*, pois esta defenderia certas idéias políticas e religiosas lembrando assim o objetivo maior da *Revue Historique*: promover uma investiga o desinteressada e científica acerca da história, principalmente de caráter nacionalista.

Segundo os autores, Monod teria admitido neste escrito a influência dos alemães sobre sua forma de fazer história, condenando as “generalidades vagas” e os desenvolvimentos oratórios (BOURD E & MARTIN, 2000, p.97-99). Os autores afirmam que a *Revue Historique* declarava-se neutra, imparcial e voltada à ciência positiva, sendo, portanto fechada às teorias políticas ou filosóficas, o que na prática diferiria de suas a es. Assim, ela renunciaria explicitamente os credos dogmáticos (BOURD E & MARTIN, 2000, p.100), mas

⁷ “Reinterpretar os seus resultados” e conseqüentemente os seus posicionamentos teóricos também não é uma postura predominante dentro da tradi o dos *Annales*, apesar de casos como os de Bourd e & Martin, Carbonel e Antoine Prost. Ou seja, apesar de existirem trabalhos de caráter revisionista os mesmos são muitas vezes ignorados, seja por desconhecimento, seja por op o teórica.

defenderia de forma implícita seus interesses político-religiosos, observações estas que convergem com a interpretação de François Hartog no que tange à constituição institucional da revista.

Para Bourdé & Martin, Langlois e Seignobos se destacam neste período por se preocuparem com problemas epistemológicos, tendo estes extraído de Ranke a teoria do reflexo, que seria a recusa em colocar questões às fontes e a necessidade de anular-se o sujeito ante o objeto. Observam que dentro das opera es sint ticas encontrava-se a tarefa de “agrupar os fatos isolados em quadros gerais”, caracterizando este procedimento como a última fase das mesmas, ou seja, se trataria da tarefa de formular “generaliza es [...] sem ilusões” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1898, apud: BOURDÉ & MARTIN, 2000, p.102-104), assim os metódicos hesitariam em estabelecer a síntese, esta só podendo se realizar quando se agrupassem estudos isolados.

Segundo os autores, classificar a “Escola Metódica” de positivista é um erro, pois História *positivista* seria aquela que seguiria os preceitos de August Comte, lançando mão do uso do modelo da sociologia, caracterizando-se em uma filosofia da história firmemente determinista e conseqüentemente especulativa. Esta orienta o filosófica desprezaria o particular e se preocuparia somente com a totalidade, o que segundo os autores não desagradaria à Escola dos *Annales*, mas que não seria o caso dos “metódicos”, pois como vimos até agora a sua influência adveio de Ranke, um dos maiores expoentes do movimento intelectual alemão que tinha como recomenda o fundamental a valoriza o do particular, movimento este mais conhecido por Historismo (HOLANDA, 1978; MARTINS, 2008). Os autores chamam a aten o, portanto, para a *oposi o* do projeto metódico para com a história fiel ao positivismo comteano. O termo ciência positiva utilizado por Monod seria em um sentido muito afastado da doutrina comteana, pois Monod ressaltava o apego ao particular e a repulsa   especula o filosófica, tendo tirado sua inspira o de Ranke (*deturpando*, é adequado que se ressalte, os seus princípios) e não de Comte (BOURDÉ & MARTIN, 2000, p.112-113; HARTOG, 2003; MONOD, 1876).

Destarte, (assim como Fustel de Coulanges e Ranke, como veremos mais adiante) os autores chamam a aten o para a importância de *voltar à fonte*, aos documentos mais originais nos termos de Fustel de Coulanges, e que Ranke ao negar as filosofias da história de cunho especulativo, que via como subjetivas, buscou formular métodos científicos, objetivo (ou positivo). Assim, a “Escola Metódica” teria procurado aplicar o programa de Ranke   *risca* (em contraste com a idéia corroborada por Holanda e Hayden White de que tais princípios expressariam mais um *ideal de ciência* do que uma prática historiográfica ingênua

a ponto de acreditar na possibilidade de sua plena efetuação). Procedimento este que teria gerado uma contradição entre os princípios explícitos e a sua respectiva ação implícita, pois a ideologia dos “metódicos” estaria atrelada à idéia de nacionalismo e imbricada em conflitos religiosos e políticos. Langlois e Seignobos, por exemplo, teriam recusado a especulação, mas não acreditariam em acúmulo e ordenamento de documentos para se constituir a História, como queriam os positivistas (BOURDÉ & MARTIN, 2000, p.114).

Deste modo, a partir de 1920, a *Revue de Synthèse Historique* teria começado a criticar os metódicos em suas contradições (tais como à sua recusa de síntese), sendo sucedidos posteriormente pela Escola *dos Annales* com suas críticas até certo ponto plausíveis, mas que possivelmente o caráter político do debate/embate historiográfico tenha contribuído não só para o seu teor agressivo, mas também para o erro de homogeneizar a historiografia do século XIX.

Destarte, Bourdé & Martin (2000, p.112-113) ressaltam o erro de se classificar os “metódicos” de *positivistas* em função de que tal escola histórica não teria como inspirador o francês Auguste Comte e sua filosofia científica de cunho especulativo, mas sim o próprio Leopold Von Ranke e sua ciência positiva, que assim seria denominada exatamente por buscar a *objetividade* na História, em detrimento da reflexão teórica associada pelo mesmo à especulação filosófica. Deste modo, ao procurar realizar os princípios de Ranke de forma literal os “metódicos” caíram em contradições referentes aos pressupostos teóricos defendidos e à prática historiográfica efetuada. Talvez fosse então a prática científica que Hayden White (1995) chamaria de empirismo ingênuo, a que o mesmo exclui do erro o próprio Leopold von Ranke.

Concluindo, como vimos até agora o conceito *positivismo*, que logo se coloca em questão quando falamos em “Escola Metódica”, se trata de um termo de difícil definição, talvez tão complexo (significamente falando) de precisar quanto o próprio conceito *Historicismo*, pois como constataram Bourdé & Martin (2000) existe uma confusão generalizada entre aquele e o termo chamado “espírito positivo” produtor de uma “ciência positiva”. Ou seja, existe um conflito no que tange ao problema de estabelecer até que ponto os “metódicos” podem ser vistos como adeptos de uma ou outra influência, ou se realmente realizaram uma mescla entre ambas as concepções de História (BOURDÉ & MARTIN, 2000; HARTOG, 2003), ou ainda sobre até que ponto pode-se ou não haver uma aproximação entre o *positivismo* de Auguste Comte e o *espírito positivo* de Leopold von Ranke, o último conceito expresso não somente neste autor alemão, mas nele de maneira modelar.

1.2 Historicismo/Historismo: sobre Leopold von Ranke

Procurarei explorar daqui em diante o conceito Historicismo e suas imbricações para a prática historiográfica do sujeito cognoscível de uma forma mais restrita, especificamente discorrerei acerca do que Arno Wheling classificou como *Historicismo romântico* ou, como preferem Estevão de Rezende Martins e Sérgio Buarque de Holanda sobre o *Historismo*, que tem como um de seus maiores expoentes o historiador alemão Leopold von Ranke que, como vimos foi tão criticado pela tradição dos *Annales*,⁸ a nosso ver de forma incoerente, buscando explanar através de uma investigação sobre o mesmo a propósito de esclarecer o porque de nosso posicionamento teórico.

Segundo o historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, em seu prefácio *O atual e o inatual em Leopold Von Ranke* (1978) da obra que o mesmo organiza alguns escritos de Ranke, Deus bem que poderia ser “substituído por alguma fórmula profana” na escrita da História de Ranke. Holanda profere essa sentença se referindo às suas “menções desapaixonadas”, ponto este que estaria intrinsecamente ligado aos seus *ideais de objetividade* da pesquisa histórica e, provavelmente em função disso, ele foi acusado de proceder com certo “relativismo ético” por Lord Acton e de possuir um “espírito pequenino” por Jacob Burckhardt (HOLANDA, 1978, p.07-08; 11). Como se pode ver Ranke foi mal interpretado desde a época de seus contemporâneos até chegar às apaixonadas críticas instrumentalistas da Escola dos *Annales* na primeira metade do séc. XX.

Pedro Caldas, em seu artigo *O espírito dos papéis mortos: Um pequeno estudo sobre o problema da verdade histórica em Leopold Von Ranke* (2007) difere da interpretação de Holanda, pois considera que o protestantismo exerceu uma influência sobre ele maior do que se tem comumente admitido (GAIO, 2007). Ele defende então a idéia de que a escrita de Ranke seria baseada segundo uma “concepção luterana de interpretação” onde deveria buscar um significado único, literal do texto. Para isso, dever-se-ia ler o texto (fontes) sem valores/intenções pré-definidas, pois se deveria buscar uma verdade única, a pesquisa deveria pautar-se nessas condições para não cair no equívoco de se buscar meras provas para o “já sabido”.

Deste modo, negar-se-ia as autoridades, tendo o historiador o dever de recorrer às fontes e não a documentos secundários para verificar por si mesmo a autenticidade dos fatos e assim

⁸ Postura esta ainda absurdamente sustentada na atualidade por profissionais herdeiros de sua produção ao ainda hoje classificar L. von Ranke como *positivista*, como constatou Pedro Caldas em vários programas de pós-graduação de universidades brasileiras.

produzir conhecimento (COULANGES, 1901, p.257-259). A autoridade exclusiva do imediato não significaria então que o sujeito cognoscível devesse ser neutro ante o seu objeto, mas sim que deveria criticar as assim chamadas autoridades, tornando-as testemunhas a serem interrogadas, ou seja, busca delimitar a *posição do historiador* no trabalho de interpretação, posição esta que não condiz com as críticas dos *Annales* quanto à inexistência de *problematização* por parte do historiador tradicional para com as fontes, mas que apenas divergiria quanto à perspectiva em que os problemas colocados pelo sujeito às fontes deveriam atuar.

Para Caldas (2007, p.12), Ranke então sempre teria procurado articular os fatos, buscando estabelecer os nexos entre as diferentes dimensões da vida histórica, visando determinar o sentido do processo histórico, ou seja, seria uma atitude *não passiva*, pois o sentido histórico não estaria dado, o sujeito cognoscível é que o produziria (ponto este que Holanda também corroborará como veremos um pouco adiante). O autor afirma ainda que, para Ranke era o historiador que dava sentido ao documento através de suas capacidades perceptivas no que se refere “ao valor do sujeito histórico”, assim a individualidade e a verdade histórica não estariam dadas nas fontes, pois ambas seriam construções do sujeito cognoscível. Desta forma, Ranke pensava ser necessário o historiador buscar um equilíbrio entre a *autonomia* do que ele considerava individual (agente, época e povo) e a contingência do contexto histórico em que o objeto se encontra inserido (geral).

Segundo sua orientação luterana Ranke buscava “suscitar a participação do leitor” em sua narrativa histórica, fazendo-se desaparecer da narrativa, colocando o leitor em uma posição em que ele próprio participasse do narrado. Segundo Caldas (2007, p.14), essa prática historiográfica de Ranke permite que o evento não seja dado por encerrado ou morto no passado, mas que ganhe vida na experiência participativa do leitor, ou seja, que o leitor faça sua própria interpretação dos eventos narrados. Caldas afirma que esta prática do “ausentar-se da narrativa” não pode ser confundida com a famosa acusação de neutralidade em Ranke, e que essa idéia na verdade seria pautada em sua aversão a modelos explicativos prévios.

Deste modo, Ranke afirmaria a necessidade do “estar aberto” a uma determinada obra, ou seja, sua preocupação com o rigor científico no que tange ao necessário controle da subjetividade ao ato de interpretação, pois sua busca pela objetividade denotaria o procedimento basilar de *ir às fontes* sem idéias pré-concebidas acerca das mesmas (COULANGES, 1901; HOLANDA, 1978). Deste modo, o receio em tomar partido e o apagar-se da narrativa não expressaria uma efetiva *imparcialidade* do sujeito cognoscível,

mas sim uma necessária cautela científica visando construir um objeto do conhecimento que teria como meta não literalmente a verdade única, mas a sua busca.

Holanda (1978, p.08) situa Ranke como o mais legítimo representante do *Historismo*, definindo este conceito não como sendo simplesmente um método, mas sim como uma mentalidade científica que teria se formado na Alemanha. A leitura de White sobre a definição do conceito converge com a de Holanda quando afirma que o Historicismo de Ranke exprime mais que uma concepção de história, mas sim uma visão de mundo baseada em sua negação sobre as representações românticas, especulativas e mecanicistas da realidade.

Esta mentalidade, segundo Holanda, teria como mérito principal o fato de opor-se ao jus-naturalismo, definindo o curso da história como “imprevisível, individual e singular”. Ele chama a atenção para os problemas de definição do conceito em suas diferentes grafias (Historismo/Historicismo) e significados. Segundo ele, Popper serve de exemplo para este fim, pois este teria feito uma dura crítica a um Historicismo de cunho especulativo, bem diferente do *Historismo* de Ranke. Nos termos de Arno Wheling, penso que seria uma crítica a todo Historicismo que buscava estabelecer previsões sociais baseadas em “leis de caráter newtoniano”, ou seja, que adotavam o padrão newtoniano para interpretar a realidade histórica. Assim como Wheling, Holanda (1978, p.33) chama a atenção para o perigo de se criticar/negar o historicismo em “bloco”, pois essa atitude ignora suas variações, ou seja, tratando-o de forma homogênea comete-se um erro interpretativo que compromete toda a compreensão do fenômeno.

Ambos os autores (Holanda e Caldas) criticam o que classificam de interpretações clássicas, mas que consideram equivocadas sobre Ranke. Neste ponto tentam desmistificar as críticas que Ranke sofreu recorrendo a leituras alternativas e também *indo às fontes*⁹ com um *olhar compreensivo*. Holanda argumenta que a sua idéia de neutralidade não se efetivava em sua práxis historiográfica, pois ele buscava “reviver os fatos particulares” para relacioná-los, articulá-los em “quadros amplos” com o intuito de atribuir-lhes inteligibilidade através da construção dos “nexos de sentido”. Deste modo, Ranke não se preocuparia somente com os *fatos em si* (tal como os rótulos que normalmente lhe são atribuídos afirmam), mas se

⁹ O que significa ler os próprios escritos de Ranke ao contrário de se limitar a estabelecer um julgamento sobre o mesmo de forma indireta, através de “fontes secundárias” e sua suposta verdade, ou seja, trata-se de um procedimento de investigação da “verdade” sobre a concepção de História de Ranke, de uma procura por uma interpretação própria que não se limite às interpretações já existentes. Assim cria-se um mecanismo essencial para a História, o de criticar as verdades produzidas pela disciplina, historicizando-as ao reavaliá-las. Assim o historiador segue o caminho correto ao se propor produzir conhecimento histórico, ao invés de reproduzir de forma acrítica o “já sabido” (CALDAS, 2007; COULANGES, 1901; HOLANDA, 1978), pois sua “idéia geral” se basearia no material empírico, respeitando assim o caráter referencial da História (BENTIVOGLIO, 2007).

preocuparia em articulá-los com o todo do fenômeno estudado. Neste ponto, Hayden White novamente endossa a interpretação desses autores quando argumenta que a preocupação com a objetividade em Ranke não o qualifica como um “empirista ingênuo”, mas que esta posição que idealizava seria o resultado de sua recusa em aceitar que fosse possível uma representação plausível da realidade derivada de idéias pré-concebidas, tal como, segundo ele, era praticado pelos adeptos das “concepções românticas, idealistas e positivistas” (WHITE, 1995).

A insistência de Ranke na imparcialidade seria no intuito de formular uma *crítica histórica* dita científica, demonstrando assim sua grande preocupação com o *método*. O autor destaca que o próprio Ranke teria afirmado que sua idéia de neutralidade seria mais um “ideal” para a orientação de um caminho, uma direção certa a se seguir do que uma ingênua prática historiográfica. Assim, talvez ele quisesse demonstrar que a *plena parcialidade* não fosse plausível para produzir uma História científica. Neste contexto, o autor cita Marc Bloch no que tange à sua leitura sobre a *ambigüidade interpretativa* da máxima rankeana (“como efetivamente aconteceu”), pois ela possuiria um caráter passivo ou probatório (HOLANDA, 1978, p.16-20). Deste modo, tomá-la isoladamente da obra de Ranke é um dos erros que produzem distorções absurdas sobre seu pensamento, pois tomando a frase no último sentido podemos observar sua preocupação com a objetividade na História pautada em um *método crítico rigoroso*.

No que se refere à sua aversão filosófica (separação entre história e filosofia) Ranke tentava tratar do problema acerca da relação entre o individual e o geral. Segundo o autor, Ranke tinha consciência da necessidade de se fazer generalizações na história, o que ele negava seria a existência de *leis históricas* que transpassassem o tempo e o espaço. Neste sentido, Holanda argumenta que para Ranke o problema estaria em partir de teorias para o individual, ou seja, pensava que o mais plausível seria o de proceder do particular/único para o geral/universal buscando preservar o caráter particular da história. Deste modo, fica claro que estabelecer os fatos seria apenas o primeiro passo do processo cognitivo, assim ele não trabalharia exclusivamente com “singularidades e diferenças”, mas também com “similaridades, repetições e conexões” (1978, p.23).

A sua primazia pelo individual é interpretado por Holanda (1978, p.26) como uma busca pela sua forma superior, o único inserido no todo inteligível. Neste contexto, Ranke não seria um “mero compilador de fatos” porque sempre estivera interessado em produzir os “nexos de sentido”. Penso assim que ele não seria passivo ante aos fatos, mas que talvez fosse consciente da dificuldade de se buscar a verdade histórica, tendo então uma atitude comedida frente a essa empreita tentando evitar o erro.

A importância de Ranke remete também a uma característica assinalada pelo autor como uma aversão às idéias dominantes, devido ao seu espírito reflexivo quanto aos problemas referentes ao conhecimento histórico, ele tinha então uma “capacidade de insatisfação” com o consenso existente entre os historiadores de sua época. Holanda (1978, p.56) vê Ranke ainda como um dos precursores do estruturalismo histórico pautado na percepção de seu interesse primordial nas “estruturas impessoais” representado por sua idéia de Estado. Ou seja, a proeminência do político em Ranke é visto pelo autor no tocante às suas generalizações em busca de inteligibilidade, desta forma Holanda novamente busca compreendê-lo, destacando suas contribuições ao invés de rotulá-lo pejorativamente.

Concluindo, procuramos no decorrer deste tópico discorrer acerca do conceito Historicismo por julgar este um esforço essencial para o reconhecimento e a compreensão das contribuições da historiografia do século XIX, pelo mesmo constituir um conceito articulador para uma reflexão acerca da consciência histórica do período, tendo em vista que demonizar os grandes representantes de um modelo de história que é o mesmo praticado pelos que efetuam a crítica não se justifica.

Como vimos, o conceito Historicismo possui então diferentes significados e, em virtude disso é que se torna necessário que o historiador defina claramente *o que entende* pelo conceito ao utilizá-lo para que se evitem confusões que comprometam a plausibilidade de seu trabalho, assim como o risco de se estabelecer um “diálogo de surdos” com outros autores devido à imprecisão semântica de seus próprios termos.¹⁰

Apesar da polissemia do referido conceito, nos parece coerente afirmar que existe certo consenso entre os autores citados de que dentre as inúmeras acepções existentes, a que possuiria o maior grau de plausibilidade seria a concepção historicista da tradição alemã representada por L. von Ranke. Assim, o *Historismo* constituiria uma entre outras tendências teórico-metodológicas historicistas, ao mesmo tempo em que seria a concepção historicista da ciência Histórica mais aceitável na atualidade, no sentido de que essa perspectiva, mesmo que relativamente,¹¹ ainda constitui o pano de fundo da predominante concepção de História dos séculos XX e XXI.

¹⁰ Neste ponto, voltamos a mencionar as aproximações que o *Historicismo* e o *positivismo* possuem no sentido semântico, ou seja, de chamar a atenção para a polissemia de ambos os conceitos para que não cometamos o erro de buscar a averiguação desta suposta aproximação, em uma determinada tradição historiográfica (leia-se “Escola Metódica”), sem antes atentarmos para o significado dos mesmos para os atores históricos.

¹¹ Utilizamos o termo “relativamente” em função de que, a nosso ver, o *Historismo* constituiria ainda hoje a base da ciência Histórica na medida em que seus pressupostos teórico-metodológicos foram capazes de absorver as críticas efetuadas por inúmeras tradições historiográficas, notoriamente a mais destacada seriam as advindas da Escola dos *Annales*, baseada na proposição de uma História-problema e na ampliação da noção de documento histórico. Ou seja, mesmo que a tradição dos *Annales* tenha fundamentalmente se colocado em oposição ao

Além do inquestionável valor da construção do método histórico (crítica das fontes), uma das principais contribuições historistas para a História certamente foram as críticas efetuadas pela tradição ao racionalismo, quando seus membros buscavam enfatizar os traços irracionais do homem e conseqüentemente da própria ciência Histórica em função da mesma ser um constructo cultural, portanto não isento da subjetividade em sua construção. Talvez seja em função deste motivo que os historistas perpetraram uma constante preocupação para com a legitimação da História como uma disciplina científica, ou seja, procuraram fundamentá-la de mecanismos coerentes que possibilitasse ao sujeito a busca pela objetividade.

Neste contexto, a querela entre a valorização do particular e a necessidade de generalização, ou seja, em outras palavras a ênfase historista nas características irracionais do homem¹² e a pretensão científica que de certa forma depende de idéias e valores universais, foi e ainda é um constante problema teórico-metodológico para a História. Deste modo, Ranke ainda pode ser considerado um autor atual principalmente em decorrência de sua reflexão acerca do problema da generalização em História, pois se em outras ciências esta operação é realizada sem maiores dificuldades devido a uma suposta segurança oferecida pelas leis existentes e, normalmente consideradas como naturais, na História a ausência de tal “segurança” nos obriga a refletir constantemente acerca dos limites e possibilidades de sua execução. Trata-se então de pensar sobre a plausibilidade das orientações teóricas que fazemos uso para com o material empírico, visando construir um conhecimento rigoroso, rigor pautado em uma mútua relação entre a teoria e a prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. A escola metódica. In: _____ *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CALDAS, Pedro S. P. O espírito dos papéis mortos: Um pequeno estudo sobre o problema da verdade histórica em Leopold Von Ranke. In: *Emblemas*. Boletim da Linha de Pesquisa

Historismo sua concepção de História ainda pode ser vista como herdeira do movimento historista em inúmeros pontos.

¹² Este posicionamento resultou na oposição historista quanto à pretensão da busca de leis na história, pois sendo o homem um ser irracional nenhuma ciência humana poderia almejar a plena racionalização das coisas humanas, ou seja, o homem seria um ser histórico e, portanto mutável no tempo. Entretanto, a irracionalidade do homem não foi vista pelos historistas como um impedimento para se construir um conhecimento histórico válido, mas sim no sentido de colocar em evidência os limites da mesma. Ou seja, almejavam uma ciência histórica pautada no rigor metódico e não na garantia de seus resultados, não podendo assim o homem utilizar o conhecimento histórico como aplicável à ação.

Campos de Experiência e Relações de Força. v. 02, 2007. Catalão, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão: Editora Modelo. 2007. n. 03, p. 11-15.

CALDAS, Pedro S. P. O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *bildung* na consciência histórica alemã do século XIX. In: *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 29, p. 139-160, 2006.

COULANGES, N. D. Fustel de. *A cidade Antiga*. Ed.: Martins fontes, 4ª edição, SP, 2000.

CRUZ, Manuel. *Filosofia de la história: el debate sobre el historicismo y otros problemas mayores*. Barcelona: Editorial Paidós Ibérica, 1996.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Editorial Presença, v 1, 1977.

GAIO, Géssica Góes Guimarães. *A tarefa do Historiador no alvorecer do Historicismo*. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HARTOG, François. *O século XIX e a História: O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. In:_____. (Org.) *Leopold von Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979.

MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARROU, H. I. A verdade da História. In: _____ *Do conhecimento histórico*. 3ª edição. Lisboa: Pedagógica Universitária, 1974, p. 199-217.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdeí Lopes. et al. *A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. p. 332-352, 2010.

MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

WHELING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: UGF; Niterói: UFF, 1994.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

O CARÁTER EXISTENCIAL E COMPREENSIVO DA CIÊNCIA HISTÓRICA A PARTIR DE RÜSEN E GADAMER

Clodoaldo do Nascimento BASTOS

clodoaldobastos@hotmail.com

RESUMO: Esse texto tenta levantar algumas questões referentes a narrativa da história, tendo como objetivo mostrar a ligação entre vida prática e existencial dos seres humanos e a compreensão hermenêutica como inerentes a fundamentação científica da história, abordo aqui a contribuição do livro Razão Histórica de Rüsen e as leituras do segundo volume de Verdade e Método de Gadamer.

PALAVRAS-CHAVE: História, teoria, existência, compreensão, hermenêutica e ciência.

ABSTRACT: This text tries to raise some questions concerning the narrative of history, aiming to show the connection between daily life and existential understanding of human beings and hermeneutics as inherent scientific justification for the story, I discuss here the contribution of the book Historical Reason Rüsen and readings the second volume of Gadamer's Truth and Method.

KEYWORDS: History, theory, existence, understanding, hermeneutics and science.

Razão Histórica

A separação entre teoria e prática historiográfica não pode ser tomada de forma radical, na verdade o fazer historiográfico também passa pela teoria, toda pesquisa e escrever do historiador está orientado por questões metódicas e teóricas, dessa forma a teoria seria uma *metateoria*, essa teoria da historia teria com uma de suas funções o refletir sobre os fundamentos da ciência histórica, assim é pensada essa teoria por Jörn Rüsen em seu livro Razão Histórica.

Com o objetivo de refletir sobre a teoria da história e sua reflexão sobre os fundamentos da história enquanto ciência Rüsen procura as bases do fazer e pensar histórico na vida prática dos historiadores e dos leitores dos livros de história. Partindo da vida prática

temos as carências de orientação no tempo como motivadores da ciência história, essas carências dos que agem e sofrem no tempo são interpretadas como *interesses*, esses se deslocam em busca de respostas para as perguntas das carências de orientação.

As carências de orientação interpretadas passam fazer parte da ciência história quando são postas em um sentido por *idéias* que passam a dar critérios de sentido e tornam a procura existencial por respostas na transformação temporal em fundamentação científica: “Como critérios orientadores de sentido, tais idéias são fatores que transformam as carências de orientação no tempo em interesses no conhecimento histórico. Elas constituem, assim, as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história” (RÜSEN, 2001, p. 32).

A ciência histórica tem sua racionalidade científica contemplada quando a pesquisa é, não só orientada por idéias, mas revestidas e encaminhadas por métodos de pesquisa empírica, essas depois de pronta e finalizadas as pesquisas são colocadas em texto, em narrativa historiográfica que terão funções existências na vida prática novamente. Assim Rösen constrói seu paradigma que ele chama de matriz disciplinar que tem como objeto os fundamentos e os princípios da ciência histórica (RÜSEN, 2001, P.29).

A teoria da história exerce funções dentro do quadro histórico de produção do conhecimento. Ela tem função propedêutica como introdutória da especialização e racionalização do pensamento histórico. Função organizadora, essa organização está relacionada ao material de pesquisa e ao saber histórico. Função de coordenação, ela exerce aqui a combinação de saberes das várias ciências e conhecimentos junto a ciência histórica. Função motivadora, a teoria transforma o caráter subjetivo da vida prática em caráter científico na esfera científica do pensamento histórico. A função didática é a função de comunicação, de aprendizado e, por fim, a função racionalizadora da pragmática textual, a função de tornar a apresentação textual da pesquisa histórica em uma historiografia de caráter racional e científico. Todo o conhecimento histórico, assim como todo conhecimento científico está fadado a ser ultrapassado, o conhecimento histórico que está sempre se adaptando a novas exigências de orientação e modificando não só seu olhar sobre o passado, mas modificando a própria história, essa modificação é o que chamamos de progresso cognitivo. Logo percebemos que essas mudanças de perspectivas estão ligadas a um avanço, não necessariamente no sentido do progresso evolutivo, a uma superação científica dos saberes, métodos e perspectivas, pois, “os resultados da pesquisa, na historiografia, não devem cristalizar-se em uma imagem definitiva dos tempos passados, pois perderiam o traço característico da racionalidade que os produziu” (RÜSEN, 2001, P. 47).

O agir e o sofrer humano no tempo leva os seres humanos a interpretarem sua “experiência” no tempo presente e suas “intenções” e projetos no futuro, essa relação de interpretar leva a construção de uma *consciência histórica*. A consciência histórica é formada na vida prática: “são as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiência e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica” (RÜSEN, 2001, P. 54), mas é a relação intelectual da experiência no tempo e a intenção que irá formar a consciência científica da história.

A consciência histórica é expressa na representação historiográfica, é através da narrativa histórica que ela é apresentada. A narrativa é a produção textual de uma pesquisa histórica, nela vemos como age a consciência histórica com sua rememoração do passado, tornando esse presente e ligando-o a expectativas de futuro, essa ligação entre o passado tornado presente e o presente enquanto projeto de futuro é explicitado como uma representação da continuidade. (RÜSEN, 2001, P:64).

Essa representação de continuidade está na base da formação e consolidação de identidades, pois os seres humanos se apóiam na continuidade temporal para não se perderem no fluxo do tempo, nas transformações, como uma âncora a narrativa histórica os apóia e lhes dá um alicerce na constituição de identidades. “A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam experiência do tempo com as intenções no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 66).

Nem tudo que é passado e que tem relação com o agir e sofrer do homem no tempo é história. O passado e os fatos em si não são mais do que “matéria bruta” e não tem sentido, é um amontoado caótico dentro do quadro de conhecimento, somente com a intervenção da consciência histórica e sua representação da continuidade que irá se dar a história enquanto produto dessa consciência. “Nem tudo o que tem haver com o homem e com seu mundo é história só porque já aconteceu, mas exclusivamente quando se torna presente, como passado, em um processo consciente de rememoração” (RÜSEN, 2001, p. 68).

Dentro dessa idéia de passado *presentificado* e intencionado em futuro temos uma orientação temporal do agir humano que foge dessa representação da continuidade. Essa orientação na verdade é anterior a própria consciência histórica, ela torna o passado presente sem a intervenção dessa relação temporal, dando orientação e servindo como base cultural. Essa orientação “pré-narrativa” é o que Rösen chama de *tradição*.

É na e través da tradição que se dá a constituição da consciência histórica, porém essa é uma crítica, uma separação parcial da tradição, pois na tradição não há uma continuidade

temporal e uma consciência do passado enquanto passado, será através da consciência histórica que será feita essa separação e teremos uma narrativa constituidora de identidade e um referencial de orientação temporal e existencial.

A consciência histórica representa, portanto, uma diferenciação e uma expansão da consciência do tempo, realizada na tradição como orientação temporal da vida prática. Na medida que só descobre o passado, como passado, nessa orientação, a consciência histórica projeta a orientação temporal da vida prática atual para trás, de forma que as lembranças possam ingressar nesta a fim de superar os déficits de orientação temporal intrínsecos à tradição, diante das novas experiências do tempo e expectativas no tempo da vida prática atual. (RÜSEN, 2001, p.84)

A história científica tem caráter de verdade, ela pretende que os leitores da narrativa histórica acreditem nos fatos narrados e em sua validade para a vida prática. Para dar pretensão de verdade é utilizado três meios, ou critérios de verdade. O primeiro é relativo a conteúdo de experiência, nesse caso o historiador para dar mais credibilidade a sua narrativa se utiliza de testemunhas, avalistas, citam fontes. No segundo Rüsen nos fala da relação entre experiência e as normas e valores, nessa abordagem uma história passa a ser *significativa* a partir do momento que os fatos narrados tem significado na vida prática dos seres. Por fim temos como critério de verdade o sentido dado na narrativa, a história é “verdadeira” quando o seu conteúdo empírico e experiencial juntamente com sua significação normativa tem sentido em uma narrativa através de uma representação de continuidade constituidora de identidade.

Histórias são narrativamente pertinentes quando o contexto de sentido entre fatos e normas, por elas apresentados como continuidade no fluxo temporal, está garantido por critérios de sentido (idéias como pontos de vista supremos da constituição de sentido) eficazes na vida prática de seus destinatário. (RÜSEN, 2001, p. 92)

O caráter científico da ciência histórica é revestido pelas regras de pesquisa, pelo “como” ou “caminho” percorrido pelo historiador em sua pesquisa e narrativa histórica. Nessa metodologia da pesquisa histórica é explicitado e fundamentado os critérios de verdade com relação ao caráter experiencial empírico, normativo e de sentido da história, nas três esferas temos a ampliação, a fundamentação e o controle desses critérios. Com a metodologia as fontes e vestígios, as normas e a significação, o sentido e as teorias são colocados na

superfície do conhecimento mostrando sua ligação com a produção e com o caráter científico dessa produção, mas sem retirar sua ligação com o mundo prático e existencial das carências de orientação. Como o próprio Rűsen afirma, *ciência é método* (RŪSEN, 2001, p.98), logo a característica científica da história esta diretamente ligada as regras de pesquisa com a metodologia adotada.

A Hermenêutica de Gadamer

Interpretar um texto não é simplesmente ler o que está escrito, a tarefa é um pouco mais complexa, não estamos falando apenas de *entender* um enunciado, estamos falando de compreender, mas aqui compreender não se restringe apenas ao texto, ele expande sua lógica pela existência humana com suas angustias e expectativas no tempo, é a partir da “pré-sença”, ou do ser-aí que Gadamer irá colocar sua hermenêutica de fundo “Heideggeriana”.

O primeiro passo é nos colocarmos com a coisa ela mesma, temos que dialogar com o texto, mergulhar na tradição na qual ele pertence, temos que entender o texto por ele mesmo, para depois relacionarmos ele com o seu autor e com as condicionantes sócio-econômicas e históricas. Partimos para isso dos pré-conceitos, de conceitos que já trazemos conosco, com isso teremos um projeto inicial que irá sendo reformulado a medida que passamos a compreender o texto e vamos formulando novos projetos de entendimento:

Quem quiser compreender um texto deverá sempre realizar um projeto. Ele projeta de antemão um sentido do todo, tão logo se mostre um primeiro sentido no texto. Esse primeiro sentido somente se mostra porque lemos o texto já sempre com certas expectativas, na perspectiva de um determinado sentido. A compreensão daquilo que está no texto consiste na elaboração desse projeto prévio, que sofre uma constante revisão á medida que aprofunda e amplia o sentido do texto.
(GADAMER,2002, p.75)

Com esses conceitos que temos com o pertencimento a uma tradição damos o primeiro passo na construção de um projeto de compreensão do texto, mas isso não que dizer que temos que “sufocar” a fala do texto com nossas expectativas, pelo contrário, temos que estarmos abertos e receptivos ao que o texto nos fala e somente depois *fundirmos os horizontes* do leitor e do texto. Aqui não há também uma neutralidade frente ao que está no

enunciado, mas sim um diálogo entre nossos projetos prévio e nosso entendimento e o que nos fala o texto para depois ser construído uma compreensão do todo.

Compreender um enunciado é compreender a pergunta que gerou esse enunciado, “todo enunciado tem seu horizonte de sentido no fato de ter surgido de uma situação de pergunta” (GADAMER, 2002, P:67), ou seja, todo enunciado é resposta a uma pergunta, entender isso é mais um passo rumo ao entendimento do texto, interpretar um enunciado é também desvendar o que está implícito no texto, ver suas perguntas e também o que não foi dito. Esse desvendar é um descobrir, desocultar, é tornar algo verdadeiro. A verdade é desocultação. (GADAMER, 2002, p.60)

Com base na filosofia fenomenológica de Heidegger Gadamer tem como base a presença (Daisen), o ser humano e sua existência, sua historicidade, compreender não é apenas um ato de interpretar um texto, mas também de dar sentido a essa existência temporal, as expectativas desse ser, compreender é também ser. A hermenêutica parte da historicidade, da existência humana, é o ser temporal a medida da interpretação com sua existência e pertencimento a uma tradição, tradição essa que tem um caráter de autoridade, de saber que sobrevive a destruição do tempo. O fato dessa tradição ter caráter de autoridade não a faz uma verdade absoluta, temos que ter um olhar crítico sobre ela, sem negar suas “verdades”.

O texto é interpretado nessa perspectiva hermenêutica tendo com “metodologia” o círculo da compreensão, nele as partes determinam o todo, assim como, o todo determina as partes em um círculo de compreensão das partes e do todo rumo a uma compreensão do enunciado: “A antecipação de sentido, que comporta o todo, ganha uma compreensão explícita através do fato de as partes, determinadas pelo todo, determinarem por seu lado esse mesmo todo” (GADAMER, 2002, P:72).

Nesse caso as partes tem que concordarem com o todo, caso contrário não há êxito na compreensão.

Com essa pequena e superficial explanação deixamos claro o caráter de compreensibilidade da hermenêutica de Gadamer e sua relação com a historicidade e a existência do ser humano (Daisen).

Ciência Existencial e Compreensiva

A ciência histórica é fundamentada a partir de sua relação com as carências de orientações dos seres humanos que agem e sofrem no tempo, é a vida prática desses homens e mulheres que os levam a procurarem respostas para suas dúvidas, angústias e darem sentido a sua existência e sua relação com o tempo. Nessa caminhada rumo a uma constituição de identidade e de orientação temporal os seres humanos que são também seres sociais criam uma narrativa que os ligam ao passado através de sua relação com o presente e com suas expectativa de futuro.

A ciência que trata dos homens inseridos no tempo, como diria Bloch, tem sua base na vida prática, daí podermos dizer que a história é uma ciência existencial, logo ela também é compreensiva, pois não basta “explicar”, tem que se compreender, interpretar as ações e intenções dos seres humanos em questão. O livro RAZÃO HISTÓRICA nos remete aos fundamentos existências da ciência histórica, já a filosofia hermenêutica de Gadamer nos coloca frente a questão da compreensão desse ser histórica e finito que é o ser humano, a partir da leitura de Rüsén e Gadamer podemos constatar a fundamentação existencial e compreensiva da ciência histórica.

Em um momento onde há várias discussões sobre o caráter científico e artístico da história é pertinente falar sobre a fundamentação científica dessa área do conhecimento, não há a necessidade de negar a relação íntima com a vida prática e com a subjetividade para requerer um caráter científico da narrativa histórica, não é isso que irá abalar sua “cientificidade”.

A partir da matriz disciplinar de Rüsén temos uma argumentação bem estruturada em favor do caráter científico da história com base em sua relação existencial com a vida prática dos seres humanos, seres esses que tem intenções e precisam ser compreendidos e compreenderem sua relação com o tempo com o mundo e com os outros seres humanos.

Sem pieguice ou pretensão podemos chegar a conclusão que a ciência histórica tem um valor fundamental não só na consolidação das identidades e da compreensão de nossa existência finita, como também tem um papel importante na busca de um diálogo com nossa própria “humanidade”, por mais que esse conceito universal esteja meio abalado pela fragmentação do discurso pós-moderno, que não passa de uma radicalização dos anseios frustrados da modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índice*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RURSEN, Jorn. *Razão Histórica- teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília:UNB, 2001.

1066 – ANO DE IMPORTANTES MUDANÇAS HISTÓRICAS E LINGUÍSTICAS NA FRANÇA E NA INGLATERRA

Elaine Arão GOURAUD*

eurocentres@uol.com.br

RESUMO: Em 1066, Guilherme I, O Conquistador, ou ainda, o Bastardo, saiu da Normandia para invadir e dominar a Inglaterra. Esse fato histórico é de fundamental importância para as línguas inglesa e francesa até hoje, pois proporcionou rápidas alterações em ambas. Demonstraremos como acontecimentos históricos provocaram mudanças nas línguas inglês, francês e português, fazendo com que o estudo de uma facilite, aperfeiçoe e aprimore a compreensão das outras. O conhecimento da História, portanto, é essencial para apreendermos nossa própria língua, permitindo também que dominemos mais facilmente uma ou mais línguas estrangeiras. É sob a perspectiva da História e da Linguística Diacrônica que apresentaremos este trabalho. O nosso estudo é portanto, transdisciplinar, pois esta é a abordagem norteadora da pesquisa contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: 1066: História, Linguística Diacrônica, Transdisciplinaridade.

ABSTRACT: In 1066, William I, the Conqueror, or still, the Bastard, left Normandy to invade and dominate England. This historical fact is of fundamental importance to the English and French languages until nowadays, because it has caused quickly changes in both of them. We will demonstrate how historical facts have caused changes in the languages English, French and Portuguese, making the study of one of them facilitate, perfect and improve the understanding of the others. Thus, knowing History is essential for you to apprehend your own language, also allowing you to more easily dominate one or more foreign languages. It's from the perspective of History and of Diachronic Linguistics that we will present this work. So, our study is transdisciplinary, for this is the approach that guides contemporary research.

KEYWORDS: History, Diachronic Linguistics, Transdisciplinarity

A transdisciplinaridade é uma abordagem científica que visa à unidade do conhecimento humano, elaborando uma nova compreensão da realidade, demonstrando que há inter-relação entre as disciplinas, bem como influência recíproca entre elas, fazendo com que a compreensão de uma explique, esclareça e aperfeiçoe o estudo da outra.

Isto acontece especialmente no âmbito das línguas, pois já foi cientificamente comprovado que, no princípio da civilização humana, em determinadas áreas geográficas, como, por exemplo, na Europa, falava-se somente algumas línguas, as quais os linguistas denominaram ‘família indo-européia’. Pertenciam a ela as línguas itálico, germânico, helênico, celta, albanês e balto eslavo (WALTER, 2001, p. 16).

Com o passar dos tempos, devido a fatores históricos, geográficos, sociais, dentre outros, as línguas indo-européias desenvolveram-se e modificaram-se, originando línguas mais próximas das atuais. O itálico desenvolveu-se no ilírico, no veneto, no ombrio e no osque e no latim. O tempo passou e o latim deu origem ao português, ao espanhol, ao francês, ao italiano, ao dalmata, e ao romeno.

O germânico, por sua vez, dividiu-se em germânico do norte, do leste e do oeste. Este último evoluiu e originou o alemão, o luxemburguês, o neolandês, o africâner, o frisão e o inglês.

Os motivos pelos quais as línguas modificam-se, fazendo surgir outras, são estudados pela Linguística Diacrônica, que analisa a evolução da linguagem através do tempo, bem como pela Sociolinguística, que é definida como “o ramo da Linguística que estuda a relação entre língua e sociedade, entre os usos da língua e as estruturas sociais nas quais os falantes da línguas vivem.” (SPOLSKY, 1998, p. 3).

Diversas razões fazem com que uma língua se transforme, como históricas, políticas, econômicas, sociais etc. Como exemplo de históricas, podemos citar a invasão de um país, cujo povo, falante de uma língua, é dominado por um povo falante de outra língua. É o que ocorreu em várias nações africanas e sul americanas desde o início dos descobrimentos até a primeira metade do século passado, quando Inglaterra, França, Portugal e Espanha nelas chegaram, as dominaram e lhes impuseram suas línguas.

Razões políticas ocorrem, por exemplo, quando determinado povo e seu governo elegem uma ou algumas línguas, para que sejam consideradas oficiais de seu país. Este é o caso da Suíça, cujas línguas oficiais são o alemão, o francês, o italiano e o romanche; bem como o de Malta, onde o inglês e o maltês estão presentes em todos os documentos oficiais e nas placas públicas, por serem as línguas oficiais do país.

Quanto a razões econômicas, podemos citar a presença do inglês como língua falada no âmbito dos negócios internacionais em praticamente todos os países ocidentais da atualidade.

Razões sociais são as estabelecidas pelas opções de determinados grupos, que os levam a eleger uma língua como representante de seus anseios pessoais, quer sejam culturais, profissionais ou outros. É o caso do francês, língua que ainda hoje é a preferida no âmbito da diplomacia internacional.

Estas motivações fazem com que uma língua seja usada não só por seus falantes nativos, mas também por povos falantes de outras línguas. Assim, uma língua entra em contato com outra, e com ela mescla-se, transformando-se.

Sabemos que isto aconteceu com o francês e o inglês, de uma forma mais intensa no ano de 1066, quando Guilherme, ' O Conquistador ', saiu da região da Normandia, na França, para lutar e vencer o rei inglês Harnold, na batalha de Hasting, assim, coroado rei da Inglaterra. Nesta ocasião, o francês tornou-se a língua dos tribunais, da administração e da cultura deste país por volta de 300 anos. O inglês passou a ser usado em ambientes menos ' nobres ', deixando de ser atraente para os gramáticos, o que possibilitou grandes mudanças em pouco tempo, visto que o controle feito por eles, neste período, não era intenso. Um grande número de vocábulo do inglês atual resulta deste período de contato diário com a língua francesa, principalmente os relacionados com a gastronomia, uma das especialidades francesas. Desde as diferenças linguísticas causadas pelo uso do inglês nas 'fazendas', e do francês nos 'castelos', até o emprego de expressões modernas como *à la carte*, o contato destas duas línguas torna o estudo e o ensino delas ainda mais interessantes.

Hoje este assunto tornou-se polêmico, visto que gramáticos franceses e ingleses disputam a nacionalidade de origem de vocábulos utilizados nestas duas línguas. Para nós, estudantes e professores de inglês e de francês, o importante é descobrirmos em que medida o conhecimento de uma delas ajuda na compreensão e no domínio da outra.

Para realizar uma análise da influência do francês no inglês falado e escrito atuais, coletei informações de alguns falantes nativos da língua inglesa, pertencentes à alta classe social na Inglaterra, mediante entrevista oral e pessoal, além do preenchimento por eles de um questionário escrito, a respeito dos vocábulos tradicionalmente pertencentes à língua francesa, por eles utilizados no momento do desempenho da língua inglesa. A opção por estes falantes foi motivada por ser de conhecimento geral, naquele país, que o uso de vocábulos e expressões francesas está ligado aos níveis social e cultural dos falantes, assim como ocorre no Brasil. Eles também são profissionais que atuam diretamente com o público, possuindo

estas características linguísticas semelhantes às deles. Em seguida, foi feito um repertório de algumas palavras e expressões francesas utilizadas no inglês e no francês atuais, reconhecidas como francesas, acompanhadas de sua tradução em português.

É importante mencionar que os falantes de língua inglesa as utilizam conscientes de que estão empregando vocábulos franceses. Este fenômeno, denominado pelos linguistas de ‘mudança de código’, efetuado por falantes de uma língua considerada linguisticamente ‘estável’, exerce importante função social. (MYERS-SCOTTON, 1993, p. 1).

Devemos lembrar que o uso do francês, por falantes da língua inglesa, no momento da utilização do inglês, acontece com muita frequência. Contudo, ele varia segundo o nível social e cultural do falante, ou seja, quanto mais elevado o seu nível cultural e social, mais ele utiliza vocábulos franceses no momento da produção de um discurso oral ou escrito em inglês.

A principal razão deste fenômeno é que o domínio do francês como língua estrangeira em todo mundo é considerado sinônimo de cultura e sofisticação. Símbolos da França construídos através do tempo e da história, como a influência da Revolução Francesa e seu respectivo lema 'liberdade, igualdade, fraternidade'; a influência da moda e da cultura francesas em geral; os perfumes e a culinária francesa; bem como os 'nomes consagrados' da literatura mundial, oriundos da França, como Honoré de Balzac, Victor Hugo, Émile Zola, Arthur Rimbaud, Marcel Proust etc., continuam a permear o inconsciente de vários povos e, ao mesmo tempo, incitar paixões ou, às vezes, inveja e ciúme.

A conhecida antítese ‘amor e ódio’ pela França, bem como por tudo que a representa, é também sentida de forma especial pelos ingleses, e demonstrada aqui pelo uso do francês na língua inglesa. O mesmo acontece com os falantes da língua francesa em relação ao inglês, mas por razões diversas e em outros ambientes linguísticos. Os franceses utilizam palavras inglesas em situações que evocam modernidade, principalmente em áreas que envolvem tecnologia. Assim, palavras inglesas como *marketing*, *globalisation*, *email*, *marketing* e *cd-rom* são de uso corrente na língua francesa, conferindo uma nuance de atualização ao discurso, ou ainda, demonstrando que o seu falante está ciente da realidade contemporânea.

Por outro lado, o uso do francês pelos falantes de língua inglesa confere um outro significado ao discurso, tornando-o clássico, nobre e sofisticado na maioria dos ambientes. Na área da restauração isto é facilmente percebido, onde a maioria dos vocábulos ingleses é de origem francesa, ou o falante, no momento do uso da língua inglesa, faz recurso a vocábulos da ‘língua de Molière’.

É necessário perceber que a pronúncia das palavras francesas muitas vezes é adaptada pelos falantes ingleses, que muitas vezes alteram completamente os fonemas originais,

tornando a identificação da palavra francesa, a princípio, difícil, apesar da grafia, na maioria dos casos, não ser alterada. Assim os vocábulos franceses vão sendo inseridos na língua inglesa, e o resultado é uma fusão que torna o estudo, o ensino e aprendizagem destas duas línguas mais fácil para quem conhece uma delas.

Os seguintes vocábulos da língua francesa, por exemplo, foram inseridos na língua inglesa e hoje são considerados também vocábulos ingleses. Alguns deles são pronunciados no inglês de forma totalmente diversa da pronúncia francesa, mas guardam sua grafia original ou com pequenas alterações: *table, dessert, buffet, porc, menu, fiancé, ambiance, environnement, fête, gourmet*, dentre outros.

Por outro lado, muitas palavras que pertencem à língua francesa atual, são utilizadas correntemente pelos falantes de língua inglesa, estando eles conscientes de que utilizam o francês para dar um toque especial ao discurso. Em alguns casos, a pronúncia dos falantes de língua inglesa é um pouco diferente daquela dos falantes de língua francesa, mas, na maioria das vezes, a pronúncia dos falantes de ambas as línguas é muito parecida ou até mesmo idêntica.

Mencionaremos, a seguir, o resultado encontrado nesta pesquisa, realizada por meio dos falantes nativos de língua inglesa, relativos a alguns dos vocábulos franceses iniciados pelas duas primeiras letras do nosso alfabeto, para que possamos vislumbrar o grande número de palavras e expressões utilizadas em ambas as línguas. Estes vocábulos franceses são utilizados por falantes ingleses há tanto tempo e de forma tão exponênea, que a pronúncia deles realizada pela maioria deles é registrada em dicionários populares no mundo todo, como *Oxford Advanced Learner's*, da editora *Oxford University Press* (WEHMEIER, 2005). Já a pronúncia dos mesmos vocábulos, realizada pela maioria dos franceses, é registrada no também internacionalmente conhecido dicionário *Le Robert d'Aujourd'hui* (REY, 1994).

à la carte: francês: advérbio. Em restaurantes, refere-se ao pedido de pratos individuais, ao invés de um preço fixo por toda a refeição. Ex: *manger à la carte* ≠ *au menu*, a preço fixo. Inglês britânico e inglês norte americano: mesmo significado ≠ *on the menu*;

abattoir: francês: substantivo masculino. Abatedouro de animais. Inglês britânico e norte americano: mesmo significado. Obs.: os ingleses geralmente preferem o vocábulo 'slaughterhouse'.

au pair: francês: substantivo masculino e advérbio. 1) Atividade laboral em que se recebe em troca a acomodação e a alimentação, sem salário; 2) Pessoa que exerce este tipo de trabalho. Ex: - *Travailler au pair*. - *Elle est au pair*. Inglês britânico e norte americano: mesmo significado;

baguette: francês: substantivo feminino. 1) Pão longo, estreito e crocante; 2) Pequeno bastão estreito e flexível . Ex: *La baguette magique des fées*. – *La baguette des chefs d'orchestre*. – *Les baguettes des restaurants chinois*. Inglês britânico e norte americano: mesmo significado;

ballet: francês: substantivo masculino. Tipo clássico de dança. Inglês britânico e norte americano: mesmo significado;

bonjour: francês: bom dia. Inglês britânico e norte americano: mesmo significado;

bureau: francês: 1) escritório; 2) escrivaninha; 3) organização ou departamento do governo que cuida de um assunto em especial. Inglês britânico e norte americano: significados 1 e 2.

Os seguintes vocábulos, além de muitos outros, também encontram-se na mesma condição, ou seja, pertencem à língua francesa atual e são utilizados pelos falantes de língua inglesa : *café, carte blanche, cliché, clique, communiqué, coup de grâce, couture, crèche, crème de la crème, crème fraîche, crêpe, croissant, cul-de-sac, déjà vu, dressage, entrepreneur, escargot, extraordinaire, fait accompli, flambé, foie gras, garçon, Grand Prix, grand projet, haute couture, haute cuisine, hors d'œuvre, mademoiselle, maison, mange tout, Mardi gras, moi, monsieur, nouvelle cuisine, panache, papier-mâché, par excellence, raconteur, rapport, répertoire, réservoir, sabotage, saboteur, sauté, unique, vin de pays, vinaigrette, vis-à-vis* etc.

Por outro lado, a língua francesa influencia a pronúncia atual de várias palavras inglesas, como, por exemplo, as começadas por "ch". Estas geralmente são pronunciadas no inglês como /tʃ/: *church, champion, chance* e *charm*. Mas, quando originam-se do francês, guardam sua pronúncia inicial, cujo primeiro fonema consonantal é /ʃ/, como é o caso de *chalet, champagne, champignon, chauffeur, chivalry, Chicago, machine*. Quanto à Chicago, terceira maior cidade dos Estados Unidos atualmente (CROWTHER, 2000, p. 103), a História conta que foi batizada por jesuítas franceses, inspirados pelo nome originalmente dado pelos indígenas ao rio que a corta, que eles chamavam de *Checagou*. Os franceses, assim, denominaram o povoado que fundaram, em 1683, de *Fort de Chicago*, levando até mesmo os falantes atuais da língua inglesa a pronunciarem esta palavra com o fonema /ʃ/, por influência de sua pronúncia em francês.

Contudo, as divergências históricas entre os ingleses e os franceses influenciam o comportamento dos falantes de língua inglesa ainda nos dias de hoje. O emprego do francês por um falante nativo de língua inglesa varia também segundo a sua capacidade de aceitação

da cultura francesa e de seu povo. Esta questão chega ao ponto de, por exemplo, Guilherme da Normandia ter adquirido dois apelidos no transcorrer do tempo, um conferido pelos franceses – ‘O Conquistador’, e outro, utilizado por alguns ingleses – ‘O Bastardo’. Isto porque, além de ter saído de uma região francesa, a Normandia, e conquistado a Inglaterra, ele era filho do Duque da Normandia com uma plebéia do reinado, sendo reconhecido como herdeiro de seu pai pouco antes deste falecer (WALTER, 2001, p. 15).

Assim, percebemos que acontecimentos históricos influenciam sobremaneira as mudanças linguísticas. Muitos deles provocaram mudanças em especial no inglês, no francês e no português, fazendo com que o estudo de uma destas línguas facilite, aperfeiçoe e aprimore a compreensão da outra. O conhecimento da História, portanto, é essencial para apreendermos nossa própria língua, além de facilitar o domínio de uma ou mais línguas estrangeiras. Esta abordagem transdisciplinar é, portanto, de fundamental importância para nós, pesquisadores contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CROWTHER, Jonathan. *Oxford Guide to British and American Culture*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EAGLES, Robin. *History of England*. London: Penguin Books Ltd., 2002

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Positivo, 2009.

HOUAISS, Antônio. *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse*. São Paulo: Larousse, 1980.

MYERS-SCOTTONS, Carol. *Codeswitching: Evidence from Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

REY, Alain. *Dictionnaire Le Robert d’Aujourd’hui*. Paris: Dictionnaires Le Robert. 1994.

SPOLSKY, Bernard. *Sociolinguistics*. Oxford : Oxford University Press, 1998.

WALTER, Henriette. *Honni soit qui mal y pense*. Paris : Laffond, 2001.

WEHMEIER, Sally, e al. *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

O RELATIVISMO E OS INTELLECTUAIS: A IDEIA DE COMPREENDER AS IDEIAS

Enilson Pereira OLIVEIRA¹
enilson1oliveira@yahoo.com.br

RESUMO: A história é uma construção do homem no tempo. Contudo, pensar e compreender como é a escrita da história e qual a sua relação com a concepção de verdade nunca foi, definitivamente, uma tarefa fácil. O artigo aqui apresentado visa somente esboçar um panorama inicial da análise de alguns autores sobre os conceitos de intelectual e sua relação com o relativismo. São assim evocadas as vozes de Zygmunt Bauman, Michael Löwy e Angel Rama para uma pequena exposição das dificuldades implícitas no tema. Suas perspectivas quanto o que é um intelectual, sua circunscrição e sua relação com o tempo são aqui levantadas visando não resolver todas as questões, mas auxiliar na composição das dificuldades inerentes a essa discussão teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual, relativismo, história das ideias.

ABSTRACT: The Story is a construct of man in time. However, think and understand how the writing of history and what is its relationship with the conception of truth has never been definitely an easy task. The article presented here is intended only to outline a scenario in the analysis of some authors on the concepts of intellectual and its relationship with relativism. So are the voices raised by Zygmunt Bauman, Michael and Angel Rama Löwy for a small exhibition of the difficulties implicit in the theme. Their perspectives on what is an intellectual, his constituency and his relationship to time raised here are not aiming to resolve all issues, but help in the composition of the difficulties inherent in this theoretical discussion.

KEYWORDS: intellectual, relativism, history of ideas.

*Que Deus seria o que apenas empurrasse de fora,
E com o dedo deixasse girar o todo?
Fica-lhe melhor mover o mundo por dentro,
Cuidar em si da natureza, e de si na natureza,
De modo que o que nele vive, tece e é,
Jamais perca a sua força ou o seu espírito.*

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestrando em história social das relações políticas.

Há algum tempo se estabeleceu um consenso de que a ciência social possui sua própria dinâmica e método para a construção do conhecimento. Não sem dificuldade, houve a separação e distanciamento das ciências naturais e de sua metodologia que busca leis universais e invariáveis, visto que essa fórmula não era aplicável as ciências humanas (LÖWY, 1991, p. 50-51). A partir daí caminhou-se no sentido de estabelecer então a circunscrição teórico-metodológica possível para as ciências sociais e almejando, como diz Bauman, “exorcizar o fantasma do relativismo” (BAUMAN, 1997, p.179).²

Segundo Michael Löwy o historicista Wilhelm Dilthey (1833-1911) é um dos primeiros a avançar na percepção de que nas ciências sociais “o sujeito e o objeto são idênticos”, pois o homem estuda a si mesmo. Ele é, ao mesmo tempo, objeto e observador. Observador esse que não consegue distanciar-se plenamente de seu objeto e trás, em alguma medida, seus valores e juízos para dentro do desenvolvimento de seu trabalho, sendo o resultado de seu devir relativo. Assim, Löwy identifica no relativismo suscitado pelo historicismo de Dilthey uma contribuição importante. Isso porque permite perceber que a validade do conhecimento produzido nas ciências sociais é limitada pelo horizonte historicamente dado, sendo assim historicamente relativo (BAUMAN, 1997, p.80).

Vemos então que há muito uma discussão está em pauta nas ciências humanas e na história: determinar os limites claros para a miríade de ideias, teorias e conceitos que emergem do fazer histórico, relativo e historicamente limitado, bem como determinar sua validade. Essas circunscrições de atuação e sua validade é o grande desafio para a historiografia.

Diante disso firmou-se como domínio importante na historiografia a história das ideias. Assim, a história das ideias se debruça sobre a trajetória, validade e mudanças nas ideias humanas ao longo do tempo, tendo nesse mapeamento, classificação, comparação e averiguação de validade e circunscrição, uma contribuição fundamental para o entendimento da possível validade dos pensamentos produzidos para se entender a realidade. Nessa direção

² O relativismo é um termo polissêmico e utilizado amplamente nas diversas ciências. Com raízes filosóficas a noção parece invadir esse espaço de conhecimento moderno chamado de ciência a partir de Galileu. A dificuldade em equacionar objetividade e relativismo foi, desde muito, um grande desafio para as ciências. Após reinado da filosofia como conhecimento válido, houve a tentativa de separação entre esta e as ciências humanas e naturais. Nesse trajeto a história foi influenciada pelo positivismo e seu cego objetivismo. Mas esse foi logo confrontado com a visão de Max Weber em Economia e Sociedade que alegava ser as ciências humanas de outro mote, não valendo para elas as regras fundamentadas nas ciências naturais como alega o pensamento positivo. O homem deve ser assim compreendido. Assim, entender a história é, nesse cenário, compreender os sentidos estabelecidos pelos homens em sua vivência e ação no mundo. Sentidos esses motivados por algumas possíveis variantes. Fazem parte deste esforço de concepção teórico-filosófica Wilhelm Dilthey (1833-1911).

o estudo da participação dos intelectuais na construção e produção do conhecimento se insere com grande relevo, visto que estes por vezes estabelecem paradigmas que buscam abarcar a realidade.

Junta-se a isso o fato de que atualmente, como ressalta Zygmunt Bauman uma das fortes características de nossa “pós-modernidade”, e já um pouco distante daquele momento colonial modernamente marcado por um otimismo ainda iluminista, é o índice agudo de incertezas. Incertezas estas refletidas nas formas e visões sobre o conhecimento, o que gera uma profusão de ideias e possibilidades que merecem ser analisadas com mais cuidado (BAUMAN, 1997, p. 172-179).

Assim, não somente as ideias são objetos de estudo como sua fonte, qual seja, os intelectuais que as difundem ou captam. Para além de Roberto Schwarz e a teoria das ideias fora do lugar, essas construções mentais estão nos seus devidos lugares, pois não há uma localização para específica e correta para as ideias. Os indivíduos que as captam e propagam ou reverberam-nas são o lócus privilegiado de análise. Contudo isso não permite dar um bom término ao assunto, mas indica uma especulação a menos em nosso quebra-cabeça a ser montado.

Agora o iluminismo e as certezas científicas modernas se esvaem. Nos resta partir das incertezas, mas não devemos concluir que elas são menos profícuas para a renovação da feitura da história ou nos levarão a um niilismo inevitável.

REPOSICIONANDO AS IDEIAS: ONDE ESTÁ O INTELLECTUAL

Dentro da tentativa de entender o dito intelectual estabelece-se uma necessidade árdua: é a partir da definição de intelectual determinar qual seria o seu papel na produção do conhecimento. Nesta primeira etapa da tarefa nos deteremos, pois ela é essencial para entendermos as ideias e como estas modificam, moldam ou reverberam a história. As possibilidades de interpretações sobre o que é o intelectual entre os estudiosos são muitas. Isso porque a polissemia do termo e suas variantes na história vagueiam por terrenos tão diversos que uma acepção unívoca parece impossível. Essas variações, contudo, tendem a ser um reflexo do esforço necessário para a formatação do conceito e sem o qual ficaria empobrecido o debate.

Em Cidades das Letras de Angel Rama o intelectual, ou produtor do conhecimento na América hispânica colonial é o letrado e profissional burocrata a serviço real que translada e transmite símbolos do velho mundo, remodelando-os diante de sua realidade concreta a partir

do epicentro da produção do pensamento na época, ou seja, a cidade (RAMA, 1985, 58). A cidade seria assim o agente modelador as concepções mentais. Toda a programação que envolvia a criação das cidades e a vivência disso na América hispânica irão permear os pensadores. Destarte, é da cidade que partem as ideias e é nela que essas se realizam, ou pelo menos, almejam se realizar.

Zygmunt Bauman corrobora e acrescenta a essa visão outras delimitações. Para isso o autor traça duas possíveis vertentes de entendimento do intelectual. Uma das vertentes é a do intelectual como “legislador” e a outra o intelectual como “interprete”. O primeiro teria encontrado campo fértil e supremacia durante a modernidade onde a ideia de superioridade européia carecia não somente de um arcabouço pautado no poder como também na autoridade, autoridade essa que advinha dos pensadores, intelectuais tidos como verdadeiros prelados no que tange as ciências e o modo de pensar em sua época (BAUMAN, 1997, p. 174-175). Aqui o conhecimento é fiador não somente de poder legalmente instituído, mas de autoridade pela detenção de conhecimento. O poder indica a probabilidade de comando, mas a autoridade reconhecida é que permite a realização dos comandos de forma aceitável.

Para o autor, esses intelectuais entendiam a modernidade como processo histórico do qual eles são os responsáveis por pensar e viabilizar sua realização concreta, plena e satisfatória, na qual todos seriam levados a um indubitável bom fim. Eram assim, portadores da autoridade para estabelecer os caminhos, refutar ideias insurgentes e estabelecer as relevâncias e os gostos. Detinham a palavra final e a palavra inicial. Legislava supremamente. Como se vê, a intelectualidade aqui é premissa de uma boa legislação e histórica e temporalmente dado.

O segundo grupo de intelectuais teria seu desenvolvimento na pós-modernidade onde a autoridade do intelectual de tipo legislador não mais tem espaço. Isso porque há uma crescente consciência da não concretização dos sonhos modernos de forma prática, difundida pelos pensadores da época, o que causa paulatinamente um declínio da concepção de autoridade plena quanto ao conhecimento de forma universal, acabado, dominante e positivo.

Diametralmente a essa ideia esvaecente da autoridade baseada no conhecimento, surge o intelectual como intérprete, hábil em entender o caleidoscópio de formulações acerca das ciências sociais e, dentre elas, a história.

Este segundo grupo é apresentado por Bauman em um contexto de incertezas inerentes a pós-modernidade. Um ambiente onde a forma de pensar é fluida e fragmentada. O relativismo das ideias que emerge desta nova realidade não é a novidade em si. Entretanto o autor lembra que esta é mais aguda. Dialoga então com Kliewer e sua visão sobre essas

formas de pensar emergentes e lembra que, sua existência não é negativa, mas deve-se evitar o que ele chama de “pluralismo” onde cada estratégia deduziria um fundamento universal, e disto, um mundo dominado por um “absolutismo múltiplo” emergeria. Com isso, cada grupo estaria fechado em seus pressupostos como sendo esses universais. Mas o que deseja Bauman então é evitar um ambiente onde as várias formas de pensar se enrijecem em seus pressupostos e rejeitem o diálogo (BAUMAN, 1997, p. 185).

A verdade na dita pós-modernidade não é mais monopólio de alguns, pois agora a “capacidad de otorgar reputaciones no es el consenso de los filósofos”. Esses anteriormente detinham o cetro determinante da verdade. Contudo, a pós-modernidade imprime ao cetro uma fragmentação. Cai assim a ideia de sustentar a superioridade absoluta do tipo ocidental de sociedade em termos objetivos, absolutos ou universais. Cai o consenso (BAUMAN, 1997, p. 195). A falta então desse monopólio, permite a profusão das ideias, das justificativas e epistemes referentes as ciências sociais e humanas e dentre elas, a história.

Segundo Bauman, diante disto, a participação do trabalho intelectual na construção do conhecimento é visto de algumas formas, múltiplas e confusas. Nesse movimento de estilhaçamento da história afasta para muito longe o consenso.

Os que ainda defendem uma história de verdades universais tendem a negar a possibilidade de admitir a existência de realidades que prevêem argumentos relativistas. Esse relativismo seria então, visto como uma aberração coletiva, pois escaparia a esses modelos universalizantes do conhecimento. Outros, talvez mais numerosos, optam por admitir a irreversibilidade do pluralismo e diante disso tentam repensar a posição do intelectual onde este deve desempenhar com a mesma dimensão que o intelectual do tipo legislador (BAUMAN, 1997, p. 202).

O relativismo aparece assim, como resultante de um processo histórico onde a intelectualidade, diante de uma frustração pela não realização de seus ideias, quais eram, de resolução e controle de todas as variantes perturbadoras da sociedade e de sua impossibilidade de explicar o fato de forma universal e objetiva, recua ao relativo.

Para o autor, independente da estrutura dos argumentos suscitados diante do novo papel que os intelectuais podem desempenhar diante desse mundo fragmentado e fluído, a solução encontrada parece indicar uma só direção: do intelectual como intérprete. Toda a sua sabedoria e acumulação de conhecimento historicamente construído os qualificam para tal.

Assim Bauman, diante do pluralismo e sobre um possível consenso diz:

“Al ser irreversible el pluralismo, improbable un consenso a escala mundial sobre cosmovisiones y valores y estar todas las Weltanschauungen existentes sólidamente fundadas en sus respectivas tradiciones culturales (mejor: en sus respectivas institucionalizaciones autónomas del poder), la comunicación a través de las tradiciones se convierte en el gran problema de nuestro tiempo. Este problema ya no parece temporário; no puede esperarse que se resuelva “al pasar” mediante una espécie de conversión masiva garantizada por la marcha incontenible de la Razón” (BAUMAN, 1997, p. 203).

Tal panorama exige, segundo o autor, do que ele chama de *“especialistas en traducción entre tradiciones culturales”*. Ele o caracteriza *“En pocas palabras, la escpecialidad propuesta se reduce al arte de la conversación civilizada”*.

Esses seriam

“una clase de reacción al conflicto permanente de valores para la cual, gracias a sus aptitudes discursivas, mejor preparados están los intelectuales. Hablar com la gente en vez de combatirla; entenderla en vez de descartarla o aniquilarla como mutantes; fortalecer la tradición propia con el libre recurso a la experiencia de otras, en vez de cerrarla al tráfico de ideas: la tradición de los intelectuales, constitida por las discusiones vigentes, prepara a la gente a hacer bien todo esto. Y el arte de la conversacion civilizada es algo que el mundo pluralista de manera acuciante. Puede ignorarlo solo a su próprio riesgo. Conversar o perecer” (BAUMAN, 1997, p. 203-204).

Assim, o autor aponta para a posição do intelectual como um intérprete. Deriva então dessa conjectura, um produtor de conhecimento que seja especialista em cultura. Pois o trabalho de um intérprete reside em seu conhecimento de duas ou mais culturas que o possibilita dialogar fluentemente, compreender os limites impostos e as possibilidades de negociação entre as culturas. Além disso, permite a essa personagem identificar e entender a manutenção de algumas posições no mundo social.

Mas estas posições não são as únicas que debatem a condição dos intelectuais e sua contribuição para a construção das ciências sociais e humanas.

Michael Löwy retoma a relação entre Ideologia e ciência social e evoca as ideias de Karl Mannheim para delinear o papel do intelectual diante a produção do conhecimento. Para Mannheim o relativismo é uma realidade que precisa ser superada. Tal superação se realizaria por um grupo capaz de elaborar uma síntese desses conhecimentos relativos válidos. É a

categoria social de intelectuais a quem ele atribui esse privilégio epistemológico (LÖWY, 1991, p. 93).

Assim, temos uma nova tentativa de superação da fragmentação e reposicionamento do papel da intelectualidade neste novo cenário.

Segundo Löwy, Mannheim chama esse grupo de *Freischwebende Intelligenz* o que significa literalmente “intelectuais flutuando livremente” ou “intelectuais desvinculados”. Estes estariam desvinculados das classes sociais e seriam capazes de elaborar uma síntese. Seriam parte de um grupo acima das classes. Esta ideia não se impôs sem ressalvas e as críticas de Lukács³ e de Lucien Goldman, por exemplo, se fez ecoar. Esses atacam essa ideia de liberdade dessa categoria não acreditando nessa possibilidade.

Löwy sobre essa “flutuação do intelectual” ressalta:

“Então, a crítica marxista a Mannheim tem que enfrentar esta tese, inclusive reconhecendo – pelo menos na minha opinião – que há um elemento de verdade nas colocações de Mannheim: os intelectuais, muitas vezes, têm efetivamente essa manifestação de “livre flutuação” (LÖWY, 1991, p. 93).

E vai além, dizendo que “todo mundo conhece efetivamente esse movimento dos intelectuais, essa espécie de flutuação. É fenômeno real, que não foi inventado por Mannheim”. O autor concorda assim com a tese de flutuação onde os intelectuais, para além de suas relações com as classes e em determinados momentos estão aptos a realizar uma síntese dinâmica das classes (LÖWY, 1991, p. 93).

Desta maneira, seria nesse estado de “flutuação” que o intelectual diante de seu conhecimento e vivência consegue elaborar uma síntese da realidade. Esse seria então o papel do intelectual. Não seria então somente intérprete, mas um agente capaz de sintetizar a realidade que se apresenta a ele.

Contudo, ainda falta estabelecer onde, após essa flutuação, irá pousar o intelectual. Isso teria relevância, pois segundo Löwy, mais cedo ou mais tarde, o intelectual estabelece o campo a que ele está socialmente conectado.

³ Gorg Lukács critica as concepções, pois elas indicariam a possibilidade de uma vivência sem classe. Assim, o conceito marxista de classe social é ferido não sendo aceito por não parecer possível. Todo intelectual fala de um lugar social, ou seja, de uma classe social determinada. Na obra *Historia e classes sociais: estudos da dialética marxista* Lukács descreve como vê vigorosamente este conceito.

Não fica claro, contudo, as determinações dessa flutuação de quando, onde e de que maneira isso pode ocorrer. Como se não bastassem essas dúvidas existe o problema de saber quais as limitações e efetividade dessa síntese. Assim, o conceito parece estar em campo abstrato carecendo, na obra de Mannheim, de delimitação mais nítida. Faltam critérios de objetividade para domesticar a relatividade.

Outra tarefa que parece complexa é a de atribuir validade a uma síntese, que, em tese, foi elaborada em estado de flutuação do intelectual. Diferenciar em que momento ele “flutua” e em que momento ele já está em solo socialmente determinado. Isso, contudo, não parece ser tarefa das mais simples, visto que nessa averiguação o resultado é também permeado por uma visão de classe. Assim, Mannheim foi visto pelo próprio Michael Jöwy como exemplo de uma tentativa de estar acima das classes, em estado de “livre flutuação”. Seu trabalho seria portanto produto de uma “livre flutuação”. Contudo, essa tentativa o coloca em posição intermediária entre a alta burguesia e o proletariado o que o associa a pequena burguesia, ou classe média. Dentro dessa análise então, Mannheim não teria conseguido levar a bom termo sua teoria.

Assim, após muitos pontos associados entre Mannheim e o marxismo, como a relevância da posição social na produção do conhecimento, Löwy lembra que o autor recua após 1931 abandona a sua tese dos intelectuais e procura outras respostas para o relativismo. A partir daí Mannheim se volta para a ideia de autocontrol como forma de atingir a objetividade, o que seria, na visão de Löwy uma teoria mais pobre (LÖWY, 1991, p. 96-97).

Estaria Mannheim em um primeiro momento em “flutuação livre” e no segundo aterrissado em seu campo socialmente determinado? O conceito de flutuação dos intelectuais pode concretamente indicar a primazia de sua síntese ou isso somente ocorre sob o aval e consenso estabelecido por outros intelectuais, outras visões de mundo? Em outras palavras, visto que um consenso é difícil, quem determinará que obra, ou pensamento estava em momento de livre flutuação resultando em um trabalho de síntese? Não seriam outros intelectuais? Isso não ficou claro nessas obras.

Contudo, a própria movimentação na tentativa de entendimento sobre os limites, possibilidades e impossibilidades da atuação do intelectual já mostra o campo fértil, movediço e complexo em que esse ator – o intelectual – se encontra.

O INTELLECTUAL COMO OBJETO DE ESTUDO HISTÓRICO

É impossível pensar a construção das ciências sociais isenta da figura do intelectual. Este na acepção de indivíduo dotado intelectualmente de conhecimento e vivência capazes de instrumentalizá-lo para formular respostas a realidade. É igualmente flagrante sua contribuição como esforço de compreensão dos indivíduos e da sociedade do seu tempo.

Seja o intelectual orgânico, enquanto serviçal de um grupo dominante no período colonial, moderno e pós-moderno ou no sentido tradicional, imbuído de conhecimento de nível superior – aqui não relacionado com estudo formal necessariamente – seu papel nunca deixou de ser relevante no tempo, pois conhecer sempre foi parte essencial para estabelecer parâmetros e até ditar, ou melhor, construir a história. Entender esse ator e sua participação, bem como compreender o ambiente hostil em que ele trabalha para compreensão do social não parece estar próximo de uma determinante concreta e única. Seria a vitória do relativismo?

Assim, a produção do intelectual é ao mesmo tempo, a síntese do que se observa e estuda, a prova de seu momento histórico vivido e por vezes, o estabelecimento de nova percepção da realidade. Tais possibilidades não são nada desprezíveis na construção da história. Uma análise prosopográfica parece sempre útil quanto ao estudo deste grupo importante e privilegiado de atores.⁴

É sob as lentes dos intelectuais, gostemos ou não disso, que se faz a história. História aqui como conhecimento elaborado e refletido e, quando possível, sintetizado e escrito. Mas sintetizado de forma a reconhecer humildemente sua parcial validade, sua abertura para uma iminente superação. Neste caso não há defesa de um relativismo, mas a compreensão que a objetividade está também circunscrita em determinantes que merecem atenção.

Assim, estabelecer o intelectual como tema é tentar compreender a própria construção da história. É rastrear as circunscrições estabelecidas pelo humano com todas as suas contradições e acertos no tempo. É tentar refazer o percurso racional, as vezes nem tanto, da construção do conhecimento. Tal empreendimento permite dilatar as possibilidades de compreensão da história diante de conceitos, paradigmas e dos fatos.

Partindo de que toda produção humana é história e que entender a história é entender a ação humana, seja ela coletiva ou individual, o intelectual representa um objeto precioso, pois encerra nele não somente paradigmas, conceitos e visões de mundo, mas a própria escrita da

⁴ A prosopografia como método de pesquisa auxilia, pois parte dos nomes e os relaciona, ou intenta relacionar, o indivíduo a uma vasta gama de ligações sociais. Essa amplitude permite a visão de forma geral do entorno do intelectual permitindo melhor compreensão de suas determinantes, os sentidos esperados para suas ações numa acepção weberiana e os resultados de seu trabalho. É nesta direção que aponta Flávio Heinz M. Heinz em Por uma história das elites.

história propriamente dita. Isolá-lo é perder parte do fio condutor que desvenda a construção do passado.

A história das ideias ao perscrutar o campo de produção intelectual, pode permitir não somente a captação da história, como também a trajetória de sua elaboração. Desta maneira, os intelectuais estão para a história das ideias, assim como as classes sociais estão para o marxismo.

Não parece assim que a sombra do relativismo ou do pluralismo pode ser ainda considera sombra. Sua concretude parece iminente. Contudo equilibrar a nau permitindo a ela que não penda para um lado levando-a a um mar niilista parece ser a questão na ordem do dia. Essa tarefa ainda está inacabada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**. Sobre La modernidad, La posmodernidad y los intelectuales. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 1997.

HEINZ, Flávio M. (Flávio Madureira) (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. - Brasília, DF: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1991.

LUKACS, Georg. *History and Class Consciousness: Studies in Marxist Dialectics*. The marlin press. Great Britain, 1971.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo, Duas Cidades, 1988.

DILTHEY, Wilhelm. **Os tipos de concepção de mundo.** Disponível em: www.lusosofia.net/.../dilthey_tipos_de_concep_ao_do_mundo.pdf Acesso em: 10 de Abril de 2011.

IDEIAS SOBRE A(S) RELIGIOSIDADE(S) CAMPONESA EM *OS CAMPONESES* DE HONORÈ DE BALZAC

Eurimar Nogueira GARCIA
eurimargarcia@yahoo.com.br

RESUMO: Neste texto, me volto para a temática da religiosidade camponesa na obra de Honorè de Balzac, tomando como fonte específica o romance *Os Camponeses*, publicado originalmente em 1845, quase no fim da Monarquia de Julho. Parto de uma orientação teórico-metodológica voltada para os pressupostos de Dominick LaCapra (2010), tomando dele a noção de leitura dialógica, e de Mikhail Bakhtin (2010), do qual busco me valer de noções como ideologia, carnavalização e monologismo. Meu objetivo central é interpretar um dos aspectos do texto balzaquiano, a estetização do catolicismo camponês, percebendo-o como uma realidade concreta e participante de uma dada malha de historicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ideias – religiosidade – literatura

ABSTRACT: In this paper, I'm turn to the religiosity peasant thematic in the work of Honorè of Balzac, taking as the specific source the novel *The Peasants*, originally published in 1845, almost in the end of the July Monarchy. I go to an orientation theoretical and methodological toward to the presupposition of Dominick LaCapra (2010), taking from him the notion of dialogic reading, and from Mikhail Bakhtin (2010), which I am looking for available the notions as ideology, carnivalization and monologism. My central objective is interpret one of the aspects of text of Balzac, the esthetics of Catholicism peasant, see in it as a firm reality and participant in a given mesh of historicity.

KEYWORDS: Ideas – religion – literature

Neste artigo, pretendo apresentar algumas idéias de Honorè de Balzac referente às religiosidades do campo e das províncias na França da primeira metade do século XIX. Tomo como fonte o romance *Os Camponeses*, publicado originalmente em 1845. Aqui faço uma análise que tem como guia as seguintes problematizações: Que tipo de religiosidade camponesa Balzac estetiza? Como ele, na realização dessa construção artística, elabora a consciência de seus personagens? Como se utiliza de uma forma de pensamento histórico? Que elementos da trama podem ser aproximados a um posicionamento ideológico?

Para tentar responder a essas questões, conto com as contribuições que uma das tendências de história intelectual pode fornecer à minha pesquisa, pautadas pelas colocações de um dos principais membros da recente *intellectual history* estadunidense, Dominick LaCapra. Sua proposta de pesquisa histórica, delineada a partir do que ele chama de leitura dialógica, parece ser bastante enriquecedora. Além disso, também busco alguns conceitos (carnavalização, monologismo e ideologia) e pressupostos na obra de M. Bakhtin.

Lendo *Os Camponeses* se pode encontrar a seguinte passagem: (...) “Ora, pois, o meu rapaz me garante que essa lontra tem pêlo branco... Se é assim, lhe disse eu, esta manhã o bom Deus está nosso amigo! O senhor está vendo a água borbulhar? ...Oh, lá está ela, esse bicho vive numa espécie de toca mas passa dias inteiros debaixo d’água.” (...) (BALZAC, 1992, pg. 39).

A primeira problemática que levanto é referente aos significados das asserções encontradas na obra literária. O que se pode compreender de um diálogo como esse citado acima? Como devo lê-lo e interpretá-lo?

Na obra *History and Reading*, LaCapra (2000) apresenta, especificamente no capítulo primeiro *History, Reading, and Critical Theory* cinco maneiras de ler textos/documentos. São elas a negação ou repressão da leitura, a leitura sinóptica, a desconstrutiva, a redentora, e aquela que ele defende como mais apropriada, e a que diz praticar em suas pesquisas, a dialógica. A leitura dialógica está baseada no princípio de que a leitura feita pelo historiador, remete à interações conflituosas permeadas pela linguagem, num contato desafiador entre diferentes sujeitos, de diferentes épocas: o escritor desafiando o leitor e o leitor desafiando o escritor. O que se busca nessa leitura dialógica não é o domínio de um pelo outro, como ocorre com abordagens que buscam apenas uma acurada reconstrução de um objeto, mas sim certo equilíbrio, um diálogo com o objeto e com outros pesquisadores. Assim a abordagem não é redentora, nem totalizante. Pelo contrário possui limites, e é questionada por outras forças como a diferença de poder, os efeitos do trauma, ou o trabalho do inconsciente. Nessa abordagem se destaca duas importantes questões teóricas: (...) “In reading a text, one may formulate the combination of reconstruction and dialogic exchange most simply in terms of two related questions: What is the other saying? How do I- or we- respond to it?” (2000, pg. 112) . O que o “outro” está dizendo? Como eu, ou nós, respondemos a ele?

O que o “outro” está dizendo? O diálogo retirado de *Os Camponeses* que citei anteriormente é travado no espaço rural entre Emílio Blondet, um jornalista parisiense, e Tio Fourchon, um camponês que vivia de pequenos bicos. Ela é proferida, como grande parte dos enunciados encontrados em *Os Camponeses*, num diálogo sustentado pelo discurso direto. Foi

pensando nessa marcante presença do discurso direto em Balzac, que M. Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* sugeriu a possibilidade de se poder falar de elementos de polifonia na obra de Balzac, mas não o suficiente para vencer o tratamento monológico empregado na construção de sua trama. Prevalece o monologismo, diferentemente da relação dialógica empregada por Dostoiévski:

Até em Balzac se pode falar de elementos de polifonia, mas só de elementos. Balzac está situado na mesma linha que está Dostoiévski no romance europeu, sendo um dos seus precursores diretos e imediatos. Já se salientaram reiteradas vezes os pontos comuns entre os dois (Leonid Grossman o fez de maneira especialmente precisa e completa) (...). Mas Balzac não supera a objetividade de suas personagens nem o acabamento monológico do seu mundo. (2010, pg. 39)

Como eu respondo ao texto? Um interessante aspecto deste acontecimento (o ato de Balzac fazer esse tipo de formulação), está no fato de que vem de um jornalista parisiense a primeira manifestação de um discurso religioso (e se não chega a ser denunciador de uma religiosidade, pelo menos algum tipo de raiz ou aproximação com essa linguagem ele porta). Ao ler Blondet pronunciar “Se é assim, lhe disse eu, essa manhã o bom Deus está nosso amigo”, vejo uma imaginação pós-revolucionária, a do autor, apresentando uma fé vinda de Paris, e mais, de um homem ligado às letras. Imaginação essa que trama uma fé que teria se sustentado à contrapelo de todas as medidas de laicização tomadas por Napoleão Bonaparte e que teria se fortalecido com todos os afagos recebidos na Restauração.

No contexto político em que a obra foi escrita e publicada (1845), quase no fim da Monarquia de Julho, o Partido Católico apresentava muitas discordâncias com o governo de Luis Felipe, que fomentou uma campanha, e saiu vitorioso, para extinguir a Companhia de Jesus na França. Mediante essas conjunturas de atritos e alianças entre Estado e Igreja, o pensamento balzaquiano parece sugerir uma fé oriunda de Paris e de um homem ligado às letras, não eliminando a possibilidade da manutenção da fé no mundo moderno e liberal das letras.

Isso não quer dizer que a voz do autor desconsidere que os efeitos de todas as ações e ideologias revolucionárias foram mais fortes, no que diz respeito ao enfraquecimento do catolicismo, na cidade que no campo. Isso fica evidente, quando se lê em *O cura da Aldeia*, que o que movia os camponeses a enfeitarem uma cruz do cemitério de Montégnac na véspera da páscoa era: (...) “um desses tocantes pensamentos cristãos esquecidos nas cidades.” (pg. 79)

Outra resposta que se pode dar ao trecho de texto, diz respeito à certa banalização ou profanação do sagrado. O substantivo “Deus” entra diretamente na trama da caçada de lontras em duas ocasiões. Naquela já citada, e neste outro diálogo entre o Padre Brossete e Blondet, agora obcecado por lontras: “Deus não privou as Aigues de lontras para sempre- observou o padre Brossete. -Ah, senhor cura- exclamou Blondet- se o senhor vai jogar contra mim...” (1992, pg. 71)

Essa mencionada mistura de elementos profanos, a caçada de lontras, com elementos sagrados, a ação de “Deus”, parece se aproximar do conceito bakhtiniano de carnavalização. Lembra a estrutura da imagem carnavalesca, que se constitui por antíteses complementares como: (...) “nascimento-morte, mocidade-velhice, alto-baixo, face-traseiro, elogio-impropério, afirmação-negação, trágico-cômico, etc., e o pólo superior da imagem biunívoca reflete-se no plano inferior segundo o princípio das figuras das cartas do baralho.” (...) (2010, pg. 204) “Deus” e as lontras, o alto e o baixo entremeados e se refletindo no cotidiano dos personagens.

A existência do carnavalesco em Balzac foi destacada por Bakhtin (2010) ao comentar os predecessores de Dostoiévski que utilizaram esse tipo de recurso artístico. Nesse quesito Balzac é colocado ao lado de George Sand e Victor Hugo.

Ler o romance como parte de uma realidade, observar a sua construção como um evento carregado de historicidade, é uma posição metodológica muito útil e rica para o historiador das idéias que tenha como objeto de pesquisa qualquer obra literária. No caso da obra aqui em questão, essa postura se faz ainda mais premente: *Os Camponeses* foi publicado integralmente apenas após a morte do autor, mas teve toda sua primeira metade publicada em forma de folhetim (roman-feuilleton). no jornal *La Presse*, em 1844. Os folhetins configuravam um tipo de escrita, difundida no final da década de 1830, que, segundo Judith Lyon-Caen (2006), em *La Lecture e La Vie*, perturbava a tradicional divisão que classificava os textos em referenciais ou ficcionais. Os folhetins eram lidos como tendo um pouco de cada um.

Considerando o aspecto objetivo e até mesmo monológico do romance balzaquiano, apontado por Bakhtin (2010), prossigo minha análise em busca dessa voz balzaquiana no que diz respeito à religiosidade campesina e provinciana. Sobre um de seus personagens, o Padre Taupin, vigário de Soulanges, “um padre gordo, metido no seu curato como rato no queijo”, ele diz:

Esse hábil eclesiástico, inteiramente devotado à primeira sociedade, bom e complacente com a segunda, apostólico para com os infelizes, fizera-se amar pela

cidadezinha; sendo primo do moleiro e dos Sarcus, estava ligado ao lugar e à mediocracia avonnense. Jantava sempre na cidade, economizava, ia às bodas e retirava-se antes do baile; nunca falava em política; defendia as necessidades do culto, dizendo: “É o meu ofício!” E deixavam-no agir, dizendo: “Temos um bom vigário!” O bispo, que conhecia a população de Soulanges, sem se iludir quanto ao valor do vigário, sentia-se feliz por ter em tal cidade um homem que fazia a religião aceitável, sabia encher a igreja e pregava diante de camponeses ferrados no sono. (1992, pg. 219)

No trecho retirado de *Os Camponeses*, têm-se a predominância do discurso indireto, sugerindo e parecendo corroborar a idéia bakhtiniana de uma objetivação dos personagens, mesmo sabendo que pode haver essa objetivação na própria fala dos personagens. Ao Padre Taupin é dado a voz somente para enunciar “É meu ofício!”. Seu cotidiano e comportamento são informados pela voz do autor-narrador, num perceptível uso da ironia: a forte fixação do padre no curato de Soulanges é sarcasticamente comparada com a de um rato no queijo.

Uma ironia que quando saí do sarcasmo parece cair numa forte crítica moral, seja pela maneira com que o personagem desempenha seu papel social, seja pelo valor simbólico dessa figura. Uma crítica que apresenta a hipocrisia dentro do sagrado, um catolicismo de privilégios e tratamentos diferenciados para os ricos e para os desvalidos, o vício longe de ser antagônico da virtude; nesse caso das virtudes enquadradas nos Evangelhos e nas Cartas de Paulo (nada de baile, nada de envolvimento com política- daí a César o que é de César, e as necessidades do culto).

Considerando essa complementaridade entre vício e virtude na vida do personagem balzaquiano, e na tentativa de construir um texto pautado pelo diálogo, trago uma leitura contraposta à que fiz acima. É uma das leituras que Eric Auerbach faz de Balzac em *Mimesis*:

(...) Qualquer enredo por mais trivial ou corriqueiro que seja, é por ele (Balzac) tratado grandiloquentemente, como se fosse trágico; qualquer mania é por ele vista como se fosse paixão. Está sempre disposto a marcar qualquer infeliz como herói ou como santo; se se tratar de uma mulher compara-a com um anjo ou com uma madona. Demoniza todo e qualquer malvado vigoroso e, em geral, qualquer figura levemente sombria; e chega até a chamar o coitado do velho Goriot de Christ de la paterinté. (...) (2009, pg. 431)

O que a voz de Auerbach (2009) sugere é um forte maniqueísmo na obra de Balzac. No que posso dialogar com ele, ou seja, no que diz respeito aos romances que abordo, afirmo

que minha leitura está em desacordo com a sua, pelo menos no que diz respeito às generalizações desse tipo: “está sempre disposto a marcar qualquer infeliz como herói ou como santo.” Balzac, no que pude compreender, não está sempre disposto a fazer isso. Padre Taupin, por exemplo, e como já mencionei, não é santo nem demônio, tem virtudes e vícios.

Nessa tentativa de diálogo pode-se indagar ao pensamento balzaquiano: Sendo o Padre Taupin o rato no queijo, o maior beneficiário de sua presença em Soulanges era ele mesmo? O povo dava mais do que recebia? Se não for isso, pelo menos parece implícito que, mesmo sendo amado, Padre Taupin precisava mais daquela sociedade que ela dele, afinal de contas nos momentos em que mais se revestira de autoridade e possível prestígio, “pregava diante de camponeses ferrados no sono,” além de não fazer mais que tornar a religião aceitável. Mas como se verá mais à frente, fazer da religião algo aceitável, tinha uma importância muito grande para Balzac.

E quanto à sociedade campesina de Soulanges e dos seus arredores, o que é pensado? A reação que se pode ter ao ler o trecho é de imaginar uma sociedade que experimentava o catolicismo muito friamente. Se a Igreja estava cheia de pessoas, também estava cheia de sono: longe de qualquer fervor. É bastante desafiadora a frase referente à atitude da sociedade de Soulanges em relação ao padre: “Deixavam-no agir dizendo: temos um bom vigário”. Parece sugerir uma cultura religiosa bem anêmica, quase que só conduzida pelos esforços individuais do líder local. Deixar agir, aqui, parece soar como cruzar os braços e conformar com a situação vigente.

Escrever uma história intelectual que considere o contexto cultural, sem supervalorizá-lo e muito menos ignorá-lo é um dos objetivos de minha pesquisa. Contexto esse que, segundo LaCapra(1998) , em *Repensar la historia intelectual y leer textos* , também é texto, pois só chegamos a eles através de outros textos e a própria vida é tida como processo textual. Assim, o fato de Balzac expor em sua ficção a suposta imagem de uma frívola experiência religiosa pode ser pensado em uma relação de contigüidade com a sociedade pós-revolucionária em que vivia, pois, se seguirmos a afirmação de Eric Hobsbawm em *A Era das Revoluções*, a religião tinha, concomitante e conseqüente aos processos de secularização ocorridos na França da primeira metade do século XIX, se enfraquecido bastante:

A religião, uma coisa semelhante ao céu, da qual ninguém escapa e que abarca tudo o que está sobre a terra, tornou-se algo parecido com um acúmulo de nuvens, uma grande característica do firmamento humano, embora limitado e variável. De todas as mudanças ideológicas, esta é de longe a mais ambígua e indeterminada do que

então se supunha. Em todo caso é a transformação mais inaudita e sem precedentes.
(2007, pg. 304)

Em outro parágrafo de *Os Camponeses* há o pequeno Mosquito, criado pelo seu avô, o velhaco Fourchon, em sua semi-nudez, de dentro da rica sala de jantar do General, responder à indagação, “Então você não tem mãe?” feita pela Sra. de Montcornet: “__ Não, senhora. Mamãe morreu de tristeza porque não tornou a ver papai, que foi para a guerra em 1812 sem ter casado com ela no direito. Ele esfriou com sua licença... Mas eu tenho o vovô Fourchon, que é bom como Nosso Senhor Jesus Cristo, se bem que de vez em quando ele bate na gente.” (1992, pg. 71).

Vê-se um diálogo, em que a dissonância é dada pela diferença social, uma rica senhora e uma miserável criança, que, numa frase desafiadora e cheia de ambigüidade compara a bondade de seu avô com a de “Nosso Senhor Jesus Cristo”. O interesse que Balzac tinha em estetizar as mais variadas classes e papéis sociais foi destacado e valorizado por muitos intelectuais de seu século, como Karl Marx, F. Engels, Baudelaire e muitos outros.

E os leitores comuns, como recebiam esse mosaico de sua sociedade contemporânea? Uma resposta pode ser encontrada na obra de Lyon-Caen (2006) *La Lecture e La Vie*, onde a autora, utilizando como fonte as cartas endereçadas à Balzac, defende a idéia de que a obra balzaquiana, e a de seu contemporâneo, Eugène Sue, era utilizada como narrativas explicativas da realidade coletiva e individual da época em que viviam: “Plus généralement, les romans de Sue et de Balzac semblent constituer, pour les lecteurs qui leur écrivent, un lieu privilegie à partir duquel déchiffrer et penser la société contemporaine.” (pg. 188)

Interessante como a trama de Balzac coloca a miséria de um órfão do campo diretamente ligada às campanhas napoleônicas. A ida do pai de Mosquito para a guerra, provavelmente para a invasão de Moscou em 1812, sem o casamento oficial com sua mãe, desencadearia num abandono diferente e semelhante daquele tramado pelo general Kutuzov (cidade arrasada): seu abandono foi tramado pelas contingências históricas e pessoais. Aqui trago novamente a voz de Auerbach(2004), agora para estender seu comentário, a respeito de *Eugénie Grandet*, feito quando abordava a obra do romancista da antiguidade, Petrónio, para *Os Camponeses*: (...) “Ele nem precisava ter ido tão longe como Balzac, que no seu romance recém-mencionado, *Eugénie Grandet*, descreve a origem da fortuna de Grandet de tal maneira que ela espelha toda a história francesa desde a Revolução até a Restauração. (...) (2004, pg. 28). Fazendo uma ressalva em relação ao espelhar a história, respondo ao texto balzaquiano,

semelhante à Auerbach: as contingências históricas são muito relevantes para o estabelecimento da condição dos personagens em seus romances.

A questão da historicização dentro da trama ficcional também foi destacada por Paul Ricoeur (1997) em *Tempo e Narrativa* (tomo III), quando aborda a relação entre história e ficção, no que diz respeito aos empréstimos de recursos que um faz do outro. Para ele, a história busca na ficção os recursos de ficcionalização que dependem do imaginário narrativo, assim como a ficção traz da história os recursos de historicização que lhe oferecem as tentativas de reconstrução do passado efetivo.

Depois de se ler uma pequena historicização da vida de Formiga, pode-se ter a impressão de que Balzac objetiva a esperança e a confiança do menino nas mãos de Fourchon e de Nosso Senhor Jesus Cristo. Uma fé límpida e sublime: vinda de um miserável camponês de 12 anos de idade. Mas não é essa a leitura que faço. Lendo os parágrafos anteriores e posteriores, ou seja, o contexto em que está inserido dentro da obra, pode-se responder ao texto com a interpretação de que o garoto estava se travestindo, mascarando sua real condição religiosa. Se fazia de bom cristão para conquistar a benevolência dos outros, seja dos avaros ricos presentes na sala, incluindo o maire da comuna, seja a do Padre Brossete. Mosquito e seu avô possuem muitos aspectos daquilo que Bakhtin chamou de carnavalização, parecem viver em festa todos os dias, mesmo com tanta pobreza.

É a segunda vez que sugiro aspectos carnavalescos, no que diz se refere à religiosidade, nas falas dos personagens de *Os Camponeses*. Primeiro no contexto banal (caça de lontras) em que o substantivo “Deus” é inserido. Agora, na encenação velhaca e irônica de Mosquito, colocando lado a lado o avô espertalhão e “Nosso Senhor Jesus Cristo” e, como se pode ler na próxima citação, rindo do sério, brincando com um ritual, diz que não vai à missa para não tomar cascudos. Uma religiosidade (ou não religiosidade?) que lembra um aspecto da cosmovisão carnavalesca destacada por Bakhtin (2010): de se opor somente à seriedade oficial unilateral e sombria.

Balzac estetizou seu personagem Formiga num espaço, o mundo rural do Vale das Aigues, onde, segundo a fala do Padre Brossete, o catolicismo era mais rejeitado que na América, e na trapaceira réplica de Formiga a rejeição beirava a violência:

__ Cavalheiro__ respondeu o Padre Brossete__ O senhor Bispo me mandou aqui como para uma missão entre os selvagens; mas como tive a honra de dizer a ele, os selvagens da França são intratáveis. Fazem questão de não nos escutar, ao passo que é possível interessar até os índios da América. (1992, pg. 72)

— Seu padre__disse Mosquito__ o pessoal ainda me ajuda um pouco, mas se eu fosse à missa ninguém me ajudaria mais, e até me dariam cascudos. (1992, pg. 72)

A primeira resposta que se pode ter na leitura desse trecho, é a intuição de contrastá-lo com aquilo que foi narrado a respeito da religiosidade dos camponeses de Soulanges. O curato em que pregava o Padre Taupin é bem diferente do de Padre Brossete. À rejeição do catolicismo nas Aigues tem-se a total aceitação, ainda que passiva, do mesmo em Soulanges. À queixa do Padre Brossete de que os camponeses fazem questão de não escutá-lo, lê-se o relato do autor-narrador de que Padre Taupin pregava para uma igreja cheia, mesmo que fosse para camponeses ferrados no sono.

Voltando-se para a questão da religiosidade, a tela construída por Balzac abordando a fé católica na região da Aigues, parece indicar que essa experiência religiosa era, naquele espaço, vivida apenas por uma minoria: a elite local e alguns de seus agregados. A única menina que ia às missas do padre Brossete era Genoveva, carinhosamente apelidada de Pechina, e criada pela Sra. Michaud. Sibilet, o administrador das Aigues, diz que ela é maltratada em razão de sua fé: “_ É maltratada, reprovam sua religião...” (pg. 76)

A idéia de que a massa camponesa das Aigues realmente não tinha a mínima tendência, nem interesse para com a fé católica, pode ser percebida no seguinte parágrafo:

Só a Religião Católica tem poder de impedir semelhantes capitulações de consciência; mas desde 1789, a religião não dispõe de força sobre dois terços da população, na França. É por isso que os camponeses, com sua inteligência tão viva, levados à imitação pela miséria, tinham chegado, no vale das Aigues, a um estado alarmante de desmoralização. Iam à missa de domingo, mas fora da igreja, porque, ordinariamente, combinavam encontrar-se ali para suas compras e negócios. (Pg. 99)

Aqui temos um discurso indireto em que a voz do autor-narrador se assume enquanto explicativa, ou seja, enquanto conhecedora das causas dos acontecimentos. Esse saber é assumido de maneira bastante incisiva, como pode ser notado nas expressões “Só a Religião Católica tem poder” e “É por isso que os camponeses”, dando uma conotação de que a voz do autor-narrador porta simultaneamente a explicação e a verdade sobre um ponto de vista e sobre aquela sociedade. Talvez, fossem justamente essas peculiaridades da narrativa balzaquiana, que despertaram em Bakhtin (2010) o raciocínio já apresentado aqui: os

romances de Balzac possuem elementos de polifonia, mas o tratamento que autor dispensa à sua intriga é monológico, anulando assim a relação dialógica percebida em Dostoiévski.

O trecho citado está relacionado com uma das características que Auerbach (2009) destacou do romance balzaquiano: o elemento clássico-moralista, a propensão do autor para formular sentenças morais de caráter generalizador.

Penso que atentar para essa voz autoral, perceber as facetas de sua retórica, e mergulhar na historicidade e subjetividade dessa narrativa é se aproximar da cara ser-obra do texto e se distanciar da coroa documentária dele. Um tratamento que, segundo LaCapra (1998) deve ser considerado primordial na escrita crítica de uma história intelectual.

As “semelhantes capitulações de consciência” que só a religião católica teria poder de impedir, diz respeito à lógica da corrupção que o administrador Gaubertin organiza para eliminar qualquer peso de sua consciência, no que diz respeito às extorsões que fazia dos sítiantes da Srta. Laguerre, e dos conseqüentes desvios de francos que pertenciam, por direito, à dona da terra. A resposta que se pode dar ao trecho citado, é a percepção de um claro posicionamento ideológico. Ali, Balzac toma partido pela Igreja Católica, e enxerga que a moralidade dos camponeses só poderia advir dessa instituição. A Igreja é colocada como uma guardiã da honestidade e da propriedade. Assim, a voz do autor-narrador, só tem a lamentar que a Igreja dispusesse de força sobre, apenas, um terço da população francesa.

Nesse ataque contra a falta de fé, novamente o autor apela para o uso da ironia, no último período do trecho citado, ao afirmar que os camponeses iam à missa, mas ficavam fora da igreja vendendo e comprando. Gasta palavras para dizer que iam à missa, para depois desdizer, argumentando que iam apenas para negociar na porta da Igreja, deixando subentendido que deveriam entrar, sentar, rezar para que suas inteligências fossem moralizadas. Mais, essa crítica parece vir atrelada à outra, a crítica da ética burguesa, um código de ação (comprar, produzir, vender) independente de religião, que avançava cada vez mais na França pós-napoleônica, tanto que seus praticantes reuniram forças suficientes, incluindo alianças com a aristocracia, para derrubar dois reis num intervalo de dezoito anos, ações que contrariavam o gosto e a posição política de Balzac, principalmente quando o rei derrubado sustentava posições autoritárias, como pode ser percebido nesse trecho de seu conto *Le départ*, citado por Graham Robb em *Balzac, uma biografia: (...)* “o último rei legítimo da França, Carlos X, afasta-se num crepúsculo metafórico, e com ele se vão todas as esperanças de paz, justiça e “lógica.” (1995 pg. 197).

Perceber e apontar o posicionamento ideológico do autor, ou de qualquer falante por meio das palavras ditas por eles, já era um exercício indicado por Bakhtin (2010) em

Marxismo e Filosofia da Linguagem, obra em que defende a idéia de que onde há signos há ideologia, pois, para ele a ideologia determinaria a língua, que por sua vez determinaria o pensamento. No caso de *Os Camponeses*, a linguagem romanesca porta a ideologia do catolicismo, e sublima a ideologia do monarquismo, que o autor defende em diferentes textos. Entretanto, é consenso entre muitos, que a defesa do primeiro, em Balzac, era, por tabela, a defesa do segundo.

Outros dois elementos do parágrafo de Balzac devem ser destacados. São a perspectiva histórica e o dado quantitativo utilizados para tratarem da questão religiosa, ambos reunidos nesse único período: “mas desde 1789, a religião não dispõe de força sobre dois terços da população, na França.” Aqui se repete o que se pode perceber a respeito do destino do menino Mosquito: as contingências históricas determinando os destinos individuais. Lá a pobreza de Mosquito tinha como impulso inicial as Guerras napoleônicas, aqui, a corrupção de Gaubertin está diretamente relacionada com a secularização da sociedade francesa após a Revolução de 1789. Mosquito e Gaubertin são jogados e arrastados pela onda da história.

Já o dado quantitativo, talvez esteja relacionado com o contexto cultural do autor e com as expectativas que se tinham sobre seus romances. Lyon-Cahen (2006) afirma que a Monarquia de Julho, período em que a maioria dos romances que compõem a *Comédia Humana*, de Balzac, foram escritos e publicados, foi um período de intensa reflexão. Muitos franceses pensavam sobre, e tentavam entender, a sociedade em que viviam. Assim, havia variadas tentativas de descrição e decifração daquela coletividade, vindas de diversas frentes: de fisiologistas de tipos morais e sociais, da Académie des sciences morales e politiques, escritores que produziam quadros sobre os costumes parisienses e de muitos romancistas.

Sobre as expectativas dos leitores, já mencionei a fala de Lyon-Cahen (2006) a respeito da autoridade, no que diz respeito à explicação da sociedade, que os romances balzaquianos gozavam por grande parte de seus leitores. Assim, a apresentação de números sobre a sociedade, podiam tanto conquistar como sustentar essa elevada autoridade.

Ainda relacionado à rejeição do catolicismo na Aigues, pode-se ler em *Os Camponeses* a seguinte passagem:

_ Quem é?

_ Aquele maldito padre, ora essa! – exclamou Tonsard.- Aquele catador de pecados, que quer sustentar a gente a poder de hóstia.

– *Lá isso é verdade* – comentou Vaudoyer. – *Nós vivíamos felizes sem o cura. A gente precisa ficar livre desse papa-hóstias. Ele é que é o inimigo.* (1954, Pg. 183)

Cada personagem com sua voz, e o pensamento voltado para a adjetivação do Padre Brossete. Um diálogo estabelecido entre Vaudoyer, Tonsard e Fourchon, no qual o consenso, a respeito da maleficência do padre, soa quase uníssono. Elementos de carnavalização não deixaram de estarem presentes, principalmente na fala de Tonsard. Primeiro ele apresenta o padre como “catador de pecados,” parecendo alinhar o, relativamente importante papel social do cura com o de facheiros e zeladores. Depois ressignifica o sentido da hóstia, não mais vendo nela uma força espiritual cristã, e sim um instrumento de alienação e controle. Tonsard, com a concordância de seus amigos de Taverna, está misturando e invertendo o alto e o baixo, o sacro e o profano, rejeitando tomar como absoluto um dado estado do sistema social, coroando as próprias ações, destronando o poder da religião e coroando a independência e a liberdade da sociedade.

Já foi destacado que, a voz do autor-narrador tende para a defesa do catolicismo em nome da moralidade social. Agora, é apresentada uma voz que destoa totalmente da ideologia apontada. Logo, teríamos em Balzac uma plena polifonia, contrariando a posição de Bakhtin (2010), já citada, de que a narrativa balzaquiana tem apenas elementos de polifonia? Não. Isso pelo fato de que, logo na página seguinte, toda essa acalorada discussão em torno do papel do Padre Brossete nos conflitos do Vale das Aigues ser quase anulada pela voz de João Luis Tonsard, sucessor de seu pai no ofício de podador de sebes e ruas arborizadas. João Luis, condena a trama que faziam para armar uma revolta contra o general, o dono da terra: argumenta que uma revolta naquele momento poderia significar a venda da grande propriedade para pequenos burgueses, e em caso de uma próxima revolução ficariam sem um torrão de terra.

Interessante perceber como Balzac organiza sua trama para que as idéias de Vaudoyer, Tonsard e Fourchon fossem desarrazoadas, ligadas à embriagues da Taverna e sobreposta por uma voz vinda do “finório,” o “inteligente da família”, um homem de “bom conceito.” Seria as palavras de João Luis a própria voz do autor-narrador disfarçada nas de um pobre personagem?

A resposta que se pode dar ao trecho retirado do texto de Balzac, é a de vê-lo como uma continuidade da tela pintada por Balzac a respeito da religiosidade das Aigues, dando tonalidades diferentes, para grupos sociais distintos. Trata-se da mesma tendência notada na penúltima citação que fiz de *Os Camponeses*: enquanto a aristocracia hospeda e ouve as

palavras do padre, os camponeses ignoram e repudiam sua atividade, ligando-a à defesa dos interesses da nobreza. O catolicismo nas Aigues, é apresentado e pensado por Balzac como extremamente necessário, porém tido como inimigo e portador da infelicidade pela gente da taverna.

Entretanto, mesmo estetizando o repúdio camponês ao catolicismo, e o simultâneo “desregramento” dos costumes daquela sociedade, Balzac não deixa de pensar e apresentar elementos desse catolicismo, que ainda estariam arraigados no universo rural da França da Restauração, principalmente no que diz respeito à moral feminina. Em *Os Camponeses*, seria grande a perseguição que sofreria a grávida e solteira Catarina Tonsard, incluindo a ameaça de ser expulsa de casa pela mãe, e assassinada pelo pai, “um homem de honra,” caso não tivesse seu casamento rapidamente arranjado, com o também camponês Godain. Uma personagem que se esforça para a realização desse casamento é a condessa, dona das terras das Aigues. Num discurso indireto livre Balzac anuncia que, “esse casamento estimularia as pessoas do lugar a se conduzirem bem,” querendo dizer que esse era o pensamento da condessa a respeito do evento.

Uma mulher nobre intervindo nos conflitos de uma família pobre, e pensando nos exemplos que essa intervenção poderia trazer, pode ser percebido como a objetivação da trama que o autor faz em favor de sua própria voz, e quiçá de sua ideologia aristocrática, que pregava a maior capacidade da nobreza em dirigir o devir humano, como declara em *A duquesa de Langeais*: “Uma aristocracia é, de certo modo, o pensamento de uma sociedade, assim como a burguesia e seus proletários são seu organismo e sua ação.” (2006, p.41)

Essa apresentação das permanências de elementos de uma religiosidade em crise nas Aigues, pode estar relacionada com o particular historicismo de Balzac. Ao considerar as forças e tendências históricas, ele frequentemente busca destacar permanências que não se rendem às rupturas, são práticas de um passado que não se entregam à força do presente. Aqui me uno à voz de Paula Frattini (2010), que em sua dissertação *Walter Scott e Balzac: romancistas da história* defende a idéia de os romances balzaquianos constituem um entrelaçamento de sincronia e diacronia: (...) “Porém no plano narrativo o ordenamento linear, passado seguido do presente, é substituído pela presença do passado no presente, como se os dois tempos coexistissem.” (pg.84). Com esse raciocínio, não estou dizendo que qualquer manifestação cultural ligada ao catolicismo nos romances de Balzac, seja parte de um passado que ainda integra um presente. Isso só vale para o que é dito e pensado a respeito das Aigues, afinal de contas, em regiões como Montégnac, apresentada em *O Cura da Aldeia*, a religião é pensada como um fenômeno mais vivo do que nunca, totalmente ligado ao presente.

Na obra em questão, religiosidade se torna sinônimo de catolicismo, numa operação metonímica, justificada pela ausência de qualquer outro elemento do todo “religiosidade”, sendo a parte catolicismo, o próprio todo.

Em *Os Camponeses*, é possível ler diversas construções imaginárias, que eram tanto influenciadas, sem ser determinadas, por tudo o que se passava na vida política, econômica, social e cultural da França oitocentista, quanto influenciavam muitos aspectos dessa mesma sociedade, sem determiná-la. Essa obra pode ser vista como parte das constantes lutas, entre conservadores e liberais, que marcaram a França da primeira metade do século XIX. Pode ser lida como parte de um mundo em que a religião parecia ter cada vez mais inimigos, e cada vez menos aliados e, como vimos, o autor não está imune a esse jogo de forças, tomando partido, claramente, em defesa de uma sociedade menos secularizada. Ela é parte de uma época, em que, o anseio por explicar e conhecer a realidade social da França atingia milhares de pessoas, dentro e fora das Academias. Atende demandas, num tempo em que os romancistas são cultuados, mas também pressionado por leitores, como Julien Lépinois, que enviou a Balzac dezenas de cartas, sugerindo temas como a própria situação social e cultural dos camponeses; leitores que queriam ver suas sugestões atendidas pelos autores.

Balzac estetizou e pensou um catolicismo que, em primeiro lugar, não era exclusividade dos camponeses, poderia ser encontrado na fala de um letrado parisiense, como Emílio Blondet, que costumeiramente coloca o nome de “Deus” em sua fala. Isso não significa que o autor não percebesse a cidade como um lugar mais laicizado que o campo, pois, para ele, os dois espaços guardavam fortes contrastes no tocante à força do catolicismo.

Em segundo, um catolicismo que não obedece a classificações rígidas entre sagrado e profano, seja por quem professasse essa fé, como o Padre Brossete, que envolve “Deus” numa caçada de lontras, ou por quem era quase indiferente a ela, como o menino Mosquito, que compara o avô espertalhão com Nosso Senhor Jesus Cristo, ou por aqueles que a repudiam como Tonsard, o tramador de revoltas camponesas, que vê a hóstia como instrumento de engano e dominação. Portanto, aceito ou não, é um catolicismo com fortes tons daquilo que Bakhtin (2010) chamou de carnavalização.

O contraste da abrangência e da força da religião que diferenciaria a região de Soulanges e do Vale das Aigues é o terceiro ponto que destaca. Em Soulanges, igreja cheia de gente, mas também de sono, onde pregava o Padre Taupin. Nas Aigues, uma rejeição total do catolicismo por parte dos camponeses, que vêem na figura do padre a imagem do inimigo: a nobreza dona de terras. Assim, Padre Brossete tinha como fiéis um público elitizado, do qual a única menina do povo que a ele se integrava, Genoveva, era criada pela rica Sra. Michaud.

Por último, o pensamento balzaquiano, tem uma posição valorativa definida do catolicismo, argumentando ser ele indispensável à ordem social e à moral dos camponeses. Objetivando a trama, se se anuncia vozes contra esse catolicismo, como a de Vaudoier, logo apresenta um personagem inteligente e sóbrio, como João Luís, que menospreza e contraria tudo o que foi dito por bêbados revoltados como Vaudoier. De fato, como sugeriu Bakhtin (2005), parece ser uma trama com elementos de polifonia, mas predominantemente monológico: uma voz que, na sua historicidade, anuncia religiosidades distintas (catolicismo passivo e fé elitizada) e nunca fervorosas, que se emparelha à do anti-clericalismo para se sobressair a ele, anunciando a necessidade moral do catolicismo e de suas verdades e autoridades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUERBACH, Erich. *A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BAKHTIN, M.M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAKHTIN, M.M. *Problemas da poética de Dostoievski*. Tradução de Paulo Bezerra. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. Volume XIV (Estudos de Costumes). Tradução: Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 1992.
- BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. Vol. XIII (Estudos de Costumes). Tradução: Carlos Drummond de Andrade e de Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 1954.
- BENTIVOGLIO, Júlio. *A história conceitual de Reinhart Koselleck*. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 114-134.
- CARVALHO, José Murilo de. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. In: *Topoi. Revista de História*, nº 01, PPGH-UFRJ, 2000, p. 123-152.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- FORTESCUE, William. *Revolução e contra-revolução na França, 1815-1852*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- LACAPRA, Dominick. *History, language and reading: waiting for Crillon*. In: FAY, Brian; POMPER, Philip; VANN, Richard T. *History and Theory: contemporary readings*, Massachusetts, USA: Blackwell Publishers, 1998. P. 90-118.
- LACAPRA, Dominick. *Repensar la história intelectual y leer textos*. In: Palti, Elias José. *“Giro lingüístico” e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p.237-293.
- LACAPRA, Dominick. *History and Reading: Tocqueville, Foucault, French Studies*. University of Toronto Press, 2000.
- LACAPRA, Dominick. *History politics and the novel*. Cornell University, 1987.
- LOVEJOY, Arthur O. *A grande cadeia do ser: um estudo da história de uma idéia*. São Paulo: Editora Palindromo, 2005.
- LYON-CAEN, Judith. *La Lecture et la vie: les usages du Roman au temp de Balzac*. Tallandier: Italie, 2006.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa- tomo III*. Tradução: Roberto Leal Ferreira; Campinas, SP, Papirus, 1997.
- ROBB, Graham. *Balzac: uma biografia*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

CADERNOS DE NOSSO TEMPO: A FORMULAÇÃO IBESPIANA DO PENSAMENTO NACIONALISTA

Fabiane Costa OLIVEIRA¹

fabianecosta@yahoo.com.br

RESUMO: Caberá a este artigo trazer à discussão quatro textos integrantes da revista *Cadernos de Nosso Tempo*, criada pelo IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). Os textos selecionados são: *Três etapas do comunismo brasileiro* (1954), *Que é o ademarismo?* (1954), *Significação do nacionalismo* (1955) e *Para uma política nacional de desenvolvimento* (1956). A partir do tratamento destes, pretende-se evidenciar no pensamento dos intelectuais ibespianos a construção do nacionalismo como alternativa às propostas do Partido Comunista do Brasil (PCB) e à prática política definida como populista.

PALAVRAS-CHAVE: Cadernos de Nosso Tempo; IBESP; pensamento nacionalista

ABSTRACT: This paper aims to bring to discussion four texts which has been extracted from *Cadernos de Nosso Tempo* magazine, created by IBESP (Brazilian Institute of Economy, Sociology and Politics). The selected texts are: "Três etapas do comunismo brasileiro" (1954), "Que é o ademarismo?" (1954), "Significação do nacionalismo" (1955) and "Para uma política nacional de desenvolvimento" (1956). From these collected texts' analysis, we intend to demonstrate the construction of nationalism as an alternative to PCB (Brazilian Communist Party) proposals and the so called "populist politics", according to the conceptions of IBESP thinkers.

KEYWORDS: Cadernos de Nosso Tempo, IBESP, nationalistic thought.

O interesse em torno da publicação de *Cadernos de Nosso Tempo*, editada, primeiro, pelo IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e, em seu último ano, pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), reside no fato desta conter, em seu nascedouro, a formulação do pensamento nacionalista. Pensamento este que ganharia força cada vez maior no Brasil nos anos subsequentes à edição do primeiro número de *Cadernos*, em 1953, de modo a servir de ponto de partida para a constituição do ISEB. Criado

¹ Professora do curso de graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca, e doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UnB).

em 1955, esse instituto só veio a ser instinto em 1964, quando do golpe militar. A importância do ISEB para o pensamento nacionalista relaciona-se com a consolidação da associação deste com o projeto desenvolvimentista. Esta associação torna-se evidente, sobretudo, no decorrer do governo de Juscelino Kubitschek.

Dentre os políticos que ocuparam a Presidência da República entre os anos de 1954 e 1964 (Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), aos quais o ISEB esteve subordinado, foi Juscelino Kubitschek quem propiciou as melhores condições e os maiores recursos financeiros para o seu funcionamento. Seu particular interesse esteve vinculado à convicção de que esse instituto poderia auxiliá-lo no projeto desenvolvimentista. Em discurso proferido no ano de 1956, quando da diplomação dos primeiros estagiários do ISEB, Juscelino Kubitschek atribuiu ao instituto a tarefa de “formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento” (KUBSTICHEK, 1957, p. 48 apud TOLEDO, 1978, p. 38).

A compreensão em torno do processo de criação, organização e consolidação desses institutos (IBESP e ISEB) passa pela trajetória intelectual de Helio Jaguaribe, a qual não esteve desassociada de suas escolhas políticas. Sendo que os seus primeiros passos rumo à sua inserção no meio intelectual foram dados no agrupamento que ficou conhecido como *Grupo de Itatiaia*. O grupo em questão foi idealizado por Helio Jaguaribe, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho, Roland Corbisier e Oscar Lorenzo Fernandes. Eles se aproximaram, por volta de 1949, com o propósito de debaterem temas relativos à cultura brasileira. As sínteses de suas reflexões eram divulgadas pelo suplemento cultural *Quinta Página*, do *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), de responsabilidade editorial de Helio Jaguaribe. Durante os encontros promovidos para a formulação dos textos a serem publicados na imprensa jornalística, esse grupo acabou por reivindicar para si uma atuação mais expressiva na sociedade.

Esses cientistas sociais decidiram-se por incitar alguns conhecidos e amigos a formar um grupo de estudos que se proporia a discutir os problemas de sua época. A discussão dos eventuais problemas nacionais tinha por desígnio a formulação de propostas públicas tidas como adequadas à ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento em que consideravam estar o país. Assim, em agosto de 1952, surgiu o *Grupo de Itatiaia*, constituído por intelectuais cariocas e paulistas. Esses passaram a se reunir todo último final de semana de cada mês no Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, valendo-se de auditório e acomodações cedidos pelo Ministério da Agricultura. Ademais de seus idealizadores, o *Grupo de Itatiaia* contou com as participações dos cariocas Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Inácio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Ottomy

Strauch, Moacyr Felix de Oliveira, Ewaldo Correia Lima, e dos paulistas Miguel Reale, Almeida Salles, Paulo Edmar de Souza Queiroz.

Cândido Mendes de Almeida (2000), anos depois de sua participação no *Grupo de Itatiaia*, atribuiu a esse grupo de estudos a condição de aglutinador dos descontentes naquela ocasião com o saber universitário formal, de São Paulo como do Rio de Janeiro, com destaque para a USP (Universidade de São Paulo). A mesma proposta de intervenção intelectual que conquistou dois uspianos, Roland Corbisier e Almeida Salles, para o núcleo de discussão do *Grupo de Itatiaia*, gerou a reprovação de um número significativo de intelectuais pertencentes à mesma instituição de ensino superior. Reprovação que se repetiu tanto para o IBESP quanto para o ISEB – instituições criadas a partir do grupo de estudos.

Como acentuou Angela de Castro Gomes (2001), na década de 1950, ainda era muito recente o interesse dos cientistas sociais em construir análises sobre a estrutura do poder nacional. Simbolicamente, como ponto de partida desse processo, a autora assinalou as reuniões periódicas promovidas pelo *Grupo de Itatiaia*. Da agenda do grupo de estudos constava, de um lado, o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de sua época e, de outro, a realização de um estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural. Essa agenda de trabalho se revelou de proporções bastante ambiciosas para um grupo que se reunia informalmente. De modo a torná-la exequível, seus integrantes decidiram-se pelo caminho da institucionalização. Esse plano foi posto em execução a partir do empenho quase que exclusivo dos intelectuais cariocas, pois divergências internas a esse grupo, provocadas em decorrência de visões de mundo díspares, resultaram na saída da maioria dos paulistas, permanecendo apenas Roland Corbisier.

Apontada como pivô da diluição do *Grupo de Itatiaia*, a heterogeneidade de opiniões e de visões de mundo característica desse grupo se deu pela junção de indivíduos de trajetórias política e intelectual de bases muito diversas. O que unia esses indivíduos era o objetivo comum de se associarem ao Estado na direção dos negócios públicos. Na concepção desses intelectuais, a posição por eles reivindicada de intérpretes da estrutura do poder os preparava para intervir na realidade sociopolítico-econômica de seu país. Essa heterogeneidade, que marcará e diluirá o grupo, perdurará até a constituição do ISEB.

Assim, como fruto direto dessa heterogeneidade nasceu o IBESP. O ano de 1953 marcou o empenho dos remanescentes do *Grupo de Itatiaia*, sobretudo de Helio Jaguaribe, em transformar o então grupo de estudos em um grupo de intelectuais pautado pela definição de um projeto político próprio. A condição institucional não acarretou, logo de imediato,

mudanças substanciais quanto à procedência dos financiamentos de seus trabalhos, os quais eram postos em execução graças à verba pessoal dos membros do instituto. Por essa razão, intelectuais ligados ao IBESP se viram obrigados a buscar outras alternativas de financiamento, tidas como imprescindíveis à ampliação e à realização de seus projetos. Laços pessoais existentes entre membros desse instituto e Anísio Teixeira, então secretário-geral da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), favoreceram a consolidação de um convênio entre essas duas instituições, em 1954. A partir desse convênio, o IBESP passou a receber subvenções da CAPES.

Aderiram ao IBESP, entre outros, Carlos Luis Andrade, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Hermes Lima, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes e Nelson Werneck Sodré – estes dois últimos vieram integrar esse instituto apenas em 1955. De acordo com Simon Schwartzman (s/d), esses intelectuais de formação e trajetórias tão diferenciadas estiveram unidos em torno da defesa de *valores* comuns, dos quais citou: 1) a preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro; 2) a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”; 3) um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país; 4) uma racionalidade maior da gestão pública; 5) maior participação de setores populares na vida política. A defesa desses *valores*, como o autor assim preferiu chamar, tornou evidente a disposição desses intelectuais em participar de forma efetiva nos negócios do Estado. Motivados por esse fim, os então ibespianos desenvolveram e expuseram esses valores em artigos publicados na revista *Cadernos de Nosso Tempo*. Criada no mesmo ano de fundação do IBESP, o título a ela conferido havia sido, poucos anos antes, mais precisamente em 1951, adotado para dar nome a um livro de ensaios organizado por Helio Jaguaribe e Jorge Serpa.

Os textos publicados pela revista *Cadernos de Nosso Tempo* foram pensados com base no princípio dual do diagnóstico e da indicação de tratamento. A aplicação desse princípio consistia, em primeiro lugar, na identificação das causas relacionadas ao entrave do desenvolvimento nacional. Concluída a etapa de formulação de um diagnóstico da sociedade brasileira e de suas crises, o próximo passo era o da elaboração de um tratamento considerado adequado aos problemas nomeados pelo pesquisador. Esse tipo de construção de análise foi observado em vários artigos dessa revista, dentre os quais mencionam-se: *Três etapas do comunismo brasileiro; Que é o ademarismo?; Significação do nacionalismo; Para uma política nacional de desenvolvimento*. Neles, os ibespianos, nas condições de partícipes e analistas da sociedade brasileira, se dedicaram, no início dos anos 50, tanto a buscar esclarecer as razões da crise nacional, quanto a indicar as condições necessárias a sua

superação. Além do tratamento dispensado aos temas nacionais, de acordo com Alberto Venâncio Filho (2000), essa coleção também trouxe à discussão, em menor grau, assuntos internacionais, dentre os quais: o orçamento dos Estados Unidos e sua política exterior; o panorama político da União Soviética em torno da sucessão de Stalin; bem como as deliberações tiradas nas sessões da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).

Objetivando uma melhor aplicação do princípio dual, os ibespianos elaboraram uma periodização da história econômico-social do Brasil. Para tanto, adotaram uma perspectiva *faseológica do processo histórico-social* do Brasil. De acordo com os ibespianos, a instrumentalização dessa concepção faseológica consistia, em primeiro lugar, “no reconhecimento de que, a despeito de suas condições específicas, as comunidades pertencentes a um mesmo processo histórico global tendem a percorrer as fases determinadas pelo curso desse processo”. Em segundo lugar, “na constatação de que, apesar da maior ou menor heterogeneidade interna de cada comunidade, as diversas fases pelas quais ela passa constituem uma estrutura-tipo de relações, segundo a qual se ordena toda a vida da comunidade” (IBESP, 1956 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 172). Posto isto, as bases da periodização proposta por eles estiveram assentadas nos conceitos de *época*, *fase* e *estrutura-tipo*. Os ibespianos construíram uma relação de equivalência entre os conceitos de época e de fase. Para eles, a fase representava, no campo da Sociologia e com relação às comunidades, uma categoria equivalente à de época, no campo da História e com relação às culturas. Definiram época como sendo uma etapa do processo histórico-social de uma cultura ou civilização; e fase como sendo uma etapa do processo histórico-social de uma comunidade. A fase se caracterizava por uma determinada estrutura-tipo, isto é, um modelo no qual se identificava o estágio de desenvolvimento em que uma comunidade se encontrava no tocante às relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Considerados esses aspectos, a história do Brasil, dentro da perspectiva ibespiana, apresentou três fases distintas. A primeira delas recebeu a denominação de *fase colonial*. Temporalmente situada entre o descobrimento e o ano de 1850, o que caracterizou essa fase foi o predomínio de uma economia organizada com base na dependência em relação ao intercâmbio exterior (heteronomia) e no acúmulo de renda destinado a metrópole em detrimento da colônia (exogenia). Dito de outro modo: exportava-se tudo o que se produzia, no caso produtos primários, e importava-se tudo o mais que fosse preciso. A segunda, nomeada *fase semicolonial*, teve sua vigência fixada entre os anos de 1850 a 1930. O que a marcou foi, de um lado, a persistência da heteronomia e, de outro, o gradual desaparecimento da exogenia. Este último fora favorecido pelo aparecimento do trabalho assalariado em

substituição ao trabalho escravo, o qual, por sua vez, desencadeou o processo de formação de um mercado interno consumidor com potencial suficiente para desviar investimentos antes aplicados, prioritariamente, no setor exportador para o setor interno. A terceira e última fase, intitulada *fase de transição*, iniciou-se, em 1930, em decorrência da crise da economia cafeeira. Ainda em conformação no momento em que os ibespianos se propuseram a formular e divulgar essas reflexões, essa fase caracterizou-se pela diferenciação da economia brasileira, mediante o aparecimento de possibilidades de investimentos substitutivos da cafeicultura. Na avaliação desses intelectuais, foi nessa fase que o Brasil deixou de ser um país essencialmente agrícola para encontrar na indústria uma atividade alternativa de crescente importância.

Depois de publicar cinco números, a revista *Cadernos de Nosso Tempo* finalizou suas atividades no ano de 1956. A data de sua interrupção chama atenção pelo fato de dar indicativos de que essa revista foi, ainda que por um curto período, espaço referencial de divulgação de artigos de um grupo de intelectuais que na ocasião se encontravam vinculados a um outro instituto, o ISEB. Esse instituto foi, como será apresentado e discutido mais adiante, o resultado da mudança da condição do IBESP de instituição privada para instituição pública, em 1955. A partir desta constatação, concluiu-se que os então isebianos, antigos ibespianos, enxergaram na manutenção da tiragem de *Cadernos de Nosso Tempo* o modo pelo qual continuariam circulando suas ideias e projetos, sem, com isto, colocar em risco o lugar por eles conquistado no meio intelectual, até a afirmação do grupo no recém criado instituto.

A leitura de textos publicados na revista *Cadernos de Nosso Tempo* indicou o subdesenvolvimento como problemática norteadora de toda reflexão ibespiana. O termo em questão ainda se encontrava em processo de definição quando o grupo de intelectuais do IBESP tomou-o como referência explicativa para o atraso econômico brasileiro. Até os anos de 1930, predominaram, no Brasil, interpretações de sua situação socioeconômica e de sua história fundamentadas em fatores psicológicos, étnicos ou climatológicos. Julgadas inapropriadas para se elucidar os problemas relacionados ao atraso econômico de países como o Brasil, essas explicações perderam espaço, nos anos de 1940, para a ideia de subdesenvolvimento. As teses que davam sustentação teórico e empírica a essa ideia de subdesenvolvimento eram, de um lado, a quantidade e o acesso aos recursos naturais de um dado território e, de outro, o tempo de existência desse país. No intuito de corrigir essas teses, Helio Jaguaribe apresentou o subdesenvolvimento como

um efeito de múltiplas causas, entre as quais a disponibilidade e acessibilidade das riquezas naturais exercem uma importante influência. Mais do que tudo, no entanto,

o subdesenvolvimento é um fenômeno econômico-social de caráter global, cuja explicação se tem de encontrar na análise histórico-sistemática do processo econômico-social de cada país. (IBESP, 1956 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 173).

Elaborada a problemática, caberia, então, aos ibespianos investigar as bases do processo que teria resultado na insuficiência de acumulação de capital. Etapa esta vista como imprescindível à formulação de propostas capazes de provocar a superação do subdesenvolvimento brasileiro. Diante do desafio de indicar caminhos para essa superação, o grupo de intelectuais que se configurou em torno do IBESP buscou construir seu discurso pela negativa das forças políticas tidas tanto como de cunho socialista quanto populista. Os projetos de sociedade propugnados por essas forças políticas foram apontados como entraves à ultrapassagem do Brasil de sua condição de país subdesenvolvido. Assim, como alternativa às propostas do Partido Comunista do Brasil (PCB) e à prática política definida como populista - esta relacionada à figura de Ademar de Barros - esses intelectuais apresentaram o nacionalismo. Mas, a que este nacionalismo se apresentava como alternativa?

Servindo-se da revista *Cadernos de Nosso Tempo* como veículo disseminador de seus pensamentos, os ibespianos, em texto intitulado *Três etapas do comunismo brasileiro* (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d), trouxeram uma avaliação pessimista das influências que o PCB exercia na vida política do Brasil. A formulação dessa avaliação esteve fundamentada na defesa do capitalismo como única via capaz de processar o desenvolvimento nacional. Assim, a incompatibilidade entre o apelo ibespiano ao capitalismo e a identificação do PCB com o socialismo fez com que este surgisse aos olhos daquele como força retardatária do crescimento de seu país. Segundo julgamento dos ibespianos:

[...] a menos que suas deficiências e seus erros anteriores sejam rapidamente sanados – o que a esta altura parece bem difícil –, a sua influência será progressivamente negativa pelos ônus crescentes que acarretarão às forças que lutam de maneira autônoma pelo desenvolvimento nacional – desenvolvimento, acentue-se de passagem, que deverá processar-se ainda dentro dos limites estruturais e institucionais do capitalismo, embora que de um capitalismo cada vez mais “socializado”, vale dizer, propriamente, de um regime capitalista cada vez mais coletivizado, ou seja, de um regime dotado dos meios materiais e institucionais destinados a produzir uma aceleração funcional e adequada aos processos de acumulação, concentração e centralização de capitais, que constitui a missão histórica a ser realizada pelo capitalismo no Brasil. (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 20-21).

Contudo, os ibespianos não dispensaram críticas apenas aos que consideraram contrários à afirmação do capitalismo. Impressionados com a eficácia com que a prática política fundada no apelo pessoal ampliava o raio de ação de políticos brasileiros, eles elegeram a figura de Ademar de Barros com o propósito de divisarem as causas desse fenômeno. No artigo intitulado *Que é o ademarismo?* (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 23-30), buscaram explicar esse fenômeno a partir da problematização das razões pelas quais Ademar de Barros teria se tornado um candidato em potencial à sucessão presidencial de 1955, após ser derrotado na disputa pela Prefeitura de São Paulo nas eleições de 1953. A essa força política em marcha deram o nome de *ademarismo*.

Tido pelos ibespianos como um “fenômeno político recente e muito pouco estudado” (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 23), ao ademarismo coube a identificação como expressão brasileira do populismo. O populismo foi por eles definido como uma manifestação política das massas. Dentro da concepção ibespiana, a massa não era uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, muito menos um conjunto de classes. Para eles, as massas eram um fenômeno de objetivação social, no qual seus membros não lograram atingir a consciência e o sentimento de classe.

Concebido como fenômeno político característico das massas, o populismo/ademarismo, de acordo com afirmativas dos integrantes do IBESP, apenas insurgiria, por isto, da conjugação de três condições essenciais. Em primeiro lugar, os ibespianos julgavam imprescindível a ocorrência, em uma dada sociedade, do processo de massificação decorrente da proletarização dos trabalhadores. Desprovidos de consciência e de qualquer sentimento de classe, tais trabalhadores não se organizavam e, portanto, não participavam da política como classe. Inconscientes das relações de espoliação sob as quais estavam submetidos, esses trabalhadores, transformados em homens-massa, tornavam-se suscetíveis à manipulação política. Em segundo lugar, viram como obrigatório que a *classe dirigente* (classe detentora do poder político) perdesse sua representatividade, ou seja, sua capacidade de dirigir o processo social de maneira a atender e a satisfazer a um mínimo das necessidades dos diversos estratos da sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a *classe dirigente*, convertida em *classe dominante* (classe detentora do poder econômico), perderia, igualmente, seu poder criador e sua exemplaridade, deixando, assim, de criar os valores e os estilos de vida orientadores da conduta média da sociedade. Satisfeitas essas duas condições mais amplas, os ibespianos apontaram um terceiro elemento para completar o ciclo: o aparecimento de um líder populista. Esse líder estaria carregado de

um especial apelo às massas, apto, portanto, a mobilizá-las politicamente de modo a conquistar o poder. Para esses intelectuais, o potencial do apelo exercido por um líder populista sobre as massas era proporcional ao seu apelo carismático.

[...] Esse carisma de massas, que cabe denominar de “populidade”, consiste, essencialmente, numa capacidade de mobilizar os homens-massa – quer pertençam aos estratos proletarizados da sociedade, nos quais se originou a massificação, quer aos estratos superiores, atingidos pela massificação superestruturária – para fins político-sociais que representam a realização das aspirações psico e sócio-institivas dos homens-massa, constituem objetivos em si mesmos e imediatamente atrativos, dentro de uma ordem de valores imanente ao tipo psicossocial dos homens-massa e em virtude, no que se refere ao líder populista, do fato de os homens-massa reconhecerem nele o seu mesmo tipo psicossocial do homem-massa. (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 27)

Qual seria então, na prática, a estratégia comumente adotada por um homem da política com vista a preservar-se junto às massas na condição, sem maiores exageros, de sua única liderança? Os ibespianos resolveram esta questão por meio da diferenciação entre as formas de fazer política de Ademar de Barros – principal nome do PSP (Partido Social Progressista) – e dos políticos do PSD (Partido Social Democrático) – maior agremiação do sistema partidário brasileiro do início dos anos de 1950. Essa diferenciação se deu nos seguintes termos: a estratégia política de Ademar de Barros distinguia-se daquela seguida pelos pessedistas na medida em que incorporava à sua prática o apelo emocional. Ou seja, enquanto os pessedistas pautavam-se pela estratégia de articular os chefes políticos estaduais, que, por sua vez, articulavam os chefes locais, por caber a estes o contato direto com os eleitores, Ademar de Barros buscava pessoalmente exercer influência sobre seu eleitorado. Apesar de pessoal, a influência de chefes políticos populistas quando exercida ocorria por via remota, ou seja, por meio da popularidade de sua pessoa. Os ibespianos concluíram então que no populismo, e em particular no ademarismo, o político que se colocava como liderança das massas assumia a responsabilidade direta de conquistar o eleitorado. Ao partido do líder populista, caberiam as tarefas de organizar esse eleitorado, proporcionando-lhe facilidades, ou mesmo proteção, a fim de que permanecesse fiel ao chefe político e pudesse, oportunamente, votar de acordo com suas instruções.

Desta forma, enquanto os chefes pessedistas dependem do jogo partidário e seu êxito está intimamente ligado à eficácia de sua máquina eleitoral, o Sr. Ademar de

Barros é quem dá ao seu partido substância política, motivo pelo qual, em lugar de depender do partido, tem o partido na sua completa dependência e assim pode exercer uma autoridade pessoal e ilimitada que nenhum outro chefe político – salvo, talvez, o Sr. Getúlio Vargas – está em condições de exercer. (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 24).

Conforme comentários de Jorge Ferreira (2001) e Angela de Castro Gomes (2001), os ibespianos foram os precursores do debate intelectual a respeito do populismo na política brasileira. A análise crítica desse fenômeno político de massas se efetivou como parte do interesse desses intelectuais em traçar um projeto de dimensões sociopolítico-econômico, tido como capaz de provocar o desenvolvimento nacional. Assim, à valorização do suposto novo (nacionalismo) seguiu à crítica ao considerado velho (populismo). Amparados pelo discurso da insígnia do novo, os ibespianos apresentaram um projeto político fundado na prática política nacionalista.

Dentro da concepção desenvolvimentista dos ibespianos, uma vez defendidas e mantidas as bases da economia capitalista, caberia ao nacionalismo (tido como única política capaz de conduzir países de economia dependente como o Brasil à emancipação) a realização de duas tarefas. A primeira delas era a de possibilitar as massas condições favoráveis para que estas não mais optassem por soluções demagógico-assistencialistas. A segunda, a de apontar meios adequados para completar a “maioridade econômica”², alcançada, unicamente, via industrialização crescente do País. Para os ibespianos, o sucesso da aplicação da política nacionalista dependia, por um lado, do grau de comprometimento dos brasileiros na condução da economia nacional e, por outro, da eficácia da ação interventora do Estado na economia. Quanto a esse último aspecto, julgavam ser de responsabilidade do Estado as tarefas de instalar indústria de base, explorar fontes de energia e combustível, bem como tornar progressista a estrutura agrária. Para eles,

A interferência do Estado no domínio econômico não significa necessariamente estatização de atividades econômicas, mas, antes de tudo, uma direção geral normativa através de adequado conjunto de medidas promocionais do desenvolvimento. Não se trata de socialismo. Não se trata de repúdio ao capital estrangeiro. (LIMA, 1955 in SCHWARTZMAN, s/d, p. 80)

² Termo utilizado pelo ibespiano Hermes Lima em Significação do nacionalismo (1955). Este texto foi inicialmente publicado pela revista *Cadernos de Nosso Tempo* (v.3, n. 4).

De modo algum, a valorização do que se apresentava como nacional se traduziu em repúdio ao capital e técnica estrangeiras. Para esses intelectuais, a incorporação de recursos provenientes de outros países se colocava como uma possibilidade, desde que o uso destes não representasse ameaça a superação do atraso econômico brasileiro.

O empenho com que os filiados ao IBESP se entregaram à formulação de uma política nacional de desenvolvimento e a forma obstinada como criticaram as propostas encaminhadas por forças políticas partidárias permitiram chegar a seguinte inferência: os ibespianos, por meio de seu projeto de base nacionalista, propuseram sua entrada na esfera do poder como uma força que lutaria de maneira autônoma pelo desenvolvimento brasileiro. Autonomia esta que seria conquistada desde que não se vinculassem a partidos, pois, a afirmação de um compromisso nesses termos os inseririam no jogo próprio da disputa partidária, que, por sua vez, significaria, enquanto lá permanecessem, abdicar à faculdade de agir segundo suas próprias determinações. Assim, no lugar de se colocarem na política como políticos profissionais, decidiram-se por atuar junto ao poder na posição, que supunham conservar, de homens da cultura, posição assegurada, segundo suas interpretações, pela vinculação a um instituto de estudos.

Nem defensores cegos da eficácia das idéias; nem militantes políticos; de acordo com Simon Schwartzman, os intelectuais ibespianos se propuseram a assessorar o governo nas questões de Estado, elaborando, para tanto, um projeto político para a sociedade brasileira.

O que dá ao IBESP sua característica inovadora na história do pensamento político brasileiro é que, pela primeira vez, um grupo intelectual se propõe a assumir uma liderança na política nacional por seus próprios meios. Neste sentido, o IBESP é radicalmente novo. Ele se diferencia dos pensadores políticos do passado que acreditavam que seriam suas idéias, se corretamente aplicadas – fossem elas liberais, católicas ou conservadoras -, que iriam transformar a sociedade. E se diferencia, também, dos pensadores de influência marxista, que se alinhavam, física e intelectualmente, com um setor da sociedade que, acreditavam, viria um dia a liberá-la, ou seja, a classe operária. Para os primeiros, as idéias políticas fariam tudo; para os segundos, elas podiam pouco. Para o IBESP, eram os intelectuais, mais do que suas idéias ou partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos. (SCHWARTZMAN, s/d, p. 4).

Daniel Pécaut (1990, p. 109) concluiu a respeito dos ibespianos que: “[...] Pode-se duvidar de que tenha sido a primeira vez, mas é incontestável que esse grupo proclamou, com particular clareza, sua disposição para se associar à direção dos negócios públicos [...]”.

Por fim, no que concerne ao texto *Que é o ademarismo?*, este ensaio exige ainda o tratamento de uma outra questão: o lugar destinado pelos ibespianos a Getúlio Vargas no interior do debate sobre o fenômeno populismo. O texto em questão foi escrito antes do suicídio de Vargas e, portanto, em meio à crise política de seu governo, agravada pela oposição implacável da UDN (União Democrática Nacional). Ao longo da leitura, fica evidente que, apesar de Ademar de Barros ter sido um dos interventores de Vargas em São Paulo, durante o Estado Novo, os ibespianos esforçam-se para diferenciá-los quanto à prática política. E, para tal, promoveram um silenciamento no tocante a essa vinculação³. Embora Ademar de Barros tivesse participado da Revolução Constitucionalista de 1932 e sido eleito deputado estadual pelo PRP (Partido Republicano Paulista) em 1934, foi com Getúlio Vargas que ele ganhou projeção política estadual e nacional quando da ocupação do cargo de interventor do Estado de São Paulo, entre os anos de 1938 a 1941. A indicação de Ademar de Barros ao cargo de interventor estadual pode ser entendida como parte da estratégia de Vargas de não se opor às oligarquias estaduais, porém, optando por nomes sem expressão no interior das elites. Segundo os autores Aggio, Barbosa e Coelho (2002: 124),

[...] Ademar correspondia à perspectiva do regime estadonovista de bloquear a ação das lideranças tradicionais de São Paulo. Em outras palavras, Vargas esperava que nomeando um desconhecido para a direção dessa unidade da federação, pudesse neutralizar a força política da poderosa elite paulista, consolidando sua ascendência pessoal no Estado.

Todavia, a estratégia utilizada por Vargas teve efeito inesperado. Ademar de Barros conseguiu obstar a influência dos chefes políticos tradicionais, conseguindo, com isto, estabelecer-se como a maior liderança política estadual. Para tanto, demitiu todos os prefeitos, optando por nomear políticos desprovidos de vinculações com os setores tradicionais paulista. Esta tática gerou um ganho inquestionável à política ademarista: ele obteve a subordinação direta dos novos dirigentes municipais à sua pessoa (Aggio, Barbosa e Coelho, 2002). Note que Ademar de Barros utilizou-se de métodos bem parecidos com os praticados por Vargas

³ Os ibespianos apenas fazem referência à carreira política de Ademar de Barros após os anos de 1950. Nota-se, portanto, um silenciamento proposital das ações políticas desse personagem no período anterior a 1953, quando o mesmo concorreu à Prefeitura de São Paulo. Fica evidente, com isto, a construção de uma memória sobre a conduta política de Ademar de Barros desvinculada do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.

quando da nomeação de seus interventores. Mas as aproximações entre essas duas figuras políticas não param por aí. Nas palavras de Aggio, Barbosa e Coelho (2002: 123),

A imagem de líder popular construída por Ademar de Barros se aproximou, em muitos aspectos, daquela criada em torno de Getúlio Vargas. Embora possuidores de estilos diferentes, ambos personificaram a figura do homem dinâmico, atento aos reclamos de modernização dos novos tempos, mas também comprometido com o amparo às classes subalternas, a quem o Estado deveria dedicar-se como um “pai”.

Em meio há tantas semelhanças, duas diferenças se sobressaem. Em primeiro lugar, fica evidente que enquanto a liderança de Vargas assume contornos nacionais, a de Ademar de Barros consagra-se por seu regionalismo. Um outro aspecto a ser ressaltado diz respeito a relação exercida por esses políticos junto às suas respectivas agremiações partidárias. Iniciemos pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Embora este partido tenha se servido da imagem de Vargas para conquistar projeção no sistema partidário, o mesmo fora “originalmente organizado pela máquina estadonovista, principalmente a partir da estrutura sindical corporativa montada nos anos de 1930” (SCHMITT, 2000: 17). Já o PSP foi criado para ser o partido de Ademar de Barros.

No PSP, a figura de Ademar adquiriu uma conotação de poder inatingível e inabalável, a ponto de a legenda ter ficado conhecida como o “partido de um homem só”. A implacável eficiência organizativa do PSP foi alinhavada, também, por uma dinâmica partidária indubitavelmente monolítica: livre de conflitos internos, tendo em vista a submissão do partido às vontades de seu “chefe supremo”, Ademar de Barros sempre se impôs sem maiores contestações. (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002: 125)

Conforme tratado neste ensaio, esse elemento de diferença fez-se presente no texto *Que é o ademarismo?* e foi usado pelos ibespianos para construir o fenômeno ademarista como populismo. Diante disto, fica então uma questão em suspenso: e as semelhanças? Salvo o aspecto da autoridade pessoal e ilimitada, reconhecido como elemento comum à Vargas e à Ademar de Barros, todas as demais semelhanças foram silenciadas pelos ibespianos, provocando, assim, um esquecimento necessário para a não vinculação da prática populista à política varguista. Embora esses intelectuais assumam que o ademarismo foi “a consequência de condições econômico-sociais que se vieram formando no Brasil a partir da Revolução de 30” (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d: 30), eles produziram Vargas

como o salvaguardor do nacional-desenvolvimentismo. Nesse sentido, na avaliação ibespiana o governo de Vargas caminharia na direção oposta do populismo de Ademar de Barros. Enquanto este último assumia a forma do atraso, aquele primeiro era inventado como o defensor do moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Para uma política nacional de desenvolvimento. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 47-188, jan./mar. 1956. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 171-195.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Que é o ademarismo? *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.139-149, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 23-30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Três etapas do comunismo brasileiro. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 123-138, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 9-21.

LIMA, Hermes. Significação do nacionalismo. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p. 85-100, abr./ago. 1955. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 71-82.

MENDES, Cândido. Helio Jaguaribe e o nosso humanismo crítico. In: VENANCIO FILHO, Alberto; KLABIN, Israel; BARRETTO, Vicente (Orgs.). *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

VENANCIO FILHO, Alberto. Helio Jaguaribe e os Cadernos do Nosso Tempo. In: _____; KLABIN, Israel; BARRETTO, Vicente (Orgs.). *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-12.

O ANTI-REPRESENTACIONALISMO DE RICHARD RORTY À LUZ DA HISTORICIDADE DE HANS-GEORG GADAMER

Flávio Silva de OLIVEIRA*

flavios-o@hotmail.com

RESUMO: O conceito que centraliza e organiza todo o pensamento de Richard Rorty é o conceito de anti-representacionalismo. Sua premissa mais fundamental é que devemos parar de pensar em naturezas e essências caracterizáveis desde uma perspectiva atemporal. E o conhecimento depurado do imperativo epistemológico de *espelhar a natureza*. Representar acuradamente, portanto, já não é mais a função da linguagem ou da mente. A idéia de confrontação deve ser abandonada em favor da conversação: manter um diálogo frutífero com nossos pares e com a tradição. Neste sentido, a suposição fundamental deste trabalho é que a historicidade gadameriana (cerne de seu conceito de consciência histórico-efetual) converte-se no núcleo problemático do pensamento rortiano quando da elaboração de sua obra mestra *Philosophy and the Mirror of Nature*.

PALAVRAS-CHAVE: anti-representacionalismo, historicidade, hermenêutica.

ABSTRACT: The concept that centralizes and organizes the whole thought of Richard Rorty is the concept of anti-representationalism. His more fundamental premise is that we should stop thinking in natures and essences that we could describe from an a-historical perspective. And knowledge purified of the epistemological imperative of *mirroring the nature*. To represent accurately is not the function of language or mind. The confrontation idea should be abandoned in favor of the conversation: to maintain a fruitful dialogue with our pairs and with the tradition. In this sense, the fundamental supposition of this work is that the gadameriana historicity (the nucleus of his effective-historical consciousness) turns into the problematic core of the Richard Rorty's *magnum opus* "Philosophy and the Mirror of Nature".

KEYWORDS: anti-representationalism, historicity, hermeneutic.

O anti-representacionalismo de *PMN*¹ visa o abandonar da idéia cartesiana-kantiana de que a verdade deve ser compreendida como uma correspondência fidedigna aos objetos ou à realidade - esta compreendida enquanto possuidora daquelas propriedades intrínsecas, "no

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES.

¹ De agora em diante *Philosophy and the Mirror of Nature* será referenciada com a sigla *PMN*.

sentido de propriedades cujo respectivo conhecimento independe da linguagem que usamos” (RORTY, 2005, p. 117). Significa não fazer caso da imagem que cativou os filósofos por toda a época moderna: a imagem da mente como um grande espelho, capaz de reter tipos variados de representações. Abandonar tais metáforas significa aproximar-se da visão neopragmatista segundo a qual não há razões para conceber o conhecimento ou a linguagem como uma representação acurada da realidade lá fora. As noções de “conhecimento”, “linguagem” e “verdade” não devem ser concebidas na qualidade de uma espécie de espelho da natureza. Nada há de essencial ou substancial a ser dito a respeito de uma reivindicação de conhecimento, salvo as condições sociais e históricas que permitem uma determinada comunidade alcançar algum consenso acerca de sua adequação. Trata-se, fundamentalmente, para um espírito neopragmatista, de que “el conocimiento no consiste en la aprehensión de la verdadera realidad, sino en la forma de adquirir hábitos para hacer frente a la realidad” (RORTY, 1996, p. 15). Uma atitude que, a rigor, é compartilhada por uma gama de teorias filosóficas que trazem em seu bojo a idéia holista de que a racionalidade e a autoridade epistêmica devem ser explicadas por referência ao que a sociedade nos permite dizer, mais do que o contrário (RORTY, 1979, p. 174). Que a verdade é antes feita que descoberta. Isto é, “dizer que a verdade não está diante de nós é simplesmente dizer que onde não há frases não há verdade, que as frases são elementos das linguagens humanas e que as linguagens humanas são criações do homem” (RORTY, 1992, p. 25).

Carecendo de uma tal coisa como a “mente” e seus suportes, a filosofia, compreendida como uma disciplina que julga asserções de conhecimento em disputa, que prescreve métodos epistemológicos apropriados, pode e deve ser posta de lado. Que quando nos resignamos do desejo de confrontação e restrição, desejo que permeia uma teoria do conhecimento – “a desire to find ‘foundations’ to which one might cling, frameworks beyond which one must not stray, [...] representations which cannot be gainsaid” (RORTY, 1979, p. 315) –, uma empresa tal qual a filosofia, centrada nos negócios da epistemologia, deve se tornar um tipo de hermenêutica. A virada rortyana à hermenêutica é, contudo, fundamentalmente negativa: visa o desembaraçar-se de velhos hábitos de pensamento, mas sem inaugurar outros sistemas de fundamentação para a cultura. Hermenêutica, neste contexto, não se alinha à metafísica, à epistemologia ou, em última instância, à noção de Verdade.

Neste sentido, a hermenêutica de Gadamer fornece a Rorty uma espécie de antídoto contra a epistemologia. A hermenêutica seria a saída óbvia a uma epistemologia que vê a si mesma como incumbida da tarefa de oferecer uma estrutura permanente para toda contribuição de conhecimento. A hermenêutica, a contrapelo, funcionaria mais como uma

mediadora, sua tarefa sendo promover o tipo de conversação na qual as discordâncias entre afirmações seriam superadas; superação e concordância sem a pressuposição de solo comum entre os participantes de uma conversa, isto é, “the hope of agreement is rather the hope that we can come to understand one another, that we can pick up each other’s language and use it to reconsider or even revise our understanding of the world and ourselves” (WARNKE, 2003, p. 105).

A consciência histórico-efetual

Verdade e Método I tem como um de seus pilares a asserção da inutilidade da via metódica (ao modo como foi elaborada pela modernidade) para abarcar e fundamentar todos os aspectos da verdade. Como Gadamer mesmo o coloca, a proposta do livro é rastrear por toda parte a experiência da verdade, que estende-se para fora dos limites e controle estabelecidos pela metodologia científica, e indagar também pela legitimação da verdade seja lá onde quer que se encontre (GADAMER, 2005, p. 30). Para tanto é justo recordarmos que Gadamer inicia seu trabalho recuperando a pergunta pela verdade na arte, demonstrando a estética do gênio como uma subjetivação intolerante do artístico. Assim, “a experiência da arte é a mais clara advertência para que a consciência científica reconheça seus limites” (GADAMER, 2005, p. 30).

No âmbito das ciências do espírito, Gadamer procurou demonstrar como seu efetivo processo de auto-reflexão visando sua fundamentação, no século XIX, guiava-se pelo modelo das ciências da natureza. Segundo o autor, isso decorre em grande medida às diretrizes formuladas pela tradição inglesa, notadamente Hume e John St. Mill, cuja formulação estava assente na idéia que sobre as ciências morais a questão giraria em torno de reconhecer uniformidades, regularidades e legalidades, tornando assim previsíveis fenômenos individuais.

O conhecimento histórico, porém, não aspira tornar um fenômeno concreto o caso de uma suposição ou regra geral, a confirmação de uma legalidade. Seu ideal, como sublinha Gadamer, é “compreender o próprio fenômeno na sua concreção singular e histórica” (GADAMER, 2005, p. 38). Descurada desta especificidade e submetida ao cânone epistemológico das ciências da natureza, a história, como uma fonte de verdade distinta da razão teórica, perde-se por completo. Gadamer, visando denunciar tal assalto, e demonstrar que as ciências do espírito estão muito distantes de uma inferioridade em relação às ciências da natureza, evoca os princípios guia que o classicismo alemão levava em seu bojo, a saber,

os conceitos básicos do humanismo: o conceito de formação (*Bildung*), *sensus communis*, juízo e gosto.²

O conceito de formação, conforme Gadamer, recebeu sua determinação fundamental por Herder, como “formação que eleva à humanidade” (GADAMER, 2005, p. 45). Apesar de Gadamer associar *Bildung* com cultivo para o universal ou humanidade, ele não concebe nenhum desses como estágios finais a-históricos, como afirma Warnke. Se nosso conhecimento está determinado e desenvolve-se a partir de condicionamentos históricos, então nossa concepção de humanidade e universal o será na mesma intensidade. Gadamer, como destaca Warnke, conclui que o universal é simplesmente um ponto de vista dentre outros possíveis (WARNKE, 2003, p. 110). Assim sendo, “*Bildung* is the process in which one emerges from particularistic points of view by encountering alien practices, other cultures, and one’s own historical past” (WARNKE, 2003, p. 110). Seguindo Hegel, Gadamer afirma como característica fundamental da formação “o manter-se aberto para o diferente, para outros pontos de vista mais universais” (GADAMER, 2005, p. 53). Essa universalidade, porém,

[...] não é uma universalidade do conceito ou da compreensão. Não se determina algo particular a partir de algo universal, não se pode comprovar nada por conclusão. Os pontos de vista universais para os quais a pessoa formada se mantém aberta não são um padrão fixo de validade, mas se apresentam como pontos de vista de possíveis outros. (GADAMER, 2005, p. 53 – 54)

Do conceito de formação, Gadamer nos conduz ao de *sensus communis*. Para tanto, o autor evoca a figura de Vico. Vico, segundo Gadamer, bebeu na fonte da tradição humanista antiga – enleada com os princípios da retórica: o ideal humanista da *eloquentia*³. Vico apela ao *sensus communis* para fazer frente à ciência moderna, não no sentido de contestar suas vantagens, mas indicar-lhe os limites. Evocar o conceito antigo de *sensus communis* e a figura emblemática de Vico, por parte de Gadamer, tem a finalidade de demonstrar que este conceito, cuja forma está na base de constituição das ciências do espírito, não nutre-se do verdadeiro (como concebido pela metodologia das ciências matemáticas modernas), mas do verossímil.

² Os dois últimos não serão desdobrados aqui, pois intenta-se dar relevo apenas aos dois primeiros.

³ Diz Gadamer: “Desde antigamente, o ‘bem-falar’ (*eu legein*) é uma fórmula ambígua e não apenas um ideal retórico. Significa também dizer o que é correto, ou seja, o que é verdadeiro, e não somente a arte de falar, a arte de dizer bem alguma coisa” (GADAMER, 2005, p. 56).

Sensus communis não significa somente aquela capacidade universal que existe em todos os homens, mas é também o sentido que institui comunidade. Vico acredita que o que dá diretriz à vontade humana não é a universalidade abstrata da razão, mas a universalidade concreta representada pela comunidade de um grupo, de um povo, de uma nação, do conjunto da espécie humana. O desenvolvimento desse senso comum é, por isso, de decisiva importância para a vida (GADAMER, 2005, p.57 – 58).

Ao operar segundo os ditames da antiga tradição retórica, Vico, como bem aponta Gadamer, reconhece indiretamente o novo conceito de verdade ao defender o direito do verossímil. O que Vico faz reviver então é o antigo antagonismo aristotélico entre saber teórico e prático, antagonismo que não se reduz à oposição verdade/verossímil. Este saber prático (a *phronesis*) orienta-se para a situação concreta, e configura-se como uma forma de saber distinta daquele seu opositor, o saber teórico (GADAMER, 2005, p. 58).

Em Gadamer, o problema da verdade recebe novos tons a partir do temário proposto pela experiência da arte e da história. A busca da verdade é pensada em outro sentido: um acontecer, no qual sempre já estamos inseridos na e pela tradição. Gadamer define tradição como uma forma particular de autoridade. Autoridade em Gadamer deve ser compreendida em contraste com o modo como a *Aufklärung* a compreendeu, a saber, obediência cega, referindo-se a um extremo oposto de razão e liberdade. A fé na autoridade deveria ser combatida com o usufruto da própria razão (GADAMER, 2005, p. 370 – 371). Gadamer, ao revés, pensa autoridade não ter nada a ver com obediência, antes com *conhecimento*, visão mais acertada. Como diz Gadamer: “reconhece-se que o outro está acima de nós em juízo e visão e que, por consequência, seu juízo precede, ou seja, tem primazia em relação ao nosso próprio juízo” (GADAMER, 2005, p. 371). A autoridade, portanto, “não é uma arbitrariedade irracional mas algo que em princípio pode ser compreendido” (GADAMER, 2005, p. 371).

Tradição transfigura-se em fundamento. Fundamento, por exemplo, dos costumes. Tradição e costume são portanto coisas distintas. Costumes não se efetivam por livre determinação. A realidade dos costumes torna-se algo válido a partir da herança histórica e da tradição; são, como diz Gadamer, adotados livremente, porém não são cunhados nem fundamentados em sua legitimidade por um livre discernimento. “É isso, precisamente, que denominamos tradição: ter validade sem precisar de fundamentação” (GADAMER, 2005, p. 372).

Comportamento científico e comportamento natural, com relação ao passado, não estão portanto radicalmente separados. Seja na atividade investigativa das ciências do espírito

ou da natureza, seja nos fenômenos da vida ordinária sempre sentimo-nos interpelados pela tradição. Objetos de investigação e conteúdos da tradição experimentam sua significação nesta estreita relação de interdependência: abolindo qualquer distinção artificial e abstrata entre tradição e ciência da história, entre história e conhecimento histórico (GADAMER, 2005, p. 375). Trata-se fundamentalmente de reconhecer os interesses e o momento presente que se pretende mediar com os conteúdos da tradição. “A investigação histórica se sustenta no movimento histórico em que se encontra a própria vida, e não se deixa compreender teleologicamente a partir do objeto a que se orienta a investigação” (GADAMER, 2005, p. 375 - 376). A reflexão sobre e no interior das ciências não admite-se fora da tradição. O que significa dizer que “não é a história que nos pertence mas somos nós que pertencemos a ela” (GADAMER, 2005, p. 367 – 368). Compreensão “jamais é um comportamento subjetivo frente a um ‘objeto’ dado, mas pertence à história efetual, e isto significa, pertence ao ser daquilo que é compreendido” (GADAMER, 2005, p. 18).

Warnke destaca os modos de uso do conceito de consciência histórico-efetual em Gadamer. Em um sentido, tal conceito refere-se a uma consciência que é manifestada ou produzida pela história. Gadamer, segundo Warnke, tomando como pressuposto aquilo que Heidegger definiu por “estar-lançado”, usa-o para caracterizar a condição humana de sempre já pertencer ou participar de uma tradição histórica – é um estar-lançado, projetar-se e, em seu ser junto ao “mundo” e em seu ser-com os outros, coloca em jogo o poder-ser mais próprio do *Dasein* (HEIDEGGER, 2006, p. 247)⁴. Fazer parte de uma tradição, crescer nela, é possuir seu universo lingüístico, práticas e problemas. Uma consequência é que nossa compreensão do mundo natural e social em que vivemos, assim como de nós mesmos como indivíduos inseridos em um grupo ou comunidade, é uma compreensão que parte de um determinado vocabulário e é compartilhado por uma certa história (passado) (WARNKE, 2003, p. 107).

To be a member of a specific culture at a specific time means that our attempts to understand ourselves and our world always proceed on the basis of an understanding that has developed through the historical experiences and traditions of understanding we have inherited from the history in which we are immersed (WARNKE, 2003, p. 107).

O que vemos funcionando aqui é a noção de horizonte de compreensão. Isto é, nas palavras de Gadamer, “horizonte é o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que pode ser

⁴ Cf. §37 e §38 de HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

visto a partir de um determinado ponto” (GADAMER, 2005, p. 399). Sempre estamos localizados em uma tradição lingüística ou prática que nos fornece uma estrutura de referência para aquilo que estamos tentando compreender, um objeto no mundo empírico, um texto ou outra língua. Esta estrutura nos fornece elementos (expectativas e antecipações de significado), que sem eles não teríamos qualquer ponto de referência para processar aquilo que encontramos (WARNKE, 2003, p. 108). O lado oposto de uma afirmação da consciência histórico-efetual, seria o que Gadamer chama de objetivismo (conjunto de métodos críticos). Tal objetivismo ocultaria o enleamento histórico-efetual em que se encontra a própria consciência histórica. É fato, porém, que ele, em virtude de seu aparato crítico-metódico, elimina o capricho e a arbitrariedade no âmbito do processo de compreensão. Mas um objetivismo radicado corre o risco de negligenciar aquelas pressuposições que não são nem arbitrárias nem aleatórias, são, antes, o sustentáculo e guia do próprio compreender. Negligencia-se além do mais a verdade que se poderia alcançar, malgrado a finitude de nossa compreensão; pois a abertura ao que nos é passível questionar, o mostrar-se questionável de algo ou o constituir-se como objeto de investigação é determinado pelos nossos pressupostos e interesses que adquirimos no contato com a tradição (GADAMER, 2005, p. 398).

Notadamente, esta estrutura de referência é um composto daquilo que Gadamer chama de *preconceito*. Preconceitos são julgamentos ou projeções de significado que oferecem uma estrutura provisória de compreensão. Aliás, eles são mais que júzos de um indivíduo, “constituem a realidade histórica de seu ser” (GADAMER, 2005, p. 368).

O compreender realiza-se sempre num *projetar*. O manifestar do sentido dá-se a partir de expectativas e perspectivas, e tão-logo prelineia-se um sentido inicial, o sentido do todo nos aparece como num esboço. O compreender de algo consiste fundamentalmente na elaboração desse projeto prévio, que “tem que ir sendo constantemente revisado com base no que se dá conforme se avança na penetração do sentido” (GADAMER, 2005, p. 356). Ganha relevo portanto o fato de que compreendemos a partir de preconceitos. Estes que compõem o chamado horizonte de compreensão, que funciona do mesmo modo num movimento circular. Ele fornece a estrutura prévia para a compreensão, mas no caminho funde-se a outros horizontes ampliando suas possibilidades retornando ao estágio inicial, agora, no entanto, ampliado. O horizonte do presente, desse modo, está em constante formação, pois nos vemos obrigados a por a prova constantemente nossos preconceitos. “Parte dessa prova é o encontro com o passado e a compreensão da tradição da qual nós mesmos procedemos” (GADAMER, 2005, p. 404). Ou seja, o ato de compreender encerra uma verdadeira fusão de horizontes. A consciência histórico-efetual, conforme Gadamer, é a realização controlada dessa fusão. O

que nos conduz diretamente ao problema central derivado da historicidade fundamental do *Dasein* de Heidegger, isto é, historicidade implica mediação entre passado e presente, em direção ao futuro (SCHUCK, 2007, p. 98). O passado deve ser compreendido em cada instante: “compreendê-lo em cada situação concreta de uma maneira nova e distinta” (GADAMER, 2005, p. 408). Nesse sentido, a aplicação edificante é, nas palavras de Gadamer,

[...] hoje em dia o trabalho do intérprete não é simplesmente reproduzir o que realmente diz o interlocutor que ele interpreta, mas deve fazer valer a opinião daquele como lhe parece necessário a partir da real situação da conversação na qual somente ele se encontra como conhecedor das duas línguas que estão em comércio. (GADAMER, 2005, p. 407)

Anti-representacionalismo e hermenêutica

O mais interessante, porém, é o modo como Rorty faz uso da hermenêutica gadameriana. É trivial apresentarmos como núcleo de *Verdade e Método* o conceito de “consciência histórico-efetual”, mas pouco prosaico indicarmos como tal conceito foi idiossincriticamente convertido em espinha dorsal de *PMN*. Para Rorty, aquilo que Gadamer desenvolveu sob o nome de consciência histórico-efetual deve caracterizar “the sort of consciousness of the past which change us”, ou seja, “to characterize an attitude interested not so much in what is out there in the world, or in what happened in history, as in what we can get out of nature and history for our own use” (RORTY, 1979, p. 359).

O ponto de convergência é: se estamos conscientes de nossos débitos com o passado, se reconhecemos que somos condicionados e produzidos por uma história particular e que nossa compreensão do mundo e de nós mesmos é constituída dentro de um determinado vocabulário e estrutura de referência, não poderemos mais equacionar compreensão com conhecimento objetivo, conhecimento como contato com a realidade e verdade como correspondência (WARNKE, 2003, p. 109). É uma consciência de que todos os nossos conhecimentos são produtos de preconceitos particulares, incluindo aquela “teoria do conhecimento” que pretendia oferecer os suportes e fundamentos para todas as contribuições de conhecimento, indiferente ao tempo e ao espaço. “Consciousness of effective history is

consciousness that any understanding we acquire or possess is relative to a particular set of questions and to a particular vocabulary” (WARNKE, 2003, p. 109).

Precisely because we are historically situated and historically effected, as Gadamer emphasizes, we must be suspicious of all epistemology and, moreover, open to ways in which we might revise our understanding of our situation and ourselves in the way Rorty stresses. If we are conscious of effective history, then we are conscious that our understanding is just that: a particular understanding of meaning from the perspective of a particular horizon of interpretation (WARNKE, 2003, p. 109)

Nesse sentido, o apelo rortyano à hermenêutica é um apelo por abandonarmos o senso dogmático de insistência na objetividade pautada naquelas “representações privilegiadas” e “propriedades intrínsecas da realidade” em detrimento de estarmos abertos a possibilidade de outros horizontes de compreensão.

A tarefa de uma teoria representacionista do conhecimento, fornecer o contexto último de descrição da realidade e de nós mesmos, aparece como contestável perante a idéia rortyana de que não há contextos últimos para atribuir sentido a descrições, uma descrição não parece mais fundamental ou mais essencial que outra. Há apenas contextos limitados estabelecidos por circunstâncias e propostas cambiáveis. A hermenêutica gadameriana fornece uma descrição alternativa da inquirição, cuja conseqüência é distanciarmos cada vez mais da concepção kantiana de a verdade ser a meta da investigação; antes, a busca da verdade deve ser alocada num contexto mais amplo, contexto que a edificação antes que conhecimento é a meta do pensamento. “Redescribing ourselves is the most important thing we can do” (RORTY, 1979, p. 358 – 359). “Unlike the search for the objective truth, this project has no terminating point; it is an ‘infinite *striving*’ in which the aim is to keep finding new descriptions to expand our horizons and incorporate new points of view” (TARTAGLIA, 2007, p. 204).

O conceito de história efetual designa, portanto, a idéia de a história ser uma força ativa no presente, determinando o que somos e o que nos é possível pensar. Assim, a distinção tradicional entre fatos e valores cai por terra. Valores não devem ser depreciados como não-rationais ou não-cognitivos, o que alçaria a ciência como uma área em que os valores da sociedade são irrelevantes. Ao contrário, são os nossos valores que nos dão abertura aos fatos, e ambos acabam por ser interdependentes, não havendo uma determinação em última instância.

O corolário do conceito de anti-representacionalismo é que não há confronto (com a realidade), salvo os confrontos conversacionais: objeções dentro de um diálogo. Um repúdio a qualquer tentativa de ascender a um ponto de vista a-histórico sobre mente, conhecimento e etc. O historicismo de *PMN* é um ataque a qualquer programa de fundamentação. A hermenêutica, para Rorty, não envolve nenhuma concepção metafísica; ela representa uma resistência a qualquer virada transcendental. Representa uma resistência à busca pelo significado verdadeiro do comportamento via método. A hermenêutica, como pontua Bouma-Prediger, nomeia simplesmente o processo de conversação que deveria caracterizar a inquirição (BOUMA-PREDIGER, 1989, p. 316); não casa-se com a concepção usual de verdade.

Portanto, a aquisição da verdade declina em importância e situa-se antes no *processo* que no resultado da inquirição. A hermenêutica em *PMN* descreve uma prática social em que há poucas convenções, se nenhuma; em que a incomensurabilidade é a regra, não a exceção. Neste sentido, hermenêutica é simplesmente a esperança de concordância ou discordância frutífera. “Agreement, or at least interesting conversation, rather than genuine knowledge, is the goal of hermeneutic for Rorty (BOUMA-PREDIGER, 1989, p. 318); simplesmente tentar continuar a conversação. Por conseguinte, o traslado que o conceito de anti-representacionalismo efetua em *PMN*, a saber, da epistemologia à hermenêutica, é uma confirmação da afirmação gadameriana que todo conhecimento e, de fato, toda experiência é condicionada historicamente. Ou seja, é o assumir da perspectiva historicista que nega a existência de qualquer conhecimento a-histórico (BOUMA-PREDIGER, 1989, p. 318). É, portanto, a incorporação do círculo hermenêutico como seu núcleo e espinha dorsal e a aceitação da relatividade histórica do conhecimento, relatividade que não significa a aceitação do relativismo (a inexistência de critérios, a supervalorização da subjetividade despida de princípios racionais). Concordo com a afirmação de Steve Bouma-Prediger que Rorty e Gadamer podem ser lidos como filósofos da linha média, preocupados em demonstrar a inutilidade do tipo de pensamento que ainda se move entre aqueles pólos antitéticos (o absolutismo e o relativismo), preocupados em abrir novas maneiras de pensar a compreensão. “[...] Rorty and Gadamer attempt to avoid both objectivism and relativism. They both want to work in the ‘middle ground’ between ‘dogmatism and skepticism’, between ‘objectivism and subjectivism (absolutism and relativism)’” (BOUMA-PREDIGER, 1989, p. 315).

Essa afirmação deve, porém, ser compreendida em sua relação ao “programa” holista pragmatista. Aquela noção de conhecimento como representação acurada de propriedades intrínsecas da realidade casa-se espontaneamente à idéia que certos processos ou

tipos especiais de representação são “fundamentais”. Os argumentos holistas de Quine e Sellars e mesmo de Dewey são reações a esta arraigada concepção. Argumentos que seguem a seguinte forma:

We will not be able to isolate basic elements except on the basis of a prior knowledge of the whole fabric within which these elements occur. Thus we will not be able to substitute the notion of “accurate representation” (element-by-element) for that of successful accomplishment of a practice. Our choice of elements will be dictated by our understanding of the practice, rather than practices being “legitimated” by a “rational reconstruction” out of elements (RORTY, 1979, p. 319).

Linhagem de pensamento que recebe tintas novas quando articulada à noção hermenêutica de conhecimento – iniciar uma conversação com estranhos é antes uma questão de *phronesis* que de *epistême*, é adquirir uma nova prática, é fundir e expandir horizontes. Um lembrete de nunca estarmos fora de uma tradição e aptos a evitar o “círculo hermenêutico”: “the fact that we cannot understand the parts of a strange culture, practice, theory, language, or whatever, unless we know something about how the whole thing works, whereas we cannot get a grasp on how the whole works until we have some understand of its parts” (RORTY, 1979, p. 319).

É na base de uma interação entre pragmatismo e hermenêutica que Rorty faz funcionar sua apropriação dos preceitos fundamentais de Gadamer. O aspecto emblemático, sem dúvidas, é o conceito central de experiência.

[...] la experiencia es tanto para Dewey como para Gadamer un continuo fluir, una superación de estados, que no tienen como fin un conjunto de creencias o conocimientos sólidamente fundados, sino la mera apertura hacia nuevas experiencias. De por sí, la experiencia trasciende el mero conocimiento, y se dirige hacia ámbitos más genéricos y humanos, como las vivencias, la religión o el arte. De ahí que Gadamer – como Dewey – vincule finalmente este concepto a la existencia humana como ser-en-el-mundo finito, terminal, y por tanto le dé una enorme relevancia moral (RODRÌGUEZ, 2003, p. 96).

O problema essencial é que o saber hermenêutico é, antes, de orientação prática (*phronesis*), moral e ética do que evidentemente uma questão separada do ser. Da convergência entre hermenêutica e pragmatismo, Rorty então vê o conhecimento como

aplicação, interação e modificação do entorno: aquela mediação entre passado e presente, rumo ao futuro e uma administração inteligente da experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOUMA-PREDIGER, Steve. Rorty's Pragmatism and Gadamer's Hermeneutics. In: **Journal of the American Academy of Religion**, Vol. 57, No. 2 (Summer, 1989), pp. 313 – 324. Disponível em: <http://www.jstor.org> acessado em 20/10/2009 10:00.
- ENGEL, Pascal; RORTY, Richard. **Para que serve a verdade?**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- ESPINOSA, Gabriel Rodríguez. **Consecuencia del neopragmatismo. El espectro crítico de Richard Rorty**. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Historia y Filosofía de la Ciencia, la Educación y el Lenguaje, Universidad de la Laguna, Laguna. 2003.
- FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Trad. Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Volume I. Trad. Flávio Paulo Meurer. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2005.
- GUIGNON, C. and HILEY, D. R. Introduction: Richard Rorty and Contemporary Philosophy. In: **Richard Rorty**. Edited by Charles Guignon and David R. Hiley. New York, USA: Cambridge University Press, 2003. (Contemporary philosophy in focus). p. 01 – 40.
- GUTTING, Gary. Rorty's Critique of Epistemology. In: **Richard Rorty**. Edited by Charles Guignon and David R. Hiley. New York, USA: Cambridge University Press, 2003. (Contemporary philosophy in focus). p. 41 – 60.
- RAMBERG, Björn. Post-ontological Philosophy of Mind: Rorty versus Davidson. In: BRANDON, Robert B (Org). **Rorty and His Critics**. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing, 2000. p. 351-370. (Col. Philosophers and Theirs Critics).
- _____. Rorty e os instrumentos da filosofia. In: **Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência**. Org. Paulo Roberto Margutti Pinto, Cristina Magro, Ernesto P. F. Santos e Lúvia Guimarães. Belo horizonte, Minas Gerais. Editora UFMG, 1998.

RORTY, Richard. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1979.

_____. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

_____. **Objetividad, relativismo y verdad: escritos filosóficos 1**. Barcelona: Paidós, 1996.

_____. **Contingência, ironia e solidariedade**. Lisboa: Editorial Presença. 1992.

_____. **Ensaio sobre Heidegger e outros: escritos filosóficos 2**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

_____. **Verdade e progresso**. Trad. Denise R. Sales. Barueri, SP: Manole, 2005.

_____. **Conseqüências do pragmatismo**. Trad. João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

TARTAGLIA, James. **Rorty and the Mirror of Nature**. London and New York: Routledge, 2007.

WARNKE, Georgia. Rorty's Democratic Hermeneutics. *In: Richard Rorty*. Edited by Charles Guignon and David R. Hiley. New York, USA: Cambridge University Press, 2003. (Contemporary philosophy in focus). p. 105 – 123.

WILLIAMS, Michael. Rorty on Knowledge and Truth. *In: Richard Rorty*. Edited by Charles Guignon and David R. Hiley. New York, USA: Cambridge University Press, 2003. (Contemporary philosophy in focus). p. 61 – 80.

A CRÍTICA À MODERNIDADE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS COM JACOB BURCKHARDT PARA UMA FILOSOFIA DA CULTURA EM NIETZSCHE

Frederick Gomes ALVES

Frederick_ga@hotmail.com

RESUMO: A compreensão de Nietzsche do que vem a ser história possui elementos que podem ser atualizados pela Teoria da História enriquecendo cognitivamente a ciência histórica. Neste texto pretendo apontar duas perspectivas deste filósofo a respeito do conhecimento histórico produzido pela sua época, e suas relações com a teoria da história de Jacob Burckhardt. Num primeiro momento apresento uma definição do historicismo e em que medida o jovem Nietzsche e Burckhardt precisamente podem ser considerados ‘historicistas’. Em seguida, passo ao exame da forma como ambos avaliam o conhecimento histórico moderno em sua relação com a cultura moderna. Por fim considero a perspectiva de Nietzsche, já na fase intermediária, que apresenta um novo aspecto para se pensar o conhecimento histórico produzido pela modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento histórico; historicismo; cultura.

ABSTRACT: The Nietzsche’s comprehension about what comes to be history possesses some elements that can be updated by Theory of History enriching cognitively the historical science. I intend, in this text, point two perspectives of this philosopher about historical knowledge produced by his epoch, and his relationship with Jacob Burckhardt’s theory of history. First, I show one definition of historicism and how young Nietzsche and Burckhardt precisely can be considered ‘historicists’. Then, I move on to examining how both evaluate the modern historical knowledge in relation with modern culture. Finally, I consider Nietzsche’s perspective, already in the intermediate phase, which presents a new aspect to think the historical knowledge produced by modernity.

KEYWORDS: historical knowledge; historicism; culture.

A maior parte dos autores que inquiram sobre a interface da filosofia de Nietzsche com o pensamento histórico do século XIX resumem esta relação na seguinte expressão “Nietzsche foi crítico do historicismo” (BRAZ, 2000; BITTENCOURT, 2009; ARENAS,

2002; BEBIANO, [s/d]; SOBRINHO, 2005). Contudo, para que tal proposição adquira legitimidade científica – isto é, para que um trabalho histórico-científico possa (ou não) dela fazer uso – é preciso levar em conta três problemas básicos: a) que obras de Nietzsche estão sendo consideradas; b) qual a carga semântica que se aplica à palavra “crítico”, ou seja, em que sentido está afirmando que ‘tal pessoa é crítico de tal coisa’ e c) o que se entende por historicismo.

Ao centro está a hipótese de que a crítica não se resume a um repúdio simplista de todo o pensamento histórico de sua época, sua articulação com o mesmo tem contornos ainda imprecisos, que precisam ser nuançados. Aqui considerarei a aproximação de Nietzsche com o historiador e também professor da Universidade de Basileia Jacob Burckhardt, este possui uma teoria da história que, considerada sobre dada perspectiva – de sua teoria da cultura – pode contribuir para localizar o papel da cultura na filosofia da história de Nietzsche.

Não obstante, dada a riqueza de questões que esta linha interpretativa pode fornecer (a saber: Nietzsche e o historicismo), os limites deste texto não me permitem nelas aprofundar. Incorrer neste desenvolvimento seria cometer um erro de probidade científica deixando muitas questões irresolutas e problemas em aberto. Logo, o que é preciso fazer é explicitar que perspectiva está me orientando neste ponto, isto é, esclarecer os três problemas supracitados.

Em primeiro lugar, sobre que Nietzsche se fala? Neste trabalho considerarei em primeira instância o pensamento do jovem Nietzsche, num texto pouco investigado pelos seus leitores e que, não obstante, traz ricos subsídios para a consideração histórica, a saber *A filosofia na era trágica dos gregos*. Na última parte do texto apresentarei as considerações de Nietzsche em sua fase intermediária através de alguns aforismos significativos de *Humano, demasiado humano volume II, Opiniões e sentenças diversas*. Aqui o “Nietzsche crítico do historicismo” é um Nietzsche anterior às suas obras mais conhecidas, tais como *Assim falou Zaratustra, Além de bem e mal, e A genealogia da moral*.

O problema seguinte, da crítica, é avaliado acuradamente por Deleuze.

Mas precisamente, a crítica é a negação sob essa forma nova: destruição tornada ativa agressividade profundamente ligada à afirmação. A crítica é a destruição como alegria, a agressividade do criador. O criador de valores não é separável de um destruidor, de um criminoso e de um crítico: crítico dos valores estabelecidos, crítico dos valores reativos, crítico da baixaza. (1976, p.41)

Apesar de Deleuze estar preocupado com a doutrina do eterno retorno e com a crítica nietzschiana a Kant, ou seja, com um momento posterior ao do recorte do presente trabalho, a noção de crítica é válida para o período em questão. A realização da crítica de Nietzsche, seja a Kant, seja ao historicismo, é no sentido de atualizar o pensamento em foco, criando assim novos valores, que podem ser aproveitados em sua filosofia.

A atualização não se dá apenas em sentido cronológico, ou seja, de retomar um pensamento do século XVIII (a filosofia de Kant, por exemplo) para sua época, mas fundamentalmente num sentido filosófico. Isto é, adaptar, dar aplicabilidade do pensamento no interior de sua filosofia, reformulando-o e conseqüentemente dele fazendo uso. É nesta direção que se justifica afirmar que “Nietzsche é crítico”: de Kant, do historicismo, de Hegel, etc.

Sobre o terceiro e último problema, a referência é um interessante artigo de Francisco Falcon: *Historicismo: antigas e novas questões*. Neste elucidativo texto, Falcon explicita os problemas de se definir o que é historicismo e sua articulação/diferenciação com a versão alemã, o historismo.

Manifestação típica da cultura germânica, mas não só, o historicismo esteve inicialmente associado à revolta romântica contra as Luzes, e seu apogeu corresponde ao prestígio da “escola histórica alemã”, com W. von Humboldt, Leopold von Ranke e J. Gustav Droysen. O historicismo correspondeu à transformação da história em disciplina de profissionais especialistas, superando a tradição da história erudita e exemplar em favor de uma ciência racional e específica: a ciência da história. (2002, p. 26-7)

O historicismo pode ser genericamente definido como o esforço de racionalização e sistematização do conhecimento histórico como conhecimento científico. Sua área de ação não se circunscreve somente ao meio alemão, ele é também percebido na Inglaterra e França, além de outros países, inclusive no Brasil. (MARTINS, 2002)

Uma de suas características principais é a crítica à interpretação histórica fundamentada em uma visão de mundo metafísica, como era recorrente em fins do século XVIII e durante o século XIX, e Nietzsche e Burckhardt são críticos desta idéia, sobretudo em relação à filosofia da história hegeliana. Estevão Martins diz “[...] a ciência histórica, ao se estabelecer como disciplina específica, tencionava demarcar-se nitidamente por oposição à filosofia da história.” (2002, p.5)

A exposição de Falcon é esclarecedora na medida em que considera duas esferas em que pode ser pensado o historicismo: ontológico e epistemológico. Do ponto de vista ontológico ele diz que

[...] para o “historicismo” o essencial vem a ser o fato de que a História é – existe em si mesma, como processo real, imanente e intrinsecamente racional; mais ainda: a História evolui/desenvolve-se no tempo conforme a lógica interna que lhe imprime sua própria direção ou “sentido” – o “progresso”. Assim, para além da certeza de que a História existe, temos, no historicismo, um segundo elemento – uma certa ideia acerca da natureza da História.

Há ainda, um terceiro elemento típico do historicismo, o mais conhecido: a afirmação de que a realidade é histórica, tudo tem história e existe na História.
(2002, p.28)

Na compreensão da realidade enquanto propriamente histórica e no pressuposto da existência do “ser da História” na esfera ontológica, o autor engloba então três das maiores teorias interpretativas do século XIX: o cientificismo, a hermenêutica e o materialismo histórico. Tendo todos a objetividade e a racionalidade como princípio fundamental. (FALCON, 2002)

Neste sentido específico, quando a maior parte dos autores afirmam que “Nietzsche foi crítico do historicismo”, suas assertivas estão de acordo com as críticas empreendidas por Nietzsche. A crítica de Nietzsche ao historicismo ontológico é também uma atualização deste – no sentido em que é empregado o termo ‘crítica’ aqui.

Segundo Nietzsche, o homem moderno não é um homem, mas uma formação histórico-cultural, e por não ter uma personalidade acaba sendo soterrado pela história. Isto é uma crítica a este historicismo ontológico, à proposição: “tudo é história”. Nietzsche partilha deste historicismo na medida em que tudo só pode ser pensado historicamente, ou seja, em sua história. Uma coisa é dizer ‘tudo é (está presente na) história’, outra completamente diferente, e com isto Nietzsche não pode concordar, é dizer que ‘história é tudo’, é reduzir todas as apreciações à consideração histórica.

Para qualquer outro eles são algo diverso, não homens, não deuses, não animais, mas formações histórico-culturais, total e completamente cultura, imagem, forma sem um conteúdo comprovável; infelizmente apenas formas ruins, e, além disto, uniformes. Minha sentença poderia ser então compreendida e ponderada da seguinte maneira: a história só é suportada por personalidades fortes, as personalidades fracas são completamente dizimadas por ela. (NIETZSCHE, 2003, p. 45)

Seus ataques direcionavam-se principalmente ao historicismo epistemológico, à pretensão dos historiadores de serem ‘objetivos’ e de que bastava a descrição fidedigna das fontes que a história revelar-se-ia por si mesma, uma vez que ela já estava dada no passado, bastando tão somente expô-la. Assim, Nietzsche aproxima-se da concepção da realidade histórica por meio do historicismo ontológico e distancia-se da perspectiva do historicismo epistemológico.

Já Burckhardt pode ser visto como um representante do historicismo tanto do ponto de vista ontológico quanto do epistemológico, neste último ponto, inserido na Escola História Alemã. Para ele a história encontrava-se acessível nas fontes que revelavam a realidade histórica e, com um método rigoroso e objetivo, era possível a reconstrução histórica do passado.

A investigação de seu texto *Reflexões sobre a história* tem como objetivo aqui buscar elementos que permitam articular sua teoria da história com a filosofia da história de Nietzsche. Este procedimento se justifica na medida em que Nietzsche teve acesso, e inclusive ouviu algumas das palestras que compõem grande parte deste texto de Burckhardt. O livro fora publicado postumamente em 1905, por um sobrinho de Burckhardt, Johann Jacobi Oeri, mas suas preleções são dos anos de 1869-1871 proferidas na Universidade da Basileia, ou seja, os primeiros anos em que Nietzsche estava lotado como professor de filologia na referida universidade. (CHAVES, 2000)

No capítulo primeiro, Burckhardt inicia explicitando as categorias que lhe permitirão analisar a história universal. São elas: as potências da Religião e a do Estado, ambas de caráter estático, e a potência da Cultura, de natureza dinâmica. Sua intenção é, a partir da análise do comportamento e das inter-relações entre estes três fatores, estudar “as mutações aceleradas de todo o processo da História mundial (*Weltgeschichte*), bem como a teoria das crises e revoluções.” (1961, p.9)

O historiador também não deixa de falar da importância dos grandes homens.

Não deixaremos de analisar, também, a absorção repentina e temporária de todos os outros movimentos por um só, a propagação da fermentação histórica a todos os setores da vida, as rupturas e reações, ou seja: o que se poderia chamar uma teoria das correntes e perturbações históricas e a concentração dos movimentos históricos enfeixados em grandes indivíduos, nos quais o elemento tradicional, válido até então, e o elemento novo se reúnem, adquirindo personalidade própria e

momentânea, considerando-se esses indivíduos como seus causadores ou expressão máxima. (1961, p. 9)

Um fator importante, que permite pensar a inserção de Burckhardt no historicismo é a negação da compreensão histórica por parâmetros filosóficos puros, sem a devida atenção aos métodos garantidores do conhecimento científico. O que era feito pelas filosofias da história de meados do século XVIII e durante o século XIX, na busca de um conhecimento histórico *a priori*. Burckhardt critica a contradição interna presente em todas estas filosofias da história.

Uma Filosofia da História constitui, na realidade, um elemento híbrido, uma contradictio in adjecto, pois a História, ou seja: a coordenação de elementos, é a antítese da Filosofia e esta, isto é: a subordinação, o critério subordinador, é o oposto da História.

A Filosofia, no entanto, para a examinarmos desde já, sempre que realmente ela se proponha a decifrar o magno problema do enigma da vida, paira muito acima da História, a qual, no melhor dos casos, só pode procurar atingir o mesmo objetivo de forma defeituosa e indireta. (1961, p. 10)

Além de buscarem as respostas últimas do sentido da vida, e do homem no mundo, estas filosofias da história possuíam certas pretensões que, aos olhos de Burckhardt, eram demasiadamente perigosos.

No entanto, não fomos iniciados nos desígnios da sabedoria eterna e portanto não os conhecemos. Esta audaz antecipação de um plano mundial conduz a erros por partir de premissas errôneas.

É aliás o perigo inerente a todas as filosofias da história estruturadas cronologicamente o de, em certos casos, degenerarem em histórias da civilização (neste sentido abusivo podemos aceitar a expressão filosofia da história) ou então pretenderem seguir um plano mundial, deixando-se impregnar – na sua incapacidade de fugir a propósitos preconcebidos – por ideias que os filósofos já assimilaram desde a mais tenra infância. É claro que não só os filósofos incidem no erro de supor que a nossa época seja a culminação de todas as épocas anteriores ou esteja próxima dela, de crer que tudo o que aconteceu até hoje deva ser considerado em função de nós mesmos, sob nosso ponto de vista, ao passo que o sucedido até agora, ao contrário, tem um sentido de per se e só secundariamente relacionado com o futuro e conosco. (1961, p. 11-12)

É certo então que, na medida em que uma interpretação filosófica que intenta profetizar o futuro não pode ser concebida, um historiador que busca um conhecimento científico necessita constituir um método rigoroso e legítimo para conhecer a história mundial.

O procedimento de Burckhardt é o seguinte: para se estudar o passado é preciso considerar o que, no presente do investigador, está em articulação, o que permite estabelecer uma ligação com o passado. O presente é o porto do qual se vai inquirir o passado.

Os filósofos da História consideram o passado como a antítese e o estágio evolucionário anterior ao nosso; nós, porém, levamos em consideração os elementos que se repetem, os elementos constantes, típicos, considerados sob o ponto de vista de sua analogia com a nossa natureza e de nossa capacidade de compreendê-los. Ao passo que os filósofos da História estão presos à especulação em torno às origens e devem, portanto, falar também do futuro, nós podemos dispensar essa teoria da origens, desligando-nos também, conseqüentemente, das teorias finais, da escatologia. (1961, p. 12)

Nietzsche tem uma concepção semelhante desta relação, ou seja, a percepção que o passado é vivificado a partir do presente, momento na qual se parte para investigar o passado. Há uma vivificação do passado pelo presente através dos elementos comuns, “de sua analogia com nossa natureza”.

Mas devemos, com esta percepção, negar aos que vêm depois o direito de animar conforme sua alma as obras do passado? Não, pois somente ao lhes darmos nossa alma elas continuam vivendo: apenas nosso sangue faz com que nos fale. [...] Honramos os grandes artistas do passado não mediante o estéril receio que deixa cada palavra, cada nota exatamente com foram colocadas, mas por ativos esforços em ajudá-los a repetidamente voltar à vida! (NIETZSCHE, 2008 b, p.62-63)

Retornando a Burckhardt, sua teoria da cultura é de extrema importância na medida em que, no exame das três potências para a análise dos fenômenos históricos, é a cultura que desempenha papel fundamental. Uma breve exposição das três potências pode ajudar na compreensão disto.

O Estado é a expressão de necessidades políticas inerentes ao homem. Em suas origens, o Estado representou a sistematização da força bruta, para a resolução da *guerra de*

todos contra todos. Esta é a possibilidade aberta por Burckhardt para compreender o papel do Estado; ou “a violência é sempre o princípio inicial” ou “intuímos a existência de um processo extremamente violento derivado principalmente da mescla de raças.” Em ambos, para evitar a destruição total, foi preciso um acordo, que se plasmou na forma do Estado. (1961, p. 37)

Como expressão das necessidades metafísicas encontra-se a Religião. Ela é uma criação humana. Porém, devido às suas características metafísicas arroga para si validade obrigatória universal. Essas características sintetizam sua “capacidade ultra-sensorial de complementação sobrenatural do ser humano e de representação de tudo aquilo que o ser humano não puder dar a si mesmo.” (1961, p. 45)

A Cultura, sendo o único elemento dinâmico, possui um grau de interferência e conseqüentemente desempenha um papel maior sobre as outras duas. É ela a mantenedora da articulação entre as três potências.

A Cultura, porém, que corresponde às necessidades materiais e espirituais do homem, no sentido mais estrito do termo “necessidade”, para nós constitui a quintessência de tudo aquilo que se gerou espontaneamente, em benefício da existência material e como expressão da vida intelectual e moral do homem: ela inclui, portanto, todas as congregações, artes, técnica, expressões literárias e ciências. (1961, p. 34)

O processo de desenvolvimento histórico se dá na medida em que estas três potências se articulam, o fenômeno histórico é o produto da relação empreendida pela Religião, Estado e Cultura. “Sua forma global externa [a Cultura], porém, relacionada com o Estado e a Religião, constitui a sociedade no sentido mais amplo do termo.” (1961, p. 63)

A cultura é de natureza dinâmica. “Cada um de seus elementos integrantes contém, exatamente como o Estado e a Religião, sua gênese e apogeu, ou seja: a sua plena afirmação, declínio e sobrevivência na tradição comum coletiva (sempre que disso for capaz e digna).” (1961, p. 63)

Assim, os elementos culturais tem uma vida, cumprem todo um ciclo vital, ideia que posteriormente irá configurar a filosofia da história de Oswald Spengler. Em Burckhardt, no entanto, eles não servem para propor um quadro interpretativo para a previsão do futuro da humanidade, como já foi exposto.

A aproximação entre os dois pensadores se acentua no tocante ao lugar da língua na acepção e compreensão de um povo. A linguagem advém de “um impulso interior da alma” que traduz pensamentos em palavras, é a capacidade de produzir e se fazer entender por meio

da linguagem que atribui identidade à humanidade, a origem das línguas “se oculta na própria alma do ser humano”. (1961, p. 63)

Além disso, os idiomas são a expressão mais direta, mais total e altamente específica do espírito dos povos, sua imagem ideal, a forma mais duradoura, na qual os povos depositam a substância de sua vida espiritual, encerrada principalmente nas palavras de seus grandes poetas e pensadores. (1961, p. 63)

Os grandes poetas e pensadores de uma cultura são as maiores expressões desta, não seus únicos produtores. Este é um caminho para se estudar uma cultura, pela via da consideração de seus representantes artísticos e intelectuais, que melhor expressam a cultura em questão. Aqui, uma vez mais, Nietzsche está em consonância com Burckhardt. “O poeta exprime as opiniões coletivas mais elevadas que tem um povo: é sua boca e flauta” (Nietzsche, 2008 b, p.84).

Outro ponto importante a se considerar na teoria da história de Burckhardt, para posteriormente mensurar o papel da cultura na filosofia da história de Nietzsche, é a noção de *culturas superiores*. “Uma característica essencial das culturas superiores é a sua capacidade de renascer culturalmente.” Ora, se existem culturas superiores, logo deduz-se a existência de cultura inferiores, que conseqüentemente seriam aquelas que não têm a capacidade de renascer culturalmente. (1961, p. 72)

Por renascimento cultural se entende “Um povo [que], surgido mais tarde, incorpora parcialmente uma cultura passada à sua baseado no direito de sucessão ou no direito que a admiração dessa cultura lhe causa.” Burckhardt tem como maior expressão de uma *cultura superior* a Itália do renascimento. (1961, p. 72)

Pode-se aqui estabelecer dois problemas: a) A partir deste renascimento cultural, que somente as culturas superiores são capazes de empreender, fica claro a análise que Nietzsche empreende em um importante texto sobre a filosofia pré-socrática; b) É através dos conceitos de *cultura* e *renascimento cultural* que pode-se perceber uma diferença fundamental entre os dois professores da Basileia, neste período. A análise dá-se em *A filosofia na era trágica dos gregos* (1873).

Com efeito, mostrou-se com fervor quanto os gregos puderam encontrar e aprender nas terras estrangeiras orientais, bem como quantas coisas diversas eles apanharam de lá. Por certo, foi um espetáculo fantástico quando aproximaram os supostos mestres do oriente dos possíveis aprendizes da Grécia, trazendo à tona, aí então, Zoroastro ao lado de Heráclito, os hindus ao lado dos eleatas, os egípcios ao

lado de Empédocles ou até mesmo Anaxágoras entre os judeus e Pitágoras entre os chineses. No detalhe, pouco foi estabelecido a esse propósito; o pensamento como um todo nos agrada, mas desde que não nos sobrecarreguem com a conclusão de que a filosofia foi, pois, simplesmente importada para a Grécia, deixando de crescer a partir de um solo natural e endógeno, e inclusive que ela, como algo estranho, teria antes arruinado do que dado amparo aos gregos. Nada é mais tolo do que atribuir aos gregos uma cultura [Bildung] autóctone, já que, ao contrário, eles absorveram em si toda cultura viva de outros povos, logrando chegar assim tão longe, porque sabiam justamente atirar a lança a partir do ponto em que um outro povo a havia largado. (NIETZSCHE, 2008a, p.33-34)

Logo, a Grécia arcaica, dos filósofos pré-socráticos, é também uma cultura superior, que soube empregar o renascimento cultural. Ela adquire elementos de outras culturas e avança com este conhecimento, agregando-os à sua própria. É na incorporação, na atualização de elementos culturais estrangeiros que reside a característica fundamental de uma cultura superior.

Este mesmo trecho já direciona a crítica nietzschiana à modernidade, o ponto no qual é possível estabelecer uma diferença fundamental entre Nietzsche e Burckhardt, melhor dizendo, à forma como ambos estão lendo a cultura do século XIX. Para o jovem Nietzsche o problema de sua época é a saturação de conhecimento, e fundamentalmente de conhecimento histórico (como fica claro nas *Considerações Intempestivas*).

No que tange à arte de aprender com fecundidade, são dignos de admiração: e, como eles, devemos aprender, não a conhecer com vistas à erudição, mas a viver com nosso vizinho, valendo-se de tudo o que foi aprendido como suporte a partir do qual se pode pular para além e mais acima dele. (NIETZSCHE, 2008a, p.34)

Esta saturação se dá na medida em que o conhecimento acumulado pelos modernos não serve à vida, serve apenas para a formação do funcionário do Estado e demonstração de erudição. De modo que para Nietzsche, o século XIX está conhecendo demais e vivendo de menos. Outro é o ponto de vista de Burckhardt.

Ao considerarmos agora a cultura do século XIX como uma cultura universal, verificamos que ela possui as tradições de todos os tempos, de todos os povos e culturas, do mesmo modo que a literatura do nosso tempo é uma literatura eminentemente cosmopolita, universal. [...] Existe, atualmente, um acordo tácito no sentido de interessar-nos objetivamente por tudo e de transformar o legado do

mundo passado e presente em nosso patrimônio cultural comum. Até mesmo a pessoa culta, que vive de maneira financeiramente modesta, desfruta a leitura de seus clássicos, e sua visão dos diversos aspectos da Natureza é mais profunda e ela goza a alegria de viver de maneira muito mais consciente do que antigamente.
(1961, p. 73)

Nem seria preciso dizer que a visão da cultura do século XIX de Burckhardt é bem mais otimista do que a do jovem Nietzsche. Se este aproxima-se de Burckhardt pela noção de incorporação parcial, garantidora de um renascimento cultural, distancia-se profundamente na medida em que possui uma outra interpretação do ‘avanço’ do conhecimento (originado das descobertas, sejam elas científicas, ou de outros povos, em regiões até então inexploradas pelos europeus), pela ampliação da visão de mundo europeia.

Se Burckhardt vê este ‘avanço’ como um aumento do campo de possibilidades para as pessoas, e como um melhoramento direto em suas vidas, é em outra direção que o jovem Nietzsche pensa estar indo a cultura europeia, ela será vista como sofrendo de um *excesso de sentido histórico*, de uma doença histórica. Doença esta que será diagnosticada e receberá as indicações para curar-se na *Segunda consideração intempestiva*.

Em 1878, cinco anos após escrever *A filosofia na era trágica dos gregos* e com uma postura distinta em relação aos seus mestres, Wagner e Schopenhauer, Nietzsche empreende uma reavaliação de suas posições filosóficas, distanciando-se de suas ideias até aquele momento. Esta fase intermediária de sua filosofia caracteriza-se por uma intensa aproximação com o pensamento científico, agora é a filosofia dos *espíritos livres* e de *A gaia ciência*.

Uma modificação importante neste período é a elaboração de uma filosofia que posteriormente será caracterizada como *perspectivismo*. O aforismo 179 de *Humano, demasiado humano volume II, Opiniões e sentenças diversas* é significativo desta pluralização de perspectivas no que tange à postura de Nietzsche perante o conhecimento histórico de sua época.

Se na primeira fase, o excesso de conhecimento impede a ação e prejudica a vida, agora o conhecimento histórico em demasia é visto como uma positividade da modernidade. O elemento que distanciava a percepção de Nietzsche em relação à de Burckhardt, agora na fase intermediária, é o traço a partir do qual há uma reaproximação do filósofo diante do historiador.

Felicidade da época – Em dois aspectos a nossa época deve ser considerada feliz. No tocante ao passado nós fruímos de todas as culturas e suas produções e nos nutrimos

do mais nobre sangue de todas as épocas; ainda nos achamos próximos o bastante da magia das forças de cujo seio elas nasceram, para podermos temporariamente nos sujeitar a elas com alegria e horror [...] No tocante ao futuro, pela primeira vez na história se abre para nós o formidável panorama de objetivos humano-ecumênicos, que abarcam toda a Terra habitada. (NIETZSCHE, 2008 b, p.85-86)

O conhecimento histórico de outras culturas, a única forma através da qual se pode ter acesso a essas culturas, é dotado agora de uma possibilidade nutritiva para a cultura moderna. Tal postura é inteiramente divergente da apresentada pelo filósofo em *A filosofia na era trágica dos gregos*. Não obstante, esta divergência não deve ser pensada como uma simples contradição no interior de seu pensamento, mas como uma multiplicidade de perspectivas que enriquece a investigação filosófica, e igualmente a investigação histórica. A percepção da modernidade como *doente* será retomada na terceira fase da filosofia nietzschiana, a partir da operação de conceitos como: *valor, moral, bem e mal*, a doença será caracterizada como Niilismo. Contudo, esta é uma questão que não será abordada aqui.

Para finalizar, há um outro aforismo de *Opiniões e sentenças diversas* que ilustra uma vez mais a aproximação de Nietzsche perante a história e o pensamento histórico. Nesta fase intermediária, a história será uma ferramenta importante na busca da destruição da metafísica, e de suas bases morais e psicológicas. A história demonstra a mundaneidade dos valores, da verdade, do erro, e de toda criação humana no seio da cultura, garantindo assim sua limitação física, em oposição a um mundo metafísico. O aforismo tem o sugestivo título de *Felicidade do Historiador*.

“Quando ouvimos os engenhosos metafísicos e trasmundanos falarem, sentimos, é verdade, que somos os ‘pobres de espírito’, mas também que nosso é o reino celeste da mudança, com outono e primavera, inverno e verão, e deles é o mundo de trás, com suas cinzentas, gélidas, infinitas névoas e sombras.” – Assim falou consigo um homem, num passeio ao sol da manhã: um homem no qual não só o espírito se transformou ao estudar a história, mas também o coração, e que, ao contrário dos metafísicos, está feliz em não abrigar em si “uma alma imortal”, mas muitas almas mortais. (NIETZSCHE, 2008 B, grifo do autor. p.22).

É deste modo então que a história se insere na filosofia de Nietzsche, está presente como um elemento eficiente, indispensável até, para se pensar a cultura, seja a modelar dos gregos seja a decadente cultura moderna. Nietzsche faz uso do conhecimento histórico, critica o pensamento histórico moderno na medida em que atualiza este.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENAS, Rosa Maria. La historia de Nietzsche. A parte Rei 21. maio/2002

BEBIANO, Rui. Sobre a história como poética. Disponível em:
<<<http://ruibebiano.net/docs/hpoetica.pdf>>>

BITTENCOURT, Renato Nunes. A idéia de uma historiografia direcionada para a vida e a crítica ao conceito de progresso na filosofia de Nietzsche. Prometeus Filosofia em Revista. Ano 2, no.4. p.37-49. julho-dezembro/2009.

BRAZ, Antônio Flávio Figueiredo. O martelo de Nietzsche sobre o historicismo moderno. Metanoia. São João del-Rei, n.2, p.77-84, jul.2000.

BURCKHARDT, Jacob. Reflexões sobre a história. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

CHAVES, Ernani. Cultura e política: o jovem Nietzsche e Jakob Burckhardt. Cadernos Nietzsche 9, p. 41-66, 2000.

DELEUZE, Gilles. Nietzsche e a filosofia. Rio de Janeiro: Editora Rio. 1976.

FALCON, Francisco J. C. Historicismo: antigas e novas questões. História Revista, 7 (1/2): 23-54, jan/dez. 2002.

MARTINS, Estevão R. Historicismo: tese, legado, fragilidade. História Revista, 7 (1/2): 1-22, jan/dez. 2002.

MARTON, Scarlett. Nietzsche, das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Editora Brasiliense. 1990.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

_____. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003.

_____. A filosofia na era trágica dos gregos. São Paulo: Hedra. 2008 a.

_____. Humano, demasiado humano. Um livro para espíritos livres, volume II. São Paulo: Cia das Letras. 2008 b.

SOBRINHO, Noeli. C. M. Apresentação e comentários. In: Escritos sobre história. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio. São Paulo: Editora Loyola. 2005. pp. 7-58.

A NARRATIVA ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

Gabriella Lima de ASSIS¹

gabriell.lima@gmail.com

Claudionor Aguerro dos SANTOS²

claudiosan23@hotmail.com

RESUMO: A partir do pressuposto de que as narrativas históricas utilizam recursos literários para criar uma “impressão explicativa”, no sentido proposto por Hayden White, este trabalho apresenta o debate sobre as fronteiras entre a história e a literatura, pontua questões epistemológicas atuais desse debate e analisa o papel da narrativa na produção do conhecimento histórico.

PALAVRAS-CHAVES: Narrativa, História, Literatura

ABSTRACT: Assuming that the historical narrative using literary devices to create a "print explanatory" in the sense proposed by Hayden White, this work presents the debate over the frontiers between history and literature, points out that current epistemological debate and examines the role of narrative in the production of historical knowledge.

KEYWORDS: Narrative, History, Literature

As disputas historiográficas no nível da “interpretação” são na realidade disputas sobre a “verdadeira” natureza da empresa do historiador. A história permanece no estado de anarquia conceptual em que as ciências naturais estiveram durante o século XVI, quando havia tantas diferentes concepções da “empresa científica” quantas eram as posições metafísicas. No século XVI as diversas concepções do que a “ciência” devia ser refletiam em última análise as diversas concepções de “realidade” e as diversas epistemologias por elas geradas. Assim, também as disputas sobre o que a “história” deve ser refletem de igual modo variadas concepções daquilo em que deve consistir uma correta explicação histórica e diferentes concepções, portanto, da tarefa do historiador. (WHITE, 2008, p.28)

O fragmento que nos serve como epígrafe deste trabalho remete as discussões sobre o estatuto do texto histórico, bem como acerca das etapas e implicações da produção do conhecimento histórico. Neste fragmento, Hayden White refere-se à existência de várias

¹ Mestranda em História pela UFMT, bolsista CAPES.

² Graduado em Filosofia pela UFMT, mestrando em Teologia pela FTML

concepções historiográficas que disputam o cenário da produção histórica. Assim, refletir sobre a escrita da narrativa histórica implica avaliar as condições, as possibilidades e os limites do saber histórico, sabendo que neste debate encontramos diversas interpretações sobre como a história deve ser.

Sem pretender uma história da disciplina histórica, apresentaremos ao longo deste texto a maneira pela qual a história se modificou, no que se refere a sua escrita, ao uso das fontes e a sua concepção epistemológica, no decorrer dos diferentes momentos da sua consolidação como área do conhecimento humano.

Para tanto, o presente trabalho encontra-se dividido em três partes, nas quais discutiremos, entre outras coisas, as especificidades da escrita da história no contexto da pós-modernidade e o paradigma narrativista, focando a perspectiva de Hayden White. Trataremos das visões de alguns autores importantes para o campo historiográfico, que se preocuparam em algum momento das suas produções em entender as mudanças de paradigmas na História.

1.1 PÓS-MODERNIDADE E CONHECIMENTO HISTÓRICO

Difícilmente poderíamos entender a profunda mudança ocorrida na concepção da História e na sua escrita, principalmente nas últimas décadas do século XX, sem considerarmos a temporalidade pós-moderna.

Entre as mudanças produzidas a partir dos efeitos deste novo contexto cultural e intelectual estão a descrença no poder das explicações centradas na razão, a recusa de uma história científica, o desinteresse pela história universal e pelas meta-narrativas.

Dialogando com historiadores e teóricos, percebemos que enquanto alguns enxergam positivamente os rumos da História pós-moderna, outros compreendem que tal paradigma não é capaz de trazer contribuições para o conhecimento histórico tão eficazes quanto aquelas já produzidas pela modernidade.

Nesse sentido, importa também dizer que entre os autores, cujas principais idéias passamos a expor em seguida, estão aqueles para quem a pós-modernidade é uma abordagem alternativa ao esgotamento do modelo de explicação da modernidade, e outros para quem o momento de crise historiográfica trata-se, na verdade, de uma fase de crítica na qual o modernismo é reavaliado, porém, não superado.

Em nossa concepção o modelo explicativo iluminista ou moderno foi questionado em grande parte pelo modelo emergente da pós-modernidade. Aquele teve sua primazia na produção histórica perdurando efetivamente entre as décadas de 50 e 60 do século XX, e em sua concepção faz oposição ao historicismo e ao método hermenêutico ou interpretativo.

Sobretudo, o modelo moderno é caracterizado por produzir uma história analítica, estrutural e explicativa. Sua forma de escrita delimita o irracional, o acaso e, principalmente, o subjetivo. As novas condições históricas produzidas com as rupturas do pós-guerra e o contexto de descrédito nas verdades absolutas abriram espaço para uma crise na historiografia, surgindo projetos de renovação cultural e intelectual produto da pós-modernidade.

Ao refletir sobre esse panorama historiográfico do século XX na introdução teórica da obra *Domínios da História*, Ciro Flamarion Cardoso (1997) apresentou as características e analisou o campo de atuação dos dois paradigmas que citamos, o “iluminista ou moderno” e o “pós-moderno”, cujas perspectivas epistemológicas são claramente concorrentes.

Em linhas gerais podemos dizer que o modelo iluminista ou moderno preza por uma história científica e racional, porque entende que fora dessa atitude o conhecimento histórico não conseguiria responder às “demandas surgidas da práxis social humana no que tange à existência e à experiência dos seres humanos no tempo” (CARDOSO, 1997, p. 4).

As vertentes mais representativas do paradigma iluminista ou moderno foram o marxismo e os *Annales*. Enquanto a produção histórica dos *Annales*, especialmente na temporalidade de 1929 a 1969, quando Braudel ainda estava na direção da revista, pode ser compreendida como uma ciência em construção, uma vez que os historiadores desta escola se interessam pela produção de uma história-problema, uma história síntese e ainda pelas mentalidades, o marxismo é compreendido na perspectiva iluminista ou moderna por estabelecer que a realidade social é mutável, e que as mudanças seguem leis dinâmicas passíveis de serem conhecidas pela investigação objetiva de acordo com as regras da metodologia científica.

Passando agora para o paradigma pós-moderno, cujas definições importa-nos mais diretamente, consideramos os acontecimentos do século XX, relatados em parte no fragmento a seguir, como centrais para entender a mudança de paradigmas na área das humanidades.

As armas químicas e atômicas, o nazismo com seus fornos crematórios e câmaras de gás, guerras mundiais e genocídios em áreas mais restritas, destruição do meio ambiente, uso de tecnologias modernas (incluindo as de comunicação) no sentido da desumanização e da massificação etc. resulta na proposta de um abandono da idéia de progresso ligado a desilusão radical com uma história recente que estaria mostrando que a modernização, o racionalismo, a ciência (...) não foram fatores de libertação e felicidade, e sim, pelo contrário, geraram monstros. (CARDOSO, 1997, p.10)

Ainda segundo Cardoso (1997), a mudança de paradigmas no campo historiográfico deve-se também, em parte, ao relativo abandono dos referenciais filosóficos racionalistas, como Hegel, Marx e Kant, em favor de outros que são semi-racionalistas, como Karl Popper e Noam Chomsky, ou irracionais, como Martin Heidegger e Friedrich Nietzsche.

Sendo assim, podemos dizer que a pós-modernidade concretizou-se no século XX, no período pós-1945, pós-europeu e fora pronunciada por autores do século anterior, como Nietzsche, que anteciparam a crise da razão. “Desacreditada a razão, passa-se à sua desconstrução. Tudo o que ela havia reprimido é valorizado: o homem selvagem, a loucura, a criança, a mulher, o delinqüente, o doente, o analfabeto...” (REIS, 2006, p.45).

Podemos dizer também que com a pós-modernidade, os historiadores se desinteressaram pela história produzida até então. Neste novo contexto, a história passou a se identificar com as discontinuidades, as rupturas, a fragmentação, resultantes do próprio processo de globalização.

Nessa mesma perspectiva de definição da pós-modernidade, Keith Jenkins e Jean François Lyotard apresentam concepções fundamentais que nos auxiliam na compreensão da história no interior deste modelo explicativo agora em questão.

Para Jenkins (2009) nós historiadores inventamos histórias sobre o mundo e o passado. Estes só chegam até nós como narrativas, por conseguinte não podemos sair de tais narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, uma vez que elas mesmas constituem a realidade.

Jenkins afirma também que no campo da epistemologia a história apresenta o problema de possuir um discurso em constante transformação, a medida que nenhum historiador consegue recuperar totalmente o passado, passa-se ter variedades de interpretações para o mesmo, “mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações” (JENKINS, 2009, p. 35).

Na visão Jean François Lyotard (1998), que escreveu *A Condição Pós-Moderna*, o pós-modernismo se caracteriza pela morte dos centros e pela incredulidade em relação às meta-narrativas. Desta forma, os lugares de fala, pretensos centros, se referem a particulares, sendo assim restritos a grupos e hierarquizados, isso implica dizer também que os metadiscursos não mais se sustentam devido ao estágio atual de relativismo absoluto e descrença intelectual.

Ainda acerca de autores que elaboraram uma definição crítica do conceito de “pós-modernidade”, não podemos deixar de referenciar o crítico literário e teórico político Fredric Jameson e sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

Parafrazeando o título do texto “O Mal-estar da Civilização” de Sigmunt Freud, o livro organizado por E. Ann Kaplan (1993) de título *O Mal-estar no Pós-modernismo: teorias e práticas* traz ensaios cujas propostas giram em torno de questões sobre a utilidade e a validade do discurso pós-moderno. Entre ensaístas está Fredric Jameson, para quem a combinação marxismo e pós-modernismo não é paradoxal. Em seu ensaio intitulado *O Pós-modernismo e a Sociedade de Consumo*, ele disse que a emergência do pós-modernismo está estreitamente relacionada com a emergência de um novo momento do capitalismo tardio, e que os aspectos formais do pós-modernismo expressam a lógica do sistema da sociedade de consumo.

Em outro texto, *Pós-modernismo ou a Lógica cultural do Capitalismo tardio*, Jamenson (2004) explicou que a pós-modernidade diz respeito a “sociedade pós-industrial”, também conhecida como “sociedade de consumo”, “sociedade das mídias”, “sociedade da informação”, “sociedade eletrônica ou *high-tech*”, e pode também ser compreendida como “o campo de forças em que vários tipos bem diferentes de impulso cultural têm que encontrar seu caminho” (JAMESON, 2004,p. 29).

Com outras perspectivas, Zygmunt Bauman (2001), que já foi descrito como um "profeta da pós-modernidade", explicou como ele utiliza os termos "pós-moderno" e "pós-modernidade" em suas obras. Em entrevista concedida à Maria Lúcia G. Pallares-Burke, o autor enfatizou a diferença entre ser um sociólogo pós-moderno e um sociólogo que estuda a pós-modernidade, como podemos verificar a seguir:

Uma das razões pelas quais passei a falar em "modernidade líquida" e não em "pós-modernidade" (meus trabalhos mais recentes evitam esse termo) é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, "pós-modernismo" de "pós-modernidade". No meu vocabulário, "pós-modernidade" significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto "pós-modernismo" refere-se a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna.

Procurei sempre enfatizar que, do mesmo modo que ser um ornitólogo não significa ser um pássaro, ser um sociólogo da pós-modernidade não significa ser um pós-modernista, o que definitivamente não sou. Ser um pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a idéia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana, assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer qualquer julgamento e a debater seriamente questões relativas a

modos de vida viciosos e virtuosos, pois, no limite, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo.

Mas eu sempre estive interessado na sociologia da pós-modernidade, ou seja, meu tema tem sempre sido compreender esse tipo curioso e em muitos sentidos misterioso de sociedade que vem surgindo ao nosso redor; e a vejo como uma condição que ainda se mantém eminentemente moderna na suas ambições e modus operandi (ou seja, no seu esforço de modernização compulsiva, obsessiva), mas que está desprovida das antigas ilusões de que o fim da jornada estava logo adiante. É nesse sentido que pós-modernidade é, para mim, modernidade sem ilusões (PALLARES-BURKE, 2004).

Em seus estudos acerca da sociedade pós-moderna, Bauman sugeriu a metáfora da “liquidez” (BAUMAN, 2001), pois para ele as nossas instituições, nossos quadros de referência, estilos de vida, crenças, convicções, a até mesmo nossa identidade muda antes que tenha tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades auto-evidentes. Então, assim como os líquidos, a sociedade pós-moderna caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma.

Retomando a discussão sobre as características do conhecimento histórico na pós-modernidade, o fragmento a seguir ressalta aspectos inovadores relacionados com as novas tendências historiográficas:

A história, em sua eterna busca da adequação do seu discurso ao tempo atual, se reexamina e se refaz. (...) A história tende a abandonar as suas pretensões científicas e tornar-se um ramo da estética. Ela se aproxima da arte: da literatura, da poesia, do cinema, da fotografia, da escultura, da música... Isso quer dizer que a forma da história não é exterior ao seu conteúdo e indiferente à sua época. O discurso histórico não é só uma exposição analítica, conceitual e quantificada de uma documentação objetivamente elaborada. A história se apropria e ressignifica diversas linguagens. A sua forma, a sua linguagem, é a sua mensagem. Ou melhor: sua forma e sua linguagem são elementos reveladores de sua mensagem. (REIS, 2006, p.60)

Mesmo sem utilizar a terminologia “história pós-moderna”, José Carlos Reis evidenciou nesse fragmento a mudança de paradigma que por hora tratamos. O autor caracterizou uma história mais próxima das artes do que das ciências sociais.

Para nós, a crise historiográfica do século XX relaciona-se com o desgaste do paradigma iluminista ou moderno, que já tratamos aqui. Em *A Pesquisa Histórica: teoria e*

método, Julio Aróstegui (2006) dedicou um capítulo específico para tratar o que ele também chamou de “a crise da historiografia”.

Mesmo reconhecendo a dificuldade de se precisar a temporalidade dessa crise, Aróstegui coloca que nas últimas décadas do século XX e o início do século XXI, quando do surgimento e crescimento de uma nova cultura intelectual, a do pós-modernismo, e dos efeitos do giro lingüístico, surgiu uma nova concepção de história.

No entanto, para o referido autor, a profunda mudança ocorrida na concepção da História e da sua escrita, a partir do pós-modernismo, não parece, a princípio, ter superado com clareza as demais reflexões teórico-metodológicas, como podemos verificar no fragmento selecionado abaixo:

Nenhum dos grandes paradigmas anteriores voltou a ressurgir, mas seu esgotamento não significou, quando começa o século 21, o aparecimento de nenhum novo modelo de explicação social ou de prática historiográfica capaz de substituí-los com eficácia. No entanto, isso não equivale a afirmar, de forma alguma, que os projetos de renovação tenham falhado. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 3)

Para Aróstegui, o pós-modernismo surgiu como uma atitude intelectual genérica, que começou a se manifestar com a crise do capitalismo dos anos 70 e se consolidou na década seguinte. Entre os precedentes citados pelo autor estão o crítico literário espanhol Federico de Onís, que nos anos 30 inventou o termo pós-modernismo para falar da nova poesia. Entre os definidores e analistas do paradigma, Aróstegui citou P. Anderson com sua obra *The Origins of Postmodernity*, bem como Fredric Jameson autor de *Postmodernism, or, the Cultural Logic of late Capitalism*.

O pós-modernismo pode ser contextualizado dentro de outro grande fenômeno que foi o *Linguistic Turn*, traduzido comumente como o giro lingüístico. Na citação seguinte podemos entender a relação existente entre eles:

O debate acerca da cultura, da significação da História e da natureza da “escrita da História” que o pós-modernismo veio a despertar estava estreitamente relacionado à questão de nossa representação lingüística do mundo, e esse assunto foi o que trouxe para o primeiro plano um fenômeno que é anterior, de caráter filosófico em sua origem, ligado também à semiótica, e sem o qual não se pode entender desenvolvimentos como o pós-estruturalismo e a transformação na concepção das ciências sociais. Esse fenômeno a que nos referimos é conhecido como giro lingüístico. (ARÓSTEGUI, 2006: p.7)

O termo *linguistic turn* foi utilizado pela primeira vez no início do século XX pelo filósofo do Círculo de Viena, Gustav Bergmann, que propôs uma espécie de paradigma que mantém o “ponto de vista de que os problemas filosóficos podem ser resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem, ou por uma melhor compreensão da linguagem que usamos no presente” (RORTY, 1998, p. 50).

Foi sobretudo no período contemporâneo que a Filosofia da Linguagem adquiriu uma importância central com a assim também chamada “virada linguística”. A expressão foi retomada por Richard Rorty, que a consagrou, em uma coletânea intitulada precisamente *The Linguistic Turn*, de 1967.

Em sua maioria, as intervenções dos partidários da virada linguística dão destaque ao papel que filósofos e teóricos do discurso como Barthes, Derrida, Foucault e Gadamer, desempenham na renovação do trabalho produzido pela História.

Sem discutir os méritos dos trabalhos históricos que concederam prioridade para a análise dos discursos, em seu estudo *Sobre La Crisis de La Historia*, Gérard Noiriel (1997) apresentou os argumentos invocados para justificar a idéia de que as inovações do *Linguistic Turn* realmente consolidaram “giros” na investigação histórica

Em primeiro lugar, os partidários da *linguistic turn* justificam a necessidade dessa virada na história partindo do estudo desenvolvido por Martin Jay, de que a própria Filosofia já haveria conhecido um giro linguístico no século XX, esta idéia já havia sido defendida por Richard Rorty nos anos 60.

Em segundo lugar, os partidários da virada linguística justificam seu desejo de conseguirem reconhecimento ironizando sobre as ingenuidades dos historiadores que ainda acreditam na objetividade, na verdade e na realidade.

Com relação a situação criada pelo pós-modernismo, podemos também caracterizá-la como um momento de incertezas, no qual as produções históricas diversificaram sobretudo a sua forma de interpretação do passado e sua escrita.

Em *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude* Roger Chartier (2002) também trouxe uma reflexão sobre a crise de paradigmas no campo da História. Em uma perspectiva, diferente de Cardoso, porém, contra as formulações radicais da virada linguística que expomos a pouco, Chartier apresentou, ao longo das três partes em que sua obra se encontra dividida – Percurso; Leituras; Afinidades – as mudanças ocorridas na produção do conhecimento histórico, os autores centrais que trataram da ordem do discurso e as possíveis aproximações entre a História e áreas como a Filosofia e a Literatura.

Existem algumas razões para o momento de incertezas no qual a história se encontra. Na citação seguinte encontramos algumas destas razões:

A perda de confiança nas certezas da quantificação, o abandono dos recortes clássicos, primeiramente geográficos, dos objetos históricos, ou ainda, o questionamento das noções (“mentalidades”, “cultura popular”, etc.), das categorias (classes sociais, classificações socioprofissionais, etc.), dos modelos de interpretação (estruturalista, marxista, demográfico, etc.) que eram os da historiografia triunfante (CHARTIER, 2002, p.8)

Como efeito dessa conjuntura de crise exposta no fragmento selecionado, Chartier identificou que a História perdeu sua posição diletta no campo das ciências sociais e também, que as grandes escolas historiográficas perderam sua unidade, passando a vigorar “histórias” de propostas diversas.

Para nós, com a pós-modernidade o historiador deixou de ser aquele que escreve um texto na forma privativa do sujeito para criar um efeito de objetividade e então reforçar o caráter positivista de sua obra, para ser aquele que reconhece as limitações do que produz (BARTHES, 2004). O historiador, na verdade, sabe que a temporalidade a ser trabalhada por ele não pode ser recuperada integralmente, sabe que o seu discurso não é a realidade do passado, sabe que a história que ele produz é uma representação do passado, reconhece o seu texto como uma versão e uma possibilidade de interpretação de passado na qual há muito de seleção e criação. O historiador alertou-se para a dimensão estrutural do seu discurso, afinal o fato é uma construção lingüística, e a “narrativa histórica é a forma através da qual o historiador constrói a própria noção de temporalidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.43).

1.2 A NARRATIVA HISTÓRICA

Até o momento discutimos sobre como o contexto pós-moderno trouxe a tona as discussões sobre a dimensão da escrita no conhecimento histórico, neste tópico vamos nos centrar em caracterizar o papel da narrativa na produção histórica.

Partindo do pressuposto de que a História pós-moderna só pode ser compreendida quando ela é vista como uma criação, e eventual imposição, por parte dos historiadores de uma forma de narrativa particular sobre o passado, torna-se evidente que esta história não pode alegar uma cientificidade rigorosa no mesmo sentido das ciências da natureza, uma vez que o historiador seleciona seus dados em função de seu interesse em determinado evento ou

em um ato individual que responde intencionalmente às circunstâncias em estudo, o passado se torna conhecimento transmitido de acordo com os princípios básicos da forma narrativa (MUNSLOW, 2006).

Com isso, abandonamos a idéia de que o texto da História pode ser lido como a verdade absoluta, ou seja, pode ser tomado como o próprio passado. Esta noção foi uma herança cultural do século XIX, apontado como o século da História, no qual o enunciado era tido como igual ao referente. Naquele contexto o documento, fonte oficial, refletia a realidade e o texto de história refletia o documento. A intenção de Leopold Von Ranke era desenvolver uma História científica (CARDOSO, 1997), então, para garantir a universalidade epistemológica, enfocou-se as questões metodológicas e fomentou-se a idéia de uma história cujo conhecimento produzido era neutro e objetivo, cabia ao historiador somente a tarefa de narrar o que aconteceu.

Na perspectiva pós-moderna, o passado pode ser definido como uma complexa narrativa discursiva, e a narrativa histórica como sendo um discurso que coloca diferentes eventos em uma ordem compreensível.

A separação que ocorre na historiografia entre o passado fenomênico e a história discursiva, leva-nos a pensar sobre a verdade para os historiadores. A partir de Foucault, sabe-se que a verdade é um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados (JENKINS, 2009). Assim, como um jogo de linguagem, a verdade no discurso histórico está relacionada ao poder – alguém precisa pô-la e mantê-la ali.

As afirmações tratadas até o momento implicam na visão de que o passado nunca é fixo devendo ser tratado como um texto a ser examinado em suas possibilidades de significados, implica também que a narrativa da história é uma representação do conteúdo histórico. Deste modo, as evidências históricas apenas sinalizam possíveis realidades e interpretações, pois “todo contexto é textualizado ou narrativizado” (MUNSLOW, 2009, p. 43).

Se o trabalho do historiador é descobrir não apenas o que aconteceu, mas também como e porque aconteceu, e o que as coisas significavam e significam, é inevitável a dimensão interpretativa desse trabalho.

Sendo assim, sobre o problema dos fatos versus interpretações na escrita da narrativa histórica, Jenkins afirmou que “embora possam existir métodos para descobrir o que aconteceu, não existe absolutamente nenhum método pelo qual se possa afirmar de uma vez por todas, ponto-final, o que os fatos significam” (JENKINS, 2009, p.60). Assim, existem padrões de dominação e marginalização que são elaborados historiograficamente, por isso,

qualquer narrativa histórica tem ideologia, não existem histórias que não se destinem a alguém.

Para reforçar um pouco mais essa idéia, podemos afirmar que não existem interpretações do passado livre de pressupostos, toda interpretação do passado é construída em determinado presente, impossibilitando o historiador de se isentar do seu presente para chegar sem imparcialidade ao passado de alguém nos termos desse alguém.

Acerca disso, podemos adiantar que uma das contribuições de Hayden White (2008) a teoria da história está em considerar que o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores. Para ele, a história é uma criação literária, já que sempre será interpretada através de relíquias textualizadas que, por sua vez, só podem ser compreendidas por meio das pistas de interpretações a serem organizadas pelos historiadores. O método histórico de White parte da concepção de que a história escrita é indiscutivelmente um empreendimento literário, e não podemos ter acesso sobre o que foi o passado a não ser através da forma narrativa que criamos para organizá-lo.

Com relação aquilo que expomos até o momento, sabemos que muitos autores resistem em admitir o caráter narrativo da História por associarem, com frequência, narrativa, subjetividade e ficção, argumentando ser a Literatura o espaço legítimo destes.

Em decorrência da preocupação com objetividade e a verdade absoluta, a historiografia do século XIX procurou retirar dos estudos históricos o recurso das técnicas ficcionais de representação. O nascimento da história, enquanto disciplina, se pautou pela tentativa de elaborar uma escrita livre de elementos retóricos habitualmente utilizados em textos literários.

Pelo pensamento oitocentista, o discurso histórico deveria romper com a literatura, já que esta seria o lugar da subjetividade do autor, expressa no narrador e nos personagens inventados. E diferentemente da expectativa nutrida com relação ao discurso proveniente da pesquisa científica, na prosa literária ou na poesia o “fingimento” é um subentendido, e a ninguém ocorreria questionar aspectos pouco plausíveis do “mundo inventado” pela ficção (ELMIR, 2004).

Porém, nosso interesse está exatamente nos laços que continuam ligando a História e a Literatura. Nessa perspectiva, a narrativa é fundamental para a escrita historiográfica por ter a capacidade de articular os traços da experiência temporal, isto é, o tempo também se mostra inteligível para o homem na medida em que ele é pensado de modo narrativo.

Para diferenciarmos a narrativa histórica pós-moderna das narrativas tradicionais, tão criticadas pela história-problema dos *Annales*, podemos lançar mão da contribuição de Paul Ricouer acerca da estrutura da nova narrativa histórica. O diferencial na elaboração de Ricouer

(1997) é a reinserção da temporalidade, o autor defende o caráter intrinsecamente narrativo do conhecimento histórico, uma vez que é ela quem concede inteligibilidade ao vivido quando articula tempo e ordem lógica.

Em *Tempo e Narrativa*, Ricouer considerou de um lado a história e de outro a ficção, e “chega a conclusão de que não poderia haver história sem elo, por tênue que seja, com a narrativa” (HARTOG, 1998, p. 194).

Ricouer (apud REIS, 2006) concorda que a narrativa histórica não representa o que de fato ocorreu, sendo ela uma representação construída por um sujeito, a sua aproximação com a narrativa ficcional é possível. Para ele, a história não pode deixar de “seguir uma história”, porém ela não é uma narração ingênua, narrar significa seguir e compreender uma história, a frase narrativa marca o discurso histórico e revela a presença do passado.

Ao final das discussões levantadas nesta parte podemos nos perguntar por que a história ignorou por muito tempo o seu pertencimento ao campo das narrativas. Para apontar algumas respostas ao problema temos que lembrar que a narrativa era considerada um obstáculo ao conhecimento verdadeiro, somente após se tornar evidente para os historiadores a distância existente entre o passado e a sua representação é que desenvolveu-se reflexões sobre a narrativa histórica.

Sobre isso, na introdução geral de sua obra, *À Beira da Falésia*, Chartier (2002) afirma que nós historiadores somos produtores de texto, e que a história compartilha com o gênero narrativo muitas categorias fundamentais. “Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus ‘personagens’, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade” (CHARTIER, 2002,p.14).

Nesse âmbito, o estilo da narrativa torna-se fundamental para a História, já que ele tanto molda o conteúdo quanto é por este moldado, alterando o produto final do trabalho do historiador.

Fica claro para nós ao final das discussões desse tópico, que a interrogação acerca da narrativa sempre surge quando pensamos sobre a atividade do historiador. Porém, aqueles que concebem a história como ciência social, argumentam que o espaço acadêmico gera a expectativa de um discurso que seja legítimo em seus procedimentos de investigação e afastado das expressões subjetivas de seu autor, excluindo a possibilidade de aproximar a histórica da arte, por exemplo.

Na verdade, a narrativa que serve de parâmetro comparativo aos críticos da “narrativa histórica”, ou seja, a “narrativa literária”, pouco se assemelha àquilo que esta efetivamente é (ELMIR, 2004). O trabalho que antecede a escrita de um romance, mais do que somente um

arrebatamento de inspiração, passa pelo estabelecimento de parâmetros mais ou menos realistas e pela busca de referentes discursivos, como escreveu o semiólogo Umberto Eco sobre a forma como desenvolveu o seu romance *O Nome da Rosa*:

passsei um ano abundante (...) Lia, fazia desenhos e diagramas, inventava um mundo. Este mundo devia ser o mais preciso possível, de forma que eu pudesse me mover com absoluta segurança (...) precisava que tudo funcionasse, tinha necessidade de saber quanto levariam dois personagens para andar, falando, de um lugar a outro. E isso definia a duração dos diálogos. (ECO, 2003, p. 288)

Se por um lado, existe um conceito equivocado de narrativa, por outro o campo das ciências também já foi desconstruído. O filósofo polonês Karl Popper em sua teoria sobre a pesquisa científica, mostra que a ciência, com sua técnica de verificação, não tem a verdade como resultado final e sim a probabilidade.

Acerca disso Popper estabeleceu nas suas obras *Conjecturas e Refutações* (1980) e *A Lógica da Pesquisa Científica* (1972) que ciência é o que pode ser falseado. Segundo o filósofo a condição fundamental para que qualquer hipótese tenha o estatuto de teoria científica, é a condição de poder ser falsificável. Na teoria da falseabilidade formulada por Popper, a ciência não atinge uma verdade absoluta, ou seja, dogmática. Para ele não importa a quantos testes uma hipótese sobreviva, pois nunca teremos um prova filosófica de que ela seja verdadeira. Para Popper a ciência “certa” é aquela que pode ser falseada, tudo que é científico não pode ser dogmático, portanto se a ciência disser que achou a verdade ela deixa de ser ciência e passa ser um dogma, então, a ciência trabalha sempre com probabilidade e não com conhecimento final e verdadeiro.

É nesse sentido que juntamente com Hayden White podemos considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são: “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos, e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994, p. 98).

Sendo assim, a tênue linha da fronteira existente entre a História e a Literatura não equivale a tomar a ficção verbal da história como discurso destituído de valor, mas, significa admitir que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e de ficção, que a poesia não é seu elemento oposto, como passaremos a ver.

1.3 O PARADIGMA NARRATIVISTA EM HAYDEN WHITE

Diante do quadro exposto até aqui, a discussão proposta nesta terceira parte orienta-se pelo seguinte questionamento: como a narrativa histórica funciona em termos epistemológicos e estruturais segundo Hayden White?

Entre as principais obras que compõe a carreira de Hayden White podemos citar *Meta-História* publicado em 1973, *Trópicos do Discurso* publicado em 1978, *O Conteúdo da Forma* publicado em 1987, e *Realismo Figural* publicado em 1999. Dentre estas, apenas *Meta-História* não trata-se de uma reunião de ensaios distintos publicados em diversas revistas internacionais ao longo de diferentes anos. A critério de síntese, podemos dizer que White enfocou em seus estudos dentro da teoria da história três áreas principais: a filosofia da história, a história da historiografia e a interdisciplinaridade da história.

Para responder a questão norteadora que levantamos, tomamos como referência a influente publicação de 1973. Nesta obra cujo título completo é *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, Hayden White (2008) apresentou e explicou a sua teoria formal do trabalho histórico. Para o autor, o trabalho histórico pode ser definido como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. Nesse sentido, as histórias bem como as filosofias da história seriam a combinação de certa quantidade de dados, conceitos teóricos e uma estrutura narrativa.

Sobre quais seriam os intuítos de White com esta obra, o próprio autor esclareceu como podemos ver no fragmento de texto selecionado a seguir, em que ele apresenta também as justificativas para o seu trabalho:

Um dos meus intuítos fundamentais, além daquele de identificar e interpretar as principais formas de consciência histórica na Europa oitocentista, é estabelecer os elementos inconfundivelmente poéticos presentes na historiografia e na filosofia da história em qualquer época que tenham sido postos em prática. Diz-se com frequência que a história é uma mescla de ciência e arte. Mas, conquanto recentes filósofos analíticos tenham conseguido aclarar até que ponto é possível considerar a história como uma modalidade de ciência, pouquíssima atenção tem sido dada a seus componentes artísticos. Através da exposição do solo lingüístico em que se constituiu uma determinada idéia da história tento estabelecer a natureza inelutavelmente poética do trabalho histórico e especificar o elemento prefigurativo num relato histórico por meio do qual seus conceitos teóricos foram tacitamente sancionados. (WHITE, 2008, p.13)

Para atingir seu objetivo e assim analisar a escrita da narrativa histórica, White distingue três tipos diferentes de estratégias que os historiadores podem lançar mão com a finalidade de

estabelecer uma impressão explicativa em sua narrativa. Denominadas de explicação por argumentação formal, explicação por elaboração de enredo e explicação por implicação ideológica, cada uma dessas estratégias possuem subdivisões cujas combinações formam um estilo historiográfico determinado. Para o autor, a escolha dessas estratégias conceituais é um ato poético e vincula os tropos da linguagem poética, que são a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia.

Formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo são formas de explicação por argumentação formal, a escolha de uma delas depende de uma operação cognitiva particular dos historiadores.

Quanto a explicação por elaboração de enredo, segundo White, a narrativa histórica pode assumir as formas seguintes: romanesco, comédia, trágico e sátira. Para o autor, a escolha de umas dessas formas corresponde a uma percepção estética do historiador.

No tocante a explicação por implicação ideológica, como explicou White, a forma dada pelo historiador ao seu relato tem implicações ideológicas concordantes com o anarquismo, conservantismo, radicalismo e o liberalismo.

O objetivo de Hayden White ao distinguir esses vários tipos de estratégias explicativas foi estabelecer os elementos poéticos presentes no texto histórico. Para tanto, o autor buscou responder em seu livro quais são as características do método histórico de investigação, bem como o que significa pensar historicamente. Nesse sentido, White procurou em primeiro lugar “esclarecer em que poderia consistir a estrutura típico-ideal da obra histórica” (WHITE, 2008, p.20) para assim encontrar os elementos distintivos de qualquer obra histórica ou da filosofia da história conhecida.

Sendo assim, White tentou expor os níveis nos quais a narrativa histórica é concebida, chegando a conclusão de que para tornar um registro histórico compreensível sua organização passa pela “1) crônica; 2) estória; 3) modo de elaboração de enredo; 4) modo de argumentação; e 5) modo de implicação ideológica” (WHITE, 2008, p. 21), sendo que, o historiador “acha” suas estórias enterradas nas crônicas, então ele organiza os eventos das crônicas dentro de uma hierarquia de significação, que remete a uma explicação por elaboração, argumentação e implicação ideológica.

A elaboração do enredo promove sentido a narrativa histórica pela modalidade da história. White identificou quatro modos de elaboração de enredo seguindo a teoria literária de Northrop Frye: estória romanesca, sátira, comédia e tragédia.

Explicando cada forma de estória, White definiu o enredo de uma história romanesca como um drama associado a idéia do herói, que por sua vez traz consigo a noção de redenção,

enquanto a sátira seria o drama da disjunção, na qual o homem é cativo do mundo, este estilo repudia as concepções rebuscadas do mundo. Na comédia, em sua concepção concordante com Frye haveria vitórias provisórias, ocasiões de festas que desembocam em relatos dramáticos de mudança. Por fim, a tragédia foi definida como uma crônica das estruturas vigentes, na qual há sugestões de estados de divisão entre os homens, é uma forma de estória que diz das condições inalteráveis e eternas do mundo.

Para White,

as “estórias” históricas tendem a incluir-se nas categorias elaboradas por Frye precisamente porque o historiador resiste à construção das peripécias complexas que constituem o fundo de comércio do romancista e do dramaturgo. Exatamente porque o historiador não está (ou pretende estar) contando a estória “pela estória”, inclina-se ele por colocar suas estórias em enredo segundo as formas mais convencionais – como o conto de fadas ou a novela policial por um lado, ou como estória romanesca, comédia, tragédia ou sátira por outro. (WHITE, 2008, p. 23-24)

Nesse sentido, entendemos a afirmação de White que o historiador faz “a um só tempo arte e ciência” (WHITE, 2008, p. 27), por um lado este historiador traça as operações de investigação e por outro lado ele estabelece uma operação narrativa. Prossegue o autor,

mas a história difere das ciências precisamente porque os historiadores discordam, não só sobre quais são as leis de causação social que poderiam invocar para explicar uma dada sequência de eventos, mas também sobre a questão da forma que uma explicação científica deve assumir [...]. Entre os historiadores não existe tal acordo, nem nunca existiu. Isso talvez simplesmente reflita a natureza protociência da empresa historiográfica, mas é importante ter em mente essa discordância (ou falta de discordância) congênita sobre o que importa como explicação especificamente histórica de qualquer conjunto dado de fenômenos históricos. Pois isso significa que as explicações históricas são obrigadas a basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos acerca da natureza do campo histórico, pressupostos que geram diferentes concepções dos tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica. (WHITE, 2008, p. 27- 28)

O instrumento da explicação por argumentação formal é utilizado pelo historiador no momento de sua escrita para explicar a finalidade e o significado dos eventos postos no enredo do seu relato. Para Hayden White as explicações históricas precisam basear-se em

diferentes pressupostos meta-históricos, gerando diferentes concepções dos “tipos de explicação” que podem ser usadas na análise historiográfica.

Como formas básicas de reflexão discursiva White definiu os modos formista, organicista, mecanicista e contextualista. Cada um deles expressando uma visão determinada da natureza da realidade histórica e a forma argumentativa mais apropriada que o relato histórico deve assumir. Para diferenciá-los o autor se baseou no trabalho de Stephen C. Pepper.

O modo formista identifica as características ímpares dos eventos históricos, nesse sentido, a unicidade dos diversos agentes, agências e atos que compõe os eventos por explicar é fundamental para as investigações. O modo formista possui caráter dispersivo nos termos de Pepper (apud White, 2008).

O modo organicista possui caráter integrativo e redutivo, descreve os pormenores discernidos no campo histórico como componentes de processos sintéticos, tende a ver os processos individuais agregados as totalidades, não busca leis gerais, procura formular os princípios e as idéias que informam os processos.

O modo mecanicista busca leis causais que determinem os resultados dos processos descobertos no campo histórico. Assim, estuda a história para predizer as leis que governam suas operações e escreve a história para expor os efeitos dessas leis.

Por fim, o modo contextualista possui uma concepção funcional. Nessa forma argumentativa, os eventos podem ser explicador ao serem inseridos no contexto de sua ocorrência, eles são comparados com outros eventos ocorrentes em mesmo espaço histórico circundante, procurando ver as inter-relações funcionais existentes entre agentes e agências que ocupam o campo num dado momento, ou seja, busca relativa integração dos fenômenos.

Além de um enredo específico e uma forma de argumento particular, a narrativa história também possui o modo de explicação por implicação ideológica, que reflete o elemento ético e a posição ideológica do historiador. Segundo Karl Mannheim (apud WHITE, 2008, p. 37) o anarquismo, o conservadorismo, o radicalismo e o liberalismo são as posições ideológicas básicas.

Interessado no trabalho de intelectuais que procuram transformar ou manter o *status quo* recorrendo a concepções específicas do processo histórico, White percebeu que a forma dada pelo historiador ao seu relato tem implicações ideológicas concordantes com um dos posicionamentos citados acima, assim, toda idéia da história é também acompanhada por implicações ideológicas.

Quanto as características de cada ideologia, White explicou que o relato conservador desconfia das transformações rápidas da ordem social, reconhece a existência de uma estrutura fundamental sólida da sociedade. Nesse posicionamento, as mudanças são eficazes quando não alteram as relações estruturais. O entendimento acerca da evolução histórica limita-se ao aperfeiçoamento da estrutura social vigente.

O liberalismo enxerga as mudanças sociais como ajustes de um mecanismo, por exemplo, um ajuste no ritmo social dos processos eleitorais, educacionais etc. Esse posicionamento ideológico descarta quase totalmente a tentativa de melhora da estrutura, colocando tal possibilidade em um futuro muito remoto.

A ideologia do radicalismo acredita na necessidade de mudanças estruturais visando reconstituir a sociedade sobre novas bases, busca meios revolucionários para concretizar o Estado utópico iminente. Os radicais procuram entender as leis das estruturas e bem como os processos históricos.

Por fim, o anarquismo idealiza um passado remoto de inocência natural humana, por isso, tem a visão de abolir a sociedade por completo e substituí-la por uma comunidade de indivíduos ligados pelo sentimento de humanidade.

Ao estruturar essas quatro posições ideológicas, o autor reforça o seu objetivo de “indicar como as considerações ideológicas entram nas tentativas do historiador de explicar o campo histórico e construir um modelo verbal dos processos desse campo numa narrativa” (WHITE, 2008, p. 41).

No fragmento abaixo, podemos ver como White considerou o que ele mesmo chamou de “o problema dos estilos historiográfico”:

Em minha opinião, um estilo historiográfico representa uma combinação particular dos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Mas os diversos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica não podem ser indiscriminadamente combinados numa determinada obra. Por exemplo, um enredo cômico não é compatível com um argumento mecanicista, assim como uma ideologia radical não é compatível com um enredo satírico. Há, por assim dizer, afinidades eletivas entre os modos que poderiam ser usados para alcançar uma impressão explicativa nos diferentes níveis de composição. E essas afinidades eletivas baseiam-se nas homologias estruturais que se podem discernir entre os possíveis modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica(WHITE, 2008, p. 43-44)

Em suma, White chama de estilo historiográfico a combinação de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Para o autor, existem afinidades entre os vários modos que poderiam ser usados para alcançar uma impressão explicativa durante a escrita da narrativa histórica. Essas afinidades não são combinações necessárias dos modos num determinado historiador, isso significa que antes mesmo de poder aplicar aos dados do campo histórico o aparato conceptual representativo para explicá-lo, o historiador terá primeiro que prefigurar o campo, isto é, constituí-lo como objeto de percepção mental.

Ao explicar a sua teoria de classificação das formas estruturais das narrativas históricas, Hayden White definiu que as figuras de linguagem metáfora, metonímia, sinédoque e ironia apresentam a base para a análise da linguagem poética utilizada pelos historiadores.

Desse ponto de vista a metáfora corresponde a uma linguagem essencialmente representacional, enquanto a metonímia comporta a linguagem reducionista, a sinédoque é integrativa e a ironia negacional.

Considerando apenas o tropo da metáfora, da metonímia e da sinédoque, White explicou que

No próprio uso lingüístico, o pensamento se abastece de possíveis paradigmas alternativos de explicação. A metáfora é representacional no sentido em que poderá sê-lo o formismo. A metonímia é redutiva à maneira mecanicista, enquanto a sinédoque é integrativa como o é o organicismo. A metáfora sanciona a prefiguração do mundo da experiência no plano da relação objeto-objeto, a metonímia no da relação parte-parte e a sinédoque na relação objeto-todo.
(WHITE, 2008, p. 50)

Hayden White classifica esses três tropos citados como ingênuos por necessitarem crer na capacidade da linguagem para apreender a natureza das coisas em termos figurados. Em contraste com ele o tropo da ironia consiste na auto-anulação verbal. A ironia, assim, representa um estágio da consciência em que se reconhece a natureza problemática da própria linguagem, o alvo do enunciado irônico é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou o inverso.

Por fim, na visão de White cada um dos modos de reflexão histórica pode ser visto como uma etapa dentro de uma tradição de discurso que evolui das formas de percepção metafórica, metonímica e sinedóquica do mundo histórico para uma apreensão irônica do irreduzível relativismo de todo o conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica. Teoria e Método*. Trad. Andréia Dore. Bauru: EDUSC, 2006.
- BARTHES, Roland. *O Discurso da História*. In: BARTHES, Roland. *O Rumor da língua*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- ECO, Umberto (org.) *Sobre a Literatura*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *A Narrativa e o Conhecimento Histórico*. Publicações Científicas do Curso de História. São Leopoldo: UNISINOS, volume 8, número 10, julho - dezembro, 2004. p.35-52. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/08historian10vol8_artigo02.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2010.
- HARTOG, François. *A Arte da Narrativa Histórica*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Trad. de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1998.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. 2ªed. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ed. ativa, 2004.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2009.
- KAPLAN, E. Ann (Org). *O Mal-estar no Pós-modernismo: teorias e práticas*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 5. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- NOIRIEL, Gérard. *Sobre La crisis de La historia*. Trad. de Vicente Gómez Ibáñez. Madrid: Frónesis Cátedra Universitat de València, 1997.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Entrevista com Zigmunt Bauman*. *Tempo Social*. São Paulo, v. 16, n. 1, Junho 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Maio de 2011.

POPPER, Karl R. *A Lógica da Pesquisa Científica*. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papiros, 1997. Tomo III.

RORTY, Richard. *El giro lingüístico*. Barcelona: Paidós, 1998.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994.

_____. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2º Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

HISTORIOGRAFIA E MÁQUINAS DE GUERRA: A HISTÓRIA DA HISTÓRIA COMO UM ESTUDO DE RELAÇÕES DE FORÇA – COM ALGUNS BREVES APONTAMENTOS EM TORNO DA ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ E DA ESCOLA DOS ANNALES

Julio BENTIVOGLIO¹
juliobentivoglio@gmail.com

RESUMO: Este texto procura analisar a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales tomando o conceito de máquinas de guerra – perspectiva aberta por Foucault e Deleuze – e o de operação historiográfica de Michel de Certeau a fim de examinar o processo de institucionalização da História tal como se materializa por meio de práticas específicas. Indica como relações de força e a criação de ferramentas pontuais de disputa, as revistas de história, marcam o avanço deste saber, que se constitui em torno de centros produtores de escrita e de veículos de divulgação, formalizando correntes históricas por meio de disciplinas e escritas urdidas mediante o diálogo e a tensão com outras correntes e com a própria tradição historiográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da história; historiografia; Escola dos Annales; Escola Histórica Alemã; máquinas de guerra.

Contemplar a história da historiografia é sempre um exercício fecundo para melhor se compreender as reflexões epistemológicas no interior do campo, as metodologias desenvolvidas e a formação de determinadas práticas historiográficas que se constituem ao longo do tempo como exponenciais. Este texto procura, a partir da análise de duas escolas que tiveram destaque no avanço do conhecimento histórico e, sobretudo, da maneira como foram dadas a ler por meio da institucionalização de lugares de escrita, em particular as revistas de história, mostrar como relações de força marcam a institucionalização do campo, delimitando grupos e conformando correntes teórico-metodológicas. Assim, tanto a Escola Histórica Alemã quanto a Escola dos *Annales* serão tomadas, em linhas bastante gerais, para se discutir não somente algumas práticas específicas de cultura historiográfica, mas, sobretudo a própria história da história como o surgimento e a expansão de máquinas de guerra² e de seus dispositivos impressos. Embora sejam conhecidas as disputas entre posturas historiográficas distintas, mas também no interior de um mesmo paradigma – algumas correntes marxistas são

¹ PPGHIS/DEPHIS – UFES.

² O conceito é extraído a Gilles Deleuze e Felix Guattari.

evidências claras desse fenômeno – analisá-las pode ser um exercício fecundo. Pretende-se, portanto, indicar como polêmicas e lutas intestinas fomentam novas correntes e novas abordagens históricas, que resultam tanto na formação das escolas, quanto em sua assimilação por meio da leitura de seus fundadores, discípulos e adeptos.

Não é novidade alguma dizer que existem disputas na História. Algumas virulentas, outras mais amenas, marcadas pela elegância e circunspeção. E que as rivalidades surgem, às vezes, não exatamente nos mestres ou nos fundadores, mas em seus discípulos e em *supostos* herdeiros. No interior da história da historiografia existem casos e mais casos, de ampla variedade, sobre estes conflitos, seus contendores e sobre as questões em foco. E é curioso o interesse e o *frisson* que estas rivalidades provocam quando mencionadas em disciplinas, cursos, congressos e mesmo quando as encontramos nas páginas de algum livro. É fato que as polêmicas são sempre acompanhadas com interesse. E longe de querer defendê-las, pois, às vezes até podem ter sua utilidade no debate e avanço da historiografia, tomo-as não para incentivar preconceitos, mas para aclarar o estudo do campo. As diferenças entre perspectivas historiográficas sempre existiram e, invariavelmente, é a reação e a contestação a um determinado tipo de prática histórica que levam à formação e ao desenvolvimento de novas abordagens, de novos paradigmas. De qualquer modo, é irresistível não escapar um sorriso quando ouvimos Ranke ser chamado de historiador eunuco, injustamente, como fez seu rival na Universidade de Berlim: Droysen³. Ou o sarcasmo de Febvre sobre Monod e Coulanges, chamando-os de positivistas⁴. Como ignorar o ataque de Carlo Ginzburg à Foucault (e aos foucaultianos), quando afirma que a obra do francês bem poderia ser vista como uma nota de rodapé ao pensamento de Nietzsche⁵. O anedotário é vasto, mas aqui serve apenas de abertura bem-humorada.

Pude em minha trajetória acadêmica acompanhar algumas polêmicas, como a de alguns professores marxistas contra adeptos da história das mentalidades, destes mesmos marxistas mais afinados com a nova esquerda inglesa contra outros marxistas, simpáticos à obra de Louis Althusser⁶. E hoje percebo que enquanto alunos perdiam seu tempo espalhando boatos e mal-entendidos ou realizando leituras enviesadas de correntes historiográficas ampliava-se uma certa incompreensão sobre os próprios embates epistemológicos vividos na teoria da história. Acompanhar a censura de Vidal-Naquet aos historiadores alemães em seu

³ DROYSEN, J. G. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2008 (no prelo).

⁴ FEBVRE, L. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.

⁵ GINZBURG, C. *Mitos emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

revisão sobre o holocausto⁷, ou os imperativos éticos levantados por Hayden White em sua justificativa sobre a narrativa e os compromissos do historiador são sintomas evidentes do quanto a escrita da história está marcada por relações de força que merecem reflexão. Outro caso expressivo foram as disputas da historiografia carioca e paulista em torno do sentido da colonização, colocando em xeque a interpretação de Caio Prado Jr e, de chofre, a obra de Fernando Novais⁸, ou as críticas que invariavelmente são feitas em relação à História do Tempo Presente. Em todas elas se percebe o quanto os historiadores não estão imunes a preconceitos ou a partidarismos.

Não é, contudo, neste sentido que tomo o conceito de máquina de guerra. Falo aqui sobre as máquinas de guerra mobilizadas nos territórios da História em escala mundial, sobre seus dispositivos e suas estratégias para romperem paradigmas e escolas, criando, também, novas alternativas ao que existe. Uma das primeiras corresponde à criação da história científica na Alemanha do século XIX que fundou o campo da ciência histórica, mobilizando filólogos, filósofos, estudiosos da literatura, formando os primeiros historiadores profissionais germânicos que resultou em uma escola histórica seminal, que constituía a História como um saber autônomo, acadêmico, definindo seu estatuto epistemológico e seu método⁹. E a outra foi a dos combates pela história dos *Annales*, contra os metódicos franceses, ou mais especificamente de Lucien Febvre e Marc Bloch contra Gabriel Monod e seu grupo assenhorado junto à Sorbonne. Devo dizer que na França e nos Estados Unidos é mais comum encontrar livros tratando destas polêmicas. François Dosse, com seu *História em migalhas*¹⁰ é de longe o trabalho mais conhecido a este respeito. Entre os norte-americanos um dos polemistas mais recentes é Keith Jenkins, sobretudo em seu *On what is history?* e também com o já traduzido no Brasil *Repensando a história*.¹¹

Como se dá a gênese de uma escola histórica? As experiências vividas pela historiografia tem demonstrando que não somente por meio da adesão, mas sobretudo pela disputa e pela deflagração da crítica a determinados modelos vigentes. Ou seja, através da mobilização de máquinas de guerra, que são máquinas de pensamento, devires que escapam ou que procuram fugir do *establishment*, que instauram novos cânones e alargam horizontes, abrindo novas searas no pensamento. E elas se organizam em torno de agenciamentos existentes, sobretudo centros de ensino, universidades, departamentos, institutos, associações científicas, grupos de

⁷ VIDAL-NAQUET, P. *Les assassins de la mémoire*. Paris: Seuil, 1995.

⁸ FRAGOSO, J. L. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁹ SOUTHARDT, Robert. *Droysen and the Formation of the Prussian School*, Lexington 1995.

¹⁰ DOSSE, F. *História em migalhas*. Bauru: Edusc, 2008.

¹¹ JENKINS, K. *Repensando a história*. São Paulo: Contexto, 2001 e *On what is history?* Londres: Routledge, 1995.

trabalho, revistas, livros ou coletâneas publicados numa série ou coleção; brotando sempre nas margens. E necessitam de uma arma pontual na disputa do campo historiográfico: as revistas. Costumam surgir quando as carências de sentido apontam os limites e a suficiência das correntes e abordagens históricas existentes, geralmente quando uma terceira geração de historiadores é contestada ou sua posição é reivindicada por uma nova geração. Isso muitas vezes revela um certo *prazo de validade*, um certo esgotamento do potencial explicativo e sedutor de velhos modelos face à emergência de novas possibilidades de pesquisa e análise, ou ainda face às novas demandas e questões que são colocadas no presente. O que dá, em alguns casos, uma longevidade, entendida aqui como interesse e grande visibilidade, de perto de um século para uma determinada escola e sua revista. Elas surgem, adquirem notoriedade, tornam-se referências e em seguida são eclipsadas por outras. Embora as revistas muitas vezes sobrevivam aos seus fundadores e expoentes, o brilho de seus próceres e herdeiros costuma ser ofuscado por novos agenciamentos históricos, por outros centros, periódicos e lugares. Em muitos casos, as revistas, embora tradicionais, precisam incorporar ou acabam sendo incorporadas por novas gerações acomodando novas inquietações e interesses. É o caso da revista dos *Annales* que se reinventou a partir de 1992 a fim de manter sua posição de prestígio na historiografia contemporânea, ou ainda de outras como a *American Historical Review*.

Outro aspecto peculiar que invariavelmente ocorre na formação das escolas históricas é o fato de surgirem nas margens ou periferias e em seguida, a partir de disputas ou de alianças, lentamente se deslocarem para os grandes centros, incorporando adeptos, e expandindo seu alcance, mediante relações de força. Ainda que exista a guerra de posições, ela se dissemina de maneira nômade, em meio a adeptos e simpatizantes distribuídos irregularmente. E também entre leitores e interlocutores. É importante ressaltar que essas máquinas de guerra estão em toda parte, servindo-se das cartografias de poder existentes, que é difícil – no início – percebê-las, elas são o avesso do poder estabelecido, dos cânones historiográficos consagrados. Assim, as linhas ou abordagens que usualmente conhecemos, as correntes que seguimos, não configuram mais máquinas de guerra, devem ser entendidas como discursos reconhecidos e autorizados na vasta cartografia histórica a exercer relações de poder. Seus fundadores e precursores saíram das margens e tomaram os grandes centros, sem terem, às vezes, alianças prévias. Estas são amarradas depois, com o grupo no poder. Foi assim com Bloch, Febvre e Braudel nos *Annales*; com Sybel, Duncker e Droysen na *Escola Alemã*; ou com Hobasbawm, Hill e Anderson na Nova Esquerda Inglesa.

No sentido deleuziano, a máquina de guerra é um devir, um saber que não se submete, em permanente constituição¹². Centro móvel e nômade, pensamento de recusa. É possível ainda pensar que no interior dos metódicos franceses, dos *Annales*, do *marxismo* ou dos historicistas alemães, dentre outros, existam estes elementos de transformação, olhares nômades, que dificilmente são acolhidos ou se acomodam na tradição. Aliás, foi assim com Veyne e Dosse, ou com Lukács e Benjamin. Ou seja, perspectivas que defendem a liberdade para o pensamento, sua natureza selvagem e a possibilidade de criação constante. O devir é o *outsider*, é a *margem*. Mas, enquanto Deleuze não queria discípulos, portanto não existem deleuzianos, no campo da História o esforço é inverso, busca-se identificar, classificar, precisar; assim, espera-se que os pesquisadores se tornem thompsonianos, benjaminianos, foucaultianos, koselleckianos, micro-historiadores, etc.

Procurando enquadrar o real no pensamento, buscando paradigmas fixos e estáveis, é comum a crença de que a teoria informa a prática. Assim a adesão ora parece expressar preferências teórico-pessoais, quando não imposições dogmáticas, perdendo-se a verve mesma do ofício do historiador. Devo admitir que Jörn Rüsen traz uma alternativa para esta aporia: a história preenche, constantemente, carências de sentido em nossa experiência histórica¹³. Todos os saberes são historicamente construídos, já indicaram Marx, Herder ou Foucault, dentre outros, mas Rüsen tem a propriedade de conseguir demonstrar que o mundo da ciência e da vida prática está em constante relação e mudança. Reportando-se ao problema da consciência histórica, ele revela que tradição, experiência e expectativas são inerentes à vida social e à teoria, em um universo no qual a história é uma disciplina-mãe. Assim, a teoria da história e a historiografia representam uma tentativa de dotar de sentido carências colocadas pelo presente, demandas mal assistidas, incompreensões. Tem uma finalidade compreensiva de promover o encontro entre tradições historiográficas, cujo diálogo permite novos olhares sobre o passado, sobre o conhecimento histórico, sobre o presente e sobre a tarefa do historiador. Lucidez que reconhece as diferenças de olhares e as posições na arena. Não absolutizam a teoria, nem a torna algo extático, imutável. E indicam que múltiplas teorias podem e devem coexistir, disputando os indivíduos. E ao disputar os indivíduos, ocupam espaços nos discursos, nos livros e nas instituições. É neste universo que surgem as máquinas de guerra. Não obstante, na articulação dos saberes com a sociedade em que são produzidos, a reflexão histórica coloca os homens em contato com sua própria humanidade, com sua própria

¹² A discussão está em DELEUZE e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tratado de nomadologia. São Paulo: Ed.34, v.5, 1997.

¹³ RÜSEN, J. *A razão histórica*. Brasília: Ed.Unb, 2002.

condição. Como resultado, não apenas produz a necessária crítica sobre as contribuições realizadas, mas, sobretudo, permite o reconhecimento da consciência histórica do historiador e sua autocompreensão conferindo sentido à seu trabalho, revestindo-o de valor social e crítico¹⁴. E, do mesmo modo que existem linhas de fuga nos extratos sociais, em sua ação e pensamento, também existem no campo dos saberes. Penso que é irresistível postular, como fez Droysen, que História e ética são uma mesma coisa¹⁵. A história poderia mesmo ser entendida como uma atividade ética que reconhece e imprime à ação dos homens valores e vontades, constituindo comunidades éticas. A existência humana para encontrar seu destino e seu sentido exige o conhecimento do passado, a compreensão no presente e o engajamento nos projetos para o futuro. No passado, faraós, reis e imperadores serviam-se da História para firmar seu prestígio, deixando para a sociedade a memória como garantidora das tradições e dos costumes. Penso que hoje é urgente que a sociedade se aproxime da história. Afinal, numa era que vive constantemente o futuro, em um cotidiano frenético marcado pela volatilidade e aceleração, há um desprezo e um esquecimento que relega o passado e seu conhecimento à inutilidade. Há algum tempo dentro e fora de seus domínios tem sido questionada a legitimidade da História. Em meu entendimento é urgente serem erguidas novas máquinas de guerra na História.

Como se depreende, três referências fundamentais informam a análise até aqui desenhada: Michel de Certeau quando este trata da operação historiográfica, Gilles Deleuze, do qual tomo o conceito de máquina de guerra, usando-o com uma certa liberdade e, como *telos* que informa a ambos e o pensamento de Michel Foucault, sobretudo em *A arqueologia do saber*. Certeau, em seminal texto de 1973, no qual discutia a escrita da história, revelou que ela era ao mesmo tempo um lugar, uma prática e uma escrita¹⁶. Um campo de disputas onde conhecimentos, técnicas e abordagens interagem em uma dinâmica de forças. Com Deleuze pode-se pensar a organização espacial dos historiadores ao redor do mundo como rizomática, em uma cartografia complexa na qual diferentes grupos e instituições concentram-se e exercem sua força perante aos fluxos de pesquisa e de conhecimento existentes¹⁷. E nesse conjunto existem aqueles que se aparelham como Estado, apropriando-se das expressões locais e regionais, construindo um discurso uniforme. Essa foi a atuação dos *Annales*, tal como denunciada por François Dosse, a meu ver a maior máquina das máquinas de guerra.

¹⁴ Mais a este respeito ver GADAMER, H-G. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹⁵ DROYSEN, J. G. op. cit.

¹⁶ CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

¹⁷ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed.34, 2000.

Mas, ergueram-se outras máquinas de guerra irredutíveis a esta, exteriores a sua soberania e anteriores a seu direito. Ou seja, os domínios da História, enquanto conjunto de saberes, objetos e abordagens, é muito maior do que qualquer corrente. A História, sob este ângulo, poderia ser vista como uma ciência excêntrica. Deleuze e Guattari, ao tratarem da ciência excêntrica, dizem que ela se vincula às máquinas de guerra, que se expande “por turbulência num espaço liso, em produzir um movimento que tome o espaço e afete simultaneamente a todos os seus pontos, ao invés de ser tomado por ele como no movimento local, que vai de tal ponto a tal outro.” Assim, ela tem um caráter desterritorializado, apatriado. O pensamento nômade não opera segundo as categorias universais do pensamento clássico, o todo e o sujeito. É um devir, um pensamento não-globalizante. A historiografia, com suas diferentes correntes e postulados teórico-metodológicos abrigou várias máquinas de guerra, cuja tarefa maior foi de resistir e criar. Uma ciência ligada à máquina de guerra não está destinada a tomar um poder e nem sequer a ter um desenvolvimento autônomo, ela reconhece seus limites, interdependências e sua duração. Em alguns momentos, as máquinas de guerras podem ser de destruição e de morte, como quando são apropriadas pelo aparelho de Estado com o objetivo de exercer a guerra e eliminar as rivais.¹⁸ Este foi o caso, por exemplo dos metódicos e dos *Annales* na França. E também dos historiadores alemães rompendo e desvinculando a história dos estudos filosóficos e literários.

Como afirmam Deleuze e Guattari,

*Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, num campo perpétuo de interação, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios. Um mesmo campo circunscreve sua interioridade em Estados, mas descreve sua exterioridade naquilo que escapa aos Estados ou se erige contra os Estados.*¹⁹

Examinemos a primeira máquina de guerra. Ela foi responsável pela constituição da ciência histórica na Alemanha ainda na primeira metade do século XIX. Conhecida como Escola Histórica Alemã ela reuniu um conjunto heterogêneo de historiadores, capitaneados por Leopold von Ranke, de Barthold Niebuhr e de Wilhelm von Humboldt e, posteriormente ampliada por seus discípulos. Todos eles foram responsáveis pela constituição da autonomia

¹⁸ Ver Marcelo FRANCO. Ciência e Filosofia: o niilismo em Nietzsche. *Informática na educação*, n.7, março/2000, disponível em <http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/educacao/educacao7-1.html>. Acesso em 20 de outubro de 2008.

¹⁹ DELEUZE e GUATTARI, F. op. cit., p.24.

epistemológica da História, tornando-a um conhecimento específico, apartado da filosofia e da literatura, em cuja tensão a própria História foi erigida como uma máquina de guerra. Dentre aqueles historiadores encontramos: Jonhann Gustav Droysen (1808-1886), Heinrich von Sybel (1817-1895), Heinrich von Treitschke (1834-1896), Max Duncker (1811-1886), Rudolf Hayn (1821-1901), Theodor Mommsen (1817-1903), Ludwig Häusser (1818-1867), Georg Gottfried Gervinus (1805-1871). Entre seus principais herdeiros podemos localizar Max Weber (1868-1922) e Wilhelm Dilthey (1833-1911). Como estratégia, havia a adesão ao historicismo, a simpatia às idéias liberais, ao constitucionalismo, de maneira que não separavam a produção de conhecimento da atuação política; a fundação de uma revista a *Historische Zeitschrift* de 1859, veículo divulgador daquela escrita da história, criada e editada por Heinrich von Sybel, e tendo como colaboradores Mommsen, Treitschke, Droysen, Gervinus, Hayn e Duncker, dentre outros²⁰, que sedimentou e expressão e a influência daquele grupo. Ela foi uma das primeiras revistas de História do mundo. Com exceção de Ranke, quase todos seus historiadores de maior prestígio iniciaram suas carreiras em outros centros e universidades que não Berlim. E quase todos escreveram, em algum momento, textos sobre a história germânica e sobre sua política contemporânea, como Sybel, Gervinus, Duncker, Treitschke, Droysen e Hayn. Como método se utilizavam da hermenêutica e da crítica histórica ou crítica documental, tal como propostas por Niebuhr e depois por Ranke. Defenderam a existência autônoma da História, como um conhecimento científico, a teoria da história como campo privilegiado de reflexão sobre o método e a historiografia e a filosofia da história como um campo privilegiado de investigação sobre aquele próprio saber. Criaram cadeiras de história em várias universidades alemãs. Um curso específico passou a funcionar na Universidade de Berlim. O poder alcançado pelos escritos do grupo atravessou fronteiras, não só na Europa, mas chegou até a América e o Oriente. Traduções de seus livros podem ser encontradas no final do século XIX feitas tanto nos Estados Unidos quanto no Japão. A base do grupo, que desde o início esteve difusa entre Iena, Bonn, Heidelberg, Göttingen, Leipzig e Berlim, vai lentamente se deslocando para Berlim. O pensamento historiográfico que produziram dialogava criticamente com o iluminismo, o romantismo²¹, com a filosofia de Kant, o hegelianismo²² e o historicismo²³. E tinha um forte teor nacionalista, talvez, o principal ingrediente a ser incorporado pela escola metódica francesa, nitidamente inspirada nesta tradição historiográfica germânica. A crítica do diletantismo na pesquisa histórica, a

²⁰ SOUTHARDT, Robert., op. cit.

²¹ Em sua vertente nacionalista que buscava as raízes da língua e da nação alemã.

²² Droysen foi aluno de Hegel.

²³ Ver, sobretudo MEINECKE, F. *El historicismo y su genesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

criação da carreira acadêmica, a constituição de um corpo teórico-metodológico, a reflexão sobre a escrita da história, todas essas foram reflexões feitas e utilizadas por esta primeira e seminal máquina de guerra da História, responsável pela gênese deste saber no século XIX. Como foram vistos pelos historiadores de seu tempo? Para os metódicos franceses eram apenas pedantes e germanófilos, para os *Annales* eram obscuros e positivistas e, para os marxistas historiadores ultra-conservadores e reacionários. Devo lembrar que o processo de institucionalização, que constitui modelos de análise e de escrita da história necessita de espaços de impressão – como revistas e editoras, tal foi o caso da *Historische Zeitschrift* e dos livros publicados pela prestigiosa Duncker & Humblot – mas também de espaços acadêmicos e de pesquisa. Ter o controle sobre o acesso às fontes, dirigindo arquivos, organizando coletâneas de documentos – como no projeto da *Monumenta* –; ocupar os espaços de produção deste saber nas principais universidades como Berlim, Heidelberg e Göttingen e instituições de pesquisa (Arquivos da Casa de Brandemburgo, por exemplo); mas, sobretudo, os espaços que aproximam a História do mundo do governo – chefiar ministérios, ocupar cadeiras nas academias de ciências (Academia de Ciências da Baviera), dentre outras, promovendo uma aliança e um circuito entre estes elos de institucionalização, por meio de indivíduos vinculados por afinidades e laços de pesquisa é condição *sine qua non* para a eficácia das máquinas de guerra.

A outra máquina de guerra ergueu-se na França, com Marc Bloch e Lucien Febvre que, a partir de Estrasburgo combateram a fortaleza metódica encastelada na Sorbonne e na República Francesa²⁴. Embora incorporassem pressupostos desenvolvidos na Alemanha, revestiram seus postulados com o *espírito* francês, avesso à erudição e à especulação filosófica. Os *Annales* assumiram melhor o contato com o pensamento germânico, ao contrário dos metódicos que tentavam o obliterar sem sucesso. Máquina das máquinas de guerra, os *annalistes* também constituem uma revista, a revista dos *Annales* em 1929, cujas alterações em seu nome, ao longo de décadas, revela a heterogeneidade, bem como as disputas no interior do próprio paradigma. Por que Bloch e Febvre criaram uma nova revista se havia a *Revue de Synthèse* de Henri Beer onde já publicavam? Porque este não quis fundar uma escola, não queria arrebatar seguidores, dirá Dosse²⁵. De certo modo, aponta Nilo Odália no prefácio de *A Escola dos Annales*²⁶ que o surgimento do grupo pode ser encontrado no descontentamento de um jovem grupo de historiadores com a história política e a história

²⁴ Ver, dentre outros BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996 e DOSSE, F. op. cit.

²⁵ DOSSE, F. op. cit., p.45.

²⁶ BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Ed. Unesp, 1986.

acontecimento de seu tempo. Eu acrescentaria ainda que, como *outsiders*, o grupo de Estrasburgo lançava protestos contra a hegemonia de Paris, nas universidades, nas publicações, repartições públicas e nos livros didáticos. Foi Koselleck quem disse que os melhores historiadores são sempre exilados²⁷. Lembro ainda que Estrasburgo era uma universidade germânica entre 1871 e 1918 e que a presença de Bloch e Febvre por lá se deu em um momento fecundo de renovação, de reconstrução. De maneira engenhosa, os *Annales* fizeram alianças com as Ciências Sociais e procederam a uma verdadeira revolução na historiografia, eclipsando a importância de paradigmas rivais, sobretudo o marxismo, do qual incorporou adeptos e ex-adeptos, bem como alguns pressupostos analíticos. Após uma década de combates, sucedem os historiadores metódicos no controle da Universidade de Paris, que é incontestada até o final dos anos 1980. De início restrita a trabalhos publicados por historiadores franceses e referentes à França, paulatinamente sua revista se internacionaliza, abriga colaboradores estrangeiros, impõe uma maciça produção bibliográfica que é traduzida e conhecida no mundo inteiro. Facilitam o acesso a seus centros de pesquisa e a seus programas de pós-graduação a pesquisadores de todo o mundo. Talvez maior do que o conjunto de todos aqueles que foram para outros países e centros. Entre seus expoentes, Georges Duby presidiu o canal 7 francês, Pierre Nora foi editor na Gallimard. Embora Febvre tenha sido mais aguerrido nos combates pela história, Marc Bloch, em seu *Apologia da história*, revela: “a história serve à ação”. Ou seja, a atuação do grupo não deixa dúvidas quanto a suas estratégias de alcançar o *centro do poder*, conforme aponta François Dosse. A ênfase foi a crítica sobre o domínio da história política contestado no final do século XIX, inicialmente pelos historiadores econômicos, como Schmoller em Estrasburgo, Weber também fez o mesmo. Durkheim e Comte fizeram as mais duras críticas a esta história de superfície e de genealogias reais. Na Alemanha coube a Karl Lamprecht este papel. Mas os ataques de Simiand aos ídolos da tribo dos historiadores (político, individual e cronológico) foram demolidores e auspiciosos. Ali era denunciado um dos expoentes dessa história condenável: Charles-Victor Seignobos, discípulo de Lavissee, amigo de Monod e professor na Sorbonne. Talvez por isso ele tenha se tornado o alvo e símbolo de tudo aquilo que a nova geração de historiadores veio criticar. Nem é preciso dizer o quanto muitas das críticas aos metódicos eram exageradas e ainda equívocas. Como ainda instrumentos efetivos de consolidação do grupo, a presença nos arquivos, a pesquisa serial e exaustiva de fontes, a forte penetração da revista, o acolhimento de pesquisadores oriundos de diferentes países e a criação de institutos de pesquisa que foram

²⁷ KOSELLECK, R. *Estratos del tiempo*. Barcelona: Paidós, 2002.

ocupados por representantes dos *Annales* como a *EHESS* ou a *Maison des Sciences de l'Homme*. Entre as editoras, várias se empenharam em divulgar a produção dos *Annales*, em especial a Gallimard, a editora Hachette e a Flammarion. De qualquer modo é preciso investigar com mais cautela os destinos editoriais das pesquisas dos *Annales*.

No mundo globalizado de hoje, onde são sofisticadas, silenciosas e violentas as relações de poder, o conhecimento histórico não está imune a elas. Também ele vive em meio a ameaças constantes. De certo modo, vislumbram-se os Estados Unidos, a Alemanha e a França como sendo epicentros de vigorosos fluxos de mudança. Tanto no tocante à gestão e financiamento da pesquisa, como também irradiador de novas correntes teóricas. Desde a Segunda Guerra Mundial é comum a presença de intelectuais, particularmente europeus, em universidades americanas. E desde então, é cada vez mais freqüente o acesso de novas teorias no Brasil a partir de leituras americanas. Adorno, Marcuse, Fromm, Foucault, Ginzburg, Lyotard, Barthes, Derrida, dentre vários outros fizeram sua peregrinação à América. Foi via *lingüistic turn* que ecoou junto aos historiadores brasileiros o problema da narrativa histórica, que se colocou o debate sobre o pós-modernismo ou do pós-estruturalismo – os americanos adoram este prefixo, como se modernismo e estruturalismo tivessem esgotado suas forças. Da França, continuam surgindo expressões vigorosas para a História, em que Foucault ou Deleuze, por exemplo, são nomes significativos. Da Alemanha a produção de autores como Rüsen, Koselleck e Gumbrecht atestam formas diferenciadas e influentes para a pesquisa histórica contemporânea. Tais fluxos que atualmente impactam a historiografia recente, impondo-se como reflexões de discutem problemas que se colocam ao conhecimento histórico, referentes ao relativismo, ao redimensionamento das alianças com as ciências sociais, à problematização da narrativa histórica, à necessidade de se realizar novas sínteses, à discussão sobre o estatuto do real e ao diálogo com novas reflexões teórico-metodológicas, dentre outros, que sublinham o quanto as críticas e os desafios colocados aos historiadores alimentam a formulação de novas abordagens e ferramentas metodológicas. E também contribuem para se forjar novos instrumentos de reflexão e análise. O retorno a Dilthey ou ao historicismo alemão, por exemplo, não se faz por acaso²⁸. Assim como Bloch e Febvre, em sua crítica aos metódicos releeram Voltaire e Fenelon, os historiadores do presente estão redescobrando os românticos e o historicismo, voltam a pensar nas singularidades como antídoto à massificação e à tribalização, recorrem às sensibilidades para combater os excessos da racionalidade, além de insistirem nas especificidades da ciência histórica. Vislumbra-se,

²⁸ Sobretudo na obra e nas interpretações de REIS, José Carlos. *História e teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2000 ou *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1988.

igualmente um abandono paulatino da experiência coletiva (*erfharung*) em algumas expressões historiográficas e um retorno das vivências individuais (*erlebnis*). Da era das explicações, passando pela das interpretações, volta-se a defender a compreensão como cerne da operação historiográfica, bem como se colocam limites para as possibilidades da hermenêutica, tal como na lúcida análise de Gumbrecht. Redobram-se as preocupações sobre a escrita e o estilo na História²⁹. De qualquer modo, ao pretendido mal-estar da história, no qual se deseja fazer dela uma mera representação do passado, um discurso ou um simples simulacro, há o esforço permanente dos historiadores que não abdicaram de reivindicar seu compromisso com a verdade e certeza, a erigir novas máquinas de guerra.

²⁹ Nas leituras de WHITE, H. *Metahistoria*. São Paulo: Edusp, 1998 e em GAY, Peter. *O estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

“O DESVIO PELA LINGÜÍSTICA”: OS DISCURSOS SOBRE A ANISTIA PELOS NOBRES SENADORES DO IMPÉRIO¹

Kelly Eleutério Machado OLIVEIRA²

kelly.eleuterio@yahoo.com.br

RESUMO: A partir do discurso pronunciado por José da Silva Lisboa (o Visconde de Cairu) no dia 30 de maio de 1833, sobre a anistia aos sediciosos da Revolta do Ano da Fumaça, pretende-se apresentar os vocabulários políticos mobilizados, bem como os pronunciamentos sobre a matéria dado por ele e por seus *nobres colegas*. Propomos, então, nas palavras de Antoine Proust, um desvio pela lingüística com o intuito de alargarmos a análise. Esse desvio nos permite dissolver as evidências das significações imediatas e a transparência referencial do discurso. Há convenções lingüísticas que operam em um contexto também lingüístico. Esta comunicação sugere, portanto, a observância da fonte a partir dos vocabulários políticos por ela mobilizados. Assim, “na base de um uso historiador da lingüística, encontra-se pois um interesse pela maneira como os textos dizem o que dizem: pelo *como?* E não apenas pelo *que?*” (PROUST, 2003, 312)

PALAVRAS-CHAVE: Fonte, Discurso e Vocabulários políticos.

ABSTRACT: Starting from the speech pronounced by José da Silva Lisboa (the Viscount of Cairu) on May 30, 1833, which treated about the amnesty to rebels of the *Revolta do Ano da Fumaça*, is intended to present the political vocabularies deployed, as well as the statements about the subject matter articulated by him and his *noble peers*. We propose, then, in the words of Antoine Proust, a turn into linguistics in order to broaden the analysis. This turn allows us to dissolve the immediate evidence of the meanings and referential transparency of speech. There are linguistic conventions that operate in a linguistic context as well. This communication suggests therefore the observance of the source from the political vocabularies mobilized. Therefore, " on the base of the historian use of linguistics, is therefore an interest in how the texts say what they say: from the *how?* And not just from *what?*." (PROUST, 2003, 312)

KEYWORDS: Source, Speech, Political vocabularies.

¹ Esse artigo é uma versão mais aprofundada de outro que foi apresentado e publicado nos anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia. Mariana, 2010.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Linha de pesquisa: História e Culturas políticas.

Tudo se coloca, na verdade, no momento que decidimos considerar os textos por eles mesmos, neles mesmos, e não apenas pelo que eles querem dizer (Antoine Proust, 2003, 317)

Anistiar ou não: alguns pronunciamentos

Em 22 de Março de 1833 “Tropa e Povo” tomaram o poder na capital da província de Minas Gerais, Ouro Preto. Aproveitando-se da ausência do presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza, os sediciosos encontraram as condições propícias para se revoltarem. Declararam como presidente o Conselheiro Manoel Soares do Couto. O *Governo Intruso*, assim chamado por ter destituído o Legal, permaneceu no poder por dois meses sendo rechaçado pelas *tropas da legalidade* no dia 23 de maio do mesmo ano. Estava, assim, controlado o levante que tomara lugar na capital mineira.

A *fumaça* mal havia se dissipado por completo quando iniciaram as discussões sobre a anistia aos revoltosos. Aos impacientes em saber sobre o fim do caso adianto-lhes que a anistia foi concedida em 1835, mas não sem fervorosos debates, que, aliás, começaram dentro da Câmara Municipal de Mariana no mês seguinte pela boca do vereador Antonio José Ribeiro Bhering³. Para ele esse seria para Minas Gerais o mais “funesto presente”. Nosso objetivo, com esse trabalho, não é esboçar os quadros da revolta, ao contrário, trata-se antes de apresentar a analisar os discursos subseqüentes, *i.e.*, sobre a anistia aos sediciosos. Partiremos, portanto, dos discursos sobre a anistia e do que deles decorreu. A esse respeito escreveu o senador Borges:

(...) Tornemos agora à questão. Convenho que se dê esta amnistia para a Provincia de Minas... e não posso convir no projecto⁴... Não se diga que não vemos senão provincialismo. Eu sou de opinião que esse espirito de provincialismo é necessario, e até na nossa legislação, porque jámais pode convir medida geral para todo o Brazil em causa alguma. Cada provincia tem diferentes elementos e são quase heterogeneos... // pág [228]⁵

Lembremo-nos, apenas, que o debate se passa na tribuna, numa Casa a portas fechadas. Em resposta ao parecer de Borges comentou Cairu em 30 de Maio de 1833,

³ Para uma pequena trajetória do vereador Bhering ver: OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. In: Anais do II Memorial ICHS. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/anais2.html>

⁴ O projeto de anistia geral que estava em trânsito na Câmara dos Deputados.

⁵ RAPM, vol 7, p.228. É no discurso do Borges que aparece pela primeira vez a palavra provincialismo. As transcrições de todos esses discursos seguiram o original. Trata-se, portanto, de uma transcrição diplomática.

O sr. V. de Cayrú- Sr. Presidente, pedi a palavra só para dizer que não me conformo em tudo com o nobre Senador; porque entendo que é absolutamente necessario dizer que o tempo de Catão, o Censor, já passou; e portanto não podem ter logar aqui as censuras de provincialismo e patronatos, que se arguiram aos Senadores que fallarão á favor da amnistia a bem de sua provincia de Minas; ao contrario digo que o espirito de provincialismo, em certos casos, é necessario pela natureza das couzas. O meu vizinho, por exemplo, é meu vizinho e interesse-mo mais por elle do que por outro conhecido que esteja lá no Japão. A provincia de Minas tem esta circumstancia de ser nossa visinhança. Depois disto é uma das provincias que nos tem suprido muito, e que está acreditada na Europa. E appello para Roberto Southey que disse que uma parte de sua historia está escripta sobre Memorias de Mineiros. Depois lembremo-nos de Alexandre que, tendo vencido alguns povos, e sendo inexoravel nos castigos aos que resistião, chegando a um logar perdoou aos seus habitantes só pela consideração de ter ali nascido Homero. Digo eu tambem primeiramente que a provincia de Minas é a patria dos auctores dos poemas Caramurú e Uruguay e em segundo logar porque é distincta por pessoas de talento e merito litterarios. Sr. Presidente, o crime dos habitantes do Ouro Preto foi mais crime dos tempos do que dos homens. Em verdade foi uma effervescencia do povo Mineiro, temporaria, por queixas que tinham contra o Presidente e Vice-Presidente. Eu não faço satyras a ninguém: faltou para mim uma só cousa, que era o elles mandarem aqui à Côrte deputados para fazerem suas petições ao Governo e à Assembléa Geral, e então o Governo havia de providenciar, e igualmente, o Corpo Legislativo. Não fizeram isto, foi um erro, torno a dizer. Vamos nós agora ver si estas feridas se cicatrizão e si continuamos o nosso commercio franco com a amnistia que para mim é o balsamo salutar da saude publica.⁶

⁶ Discurso registrado em ata da Sessão do Senado pronunciado em 1833 por José da Silva Lisboa. Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Vol 7, ano 1902, p. 229. Os grifos são meus. Os verbetes provincialismo e patronato não constam no Bluteau e nem no Moraes de 1813. A sexta edição de 1858 traz proteção como sinônimo de patronato, mas provincialismo ainda não aparece. Veja abaixo alguns vocábulos presentes na fonte e no dicionário de Moraes e Silva de 1813:

Amnistia: perdão das injúrias feitas ao Soberano em tempo de guerras e revoltas, p.122.

Commercio: A troca das produções naturais, ou da arte, por outras da mesma natureza, ou por dinheiro, o uso dos comércios e pescarias tão proveitosas às cidades. Conversação, trato com alguém, p. 421.

Franco: Livre, Cidade, Vila. Aberto a todos: v.g. porta. Deu o Jordão franca passagem ao exército de Moisés.

Porto Franco; onde há livre entrada, e armazena para se agasalhar, e recolher a carga de navios, que se não há

Vejam que o discurso que girava em torno da anistia acaba por mobilizar outros referenciais e trazer à discussão vocabulários políticos importantes. Anistiar por provincialismo?

O sr. M. de Barbacena: (...)

(...) que seja só para a provincia de Minas e não espero que ella repita

esses actos criminosos. Não julgo que os empregados públicos e as autoridades sejam a causa unica disto, nem tambem reputo crime esse provincialismo, porque, sem duvida, amo o mundo inteiro; porem amo mais o Brazil do que o resto do mundo, e mais a minha provincia do que qualquer outra, será isto um grande defeito; mas é um sentimento que está no meu coração e que não posso esconder.⁷

O clima esquenta na tribuna e o debate acerca da anistia levantando a bandeira do provincialismo desponta como normalidade para alguns e problema para outros. A Câmara não é unânime.

O sr. Almeida e Albuquerque: - Porque razão há de ser a provincia de Minas privilegiada? Eu hontem disse que isso cheirava a provincialismo e ainda estou nisso; ao que se responde que é uma cousa muito boa. Convenho nisto porém não no legislador que deve ser sempre justo e imparcial.⁸

E com a palavra novamente Cairu:

(...) Bonaparte subio ao Consu-

de vender no porto, mas que desembarca para consertar embarcação, sem pagar aduana, nem costumagem. Livre de imposições, tributos... p.56.

Patrono: o que dava liberdade ao escravo, entre os romanos, ficava sendo seu patrono, e o forro se dizia seu liberto. Entre nós há os mesmos nomes, e correlações. Ordem, Advogado, Protetor. Vieira, Santo Agostinho, meu patrono diante de Deus.

⁷ Idem, p.230

⁸ Ibidem p.231

lado, considerou que só o que teve titulo de Systema de Fusão, era adequado a reunir os espiritos de todos os partidos e trazer a harmonia à França.

*Mas com especialidade concedeu a amnistia á provincia mais refractaria La Vendee, o que foi optimo effeito para a tranquillidade geral e credito do governo. Portanto, há duas cousas distinctas a fazer, uma que é a amnistia particular para uma parte do Imperio, e outra a amnistia geral, a qual tomaremos em consideração n'outra occasião. Mas por ora só se trata da particular.*⁹

Observe bem como os discursos de Cairu possui forte conteúdo retórico e uso de referências históricas. Suas palavras não causaram silêncio, ao contrário, fomentaram debates, querelas, discussões e posicionamentos. É justamente esse conjunto de réplicas e trélicas que permite que seja possível a história dos discursos.

Assim, “devemos saber que mudanças ocorrem no discurso dos outros, à medida que respondiam às enunciações desse autor e executavam lances em resposta aos lances dele.” (POCOCK, 2003, 43). Cairu quer anistiar a qualquer custo a província de Minas e procurou exemplos nos grandes nomes da história para embasar sua argumentação. É o caso de Napoleão na Vendéia. Porém, em Minas não houve um massacre de camponeses como houve na Vendéia¹⁰ onde estima-se que mais de 200,000 mil camponeses teriam sido assassinados. A Vendéia representou uma enorme ameaça para a República francesa. A França passava nessa conjuntura por fortes pressões externas e ainda teria que lidar com uma guerra civil. Por que o recurso a eventos traumáticos? Para mostrar que mesmo naquela circunstância extrema a anistia foi concedida porque não favorecer também os mineiros, uma província moderada, afinal foi uma revolta do “tempo e não dos homens”, e acima de tudo, não era anistiar qualquer província, era a “acreditada na Europa”.

Catão (234-149 a.c) exerceu vários cargos como o de Cônsul, Qüestor e Pretor. Foi censor no ano de 184 atuando de forma muito rígida. Uma das funções dos censores era repreender aqueles que infringiam os costumes ou eram covardes e negligentes. Por isso a menção a Catão, pois naquele momento censuras de patronato e provincialismo não fazem mais sentido. De qualquer modo é legítimo defender privilégios para determinadas províncias

⁹ Ibidem 228.

¹⁰ Guerra civil que aconteceu em 1793 em função do recrutamento forçado para a Guerra que ameaçava a República Francesa. Para maiores informações ver: FURET, François & OZOUF, Mona. Dicionário Crítico da Revolução Francesa. Nova Fronteira, 1988.

por gosto ou no caso de Minas porque estava acreditada na Europa, ao menos era essa questão que estava na pauta dos senadores.

A menção a Southey nos é muito cara porque Cairu o considera Historiador do Brasil, apesar de ser britânico. Assim a obra “do ilustre poeta laureado” para o Visconde nada tinha das deficiências apontadas, por exemplo, por Varnhagen como desordenada, incompleta e fatigante. “A recepção de sua [de Robert Southey] obra foi, contudo, ambígua. Ferdinand Denis, por exemplo, considerava que o ‘poeta inglês’, havia ‘pintado, com certo brilho, cenas grandiosas da vida selvagem’ no Brasil, porém, ‘nem sempre suas cores são verdadeiras’ (Denis, 1877,225)¹¹ .

O desvio pela lingüística como proposta de releitura das fontes

Sabe-se que a lingüística enriqueceu o olhar cotidiano do historiador. Depois dela a explicação das fontes não é mais como era antes. A observância da fonte e análise metodológica pautar-se-ão nas leituras de J. Pocock e Q.Skinner, estabelecendo um diálogo com autores que se propuseram a contribuir com temática. Apesar das divergências quanto aos pressupostos teórico-metodológicos, Pocock e Skinner operam no que chamamos de contextualismo lingüístico.

O estruturalismo trouxe consigo outras formas de análise que problematizaram o sujeito. Esse nem sempre tem ou teve as intenções que nós enquanto leitores e apropriadores afirmamos ter tido. Deste modo, pensar a estrutura no âmbito textual, bem como a linguagem faz sentido, pois retira o foco das intenções desprendidas de qualquer tradição. O que um autor escreve, ou diz já está pré-determinado, isto é, já lhe é dado como possível no momento de seu discurso. É por isso que “o historiador do discurso não pode tirar de uma linguagem aquilo que nunca esteve nela” (POCOCK, 2003, 38).

O grande desafio da hermenêutica é lidar com as noções de intenção e contexto. Entender o texto é compreender a linguagem que estrutura o texto, é pensar na recepção da obra e não na intenção do autor. Romper de fato com o relativismo romântico, qual seja: a noção de sujeito e objeto, de texto e contexto. Assim,

(...) a figura solar do autor/sujeito com sua intencionalidade é relativizada frente à nova concepção do texto enquanto acontecimento e pragmática, bem como pela ênfase nos contextos e jogos de linguagem que têm como território não a mente

¹¹ Apud Temístocles César. In: O poeta e o historiador...,2007, p.4.

*autoral, mas os veículos de circulação e espaço de sociabilidade. (ARAÚJO, 2008, 49)*¹²

Queremos dizer com isso que o centro de reflexão “desloca-se para a relação entre as várias linguagens políticas que, no seu confronto sincrônico, conformam a tessitura lingüística (langue) na qual as diversas performances (parole) se tornam possíveis e inteligíveis” (JASMIM, 2005: 29). Reclama-nos, portanto, o contexto de enunciação, pois ele nos permite entender os vocabulários políticos. A *performance* transforma o texto em discurso lido, falado ou atuado. Precisamos nos libertar do “circulo hermenêutico” e embrenharmo-nos pelas estruturas lingüísticas, o “*continuum* discursivo” como nos sugere J. Pocock..

O discurso e o autor

Aprendemos com Foucault que todo discurso pertence a uma ordem discursiva que deve ser analisada, isto é, todo discurso segue regras culturais e historicamente estabelecidas, obedece a modelos, está implicado em dadas relações sociais e de poder que o incitam a dizer algumas coisas e o proíbem ou limitam de dizer outras.
(JÚNIOR, 2009, p.235)

José da Silva Lisboa nasceu na Bahia em 1756. Era funcionário público da administração colonial em Salvador quando viu sua vida transformar-se com os avanços das tropas napoleônicas na Europa e a conseqüente vinda da Família Real, em 1808, para as terras brasileiras. Com administração de Dom João VI sua participação na política adquiriu outros rumos fazendo-o exercer cargos de muita importância, como afirma Rocha

(...) foi nomeado desembargador da Mesa de Consciência e Ordens, que lhe deu a função de censor régio; em agosto de 1808, deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e, em Outubro, desembargador da Relação da Bahia (ROCHA, 2001, 16).

Em 1823 elegeu-se Deputado constituinte, em 1825 recebeu o título de Barão e em 1826, o de Visconde de Cairu¹³. Nesse mesmo ano o Imperador concedeu-lhe o cargo de Senador, até então vitalício. Um sujeito que teve sua vida pública e política inaugurada no

¹² Texto importante e de grande contribuição para a história dos discursos e dos conceitos. Outro texto que muito colabora para a temática, inclusive, estabelecendo um diálogo com o texto de Valdeci Lopes é o de João Paulo Garrido Pimenta que pensará nessa história dos conceitos e suas relações com a história comparada.

¹³ Sobre José da Silva Lisboa ver texto de Bruno Diniz. In: Bibliografia.

“Antigo Regime” português e que atuou decisivamente em questões fundamentais para o Império do Brasil. Sua vida e obra estiveram ligadas ao Estado situação que lhe renderia mais tarde represálias quando dos acontecimentos que tiveram lugar na cidade do Rio de Janeiro em 1831.

Muitos o consideraram o maior economista brasileiro, como é o caso de Amaro Lima, alguns o colocaram no “panteão dos construtores da Nação” e outros como, Antônio Cândido, o desprezaram como bajulador da Monarquia. Sugere Cândido,

(...) São desvairadas lisonjas em quase duzentas páginas de prosa túrgida, onde o abuso do grifo e da maiúscula procura, ansiosamente, superar os mais descabelados adjetivos. A única idéia - como, aliás, nos outros escritos dele - é que a franquia dos portos abriu o período pós-colonial do Brasil (CÂNDIDO, 1981, 231)¹⁴.

Teria o Visconde se adequado a essas solidariedades horizontais que faz com que ora projetos tão distintos para a Nação, grupos aparentemente antagônicos, possam se unir em favor de interesses particulares? Gabriel Garcia Márquez nos traz uma discussão interessante sobre a guerra entre liberais e conservadores em sua obra, ganhadora do Nobel de Literatura, *Cem Anos de Solidão*. O que nos chama atenção é que em determinado momento liberais e conservadores se unem “numa aliança secreta” para impedir a revisão dos títulos de terra. Ora, tanto os primeiros quanto os segundos eram grandes proprietários de terra e algo os atrelou: o receio em perder suas propriedades.

É possível defender veementemente o provincialismo e a Monarquia sem que isso se mostre contraditório? Um dos pressupostos de um governo monárquico é sua unidade territorial que parece ficar abalada quando se dá um parecer favorável ao provincialismo. Por outro lado, todos os exemplos dados por Cairu para justificar que somente a província de Minas Gerais deveria ser contemplada com o “bálsamo salutar” da anistia, dizem respeito a grandes impérios. Será que se tal discurso fosse lido em praça pública sem dizer quem o escreveu, seria possível definir sua tendência partidária? Dir-se-ia um conservador? Um moderado? Segundo Rocha depois de 1831, com o poder sendo assumido pelos liberais, Cairu passou a ser atacado pelo seu conservadorismo e acabou por se tornar uma figura secundária na política, apesar do cargo de senador ser vitalício (ROCHA, 2001: p.39).

¹⁴ Vale ainda mencionar que o primeiro livro impresso e publicado no Brasil foi o de Lisboa, provavelmente fruto de sua influência com “Sua Majestade”. Note bem o título: “Observações sobre o comércio franco no Brasil”. A expressão “comércio franco” apareceria em outros depoimentos seus, inclusive, está presente no discurso que mencionamos. Tal vocabulário era recorrente nos seus pareceres como sinônimo de virtude.

Antonio Cândido se refere à maneira como frei Caneca fala de Pernambuco com as seguintes palavras “(...) o bairrismo se configurava pela presença do seu traço característico: a animosidade, maior ou menor, em relação às outras regiões” (CÂNDIDO, 2009, 246). Nesse sentido, falar em defesa de provincialismo, poderia também configurar-se como bairrismo. Frei Caneca era um liberal exaltado e o Visconde um moderado (?). O que distingue além da distância temporal em que ambos comunicavam suas idéias é a força do discurso, que no caso do Frei foi lido como ameaça à monarquia, exaltação e propósito “revolucionário”, e no caso do segundo como direito de defender um lugar, pois ali havia nascido pessoas de “mérito literário”.

O discurso de Cairu também poderia ter sido lido como incentivo a não unidade, a cada um por si em nome de sua província preferida, mas não o foi. Por quê? Cairu não era panfletário e menos ainda, apesar da “dança dos adjetivos” presente em seu texto, demonstrava preocupações sociais. Falava de dentro *de* e *para* uma Casa fechada (o Senado) e seus nobres colegas senadores. Se tal discurso tivesse sido publicado em um jornal da época, fosse qual fosse sua tendência, poderia ter sido lido como ameaça a monarquia, uma vez que questões como defesa excessiva de quaisquer que fossem as províncias era assunto corriqueiro em jornais e as revoltas regenciais nos dão provas disso. Seria possível? As apropriações de um texto estão sujeitas ao público que o lê e com qual desejo o lê.

Nesse ponto, podemos ver que cada contexto lingüístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto, somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida (POCOCK, 2003,37)

É por isso que se critica a ênfase dada nas intenções do autor, ele pode não fazer a menor ideia quando escreve das dimensões que seu texto vai ter, sua recepção, “daí a reivindicação metodológica mínima conformada na noção de que, de um autor não se pode afirmar que fez ou quis fazer, que disse ou quis dizer, algo que ele próprio não aceitaria como uma descrição razoável do que disse ou fez”. (Skinner, 1969, 28)¹⁵.

É isso que o Visconde faz: defende com todos os argumentos possíveis que os mineiros devem ser anistiados. Com esse intuito menciona que a literatura civiliza, distingue e também pode redimir e isso fica claro quando faz referência a ser Minas a pátria de grandes

¹⁵ *Apud* Marcelo Gantus Jasmim. *Vide* bibliografia.

literatos. Que se trata de um sujeito erudito não nos resta dúvidas. Refere-se com frequência ao mundo clássico buscando lá suas justificativas e seus exemplos para garantir uma necessidade do presente imediato. Ainda aqui a história ensina, o passado pode mudar o presente através das atitudes dos grandes homens.

Só através do comércio franco com a anistia é que a prosperidade e o progresso seriam possíveis. Apesar das referências ao passado, é o direcionamento para o futuro que move o texto. O passado tem seu valor normativo, mas as expectativas estão voltadas para outros tempos: o presente e, acima de tudo, o futuro próspero. “Antes do século XVIII, virtude e comércio eram conceitos que estavam em vocabulários políticos opostos e somente a partir desse momento ocorreram mudanças que fizeram com que eles se reconfigurassem (VARELLA, 2009, 1)”¹⁶.

Tais vocabulários faziam parte do “espaço de experiência” dele e ele os mobilizou. Assim,

o autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetua-las. (POCOCK, 2003, P.29).

Não é tanto o “estilo” que tem que nos interessar, não é o modo de enunciação é o modo de enunciação disponível. O que interessa são as referências que Cairu menciona. “O contexto lingüístico reafirma a si próprio e interage com crescente complexidade com o contexto da experiência.” (POCOCK, 2003, 41).

Por fim declara-se favorável à anistia aos sediciosos de 1833 por uma questão de saúde pública. Manter a ordem é o que é salutar para a tranquilidade. Estaríamos nós diante de um novo homem? Um homem da Regência obrigado a se adequar às novas demandas que se colocavam? As questões são muitas, mas o importante é trazer à luz essa fonte que se insere

¹⁶ Para referência completa do texto ver bibliografia. Esse momento mencionado diz respeito ao surgimento do humanismo comercial ligado à noção de progresso. Aliás, esse texto é muito interessante em ilustrar como o vocabulário político do “humanismo comercial” serviu para explicar o desenvolvimento civilizacional das nações. As nações que passaram pelo humanismo comercial são mais civilizadas e desenvolvidas para Armitage. Através do comércio as “boas maneiras” seriam produzidas e transportadas, pois intensifica o contato entre os homens. O comércio aparece como fator importante do estágio de desenvolvimento das nações.

num dos períodos mais ricos de nossa história, caracterizado pela pluralidade de projetos: um momento de construção da Nação brasileira.

Bibliografia

Livros e Artigos:

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. *História dos Conceitos: problemas e definições para uma releitura da modernidade ibérica*. Almanack Braziliense (online), vol.7, p 47-55, 2008.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação das luzes*. In: *Formação da Literatura Brasileira (1750-1836)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, Vol.1, 6ªed, 2009.

CEZAR, Temístocles. *O poeta e o historiador*. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, Vol.11, p.306-312, 2007.

DINIZ, Bruno. *Cayru e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente*. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto / Edufop, 2009, número 2, março 2009, pp 260 – 281.

JASMIM, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, nº 57, 2005.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. “A dimensão retórica da historiografia”. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. Contexto. São Paulo, 2009

PIMENTA, João Paulo Garrido. *História dos conceitos e história comparada*. Almanack Braziliense, nº 7, Maio de 2008, pp.56-60.

_____. & ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *História (conceito de)*. In: João Feres Júnior. (Orgs). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, VOL.1, p.119-140

POCOCK, Jonh G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, pp.23-62.

PROUST, Antoine. *Palavras*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

ROCHA, Antonio Penalves (organização e introdução). José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. In: *Coleção Formadores do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2001.

VARELLA, Flávia Florentino. *Uma sociedade civilizada? O humanismo comercial e a História do Brasil de John Armitage*. In: *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

_____.& ARAÚJO, Valdei Lopes de. As traduções do tacitismo no Correio Braziliense (1808-1822): contribuição aos estudos das linguagens historiográficas. In: Maria Clara Versiani Galery, Elzira Divina Perpétua e Irene Hirsh (orgs). Vanguarda e Modernismos. São Paulo: Paz e Terra, 2009, pp.239-259.

Fontes primárias digitalizadas

REBELLÃO de 1833 (documentos coligidos). In: Revista do Arquivo Público Mineiro, anno VII, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

Dicionários:

BLUTEAU, Raphael (Padre). Vocabulário Português e Latino. Coimbra, Companhia de Jesus, 1713.

CHARANDEAU, Patrick & MAINGENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2004. Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu.

HARVEY, Sir Paul. Dicionário Oxford de Literatura Clássica grega e latina. Traduzido por Mário da Gama Kury. Editora: Jorge Zahar, 1986.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. 6ª edição melhorada, e muito acrescentada pelo Desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa, Typografia de Antonio José da Rocha, 1858. Casa dos Contos de Ouro Preto.

A OPERAÇÃO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICAS NA *ENGLISH HISTORICAL REVIEW* DE 1886 A 1891

Leonardo de Jesus SILVA*

RESUMO: O objetivo deste texto é iniciar uma reflexão sobre o lugar da Revista Histórica Inglesa na história da historiografia da Inglaterra. O periódico foi criado em 1886 com a missão de concretizar um centro de referência para pesquisas e pesquisadores do país. Num primeiro momento vamos nos concentrar na escrita histórica da Revista estando sobre a edição de seu fundador e editor Mandell Creighton (1886- 1891). No processo de institucionalização e profissionalização da História na Grã Bretanha os arquivos da Revista revelam a nova prática científica do estudo do passado. Estamos analisando os autores, as referências, seus temas e reflexões sobre o pensamento histórico na época. O historicismo europeu, período de formação de uma nova consciência do passado, da história como ciência, ainda é pouco trabalhado na Inglaterra. Os textos da Revista abrangeriam uma historiografia narrativa, argumentativa e descritiva, relacionada às pesquisas dos autores.

PALAVRAS-CHAVE: História da historiografia, Historicismo, Teoria da História.

O objetivo deste texto é iniciar uma reflexão sobre o lugar da Revista Histórica Inglesa na história da historiografia da Inglaterra. O periódico foi criado em 1886 com a missão de concretizar um centro de referência para pesquisas e pesquisadores do país. Num primeiro momento vamos nos concentrar na escrita histórica da Revista estando sobre a edição de seu fundador e editor Mandell Creighton (1886- 1891). No processo de institucionalização e profissionalização da História na Grã Bretanha os arquivos da Revista revelam a nova prática científica do estudo do passado. Estamos analisando os autores, as referências, seus temas e reflexões sobre o pensamento histórico na época. O historicismo europeu, período de formação de uma nova consciência do passado, da história como ciência, ainda é pouco

* Universidade Federal de Goiás, Mestrando.

trabalhado na Inglaterra. Os textos da Revista abrangeriam uma historiografia narrativa, argumentativa e descritiva, relacionada às pesquisas dos autores.

A minha pesquisa de mestrado se desenvolve sobre a análise da concepção de história produzida na Inglaterra no final do século XIX e início do século XX. Especificamente dos anos de 1880 a 1930. Este recorte é dado devido à disponibilidade das fontes nos arquivos digitais e por essa virada de século ser decisiva para a ciência histórica. Para isso o foco da pesquisa será uma historiografia que pode revelar-se como a reação inglesa a especialização e teorização da história do período. Esse foco, ou a nossa fonte principal, é a *The English Historical Review*. A Revista é o mais velho periódico inglês dedicado ao estudo da História. Publicado até hoje.

O seu primeiro número foi publicado em Janeiro de 1886, editada pelo bispo e historiador Mandell Creighton. No seu prefácio é afirmado que embora o número de pessoas e estudos em história no país seja grande e em crescimento, sendo comparável aos seus vizinhos italianos, franceses e alemães, a Inglaterra ainda não possuía uma associação ou um jornal destinado a esse objetivo comum. Assim tinha como missão concretizar um centro de referência para pesquisas e pesquisadores de história do país.

A história da historiografia, entendida aqui como o estudo histórico da escrita sobre o passado. A historiografia, nas palavras de Jörn Rüsen, é o processo de constituição narrativa de sentido, onde o saber histórico é inserido nos processos comunicativos da vida humana prática. O seu estudo é de capital importância para o pensamento histórico, pois se o homem parte do presente para analisar o passado, podemos perceber a consciência histórica de determinada época. E a história não pode ser escrita de uma vez por todas. Porque ela é uma relação do presente com o passado. Sendo sua escrita, um indicio para a investigação da relação do homem com sua realidade.

Se pensarmos no século XIX como o momento de construção do histórico, ou seja, o conhecimento do passado, mediante a história científica, consegue alcançar um lugar destacado. A pesquisa científica da história, ainda influenciada pelas ciências naturais devido a seu respaldo, desde séculos anteriores - com Descartes, por exemplo – desenvolveria um método próprio, reclamando a especificidade de seu objeto e sua validade e importância. Mas esse “movimento” não foi homogêneo, pois acreditamos que determinados acontecimentos e interpretações podem ter influenciado na difusão das ideias e escolhas teóricas.

Estamos nos aproximamos das fontes, da própria escrita do final do século XIX na Inglaterra. Buscamos um entendimento das principais correntes de pensamento e os diálogos realizados. Mas sem nos deter a correntes e tendências. Trata-se também de um trabalho de

história das ideias, e a partir da reflexão de Arthur Lovejoy, toma-se cuidado com a generalização e homogeneização em relação a um pensamento de determinada época. Queremos fazer uma análise dos compostos, dos elementos, que formam o que a primeira vista é chamado de historicismo inglês. Acreditamos que A Revista Histórica Inglesa ajudará a compreender a concepção de história do seu país, no período proposto.

A Revista Histórica Inglesa não é toda desconhecida. A Revista normalmente é lembrada quando da busca de especialização e profissionalização da história na Inglaterra. E de fato, ela comporta de 1886 até hoje talvez, as principais linhas de pesquisa e interesse historiográfico do país. Mas como um trabalho que procurou dar uma historicidade à Revista, até onde temos conhecimento, há apenas o de Doris S. Goldstein, que em 1986, centenário do periódico, escreve à Revista sobre suas origens e seus primeiros anos¹. Além da profissionalização, outro aspecto ressaltado é o de uma identidade historiográfica com a Revista Histórica. É relatado as várias tentativas de se criar um espaço dedicado ao estudo da história na Inglaterra. Os bastidores para a escolha e interesses dos editores e editoras. No embate sobre uma escrita da história profissional, acadêmica e científica, e uma outra escrita, mais popular, o primeiro editor da Revista - Mandell Creighton, segundo Doris Goldstein, destaca a habilidade de produção de artigos de alguns historiadores, como é o caso de Mary Bateson, J. B. Bury, H. A. Fisher, F. W. Maitland, G. W. Prothero, Hastings Rashdall e A. W. Ward. Na seção de “Notas e Documentos”, ainda segundo Creighton, se destacaram William Cuningham, C. H. Firth, A. G. Little, R. Poole, J. H. Hound, T. F. Tout e Paul Vinogradoff. Isso na primeira fase da Revista. Entendamos essa como a da editoração de Mandell Creighton, de 1886 a 1891, quando já divide com Samuel R. Gardiner e Reginal L. Poole. Asumindo os dois últimos até 1901; a partir de 1902 o editor é apenas Poole, até 1920 quando aparece G. N. Clark. Resta verificarmos quem foram os autores e temas que se destacaram nessas outras editorações.

Georg Iggers, ao relatar a transformação pela qual passou o pensamento histórico no século XIX pontua alguns centros europeus de profissionalização e reflexão sobre história. Para ele a Grã-Bretanha tardou um pouco e teve como propagador fundamental do método científico acadêmico, a Revista Histórica Inglesa.

Os trabalhos, sobretudo os artigos e as resenhas feitas pela Revista, ainda não foram trabalhados. Acredito que um esclarecimento sobre seus principais temas e abordagens contribuirá para a discussão referente a teoria da história do período.

1 GOLDSTEIN, Doris S. “The origins and the early years of The English Historical Review”. In.: *English Historical Review*, vol. 101. London: Longmans, Green and Co. 1986.

A produção de história científica, e sua publicação é talvez a marca dos textos da Revista. Nesse aspecto o trabalho de R. G. Collingwood nos oferece um panorama de como a criação de uma teoria para a ciência histórica se deu na Inglaterra. No seu *Ideia de História*, ao analisar a história científica em seu país, o autor narra uma espécie de revolta contra o positivismo. Um novo movimento se constituiria no final do século XIX, que seria uma tentativa de defender a história como uma forma de conhecimento distinto e válido. Uma vez que o positivismo considerava como ciência e como conhecimento apenas as ciências da natureza. Só que os primeiros a realizar tal tarefa, de se livrar das amarras positivistas, o fizeram ainda sobre a sombra da doutrina natural. Ele parte em busca então de elementos progressivos e retrógrados na compreensão histórica. Analisando alguns autores, como F. H. Bradley, E. Freeman, John B. Bury, Michael Oakshott e Toynbee. Claro ele cita Acton, Stuart Mill, Bertrand Russel e outros que contribuíram à época no pensamento inglês. Desses, apenas Freeman e Bury aparecem na Revista.

O movimento da criação de uma teoria da história, de que nos fala Collingwood pode ser caracterizado como historicismo. Nas nossas leituras sobre o tema nos deparamos com o fato de alguns autores elegerem como representante do historicismo inglês somente Collingwood. O fazem José Carlos Reis, José Honório Rodrigues, Francisco Falcon². O que mostra que pode haver algo mais na escrita da história precedente. O que é mais insistido é que foi um movimento alemão. O historicismo foi a época da historiografia alemã, de metodização e de formatação científica do conhecimento histórico (Martins, 2008). Na definição de Friedrich Meinecke o historicismo além de substituir uma concepção generalizadora das forças históricas humanas por uma concepção individualizadora, também foi um movimento, ou melhor uma revolução espiritual na Europa. O que se encaixa com um dos nossos objetivos de perceber os diálogos, as referências na historiografia da época. Quem liam e como liam os ingleses?

José Carlos Reis aponta sobre o historicismo ser uma concepção individualizante, [onde] os ideais historicistas propunham que o objeto do historiador não era a ideia, a razão, a providência, a utopia final, mas o mundo humano datado e localizado, uma situação humana espaço-temporal, concreta, única: o evento (Reis, 2003). Essa concepção pode ser utilizada e sintetiza, a primeira vista como uma das perspectivas da Revista. Mas nosso objetivo não se encerra em descobrir e comparar o historicismo inglês. Se lembrarmos mais uma vez uma das reflexões de Lovejoy, pois, essa unidade talvez seja apenas unidade de nome. Revelando em

seus elementos separados unidades reais de pensamentos diferentes entre si. Mais que buscar um historicismo inglês, queremos fazer um trabalho direto com as fontes, sem nos deter a escolas e tendências históricas.

Tendo em vista, mais uma vez, o ambiente de reflexão, discussão e formatação da História enquanto ciência. Qual o papel e o alcance da Revista Histórica Inglesa? Foi constatado pela nossa pesquisa de catalogação que as pesquisas que se sobressaem são as do campo de uma história política. De acordo com nossa análise os artigos revelam que há uma preocupação e uma tendência a se pesquisar sobre o Estado, sobre os governos, sobre os líderes da nação. O tema da República (Commonwealth), da Revolução Inglesa, do Parlamento inglês, são uns dos mais analisados. Prevaleceria aquela assertiva de Sir John R. Seeley de que a história é o passado político e de que a política é o passado presente.

A Revista se revelou preocupada também com uma história das ideias. Pela nossa concepção essa trataria com os pensamentos e ideias de uma determinada época. Ainda, seus pensadores e os métodos utilizadas. De acordo com nossa pesquisa são 44 artigos dessa temática. O segundo campo mais pesquisado pelos autores. Nesta pesquisa perguntamos pelos principais métodos, pelas principais referências historiográficas e filosóficas e seus principais autores.

Boa parte dos autores é desconhecida pelo público brasileiro, devido à grande influência francesa em relação à reflexão histórica brasileira. A pesquisa objetiva uma aproximação com uma tradição de pensamento que possui um léxico, uma linguagem, que é talvez universal. A língua inglesa esta presente nos mundos ocidental e oriental. Essa aproximação vai proporcionar mais uma vez o debate sobre a formação da historiografia moderna e atual. A partir do momento que ela revela em suas fontes, diálogos, referências, citações de autores de outros países importantes para o estabelecimento da história como ciência. E nos faz refletir como é possível o conhecimento histórico.

Segundo H.W.C.Davis, que escreve num determinado momento da resenha do livro de Henri Berr, (EHR-1912, vol. 27, pág. 181): *Historical schools of thought are no longer to be defined by geographical frontiers*. Uma tradução seria “As escolas históricas não são definidas pelas fronteiras geográficas.” Isso vem de encontro com a questão do historicismo ser um movimento estritamente alemão. Queremos com isso dinamizar o olhar sobre o final do século XIX e início do século XX com a contribuição britânica.

Na historiografia contemporânea, creio que ainda não foi totalmente discutido o papel da Revista Inglesa e nem a “produção” de uma escola histórica inglesa, como o que foi feito com os *Annales*, com a Escola Histórica da Alemanha, o IHGB no Brasil. Não queremos

reduzir gerações ou correntes de pensamento a centros e publicações que se tornam determinantes. Mas pode haver uma regularidade no pensamento histórico. O que dá ainda mais *status* a um determinado grupo.

Um dos pontos de partida da pesquisa é o interesse recente pela leitura de textos desconhecidos ou não traduzidos. Por exemplo, quando Vitor Matos de Sá traduziu o *Theories of History* de Patrick Gardiner ou a os “Textos de Hermenêutica”, uma seleção de Rui Magalhães. Outro autor que traduz e analisa textos historiográficos é Júlio Bentivoglio da Universidade Federal do Espírito Santo. Já traduziu o *Grundriss der Historik* de Droysen, *Os Fundamentos de Teoria da História*, de Gervinus e até um trabalho sobre a Revista Histórica (*Historische Zeitschrift*). Bentivoglio analisa a produção dos textos situando o espaço em que foram produzidos, com relação à política. Utilizando, entre outras, as reflexões de Rüsen sobre as formas e funções da historiografia. Reflexões essas que serão bem vindas no nosso projeto. Pois, a partir de Rüsen, podemos pensar numa funcionalidade, uma ligação entre a pesquisa histórica e a arte historiográfica. Vemos uma possibilidade de uma teoria da historiografia. Afinal através da escrita da história podemos ver,

um modo de constituição narrativa de sentido, no qual domina o fator da relação ao público-alvo, de dirigir-se a alguém mediante o pensamento histórico (que, aliás, sempre é pensado para alguém, para um público o para um grupo de pesquisadores, por exemplo). É determinante desse modo e de sua especificidade científica o ponto de vista da relevância comunicativa. Ela diz respeito à receptividade das histórias. (RÜSEN, 2007:28)

A maioria dos assuntos tratados na Revista são do campo da história política inglesa e europeia, isso pode nos dar uma ideia da função e do público ao qual era direcionada a Revista.

O método de análise dos textos será o modelo da teoria hermenêutica desenvolvida por Hans George Gadamer. Para ele toda a tradução, mesmo a simples reprodução literal, é sempre um gênero de interpretação. E a função do tradutor, como intérprete, é de superar o elemento estranho que impede a inteligibilidade de um texto (2002, p. 405). Apesar de não ser a tradução nosso principal objetivo. Buscamos uma compreensão, a análise do significado dos textos. Prefere-se nesse trabalho então antes a compreensão que a explicação do período ou dos textos. Por isso ir às fontes.

Nesse momento, pautamos nosso trabalho na percepção inicial, focalizando os textos que mais chamam a atenção por tratarem de autores, temas e ideias mais conhecidas e que são centrais para se pensar a história.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA ENTRE O MODERNISMO E A HISTÓRIA

Raphael Guilherme de CARVALHO¹

raphaelguilherme09@hotmail.com

RESUMO: O trabalho a seguir trabalha questões relativas à participação do jovem intelectual Sérgio Buarque de Holanda no movimento modernista. Partindo de seus textos de crítica literária publicados em jornais e revistas da década de 1920, procura-se demonstrar qual é o posicionamento do autor diante dos impasses e disputas no interior do movimento modernista e o que constitui sua especificidade. Ancorados em conceitos meta-históricos de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen, procuramos compreender de que maneira as ideias de Sérgio Buarque se relacionam e, ao mesmo tempo, escapam da temática modernista e, assim, constituem uma visão particular/específica deste autor sobre seu próprio tempo, vale dizer, sobre a consciência histórica de então.

PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Buarque de Holanda. Modernismo. Historicidade.

ABSTRACT: The following article regards some of the critical ideas from Sergio Buarque de Holanda about the modernist movement. There are two main points in this analysis: the expectation created by this movement, especially in what concerns to “brasilidade”, that opposes the importance given by Sergio Buarque de Holanda to the historical experience. Anchored to the meta-historical concepts of Reinhart Koselleck and Jörn Rüsen, we try to understand how Sergio Buarque ideas relate, and at the same time, escape from the modernist thematic and then create a particular vision from this author about his own time.

KEYWORDS: Sérgio Buarque de Holanda. Modernism. Historical conscience.

¹ Mestrando em História no PGHIS/UFPR, bolsista do CNPq, vinculado à linha de pesquisa Cultura e Poder e ao grupo de pesquisa História intelectual, história dos intelectuais e historiografia, sob orientação dos professores doutores Helenice Rodrigues da Silva e Renato Lopes Leite. O artigo trata-se de um desdobramento de parte da pesquisa de mestrado, em caráter inicial, sobre o desenvolvimento dos conceitos de temporalidade e consciência histórica na obra de Sérgio Buarque entre 1920-1936.

“A arte jamais é passado, mas consegue superar
a distância dos tempos através da presença de seu próprio sentido”.²

Muito se escreveu e continuou se escrevendo acerca de *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Até mesmo para a irritação do historiador, que o considerava um trabalho “superado e datado”, segundo o recente documentário do “imortal” Nelson Pereira dos Santos, *Raízes do Brasil: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda* (2004). Sérgio preteriu o ensaio de 1936 em favor de *Visão do Paraíso* (1959), que considerava obra de maior importância, mais bem fundamentada em fontes e de acordo com as exigências metodológicas acadêmicas, mas, desproporcionalmente, pouco lida e comentada.

Refletindo sobre o atraso na incorporação da obra de Sérgio Buarque pela pesquisa acadêmica, Alcir Pécora, da área de Teoria Literária, afirma que nosso autor foi “confundido” com Gilberto Freyre: “se ele [Sérgio] não foi despachado para as mesmas fossas infernais em que ardia Gilberto Freyre, desqualificado como ideólogo do conservadorismo oligárquico, não será exagero afirmar que andou pelas redondezas” (PÉCORA, 2008, p. 23).

Durante muito tempo foi comum associar-se, equivocadamente, *Raízes do Brasil* à tese do brasileiro enquanto “homem cordial”, atropelando-se a própria definição da expressão utilizada pelo autor; além disso, não raramente se associou a ideia do homem cordial à tese de uma história do Brasil “açucarada” associada ao Freyre de *Casa Grande & Senzala* (1933). Vainfas aponta, com discernimento, que “o senso comum [...] construído no meio universitário, onde prevalecia o *esquerdismo*, [...] acabou embolando os dois autores, embora Freyre tenha sido apoiante do regime [militar] e Sérgio Buarque, crítico assumido” (VAINFAS, 2010, p. 557).

Essas reflexões sobre o lugar de Sérgio Buarque de Holanda na cultura histórica brasileira, se, por um lado, atestam a questão do atraso de sua recepção pela pesquisa acadêmica, por outro, enuncia a diversidade de abordagens que, com frequência, desde os anos 1990, vêm sendo realizadas sobre sua obra.

Um breve olhar sobre o “estado da arte”: estudos pertinentes

² GADAMER, H-G. *Verdade e Método I*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; São Paulo: Ed. Universitária São Francisco, 2007, p. 232-33.

José Carlos Reis, em livro que analisa diversas “interpretações do Brasil”, situa Sérgio Buarque de Holanda entre os que “redescobrem o Brasil”. Isso quer dizer que Sérgio Buarque “reinterpreta o passado e vislumbra um novo futuro para o Brasil, de superação das raízes ibéricas” (REIS, 2006, p. 139). Assim, o lugar de *Raízes do Brasil* é o de uma síntese interpretativa da história brasileira que discute o seu passado e futuro, à luz das questões do seu presente, acertando as contas com o passado. Sérgio Buarque desvenda no presente as sobrevivências arcaicas, ainda ibéricas, que precisariam ser superadas. Mas o tema do livro é, acima de tudo, o futuro democrático do Brasil. Trata-se de uma obra que abriu e orientou um debate fecundo sobre o passado e o futuro do país.

Antonio Arnoni Prado, da área de Teoria Literária, organizador de *O Espírito e a Letra* (1996), afirma que *Raízes do Brasil* representa “o olhar maduro do intelectual que encarna, ele próprio, a superação crítica do sistema em que se formou” (PRADO, 1998, p. 72). O “sistema” em questão trata-se do movimento modernista nas letras e nas artes brasileiras no início do século XX. Para Antonio A. Prado, nos escritos de Sérgio Buarque – um jovem modernista, na década de 1920 – percebe-se não apenas uma relação particular do autor com os moços da Semana de Arte Moderna, mas principalmente a gestação das ideias que definiriam o perfil do clássico ensaio da década de 1930. O projeto de “interpretação do Brasil” de Sérgio Buarque atravessaria, portanto, o movimento e culminaria na publicação de *Raízes*, em 1936, como um “desvio no projeto modernista”.

Para Sérgio Buarque de Holanda, modernismo significa

[...] acima de tudo, a quebra do formalismo das velhas tradições. Em estudos de folclore, os modernistas dirigiram sua atenção para o interior do Brasil, longe das cidades europeizadas. Tornando os negros o objeto de sua arte, eles declararam que não somente os brancos eram brasileiros. Eu trouxe estas preocupações para dentro do meu trabalho histórico, bem como para todos os demais. Raízes do Brasil foi uma tentativa de fazer algo novo, para quebrar com a glorificação patriótica dos heróis do passado, para ser crítico” (HOLANDA, 1987, p. 108).

Essa visão *a posteriori*, no entanto, não representa o posicionamento crítico ao movimento que o autor assume ainda no seu transcurso. Em 1924, funda a *Revista Estética*, em parceria com Prudente de Moraes Neto, colega de Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, com o objetivo de preencher o vazio causado pelo expiro da *Revista Klaxon* (1922-23), da qual havia participado como colaborador eventual e representante no Rio de Janeiro. *Estética*, diferente de *Klaxon*, não se propunha uma revista iconoclasta, mas, sim, de crítica

(VELLOSO, 2006). Porém, antes mesmo de *Estética*, Sérgio já havia publicado na *Revista do Brasil*, no *Correio Paulistano*, em *A Cigarra* e em *Fon-Fon*. O primeiro artigo veio a público em 1920, pelo *Correio Paulistano*: chamava-se “Originalidade Literária” e defendia a necessidade de uma “literatura nacional” (BARBOSA, 1988, p. 37).

Um novo momento em sua carreira viria a acontecer em 1929, quando viajaria para Berlim como jornalista da agência brasileira Havas e, posteriormente, a serviço da internacional *United Press*. Na Alemanha sedimentaram-se em Sérgio Buarque de Holanda certas tendências de pensamento que o tinham predisposto a entrar em desavenças com os colegas modernistas (DIAS, 1985).

A partir do encontro e do convívio intelectual com Friederich Meinecke, professor na Universidade de Berlim, Sérgio Buarque aderiria a “um modo de ser historista” (DIAS, 1985, p. 17), que consistia basicamente em ver na vida dos homens em sociedade configurações de momento, conceitos temporários de vida, valores culturais sempre relativos, em processo de mudança. Pôde, então, amadurecer algumas diretrizes com as quais já convivia nas leituras de, por exemplo, Dilthey. Considerados estes aspectos, Maria Odila Leite da Silva Dias afirma que *Raízes do Brasil*, inserido no contexto intelectual do modernismo, é uma espécie de “acerto de contas” com os modernistas. Trata-se da “interpretação de um processo temporal”, em que a vida urbana era a grande força revolucionária, que finalmente ameaçava o predomínio da cultura e dos costumes ibéricos (DIAS, 1985, p. 37).

Encontramos, então, nos textos de crítica literária e em *Raízes do Brasil*, como recorrentes, a questão da tensão permanente entre arcaico e moderno ou a persistência das tradições e a mudança histórica. A questão da temporalidade é elemento primordial não somente para Sérgio Buarque de Holanda, mas para o próprio modernismo, que procura desvencilhar-se da situação de “atraso” do contexto nacional em relação ao concerto internacional e se define, justamente, pela atualização do contexto da nacionalidade em face das transformações mundiais em termos econômicos, artísticos e culturais (MORAES, 1988).

Monica Pimenta Velloso é uma das pesquisadoras que recentemente se debruçou sobre o modernismo brasileiro e, inclusive, a participação de Sérgio Buarque neste movimento literário. Em “O modernismo e a questão nacional” a autora defende que se entenda o movimento modernista, no tocante à brasilidade, como não exclusivo da “geração de 1922”, mas em uma temporalidade mais longa, associada à geração de 1870, pioneira, segundo ela, no debate sobre o caráter nacional: “a instauração do moderno, a entrada do Brasil no concerto internacional obrigou a uma autorreflexão por parte da intelectualidade”

(VELLOSO, 2003, p. 382). Foi necessário um olhar retrospectivo sobre a nossa história e nossas raízes, no intuito de poder construir a ideia de brasilidade.

Velloso aponta que a *Estética*, de Sérgio Buarque e Prudente de Moraes Neto, “ênfatiza a necessidade da brasilidade criar um tempo-experimento para, então, voltar-se à construção de um pensamento original” (VELLOSO, 2006). A importância crucial de *Estética* talvez resida na hipótese de ter sido a primeira a reavaliar de maneira crítica o próprio movimento, depois de amaciado o *frenesi* causado pela Semana em 22 e a iconoclastia que se seguiu, e não apenas o fato de ter suprido o “vazio” causado pela ausência de Klaxon.

Crítico cosmopolita e de posicionamento original, o jovem Sérgio Buarque de Holanda de certa forma estava além das questões específicas dos jovens futuristas de São Paulo; suas ideias nem sempre coadunaram o ideário da Semana de Arte Moderna. Considerando-se *Raízes do Brasil*, conforme alguns dos autores mencionados, como uma “resposta” ou um “acerto de contas” com o modernismo, cabe perguntar quais as diferenças marcantes de Sérgio em relação ao contexto intelectual do modernismo brasileiro.

Como, em um presente em transformação, no contexto das décadas de 1920-30, articula a experiência histórica às expectativas de futuro? O hermenêuta (intérprete do Brasil) Sérgio Buarque é aquele que, a partir do posicionamento crítico, em um contexto de orientação em processo de mudança, produz *sentido*, ou, para usar a expressão de Jörn Rüsen, “constitui sentido” sobre a experiência temporal, com função de orientação cultural. Desprendido, parece ter cursado um caminho próprio e mais ou menos radical.

Categorias meta-históricas: experiência e expectativa

A Alemanha, segundo Estevão de Rezende Martins, sedia “o maior movimento de sistematização teórica da ciência histórica do século XX” (MARTINS, 2007, p. 58). O “chefe” desse movimento seria Reinhart Koselleck, historiador associado à história intelectual, à história dos conceitos e às reflexões sobre a temporalidade. Além de Koselleck, nosso outro aporte teórico está no trabalho de Jörn Rüsen. Suas pesquisas e reflexões são fundamentais no debate sobre a questão epistemológica da cientificidade da história e de sua abrangência racional. Rüsen, segundo Estevão, “apresenta um sistema moderno, abrangente e coerente da teoria da história” (MARTINS, 2007, p. 59).

Reinhart Koselleck é considerado um dos mais eruditos historiadores contemporâneos. Lecionou nas universidades de Bochum, Heidelberg e Bielefeld, e ao longo de sua trajetória acadêmica, contribuiu de maneira significativa para estudos relacionados à teoria da história e

principalmente para a vertente historiográfica denominada história dos conceitos, da qual é fundador. O trabalho que nos serve de referência para as análises sobre a questão da temporalidade é *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (KOSELLECK, 2006). Coletânea de ensaios, o livro se divide em três partes: na primeira, enfatiza-se as peculiaridades da experiência histórica moderna e o novo conceito de história que, a partir do século XVIII, fará oposição à *historia magistra vitae*; na segunda, encontram-se ensaios teóricos que refletem sobre metodologia histórica e diferentes interpretações historiográficas, como a especificidade do método na história dos conceitos; por último, são considerados de maneira mais detida textos que trazem à superfície da linguagem a experiência temporal.

Para tematizar e operacionalizar o tempo histórico, ele criou as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 305-327). São categorias temporais formais que possibilitam a interpretação da história, ou seja, categorias analíticas definidas posteriormente pelos historiadores, e determinações históricas que orientam e são orientadas por ações concretas.

Entende-se por “espaço de experiência” o passado tornado atual, na perspectiva de que no espaço do presente convivem simultaneamente diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados ao cotidiano. Já o “horizonte de expectativa” é o que, no presente, volta-se para o futuro. São esperanças ou angústias apontadas para o que ainda não foi vivido, para experiências que ainda não podem ser observadas. O tempo histórico seria então, fruto da tensão entre experiências e expectativas; tensão essa que pode ser analisada através da relação histórica entre passado e futuro. Paul Ricoeur ressalta a universalidade dessas categorias, afirmando que podem ser aplicadas a qualquer período (RICOEUR, 1995, p. 369).

Jörn Rüsen defende que atualmente as fontes de sentido e significado das sociedades avançadas do Ocidente parecem estar se esgotando. O problema se caracteriza, mais especificamente, pela crise da noção de progresso. A reflexão se baliza pela questão de como a história deve enfrentar esta crise de orientação da chamada pós-modernidade. Rüsen considera as críticas pós-modernas à história, mas refuta seus radicalismos, como o excessivo valor à imaginação histórica, ao ficcionismo e ao relativismo total.

Desde os anos 1970 empreende seu trabalho de fundamentação da ciência histórica em face dos debates e problemas expostos pelos chamados “pós-modernos”,³ contrários às

3 A principal crítica de Rüsen a estes é a contestação da racionalidade metódica e da ausência de horizonte de expectativas, o que, para ele, pode-se considerar um flerte com o irracionalismo e o misticismo. A crítica de

tradições do pensamento histórico. Sua posição é eminentemente moderadora do debate. Em última análise, sua *matriz disciplinar* defende que a ciência histórica tem por função cultural a “constituição de sentido”, sem dissociar o acontecimento de suas interpretações. Assim, o conhecimento histórico exerce sempre funções na vida cultural do presente e ambos cumprem um papel essencial no trabalho do historiador.

Para analisar a importância da consciência histórica (e da reconstrução do passado) em Sérgio Buarque de Holanda dos primeiros trabalhos até *Raízes do Brasil*, utiliza-se o conceito formulado por Jörn Rüsen. Segundo ele, as narrativas historiográficas são derivativas das carências de orientação no fluxo do tempo, na busca de se situar entre o passado e o presente.

[...] o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado [...]. As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de “história” [grifos meus] (RÜSEN, 2001, p. 30-1).

Segundo Rüsen, a consciência histórica se faz na vida prática; trata-se do conhecimento de como nos situamos no tempo, ou seja, de como estamos inseridos em contextos específicos. É por meio desta consciência que são criadas as narrativas que tornam o passado presente, para interpretar e orientar experiências atuais do tempo (RÜSEN, 2001, p. 56-66).

Sérgio Buarque de Holanda no Modernismo: experiência histórica e expectativa democrática

Conforme vimos anteriormente, há uma centralidade da posição eminentemente “crítica” de Sérgio Buarque de Holanda no interior do modernismo, corroborada por diversos autores (LEONEL, 1982; SEVCENKO, 1992; PRADO, 1998; VELLOSO, 2006). Essa noção é uma das diretrizes de nossa análise, bem como da própria interpretação de Sérgio sobre as transformações do contexto brasileiro de então. De nossa parte porque a categoria “intelectual” requer como necessária a postura crítica, entre a moral e a política, de intervenção na esfera pública. Por sua vez, o intelectual Sérgio Buarque de Holanda, no

Rüsen a favor da razão histórica se aplica, por exemplo, à micro-história, à história antropológica, do cotidiano ou das mulheres.

contexto dos anos 1920-30 posiciona-se, evidentemente, de maneira crítica nos debates intelectuais modernistas (e alternativamente ao próprio modernismo) e ao assumir a responsabilidade de uma “interpretação do Brasil” como maneira de se apontar uma expectativa capaz de constituir sentido e superar carências de orientação.⁴

A posição crítica de Sérgio Buarque de Holanda pode se tornar melhor compreendida se considerada em seu próprio contexto de orientação, em sua historicidade. Irradiando-se a partir de São Paulo⁵, o movimento modernista na década de 1920, de experimentação e busca de alternativas culturais, acompanha o crescimento desordenado da cidade, o processo de industrialização, aceleração do cotidiano e desenraizamento da cultura de massas europeia, em meio às notícias da recente Primeira Guerra Mundial. Destes acontecimentos e transformações profundas da realidade nacional e global, emerge, por exemplo, e sobremaneira, uma nova consciência de brasilidade que continha a esperança (a expectativa, a promessa) de uma ruptura com o passado autoritário.

Lucia Lippi Oliveira afirma que há dois momentos distintos do modernismo: o primeiro caracteriza-se pelo “combate ao passado e elaboração de nova estética adequada à vida moderna [...] entendida como a vida urbana e industrial que tinha São Paulo como seu ponto máximo” (OLIVEIRA, 1997, p. 190). A segunda fase do movimento modernista, a partir do “Manifesto Pau-Brasil”, de Oswald de Andrade, teria na brasilidade seu eixo principal: “o modernismo cria e difunde a necessidade de identificar a substância do SER brasileiro, denuncia os conhecimentos/saberes atrasados que impedem a captação do ser brasileiro e colabora na elaboração de inúmeros retratos do Brasil” (OLIVEIRA, 1997, p. 191).

Nesses “retratos do Brasil”,⁶ impunha-se a questão da atualização cultural e, ligado a isso, a necessidade de encontrar uma temporalidade própria para a brasilidade. Movimento plural, no tempo tanto como no espaço, o modernismo, nos termos aqui apresentados, ao procurar acertar o relógio nacional com os países industrialmente desenvolvidos, pretendeu, por meio de uma experiência original, apresentar o Brasil às nações civilizadas (VELLOSO,

4 Sobre a categoria “o intelectual”, ver SILVA, H.R. O intelectual, entre mitos e realidades. *Revista Espaço Acadêmico* [online], n. 29, 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/029/29csilva.html>>. Acesso em: 12.03.2011.

5 Embora o modernismo não seja fenômeno exclusivo de São Paulo, como bem demonstrou, por exemplo, Ângela de Castro Gomes, em trabalho sobre o modernismo em outras regiões do Brasil. O próprio Sérgio Buarque de Holanda, paulista de nascença, permanecia no Rio de Janeiro durante os tempos mais efusivos do movimento modernista. Cf. GOMES, A. C. *Essa gente do Rio...* Modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

6 Por exemplo, em 1928 surge o ensaio de Paulo Prado, que, ao analisar o caráter brasileiro, defende a existência de uma tristeza própria, decorrente da cobiça e licenciosidade dos tempos coloniais. PRADO, P. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

2003, p. 382). São estes alguns traços essenciais do contexto de orientação de Sérgio Buarque entre os anos 1920-30. É importante salientar a relação intrínseca entre as experiências do passado (aquelas que o historiador pretende reconstruir) e as carências de orientação que marcam profundamente o seu tempo presente. Jörn Rüsen defende esta relação primordial como determinante para o interesse histórico, pois permite que as influências do passado no presente sejam interrogadas, pesquisadas, interpretadas. Portanto, este breve contexto que delineamos contém as experiências, expectativas e necessidades de constituição de sentido, motivadoras de uma reconstrução (crítica) do passado (RÜSEN, 2001, p. 84).

Qual seria, então, a especificidade do olhar de Sérgio Buarque de Holanda face a este contexto de orientação, no interior do movimento modernista? Qual o diagnóstico apresentado pelo então jovem crítico de cultura sobre sua geração? Principalmente dois textos, escritos um em 1924, outro em 1926, podem nos apontar alguns sinais (ou hipóteses) das particularidades da visão do autor sobre tais demandas.

Em 1924, Sérgio publica um artigo polêmico na Revista *Estética*, que foi capaz de produzir algum abalo no interior do movimento modernista. O autor critica Graça Aranha, autor de *Canaã* (1902) e um dos expoentes do modernismo, ao afirmar que o que atrapalharia seu pensamento estético seria a ausência de imaginação histórica: “[...] nele, a *imaginação histórica* nada significa para a *imaginação estética*, sendo antes um estorvo, na medida em que deprime o artista enquanto homem completo [grifos meus]”. Vai além da crítica da ausência de imaginação histórica, ao sugerir que negligenciá-la poderia desviar o autor a quedar em “inconsciente mítico”: decorrente da ausência de história, “resta ao homem americano, e ao brasileiro em particular, a imaginação estética criada no inconsciente mítico, onde ainda não foi de todo eliminado o terror cósmico” (HOLANDA, 1924, p. 29-36).

Em 1926, o texto “O lado oposto e outros lados”, publicado na *Revista do Brasil*, provocaria novos desconfortos e fraturas no movimento modernista, a ponto de logo em seguida nosso autor aceitar uma proposta de trabalho em jornal do Espírito Santo, para onde rumaria, recluso das discussões. Em “O lado oposto e outros lados” Sérgio afirma com certo otimismo que o grande efeito do modernismo de 1922 foi o rompimento, a descontinuidade, mas logo em seguida retoma o tom provocativo:

a gente de hoje aboliu escandalosamente, graças a Deus, aquele catecismo bocó, o idealismo impreciso e desajeitado, a poesia “bibelô”, a retórica vazia, todos os ídolos da nossa intelligentsia, e ainda não é muito o que fez. Limitações de todos impediam e impedem uma ação desembaraçada e até mesmo dentro do movimento

que suscitou esses milagres têm surgido germes de atrofia que os mais fortes já começam a combater sem trégua. (HOLANDA, 1988, p. 85)

Após o elogio da ruptura “de todas as diplomacias nocivas”, Sérgio Buarque recupera a tonalidade crítica contra os “germes de atrofia”. As críticas são diretas e ele nomeia os alvos: Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho e Tristão de Athayde. A acusação é, sobretudo, o fato de estes autores arrogarem para si a liderança do movimento e tentarem impor a *construção* de uma arte genuinamente brasileira. Para Sérgio, “ela não surgirá, é mais que evidente, de nossa vontade, nascerá muito mais provavelmente de nossa indiferença” (HOLANDA, 1988: 86). Com isso, marcava sua posição: censurava a incapacidade de criação artística espontânea, o que deveria ser historicamente explicado. Eis, hipoteticamente, o desvio do projeto modernista original efetuado por Sérgio Buarque.

Outros textos publicados por ele entre 1920 e 1926 são também significativos. No primeiro deles, “Originalidade Literária”, publicado no jornal *Correio Paulistano*, em abril de 1920, Sérgio Buarque defende a necessidade de uma “literatura nacional”, de caráter original, a partir da “inspiração em assuntos nacionais” e “respeito de nossas tradições” (HOLANDA, 1996, p. 35-41). Há um esboço, bastante primário (levando-se em conta o peso dos desenvolvimentos posteriores, em 1936 e 1959, com *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, respectivamente) das questões sobre o americanismo e diferenças entre os colonizadores portugueses e espanhóis e como isso influenciou desenvolvimentos diferentes. Mesmo sobre “O lado oposto e outros lados” é possível lançar pontes entre um pensamento original e seu desenvolvimento posterior, em *Raízes do Brasil*, sobre a “cultura bacharelesca”. Em “O lado oposto e outros lados”, lê-se:

os erros deles [os alvos da crítica são Ronald de Carvalho e Tristão de Athayde, principalmente] está nisso de quererem escamotear nossa liberdade, que é, por enquanto pelo menos, o que temos de mais considerável, em proveito de uma detestável abstração inteiramente inoportuna e vazia de sentido. (HOLANDA, 1988, p. 87)

Em *Raízes do Brasil*, o autor retorna à temática ao fazer a crítica do “saber aparente” ou do “liberalismo ornamental”, estudado superficialmente nas escolas de Direito e jamais aplicáveis, muito mais uma questão de *status* social que propriamente uma condição necessária:

As atividades profissionais são, aqui, meros acidentes na vida dos indivíduos, ao oposto do que sucede entre outros povos [...]. As nossas academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão uso, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso (HOLANDA, 1995, p. 156).

Quando afirmamos acima que, com o artigo “O lado oposto e outros lados”, nosso autor possivelmente estivesse definindo uma posição dentro do modernismo, é prudente deixar claro que não é fácil delimitá-la, considerados o caráter rebelde de Sérgio Buarque, o seu “desvio” do projeto modernista, a velocidade das transformações destas relações, a postura acima de tudo crítica do autor e a complexidade desta rede de sociabilidade intelectual. Contudo, arriscamos supor que Sérgio não optara por “lado” nenhum,⁷ e sim por seguir a si próprio (aí o “enigma” do título?) e a convicção da necessidade de se recuperar a experiência brasileira (mesmo que exígua, tímida, envergonhada) como eixo orientador das discussões acerca do futuro.

A partir dos excertos discutidos acima, parece mais clara nossa hipótese de que a originalidade de Sérgio Buarque de Holanda, ao discutir de maneira característica de si a cultura brasileira e a ausência (ou limitação radical) de sua cultura histórico-crítica, parece traçar os primeiros contornos de análise eminentemente histórica da cultura brasileira. Ou seja, confere importância fundamental à presença da experiência histórica (atuante) no presente, necessária no direcionamento/orientação das expectativas futuras. Diferente de seus pares, a quem critica notavelmente, Sérgio Buarque percebe uma possibilidade de evasão na avaliação crítica do passado brasileiro para o despontar de um novo horizonte de expectativas. Possivelmente visasse, com isso, a formação de uma “unidade de sentido”, coerente, compreendendo simultaneamente passado, presente, futuro⁸. Corolário de nossa hipótese vem a ser a afirmação de Antonio Arnoni Prado: para este, em Sérgio Buarque o “historiador complementa as incursões do crítico [literário], na perspectiva de quem analisa as transformações na literatura com um olho nas alterações do contexto” (PRADO, 1992, p. 145).

7 Não tomou o rumo dos mais incendiários (guarda restrições ao Manifesto Pau-Brasil de Oswald de Andrade, bem como se preservou de lançar-se ao futurismo de Marinetti), muito menos dos academicistas, como Graça Aranha, e da reação católica encabeçada por Tristão de Athayde. Cf. HOLANDA, S.B. O futurismo paulista. HOLANDA, S.B. *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária (1920-1947)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 131-34.

8 É interessante, neste ponto, retomar uma reflexão de Koselleck acerca da temporalidade: “o moderno conceito de história extrai sua ambivalência da obrigação de ter que ser pensado como um todo (ainda que por razões estéticas), mas que ao mesmo tempo jamais pode ser dado como terminado, pois o futuro permanece desconhecido, ainda que de forma conhecida”. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006, p. 132.

Depois de 1929, quando viaja à Alemanha, conforme lembramos no início do texto, Sérgio Buarque aprofundaria suas ideias de história, até o ponto de, segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, aderir a um “modo de ser historicista”. Ela mesma diria que *Raízes do Brasil* trata-se de uma espécie de “acerto de contas” com os modernistas. José Carlos Reis aponta ser um livro “otimista, que renova as esperanças do Brasil (REIS, 2006, p. 140).

A interpretação do Brasil trazida à luz por Sérgio Buarque em 1936, crítica das raízes ibéricas do passado brasileiro pode ser entendida a partir deste contexto coetâneo à escrita do ensaio: o autor sente-se ansioso diante dos empecilhos que dificultam o desenvolvimento de uma democracia no Brasil. “O Homem Cordial”, capítulo seminal da obra (pela repercussão, mal-entendidos e, principalmente, debates que proporcionou), faz uma forte crítica ao personalismo e, por extensão, ao autoritarismo presentes no “caráter brasileiro” como herança lusitana. Ora, tais valores são destoantes, quando não inconciliáveis com o conceito moderno de democracia.

Ademais, o último capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado “Nossa Revolução”, explicitamente afirma a necessidade e o desejo de revogar a velha ordem patriarcal e oligárquica. A “revolução” a que se refere Sérgio é, acima de tudo, a ruptura do predomínio das oligarquias e a lenta virada da predominância do rural para o urbano

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social [...] somente através de um processo semelhante [revolucionário] teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal (HOLANDA, 1995, p. 180).

Na base, portanto, da crítica ao passado colonial brasileiro, personalista e autoritário, está o desejo e a esperança, finalmente, de democracia no Brasil. Neste capítulo, Sérgio Buarque defende um Brasil democrático, criticando o liberalismo oligárquico excludente, a incapacidade de organização, no Brasil, do comunismo revolucionário (“combina-se antes com a “mentalidade anarquista” de nosso comunismo, do que com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários”) (HOLANDA, 1995, p. 187) e os fascismos, que despontavam na Europa.⁹ Visivelmente incomodado com o crescimento do fascismo no Brasil (representado pelo Integralismo de Plínio Salgado), a esperança democrática de Sérgio

⁹ Da Alemanha, Sérgio Buarque enviou para o Brasil, entre 1929-1930, diversos textos sobre o contexto político alemão. Um deles chama-se “O Estado Totalitário”, em que ele se mostra impressionado com a “máxima sujeição do indivíduo ao Estado” naquele país. In: BARBOSA, F. A. (Org.) *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 298-301.

Buarque precisaria de cerca de 10 anos para começar a se realizar. Outro caminho, também de cunho autoritário, se apresentaria como solução à época: o Estado Novo de Vargas, em 1937.

As críticas de Sérgio Buarque de Holanda, vistas nos textos de crítico da cultura dos anos 1920, desenvolvidas e enriquecidas posteriormente no ensaio clássico de 1936 (primeiro, quanto à ausência de reflexão histórica de seus coetâneos modernistas; segundo, quanto à superação do passado colonial brasileiro; terceiro, ao vislumbrar uma expectativa de futuro para o Brasil), confluem para a tessitura de uma temporalidade complexa, que, relacionando, justapondo ou contrapondo passado/presente/futuro, visa abranger, pelas estratégias da poética e da retórica da apresentação histórica, uma unidade de sentido, que tem a “função de orientação cultural mediante a experiência interpretada e representada na forma de uma direção temporal do agir humano” (RÜSEN, 2001 p. 162).

Considerações finais

Antes de dar fechamento ao texto, é interessante retomar algumas das ideias desenvolvidas até aqui. Em primeiro plano colocamos a importância das carências de orientação do contexto específico de produção dos textos do autor aqui analisados. Os artistas e intelectuais brasileiros, entre eles o nosso autor, por ocasião da modernização do país e das mudanças consideravelmente profundas ocorridas no período, viram-se obrigados a voltar o olhar para o passado em busca de respostas orientadoras. A crítica radical das raízes ibéricas expostas no ensaio de 1936, antes esboçadas pelos escritos iniciais enquanto crítico de rodapé, aponta para a superação das limitações da vida prática impostas por algumas das circunstâncias dadas da vida, a saber, o paternalismo e o autoritarismo, considerados como entraves à constituição de um país democrático.

Compreendido o ensaio na perspectiva mais ampla de discussão da “brasilidade” e resposta aos impasses do movimento modernista, entendemos que sua característica central é a composição de uma temporalidade complexa, que redimensiona o passado da nação à luz dos problemas de seu presente atual e aponta para perspectivas libertadoras no futuro.

De acordo com Rösen, história é “constituição de sentido da experiência do tempo”. Aos poucos, Sérgio Buarque de Holanda, conforme demonstrado pelos excertos dos textos anteriormente discutidos, resente a ausência de uma “consciência histórica” – definida como “o trabalho intelectual do homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo” (RÜSEN, 2001, p. 59) – e a necessidade de os modernistas voltarem-se ao pensamento histórico como fonte de orientação de seu agir. Monica Pimenta Velloso

aponta que a revista *Estética*, publicada por Sérgio Buarque e Prudente de Moraes Neto, “ênfatiza a necessidade da brasilidade criar um tempo-experimento para, então, voltar-se à construção de um pensamento original”. Sérgio e Prudente defendem, portanto, o espaço de experiência como essencial na construção de um pensamento sobre a brasilidade. Esta seria a nossa hipótese explicativa para o fato dos posicionamentos originais e relativamente independentes de Sérgio Buarque de Holanda no interior do modernismo.

Sérgio Buarque de Holanda abdicaria de sua carreira acadêmica na USP em 1969, em protesto (sem muito alarde) contra as aposentadorias compulsórias de seus colegas pelo regime militar; participaria, como um dos primeiros membros, da fundação do Partido dos Trabalhadores no início dos anos 1980. Se aceitarmos o discurso midiático e de alguns analistas políticos imediatistas, segundo o qual hoje vivemos certa maturidade e segurança da democracia brasileira, podemos tecer relações entre a realidade atual e a lembrança do lugar de Sérgio Buarque de Holanda na intelectualidade brasileira, afirmando que ao privilegiar a importância da ruptura e novidade representada pela obra sua obra, divisamos um Sérgio essencialmente político.

Pode-se falar, então, em um “futuro passado” – Sérgio Buarque de Holanda apontava nos anos 1920-1930 para um horizonte de expectativas democráticas; a lembrança atualizada de sua obra (pela narrativa fílmica, pela pesquisa acadêmica, pelas constantes reedições) a reinsere no presente histórico, reafirma sua pertinência como objeto imprescindível de reflexão e debate sobre o Brasil e a interpretação da sua cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, F. A. (Org.) *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- CÂNDIDO, A (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 72.
- DIAS, M. O. L. S. Dialogando com Sérgio Buarque de Holanda. *Revista da SBPC*, ano 54, no.1, jul/ag/set de 2002.
- _____. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda, historiador*. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. *Sérgio Buarque de Holanda na USP*. *Revista Estudos Avançados* 8 (22),1994. pp. 269-274.
- ESTÉTICA, Rio de Janeiro, I - III(I), set. 1924 a abr. 1925. Ed.fac-símile, Rio de Janeiro, Gernasa/Polivro, 1974.

- FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. 151 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Editora Contexto: São Paulo, 2007.
- GALVÃO, V. N. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, P.M.; EUGENIO, J.K. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Rio de Janeiro/Campinas: EDUERJ/Editora da Unicamp, 2008.
- GOMES, A. C. *Essa gente do Rio...* Modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- HOLANDA, S. B. “Entrevista”. In: *Revista do Brasil*. Ano 3, no. 6/87, RJ, RioArte, 1987, p. 108.
- _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *O Espírito e a Letra*. Vol I. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.
- LEONEL, M. C. Sérgio Buarque na literatura dos anos 1920. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. SP, n. 24, 1982, p. 64-73
- MARTINS, E. R. *A historiografia alemã do século XX*. In: MALERBA, J. ROJAS, C. A (Orgs.). *A historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- MORAES, E. J. Modernismo Revisitado. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.
- OLIVEIRA, L. L. . Questão nacional na Primeira República. In: Helena Carvalho de Lorenzo; Wilma Peres da Costa. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, v. 1, p. 190
- REIS, J.C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília : UnB, 2001
- _____. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da nova intransparência. *História: Questões&Debates*. Curitiba, n. 18 e 19, 1989, 303-328.

SILVA, H.R. O intelectual, entre mitos e realidades. *Revista Espaço Acadêmico* [online], n. 29, 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/029/29csilva.html>>. Acesso em: 12.03.2011.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. 3º. Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VAINFAS, R. “Posfácio”. In: HOLANDA, S.B. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 551.

VELLOSO, M. P. *As modernas sensibilidades brasileiras*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En Línea], Debates, 2006, Puesto em línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org./index1500.html>.

VELLOSO, M. P. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O ESCRITOR COMO GARANTIA: MACHADO DE ASSIS, HISTÓRIA E NACIONALISMO LITERÁRIO

Raquel Machado Gonçalves CAMPOS*

raquelmcampos@uol.com.br

RESUMO: Haveria um Machado de Assis historiador sem que tivesse havido um Machado de Assis mestre na periferia do capitalismo? Ou sem um Machado de Assis em que história e ficção fossem inseparáveis? Respondendo a estas perguntas sem colocá-las diretamente, Sidney Chalhoub afirmou, em seu *Machado de Assis historiador*, que “é verdade que não veria História nenhuma nas histórias de Machado de Assis sem a experiência de ler outros intérpretes dele. (...). Refiro-me, principalmente, a John Gledson e a Roberto Schwarz.” O objetivo desta comunicação é discutir como o empreendimento de transformar o romancista em historiador social depende, antes que destas análises de caráter sócio-histórico, da resolução de uma questão bem mais antiga: a do nacionalismo literário do autor de *Dom Casmurro*. Pretende-se demonstrar, igualmente, que esta resolução exige conjurar o desvio da concepção machadiana de literatura.

PALAVRAS-CHAVE: história literária, história social, concepção de literatura.

ABSTRACT: Would there be a Machado de Assis historian without an Machado de Assis master on the periphery of capitalism? Or without a Machado de Assis in which history and fiction are inseparable? Sidney Chalhoub answered those questions without being asked, in his *Machado de Assis historian*, where he said that “it’s true that I wouldn’t see any History in Machado de Assis stories without the experience of reading his interpreters. (...). I refer specially to John Gledson and Roberto Schwarz”. This paper aims to discuss how the work of making of the novelist a social historian depends, more than on those social-historical analyses, on the solution of a more ancient question: that of Machado de Assis literary nationalism.

KEYWORDS: literary history, social history, concept of literature.

* Doutoranda em História no PPGHIS-UFRJ. Bolsista da CAPES.

Logo ao início de seu *Machado de Assis, historiador*, Sidney Chalhoub (2003, p. 17) afirma que: “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil do século XIX”. A obra do romancista constituir-se-ia, pois, sob o signo da representação histórica. Seria possível qualificá-lo como historiador porque, sustenta Chalhoub, Machado de Assis fez de suas histórias – dos romances, destacadamente – um veículo para desenvolver sua própria interpretação do sentido do processo histórico da segunda metade do Oitocentos brasileiro.

O romancista teria uma visão própria do sentido das mudanças políticas e sociais ocorridas entre aproximadamente 1850 e 1871, e teria elaborado seus romances de modo a externá-la (Idem, p. 17-19, 64-65, 91-93). O que teria se decidido naqueles anos e, segundo Chalhoub, está presente na literatura machadiana foi o destino de uma hegemonia política e de seu projeto de dominação – o paternalismo, calcado em uma relação pessoal com os dependentes (livres e escravos) e no pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial. Essa política de domínio, seu funcionamento e a maneira como os dependentes atuavam explorando-lhe a lógica, mas em benefício próprio, estariam presentes em romances tanto da primeira quanto da segunda fase do escritor. De *Helena* (1876) a *Dom Casmurro* (1899), defende Chalhoub, Machado escreveu a história da crise e da falência desse projeto de domínio. Com narrativas situadas na década de 1850, *Helena* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) representariam o período áureo de vigência da hegemonia senhorial – o chamado “tempo saquarema”, com a elite proprietária certa de exercer o seu poder e de impor o seu domínio de alto a baixo da sociedade escravista. Daí heróis como Estácio e Brás Cubas, titulares desse poder, tão certo de si mesmos (Idem, p. 17-44, 72-83). Em *Iaiá Garcia* (1878), o enredo se desloca para os anos fundamentais de 1866 a 1871, em que se teria evidenciado a crise do paternalismo. Não é por outra razão, assinala Chalhoub, que nesse romance os diálogos entre senhores e subalternos, como Valéria e Luís Garcia, tornam-se mais tensos: os antagonismos sociais estariam mais evidentes, a classe senhorial teria se conscientizado das resistências que os dependentes oporiam à efetivação de sua vontade. Não seria por outra razão, tampouco, que Brás agoniza e morre entre 1870 e 1871, “anos de intensa movimentação em torno da questão do ‘elemento servil’” (Idem, p. 67-83); ou que Bentinho dá-se conta do adultério de Capitu em março de 1871, momento da ascensão do gabinete Rio Branco, responsável pela aprovação da Lei do Ventre Livre. Essa lei teria significado a derrota da classe senhorial. Uma derrota sobre a qual os senhores não deixariam de refletir, fazendo-o sempre, sustenta Chalhoub, segundo os hábitos de pensamento de sua própria classe. Teriam percebido então a ingenuidade em que se engolfavam, incapazes de notar a

dissimulação dos subordinados, que perseguiram seus próprios objetivos enquanto davam a entender que apenas obedeciam. Esta seria a alegoria política por trás de *Dom Casmurro*, obra de acusação em que um representante da família abastada demonstraria sua incapacidade de reconhecer como legítima a ação autônoma dos subordinados. Ao interpretar retrospectivamente os acontecimentos, apenas conseguiria vê-la como traição (Idem, p. 83-91).

Chalhoub desenvolve essa interpretação ao longo dos três primeiros capítulos de seu livro, que totalizam em torno de cento e vinte páginas. Esta não era, contudo, a primeira vez que o historiador se detinha nas implicações históricas da obra machadiana. Seus estudos iniciaram-se ainda na década de 1980, com a análise de uma crônica sobre a escravidão em seu *Visões da liberdade* (CHALHOUB, 2001), tendo prosseguido no decênio seguinte, quando publicou um artigo sobre *Helena* (CHALHOUB, 1992) e um capítulo de livro sobre “Os diálogos políticos em Machado de Assis” (CHALHOUB, 1998), além de interpretações de crônicas e de um trecho das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, no quadro de seu trabalho sobre cortiços e epidemias na Corte Imperial (CHALHOUB, 1996).

Vinte anos de dedicação à análise da representação machadiana da história brasileira deveriam constituir prova suficiente da viabilidade de uma interpretação como a que se apresenta em *Machado de Assis, historiador*. Antes de iniciá-la, porém, e já na primeira nota ao primeiro capítulo, Chalhoub considera necessário afirmar que: “Ao conceber a literatura como modo de ler a história, Machado apenas compartilhava visão bastante comum à época”. Considera necessário, em outras palavras, responder de antemão às objeções que se possa fazer a uma leitura histórica da obra de Machado de Assis. Qualquer que seja ela, qualquer que seja a minha – parece dizer-nos Chalhoub –, trata-se de uma leitura pertinente. Mais do que isso, de uma leitura requerida pela concepção de literatura da época do autor de *Iaiá Garcia*, quando era comum conceber a literatura como modo de ler a história.

Neste sentido, merece atenção o fato de, a despeito dessa afirmação inicial, Chalhoub ainda julgar necessário ancorar sua leitura no próprio escritor. Uma análise sócio-histórica da obra de Machado, argumenta ele, não somente é autorizada ou requerida pela concepção de literatura vigente no século XIX, ela é exigida pela própria compreensão machadiana das relações entre literatura e sociedade. Ao deprender uma interpretação da história do Brasil dos romances e contos de Machado, Chalhoub não estaria apenas explorando uma disponibilidade do texto literário, mas respondendo à intenção mesma do escritor. Seria ele quem teria reivindicado para a literatura o âmbito da realidade, ao proclamar, em 1878: “Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo...”. Retomando esse trecho

da crítica de Machado a *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, Chalhoub confere-lhe um sentido preciso:

Ou seja, a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da “matéria” social que representa e sobre a qual interfere. A Machado de Assis, como John Gledson já sugeriu, interessava desvendar o sentido do processo histórico referido, buscar as suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos. A representação literária desses sentidos mais cruciais da história exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances; na experiência do leitor, assim como na do dependente, a verdade não se lhe apresentava tal qual, o sentido dos acontecimentos não era evidente – distanciamento crítico e observação perseverante tornavam-se requisitos básicos (CHALHOUB, 2003, p. 92-93).

Realidade vira sociedade e, em seguida, sentido do processo histórico, sem que saibamos em que são ancoradas tais equivalências. Seja como for, o que está em jogo nessa afirmação de que o impulso para uma leitura histórica parte do próprio Machado, o que aí se evidencia, é a integração da análise de Sidney Chalhoub a uma tradição da crítica machadiana. O historiador mesmo o diz: “é verdade que não veria História nenhuma nas histórias de Machado de Assis sem a experiência de ler outros intérpretes dele. [...]. Refiro-me, principalmente, a John Gledson e a Roberto Schwarz” (Idem, p. 13). Há uma história que só se torna visível a partir do contato com certa crítica e suas interpretações sobre a relação entre literatura e sociedade brasileira em Machado de Assis. Mas, como se verá, essa visibilidade se alcança sob o preço de se apagar uma perturbação da concepção de literatura em Machado. A fim de compreendê-lo, faz-se necessário entender o empreendimento crítico que conferiu a Machado de Assis o atributo de “o mais brasileiro de todos os escritores brasileiros”.

LITERATURA BRASILEIRA E NACIONALISMO LITERÁRIO

O que nos conduz ao momento inaugural da literatura brasileira *enquanto literatura*. Segundo Abel Barros Baptista, a noção moderna de literatura articula uma dimensão estética e uma dimensão institucional e social. É próprio da literatura um impulso da modernidade, isto

é, “a procura de uma realidade exterior à poesia capaz de sustentar a recusa do passado e satisfazer a paixão do novo e do começo radical” (BAPTISTA, 2003a, p. 28).¹

No Brasil, a constituição da literatura encontra o momento da Independência política, o começo do Brasil enquanto nação independente. “A literatura fundava-se, afirmando uma aventura literária original, e acompanhava, numa coincidência de destinos, a fundação do país, também ele diferente e original” (Idem, *ibidem*). Isto fez com que os românticos brasileiros vivessem o seu romantismo de acordo com o presente, diferentemente do que ocorreu na Europa. Para ser nacional, a literatura brasileira precisava orientar-se para as exigências do presente, para a invenção da nação. De maneira que a consciência da modernidade assumiu no Brasil a consciência da nacionalidade. Neste sentido, diz Baptista, o principal mérito do romantismo brasileiro não foi a criação de um programa de nacionalização literária, mas sim a fundação da “literatura brasileira enquanto projeto moderno” (Idem, p. 29). Ao fazê-lo, por seu encontro com a Independência política, o romantismo foi buscar no exterior da tradição literária européia, além de no exterior da literatura, o fundamento e a finalidade para a construção de uma literatura nacional. Dessa maneira, a originalidade e a diferença do Brasil tornaram-se garantes da originalidade e da diferença da literatura brasileira. O romantismo definiu uma solidariedade obrigatória entre literatura brasileira e uma concepção de Brasil, isto é, obrigou “o destino da literatura a depender do processo de interpretação do Brasil” (Idem, p. 30-32), sob pena de se perder qualquer critério seguro de aferição da especificidade nacional da literatura brasileira. E foi antes pela imposição dessa lei da nacionalidade literária, mais que por sua resposta particular a ela, que o romantismo marcou a literatura brasileira. Ele “instala a questão nacional como centro de gravidade da reflexão literária, torna ilegítima toda a tendência para encarar a possibilidade de a literatura resistir ao Brasil” (Idem, *ibidem*). Impõe a ameaça de que ou há literatura nacional, expressão de um caráter nacional – independentemente de como se o interprete no momento – ou não há literatura brasileira.

A literatura funda-se no Brasil marcada, portanto, por essa especificidade: sua subordinação a um princípio de identidade nacional. O que significa que o “direito de dizer tudo”,² distintivo da noção moderna de literatura, sofre aqui, de saída, uma restrição. A

¹ Abel Barros Baptista é professor de literatura brasileira na Universidade Nova de Lisboa e deteve-se na obra machadiana também em *Autobiografias* (BAPTISTA, 2003b), que apareceu em seu país de origem em 1998. *A formação do nome* foi originalmente publicado em Portugal, em 1991, sob o título *Em nome dos apelos do nome*.

² A expressão é de Jacques Derrida (In: BAPTISTA, 2003b, p. 186): “Aconteceu-me com frequência [...] insistir sobre a necessidade de distinguir entre a literatura e as belas-letas ou a poesia. A literatura é uma invenção moderna, inscreve-se em convenções e instituições que, para não reter senão estes traços, lhe asseguram em

literatura brasileira deve falar da realidade brasileira ou desaparecer, tornar-se indistinguível enquanto literatura autônoma.

Machado de Assis foi quem melhor comprovou a existência dessa lei nacionalista. Não porque tenha a ela se submetido, mas porque ele, o maior escritor brasileiro, passou por havê-la desconsiderado (BAPTISTA, 2003a, p. 32). Ao contrário de outros escritores brasileiros de sua época, Machado produziu uma obra em que não se percebe a existência da realidade brasileira nos moldes definidos pelo projeto romântico. Ao contrário de outros escritos brasileiros de sua época, não fundou sua literatura em uma idéia de Brasil ou estabeleceu, como José de Alencar em seu “Bênção paterna”, uma harmonia sem falhas entre seus romances e a diferenciação histórica e regional do país. E obrigou assim sua fortuna crítica a um esforço sempre renovado de provar a presença da realidade brasileira em sua literatura (Idem, p. 32-33). Assim se constituiu a tradição cuja herança foi reivindicada por Sidney Chalhoub: a da crítica nacionalista. Ela transformou a acusação do pouco brasileirismo em um erro, derivado da má compreensão – ou da má leitura – da obra e/ou da nacionalidade literária – e, em lugar do Machado avesso à realidade brasileira, faria dele o ponto culminante do nacionalismo literário.

CRÍTICA NACIONALISTA, HISTÓRIA E LITERATURA EM MACHADO DE ASSIS

Afinal, argumentaram os primeiros críticos empenhados em desfazer o “equivoco”, as próprias circunstâncias da vida do romancista impeliavam-no ao nacionalismo literário. Em 1949, em seu *Introdução a Machado de Assis* – tido por Antonio Candido (2004, p. 21), em 1968, como “uma das interpretações mais maduras” da obra machadiana –, Barretto Filho (1980, p. 26) descreve o escritor como “filho do povo”, cuja força secreta e “poder de comoção sobre a nacionalidade vem de uma impregnação poderosa e demorada de elementos populares, e das suas constantes tradicionais”. Dez anos antes, Mário Casassanta (1939, p. 146, 148-152) escrevia que Machado, originário das classes modestas “que constituem o proprio cerne da nacionalidade”, era “nacional por nascimento, nacional por condição, nacional pelo meio, nacional pela escola”. Além disso, argumentava ele, o escritor nascera em um momento (1839) marcado pelo esforço das elites letradas em fundar a nossa nacionalidade literária e pertencera a uma geração cujos membros – Casimiro de Abreu, Fagundes Varela,

princípio o *direito de dizer tudo*. A literatura liga assim o seu destino a uma certa não-censura, ao espaço da liberdade democrática (liberdade de imprensa, liberdade de opinião, etc.). Não há democracia sem literatura, não há literatura sem democracia.”

Junqueira Freire, Visconde de Taunay, Franklin Dória – poetaram e prosearam bem brasileiroamente. A Machado não seria possível escapar à sua classe e à sua época. “Mestiço brasileiro bem representativo, de alma, sangue e cultura, [...] não podia fugir à moldagem do meio em que nasceu e viveu, e por isso é e foi um escritor bem brasileiro” – formula-o expressamente Afrânio Coutinho (1990, p. 48). Não podia e não fugiu, completa Casassanta (1939, p. 152-153), para quem posicionamentos políticos e apreciações artísticas seriam disto prova suficiente. – Aqui, como ocorreria em Sidney Chalhoub (2003, p. 206-240, 271-282), a trajetória pessoal do escritor serve de esteio para uma leitura de sua obra, revelando que um tal procedimento possui uma história mais antiga, quiçá intrínseca à crítica nacionalista.³

Seja como for, demonstrar o nacionalismo do cidadão e do homem de letras Machado de Assis não cumpre toda a tarefa, sobretudo se o engajamento disser respeito às décadas de 1850 e 1860, período muito anterior à publicação dos romances realmente notáveis de Machado, os da dita segunda fase. É mister apontar a maneira segundo a qual o nacionalismo se faz presente nessas obras em que o programa romântico brilha pela ausência.

Uma corrente tratou de mostrar que, embora faltassem índios e natureza americana ou tipos e modos de vida regionais, havia na literatura de Machado de Assis o retrato completo do Brasil do Segundo Império. O crítico marxista Astrojildo Pereira (1991, p. 14) foi o grande nome dessa vertente, tendo defendido pioneiramente, em 1939, a imagem de um Machado de Assis “romancista do Segundo Reinado”, de um escritor cuja obra é plena de referências a acontecimentos históricos e tipos sociais da época: a escravidão e a abolição, a Guerra do Paraguai, a questão religiosa, a proclamação da República, o encilhamento, “políticos militantes, deputados, candidatos, publicistas, os quais expõem e debatem os problemas de mais agudo interesse para a opinião pública”. Consoante sua filiação teórica, Astrojildo Pereira postulou a existência de uma relação íntima entre a obra machadiana e o “sentido da evolução política e social do Brasil”, tornando-se assim o precursor reivindicado da tradição de análise sócio-histórica da literatura de Machado de Assis.⁴ Segundo ele (1991, p. 14-36), o

³ O eixo explicativo da análise é explicitado logo ao início do quarto e último capítulo, intitulado “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”: “Em 1873, Machado de Assis tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura; a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse ministério encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação. O romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência de funcionário público e de cidadão. De fato, é possível até mesmo investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1878 e 1880, ou entre *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*” (CHALHOUB, 2003, p. 138-139).

⁴ Sidney Chalhoub (2003, p. 293) cita-o na mencionada primeira nota de *Machado de Assis historiador*: “A tradição de interpretar os sentidos históricos da obra machadiana é evidentemente mais antiga [que os trabalhos de John Gledson e Roberto Schwarz], basta lembrar Astrojildo Pereira, *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*”.

escritor retratou em seus romances a vigência e a dissolução de uma concepção patriarcal de família, bem como as mudanças na percepção social da escravidão até a perda de legitimidade que conduziu à abolição – indicativas ambas da passagem do tipo patriarcal ao tipo burguês de civilização.

Motivados principalmente pelo desejo de questionar a tese do absentismo político de Machado de Assis, não raro acusado de ter sido um espectador desinteressado de sua época, Brito Broca (1957) e Raymundo Magalhães Júnior⁵ não deixaram de contribuir para a consolidação da imagem construída por Astrojildo Pereira. Vinte anos mais tarde, em 1974, Raymundo Faoro (2001) escreveu um volumoso livro, que pareceu encerrar de vez a polêmica: não somente há notação local na literatura machadiana, como ela é abundante e permite acompanhar a passagem, no Brasil, de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes.

Entretanto, como bem observou Roberto Schwarz (1987, p. 167-168), essa posição tem contra si a percepção de que a notação local ocupa um lugar secundário em uma obra cujo interesse maior residiria na análise de sentimentos e comportamentos que são do homem, antes de ser do brasileiro. Podiam “ser situados tanto em Minas como na Tartária”, teria dito João Ribeiro dos romances machadianos. Em resposta a essa crítica, constituiu-se a tese de que Machado é brasileiro porque é universal e é universal porque é brasileiro.⁶ Um de seus adeptos foi o já mencionado Mário Casassanta (1939, p. 168), para quem o questionamento do caráter nacional de Brás Cubas impunha “demonstrar preliminarmente que a nossa terra é diferente das demais, e que a vida humana não se tece aqui do bem e do mal de que se faz o tecido da história”. Brás Cubas seria brasileiro porque os sentimentos universais que exprime teriam lugar também entre os brasileiros. Astrojildo Pereira, Barretto Filho, Lúcia Miguel-Pereira, Antonio Candido e outros críticos das décadas de 1940 e 1950 aderiram igualmente a essa explicação do brasileiro de Machado, de que Afrânio Coutinho (1997, p. 34) oferece outra formulação esclarecedora: “Para atingir o universal, há o escritor que ser nacional e popular, pois é no magma de sua região, absorvendo o legado nacional que ele encontra a seiva nutritiva que lhe veicula a grandeza e a universalidade, em uma palavra, a humanidade”. Seria por sua apreensão única e profunda da alma *brasileira* que Machado teria atingido a universalidade.

⁵ Raymundo Magalhães Júnior foi grande pesquisador da obra de Machado de Assis, tendo publicado dezenas de volumes de recolha de textos machadianos, além de estudos sobre o escritor. Em relação à problemática apontada, destaca-se: MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo (1971).

⁶ José Veríssimo (1954) foi o primeiro a apresentar uma formulação dessa dialética do universal e do brasileiro, afirmando que Machado de Assis era um escritor clássico, mas nem por isso menos nacional.

Ao substituir por um enquadramento social os termos abstratos em que seus predecessores conceberam a dialética entre o universal e o nacional, Roberto Schwarz escreveu, em finais da década de 1970, um novo, decisivo e influente capítulo da crítica nacionalista. Em lugar da representação da alma brasileira, o crítico encontra na literatura machadiana a representação da estrutura social do Brasil oitocentista. Este, aliás – e como não poderia deixar de ser – o seu ponto de partida, exposto no primeiro capítulo de seu primeiro estudo sobre Machado de Assis: a identificação de uma singularidade nacional, com a qual a literatura teria procurado lidar. Tal singularidade consistiria na convivência entre os princípios liberais e a escravidão e o favor (SCHWARZ, 2001, p. 9-31). A posição subordinada do país na ordem capitalista mundial imporia a “ambivalência ideológica da elite brasileira”, dividida entre o ideário liberal, o favor e o chicote, servindo-se de cada um deles conforme lhe fosse conveniente (SCHWARZ, 2000, p. 42). A diferença entre a primeira e a segunda fase de Machado de Assis, argumentou o autor de *Ao vencedor as batatas*, explica-se pelas mudanças na representação dessa “inscrição ‘teratológica’ do país na cena contemporânea” (Idem, p. 46). A primeira fase distinguir-se-ia pela rejeição do escritor à ideologia liberal. Ciente de que o liberalismo e seus dilemas próprios não possuíam inscrição efetiva na vida nacional, Machado teria preferido analisar a situação dos dependentes, examinados em sua relação com a família abastada. A narrativa teria assim, segundo Schwarz (2001, p. 94), o mérito de ser orientada para a análise da bem brasileira “prática multiforme e quase universal do paternalismo”. Mais que insossas histórias romanescas, *A Mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878) seriam, pois, figurações do lugar dos homens livres na ordem escravocrata brasileira: submetidos à lógica da submissão pessoal, sempre sujeitos à “conduta arbitrária e caprichosa de algum proprietário” (SCHWARZ, 1999). Mas, perpassados por um tom conformista, seriam romances “enjoativos e abafados”, dominados por uma intenção civilizadora do escritor, que teria idealizado a família como esfera reparadora das desigualdades sociais e insistido “no respeito e no decoro com o que os conflitos devem se solucionar” (SCHWARZ, 2001, p. 87, 93).

Neste sentido, a reviravolta a partir das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – examinada em *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990) – teria origem em uma desilusão de Machado com este “paternalismo esclarecido”, o que o conduziria a abandonar a visão moralizante e adotar o ponto de vista do inimigo: nos romances da segunda fase, o narrador é um membro da família abastada. A arbitrariedade da elite brasileira, sua alternância entre os princípios liberais e o favor ou a escravidão, é exposta em toda a extensão de sua destrutividade. O que, defende o crítico literário, Machado alcançou pela transformação em

princípio formal do que era assunto. “As condutas reprováveis (mas não reprovadas)” da elite reaparecem promovidas a procedimento narrativo. Trata-se do princípio da volubilidade do narrador. Seu comportamento esnobe e caprichoso, a recusar critérios que acabara de adotar, a se servir de toda a tradição ocidental para em seguida desprezá-la, seria uma estilização do comportamento necessário da elite nacional. “O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura social do país”, sustenta Schwarz (2000, p. 11). O “Romancista do Segundo Reinado” se particulariza em “romancista da desfaçatez das elites brasileiras”. – Sem prejuízo do enraizamento nacional, certo.

Avaliando que Roberto Schwarz havia encontrado a chave para a compreensão da literatura machadiana, John Gledson adotou seu pressuposto de leitura e o desenvolveu em um sentido decisivo para o surgimento da abordagem de Sidney Chalhoub. Para o crítico inglês, cuja obra apareceu em meados da década de 1980, não se tratava apenas de que os romances machadianos retratavam a estrutura social do Brasil da época. Mais do que isso, a própria arquitetura da ficção posterior a 1881 e a sucessão das obras haviam sido pensadas para transmitir uma visão da história do Brasil do Segundo Reinado. Segundo Gledson (1986, p. 16. Grifos meus), “Machado, *como muitos outros romancistas do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia*”. Suas obras da maturidade teriam sido concebidas em obediência a uma visão particular de conjunto, que as fazia funcionar em pares, a fim de que cada um destes abordasse uma etapa do desenvolvimento social e político do país naquele século. No interior de cada par, o primeiro romance traria uma visão mais “panorâmica”, ao passo que o segundo, uma abordagem mais concentrada, focada em um ou dois anos, do processo examinado. Assim, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880) e *Casa Velha* (1885), cujas tramas situam-se, respectivamente, entre 1805 e 1869 (com ênfase nas décadas de 1840 e 1850) e em 1839, enfocariam o domínio de uma oligarquia escravista segura de si. *Quincas Borba* (1891) e *Dom Casmurro* (1899), cujos enredos enfatizam o período entre o final da década de 1860 e o início da de 1870, retratariam o período de crise que mais teria fascinado Machado, “quando pela primeira vez se percebeu que ia acabar a escravidão, com uma nova classe comercial, ligada ao capital internacional, representando uma ameaça para o poder tradicional da classe dominante” (Idem, *ibidem*). Finalmente, *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908) tratam da história para além de 1871 e objetivariam mostrar a impossibilidade de uma transformação do Brasil que beneficiasse seu povo.

Apreender, a partir daí, a visão machadiana da história do Brasil passa por compreender as razões do lugar central dos anos de 1867-71 no desenvolvimento da ficção do

escritor. Gledson sustenta que, para Machado, se tratou de um momento em que esteve em jogo o próprio destino do sistema social brasileiro, injusto e opressor. E em que as tentativas de transformação fracassaram – as reformas que realmente ocorreram, como a aprovação da Lei do Ventre Livre, não trouxeram as modificações esperadas. E não o fizeram porque – e nisto residiria a lição de história do Brasil oferecida pelo autor de *Dom Casmurro* – o país é marcado por

um rígido sistema de classes, baseado na escravidão, que produz uma classe dominante incestuosa, incapaz de renovação vinda dos escalões inferiores [...] e um capitalismo superficial, explorador, com raízes no exterior, incapaz de beneficiar a nação em conjunto, em parte porque esse “conjunto” é uma ficção. (Idem, p. 22)

As semelhanças e diferenças da abordagem de Sidney Chalhoub face às de Roberto Schwarz e John Gledson tornam-se, neste ponto, perfeitamente reconhecíveis. Com o primeiro, o historiador compartilha a visão de que os romances machadianos são representações da estrutura social brasileira, figurações de um sistema de domínio calcado no paternalismo. Ao contrário de Schwarz, contudo, ele encontra no Machado de Assis da primeira fase, tanto quanto no da segunda, uma perspectiva crítica em relação à ideologia senhorial, desvelada no comportamento perspicaz e político dos dependentes. Do segundo, o autor de *Machado de Assis, historiador* retomou a certeza de que, através de suas obras, o escritor procurou escrever (e mesmo reescrever) a história do Brasil da segunda metade do Oitocentos. Mas, diferentemente de Gledson, Chalhoub estende essa intenção para romances da década de 1870 e, principalmente, avalia que 1871 significou de fato uma mudança – a ruína do paternalismo – e uma mudança causada pela ação conseqüente dos subalternos.

Interessa-nos, contudo, mais do que esse balanço comparatista, observar como as tentativas que, desde os anos 1940, se fizeram no sentido de encontrar a história na obra de Machado de Assis supõem, como *momento inescapável*, o enraizamento de sua literatura em uma concepção de Brasil. A questão sobre uma concepção de história na literatura do maior escritor brasileiro torna-se indistinta da questão de uma concepção de país por ele supostamente expressa. Falar em um *Machado de Assis, historiador* torna-se possível quando já não se discute, já não tem sentido discutir, se Machado de Assis realmente pensou sua literatura como meio de expressão de uma visão de Brasil. Já não tem sentido, porque já não se têm dúvidas, no âmbito brasileiro, de que a resposta é afirmativa. A fórmula de Chalhoub é, a este respeito, significativa. Ao asseverar que Machado “apenas compartilhava de uma

visão bastante comum à época”, o historiador diz que Machado pertencia à sua época e diz também que, sendo isto evidente, todo o debate em torno de seu brasileiro não tinha razão de ser. Diz que bastava conhecer um pouco da concepção de literatura da época para encerrar rapidamente a questão. Só não diz por que, então, o debate arrastou-se por tantos anos, por que todo crítico filiado à tradição nacionalista se sentia (e se sente ainda, mesmo quando sabe, como ele, que o debate é sem sentido) compelido a reafirmar a evidência. Não diz, fundamentalmente, por que é necessário, como ele mesmo o faz, recorrer ao próprio Machado de Assis como garantia; por que é necessário fazer de uma sua intenção o argumento inapelável em favor da leitura empreendida.

NACIONALISMO E LITERATURA EM MACHADO DE ASSIS

É necessário porque somente assim se completa a restituição de Machado à lei nacional. A normalização de sua posição perturbadora não se realiza plenamente a não ser quando se mostra que o vínculo entre sua literatura e o Brasil não é involuntário ou inconsciente, mas fruto de um desejo expresso pelo próprio escritor (BAPTISTA, 2003a, p. 37-39). Machado teria anunciado com sua própria voz um projeto próprio de nacionalismo literário, teria reivindicado, conforme defende Roberto Schwarz (2000, p. 09) “o melhor do legado romântico – seu sentimento de historicidade – contra a aliança em voga de pitoresco e patriotismo”.

Não é outra a razão da celebridade de um ensaio escrito por Machado (1997, p. 801-809) em 1873, muito antes dos grandes romances da maturidade, quando sua obra de romancista contava apenas com *Ressurreição* (1872). Trata-se de “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”. Ele foi convertido na prova definitiva do brasileiro de Machado, garante último da validade da leitura normalizadora. Considera-se que ali, através de duas ou três passagens decisivas – que a crítica nacionalista cita incansavelmente –, Machado de Assis afirmou em seu próprio nome o compromisso de sua literatura com a originalidade brasileira. O escritor em pessoa teria se apresentado para dizer que, como outros escritores de sua época, fundou sua obra em uma imagem do Brasil (BAPTISTA, 2003a, p. 37).

De maneira que a crítica nacionalista não faria nada mais que responder ao impulso que move a literatura machadiana. Não há apagamento de uma perturbação, simplesmente tal perturbação não existiria. Como outros escritores de sua época, Machado de Assis teria

referendado a restrição constitutiva da literatura brasileira: a que se impõe ao “direito de dizer tudo”.

Acontece que essa certeza se conquista sob o preço de se obstaculizar a compreensão de outras questões em jogo na literatura machadiana. Para impor como único problema legítimo o de demonstrar a presença do Brasil na obra de Machado de Assis, a crítica nacionalista precisa obliterar um compromisso fundamental da literatura machadiana: o compromisso com a própria literatura.

Um compromisso que se revela de maneira inequívoca justamente na “Notícia da atual literatura brasileira”. Remetendo a trechos determinados do ensaio, a crítica nacionalista fez dele o fundamento último da validade de sua leitura; converteu-o na exposição machadiana de um projeto próprio de nacionalidade literária. Uma leitura minuciosa evidencia, pelo contrário, que Machado recusou qualquer projeto nacional (Idem, p. 42), isto é, recusou qualquer restrição ao “direito de dizer tudo”, ao mesmo tempo que se recusou a abdicar do compromisso com a construção de uma literatura brasileira. Uma leitura minuciosa evidencia que, por meio dessa dupla recusa, Machado se desviou de sua época. Afirmou o impensável de sua época: a igualdade da indiferença. Mas este é um capítulo de outra história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Abel Barros. O episódio brasileiro. In: *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003a, p.

_____. *Autobiografias: a solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003b.

BARRETTO FILHO, José. *Introdução a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis (1968). In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas cidades, 2004, p. 15-31.

CASASSANTA, Mário. Machado de Assis, escritor nacional. In: *Machado de Assis (conferencias)*. Rio de Janeiro: Federação das Academias de Letras do Brasil; F. Briguiet e Cia. Editores, 1939.

CHALHOUB, Sidney. CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Diálogos políticos em Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de *Helena*”. In: *Revista do Departamento de História*. Fafich/UFMG, Belo Horizonte, julho de 1992, p. 19-43.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

COUTINHO, Afrânio. Machado de Assis na literatura brasileira (1960). In: *Machado de Assis na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1990.

COUTINHO, Afrânio. Machado de Assis na literatura brasileira. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. Organizada por Afrânio Coutinho. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997, p. 23-65.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª edição revista, São Paulo: Ed. Globo, 2001.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”. *Obra Completa*. Organizada por Afrânio Coutinho. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997, p. 801-809.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Machado de Assis desconhecido* (1955). Rio de Janeiro: São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1971.

PEREIRA, Astrojildo. Romancista do Segundo Reinado. In: *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

SCHWARZ, Roberto. Duas notas sobre Machado de Assis (1979). *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª edição (2000), São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. 1ª reimpressão, p. 9-31.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª edição, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. “Um mestre na periferia do capitalismo” (entrevista). In: *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÉTICA NA TEORIA DA HISTÓRIA DE JOHANN GUSTAV DROYSEN

Renata SAMMER¹

renatasammer@mac.com

RESUMO: Ao rejeitar o objetivismo de cunho rankeano exigindo do historiador o exercício de sua parcialidade, Droysen nos apresenta uma concepção historiográfica presentista onde a ética assume posição fundamental. Para melhor compreender este conceito em sua teoria da história, examinaremos o seu lugar como: 1. Categoria comum ao gênero humano, 2. Interpretação, representação e ação, e 3. Coesão entre as épocas históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História. Historismo. Ética.

ABSTRACT: While rejecting the objectivism of the rankean school and so restoring to the historian the exercise of his partiality, Droysen introduces us a presentist historiographical conception where ethics assume a central position. For a better understanding of this concept in his theory of history, we shall study its features as: 1. Definition of human gender, 2. Interpretation, representation and action, and 3. Connection between historical periods.

KEYWORDS: Theory of History. Historism. Ethics.

1. O MUNDO ÉTICO E O MUNDO DOS COSTUMES

Ao abordar o sistema conceitual de Droysen devemos considerar uma dificuldade relativa à sua tradução que tem por mérito elucidar sua concepção historiográfica. Pedro Caldas já notou em sua tese de doutorado (CALDAS, 2004, p. 23-24), que embora “potências morais”, “mundo moral” e “esferas morais” sejam possíveis traduções para o adjetivo *sittlich*, a filosofia historista de Droysen destaca o incessante movimento deste mundo, potências e esferas e portanto, mais valeria traduzir seu adjetivo como “ética”². A obra teórica de Droysen compreende a história como um conjunto de idéias, hábitos e costumes em constante

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-RJ e bolsista da CAPES.

² “A tradução é assumidamente controversa. O termo “*sittliche Mächte*” poderia ser traduzido como “potências morais”, mas, conforme poderá ser demonstrado posteriormente, a *Sittlichkeit*, em Droysen em momento algum terá cunho moralista e dogmático, ou seja, não se trata de princípios que se aplicam a qualquer circunstância. Preferimos adotar a solução de Paulo Meneses, a saber, *Sittlichkeit* pode ser traduzida por eticidade”. Ver P. Caldas, pp. 23-24.

transformação e, portanto a tradução de *sittlich* como ética, embora os dicionários da língua alemã tendam a associar o termo à moral, nos parece ser como acima sugerido, mais apropriada³. Existe porém uma distinção em sua obra entre o *ethische Welt* e o *Sittliche Welt*. Droysen discorrerá em diversos momentos sobre a ética e sobre o mundo ético (*ethisch*) paralelamente ao mundo ético dos costumes (*sittlich*). Fica claro, à medida que avança a reflexão droyseana, que para a boa compreensão de sua concepção historiográfica é preciso reconhecer a diferença entre estes dois mundos. É verdade que Droysen apenas a reconhece para negá-la mais adiante. A trajetória que o autor fará para, após estabelecer a distinção entre os dois mundos, uni-los novamente não deixa de constituir uma crítica ao “falso dualismo” precipitadamente adotado pelas ciências humanas e, sobretudo pela historiografia de cunho hegeliano. Embora estes dois mundos possam ser apresentados paralelamente não existe entre eles uma relação hierárquica, um abarca o espaço da experiência humana (*sittlich*) enquanto o outro aprofunda a sua compreensão (*ethisch*). Ambos encontram-se em movimento constante e não podem (nem devem) ser compreendidos separadamente. Contudo, o mundo ético dos costumes (*sittlich*) pode ainda ser compreendido como a circunstância presente do mundo ético (*ethisch*), o resultado de seu movimento incessante até então.

A história, lembra ainda Droysen, não investiga apenas o mundo ético, mas o mundo ético em movimento. E é por isso que, se o indivíduo relaciona-se com outros indivíduos participando assim das esferas éticas do costume (*sittlich*), o Estado, a Igreja, a escola ou mesmo o direito, em cada uma destas relações encontra-se o mundo ético em movimento constante (DROYSEN, 1977, p. 38). Logo: “O objeto de nossa ciência não é o mundo ético sem devir, não é o seu ser mas o seu devir. O que aqui encontramos, cada indivíduo, nação, arte etc. é dotado de seu ser próprio, determinado e determinante, sua esfera de costumes, se posso assim dizer, seu lado prático e técnico” (DROYSEN, 1977, p. 37).

Devemos atentar aqui para a dupla de adjetivos empregada por Droysen, “determinado e determinante” (*bestimmtes und bestimmendes*), pois esta dupla qualidade das configurações éticas (*sittlich*) indicam o ponto onde encontram-se os dois mundos. Em outras palavras, se o mundo ético leva consigo idéias capazes de determinar as configurações das relações humanas, este apenas pode vir a ser conhecido pela compreensão destas mesmas configurações. Estas, por sua vez, determinam o mundo ético. As relações que o indivíduo

³ No *Duden* (dicionário da língua alemã) etimológico, *Sitte* aparece como um substantivo oriundo do mundo germânico (*gemeinermanisch*) dotado de um sentido “tribal”, “habitual”, “costumeiro”. *Sitte* nos parece ser uma ética conquistada pela convivência, circunstancial. O seu sentido moral é tardio, data do décimo quinto século (assim o *Wahrig* reconhece em *Sitte*, *sittlich* e *Sittlichkeit* sentidos relacionados à moral). *Sitte* pode ser ainda associado a “costume” (*Gewohnheit*), “hábito” (*Brauch*) e ao “bom comportamento” (*gutes Benehmen*).

estabelece com sua família, comunidade, Estado e Igreja são parte do mundo ético, parte da história, mas não são em si história (DROYSEN, 1977, p.38-39). São gotas de um rio caudaloso, mas não o seu fluxo. A história - nos lembra Droysen com frequência - é o mundo ético em movimento. O risco de compreender ambos os mundos sob a ótica de um falso dualismo deve ser evitado.

Apenas historicamente fecundam-se o conteúdo destas idéias éticas e sua expressão mais aproximada, i.e., elas não são como são mas o que são, elas são o historicamente acontecido, e elas acontecem e prosseguem sem descanso para continuar a acontecer. Certamente existiram em todos os tempos a Família, o Estado, etc., de forma explícita ou implícita, pois na natureza ética (sittlich) do homem está a necessidade, de que ele viva no Estado, Família, etc. Mas algo bem distinto é, como estas formas e necessidades, estas idéias éticas (ethischen Ideen) foram formadas, e, nesta sua formação intermediária, daí o seu genuíno conteúdo e substância que encontramos na história e historicamente, não pela especulação e de maneira especulativa (DROYSEN, 1977, p. 202-203).

O pensamento histórico permite que o homem, ao inserir seus costumes em um contexto, afirme sua capacidade de mudança pela liberdade que lhe possibilita a compreensão. A ética droyseana também não é um valor supra-histórico de cunho neo-kantiano. Ela é antes inconstante, suscetível à oscilação cambiante dos costumes. Ainda, não nos parece ser possível compreender o mundo ético droyseano como uma busca pela ordem, pela estabilidade ou pelo Ser. Certamente o mundo ético droyseano não é estável. Contudo, ele é capaz de coser épocas históricas distintas, representar sob uma única idéia acontecimentos diversos. A reflexão droyseana sobre a história não busca o Ser mascarado pelo devir. Isto seria manter o já abandonado dualismo em sua hermenêutica. Antes, ser e devir se confundem. Pois as idéias éticas e as esferas éticas que as representam modificam-se conjuntamente. A única forma de compreender as suas diferentes configurações em uma continuidade é pela ética presente. Pois próprio ao ser é seu devir constante. A história é uma forma de compreensão própria ao gênero humano e à medida que esta compreensão se aprofunda, modifica-se o ser. Para um pensador profundamente influenciado pela filosofia aristotélica como o foi Droysen, a história vem a ser a definição do gênero humano. Se existe uma constante na história, esta é a habilidade do homem em pensar historicamente, i. e., sua ética.

2. A NATUREZA DÚBIA DO HOMEM E O FALSO DUALISMO MODERNO

Estes dois mundos originam-se na natureza sensível e espiritual dos homens (*geistig-sinnliche Natur*)⁴. O homem sensível percebe o mundo ao seu redor gerando signos imotivados (*Zeichen*) que gradualmente são correlacionados tornando assim a concepção humana a cada vez mais complexa. A natureza humana é portanto capaz de produzir empiricamente um vasto sistema de signos imotivados e ainda organizá-los espiritualmente (DROYSEN, 1983, p. 14). Embora dividido, o homem é único assim como os dois mundos éticos são afinal, apenas um. E, embora a sua natureza espiritual permita compreender a história, o homem encontra-se limitado ao seu presente, à experiência empírica de sua existência. Este é o ponto de partida de sua teoria da história. Ao colocar a empiria na base do conhecimento histórico, Droysen julgará necessário discorrer de forma introdutória sobre o homem e sua natureza a fim de estabelecer como este adquire conhecimento (histórico) sobre o mundo. Droysen recorrerá à “energia sensível de nossos nervos sensórios” a fim de explicar a formação dos signos e das representações humanas (DROYSEN, 1983, p. 8). Assim, para não deixar de citar seu exemplo, para quem teve a experiência de comer um pêssigo maduro e sentir a sua maciez, o seu sabor adocicado, o seu odor e perceber a sua cor alaranjada, a cada visão de um pêssigo maduro se repetirão em nossa alma as mesmas combinações de signos imotivados (*Zeichen*) (DROYSEN, 1983, p. 9). É a qualidade humana que nos permite, lembra, caminhar no escuro tendo apenas o tato como sentido ativo. O que permite ainda Droysen concluir que estas combinações de signos que estabelecemos através de nossos sentidos não são uma “reprodução reflexo” (*Abbilder*) da realidade mas sim uma representação (*Vorstellung*) do que é e do que acontece “que se amplia e se complementa e se corrige incansavelmente” (DROYSEN, 1983, p. 10). A formação destes sistemas de signos e o seu acúmulo, i.e., a experiência do mundo dos fenômenos, fazem de nossa alma espírito. Este espírito tem a faculdade de organizar as diversas experiências vividas segundo variadas modalidades sendo sua sucessão temporal e sua proximidade espacial, as percepções de espaço (*Raum*) e tempo (*Zeit*), “as primeiras e as mais gerais” (DROYSEN, 1983, p. 11). Pois são estas sensações que nos permitirão aprofundar a nossa compreensão sobre um objeto. As percepções de espaço e tempo podem ser sentidas a partir de um ponto fixo que identificamos em meio às diversas realidades dispersas e em constante movimento, o Eu, e subsumem os demais registros, i.e., o calor, os tons, as cores, o peso, etc.

Vê-se logo que Droysen possui uma particular idéia do que seja a história, seu objeto e sua metodologia. Contudo, “o nosso método é o método empírico” e embora inevitável, a empiria histórica dar-se-á de forma específica. A história pode ser experimentada, sentida e observada já ao nascer. O mundo ético-histórico pode ser percebido pelo jovem ser humano. O carinho dos pais, a sensação tátil de um tecido específico, a voz daqueles que o cercam, sua língua comum, os odores da casa em que habita. Estas são informações produzidas por seres humanos e, portanto podem ser compreendidas por seus semelhantes. Este mundo de sensações é repleto de história. A língua que falam os pais e os irmãos do recém nascido foi constituída por seres humanos através de séculos e séculos de história comum, os fios do cobertor que o aquece, extraídos de uma ovelha ou de um algodoeiro, foram produzidos por uma tecnologia igualmente elaborada pelos homens através dos anos, o fogo que cozinha seus alimentos foi ainda uma descoberta.

E é por isso que o homem do presente pode compreender o resto herdado de seu semelhante passado. “Nosso método consiste em compreender investigando”, (DROYSEN, 1983, p. 30), lembra Droysen. Apenas o homem pode compreender o homem e é a investigação dos materiais produzidos pelos homens, frutos de seus pensamentos e ações que possibilita esta compreensão, enriquecendo assim com novas representações o mundo ético. “Em poucas palavras”, nota ainda Droysen, “não há nada que mova o espírito humano e que tenha encontrado sua expressão sensível que não possa ser compreendido; não há nada compreensível que não se encontre no âmbito de nossa co-genialidade, que conhecemos como pertencendo à empiria histórica, ao âmbito do mundo [ético]” (DROYSEN, 1983, p. 33).

Desta maneira, também o historiador encontra-se limitado pela empiria histórica. Seu objeto encontra-se aqui e agora, no presente. A sua investigação não pode dirigir-se ao passado, deve dirigir-se aos restos do passado que no presente se encontram. “Apenas assim é possível a percepção empírica” (DROYSEN, 1983, p. 27), pois o homem atua deixando marcas sobre o planeta, modelando os materiais, modificando a natureza, e cada gesto seu outorga expressão, duração e perceptibilidade ao que foi pensado, sentido, “a cada movimento da alma” deixando assim marcas que poderão ser empiricamente percebidas por seus descendentes (DROYSEN, 1983, pp. 28-29). Contudo, estes restos dispostos no presente não são capazes de nos revelar o passado tal qual realmente foi. A ordenação deste material segundo conexões causais, contextos, sistemas, fins e condições “não existe por si, senão em nossa concepção” (DROYSEN, 1983, p. 78). O material do historiador é o que do passado ainda não é passado, o que, a partir do presente compreendemos e representamos como passado. Contudo, recebemos ainda, de maneira inconsciente e imediata uma idéia “pronta”

de passado. A história estabelece assim rotinas, às quais somos forçados desde o nascimento, que nos constroem e que nos forçam a reagir, com as quais estabelecemos uma interação construindo e aprofundando *sans cesse* o mundo de representações que reconhecemos como humano. Este mundo é claramente histórico – pois submetido às percepções maiores de espaço e de tempo. “Nosso conteúdo espiritual é uma imensa quantidade de restos do passado que se encontram reunidos em nós, aqui e agora, como nosso mundo de representações” (DROYSEN, 1983, p. 26). A nova representação adentra o mundo de representações que carregamos, mundo este que se transforma conosco, à medida que novas coisas apreendemos, que novas representações criamos. Aos restos materiais do passado devemos ainda acrescentar pelo viés de nossa interpretação parcial os restos não visíveis que levamos em nós.

Droysen deixa claro já ao introduzir sua teoria da história: o que o preocupa e o motiva é estabelecer uma disciplina com uma clara metodologia. Para nos convencer de que tal tarefa é urgente Droysen apontará para o que identifica ser uma lacuna no pensamento moderno e em suas metodologias. A disciplina tal qual imaginada por Droysen não deve apenas ocupar-se de uma metodologia distinta daquela empregada pelas ciências naturais. A reflexão sobre a história é anterior a esta distinção e vem suprir uma deficiência identificada pelo autor no pensamento moderno: se a especulação filosófica e as metodologias científicas desenvolvem-se sem obstáculos, a ética, que o autor associa ao método histórico e à compreensão, estaria ausente do “prima do conhecimento” moderno (DROYSEN, *Historik*, p. 36). Droysen elogia a divisão do conhecimento pelos gregos entre Ética, Física e Lógica e lembra que a história preencheria a lacuna deixada pela ausência da ética no prisma do conhecimento moderno por ser logicamente anterior às metodologias científicas (Física) e à especulação filosófica (Lógica) (DROYSEN, *Historik*, p. 36). “Os métodos são para o espírito o que os sentidos são para o corpo, ou melhor, para a alma” (*Denn Methoden sind für den Geist, was die Sinnesorgane für den Körper, oder will man lieber, für die Seele*, DROYSEN, *Historik*, p. 37), lembra Droysen, e, se não possuímos uma metodologia para a história, estamos de certa forma desprovidos de um de nossos sentidos. “O compreender é o conhecer mais perfeito que nos é humanamente possível”, lembra (DROYSEN, 1983, p. 34).

3. REPRESENTAÇÃO E AÇÃO

O mundo ético constitui-se da resposta humana sobre o humano, da interpretação da ação e de sua re-presentação. Certo é que este movimento pode trazer consigo inconvenientes:

“É natural que com o aumento da necessidade de cultura e formação, o material histórico seja elaborado cada vez mais, se faça cada vez mais convencional, até que ao fim, em lugar da visão histórica viva apareça uma real *fable convenue*” (DROYSEN, 1983, p. 101). E desta maneira Droysen expressa sua crítica à historiografia de seu tempo, a concepção então vigente de que “conhecimentos esquemáticos e superficiais” devam fazer parte da educação institucional (DROYSEN, 1983, p. 101).

As fontes devem ser percebidas como “concepções de acontecimentos” independentemente do momento em que foram produzidas, mais próximos ou mais distantes dos ditos acontecimentos (DROYSEN, 1983, p. 161). “Sempre”, lembra ainda Droysen, “acompanha os acontecimentos a sua concepção, sua tradução na consciência e sua representação.”, (DROYSEN, 1983, p. 162). E é a percepção humana do movimento incessante do mundo dos fenômenos que nos interessa investigar. Como Droysen não deixaria de notar, a história não busca fatos objetivos que nos revelem nitidamente, como uma fotografia, o passado. Esta não é a natureza de sua disciplina. Antes, a história busca na interpretação dos acontecimentos a sua parcialidade, a sua contribuição para o mundo ético.

“O que aconteceu objetivamente em um passado é algo completamente distinto do que se chama fato histórico. O que acontece se concebe, compreende e vincula apenas mediante a concepção como processo coerente, como um complexo de causa e efeito, de finalidade e realização, brevemente como um fato, e os mesmos detalhes podem ser concebidos por outros de distintas maneiras, podem ser combinados por outros com outras causas, efeitos ou finalidades” (DROYSEN, 1983, p. 160-61).

O que guardamos como representação do passado é de fato, um determinado grupo de indícios relacionados entre si pela fantasia, movidos pela subjetividade. Assim, têm os homens uma representação correspondente a seus interesses e sentidos atuais (DROYSEN, 1983, p. 43). A realidade surge como conceito relativo capaz de validar as representações que a ela se associam. Como os mapas, estas são apenas de certa maneira corretas (DROYSEN, 1983, p. 156). Desta maneira o historiador tem em suas fontes representações distintas sobre um tema comum. Catão, Políbio e Silano nos deixaram pontos de vista distintos sobre as guerras púnicas (romano-republicano, helênico e anibálico respectivamente). A pergunta histórica capaz de alcançar o movimento do mundo ético, deve voltar-se às realidades dos que elaboram estas fontes (DROYSEN, 1983, p. 163). A informação ali contida é como tais homens, dotados de consciência histórica, perceberam os acontecimentos como totalidade, inseridos em um contexto (DROYSEN, 1983, p. 166). A este “sistema simbólico” gerado

pelos restos do passado que identificamos dispostos no presente devemos ainda acrescentar a nossa interpretação. A interpretação do historiador orientada pelo seu presente estaria justificada à medida que também as suas concepções e as suas experiências de vida nas esferas éticas representam restos do passado no presente. E estas verdades parciais relacionam-se à verdade (parcial) do mundo ético em seu presente. “Consideramos estes dados como corretos não porque reproduzam objetivamente os feitos, as situações e, em geral, o passado”, nota ainda Droysen, “mas, desde o ponto de vista adotado, em sua relação com o fim perseguido, correspondem às realidades, e bastam para ser resumidos em nosso espírito na representação correspondente” (DROYSEN, 1983, p. 156).

Pouco importa que sejam poucas as certezas e grande a inventividade do historiador a relacionar fatos passados. Sua tarefa consiste em compreender o mundo ético em sua configuração específica buscando para tanto em seu tempo a “emoção” correspondente. Por outro lado, o passado exposto em uma infinidade de detalhes tende a cegar o historiador para o seu principal objeto: o seu presente, onde apenas, através da observação do mundo ético, pode compreender a história. “(...) Pois todo o fato, todo processo consiste em uma quantidade de detalhes. Mas a concepção humana é resumo dos muitos detalhes em uma representação” (DROYSEN, 1983, p. 152-53).

Estas representações constituem o mundo ético dos costumes (*sittlich*) e acumulando-se como camadas de minério enriquecem a compreensão do mundo ético. São representações históricas a astrologia e a crença medieval nos demônios, também a origem mitológica de Roma resgatada pelos antiquários tardo-republicanos e em ampla circulação durante o principado de Augusto (DROYSEN, 1983, p. 168). Ao historiador cabe mediar as representações recebidas, as distintas concepções do objeto investigado, como aquele que compara distintas definições do caráter de um indivíduo que não conhecemos. Pelo conhecimento daqueles que nos transmitem as descrições julgaremos as descrições recebidas gerando ainda nossa própria opinião sem, contudo acreditar ter assim alcançado o caráter tal como ele é, (DROYSEN, 1983, p. 169-70). O pintor, o botânico, o carpinteiro, etc., perceberão a árvore de maneiras variadas; “verdadeira é cada uma destas concepções na medida em que a verdade enuncia a relação entre o ser e o pensamento” (DROYSEN, 1983, p. 153).

Desta forma, a historiografia não deve buscar simplesmente uma acurada versão do passado. Ela baseia-se em concepções relativas, verdades parciais e deve montar a partir destes indícios uma nova representação. Insensato seria buscar reconstruir o passado que não mais existe. A tarefa do historiador portanto não é descrever o tempo passado, oferecer-nos

reproduções de suas realidades, mas aprofundar o conhecimento sobre o mundo ético “com o conhecimento fundado da continuidade do desenvolvimento [ético] humano, em cuja fila nós encontramos os que agora vivem, com a compreensão de seu contexto”, (DROYSEN, 1983, p., 36). Certamente, ainda que elaborada a partir da leitura cuidadosa das fontes e demais restos passados, esta idéia é formulada apenas no presente do historiador. Toda exposição historiográfica carrega o pensamento histórico de seu presente. Consciente da particularidade deste pensamento, Droysen buscará redefinir sua metodologia sem deixar de reformular radicalmente o seu objeto. Este deixaria de ser o passado idealizado, pelo tempo dissimulado, para ser o próprio pensamento sobre a história que a seu ver caracteriza o gênero humano.

4. A ÉTICA COMO COESÃO HISTÓRICA (A IDÉIA DE CONTINUIDADE)

Um dos tópicos mais fluidos e de difícil apreensão da filosofia historista consiste na busca da unidade na diversidade ou - o que resultaria em um problema para a historiografia - a busca da continuidade entre as distintas – particularíssimas - épocas históricas. Para não deixar de citar a metáfora historista da semente e do carvalho, o desafio reside em identificar algo que relacione a semente e o carvalho. Se o carvalho está contido em sua semente, este não pode vir a existir sem as importantes contribuições do vento, da chuva, do solo e do sol. E, embora radicalmente diferente de seu germe, é possível explicar historicamente como alcançou o estatuto de carvalho.

A ênfase no particular que com frequência associamos ao trabalho de Ranke, a habilidade em historicizar cada momento histórico respeitando suas particularidades temporais, tornaria quase imperceptível a coesão entre as épocas históricas. Como identificar na polis grega ou na *urbs* romana as origens do Estado moderno? O historismo em seu extremo terminaria assim por gerar a sincronicidade a partir da diacronicidade. Neste contexto, a adoção de “idéias históricas” tais quais sugeridas por Ranke permitiriam relacionar um período a outro sem violentar suas particularidades. Assim, a “idéia de nação” perpassa toda a história contada até a ascensão de Frederico o Grande e explica porque os Estados europeus guerrearam incessantemente. Seria esta a combinação que caracteriza sua historiografia, “narrativa e ‘visão elevada’”, segundo Meinecke (MEINECKE, 1982, p. 498). Seu favoritismo pelas “fortes impressões” deve-se à compreensão do conflito como confronto entre distintas percepções de mundo, de onde surgiria - “natural e espontaneamente” - a unidade. Daí serem as “nações” e as “idéias de nação” as forças que movimentam seu relato.

Assim, o desejo de universalidade de uma particularidade (a francesa, por exemplo) viria a ser combatido por uma outra particularidade (a protestante prussiana). Este conflito, no exato momento “sublime” em que ocorre, não deixa de fazer referência à idéia geral de Europa, à unidade que pouco a pouco se constrói no confronto entre as nações. A “idéia de Europa” que comporta o confronto entre as “nações”, entre as diversas “idéias de nação”, não conduz à extinção da diversidade, ao contrário, a universalidade desta idéia deve-se a manutenção da diversidade. Pois, a cada vez que uma nação ambiciona e arrisca o domínio universal as demais nações reagem “salvando-se a liberdade e a individualidade de todos” (RANKE, 1979 (1), p. 153).

Ainda, “Renascimento” e “Iluminismo” explicam certa época histórica. Relacionados a esta idéia, fenômenos históricos podem ser explicados assim como explicamos as ações de um indivíduo relacionando-as ao seu caráter. Friedrich Meinecke identificou no pensamento de Ranke um “panenteísmo positivo” (MEINECKE, 1943, p. 507; 1982, p.500), algo monístico que permitiria o livre desenvolvimento de individualidades associadas a uma origem comum: “os Estados são idéias de Deus”, nos lembraria ainda Ranke. Contudo, em clara oposição aos epígonos de Hegel, a idéia histórica não poderia ser extraída da pura especulação filosófica. Apenas a pesquisa demorada sobre os restos do passado em suas diversas formas poderia revelar a “idéia” que lhes une. As “energias morais” que movem a narrativa rankeana “não podem ser definidas por meio de abstrações, mas contempladas e captadas; podemos senti-las e compreendê-las” (RANKE, 1979 (1), p. 179).

Na teoria da história de Droysen a ética apresenta-se como portadora dos critérios de verdade, beleza e justiça que dominam certa época. A ética é portanto mutável, assim como as esferas do mundo ético dos costumes (*sittlich*). Aos princípios éticos de uma época referem-se as esferas dos costumes que são, por sua vez, o desenvolvimento do mundo ético até então. O fato de que o mundo ético movimenta-se incessantemente possibilita que as esferas dos costumes insiram-se em uma continuidade, pois é a aspiração aos ideais do mundo ético que motiva os atos de vontade, verdadeiros motores da história. Pode-se buscar e pressentir o mundo ético, o eterno e o absoluto, mas não alcançá-los (ANTONI, 1963, p. 115). A unidade e a verdade providas pela ética de uma determinada época estão presentes em todas as épocas uma vez que é parte da natureza humana referir-se às idéias éticas e representar assim seu conhecimento através de uma totalidade. Se as idéias de Ranke apenas podem ser extraídas através da leitura repetida das fontes, as idéias éticas de Droysen podem vir a ser conhecidas pelo exame das forças éticas dos costumes (*sittlich*). “O sistema ético (*ethisch*) de uma época

é apenas a circunstância especulativa e a suma do conhecimento até ali alcançado das forças éticas (*sittlichen Mächte*)” (DROYSEN, 1977, p. 203).

O movimento do mundo ético depende da idéia de continuidade. É portanto preciso cuidado para avaliar com precisão as idéias de progresso e desenvolvimento do mundo ético, pois as idéias habitam apenas o presente do indivíduo que as carrega. Assim como um povo singular, o homem também vive apenas seu tempo, entre seu nascimento e sua morte, é um ser temporalmente limitado. A sua representação em uma totalidade, algo próprio ao gênero humano, é o que permite coser uma época à outra.

(...), o que os homens fizeram em todos os tempos e em todos os lugares percebendo, pensando e falando, querendo, atuando e criando, é uma totalidade, uma continuidade, um bem comum, um permanente epidosis eis auto. E o motivo pelo qual temos a necessidade de tomar consciência desta continuidade é por termos, cada um de nós, parte na mesma. Cada um em seu lugar não é somente a simples soma do que se viveu e elaborou até ele, senão um novo começo de trabalho subsequente, e justamente por isso ele é necessário no lugar que ocupa e sua peculiaridade é necessária, tem valor e significação (DROYSEN, 1983, p. 19).

A idéia de continuidade é o que une o conjunto das experiências humanas, o que forma o mundo ético. Desde o momento de seu nascimento, o indivíduo sofre influências daquela “grande continuidade da empiria histórica”, i.e., dos conjuntos de signos acumulados pelos homens. “A história não são os passados, senão o saber que deles tem o espírito humano. E este saber é a única forma na qual os passados estão como se não tivessem passado, na qual os passados aparecem como algo que tem contexto e que é significativo em si, como história” (DROYSEN, 1983, p. 225). A idéia de desenvolvimento (ético), portanto não deixa de estar presente em Droysen. Contudo, a compreensão deste desenvolvimento pressupõe a compreensão do estado atual das coisas humanas tais quais elas se apresentam a nós, historiadores. Este desenvolvimento progressivo dar-se-á assim em círculos, por intensificar-se à medida que intensificamos a nossa compreensão sobre as coisas, mas este círculo nos leva de certa forma, em uma alongada espiral, adiante.

Como se vê, nos movemos em um círculo. Mas em um círculo que nos leva adiante, (...). Pois identificamos algo que é para logo considera-lo e concebe-lo como devido. (...); não controlamos e aprofundamos algo, senão nossa compreensão deste ao considerá-lo estereoscópicamente a partir de seus lados ou, mais exatamente a partir dos pontos de vista (DROYSEN, 1983, p. 181).

Droysen demonstra um trágico presentismo ao afirmar repetidamente que apenas o meio nos é conhecido. O mundo ético portanto, antes de um mundo ideal fixo ao qual devemos direcionar nossas ações apresenta-se em cada momento seu em movimento. A prova desta sua habilidade está na forma como o historiador pode apropriar-se da história emprestando-lhe novo sentido a cada momento. Se conhecemos apenas o meio, podemos nos apropriar de começos relativos que deem sentido a nossa narrativa, que nos permitam inferir sobre o mundo dos costumes tendo por ideal de continuidade o mundo ético.

O resultado desta consideração é de natureza muito prática. Certamente, o tratamento do direito, a administração do Estado, a concorrência da sociedade, etc. tem lados completamente técnicos em si. Mas ao buscar compreende-las pela sua profunda conexão não encontramos nada além de sua coesão ética (ethischen Zusammenhang), sobre a qual busca-se projetar idéias vivas e em constante devir (lebende und werdende Idee). E o meio para esta compreensão é o método histórico que é para o mundo intelectual o órgão assim como o mundo físico é para o matemático. (DROYSEN, 1977, p. 39).

Constituições, crenças, as formas possíveis da vida comunitária, a cidade, as línguas, etc., são materiais históricos e caracterizam-se por encontrar-se em constante transformação. Como então fixá-las no tempo a fim de sobre elas escrever com alguma segurança? Se o passado é montado a partir de recortes que lhe emprestam sentido, esta seleção é feita artificialmente, teoricamente (DROYSEN, 1983, p. 143). Somos nós que estabelecemos os recortes a serem feitos sobre o material a partir da representação que deles fazemos em nosso presente. Se ao recusar a objetividade eunuca dos que compreendem a tarefa do historiador como o desvelamento gradual do passado tal qual ele realmente foi, Droysen reconhece o valor da interpretação para a história. Ele não deixa de reconhecer a utilidade de idéias históricas que possibilitem a compreensão dos desconexos restos do passado. A questão que coloca a abrir o capítulo sobre “interpretação” é significativa; Droysen pergunta se a indagação sobre as origens, os começos dos objetos estudados, deve ser dirigida às fontes ou se tal indagação pertence ao âmbito da interpretação (DROYSEN, 1983, p. 179). A resposta à sua própria pergunta é clara: “(...) é uma simples abstração ou um paralogismo o acreditar que mediante a investigação podemos chegar a um começo do devido” (DROYSEN, 1983, p. 179). Como dar conta da particularidade absoluta concedida às épocas históricas pela filosofia historicista? Como podemos reconhecer o começo de uma manifestação presente?

(...), é a semente que, lançada, brotou, cresceu e se converteu em uma árvore que deu sombra ao mundo. Mas a semente chegou a ser árvore apenas neste poderoso crescimento, e apenas na árvore a semente adquiriu sua realidade, sua plena verdade. De nada serviria negar a árvore por não poder demonstrar a primeira semente, por não poder garantir se este ou aquele ou um terceiro foi o começo de fato; ou, se para conhecê-lo cava-se até suas raízes e busca-se a semente da qual cresceu a árvore: esta já não mais se encontraria. Apenas em seus frutos se repete o seu começo, e, se a árvore não dá mais deles, então chegou ao fim de sua vida, de suas forças motoras e seca (DROYSEN, 1983, p. 180).

Droysen enriquece a metáfora de Herder com a imagem da árvore que, não sendo mais capaz de retornar à semente original, produz novas sementes. Segundo esta concepção historiográfica, esta seria a forma possível de tratar a mudança histórica, de manter a coesão entre as épocas históricas sem violentar suas respectivas particularidades. Se a semente pode ser associada à árvore embora sejam coisas distintas, é porque identificamos nas sementes que ela nos dá uma origem possível. Em mais claras palavras, a continuidade entre o passado e o presente estabelecida pelo historiador é variável, depende de sua habilidade em interpretá-los e, sobretudo, de identificar no presente novos começos possíveis. E é por isso que Droysen lembra, ao discorrer sobre a interpretação das fontes que devemos nos contentar com “começos relativos” (DROYSEN, 1983, p. 180-81). Pois estes começos nos ajudarão de fato a compreender não ou que foi, mas o que é.

E é esta a riqueza do mundo moral e o seu processo de enriquecimento, a compreensão pela sucessão de representações complementares. E Droysen descartará por completo o “presumido desenvolvimento orgânico da história”. Tal concepção terminaria por limitar a liberdade do indivíduo, a sua vontade de intervir sobre o curso (ou a idéia que faz deste curso) da história. E é esta circularidade da compreensão em Droysen que nos leva a identificar na *Historik* uma “hermenêutica histórica do ser” (BENTIVOGLIO, 2009, p. 20). Contudo, devemos ressaltar que embora Droysen nos apresente uma hermenêutica singular, seu interesse não nos parece estar no ser, na busca do constante no inconstante. A inconstância é ela mesma constante, i.e., se podemos identificar o mundo ético como uma constante própria ao gênero humano. Ao contrário da angústia dos que buscam no mundo o ser mascarado, dissimulado, a teoria da história de Droysen reconhece no exercício da parcialidade e na habilidade da historiografia em reconhecer novos começos a liberdade de ação. Não mais o passado predetermina o presente, o presente, ao contrário, representa o passado segundo a configuração do mundo ético alcançada até então, cabe ainda ao historiador acompanhar esta

marcha assumindo o lugar que ocupa, representando sua indispensável parcialidade. Esta é a sua única verdade.

O mundo ético portanto não é o mundo que mantém unidas e organizadas as épocas históricas, o mundo ético é a própria história, ele se aprofunda e se modifica a cada nova representação. A coesão das épocas é feita pela compreensão humana, pela habilidade de pensar ética e historicamente, em elaborar interpretações parciais, em estabelecer totalidades representativas. Deduzir consequências de fatos históricos pouco se relaciona com a verdadeira tarefa do historiador, este deve antes, examinando os materiais à vista, desvendando-os e interpretando-os, alcançar uma mais profunda compreensão dos feitos que testemunha: “Nossa interpretação é, em certo modo, um aflorar e um decompor destes materiais que parecem secos e torcidos: com a arte da interpretação queremos que voltem a mover-se e a recuperar a linguagem” (DROYSEN, 1983, p. 183). A tarefa do historiador seria então aprofundar a compreensão do presente pela superposição de representações, pelo enriquecimento da linguagem de sua linguagem. A história constitui assim em um saber sobre o que é humano exclusivamente, sobre o mundo de representações que cria a partir de suas experiências (o mundo ético) e que se aprofunda graças as particulares percepções de espaço e de tempo.

Ao utilizar termos sinônimos para expor sua teoria da história, Droysen busca de fato acabar com a duplicidade do conhecimento histórico localizando, portanto na natureza humana os aspectos sensório (empírico) e espiritual dos homens. Já a história deve reformular o seu estatuto como forma de conhecimento, deixando a repetição de uma *fable convenue* para encontrar no presente a sua verdadeira força. A ética como conhecimento particularmente humano, forma de intensificação do saber pelo acúmulo de signos e representações, também em constante movimento, tem no estado atual das coisas a sua única verdade e a possibilidade de um novo começo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONI, C., *L'Historisme*, Genebra: Librairie Droz, 1963.

BENTIVOGLIO, J., “Apresentação” in DROYSEN, J.G., *Manual de Teoria da História*, Petrópolis: Vozes, 2009.

CALDAS, P.S.P., *Que significa pensar historicamente: Uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen*, Tese de doutorado, PUC, CCS, departamento de história, programa de pós-graduação em história social da cultura, 2004.

DROYSEN, J.G., *Historik*, P.LEYH (éd.), Stuttgart/Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1977.

DROYSEN, J.G., *Histórica, Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia*, Barcelona: Editorial Alfa, 1983.

MEINECKE, F., (1936), *El historicismo y su génesis*, México: Fondo de Cultura Económica, 1982 (trad. esp.).

MEINECKE, F., *La idea de la razon de Estado en la Edad Moderna*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

RANKE, L. von, “As grandes potências” in *Leopold Von Ranke: História*, São Paulo: Attica, 1979 (1).

RANKE, L. von, “Diálogo político” in *Leopold Von Ranke: História*, São Paulo: Attica, 1979 (2)

CRÍTICA DOCUMENTAL E EXEMPLARIDADE DOS EVENTOS DO PASSADO: O FAZER HISTORIOGRÁFICO PARA LUCIO JOSÉ DOS SANTOS

Tatiana Mol GONÇALVES
tatiana.molg@yahoo.com.br¹

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir sobre a concepção de história assumida na obra *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, escrita pelo historiador mineiro Lucio José dos Santos, no ano de 1922, a pedido da comissão responsável pelo Congresso Internacional de História da América, organizado pelo IHGB. Percebemos que Lucio dos Santos articulou em sua escrita as exigências de exposição da *crítica documental* (enquanto condição primeira de trabalho do historiador, no seu entender), com uma narrativa que deveria ser *ensinável* às gerações vindouras, defendendo, assim, em sua obra, a noção de história enquanto mestra da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Lucio José dos Santos; crítica; exemplaridade.

ABSTRACT: This work has as objective to talk out the conception of history treated in the book *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, written by the historian Lucio José dos Santos, in 1922, ordered from the commission in charge of the International Congress of History of America, organized by IHGB. We could see that Lucio dos Santos has articulated in his written work the demands of expotision of the *documental critics* (as first condition of the historian work, in his comprehension), with a narrative that sould be *teachable* to the next generations, defending, in his work, the notion of history as master of life.

KEYWORDS: Lucio José dos Santos; critics; exemplarity.

Lucio José dos Santos: um “historiographo consagrado” do passado mineiro

Na noite do dia 21 de abril de 1928, nas dependências do salão nobre da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Aurélio Pires, abriu uma conferência que seria proferida em sessão solene do instituto sobre

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

um importante evento da história de Minas. Tratava-se da Inconfidência Mineira e, ao apresentar o conferencista da noite, disse Aurélio Pires ser ele o “*sr. professor, dr. Lucio José dos Santos, historiographo consagrado, digno continuador dos trabalhos referentes ao nosso passado*, – trabalhos que a morte interrompeu em mãos do preclaro orador perpetuo deste Instituto, o eminente e saudoso patricio, senador Diogo de Vasconcelos”.² Autor ainda pouco (ou nada) conhecido dentro dos recentes ciclos de debates sobre a história da historiografia no Brasil, embora tenha seu nome citado entre os historiadores que atualmente se debruçam sobre o tema por ele abordado em sua obra mestra, *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Lucio dos Santos, que viveu entre 1875 e 1944, teve uma trajetória intelectual significativa ao longo da primeira metade do século passado, atuando em importantes instituições e produzindo trabalhos em diversos campos de saber.

Ele se formou na Escola de Minas de Ouro Preto e em Direito na cidade de São Paulo. Chegou a atuar como professor de Engenharia na própria instituição em que se formou e ainda na Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Esteve também na diretoria de algumas instituições ligadas à área educacional, como na Instrução Pública do Estado e na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte. Foi ainda um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, atual FAFICH, além de assumir, por alguns anos, a reitoria da Universidade de Minas Gerais, hoje UFMG. Em seus notáveis 50 anos de magistério, o letrado mineiro lecionou Engenharia, História, Sociologia, Filosofia e Pedagogia, tendo escrito livros, artigos e conferências dentro de todos estes campos.³ Também não podemos deixar de mencionar sua participação como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, mas foi a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – agremiação que o teria em seu quadro de sócios correspondentes anos depois – que Lucio dos Santos escreveria, no ano de 1922, sua principal obra, editada em forma de livro em 1927.

A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira é o resultado do trabalho para o qual a comissão organizadora do Congresso Internacional de História da América encarregou Lucio dos Santos (SANTOS, 1927, p. IX). O congresso, idealizado por Max Fleiüss e por Afonso Arinos desde os idos do Congresso de História Nacional, ocorrido em 1914, fez parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, organizado pelo IHGB em 1922. Deste modo, Lucio dos Santos fora convocado para escrever a sétima

² IHGMG. *Livro de atas. 2ª phase, 1927-1930*. 21 de abril de 1928, fl. 63-63v. Grifos meus. As citações feitas no decorrer deste trabalho seguem *ipsis literis* às fontes consultadas, não havendo qualquer atualização ortográfica ou gramatical das mesmas.

³ OLIVEIRA, José Lourenço. “O educador Lucio dos Santos”, 1975. Disponível em www.lettras.ufmg.br/lourenco/banco/EH09.html. Acessado no segundo semestre de 2010. Por ser artigo publicado em sítio, não consta numeração de páginas.

tese da sessão história geral do Brasil, intitulada “o papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira”. No entanto, diante da vasta documentação levantada e dos inúmeros equívocos encontrados, a seu ver, na literatura de referência já publicada sobre o evento, o historiador preferiu, por isso, “escrever uma Historia da Inconfidencia, feita a qual, ser-me-ia facil della deduzir a these de que havia sido incumbido” (SANTOS, 1927, p. X).

Escrevendo sobre este tema, o letrado mineiro narrou todo um importante momento da história de Minas que ainda não havia sido tratado com afincos por seus historiadores. Ora, na virada do século XIX para o XX, vários foram os trabalhos produzidos sobre a história de Minas Gerais, tendo sido criadas nestes idos as principais instituições guardiãs de seu passado: o Arquivo Público Mineiro, fundado em 1895, e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, inaugurado no ano de 1907. Dentre as obras mais significativas sobre o estado elaboradas neste período destacam-se as de Diogo de Vasconcelos, historiador mineiro citado elogiosamente pelo presidente do IHGMG quando da apresentação de Lucio dos Santos como conferencista de uma de suas sessões solenes, como evidenciamos no início deste tópico.

A intenção de Vasconcelos era escrever uma história de Minas em sua totalidade, no entanto, escrevera o autor apenas os dois primeiros volumes dos três almejados: *História antiga das Minas Gerais* (1901) e *História média das Minas Gerais* (1918). Dessa forma, o período no qual ocorrera um dos mais relevantes eventos da história mineira, a inconfidência, não chegou a ser contemplado em seu estudo – em virtude de seu falecimento em 1927 – já que o segundo e último livro da série a ser escrito narra os fatos ocorridos somente até o ano de 1785 (ALBERTO, 2007, p. 105). Este recorte temporal foi inclusive justificado por Diogo de Vasconcelos no prefácio de *História média*, uma vez que, para ele, a partir de tal data já emergiriam os episódios que levariam à Inconfidência, a qual “como facto culminante”, exigia “maior tratamento”, sendo a intenção do autor tratá-lo no que seria o terceiro volume da série (VASCONCELLOS, 1918, p. 1). Contudo, quem escreveria largamente sobre o tema seria, como sabemos, Lucio José dos Santos, que herdaria o bastão de Diogo de Vasconcelos ao concluir, de certo modo, sua inacabada obra.

O livro de Lucio José dos Santos, no entanto, não contribuiu apenas para esclarecimentos quanto aos fatos referentes à historiografia mineira. Era igualmente de interesse para a própria história da nação que fossem realizados novos estudos sobre os eventos atinentes à Inconfidência Mineira, como podemos perceber no próprio empenho do IHGB ao encomendar um trabalho que versasse sobre o papel de Tiradentes no movimento de 1789. Assim, alguns historiadores do século XX comentaram a relevância da obra de Lucio

dos Santos para se compreender melhor tais acontecimentos que marcaram a história do Brasil, como é o caso de José Honório Rodrigues, pioneiro nos estudos referentes à história da historiografia brasileira. Em suas palavras, “a obra de Lucio dos Santos foi uma contribuição definitiva aos estudos sobre a Conjuração Mineira. Dele escreveu, com inteira razão, Rodolfo Garcia, que ‘superiormente documentado, pode-se dizer que esgotou a matéria’” (RODRIGUES, 1976, p. 96). Outro importante historiador que também se ateu aos estudos sobre a historiografia, Francisco Iglésias, comentou igualmente a obra em questão.

Em uma apresentação feita à segunda edição do livro, publicada no ano de 1972 em comemoração ao Sesquicentenário da Independência, Iglésias o coloca no conjunto de obras “valiosas” que tratam “de temas brasileiros” que estariam “ligados ao processo emancipador”. Para ele, “reeditando-o agora, cinquenta anos depois, apresenta-se uma obra que ainda é nova, que nada perdeu de seu vigor”. E continua o historiador, enfatizando que mesmo depois de “meio século decorrido, do desenvolvimento da historiografia – que adquiriu maior densidade exatamente nesse período, com novas técnicas de pesquisa e a contribuição das ciências sociais para a interpretação do processo, conserva sua atualidade e é rico em ensinamentos” (IGLESIAS, 1972, p. 7).

Assim, depois de profícuas críticas recebidas por historiadores tais como José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias, não seria difícil para Lucio dos Santos que sua obra maior se transformasse ao longo dos anos em leitura fundamental para os historiadores que posteriormente se debruçariam ao estudo da Inconfidência Mineira. Dentre os vários autores contemporâneos que indicam a relevância que para eles a obra do historiador mineiro ainda mantém, podemos mencionar João Pinto Furtado, autor de um dos mais recentes e completos trabalhos sobre movimento de 1788-9.⁴ Para ele, diante dos inúmeros trabalhos disponíveis sobre o tema, os mais importantes seriam os de Joaquim Norberto de Souza e Silva, Lucio José dos Santos, Kenneth Maxwell e Márcio Jardim, considerados textos fundamentais e de referência (FURTADO, 2001, p. 12).

Nesse sentido, diante da importância assumida por esta obra no quadro da historiografia brasileira, buscamos discutir sobre a concepção de história assumida por seu autor, nesta que é a sua obra mestra, a fim de contribuirmos para as discussões sobre a escrita da história produzida no Brasil no limiar do século XX, importante momento em que novos debates foram lançados para se (re)pensar os parâmetros constituintes deste saber.

⁴ Refiro-me a *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Prova documental e método crítico

No decorrer das pouco mais de 600 avultadas páginas que compõem o livro *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, em sua primeira edição, Lucio José dos Santos assinala de forma objetiva quais seriam os critérios que no seu entender precisaria o historiador se ater na elaboração de um trabalho historiográfico. Tais reflexões – que no caso de muitas obras já aparecem condensadas por seus autores em seus *prefácios*, constituindo-se estes no que François Hartog aponta como espaços privilegiados de observação, nos quais podem ser identificadas as configurações de um projeto historiográfico, além de significativos discursos de método – surgem mescladas junto à trama narrada e não apenas em seu texto introdutório, como é mais comum de se notar em outros trabalhos (HARTOG, 2000, p. 10 e ss.). Nesse sentido, chamou-nos particularmente a atenção ao final de sua obra – mais precisamente no último de seus 14 capítulos, intitulado “Apreciação final sobre a Inconfidência” – uma interessante colocação do autor, na qual ele sintetiza cuidadosamente suas ideias quanto às exigências do *métier* no que tange ao método mais pertinente a ser empregado nas investigações historiográficas.

Afirma ele a essa altura do livro que “a primeira condição, pois, de bem conhecer a História, consiste em reunir uma documentação vasta e segura. [...] / Quer dizer que não basta possuir os documentos, é indispensável entendê-los e interpretá-los, depois de os haver criticado quanto à sua origem e significação, quanto à sua autenticidade e credibilidade” (SANTOS, 1927, p. 560 e ss.). Como podemos depreender por suas palavras, a busca e utilização de fontes primárias aliadas à cuidadosa crítica documental – cuja origem pode ser remontada no mínimo até Mabillon, com seu livro *De Re Diplomatica*, de 1681 (PROST, 2008, p. 56) – seria, para Lucio, a condição primeira de trabalho de um historiador. Não é à toa que dedica um capítulo inteiro de *A Inconfidência Mineira*, o quarto deles – que recebera o título de “Os documentos: estudo crítico das fontes históricas da Inconfidência” – para expor todo o caminho de busca documental e de crítica percorrido em suas pesquisas sobre o tema. Dessa forma, Lucio dos Santos esclarece que para escrever sobre o evento “consegui[u], assim, reunir um material considerável sobre o qual fiz[era] um estudo crítico com o máximo cuidado” (SANTOS, 1927, p. X). Em outro momento nos diz ainda quanto a isso: “não me poupei a sacrifícios, na pesquisa e exame das fontes históricas, para bem me informar sobre a matéria” (SANTOS, 1927, p. 11).

A “penosa tarefa” do historiador – na expressão de Lucio – de se criticar exaustivamente todos os documentos referentes aos acontecimentos investigados seria

justificada por ele em meio às páginas de seu livro. Nesse sentido, argumenta o autor ser este um caminho inquestionável da pesquisa historiográfica, ao afirmar que

mas vem dizer-nos Gustave Lebon: ‘Os documentos são por tal forma abundantes, que seria impossível a um só homem examinal-os todos, com a devida atenção. O historiador escolherá uns e desprezará outros, e já, / nesse processo, terá firmado um criterio que é puramente subjectivo.’ / A objecção serve apenas para demonstrar que a tarefa do historiador é extremamente difícil, exigindo rapidez no exame do conjuncto, sagacidade no apanhar o que ha de mais importante, probidade e intelligencia na escolha a fazer (SANTOS, 1927, p. 560 e ss.).

Mas não bastava isso. Cabia, além disso, ao historiador conferir *in loco* o palco onde teriam ocorrido os eventos por ele pesquisados. Se este não era um método que garantisse por si só a credibilidade científica pretendida à investigação, ele manteria, ao menos, sua relevância por contribuir na legitimação do discurso por meio da utilização de um expressivo *eu vi*, em que a fixação da memória e dos testemunhos – constituindo-se, assim, no que se denominou de “momento de arquivo” – torna-se também uma pré-condição para a escrita da história.⁵ Deste modo, diz ele que “procurei ouvir algumas pessoas, de modo a consolidar tradições que me pareceram veridicas; e visitei muitos logares dentre os principaes, a que se ligam reminiscencias da mallograda conjuração” (SANTOS, 1927, p. X). Lucio dos Santos explora em sua escrita várias constatações a que chegara por meio de suas viagens a estes locais. Assim, como um exemplo de tais comentários, podemos citar a passagem em que ele se refere a uma estrada construída no século XVIII pelo governador D. Rodrigo José de Menezes para ligar Villa Rica a Cachoeira do Campo, em substituição a uma antiga que havia antes no local. Assinala ele quanto a isso que “a nova estrada, que segue pela encosta da serra de Ouro Preto, foi magnificamente construida, *como se pode avaliar ainda hoje* pelos cortes abertos nos flancos da montanha, pelos paredões, atterros, calçadas etc.” (SANTOS, 1927, p. 43. Grifos meus.).

Quanto ao expressivo capítulo dedicado à crítica documental, uma interessante observação é ainda feita nesta parte de seu trabalho, no que tange ao estado material em que se encontravam as fontes primárias utilizadas por ele para compor sua narrativa histórica, quais sejam, os autos de devassa da Inconfidência Mineira. Segundo o historiador, “acham-se todos esses documentos em pessimo estado, não estando longe o dia em que se possam

⁵ A expressão em destaque é de Paul Ricoeur, o qual afirma que “O momento de arquivo é o momento da entrada em escrita da operação historiográfica. O testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é escrita; ele é lido, consultado. Nos arquivos, o historiador de ofício é um leitor”. RICOEUR, p. 209.

considerar inutilizados. [...] Esse, porém, não é o mais grave perigo [...]. Com efeito, em algumas paginas [...] a parte do papel atacada pela tinta foi destruída [...] (SANTOS, 1927, p. 54). Tamaña preocupação do autor é facilmente entendida se levarmos em consideração suas palavras em defesa da ideia de que seria impossível se escrever a história sem a utilização de documentos, critério este de suma importância a uma pesquisa que se ambicionava científica. A consulta a este “deteriorado” *corpus* seria para ele, portanto, a única forma de se validar uma pesquisa sobre este tema de modo a torná-la segura e confiável, daí o seu apelo à conservação de tais fontes. “É escusado [diz Lucio,] encarecer a importância desses documentos. E quem quer que deseje formar um juízo seguro da Inconfidência, a eles deve recorrer, affrontando a penosa tarefa que é a sua consulta” (SANTOS, 1927, p. 55).

A verificação da procedência documental, atestando-se, assim, sua “origem”, “credibilidade” e “autenticidade”, também faz parte, como vimos, das tarefas às quais deve se submeter um historiador, na concepção do letrado mineiro. Por isso, assinala ele ainda neste capítulo os locais por onde teriam passado o *corpus* documental consultado em seus estudos, os quais, enquanto “documentos mais importantes” do evento, “como o cadáver do heroe a que se referem, foram esquartejados” e permaneceriam naqueles anos guardados uma parte no Arquivo Público Nacional e outra na Biblioteca Nacional, onde foram consultados por ele (SANTOS, 1927, p. 46-8). Contudo, as exigências do método crítico não param por aí. É igualmente de responsabilidade do pesquisador, para Lucio dos Santos, revisar toda a bibliografia de referência já produzida sobre o assunto investigado, constatando-lhes as lacunas, os equívocos e destacando-lhes, do mesmo modo, as contribuições pertinentes que teriam dado aos estudos sobre o tema.

Assim, o autor de *A Inconfidência Mineira* não faria diferente em sua obra. Ele criticou todos os trabalhos já publicados até então que apresentavam qualquer menção ao evento por ele estudado, desde os trabalhos de Robert Southey, primeiro a mencionar o evento, passando por Charles Ribeyrolles, o conjurado Rezende e Costa, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Machado de Castro, Diogo de Vasconcellos, Xavier da Veiga, entre outros. A crítica bibliográfica, no entanto, não é condensada apenas neste capítulo dedicado ao estudo das fontes da inconfidência. Ela perpassa toda a sua narrativa, sendo recorrente em cada novo fato por ele narrado que apresente interpretações anteriores à sua. Assim, a obra mais criticada negativamente por Lucio será a de autoria de Joaquim Norberto de Souza e Silva, *Historia da Conjuração Mineira*. Lucio afirma quanto a ela que

no correr da nossa narração, teremos oportunidade de assignalar alguns pontos em que o Auctor da 'Historia da Conjuração Mineira' é parcial e injusto, não apenas relativamente ao Alferes Tiradentes, mas em se tratando de outros personagens ou de outros factos. Para elle, os Juizes são crueis, os carcereiros estupidos, os confessores hypocritas” (SANTOS, 1927, p. 64).

Cabe ainda mencionar uma espécie de catálogo que Lucio dos Santos deixou em evidência neste capítulo dedicado aos documentos, referente aos volumes dos autos que se encontravam em cada um de seus locais guardiões, deixando igualmente transcritas várias passagens destes, de modo que pudessem servir não apenas como referência a futuros pesquisadores do assunto. Mas, sobretudo, ao que nos parece, para comprovar que ele mesmo teria se submetido a cuidadoso trabalho arquivístico (dando, assim, credibilidade científica à sua pesquisa) para escrever sobre o tema que lhe foi encomendado pelo IHGB – instituição esta que passava naqueles idos por intensas discussões sobre a cientificidade do saber histórico, o que seria defendido por uns e largamente combatido por outros dentro da própria agremiação.

Ora, sabemos que desde o final do século XIX, principalmente a partir da chegada do “bando de idéias novas” a que se refere a célebre frase de Silvio Romero em seu ensaio *A filosofia no Brasil* (publicado em 1878), a escrita da história no Brasil ambicionou tornar-se um saber de pretensões nitidamente científicas. E, uma das maneiras de se chegar a isso seria, portanto, através do investimento por parte dos pesquisadores na utilização de fontes primárias aliada a cuidadoso método crítico no uso dos documentos, a fim de dotar de credibilidade o relato historiográfico elaborado. Dentro da principal instituição nacional voltada aos estudos históricos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a discussão sobre a cientificidade da história tomou novos rumos a partir do final do oitocentos. Quem nos fala sobre isso é Hugo Hruby, que esclarece que a associação da história com a ciência já era feita no IHGB desde a sua fundação, por mais impreciso e escasso que o termo se apresentasse. Porém, após 1889, as referências ao aspecto científico da agremiação e ao que lá se fazia passou a aparecer com maior frequência nos discursos dos sócios (HRUBY, 2007, p. 109 e ss.).

Dividindo opiniões entre eles, as discussões sobre a cientificidade da história, para Hruby, eram elaboradas com base em duas posições distintas: de um lado, havia aqueles que persistiam na ideia de que os sócios do Instituto deveriam ser “meros registradores de episódios sobre o passado do país”. Isso seria justificado a partir das concepções de que seria

impossível se estabelecer um padrão do comportamento do ser humano; de que a História seria apenas um conhecimento auxiliar em relação à Sociologia ou Filosofia (as quais, sim, teriam o papel de prepararem a síntese e extraírem leis); e, ainda, de que somente os historiadores pósteros teriam condições de se debruçarem de forma consistente sobre o passado, uma vez que não se tinham até o momento documentos suficientes para tal empreitada. Do outro lado da querela estariam os sócios que pretendiam ir além do restrito papel de “obreiros auxiliares”. Para estes, já não era mais suficiente serem “meros registradores. Era necessário encadear os acontecimentos, confeccionar uma síntese do passado e dele extrair uma ou mais leis” (HRUBY, 2007, p. 110-127). Assim, não é difícil perceber que Lucio dos Santos – embora ainda não fosse sócio do IHGB quando da escrita de seu livro – colocava-se nitidamente ao lado destes últimos, ao destacar em sua obra a importância seminal da utilização metódica dos documentos nas pesquisas, além de enfatizar a necessidade de se ligar os acontecimentos tecendo generalizações, de modo a extrair-lhes suas lições, como evidenciaremos mais adiante em nosso estudo.

Um dos historiadores mais envolvidos na difusão e defesa da leitura metódica das fontes e confrontação de testemunhos naqueles idos foi, como sabemos, o canônico autor cearense João Capistrano de Abreu. Segundo Maria da Glória Oliveira, “para Capistrano, a crítica e a corroboração documental constituíam-se em momentos cruciais da operação historiográfica, o que bem caracterizava o que H.-L. Marrou chamou de ‘servidão’ ao documento e aos arquivos” (OLIVEIRA, 2006, p. 150). Esclarece-nos a autora, nesse sentido, que mesmo tendo formulado seu projeto de uma história do Brasil – a qual tinha por objetivo superar os “quadros de ferro” da história escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen em meio ao século XIX – o autor postergaria constantemente seu propósito em função da obrigatoriedade do minucioso levantamento prévio e do exaustivo estudo de suas fontes primárias. Capistrano, de acordo com Oliveira, ficou

reconhecido pelo uso do método e da crítica documental em seu propósito de escrever uma história nacional mais exata e verdadeira. Permaneceu assim, impelido pelas lacunas que engendravam cada vez mais estudo e investigação e pelas exigências da construção de um relato pleno de sentido, com o que se impunha a tarefa da escrita histórica (OLIVEIRA, 2006, p. 160 e ss.).

Diante disso, a autora conclui em seus estudos sobre *Crítica e método em Capistrano de Abreu* que, no caso do historiador cearense, ao mesmo tempo em que tais dispositivos da

crítica documental conferiam marcas de credibilidade ao texto histórico, elas igualmente impunham coerções e limites precisos à sua construção. Talvez fosse essa uma das possíveis razões que teriam levado alguns historiadores desde a primeira década do século passado a se ocuparem menos com a crítica documental do que com a criação de reflexões teóricas mais precisas diante dos fatos, autores estes que ficariam conhecidos posteriormente como *intérpretes do Brasil*. Quem nos esclarece quanto às condições de emergência desses trabalhos, voltados ao desenvolvimento de teorias que explicassem e, por sua vez, solucionassem o famigerado *atraso da nação*, é Fernando Nicolazzi. Em suas palavras,

a constatação das profundas diferenças e dos consideráveis lapsos de tempo que separavam a cultura (brasileira) da civilização (ocidental), bem como as tentativas de ‘colocar-se no tempo de seu tempo’, segundo as palavras certeiras de Octavio Ianni, criaram as condições para a existência de um discurso sobre a ausência; a elaboração de uma imagem da pátria por aquilo que ela tinha de lacunar, por aquilo que lhe faltava ou, se isso for compreendido pela temática temporal, pelo topos do ‘atraso nacional’ (NICOLAZZI, 2008, p. 4 e ss).

Nesse sentido, a tradição de ensaios de interpretação histórica da nação que marca a geração intelectual da virada do século XIX e das primeiras décadas do século passado tinha por interesse estabelecer explicações que levassem a “uma compreensão profunda da realidade e, a partir daí, um espaço de ação sobre o real. [...] Organizar a nação equivalia a ordenar o seu tempo, isto é, a escrever ou reescrever sua história” (NICOLAZZI, 2008, p. 10 e ss). Como se sabe, vários foram os autores que contribuíram para essa espécie de estudos durante as três primeiras décadas do século XX, como Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Quanto aos pressupostos que definiriam tais trabalhos, Fernando Nicolazzi sugere que “*o ensaio histórico das primeiras décadas do século XX desponta no limiar entre as intenções sintéticas da história literária e as pretensões eruditas da historiografia convencional*”, sendo legítimo defini-lo como “o esforço de sistematização de uma realidade histórica, não se resumindo a simples concatenação dos fatos em períodos, sem uma atenção detida em relação ao método crítico historiográfico, mas também sem a redução documental proposta pela história da literatura”. Sendo assim, entre a literatura e a crítica documental, o ensaio interpretativo contaria também com o novo campo das ciências sociais, que estabeleceria nele uma importância igualmente fundamental (NICOLAZZI, 2008, p. 326 e ss.). Nicolazzi assinala do

mesmo modo em seus estudos que é possível se notar em alguns ensaístas certos “descuidos” no que tange à utilização de documentação. Em suas palavras,

fica a impressão, nesse sentido, que o princípio de veracidade na história se deslocava do documento para a teoria. Interpretar historicamente a realidade parecia ser menos um trabalho penoso e demorado de coleta e crítica das fontes, base fundamental do trabalho de Varnhagen, do que a aplicação correta de um filtro conceitual que, para além das aparências imediatas, conseguisse fazer apreender um nível mais profundo da experiência, não totalmente disponível à pesquisa empírica (NICOLAZZI, 2008, p. 332).

Diante dessa importante constatação, uma pergunta surge de forma direta em nosso estudo. Qual seria, então, o posicionamento de Lucio dos Santos – defensor da prova documental e do método crítico aos testemunhos – quanto a esses dispositivos do fazer historiográfico, apresentados de forma contundente por contemporâneos seus, como é o caso de um Oliveira Vianna, para citar apenas um significativo exemplo dentre outros?⁶ Ora, para estes historiadores Lucio dos Santos tinha igualmente uma resposta categórica em meio às páginas de *A Inconfidência Mineira*:

não se pode escrever a História sem os documentos com o emprego apenas de schemas philosophicos, a que, os factos se devam sujeitar. Vemos frequentemente esse esforço esteril de reconstituir o passado com argumentos, de narrar acontecimentos segundo criterios subjectivos, de medir a realidade por meio de abstracções. / Para subir ás grandes generalisações, permittindo ligar os acontecimentos no seu conjuncto, dar-lhes a explicação que comportam, e deduzir a lição que encerram, é preciso, é indispensavel conhecer bem, na sua minucia, os factos, taes como se passaram. / Obter aquelle resultado sem passar por este caminho, é uma tentativa impossivel” (SANTOS, 1927, p. 560. Grifos meus).

⁶ O historiador Francisco José de Oliveira Vianna escreve em 1918 para compor o prefácio de seu *Populações Meridionaes do Brazil*, publicado em 1920, que “para a perfeita compreensão do passado, a investigação científica arma hoje os estudiosos com um sistema de métodos e uma variedade de instrumentos, que lhes dão meios para obterem dele uma reconstituição, tanto quanto possível, rigorosa e exata. No estado atual da ciência histórica, o texto dos documentos não basta só por si para permitir reviver uma época ou compreender a evolução particular de um lado agregado humano. É preciso que várias ciências, auxiliares da exegese histórica, completem com os seus dados as insuficiências ou obscuridades dos textos documentários ou expliquem pelo mecanismo das duas leis poderosas aquilo que estes não podem fixar nas suas páginas mortas. O culto do documento escrito, o fetichismo literalista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiências pela contribuição que à filosofia da história trazem as ciências da natureza e as ciências da sociedade. Estas, principalmente, abrem à interpretação dos movimentos sociais do passado possibilidades admiráveis e dão à ciência histórica um rigor que ela não poderia ter, se se mantivesse adscrita ao campo da pura exegese documentária. / [...] / Este livro é uma tentativa de aplicação desses critérios novos à interpretação da nossa história e ao estudo da nossa formação nacional”. VIANNA, 2002, p. 924, Grifos meus.

Como podemos perceber em suas precisas palavras, a fonte documental seria, a seu ver, o local por excelência onde se encontraria a pretensa “verdade dos fatos”, daí a importância de se recorrer sempre a ela, em vez de se tecer interpretações mais gerais, como estariam fazendo alguns historiadores apontados por ele de maneira velada. Lucio dos Santos opta por não dar nomes a estes historiadores que, no seu entender, tendiam a escrever a história sem a utilização metódica dos documentos, fato este que muito o incomodava. Talvez tenha preferido a discrição por não ter o intuito naquela ocasião de comprar uma discussão mais detida sobre isto com colegas contemporâneos, e era este um trabalho a ser entregue diretamente ao IHGB, local em que circulavam a maioria dos historiadores de sua geração. Contudo, tal hipótese deve ser considerada com bastante cautela, uma vez que nos faltam maiores informações sobre o assunto. Para Lucio, os documentos deveriam “falar por si”, apresentando os eventos como, ao menos em tese, “teriam ocorrido”. Ao historiador não caberiam interpretações filosóficas ou interferências na exposição dos acontecimentos, já que, para Lucio, “a tendência de introduzir a phantasia na Historia, para dramatizar os acontecimentos, é irresistível em certos escriptores”. Nesta passagem, do mesmo modo que na citada anteriormente, o historiador mineiro não nomeia seus colegas de ofício que estariam introduzindo um tom “fantasioso” à narrativa histórica, no seu entender (SANTOS, 1927, p.540 e ss. Grifos meus).

Em seu livro, Lucio dos Santos justifica constantemente ter sido sempre fiel aos documentos em sua escrita historiográfica, como na passagem em que ele afirma que “ao escrever a Historia da Inconfidencia Mineira, procurei sempre, com o maximo esforço, não perder jamais de vista os documentos, chegando mesmo, quando não os citei litteralmente, a empregar a mesma linguagem, a adoptar as mesmas palavras nelles encontradas, no quanto era isso possível” (SANTOS, 1927, p. 562). Ao historiador caberia, neste caso, apenas o importante papel de um *juiz*. Ele “pesquisa os factos, analysa-os, critica-os, explica-os, procura as suas causas, deduz as suas consequências, mas, *precisa julgar os homens e as instituições*. Uma obra sem essa apreciação, si possível fosse, seria enfadonha e inutil” (SANTOS, 1927, p. 87. Grifos meus). Esse julgamento para ele não estaria, contudo, em desacordo com sua ideia de que nos documentos moraria a “verdade dos fatos”.

Ele esclarece, nesse sentido, que o julgamento *imparcial* de suas fontes poderia ser realizado somente por aquele historiador que estivesse separado dos eventos por ele investigados a partir de uma significativa distância temporal dos mesmos. “A Historia, já o disse alguém, é como o vinho: tem necessidade do tempo para depurar-se. A medida que recuam no passado, se vão os acontecimentos desembaraçando dos erros, de que os

envolveram os prejuízos da época e as paixões do momento” (SANTOS, 1927, p. 10). A parcialidade seria um dos mais graves erros que poderia cometer um historiador, aos olhos do letrado mineiro. Seria este, por conseguinte, um dos principais aspectos criticados por ele nos trabalhos que antes do seu teriam se referido à Inconfidência. Um dos recorrentes exemplos disso é o comentário feito por ele às *Ephemerides Mineiras*, de José Pedro Xavier da Veiga:

Esses exageros, essas violências de linguagem tiraram toda a confiança na serenidade e imparcialidade de um juiz. E digo mais. Essa dramatização que, no seu exaggero, trahe o carregado das cores, tira á Inconfidencia o seu interesse e valor, pois que não se fica sabendo até onde chega a verdade e onde começa a phantasia. Á força de carregar nas tintas, torna-se incomprehensível a Conjuração mineira. (SANTOS, 1927, p. 69. Grifos meus.).

No entanto, as observações sugeridas por Lucio ao juiz sereno e imparcial não param por aí. Deveria ainda o historiador, em sua concepção, ser cauteloso quanto ao julgamento dos fatos por outro motivo de igual modo preocupante, qual seja, o de tecer pareceres de certo modo anacrônicos. Em suas palavras, “o historiador, para ser justo, precisa collocar-se ao nível da época, que pretende descrever, e nem deve glorificar um homem so porque acariciou um ideal que hoje se nos afigura nobre sem indagar si era compativel com a época ou si não podia, de momento, produzir maiores males” (SANTOS, 1927, p.86).

E assim, diante do acima exposto, procuramos até este ponto evidenciar em nosso estudo a importância que a prova documental juntamente com o método crítico mantinham para Lucio José dos Santos na construção de uma pesquisa historiográfica, dando a ela a credibilidade científica que ainda se almejava (ao menos por uma parcela de sócios) nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, agremiação que o teria encomendado o trabalho que dera origem à sua obra maior. No entanto, se apresentamos seus argumentos defendidos quanto ao melhor método de se conduzir uma investigação histórica, resta-nos ainda uma questão a ser proposta. Afinal, o que entendia o letrado mineiro por conhecimento histórico? Teria ele, pois, evidenciado igualmente em *A Inconfidência Mineira* sua concepção de história? É o que veremos a seguir.

O passado como “luz do espírito” e “fonte da sabedoria”

Nas primeiras páginas que compõem a obra *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, Lucio dos Santos expõe de forma precisa qual seria a

concepção de história defendida por ele em meio às páginas de seu livro. Ele afirma nesse sentido que

de facto, não sera inexacto dizer que no passado reside a nossa força. O futuro é incerto. Sobre ele não temos auctoridade sufficientemente precisa e definida se ignorarmos os acontecimentos que já se foram, porque são estes a fonte daquele. / O presente foge deante de nós como uma sombra ligeira. Só o passado nos pertence; nelle é que verdadeiramente vivemos. No passado so encontramos as raizes das nossas affeições; dele *procedem as luzes do nosso espirito*; delle *correm as fontes da sabedoria* que nos é dado alcançar na terra. / [...] Os acontecimentos que vão surgir no futuro, são a consequencia dos que já se vão perdendo na caligem do passado. E nem nos seria dado penetrar as trevas do primeiro, sem que com as do segundo se não tivesse já acostumado a nossa vista. (SANTOS, 1927, p.1-3. Grifos meus).

A passagem serve para nos mostrar com clareza que Lucio dos Santos entendia a história – enquanto conjunto dos fatos do passado vividos pelo homem – como a *mestra da vida*, a fonte segura de sabedoria para, a partir de suas lições, se entender o presente “fugidio” e se escapar das “incertezas” de um futuro que está por se constituir. Como se sabe, a expressão *historia magistra vitae*, cunhada por Cícero, atribuía à historiografia a função prática de servir como uma coleção de exemplos por meio da qual fosse possível se instruir. Por vários séculos, este *topos* orientou a maneira pela qual os historiadores compreendiam o seu objeto e a sua produção, já que enxergavam uma constância da natureza humana e uma semelhança potencial entre os eventos terrenos em um *continuum* histórico que permitia prever as possibilidades humanas. A história assumia, assim, o papel de uma escola, na qual se podia aprender com os acontecimentos do passado sem o risco de se cometer grandes erros: ela era a mestra da vida. Contudo, conforme explicita Reinhart Koselleck, o *topos* foi progressivamente sendo deslocado com o advento da modernidade, momento este que marcou também a substituição do termo *Historie* por *Geschichte*. A modernidade em movimento destituiu, assim, o caráter modelar dos acontecimentos passados em função da singularidade dos processos históricos e possibilidade de progressão (KOSELLECK, 2006, p. 41-60).

No Brasil, quando da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na primeira metade do oitocentos, o *topos historia magistra vitae* é ainda observado em alguns discursos de seus sócios, como no primeiro ensaio teórico-metodológico sobre a escrita da história, publicado em sua *Revista* de 1839, qual seja, o “Discurso” proferido por seu secretário perpétuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa em sessão do ano anterior. Segundo

Temístocles Cezar, neste ensaio – que se tornaria um conjunto de orientações para a historiografia nacional ao longo do XIX – a *historia magistra* não aparece apenas como um “adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB” (CEZAR, 2004, p. 14). As questões referentes ao *topos* em terras brasileiras ao longo do oitocentos foram também evidenciadas por Maria da Glória Oliveira em seu estudo sobre as relações mantidas entre a escrita de biografias e a operação historiográfica dos sócios do IHGB naqueles idos.

A autora nos mostra nesse sentido que desde a sua fundação, a instituição se propunha a salvar do esquecimento as vidas dos varões ilustres brasileiros por meio da publicação de suas biografias. Contudo, a constituição da galeria de nomes dignos de serem memorizados pelos seus grandes feitos em prol da nação, embora fizesse evocação recorrente ao modelo de exemplaridade plutarquiano, apresentava como noção-chave implícita a do “grande homem das luzes, louvado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo, dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado”. O projeto histórico-biográfico do IHGB apresentava também outra particularidade, qual seja, a de dotar de procedimentos científicos (uso metódico de documentos, compromisso com a cronologia...) as narrativas biográficas sobre esses grandes homens, visando, assim, a exatidão no estabelecimento dos fatos do passado (OLIVEIRA, 2009, p. 16-18).

O gênero biográfico adotado pela agremiação vinha sempre, de acordo com Oliveira, acompanhado da afirmação da função moralizadora e pedagógica da história e, por sua profusão em meio às páginas da Revista, pode-se notar que fora incorporado pelos primeiros sócios do instituto ao programa que firmou as bases para a elaboração da história nacional naquele século. No entanto, a autora evidencia em seus estudos que, com o advento das gerações vindouras e sobretudo após 1880, houve um “certo esmorecimento do panteon” que vinha sendo erigido desde os primeiros números do periódico. Seria este fato, então, um sintoma de que a “a escrita da história perdia a finalidade magisterial de fornecer exemplos a serem imitados no presente?” (OLIVEIRA, 2009, p. 24 e ss.) Diante dessas constatações, Maria da Glória Oliveira desenvolve em seu estudo o argumento de que os novos pontos de vista apresentados na agremiação, “a despeito de marcarem um distanciamento do princípio da *historia magistra*, não implicaram a renúncia absoluta à pretensão instrutiva e exemplar das histórias dos personagens heróicos do passado” (OLIVEIRA, 2009, p. 31). Mas, como ficaria essa questão referente ao emprego do *topos* dentro IHGB já nas primeiras décadas do século XX? Quem nos fala sobre isso é Hugo Hruby. O autor constata com base nos discursos proferidos em sessões ordinárias da instituição, que a concepção que guiava a grande maioria

dos membros da agremiação ao final do XIX e início do XX era ainda a da história como “mestra da vida”, concepção esta que seria coerente com o “lugar das tradições”, de onde sairiam “sábias lições”. Nas palavras do autor,

O passado era a referência na orientação das ações presentes e futuras, de lá vinham os exemplos. O futuro e o presente eram devedores do passado. A História se incumbiria de ligar este passado ao presente e ao futuro, ensinando, orientando, moralizando, civilizando. Ela era imprescindível para as classes dirigentes do país, para seus cidadãos, enfim, para a Pátria como um todo a fim de se tornar uma grande Nação. As expectativas eram orientadas pelas experiências” (HRUBY, 2007, p. 89).

Diante disso, mais uma vez podemos perceber a estreita relação mantida entre a concepção de história apresentada por Lucio dos Santos em sua obra maior com aquela que ainda vigorava na instituição que lhe convidara para escrever sobre os eventos de 1789. Para Lucio dos Santos, a história deveria legar às gerações vindouras ensinamentos de cunho *patriótico*. Em suas palavras, “possuimos [...] episódios belíssimos na nossa História, que podem *aquecer o nosso esthusiasmo e inflammar o nosso patriotismo*, dignos certamente de figurar nos annaes das nações mais cultas do mundo” (SANTOS, 1927, p. 3). Tais ensinamentos seriam difundidos a partir dos exemplos de seus grandes homens, seus *heróis* nacionais, o que se poderia conseguir através da divulgação da “licção historica da Inconfidencia” (SANTOS, 1927, p. XIII). É nesse sentido que ele afirma que “ao terminar estas paginas, sinto confortado pela convicção de *haver prestado á mocidade um não pequeno serviço*, trazendo-lhe á memoria o *exemplo dos inconfidentes*” (SANTOS, 1927, p. XI e ss. Grifos meus). Ele diz ainda quanto a esse caráter modelar dos eventos do passado, que teria escrito “com o unico intervalo exigido pelos meus outros deveres, estas paginas cheias de tristezas, mas *ferteis em ensinamentos*” (SANTOS, 1927, p. X).

Considerações finais

Assim, percebemos ao longo de nosso trabalho que Lucio dos Santos utilizou em sua escrita da história a *exemplaridade* dos eventos do passado, aliada às exigências da *prova documental* e do *método crítico*. Para o autor, estas últimas se configuram como condição primeira de trabalho do historiador, dando à pesquisa histórica a pretendida cientificidade que ainda se almejava (ao menos entre alguns sócios) nas dependências do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, agremiação para a qual ele teria escrito sua principal obra, que foi objeto deste estudo. Além disso, dariam também credibilidade científica a um conhecimento histórico que tinha por pretensões ser *ensinável*. Mas, evidentemente, não se constituindo enquanto exemplos passíveis de se repetirem no presente ou no futuro, com base na ideia do “eterno retorno”; havendo, deste modo, uma “reformulação” do *topos historia magistra*. A intenção neste caso, ao que nos parece, seria fazer com que os homens do presente se inspirassem nestes “grandes homens”, que são os inconfidentes (e que também são seres humanos comuns, não possuindo dons sobrenaturais), com o intuito de fazerem emergir de dentro de si mesmos suas potencialidades latentes, sendo capazes, dessa forma, de operarem no processo histórico de forma a alterá-lo, sobretudo se for em prol de sua pátria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Helena M. “Diogo de Vasconcelos, a história de Minas Gerais e a nação”. In: GONÇALVES, Andréa L.; OLIVEIRA, Ronald P. (org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Ano II, nº 1, março de 2007.

ARAÚJO, Valdei; MEDEIROS, Bruno. “A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, p. 22-37, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos*. Maringá/Paraná, v.8, 2004.

FURTADO, João Pinto. “Imaginando a nação: o ensino da História da Inconfidência Mineira na perspectiva da crítica historiográfica”. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/imaginandoanacaoensinodahistoriadainconfidenciamineira.pdf>> . Acessado em março de 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

IGLÉSIAS, Francisco. “[Prefácio]”. In: SANTOS, Lucio José dos. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

IHGMM. *Livro de atas. 2ª phase, 1927-1930*. 21 de abril de 1928, fl. 63-63v.

KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

OLIVEIRA, José Lourenço. “O educador Lucio dos Santos”, 1975. *Disponível em* www.lettras.ufmg.br/lourenco/banco/EH09.html. Acessado no segundo semestre de 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu”. In: GUIMARÃES, Manoel (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Introdução”. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado em história. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. tomo I. trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

SANTOS, Lucio José dos. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1927.

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. *Historia media de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918.

VIANNA, Oliveira. “Palavras de Prefácio”. *Populações meridionais do Brasil*. In: *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

A DISCÓRDIA AJUSTADA E A IDEIA DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO: NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE SILVA E SOUZA (1764-1819)

Thalles Murilo Vaz COSTA

thalles_murilo@hotmail.com

RESUMO: O trabalho pretende analisar o texto da peça teatral intitulada de “Discórdia Ajustada” feita em Vila Boa de Goiás no ano de 1818 pelo cômego mineiro Luiz Antônio da Silva e Souza sob o prisma do “contextualismo linguístico” de Quentin Skinner. A intenção é percorrer a ideia do Império Luso-Brasileiro e a nascente concepção de identidade brasileira presente no escrito do referido cômego.

PALAVRAS-CHAVE: Silva e Souza, Império Luso-Brasileiro, contextualismo linguístico.

ABSTRACT: The study aims to examine the text of the play entitled "Discord Adjusted" made in Vila Boa de Goiás in the year 1818 by Canon miner Luiz Antonio da Silva Souza and through the prism of "linguistic contextualism" by Quentin Skinner. The intention is to cover the idea of the Luso-Brazilian Empire and the emerging concept of Brazilian identity present in writing of that canon.

KEYWORDS: Silva e Souza, Empire Luso-Brazilian, linguistic contextualism.

Para as finalidades deste trabalho no espaço abaixo será exposto um pouco da problemática que gravita em torno da história intelectual, principalmente as discussões encabeçadas por Skinner.

Segundo Skinner (2000, p. 149-150), existiam, isso nas décadas de 60 e 70, duas formas metodológicas predominantes de fazer história intelectual: a primeira que considerava as ideias como sendo resultado direto das determinações econômicas e religiosas do momento histórico no qual o indivíduo estava inserido e outra, ligada a história da filosofia e a crítica literária, que considerava o texto como detentor de vida própria frente ao contexto. A consequência imediata dessas duas prerrogativas metodológicas é clara: a primeira torna as ideias e os indivíduos como mero reflexos da economia e da religião, supervalorizando tais instituições do contexto como elementos determinadores do pensamento dos indivíduos e, conseqüentemente, deixa pouco espaço para a autonomia intelectual; já a segunda autonomiza demasiadamente o texto produzido e seus significados para a posteridade e gera o efeito que Chartier (1990, p.70) chamou de “história intelectual desencarnada”, marcado pela

negligência do contexto histórico e dos significados disponíveis em determinado tempo no diálogo que conforma as ideias individuais e coletivas.

Diagnosticadas as insuficiências metodológicas nessas duas vertentes de análise das ideias, Skinner propôs o que ficou conhecido como “contextualismo lingüístico” (JASMIN, 2005) (SOUZA, 2008). Tal conceito expressa uma proposta teórico-metodológica que leva em consideração as relações conflituosas entre intelectuais e o contexto social no qual se inserem para a interpretação dos significados lingüísticos disponíveis em determinado tempo. De acordo com Souza,

O argumento central de Skinner enfatiza, em linhas gerais, que só é possível compreender os significados de um dado texto, ou mesmo de um enunciado ou de uma idéia qualquer, “recuperando” as intenções do autor no ato da escrita e “reconstruindo” o contexto das convenções lingüísticas disponíveis num determinado tempo histórico (SOUZA, 2008, p. 3).

De forma abreviada o “contextualismo lingüístico” aparece do seguinte modo como proposta metodológica. Considera-se que os textos (tratados filosóficos, literatura, folhetins políticos, obras de história, entre outros) formam o principal material com o qual trabalha o historiador das ideias. Sobre eles uma gama de objetos podem ser construídos, principalmente políticos. No entanto, cabe ao historiador, durante o trabalho de interpretação dos textos, respeitar os significados possíveis das expressões e conceitos lingüísticos do passado, a fim de não incorrer em enfadonhos anacronismos. Não obstante, a interpretação dos significados do texto deve sintonizar-se com um diálogo estreito com o contexto no qual se insere autor e obra, a fim de enraizar as ideias e os homens e tornar possível a compreensão de determinada realidade histórica. A escrita de um texto está repleta de intencionalidades que podem e devem ser exploradas pelo historiador. Enfim, ficam superadas as limitações que Skinner apontava nas duas principais formas de se fazer história intelectual, pois agora as ideias estão “encarnadas” e os determinismos extirpados.

Este raciocínio metodológico norteia o presente trabalho. Valendo-se das contribuições do “contextualismo lingüístico” de Skinner a proposta é analisar a “Discórdia Ajustada”, peça teatral escrita em 1818 por Luiz Antônio da Silva e Souza em Vila Boa de Goiás e publicada pela impressão régia em 1819.

O texto está dividido em duas partes. A primeira procura sintetizar aspectos da vida de Silva e Souza em Minas Gerais antes de sua vinda para a Capitania de Goiás em 1789 e

objetiva apresentá-lo ao leitor não familiarizado com esta importante figura do passado de Goiás. A segunda parte se esforça em analisar o texto da “Discórdia Ajustada” tendo como objetos a representação do Império Luso-Brasileiro e a concepção de identidade política luso-brasileira existente no referido escrito.

Silva e Souza: a formação do intelectual (1764-1840)

No entanto, como o trabalho não tem a intenção de construir uma biografia do autor estudado, esta lacuna empírica foi coberta por uma síntese bibliográfica de obras que pretenderam tratar com mais acuidade da vida de Silva e Souza, como as de Alencastre (1867), Teles (1998) e Bretas (1991). Além desta bibliografia, outros escritos que permitem vislumbrar de forma mais próxima determinados aspectos ou momentos da vida do cônego foram consultados.

Luiz Antônio da Silva e Souza nasceu no arraial do Tijuco do Serro Frio em Minas Gerais no ano de 1764. Filho de Luiz Antônio da Silva e Michaela Arcangela da Silva, pouco se sabe sobre as origens e a situação social da família de Silva e Souza (ALENCASTRE, 1867, p. 242-243). A falta de informação sobre os primeiros anos de Silva e Souza não permite esboçar categóricas afirmações, pois são poucas as evidências empíricas que o trabalho dispõe.

Mesmo assim, um escrito de caráter autobiográfico possibilita deduzir sobre momentos importantes da juventude de Silva e Souza. Trata-se de um poema publicado no livro *Vida e Obra de Silva e Souza* (1998) de José Mendonça Teles. Nele aparecem as seguintes palavras do cônego:

Infelice de mim! Adesventura/ Furiosa me segue/ Ah! Contra mim a sorte se conjura/ O fado me persegue/ Onde acharei amparo/ Se nam avossos pez, heroe preclaro/ Senhor do Sêrro venho Americana/ Aonde a Parca ímpia/ La da Mente Suprema por arcano/ Da Sepultura fria/ Entregou os Horrores/ Há poucos dias, meos Progenitores/ Inda de Luto a casa se cobria/ O credor carrancudo/ Os poucos bens paternos já varria/ Enfim sem levar tudo/ O cruel não descança/ Só oito Irmaons me ficam por herança. (SOUZA APUD TELES, 1998, p. 205, grifos nossos).

Excetuando o tom trágico e melancólico do texto de Silva e Souza, entende-se que, muito provavelmente, ele perdeu seus pais ainda cedo. Nota-se que um possível credor de seu

pai deve ter requerido o pagamento de uma dívida por ele contraída quando vivo, indicando que ele desempenhava alguma atividade econômica. Essa informação não permite precisar qual era a atividade econômica desempenhada por Luiz Antônio da Silva, pai de Silva e Souza. Alencastre (1867, p. 243) diz que seus pais “ou foram mineiros ou agricultores”. Já Bretas (1991, p. 94) acredita que ele desempenhava um ofício. A referência a credores também indica atividades de comércio, principalmente se considerar a tendência dos grupos de comerciante em prover os filhos de educação letrada (FONSECA, 2010).

O que importa salientar no momento são as possíveis implicações que a morte de Luiz Antônio da Silva gerou para seu filho primogênito.

Na bibliografia sobre a educação no período colonial em Minas Gerais não é difícil achar referências sobre a situação social dos órfãos. Os pais, no geral, deixavam determinada parte da herança destinada para a educação dos filhos reconhecidos como legítimos. No entanto, o tipo de educação recebida variava

tanto nas questões de gênero, quanto nas questões sócio-econômicas. É importante ressaltar que a educação que foi privilegiada para as meninas foi aprender a tecer, fiar e coser, já aos meninos coube aprender ofícios (de alfaiate, sapateiro, barbeiro, músico, entre outros) e uns poucos foram encaminhados ao aprendizado de ler, escrever e contar (MOREIRA, 2008, p. 1)

Luiz Antônio da Silva e Souza fez parte deste último grupo. Primogênito de uma família composta de nove irmãos, ele deve ter desfrutado das vantagens de conviver com seu pai quando este ainda era vivo. Provavelmente neste período ele aprendeu as primeiras letras com um professor particular.

Retornando ao poema supracitado, compreende-se que os versos estão dispostos numa narrativa cronológica, apesar de não haver nenhuma data no texto. Isso significa que eles narram o que seriam momentos importantes da vida de Silva e Souza, a saber: a morte de seu pai, a pretensão de ingressar na carreira eclesiástica e a viagem que fez a Lisboa e depois a Roma. Interessa agora particularmente este segundo momento do poema, no qual se lê: “Assim entre mizérias fui vivendo/ Em tristezas urgentes/ *Athe que ouvir gemer já não podendo/ Os tristes inocentes / Senhor, aflicto corro/ Avir avossos pez buscar socorro*” (SOUZA APUD TELES, 1998, p. 205, grifos nossos).

Seguindo o raciocínio acima o trecho citado faz alusão à situação de Silva e Souza após a morte do pai. Se estiver correto, pode-se inferir que a ideia de seguir carreira

eclesiástica veio depois do falecimento paterno e das possíveis dificuldades econômicas da numerosa família. Sendo assim, fica difícil não entender que a morte de seu pai teve peso fundamental para que tentasse seguir carreira eclesiástica, mesmo que Silva e Souza mostrasse desde a infância “natural pendor para o estudo” e fosse “o terror das sabbatinas e a delicia dos mestres” (ALENCASTRE, 1867, p. 243-244).

Aceitando estes apontamentos, onde, afinal, Silva e Souza realizou seu estudos para o sacerdócio? Alencastre (1867) e Teles (1998) não formularam esta pergunta em seus trabalhos sobre o cônego e, conseqüentemente, não chegaram numa resposta. No entanto, Bretas (1991, p. 94) conjectura, sem maiores esclarecimentos, que Silva e Souza estudou no importante Seminário de Mariana. Refletindo novamente sobre documentos imprecisos e esparsos este trabalho se propõe, nas linhas abaixo, a conferir uma resposta papável a questão.

Um documento em específico conduzirá o raciocínio metodológico do argumento. Trata-se de um ofício escrito por Silva e Souza – sem data e identificação do destinatário. Mesmo assim, está claro que o documento foi escrito durante a década de 1780, quando Silva e Souza não havia recebido o Hábito de São Pedro. Nele lê-se:

Hum silinhante Pastor me quizera ordenar nas conquistas do Brazil, em Minas do Serro Frio, lugar do meo nascimento, se não tivesse o Exmo e Rmo. Snr. D. Fr. Domingos da Encarnaçam Pontevel, meo Prelado, ordem expressa da soberana para nam conferir ordens naquelle continente sem seo Real Avizo (SOUZA APUD TELES, 1998, p. 204).

O Arraial do Serro Frio, local onde nasceu Silva e Souza, foi erigido no início do século XVIII. Próximo a Serra do Espinhaço, o povoamento da região deu-se pela descoberta das pedras preciosas, principalmente dos diamantes. Na segunda metade do século XVIII, o referido arraial pertencia ao bispado de Mariana, um dos locais mais importantes das Minas Gerais durante todo o período colonial.

No documento aparece Silva e Souza afirmando que um possível sacerdote queria ordená-lo em Serro Frio, mas devidas as orientações que o bispo de Mariana, o português Domingos da Encarnação Pontevél, recebeu para que nenhum eclesiástico fosse ordenado nas terras do Ultramar este intuito não foi objetivado. Sendo esta tentativa de ordenamento verdadeira ou não, as informações expostas no documento servem para localizar a filiação intelectual de Silva e Souza.

O nome de Pontevél aponta necessariamente para uma relação do cônego com o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, também chamado de Seminário de Mariana. Criado em 20 de dezembro de 1750 por D. Frei Manuel da Cruz

O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, instituição católica de ensino, responsável pela formação de quase a totalidade do clero mineiro colonial, e de homens que ocuparam posições de destaque no campo político e intelectual do Brasil, durante os períodos colonial e monárquico, foi fundado em Mariana, sede da primeira diocese de Minas Gerais (SELINGARD, 2007, p. 9).

Como efeito da disseminação do protestantismo pela Europa, a Igreja Católica organizou o Concílio de Trento (1545-1563) dentro do programa da Contra Reforma em curso. Neste Concílio ficou definida a criação de seminário nas dioceses do mundo católico para a formação de sacerdotes obedientes a Igreja. Os reflexos destes acontecimentos protagonizados na Europa se fizeram sentir em Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII com a criação do Seminário de Mariana (SELINGARD, 2007).

D. Pontevél foi nomeado bispo de Mariana em 1777 pela rainha D. Maria I, confirmado pelo papa Pio VI em 1778 e tomou posse em 1779, ocupando o cargo até 1793, ano de sua morte em Vila Rica (SELINGARD, 2007, p. 24). Os seguintes motivos, retirados de documentos e da bibliografia, indicam que Silva e Souza estudou no Seminário de Mariana. Em primeiro, as paróquias de Serro Frio eram subordinadas a diocese de Mariana. Em segundo lugar, a referência de Silva e Souza a Pontevél – bispo do seminário – como sendo seu prelado. Em terceiro, a viagem que Silva e Souza fez até Lisboa e Roma (1787-1788) para ser ordenado com o Hábito de Cristo demonstra adesão as normas do Catolicismo oficial. Em quarto, o fato do Seminário de Mariana aceitar a matrícula de alunos pobres, apesar de ser contestável a situação de pobreza de Silva e Souza.

Este episódio da vida de Silva e Souza – o fato de não ser ordenado em Minas Gerais – recebeu comentários nos diversos trabalhos que tentaram, mesmo que parcialmente, o biografar. Alencastre explicou que ele não foi ordenado por que

Certo artigo de vitae et moribus o denunciára como descendente do nosso primeiro pai por linha amaldiçoada [...] vendo indeferida sua pretensão à carreira do sacerdocio sob o pretexto de ainda lhe correr nas veias um atomo de sangue de algum dos descendentes da filha amaldiçoada de Noé (ALENCASTRE, 1867, p. 243)

Teles complementa esta hipótese de Alencastre sentenciando que

Essa denúncia magoou profundamente SILVA E SOUZA, que em momento algum, entretanto, deixou-se abater. Pelo contrário, pôs-se à luta, precisava esclarecer essa dúvida ou essa calúnia, e tanto lutou que conseguiu autorização de seus pais para ir a Lisboa, e de lá a Roma, onde conseguiu a revogação de iníqua sentença. E, assim, foi canonicamente ordenado presbítero secular, com beneplácito régio dado pelo ministro plenipotenciário de Sua Magestade Fidelíssima, que então estava acreditado junto à corte romana (TELES, 1998, p. 27).

Os candidatos a ordenação passavam por dois processos de investigação: *Genere et Moribus* (gênese e costumes) e *Vitae et Moribus* (vida e costumes). O primeiro é um processo no qual se verifica, dentre outras coisas, se o candidato é filho legítimo. Já o segundo é um processo de investigação da vida do candidato a ordenação. Neste processo são observados se o candidato tem ou não qualidades morais para ser um sacerdote. No caso de Silva e Souza, foi diagnosticado que era mulato, ou, como prefere Alencastre, descendente da filha amaldiçoada de Noé. Essa referência fica nítida no trecho do seguinte documento:

O caracter de hum verdadeiro Apostolo, que resplandesse em V. Exa he todavia que serve de rumo a muitos prelados deste Reino. *Graças a Deos que os deffeitos em outro tempo irremediaveis ja se sabem despensar: ja o clima, nem a Patria dos ascendentes se não oppoem aos que religiozamente buscam o Sacerdócio! Costumes, e conhecimento, e nada mais se precisa* (SOUZA APUD TELES, 1998, p. 204, grifos nossos).

Implicitamente, Silva e Souza fala sobre o motivo que lhe fez ir a Lisboa e depois a Roma em busca de sua ordenação. Argumenta que só os costumes e estudos são requisitos para o sacerdócio – e não a cor e o local de nascimento. Este documento – um ofício – está nos anexos da obra de Teles (1998). Mesmo que não apareça mencionado o destinatário é possível identificá-lo. Trata-se de um ofício dirigido a Mesa de Consciência e Ordens em Lisboa, mais precisamente a um conselheiro desta instituição que possuía algum cargo na hierarquia eclesiástica – as abreviações Ilmo. e Rmo. no início do documento atestam a afirmação.

Criada em 1532, a Mesa de Consciência e Ordens esteve durante o período colonial encarregada na administração dos assuntos ligados as ordens religiosas e militares no

Ultramar, inclusive o provimento dos cargos eclesiásticos (SELINGARDI, 2007, p. 21). Ao que tudo indica, Pontevél – bispo de Mariana – se negou a ordenar Silva e Souza no Seminário de Mariana porque ele era mulato, e não Silva e Souza preferiu ordenar-se em Roma porque o clero de Mariana estava em decadência, como quer Bretas (1991, p. 94). Pelo contrário, durante a administração de Domingos da Encarnação Pontevél o Seminário viveu um período de prosperidade material (SELINGARDI, 2007, p. 127).

O certo é que Silva e Souza ordenou-se em Roma e voltou a Lisboa, ficando na metrópole por um ano para complementar seus estudos eclesiásticos. Ainda em Lisboa, ficou sabendo que D. Maria I havia criado para Vila Boa de Goiás uma cadeira régia de Latim. Entrou no concurso e venceu. Foi provisionado professor substituto de Latim por Carta Régia de 16 de dezembro de 1788. A condição de professor substituto de Silva e Souza foi motivada pelo fato dele ser mestiço, que eram vistos com desconfiança pelas autoridades do período. Na provisão de Cordovil, professor de Meia Ponte, o termo substituto não aparece (BRETAS, 1991, p. 95).

Aprovado no concurso, Silva e Souza embarcou para o Brasil em 24 de março de 1789 no navio “Trovoada Pequeno”.

A viagem não foi tranqüila. Já perto da costa brasileira, o navio, enfrentado mau tempo e contramonções, foi obrigado a arribar, avariado, no porto de Recife, no dia 13 de maior do mesmo ano. Neste porto o Pe. Silva e Souza e outros passageiros tiveram de permanecer por longos meses (até outubro), à espera de um navio que os levasse à Bahia ou Rio de Janeiro. Vendo que, com esse grande atraso, não poderia chegar ao lugar de seu emprego (Vila Boa) dentro do prazo que lhe era concedido (um ano), requereu a Justiça do Recife uma justificação de demora, a qual lhe foi concedida em 30 de setembro de 1789 [...] (BRETAS, 1991, p. 95-96).

Depois dessa longa viagem Silva e Souza demorou mais alguns meses para chegar a Vila Boa. Inaugurou sua aula neste local em 11 de outubro de 1790. “Sua aula foi a primeira escola pública de Vila Boa, e de Latim, antes de ali existir a escola pública de Primeiras Letras” (BRETAS, 1991, p. 96). O desempenho do cônego no ensino não resumiu as aulas de Latim. Também ministrou aulas de língua vernácula, francesa e italiana, além das aulas de filosofia, retórica e moral. Tais conhecimentos são compatíveis com os conhecimentos ensinados no Seminário de Mariana, local onde eram oferecidos os cursos de gramática, retórica, filosofia e teologia (dogmática e moral) (SELINGARDI, 2007, p. 102-117).

Além dos cargos no ensino, Silva e Souza também desempenhou diversos cargos na hierarquia eclesiástica e na política. Foi Governador, Provisor e Vigário Geral da Prelazia de Goiás. Na política foi membro do Triunvirato que governou a Capitania de Goiás após a saída de Fernando Delgado Freire de Castilho. Para as Constituintes de Lisboa em 1821, foi nomeado deputado para representar Goiás ao lado do Ouvidor da Comarca do Norte Joaquim Teotônio Segurado. Silva e Souza não gostou de sua nomeação e se recusou a ir a Lisboa. Consta que

Procurou o Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem declarou que fora eleito por pressão do governador Sampaio, e sem o seu consentimento, porque, a seu ver, era inelegível por estar ocupando o cargo de Governador, Provisor e Vigário Geral da Prelazia. Também seria inelegível Joaquim Teotônio Segurado, por ser Ouvidor da Comarca do Norte. O Ministro concordou com Silva e Souza e, em consequência, baixou decreto assinado por D. Pedro I, anulando as eleições de Goiás e determinando que se fizessem outras (BRETAS, 1991, p. 98).

Silva e Souza não foi até Lisboa nesta ocasião. Ficou no Brasil e, regressando do Rio de Janeiro para Goiás, ficou sabendo da Independência (1822). Sua atuação no cenário político dos primeiros anos do período monárquico é expressiva. Ocupou o cargo de conselheiro no Conselho Administrativo e, após o fechamento deste pela Constituição de 1824, no Conselho Geral da Província de Goiás. Foi reeleito várias vezes deputado pela Província de Goiás (BRETAS, 1991). Permaneceu em Goiás até sua morte em 1840.

Mais político do que religioso, Silva e Souza foi o intelectual mais significativo de Goiás no período entre o final do século XVIII e início do XIX. Suas preocupações políticas, é claro, estão refletidas em suas obras, as quais dialogam com os anseios e preocupações das elites do período.

A identidade luso-brasileira na “Discórdia Ajustada”.

A Discórdia Ajustada é uma peça teatral escrita em Vila Boa de Goiás pelo cômico Silva e Souza no ano de 1818 e publicada pela Imprensa Régia em 1819 em virtude das comemorações endereçadas a figura de D. João VI. Não se sabe ao certo quando e se a peça foi encenada em Vila Boa. Se o texto tomou corpo numa encenação isso provavelmente deve ter ocorrido em 1818 ou em 1819. O certo é que o texto da peça teatral revela uma série de questões de ordem política do Reino do Brasil do início do século XIX.

Por isso pode-se afirmar que o escrito pode ser lido como um ensaio político que, para além do gozo das “belas letras” e das artes europeias em solo americano, se insere num contexto mais amplo de discussões em torno da situação do Brasil após sua elevação a condição de Reino Unido dentro do Império Ultramarino português em 1815. A discussão tomada pela peça teatral está permeada de interesses sócio-políticos, dentre os quais se destaca a intenção de prover uma identidade ao Brasil e, de certa forma, antecipa e dialoga com os interesses e projetos políticos das elites brasileiras do período.

A questão da identidade nacional brasileira tomou corpo antes mesmo da independência política de Portugal, motivada, principalmente, pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil e pelas influências das ideias nacionalistas e liberais em voga tanto na América como na Europa (ROWLAND, 2008).

Instituições encabeçadas pelas elites políticas, econômicas e culturais brasileiras como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAINT) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileira (IHGB), já no período do pós-independência, trataram do problema da identidade brasileira de forma mais contundente. No entanto, como foi dito, o problema da identidade brasileira estava lançado pelas elites desde o início do século XIX.

Por exemplo, em 1813 José Bonifácio dizia: “Amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político (BONIFÁCIO APUD GUIMARÃES, 1988, p. 6). Utilizando-se de uma metáfora entre povo e metais, este importante nome dos bastidores da independência apontava para a dificuldade de se formar uma nação numa sociedade marcada pelo contato inter-étnico e pela instituição da escravidão.

Mas não foram apenas os intelectuais localizados no litoral e pertencentes aos altos círculos da política que participaram da discussão em torno da identidade brasileira. No sertão, na periferia do Reino do Brasil (RUSSERL-WOOD, 1998) o problema da identidade nacional também recebeu atenção das elites políticas e intelectuais. Se Bonifácio colocava o problema da identidade brasileira em termos do contato humano, Silva e Souza o colocou nos termos da identidade política.

Neste contexto é que as obras do cônego Luiz Antônio da Silva e Souza anteriores a independência política do Brasil ganham sentido. Importante nome da Capitania de Goiás, as obras de Silva e Souza revelam adesão às principais questões debatidas no Brasil no início do século XIX, dentre as quais a necessidade de prover uma identidade brasileira ocupa posição de destaque.

Este contexto serve como chave de leitura para o texto da Discórdia Ajustada. Nas páginas abaixo este trabalho tenta percorrer dois objetos no referido escrito de Silva e Souza: a ideia de um império luso-brasileiro e a identidade nacional brasileira. Dito isso, o espaço abaixo apresenta um esforço de interpretação da referida obra. O método empregado transita do texto escrito para o contexto social brasileiro das primeiras décadas do século XIX no Brasil e procura focalizar os dois objetos destacados.

A peça versa sobre uma situação imaginada que se passa na frente do “Templo da Glória” e é composta, principalmente, por três personagens:

JUSTIÇA. Virgem com asas, sustentando na esquerda a balança, e na direita a espada; PORTUGAL. Guerreiro, vestido de armas antigas, tendo na esquerda o escudo das armas de Portugal, e na direita a lança; BRASIL. Índio, vestido ricamente de plumas e arminhos, armado de arco e seta, tendo na cabeça um cocar com as armas do Brasil (SOUZA APUD TELES, 1984, p. 47).

Sobre a configuração dos personagens é preciso destacar que eles, apesar serem territórios físicos na realidade, são representados como se fossem pessoas. Isso se justifica pelo fato de que o texto fora escrito para ser encenado. Ainda sobre os personagens vale esclarecer que desde a chegada da corte no Rio de Janeiro em 1818 o Brasil era representado pelo índio e a natureza tropical e Portugal por um guerreiro (ROWLAND, 2008, p. 26).

O título da peça revela em grande parte seu conteúdo, o qual reflete as circunstâncias políticas do momento histórico. A “discórdia” em questão foi motivada pela transferência do rei para as terras brasileiras, invertendo a lógica política das relações entre colônia e metrópole características do Antigo Regime, graças à elevação da antiga colônia a condição formal de metrópole e pelo fato da antiga colônia abrigar a corte. Dessa forma, o texto de Silva e Souza vai mesclando aspectos do ambiente político do período com as “belas letras”.

No texto, Brasil e Portugal – caracterizados em consonância com o imaginário da época – estão na porta do Templo da Glória – um espaço de adoração ao monarca – discutindo e brigando para decidir qual dos dois deveria entrar primeiro no templo para cultuar D. João VI. Como os dois não conseguem resolver o problema, passam a construir argumentos que justifiquem porque um e não o outro deve entrar primeiro no templo e render homenagens ao rei. Primeiro Portugal:

*Sou Portugal de heróicos pensamentos,/Que desde o berço a Glória me reveste:/
Que o nome excelso dos monarcas lusos/ Sobre as asas da fama hei conduzido,*

*/Vencendo Adamastor, do Tejo ao Indo:/Sou Portugal, que firme em lealdade/
Desde a ocidental praia lusitana/ “As mais remotas partes do Universo”/ Meu
renome imortal tenho levado/ Das armas afonsinas amparado (SOUZA APUD
TELES, 1984, p. 49).*

Portugal tinha na ocupação do passado e na preteridade do seu Estado seus mais sólidos argumentos para a ação no presente. Por seu turno, o Brasil responde os argumentos de Portugal apelando para suas riquezas naturais, sua histórica obediência ao rei e ao fato deste estar em terras tropicais.

*E eu sou o Brasil bem conhecido,/ Inveja dos vizinhos, e distantes,/ Hábil de
engenho, fértil de recursos,/ Fecundo em ouro, de produto rico,/ Em que se erige o
sólio magestoso,/ que deve dominar a toda a terra:/ Sou o Brasil agora reanimado/
Do grande rei com a presença augusta/ Para rivalizar às nações todas:/ Que estou
pronto a selar com o próprio sangue/ O amor, que devo ao trono lusitano/
Procurando outros mundos (se ainda existem)/ Para a eles levar em fausto agouro/
O globo azul, que tem as zonas d’ouro (SOUZA APUD TELES, 1984, p. 50)*

A situação vai se tornando tensa. Portugal e Brasil não chegam num consenso sobre quem primeiro deveria entrar no templo. O primeiro tenta convencer o segundo demonstrando que foi ele que o descobriu e o revelou ao mundo. O segundo lembra o primeiro de que essas distinções acabaram desde que foi criado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Tudo converge para que um conflito armado entre os dois “fieis vassalos” do rei seja deflagrado. A lança é apontada para o Brasil. O arco está armado na direção de Portugal. Eis que aparece a Justiça no exato momento em que as animosidades estão exacerbadas e diz:

*Que intempestiva cólera vos move?/ Farta de Sangue, de carnagem farta, /Com que
a faminta guerra a Europa enluta/ Escoltada da peste, e da penúria,/ Os frutos da
Alma Ceres destruindo,/ Tornando em solidões os povoados,/ Removendo a bonança
dos Estados,/ Roubando cetros, derrubando tronos./ Aborreci a humana sociedade/
Ao zodíaco fui batendo asas/ Colocar entre signos meu assento./ hoje, que volto a
terra afortunada,/ Para me unir ao trono das virtudes,/ Inda hei-de ver o pomo da
discórdia/ Rolando entre os mortais num dia fausto?/ Que intempestiva cólera vos
move?/ Se um laço fraternal vos une e prende,/ O que intenta a discórdia detestável,
Quando começa a época famosa/ Que faz a Lusitânia venturosa? (SOUZA APUD
TELES, 1984, p. 52-53).*

A Justiça tenta conciliar os dois “irmãos” em conflito. Estabelece um paralelo entre a situação deles e a da Europa, onde desde a Revolução Francesa as revoluções internas colocavam em perigo a instituição das monarquias e o poder dos reis. Neste momento o outro aparece para conformar o nós. Silva e Souza intenciona fixar a identidade política do Brasil com o sistema monárquico tomando como contraponto os países europeus ligados ao sistema republicano. De um lado, a monarquia é relacionada com a ordem e o progresso e do outro o republicanismo é a face da desordem e injustiça. A identidade luso-brasileira torna-se uma questão política ligada à adesão ao sistema monárquico. O respeito à monarquia difere o Brasil das demais nações europeias e serve como elemento fundador da nacionalidade do Reino colocando o Império Luso-Brasileiro – encabeçado pelo Brasil e não por Portugal – no circuito das nações.

No entanto, a primeira tentativa de conciliação levada a cabo pela Justiça é frustrada. Portugal e Brasil ainda reclamam os referidos argumentos para tentar sobrepor-se um ao outro e entrar no Templo da Glória. A Justiça novamente aparece e cessa a discórdia.

Basta: outras provas não escuto agora./ Cintila o céu propício desta parte./ Pressagia aos mortais dias serenos:/ Convém gratulações, convém concórdia./ Não é tão breve a glória do monarca./ Que ao trono tem subido, que lhe baste/ Portugal, ou Brasil, a quem domina:/ Abrange as quatro partes do universo [...]/ Glória do novo mundo dilatado./ Delícias da Ásia, da África e da Europa./ Que de virtude orna o cetro augusto./ Que sabe unir amor com majestade./ O lugar do seu trono o céu designa/ Que atende ao maior bem da humanidade: *Portugal ao Brasil deu luz agora,/ Hoje o Brasil dá luz a todo o mundo./Coroados de troféus de honra e de glória./ Portugal já gozou por longos anos/ Do assento principal da monarquia;/ Hoje em dia o Brasil do mesmo goza,/ Que vai a Portugal dar nova glória./ O céu manda, obedecer-lhe cumpre* (SOUZA APUD TELES, 1984, p. 56-57).

Assim a deusa Justiça pôs fim ao conflito e transformou a “discórdia” em “concórdia”. Ela mesma abriu o Templo da Glória e fez com que Brasil e Portugal entrassem juntos e de mãos dadas glorificassem as virtudes de D. João VI com as seguintes palavras: “Glória do Augusto/ Com as mãos unidas/ Oferecem as vidas/ Brasil, Portugal:/ Em doce concórdia/ Leais, reverentes/ Se inclinam contentes/ Ao trono real” (SOUZA APUD TELES, 1984, p. 58).

Este texto é particular dentro do conjunto das obras de Silva e Souza – pelo menos das que sobraram, pois Alencastre (1867) afirma que antes de morrer ele queimou parte

significativa de sua produção. A “Discórdia Ajustada” é um escrito representativo da erudição do cônego mineiro. Nela aparecem várias menções a diferentes povos em diferentes épocas – como gregos, assírios, persas, romanos, entre outros – o que evidencia um significativo aporte de conhecimento histórico. O passado de Portugal e as dinastias reais figuram solenemente no texto. A situação da Europa após a Revolução Francesa é evocada. A relação entre o avanço das tropas de Napoleão com a fuga da Família Real para o Brasil fica implicitamente demonstrada. A representação da natureza brasileira como sinônima de riqueza e do índio como portador de características civilizadas – como virtude, coragem e adesão a ordem – antecipa elementos do Indianismo Brasileiro. Além disso, cria um interessante enredo envolvendo os personagens mencionados.

Mas o teor político da peça teatral é o que mais chama atenção. No desfecho do texto, Portugal teve que resignar-se de seu glorioso passado ceder a posse física do trono ao Brasil, visto como o mais apto a encabeçar a promissora aliança de 1815. A situação política inaugurada nesta data – o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – estava sendo legitimada e o Brasil lideraria o império nesta nova fase.

Silva e Souza evoca a todo momento a ideia do “império lusitano” que povoava as cabeças ilustradas da elites brasileiras do período. De acordo com Silva,

A presença do príncipe regente D. João no Rio de Janeiro motivou a elite letrada a apresentar suas ideias acerca da nova situação do Brasil, agora denominado “o novo império lusitano” pelo bacharel Luís de Brito Aragão e Vasconcelos. Autor de umas “Memórias sobre o estabelecimento do império do Brasil”, mostra nelas um claro desvio de Portugal como centro do império português (SILVA, 2008, p. 39).

Assim como Aragão e Vasconcelos, a ideia de um “Império Luso-Brasileiro” (MAXWELL, 1999) também foi pensada por Silva e Souza. Para o cônego mineiro o Brasil deveria liderar o império ultramarino português e abrigar a corte real, superando definitivamente a anterior condição de colônia. Do Brasil as luzes se irradiariam para todo o mundo.

A Discórdia Ajustada, pois, representa um esforço de legitimação da situação do Brasil após sua elevação a condição de Reino em 1815 e prepara o terreno para a definição de uma identidade brasileira entendida em termos de manutenção da ordem monárquica, a qual prevaleceu nos anos posteriores à independência política do Brasil e permaneceu até fins do Segundo Reinado.

Dito isso, pode-se vislumbrar Silva e Souza como membro de uma elite intelectual que discutiu e debateu a situação do Brasil nos anos imediatamente anteriores a separação política de Portugal e como colaborador na construção de uma identidade política com o sistema monárquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

_____. Biografia dos homens distintos por armas, letras, virtudes, etc: Cônego Luiz Antônio da Silva e Souza. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 30 segunda parte, p. 241-256, 1867. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1867t00302.pdf>>.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: editora Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990

FALCON, Francisco Calazans. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história – Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *O ensino Régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares”. *RBCS*, São Paulo, vol. 20, nº. 57, p. 27-38, fev. de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v20n57/a02v2057.pdf>>.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC, 2006.

_____. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: _____. *Chocolate, Piratas e outros Malandros*. Ensaio Tropicais. São Paulo: Terra e Paz, 1999, p. 157- 191.

MOREIRA, Aleana Jota. Aprendizado de ofício e/ou de primeiras letras na comarca do Rio das Velhas: conforme a lei determinava ou a vontade dos pais? – 1750/1830. *Revista de Humanidades*, Caicó (RN), v. 9. n. 24, set/out. 2008. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st1/aleana_moreira_st1.pdf>.

PALACÍN, Luis. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Oriente, 1976.

_____. *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*. Goiânia: Cerne, 1986.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção das tradições*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.

ROWLAND, Robert. A sombra da Corte: representações do povo no Brasil oitocentista. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos/editora da Unisinos, 2008, p. 17-36.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, n. 4, 2000, p. 149-191.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande território despovoado: argumento desenvolvimentista e antiindependência. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos/editora da Unisinos, 2008, p. 39-47.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Autor, Texto e Contexto: a história intelectual e o contextualismo lingüístico na perspectiva de Quentin Skinner”. *Fênix*, Uberlândia, vol. 5, nº 4, p. 1-19, out-nov-dez, ano 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf.

SOUZA, Luiz Antonio da Silva e. Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Couzas Mais Notáveis da Capitania de Goyaz. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 16, p. 429-510, 4º trimestre de 1849. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>.

TELES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia: editora da UFG, 1998.

_____ (Org.). *Memórias Goianas II*. Memória poética. Goiânia: editora da UCG, 1984.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_arttext#not29.

UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO “*BOLIVARIANISMO*” NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE VENEZUELANO HUGO CHÁVEZ FRÍAS (1999 – 2001): UMA ANÁLISE A PARTIR DA *BEGRIFFSGESCHICHTE* DE REINHART KOSELLECK

Tiago Ciro Moral ZANCOPE

ticaohc@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é pavimentar um novo caminho para o estudo da história política recente da Venezuela no período que vai de 1999 a 2001. Com efeito, utilizarei como metodologia as considerações feitas por Reinhart Koselleck sobre a *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos). Nesse sentido, analisarei a construção do conceito *bolivarianismo*, como um conceito básico (*Grundbegriffe*) no interior das proclamações de Hugo Chávez, a fim de perscrutar a maneira como o mandatário venezuelano se relaciona com o mito criado em torno de *El Libertador*, fato que também me permitiu sustentar algumas hipóteses sobre como o atual presidente venezuelano imbricou-se à historicidade venezuelana, que, sob seus pressupostos, passou a ser interpretada a partir das premissas de uma filosofia da história.

PALAVRAS-CHAVE: Bolivarianismo, História dos Conceitos, Hugo Chávez

ABSTRACT: In this paper I attempt to create a new path to the study of the recent political history of Venezuela, highlighting the period that goes from 1999 to 2001. With effect, I took advantage from the methodological proposal made by Reinhart Koselleck about the *Begriffsgeschichte* (history of concepts). In this sense, I analyzed the construction of concept *bolivarianismo*, as a basic concept (*Grundbegriffe*) inside the proclamation's of Hugo Chávez, scrutinizing the elements created by the president to connect him with the myth that surrounds *El Libertador*, fact that also allowed me to sustain some hypothesis about how the president introduce him in the Venezuela historicity, that, below him presuppositions, started to be interperated from his premises of an philosophy of history.

KEYWORDS: Bolivarianismo, History of Concepts, Hugo Chávez

O estudo sobre o conceito de “bolivarianismo” no interior das proclamações de Hugo Chávez Frías surgiu da necessidade de problematizar a relação que o presidente mantém com o culto a *El Libertador*, isso porque é recorrente na história da Venezuela mandatários que se

afirmam bolivarianos o que, por conseguinte, criava – cada um a seu modo – uma rede de significados para o léxico “bolivarianismo”.

Para Ana Teresa Torres (2010), as eleições nacionais de 1998 foram um marco no reencontro da sociedade venezuelana com a figura política de um líder que encarnava o papel do herói, que preenchia um vazio no imaginário popular, que havia rompido com as estruturas *puntofijistas*. Logo em sua primeira proclamação, Chávez jurou sobre a moribunda constituição que daria impulso às reformas políticas e sociais e, acima de tudo, aprofundaria o retorno à doutrina de *El Libertador*. De acordo com Luis Castro Leiva (1991), ser bolivariano é seguir a risca quatro premissas centrais:

i) amar a pátria é amar ao Libertador; ii) Bolívar fez a Venezuela, quem faz a pátria revive a Bolívar; iii) a pátria é um fazer permanente, este fazer consiste em fazer real e vigente o pensamento de Bolívar; iv) A liberdade foi o sonho de Bolívar. Ela é o nosso imperativo. Bolívar e Venezuela, Bolívar e a pátria, são, pois, intercambiáveis (LEIVA, 1991, p. 117).

A análise desses quatro pontos serviu de base para a seguinte afirmação de Torres:

De acordo com estes axiomas Bolívar é um significante coringa que pode deslocar seu significado, mas também o é Venezuela, ou a pátria. Se os três são intercambiáveis, não somente significam o mesmo, mas encerram em si mesmos as identidades fundamentais da nacionalidade, o destino do país, a filosofia política e constituem um labirinto em que se pode prender qualquer projeto (TORRES, 2010, p. 75).

Foi sob este horizonte explicativo que se pensou como a luta de Bolívar para conquistar a independência das colônias hispano-americanas transformou-se de um episódio emblemático, mas datado, em uma condição universal da existência da própria Venezuela. “Ocorre, não obstante, que a pátria não alcançou sua liberdade plena, porque Bolívar não pode conduzi-la a sua emancipação final” (TORRES, 2010, p. 76), nesse sentido, Ana Teresa Torres associou *El Libertador* à figura de um herói incompleto, que triunfou militarmente, mas padeceu politicamente:

Essa condição obriga o povo venezuelano a consagrar seu destino como continuador da gesta até que esta se culmine. E é trágica por sua impossibilidade, porque mesmo assim deve olhar o futuro como o norte da utopia que exige cumprir

o sonho de Bolívar. Aquilo que o pai não fez, o sonho paterno frustrado, é obrigação perene para os filhos (TORRES, 2010, p. 77).

Nesse sentido, a perspicácia de Hugo Chávez foi de justamente forjar uma narrativa histórica na qual os atores do século XXI entram em comunhão com os próceres do XIX. O anseio por liberdade de outrora não se perdeu no tempo e no espaço, pois há um conceito, uma idéia que os conecta, o bolivarianismo, ou seja, “um regresso ao passado para sustentar o mito e um olhar para o futuro para desenvolver a utopia” (TORRES, 2010, p. 265). Deste modo, apontar os possíveis significados do conceito de bolivarianismo é um esforço de compreender não somente como o presente se relaciona com o passado remoto, mas, também, o modo como o futuro da Venezuela vem sendo projetado desde 1999. Nesse passo, essa reflexão foi estruturada de maneira que fosse possível perceber como a evolução do léxico num curto espaço de tempo se fez fundamental para a compreensão do tempo presente venezuelano. Sendo assim, o primeiro passo consistiu em uma explanação concisa sobre a metodologia defendida por Reinhart Koselleck.

Antes de abordar os principais elementos teóricos da *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos), recapitularei de maneira breve como esta surgiu no ambiente acadêmico alemão. De acordo com François Dosse (2007), durante a primeira metade do século XX a escrita de uma *história das idéias* na Alemanha veiculava nas teses clássicas do historicismo, sendo seu principal expoente Friedrich Meinecke. Segundo Dosse (2007, p. 253): “Este último, [...], explora a história das idéias a partir de continuidades, de filiações capazes de voltar a atar os fios da tradição e da modernidade, privilegiando a singularidade do *Sonderweg* alemão”. Entretanto, para Reinhart Koselleck (2006c), esse tipo de produção historiográfica era insuficiente, pois tratava as idéias como forças “*imutáveis*”:

Em seu livro sobre a razão de Estado, Meinecke lidava com um conjunto de contrastes ao longo de três séculos: entre ethos e krathos, entre moralidade e política e, em última análise, entre bem e mal. Meinecke apresenta estas oposições como pares conceituais que continuaram a ser usados ao longo desses trezentos anos. Mas a história das ‘idéias’ imutáveis não pode dar conta das funções inteiramente diversas desempenhadas por elas em períodos bastante distintos: naqueles das guerras civis religiosas, do absolutismo esclarecido e dos Estados-nação burgueses (KOSELLECK, 2006c, p. 100).

Marcelo Gantus Jasmin sustentou que o principal problema para Koselleck estava “na baixa contextualização de idéias e conceitos utilizados no passado, no anacronismo daí derivado e na insistência metafísica da essencialidade das idéias” (JASMIN, 2005, p. 31). Não obstante, Koselleck (2006c, p. 100) propunha uma abordagem na qual “a história dos conceitos lida com o uso de linguagem específica, em situações específicas, no interior das quais os conceitos são desenvolvidos e usados por oradores específicos”.

Detenho-me sobre esta afirmação de Koselleck, a fim de que se possa compreendê-la melhor; para isso, desmembrarei a citação em três pontos. O primeiro consiste em perscrutar um possível significado para a expressão “o uso de linguagem específica” (KOSELLECK, 2006c, p. 100), para isso exponho a diferença entre *palavra* e *conceito*; o segundo “em situações específicas, no interior das quais os conceitos são desenvolvidos” (KOSELLECK, *idem*) se reporta num primeiro momento à relação entre *historia social* e *historia dos conceitos* para, em seguida, explicitar a maneira singular de análise da história dos conceitos, pontuando tanto a aceção de *sincronia* quanto de *diacronia*; por fim, o terceiro ponto diz respeito ao trecho final da citação: “usados por oradores específicos” (KOSELLECK, *ibidem*), que no interior deste artigo corresponde a algumas proclamações selecionadas do presidente venezuelano Hugo Chávez Frías.

Seguindo as linhas mestras do historiador alemão, uma palavra pode ser interpretada como um léxico que conduz a determinado sentido, sem que para isso ocorra um grau elevado de abstração. Todavia, os conceitos se comportam de maneira distinta, pois eles necessitam de um grau maior de abstração para serem formulados, assim como para serem explicados. Com efeito, existem palavras como: “estado [sic], revolução, história, classe, ordem ou sociedade” (KOSELLECK, 1992, p. 135). Segundo este autor,

[...] todas elas sugerem imediatamente associações. Essas associações pressupõem um mínimo de sentido comum [...] uma pré-aceitação de que se trata de palavras importantes e significativas. A certa altura temos que nos interrogar acerca dos limites e fronteiras que separariam palavras em si teorizáveis, e acerca de que palavras seriam em si reflexivas (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Nesse sentido, o exemplo da palavra história (*Geschichte*) parece ser bastante esclarecedor. De acordo com o historiador alemão, até o século XVIII a palavra história (*Historie*) era um conceito plural, que continha lições para o homem, ou seja, “as histórias nos ensinam como nos comportar. As histórias continham sempre exemplos morais para os

homens” (KOSELLECK, 1992, p. 141-142). Porém, a partir do final do século XVIII, a palavra história passa a ser escrita no singular:

Tudo se transforma quando passo a falar de história simplesmente e no singular de uma formulação conceitual altamente abstrata e teorizada, que transforma a história em seu próprio sujeito e também em seu próprio objeto. E este conceito altamente elaborado abstratamente, em oposição à natureza, possui na língua alemã uma trajetória só aí perceptível no quadro europeu (KOSELLECK, 1992, p. 142).

A mudança de significado do vocábulo história na língua germânica (*Historie Geschichte*) trouxe em seu âmago uma nova rede de elementos que extrapolavam o antigo sentido do léxico. Assim sendo, é possível destacar outra qualidade de um conceito frente a uma palavra: todo conceito é polissêmico. Todavia, antes de explicar essa afirmação, reitero a seguinte questão:

Ainda que os significados abstratos e concretos estejam associados a seus significantes (as palavras), eles se nutrem também do conteúdo suposto, do contexto falado ou escrito e da situação social. Isso vale inicialmente para ambos, palavras e conceitos. O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico (KOSELLECK, 2006b, p. 109).

A partir do momento em que estabeleço uma conexão entre a citação anterior e a afirmação que escolhi como sendo angular para o artigo, se chegou à parte dois, ou seja, “as situações específicas no interior das quais os conceitos são desenvolvidos” (KOSELLECK, 2006c, p. 100), que por sua vez também pode ser chamada de contexto. Nesse sentido, proponho – à moda de Koselleck – uma aproximação entre história dos conceitos e história social.

O historiador alemão coligiu uma série de argumentos e exemplos para corroborar sua tese de que tanto a história social quanto a história dos conceitos podem se auxiliar durante a produção historiográfica, pois:

[...] sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua

compreensão como comunidades lingüísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (KOSELLECK, 2006b, p. 98).

Por mais auspiciosos que sejam os exemplos de Reinhart Koselleck, meu objetivo não é compilar-los neste texto. Como anunciado anteriormente, busco problematizar o conceito de bolivarianismo no interior dos discursos do presidente venezuelano Hugo Chávez Frías; sendo assim, estabelecerei um diálogo entre as considerações teóricas de Koselleck e as proclamações do presidente da Venezuela.

De acordo com Koselleck (2006b) a história dos conceitos pode ser empregada como uma importante ferramenta para elaboração de uma crítica às fontes e, para isso, o historiador deve examinar determinados conceitos sob uma perspectiva semântica. Nesse sentido, refletirei tais considerações a partir do seguinte exemplo:

Assim, que termino esta mensagem de hoje diante do povo venezuelano, diante de vocês, termino por agora, invocando o mesmo que invoquei ao começo, porque quando alguém fala de unidade latino-americana e caribenha, de relações com o mundo, de projetos sociais, quando alguém fala de projetos econômicos humanistas, de projetos políticos estáveis, simplesmente estamos nós aqui nesta Venezuela caribenha, amazônica, andina e universal, estamos retomando o sonho bolivariano, estamos retomando o autêntico bolivarianismo e assim dizia Bolívar: ‘para formar um governo estável, é necessário que fundamos o espírito nacional em um todo, a alma nacional em um todo, o espírito e o corpo das leis em um todo’. Unidade, unidade, essa tem que ser nossa marca (CHÁVEZ, 2005a, p. 31, grifo meu).

A passagem em questão foi retirada do primeiro discurso de Hugo Chávez como presidente da Venezuela, no dia 2 de fevereiro de 1999, na Assembléia Legislativa. Com efeito, grifei trechos do discurso sobre o qual gostaria de tecer alguns comentários. Quando o recém empossado presidente defendeu a elaboração de “projetos sociais”, “projetos econômicos humanistas” e “projetos políticos estáveis”, tais afirmações foram direcionadas para os antigos líderes políticos venezuelanos – *adecos* e *copeianos* – que governaram o país durante boa parte da segunda metade do século XX. Ainda assim, o comentário do presidente também pode ser entendido como uma provocação, pois em seu imaginário, os representantes políticos do *puntofijismo* eram em boa medida culpados pela crise na qual se encontrava a Venezuela.

Em seguida, o presidente afirmou que: “estamos retomando o sonho bolivariano, estamos retomando o autêntico bolivarianismo” (CHÁVEZ, 2005a, p. 31). Propus-me analisar

esta assertiva a partir do contexto na qual está inserida, aferindo que a expressão o “autêntico bolivarianismo”, para Hugo Chávez, significou criar as condições necessárias para o crescimento do país, contemplando todas as suas classes sociais. Não obstante, se o presidente anunciou ser o portador do legítimo bolivarianismo, eu poderia imaginar que aqueles que fazem oposição ao mandatário são anti-bolivarianos? E, além disso, qual o sentido sob o par antitético assimétrico bolivariano e anti-bolivariano? Indagações que ainda me são caras. Creio que não restam dúvidas sobre como a história dos conceitos pode auxiliar a história social, inclusive o próprio Koselleck é categórico ao afirmar que:

[...] é evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão lingüística (KOSELLECK, 2006b, p. 103).

Entretanto, considerar somente essa dimensão da história conceitual seria limitá-la demasiadamente; assim sendo, apresentarei de que maneira a história dos conceitos pode fornecer subsídios instigantes para o historiador. Organizar uma pesquisa que tenha como proposta examinar criticamente um conceito permite inquirir sobre “o espaço de experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006b, p. 104), sendo que:

[...] nesse estágio da investigação, o método histórico-filológico se sobressai por seu caráter histórico-conceitual; é finalmente nesse estágio que a história dos conceitos perde seu caráter subsidiário em relação à história social (KOSELLECK, 2006b, p. 105).

Em outras palavras, a perspectiva metodológica da história conceitual de Reinhart Koselleck contempla tanto uma análise sincrônica – o contexto no qual o conceito está inserido – quanto diacrônica, a maneira como este léxico veio se transformando desde o seu aparecimento.

Perscrutarei outro exemplo, tendo como horizonte os princípios da sincronia e diacronia, para reiterar a ligação de ambas. No dia 22 de maio de 2000, o mandatário venezuelano proferiu um discurso sobre o seu plano de governo no hotel Hilton de Caracas. Em determinado momento o presidente venezuelano sustentou que:

Nossa campanha é pedagógica. Em tantas reuniões andamos falando primeiro de bolivarianismo, porque essa é a instância mais alta desta batalha, o bolivarianismo como conceito filosófico-político-ideológico-doutrinário e isso transcende, como sabemos, os limites da Venezuela, isso está impregnado, em boa medida, nas lutas do mundo de hoje, especialmente na América Latina e Caribe. O bolivarianismo como conceito. Porque uma República Bolivariana? Um capricho de Chávez, como diziam as vacas sagradas? Não é um capricho de Chávez, é um conceito histórico, percorre todo um pensamento de uma época, mas que não ficou para trás, tem absoluta vigência hoje. Ademais deste tema, andamos falando sobre o processo revolucionário, que é isso. O processo constituinte que não terminou, apenas fizemos uma fase, uma mais, mas ainda nos falta um longo caminho por diante do processo constituinte revolucionário (CHÁVEZ, 2005b, p. 266, grifo meu).

Partindo-se de uma perspectiva sincrônica, posso sustentar que esse fragmento fez parte de um discurso no qual o então presidente da Venezuela se dirigiu a uma determinada audiência, com o intuito de apresentar seu plano de governo; sendo assim, a exposição de Hugo Chávez “é um situação única, e neste sentido também irrepetível” (KOSELLECK, 1992, p. 140). Contudo, há um componente semântico inerente a mesma, ou seja, o desejo de se fazer compreender por sua audiência e, para isso, lançou-se mão de determinado léxico que poderia ser reconhecido por todos. “A semântica é assim imprescindível para a comunicação lingüística (*Sprachandlung*) e para o uso pragmático da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 141), ou seja: “o que a semântica indica é que ela é repetível. Trata-se de estruturas lingüísticas que se repetem e cuja repetição é necessária para que o conteúdo seja compreensível, ainda que uma única vez” (KOSELLECK, 1992, p. 141). De maneira geral Reinhart Koselleck defendeu:

Uma conexão análoga existe entre discurso falado, sincronicamente, e a linguagem pré-concebida diacronicamente que sempre toma efeito em uma abordagem conceitual-histórica. O que acontece é sempre único e novo, mas nunca tão novo que as condições sociais, que são pré-dadas a longo prazo, não impossibilitaram cada evento único. Um novo conceito pode ser cunhado para articular experiências ou expectativas que nunca existiram antes. Mas, nunca é tão novo ao ponto de não haver existido virtualmente como uma semente dentro de uma linguagem pré-concebida e de não ter recebido o significado de seu contexto lingüístico herdado (KOSELLECK, 2002, p. 30-31).

Antes de explanar minhas considerações finais sobre sincronia e diacronia, reportar-me-ei a outro exemplo. No dia 10 de junho de 2000, durante a décima segunda Cúpula da Comunidade Andina de Nações, realizada em Lima no Peru, Hugo Chávez ratificou:

Vou aproveitar a ocasião para fazer algumas reflexões que tem a ver com o fundo, como nós percebemos o momento que estamos vivendo e o esforço que estamos fazendo. Em primeiro lugar, creio que poderíamos estar de acordo que todo esforço prático requer uma teoria, requer uma filosofia e requer uma doutrina.

Creio que tampouco temos dúvidas de que o bolivarianismo real, profundo, palpitante, todavia deve ser cada vez mais essa doutrina, deve ser cada dia mais essa filosofia, deve ser cada dia mais esse sistema ideológico, que também há que se resgatar porque foi ficando pelo caminho, se foi sepultando e o sepultaram durante anos.

Nós cremos que essa é uma das causas de nossa tragédia histórica. O século XIX foi o século da união, das lutas unitárias e nossos tataravôs conquistaram façanhas que pareciam, às vezes, inacreditáveis ou homéricas, mas, somente a união lhes permitiu fazê-las, somente uma idéia grandiosa lhes permitiu fazê-las: expulsar da América um império e evitar que outros chegassem a ocupar nossos territórios da América do Sul.

Creio que foi uma tarefa ciclópica o que conquistaram aqueles libertadores e libertadoras. Assim que, permitam-me colegas, amigos e amigas todos, representantes de nossos povos, insistir na necessidade de resgate e de impulso da ideologia bolivariana. Resgatá-la e tratar de levar, adequadamente ao tempo que vivemos, com certeza, o momento, o drama, que estamos transitando nesses anos. Por exemplo, quando falamos de democracia, porque não enfocamos a democracia, os sistemas políticos, a teoria política; porque não buscamos um pouco e insistimos na ideologia bolivariana, que não é somente de Bolívar. Uma ideologia nunca é de um só homem, ficou esse nome e ficou essa liderança marcada para sempre, mas foi um produto de uma época (CHÁVEZ, 2005b, p. 312-313, grifo meu).

Em linhas gerais, essa longa citação forneceu uma série de questões para o artigo, pelo motivo de que essa proclamação foi proferida em outro país, o Peru, cujo código cultural é distinto dos venezuelanos; ainda assim, a platéia era composta por outros líderes que naquela cúpula representavam os interesses de suas nações. Nesse sentido, a proclamação de Hugo Chávez pode ser interpretada – sincronicamente – como sendo uma convocatória para a união daqueles países localizados na região andina, reatualizando uma antiga aliança entre essas nações. Iniciou-se assim o momento diacrônico do discurso. Quando Chávez reportou-se ao conceito de “bolivarianismo” como fator para a união das nações andinas, o mandatário

escolheu um léxico que se referia diretamente a Simón Bolívar, pois *El Libertador* comandou – em boa medida – o processo de libertação dessa região que originou países como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Do mesmo modo, Chávez quis rememorar que a desunião desses povos implicou um período de instabilidade, quando a vontade popular foi preterida em nome de interesses supranacionais. Igualmente, trazer à tona o conceito de “bolivarianismo” invocou um compromisso histórico de se estabelecer um desenvolvimento autóctone frente ao modelo estadunidense e europeu.

Por fim, acrescentarei à explicação deste fragmento algumas considerações elaboradas por Elvira Narvaja de Arnoux (2008), que realizou um profundo estudo sobre os discursos de Hugo Chávez. Um dos elementos centrais no exame feito pela autora foi o *cronotopo bolivariano* nas proclamações de Chávez. De maneira sucinta, a autora justificou que *cronotopo* é uma categoria que articula tempo e espaço no interior de uma novela. Não obstante, haveria no interior da narração, um *cronotopo* determinante, que, inclusive, serviria de parâmetro para outros.

O cronotopo dominante permite definir o gênero (ou variedades de um gênero): sem embargo, 'cada um deles pode ter seu cronotopo próprio. [...] Pode ocorrer que um desses cronotopos recobra tudo ou predomine. Pode imbricar-se um em outro, coexistir, entrelaçar-se, suceder-se, justapor-se, opor-se, ou encontrar-se em relações recíprocas mais complicadas (BAKHTIN apud ARNOUX, 2008, p. 63).

Em seguida, Elvira Narvaja apontou para o fato de que esta metodologia proposta por Bakhtin poderia ser aplicada em outras áreas que extrapolam o campo dos estudos literários, tal como no caso dos discursos políticos: “O *cronotopo* define uma representação de mundo que, nos discursos que analisamos, é como assinalamos ao começo, marco e orientador da ação política” (ARNOUX, 2008, p. 64). Foi sob esse horizonte que a autora concluiu, no interior das proclamações de Hugo Chávez:

[...] no cronotopo bolivariano, o tempo que se inicia com a independência está orientado para a conquista de uma tarefa que é a (re)construção de um espaço nacional latino-americano; somente alcançará seu desfecho quando se afirmar no espaço (ARNOUX, 2008, p. 64).

Por mais que a análise feita por Elvira Narvaja tenha se reportado a outra matriz metodológica, distinta da que venho sustentando ao longo do artigo, a autora encontrou uma

aporia, semelhante a que vem sendo apresentada no artigo: qual o possível significado de bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez, isso porque compartilhamos a idéia de que este termo organiza todo o agir do presidente da Venezuela. Entretanto, acrescento, novamente seguindo Koselleck, uma reflexão sobre conceitos básicos, que de certa forma, possuem semelhança com o *cronotopo* de Bakhtin.

Para o historiador alemão um conceito básico reuniria experiências e expectativas, de maneira que este passaria a ser indispensável. Um exemplo ilustrativo seria a palavra democracia, que é reivindicada por um número sem fim de governantes como sendo sua doutrina de governo. Resumidamente, um conceito básico possui uma carga simbólica que torna o mesmo “altamente complexo, sempre controverso e disputado” (KOSELLECK, 2006c, p. 103). Koselleck apontou para o fato de que, muitas vezes, as ações políticas dependem de um estoque mínimo desses conceitos:

Embora os conceitos básicos funcionem sempre no interior de um discurso, eles são os pivôs em torno dos quais todos os argumentos giram. Por esta razão, não acredito que a história dos conceitos e a história dos discursos possam ser vistas como incompatíveis e opostas. Uma depende inescapavelmente da outra. Um discurso requer conceitos básicos para expressar o que está falando. E uma análise dos conceitos demanda o conhecimento tanto dos contextos lingüísticos como dos extralingüísticos, incluindo aqueles fornecidos pelos discursos. Só através de um tal conhecimento do contexto pode o analista determinar quais são os múltiplos significados de um conceito, seu conteúdo, importância e a extensão em que é disputado (KOSELLECK, 2006c, p. 104)

Enfatizei este fragmento, pois de maneira bastante perspicaz Koselleck rebateu as críticas da Escola de Cambridge sobre sua proposta metodológica, assim como reiterou a ligação entre sua metodologia e os procedimentos oriundos da Análise de Discurso. Entretanto, o que o historiador alemão quis ressaltar é:

Nenhum acontecimento pode derivar-se suficientemente de umas condições sincrônicas ou de uns pressupostos diacrônicos, independentemente de que estes se formulem pela via econômica, religiosa, mental, cultural ou a que seja. Há, pois, um sem número de condições (sincrônicas) e de pressupostos (diacrônicos) que não se podem determinar segundo uma lei, os quais motivam, desatam, incitam o limitam as ações concretas dos atores quando se contradizem, competem ou disputam. Já a vastidão de campos de ação abertos aos participantes proíbe inventar cadeias casuais unilineares ou determinantes (exceção feita das justificações heurísticas).

São as estruturas de repetição as que sempre contém, ao mesmo tempo, mais ou menos do que aparece nesses fatos (KOSELLECK, 2006a, p. 22).

Destaco outro exemplo, tendo como horizonte o que Koselleck chamou de “estruturas de repetição”, para assinalar minha perspectiva sobre diacronia. No dia 15 de fevereiro de 2001, durante a comemoração do centésimo oitavo segundo ano da convocação do Congresso de Angostura, o presidente Hugo Chávez afirmou:

Vou terminar somente recordando a maneira como Bolívar terminou aquele discurso de 15 de fevereiro de 1819, porque aquele homem começou com um diagnóstico. Vou terminar com esse elemento ideológico e conceitual do bolivarianismo. Bolívar começou aquele discurso, primeiro, invocando a soberania popular e manteve essa invocação ao longo de toda a estrutura essencial do discurso, porque era o seu pensamento e o último que escreveu foi dirigido ao povo: ‘Colombianos, adeus, vocês presenciaram meus esforços por implantar a liberdade onde antes reinava a tirania’. Etc. etc. Foi uma constante em seu pensamento, a alma popular, o povo, o coletivo. Depois de convocar a soberania, Bolívar faz naquele discurso uma revisão, um diagnóstico do que ele chamou de pélagos de necessidades e angústias da República. ‘Uma época infernal – disse – enfrentei nesse governo que termina hoje’. Porque até aquele dia era ditador e entregou o poder ao congresso, ainda que o congresso o elegeisse e lhe devolvesse o poder. Mas, ele dizia: pélagos de angústias, uma era infernal a qualifiquei, a guerra, a fome, a miséria, a pobreza, a escravidão, os privilégios, a dominação, a morte; de verdade, um tempo infernal (CHÁVEZ, 2005c: p. 126-127, grifo meu).

Neste exemplo, o presidente da Venezuela defendeu que o bolivarianismo era o conceito que ordenava todas as instâncias simbólicas; nesse sentido, foi de importância capital acrescentá-lo ao nome do país. Em seguida, Hugo Chávez anunciou, todavia sem explicar, que o bolivarianismo não é o pensamento restrito a uma época, mas perene em toda a história nacional. Logo depois, ele também justificou que o termo “bolivariano” era oriundo dos escritos do próprio Simón Bolívar, que no início do século XIX desenvolveu este conceito no interior do *Discurso de Angostura*. De acordo com a interpretação do caudilho, este documento político de *El Libertador* sustentava como proposta central a criação de um governo que resguardasse a soberania popular. Ainda no interior deste trecho, foi possível constatar que para o presidente da Venezuela, Bolívar também foi aquele que inclusive previu as adversidades que o país enfrentaria.

A maneira como o conceito de bolivarianismo foi aplicada no interior dos fragmentos conduziu-me a ponderar sobre sua aplicabilidade como sendo um léxico “*formador de almas*”, numa analogia ao estudo realizado por José Murilo de Carvalho (2003). De acordo com José Murilo, o fim do segundo império criou um hiato no imaginário coletivo, pois seus principais símbolos foram substituídos por elementos republicanos. Todavia, os líderes republicanos tinham consciência de que nada adiantaria trocar uma imagem monárquica por outra republicana, sem que houvesse uma mensagem que ensinasse ao povo a importância de apoiar o novo regime. Por esse motivo:

[...] a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (CARVALHO, 2003, p. 10).

O autor defendeu que “a manipulação do imaginário coletivo social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 2003, p. 11). Deste modo, estabeleci um paralelo entre a tese de José Murilo – *formação das almas* – com a afirmação de Koselleck sobre a necessidade de pensar a história como um fenômeno que extrapola o campo lingüístico, pois, do contrário, “teríamos que admitir que o trabalho do historiador se localiza no puro campo da hermenêutica” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Nesse sentido, quando problematizei o conceito de bolivarianismo como sendo um léxico que extrapola o campo semântico, atuando no contexto social, sob o horizonte da *Begriffsgeschichte*, reiterou-se aquilo que Koselleck determinou como sendo o objetivo de sua metodologia, ou seja, “perguntar que camadas de significado persistem, são traduzíveis e podem ser aplicadas de novo; que linhas de significado são descartáveis, e que camadas novas são acrescentadas” (KOSELLECK, 2006c, p. 107), que, sem embargo, corrobora a tese de Gabriel Motzkin:

Além disso, esta extensão temporal dos conceitos pode ajudar a explicar como estes afetam o mundo extra-conceitual que os conceitos políticos e sociais supõem como seu referente. O chamado à ação, que está algumas vezes implícito num conceito, é

frequentemente mediado pelo senso de temporalidade que ele comunica à sua audiência (MOTZKIN, 2006, p. 78).

Com efeito, aproximei estas considerações ao contexto venezuelano, pois acreditei que as mesmas forneciam um fecundo subsídio para a interpretação do conceito de bolivarianismo nos discursos do presidente Hugo Chávez. O mandatário empregou este léxico de maneira mais veemente para reatualizar a independência dos venezuelanos frente a um governo oligárquico. Se no século XVIII Bolívar lutou contra a Coroa Espanhola para consolidar a independência da Venezuela, passados duzentos anos, Hugo Chávez lançou mão do conceito “bolivarianismo” para propor uma reatualização desta luta contra a IV República, cujo controle era restrito a uma minoria.

O segundo passo dado por Chávez no processo de consolidação da ruptura radical com o passado recente venezuelano foi a elaboração de uma nova constituição para a Venezuela. Diferentemente das outras constituições do país, a sua era bolivariana, pois seguia as premissas defendidas por Simón Bolívar em seu *Discurso de Angostura*. Além disso, o primeiro artigo da nova carta magna afirmava de maneira categórica que:

A República Bolivariana da Venezuela é irrevogavelmente livre e independente e fundamente seu patrimônio moral e seus valores de liberdade, justiça e paz internacional na doutrina de Simón Bolívar, o libertador (LANGUE, 2009, p. 256).

O terceiro e último passo foi a disseminação do bolivarianismo como doutrina latino-americanista nos países vizinhos. Deste modo, o presidente venezuelano rememorou a efêmera aliança de nações no interior da Grã-Colômbia, expandindo-a para outros países da região. Neste contexto, o “bolivarianismo” foi aplicado como um compromisso para a união dos países sul-americanos na formação de um bloco que desenvolveria a região de maneira autônoma, assim como foi proposto no século XVIII por *El Libertador*.

Em síntese, percorreu-se este longo caminho para reiterar como oportuno o que há sob o léxico “bolivarianismo” no atual contexto político venezuelano. Sem dúvida, o presidente Hugo Chávez trouxe consigo uma nova roupagem não somente para o mito, mas para toda a história da Venezuela. Analisar a maneira como o conceito de bolivarianismo é construído no interior do recorte 1999 a 2001, para em seguida relacioná-lo com sua trajetória desde 1830 – ano da morte de Simón Bolívar – oferece para o historiador uma possibilidade

de pensar a maneira como o passado venezuelano está sendo dotado de uma nova narrativa histórica na qual:

Chávez não quer se exibir como uma caprichosa imposição pessoal, mas sim como o produto dos erros do passado e como o vingador de um oprobrioso passado. Daí suas habituais incursões desde os tempos idos, com o objeto de elaborar um insólito elenco de santos e vilões que conduzam a sua desembocadura e a permanência do exército sobre o civismo. Daí sua apologia das matanças do século XIX, suas chatas referências à independência e sua subestimação do trabalho pacífico e silencioso que fez a sociedade para construir o Estado Nacional. Vê a história pátria como viu Cipriano Castro e como viu Gómez: lança, espada e gritos em substituição à civilização famigerada. (ITURRIETA apud LANGUE, 2009, p. 272).

Do outro lado, Jörn Rüsen (2001, p. 64) alertou para o fato de que:

[...] a narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente e, por essa relação com o presente, articula-se diretamente com as expectativas de futuro que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano.

Argumento que logo depois foi complementado:

[...] o modo com que a narrativa histórica mobiliza a memória da evolução temporal do homem e de seu mundo no passado torna possível que as mudanças temporais experimentadas no presente ganhem sentido, isto é, possam transpor-se para as intenções e as expectativas do agir projetada no futuro. [...] A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual o passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica (RÜSEN, 2001, p. 64-65)

A similaridade entre a afirmação de Elías Pino com a explicação de Jörn Rüsen me permitiu afirmar que Hugo Chávez fez do conceito de “bolivarianismo” o elemento central que sustenta o seu historicismo político (LEIVA, 1991); sendo assim, perscrutá-lo significa adentrar um campo no qual aquilo que Bolívar deixou inconcluso é reeditado a partir de uma interpretação singular, que forma parte de um historicismo que vem paulatinamente reinterpretando o passado, a fim de justificar as ações do presente e as projeções do futuro, que, não obstante, será o momento no qual acontecerá a conclusão de todas as tarefas

inacabadas deixadas por Bolívar, o estágio final da história venezuelana, o encontro com o paraíso descrito por *El Libertador* e o fim do bolivarianismo (?).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOUX, E. N. *El discurso latinoamericanista de Hugo Chávez*. Buenos Aires, Editorial Biblos, 2008.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CHÁVEZ, H. 1999: *Año de la refundación de la república*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la república. 2005a.

_____. 2000: *Año de la relegitimación de poderes*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la república, 2005b.

DOSSE, F. *La marcha de las ideas*. Historia de los intelectuales. Historia intelectual. Valencia, Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2007.

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38 fev. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057.pdf>>. Acesso em: 22 Fev. 2011.

FERES JÚNIOR, J. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 655-680, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a07v48n3.pdf>>. Acesso em: 22 Fev. 2011.

KOSELLECK, R. Estruturas de repetición en el lenguaje y en la historia. In: *Revista de Estudios Políticos*. Madrid, n. 134, p. 17-34, 2006a. Disponível em: < <http://www.cepc.es/revistas/revistas.aspx?IDR=3&IDN=612&IDA=26345>>. Acesso em 22 Fev. 2011.

_____. *Futuro Pasado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora Puc Rio, 2006b.

_____. *The Practice of Conceptual History: timing history, spacing concepts*. Stanford, Stanford University Press, 2002.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: < <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1945/1084>>. Acesso em 22 Fev. 2011.

- _____. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe. In: JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J. (orgs). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora Puc Rio, 2006c.
- LANGUE, F. La independencia de Venezuela, una historia mitificada y un paradigma heroico. In: *Anuario de Estudios Americanos*. Sevilla, v. 66, n. 2, p. 245-276, jul./dez. 2009. Disponível em: <
<http://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/324/329>
>. Acesso em: 22 Fev. 2011.
- LEIVA, L. C. El Historicismo Político Bolivariano. In: Leiva, Castro Luis. *De la patria boba a la teología bolivariana: ensayos de historia intelectual*. Caracas, Monte Avila Editores, 1991.
- MOTZKIN, G. A intuição de Koselleck acerca do tempo na história. In: JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, João (orgs). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora Puc Rio, 2006.
- REY, J. C. El ideario bolivariano y la democracia en la Venezuela del siglo XXI. In: *Revista venezolana de ciencia política*. Mérida, n. 28, Jul./dez, 2005, p. 167-191. Disponível em: <
<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/24873/2/documento.pdf>>. Acesso em: 22 Fev. 2011.
- ROMERO, A. *La Venezuela que quería Bolívar*. Disponível em <
<http://anibalromero.net/La.Venezuela.que.queria.Bolivar.pdf>> Acesso em: 6 Fev 2010.
- RÜSSEN, J. *Razão Histórica: Teoria da História: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Unb, 2001.
- SILVA, R. História Intelectual e Teoria Política. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a20v17n34.pdf>>. Acesso em: 22 Fev. 2011.
- TORRES, A. T. *La Herencia de la Tribu: del mito de la independencia a la revolución bolivariana*. Caracas, Editorial Alfa, 2010.
- VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 1-13, set./dez. 2005. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>>. Acesso em: 28 Jul. 2009.

ENTRE MEMÓRIA E IMAGINAÇÃO: PELO FIM DE UMA LONGA MÁ- CONSCIÊNCIA

Ulisses do VALE

RESUMO: É notória a discussão que se empreende nos meios acadêmicos a respeito da complexa relação entre história e memória. É também comum se observar que nessa discussão a memória, freqüentemente associada à imaginação, funciona por isso como um índice de indeterminação do que viria a ser uma ciência da história. Nessa medida, este artigo procura esclarecer alguns pontos no que toca ao papel que memória e imaginação exercem na formulação de juízos causais em história. Para tal, o comentário paradigmático de Paul Ricoeur no que toca à relação entre Memória e Imaginação, serve como pretexto a uma resposta procurada à luz de algumas posições afins de Max Weber e Edmund Husserl tomadas de um modo conjugado. Ver-se-á que a relação entre memória e imaginação, situada no âmbito da constituição de um juízo causal em história, influi diretamente na relação entre a evidência e a validade de uma proposição historiográfica, o que não significa indeterminá-la de antemão, mas sim declarar seu estatuto de um juízo de possibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: evidência, imaginação, possibilidade.

ABSTRACT: It is notable that the discussion is undertaken in academic circles about the complex relationship between history and memory. It is also common to observe that the memory in this discussion is often associated with imagination, so it works as an index of indetermination of what would be a science of history. As such, this article, seeks to clarify some points regarding the role that memory and imagination play in the formulation of causal judgments in history. To this goal, the commentary of Paul Ricoeur's paradigm regarding the relationship between memory and imagination, serves as a pretext for a reply sought in the light of some positions like Max Weber and Edmund Husserl taken in a conjugate. Will see that the relationship between memory and imagination, located in the establishment of a causal judgments in history, directly influences the relationship between evidence and validity of a historiographical proposition, which does not mean indeterminate it beforehand, but yes declare its status as a judgment of possibility.

KEYWORDS: evidence, imagination, possibility.

Como se sabe, o conceito de causalidade figura na história das idéias como algo central à filosofia e como eixo de toda a teoria do conhecimento. Relativamente recente na

história do pensamento é a introdução formal do conceito de causalidade na investigação de fenômenos não-naturais ou, propriamente dizendo, históricos. Esse passo, na verdade, confirmou seu trajeto no século XIX; mas, ainda assim, não é um “ato acabado”; não temos ainda garantia alguma que ele não se transformará em um tropeço.

O domínio da causalidade, tal como expresso pelos cientistas sociais e historiadores, é ainda algo amorfo e sem princípios definidos. Desde que o impulso inicial fora dado, quando se trata de acontecimentos referentes ao âmbito social, histórico, cultural, humano, isto é, quando direta ou indiretamente se aplica o conceito de causalidade histórica, não se tem por certo um “acordo” consensual do que, neste caso, significa “ser causado”. Nos diferentes e vários trabalhos de história que possamos acompanhar, inclusive aqueles de maior amplitude e reconhecimento, apresentam em sua trama específica cada qual uma idéia distinta do que, em termos de uma ciência da história, deveria significar “ser causado”.

Este artigo foi escrito levando-se em consideração o estabelecimento de conexões causais em história como um problema, problema este que aparece (ou se esconde) no interior das proposições historiográficas e dos juízos causais-históricos nelas contidos. Partindo de uma questão levantada por Paul Ricoeur em seu livro “A História, A Memória, O Esquecimento”, em que ele atesta, quanto à relação entre Memória e Imaginação, os aspectos comuns a ambas (o enigma da presença do ausente) bem como suas dessemelhanças (duas intencionalidades distintas), questiona-se sobre as funções desempenhadas pela memória e pela imaginação na constituição dos juízos causais em história, isto é, do estabelecimento de conexões causais entre um evento e outro expresso nas proposições historiográficas. Tal questão, então, será desenvolvida à luz de Max Weber e daquilo que havia de acordo entre ele e Edmund Husserl quanto à natureza dos juízos de possibilidade, típicos da disciplina histórica aos olhos de Weber.

I – Evidência, Imaginação, Possibilidade.

Ricoeur se propõe a fazer uma fenomenologia da memória: apóia-se, por isso, na teoria de Husserl sobre noese e noema. Por muito tempo, diz Ricoeur, a filosofia deu atenção apenas ao lado egológico (noético) do problema da memória: Ricoeur explica que essa propensão da tradição filosófica em cuidar da questão “de quem?” é a memória talvez se deva em razão da prevalência da forma pronominal que designa o ato mnemônico: certo é que, na opinião de Ricoeur, ela deve ser encaminhada posteriormente à questão do “o que/de que se lembra”, isto é, o lado noemático. Ricoeur assim procede para evitar o desgaste da dúvida

opção entre um eu ou um coletivo como o lócus da recordação, como o seu “quem?”. Começando pelo aspecto noemático, entretanto, Ricoeur se viu numa outra aporia: “a presença, na qual parece consistir a representação do passado, aparenta ser mesmo a de uma imagem” (RICOEUR, 2001: p. 25). Ricoeur, assim, acentua o problema comum que aproxima a memória da imaginação: o problema da presença do ausente. Pelo fato da recordação recorrer à imaginação e da lembrança fazer-se sempre uma imagem, a memória desde sempre teve um estatuto de fidelidade débil com relação à coisa lembrada, que fora outrora *originalmente percebida*.

Por isso, entende-se facilmente a ironia com que geralmente se recebe aqueles que querem fazer da memória uma categoria científica da história: segundo os “irônicos”, pois, a memória enquanto instância de retificação do objeto passado está aquém das exigências e dos rigores científicos. Produtiva ou improdutivamente, muitos historiadores parecem ter levado a sério os irônicos. Tais historiadores caminham para uma desvalorização da memória que, situada à esteira da imaginação, apresenta-se como um modo de conhecimento tão débil quanto o dela: esses historiadores, assim, buscam seus argumentos numa dissociação entre memória e imaginação cuja idéia diretriz seria a diferença entre duas intencionalidades: “uma, a da imaginação, voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra, a da memória, voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência a ‘coisa lembrada’, do ‘lembrado’ como tal.” (RICOEUR, 2007: p. 26)

Desvaloriza-se a memória, então, à custa de uma crítica da imaginação; e o único motivo para fazê-lo é que se tome por certa essa crítica: que continuemos a julgar que a imaginação é mesmo um tipo débil de conhecimento, um conhecimento que é afetivo, por estar mais ligado à Erística, à arte fantástica, ao simulacro, do que à *mimeses*, à Arte eicástica, que exporia a dimensão “veritativa” do discurso: esse tipo de desvalorização da memória apontado por Ricoeur exige que continuemos a ser platônicos ao ponto de considerar a realidade ou mesmo o discurso do ponto de vista de sua falsidade ou de sua veracidade. Mas não; falsidade e veracidade são termos cujos conteúdos sofreram importantes tergiversações semânticas - sobretudo quando o âmbito que lhes dão sentido é o epistemológico. Verdade ou falsidade: uma oposição que se desvaneceu numa fluída *gradação* e o papel que antes preenchiam no modelo de inquirição científica foram ocupados por termos como evidência e validade. A virada do XIX para o XX desempenhou uma tarefa importante nesse processo: pensadores como Nietzsche não puderam ser ignorados e, desde então, “a falsidade de um juízo não constitui uma objeção contra ele” e o receio frente à imaginação passa mais como uma espécie de má-consciência do que por uma “prudência” epistemológica.

Neste contexto de idéias, pode-se inserir Max Weber. Os maiores críticos que sua obra encontrou são desse tipo platônico: severos e impiedosos com aqueles que ousam fazer da falsidade, da irrealidade, no “não-ser”, um instrumento de investigação epistemológica. Se subtrairmos os coloridos sentimentais, as críticas que Weber recebeu ao tornar o “possível” uma categoria epistemológica da ciência histórica, se apóiam todas nessa longínqua tradição platônica, comentada por Ricoeur, em que a imaginação é vilipendiada como um modo de conhecimento falso, afetivo, passional. De agora em diante, pois, procedermos a uma justificação do uso de juízos de possibilidade no âmbito metodológico das ciências históricas. Para tal, nos apoiaremos em Weber.

No âmbito científico, a relação entre evidência e validade ganha particular importância no que toca à relação entre conceito e realidade empírica. Todo esse complexo problema que estende a memória e a imaginação num pólo de suspeita já estava pré-figurado na época que o próprio Weber escrevia. Por estar conjugado ao problema da relação entre conceito e realidade, essas questões estavam sob as vestes de um outro vocabulário, certamente menos preciso que o atual, mas que a despeito disso já indicava o enfrentamento direto destes problemas. O exemplo que daremos, nessa medida, retoma as refutações que Weber apresentou às críticas que Croce dirigiu às pretensões científicas da História. Essas refutações abrem espaço para o uso da imaginação na inquirição histórica e livra, assim, a ciência histórica da má-consciência de ter a memória como fonte de retificação última. Vejamos:

Croce se refere à impossibilidade de dar à história um tratamento lógico, isto é, de submetê-la a uma análise causal. A justificação que Croce dá a tal proposição é classificada por Weber como um psicologismo “apresentado de um modo inteligente”:

*“coisas são intuições”, afirma laconicamente Croce, e “conceitos”, diferentemente, referem-se a relações entre as coisas. Portanto, o conceito é, por essência e definição, de natureza geral e abstrata. Ele já não é mais “intuição”, [...], pois ele é uma elaboração das intuições. A consequência do caráter necessariamente abstrato dos conceitos consiste no fato de as “coisas” que são sempre individuais não poderem ser apreendidas pelos conceitos, mas só poderem ser objetos de um processo de “intuição”: portanto, o conhecimento das coisas só é possível de “maneira artística”. Um conceito sobre algo individual é uma *contradictio in adjecto*, já que a ciência histórica visa conhecer o individual na sua individualidade, é exatamente por isso que ela é uma “arte”, ou seja, uma “junção de intuições”. Nenhuma análise conceitual pode dar uma resposta à questão quanto a determinado fato de nossa vida realmente ter ou não acontecido, o que é típico do interesse histórico; por isso, a história seria uma “reprodução de*

intuições”: “*história é memória, e os juízos que formam o seu conteúdo não são formados por conceitos, pois, como mera representação material da impressão de uma experiência, só podem ser expressões de intuições*” (WEBER, 2001: p. 80)

Eis o psicologismo naturalista de Croce. É naturalista porque divide concepções centrais com o naturalismo mesmo; a opinião, amplamente difundida àquela época, segundo a qual apenas “conceitos relacionais” que podem ser enquadrados num sistema de relações causais seriam conceitos, afeta diretamente as pretensões científicas da história. Como explicar cientificamente um acontecimento histórico que, como tal é irredutível a si mesmo, algo absolutamente único e idiossincrático e, por conseguinte, algo do qual não pode se formar um “conceito” (no sentido de uma generalidade abstrata que subsuma particularidades)?

Pois bem, Weber localiza tais problemas numa confusão inicial não percebida. Ela se deve, precisamente, a uma compreensão confusa – naturalista – do conceito de intuição, que engendra a seguir uma série de confusões: especialmente quanto aos conceitos de conceito (a opinião, também difundida por Croce, de que “apenas conceitos relacionais são conceitos), evidência e validade.

Todas essas refutações que Weber fará a Croce encontram respaldo no Husserl das Investigações Lógicas¹, inclusive as acusações de psicologismo e naturalismo. Husserl apresenta dois tipos de intuição, cada qual implicando em dois tipos de conceitos e dois tipos de evidência. A intuição *categorial*, pois, é distinta da intuição *sensorial*: a evidência intuitiva da primeira espécie é tal qual a evidência do axioma matemático: ela não está submetida ao fluxo de consciência cuja percepção é o ponto *original*, atual, de apresentação² de uma intuição. A intuição sensorial, por sua vez, está submetida a esse fluxo de consciência. Sua evidência intuitiva, por isso, é evidência imediatamente dada de uma experiência: ou seja, trata-se da “evidência de uma intuição a partir da variedade do real”. (WEBER, 2001: p. 81).

¹ Husserl publicou suas Investigações Lógicas no ano de 1900. Weber escrevia o segundo ensaio sobre o problema da Irracionalidade (ensaio que consta a discussão direta com Croce) entre os anos de 1903 e 1906. As Investigações Lógicas, por certo, foi o livro de Husserl ao qual Weber deu mais atenção e do qual sem dúvida Weber reteve algumas lições. Se Weber incorporou algo da fenomenologia de Husserl (e provavelmente ele o fez) foi apenas sob a forte ressalva de que mesmo o método fenomenológico não reconstituirá num caminho de retorno às essências, embora permaneça como indispensável ferramenta de *esclarecimento lógico e teórico ao nível de suas pressuposições*, pressuposições estas que, por serem demasiadamente históricas, dissolvem-se no devir humano de tal maneira que a aparência do essencial migra casualmente de uma instância para outra sem qualquer Razão suficiente imediatamente colocada e que, por isso, nos convida a acreditar que essencial mesmo é *ser histórico* (e não meramente *temporal*) – sendo este, talvez, o núcleo das premissas ontológicas que caracterizam Weber e o aparta de Husserl.

² Este termo também foi traduzido por “apresentação”. Escolhi o termo “apresentação” confiando na sugestão, dada publicamente numa conferência, do maior especialista em Husserl da língua portuguesa: o português Pedro Alves.

Como tal, essa intuição sensorial, submetida à atualidade original do fluxo de consciência, aparece sempre como uma “experiência” que foi objeto de uma vivência “interna ou externa” (WEBER, 2001: p. 81).

Temos, agora, melhores condições de entender Croce. A história não se submete a uma análise lógica em função de sua evidência intuitiva não ser categorial, independente do fluxo de consciência em que aparece. Nesse sentido, ela é a reprodução (imagética) de intuições sensoriais *vividas outrora*: por isso, seus juízos não podem formar conceitos (que, mais do que intuições sensoriais, carecem de intuições categoriais) e permanecem reproduções materiais da impressão de uma experiência, ou, em outras palavras, imagens. Ao se deparar com Croce, então, Weber se deparava com o mesmo tipo de platonismo, agora disfarçado num outro vocabulário, que depreciava a memória como conhecimento imagético e *não-conceitual*.

Weber discorda de Croce em termos de princípio. A história não é e nem pretende ser uma reprodução de intuições empíricas, menos ainda uma imagem fiel de vivências anteriores. O historiador, ao fazer história, não pode escapar ao fluxo de sua própria experiência e, por isso, uma vivência, ainda que uma vivência sua, própria, autêntica, não pode,

a partir do momento em que ela é apreendida pelo pensamento, simplesmente ser “copiada” ou “reproduzida”: se assim fosse, não tratar-se-ia mais de um “pensamento”, mas de uma vivência, ou, antes, de uma nova “vivência da vivência anterior”, na qual está presente o “sentimento” de já a ter vivenciado uma vez (isto é uma parte indefinida de um dado como vivência presente). (WEBER, 2001: p. 82)

Assim, em primeiro lugar, mesmo que o historiador se esforçasse por reproduzir intuições empíricas anteriormente vivenciadas (ainda que elas fossem as suas próprias), não seria isso que ele alcançaria. O objetivo do historiador não é reproduzir fielmente vivências anteriores e a história não é, por isso, imediatamente “memória” e nem a historiografia imediatamente uma arte. Ele não é alguém que, pelos meios da arte fantástica, do simulacro e da imaginação quer fazer-se representante da arte Eicástica. O recurso à imaginação não se dá em função da reprodução de vivências anteriores; logo, toda a crítica por tais vias acaba infundada. Quem assim o faz realmente acredita que o “artístico” e o intuitivo são os autênticos atributos da historiografia, e assim confunde “o processo psicológico na formação

de um conhecimento” com o “sentido lógico de sua validade empírica”. (WEBER, 2001: p. 82)

Assim, o recurso à imaginação não se dá para fazer “presente” algo agora ausente. A imaginação, pois, integra o instrumental heurístico do investigador. Ela é um meio para a investigação e *não expressa o seu resultado*, eis o ponto fundamental. O lembrar-se, como tal, não foge à forma pronominal: o ato mnemônico é sempre o da subjetividade de um ego noético, que, se por um lado pode lembrar-se de percepções ora vivenciadas por ele, não o pode com relação à pessoa alheia. Assim, o objetivo do historiador é fazer convergir aquelas duas intencionalidades classificadas por Ricoeur como eideticamente distintas: a intencionalidade da imaginação, voltada para o irreal e o possível, deve convergir para a intencionalidade da memória, voltada para a realidade anterior. Ora, uma vez admitida a afirmação de que tal realidade anteriormente vivida é, em princípio, impossível de ser reproduzida, o que, então, restaria à História?

Não pouco, desde que nos livremos do preconceito que supõe a memória e a imaginação como incapazes de *evidência*. Na verdade, é essa suposição crucial que fundamenta os depreciadores da memória e da imaginação: eles compreenderam mal justamente o que vem a ser uma evidência, ao a associarem o evidente muito diretamente à noção de “verdadeiro”, real, e o não-evidente ao falso, irreal. Nesse sentido, verdadeiro, real, evidente, seria tudo aquilo passível de ser confirmado na *percepção original*; ou seja, também as retenções e as expectativas reproduzidas, presentificadas, seriam incapazes de evidência na medida em que toda reprodução (presentificação) não pode ser confirmada numa proto-impressão (numa impressão original). A história, na condição de tempo pretérito, não pode ser objeto de uma intuição categorial e a intuição sensorial que dela temos não pode ser objeto de uma proto-impressão; de modo que, assim, suas representações não alcançariam evidência.

Weber, apoiando-se ainda em Husserl, aponta alguns erros nesse tipo de conclusão. O primeiro é o de associar evidência à veracidade. Tanto Husserl quanto Weber alertam-nos quanto a possibilidade de tipos distintos de evidência. Husserl, por exemplo, nos fala de evidências adequadas e inadequadas, e também de evidências apodídidas e não-apodídidas. A adequação (perfeição) e a inadequação (imperfeição) de uma evidência são definidas em termos de sua suficiência ou insuficiência.

as evidências imperfeitas são unilaterais, relativamente obscuras, indistintas quanto ao modo pelo qual as coisas ou os fatos são eles próprios aí dados. A “experiência é aí viciada, portanto, pelos elementos de intuição significante não preenchidos

ainda por uma intuição correspondente. O aperfeiçoamento opera-se então numa progressão sintética de experiências concordantes, onde essas intenções significantes se elevam ao estágio da experiência real que os confirma e preenche.
(HUSSERL, 1978: p. 26)

Desse modo, algo pode ser evidente sem ser dado na percepção. Assim o são, pois, os juízos da ciência história, caso o historiador os forme adequadamente. E isso não pode servir de argumento contra ela, uma vez que todas as ciências, inclusive a matemática, lidam com evidências desse tipo. Os avanços da matemática da época, então, serviam de argumentos para a introdução de juízos de possibilidade, “falsos”, “irreais”, “ideais”, na operação científica. Há passagens em que Weber rende elogios ao professor e orientador de Husserl, o matemático Weirstress; e o faz justamente quanto à sua “imaginação matemática”; assim, diz Weber, “o espaço ‘pseudo-esférico’ pode ser construído sem contradições e é plenamente ‘evidente’ (WEBER, 2001: p. 85): a imaginação, pois, desenvolve um papel fundamental em toda e qualquer ciência.

Apesar de não mencionarmos claramente ainda esse papel, pode-se parcialmente concluir que a formação de “imagens” do passado, isto é, o recurso a idealidades que não podem ser confirmadas numa percepção original, não é o que necessariamente *invalidaria* os juízos históricos. Entre evidência e validade há não uma identidade, uma continuidade, mas um complexo dualismo. Assim, um juízo pronunciado por um historiador X pode ser evidente (considerando as premissas de que parte tal historiador), a despeito de não ser válido e ser válido a despeito de não-evidente:

[...] se os objetos são para mim no sentido mais lato – objetos reais, estados vividos, nomes, relações, leis, teorias, isso nada tem a ver, antes de mais, com a evidência. Isso significa apenas que esses objetos valem para mim; dito de outra maneira, são as minha cogitata, e essas cogitata estão presentes à consciência no modo posicional da crença. (HUSSERL, 1978: p. 80)

A evidência da existência de algo não se dá paralelamente à sua validade; na evidência, o “ser” ou a determinação de uma coisa é captada pela “própria consciência em si mesma no modo a própria coisa e com certeza absoluta de que este ser existe. [...] todavia a evidência não exclui a possibilidade de o seu objeto tornar-se em seguida objeto de dúvida.” (HUSSERL, 1978: p. 27)

Pois bem, se a evidência de uma proposição não exige que ela se dê *originalmente* na percepção (de modo que também a reprodução imagética de uma retenção, uma protensão, e mesmo uma construção formal idealizada, que salta do real para o possível – como o conceito categorial de espaço pseudo-esférico na matemática, e também da geometria não-euclidiana - e se toda a evidência, a não ser que seja apodídica, pode tornar-se em seguida objeto de dúvida, o fato de a história e, sobretudo, a memória, ter de *recorrer à imagem* (no caso da primeira) ou ter que *fazer-se imagem* (no caso da segunda), não invalida por si só o conteúdo propositivo nelas expresso.

Por isso, há uma diferença de princípios entre aquela tradição eminentemente grega que associaram memória e imaginação por via de sua característica comum (o enigma da presença do ausente), e o modo como tanto Husserl como Weber entenderam essa relação. Para ambos, também os juízos de possibilidade, irrealis, imagéticos, ideais, podem ter caráter evidente, uma vez que “em termos de lógica, a evidência inclui como pressupostos apenas a possibilidade de pensamento – a possibilidade de ser pensado e, com referência ao conteúdo, apenas a possibilidade objetiva das conexões que poderiam ser apreendidas mediante a interpretação.” (WEBER, 2001: p.85)

Tanto Weber como Husserl tomam “evidência” num sentido mais amplo, alargado, como um conceito que é “correlativo não só dos conceitos de ser e de não-ser, mas também das outras variações modais do ser, tais como: ser possível, provável, duvidoso; e, além disso, das variações que não pertencem a esta série e que têm a sua fonte na esfera afetiva e volitiva, tais como ‘ser um valor’ e ‘ser um bem’”. (HUSSERL, 1978: p. 78)

O problema da presença do ausente, de um signo imagético que substitui e remete a uma impressão primordial anterior, só é um problema se é suposto que uma “realidade-em-si” existe: se não se reconhece, talvez por carência de fenomenologia, de excesso de esquecimento de si, que toda a esfera da consciência é “atravessada pela oposição entre o real e o imaginário”, entendido como ficção de realidade.

Do lado da imaginação surge um conceito novo de possibilidade, conceito geral onde se encontra de uma maneira modificada, no aspecto da simples “possibilidade de conceber”, todos os modos existenciais, a começar pela simples certeza da existência. Esta duplicação efetua-se em modos que, por oposição aos modos do real, [...] pertencem às irrealidades puramente imaginárias. (HUSSERL, 1978: p. 79)

Dito isso, lembremos a distinção que Ricoeur faz entre memória e imaginação: cada uma, pois, teria uma intencionalidade própria: a primeira, voltada para uma realidade anteriormente vivida, e a segunda voltada para a ficção, o possível, a fantasia. Se admitirmos a premissa de que a realidade empírica, no menor de seus fragmentos, compreende uma potência intensivamente infinita – hipótese de todo o neokantismo e também de Weber – teremos que admitir também, por conseqüência, que aquilo do passado que persiste no presente e que, como tal, pode ser “lembrado”, compreende uma parcela ínfima do que fora a realidade e que, portanto, aponta para uma parcela significativamente maior que foi esquecida e “perdida”.

A pertinência da distinção feita por Ricoeur, então, não impede a seguinte conclusão: ao voltar-se ao passado, o historiador deve proceder, obviamente, de uma maneira mais ampla do que alguém que simplesmente “se lembra”. Ele deve procurar, aliás, aquilo que não pôde ser lembrado e, para tal, necessariamente deve fazer uso da imaginação na construção de juízos de possibilidade. O passado a ser recordado não encerra as preocupações do historiador: preocupa-lhe mais o modo como a própria recordação alia-se a um presente original, atual, que, ao lembrar-se situado num presente que passa, em fluxo, também emite uma interpretação sobre aquilo do qual se lembra.

Voltamos, agora, ao início de nossa exposição. Como, então, tais questões estavam conectadas com a relação entre conceito e realidade?

Para Weber, a realidade empírica apresenta-se a nós como uma manifestação imensurável e infinita, da qual apenas uma porção selecionada vem a ser objeto de investigação. Mais do que isso, qualquer segmento escolhido da realidade tem essas características. E também um segmento desse segmento e, assim, *ad infinitum*. Disso conclui-se a inexorabilidade e a inesgotabilidade da realidade empírica para o conhecimento e a percepção do sujeito. Nessa medida, aquilo que fica retido em nossa memória pessoal e aquilo que, em termos de um acontecimento histórico Y (suponhamos, Revolução Francesa), fica retido numa memória pública (todo o tipo de artefato histórico e valor cultural), tomados por si só, compreendem uma parcela ínfima da realidade que outrora foi vivida ativamente. Portanto, é ingenuidade querer uma mera “representação material das impressões de uma experiência”, isto é, reduzir a história à memória, como queria Croce fazer da história, enquanto disciplina, um repositório de imagens intuitivamente pintadas e reproduzidas, descritas meramente, seguindo um esforço ganancioso de aproximar a todo custo o “lembrado” do “vivido”. Croce pensava que a história não era capaz de formar conceitos e que, portanto, permaneceria um mero conhecimento intuitivo e não-causal, não-lógico, porque

permanecia refém de uma concepção naturalista de conceito, que entende que “apenas conceitos relacionais são conceitos” e uma compreensão, também naturalista, do papel que exerce a intuição e a imaginação na construção mesmo do mais geral (no sentido de uma legalidade abstrata) dos conhecimentos.

“Apenas conceitos relacionais são conceitos”, isto é, apenas generalizações abstratas que submetem uma pluralidade indefinida de particularidades intuitivas sob sua extensão, são conceitos. A ciência, neste caso, operaria com uma formação de sistemas fechados de conceitos, uma tendência objetivista para a qual a realidade estaria sintetizada em alguma classificação permanente e universalmente válida e da qual pode ser a qualquer momento *deduzida*. Esse tipo de tendência, da qual Croce não escapou, mantém o papel da “interpretação imaginativa” na formação de leis *in petto*, em segredo, e acaba por cometer o sério equívoco de identificar e localizar a causa de todo fenômeno numa ligação imanente entre conceitos abstratos e experiência concreta. Eis o aspecto naturalista de Croce que Weber critica. Para este, pois, um conceito histórico não trata de revivenciar, rememorar o passado: ser um partidário da categoria da possibilidade não pode ser confundido com a aceitação das teorias empatéticas. A imaginação não entra em cena para nos colocarmos no lugar do outro: ela deve retroagir ao passado, na condição de memória pública e amorfa e, depois de selecionado o decurso de eventos, ações e escolhas históricas que se quer explicar, construir juízos de possibilidade, orientados por elementos empíricos difusos em tal memória, que descrevam um decurso irreal, imaginário, idealmente possível, em que participam apenas “causas racionais”, isto é, motivações que têm, para nós, um significado presumido. Esse constructo ideal, conseguido na confluência metódica entre os dados da memória e sua ordenação lógica (na medida em que instala coerência naquilo que, tomado por si mesmo, é caótico) e *imaginativa*, metodologicamente orientada, pode ser comparado ao devir real, “já conhecido”, de modo que assim causas irracionais, desvios, erros estratégicos e demais fatores que não foram inclusos no constructo ideal, precipitem-se como causalmente atuantes para que aquele segmento selecionado do devir tivesse tais e tais características. Com o uso de tal método, a memória se expande: o “lembrado”, pois, servirá como meio a partir do qual se procura o que ainda não pôde ser lembrado: e isso vai desde motivos que atuaram em um tal evento e ainda não puderam ser desvelados até a novas perspectivas e faces de um mesmo acontecimento ou época histórica. “O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões objetivas sobre as coisas, mas as conexões conceituais entre os problemas” (WEBER, 2001: pág. 121). Considerando-se assim a memória, as conexões que ela

renovadamente nos dá devem ser problematizadas a fim de desvendar o que permanece esquecido e obliterado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUSSERL, Edmund. Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia. Porto, Ed. Rés: 1978.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais I e II. Campinas, Ed. Unicamp: 2001.

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Cambinas, Ed. Unicamp: 2007.

DIÁLOGO AO PÉ DA PÁGINA: GILBERTO FREYRE *versus* SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Vanessa Carnielo RAMOS¹

vanessacarnielo@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar as notas de rodapé de Casa-grande & Senzala, as quais Freyre utiliza, por vezes, como espaço para estabelecer debates com seus pares, sendo um deles Sérgio Buarque de Holanda. Neste sentido, o que intentamos realizar em tal comunicação é uma análise das notas de pé de página em que Freyre estabelece um diálogo com Holanda, de forma a abordar as diversas funções das notas de rodapé, bem como suas críticas. Para tanto, a apresentação está dividida em três etapas: em um primeiro momento faremos uma abordagem das notas de rodapé, suas funções, críticas e seu uso como artifício retórico argumentativo; posteriormente realizaremos uma breve apresentação dos dois autores em questão (Freyre e Holanda); e por último analisaremos três notas de rodapé em que está localizado tal diálogo.

PALAVRAS-CHAVE: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e notas de rodapé

ABSTRACT: This present work seeks to analyze the Casa Grande & Senzala footnotes, where Freyre use its, sometimes, as debates space with his pairs, and one of his is Sérgio Buarque de Holanda. Therefore, what we intend to realize in this presentation is an analyze of baseboard where Freyre dialogues with Holanda, approaching many footnotes functions, as well as its critiques. For in such a way, this presentation is divided in three parts: in a first moment we will approach the baseboards, its functions, critiques and its use as a rhetoric argumentative artifice; later we will do a soon presentation of two authors the we are approaching (Freyre and Holanda), and at last, we will analyze three footnotes that are localized this dialogue.

KEYWORDS: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e footnotes

Casa-Grande & Senzala foi publicada inicialmente em 1933 e reeditada cinquenta e uma vezes. Tal obra trouxe um novo olhar sob a sociedade brasileira e gerou novos debates acerca da formação de tal sociedade. Porém, um assunto ainda pouco discutido dentro da

¹ Mestranda em História da Universidade Federal de Ouro Preto

historiografia refere-se às suas inúmeras notas de rodapé, as quais Gilberto Freyre modificou nas vinte e cinco edições em que ainda encontrava-se em vida². Neste sentido, o estudo de tais textos secundários (notas de rodapé) não tem se dado em grande número dentro da produção historiográfica como um todo. No entanto, tais notas se demonstram de extrema importância quando se referem à compreensão textual, ou mesmo quando nos voltamos às fontes utilizadas ao longo do trabalho. De acordo com Anthony Grafton

De certo modo, elas constituem nas ciências humanas um equivalente das referências a dados nos relatórios científicos: fornecem suporte empírico para as histórias contadas e os argumentos apresentados. Sem elas, pode-se admirar ou desaprovar as teses históricas, mas não verificá-las ou refutá-las. (GRAFTON, 1998, p.7)

Para Gérard Genette as notas de pé de página fazem parte do que ele denomina de “paratextos”. Estes, por sua vez, são formados de tudo o que está localizado em torno do texto, ou seja, o título; prefácio, nome do autor, as mensagens na parte externa do livro (conversas e entrevistas), as notas de rodapé, as comunicações privadas (diários, correspondências); dentre outros elementos de um livro³. Neste sentido, paratexto é o meio pelo qual um texto se torna livro, e se apresenta a seus leitores. Assim,

O paratexto compõe-se, pois, empiricamente, de um conjunto heteróclito de práticas e de discursos de todos os tipos e de todas as idades que agrupo sob este termo, em nome de uma comunidade de interesse, ou convergência de efeitos, que me parece mais importante do que sua diversidade de aspecto (GENETTE, 2009, p. 10)

Dessa forma, é necessário que compreendamos inicialmente o conceito de nota de rodapé que, inicialmente era chamado de “glosa”⁴ e utilizado desde a Idade Média para esclarecimentos localizados no meio da página, porém, com a letra menor. Consonante com Genette, “uma nota é um enunciado de tamanho variável (basta uma palavra) relativo a um segmento mais ou menos determinado de um texto, e disposto seja em frente seja como referência a esse segmento.” (GENETTE, 2009, p. 281). Ou seja, as notas de rodapé podem também estar localizadas em qualquer parte do livro, podendo existir notas tanto do autor

² Importante ressaltar que Freyre escreveu cerca de novecentas notas de pé de página, acrescentando e retirando ao longo dessas vinte e cinco edições.

³ Para Genette os *paratextos* são divididos em *peritextos* (título, nome do autor, prefácio e algumas notas) e *epitextos* (as correspondências e tudo o que está externo ao livro).

⁴ Genette afirma que o aparecimento da palavra *nota* é datado por volta do ano de 1636.

quanto do editor, bem como se referir tanto a uma palavra, frase, parágrafo, ou até mesmo remeter-se à obra como um todo.

Posto isto, as notas de rodapé da maioria das obras historiográficas geralmente são utilizadas para contar histórias que os autores não consideram tão importantes a ponto de estar no texto principal, para explicar conceitos utilizados ao longo da página, ou mesmo para citar fontes que foram adotadas para construir suas hipóteses. Embora raramente se encontre um livro específico que trate da história das notas de rodapé, bem como sua importância para a escrita da história, estas são utilizadas muitas vezes como artifício retórico-argumentativo para comprovar a plausibilidade da ideia esboçada no texto principal, ou seja, constituem-se parte fundamental da composição de uma obra historiográfica.

Segundo Marc Bloch, as notas servem para dar as referências das obras que foram utilizadas ao longo do texto, mas que, por sua vez, podem desanimar os leitores mais sensíveis a quem elas podem tirar o gosto por uma obra, justamente por não conseguirem seguir o texto principal. Para ele,

Um físico descreve uma experiência; fê-la ele próprio; ela é a sua própria testemunha; não precisa de se citar a si próprio: basta a sua assinatura, no princípio do seu livro ou no fim do seu artigo. Um historiador relata um acontecimento passado; não o viu; fala pela boca das testemunhas; e tem que referir essas testemunhas, primeiro por prudência, para mostrar que tem garantias, e sobretudo por honestidade, para nos permitir verificar eventualmente o uso que deu àqueles relatos. Citar as testemunhas ou, como por vezes se diz (a expressão, que não é muito feliz, está consagrada) “citar fontes” é o primeiro dever do historiador. (BLOCH, 2008, p. 22)

Existem críticas profundas em relação às notas de rodapé, uma vez que ocorre um processo de “interrupção”⁵ de uma leitura contínua para uma descontínua, ou seja, ocorre uma quebra da leitura, uma parada no texto para se remeter a outra argumentação, aprofundamento desta ou outra citação e, somente assim, posteriormente, o leitor pode voltar ao texto principal e continuar sua leitura. Outra crítica concernente às notas refere-se à influência do autor em sua construção e o entendimento do leitor, uma vez que, segundo Grafton, a nota somente

⁵ Interessante lembrar a afirmação de Ginzburg no Prefácio à edição inglesa de *O queijo e os vermes*: “*O Queijo e os Vermes* pretende ser uma história, bem como um escritório histórico. Dirige-se, portanto, ao leitor comum, bem como ao especialista. Provavelmente apenas o último lerá as notas, que coloquei de propósito no fim do livro, sem referências numéricas, para não atravancar a narrativa” (GINZBURG, 2006, p. 10)

permite que o leitor entenda seu conteúdo se souber os códigos utilizados para a escrita de notas de rodapé, ou se este tiver acesso ao computador ou anotações do próprio autor.

De acordo com Anthony Grafton as notas de rodapé exercem duas funções:

Em primeiro lugar, elas convencem: convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis do campo. Em segundo lugar, indicam as principais fontes que o historiador realmente usou. Embora as notas de rodapé comumente não expliquem o curso exato da interpretação que o historiador fez desses textos, elas muitas vezes dão ao leitor que possui um espírito suficientemente crítico e aberto pistas para permitir que o imagine – em parte (GRAFTON, 1998 p. 30)

A nota de rodapé é um instrumento textual bastante antigo. Seu uso documentado remonta aos comerciantes fenícios da Antiguidade que colocavam notas nos papiros com o objetivo de aprimorar as explicações das transações comerciais. Já no Império Romano, os intelectuais utilizavam abundantemente das notas de rodapé, e mesmo na Idade Média elas eram utilizadas para explicar aos recém-convertidos ao cristianismo e pouco alfabetizados, ou líderes políticos europeus, aspectos específicos da religião cristã. Já as modernas notas de rodapé, no entanto, estão relacionadas às inovações técnicas que acompanharam a difusão do livro no ocidente. Por exemplo, a utilização da ordem alfabética para ordenar verbetes de dicionário e enciclopédias, o uso do sumário e do índice para informar sucintamente ao leitor sobre os assuntos, a publicação de obras de referências sobre determinados assuntos, etc. A partir do século XVII, tais notas tiveram um significado especial para o conhecimento histórico, pois foram usadas como instrumentos de objetividade e de erudição crítica.

Entre os historiadores, o surgimento da indução estava ligada à da nota de pé de página. O termo ‘nota de pé de página’ não deve ser tomado literalmente. O importante era a difusão da prática de dar algum tipo de orientação ao leitor de um texto particular sobre aonde ir para encontrar a evidência ou informações adicionais, fosse essa informação dada no próprio texto, à sua margem (“nota lateral”), ao pé (“nota de página” ou “de rodapé”), ao final ou em apêndices especiais de documentos (BURKE, 2003, p.184)

Entretanto, este método crítico exigia do historiador que citasse as fontes utilizadas para a escrita do texto, de forma que oferecesse ao leitor uma comprovação do que estava escrito, para que não desse a impressão de um texto sem fontes e baseados somente no senso

comum. Assim, existia uma ligação entre as fontes e as notas de rodapé, uma vez que seria ao fim da página que o leitor encontraria o “endereço” das fontes utilizadas. É neste período que encontramos obras com maior abundância de notas de rodapé.

Posteriormente, a partir do século XVIII, as notas serviram também para o diálogo entre os diversos historiadores, ao expressar uma concordância ou mesmo discordância de pesquisas realizadas por seus pares. Não obstante, já no século XIX elas perderam um pouco do prestígio conquistado até então neste percurso histórico; vários historiadores deste período utilizaram-se das notas de rodapé, no entanto receberam críticas devido à forma de escrevê-las⁶.

Atualmente as funções das notas de rodapé no trabalho histórico são de natureza diversa. São utilizadas tanto para fazer referência à fonte utilizada na pesquisa histórica ou mesmo a bibliografia de apoio, desenvolver assuntos que não foram aprofundados no texto principal, recomendar alguma leitura, corroborar ou refutar alguma ideia de um colega historiador, dentre outras diversas funções expressas por tal instrumento teórico.

Segundo Grafton, as notas de rodapé são bastante utilizadas entre os historiadores como forma de demonstrar sua própria erudição. Com isso percebemos a maneira como elas surgem na vida dos intelectuais, sobretudo naqueles que ainda estão em nível de graduação, uma vez que estes fazem uso de tal recurso, embora de forma tímida, para que o texto se torne mais apresentável.

No Brasil o uso de notas de rodapé teve maior destaque com Varnhagen, já no século XIX, em seu livro *História Geral do Brasil* (1975), no qual fazia uso de notas de rodapé tanto para argumentar quanto para descrever suas fontes⁷. Entretanto, no presente trabalho procuramos analisar as notas de rodapé escritas em *Casa Grande & Senzala*, uma vez que seu autor abusa da escrita desta “historiografia de segundo plano”, no sentido de utilizá-las para corroborar ou mesmo estabelecer um diálogo de si com outros historiadores, bem como a citação de fontes utilizadas em seu complexo trabalho. Freyre utiliza as notas de rodapé como um complemento de suas ideias e, claro, como evidência de sua memorável erudição⁸, principalmente no que diz respeito às estórias do cotidiano. A maior parte de suas notas é utilizada para corroborar suas ideias expostas no corpo principal do texto, por isso as notas de

⁶ Ranke é um exemplo de historiador do século XIX que utilizou várias notas de rodapé, porém foi alvo de críticas referentes ao “detalhismo” de suas fontes e seu vício pela vida em arquivos. Anthony Grafton afirma que foi a erudição de Ranke e sua dedicação às pesquisas documentais que deram base para o melhor desenvolvimento das notas de rodapé como conhecemos hoje. (GRAFTON, 1998)

⁷ Sobre o assunto ver a seguinte dissertação recentemente defendida: JÚNIOR (2011).

⁸ Erudição esta não somente em relação às obras históricas, pois, Freyre cita nas notas de rodapé de Casa Grande & Senzala obras relacionadas às ciências humanas, ciências naturais e ainda obras literárias.

rodapé são consideradas como artifício retórico-argumentativo, no qual o autor pode apoiar suas hipóteses. A obra é composta por cerca de 1/3 de partes consideradas secundárias, como prefácio e as notas de rodapé; são cerca de cento e sessenta e oito páginas⁹ somente dedicadas às notas de rodapé que estão carregadas de análises relevantes feitas por Freyre e seus estudos.

Partiremos, então, para o segundo momento de nosso trabalho, no qual abordaremos aspectos da vida e obra de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, com o intuito de posteriormente compreender melhor os debates que são estabelecidos por eles ao longo de seus embates. Vale ressaltar ainda que o diálogo entre estes dois autores não permanece somente nas notas de *Casa grande & Senzala*, pois, estes continuam debatendo em livros e artigos posteriores, como veremos mais adiante.

Gilberto de Mello Freyre nasceu em 15 de março de 1900 e se tornou o autor mais polêmico da historiografia brasileira desde a publicação de sua obra, *Casa-Grande & Senzala*, em 1933. Morreu em 1987, quando já haviam sido publicadas vinte e cinco reedições da obra, sem contar as edições estrangeiras¹⁰. *Casa-Grande & Senzala*, seguida de *Sobrados & Mucambos* (1936) e *Ordem & Progresso* (1959) faz parte de uma trilogia escrita por Freyre que é considerada uma síntese interpretativa da história do Brasil, sem mencionar outras várias obras e artigos publicados ao longo de sua vida acadêmica. Vida esta que teve início muito cedo, apesar de sua avó materna ter pensado se tratar de um neto retardatário, pois, Freyre apresentava dificuldades para aprender a ler e escrever, dificuldades evidentemente sanadas posteriormente.

Freyre começou a lecionar latim aos quatorze anos de idade, fruto de sua paixão pelos estudos de outros idiomas, além de ter se tornado redator-chefe do jornal impresso do colégio *O Lábaro*. Logo depois, em 1918, deu início em ares internacionais a sua formação, indo estudar na Universidade de Baylor, Estados Unidos, onde adquiriu seu diploma de bacharel em Artes. Seguiu, posteriormente, para a Universidade de Columbia, onde recebeu o título de mestre em Artes. Entretanto, mesmo estando longe de seu país de origem por cerca de seis anos, Freyre nunca perdeu contato com a intelectualidade brasileira, pois sempre enviava artigos para publicação em jornais e revistas, principalmente para o *Diário de Pernambuco*. Em 1924 Freyre reintegrou-se no Recife, demonstrando-se sempre preocupado com questões

⁹ Este número se refere à edição de 2009 da obra de Freyre.

¹⁰ Vale destacar que Freyre teve o privilégio de ser prefaciado por historiadores renomados, como Braudel, em edição italiana, e Lucien Febvre, em edição francesa.

que envolvia a história do Brasil, especialmente no que se referia à mistura de “raças” aqui existente¹¹.

A partir desses problemas que norteavam o Brasil na década de 1920, Gilberto Freyre resolveu retomar estudos já iniciados anteriormente, com o intuito de tentar entender a formação da sociedade brasileira. Iniciou-se, então, a escrita de *Casa-Grande & Senzala*, em Lisboa, onde permaneceu de 1930 a 1931. O livro foi publicado primeiramente em 1933, causando debates, críticas e elogios até os dias atuais. Sua obra é considerada, dentre os historiadores da historiografia brasileira, de extrema importância para a compreensão da formação da sociedade nacional. Para Nilo Odalia,

Casa Grande & Senzala não é apenas uma interpretação do Brasil, de um certo historiador; é uma obra que pode e deve ser lida também como expressão, ao nível do imaginário, dos problemas que afetaram a sociedade brasileira num determinado momento histórico (ODALIA, 2001, p. 11).

Neste sentido, a década de 1920 foi marcada por diversas mudanças, tanto na ordem político-social quanto cultural, o que caracterizou tal década como conturbada. No contexto social mundial podemos destacar, neste período, o fim da *Belle Époque* e o fracasso da revolução socialista alemã (1919). Já no contexto brasileiro, tal período se demonstra ainda mais complicado. O Brasil enfrentava a crise da chamada República Velha: diversas insurreições político-militares, surgimento da Coluna Prestes, transformações na infraestrutura devido à industrialização e início de discussões sobre uma verdadeira identidade nacional. Nilo Odalia expõe sua opinião a respeito do momento:

a década de 20 não é apenas uma década de inquietação política, ela é também o momento em que o país, sob a forte influência dos acontecimentos mundiais e pelo surto industrial começa a mudar sua fisionomia sócio-econômica, de um país rural, vivendo quase que exclusivamente da exportação de produtos agrícolas, especialmente o café, passa a uma incipiente, porém forte, industrialização, que modificará profundamente sua fisionomia, nas décadas seguintes (ODALIA, 2001, p. 18).

¹¹ Assim como Freyre expressa em seu Prefácio à 1ª edição: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto com o da miscegenação” (FREYRE, 1933, p. XII)

O Brasil necessitava neste momento, portanto, da formação de um sentimento de pertença, ou seja, da criação de uma identidade brasileira que possibilitasse a igualdade com os demais países, uma vez que o país era considerado atrasado. Como tentativa de explicar tal atraso, emergem vários autores (por exemplo, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero), que adotaram teorias evolucionistas ou “positivistas”, incorporando teorias raciais de estrangeiros como Conde de Gobineau e Louis Agassiz que consideram a mestiçagem um problema brasileiro, o qual gerava uma *degeneração*, comprometendo a inserção do Brasil na civilização.

se imaginava que a miscigenação, ao propiciar o cruzamento, a relação entre “espécies” de qualidade diversa, levava inexoravelmente à esterilidade, senão biológica, certamente cultural, comprometendo irremediavelmente qualquer esforço de civilização entre nós (ARAÚJO apud Skidmore, 1976, pp. 46-7 e 66-7).

Não podemos deixar de destacar outra vertente das teorias raciais que influenciaram a intelectualidade brasileira neste momento, e que surpreendem até os dias atuais por sua implausibilidade: a primeira delas entendia que a mestiçagem havia gerado uma *degeneração* e, por isso, o atraso do Brasil. Outro ponto de vista refere-se ao suposto *branqueamento racial*, no qual se afirmava que, com o passar do tempo, a “raça” branca se sobreporia à “raça” negra, possibilitado assim, a inserção do Brasil ao mundo dito “civilizado”¹².

Dessa forma, a obra de Freyre, na opinião de Pesavento (2007), surge como resposta para a busca de uma comunidade simbólica e imaginária de sentido, expressa pela reconstrução ou invenção de uma identidade nacional nova. Era necessário encontrar uma maneira de conciliar o “antigo” com o “novo” que surgia. A discussão a respeito da inserção do Brasil na civilização exigia que o país se enquadrasse no perfil estrangeiro, por isso era necessária uma modernização. No contexto deste debate, surgiram duas vertentes: a *modernista* – que defendia a modernização do país, valendo até mesmo a destruição do passado, tendo, portanto, uma visão futurista –; e a *regionalista* – que valorizava as tradições de cada região. Gilberto Freyre se dizia modernista, posição esta inversa na análise de críticos atuais que o classificam pelo regionalismo e pelo perfil tradicional, aristocrático e conservador.

Na visão de Madeira e Veloso, Gilberto Freyre era um modernista, no sentido em que recorria ao passado na tentativa de se formular uma nova história nacional,

¹² Sobre as teorias racistas ver: ORTIZ (1994).

Para os modernistas, em especial para Gilberto Freyre, diferentemente, a volta ao passado significava uma tentativa desesperada de reinventar a história. Ou seja, temos uma história que foi construída, que implicou processos sociais, econômicos, políticos e religiosos, que organizaram e fundamentaram a sociedade, que deram organicidade à cultura. Gilberto Freyre quer inventar um passado que já fosse nacional, identificando suas marcas diferenciais (MADEIRA & VELOSO, 2000, p. 147).

No entanto, em uma análise mais precisa, percebemos nas variantes propostas (regionalismo x modernismo) a ausência de uma oposição completa, podendo Freyre, portanto, ser definido ora como regionalista, ora como modernista, no sentido em que busca uma modernização, ou uma inserção do país aos demais que eram considerados “civilizados”, buscando uma mudança, todavia paulatina e gradual, sem perder de vista o passado, o que demonstra, ao nosso ver, a fragilidade de classificações tão rigidamente postas. Como afirma Manuel Correia de Andrade (2002, p. 28): “Gilberto Freyre, convencido da necessidade de mudança mas, ao mesmo tempo, defendendo que estas mudanças preservassem as tradições pernambucanas”, assim também corrobora Fernando Nicolazzi,

Ao mesmo tempo, a noção que se queria transmitir através de uma “nova interpretação” da história, era uma visão conciliatória e otimista do passado, algo que privilegiasse antes a força da tradição do que o ímpeto das inovações; sua permanência refletida e não o progressismo desenfreado (NICOLAZZI, 2008, pp. 29-30).

Sendo assim, “nesse contexto, nada melhor do que uma outra abordagem da formação nacional, que se voltasse para o passado na expectativa de justificar o presente e garantir o futuro” (PESAVENTO, 2007, p.42). É justamente isto que Freyre realizou em sua obra; ele voltou seus olhares para o passado, na tentativa de formar uma identidade nacional a partir da formação da sociedade brasileira, abordando temas nunca antes abordados. Por conseguinte, “pode-se compreender muito bem a ansiedade de Gilberto Freyre em desvendar a cultura brasileira na sua origem, percebida na sua historicidade concreta, privilegiando o estudo do período colonial” (MADEIRA & VELOSO, 2000, p. 141).

Portanto, Freyre recebeu e ainda recebe diversas críticas em relação à sua teoria e até mesmo pela sua forma ensaística de escrever¹³, no entanto, enaltecido ou censurado, celebrado ou contestado, Gilberto Freyre e sua primordial obra são sempre polêmicos e sugerem debates profundos sobre a formação da sociedade brasileira.

O outro autor em questão no presente trabalho é Sérgio Buarque de Holanda. Este nasceu em São Paulo no ano de 1902 e faleceu em 1982, tendo como principais obras “Raízes do Brasil”¹⁴ (1936); “Monções” (1945) e “Cobra de vidro” (1944). Sérgio Buarque teve uma vida urbana e envolvida com a arte, aos nove anos ele compôs uma valsa publicada na revista “Tico-Tico”¹⁵, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e no mesmo ano de publicação de seu mais conhecido livro – Raízes do Brasil – assumiu o cargo de professor assistente da Universidade do Distrito Federal, e casou-se com Maria Amélia de Carvalho Cesário Alvim¹⁶.

Sérgio Buarque desenvolve sua tese baseada na modernização da sociedade brasileira, criticando profundamente as raízes ainda deixadas pela colonização ibérica. Ou seja, para ele, o problema do atraso brasileiro não estaria na questão da miscigenação, e sim nessa herança portuguesa, que precisaria ser superada para o desenvolvimento do país. Para Sérgio Buarque de Holanda, a colonização nos trópicos teria não teria sido “um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono.” (HOLANDA, 1995: 43).

Sérgio Buarque desenvolveu, ainda em Raízes do Brasil, sua tese da cordialidade brasileira, que seria como uma expressão de igualdade entre os membros da elite brasileira, diferentemente do que existiria entre os senhores e escravos, o paternalismo – tese de Freyre. Em resumo, Sérgio Buarque analisa basicamente as formas de sociabilidade, estas tendo raízes no passado, questionando tais formas de sociabilidade em seu presente, desenvolvendo ainda o que ele chamou de “cultura do personalismo”, que teria sido herdado da cultura

¹³ No entanto, nosso objetivo no presente trabalho é analisar as notas de Gilberto Freyre e não nos aprofundar em suas críticas e elogios. Para melhor esclarecimento sobre tais críticas, ver: ANDRADE (2002); ARAÚJO (1994); DIMAS, LENHART & PESAVENTO (2007); MADEIRA & VELOSO (2000); NICOLAZZI (2008); ODALIA (2001), dentre outros diversos livros que abordam as temáticas que estão envolvidas não obras de Freyre.

¹⁴ Vale ressaltar que *Raízes do Brasil* foi traduzida para o italiano, espanhol, japonês, alemão e francês.

¹⁵ Dados sobre a vida, obra e outros projetos que dizem respeito à Sérgio Buarque de Holanda estão disponíveis no site: <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/> (Acessado: 31/05/2011 às 15:00)

¹⁶ Buarque ainda foi professor da Escola de Sociologia e Política entre 1947 a 1955 e da Universidade de São Paulo entre 1958 a 1969.

ibérica pelo fato da consolidação dos Estados Nacionais ter sido firmada mais cedo do que o resto da Europa¹⁷.

Neste sentido, Sérgio Buarque entra em confronto com Freyre, tanto no que diz respeito às suas teses quanto à forma de escrita que, por sua vez, se destoa da expressa em *Casa-grande & Senzala*, assim como afirma Antônio Cândido na apresentação de *Raízes do Brasil*:

Nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa – como “feudalismo” ou “família patriarcal” – mas o desnudamento operoso dos substratos materiais. Em consequência, uma exposição de tipo factual, inteiramente afastada do ensaísmo [...] e visando a convencer pela massa do dado e do argumento.” (CÂNDIDO, 1995, p. 11)

Assim como Freyre, Sérgio Buarque também realiza várias mudanças em sua obra, como podemos perceber no prefácio da segunda edição de *Raízes do Brasil*:

Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância. (HOLANDA, 1995, p. 25)

É importante assinalar que a primeira edição de *Raízes do Brasil* foi publicada pela “Coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio”, a qual era dirigida por Gilberto Freyre e, por isto, a apresentação, tanto da coleção quanto do livro, foi feita por ele mesmo (Freyre). Esta apresentação foi retirada na segunda edição de *Raízes do Brasil*, portanto, entrando nas modificações que Sérgio Buarque bem explicita na citação acima.

Freyre e Sérgio Buarque entraram em confronto em diversos outros artigos e livros publicados. Um exemplo é a introdução de *Sobrados e Mucambos* na edição de 1949, na qual Freyre tenta responder as críticas realizadas por Holanda e, este, por sua vez, a responde em três artigos¹⁸. Ou seja, à medida que suas obras foram sendo publicadas ocorreu um diálogo

¹⁷ Não obstante, assim como foi afirmado no momento em que escrevemos sobre Freyre, não é nosso objetivo principal abordar as teses, críticas e elogios acerca das obras de Sérgio Buarque de Holanda. Para um aprofundamento sobre tais assuntos ver: CÂNDIDO (1998)

¹⁸ Tais artigos estão publicados em nos livros de Sérgio Buarque *Cobra de vidro* (1978) e *Tentativas de mitologia* (1979). Os artigos são intitulados “Sociedade Patriarcal”, “Formação da Sociologia” e “Panlusismo”.

entre tais autores expressos tanto em forma de artigo quanto na modificação de suas obras que, no caso de Freyre e *Casa-grande & Senzala* se dá em basicamente três notas de rodapé.

Elide Rugai Bastos (2005) destaca com precisão este debate entre Freyre e Holanda nas obras *Sobrados & mucambos* e *Raízes do Brasil*, apontando para uma diferenciação de suas teses e forma de abordagem dos temas relativos ao Brasil deste período. Uma das diferenciações apontadas por ela seria tangente às relações Estado/Sociedade, ou seja, Freyre enxergava uma continuidade entre tais instituições enquanto que Sérgio Buarque via uma oposição:

O primeiro vê uma continuidade entre os dois, isto é, o Estado seria resultado da ampliação do círculo familiar, preocupando-se o autor em demonstrar a plasticidade de setores do patriarcado que foram capazes de lutar por certas medidas que pareciam ir contra seus próprios interesses. [...] Sérgio Buarque de Holanda, numa perspectiva oposta, considera a existência de uma oposição entre as duas ordens, recusando as possibilidades de gradação entre elas. (BASTOS, 2005, p. 29)

Em *Casa-grande & Senzala*, Freyre acrescenta três notas nas quais estabelece diálogo direto com Sérgio Buarque e seu livro *Cobra de vidro* (1978), as notas estão localizadas nos primeiro (nota 74), segundo (nota 159) e terceiro (nota 85) capítulos¹⁹. A primeira e a última nota se referem ao artigo publicado neste livro, Panlusismo, e a segunda ao artigo *S. I.*, do mesmo livro.

Em *Panlusismo* Holanda analisa os escritos de Freyre, ora elogiando ora criticando. Logo no início percebemos o tom irônico do autor ao comentar uma declaração de Freyre, na qual dizia que somente quando o autor encontra um público capaz de acompanhar o processo de recriação é que vale a pena escrever. Sérgio Buarque, então, escreve: “Depois disso Gilberto Freyre – então simples autor de artigos e *plaquettes* – publicou uma quinzena de volumes e ficou célebre” (HOLANDA, 1978 p. 74), no entanto, ainda no mesmo parágrafo elogia seu trabalho como estimulante para o interesse crescente do estudo da história social e da sociologia.

Em *Panlusismo* Sérgio Buarque admira a tese da miscigenação de Freyre, em que através deste, estimulando

O primeiro é dividido em três partes e foi publicado na **Folha da Manhã** e se encontram no acervo online do Banco de Dados Folha (<http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque.htm> acesso: 31/05/2011 às 14:30).

¹⁹ Estas numerações referem-se à edição de 2009.

a mistura de raças, o intercuro das culturas, teremos aberto caminho à solução do problema, sem nos afastarmos dos princípios e dos métodos que constituem, segundo o autor, a maior contribuição portuguesa e brasileira para melhor ajustamento das relações entre os homens. (Idem, 1978 p. 77)

Posteriormente insere uma discussão acerca da afeição do português colonizador ao trabalho da terra. Sobre este ponto Freyre debate na nota de número 74²⁰ no capítulo I (Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida). Em suas palavras:

*Em um dos estudos críticos publicados em seu livro *Cobra de vidro* (São Paulo, 1944), o Sr. Sérgio Buarque de Holanda diz a respeito do autor do presente ensaio, isto é, dos seus pontos de vista com relação à colonização agrária do Brasil pelos portugueses: “Quando o autor [de *Casa-grande & Senzala*] critica, por exemplo o Sr. Sérgio Milliet, pela afirmação de que o português colonizador não se afeiçoa muito ao trabalho da terra, penso que a razão está com o Sr. Sérgio Milliet, não com o Sr. Gilberto Freyre”. (FREYRE, 2009 p. 132 nota nº 74)*

Sérgio Buarque apresenta explicações para seu posicionamento a favor de Milliet, afirmando que “Não faltam indícios de que a atividade dos portugueses, em quase todas as épocas, e já *antes da colonização do Brasil*, se associou antes à mercearia e à milícia do que à agricultura e às artes mecânicas.” (HOLANDA, 1978 p. 78). Neste sentido, Freyre responde na nota reproduzindo o trecho da obra que ele acredita ser referida por Sérgio Buarque – *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* – em que Freyre argumenta a favor do gosto do português pela terra.

Freyre afirma que essa relação portuguesa de desamor para com a terra, lavoura ou trabalho agrícola é evidente, mas que, como percebeu C. A. Taunay – *Manual do agricultor brasileiro* (1839) – tais trabalhos passavam a ser desempenhados por escravos, o que proporcionou o respectivo sucesso na lavoura de alguns grupos de colonos europeus que foram introduzidos no Brasil pelos portugueses. No entanto, Freyre declara que Taunay se esquece de salientar o fato de que

os açorianos – tanto em sua terra de origem como nas suas áreas principais de colonização no Brasil, homens mais livres que outros portugueses da influência do

²⁰ Importante dizer que Freyre, além do diálogo com Sérgio Buarque de Holanda e outros críticos, também acrescenta uma série de referência de trabalhos acerca do assunto tratado neste debate.

trabalho escravo – foram na América bons colonos de tipo agrário e pastoril, em cujos descendentes se desenvolveria maior amor à terra e ao trabalho e à vida de campo que na maioria dos descendentes de grandes senhores de escravos por um lado, e de escravos, por outro. (FREYRE, 2009 p. 133 nota nº 74)

Holanda afirma ainda, nessa mesma linha de raciocínio, que se o Brasil teve uma economia rural dominante foi somente na primeira fase da colonização, justamente por este fator de desapego do português à terra, “Se a economia rural chegou alguma vez a ter papel dominante na formação da sociedade portuguesa foi aparentemente a primeira dinastia” (HOLANDA, 1978 p. 78)

Porém, como uma cartada final Freyre faz uso das palavras de outro crítico, P. Madureira de Pinho, para corroborar sua hipótese:

*Referindo-se à divergência entre nosso critério e o de outros autores que se têm ocupado do assunto, inclusive o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, escreve o Sr. P. Madureira de Pinho: “Quer nos parecer aliás que a divergência nada tem de essencial e apenas o que pretende Gilberto Freyre é ressaltar que não foi **absoluto** o desapego do português às lavouras” (Fundamentos da organização corporativa das profissões rurais, cit, p. 9). Tanto não foi “absoluto” que os portugueses fundaram no Brasil, sobre base principalmente agrária, a maior civilização moderna nos trópicos, tornando-se também lavradores notáveis em outras partes da América. (FREYRE, 2009 p. 133 nota nº 74) grifo nosso.*

Em outra nota, de número 159, no capítulo II (O indígena na formação da família brasileira) Freyre estabelece outro diálogo com Holanda, este tratando-se da ação jesuítica sobre a cultura dos indígenas, referenciando-se ao artigo intitulado *S.I.* O trecho que Freyre cita na nota é o seguinte²¹:

Creio, com Gilberto Freyre, que os jesuítas tiveram realmente uma ação desintegradora sobre a cultura dos indígenas, mas também acredito que tal ação não caracteriza seu esforço, senão na medida em que ela é inerente a toda atividade civilizadora, a toda transição violenta de cultura, provocada pela influência de agentes externos. Onde os inácianos se distinguiram dos outros – religiosos e leigos – foi, isso sim, na maior obstinação e na eficácia maior do trabalho que desenvolveram. E, sobretudo, no zelo todo particular com que se dedicaram, de

²¹ Optamos por citar a passagem direta do livro de forma a ampliar o entendimento do leitor.

corpo e alma, ao mister de adaptar o índio à vida civil, segundo concepções cristãs.
(HOLANDA, 1978 p. 97)

Neste sentido, Freyre acusa existir um “excesso de generalização” nas palavras de Sérgio Buarque, uma vez que para Freyre existe uma diferença entre as ações desintegradoras de culturas indígenas efetivadas por diferentes grupos missionários, ou seja, cada grupo missionário teve sua forma de agir sobre os indígenas, gerando formas diferentes de dominação de cultura: “É que seus métodos de ‘adaptar o índio à vida civil’ e suas ‘concepções cristãs’ têm variado consideravelmente” (FREYRE, 2009 p. 254 nota nº 159).

Na tentativa de validar seu argumento, Freyre utiliza-se de Lewis Hanke, uma vez que este demonstra a dualidade do julgamento do governo em relação aos indígenas, pois, uns julgavam os indígenas “de bom entendimento” e outros acreditavam que eram “gente que quer se mandada”. Assim, entre os jesuítas, acredita Freyre, parece que predominava a segunda opção.

Freyre destaca o trabalho do frei Basílio Rower – *Páginas da história franciscana no Brasil* – em que este mostra o trabalho de missionários franciscanos em diversas aldeias, nos quais os índios eram doutrinados em seu próprio “habitat”, diferentemente das missões jesuíticas²².

Os jesuítas das reduções não só afastavam os indígenas do seu habitat para conservá-los em meios artificiais como os privaram de liberdade de expressão e de ambiente favorável ao desenvolvimento de suas aptidões e capacidades, fazendo-os, ao contrário, seguir vida puramente mecânica e duramente regulada de eternas crianças, eternos aprendizes e eternos robôs, cujo trabalho era aproveitado por seus tutores. (FREYRE, 2009 p. 255-256 nota nº 159)

A última nota em que Freyre debate diretamente com Sérgio Buarque está localizada no capítulo III (O colonizador português: antecedentes e predisposições) no rodapé de número 85. Nesta, ele volta a tratar do artigo *Panlusismo* e sobre o mesmo assunto anteriormente tratado, ou seja, em torno do desapego à terra por parte do português, sendo que, para Freyre, este é um dos fundadores da agricultura moderna nos trópicos.

Neste pé de página Freyre faz referência à afirmação de Sérgio Buarque de que as atividades portuguesas se associaram “antes à mercancia e à milícia do que à agricultura e às

²² Entretanto, Freyre chama atenção para a importância do trabalho jesuíta para a colonização e ainda afirma que os missionários do primeiro século de colonização chegaram a ser heróicos.

artes mecânicas” (HOLANDA, 1978 p. 78), e declara ser uma generalização “aceitável”, uma vez que em *Casa-grande & Senzala* apresenta aspectos que favorecem a tal afirmação. Não obstante, Freyre alerta para os excessos, e neste momento ele isenta Sérgio Buarque de ser acusado, em considerar o povo português ausente de um passado agrário ou mesmo inimigo da lavoura. Para reforçar seu alerta ele cita diversos trabalhos que não negam ter existido um potencial agrícola nos portugueses: “É certo que o Brasil foi colonizado por um povo português já afastado da agricultura e empolgado por outros interesses; mas nem por isso destituído de aptidões para a agricultura.” (FREYRE, 2009 p. 350 nota nº 85).

Freyre apresenta um inquérito promovido no Rio de Janeiro por Carlos Malheiros Dias sobre a aptidão do português para a colonização agrícola, a conclusão final foi positiva para “as qualidades de atividades, de resistência física e de profleridade essenciais a uma missão de colonização agrícola e de povoamento” (FREYRE, 2009 p. 351 nota nº 85). Assim, ele conclui que

Pelas evidências e fatos apresentados nesses e em outros trabalhos por estudiosos objetivos do assunto se vê que sob condições sociais favoráveis os portugueses se têm salientado como bons colonos agrícolas, especialmente como horticultores. (FREYRE, 2009 p. 352 nota nº 85)

Vale ressaltar ainda a crítica que Sérgio Buarque escreve neste mesmo artigo sobre essa defesa de Freyre em relação ao colonizador português:

Analisando o português como povo colonizador por excelência, não se cansa Gilberto Freyre de acentuar, entre seus traços positivos, a tolerância contínua, a constante docilidade a toda sorte de influxos externos, que o impedem de enrijar-se numa estrutura definitiva e perfeita. (HOLANDA, 1978 p. 79)

Feita a análise das notas argumentativas em que Freyre trava um diálogo com Sérgio Buarque, percebemos o quanto é profícua a análise das notas de pé de página da obra *Casa-grande & Senzala*, pois, nelas encontramos não somente uma gama de referências sobre os diversos assuntos tratados ao longo do livro, mas também, um campo de debate que nos ajuda a compreender melhor os embates e os diálogos entre os intelectuais da época.

O debate entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda é apenas um dos diálogos a sere abordado, uma vez que Freyre modifica em torno de cento e cinquenta e sete notas de rodapé, acrescenta cerca de trinta e oito e retira três. Não obstante, é importante deixar claro

que não são em todas que Freyre estabelece diálogo, pois existem notas de rodapé que são acrescentadas somente referências de leituras mais recentes realizadas pelo autor. Em suma, a partir destes dados e desta análise realizada acima, ressaltamos, mais uma vez, a importância das notas de rodapé na obra em específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.
- BASTOS, Elide Rugai. *Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo*. Revista Perspectivas, São Paulo, 28: 19-36, 2005.
- BLOCH, Marc. “Crítica histórica e crítica do testemunho”. In: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CANDIDO, Antônio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Ed. Perseu Abramo, 1998.
- CANDIDO, Antônio. “O significado de Raízes do Brasil”. In: *HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. *Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre história e ficção*. São Paulo: Edusp, 2007.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2009.
- _____. *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Naia & Schimidt Ltda., 1933, p. XII
- GENETT, Gérard. *Paratextos editoriais*. Atelié editorial, 2009.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição – pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Ed. Papiros, Campinas, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- JÚNIOR, Vitor Claret Batalhone. *Uma história das notas de rodapé: a anotação da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854- 1953)*. UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza. Gilberto Freyre: uma leitura crítica. In: *Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento e na Literatura*. Ed. Paz e terra. 2000.
- NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória e o ensaio. Sobre Casa Grade & Senzala e a represnetação do passado*. (Tese de doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- ODALIA, Nilo. *Gilberto Freyre – uma interpretação etno-cultural do Brasil*. São Paulo: Especiente, 2001
- ORTIZ, Renato. Memória Coletiva e Sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. *In: Cultura brasileira e Identidade Nacional*. SP: Brasiliense, 1994. pp. 13-35
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 8ª edição. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, V tomos, 1975.

Sítios eletrônicos consultados:

<http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque.htm> acesso: 31/05/2011 às 14:30

<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/> Acesso: 31/05/2011 às 15:00

EUGENIA BRASILEIRA – SEXUALIDADE E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Érica Isabel de MELO¹
ericaisamel@hotmail.com

RESUMO: Busco analisar neste trabalho o movimento eugênico no Brasil, na primeira metade do século XX, privilegiando a perspectiva das relações de gênero, categoria esta que, neste contexto, se inter-relaciona com outras categorias como raça e nação. Originalmente definida como uma ciência que se propunha a melhorar o tipo biológico humano, a eugenia se fundamentou nas pesquisas científicas, ainda iniciais, no campo da hereditariedade e da genética. Com essa base científica, formulou teorias que pretendiam influenciar na transmissão de caracteres hereditários adequados, de forma a beneficiar a saúde da espécie humana. Suas estratégias variaram entre os países que a adotaram e iam desde medidas de melhoramento do ambiente, como controle de casamentos e de imigração, até intervenções físicas como esterilização involuntária e, até mesmo, a eliminação de seres humanos tidos como inadequados (racismo genético). Na América Latina, essas ideias encontraram terreno fértil e atraíram os intelectuais de diferentes áreas. Produziram um farto material, sobretudo nas áreas de medicina e saúde, participando da construção de saberes sobre o corpo, sobre o gênero, sobre raça e sobre nação.

PALAVRAS –CHAVE: eugenia, gênero, Brasil.

“Instrução, educação, conforto, progresso beneficiam o indivíduo sem vantagem genética para a descendência: seleção matrimonial, exame pré-nupcial, fomento da paternidade digna, retardamento da paternidade duvidosa, impedimento da paternidade indigna, limitação da natalidade em casos indicados, proteção às famílias de “bem-dotados”, segregação, imigração selecionada, cruzamentos eugênicos com impedimento para os disgênicos, consciência eugênica, esta última difundida nas escolas, nas casernas, nos lares, beneficiam geneticamente a espécie”. (KEHL, 1933b, p.5)

Busco analisar neste trabalho o movimento eugênico no Brasil, na primeira metade do século XX, privilegiando a perspectiva das relações de gênero, categoria esta que, neste contexto, se inter-relaciona com outras categorias como raça, nação e corpo. Originalmente²

¹ Doutoranda da Universidade Federal de Goiás.

² O termo foi cunhado pelo cientista Francis Galton, em 1883, quer dizer “ciência do melhoramento biológico do tipo humano”.

definida como uma ciência que se propunha a melhorar o tipo biológico humano, a eugenia se fundamentou nas pesquisas científicas, ainda iniciais, no campo da hereditariedade e da genética. Com essa base científica, formulou teorias que pretendiam influenciar na transmissão de caracteres hereditários adequados, de forma a beneficiar a saúde da espécie humana. Suas estratégias variaram entre os países que a adotaram e iam desde medidas de melhoramento do ambiente, como controle de casamentos e de imigração, até intervenções físicas como esterilização involuntária e, até mesmo, a eliminação de seres humanos tidos como inadequados (racismo genético). Na América Latina, essas ideias encontraram terreno fértil e atraíram os intelectuais de diferentes áreas. Produziram um farto material, sobretudo nas áreas de medicina e saúde, participando da construção de saberes sobre o corpo, sobre o gênero, sobre raça e sobre nação.

As primeiras ideias de eugenia ocorreram no século XIX, porém o seu desenvolvimento sistemático³ ocorreu somente após a Primeira Guerra. Durante a Segunda Guerra, as formulações eugênicas influenciaram políticas extremas, como o nazismo, tornando-se moral e cientificamente inaceitável após esse período. No entre guerras, a eugenia se solidificou como um projeto discursivo e forneceu uma estrutura para a prescrição cultural e a investigação médico-moral. Em termos práticos, encorajou a “administração científica e ‘racional’ da composição hereditária da espécie humana” (STEPAN, 2005, p.8) e introduziu ideias sociais e políticas potencialmente explosivas, como a seleção deliberada de indivíduos considerados “inadequados” (esterilização involuntária e racismo genético). Essa é forma como tem sido normalmente entendida na Europa e nos Estados Unidos e também a forma que foi interpretada na América Latina.

Ainda que a experiência nazista tenha sido o grau mais extremo de aplicação da eugenia e, também por isso, tenha sido também o fato mais revisitado do tema, não devemos considerar que a compreensão da eugenia esteja esgotada. Inserida no contexto das duas guerras mundiais e a sua ligação com as principais questões do mundo moderno, como o nacionalismo, o gênero e a sexualidade, o racismo, a higiene social e o próprio desenvolvimento da genética moderna, a eugenia se transformou num movimento de reforma científica e conquistou países em situações muito diferentes como Brasil, Itália, Inglaterra, Japão, Suécia, México, União Soviética, Austrália, Peru. Nestes países, sociedades e

³ O Primeiro Congresso Internacional de Eugenia ocorreu em Londres, em 1912. O Segundo e o Terceiro Congresso realizaram-se em Nova York, em 1921 e 1932. A fundação da Federação Internacional de Sociedades Eugênicas se deu em 1921. (STEPAN, 2005). No Brasil, em 1918 fundou-se a Sociedade Brasileira Eugênica, pioneira na América Latina e, em 1929, criou-se o Instituto Brasileiro de Eugenia que, neste mesmo ano, realizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. (SANTOS, 1997). No México, a Sociedade Mexicana de Eugenia foi criada em 1932 (STERN, 1998).

organizações eugênicas específicas se estabeleceram e influenciaram fortemente a história da medicina, da família, da maternidade, da população, da criminologia, da saúde pública e do bem-estar social.

O Brasil está entre os países da América Latina que mais foram receptivos às ideias eugênicas e as publicações a respeito passaram a circular em seus meios médico-acadêmicos. A peculiaridade do país, com suas tensões raciais, diferentes projetos nacionais, influência da religião católica fez com que o Brasil optasse por uma linha de pensamento eugênico, o neolamarckismo, que se preocupava mais com as mudanças no meio ambiente do que intervenções corporais. Não por acaso, o movimento eugênico latino-americano era composto por médicos e outros ramos ligados à saúde como higienismo, sanitarismo – diferentemente dos países anglo-saxões em que a eugenia atraía biólogos e outros cientistas ligados a pesquisas genéticas.

Eram muitos os adeptos e simpatizantes da eugenia, espalhados pelas várias instituições científicas exaltavam a sua capacidade reformadora no processo de regeneração e formação da nacionalidade. Além disso, essas ideias apressavam o processo de modernização da ciência brasileira. (SANTOS, 1996). Uma ampla divulgação das ideias eugênicas foi pensada como forma de acelerar essa pretensa modernização, os eugenistas tinham uma produção intelectual intensa, principalmente através dos boletins produzidos pelas sociedades eugênicas e outras organizações relacionadas. Grande parte dessas fontes está disponível nos principais arquivos do Brasil, apesar disso, foram pouco exploradas, acrescentando mais uma relevância a este projeto de pesquisa.

O Brasil era um líder, nas primeiras décadas do século XX, em ciências biomédicas e saneamento e foi o primeiro a estabelecer formalmente uma sociedade eugênica. Racialmente misto, analfabeto e pobre, o Brasil se apresentou um terreno fértil para a eugenia, país que há muito se preocupava com questões ligadas a identidade racial e a saúde da nação. A noção de que o aprimoramento racial poderia ser conseguido cientificamente teve, portanto, considerável atrativo para os médicos e reformadores sociais.

A América Latina foi, portanto, muito receptiva as ideias eugênicas, mas não adotou o seu estilo mais radical. Devido às tensões de sua formação racial, à influência do catolicismo e às contingências de seu processo político, o movimento eugênico latino-americano optou por uma linha eugênica considerada mais branda, sem intervenções diretas no corpo, como a esterilização de indivíduos inadequados. A eugenia latino-americana, em geral, apostava nas mudanças no meio ambiente que pudessem interferir na saúde hereditária das pessoas. Ela visava identificar as características supostamente “disgênicas” do corpo ou do comportamento

provocadas pela hereditariedade em indivíduos e grupos, e descobrir meios sociais de evitar que a má hereditariedade fosse transmitida.

Tanto no modelo brando, como o neolamarckismo, quanto uma versão extrema, como o mendelismo, a eugenia teve a reprodução humana como tema privilegiado de suas ideias e práticas. Nesse sentido, o controle do corpo e as relações de gênero são aspectos relevantes e merecem, portanto, uma investigação mais detida. O movimento eugênico concentrou boa parte de seus esforços numa “eugenia matrimonial” (STEPAN, 2005) que buscava intervir na reprodução através do controle de casamentos, selecionando pares eugenicamente aptos, e também através de prescrições médicas e científicas para os cuidados de si pensado como preparo para a reprodução; por exemplo, os cuidados com a maternidade. A importância desses apelos se sustentava em representações femininas como sua vocação “natural” à maternidade acrescida de responsabilidades com a formação do futuro de seu país, de sua nação. Portanto, os saberes construídos pela eugenia, e em última instância pela ciência, sobre o corpo utilizam um repertório de representações de gênero para a medicalização e higienização da sociedade. Nesse processo, o gênero é também reconstruído e ressignificado. É nesse ponto que este projeto se concentrará, nos discursos do poder-saber do corpo e suas implicações de gênero.

Na intenção de intervir no processo hereditário, o corpo se tornou o alvo das estratégias eugênicas; o corpo eugênico é o corpo saudável, livre de males físicos, mentais e até mesmo morais. E este corpo será visto e tratado diferenciado e desigualmente de acordo com o gênero, com a raça. O gênero ajudou a articular a noção de raça, e vice-versa, visto que através da reprodução seriam criados “tipos raciais” que supostamente compunham o corpo apropriado geneticamente (STEPAN, 2005). Esse corpo é também político, pois o objetivo do melhoramento do biótipo humano é contribuir para o progresso e desenvolvimento da nação. Além disso, o corpo e a sexualidade não se restringem ao âmbito da intimidade privada, ela é transformada em coisa pública e objeto de disputa política, na medida em se torna objeto de debate de políticas públicas e de casos judiciais (ROHDEN, 2003).

Apesar da clara relação entre eugenia e gênero, grande parte dos estudos que consideram essa relação a fazem apenas de passagem e não como tema central (LOPES, 2009). Omissão que surpreende, uma vez que o enfoque da eugenia, como movimento social, estava em sua preocupação com a reprodução humana como campo de atuação da ciência e das políticas sociais. Os eugenistas se preocupavam particularmente com as mulheres porque consideravam que a reprodução definia a identidade das mulheres, muito mais que o dos homens. Além disso, sob o argumento de sua vulnerabilidade e dependência social fez com

que a administração de suas vidas reprodutivo-hereditárias parecesse mais urgente. Assim, as prescrições e proscricções eugênicas recaíam diferenciadamente sobre os homens e as mulheres.

Além disso, gênero foi um fator significativo na estruturação das instituições e práticas científicas e de como as hierarquias de gênero direcionaram pesquisas e moldaram prioridades e teorias eugênicas. (SCHIEBINGER, 2003).

É possível pensar que a relação entre ciência e gênero é construída como uma dicotomia natural, rígida, mutuamente exclusiva e hierárquica – o princípio masculino domina sobre o princípio feminino. Dada a relevância fundamental dessa divisão em todas as sociedades humanas e a sua incorporação na cultura e na linguagem, é razoável supor que tenha influenciado a organização do conhecimento sobre o mundo natural e favorecido o desenvolvimento de visões dicotômicas e hierárquicas, apresentadas como equivalentes à “verdadeira estrutura” do mundo. (LOWI, 2009 p. 41).

Outro entendimento a ser buscado é como gênero estrutura os significados científicos, entre eles o de eugenia, e de como o gênero é, ele próprio, também ressignificado pela ciência, ou seja, intenta saber como o gênero funciona nas relações sociais e de que forma o sentido é organizado a partir das relações entre homens e mulheres. Assim, temos o esforço de analisar o movimento eugênico não apenas como participante da construção de saberes sobre o gênero, mas como ele próprio é também constituído discursivamente por significados de gênero. É preciso, portanto, focar os “sistemas de significado”, ou seja, as formas como as sociedades representaram o gênero e serviram-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência, pois “sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado” (SCOTT, 1995, p.5).

A ocorrência de movimentos eugênicos no mundo foi ampla e assumiu formas e intensidades variadas em diferentes localidades e contextos históricos. Apesar dessas experiências diversificadas e dos diferentes entendimentos possíveis da eugenia, a maior parte dos estudos sobre o tema se concentra na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. As áreas latinas são geralmente ignoradas, apesar de terem sido regiões muito receptivas às orientações da ciência e da medicina ocidentais. Chamada de “linha dominante” por Daniel Kevles, um dos principais estudiosos da eugenia⁴, este estudo exclusivo do movimento eugênico europeu e estadunidense tem sido questionado. Analisar a eugenia na América Latina amplia os

⁴ In the name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity. Nova York: Knopf, 1985.

parâmetros da eugenia e ajuda a explicar a atração de um movimento de reforma científica que viria a ser considerado moral e cientificamente inaceitável após a Segunda Guerra Mundial.(STEPAN, 2005)

Stepan, pioneira nos estudos sobre eugenia na América Latina, pesquisou o movimento na América Latina e considera como imprescindíveis na análise as categorias gênero, raça e nação na produção dos significados culturais advindos do conhecimento científico. Sendo um programa normalizado interessado na racionalização e na purificação da sexualidade, a análise da autora investiga de que forma este programa operou para conformar os papéis reprodutivos de homens e mulheres nas nações latino-americanas.

Ainda que tardio, o interesse pela eugenia tem aumentado nos estudos sobre ciência desde o fim dos anos 90. No Brasil, grande parte das pesquisas sobre a história da ciência está no Rio de Janeiro, entre as instituições IMS, Instituto Osvaldo Cruz (ver outros e ver no México). Castañeda, por exemplo, que as estratégias desenvolvidas pelo movimento eugênico, no Brasil, nem sempre tinham fundamentação biológica e que se amparava mais pelo controle social promovido pelo nacionalismo.

As reflexões acerca da relação entre ciência e gênero remontam desde a década de 70 e estão vinculadas ao movimento feminista e aos estudos culturais da ciência. Os primeiros estudos questionaram a pretensa neutralidade da compreensão dos fenômenos naturais e postularam que se trata de uma atividade social e cultural e, portanto, históricas, ou seja, datado e localizado. Outras pesquisas em História e Filosofia da Ciência argumentam, ao contrário, que a ciência é a implementação de um método, ou seja, de um sistema de regras que garantem a aceitabilidade dos enunciados, independentemente de quaisquer outras considerações. (LOWI, 2009). Entre as pesquisadoras que compartilham essa visão de que o conhecimento científico da natureza é construído e não pode ser dissociado do tempo e do lugar de sua produção, de que não há “história natural fora da História” estão Sandra Harding (1996), Ruth Bleier (1988), Ludmilla Jordanova (1993), Evelyn Fox Keller (1992), Helen Longino (1990) e Donna Haraway (1988) – desenvolveram uma visão peculiar da ciência. Elas partem da premissa de que o nosso conhecimento das “leis da natureza” provém do trabalho de um grupo bem determinado de humanos: os pesquisadores científicos. Entretanto, nenhum trabalho coletivo de seres humanos pode ser totalmente dissociado do tempo e do lugar de sua produção: não há cultura fora da cultura, nem história natural fora da História. Essas pesquisadoras enriqueceram as reflexões sobre a história social e cultural das ciências com considerações acerca do papel central da divisão homem/mulher na constituição do saber científico.

“A constituição do saber científico é construída como uma dicotomia natural, rígida, mutuamente exclusiva e hierárquica – o princípio masculino domina sobre o princípio feminino. Dada a relevância fundamental dessa divisão em todas as sociedades humanas e a sua incorporação na cultura e na linguagem, é razoável supor que tenha influenciado a organização do conhecimento sobre o mundo natural e favorecido o desenvolvimento de visões dicotômicas e hierárquicas, apresentadas como equivalentes à “verdadeira estrutura” do mundo”. (LOWI, 2009, p. 41)

Já temos uma quantidade considerável de sobre eugenia e raça na América Latina. Stepan (2005) trata das teorias da miscigenação que buscavam suplantar a inferioridade negra – o efeito branqueador. Castañeda (2003) enfoca a preocupação das influências negativas da raça e nas formas de higienização da população. Rodrigues (2007) analisa as contradições sociais que deslegitimava a mestiçagem como potencialmente degenerativa, mas que também vê nela o caminho para o branqueamento.

Na intersecção entre raça e gênero o interesse maior é pela figura da mulata e, em geral, grande parte desses estudos analisa, de uma forma ou de outra, o quadro de referências estereotipado em que a mulata se insere, o permanente registro da mulata como uma mulher degradada, erotizada e inserida em ambientes marginais e desvantajosos socialmente. Como descreve Mariza Corrêa, “(...) seria preciso o talento de Lévi-Strauss para o inventário de cheiros, gostos e cores evocados nas frases nas quais a mulata é sujeito.” (CORRÊA, 1996, p. 36).

As produções acadêmicas sobre a temática gênero surgem na academia entre as décadas de 60 e 70. Gayle Rubin em “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “Economia Política do Sexo” (1995) é uma das primeiras a inovar nessa perspectiva ao tentar romper, ao menos parcialmente, com as explicações de tradição marxista de opressão sexual, e buscar uma teoria que explicasse o sexo como produto da sociedade e não uma característica inata que justificasse a opressão das mulheres. A partir de instrumentos conceituais de Freud e Lévi-Strauss, definiu o “sistema sexo-gênero” como “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

O conceito de gênero surge, portanto, da tentativa de expurgar o determinismo biológico nas afirmações sobre as mulheres. O desdobramento desse debate atualmente é a crítica de que mesmo a definição de que o sexo é uma construção social é insuficiente, pois o

sistema sexo-gênero deixa em aberto que as diferenças resultam, portanto, das diferenças sexuais. A crítica é de que os sinais corporais não se separam das idéias sobre eles, de que a materialidade não é irreduzível, de que o social é corporificado. Sterling (2001) insiste na necessidade de se repensar os conceitos de gênero, cultura e experiência que, até então, estiveram imbricados no pensamento dual ocidental. Butler (2003) afirma que a distinção sexo-gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos e questiona o caráter imutável do sexo, afirmando que este também é uma construção cultural e que, portanto, o sexo sempre foi o gênero, não havendo necessidade de distinção. Aliás, para ela, essa distinção é uma forma de assegurar a instabilidade interna e a estrutura binária dos discursos ocidentais, contrariando, assim, a proposta feminista pela qual foi pensada.

Num estudo sobre a natureza imaginária do gênero, a antropóloga Mariza Correia (1995) discute que “a trajetória de algumas personagens femininas põe em xeque a suposta impermeabilidade das categorias masculino/feminino no sistema de classificações de gênero. Quando seres socialmente definidos como parte da cena privada são encontrados na cena pública, a ambigüidade de sua posição os coloca numa categoria anômala, como integrantes de uma espécie de “natureza imaginária”. Assim, analisa o caso de mulheres que, ao ocuparem o espaço público, ou seja, fora do seu “espaço natural”, têm seu estatuto definido de forma ambígua, não são nem homens, nem mulheres, são uma androginia. Separando-se sexo de gênero, fica claro que as definições de feminino e masculino são explicitadas em disputas pelo poder, pelo prestígio ou por privilégios.

Há uma forte contra-crítica às afirmações pós-estruturalistas acerca do sujeito político do feminismo. Para Descarries, o futuro dos estudos feministas depende da capacidade para analisar os problemas e contradições de duas questões: escolhas e recusas formuladas pelas mulheres e insistência na identidade feminina: “manter a consciência de um destino comum de mulheres que atravessa o conjunto das relações sociais, atenta à diversidade das identidades, das preocupações e das experiências das mulheres, tanto em escala local quanto nacional e planetária.”⁵ Para ela, a perspectiva pós-moderna não permite uma resposta adequada às exigências teóricas e aos objetivos políticos do movimento das mulheres, por propor como único recurso a alternativa antirracional e pela evocação isolada dos cânones da modernidade.

⁵ DESCARRIES. *Op cit.* 2000. p. 12

Não houve uma matriz única do pensamento da eugenia e, de maneira geral, é possível identificar duas principais vertentes no que diz respeito às formas de transmissão hereditária, a saber: as noções de Lamarck e as noções de Mendel. A eugenia na América Latina foi interpretada, em geral, a partir das noções neolamarckianas de hereditariedade, considerada “mais suave” por priorizar as influências do meio em detrimento das intervenções deliberadas no corpo. Esta tradição de pensamento teve muito peso na França, diferente do que se observa na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde a eugenia mendeliana -“mais dura”- predominou. Autores acreditam que foi essa diferenciação de matriz de pensamento que levou a eugenia na América Latina a ser ignorada dos estudos sobre ciência, pois foi associada, muitas vezes, com políticas higienistas ou sanitaristas.

Entretanto, é justamente nas especificidades do movimento eugênico na América Latina que se concentra a sua força analítica. Justamente por contrariar a “linha dominante” (KEVLES, 1985) que podemos desafiar uma definição uniforme acerca da eugenia e contribuir na discussão de que os conceitos são temporais e localizados, a partir das especificidades políticas, culturais e econômicas dos movimentos eugênicos latino-americanos. E ainda, se pensamento eugênico na América Latina teve uma base científica distinta é de se supor que a sua aplicação nas questões de reprodução e da sexualidade também se distinguisse e nisto consiste a importância de sua investigação.

“Ao estudarmos a história da eugenia na América Latina como uma espécie de conhecimento social produzido e conformado pelas variáveis políticas, históricas e culturais peculiares desta região, altera-se nosso entendimento do significado da eugenia em geral. A terminologia de ‘centro’ e ‘periferia’ perde muito de sua força analítica. Assim, ao propor que uma cuidadosa consideração de pelo menos um dos aspectos da história das ideias e das práticas sociais a elas associadas na América Latina poderá sugerir novas maneiras de conceituar o significado da eugenia na Idade Moderna, o livro subverte uma convenção implícita da história cultural moderna: a eugenia não foi unitária e não pode ser indiscriminadamente apreendida. O estudo da eugenia na América Latina revela algumas das forças contraditórias que atuavam dentro do movimento, e das formas diversas como poderiam ser absorvidas.” (p. 11)

A preocupação com a saúde hereditária fez com que a eugenia se concentrasse, sobretudo, em controlar a qualidade da reprodução. Nesse sentido, produziu um conjunto de preceitos e recomendações médico-científicas, denominado “eugenia matrimonial”, tais como exames médicos, certificados pré-nupciais. Justifica-se a análise de gênero, uma vez que as

mulheres ocupavam uma posição central nas estratégias eugênicas, principalmente por sua identidade está indissociada de seu papel reprodutivo. O matrimônio, dessa forma, seria o ético que garantiria o controle da reprodução e o aprimoramento de indivíduos selecionados:

“Resume a natureza de suas investigações na tentativa de provar, por meios estatísticos, o predomínio da hereditariedade sobre o meio ambiente de modo geral. Galton estava convencido de que o estudo da hereditariedade proporcionaria técnicas para a melhoria da humanidade: homens e mulheres deveriam se cruzar conforme suas características e inteligência, do mesmo modo que os animais eram cruzados conforme seus tamanhos e agilidade.” (GALTON, Hereditarygenius, 1869. Op cit CASTAÑEDA, 2003, p. 910).

Nessa mesma linha argumentativa encontramos também alguns estudos de gênero. Desde os anos 70, teorias feministas chamam a atenção para a vulnerabilidade da categoria unificadora “mulher” que, ao pretender dar conta da totalidade do universo de mulheres e falar em nome de todas elas, deixou de fora outras questões que atravessam a sua condição de gênero: raça/etnia, orientação sexual, nacionalidade. A universalidade foi questionada frente à extrema variabilidade de situações vividas pelas mulheres e pelas questões sociopolíticas que fazem surgir.

Os significados, portanto, nunca são estáveis, e a eugenia foi interpretada de acordo com as realidades históricas dos diferentes países onde ocorreram a sua presença. Daí a importância de se aprofundar as pesquisas nesta região, América Latina e, no caso desse projeto, Brasil e México:

“De perspectiva e orientação ocidentais, não era, contudo, mera imitação da Europa; americana, mas não norte-americana. “Terceiro mundo” em pobreza, desigualdade e dependência, mas não uniformemente pobre e igualmente dependente em todo o espectro dos países que a compõem; étnica e culturalmente complexa; e local de ideologias racistas perturbadoras, mas não imune à atração do secularismo e da modernidade. Mais ainda, a região também esteve envolvida na autoconstrução nacionalista, em que o estabelecimento de fronteiras entre o self e o outro e a criação de identidades eram cada vez mais realizadas por e através de discursos científicos e médicos.” (STEPAN, 2005)

Atualmente, assistimos a uma popularização da categoria gênero nas abordagens e pesquisas das ciências humanas como um todo, o que demonstra a consolidação desse campo de pesquisa. Por outro lado, gênero é, muitas vezes, utilizado sem os devidos cuidados e rigores acadêmicos, sendo muitas vezes confundida com o estudo dos “papéis sexuais” ou simplesmente uma nova denominação para “estudos sobre mulheres”. A linha de pesquisa de gênero continua, portanto, receptiva a abordagens variadas, a novos problemas, e mesmo uma melhor definição epistemológica.

Pesquisadoras de gênero têm destacado a permanência do caráter descritivo e interpretativo de grande parte das produções relacionadas aos estudos de gênero, como bem observam estudiosas como Scott (1995), Tilly (1994), Butler (2003), Kofes (1995), Varikas (1994). Estudiosas estas que nem sempre concordam teoricamente, mas percebemos um consenso de opinião quanto à fragilidade teórica deste campo de estudos, apontando para a necessidade de uma abordagem que questione os conceitos dominantes da disciplina, ou seja, uma abordagem que consiga resolver problemas analíticos. Assim, este projeto, ao utilizar gênero como categoria analítica, pretende contribuir no aperfeiçoamento desse campo de pesquisa ao se propor a uma investigação que pretende compreender o gênero a partir das representações, dos significados e até mesmo da própria experiência eugênica no Brasil e no México.

A eugenia foi mais do que uma vertente do campo científico que trata da hereditariedade e da genética humana. Foi um movimento que criou sociedades específicas e envolveu não apenas cientistas, como a inteligência dos países em que ocorreu. Principalmente na América Latina, onde esteve vinculada muito mais a questões de saúde pública, contou não apenas as comunidades médicas e científicas se envolveram, como também políticos, juristas e outros reformistas sociais. Nesse sentido, investiu na divulgação das ideias na tentativa de incentivar bons hábitos e promover um ambiente que influenciassem positivamente na constituição hereditária da sociedade. A fim de garantir essa qualidade biológica investiu no higienismo, no sanitarismo, nos cuidados com a maternidade e na puericultura. É de se supor, portanto, que os eugenistas tiveram uma produção intelectual intensa, além de uma forte divulgação de seus temas, principalmente através dos boletins produzidos pelas sociedades eugênicas, atas de congressos, artigos científicos, entre outros.

No Brasil, desde 2006 o Setor de Antropologia Biológica, ligado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disponibiliza para o público o inventário do Arquivo de Antropologia Física (SANTOS, MELLO e SILVA, 2006). Neste arquivo, há uma generosa documentação sobre a eugenia; a

grande maioria se refere à documentação reunida em razão do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, no Rio de Janeiro. Todas as atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, publicado em 1929 com alguns dos trabalhos discutidos no evento. Mais de 75 trabalhos foram apresentados, discutidos e alguns votados. Há, até mesmo, manuscritos, crachás e outras fontes além de atas, artigos e outros documentos oficiais do Congresso. A razão da preservação desse material se deve ao fato do antropólogo Edgar Roquette-Pinto ocupar na época o cargo de diretor do Museu Nacional e ter sido o presidente do evento. (SOUZA *et all*, 2009).

Trata-se de fontes relevantes para a pesquisa, já que o Congresso de Eugenia foi um evento científico importante não somente para o movimento eugênico como também para a própria história intelectual brasileira. Alguns dos temas discutidos durante o Congresso tiveram, inclusive, desdobramentos significativos ao longo dos anos 1930, a exemplo das discussões sobre imigração, que acabaram servindo de referência para um amplo debate acerca da implantação de políticas imigratórias durante a Constituinte de 1934. (SANTOS, 1996). Em outro exemplo, ao tratar da miscigenação em *Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil*, Edgard Roquette-Pinto faz ampla defesa da miscigenação processada no Brasil e esse trabalho se tornou referência importante no período. Citado em Casa Grande e Senzala como um dos “trabalhos que contribuíram fortemente para sua percepção de que a miscigenação brasileira era eugenicamente viável”. (SOUZA, 2009)

Durante o Congresso de Eugenia, no Brasil, mais de 75 trabalhos foram apresentados, discutidos e alguns votados. O evento foi amplamente divulgado por outras organizações que estavam intimamente ligadas aos projetos eugênicos: Sociedade Eugênica de São Paulo, Liga Pró-Saneamento do Brasil, Liga Brasileira de Higiene Mental. Entre os seus participantes contavam médicos, educadores, juristas, antropólogos, sociólogos e historiadores, ou seja, representantes da intelectualidade brasileira das primeiras décadas do século XX, como: Miguel Couto, Roquette-Pinto, Belisário Penna, Affonso de Taunay, Alfredo Ellis, Azevedo Amaral, Renato Kehl, Leonídio Ribeiro, entre outros.

Os temas discutidos no Congresso objetivavam sempre o “futuro eugênico da nação” e envolviam seleção imigratória, controle matrimonial, educação sexual, cuidado materno e infantil, esterilização eugênica de loucos e criminosos, genética e hereditariedade, biometria, antropologia racial, psiquiatria, higiene mental, educação e higiene em geral.

Um debate relevante que pode ser acompanhado nesses documentos são os que envolvem as teorias mendelianas e lamarckistas de hereditariedade. Muito embora esta última tenha sido preponderante no Brasil e na América Latina, houve divergências entre grupos.

Levi Carneiro, lamarckista, defende o seu ponto de vista: “as leis sociais, a higiene e a educação muito poderiam contribuir para as práticas eugênicas regeneradoras, transformando os homens “amolentados” em “tenazes e intrépidos”, os “feios” em “rijos”, os “incultos” em “sagazes e inteligentes””.

Maria Antonieta de Castro, uma das poucas mulheres presentes no Congresso. Apresentou o trabalho intitulado *A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil*. E sobre trabalhos que trataram a questão da reprodução e do matrimônio, temos como exemplo o texto *A idade e o casamento*, em Leonídio Ribeiro destaca os prejuízos que um casamento precoce poderia trazer ao futuro da raça. “O texto não apenas foi bem aceito entre os congressistas, como também fez parte de um conjunto de trabalhos sobre seleção matrimonial e eugenia, tema bastante discutido durante os seis dias de evento.” Entre outros trabalhos sobre o tema, estão: *Tese de eugenia*, Jorge de Lima; Newton Belleza, sobre matrimônio e consaguinidade; Joaquim Moreira da Fonseca, sobre matrimônio, castidade e eugenia. (SOUZA, 2009, p. 770).

Outro importante arquivo é a Biblioteca de Manguinhos, da Fundação Osvaldo Cruz, também no Rio de Janeiro. Através do levantamento de periódicos realizado pelo Projeto Memória da Psiquiatria no Brasil (SANTOS *et all*, 1996) é possível identificar a farta produção médico-higienista do período. Além de diversos documentos sobre psiquiatria, o que nos interessa de forma especial são os Boletins da Eugenia, publicação da Sociedade Brasileira de Eugenia. Essa publicação uniu médicos e sanitaristas, professores de diferentes áreas, juízes, políticos, enfim, boa parte da intelectualidade brasileira. Além de teses acadêmicas, monografias, livros relacionados ao campo biomédico e de saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Eugenia e casamento. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. Vol. 10 (3):901-30, set-dez. 2003. (p. 901-930)
- CORREA, Mariza. “A natureza imaginária do gênero na história da antropologia”. In: *Cadernos Pagu* (5). Campinas, 1995.
- COSTA, Albertina. “É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 66, ago. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988.

- CUNHA, Maria Clementina P.. “Loucura, Gênero Feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do séc. XIX”. In: Maria Stella Bresciani (org). *Revista Brasileira de História – A mulher no espaço público*. Vol. 9. num. 18. São Paulo. Anpuh: Marco Zero, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HAHNER, June E.. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KOFES, Suely. “Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações”. In: *Cadernos Pagu* (3). Campinas, 1995.
- LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 27, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332006000200004&lng=en&rm=iso>. access on 09 Oct. 2010. doi: 10.1590/S0104-83332006000200004.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Feminismo Político do Século XX. In: MOTTA, Alda Brito da. MOTTA, Alda Brito da. “Gênero e geração: de articulação fundante a “misutra indigesta””. In: FERREIRA, Silvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (orgs). *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea*. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – NEM FFCH/UFBA, 2002.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Ed. Contexto, 2007
- RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria (org). *Masculino, feminino, plural – gênero e interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.
- _____. *Do cabaré ao lar- a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza – contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde).
- RUBIN, Gayle. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a `Economia Política do Sexo`. In: *Pensando sobre o sexo: notas para uma teoria radical da sexualidade*. 1975.
- SANTOS, Alessandra Rosa et all. Projeto Memória da Psiquiatria no Brasil: acervo de periódicos da Biblioteca de Manguinhos (Fundação Osvaldo Cruz). In: *Revista Manguinhos* vol III (3), nov.1996-fev.1997, p.535-548.

- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- _____. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Revista Educação & Realidade*. v. 20 (2), jul/dez, 1995.
- _____. “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista”. In: *Debate Feminista (Cidadania e Feminismo)*, n. especial, 2000. (p. 207/208)
- SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Ed. Campus.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Tradução: Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. (Coleção História e Saúde).
- STERLING, Anne. “Normatizando a sexualidade I”. In: *Duelo – Cadernos Pagu* (17/18). Campinas, 2001/2002.
- STERN, Alexandra. Unrleaving the History Eugenics in México. In: <http://www.ferris.edu/HTMLS/othersrv/isar/archives2/sources/mexico.htm> 1998. (Acessado em 10/10/2010).
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de *et all*. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. In: *Revista Manguinhos* v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.763-777. In: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/12.pdf> (Acessado em 10/10/2010).
- TILLY, Louise A.. “Gênero – história das mulheres e história social”. In: *Cadernos Pág* (3). Campinas: Núcleo de Estudos do Gênero/ UNICAMP, 1994.
- VARIKAS, Eleni. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”. In: *Cadernos Pagu* (3). Campinas: 1994.

BMW E MERCEDES-BENS NO III REICH: REPRESENTAÇÕES IMPRESSAS

Bárbara M. de VELASCO¹

dvbarbara@hotmail.com

Marcelo da Silva CASTRO²

marcelez@gmail.com

RESUMO: Os estudos sobre a historiografia contemporânea discutem a importância da interdisciplinaridade na produção do historiador. Considerando-se a relevância das imagens no cotidiano, este artigo apresenta uma possibilidade de estudo sobre o regime nazista alemão. Especificamente serão analisadas mensagens publicitárias das indústrias automobilísticas BMW e Mercedes-Benz, em dois períodos distintos: 1939, início do segundo conflito mundial, e 1943. Serão estudadas as configurações representativas dos ideais do III Reich em cartazes de divulgação dessas duas empresas que serviam ao governo como ferramentas metonímicas para a demonstração do crescimento e do desenvolvimento da Alemanha Nazista.

PALAVRAS-CHAVE: análise imagética, publicidade automobilística, III Reich.

ABSTRACT: Studies on the contemporary historiography discuss the importance of interdisciplinarity in the production of the historian. Considering the importance of images in everyday life, this article presents a possible study of German Nazi regime. BMW and Mercedes-Benz's advertisements, in two distinct periods, will be reviewed: 1939, start of the Second World War, and 1943. Configurations and representative ideals of the Third Reich on posters will be studied, considering that these two companies served the government as metonymic tools for the demonstration of growth and development of Nazi Germany.

KEYWORDS: imagery analysis, automotive advertising, III Reich.

¹ Graduada em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub), mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB).

² Graduado em Desenho Industrial e mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Apresentação

Os estudos contemporâneos sob a égide da História Cultural e Social evidenciam que “a realidade” é formada por uma gama infinita de personagens, lugares, idéias, que se cruzam permanentemente, transformando a cada novo olhar essa mesma “realidade”.

Este artigo foi idealizado a partir da elucubração sobre algumas possibilidades de estudo sobre o Regime Nazista, tendo como espectro de análise materiais impressos veiculados entre os anos de 1933 e 1945.

Aqui, especificamente, serão analisadas as composições e as possibilidades comunicativas de quatro peças publicitárias de duas fabricantes de automóveis alemãs, a BMW e a Mercedes-Benz, em momentos específicos: 1939, início da II Guerra, e 1943, período intermediário do conflito.

O objetivo da pesquisa que gera este artigo é trazer à luz um dos diversos suportes comunicativos do *III Reich* que possibilitava a ambientação e o partilhamento do imaginário de superioridade do povo alemão. Uma pesquisa que propõe fazer uma leitura de imagens que sustentaram e permitiram a continuidade do discurso político da Alemanha Nazista em guerra.

Segundo Chartier (1990, p. 24),

todo o trabalho que se propõe identificar o modo como as configurações inscritas nos textos, que dão lugar a séries, construíram representações aceites ou impostas do mundo social, não pode deixar de subescrever o projecto e colocar a questão, essencial, das modalidades da sua recepção.

Apelo, nesse sentido, para o que Paul Ricoeur (1997) nomeia como sendo o terceiro tempo: deve-se pensar o texto levando em consideração que muitos dos preceitos que moldam o pesquisador estão condicionados a esferas de verdades instituídas ao longo do espaço passado-presente. Ou seja, existe o tempo da personagem estudada (e, muitas vezes, o tempo em que a personagem deixou o seu vestígio), o tempo pertencente ao pesquisador (moldado e modificado pelo percorrer da distância com seu objeto de estudo), e o tempo que surge com a pesquisa em si.

Entende-se, portanto, que não existe uma realidade facilmente apreensível (Alemanha Nazista: inimiga de não arianos, incontestemente em poderio sobre a Nação calada) a partir de algumas fontes históricas (discursos do NSDAP e cartazes publicitários), mas sim, que com as conjunções mais diversificadas das fontes (material de referência primária, bibliografia

especializada no tema), é possível que se verifiquem outras facetas sobre a história alemã entre os anos de 1933 e 45.

História e imagens

A escrita da história na contemporaneidade tem exigido bem mais que apenas o preciosismo com as fontes documentais tradicionais. Foi-se o tempo no qual História era presa única e exclusivamente aos documentos oficiais, aos artigos de jornais e de revistas e às produções acadêmicas por excelência.

Com o advento da História Cultural, novos parceiros surgem, em função das questões formuladas, das temáticas e objetos novos, das também renovadas fontes com as quais o historiador passa a trabalhar. Mas agora pode-se mesmo falar de um novo enfoque, que joga a História nas fronteiras do conhecimento.
(PESAVENTO, 2004, p. 07)

Compreende-se, portanto, que a “realidade histórica” não pode estar restrita a um único documento ou discurso legitimado por qualquer razão. Existem discursos de verdade nos quais o sujeito histórico está imerso; existem as maneiras pelas quais esses discursos serão materializados, bem como a maneira pela qual essas materializações serão apreendidas pelo receptor.

Por essa visão é que a historiografia contemporânea se preocupa em cotejar acontecimentos e estruturas; em mostrar pontos de vista variados na narrativa da história. Compreendendo essa perspectiva, alguns historiadores buscam novas formas de analisar o passado, tais como a utilização das mais variadas formas de linguagem, entre elas a imagética.

É comum ouvir que o homem é um ser essencialmente visual. Por sua capacidade de memória bastante aguçada, ao ser humano é possível reviver experiências ao visualizar fotos, filmagens, pinturas, desenhos, caricaturas, ou, em até mesmo lembrar espontaneamente, imagens do seu passado.

Ao falar em imagens, são diversas as discussões ainda em aberto sobre o que na realidade são ou podem ser consideradas como tais. Para Eduardo França Paiva, é pelas imagens que se torna possível a reconstrução histórica de um determinado espaço e tempo.

Contudo essa “reconstrução” não acontece exclusivamente com as representações imagéticas puras e simples; são essas ilustrações que “associadas a outros registros,

informações, usos e interpretações, se transformaram, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado” (PAIVA, 2002, p. 13).

Ou seja, as imagens, assim como qualquer fonte histórica para um pesquisador, devem ser submetidas a intensos questionamentos: o que é representado, como é representado, para quem é representado, suas cores, suas formas, suas margens..., até mesmo suas ausências devem ser levadas em consideração. Afinal, a iconografia possui um autor, inscrito num lugar de fala, que desejou transmitir uma mensagem e possui um receptor, também ele inscrito em um lugar de fala.

Segundo Martine Joly (2003, p. 55), a mensagem visual é uma linguagem, sendo digna, portanto, de expressão, e também é sujeito de um ato comunicativo.

Uma imagem sempre constitui uma mensagem para o outro, mesmo quando esse outro somos nós mesmos. Por isso, uma das precauções necessárias para compreender da melhor forma possível uma mensagem visual é buscar para quem ela foi produzida.

Assim, Joly ressalta a importância de saber a autoria e o destino de uma imagem para uma investigação mais coerente da mensagem que ela transmite ou desejaria transmitir. É importante frisar que nem sempre a mensagem interpretada de uma representação ilustrativa é coerente com o intuito do emissor. “Códigos empregados por um tempo podem perder-se definitivamente, podem ser recuperados integral ou parcialmente por observadores posteriores” (PAIVA, 2002, p. 25); o que significa dizer que imagens pedem interpretações e não uma e única verdade/discurso absoluto.

As análises imagéticas que serão aqui apresentadas, quatro ilustrações entre os anos de 1939 e 1943, são apenas uma das possíveis leituras de cartazes propagandísticos das fábricas automobilísticas alemãs BMW e Mercedes-Benz.

Ver

Classificar o que seja uma imagem não é tarefa muito simples. Desde os mais simples rabiscos de uma criança que pega um lápis pela primeira vez, até a mais elaborada arte gráfica computadorizada reconhecida por diversas cerimônias de premiação, classificamos todo o conjunto como sendo simplesmente “imagem”.

Compreendemos que indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece. (JOLY, 2003, p. 13)

Isso significa dizer que, assim como com as palavras escritas e/ou faladas, as imagens que pretendem transmitir uma informação, também precisam partilhar de um contexto social, cultural e histórico; bem como, precisam entrecruzar conceitos e significações próprias ao grupo no qual se inserem. Tarefa essa não muito simples. Afinal, cada indivíduo constrói para si um conjunto representativo a partir do imaginário coletivo por ele partilhado.

O ato comunicativo construído a partir de imagens é delicado nesse sentido: à primeira vista parece mais eficaz que a palavra, afinal, não requer interpretação imediata, a imagem encerraria o discurso em si. Entretanto, assim como no discurso escrito, existe o representado e o não-representado; o explícito e o implícito.

Apela-se, então, para o conceito de signo lingüístico. Adilson Citelli (2002) apóia-se em Ferdinand de Saussure³ para conceber a idéia de significante e significado, componentes do signo lingüístico.

Para Saussure, compreende Citelli, todo signo é formado pelo significante e pelo significado. Como significante compreende-se a realidade material e/ou imagem acústica; significado é a representação mental evocada pelo significante. A união desses dois aspectos remete à significação.

³ Lingüista suíço, Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra, em 26 de novembro de 1857. Seus estudos lingüísticos foram moldados na Sociedade Lingüística de Paris; profundo conhecedor das gramáticas latina e grega, aos 21 anos Saussure publica seus primeiros escritos sobre sistemas vocálicos. Saussure chamava de semiologia (lingüística) o ramo da ciência geral dos signos. Tal estudo é a base do estruturalismo da linguagem. Assim, a linguagem é presa ao seu espaço e tempo: visão sincrônica e visão diacrônica. O autor também divide a idéia de língua (sistema de valores social compartilhado), objeto de preocupação da ciência lingüística, e a idéia de discurso (ato individual de comunicação através da utilização da linguagem compartilhada). É de Ferdinand de Saussure a *Teoria do Valor*: um signo é aquilo que os outros não são; o valor de um signo existe a partir do momento em que ele não é outro signo que não ele mesmo. Em **Morges**, a 22 de fevereiro de 1913, Saussure morreu.

Por exemplo:

C ã O = conjunto sonoro (Significante)

□ = imagem mental (Significado)

C ã O + □ = Significação

Assim sendo, necessariamente para que uma imagem seja significativa, e, portanto, seja um discurso, é requerido o seu reconhecimento. Nesse contexto, vale a pena ressaltar que enquanto ferramenta discursiva, deve-se levar em consideração a diferença entre a imagem estática e a imagem em movimento. O que não significa que exista grau de importância diferente entre uma e outra. Ao contrário, cabe ao preletor saber o tipo de imagem que será mais propício para que sua mensagem seja devidamente compreendida.

Sobretudo, o uso dos meios de comunicação de massa, lidando com efeitos de verdade e efeitos de real, operando cada vez mais com o fazer crer, com imagens computadorizadas ou discursos distanciados do real, mas que são legitimados e aceitos, com curso de verdade, foi elemento que pôs na ordem do dia as questões relativas ao imaginário. (PESAVENTO, 2004, p. 75)

Ao se referir à importância dos veículos de comunicação de massa, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento chama a atenção para a História Cultural do Político. Com a apropriação dos símbolos e dos fenômenos socialmente compartilhados, a esfera política exerce poder sobre os indivíduos em tentativa perene de convencimento e manutenção de uma ordem hierárquica de comando e coesão social.

No caso da Alemanha regida pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães,

a propaganda não desempenha apenas uma função estratégica, mas cumpre também um papel fundamental na formação e consolidação do imaginário nacional-socialista. Por isso, ela não pode ser vista como simples instrumento de conversão política. O mundo totalitário se constrói em torno de uma “realidade” artificial caracterizada pela manipulação dos fatos pela abordagem propagandística. (DIEHL, 1996, p. 83)

As imagens publicitárias são um meio; suas palavras e imagens, a possibilidade comunicativa de preceitos nazistas ventilados pelo NSDAP enquanto discurso oficial para a Nação alemã.

Alemanha sobre rodas

Oficialmente em 27 de junho de 1933, Hitler autoriza a construção das *Autobahnen* (rodovias), para que fossem feitas ligações entre as principais cidades do Estado alemão. Esse projeto de expansão e ligação por meio de transportes já havia sido implementado na Itália desde 1924; na Alemanha o projeto fora engavetado em 1926, por conta das sucessivas crises financeiras e políticas sofridas durante a conturbada República de Weimar (1919-1933).

Retomada a proposta, avenidas largas começam a rasgar os centros urbanos e também serviam de cenário para passeatas e festas públicas. O próprio Hitler intervinha em boa parte dos desenhos das pontes; ao contratar os profissionais, ele dava preferência aos arquitetos ao invés dos engenheiros (EVANS, 2005, p. 325).

Com a abertura de estradas, alargamento de pistas, construção de pontes, cresce junto a indústria automobilística. Segundo o historiador Jean Marabini (1989, p. 42), era o pensamento do *Führer* um conjunto “greco-romano-wagneriano” de idéias que visavam provar ao resto do mundo a grandeza e a superioridade do povo ariano-alemão. Assim, nada mais natural que o incentivo e o favorecimento das indústrias automobilísticas germânicas.

Destarte, no auge do regime chega-se à produção nacional de um em cada dois carros, um em cada quatro aviões em atividade no país. O que de toda sorte não foi suficiente para motorizar o *Reich* como era desejo da sua liderança. Em 1938, a indústria automobilística alemã cresceu mais do que em qualquer outro país, mas, ainda assim, a contagem era de um veículo para cada 44 cidadãos (EVANS, 2005, p. 326); mesmo com a promoção de esportes automobilísticos, a redução de taxas e a facilitação de pagamentos parcelados. Contudo, são inegáveis as possibilidades empregatícias do projeto de expansão de transportes nazistas: uma média de 600.000 vagas de empregos. Entre as mais representativas fábricas automobilísticas encontram-se a BMW e a Mercedes-Benz; fabricantes que ainda hoje são marcas bem posicionadas no ramo e são sinônimos de qualidade.

A Bayerische Motoren Werke (Fábrica de Motores da Bavária), mundialmente conhecida como BMW, foi fundada em 1916, como fabricante de motores para aviões. Com a proibição pelo Tratado de Versalhes de a Alemanha fabricar aviões, a marca começa a produzir carros e motos. Ao longo do governo nazista serão diversas as mensagens de divulgação da empresa que serão veiculadas em revistas e jornais.

Resultado da união de duas marcas fabricantes de automóveis, em 1926, a Mercedes-Benz dá início a produção de veículos que ostentam como símbolo uma estrela com três pontas (supostamente representam o ar, a terra e o mar). Durante a Guerra a fábrica

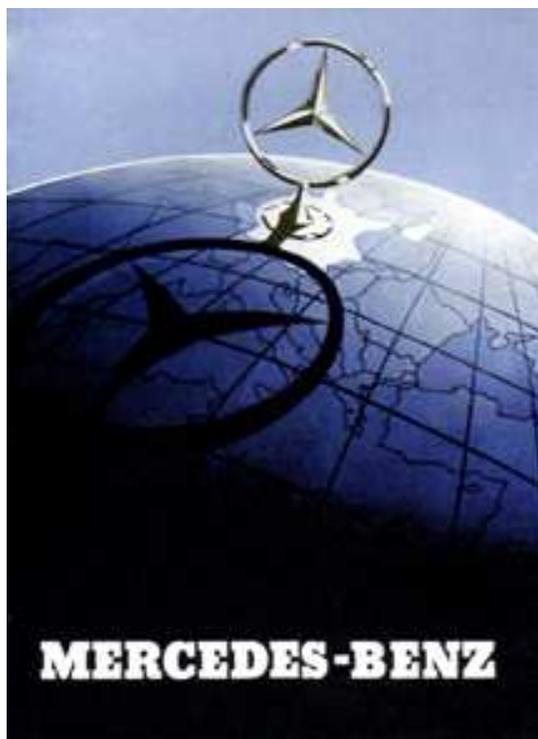
Mercedes-Benz produziu aviões, navios e pequenos caminhões – jipes, e assim como qualquer outra empresa, utilizava-se de premissas nazistas para criar sua imagem junto ao público consumidor.

BMW e Mercedes-Benz promoviam seus produtos com mensagens publicitárias que partilhavam os ideais sociais, econômicos e políticos do *III Reich*.

Em 1938, foram entregues à população 3.500 quilômetros de rodovia entre Frankfurt e Darmstadt. Com o início da Segunda Guerra, em setembro de 1939, o ímpeto de desbravamento entrou em recesso. Até 1945, somente mais 500 quilômetros de estradas foram abertas.

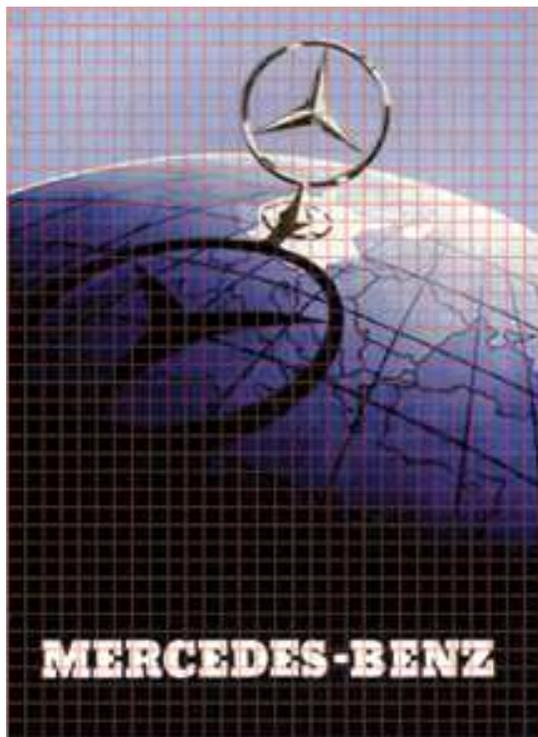
“As estradas talvez fossem o material de propaganda mais durável do *III Reich*; elas sobreviveram até hoje” (EVANS, 2005, p. 323).

Publicidade automobilística



Cartaz Mercedes-Benz, 1939

Este cartaz foi veiculado no ano de 1939 pela fabricante de veículos automotores Mercedes-Benz. Trata-se de um retângulo cujas dimensões não são conhecidas, contudo ele apresenta a uma proporção de 3:4 entre sua largura e sua altura.



Grid para estudo das proporções do cartaz e de seus elementos

Nele podemos perceber quatro unidades principais: o fundo azul, representando o céu; a estrela, símbolo da empresa; um globo com a sombra do símbolo projetada e o nome da empresa. Percebe-se nesta peça gráfica unidade de cores, texturas e formas em seus elementos. Esta unidade é quebrada apenas pelo símbolo da empresa, que tem uma textura diferenciada dos demais elementos, porém isto não compromete a unidade visual do conjunto.

Pela posição e pelo contraste de cor, o símbolo é o elemento de maior destaque no cartaz juntamente com o nome Mercedes-Benz. O símbolo está colocado sobre o globo, de maneira muito semelhante ao emblema que é colocado nos capôs dos veículos produzidos pela empresa. Essa idéia é reforçada pela forma tridimensional deste emblema, que também possui sombras e brilhos característicos de metal.

O globo apresenta um trecho do mapa da Europa da época. Nele, o emblema/símbolo está colocado sobre a Alemanha, que se destaca dos demais países pela ausência de cor. O globo possui um gradiente que vai de um azul bem próximo ao branco, passando por uma

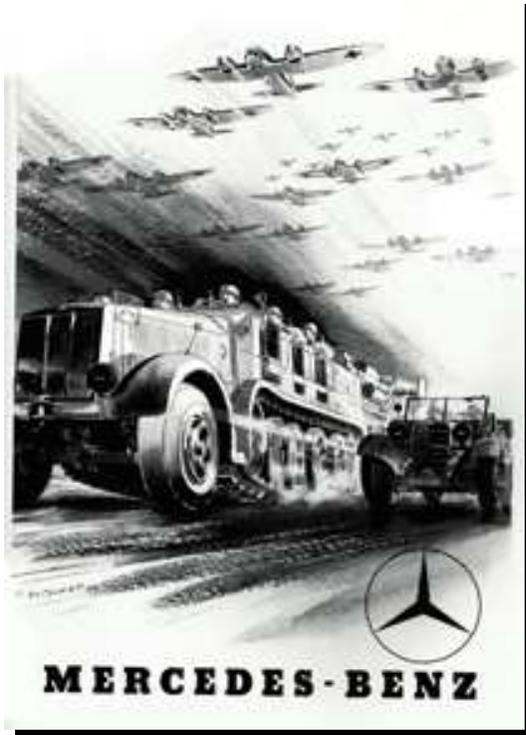
tonalidade mais intensa de azul e, por fim, termina em uma sombra negra. Neste globo há uma luz que vem no norte e que projeta a sombra do símbolo nos países ao sul da Alemanha. A projeção desta sombra transmite uma idéia de expansão, de domínio da empresa e da Alemanha. No símbolo da empresa, podemos ver a presença de outra fonte de luz, vinda do leste, que apenas produz brilhos e sombras no emblema, mas não cria nenhuma sombra projetada.

A sombra produzida pela luz que vem do norte se estende até os limites inferiores do cartaz. Ela acaba criando o maior contraste no cartaz: o da área negra com o nome da empresa, escrito em branco. O nome “Mercedes-Benz” é escrito utilizando a fonte *Menphis*, desenhada pelo *designer* de tipos alemão Rudolf Wolf (1895-1942). Segundo a empresa Linotype, a *Menphis* foi publicada em 1929 pela fundição D. Stempel AG, localizada em Frankfurt. Lá Rudolf Wolf foi diretor de arte de 1922 até o ano de seu falecimento. Trata-se de uma fonte modernista, cuja estrutura é baseada em cálculos matemáticos e, diferentemente das suas antecessoras que em sua maioria se baseavam na forma do traçado feito à mão, as fontes modernistas buscavam a pureza em suas formas geométricas (BRINGHURST, 2005, p.147).

A fundição D. Stempel criou a *Menphis* originalmente para o processo de impressão tipográfico, processo que não seria capaz de reproduzir esta peça gráfica. O cartaz é caracterizado pela reprodução de meios-tons⁴, pode-se descartar a utilização de processos mecanizados como a tipografia ou a linotipia. Processos que não eram mecanizados à época, como a serigrafia, a litogravura, a água-forte ou xilogravura também não seriam capazes de reprodução de meios-tons. Podemos inferir a utilização de um dos dois processos existentes capazes de reprodução de meios-tons existentes à época: a rotogravura, cuja a invenção em

⁴ Meio-tom é um método de impressão de imagens (que naturalmente têm uma escala contínua de tons) usando um pouco de tinta para cada cor, variando somente o tamanho e/ou densidade de pontos de tinta ou toner. O meio-tom causa uma ilusão de óptica provocada pelo contraste entre o tom da tinta e o tom do fundo do papel. O efeito tem seus limites, e quando os pontos (ou espaços negativos) ficam muito pequenos ou muito espaçados, a ilusão fica menos perceptível e o cérebro pode começar a perceber pontos individuais de novo. Um meio-tom, então, é basicamente uma reprodução para impressão de uma imagem de tom contínuo. A reprodução simula a ilusão de tom contínuo reproduzindo seus muitos pontos num tamanho não facilmente perceptível por quem observa. Estes pontos são geralmente impressos num tamanho pouco abaixo da acuidade visual de um observador olhando de uma distância comum.

1875 é atribuída ao impressor Alemão Karl Klietch ou o *offset*, cuja invenção é atribuída ao norte-americano Rubel W. Ira em 1903.

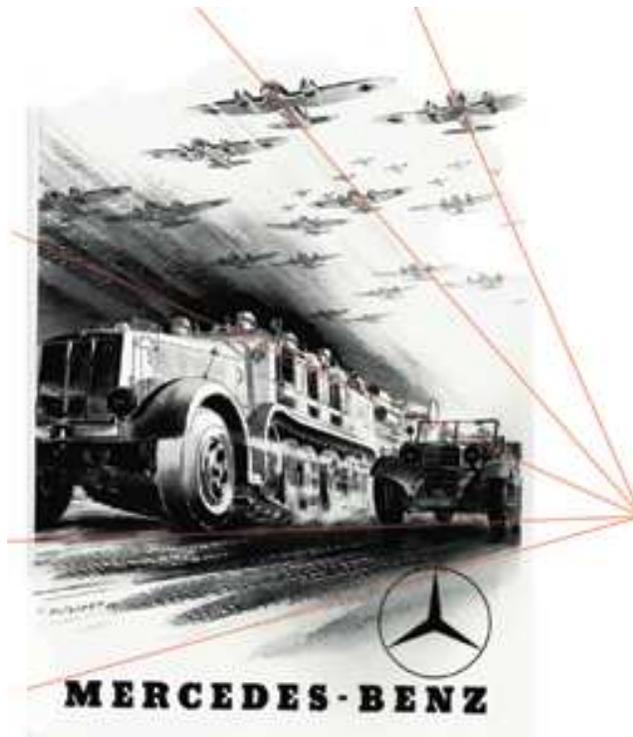


Cartaz Mercedes-Benz, 1943

O segundo cartaz é da mesma empresa, porém divulgado no ano de 1943. Trata-se de um retângulo sem dimensões conhecidas e com a mesma proporção de 3:4 entre sua largura e sua altura. Ele é monocromático e possui o grafismo impresso em preto sobre o fundo branco.

Nele pode-se perceber três unidades principais: uma esquadrilha de aviões ao fundo, dois veículos de guerra carregando soldados e o nome da empresa abaixo: Mercedes-Benz.

As imagens possuem características de ilustração, com linhas de contorno delimitando os objetos. Nele o volume é dado pelo uso da perspectiva (com ponto de fuga fora dos limites do cartaz) e pelo trabalho com luz e sombra nas diversos objetos.



Perspectiva do cartaz, com ponto de fuga fora de seus limites

A perspectiva também é responsável por ressaltar o dinamismo no cartaz. Dinamismo este que é reforçado por uma série de linhas e formas que também seguem a perspectiva e passam a idéia de movimento nos conjuntos de veículos.

A primeira unidade, a esquadrilha, é composta por 24 bombardeiros bimotores, movidos à hélice. Eles estão voando em uma formação que apresenta formas pontiagudas. Esta disposição também auxilia na idéia de movimento, presente no cartaz. Existem uma fila de aviões no primeiro plano e outra no segundo plano. Nos bombardeiros do primeiro plano pode-se perceber em suas asas a cruz símbolo da *Luftwaffe* à época da segunda guerra.

A segunda unidade de elementos é formada por dois veículos e por uma série de grafismos que seguem as linhas da perspectiva. O primeiro veículo é um transporte para tropas. Ele possui tração por esteiras, mas também possui pneus dianteiros. No interior do veículo pode-se notar três militares na primeira fileira e, atrás deles, duas outras fileiras de militares. Contudo, apenas os localizados próximos às saídas dos veículos são percebidos. Na parte posterior deste primeiro veículo existem alguns elementos, semelhantes a tanques cilíndricos, sobre os quais não se pode afirmar pertencer a este veículo ou a um outro. Na parte superior da grade dianteira do veículo, percebe-se parte da estrela-símbolo da empresa.

O segundo veículo é um utilitário de tração nas quatro rodas. Na parte dianteira, percebemos claramente a grade característica dos veículos Mercedes-Benz da época e o símbolo da empresa. O veículo está com a capota recolhida e, por isso, podemos ver que em seu interior são transportados quatro militares. Nada na ilustração distingue os militares transportados nos dois veículos, além do modelo de cada um.

A terceira unidade do cartaz é formada pelo nome e pelo símbolo da Mercedes-Benz. O nome “Mercedes-Benz” é escrito em preto, também utilizando a fonte *Menphis* porém agora com um espaçamento generoso entre as letras. A estrela símbolo da empresa está localizada à direita e acima do nome.

Não se tem informações sobre o processo de impressão utilizado para a reprodução deste cartaz. Pelo fato dele ser uma imagem monocromática reticulada, mesmo sem a presença de meios-tons. Podemos inferir a utilização de da a rotogravura, do *offset* ou da serigrafia.

Conclusão

O pôster Mercedes-Benz de 1939 representa, à época de sua produção, um produto sofisticado no contexto da tecnologia gráfica. Mesmo sendo produzido aproximadamente quatro anos depois do outro cartaz analisado, ele mostra uma técnica bem mais elaborada, principalmente pela boa reprodução das cores e dos meios-tons. Conceitualmente ele também é bem superior ao segundo. A mensagem é transmitida de uma maneira sutil e subjetiva. Nela os significados emergem das imagens bem elaboradas e aplicadas com o já citado esmero técnico. A imagem, apesar de impregnada de certa abstração, tentou se aproximar de uma representação realista.

Já no segundo produto gráfico mostra uma ilustração que não pretende nada além disso. A presença de recursos gráficos, tais quais vemos em histórias em quadrinhos, além da ausência de cores corroboram com esta idéia. Aqui a mensagem imagética é passada objetivamente. Não existem significados abaixo de uma primeira leitura da imagem. Apesar de posterior cronologicamente, ele é técnica e conceitualmente menos elaborado que seu antecessor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANN, David. *Novo Manual de Produção Gráfica*. Porto Alegre: Bookman, 2010

- BRINGHURST, Robert. *Elementos do estilo tipográfico: versão 3.0*. São Paulo: Cosac Naify, 2005
- CHARTIER, Roger. *Historia cultural: entre praticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand, 1990.
- COWDERY, Ray; COWDERY, Josephine. *German print advertising, 1933-1945*. Hong Kong: USM Incorporated, 2004.
- DIEHL, Paula. *Propaganda e persuasão na Alemanha Nazista*. São Paulo: Annablume, 1996.
- EVANS, Richard J. *The Third Reich in power*. Londres: Penguin Books, 2005.
- GOMES, João F. *Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma*. São Paulo: Escrituras, 2000.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. 6ª ed. Campinas: Papyrus Editora, 2003.
- MARABINI, Jean. *Berlim no tempo de Hitler*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.
- PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas/São Paulo: Papyrus, 1997.

Sites

<<http://www.linotype.com/619/rudolfwolf.html>> Acesso em 29/05/2011

<<http://www.linotype.com/1224/memphis-family.html#>> Acesso em 30/05/2011

AS AÇÕES DOS SETORES SUBALTERNOS DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NA CAMPANHA DA LEGALIDADE A PARTIR DE PERIÓDICOS SUL-RIO-GRANDENSES

César Daniel de Assis ROLIM*

RESUMO: O presente trabalho pretende apontar as ações dos setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras, especialmente os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército e os sargentos da 5ª Zona Aérea de Canoas, Rio Grande do Sul, no sentido de impedir a mobilização golpista em apoio às decisões dos ministros militares de se contrapor à regulamentação constitucional que indicava a posse de João Goulart em agosto de 1961 durante a Campanha da Legalidade. Para tanto, utiliza-se, além de fontes periódicas e bibliográficas, os relatos dos atores sociais envolvidos diretamente nos acontecimentos dessa conjuntura. Procura-se analisar os diferentes enfoques jornalísticos de cada um dos órgãos de imprensa escrita que realizaram a cobertura dos acontecimentos de agosto de 1961.

PALAVRAS-CHAVE: Forças Armadas Brasileiras. Campanha da Legalidade. Periódicos.

ABSTRACT: This work is intended to show the actions of the subaltern sectors of the Brazilian Armed Forces, especially the sergeants of the 18th Infantry Regiment of the Army and the sergeants of the 5th Air Zone in Canoas, Rio Grande do Sul, to prevent the mobilization coup in support of decisions of military ministers to oppose the constitutional regulations which indicated the possession of João Goulart in August 1961 during the Campaign of Legality. For this purpose, uses, in addition to periodicals and bibliographical sources, the reports of the social actors directly involved in the events of this conjuncture. It seeks to examine the different approaches of each of the journalistic organ of the press who were covering the events of August 1961.

KEYWORDS: Brazilian Armed Forces. Campaign of Legality. Journals.

A renúncia do então presidente eleito, Jânio Quadros, com uma considerável votação¹ na eleição de 1960, incentivou a ascensão de atores sociais importantes para o cenário político-militar da conjuntura estudada: a aparição de uma maneira destacada do Movimento dos

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Jânio Quadros (PTN-UDN-PDC) obteve 5.636.623 de votos (48%) contra 3.846.825 (32%) de Henrique Teixeira Lott (PSD-PTB) e 2.195.709 (20%) de Adhemar de Barros do PSP (CARONE, 1985, p. 139).

Sargentos² e a atuação política de Leonel Brizola em defesa da posse do então vice-presidente João Goulart. Os sargentos atuaram de maneira decisiva na crise política, envolvendo a mobilização social incentivada pelo então governo sul-rio-grandense.

O presente trabalho pretende apontar as ações dos subalternos militares, especialmente os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército e os sargentos da 5ª Zona Aérea de Canoas, no sentido de impedir a mobilização golpista em apoio às decisões dos ministros militares de se contrapor à regulamentação constitucional. Para tanto, são fundamentais a pesquisa em periódicos sul-rio-grandenses, *Folha da Tarde* e *Última Hora*, especificamente, bem como os relatos de atores sociais envolvidos diretamente nos acontecimentos dessa conjuntura.

A partir da pesquisa em periódicos procura-se analisar como diferentes empresas jornalísticas abordaram em seus jornais os acontecimentos de agosto de 1961. Nesse sentido, defende-se que a imprensa teve um papel de considerável importância para o desenrolar das ações sociais e políticas.

Com uma minoria na Câmara Federal³, Quadros assumiu o governo defendendo a ideia de combate à corrupção na administração pública⁴, em relação às ações internas. Na sua política externa, com Afonso Arinos de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores, permitiu o primeiro choque com os seus apoiadores. Essa política, no entendimento de Skidmore (1982, p. 245-246), correspondia à intenção de diminuir os males financeiros do Brasil através de negociações simultâneas com três grandes potências: os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o bloco soviético. À esquerda nacionalista o neutralismo externo aplicado por Quadros poderia soar bem, como aponta Ney de Moura Calixto⁵:

O governo do Jânio adotava uma postura surpreendente. Tínhamos apoiado o marechal Lott para presidência por ser ele nacionalista e estar em aliança com o PTB. Mas depois de ter assumido o poder, Jânio fez tudo que não esperávamos dele. Até do Brizola ele aproximou-se. Presenciei um pronunciamento dele, aqui no

² Parucker (1992, p. 51) aponta que a primeira aparição do Movimento dos Sargentos na conjuntura de 1961-1964, para o grande público, foi durante a grave crise institucional: a renúncia do presidente Jânio Quadros e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart.

³ O quadro de predomínio dos setores pessedistas (117 cadeiras) e petebistas (62 cadeiras), ou seja, os partidos apoiadores de Quadros, não teriam a maioria suficiente para apoiá-lo (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1964, p. 20).

⁴ Quadros atacou a ineficiência burocrática através da emissão de bilhetinhos presidenciais. Com os pitorescos bilhetinhos convertia os seus ministros em meros executores de determinações presidenciais (BENEVIDES, 1981, p. 32).

⁵ Ney de Moura Calixto era sargento da 5ª Zona Aérea de Canoas, Rio Grande do Sul, e participou ativamente dos acontecimentos dessa Zona militar.

Estado do Rio Grande do Sul, onde ele afirmou que, depois de ter se reunido com Brizola e outros governadores da região sul, precisava de mais um político como Brizola para resolver o problema do país (CALIXTO, 2008).

A dubiedade de Quadros inquietava os setores udenistas que o apoiaram decisivamente para a sua eleição em 1960. A ação política de Quadros adquiria uma característica contraditória, pois aplicava duras políticas econômicas em termos internos, apesar de sua política externa independente. A preocupação de Quadros foi, como indica Bandeira (2001, p. 47), efetivamente criar condições para que pudesse ter as mãos livres na política interna, isto é, para que as pudesse desembaraçar das peias constitucionais. A renúncia atenderia aos anseios antidemocráticos de Quadros. Ela poderia consolidar as intenções golpistas no sentido de sensibilizar diversos setores sociais, inclusive as Forças Armadas. “A sociedade seria convencida da necessidade de sua volta com plenos poderes numa ação no sentido de fortalecer a autoridade do governo, que estaria desaparelhado para enfrentar os problemas do país, sem, contudo, alterar os aspectos fundamentais da mecânica democrática” (QUADROS; FRANCO, 1967, p. 236-246).

O viés mais conservador de seu governo foi caracterizado com a escolha dos seus ministros militares. No Ministério da Guerra, manteve o marechal Odílio Denys, que substituíra o marechal Lott no final do governo Kubitschek, com a candidatura desse marechal à Presidência. A pasta da Aeronáutica ficou sob o comando do brigadeiro Grun Moss, que era lacerdista e ligado ao IBAD, e de Sílvio Heck, ligado também ao grupo dos entreguistas das Forças Armadas. Outros postos militares de seu governo também refletiam um conservadorismo. Dreyfus (1986, p. 127) lembra que o governo foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da Escola Superior de Guerra: coronel Golbery do Couto e Silva (chefe do Gabinete da Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, auxiliado pelo tenente-coronel João Batista Figueiredo), tenente-coronel Walter Pires de Carvalho (do Serviço Nacional de Informações e Contra-Informações) e Cordeiro de Farias (chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, auxiliado pelo coronel Ernesto Geisel como chefe do Serviço de Informações do Exército e comandante da guarnição-chave sediada em Brasília).

A crise da sucessão de Quadros se inicia com a denúncia de Lacerda, no dia 24 de agosto, de que havia sido convidado por Jânio, através do ministro da Justiça Pedroso Horta, para executar um golpe. Na manhã seguinte, dia do soldado, Quadros renunciou à presidência sob a alegação de que forças terríveis levantaram-se contra ele, difamando-o. Para decepção de Quadros, segundo Felizardo (1991, p. 21), o povo não se manifestou e o Congresso aceitou

a renúncia. Diversos manifestos foram lançados já no dia 25 do mesmo mês de agosto. Alguns, como afirma Labaki (1986, p. 53), até defendendo o retorno de Quadros – como o dos governadores de Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Pará e São Paulo –, outros, defendendo a legalidade constitucional democrática – o dos dirigentes sindicais da Guanabara e do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara, e até um de Carlos Lacerda, que também advertia para não se acreditar em boatos e servir de instrumentos às agitações, que seriam reprimidas dentro da lei.

Leonel Brizola, governador do Estado do Rio Grande do Sul, divulgou um manifesto ao final do dia, indicando sua surpresa com o acontecimento e declarando apoio à ascensão de João Goulart, então em viagem à China, ao primeiro posto da nação. No mesmo documento, Brizola afirma a:

Nossa intolerável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuamos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra a liberdade pública. Se a atual Constituição não satisfaz, em muitos dos seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não sua supressão, o que representaria uma regressão ao obscurantismo (ÚLTIMA HORA, 28 de agosto de 1961, p. 1).

A defesa imediata do regime democrático e da ascensão de Goulart à Presidência repercutiu nos meios civis e militares. O periódico *Última Hora*⁶, em sua sucursal de Porto Alegre, procurou divulgar as ações no sentido de assegurar a posse de Goulart, manifestando também o seu apoio, em editoriais, à legalidade constitucional.

O projeto do *Última Hora*, no Rio Grande do Sul, previa um jornal tablóide, diferenciando-se, desde logo, de todas as demais edições regionais que eram standard, para combater claramente à Folha da Tarde⁷. O *Última Hora* fazia parte de um jornalismo participativo atuando especialmente no campo do jornalismo opinativo e do jornalismo interpretativo (HOHFELD; BUCKUP, 2002, p. 9). E este posicionamento ficou claro na cobertura que realizou em diversos momentos de crise: tanto na Campanha da Legalidade, quanto na ação golpista de março de 1964.

⁶ Em 12 de junho de 1951, *Última Hora* saía às bancas, relançando o jornal editado em 1911 por Cásper Líbero, criador de *A Gazeta*. Fundado por Samuel Wainer, o jornal possuía inúmeros colunistas afinados com as ideias do PTB (MARTINS; LUCA, 2008, p. 191). Assistia-se a uma inovação revolucionária, pois o *Última Hora* foi o primeiro jornal a ser distribuído diretamente às bancas (BARROS, 1999, p. 22).

⁷ Por isso foi definido como vespertino, devendo antecipar-se à concorrente Folha da Tarde. Como a Folha circulava todos os dias, em torno das 16 horas, *Última Hora* começou a circular às 15 horas, com média de 24 páginas por edição, podendo chegar a 32 páginas, se necessário (HOHFELD; BUCKUP, 2002, p. 23-24)

Nas páginas do *Última Hora*, em 26 de agosto de 1961, é divulgado o manifesto do marechal Henrique Teixeira Lott, uma das principais lideranças dos setores nacionalistas. Esse militar, reconhecido como um legalista pelos setores castrenses, em candente pronunciamento clama:

[...] sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da nação, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria (ÚLTIMA HORA, 26 de agosto de 1961, p. 20).

Lott se coloca, portanto, desde o primeiro momento em favor da legalidade e posse de Goulart, o que decorre em sua prisão. Apesar da detenção do marechal Lott após a divulgação do manifesto, começam as primeiras manifestações militares legalistas. Distante de Porto Alegre surgia a primeira reação à renúncia de Quadros. Na 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC), com sede em Santiago, o general-de-brigada Oromar Osório assumiu prontamente a defesa da Constituição, colocando-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart, que começava sua viagem de regresso ao Brasil depois de visitar a União Soviética e a China. Em outro ponto do Estado, segundo Kuhn (2004, p. 42), tão logo soube da renúncia do presidente, o general-de-divisão Pery Beviláqua⁸, comandante da 3ª Divisão de Infantaria com sede em Santa Maria, propôs oferecer a Jânio Quadros uma base territorial onde pudesse governar livremente.

Brizola, no dia seguinte à renúncia de Quadros, lança um apelo aos militares legalistas no sentido de não se aproximarem das ações golpistas da cúpula militar, que custava a aceitar a posse de Goulart. Tendo por objetivo sensibilizar as forças militares progressistas, Brizola afirmou que:

Não pensem esses grupos reacionários que contarão com as Forças Armadas. Já se enganaram. Nossos soldados são filhos do povo. Os militares, sejam do Exército, Marinha ou Aeronáutica, jamais aceitarão a missão degradante de serem feitores de um país estrangeiro. Nossos soldados são brasileiros, e pela legalidade e

⁸ Esse mesmo general Beviláqua muda subitamente de posição nos acontecimentos de março de 1964 apoiando as ações golpistas.

soberania do Brasil estarão sempre ao lado do povo (FOLHA DA TARDE, 26 de agosto de 1961, p. 11)

A interpelação às forças democráticas e populares é nítida no pronunciamento de Brizola. A origem comum (“soldados brasileiros”) é lembrada como forma de mobilizar os setores castrenses em defesa da preservação da democracia. O espaço cedido no periódico *Folha da Tarde*⁹ não necessariamente vinculava a linha editorial às manifestações de defesa constitucional. Diferentemente do *Última Hora*, a *Folha*, vespertino porto-alegrense da empresa Caldas Júnior, não manifestou claramente sua posição de defesa ou contrariedade aos pronunciamentos em favor à posse de Goulart.

Por serem vespertinos, tanto o *Última Hora* quanto a *Folha da Tarde*, atendiam a necessidade de seus leitores tomarem contato com os mais recentes acontecimentos do dia indo ao encontro do que aponta Mouillaud (1997, p. 86), ou seja, de que o nome do jornal constitui o princípio de uma espera, por parte do leitor, de certos enunciados. Ambos os jornais buscavam a antecipação para o registro desses acontecimentos. Em um contexto de crise político, como durante a Campanha da Legalidade, esse aspecto é importante na medida em que possibilitava uma mobilização rápida da opinião pública em apoio ou em oposição aos eventos publicados.

A documentação, divulgada pela imprensa meses após a crise militar de agosto de 1961, comprova as pressões exercidas pelo Ministério da Guerra em relação ao III Exército no sentido de impedir uma possível reação legalista. O ministro da Guerra, já no dia 25 de agosto, divulgava a seguinte mensagem:

10:00 – RIGOROSA PRONTIDÃO PARA TODO III EXÉRCITO, TRANSMITIDA PELA FONIA, DO RIO PARA O CH EM IIIEX.

17 – RÁDIO RECEBIDO DO SR. MINISTRO DA GUERRA:

URGENTE – CMT III EXÉRCITO – PALEGRE, RIO GRANDE DO SUL.

Nº 125 – D2 – CIRCULAR DE 25 AGO 61 PT COMUNICO VOASSENCA SENHOR JANIO QUADROS ACABA RENUNCIAR PRESIDÊNCIA REPUBLICA PT ASSUMIU GOVERNO VG ACORDO PARÁGRAFO PRIMEIRO ARTIGO SETENTA NOVE CONSTITUIÇÃO VG SENHOR RANIERI MAZZILI VG PRESIDENTE CÂMARA DEPUTADOS BG ESTANDO PRESENTES MINISTROS

⁹ A *Folha da Tarde* foi um vespertino, criado pela Companhia Caldas Júnior, o qual circulou entre 1936 e 1983. Seu formato tablóide foi considerado uma novidade para época de seu lançamento, pois os demais jornais do Estado eram editados em formato standard. Segundo Galvani (1996, p. 113), era isso mesmo a *Folha da Tarde*: um jornal de vendas, apregoado nas praças e ruas das cidades, levando a sua circulação a números cada vez maiores, batendo inclusive o *Correio do Povo*, baseado em assinaturas, que à época ficava em torno dos 50 mil jornais nos dias de semana.

MARINHA VG GUERRA ET AERONÁRUTICA PT SITUAÇÃO COMPLETA CALMA TODO PAÍS PT MAR ODYLIO DENYS MINISTRO GUERRA PT (O CRUZEIRO, 2 de dezembro de 1961, p. 7)

O ministro da Guerra procurava demonstrar uma normalidade “democrática” com a ascensão de Ranieri Mazzili à Presidência. A mensagem vinha no sentido de comunicar que o presidente da Câmara dos Deputados estava assumindo a Presidência da República devido à renúncia de Quadros. As mensagens continuam como uma tentativa de tranquilizar a situação e impedir qualquer reação contrária ao golpe que estava sendo colocado em prática. No dia 27, Machado Lopes envia uma mensagem colocando o ministro a par da situação no Estado:

01:20 – Rádio enviado ao Sr. Ministro:

GOV BRIZOLA DECLAROU-ME RESISTIRÁ CONTRA AÇÃO IMPEÇA POSSE JG PT COORDENA AÇÃO BM NESSE SENTIDO PT TENHO PERCEBIDO GRANDE NÚMERO OFICIAIS IDEIA SER MANTIDO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL VG INCLUSIVE CM 3º DI ET 1º CE PT TODAS UNIDADES CUMPRINDO ORDENS MANUTENÇÃO ORDEM PÚBLICA PT SITUAÇÃO TENSA PORÉM CALMA TODO III EXÉRCITO PT.

03:04- Mensagem recebida do Sr. ministro da Guerra:

ELEMENTOS COMUNISTAS CONGRESSO ESTÃO PERTURBANDO ENCONTRO SOLUÇÃO LEGAL CRISE DECORRENTE RENÚNCIA PRESIDENTE PT MARECHAL LOTT ENVOLVIDO POR TAIS AGITADORES LANÇOU MANIFESTO SUBVERSIVO FORÇANDO MINISTRO GUERRA DETERMINAR SUA PRISÃO PT MINISTRO PRETENDE DEFENDER INSTITUIÇÕES ET MANTER A LEI ET ORDEM EM TODO PAÍS MESMO QUE PARA ISSO TENHA QUE IMPEDIR POSSE JANGO PT CONVENIENTE CHAMAR ET RETER QUALQUEER PROTEXTO CMT 3ª DI ET 1ª DC PORTO ALEGRE PT.

0310 – MENSAGEM ENVIADDA PARA O SR. MINISTRO:

“ENTENDIDO VG VOU PROVIDENCIAR PT SITUAÇÃO PALEGRE MUITO TENSA PT GOVERNADOR BRIZOLA ORGANIZOU DEFESA PALÁCIO ET PARECE TER DISTRIBUÍDO ARMAMENTO CIVIS SEUS ADEPTOS PT ESTOU VIGILANTE MANUTENÇÃO ORDEM PT SERIA DE TODO CONVENIENTE ENCONTRAR SOLUÇÃO LEGAL PT GEN MACHADO LOPES, CMT III EX.” (O CRUZEIRO, 2 de dezembro de 1961, p. 7)

A preocupação com uma mobilização de resistência às articulações golpistas é nítida no comunicado entre os oficiais. Como consequência das primeiras ações de resistência ao possível golpe que estava sendo proporcionado pela cúpula militar golpista, já no dia 25 de

agosto as tropas da 5ª Zona Aérea foram colocadas em prontidão, aquartelada e armada. “Nós aqui do 5º Comar, da Base Aérea, estávamos em prontidão, nós éramos mais de 200 sargentos. Havia 12 aviões Gloster e cada avião com bombas de 250 libras, com raio de ação de 1000 metros quadrados” (CALIXTO, 2008). Através do relato de Ney Calixto depreende-se que tão pronto foi repassada a ordem de bombardeio ao Palácio, os sargentos da referida unidade em Canoas colocaram-se contrários à drástica ação que traria consequências trágicas. Adotaram, portanto, uma postura de defesa da ordem constitucional contrariando as determinações antidemocráticas de alguns oficiais.

O ambiente era intenso em preocupações por todos os setores. Especialmente a partir da informação divulgada de que o governador do Estado supostamente estaria enviando tropas de ferroviários, com o apoio do III Exército para invadir a Base. Com isso, os aviões foram armados e preparados para qualquer ação.

Segundo Édio Erig¹⁰, todos estavam preocupados com o desenrolar dos acontecimentos. Erig afirma que:

Havíamos estranhado a retirada apressada de todos os familiares, até mesmo de empregadas domésticas, dos oficiais, da vila residencial próxima em aviões de transporte com destino ignorado. Tive acesso ao radiograma do Ministério da Guerra que indicava a necessidade de conter o governador Brizola e que, se preciso fosse, o Palácio deveria ser bombardeado. Depois disso, entreguei o radiograma ao oficial de dia que regressava do refeitório. Ele levou a mensagem ao Coronel Comandante Honório Pinto Pereira Neto, que reuniu a tropa e comunicou a todos que havia recebido a ordem de bombardeio, mas que não iria cumpri-la (ERIG, 2008).

O clima na Base Aérea, portanto, era de extrema tensão assim como em diversas regiões militares. A discussão entre o Comandante Machado Lopes e o ministro da Guerra foi um dos fatores determinantes para a tomada de posição legalista dos comandantes militares, especialmente do III Exército. A troca de mensagens entre ambos foi se radicalizando a ponto de levar o Ministério da Guerra a ordenar drásticas atitudes contra a mobilização promovida por Brizola:

09:45 – Foi recebida pelo III Exército a seguinte ordem do Sr ministro da Guerra (transmitida em fonia):

¹⁰ Édio Emigdio Erig, em 1961, era 1º sargento da 5ª Zona Aérea de Canoas. Tendo ingressado na Escola de Especialistas Sargentos da Aeronáutica, em São Paulo, no ano de 1949. Formou-se em 1950 na subespecialidade de sistemas hidráulicos, que acompanha trem de pouso.

“O GEN ORLANDO GEISEL TRANSMITE AO GEN MACHADO LOPES, CMT III EX, A SEGUINTE ORDEM DO MINISTRO DA GUERRA:

O III EXÉRCITO DEVE COMPELIR IMEDIATAMENTE O SR LEONEL BRIZOLA A PÔR TERMO A AÇÃO SUBVERSIVA QUE VEM DESENVOLVENDO E QUE SE TRADUZ PELO DESLOCAMENTO E CONCENTRAÇÃO DE TROPAS E OUTRAS MEDIDAS QUE COMPETEM EXCLUSIVAMENTE AS FORÇAS ARMADAS.

O GOVERNADOR COLOCOU-SE, ASSIM, FORA DA LEGALIDADE. O CMT DO III EX ATUE COM A MÁXIMA ENERGIA E PRESTEZA.

FAÇA CONVERGIR SOBRE PORTO ALEGRE TODA A TROPA DO RIO GRANDDE DO SUL QUE JULGAR CONVENIENTE, INCLUSIVE A 5ª DI, SE NECESSÁRIO.

EMPREGUE A AERONÁUTICA, REALIZANDO INCLUSIVE O BOMBARDEIO, SE NECESSÁRIO.

ESTÁ A CAMINHO DO RGS UMA FORÇA-TAREFA DA MARINHA.

QUAL O REFORÇO DE TROPA QUE NECESSITA?

AQUI HÁ UM BOATO DE QUE O GEN MURICY VIRIA AO RIO. O MINISTRO DA GUERRA NÃO QUER ACREDITAR NESTA NOTÍCIA E JULGA QUE O MOMENTO NÃO É MAIS PARA PARLAMENTAR, MAS REQUER AÇÃO FIRME E IMEDIATA.

O MINISTRO DA GUERRA CONFIA EM QUE A TROPA DO III EX CUMPRIRÁ O SEU DEVER.”

10:00 – EM RESPOSTA O CMT DO III EX DECLAROU AO GEN GEISEL QUE NÃO CUMPRIRIA A ORDEM RECEBIDA, POR NÃO ENCONTRAR APOIO LEGAL.

10:30 – O GEN MURICY FOI MANDADO DO RIO, PARA ESCLARECER A SITUAÇÃO NO ESTADO DO RGS, PARTICULARMENTE EM PORTO ALEGRE, BEM COMO A DAS TROPAS NELE ESTACIONADAS.

11:00 – O CMT III EX COMPARECE AO PALÁCIO PIRATINI PARA LEVAR AO CONHECIMENTO DO GOVERNADOR BRIZOLA A DECISÃO QUE VINHA DE TOMAR, BEM COMO SOLICITAR AO GOVERNADOR DO ESTADO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA QUE MODERASSE OS ATOS DE EXALTAÇÃO REVOLUCIONÁRIA QUE VINHA PRATICANDO, INCLUSIVE A DEVOLUÇÃO DA RÁDIO GUAÍBA.

PELO GOVERNADOR BRIZOLA FOI –LHE PROMETIDO O ACATAMENTO A ESSAS SOLICITAÇÕES (O CRUZEIRO, 2 de dezembro de 1961, p. 8).

A ordem de bombardeio ao Palácio foi rechaçada por Machado Lopes. Depois da divulgação dessa ordem de bombardeio, o III Exército definitivamente ingressa na Campanha

da Legalidade¹¹. Machado Lopes, em categórica resposta, indica sua posição de desvinculação com o comando militar do ministro da Guerra:

MINISTRO GUERRA – RIO – Nº 264 E2 DE 30 AGO 61 – TERCEIRO EXÉRCITO PERFEITAMENTE COESO NÃO MAIS ACATARÁ ORDENS V EXCIA ET AGIRAH POR CONTA PRÓPRIA DENTRO DA IDEIA DE MANTER O REGIME LIBERAL DEMOCRATA CRISTÃO VG ASSEGURANDO INTEGRAL EXECUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO VIGENTE SEM QUALQUER MODIFICAÇÃO NELA SEJA PORVENTURA INTRODUZIDA PT GEN MACHADO LOPES, Cmt III Ex. (ÚLTIMA HORA, 28 de agosto de 1961, p. 4).

A repercussão do não acatamento da ordem de bombardeio por parte do III Exército, e a conseqüente aproximação de Machado Lopes com o movimento de defesa da posse de Goulart, foi de grande monta na Base de Canoas. Segundo Édio Erig (2008), o Comandante fez questão de dizer que não cumpriria a ordem de bombardeio. O capitão Danton Pinheiro Machado ainda falou à tropa, tentando influenciá-lo. Como pairava no ar o receio de uma ação das tropas do Exército, os suboficiais e sargentos continuaram preocupados com a possibilidade de que as esquadrilhas de caça poderiam decolar para alguma missão de ataque.

As desconfianças de que algo estaria para acontecer se comprovaram quando o sargento Álvaro Moreira de Oliveira Filho foi até o Esquadrão, onde encontra o major Cassiano Pereira, que era favorável ao golpe, fazendo uma preleção justificando a missão que deveriam cumprir, mas já sentindo a reação contrária dos sargentos, segundo Avelino Iost. Este militar era aspirante a oficial da Base Aérea, tendo ingressado na Escola de Sargentos da Aeronáutica (ESA), no final da década de 1940. Iost vivenciou de perto todos os acontecimentos da Base Aérea de Canoas e afirmou do momento de tentativa de iniciar a operação de decolagem:

Quando os oficiais, reunidos no hangar do 1/14º G. Aviação, se viram anulados na tentativa de decolagem, se dirigiram aos cabos e soldados, mas nada conseguindo. A ordem do major Cassiano era de deslocamento do 1/14º imediatamente. Um suboficial ainda questionou se estavam defendendo a Constituição. A resposta foi dada pelo major Cassiano, de que militar cumpre ordens. Enquanto que o capitão Alfredo Daudt, oficial efetivo da base, se manifestou afirmando que estava preocupado e que não queria envolver-se em outra aventura tipo Jacareacanga (IOST, 2008).

¹¹ “O III Exército está com a legalidade. Os seus tanques, que até então amedrontavam a população gaúcha, diante do silêncio dos seus chefes militares, serão usados de agora em diante, se preciso for, para a defesa da Constituição do país” (ÚLTIMA HORA. 28 de agosto de 1961. p. 4).

A postura de defesa da Constituição contrastaria, segundo o relato anterior, com as tentativas golpistas de determinados setores militares ligados a UDN e Carlos Lacerda, especialmente no episódio mencionado de Jacareacanga¹² e Aragarças¹³ contra a posse de Kubitschek. Esse fato demonstra a contrariedade em cumprir uma ordem antidemocrática por parte dos sargentos. O comandante Passos¹⁴ comunicou a Machado Lopes que não aceitaria o bombardeio. A partir daí os sargentos impediram qualquer possibilidade de decolagem dos aviões para o bombardeio, o que foi noticiado por *Última Hora*:

Suboficiais e sargentos da Base Aérea de Canoas impediram, ontem, que Porto Alegre fosse bombardeada por aviões da 5ª zona aérea, obedecendo à determinação do ministro da Guerra. Colocando-se firmemente ao lado da causa legalista, os subalternos não acataram as ordens de carregar com bombas e artilharia os jatos que deveriam decolar em missão de combate visando – ao que tudo indicava – à destruição do Palácio Piratini, onde o governador Brizola acabava de receber o apoio do III Exército. Agindo prudente e eficientemente, os suboficiais e sargentos passaram a retirar dos aviões as peças para vôo. Essa ação provocou uma nova reação dos oficiais, contida com seu confinamento a um dos hangares da base. Declarava-se a sublevação e, desde então, o controle efetivo daquela unidade da Força Aérea Brasileira está nas mãos dos subalternos. Somente mediante a intervenção dos oficiais legalistas, o ambiente foi se tornando mais tranquilo, com os suboficiais e sargentos passando a acatar as ordens que não contrariassem suas convicções legalistas, ficando acertado desde logo o afastamento de seus respectivos postos dos oficiais favoráveis ao golpe (ÚLTIMA HORA. 29 de agosto de 1961. p. 2).

¹² Kubitschek tomou posse em 31 de janeiro de 1956, mas em 11 de fevereiro o major-aviador Haroldo Veloso e o capitão-aviador José Lameirão renderam o oficial-de-dia do Campo dos Afonsos, arrombaram o hangar e decolaram com um avião de caça e combate rumo à Base do Cachimbo, e de lá para Jacareacanga, no sul do Pará. Queriam sublevar efetivos militares contra o governo. Chegaram a dominar algumas regiões e a cidade de Santarém, a revolta durou dezoito dias. Foi sufocada, definitivamente, em 29 de fevereiro. Os rebeldes se refugiaram na Bolívia e foram anistiados pouco depois pelo presidente Juscelino.

¹³ Anistiado, o major Haroldo Veloso, junto com o tenente-coronel João Paulo Burnier, tentou iniciar um movimento para derrubar Kubitschek. Partiram no dia dois de dezembro de 1959 do Rio de Janeiro, com três aviões Douglas C-47 e um avião comercial sequestrado da Panair, e de Belo Horizonte com um avião particular, rumo a Aragarças, em Goiás. Intentavam ataques que não conseguiram. A revolta durou apenas 36 horas e seus líderes fugiram de avião para o Paraguai, Bolívia e Argentina. Somente retornaram ao Brasil no Governo Jânio Quadros.

¹⁴ Kuhn (2004, p. 56-57) lembra que o general Muricy telefonou ao brigadeiro Passos, comandante da 5ª Zona Aérea, solicitando um avião para as primeiras horas da manhã. Conforme combinara com Machado Lopes, Muricy viajaria ao Rio para expor ao ministro da Guerra a situação no Rio Grande do Sul. Diante de Machado Lopes, Muricy e do general Sílvio Santa Rosa, comandante da 6ª DI, afirmou que a ordem era para efetuar vôos rasantes na região do Palácio com o objetivo de amedrontar Brizola.

Caracterizados como legalistas, os sargentos dessa Base Aérea ganharam notoriedade por contrariarem as ordens antidemocráticas dos oficiais. Ao classificar os subalternos militares como legalistas, o *Última Hora* procura emitir sua posição frente aos acontecimentos. Utiliza o que Thompson (1995, p. 82-83) aponta como uma estratégia de legitimação, a partir de um status de autoridade e de uma estratégia de racionalização. Essa estratégia ocorre quando o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.

A quebra da hierarquia para evitar o bombardeio foi marcante para as hostes militares. Após esse fato, o coronel Honório, um dos comandantes golpistas, constatou que os aviões de combate estavam impedidos de decolar. Iost (2008) afirma que esse coronel pediu a suboficiais e sargentos que deixassem decolar um avião T-6 desarmado, para que ele enviasse um oficial ao Ministério da Aeronáutica. A resposta foi que o impedimento era para aviões que estivessem armados. O coronel, reconhecendo a situação, resolveu se render. Apresentou-se ao Machado Lopes, no III Exército. Essa passagem de comando aconteceu nas primeiras horas do dia 29 de agosto, com o major Mário de Oliveira substituindo Honório. Soube-se à noite que o bombardeio sobre o Palácio estava marcado “para as 14: 30 horas, exatamente quando se concentrava uma enorme multidão à frente do Palácio Piratini e após ter o brigadeiro Aureliano Passos, comandante da 5ª Zona Aérea, informado que se solidarizava com a posição legalista do general Machado Lopes comandante do III Exército” (ÚLTIMA HORA, 29 de agosto de 1961, p. 2).

Ney Calixto lembra que havia percebido a gravidade da situação e resolveu organizar uma comissão para falar com Brizola. Chegando ao Piratini, os sargentos Moacir Paluszkeivz, Calixto e Álvaro Moreira, foram encaminhados ao III Exército. Solicitavam eles a intervenção do Exército para acalmar os ânimos exaltados na Base. Machado Lopes se dispôs a enviar uma tropa para a Base, e o major Mário Oliveira assumiria o Comando da Base indicado pela comissão.

O objetivo de Etchegoyen, afirma Erig (2008), era controlar a situação da Base desarmando os sargentos. O que conseguiu, dizendo que estava cumprindo ordens do general Machado Lopes e que os sargentos deveriam entregar as armas. Os sargentos confiaram e acabaram presos, ficando assim mais de quatro horas. Os aviões partiram, mas já estavam desarmados graças à ação dos sargentos. Iost (2008) aponta que a maioria dos oficiais que estavam apoiando o golpe fugiram.

A ameaça de bombardeio foi arrefecida, com os sargentos sendo os protagonistas da mobilização de resistência. Esta foi constatada também no Exército, especialmente no 18º Regimento de Infantaria (RI). Antônio de Pádua da Silva¹⁵ afirma que o movimento dos sargentos, em agosto de 1961, se dividia em dois setores: “A importância da atuação dos sargentos deveu-se fundamentalmente aos da Aeronáutica, na Base Aérea de Canoas, onde eles desarticularam o bombardeio sobre o Palácio, e os do Exército no 18º RI, que era uma unidade que possuía muitos militares” (SILVA, 2008). Os acontecimentos em Canoas e no 18º RI foram decisivos entre os militares para evitar o bombardeio e bloquear a ação conspiratória de parte da oficialidade. Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que era sargento do Exército no período estudado, teve uma atuação destacada nos acontecimentos no 18º RI. Depois de solicitar pela segunda vez o reengajamento, o referido militar reingressa no Exército e passa a fazer parte da maior unidade do III Exército, em Porto Alegre. Sobre a unidade do 18º RI, Amadeu Ferreira afirma:

Era a unidade com dois batalhões e seguramente 1500 homens. E ela foi o fiel da balança para que o comandante do III Exército, o general Machado Lopes, aderisse à questão da legalidade que o Brizola havia levantado. Como punição, Machado Lopes foi transferido para o Rio e acabaram com a vida militar dele (FERREIRA, 2007, p. 55).

Almoré Zoch Cavalheiro, que foi o sargento eleito para deputado estadual na Assembléia Legislativa sul-rio-grandense, em 1962, também estava no 18º RI no mês de agosto de 1961. Cavalheiro lembra que:

Em 61 eu fazia parte do 18º RI uma das unidades que se sublevoou contra o golpe impetrado pelos militares, que chamávamos de gorilas. Era o pessoal ligado ao lacerdismo e o udenismo. Na Legalidade começou a aparecer um posicionamento político dos sargentos. E já naquela época vivíamos a matriz de toda essa tendência de posicionamento político de todas as nações e seus segmentos escolhendo entre a bipolaridade da guerra fria. Ali começou a surgir forte o Movimento dos Sargentos. Estes tinham a posição mais nacionalista, e os oficiais tinham uma posição mais pró-americano ou filo-americano. Aí começou a dar o choque, e foi evoluindo e

¹⁵ Sendo um dos fundadores do PTB, juntamente com Leonel Brizola, o professor Antônio de Pádua Ferreira da Silva, trabalhou como docente no Colégio Júlio de Castilhos e na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; além disso, foi integrante do Movimento Nacionalista em Porto Alegre e militante do PTB.

apresentando episódios posteriores, como o de lançar candidaturas para deputados federal e estadual (CAVALHEIRO, 2008).

O comando do 18º RI, como acontecia com a maioria dos oficiais, colocou-se a favor do golpe. Amadeu Felipe Ferreira afirma a postura conservadora do comando do Regimento do qual ele fazia parte:

Serviam naquela época na unidade dois Mena Barreto, que têm uma tradição direitista muito forte: Luiz Carlos e Carlos Alberto. Eram comandantes de companhias. Como o comandante não tinha reunido a unidade para definir o lado a tomar, nós sabíamos que ele havia saído para uma reunião da 6ª Divisão de Infantaria para receber instruções. O comando, então, passou a ser interino. O general Machado Lopes ainda não tinha aderido, o general comandante da 6ª Divisão, Nestor Souto, era golpista, todo mundo sabia. E quando nós, sargentos, soubemos disso, conseguimos, através das lideranças, conversar entre nós e sentimos que todos os sargentos eram a favor da legalidade e estavam dispostos a bancar sua posição (FERREIRA, 2007, p. 56).

Nota-se a constatação da existência de setores castrenses contra Goulart. Militares esses que eram classificados como gorilas, golpistas e udenistas pelos setores que se classificavam como nacionalistas democráticos. Essas classificações (“golpistas”, “gorilas”, etc.) também eram utilizadas por Última Hora, pois o jornal procurava atender ao seu público consumidor, como toda a empresa jornalística, ou seja, aos seus receptores. Como aponta Thompson (2008, p. 93), a leitura de notícias é uma forma rotineira de destino receptor direto: é planejada para acontecer em tempos fixos e de modo regular, para que os receptores possam integrá-la no fluxo temporal de suas rotinas diárias.

Com a percepção por parte dos sargentos de que a mobilização dita golpista estava sendo articulada, os mesmos procuraram uma forma de conter e destituir o comando da unidade do 18º RI. Após o comandante ter saído da unidade com Luiz Carlos Mena Barreto, os sargentos decidiram mudar a guarda da barreira colocando guardas de sua confiança. A intenção era parar o jipe do comando quando voltasse, e saber da posição do coronel se ele retornasse à unidade, mas se ele não voltasse, quem viesse para o 18º RI seria preso pelos sargentos. “Fui para a guarda juntamente com o Bengoechea. Levamos soldados escolhidos a dedo. Antes disso, reunimos a tropa e explicamos a situação. Com isso recebemos a completa adesão à resistência” (FERREIRA, 2007, p. 56). A acolhida da ideia de resistência, por parte

de um considerável contingente dos subalternos militares no Regimento referido, impediu qualquer ação conspiratória contra o regime democrático.

Nem o coronel, tampouco Mena Barreto, como previsto, retornou à unidade. Quem chegou foi o capitão Alencastro Guimarães, que também participava do golpe. Perguntado sobre o paradeiro do comandante, Alencastro não respondeu, sendo preso naquele momento. Bengoechea avisou o restante dos oficiais de que precisava decidir a questão da unidade, pois o capitão estava preso. Com isso, Ferreira afirma que os sargentos começaram a tomar conta da situação nas dez companhias:

Começaram a colocar a soldadesca em forma, assumir o armamento, o comando de suas unidades. Os oficiais correram todos para o pavilhão do comando e a tropa cercou o local. E eu mantendo o Alencastro preso. Mandamos chamar o coronel em casa, avisamos que a unidade se rebelara, assumira a legalidade, mandamos avisar o Brizola, o III Exército, ligamos para os jornais, rádios e avisamos que o 18º RI estava pela legalidade e que os sargentos estavam no comando. Isso criou uma confusão danada. O coronel Peri, num primeiro momento, não sabia o que fazer. Acabou chegando à unidade umas três horas da manhã e o Alencastro estava preso desde as nove da noite. Falei a ele que a nossa fidelidade é para com a democracia, mas o senhor é o nosso representante nesse negócio e queremos agora que a cada reunião no quartel-general, em vez de o senhor levar os oficiais, vá com uma comissão de sargentos. Era a chance que tínhamos de chegar ao quartel-general e conversar com os outros sargentos e interferir na reunião. Foi a primeira vez que isso aconteceu no Brasil, tenho certeza (FERREIRA, 2007, p. 56).

Tão pronto conseguiram controlar a situação no 18º RI, os sargentos buscaram comunicar as suas ações para Brizola, como cita Ferreira anteriormente. A atuação desses militares procurava apoiar-se na Campanha da Legalidade. Tão pronto Brizola foi comunicado da situação no 18º RI, ele divulgou na Cadeia da Legalidade. Esse canal de comunicação foi possibilitado pela tomada dos aparelhos da Rádio Guaíba de Porto Alegre, no dia 27 de agosto:

Cerca do meio dia de ontem, um grupo de choque da Guarda de Choque da Polícia Civil, armado de metralhadoras, ocupou os estúdios da Rádio Guaíba, situados no segundo andar do edifício da Cia. Jornalística Caldas Júnior. O comandante do pelotão apresentou à direção daquela emissora um ofício assinado pelo próprio governador do Estado, no qual comunicava que a partir daquele momento a Rádio

Guaíba passava à disposição da Secretaria de Segurança Pública. Acrescentava que a emissora passaria a ser operada diretamente da sala de imprensa do Palácio Piratini, determinando que, para esse fim, fosse estabelecida ligação direta entre a sede do governo e o transmissor da rádio, na Ilha da Pintada (FOLHA DA TARDE, 28 de agosto de 1961, p. 1).

As comunicações do Executivo sul-rio-grandense passaram a ser transmitidas temporariamente pela Rádio Guaíba consolidando a Cadeia da Legalidade. A tomada da aparelhagem da emissora foi realizado pela Polícia Civil. Brizola passa assim a realizar seus pronunciamentos diretamente do Palácio tendo um alcance privilegiado ajudando a desestabilizar possibilidade de ação golpista dentro dos quartéis, mesmo considerando o fato de que a maioria do oficialato era contrária à posse de Goulart. José Wilson da Silva¹⁶ indica que a maioria dos subalternos militares estava ao lado da ordem constitucional:

Acredito que em torno de 15% da oficialidade era popular, nacionalista, progressista. Porém, não mais que isso. Enquanto que existia um percentual em torno também de 15% de oficiais de direita ou filo-americanos ou americanófilos. O restante, ou seja, 70% eram funcionários e procuravam não se envolver diretamente nas discussões políticas. Essa imensa maioria de oficiais iria para o lado de quem “saltasse” na frente, ou seja, gritasse primeiro. Se a maioria dos oficiais não se envolvia diretamente com a conjuntura política, a esmagadora maioria, cerca de 80% dos suboficiais, sargentos, cabos apoiava Brizola (SILVA, 2008).

O posicionamento político dos oficiais, para o referido tenente, era nítido em apenas um pequeno percentual. A imensa maioria, portanto, era de “funcionários” que obedeceriam determinações na medida que um dos lados prevalecesse sobre o outro. Alguns oficiais que propugnavam o golpe em andamento, em agosto de 1961, foram afastados de seus postos. Porém, outros que foram designados para alguns postos adotaram uma postura de combate aos setores reformistas. Quando a situação se acalmou, o coronel Peri Zimerman foi transferido e quem assumiu o comando do 18º RI foi Plácido de Castro. Segundo Amadeu

¹⁶ José Wilson da Silva ingressou no Exército no ano de 1952, vindo como 1º sargento para Porto Alegre no ano de 1959. Foi eleito vereador pelo município de Porto Alegre, na eleição de 1963, pela legenda do PTB. Cassado, já ocupando a patente de 2º tenente, pelo o golpe civil-militar de 1964.

Ferreira (2007, p. 57), ele era arbitrário e foi designado para “consertar” o Regimento, com transferências¹⁷, que passou a ser conhecido como “Exército Vermelho”.

Antes ainda da chegada do presidente Goulart em Porto Alegre, ocorre mais uma tentativa de golpe por parte do udenismo militar. Dez oficiais da FAB tentaram impedir o desembarque do presidente Goulart no aeroporto de Brasília. O acontecimento foi assim descrito por *Última Hora*:

Dez oficiais, cujos nomes não são ainda conhecidos, chegaram a preparar caças a jato para fazer voos rasantes sobre o aeródromo na hora da chegada. Ao saberem dessa intenção dos oficiais baderneiros, sargentos, cabos e soldados da FAB tomaram a decisão enérgica: cercaram seus superiores e os encerraram num avião, até que todos se retirassem do aeroporto. Presume-se que nem mesmo as altas autoridades da FAB, presentes do desembarque, tiveram conhecimento do fato, já que tudo se desenrolou sob grande sigilo (ÚLTIMA HORA, 31 de agosto de 1961, p. 3).

A pressão contra Goulart permanecia até mesmo em sua chegada na capital federal. Paralelo a isso, os sargentos procuravam defender a posse do presidente da República e bloquear a ação dos conspiradores. No dia dois de setembro, todavia, a Câmara dos Deputados aprovou a emenda parlamentarista que impediu a posse com plenos poderes por parte de Goulart, o que só aconteceu após o plebiscito realizado no início do ano de 1963. Com considerável apoio dos deputados pessedistas e petebistas, “a Câmara aprovou na reunião de hoje em sessão que terminou às 3 e 15 manhã, a emenda parlamentarista” (ÚLTIMA HORA, 2 de setembro de 1961, p. 10). O parlamentarismo serviu para a manutenção do regime democrático¹⁸, atendendo aos anseios de setores conservadores e dos grupos pró-reformas (nacionalistas), apesar de colocar consideráveis dificuldades para Goulart tirando-lhe os plenos poderes.

¹⁷ Por seu envolvimento na legalidade e principalmente no protagonismo que atingiu, juntamente com o sargento Bengoechea, Amadeu Ferreira foi transferido para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando como uma das lideranças do Movimento dos Sargentos, que iniciava seu processo de crescimento e considerável atuação.

¹⁸ Segundo Figueiredo (1993, p. 187-188), em agosto de 1961, a democracia foi mantida porque os conservadores se asseguraram de que, com a mudança para o regime parlamentarista, seriam capazes de manter sob controle o rumo e o ritmo das reformas. Grupos esquerdistas e pró-reformas exigiam que as regras constitucionais para a sucessão presidencial fossem estritamente observadas a fim de assegurar a Goulart a plenitude de poderes que a Constituição investia a presidência da República. Para os conservadores, desejosos de protelar mudanças mais radicais, o regime parlamentarista representou a solução institucional mais conveniente. Entretanto, a conjunção de interesses de grupos políticos diversos impediu o governo parlamentarista de funcionar efetivamente. No meio da crise sucessória Goulart havia escolhido uma estratégia ‘avessa a risco’, ou seja, a que lhe assegurasse poder, ainda que limitado. Assim que assumiu o cargo, sua primeira prioridade foi a luta pelo pleno poder presidencial. Para esse fim, obteve total e incondicional apoio dos grupos esquerdistas e nacionalistas.

Nota-se, a partir da pesquisa, que ocorreu uma forte correlação entre os subalternos militares, marinheiros e militares de outras Armas, e as ações em defesa da ordem democrática. A Campanha da Legalidade fortaleceu a aliança entre os militares e civis nacionalistas em defesa da posse de Goulart e apoio as ações do mesmo.

Neste trabalho procurou-se analisar a ação dos subalternos militares durante os acontecimentos de agosto de 1961 a partir de depoimentos e da cobertura de dois periódicos sul-rio-grandenses. A atuação dos sargentos, bem como a dos marinheiros, na Campanha da Legalidade consolidou uma aproximação ainda maior dos militares nacionalistas com setores civis progressistas. Alguns setores das esquerdas nacionalistas passaram a considerar que, através a inserção nos quartéis, poderia fortalecer a legitimidade do governo Goulart, especialmente após a mobilização popular em garantia aos princípios constitucionais. Percebe-se que essa aliança entre civis e militares nacionalistas foi abordada com notável simpatia por parte de *Última Hora* e por vezes vista com reservas nas páginas da *Folha da Tarde*.

Especialmente nas ações ocorridas na 5ª Zona Aérea de Canoas e no 18º RI, com os sargentos tomando posição em favor da posse de Goulart, os militares subalternos passaram a adquirir um maior prestígio junto ao trabalhismo. Isso permitiu a aproximação de muitos militares com o PTB, que foi a legenda que abarcou muitos sargentos e suboficiais nas eleições legislativas no ano subseqüente a Campanha da Legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7 ed. Brasília: Ed Unb, 2001.
- BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: Já Editores, 1999.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal II – Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da*

experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia e reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GALVANI, Walter. *Olha a Folha: Amor, traição e morte de um jornal*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996.

HOHLFELD, Antonio; BUCKUP, Carolina. *Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: _____; PORTO, Sérgio (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PERIÓDICOS CONSULTADOS:

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre (1961).

O CRUZEIRO. 1961.

ÚLTIMA HORA. Porto Alegre (1961).

DOCUMENTAÇÃO

BOLETIM ESPECIAL Nº 1 DE 15 OUTUBRO DE 1961 DO III EXÉRCITO. In: O CRUZEIRO. 2 de dezembro de 1961.

RESUMO HISTÓRICO DOS 91 ANOS DE EXISTÊNCIA DO CLUBE MILITAR (1887-1978). Vol. 16. 8ª parte. O Clube Militar em mais 3 biênios (1960-1966). Rio de Janeiro: Clube Militar, 1961.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos das Eleições Federal, Estadual e Municipal. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

ENTREVISTAS

CALIXTO, Ney de Moura. *Depoimento* [maio/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *Depoimento* [agosto/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

COSTA, Raimundo Porfírio. *Depoimento* [agosto/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Rio de Janeiro: [s.l.], 2009.

ERIG, Édio Emigdio. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. Entrevista deste sargento em exercício no período estudado. In: COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

IOST, Avelino. *Depoimento* [julho/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Canoas: [s.l.], 2008.

LUZ, Paulo Ritter da. *Depoimento* [setembro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Taquara: [s.l.], 2008.

SILVA, Antônio de Pádua Ferreira da. *Depoimento* [outubro/2008]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

SILVA, José Wilson da. *Depoimento* [junho/2009]. Entrevistador: C. Rolim. Porto Alegre: [s.l.], 2008.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NAS OBRAS DIDÁTICAS DE MANOEL MACEDO, DUQUE-ESTRADA E JOÃO RIBEIRO: MEMÓRIAS, HISTORIOGRAFIA E IDENTIDADE

Fabiany Glaura Alencar e BARBOSA¹

fabianyglaura@gmail.com

RESUMO: A principal orientação que norteia esse trabalho é a de buscar perceber quais as representações sobre a abolição foram veiculadas nos livros didáticos de história do final de XIX e início do XX. Com tal propósito, busca-se ainda, apontar que memórias e significações foram construídas nessas obras e preservadas nas obras didáticas posteriores. Na tentativa de responder a tais questões optamos por conhecer a escrita da história da abolição através de três autores e suas obras didáticas: *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manoel de Macedo, publicado no Brasil em 1865, *História do Brasil, curso superior*, de João Ribeiro, publicado em 1900; e *História do Brasil* de Osório Duque Estrada, publicado em 1918. No esforço de identificar as permanências e as mudanças ocorridas nas práticas discursivas sobre a abolição da escravidão que configuraram a historiografia, a didática e a memória sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Abolição da escravidão, memória e identidade

ABSTRACT: The main guideline that guides this work is to try to understand which representations about the abolition have been aired in the history textbooks of the late nineteenth and early twentieth centuries. For this purpose, we try to also consider that memories and meanings in these works were built and later preserved in the textbooks. In attempting to answer these questions we decided to meet the writing of history through the abolition of three authors and their works teaching: *Lessons from History of Brazil* by Joaquim Manoel de Macedo, published in Brazil in 1865, *History of Brazil, college* of João Ribeiro, published in 1900, and *History of Brazil* Osório Duque Estrada, published in 1918. In an effort to identify the continuities and changes in discursive practices over the abolition of slavery that shaped the historiography, the didactic and memory on the subject.

KEYWORDS: Abolition of Slavery, Memory and Identity

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A historiografia brasileira, desde a década de 80 do século XX², tem feito suas releituras da escravidão: a protagonização de escravos e ex-escravos, a vida e a cultura escrava, a legislação, a demografia, a família escrava, o tráfico de escravos, a resistência dos cativos, a identidade dos diversos grupos, as relações raciais e de gênero, a abolição. Na esteira dessas reelaborações, a principal orientação que norteia esse trabalho é a de buscar perceber quais as representações sobre a abolição foram veiculadas nos livros didáticos de história do final do século XIX e início do XX. Com tal propósito, busca-se ainda, apontar que memórias e significações foram construídas nessas obras e preservadas nas obras didáticas posteriores.

Na tentativa de responder a tais questionamentos optamos por conhecer a escrita da história da abolição através de três autores e suas obras didáticas: *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manoel de Macedo, publicado no Brasil em 1865³, *História do Brasil, curso superior*, de João Ribeiro, publicado em 1900; e *História do Brasil* de Osório Duque Estrada, publicado em 1918⁴. São obras que, direta ou indiretamente, funcionaram como matrizes primeiras acerca do modo de se escrever (e de se ensinar) um livro didático de história, de como certos temas, como a abolição, foi tratada e significada como fatos históricos. No esforço de identificar as permanências e as mudanças ocorridas nas práticas discursivas sobre a abolição da escravidão que configuraram a historiografia, a didática e a memória sobre o tema.

Tal opção está alicerçada na observação de que as obras didáticas são importantes meios de divulgação de valores, conceitos e imagens e, de acordo com Hebe Mattos, “lugar privilegiado para pensar as interseções entre história e memória” (MATTOS, 2007, p. 215) pois nessas obras estão presentes “tanto as pressões sociais e conflitos políticos que informam as reconfigurações da memória”(Idem, p. 215), quanto “a influência da historiografia erudita da época analisada”(Idem, *ibidem*).

O objetivo principal deste texto é identificar e analisar as permanências e as transformações ocorridas nas práticas discursivas sobre a abolição da escravidão. As análises das obras didáticas tiveram como ênfase as interpretações elaboradas pelos autores sobre a história do Brasil no tocante a abolição da escravidão, ao movimento abolicionista, seus

² Um esboço sobre as tendências da historiografia da escravidão brasileira pode ser apreciado em SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia recente da escravidão brasileira. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. p. 21 a 88. Neste capítulo, o autor faz uma recapitulação do trabalho historiográfico feito até o grande surto de publicações sobre a escravidão, devido ao centenário da abolição, e apresenta um resumo das principais publicações que surgiram a partir de 1988

³A obra analisada é a edição de 1905, que foi atualizada por Olavo Bilac.

⁴ Utilizamos a 3ª edição publicada em 1922, revista e atualizada pelo autor.

marcos e personagens. Para tanto, foi feita a seleção de manuais escolares de História do Brasil produzidos e adotados nas escolas brasileiras a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século passado. Levando em consideração o longo período em que estas obras foram utilizadas, com sucessivas reedições.

Situamos esse estudo no âmbito das questões relacionadas à história da escrita da história, explorando as contribuições teóricas e conceituais fornecidas pelos seus autores, atentando para os fatores explícitos e, principalmente, aos implícitos, aos silêncios. De acordo com Pollack o longo silêncio sobre o passado não conduz ao esquecimento, mas revela “a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas assim como a significação do silêncio sobre o passado.” (POLLACK, 1989, p. 3).

Segundo Bittencourt, o livro didático é um objeto de múltiplas facetas. Ele é uma mercadoria, um depositário de conteúdos escolares, um instrumento pedagógico, um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.

Na condição de mercadoria ele sofre interdições em sua construção, passando pela edição, revisão, pelo autor, pelo *designer* e nesse sentido, essas interdições fogem ao controle do autor, como bem afirmara Chartier, “Façam o que fizerem, os autores não escrevem livros, os livros não são de modo algum escritos. São manufacturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas.”(CHARTIER, 1990, p. 126)

Como depositário de conteúdos escolares o livro didático possibilita a transposição do saber acadêmico para o saber escolar de acordo com os parâmetros curriculares. Nessa transposição acontece a adequação vocabular, ordenamento dos capítulos e conceitos, resumos e ilustrações.

Em se tratado de um instrumento pedagógico o livro didático apresenta estruturas e as condições de ensino para o professor, apresentado exercícios, questionários, sugestões de trabalhos e de outras linguagens textuais.

Como um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, são ricos objetos de pesquisa por se constituírem como espaço privilegiado de disputas políticas, de constituição de identidades, de discursos, de poder, em suma, “um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (BITTENCOURT, 1978, p. 72). O papel do livro didático pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado.

As interdições relatadas acima revelam a vontade de saber e de poder. O discurso presente no livro didático funciona como um sistema de reclusão que apoiado sobre um suporte institucional é ao mesmo tempo reforçado e reconduzido “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.” (FOUCAULT, 1996, p. 17) Dessa forma, o livro didático exerce a vontade de verdade tão bem explicitada por Foucault, a saber: “(...) creio que essa vontade de saber de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1996, p. 17).

Nesse sentido, as obras didáticas são portadoras de representações que apontam para como determinado grupo social leu o seu mundo, significou a experiência social da abolição e contribuem para a constituição de identidades. As representações são construídas de acordo com a apreensão do mundo, de lugar social, tornando-se um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado que orienta a ação de indivíduos e grupos. Trata-se, assim, de saber prático que orienta as condutas e revela sua posição no mundo, consigo mesmo e em relação aos outros. As representações não são o real, mas “dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.” (PESAVENTO, 2003, p. 41)

Dito dessa forma é inegável a importante relação entre representação e identidade social:

A rigor, todas as sociedades, ao longo de sua história, produziram suas próprias representações globais: trata-se de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros.
(PESAVENTO, 2003, p. 16)

A construção de identidades é marcada pela diferença. Ambas, identidade e diferença, devem ser pensadas juntas, uma em relação a outra. Assim “a identificação das similitudes e a afirmação das diferenças situam o ser humano em relação aos grupos sociais que o cercam” (NEVES, 2006, p. 51). Nesse processo, não se pode esquecer as funções da memória coletiva de manter a coesão interna e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais, que fornecem, segundo Pollack, um quadro de referências e pontos de referências. Na qual a “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem

a sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”. (POLLACK, 1989, p. 3)

Nessa perspectiva nos interessa, as percepções de identidade, cultura e representação foram tratadas a partir do pressuposto da não separação entre o discurso e a prática. Ambos se constituíram mutuamente e engendraram versões hierarquizadas sobre o mundo e por vezes hegemônicas na construção da história do Brasil. Destarte, conhecer a historiografia da abolição a partir de três obras didáticas que marcaram a vida escolar por longo período é também um exercício para se conhecer as relações de poder que presidem a domesticação do passado via construção da memória social, com suas inclusões e exclusões, suas visibilidades e silenciamentos, particularmente sobre a abolição e como esta foi vista, dada a ler, significada. Percorrer o território de fabricação de identidades, cobra-nos uma postura crítica de desnaturalização de construtos históricos, de desconstrução das práticas discursivas sobre a identidade nacional e sobre a abolição forjadas pelas obras didáticas de História que silenciaram a atuação de escravos e escravas, libertos e libertas, de pessoas livres e de cor, de ambos os sexos, no processo de formação da identidade brasileira e de construção de uma história e memória nacional.

A abolição de Manoel Macedo

Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) nasceu e faleceu em Itaboraí, interior do Rio de Janeiro. Foi médico, escritor, jornalista, deputado provincial e geral pelo Partido Liberal, professor do Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Segundo Serra, estas últimas atuações foram determinantes na elaboração de *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. Essa obra didática foi a primeira produzida por um professor de história do Brasil no Colégio Pedro II e suas atualizações e reedições chegaram até o ano de 1916 (ALVES, 2009, p. 474).

Procederemos ao estudo da Lição XLVIII – *A abolição e a República, 1888-1889*. A lição inicia-se afirmando que o Brasil tardou a decretar a emancipação dos escravos pela impossibilidade de os governos promoverem tal ato sem prejudicar as esferas pública e particular. Mas a glória da nação estaria na pacificação dessa reforma social “sem derramamento de sangue, entre expansões de júbilo intenso e fraternal” (MACEDO, 1905, p. 428).

A escravidão foi primeiramente golpeada pela lei de 1850, seu complemento foi a lei de 1871, e o texto declara “estava assim virtualmente extinta a escravidão, pela extinção de duas fontes que a alimentavam” (Idem, 429). De acordo com a lição a opinião pública foi a

grande incentivadora do partido abolicionista “que cada vez se tornava mais forte, exigia a liberdade, imediata e sem condições, para todos os escravizados” (Idem, ibidem), assim “a propaganda abolicionista dilatava-se, impunha-se, conquistava todos os espíritos liberais” (Idem, ibidem).

Em continuidade o texto apresenta os movimentos de alforrias em massa nas províncias de Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul, outra expressão da força e da pressão do movimento abolicionista que levariam a agitação ao auge, os escravos abandonavam as fazendas; o exército recusava-se a intervir para sufocar os levantes e “finalmente a propaganda venceu” (Idem, 429), quando a 13 de maio a princesa Isabel sanciona a lei que extinguiu a escravidão.

Não podemos negar que há espaço, um tanto tímido, para o movimento abolicionista nessa lição. No entanto, não faz referência a nenhum abolicionista, ou nomes dos jornais, ou a panfletos que circulavam como propaganda do movimento abolicionista, apesar de registrar a pressão da opinião pública. Nada explícita sobre a participação efetiva de escravos e ex-escravos no movimento. A abolição foi percebida como obra do Império, mais precisamente da Princesa Isabel que soube perceber os momentos de ápice do processo abolicionista e montar um gabinete cujo representante, o ministro João Alfredo, estivesse sensível à causa libertária.

Esse enfoque, que confere peso maior para o alcance da abolição como iniciativa do império, constitui alguns estudos clássicos sobre o tema na historiografia brasileira. Um desses estudos é o de José Murilo de Carvalho que classifica a abolição como um conjunto de políticas públicas que gradualmente levaram à extinção da escravidão. Essa postura imperial revelou os interesses antagônicos entre o “rei e seus burocratas, e a classe dos proprietários rurais” (CARVALHO, 2003, p. 293).

Para Carvalho, nos últimos anos da escravidão, mesmo com a campanha popular pela abolição

o incentivo da Coroa nunca deixou de se fazer sentir, seja em manifestações pessoais do imperador e da princesa Isabel, seja no títulos nobiliárquicos oferecidos aos que libertassem escravos, seja pela ação direta. (...) A posição da Coroa sem dúvida encorajava a atuação dos abolicionistas e reduzia substancialmente a credibilidade das medidas repressivas do governo. (CARVALHO, 2003, p. 320).

Dessa forma, coube aos abolicionistas e a ação popular um papel apenas complementar para a efetivação da abolição.

A abolição de João Ribeiro

João Batista Ribeiro nasceu na cidade de Laranjeiras, Sergipe, em 1860. Segundo Moraes sua trajetória de vida foi como a de muitos “homens de letras que saíram de sua terra natal e que precisavam sobreviver” (MORAES, 2007, p. 252). Aos 21 anos de idade desembarcou no Rio de Janeiro, colaborou em jornais, e atuou nos movimentos abolicionista e republicano. Em 1887 passou a lecionar no Colégio Pedro II, quando concursou pela cadeira de Português. Em 1890, foi nomeado professor de História Universal e do Brasil, naquele colégio.

João Ribeiro, na obra didática em tela, justifica que apenas tecerá algumas considerações sobre o tema, pois a história ainda não poderia ser devidamente descrita. Passa, então, a narrar o processo das leis e resoluções que levaram à abolição definitiva, citando os dispositivos legais de 1831 e de 1850, que embora tenha encerrado o tráfico não extinguiu a escravidão.

Indica a simpatia e a ação de D. Pedro II em favor da emancipação, mostrando suas atitudes para o desdobramento de um processo gradual e pacífico, diferentemente do contexto norte- americano. Mostra-se simpático à gradatividade da emancipação, em nome da “civilização” e para que se evitassem tumultos como a guerra de secessão dos Estados Unidos.

Ao descrever o percurso da Lei de 1871, João Ribeiro deixa claro que ali estava acabada a abolição, ao passo que Macedo aponta esta lei como ilusória para a extinção da escravidão. Mas, segundo Ribeiro, os espíritos “liberais” e outros “exaltados” queriam a abolição imediata e prosseguiram na campanha, fundando o partido abolicionista, composto por homens da imprensa, literatos, políticos, oradores e escritores.

Então, veio a lei de 1885 que, segundo Ribeiro, não foi bem aceita pelos abolicionistas. Descreve, então, os fatos que pintaram “o cenário da campanha abolicionista” (MORAES, 2007, p. 255), a partir do descontentamento com as leis de 1850, 1871 e 1885, restando à princesa regente convocar um ministério que levou à tribuna da Câmara a proposta de abolição imediata que a 13 de maio de 1888 foi assinada.

Assim como na obra de Macedo, João Ribeiro cita a campanha abolicionista, mas silencia quanto aos nomes dos abolicionistas, seus argumentos e contribuições, bem como,

nada menciona acerca da participação dos escravos e ex-escravos nos movimentos abolicionistas. Mas destaca o quanto essa lei feriu gravemente os interesses dos agricultores deixando-os descontentes a ponto de muitos ingressarem no partido republicano e apoiarem a ascensão da República. Ambas as obras conectam a abolição ao fim do império e advento da República, num esquema de causa e consequência.

Segundo Gasparello, as contribuições de João Ribeiro compõem a renovação do campo historiográfico e do ensino de História no Brasil por sua “original produção voltada para o ensino” (GASPARELLO, 2004, p. 2), no entanto, no que diz respeito a abolição não há originalidade. No discurso de Ribeiro, sua militância abolicionista passa despercebida, pois acreditava no gradualismo da abolição, ao recepcionar a Lei de 1871 como a extinção da escravidão. Esse era o mesmo pensamento do deputado Almeida Oliveira, que no ano de 1885, argumentara que a lei de 1871 era suficiente para estancar as “fontes” da escravidão e suficientemente segura para conduzir à abolição. De acordo com Mendonça, medidas como a proibição do tráfico e a libertação do ventre “determinaram um tempo no qual a escravidão inevitavelmente chegaria a seu termo. Esse tempo, para muitos parlamentares e senhores de escravos, deveria ser o mais longo possível” (MENDONÇA, 2001, P. 49), e para Ribeiro significariam duas gerações.

A abolição de Osório Duque-Estrada

Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927), nasceu em Pati de Alferes e faleceu na cidade do Rio Janeiro. Lecionou no Ginásio de Petrópolis, Colégio Pedro II e Escola Normal. Assim como João Ribeiro colaborou em jornais e atuou nos movimentos abolicionista e republicano.

Sua obra didática *História do Brasil* (1918) é destinada às alunas da Escola Normal. No prefácio à 1ª edição cita o rol de autores que consultou para elaborar seu compêndio, entre eles João Ribeiro, Varnhagem, Rio Branco e Silvio Romero. No texto sobre abolição ele descreve a escravidão no Brasil desde o período colonial, a extinção da escravidão indígena e a continuidade da exploração e tráfico dos negros. Explana sobre a querela entre Brasil e Inglaterra até a efetivação da lei de 1850.

Duque-Estrada ressalta que a escravidão depois de 1850 era ilegal, porque provinha do contrabando e foi sob essa alegação que em 1869 Rui Barbosa discursou na Câmara e Luiz Gama vociferou na imprensa recrudescendo o movimento abolicionista. Três anos depois tem-se a lei de 1871, definida pelo autor como mistificação, isso porque “nenhum filho de escrava nascia livre no Brasil, porque os que fossem dados a luz daquela data deveriam ser

criados até a idade de oito anos pelos senhores de seus pais, mas ficavam obrigados ao pagamento de 600\$000, ou a prestar-lhes serviços até a idade de 21 anos.” (DUQUE-ESTRADA, 1922, p. 286)

Para o autor a “luta hercúlea” de Rio Branco para que essa lei passasse pelas duas casas do Congresso ganhou a simpatia da opinião e foi festivamente recebida. Porém, não satisfazia a opinião popular que mantinha-se agitada desde 1879 com os pronunciamentos de Joaquim Nabuco e Jerônimo Sodré na Câmara dos Deputados e a Confederação Abolicionista de 1883, ambos na luta pela liberdade imediata. Para registrar o comprometimento com a causa libertária outros nomes de abolicionistas são citados: José do Patrocínio, Ferreira de Araujo, Carlos de Lacerda, Joaquim Serra, André Rebouças, Vicente de Souza, Julio de Lemos, João Cordeiro, Gusmão Lobo, João Clap.

Em 1888 a agitação pela causa toma todo o país, três províncias (Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul) libertam seus escravos, alforrias e fugas em massa sucediam-se, o exército recusava-se a conter tais atos. Nessa obra didática dá-se grande destaque ao apoio incisivo da população à causa libertária:

O povo associava-se às festas e resistia corajosamente a pau e bala, a toda e qualquer violência policial. Não era mais possível conter a onda abolicionista, que ameaçava engolir o próprio trono. Se a lei da extinção total do elemento servil fosse retardada por seis meses, não encontraria mais a quem libertar. (DUQUE-ESTRADA, 1922, p. 287)

Neste contexto, a lei de 13 de maio foi “o reconhecimento oficial da vitória do abolicionismo levada pelo povo das ruas para o parlamento” (Idem, *ibidem*). Para Duque-Estrada, Os louros do triunfo da campanha abolicionista cabem ao povo, ao país, a todas as classes da sociedade e não aos adesistas de última hora, usurpadores de glórias. E complementa com a citação de Rui Barbosa:

[...] a verdadeira redentora: a vontade impessoal da pátria, apoiada na organização inexpugnável do abolicionismo, na cooperação geral da família brasileira, no êxodo caudaloso dos cativos, na galharda nobreza deste exército, que recusou suas armas à caçada de criaturas humanas, prescrita pelos ministros do imperador. (DUQUE-ESTRADA, 1922, p. 288)

Assim, percebemos na obra de Duque-Estrada a construção de um monumento à memória dos abolicionistas, que rompe com a memória da perpetuação da princesa Isabel

como redentora dos escravos, que, aliás, nem mesmo é citada na lição. O discurso de Duque-Estrada rompe o silêncio historiográfico sobre a participação da população no processo abolicionista e apresenta novas interpretações sobre o passado.

Se para Macedo e João Ribeiro o fim da abolição e a Proclamação da República conferem nuances de causa e consequência, para Duque-Estrada a vitória definitiva do abolicionismo “veio a acelerar e precipitar de maneira vertiginosa a marcha dos acontecimentos” (Idem, p. 290).

Destarte, podemos perceber que entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, nas obras didáticas, conviviam pelo menos duas visões para a abolição da escravidão, a de Macedo e João Ribeiro, evidenciando o empenho da monarquia; e a de Duque-Estrada, que creditou o fim da escravidão ao movimento abolicionista e a participação popular.

Considerações finais

As três obras assinalaram alguns termos para a escrita da história da abolição e expuseram as disputas de memória desse acontecimento. João Ribeiro e Duque-Estrada, cada um a seu modo, participaram do movimento abolicionista. Mas é na obra de Duque-Estrada que percebemos o esforço de registrar suas memórias pessoais, individuais, sobre o movimento libertário.

E como bem explicita Halbwachs a memória individual “é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS apud ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 204). A memória individual é o cruzamento de lembranças, emoções, imaginações, reminiscências que compõem o pensamento coletivo. Em suma, a memória individual é uma multiplicidade de correntes de pensamento coletivo. Por isso, a memória coletiva é “um campo discursivo e de força em que estas memórias individuais se configuram” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 204). Segundo Albuquerque Junior, “a memória coletiva recompõe magicamente o passado, ou seja, busca reconstruí-lo como um contínuo de recordações aproximadas sempre da percepção que se tem do momento presente.” (Idem, p.204-205)

Através de suas memórias Duque-Estrada nos ofereceu a criação de identidades políticas negras intrinsecamente ligadas às identidades coletivas como construções culturais e políticas e por isso históricas, modificando a história da abolição escrita até aquele momento. Ao elencar os nomes de alguns abolicionistas ele elege um panteão de heróis da causa libertária e confere visibilidade a esses agentes até então situados em uma memória

subterrânea. É também uma forma de rechaçar retardatários que tentavam se intitular abolicionistas às vésperas da lei de 13 de maio de 1888.

Acerca da abolição, que memórias se constroem ou se preservam nas obras didáticas? Até o século XX permaneceram as representações que apontavam a monarquia como empenhada em dar cabo à condição servil. A imagem da princesa Isabel como redentora foi solidificada como a mão benévola que libertou os escravos, ainda que o movimento abolicionista, suas ações, meios de atuação, estratégias fossem referenciados. Também se firmou um *status* de homogeneidade ao ser silenciada a multiplicidade de atuação de sujeitos e de interesses em pauta. Destarte, as obras didáticas aqui visitadas contribuíram para fundar mitos, heróis, símbolos e ordenar os fatos sobre a história da abolição, porém o silêncio sobre a participação dos escravos, ex-escravos e libertos nos movimentos abolicionistas permaneceu. E onde há silêncio, há uma história a ser revisitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto; VILLAMAINA, Carla Centeno. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 14. N. 42 set-dez, 2009, p. 469-487.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: *História a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007. p.199-210.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: *O saber histórico na sala de aula*. BITTENCOURT, Circe (org.). São Paulo: Contexto, 1998. P. 69-90.

CARVALHO, José Murilo de. O rei e os barões. In: *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 249-328.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

DUQUE-ESTRADA, Osório. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.17.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. Invenção e continuidade: a história do Brasil de João Ribeiro. In: *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. 2004.

Disponível em < <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/arlettegaspardo.pdf>>.

Acessado em 29 de setembro de 2010.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paris: Livraria Garnier. 1905.

MATTOS, Hebe. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, Joseli Nunes de. Os sentidos do gradualismo. In: *Cenas da abolição. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MORAES, Renata Figueiredo. Memórias e histórias da Abolição: uma leitura das obras didáticas de Osório Duque-Estrada e João Ribeiro. In: *Cultura política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

RIBEIRO, João. *História do Brasil, curso superior*. Rio de Janeiro: Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos. 1900.

SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. p. 21-88.

SERRA, Tania. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. A luneta mágica do II Reinado. Brasília: EdUnB, 2004.

O OESTE DE MINAS NAS MANCHETES DE JORNAL: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DO ESPAÇO PELA IMPRENSA LOCAL

Gilberto César de NORONHA¹

noronha.gilberto@gmail.com

RESUMO: Em fins do século XIX, o “jornalismo da roça” disseminado em Minas Gerais, do órgão noticioso à “boa imprensa catholica”, apresenta-se como um recurso/lugar estratégico na gestão dos interesses políticos locais e de produção de novas formas de representação do espaço. O próprio termo *Oeste de Minas* que seria utilizado como categoria espacial nas representações cartográficas do espaço mineiro apenas em meados do século XX tem na imprensa local no final do século XIX uma de suas principais “fôrmas” e/ou lugares de gestação. É considerando essas formas de representação do espaço que este texto procura explorar as possibilidades de investigação da história das configurações do espaço em suas significações políticas encontradas em fontes jornalísticas, entendidas como produtoras de informações e como lugares de memória.

PALAVRAS-CHAVE: Configurações do espaço; Imprensa Local; Oeste de Minas;

ABSTRACT: In the end of the century XIX, of the informative organ to the " Catholic " press, the provincial journalism comes as a resource and strategic place in the administration of the local political interests and of production in new ways of representation of the mining space. The own term West of Mines that is just used in the middle as space category in the cartographic representations of the mining space of the century XX has in the local press in the end of the century XIX one of your principal " molds " and gestation forms. It is starting from that form of representation of the space that this text tries to explore the possibilities of investigation of the history of the configurations of the space in your political significances found in journalistic sources, understood as producing of information and as places of memory.

KEYWORDS: Configurations of the space; Local newspapers; West of Mines;

¹ Professor da Funedi/UEMG. Doutor em História Social pela UFU. Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais abrangente sobre os “sertões enunciados: configurações do oeste de Minas Gerais” financiada pela CAPES.

O autor destas notas (...) lança aqui estas linhas com a convicção de que no longínquo ano de 2.012, nas vetustas estantes do Arquivo Público Mineiro, ou esquecida nos escaninhos de algum móvel antigo, esta Revista dê o testemunho de nosso amor a esta generosa terra.

Mario Marcos de Morais, Bom Despacho-MG (1912-1962).

Os typos são uns elementos espelhantes, que compõem vasto reflector de toda variante do humano pensamento, – constelação de idéias do firmamento do cérebro, que se imprime no papel.

João de Araújo Santiago, Sant’Ana de São João Acima
(Distrito do Pará [de Minas]), 1890.

As idéias contidas nos excertos de Marcos Morais e João Santiago, publicadas pela imprensa local em dois diferentes momentos (1890 e 1960), sugerem que os periódicos possam ser tomados como importantes meios/fontes de *informação* de/sobre espaços específicos como o oeste de Minas Gerais sob pelo menos duas dimensões: porque, conforme nos fazem pensar as palavras de Mário Marcos de Morais, eles dão notícia dos acontecimentos e sentimentos de seus produtores na relação que estabelecem com o espaço, por meio de seus “testemunhos”. Ao mesmo tempo, o próprio ato de enunciação daquela relação – possível pela tipificação de “toda variante do pensamento humano” (SANTIAGO, 1890, p. 1) – é, digamos, um ato de *informação*² no sentido de produção de formas, de cristalização e/ou aprisionamento do espaço. Por este ato ele é separado, balizado posto que “apreendido, assimilado ou armazenado pela percepção e pela mente humanas”³. Tomar os periódicos como fonte de informação, digamos à maneira de Agamben, interlocutor de Foucault e Benveniste, coloca-nos diante de dois problemas: o do arquivo, referente às questões do dito e o não-dito; e o do testemunho, entre o dizível e o não dizível (ABAMGEN, 2008, p. 146).

E se essas conjecturas têm cabimento, é ainda necessário perguntar: quais periódicos existiram e que ainda se encontram disponíveis para consulta podem hoje nos dar notícia (informar ou produzir configurações) do oeste de Minas, seja para confirmar ou refutar os anseios jornalísticos de Morais ou a tese “tipográfica” de Araújo? Onde e como poderiam

² “Em nosso juízo, a raiz etimológica da informação, que equivale a *dar forma, por em forma, formar, configurar* e, por extensão, *representar, apresentar* ou *criar* uma idéia ou uma noção, é valioso ponto de partida. Sem dúvida, informar é dar uma forma ou um suporte material a uma vivência pessoal ou a uma imagem mental do emissor; mas não é só isso. O suporte ou forma necessita de associar-se a uma série de signos ou símbolos convencionais que objetivam tal forma, de modo a torná-la transmissível. O sujeito ativo transforma a imagem mental formalizada (mensagem) numa série de signos (codificação) que se transmitem para serem decifrados e interpretados pelo sujeito receptor.” (XIFRA-HERAS, 1975).

³ Recorro aqui à definição bastante corriqueira de informação (HOLANDA, 2007).

ser encontrados? Seria adequado seguir a sugestão de Moraes e procurá-los “*nas vetustas estantes do Arquivo Público Mineiro*” ou quem sabe “*nos escaninhos de algum móvel antigo*”, ainda que o ano de 2012 já não nos pareça tão distante? O que eles teriam informado e o que podem ainda [nos] informar?

Foram várias as tentativas de encontrar formas de representação do oeste de Minas na imprensa local desde o primeiro contato consciente com um periódico local – especificamente com o editorial do jornal *O Abaeté*, dirigido por Joaquim José de Oliveira, cuja primeira edição foi publicada em 1904. Sua leitura suscitou questões relativas às formas de representação desse espaço específico. Mobilizado pelas questões e sugestões encontradas no percurso de pesquisa, proponho construir minha narrativa seguindo, ainda que por pouco tempo, um caminho já devassado da história da imprensa mineira em busca dessas informações preliminares para tentar avançar na compreensão do processo de informação do/sobre o espaço realizado pelos impressos.

Meu ponto de partida bastante superficial e arbitrário – ainda que procedimento recorrente e bem consolidado entre aqueles que escrevem sobre a imprensa mineira – consiste em começar pela lista de periódicos mineiros do século XIX produzida por José Pedro Xavier da Veiga em 1897 e publicada pela Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1898 (VEIGA, 1898, p. 195-236). Esta relação é, ainda hoje, considerada o mais completo levantamento feito dos periódicos mineiros, até o século XIX⁴. Para confeccioná-la, o autor utilizou-se especialmente das coleções e periódicos avulsos que reuniu e, posteriormente, encaminhou ao Arquivo Público Mineiro⁵, instituição que dirigia. Muitos deles não resistiram ao tempo e – excetuando-se a possibilidade de encontrar exemplares conservados em algum arquivo particular que não nos foi possível consultar – encontram-se registrados apenas naquele trabalho de sistematização.

Mas por que começar essa busca de informações sobre o oeste de Minas, pela “velha” lista de Xavier da Veiga, ao invés de vasculhar outros lugares oficiais de conservação da lembrança da imprensa mineira, por exemplo, dos periódicos do acervo atual da Biblioteca

⁴ No que se refere às fontes sobre as tipografias e tipógrafos em Minas Gerais, Moreira observa que “são raras e marcadas por uma forte inadequação. (...) Entretanto, é possível descobrir pistas sobre o cotidiano dessas empresas por meio de fontes ditas “oficiais”. Os registros da Presidência da Província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, (...) a documentação das câmaras municipais mineiras, conservada no mesmo Arquivo, (...) a legislação pertinente (...) pois, em conformidade com o artigo 303 do Código Criminal de 1830, as tipografias deveriam ser registradas na própria câmara, em código específico (...). Os próprios periódicos podem nos oferecer dados sobre seu cotidiano por meio dos avisos, anúncios e discursos referentes à subscrição, locais de venda, periodicidade e, sobretudo, à sua tendência política. (MOREIRA, 2008, p. 26).

⁵ Para uma relação dos documentos doados por Xavier da Veiga ao APM cf.: (LIMA, 1901, p. 24-25). A iniciativa de Xavier da Veiga “coincide” com “a colaboração valiosa [de] (...) Lafaiete de Toledo, divulgando a sua ‘Memória histórica’ (...) com o registro comentado de 1.536 jornais e revistas da Província/Estado de São Paulo” (LUCA e MARTINS, 2008, p. 14) não apenas quanto à época de publicação (1897) com pelo suporte em que foi divulgada – uma revista de estudos históricos.

Pública Estadual Luiz de Bessa/Hemeroteca Histórica que, em parceria com o Arquivo Público Mineiro, disponibiliza, digitalizados, todos os 266 títulos que possui de jornais mineiros produzidos no século XIX (1824-1900) (cf. VENÂNCIO e CASASCA, 2007, p. 5)? Os periódicos lá existentes estão hoje relativamente bem conservados: foram digitalizados e os jornais do século XIX - muitos dos quais serviram de base para a confecção da lista de Veiga - estão disponibilizados, na íntegra, para consulta on-line⁶. No entanto, muitas justificativas poderiam ser dadas para começarmos pela lista e não pelo acervo da Hemeroteca, nem pelos títulos encontrados em arquivos particulares, sobretudo quando a idéia inicial é um levantamento dos títulos existentes. Poderíamos evocar justificativas de ordem: a) quantitativa - a lista de Xavier da Veiga, ainda que não abranja a produção dos últimos três anos do século XIX, traz uma relação de títulos bem mais completa do que o acervo atual do Arquivo Público Mineiro⁷; b) cronológica - porque a lista é mais antiga ou foi elaborada em um momento bem mais próximo da produção e circulação dos jornais sistematizados; c) metodológica - porque ela é já uma sistematização do que pode ser encontrado no acervo do arquivo e, portanto, mais adequada para uma consulta preliminar; d) subjetiva - posto que em grande medida seja uma decisão arbitrária tal qual boa parte das narrativas feitas pelo historiador e que não corresponde necessariamente aos caminhos, digamos da pesquisa empírica, ainda que eu compartilhe da preocupação de Norbert Elias em poupar o leitor “da dificuldade de tentar compreender as idéias posteriores como se houvessem surgido do nada” (ELIAS, 1994, p. 9).

Mas o que há de informação nesta lista de periódicos do século XIX que poderia interessar de forma tão urgente àquele que quer saber mais sobre o oeste de Minas? Pelo menos no que se refere aos títulos há a possibilidade de identificação do aparecimento e utilização da categoria Oeste de Minas como meio de informação do espaço pelos periódicos do século XIX sem necessariamente realizar uma delimitação *a priori* desse espaço. Quer dizer, torna possível apreender a produção do oeste de Minas enquanto espaço que ganha forma/nome - Oeste de Minas - pelos jornais e não necessariamente identificar os jornais produzidos nesse espaço através de uma delimitação que os antecede. Nesse sentido, é possível levar adiante um movimento narrativo que primeiro cuide do Oeste de Minas que ganha forma nos jornais [um nome] para, em seguida tratar dos jornais que surgem neste

⁶ Consultar <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>

⁷ Xavier da Veiga contabilizava que, salvo “alguma omissão, (...) até agora em Minas Geraes [tem havido] 861 gazetas, publicadas em 117 localidades (83 cidades, 3 villas e 31 arraiais) compreendidas em 86 municípios”. Sendo 123 os municípios do Estado à época “verifica-se que somente 37 não têm tido ainda um órgão seu na imprensa”. Só para o ano de 1897, o autor dava notícia da existência de 119 jornais e periódicos publicados e em toda a sua lista apresentava 595 títulos a mais do que a lista atual da Hemeroteca do Estado. (VEIGA, 1898, p. 234).

espaço denominado e reconhecido como oeste de Minas. Lidar com a informação como processo cognitivo, lingüístico, histórico, de tomada de consciência do espaço do oeste de Minas realizada pelos jornais e, ao mesmo tempo, tomá-la em seus conteúdos e estratégias na enunciação das relações dos homens com o espaço.

Tomada de Consciência do Espaço: as Informações do Oeste de Minas nos Periódicos locais

Para a primeira tentativa começemos pelo título dos periódicos – a principal informação da lista elaborada por Xavier da Veiga, o primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro⁸. Explicava ele que a relação publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro indicava “o número, [os] títulos e [a] localidade das gazetas antigas e atuais [1897] e dos anos em que ellas apparecerão”. Quando possível, “além do ano, o mez e o dia em que apparecerão as diversas publicações periódicas” (VEIGA, 1898, p. 195). Considerando os títulos dos periódicos mineiros sistematizados, não seria possível afirmar que, até pelo menos 1859, existisse a enunciação de uma diferenciação do espaço em Minas Gerais, na imprensa mineira, tampouco se tem indícios da utilização da categoria Oeste de Minas para representá-lo. Até então, enunciavam-se, mormente a “centralidade político-cultural das antigas áreas mineradoras” (VENÂNCIO e CASASCA, 2007, p. 5). Títulos como *O Universal*⁹, *O Guarda Nacional Mineiro*, *Mentor dos Brasileiros*, de Ouro Preto, concorrem para serem os mais explícitos na enunciação da vontade de exercício de uma relação política importante na construção da nacionalidade quanto uma função centralizadora da capital da província em relação aos municípios. E nem é necessário recorrer ao lugar de produção dos jornais para observar o seu lugar de enunciação – a posição do sujeito enunciador que não necessariamente decorre da localização das tipografias. Bastaria uma leitura atenta dos títulos para se pensar que o jornal e o jornalismo mineiro, até a primeira metade do século XIX, pelo menos, não seria mais do que *O Companheiro do Conselho* (1825) posando de *O Patriota*

⁸ Sobre a trajetória de Xavier da Veiga, ver: (CARNEIRO e NEVES, 1998, p. 15-40).

⁹ O *Universal* surgiu em Ouro Preto em 17 de julho de 1825, com quatro páginas em formato 25 x 16, e saía três vezes por semana. Foi o terceiro periódico a surgir na capital mineira, com duração surpreendente, uma vez que eram raros os jornais que ultrapassavam a marca de um ano de existência, *O Universal* circulou até 1842, interrompendo suas atividades em função da revolução liberal que tomou conta da província de Minas Gerais, capitaneada, sobretudo, por Teófilo Ottoni. “A iniciativa de publicação do jornal coube diretamente ao impressor Manoel Barbosa, que foi seu proprietário durante os dois primeiros anos. Contava nessa época com a colaboração de escritores e políticos eminentes de Minas Gerais, que permaneciam, porém, ocultos sob diferentes pseudônimos, prática comum na imprensa brasileira da época e dado relevante a ser considerado em qualquer análise que se atenha sobre a produção jornalística no período.” (ARAÚJO, 2008, p. 35).

Mineiro (1825), ambicionando território político [*O Unitário* (1838)]. Ainda que ouvisse *O Grito do Povo* (1833) como um *Echo de Minas* (1847) parecia sempre pronto a defender *O Permanente* (1833) interesse do governo provincial. Para tanto, era *O Monarquista Leal* (1840), *O Legalista* (1842) incondicional, *O Noticiador* (1848) implacável do *Expediente do Governo Provincial de Minas-Geraes* (1845), às vezes *Conservador*, às vezes *Liberal*¹⁰, quase sempre convertido n' *O Mineiro* (1833), *Conciliador* (1849).

Poder-se-ia argumentar que esse esforço de enunciação da unidade política mineira que não faz referência a categorias diferenciadoras do espaço tenha sido mera ilusão criada no ato de leitura e interpretação da lista de Xavier da Veiga. Isto porque se teria considerado apenas títulos de periódicos produzidos em Ouro Preto, sede do governo provincial e de onde, evidentemente, não se poderia estranhar discurso de tom unificador e conciliador. Entretanto, é na própria lista de Xavier da Veiga que se observa que, das onze cidades de Minas Gerais detentoras de folhas, até o fim da primeira metade do século XIX (Ouro Preto, São João Del Rei, Diamantina, Mariana, Serro, Pouso Alegre, Campanha, Sabará, Caeté, Barbacena, Tiradentes), nenhuma trazia no título qualquer referência à diferenciação regional do espaço. Ainda que fossem produzidas em diferentes lugares. Pelo menos as referências espaciais se restringiam às unidades locais: à sede municipal ou ao núcleo urbano específico do município em que o jornal era produzido; ou ainda, estavam atadas ao recorte provincial ou à uni[versali]dade nacional.

Essa ausência de categorias diferenciadoras-regionalizadoras do espaço mineiro, no título dos periódicos, mesmo que seja um dado muito parcial, sugere que o jornalismo passava por um momento de definição do lugar egocêntrico do sujeito, fundamental na definição da orientação espacial, ou na regionalização do espaço mineiro. Tal qual um observador em busca de orientação espacial que ainda esteja embevecido com a descoberta do lugar que deve ocupar em relação ao referencial (no caso dos pontos cardeais, o sol) para que possa tratar das peculiaridades do leste, oeste, norte e sul. Nos termos da história política, talvez se tratasse ainda de um esforço de centralização do poder, embora não muito tempo depois a questão da descentralização já fizesse parte da pauta, conforme se pode perceber pelos próprios títulos dos jornais.

A propósito, é somente em 1859 que surge o *Sul de Minas*, cuja categoria de regionalização enunciada no título é reafirmada pelo *Radical Sul-Mineiro* apenas em 1868. Os dois jornais eram da cidade de Campanha, terra natal de Xavier da Veiga. Sua família era

¹⁰ *O Conservador de Minas* (1870) e o *Liberal de Minas* (1868). Cf. VEIGA, p. 197-198.

quem mantinha *O Sul de Minas*, que serviu como espaço de defesa das idéias sobre a descentralização administrativa da monarquia (SILVA, 2006, p. 62-63). Depois surgiram a *Estrela do Sul* de Bagagem (1881) e *O Correio do Sul* de São José do Paraíso (1894), reafirmando esta categoria de diferenciação do espaço mineiro. A partir dessa data (1859) é possível acompanhar, na lista do autor, o surgimento de outras categorias espaciais de diferenciação do espaço mineiro, enunciadas nos títulos dos periódicos que eram criados em diferentes espaços da província de Minas (até 1889) e do estado, após a proclamação da República. Ora utilizaram-se critérios “naturais” de regionalização (como a bacia de um rio, por exemplo), ora tomaram-se as (novas) formas de delimitação do território mineiro ou, ainda, os pontos cardeais cuja referência central (digamos, a posição do sujeito que se orienta) era Ouro Preto, a capital. Assim, Uberaba enunciava *O Paranayba* em 1874, seguido por Araxá, em 1884. Diamantina dava publicidade a *O Norte de Minas* (1878), Sacramento “sacramentava” *O Triângulo Mineiro* (1887); só mais tarde foi seguido por Uberaba que, ouvindo o *Echo do Sertão* (1874-1876), já em tempos republicanos, passou a editar também o seu *[O] Triangulo Mineiro* (1897). Leopoldina lança sua *Gazeta do Leste* em 1890, cuja categoria espacial é reafirmada pelo *[O] Leste de Minas*, de Barbacena (1891).

E a categoria Oeste de Minas, não estaria presente nos títulos da lista de periódicos de Xavier da Veiga? Aparece timidamente, já fenômeno republicano, no mesmo ano da enunciação da Zona da Mata, pela *Gazeta da Mata* de Juiz de Fora (1891) e um ano depois da enunciação do *Centro de Minas* (1890) na cidade do Pará [de Minas], em folha produzida no distrito de Sant’Ana de São João Acima¹¹. A categoria é enunciada em Tamanduá¹² (Itapecerica) pelo título do *Correio do Oeste* (1891)¹³ e em Formiga e Bom Sucesso, ambos em 1893, respectivamente como *O Oeste* e *O Oeste de Minas*. Enfim, de todas as categorias espaciais diferenciadoras do espaço mineiro mobilizadas pelo título dos jornais locais – Sul, [Alto] Paranayba, Norte de Minas, Triângulo Mineiro, Leste de Minas, [Zona da] Mata, Centro e Oeste de Minas, a categoria *Oeste de Minas* é a mais recente.

¹¹ Interessante notar que já neste momento enuncia-se o centro de Minas que antes era tomado como subentendido Ouro Preto. A enunciação do centro de Minas em Pará de Minas, Sant’Ana do Rio Acima (atual Itaúna, 1890) e depois em Curvelo poderiam ser relacionadas às discussões sobre o lugar onde deveria ser construída a capital do Estado que depois fora para o Curral Del Rei. Sobre o *Centro de Minas* de Curvelo, ver: (NORONHA, 2007).

¹² Xavier da Veiga ainda utiliza a denominação Tamanduá que foi modificada para Itapecerica pela lei n. 2995, de 19 de outubro de 1882. Nas primeiras décadas do século XIX, o município de São Bento do Tamanduá possuía 34 distritos dentre os quais incluía os territórios dos atuais municípios de Bambuí (até 1881), Piumhi, Formiga, Candeias, Santo Antônio do Monte, Campo Belo, Luz, São Roque, Carmo da Mata. Cf. (BARBOSA, 1995, p. 164).

¹³ Na lista de Xavier da Veiga, o *Correio do Oeste* é tomado como o sexto jornal da cidade, o que não parece ser verdade. No entanto, parece que o primeiro jornal tenha sido mesmo *O Itapecericano* (1884), editado pelo Major Afonso Henriques Lamounier tendo por redator José Ferreira de Carvalho.

Considerando que sua utilização nas representações cartográficas só se verifica já no século XX, poderíamos dizer que a figuração Oeste de Minas tem no jornal local um lugar privilegiado de gestação e seu aparecimento poderia ser relacionado às configurações sociais daquele momento: à dinâmica social, política e econômica que teriam como estratégia importante nas relações de poder a enunciação da diferenciação do espaço e o jornal local seria então o lugar privilegiado de gestação e disseminação dos discursos - e não a cartografia. Nesse sentido, se para o século XVIII/XIX, as representações cartográficas parecem ser as principais fontes de informação das/sobre as relações do homem com o espaço, para o século XIX, é o jornal que serve a tal função, ao lado dos discursos dos governos que, desde 1879 trazem já o termo oeste de Minas entendido como uma categoria de regionalização do espaço mineiro.

A leitura do conteúdo dos primeiros jornais que utilizam o termo Oeste de Minas em seus títulos seria imprescindível para avançar na compreensão da necessidade de especificação do espaço naquele momento e para apreendermos, ainda que indiretamente, por meio dos caracteres tipográficos impressos no papel, “toda variante do humano pensamento” ou a “constelação de idéias do firmamento do cérebro” (SANTIAGO, 1890, p. 1), organizada conforme configuração social singular que demanda diferenciação regional do espaço mineiro, condensada nesse nome. No entanto, nenhum dos números pioneiros na enunciação do oeste de Minas¹⁴ na imprensa (*Correio do Oeste, O Oeste e O Oeste de Minas*) foi conservado na coleção de Jornais Mineiros do Arquivo Público Mineiro, que inclui o acervo remanescente do arquivo que Xavier da Veiga utilizou para a confecção da lista. Também não foi possível localizá-los em outros lugares.

Diante dessa limitação/percalço, talvez seja adequado passarmos já para o segundo movimento de nossa busca de informações: dos jornais que enunciam a categoria Oeste de Minas para aqueles produzidos no espaço reconhecido como tal¹⁵, no enalço de outros conteúdos que nos dão notícia da forma como caracterizam [especificam, distinguem por meio de caracteres] ou tipificam este espaço. Aqui outro desafio: se o jornalismo dos municípios de Itapeçerica, Formiga e Bom Sucesso reconhecia este espaço como Oeste de Minas, em 1893, municípios como Pará [de Minas] e depois Curvelo – de um ponto de vista geográfico localizados a norte e a oeste desses referenciais - eram enunciados em seus jornais locais como *Centro de Minas*. Poder-se-ia, portanto, constatar facilmente, pelos próprios

¹⁴ No atual acervo de jornais mineiros do Arquivo Público Mineiro, agora sob a guarda da Biblioteca Pedro Pires Bessa/Hemeroteca histórica, existem apenas quatro números do *Democrata*, dos jornais de Formiga do Século XIX, 15 números de jornais de Bom Sucesso e cinco de Itapeçerica (do *Itapeçerica* e *A Lucta*) e nenhum daqueles que enunciam o Oeste de Minas.

¹⁵ Talvez seja necessário alertar para o fato de que aqui utilizo o termo “oeste de Minas” no sentido de espaço ainda indefinido objeto de diferentes delimitações e representações e não como uma das categorias atuais de diferenciação do espaço de Minas Gerais.

jornais, a fluidez das formas de apropriação do espaço em construção naquele momento e caberiam mesmo questionamentos em relação às forças sociais e narrativas que tornariam inteligível a enunciação de um Centro de Minas localizado a noroeste do Oeste de Minas. Note-se, portanto, que as questões transcendem a orientação geográfica e são devedoras das orientações políticas, em seus conteúdos e estratégias que (re)produzem o espaço.

Conteúdos e Estratégias Políticas na (re)produção do Espaço: Informações sobre o Jornalismo do Oeste de Minas

A primeira oficina tipográfica instalada em um município à esquerda do Rio São Francisco entra em funcionamento apenas sete anos depois do aparecimento da categoria Oeste de Minas nos títulos dos jornais mineiros. Exatamente em nove de janeiro de 1898, no mesmo ano da publicação do trabalho de Xavier da Veiga, exatamente nove dias após a finalização do seu texto – e por essa razão não faz parte de sua lista –, surge em Dolores do Indaiá o jornal *O Indaiá* fundado por Paulino de Paula Souza (BARBOSA, 1985, p.86). Além de ser o primeiro jornal a ser produzido nesse território outrora circunscrito como Nova Lorena Diamantina, pela promessa da exploração diamantífera (cf. NORONHA, 2011), para fazer referência a outras formas de representação desse espaço, *O Indaiá* parece ter sido também o único jornal a ser produzido naquela região ainda no século XIX, embora, do ponto de vista da imprensa local e de seus enunciados, não poderíamos dizer que este seria um jornal que falava do Oeste de Minas, posto que não faça referência à categoria, tampouco se identifica como tal.

O município de Dolores do Indaiá foi o primeiro território à esquerda do São Francisco a ser desmembrado de Pitangui¹⁶, em 1854 (Pela Lei n. 623, de 30 de maio de 1853, embora a vila tenha sido instalada apenas em 2 de dezembro de 1854). Neste tempo, Pitangui ainda não possuía sua tipografia. O primeiro jornal do município, *O Iniciador* surge apenas vinte e oito anos depois, em 1882, quando do ponto de vista administrativo já não possuía territórios à esquerda do São Francisco. Podemos, pois, considerar *O Indaiá* como o primeiro e único jornal dessa circunscrição (o lado esquerdo do rio São Francisco): até pelo menos 1870 (SILVA, 1997. p. 171) o território do município de Dolores do Indaiá englobava a maior parte dos atuais municípios de Abaeté, Biquinhas, Paineiras, Cedro do Abaeté, Tiros, Quartel

¹⁶ O município de Pitangui tinha até então vinte freguesias quando em 1853/54, cinco delas: Confusão Tiros, Morada Nova, Marmelada e Dolores do Indaiá são desmembrados, tendo como Termo o último. A justificativa principal para o desmembramento era “a distância e os diversos rios invadeáveis que cortam o longo percurso em demanda do Pitangui” (SILVA, 1902, p. 713).

Geral, São Gotardo, Morada Nova de Minas, Patos de Minas (o distrito do Areado). Em 1898, o município de Dores já tinha perdido esses territórios e abrangia, além do seu território atual, apenas os territórios dos atuais municípios de Quartel Geral, Estrela do Indaiá, Luz (do Aterrado) e de Córrego Dantas (anexados em 1880). No mesmo ano o jornal torna-se periódico oficial da Câmara de Dores do Indaiá, à época já com foros de cidade.

No entanto, apesar de ser o pioneiro no jornalismo, é impróprio atribuir a *O Indaiá* a função de enunciação da região como Oeste de Minas. Ele estava irremediavelmente preso ao recorte municipal e não parecia haver uma enunciação da região. Pensar aquele espaço como uma região (Oeste) seria possível para a imprensa local apenas no século XX.

Posto que a lista de Xavier da Veiga não nos informe sobre este jornal ou sobre outros que pudessem ter surgido nesse espaço, já no século XX, é necessário recorrer a outros lugares de memória. Quem sabe ao acervo digitalizado dos Jornais Mineiros do século XIX, do Arquivo Público Mineiro – que possui apenas o décimo número d’*O Indaiá*, de 15 de maio de 1898 (o único exemplar do século XIX). Ou ainda o acervo da Hemeroteca Histórica, também digitalizado, e que pode ser consultado na Biblioteca Pública do Estado, na seção Mineiriana¹⁷. Encontram-se ainda outros dois números do *Indaiá*, um de 14 de novembro de 1901 e outro de 28 de janeiro de 1906. Nesta coleção também existem exemplares de outros jornais produzidos em Dores do Indaiá que circularam em diferentes momentos: em 1919, *A voz do oeste* ou o *Oeste-Jornal*, em circulação entre 1919-1927 (BARBOSA, 1985); *O Liberal* (surgido em 1933 (LINO, 2008) e ainda em circulação)¹⁸. Note-se, portanto, que o jornalismo de Dores do Indaiá levanta sua *Voz do Oeste*, intitulado-se como tal, apenas em 1919, vinte e oito anos depois do jornalismo Itapeciricano tê-lo enunciado.

Dos exemplares produzidos em Abaeté, antiga Vila de Dores do Marmelada, outrora parte da mesma divisão municipal de Dores do Indaiá (Cf. NORONHA, 2008; OLIVEIRA, 1970), é possível consultar, na Hemeroteca Histórica, alguns exemplares d’*O Abaeté*, primeiro jornal do município que circulou de 1904 a 1905; d’*O Correio de Abaeté*: órgão dedicado aos interesses municipais (1917-1922) (Cf. OLIVEIRA, 1970, p. 366); d’*O Abaeté-jornal* (de 1928-1957), *Vossa Senhoria* (1946) ou ainda o *Abaeté em marcha*, fundado já na década de 1970

¹⁷ Na verdade, o acervo tem a mesma origem: a hemeroteca do Arquivo Público Mineiro que, a partir de 1976, começou um trabalho de catalogação e microfilmagem dos jornais existentes que estavam “empilhados de qualquer forma em carcomidas estantes de madeira pelos porões, vãos e áreas de circulação de seu antigo prédio”. Em 1977, a administração do arquivo também começou a recolher exemplares recentes dos jornais que estavam em circulação no estado. Cf. (ANDRADE, p. 5).

¹⁸ Para uma análise das formas de representação do passado da cidade, nas páginas do *Liberal*, cf. NORONHA, 2009.

(CASTRO, 1971). Diferentemente de Dores do Indaiá, nenhum deles enuncia em seu título a categoria Oeste de Minas.

Os dados disponíveis em lugares oficiais de memória podem nos dar uma idéia inicial da expansão das tipografias pelo oeste de Minas, a partir dos primeiros anos do século XX, e podem informar sobre a enunciação do Oeste de Minas em seus títulos, possibilitando mesmo a consulta ao seu conteúdo para se investigar quais delimitações eram condensadas nessa categoria. No entanto, os exemplares conservados são de números avulsos em quantidade limitada que indica muito mais o estado de conservação da memória da imprensa mineira do que propriamente de seu processo de desenvolvimento. Para tanto seriam necessárias informações de outras fontes posto que, como registrado pelos memorialistas (BARBOSA, 1964, 1985; OLIVEIRA, 1970), para além das conservadas no Arquivo, muitas outras folhas locais foram produzidas na região.

Considerando, pois, que as informações colhidas nos jornais arquivados dão uma idéia muito parcial do desenvolvimento da imprensa na região, pareceu necessário ampliar nosso roteiro de viagem para outros lugares e tempos. Além da consulta aos arquivos oficiais e da busca de informações complementares, também foi realizada consulta a coleções particulares do jornal *O Liberal* (em sua quarta fase de 1973 a 1989), de Dores do Indaiá, e do *Abaeté em marcha* (1971 a 1978) para ampliar o acesso ao conteúdo dos jornais. Também foi consultado o jornal católico *Luz do Aterrado* (1922 a 1924), órgão do bispado do Aterrado (Diocese de Luz), cuja tipografia foi montada ao lado do Palácio Episcopal, uma das mais imponentes construções do arraial do Aterrado, sede do distrito de Nossa Senhora da Luz do Aterrado (atual cidade de Luz), subordinado ao município de Dores do Indaiá até 1923. Sua coleção completa está bem conservada no Arquivo da Cúria Diocesana de Luz.

No que se refere ao município de Abaeté, subordinado a Dores do Indaiá até 1870, além dos jornais *O Abaeté*, *Correio de Abaeté*, *Abaeté-jornal* e *Abaeté em Marcha*, tem-se notícia de pelo menos mais quatro títulos surgidos entre 1904 e 1970. *O Martelo* (1916-1917), *A Reação* (1937 a 1941), a *Voz Liberal* (1946 a 1947) editada em tipografia de Dores do Indaiá, além da *Sentinela do Abaeté* que circulou entre 1958 e 1959. Nenhum deles, como visto, trazia em seu título a categoria Oeste de Minas.

Em Dores do Indaiá, além d'*O Indaiá*, o pioneiro, do *Oeste-jornal* que divide o coro com *A voz do Oeste* na enunciação do Oeste de Minas, d'*O Liberal*, que circulou entre o ano de 1898 até 1979, surgiram outros jornais em número e diversidade bastante superior à cidade vizinha Abaeté. Além disso, o número absoluto de folhas locais parece ter sido muito maior do que aquelas que foram parar nas “*vetustas estantes do Arquivo Público Mineiro*” e

que hoje compõem o acervo da Hemeroteca do Estado. José Gonçalves Ferreira escrevia em 1976, que “*desde O Indaiá (1898) (...) praticamente nunca deixou de existir um jornal da cidade*”. Ainda que fosse necessário discutir o que significa o termo “praticamente” – utilizado pelo autor talvez como subterfúgio para estabelecer uma continuidade onde ela não existiu – mesmo que a atividade jornalística em Dores do Indaiá não tenha sido ininterrupta, é fato significativo o número de jornais da cidade.

Conforme se pode depreender do registro de Waldemar de Almeida Barbosa, que raramente traz o período de circulação das folhas, houve jornais mais duradouros em Dores do Indaiá, como *A Tribuna* (1908) e *A Gazeta de Dores* para além daqueles de “*vida efêmera*”, que no movimento d’*O Espanador* iam “surgindo e desaparecendo”(BARBOSA, 1964, p. 79) como *A Esperança* e *O Progresso* (1916) (BARBOSA, 1973). Mas também existiram aqueles que, em formato pequeno e com boa dose de criatividade, lançavam-se ao “jornalismo da roça” (ARGEMIRO, 1956, p.1) como *O Brinquedo*, *O mosquito*, *A sentinela*, utilizando como forma de abordagem da realidade *O Riso* tão mordaz quanto *O Trabuco* que, se não superava *O Marruco* em interesse e senso de humor, tal como julgou Waldemar de Almeida Barbosa (1964, p. 80), também travava *O Combate* ainda que, segundo o próprio autor, “os redatores de jornais do interior nem sempre [pudessem] se dizer jornalistas”. E os estudantes, esses quase jornalistas, foram responsáveis pela edição, a redação, a distribuição e mesmo a leitura dos jornais escolares. Do Colégio Normal saía *A Voz dos Grêmios*; *O Ginásio* e *O Indaiazinho*, do Grupo Escolar Frederico Zacarias. José Gonçalves Ferreira, colunista d’*O Liberal* na década de 1970, relembra em sua coluna “Reminiscências dorenses” que circulara também na cidade o *Dores do Indaiá*, semanário criado em 1953 com “a direção e redação da senhorinha Cleusa Carneiro Costa Paiva, ilustrada professora e jornalista dorense” (FERREIRA, 1976, p. 1).

Diante dos números identificados – e antes mesmo de fazer referência ao conteúdo daqueles que estão acessíveis – algumas questões já devem ser (re)colocadas considerando-se apenas os títulos sugestivos que não raro arrebatam nossa imaginação, mesmo os daquelas folhas cujo conteúdo, infelizmente, não consultamos. Os jornais de Abaeté, por exemplo, considerados na longa duração, apresentam títulos que se referem mormente à defesa do interesse do município (especialmente de 1904 a 1923) e ao “progresso de nossa terra”¹⁹. Isto nos faz pensar que o surgimento das tipografias na região e a edição das folhas locais municipais poderiam ser compreendidos em sua relação com os arranjos políticos, entre os entes “federativos”, portanto

¹⁹ Parte do título d’*O Abaeté: jornal noticioso a serviço do progresso de nossa terra* dirigido por Leonidas Schwindt.

atendendo a demandas políticas surgidas com o regime republicano. Na primeira edição d’*O Abaeté*, primeiro jornal do município, publicado no dia 7 de setembro de 1904, seu editor, acreditando no poder de intervenção da imprensa local na orientação do governo, escrevia que:

Pugnaremos (...) pelos interesses deste município, digno de melhor nome, pela sua extensão territorial, pela sua população relativamente densa, e pelas riquezas naturais que encerra. Promoveremos o desenvolvimento da educação científica, moral e artística do povo, fomentando o progredimento (sic.) industrial e do commercio do lugar (...) abominamos a politicagem, verme que a muito vai corroendo os esteios da nossa organização social. (...) edificação de nobres ideias, (...) direção da opinião popular, para a perfeita realização do nosso lema (...) a virtude é o nosso ideal. O aparecimento, pois, d’O Abaeté, (...) é um agigantado passo, por certo, que acaba de dar [o vasto, populoso e ubérrimo município] no caminho do progresso, na conquista dos mais bellos, nobres e elevados ideais.
(OLIVEIRA, 1904, p. 1-2)

Os jornais locais da margem esquerda do rio São Francisco nascem na época da chamada “nova orientação jornalística” – expressão de Xavier da Veiga –, assim denominada porque apresentavam perspectiva diversa daqueles que circularam no início do século XIX, sediados nos centros do poder administrativo e quase sempre defensores de uma perspectiva centralizadora. Xavier da Veiga observou que os títulos desses jornais expressavam motivações “exclusivamente” políticas até a proclamação da república e somente depois passaram a orientar-se pela defesa dos *peculiares* interesses municipais²⁰. De certo modo, Veiga estabelecia uma relação entre as configurações sociais e as formas de enunciação do espaço assumidas pelos jornais nas Minas Gerais do século XIX²¹. Sua interpretação, devedora do próprio texto da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891 que previa a utilização da imprensa como espaço privilegiado de “publicidade” dos atos municipais, ajuda a entender a disseminação da criação de

²⁰ O Título III da Constituição Federal de 1891 tratava do interesse do Município com um único e pequeno artigo de vinte palavras e muitas possibilidades de interpretação, sobretudo nas duas últimas: “Art 68 - Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu *peculiar interesse*.” Para Victor Nunes Leal, esse conceito auxiliar de “peculiar interesse”, não sendo definido claramente no texto constitucional, serviu de entrada para “restrições à autonomia administrativa e política das comunas” posto que ficou a cargo dos governos estaduais a responsabilidade de discriminar as matérias e os limites da competência municipal. (cf. LEAL, 1997. p. 100).

²¹ Poderíamos dizer que a preocupação com essa classificação é um procedimento aperfeiçoado pelos analistas da história da imprensa no Brasil, ainda que com critérios variados. Pode-se observar, num exemplo significativo, os esforços de Nelson Werneck Sodré em repartir (dividir) acorde com a realidade a imprensa brasileira em *imprensa artesanal e imprensa industrial*, no que se refere à periodicidade ou ainda, no que a nossa imprensa, “tinha de específico, não mudou com a passagem do Império à Regência, ou do Império à República. Mudou muito, entretanto, quanto ao conteúdo, quanto ao papel desempenhado. (...) Quanto ao seu conteúdo/orientação: jornal de informação X opinião X publicidade (SODRÉ, 1999. p. 4 e 6).

folhas municipais oficiais, em fins do século XIX. Ainda no calor dos acontecimentos e do processo de consolidação do regime republicano, no recém criado estado de Minas Gerais, Xavier da Veiga escrevia que:

Extinguindo-se os velhos partidos, a revolução de 15 de Novembro modificou sensivelmente muitas normas tradicionais do jornalismo, em Minas Gerais, como em toda a República (...) falhando-lhe o velho e favorito thema político e cedendo à corrente do industrialismo (mais palavroso do que real, infelizmente, é forçoso reconhecê-lo) (...) a imprensa periódica passou a dedicar boa parte de suas cogitações e labores às questões práticas – lavoura, comércio, viação, colonização, manufacturas, etc. (...) também (...) a autonomia local, franca e eficazmente instituída pela Constituição do Estado (promulgada a 15 de junho de 1891), cujos princípios básicos na matéria tiveram desenvolvimento amplíssimo na lei mineira orgânica das municipalidades (de 14 de setembro de 1891). Com os seus meios de acção, legais e pecuniários, quase decuplicados, o poder local age presentemente de modo activo e fecundo. Dahi a attenção e solitudine da imprensa estadual, de contínuo attraída para os negócios peculiares aos municípios (VEIGA, 1898, p. 237).

Esse processo de reconfiguração das forças políticas teria influenciado a orientação dos jornais, que cada vez mais eram considerados importantes veículos de comunicação sobre “o que está acontecendo no lugar” e, noticiando os interesses locais, visavam “colaborar com o próprio progresso da cidade” (FERREIRA, 1975, p. 1). Por outro lado, o processo de descentralização política na República teria criado condições para (e mesmo demandado) a disseminação das folhas por localidades como os novos municípios à margem esquerda do São Francisco, processo cuja concretização Xavier da Veiga não testemunhou.

O envolvimento dos jornais locais em outros interesses que não o tema político (num sentido restrito) não pode ser compreendido, evidentemente, como o abandono definitivo da disputa política local, conforme alertava o próprio editor d’*O Abaeté*, ainda no primeiro número de 1904:

A grande maioria da imprensa brasileira, e mui principalmente da imprensa local do interior, anda quase que exclusivamente ao serviço de partidos sem arregimentação política, incorrendo no grande peccado de esterilizar o campo doutrinário e político (OLIVEIRA, 1904, p. 2).

Seja como for, na passagem do século XIX para o XX, o jornal local se torna um espaço importante para o debate de questões políticas seja para finalidades político-partidárias de agremiações locais ou para enunciar a preocupação com o bem local, o progresso técnico, o desenvolvimento cultural, ou ainda, atuar como “arma poderosa (...) aliada de Deus para salvar (...) a vida moral de uma nação” (COELHO, 1922, p. 1) conforme apregoava a campanha da boa imprensa, iniciada no primeiro número do jornal mantido pela Diocese do Aterrado (Luz), em território pertencente a Dores do Indaiá até 1918.

Eis um pouco da diversidade de utilização e das informações sobre o oeste de Minas que poderemos encontrar nos jornais locais: O jornal católico *Luz do Aterrado* afirmava que “a Imprensa é um dom de Deus” (1923a, p. 1) e que “hoje, sobretudo, irmãos e filhos mui queridos, nada se faz sem a imprensa” (1923b, p. 1). Por isso, a igreja também procurava utilizá-la como instrumento de catequização, não se eximindo de participar de debates políticos, digamos, mais terrenos engajando-se, por exemplo, na luta por melhoramentos no distrito do Aterrado e na sua emancipação política.

Este engajamento incluía em suas estratégias a enunciação do espaço por formas semelhantes às utilizadas por outros jornais da região. Podemos identificar, portanto, desde 1898, formas compartilhadas de representação do espaço – ou simplesmente [in]formações do/sobre o espaço que denunciam a existência de ações recíprocas, de jogos de identificação e de reconhecimento pela enunciação da categoria Oeste de Minas.

Só poderíamos avançar na análise da nova dinâmica considerando também o conteúdo acessível dessas formas de representação do espaço – pelos seus enunciados, indagando: como o oeste de Minas é caracterizado? Qual forma adquire nesse momento? Para responder a essas questões não temos mais que os enunciados impressos – o conteúdo dos jornais –, os vestígios que restaram para tentar reconsiderar os jogos sociais em que esses produtores estiveram envolvidos. É nesse sentido que os jornais podem nos informar sobre a dinâmica social que cria e se apóia em formas espaciais como o Oeste de Minas. Para questionar essa formas, precisamos de um outro espaço num próximo texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAETÉ-JORNAL. Abaeté, 14 mai. 1944, ano 10, n. 77. p. 4.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz.: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008, p. 146.

- ANDRADE, Francisco de Assis. Catálogo dos jornais mineiros em microfilmes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XXXI, p. 5.
- ARAÚJO, Maria Marta. Impressores, editores e correspondentes: as origens da imprensa periódica em Minas Gerais. *Revista UFG*. Dez, 2008. Ano. X. nº 5. p. 35.
- ARGEMIRO, Alberto (o velho). Houve tempo... *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956. p. 1.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Dores do Indaiá*. Dores do Indaiá: Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, 1985.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte: s/ed, 1964.
- BARBOSA, W. A. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá. Ano 8. n. 391. 14 de julho de 1973. p. 2.
- CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida e NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. p. 15-40.
- CASTRO, Isauro José de. Apresentação. *O Abaeté em Marcha: órgão oficial do município de Abaeté*. Abaeté, MG, Ano I. n. 1, 25 de mar. de 1971.
- CINQUENTENÁRIO DE BOM DESPACHO (1919-1962). Bom Despacho. Jun. 1
- COELHO, Dom Manuel Nunes. Carta pastoral. *Luz do Aterrado: órgão católico da diocese do Aterrado*. Luz/MG, ano 1. n. 1, 25 de março de 1922. p. 1.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS DE 1891.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- EDITORIAL da primeira edição Nova Fase do Liberal, de fevereiro de 2005. Disponível em <http://www.doresdoindaia.mg.gov.br/html/oliberal/oliberal.htm>. Acesso em 18 de out. de 2008. Na Hemeroteca do Estado há apenas os números de 1979.
- FERREIRA, José Gonçalves. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá, ano. 10.n.522, 6 de março de 1976. p. 1.
- FERREIRA, José Gonçalves. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá, 01 nov. 1975. p. 1.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Miniaturélio da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira. 2007.
- LASMAR, José Osvaldo. Centro-oeste Mineiro: um certo centro de Minas. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e*

- cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008. p. 7.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIMA, Augusto de. José Pedro Xavier da Veiga: esboço biográfico. In: _____. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano VI. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1901. 24-25.
- LUCA, Tânia Regina de e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 14).
- LUZ DO ATERRADOa. *Editorial*. Aterrado, Dores do Indaiá. Ano 1. n. 29. 11 de fev. de 1923. p. 1.
- LUZ DO ATERRADOb. *Editorial*. Aterrado, Dores do Indaiá Ano 2. n. 33. 25/03/1923 p. 1.
- MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano 44. v. 1, jan/jun. 2008. p. 26).
- NORONHA, Gilberto Cezar de. Para além do “sertão do litoral”: as disputas pela caracterização do espaço na imprensa local do oeste de Minas Gerais, nos primeiros anos da República. *Anais do III Simpósio Internacional Cultura e Identidades de 12 a 17 de setembro de 2007*. Goiânia. Universidade Federal de Goiás. 2007.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. "Reminiscências Dorenses": Representações do Oeste de Minas do início do século XX, nas páginas d"O Liberal (1973-1989). In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 2009*. Fortaleza. História e Ética: Anais eletrônicos. Fortaleza : Editora, 2009. v. 1.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. ; SILVEIRA, R. M. ; MELO, P. A. J. ; BARBOSA, A. C. M. ; SIFUENTES, G. G. ; FREITAS, O. F. ; RESENDE, A. M. N. ; NOGUEIRA, G. C. . Abaeté. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008, v. , p. 23-26.
- OLIVEIRA, Joaquim José de. *Editorial*. *O Abaeté*. Abaeté/MG. Ano 1. n. 1, 07 de set. de 1904. p. 1-2.
- OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté: temperada com um pouco de sal e pimenta*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- SANTIAGO, José de Araújo. Recordando e respondendo. Centro de Minas. Sant'Ana de São João Acima (Pará de Minas). 20 de abril de 1890. Ano I, n. 2. p. 1.

- SILVA, Joaquim Antônio Gomes da Silva. Excavações ou apontamentos históricos da cidade de Pitanguy [primeira edição em 1893]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano VII (1902), p. 713.
- SILVA, José Joaquim da. *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. [1878]. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997. p. 171).
- SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: UFMG/Pós-Graduação em História, Linha Ciência e Cultura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (Dissertação de Mestrado).
- SODRÉ, Nelson Werneck de. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Mauad, 1999. p. 4 e 6.
- VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1898, Ano. III, pp. 195-236.
- VENÂNCIO, Renato Venâncio e CASASCA, Marina. *Revista eletrônica Cadernos de História*. Ano II, n. 01, março de 2007. p. 5.
- VOSSA SENHORIA. Esse Brasil! Abaeté, 12 de set. 1948, Ano 3. n. 102. p. 3 e 6.
- XIFRA-HERAS, Jorge. A Informação Cotidiana In: *A Informação: análise de uma liberdade frustrada*. São Paulo: EDUSP/Lux, 1975.

...E A CIDADE SE FAZ “MODERNA”!

Ivanilda Aparecida Andrade JUNQUEIRA¹

ivanildaj@yahoo.com.br

RESUMO: “A cidade é um texto”. E como texto está passível a interpretações diversas cuja compreensão tem o caráter de uma apropriação uma vez que as formas urbanas, os usos sociais que se fazem da cidade, as modalidades de apropriação do espaço urbano pelos grupos de cidadãos, são inscritos conjuntamente pelos diversos sujeitos que dela fazem uso. De acordo com Lucrecia d’Alessio Ferrara, “é indiscutível que a cidade se faz representar através das suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente”. A autora destaca que essa história pode ser lida por meio do estudo dos espaços, seus usos, seus significados. Nesses espaços os homens imprimem simbologias e significados diversos. Minha intenção é tentar decifrar as relações sociais que permeiam o cotidiano dos uberlandenses, por meio de algumas crônicas e matérias publicadas no jornal Correio de Uberlândia.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Relações Sociais. Cidade.

ABSTRACT: "The city is a text". And as the text is subject to several interpretations whose understanding has the character of an ownership since the urban forms, the social uses which are made of the city, the forms of ownership of the urban space by the groups of urban dwellers, are entered together by various subjects that they use. In accordance with Lucrezia d'Alessio Ferrara, "and no doubt that the city is represented through their images and through them to know themselves specifically". The author emphasizes that this story can be read through the study of spaces, their uses, their meanings. In These spaces the men they print symbologies and different meanings. My intention is to try to decipher the social relations that permeate the routine of uberlandenses, by means of some chronicles and materials published in the official "Correio de Uberlândia".

KEYWORDS: Memory. Social Relations. City.

Bom andar por aqui batendo perna. Ruas do Fundinho, permeio a história enquanto a vanguarda nos devora. Um presente numa loja atraente e são tantas... Uma pintura, um desenho, uma gravura, uma escultura para o jardim. Nos restaurantes, diversos sabores perfumam hall de lembranças. No meio do quarteirão a Padaria Mecânica e na esquina o Oscar Mendes. Bem ali o Cine Theatro São Pedro. Entra e sai gente elegante, a orquestra desfia um repertório memorável. Fino trato, mulheres não repetem modelos na passarela da Rua da

¹ Docente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Curso de Museologia e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Boa Vista. Olhares se entrecruzam através dos tempos. Do jornal “O Progresso” de 1907 para o Fundinho Cultural algumas coisas se identificam mas muita coisa mudou. Fulminante engenho do progresso a computação das imagens é violenta demais para o romântico olhar. Pessoas se foram. Vieram outras. Permaneceu o ideal, a energia do espaço e tudo muito bem...

Hélvio Lima, 2002.²

“A cidade é um texto” (LEPETIT, Bernard, 2001, p. 152). E como texto está passível a interpretações diversas cuja compreensão tem o caráter de uma apropriação uma vez que as formas urbanas, os usos sociais que se fazem da cidade, as modalidades de apropriação do espaço urbano pelos grupos de cidadãos, são inscritos conjuntamente pelos diversos sujeitos que dela fazem uso.

Iniciar este estudo com a crônica de Hélvio Lima tem como objetivo trazer à tona o processo de transformação da área central de Uberlândia e se justifica porque se trata de uma das imagens que são construídas de forma a representarem os discursos que legitimam tanto os ideais de cidadania e qualidade de vida urbana, como também os projetos voltados para o progresso e desenvolvimento. De acordo com Lucrécia d’Alessio Ferrara, “é indiscutível que a cidade se faz representar através das suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento” (FERRARA, Lucrécia d’Alessio, 2008, p. 193). A autora destaca que essa história pode ser lida por meio do estudo dos espaços, seus usos, seus significados, e:

do debate a respeito da memória e do patrimônio (os quais) estão, muitas vezes, permeadas por essa visão que toma a cidade como um texto, no qual, os homens imprimem simbologias e significados diversos. Texto a ser decifrado, e a partir do qual se torna possível acompanhar uma ou várias histórias. A vida de uma cidade de dá a ler em suas ruas, suas praças, suas casas, edifícios. Ela está impressa em cada um desses lugares. (SILVEIRA. Anny Jaqueline T., 1996, p. 79)

Neste sentido, ao discutir a cidade, alguns autores fazem uso não só da literatura e da história, mas também dos discursos políticos, urbanísticos, dentre outros, todos carregados de conceitos aplicáveis ao fenômeno urbano. Pensando nisso e devido à infinidade de conceitos utilizados, me reporto a Reinhart Koselleck (KOSELLECK, Reinhart, 2006, p. 145) quando ressalta a importância de se estabelecer uma distinção entre conceito e palavra. Segundo o

² Com as palavras citadas na epígrafe, o artista plástico Hélvio Lima, abre a edição n. 02 do jornal Fundinho Cultural em maio de 2002. As várias edições do jornal foram utilizadas como fonte documental principalmente para a construção deste capítulo por permitir ao historiador observar aspectos e peculiaridades da realidade estudada.

autor, não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar em um conceito, pois cada uma delas remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. Um conceito relaciona-se sempre a alguma coisa que se quer compreender e se articula a certo contexto sobre o qual pode atuar, tornando-o compreensível.

A partir de uma pesquisa multifacetada sobre a noção de tempo histórico, Koselleck expõe a riqueza erudita da história dos conceitos e suas conseqüências quando articulados em termos de uma teoria da história. O tempo é visto como uma construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e o experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como “horizonte de expectativas”.

Koselleck salienta que as fontes do passado “são capazes de nos dar notícia imediata sobre fatos e idéias, sobre planos e acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si”. É necessário considerar as transformações ocorridas ao longo do tempo e o diferente ritmo de modernização além da associação do tempo histórico à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as conseqüências de suas ações. É importante salientar que o significado do conceito de futuro para o autor é diferente do que é para nós, pois, diz respeito a um tempo já decorrido, mas, se considerarmos sua afirmação de que se no cômputo da experiência subjetiva, o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnica e virtualmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida, e ao contextualizá-la ao nosso tempo, perceberemos que existe uma relação com a aceleração da “modernidade” vivida atualmente pelos homens que habitam as cidades.

Neste sentido, ao observar que os modelos temporais têm o presente como centro de gravidade, Lepetit concorda com Koselleck sobre as relações entre história e tempos, regimes de historicidade ou temporalidades específicas e múltiplas das situações urbanas vividas pela experiência humana. A todo o momento, uma organização do território origina-se do conjunto das configurações anteriores. No jogo das atualizações sucessivas das formas passadas em combinações territoriais novas, as sociedades usam menos as possibilidades fornecidas por seu meio do que aquelas que a história lhes fornece. Aí se inclui a idéia de uma adaptação ativa, realizada pelos atores sociais ao sabor de seus equilíbrios e de suas capacidades, dos enquadramentos espaciais por eles herdados. Devido à multiplicidade das formas antigas de

organização do espaço e a diversidade das temporalidades nas quais elas se inscrevem³, o problema está mais em associar uma trajetória histórica e uma evolução futura do que em estudar as modalidades de presentificação dos passados. “As sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso: procedem continuamente a uma reatualização e a uma mudança de sentido das formas antigas. Elas as reintrepretam”. (LEPETIT, Bernard, 2001, p. 152)

Nessa ação de reinterpretação, as sociedades recorrem a alguns conceitos, contudo, segundo Koselleck, eles são produto da nossa modernidade, como revolução por exemplo. É muito importante não vê-lo como unívoco, pois possui uma grande variação de significados, mas, a partir de 1789 esse conceito cristaliza-se em um coletivo singular, então, podemos dizer que os significados dos conceitos são vários sendo, portanto, necessário saber a partir de que momento eles passam a ser empregados como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica. Em relação a este fato, Lepetit considera que os conceitos utilizados pelo urbanismo atual devem ser confrontado com aqueles pelos quais os substituímos, pois, acredita que é útil avaliar por quais etapas se operou a passagem de uns para os outros. Assim como os autores citados, procurei me manter atenta para a alteração dos conceitos com os quais lidaria.

No decorrer da pesquisa, a palavra com que mais me deparei nos discursos que compunham as fontes analisadas foi “melhoramentos”. Conforme afirma Maria Stella Bresciani, a palavra “melhoramentos” e a expressão “melhoramentos materiais”, são presença constante nos diferentes enunciados sobre a cidade (BRESCIANI, Maria Stella, 2001, p. 343). A autora traça um panorama sobre a ocorrência da palavra melhoramentos e das expressões correlatas, no período de 1850 a 1950, na cidade de São Paulo.

A longa permanência da palavra melhoramentos para designar benefícios feitos nas vias de comunicação, pontes, praças, mercados, e demais lugares de utilização coletiva, levou-me a situá-la entre duas possibilidades opostas. Seria uma palavra guarda-chuva (mot valise) recobrindo uma lista de situações tão diversas que a tornaria inespecífica e sem qualquer valor significativo? Ou seria um termo associado a um lugar-comum uma palavra cuja compreensão é imediata e considerada, portanto, do ponto de vista de uma coletividade, ‘parte de um fundo comum onde se trocam palavras, crenças, preconceitos, argumentos e opiniões’? Ou seja, uma palavra que permite as falas vindas de pontos diversos se encontrarem

³ Lapetit ressalta que a cidade não dissocia, mas sim faz convergirem, num mesmo espaço tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução de certas formas produzidas.

no lugar-comum onde as representações das experiências de natureza variada se acumulam e entrecruzam-se, designando, neste caso, sempre um acréscimo positivo a uma situação dada. Constituiria, então, um dos desdobramentos identificáveis da noção mais ampla de progresso; um sinal localizável por sua materialidade apreensível e mesmo mensurável? (BRESCIANI, Maria Stella, 2001, p. 343)

Assim como Bresciani, para mim, a palavra melhoramentos, além de ser um lugar-comum, em que a troca de opiniões sobre coisas diferentes sempre manteve relação com a idéia de um acréscimo positivo àquilo que se refere. Além disso, ela também se apresenta como “algo que articula um sentido a uma representação, ou a uma realização mental sob a forma de uma imagem”. Desse modo, ela reúne três dimensões: a de lugar-comum, a conceitual e a figurativa. “Prove com imagens, por vezes interligadas, a uma opinião e/ou um conceito”. Também observei que, tanto aqui quanto em São Paulo, houve um deslocamento da palavra das intervenções mais simples para as intervenções mais articuladas como os planos de urbanização que ora estudo. A palavra “refere-se sempre a objetos concretos, projeções de intervenções e/ou obras realizáveis, que pela dimensão imagética desenhada ou sugerida pela linguagem são capazes de provocar em quem escuta, lê ou vê o sentimento de serem partícipes (ou de estarem excluídos) de uma ação coletiva orientada no sentido de um modelo ideal de cidade moderna” (BRESCIANI, Maria Stella, 2001, p. 345). As propostas de uma Uberlândia ideal também não se concretizaram como uma imagem imobilizada numa dada representação, “mas se deslocou constantemente, acompanhando os sucessivos deslocamentos nas concepções de cidade ideal”, dependendo das intenções dos grupos que detinham em mãos o poder administrativo ou do momento histórico vivenciado.

Enquanto me dedicava à leitura da cidade escolhida como objeto de estudo, fui percebendo que hábitos, costumes, formas de viver e conviver dos habitantes também se modificaram perante as conveniências econômicas, sociais e políticas e que as transformações do espaço urbano acabaram por impor uma nova disciplina e um novo sistema de valores e que as propostas de reorganização urbana, na maioria das vezes, foram norteadas por resoluções carregadas de sentido e intenções. Desse modo, as relações que se estabeleceram foram permeadas por elementos contrários que resultaram em uma série de conflitos colocando em lados opostos aqueles que pregam o progresso e o desenvolvimento e aqueles que lutam pelo direito de se apropriarem dos vários territórios conforme seus interesses momentâneos.

É importante destacar que a área central das cidades como ponto mais denso de um “campo de forças” (LEPETIT, Bernard, 2001, p. 152) passou a ser difundida pelo pensamento

do coreto ocorre em 1926. No entorno da praça também funcionava o Fórum Municipal. “Desde então, a praça se converteu no centro político e simbólico da cidade, onde se realizavam os principais eventos cívicos e religiosos, tornando-se também, o principal local de lazer da cidade”. (FONSECA, Maria de Lourdes Pereira, 2007, p. 88)

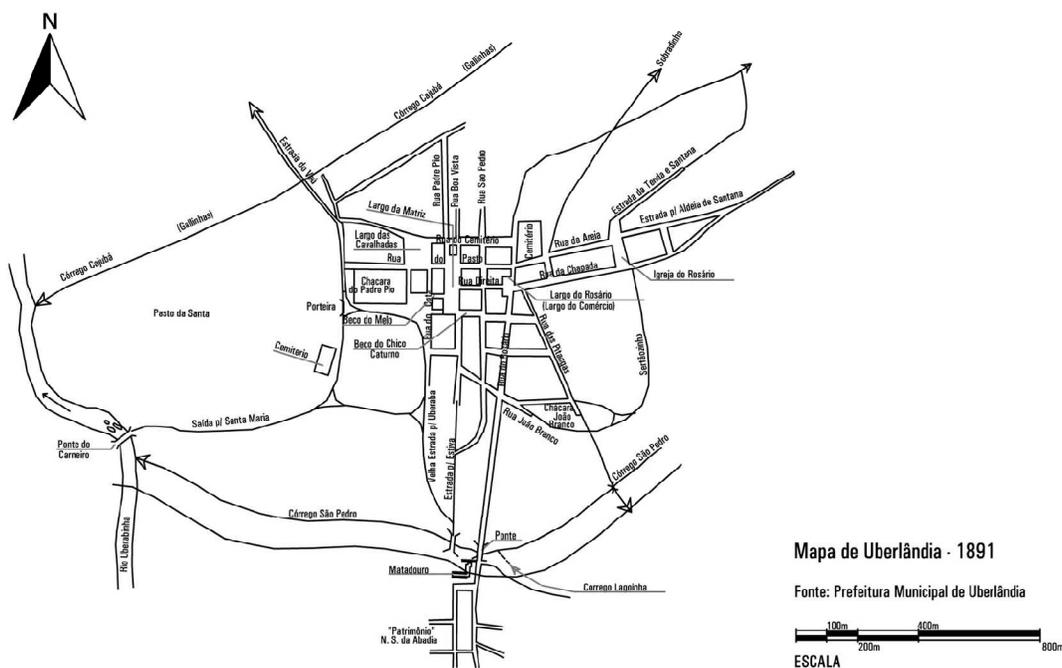


Fig. 2: Mapa da cidade, 1891. Fonte: Fonseca (2007)

Por meio da análise da fig. 2, constata-se que não houve, num período de 30 anos, nenhuma modificação significativa além da presença do Matadouro e da criação do bairro Patrimônio de Nossa Senhora Abadia, na área delimitada. Contudo, nas décadas seguintes, após a instalação das primeiras fábricas, a partir de 1928, cria-se o Bairro Operário, localizado além dos trilhos da ferrovia.

Dessa forma, a cidade se expandia ao mesmo tempo em que se consolidava a ocupação da área central consolidando o centro polarizado pela Praça Tubal Vilela, as avenidas Afonso Pena, Floriano Peixoto e João Pinheiro, essa última como o lugar das residências das classes sociais mais privilegiadas. A Tubal Vilela complementava a Praça Clarimundo Carneiro no exercício das principais funções urbanas. Ali foram construídos o ginásio mais importante da cidade, o novo Fórum e, em 1941, uma nova matriz. A antiga igreja foi, então, transformada em rodoviária e a sua praça, a Cícero Macedo, passou a ser, a partir dos anos 1960, o

local de parada final de todas as linhas de ônibus urbanos da cidade. Essa praça, antes a mais central, passou a assumir uma importância secundária. (FONSECA, Maria de Lourdes Pereira, 2007, p. 88)

Porém, foi a partir da década de 1950 que se observou um crescimento urbano mais acelerado. A área central foi ampliada com o intuito de melhorar a comunicação entre os bairros mais próximos e, segundo Fonseca, nesta década investiu-se na canalização do córrego Cajubá que separava o centro das Vilas Oswaldo, Carneiro e Martins resultando na avenida Rio de Janeiro, hoje Getúlio Vargas. Tal avenida se converteu numa das mais importantes da cidade se tornando alvo de vários investimentos por parte do poder público com a finalidade de dotá-la dos serviços necessários ao seu funcionamento e beleza como forma de fazer justiça ao papel que ora desempenhava.

Na década de 1960, o centro, que já abrigava vários edifícios de três ou quatro andares, passou a receber os primeiros edifícios mais altos. Conforme reportagem publicada no jornal O Correio de Uberlândia, em 1965, um vereador propõe uma lei proibindo a construção de edifícios com menos de três andares nas avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto com a finalidade de resguardar a imagem progressista.

O ritmo de vida da população torna-se mais acelerado por causa das novas imposições advindas com o progresso. A Praça Tubal Vilela continua sendo o centro nevrálgico da cidade cujo espaço abriga novas sedes de bancos, edifícios comerciais, hotéis e várias lojas de departamento destinadas, principalmente, ao público de renda média e alta. Neste sentido, Koselleck chama a atenção para a experiência da aceleração do tempo, a qual que antes se apresentava como sinal da destruição do tempo histórico, “hoje faz parte da nossa experiência cotidiana, graças à explosão demográfica e à capacidade técnica”. (KOSELLECK, Reinhart, 2006, p. 145)

Se relacionarmos a aceleração do tempo à experiência dos cidadãos uberlandenses, veremos que, nas últimas décadas, os seus modos de viver sofreram grandes transformações, pois, precisaram se adaptar às novas tecnologias que não só interferiram no desenvolvimento urbano da cidade, mas, também no seu cotidiano. A cidade que emergia na década de 1960, antes tranqüila, passou a buscar o novo, o moderno, inclusive o padrão das construções civis. Para impor essa nova imagem da modernidade, tornava-se necessário interferir na paisagem onde as construções antigas, que embora tenham se destacado em tempos anteriores, já não correspondiam mais às exigências do progresso. Inicia-se uma série de demolições que são

motivo para que os jornais da época fizessem apologia do novo como sinônimo das transformações positivas advindas desse progresso:

Mas Uberlândia progride, e o progresso tem exigências que atentam contra as tradições. A Avenida Floriano Peixoto, a segunda via pública comercialmente falando, não podia permanecer com aquele edifício antiquado ocupando um terreno que se presta para uma construção predial de três andares, como o que lhe está fronteiro. E assim a picareta dos operários conclui a sua demolição quando estas linhas estiverem sendo lidas em letras de forma. Outros prédios semelhantes _poucos embora_ ainda existem pela cidade, inclusive na Avenida Afonso Pena, que foi a pioneira da nossa civilização e que hoje já vai perdendo para outras no aspecto arquitetônico. Parece que teimam em lembrar a fisionomia de antanho, quando não havia calçamento e as lojas não tinham vitrinas nem portas de aço. A seu tempo, porém, terão que sofrer a queda, cumprindo a lei da fatalidade ou da sucessão, que substitui os homens por outros homens, as casas por outras casas, as cidades por outras cidades e até as idéias por outras idéias. (Correio de Uberlândia, 1953, p. 1).

Esse interesse em construir uma cidade moderna faz com que, onde tudo que lembra o velho e o arcaico perca seu valor. Ao analisar o fragmento da notícia acima, percebemos que, assim como para Koselleck, o conceito de modernidade significava para os uberlandenses a emergência de um “tempo novo”, que só ganha sentido a partir do contraste com o tempo anterior, o tempo “velho”, ou ao ser empregado como conceito de época, quando se opõe às definições do período anterior, o qual é, na maioria das vezes, desqualificado.

Contudo, conforme afirma o autor, para se chegar à experiência de um novo tempo é necessário recorrer à semântica. Para ele, a expressão “tempo moderno” pode significar ou a simples constatação de que o ‘agora’ é novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse passado. Neste sentido se forjou a expressão ‘modernus’, que desde então não perdeu o significado de ‘atual’. (KOSELLECK, Reinhart, 2006, p. 152)

No entanto é necessário ressaltar que o tempo do qual trata Koselleck, refere-se ao tempo dos conceitos, o que é diferente do tempo dos sujeitos. O tempo dos conceitos leva a algumas considerações teóricas em que ele é homogeneizado e isso não ocorre no tempo dos sujeitos. Sendo assim, quando consideramos a reivindicação qualitativa de novo tempo que pode significar algo inteiramente novo, diferente, ou até mesmo melhor do que o tempo anterior, observamos que essa idéia norteia os artigos publicados em alguns jornais uberlandenses.

Percebe-se a intenção da mídia em controlar a memória espacial da cidade inculcando uma imagem de região onde a crise econômica não se estabelecia. Uberlândia era apresentada como a cidade que mais crescia no interior de Minas Gerais. Local atraente para aqueles que se propunham a conquistar novos horizontes por meio de investimentos no comércio ou na indústria:

Os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento, talvez estejam mesmo ligados à quantidade de forasteiros que por aqui existe, em geral gente dinâmica, progressista e dotada de força de vontade realmente notável. Uberlândia, a cidade-menina, continua crescendo. Novas ruas surgem onde há pouco era campo. Construções arrojadas. Comércio intensíssimo (o maior do Triângulo e do Brasil-Central), belíssimas vias públicas, notável clima quente durante o dia com rajadas frescas durante a tarde e a noite. (Correio de Uberlândia, 1957, p. 2)

A imprensa enaltece o processo de industrialização e o considera com um fato concreto, resultado do dinamismo de uma cidade cuja base é o progresso. Este viria para beneficiar a toda população e era, na verdade, resposta aos anseios do próprio “povo”. Mas, hoje, quais as conseqüências desse progresso para a maioria dos cidadãos uberlandenses? Como se organiza o espaço urbano, o qual continua a receber os “forasteiros” que já não são mais aclamados como sinônimo de progresso?

Tais questões sobre a ocupação do espaço urbano têm despertado o interesse de estudiosos de diversas áreas como a geografia, a história e a sociologia. Em seu livro, *Um historiador fala de teoria e metodologia*, *Ciro Flamarion Cardoso*, reúne uma série de ensaios independentes e diversos entre si, mas cuja preocupação principal consiste na prática teórica e metodológica que norteia o trabalho do historiador e chama sua atenção para o fato de que esse trabalho não consiste apenas a reproduzir conhecimentos, mas enfrentar os autores que seleciona como fonte bibliográfica. Para isso é necessário identificar o autor e seus pressupostos, pois, só a partir disso se pode verificar com quem ele dialoga.

Para Cardoso, e nisso ele difere de Koselleck, a história tem um lugar que define como real. Ela é construída a partir de um *lócus* onde o acontecimento não se explica por si só, pois existe uma estrutura econômica e social responsável pelo seu desencadeamento e tal estrutura é organizativa. É necessário compreender que os acontecimentos são diferenciados e também interpretados de maneira diversa, desse modo, o historiador deve estabelecer mediações. Segundo o autor, essas mediações estão sendo deixadas de lado.

No ensaio, *Repensando a construção do espaço*, Cardoso discute dois temas que considera relevantes para as reflexões contemporâneas acerca do conceito de espaço: alguns dos aportes antropológicos; e a incidência das noções sobre mundialização e globalização.

Ao iniciar a discussão desses dois temas, Cardoso embasa sua argumentação no trabalho de André Leroi-Gourhan salientando a importância da domesticação simbólica do tempo e do espaço. Uma domesticação que designa a criação de um espaço e um tempo controláveis, humanizados “na casa” (domus) e partindo da casa. (LEROI-GOURHAN, 1975, apud CARDOSO, 2005, p. 41) Cardoso estende seu diálogo com outros autores dando destaque para o antropólogo francês Marc Augé, para quem o lugar antropológico define-se como:

A construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição - não importa se central, intermediária ou periférica - no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. Assim definido, proporciona uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constitui. (AUGÉ, 1995, apud CARDOSO, 2005, p. 43)

No entanto, diferentemente de Augé, Cardoso considera a evidencia de que a própria “Modernidade também é criadora de novos lugares antropológicos, além de integrar a si aqueles que o passado pré-moderno criara”. (CARDOSO, 2005, p. 43) Quanto à definição de um “não-lugar” proposta por Augé, acredito que certos espaços ao serem apropriados pelos usuários, como a Praça Tubal Vilela, por exemplo, agrega uma rede de relações e sociabilidades que orientam novas práticas e novas maneiras de viver. Ali as pessoas se encontram no espaço publicizando as relações sociais. Nestes espaços, segundo Arantes, o olhar do pesquisador imóvel pode vislumbrar inúmeras atividades que ocorrem num espaço delimitado e, ao longo do tempo, torna-se possível configurar as relações sociais, os conflitos, os jogos de poder e a violência. “Não em movimento, mas ocupando um lugar fixo, reconhecem-se dramas, a sucessão de tramas até o início do novo enredo”. ARANTES NETTO, 1999, p. 118.

Observando o desenrolar das cenas me deparei com a experiência cotidiana dos transeuntes que percorrem as principais ruas do centro de Uberlândia. A vendedora de pipoca,

com suas roupas coloridas, atraiu os fregueses pela sua simpatia e sua história⁴ é desfiada em meio a interrupções conforme entrega o saquinho de pipocas com “cheiro de infância”.

O carrinho... ela comprou há trinta anos com um empréstimo concedido por uma das lojas instaladas no entorno da praça Tubal Vilela, o que lhe permitiu levar uma vida mais “digna” e que “pagasse as contas em dia”. Antes disso, utilizava um carrinho que alugava de um primo. Ela se mudou de Ituiutaba para Uberlândia há uns trinta e cinco anos. Mudou-se porque, segundo afirma, em outros lugares “não dava condição para eu criar os meus filhos. Então a gente caiu aqui dentro de Uberlândia, e eu fui lavar, passar, fazer faxina, doméstica... aí, eu



achei que esse serviço aqui dava mais... aí eu fui ser pipoqueira...” Ao ser questionada sobre o que pensa em relação às transformações pelas quais a área central da cidade passou nas últimas décadas ela ressalta:

*Já faz uns vinte anos que eu vendo pipoca aqui no centro e pra mim foi ótimo. O pessoal tem sido muito bacana. Mas, o tempo vai passando e as coisas mudaram muito... Antes as condições pra você vender eram melhores... Eles faziam muitas festas aqui no centro... festas de igreja... festas de aniversário da cidade... festinhas de criança... e hoje, não existe mais isso. As pessoas só passam correndo por aqui, sem parar, sem aproveitar as praças... Elas tão acumulando muitas coisas e não podem parar mais, elas têm medo... o movimento dos carros tá cada dia maior... Uma vez eles resolveram reformar a praça, fecharam ela inteirinha e tiram a gente daqui. Depois nós voltamos... Não é muito tranquilo trabalhar aqui, não. Eu não tenho problema com os fiscais não, mas os camelôs não podem ficar aqui, não. Tá perigoso também por causa dos pivetes que rondam por aqui... Além disso, pra trabalhar aqui, é preciso ter uma carteirinha. A minha já tá vencida há muito tempo e eles não querem revalidar ela, não.*⁵

Sobre o policiamento na praça, Maria Dalvani, depois de uma pausa, respondeu que quando alguém procura pela polícia, não acha. “A casa ali onde eles ficam, tá fechada e eu não sei onde ele tá, não! Desse jeito fica complicado.”

⁴ Maria Dalvani Ferreira, 58. Depoimento concedido em 08/04/2010.

⁵ Maria Dalvani, já citada.

Quanto ao movimento, a depoente ressaltou que no começo do mês o movimento aumenta porque coincide com o pagamento dos salários. Com dinheiro no bolso, os seus clientes aparecem com mais frequência. “No mês passado e no mês retrasado, eu passei um aperto para pagar as minhas contas porque foi ruim de movimento. Não é muito constante, não. Mas ninguém me atrapalha, não. Eles não gostam é dos camelôs, mas dos carrinhos eles não falam nada, não. Acho que deve ser porque eles são típicos das praças.”

O depoimento de Maria Dalvani é permeado por indícios de como as relações se estabelecem no espaço público, de como ocorrem os jogos de interesse e os seus critérios no estabelecimento dos vencedores. O carrinho de pipocas “tem permissão” (ela não é incomodada) para ocupar aquele espaço por se afigurar como elemento típico, característica que as barracas dos camelôs não apresenta. Pela sua fala, é possível acompanhar como se configuram as relações sociais, os conflitos, os jogos de poder que permeiam o cotidiano dos cidadãos que os utilizam.

Com um saquinho de pipoca nas mãos, sigo pela Avenida Afonso Pena em direção à Praça Osvaldo Cruz, cujo espaço abriga o atual edifício do fórum Abelardo Pena, e me deparo com uma cena inusitada⁶: ao lado da rampa que permite o acesso às dependências do fórum, um senhor engraxa sapatos.



Num primeiro momento o leitor imaginará uma cena corriqueira do cotidiano, contudo, perceberá que uma estratégia de apropriação daquele espaço foi utilizada pelo engraxate que optou por atender os clientes usando terno e gravata (Correio de Uberlândia, 2010, p. 2). Há cinco anos, Robson Sousa Reis, de 41 anos, engraxa sapatos na entrada do Fórum. Ao observar que os frequentadores da instituição sempre se vestiam dessa forma pensou que investir no processo de construção de sua imagem seguindo o mesmo estilo dos seus clientes seria uma forma de valorizar o seu trabalho. “A vestimenta e atitude condizem com o local, o que acrescentam para a qualidade do serviço e acaba aumentando o gosto de ser atendido por ele”, afirma um dos clientes. Com sua atitude, Robson Reis diz que ainda ampliou a sua rede de relações devido à confiança que inspira naqueles que usufruem dos seus serviços os quais lhe pedem

⁶ Fig. 2: Fonte: Jornal Correio de Uberlândia.

informações, deixam documentos aos seus cuidados para serem entregues aos advogados. Além disso, oferece cafezinho, mantém um guarda-chuva por perto para acompanhar os clientes até o carro no período de chuva, pois acredita que “não é só limpar os sapato, tem que ir além.”

Na avenida Floriano Peixoto, um casal tenta equilibrar sacos de lixo reciclável em um carrinho improvisado cedido por uma empresa intermediária. Com o dinheiro obtido com a venda do papelão que conseguem juntar complementam a renda da família. Um pouco mais à frente, o carroceiro Carlos enche a carroça com papelão no trabalho que realiza acerca de três anos para complementar a renda familiar. Durante o dia trabalha como açougueiro em um frigorífico e, após o expediente, “vai em busca de recicláveis” cuja venda resultará no dinheiro com que paga as contas e sustenta a mulher e os cinco filhos. Diz que sempre leva consigo uma vassoura com a qual devolve para dentro dos sacos de lixo tudo aquilo que não



lhe interessa. “Tem que deixar tudo com eu peguei, né?” (Correio de Uberlândia, Uberlândia, 2008, p. 4).

Percebemos que, com a aceleração da vida moderna já citada, resta aos cidadãos ampliar sua jornada de trabalho como forma de complementar a renda familiar e o espaço público passa a ser visto, não apenas como local propício para o

desenrolar das relações de sociabilidade, mas também é apropriado como local de trabalho informal. Os catadores de lixo disputam o espaço nas ruas com os motoristas que por elas circulam. Algumas vezes o seu trabalho é desaprovado, contudo, enfrentando os revezes do dia a dia colaboram na limpeza da região central da cidade cuja produção de lixo gira em torno de 50 mil toneladas por dia.

De volta à praça Tubal Vilela registro o momento em que uma dupla se dedica ao jogo de damas. Um dos jogadores “vigia” uma nota de R\$10,00 enquanto se concentra na próxima jogada. Um conhecido chega e pergunta se “tá valendo dinheiro?”. Contudo, ao perceber a presença da câmera fotográfica que levo comigo, disfarça e diz que não, que aquele dinheiro é um troco que recebeu da pipoqueira. Segundo os amigos que assistem à partida, essa é uma prática comum que se realiza cotidianamente nos bancos da praça. Ao longo da caminhada

continuo a me deparar com a multiplicidade de relações e imagens que compõem a trama da área central.

Minha escolha por “caminhar pela cidade” me permitiu constantemente cruzar fronteiras e atravessar os vários territórios que são constituídos diariamente, pois, mantenho-me em contato direto com os sujeitos sociais que compõem a paisagem urbana e percebo que:

o trajeto efetivamente percorrido (com afetividade) no chão é diverso daquele que se percebe num sobrevôo ou que se pode varrer com o olhar estrategicamente colocado, quando se mira do alto de algum ponto seguro. Os passos do caminhante atento não costuram simplesmente, uns aos outros, pontos desconexos e aleatórios da paisagem. Ele (o caminhante) se arrisca, cruzando umbrais, e, assim fazendo, ordena diferenças, constrói sentidos, posiciona-se.⁷

Por meio da observação dos “flagrantes” do cotidiano no centro da cidade, explorei o espaço na tentativa de decifrar os vários “textos”, escritos a muitas mãos, que compõem sua história. Os sujeitos sociais se apropriam desse espaço conforme suas necessidades momentâneas e utilizam inúmeras estratégias para burlar a tentativa de disciplinarização que sempre ocorre por parte do poder público. Neste sentido, Jérôme Monnet ressalta que cada grupo aciona uma estratégia de controle que lhe permite um benefício maior quanto à sua localização, por exemplo. “Os animadores culturais, os comerciantes, os turistas, os habitantes, os poderes públicos, cada um no que lhe concerne, intervêm para tirar melhor proveito do centro da cidade” (MONNET, Jérôme. 1988, p. 227). Concordo com o autor quando afirma que o centro é vivido como espaço de confronto, de contato, de mistura, e, alguns usuários tendem a se apropriar exclusivamente da área em detrimento de outros usos cujos resultados consistirão em uma multiplicidade de novos usos e representações sociais que o instituirão como tal atribuindo-lhe um valor econômico, cultural e político. Cada um se apropria do centro da forma que melhor lhe convier; os comerciantes “estabelecidos” podem tirar partido, denunciando a concorrência desleal dos ambulantes, uns e outros se articulam a políticos e a instituições como forma de obterem apoio para suas reivindicações.

⁷ ARANTES NETO, Antonio Augusto. Op. cit. p. 119. O autor, citando De Certeau, ressalta que o caminhar cria um espaço de enunciação, “atos de falas pedestres”, e compara o andar pelo espaço urbano com a linguagem. Para De Certeau, o “caminhar tem uma tripla função enunciativa: é um processo de apropriação do sistema topográfico por parte do pedestre [...]; é uma atuação espacial do lugar [...] e implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, entre ‘contratos’ pragmáticos na forma de movimentos. Assim como Antonio Augusto Arantes e De Certeau, acredito que ao escolher caminhar pelas ruas do centro minha imaginação ficou aguçada e, por causa disso, procurei tirar maior proveito das narrativas produzidas pelos sujeitos sociais com os quais falava.

Destaco a importância dos depoimentos orais como elemento fundamental para se compreender as ações dos sujeitos sociais ao se apropriarem dos espaços públicos. Sobre os relatos orais, segundo Alessandro Portelli, podemos dizer que existem dois fatores de grande influência para sua construção: a) o modo como o investigador encaminha a entrevista, pois, segundo Portelli, quando o mesmo se dispõe a realizá-la, já possui alguns propósitos pré-determinados que o orientarão na formulação e direcionamento das questões a serem elaboradas; b) a interpretação que o entrevistado faz do que conta. Desse modo, pode-se dizer que a história oral se constitui num campo de diferenças no qual se desenvolve um diálogo entre diferentes (narrador e pesquisador) sendo que a fala ou o questionamento dependerão da interpretação de um ou de outro na construção do processo verbal que se desenrola.

Pensando nas bases de legitimação em contar uma história de vida, Portelli salienta que: “ou a vida é significativa ou a história é bem contada”. Assim, é possível perceber que, algumas vezes, o que importa é a beleza das histórias a serem contadas, e que, mesmo que os dados apontados pelo narrador não confirmam com a história oficial, é necessário levar em consideração o significado que tais dados representam e/ou representaram na história de vida do mesmo.

Neste capítulo, procurei combinar essa beleza com a realidade dos fatos ocorridos, pois segundo Portelli, “a verdade, quando contada com beleza pode também pode espargir luz por meio de símbolo e sentimento de nosso entendimento de História”. Cada história possui uma beleza intrínseca nas entrelinhas da memória resguardada, sendo que esta, pode ser considerada o mais profundo tema de performance, pois, as imagens do passado são preservadas e ao serem relatadas. Na maioria das vezes, a emoção se torna patente na fala do narrador, trazendo à tona, momentos que tiveram significativa importância em sua história de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistas*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- BRESCIANI, Maria Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: E. Universidade/UFRGS, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. Forma Urbana e Uso do Espaço Público: as transformações no centro de Uberlândia, Brasil. Tese. Programa de Doutorado em Urbanismo da Universidade Politécnic de Cataluña, Espanha, 2007.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy Pesavento (org.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2. ed.-Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

LEPETIT, Bernard. A cidade é um texto. In: *Por uma Nova História Urbana*. Eliana Angotti Salgueiro (org.). Trad. Celi Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LEROI-GOURHAN, 1975, apud CARDOSO, 2001.

SILVEIRA, Anny Jaqueline T. Acerca da Leitura das Cidades. In: *Vária História*. Belo Horizonte, Set/96, n. 16.

JORNAIS

CORREIO DE UBERLÂNDIA

PROGRESSO urbano. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 jan. 1952.

UMA demolição. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 15 jan. 1953. p 01.

EXALTAÇÃO de Uberlândia. Trecho de poema. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, 01 jan. 1954.

O PITORESCO das cidades velhas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

OBRAS do aeroporto Eduardo Gomes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

OBSTRUÇÃO dos passeios. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

QUESTÕES de trânsito. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jan. 1954.

IMPORTANTES melhoramentos para Uberlândia conseguidos pelo prefeito Tubal Vilela da Silva. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jan. 1954.

TRANSFERÊNCIA do Expresso Triângulo Mineiro S.A. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

CONTATOS com a cidade-pedidos de iluminação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, fev. 1954.

O ROSÁRIO do Prefeito. Primeira vez que se fala do plano diretor. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

ESTE JORNAL e a Política. *Correio de Uberlândia*, *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

A TENDA da sujeira. Mercado Municipal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02 E 4, fev. 1954.

AS EXURRADAS. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, fev. 1954.

MANIFESTO dos Partidos Políticos Uberlandenses-Eleger políticos ubelandenses. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01 e 4, fev. 1954.

RONDON PACHECO responde a Vasco Gifoni-O PSO na câmara federal tentou prejudicar a pavimentação da rodovia Uberlândia-Itumbiara. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, fev. 1954.

LEI não aplicada. A lei dos muros em terrenos vagos. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, mar. 1954.

TRABALHO e Cooperação. Tubal candidato a deputado. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 04, abr. 1954.

A PREFEITURA e a política partidária. Campanha de Tubal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, abr. 1954.

REMINISCÊNCIA - Praça da República. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jun.

CIDADE sem água – Cidade sem luz. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, ago. 1954.

AOS SÁBADOS em Uberlândia: desfile de miséria. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, set. 1954.

NOSSAS Instituições de amparo à criança. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, out. 1954.

O LEGISLATIVO e a Mendicância. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 06, out. 1954.

COISAS e Graças de uma cidade chamada Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 05, jan. 1956. *Correio de Uberlândia*, 22/01/56, p 05.

O INÍCIO do asfaltamento da Avenida Afonso Pena. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 abr. 1956.

NÃO nos agradou o asfaltamento. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 09 jun. 1956.

O ASFALTO da Afonso Pena está se derretendo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 18 ago. 1956.

O PÉSSIMO estado em que se encontram as estradas de nossa região. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, mai. 1964.

NA sua marcha ciclópica de progresso, Uberlândia obtém três novos triunfos. *Correio de Uberlândia*, 27/01/57, p 01.

- UBERLÂNDIA: Metr pole do interior. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, jul. 1957.
- LEMBRADA novamente a mudana de local da estao da Cia. Mogiana. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 01 mai. 1958.
- DISCURSO do Sr. Renato Humberto Calcagno, ex-presidente da Associao Comercial de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 02, fev. 1959.
- UBERLÂNDIA poderá ter plano de metas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jan. 1961.
- UBERLÂNDIA: 74 anos de vida com progresso e trabalho. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, set. 1962.
- NÃO há regime algum que sobreviva   fome do povo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 08, fev. 1962.
- UBERLÂNDIA: 74 anos de vida com progresso e trabalho. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, set. 1962.
- CUSTO de vida subiu 80% em doze meses. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, jun. 1963.
- CIDADE, Industrial. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, n  9.937, 18/12/1964.
- CENTRO da cidade não pode comportar prédios de 1 andar. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 28 fev. 1965. Esta reportagem informa que um vereador propôs uma lei proibindo a construo de edifícios com menos de três andares nas avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto com a finalidade de resguardar a imagem progressista da cidade.
- NOVA estao da Cia. Mogiana vai descongestionar trânsito. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 mai. 1965
- MUDANA da Mogiana: Baldij o quer verba de Mário Andreazza. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 e 09 out. 1967
- EM JANEIRO construo da nova estao da Mogiana. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 08 e 09 dez. 1967
- MUDANA dos trilhos da estao. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 05, 14 abr. 1970.
- TUBAL Vilela   cercada para reestruturao. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 01, 25 mar. 1992.
- AMBULANTES conheceram projeto de reforma da Tubal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. C, 03 abr. 1992.
- REFORMA da praa comea a provocar polêmicas. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. C, 11 abr. 1992.

CURADORIA do Meio Ambiente vai intimar Ivan e Novaes. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. C, 15 abr. 1992.

PRAÇAS estão sendo revitalizadas em Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 5, 08 ago. 1992.

JORNAL O REPÓRTER

PELA industrialização da cidade. *O Repórter*, Uberlândia, p. 3, 13 mar. 1951.

UBERLÂNDIA e seu prefeito. *O Repórter*, Uberlândia, p. 3, 04 abr. 1951.

O ABASTECIMENTO de água. *O Repórter*, Uberlândia, p. 2, 08 out. 1951.

AGRAVOU-SE ontem a tarde a situação da cidade com o choque entre polícia e os comunistas. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 24 jul. 1951.

UBERLÂNDIA em 18 meses de administração do sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 01 ago. 1951.

UBERLÂNDIA liderando o custo de vida. *O Repórter*, Uberlândia, p. 2, 12 set. 1951.

ESPANCAMENTOS em Uberlândia. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 08 juh. 1954.

UBERLÂNDIA. *O Repórter*, Uberlândia, p. 2, 20 out. 1956.

ARROMBAMENTO, pilhagem e incêncio – A nossa pacata cidade foi palco de deploráveis acontecimentos. *O Repórter*, Uberlândia, p. 1, 21 jan. 1959.

FONTES HISTORIOGRÁFICAS E SUAS ARMADILHAS: CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOCIAL GOIANO NOS ANOS DE 1990

Keides Batista VICENTE¹
profkeidesueg@hotmail.com

RESUMO: A presente pesquisa buscar discutir a elaboração, em Goiás, da década de 1990, de um imaginário político e social sobre a ação estudantil na década de 1960 em Goiânia. Essa discussão se embasa em dois trabalhos elaborados e desenvolvidos na década de 1990: *Cadernos de entrevista* e *Desafiando a utopia*. Ambos contêm entrevistas com indivíduos selecionados pelo seu papel político e social na década de 1960, como militantes e líderes estudantis em Goiânia, e, no presente das entrevistas, década de 1990, por serem personagens políticos, intelectuais e profissionais com projeção social em Goiás — pois são professores universitários, médicos, sociólogos, jornalistas e políticos atuantes como deputados, vereadores e presidentes de partidos de esquerda. Para desenvolvermos essa análise, partiremos dos objetivos e das justificativas dos dois trabalhos, que visam à reconstrução histórica do movimento estudantil goiano, e nos embasaremos em dados como fotos, perguntas e a descrição sobre os entrevistados fornecidos pelos trabalhos.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos, imaginário, movimento estudantil.

ABSTRACT: This research seek to discuss the development, in Goiás, in the 1990s, of an imaginary political and social action on the student in the 1960s in Goiania. This discussion is based in two papers written and developed in the 1990s: notes of interview and Challenging Utopia. Both contain interviews with individuals selected for their political and social role in the 1960s, as activists and student leaders in Goiânia, and in this interview, the 1990s, because they are political figures, intellectuals and professionals with social projection in Goiás - they are university professors, doctors, sociologists, journalists and politicians such as MPs, councilors and presidents of leftist parties. To develop this analysis, we will consider the objectives and justifications of the two works, which aim at historical reconstruction of the student movement of Goiás, and based on data such as photos, questions and description of work provided by the interviewees.

KEYWORDS: Documents, imagination, the student movement.

¹ Professora do Curso de História UEG Unidade de Morrinhos.

Nossa pesquisa tem o mesmo recorte temporal dos trabalhos historiográficos sobre Goiás em que nos fundamentamos - década de 1990 -, com um olhar direcionado às relações sociais mantidas no Estado, em especial na capital Goiânia, na década de 1960, antes e após golpe de Estado de 1964. Os dois trabalhos selecionam agente participativo desse período histórico — o movimento estudantil atuante no Estado — e a participação de estudantes na militância organizada nas universidades e escolas secundaristas da capital.

O primeiro trabalho analisado - *Desafiando a utopia* - foi elaborado por Ricardo Dias, graduado em história pela Universidade Federal de Goiás (UFG), então estudante de Direito da UCG, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) desta instituição e membro do “Grupo de Estudos Socialistas e Democracia”; por ser irmão Renato Dias, então graduando em Ciências Sociais da UFG, diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Goiás, coordenador do “Grupo de Estudos Socialistas e Democracia” e presidente da “Associação dos Moradores do Bairro Marista”, na capital goiana. Os autores são irmãos de Marco Antonio Dias Batista, militante goiano da organização de esquerda “VAR–Palmares”, desaparecido em 1970, aos 14 anos de idade.

O segundo trabalho analisado - *Cadernos de entrevista* - contém entrevistas, do início da década de 1990, com ex-militantes estudantis goianos. Os cadernos integram o projeto de pesquisa “O movimento estudantil em Goiás - trinta anos de história - 1960–1990”.² Ao confrontarmos ambos os trabalhos, podemos percebê-los como uma trama, um emaranhado de significados e símbolos nos objetivos, na elaboração e na publicação. Trata-se de lugares e tempos diversos percorridos pela memória - diversas memórias³-, organizados e fundidos na ação estudantil goiana nos anos de 1960 e expressos na historiografia goiana mediante relatos e imagens organizados na década de 1990. Como nos lembra Seixas,⁴ é no presente que a memória, em seus planos, se atualiza. Por que lembrar do movimento estudantil goiano em 1990? Por que produzir esses trabalhos? Que imagens os autores querem construir? Por que selecionar certos sujeitos, e não outros? Qual é o interesse da UCG ao publicar essas produções?

De início, podemos analisar essas construções como representações simbólicas de um tempo e espaço, bem como de indivíduos envolvidos num processo que não deve ser

2 Coordenado pelo professor do Departamento de História da Universidade Católica de Goiás (ucg) Gil César Costa de Paula e orientado pelas professoras Maurides Batista M. Filha e Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, também do Departamento de História, com participação dos alunos bolsistas Francisca Lúcia P. Muniz, Terezinha Maria Duarte, Jocyleia Santana dos Santos, Cláudio Lopes Maia, Rúbia Cristina Rodrigues e Valéria Maria Barbosa, então estudantes do curso de História.

3 seixas, Jacy A. de. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história? **Projeto História**, São Paulo: Educ, 2002.

4 Ibidem, p. 60.

esquecido, mas sim constantemente atualizado no tempo presente.⁵ Mediado por questões políticas, econômicas, sociais, o presente move essas memórias descontínuas para um passado vivido, porém com olhares voltados ao futuro, construindo/reconstruindo/projetando imagens e auto-imagens.

A preocupação com o tempo presente é percebida no trabalho dos irmãos Dias. Esse sentido é dado na dedicatória ao irmão desaparecido em 1970 e chamado por eles de *companheiro*. Pode se reconhecer aí uma noção de companheirismo adotada pela visão política e social que os irmãos têm no tempo presente, porque não viveram ou participaram da ação/pensamento do irmão, por serem ainda crianças, nem das circunstâncias do desaparecimento de Marco Antônio. Para os irmãos Dias, o objetivo do livro é *compreender a inteligibilidade do Movimento Estudantil Goiano, desvelando suas especificidades*.⁶ Noutros termos, a organização social está permeada pelo *imaginário ideológico*, expresso em um universo envolto por significados e em que esses indivíduos são transformados em sujeitos históricos do processo político em marcha.

A vinculação marxista dos irmãos Dias é percebida já no início do trabalho, na relação feita entre uma citação de Marx do *Manifesto Comunista* com o pós-guerra, as manifestações revolucionárias chinesa e cubana e a luta do povo vietnamita. Nessa linha de raciocínio, caracterizam a proposta revolucionária marxista como mecanismo de conscientização popular e revolução social. Expressos ao longo do livro, esses posicionamentos nos levam a interpretar a seleção dos entrevistados e das perguntas a eles feitas (relativas à luta armada, à revolução socialista e à utopia revolucionária, dentre outras). Assim, a seleção dos indivíduos - não justificada ao longo do livro - é feita pela vertente política e ideológica que converge para os objetivos do trabalho, pois são ex-líderes estudantis atuantes em Goiás na década de 1960 que foram presos e adotaram, em muitos casos, a clandestinidade e a luta armada no período da militância, sobretudo após 1968. Na década de 1990, esses indivíduos estão vinculados a partidos políticos de esquerda ou não; são professores, médicos, sociólogos, jornalistas e mantêm ainda sua imagem referenciado ao movimento estudantil. Como pode ser percebido nas informações abaixo:

Euler Ivo - em 1968, era presidente do Grêmio Wander Borges, vice-presidente da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundarista), militante da Ação

5 Ver: seixas, Jacy A. de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: gutierrez, Horacio; naxara, Márcia R. C.; lopes, Maria Aparecida de S. (Org.) **Fronteiras, paisagens, personagens, identidades**. São Paulo: Olho d'água, 2003.

6 dias, Renato; dias, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da ucg, 1990, p. 18-9.

Popular (AP), em 1990: era presidente regional do Partido Comunista do Brasil (PC do B);

Athos Magno Costa e Silva - em 1968: presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1970: guerrilheiro da VAR–Palmares, em 1990: deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) de Goiás;

Allan Kardeck Pimentel - em 1968: presidente do Grêmio Literário Félix Bulhões, em 1969: dirigente da VAR–Palmares, em 1970: preso em Belo Horizonte (MG), em 1990: jornalista;

Athos Pereira da Silva - em 1968: estudante de jornalismo, participante do PCB e da ALN, em 1990: jornalista;

Paulo Silva de Jesus - em 1968: presidente do Grêmio Livre Wander Borges, militante do PC do B, em 1990: dirigente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB);

Valdi Camárcio - em 1968: dirigente do centro acadêmico de curso de Medicina, em 1969: presidente do DCE da UFG, em 1990: tesoureiro da executiva nacional do PT e médico urologista;

Marco Antonio Della Corte - em 1966: dirigente estudantil secundarista do PC do B, em 1968: dirigente do comitê secundarista do PC do B, em 1990: membro da executiva regional do Partido Democrata Trabalhista (PDT);

Pedro Wilson Guimarães - em 1968: estudante de Ciências Sociais e militante da AP, em 1990: sociólogo, presidente do PT municipal de Goiânia.;

Juarez Ferraz de Maia - em 1967/68: presidente da CGE., em 1990: secretário-geral do PDT e professor da UFG;

Olga Darck Pimentel - em 1968: presidente do Grêmio do Instituto de Educação de Goiás (IEG), em 1969: integra-se ao Colina e engaja-se no processo de luta armada contra a ditadura militar, em 1990: socióloga;

Hamilton Pereira - em 1969: presidente da CENOG (Casa do Estudante Do Norte Goiano); em 1970: militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1990: dirigente da executiva nacional do PT.

Por serem irmãos de um jovem perseguido pelos órgãos da repressão e desaparecido político, os autores do livro se apresentam como aptos a olhar e analisar a sociedade de forma diferenciada. Não participaram ativamente da militância estudantil em 1960, mas estão ligados aos resultados das atrocidades desse processo. As experiências vivenciadas na família

os levam a ter um posicionamento crítico, desenvolvido ao sofrerem com o olhar repressor da sociedade, para quem o irmão Marco era *comunista* e que, por isso, os culpava pelas eventuais ocorrências policiais nas imediações de sua residência. Tais fatos se associam com o desenvolvimento da percepção crítica e os diferencia da sociedade goiana ao aproximá-los, no imaginário elaborado pelos estudantes, de eventuais representantes da sociedade.

Elaborada pelos autores, essa associação de desenvolvimento crítico com experiência, vivência da família e sofrimento por desconhecerem a situação em que se encontra o ente querido se revela mais claramente no fim do livro, que traz anexas entrevistas feitas com ex-militantes estudantis. Ricardo Dias, um dos autores, é entrevistado, e sua entrevista transcrita como finalização da obra. Ao seu nome acrescentam-se sua formação universitária em História, os vínculos com o curso de Direito e a presidência do DCE da UCG. Todavia, como sua participação no movimento estudantil não é mencionada, as questões são direcionadas a interpretações do movimento e das utopias dos participantes nos anos de 1960, sobretudo em 1968; a uma pergunta sobre os que desapareceram por motivação política, ele responde com expectativa de julgamento dos torturadores e assassinos do irmão.⁷

Essas imagens elaboradas pelos irmãos Dias nos levam a compreender os fenômenos da memória. Como esclarece Seixas: “o ato de rememoração [...] vale-se da linguagem simbólica, de imagens (em geral, carregadas de afetividade), para irromper e fixar-se como uma lembrança mais ou menos precisa”.⁸ Essa memória condensada em imagens e permeada de plasticidade compõe uma narrativa, uma linguagem carregada de afetividade, negativa e positiva, que pode - segundo essa autora - levar o indivíduo à ação ou até à acomodação, por ser real e instituir o real, e não só a representação do real.

Posto isso, a elaboração do livro em 1990 se volta para a imagem da família de um desaparecido político; nele, os autores buscam o não-esquecimento do irmão na sociedade; acreditam no posicionamento revolucionário despertado pela política e na condição crítica da vivência, percebida como experiência. O livro é a lembrança do irmão, das ações não praticadas, da memória não revivida nem relatada, a busca pelo não esquecimento. Assim, em 1990, dadas as transformações políticas como o fim da União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) e a queda do muro de Berlim - traduzindo o descrédito das esquerdas revolucionárias -, lembrar de um ente morto por uma causa que, no presente, mostra-se desacreditada é lutar contra uma sociedade e as várias críticas e concessões impostas à família

7 dias, Renato; dias, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da ucg, 1990, p. 183–86.

8 seixas, Jacy A. de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: gutierrez, Horacio; naxara, Márcia R. C.; lopes, Maria Aparecida de S. (Org.) **Fronteiras, paisagens, personagens, identidades**. São Paulo: Olho d'água, 2003, p. 128.

dos autores no passado; é reelaborar uma imagem antes negativa pela sua transformação, recorrendo-se não ao irmão, mas aos grandes nomes da política goiana no presente. A seleção dos entrevistados e as questões a eles direcionadas parecem confirmar isso, pois positavam a proposta revolucionária e a militância estudantil em Goiânia.

Outro aspecto da obra é a imagem de *jovialidade* e de *ação* desses ex-militantes, cristalizadas nas fotografias anexadas às entrevistas. Ao longo do livro, a imagem de Marco Antônio não é veiculada; mas o são um poema sobre seu desaparecimento e relatos da mãe sobre as características físicas do filho. Nesses dois momentos, é construída a imagem de um jovem fisicamente franzino, o que não impede sua *ação* no movimento estudantil, sua prisão e tortura, por fim seu assassinato. Pela imagem física e pelas características associadas à Marco Antônio - *jovialidade* e *ação* -, as fotografias no livro se dividem em dois momentos: imagens dos entrevistados no período da militância; imagens dos entrevistados no tempo da entrevista. Porém, nesses dois momentos, algumas delas parecem evidenciar as características da ação da militância, pois exibem uso de microfones - denotando discursos -, livros, cartazes e mesa de trabalho. A construção de tais imagens parte de duas perspectivas: a dos autores e a dos entrevistados, pois algumas fotografias são selecionadas do arquivo do jornal *O Popular*, outras do arquivo pessoal dos entrevistados. Da construção ou mesmo reconstrução dessas imagens pode se depreender interesses, a exemplo da caracterização do passado como referência do presente, da jovialidade e ação que as imagens exibem e sua inscrição no presente, por serem essas imagens reconhecidas em Goiás e veiculadas nos meios de comunicação.

Com mesmo recorte temporal de organização e desenvolvimento — anos de 1990 —, o projeto da UCG objetiva à reconstrução histórica de 30 anos do movimento estudantil goiano: de 1960 a 1990. As entrevistas foram feitas com ex-militantes estudantis atuantes nas três décadas e, a seguir, como já foi dito, transcritas em três *Cadernos de entrevista*. A transcrição não segue ordem alfabética nem cronológica e os cadernos são apresentados pelo coordenador do projeto. A página de apresentação contém o nome da instituição promotora, de incentivo e financiadora, seguido do nome dos coordenadores e bolsistas participantes, do título da pesquisa e da informação de que se trata de *entrevistas com ex-líderes estudantis e autoridades universitárias* por fim, a data final da transcrição.⁹ A segunda página contém o nome e o perfil de cada entrevistado, assim como informações sobre a vinculação política no

⁹ Folha de Apresentação. **Cadernos de entrevistas**, vols. i, ii e iii.

período da militância estudantil; em seguida, as transcrições, com nome e data de cada entrevista - algumas apresentam o nome dos alunos bolsistas entrevistadores.

A cada entrevistado foram feitas de 12 a 20 perguntas, num padrão que evidencia questões sobre: a organização do movimento estudantil no período da militância; as reivindicações, intervenções e tendências políticas no movimento estudantil; a análise do movimento estudantil nas três décadas (1960/70/80); as motivações pessoais para aderir ao movimento; as leituras feitas, a música ouvida e as atividades culturais desempenhadas; a estratificação social; a vinculação partidária no passado e no presente; a reação familiar à participação estudantil; a auto-avaliação do engajamento no movimento; a análise do movimento estudantil na atualidade; as diferenças entre o movimento estudantil goiano e o nacional; e os limites da mobilização goiana na conjuntura atual. Tais questões nos levam a compreender os objetivos e o direcionamento do projeto pela escolha dos entrevistados e pela vinculação destes com o passado. Procura-se, então, construir cronológica e linearmente a história do movimento estudantil goiano, compreendido à luz da cultura, da sociedade e da política em Goiás.

Comparado com o livro dos irmãos Dias,¹⁰ podemos afirmar que o projeto, em suas transcrições, compõem uma imagem positiva do movimento estudantil. Dentre os envolvidos e entrevistados, estão o ex-militante Ricardo Dias e o professor responsável pelo projeto, Gil César Costa de Paula. As entrevistas conseguem evidenciar assuntos não mencionados no livro, como a cultura, a sociedade e a vinculação partidária dentro do movimento estudantil em Goiás, e assim oferece um panorama dos grupos de esquerda atuantes no Estado. Por sua vez, o livro analisa o caráter ideológico, construindo o imaginário da ação revolucionária do movimento estudantil goiano e ressaltando sua unidade.

Não devemos nos esquecer do imaginário que se quer construir em Goiás na década de 1990 com essas duas obras. O livro usa imagens, relatos e análises historiográficas como justificativa para seus objetivos: reconhecer o movimento estudantil goiano como revolucionário. Para isso, os autores se apóiam na imagem do irmão desaparecido e no projeto e nas transcrições das entrevistas voltadas à elaboração da história heróica do movimento estudantil goiano através da perspectiva social, política e cultural.

Nos dois trabalhos, a oralidade é percebida como veracidade. Ao ser transcrita, a memória desses indivíduos se aproxima dos leitores numa perspectiva de veracidade e continuidade de vivências. No *Caderno de entrevista* volume I, com transcrição das

10 dias, Renato; dias, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da ucg, 1990, p. 183-86.

entrevistas finalizada em 13 de agosto de 1992, o coordenador do projeto põe o trabalho como fruto de árduas dificuldades e pioneirismo, e que, *por sua abrangência, irá construir-se em ponto de referência para os estudiosos de nosso Estado e mesmo do Brasil.*¹¹ Tem-se aí a concepção do compromisso com a história do movimento estudantil e precursores de um estudo que incentivaria o olhar para a década de 1960 e para o Estado de Goiás.

O caráter de formadores de um imaginário e preconizadores de uma historiografia goiana relativa ao movimento estudantil nos leva a compreender a pesquisa feita na UCG como mecanismo político de orientação e reconhecimento. Assim, para um dos bolsistas envolvidos no projeto - Cláudio Maia¹² -, sua participação no projeto objetivava envolver os participantes do movimento estudantil atuantes na UCG, desvinculando-os de ações contrárias à instituição de ensino. Por outro lado, a militância do professor Gil é reconhecida numa entrevista feita pelos bolsistas e transcrita num dos cadernos, buscando, assim, o seu reconhecimento político no meio acadêmico.

A UCG, cuja construção foi alvo das críticas dos estudantes goianos no fim da década de 1950, em 1990 se torna incentivadora dos dois trabalhos sobre o movimento estudantil, ao publicar o livro, financiar a pesquisa do projeto e promove-lo, com a organização, em 1992, da Semana do Calouro, cujo tema se voltou à história do movimento estudantil goiano nos anos de 1960, tendo como debatedores Aldo Arantes e Athos Magno¹³ -. Na década de 1990, a instituição católica de ensino superior se posiciona como detentora do saber e do ensino superior em Goiás, com o aumento da oferta de vagas e de cursos, bem como pelo aumento da produção bibliográfica dos pesquisadores a ela vinculados e pela publicação de sua editora.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, Renato; dias, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da ucg, 1990.

SEIXAS, Jacy A. de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: gutierrez, Horacio; naxara, Márcia R. C.; lopes, Maria Aparecida de S. (Org.) **Fronteiras, paisagens, personagens, identidades**. São Paulo: Olho d'água, 2003.

11 Gil César Costa de Paula. In: **Caderno de entrevista**, vol. i.

12 Aluno do curso de História e participante do movimento estudantil em 1990. Entrevista realizada na ufg, em agosto de 2001.

13 A fala de ambos está transcrita no Caderno de Entrevista Volume III.

SEIXAS, Jacy A. de. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história? **Projeto História**, São Paulo: Educ, 2002.

PUBLICISTAS E REBELDES POPULARES: AS LUTAS PELO PODER E PELA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA REBELIÃO DA BALAIADA, NO MARANHÃO

Léa Maria Carrer IAMASHITA*

leacarrer@yahoo.com.br

RESUMO: Inserido no debate político ocorrido entre a Independência do Brasil e o final da Regência na província maranhense, este artigo pretende cotejar os discursos publicados na imprensa da província, com os discursos provenientes dos líderes rebeldes populares, à frente da Rebelião da Balaiada. Ao confrontar os discursos de grupos provenientes de diferentes lugares sociais, mas que estavam em intensa interação, indicaremos a circulação das idéias, dos vocabulários políticos, a diferença de sentidos atribuídos às questões daquela temporalidade, num movimento de intensa politização, de luta de representações de poder, de luta pela construção da memória.

PALAVRAS-CHAVES: Publicistas, Rebeldes Populares, Balaiada.

ABSTRACT: Inserted in the political debate that occurred between the Independence of Brazil and the end of the Regency in the province of Maranhão, this paper intends to compare the discourses published by the press in the province, with the discourses coming from the popular rebel leaders, heading the Balaiada Rebellion. By confronting the discourses of the groups from different social places, which however were interacting intensely, we will indicate the circulation of ideas, of political vocabularies, the difference in the feelings attributed to the questions of that temporality, at a moment of intense political activity in the fight for power representation and of the fight for memory construction.

KEYWORDS: Press Agents, Popular Rebels, Balaiada.

A primeira metade do século XIX corresponde a momento de complexa reconfiguração das redes de significados políticos e mentais que se desenvolveram, em meio à crise do Antigo Regime, ao advento da Independência e da construção da nação.

No estudo da imprensa brasileira do segundo quarto do século XIX, o que mais se destaca é o quadro de efervescência política, quando, no bojo do processo ocidental de formação dos Estados Nacionais, o Brasil enfrentou os desafios do reconhecimento de sua

*Doutora em História Social / UnB Artigo proveniente de pesquisa financiada por Bolsa CNPq. **Modernização e Rebelião: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)**, 2010, 316 f. Tese de doutorado em História/Universidade de Brasília.

Independência, de sua organização como Estado soberano e da sua inserção no novo pacto político, definidor desse Estado Moderno.

Para a província maranhense o quadro fora o mesmo, porém de disputas políticas ainda mais acentuadas, decorrência da luta pela adesão à Independência naquela província, e à antecipação das medidas “regressistas” ou “centralizadoras”, ainda durante a Regência, no que se refere ao âmbito provincial.

Tanto os textos jornalísticos do período, quanto a documentação oficial e os manifestos rebeldes, indicam um desnorteamento ante a profusão de idéias e, conseqüentemente, de atitudes, expressão do antagonismo fervilhante entre os diversos grupos sociais, representantes de interesses diversos, fossem políticos, econômicos ou sociais.

Parece que o mundo das idéias do que era, ou do que deveria ser uma sociedade, não correspondia à realidade social, e a sensação de desnorteamento provavelmente decorria dessa multiplicidade de percepções dos que viviam naquele momento de profundas mudanças.

Ocorria a passagem de uma ordem para outra, de uma sociedade colonial para uma sociedade independente. Tal mudança explicitava-se, é claro, também no mundo da representação, onde imagens e valores de uma ordem e outra coexistiam. Esta situação ficou bem evidenciada, por exemplo, nas palavras de Domingos Gonçalves de Magalhães, secretário provincial durante a Balaiada que, em 1839, escreveu: “ativa e vertiginosa é a vida dos povos livres, sujeita às alterações provenientes do exaltamento das idéias,..... vivemos em época de transição”. (MAGALHÃES: 1989,14)

Observamos assim que a política, até então considerada como objeto circunscrito ao âmbito da Corte ou dos gabinetes ministeriais, ganhava a praça pública, corria pelas ruas, como bem revelam os impressos que circulavam à época. Afinal, o pacto político assumido pela nova nação brasileira fundava-se na adoção de uma Constituição, dispositivo legal que, nos moldes modernos, por limitar o poder dos monarcas e governantes, era entendida como sinônimo da conquista dos direitos individuais dos cidadãos. (SLEMIAN e PIMENTA: 2003,37)

As historiadoras que trabalharam com a cultura política do período da Independência (NEVES: 2003 e LUSTOSA: 2000) destacam o momento como de profundas mudanças políticas e mentais. Com a divulgação do movimento Vintista e das discussões em torno da Independência muitos novos vocábulos surgiram e os antigos ganharam novos sentidos: despotismo, tirania, absolutismo, cidadão, liberdade, igualdade, lei, Constituição, pátria, nação, Independência.

Observa-se que os sentidos do vocabulário integrante da cultura política luso-brasileira foram reformulados e/ou reiterados com a Independência, com o estabelecimento de conotações outras, advindas a partir desse novo estatuto. Não só a diferença então de interesses entre Portugal e Brasil, entre as elites associadas aos elementos portugueses e as elites da terra, mas também as práticas cotidianas de um país independente, apresentavam-se como condições de produção de uma reconfiguração da cultura política, haja vista a dinâmica social, sua circulação, apropriação e reelaboração de idéias entre os diversos grupos sociais. E são justamente as multiplicidades de interesses e das práticas e instituições políticas da sociedade da época, bem como normas, crenças, ideais, valores, símbolos, tradições que dão significação à vida política em um determinado período histórico.

Tal renovação de vocabulários e de interesses evidenciou-se claramente em nossas pesquisas sobre a história maranhense, entre a Independência e a experiência Regencial. Período este que, como dissemos, foi de intensa agitação política na província, e compreendeu as lutas pela adesão à Independência e culminou com a Rebelião da Balaiada. Momentos de impasse ante a mudança e de necessidade de redefinição de caminhos, quando emergiu uma gama de significados por meio de formas discursivas e não discursivas, quer sejam no eixo da reflexão identidade/nação, quer no eixo relacionado à formação do Estado/soberania.

As pesquisas recentes, estruturadas em torno destes eixos de reflexão, (JANCSÓ: 2003, 2005 e MOTA: 1999) apontam para o entendimento de que, para as pessoas que viveram essas mudanças, a percepção do que estas representavam, não se deu de modo uniforme, daí terem os diferentes entendimentos resultados em vários projetos políticos, em múltiplos discursos.

Lembremos que os papéis que os homens de letras e da imprensa se atribuíam naquele momento eram os de mentores da sociedade, de propagadores dos ventos liberais e das ideias civilizadas, de educadores para a vivência da nova ordem política. Tomemos os dois principais publicistas maranhenses no período tratado.

O primeiro, João Francisco Lisboa (1812-1863), o de maior destaque e erudição, o grande líder liberal da província. Basta dizer que foi membro do IHGB, da Real Academia de Ciência de Lisboa, patrono da Cadeira n° 18 da Academia Brasileira de Letras, e da Cadeira n° 11 da Academia Maranhense. Filho de fazendeiros, não cursou os tradicionais cursos de direito ou medicina. Caixeiro aos 15 anos, aos 19 já assinava o manifesto antiportuguês na Setembrada, de 1831. (COUTINHO: 2008) Autodidata, em 1832, iniciou sua longa carreira como jornalista e escritor, publicando seu primeiro jornal “O Brasileiro”, em 1832. Por breve

período redigiu “O Pharol”, e em 1834, publicou o jornal “Echo do Norte”. Em 1838, iniciou seu jornal mais combativo, “Chronica Maranhense”.

O Brasileiro,¹ folha semanal, edições do ano de 1832, foi escrito num período de indignação com o curso que tomara o movimento pós-Abdicação de Pedro I na província, denominado “Setembrada” ou “Revolução de 7 de Abril”. Nesta folha, o autor declara-se liberal exaltado. O título já expressa a postura antiportuguesa. Faz defesas veementes contra o partido restaurador, visto naquele momento, pós-Abdicação, como possibilidade real de subida ao poder. Para o redator, o perigo era eminente na província.

Afirma Lisboa que os exaltados (e ele incluía-se entre eles) passaram então a se reunir em vários “clubs” a fim de “tratarem de atar as mãos traidoras do governo e de dar estabilidade às medidas revolucionárias”. Trata de expor ao conhecimento público as práticas políticas dos “portugueses” (então já brasileiros pela Constituição), como a dar provas do apego destes “à sua aristocracia e de seu ardente furor por tudo o que é distinção e privilégio”.² Já o jornal “Chronica Maranhense” foi escrito durante suas duas legislaturas como deputado provincial (1835-1837 e 1838-1839), quando utilizava-se da imprensa para divulgar as discussões dos projetos na Câmara Legislativa Provincial.³

O segundo publicista que destacamos, Estevão Rafael Carvalho (1800-08?-1846), redator do jornal “O Bemtevi”, era bacharel em matemática, e também cursou Ciências Naturais em Coimbra. Foi poeta, professor de comércio do liceu maranhense, sócio do IHGB, deputado geral na legislatura 1834-1837, portanto, legislatura responsável pela elaboração do Ato Adicional. Envolveu-se também nas rebeliões pós-Abdicação, ocorridas no Maranhão, em 1831, a Setembrada e a Novembrada. A folha liberal “O Bemtevi”, embora editada às vésperas da Balaiada (1838) e pelo curto período de 3 meses, foi considerada “o combustível incendiário” da rebelião, pela radicalidade das críticas ao partido conservador (no Maranhão, denominado partido cabano) e a linguagem irônica e satírica.⁴

Nos periódicos referidos, as questões políticas e sociais do momento, os debates advindos com as mudanças legais, com o Código do Processo Criminal, de 1832, com o Ato Adicional, de 1834, com as idas e vindas na construção das instituições e da legislação

¹ Jornal “**O Brasileiro**” (São Luís, 1832, periodicidade semanal), redigido neste período pelo “liberal” João Francisco Lisboa. Biblioteca Benedito Leite, São Luís-Ma.

² “**O Brasileiro**”, exemplar n° 5, de 20/09/1832.

³ Jornal **Chrônica Maranhense**, São Luís, 1838, periodicidade bissemanal, dirigido por João Francisco Lisboa. Biblioteca Benedito Leite, São Luís-Ma.

⁴ Jornal **Bemtevi** (30/6 a 6/10 de 1838), São Luís, periodicidade bissemanal, redigido por Estevão Rafael de Carvalho. Impresso na Maranhão, Typografia Constitucional de J. I. Portugal, Ano de 1838. Ver Edição fac similar, organizada por pesquisa de Nascimento Morais filho. São Luís, Maranhão, 1987. SECMA- Biblioteca Publica Benedito Leite. São Luís-Ma.

moderna, e que acarretavam profundas mudanças na vida social, no cotidiano da população, eram percebidas como decorrência do embate entre facções ou partidos políticos.

Essa visão também estava expressa nos documentos e correspondências oficiais, elaborados pelas autoridades provinciais e da Corte. Como em Domingos Gonçalves de Magalhães, justamente o secretário da província na gestão de Luís Alves e Lima (futuro Duque de Caxias), que já no início de sua “Memória da Balaiada” declara sua crença na inação política das “classes inferiores”. Segundo ele: “qualquer que seja o pensamento da época, nobre ou vil, nunca das classes inferiores se eleva às culminantes; nestas ele germina, e daí como o contágio, se vai estendendo até a choupana, donde reage”. (MAGALHÃES: 1989,14)

Coerente ao seu pensamento, o autor explica as circunstâncias que conduziram à rebelião: “a troca de insultos entre partidos nos jornais... se excitava a cólera dos partidos pela ambição de mando e dos lugares e pelo desejo de triunfar nas eleições... até afinal sucedeu à infame guerra civil (a Balaiada)”. (IDEM,18)

É essa perspectiva “de cima”, ou a posição de escrita “institucional”, que induz à percepção e interpretação da ação política popular a partir dos choques no âmbito das elites: entre elites da Corte e elites provinciais, ou entre as elites de uma mesma província, entre os choques de interesses econômicos e político-partidários destas elites.

Mesmo no caso de uma rebelião “popular” como foi a Balaiada, que contou com a participação da elite liberal (proprietária e autoridades governamentais), mas cuja principal liderança foi a dos homens livres pobres. Movimento de contestação para o qual convergiram vários grupos populares: vaqueiros, pequenos artesãos, pequenos proprietários de terra, agregados de grandes fazendeiros, despossuídos em geral e um grande número de escravos aquilombados.

A participação de homens livres pobres, brancos, mestiços, pardos, negros e de escravos nos movimentos de protestos e nas guerras da Independência e da Balaiada, foi percebida pelos letrados da imprensa ou da burocracia, como decorrência do transbordamento de conflitos do âmbito da elite para os populares, ou simples utilização destes como massa de manobra das elites. Visão que predominou na construção da memória nacional, numa tradição historiográfica que parte do ponto de vista político-institucional, segundo a qual as definições do destino da nação estavam sempre articuladas às ações das elites.

Acreditamos que, embora os choques de interesses político-partidários não possam ser ignorados, não devam, porém, ser a perspectiva exclusiva de análise, sob pena de

desconsiderar a complexidade e a riqueza de nuances que envolvem qualquer experiência social.

Envolvidos pelos discursos políticos daquele momento, que ora afirmavam ser as turbulências sociais advindas do governo “absolutista de D. Pedro I”, ora depositavam todas as esperanças de justiça social com a promulgação da Constituição, ora com a Abdicação do rei absolutista, ora denunciavam a exploração pelos “portugueses”, o segmento social formado pelos homens livres e pobres encontrava-se diante de múltiplas imagens discursivas com diferentes direções e possibilidade de luta política.

Eles se envolviam nessas questões porque estas afetavam seu cotidiano, suas estratégias de sobrevivência, porque os discursos e as práticas sociais dos diferentes grupos estavam e estão sempre relacionados na esfera social.

Porém, os letrados e as autoridades não compartilhavam dessa visão. Por exemplo, encontramos vários artigos impressos e documentos oficiais recomendando cuidados para que a escravatura não fosse contaminada pela ideias de rebelião, ou então para que os escravos já insurreicionados não se juntassem aos rebeldes livres. Da forma como o perigo era percebido, ou do modo como os apelos foram redigidos, transparece a ideia de uma sociedade onde os espaços de vivência de escravos e livres não se misturassem, onde as fronteiras de suas relações estivessem delimitadas: escravos de um lado, livres de outro. Como se os grupos sociais se encontrassem separados, ou relacionando-se uns com os outros sem interagir seus papéis sociais, suas visões de mundo.

Todavia, no exemplo exposto, apesar da linha divisória brutal entre a situação “livre ou escravo” e todas as configurações hierárquicas dela decorrentes, seria impossível um não contato nas relações cotidianas, um não contágio, uma impossibilidade de troca de ideias, de notícias, de valores e favores. Que dizer da situação dos escravos de aluguel e sua mobilidade nos centros urbanos, ou do contato entre trabalhadores livres e escravos nas fazendas? E da circulação de recrutas e desertores entre batalhões dentro da província ou entre províncias, e que ao fugirem se escondiam nas matas, entre indígenas ou entre quilombolas?

Não há como imaginar o movimento de Independência, em que se falava e se lutava contra os “absolutismos” e os “despotismos”, que essas expressões e a constelação de ideias e significados que as envolviam não interpelassem, de forma diferenciada, os diversos grupos sociais daquela sociedade. Direta ou indiretamente, com maior ou menor intensidade, tanto as pessoas livres ou escravas, ricas, pobres ou remediadas, iletradas, alfabetizadas ou analfabetas, brancas, negras ou mestiças fizeram sua leitura da Independência de Portugal, de

uma Constituição, da Abdicação do rei, de uma rebelião que envolveu a maior parte do território da província.

Devemos nos lembrar também de que estamos nos referindo a um mundo com outros laços de sociabilidade, com outras solidariedades e com outras práticas de leitura. Se naquele período, começava a tomar corpo um “espaço público” de letrados, ao mesmo tempo, todos se conheciam nas localidades. As notícias eram também divulgadas boca a boca. O que não significaria em uma cidade, vila ou povoado uma “Manifestação Tropa e Povo”, tão referidas no período? Na monotonia do cotidiano das vilas, tal acontecimento passaria despercebido? Não seria digno de nota ou de comentário?

As fontes estão constantemente a nos apresentar os componentes de outra temporalidade: se as distâncias pareciam grandes, as relações sociais aproximavam. Por exemplo, durante as batalhas “tudo” se sabia: onde estavam estacionados os corpos militares, onde avançavam, onde recuavam, quais suas estratégias. Correspondências eram interceptadas. Nos relatos das batalhas podemos observar que no lado adversário estavam compadres, cunhados e irmãos. Ressaltamos as relações clientelísticas e os laços de parentesco presentes não só entre os ocupantes dos altos cargos militares ou políticos, mas também entre as pessoas simples.

Se a imprensa – veiculadora e formadora das “novas ideias” (as ideias liberais) - só fosse expressiva na capital e fosse de leitura restrita, as batalhas, as proclamações “tropa e povo”, ações políticas deflagradas nas vilas interioranas, agregavam adeptos à causa. Não por acaso, a adesão à Independência no Maranhão foi feita “vila por vila”, com a participação das tropas militares, de 1ª, de 2ª linha, ou tropas de voluntários, integrada, em sua maioria, por gente livre e pobre.

Era essa tropa que deveria se empenhar para combater os rebeldes e recrutar outros que resistiam ao recrutamento. Mesmo a Guarda Nacional, concebida para ser uma força paramilitar de sustentação do poder da classe proprietária e da ordem monárquica, teve que se adaptar à realidade maranhense, que abrangia um enorme contingente de homens livres pobres e libertos.

Concordamos com Denis Bernardes, que, ao tratar da memória e da experiência política no movimento constitucionalista pernambucano (1820-1822), entendeu que a intensa participação política dos mais variados setores da população não se deu sobre um vazio mental. Deu-se, sobretudo, na vivência de uma realidade suportada como injusta ou aceita como parte da natureza do mundo, “as pessoas queriam transformar ou preservar seu mundo,

possuíam uma memória e experiência política sobre as quais fundaram suas esperanças, seus temores, seus atos e suas ações”. (BERNARDES: 2006)

No mesmo sentido aponta as pesquisas de Magda Ricci sobre as agitações sociais na província do Grão-Pará, por ocasião da Independência. Segundo a autora, as antigas tropas de ordenanças e milícias estavam sofrendo intensa mudança em suas tarefas e nos seus contingentes durante os levantes políticos e sociais nas décadas de 1820-1830:

(...) as tropas tornaram-se local de refúgio de escravos fugidos, que se recrutavam dizendo-se libertos. Assim, soldados e oficiais, governadores civis e militares, escravos e índios circulavam com e sem autorização pela Amazônia... O contexto desnuda uma faceta das inquietações sociais ao longo da década de 1830, que é um campo interpretativo para todo tipo de notícia que circulava dentro e fora do império, numa árdua batalha real e simbólica em que se falava de direitos e leis discutidos em lugares distantes, que não se sabia bem onde.(...) (RICCI:2003,178)

Trabalhemos nosso argumento contrapondo o discurso do publicista Estevão de Carvalho, aos ofícios dos líderes da Balaiada. Na folha “Bemtevi”, editada em 1838, o redator comenta um artigo publicado na gazeta de Pernambuco “Echo da Religião e do Império”. Segundo ele, o artigo “prega descaradamente o absolutismo”. Ou seja, os outrora portugueses insistiam em continuar fazendo valer seus “despotismos”, seus privilégios, e a não respeitar a nova ordem constitucional e a igualdade perante os brasileiros. Para Estevão Carvalho, tal artigo era capaz de incitar o povo do sertão que “está prompto a pegar em armas seja pelo que for, huma vez que o fanatismo o comande”.⁵

Esta última frase nos aponta o princípio elitista que orienta a leitura de mundo de Estevão Carvalho, um letrado de Coimbra, na crença de que a ciência ou a arte da política é coisa para as mentes esclarecidas. Ele afirma ter conhecimento de que “os absolutismos” tem indignado e afetado a vida do “povo do sertão” a ponto deste pegar em armas, mas, se isso ocorresse, não seria pela interiorização das ideias liberais entre os sertanejos, ou pela percepção de injustiça diante “dos absolutismos”, ou pela defesa das liberdades constitucionais, seria pelo comando do fanatismo.

Informados por uma argumentação iluminista de que a compreensão da gestão moderna e racional da sociedade é algo para mentes esclarecidas, publicistas e autoridades atribuíram a ação política rebelde, como a produção de ofícios, manifestos, proclamações ou as estratégias da luta de guerrilhas à incivilidade dos desclassificados sociais. Estes eram

⁵ **Bemtevi**, exemplar nº 16, de 22 de agosto de 1838.

percebidos como incapazes de sequer compreender a essência de um modelo de ordenamento racional, quanto mais de agir com civilidade e racionalidade.

Enquanto isso, os rebeldes balaios insistiam em afirmar que não eram selvagens, que conheciam os critérios da ética civilizada, que tinham religião, que eram valorosos e honrados, que respeitavam a propriedade, inclusive a propriedade escrava. Vejamos, o ofício que os Comandantes Rebeldes enviaram ao tenente legalista, José Thomas Henriques:

(...) nós somos Cristãos e conhecemos que devemos ter o noço rei e que este compete cer o Noço Imperadordeliberemos nos a pegar em armas em defença do Noço Imperador... e da constituição e da Santa religião.... e nestas leis temos trabalhado com muita honra e probidade athe o prezente sem fazermos desputismos e nem asarcinos de mortes fora das leis e ahinda não robemos e nem defloremos senhoras donzellas e nem dezacreditemos senhoras cazadas.... e os escravos dos Cabanos que nós sabemos delles os mandava ajuntar e os entregávamos as suas senhoras... V.Sas que entre hestes cabouclos tem muitos que são homens de probidade e que conhecem o direito e que trabalham pellas leis e que não são corjas de ladroens como V Sas dizem (...)⁶

Já no ofício assinado pelo vaqueiro Raimundo Gomes, o principal líder da Balaiada, a “ciência da política” não é privilégio das elites brancas e proprietárias. Quando os rebeldes são conclamados a deixarem as armas e aceitarem a anistia para por fim ao conflito, Raimundo Gomes escreveu ao Comte das forças legalistas:

(...) O Povo reunido Responde ao Ilustre Comandantete Francisco Sergio de Olliveira a falla que faz de Perdão aos Povos Loucos.[a anistia] Pois nós com a nossa loucura respondemos e pedimos a V As que nos queira informar de que Terra V Sa he filho e que. sangue V Sa esta fazendo derramar. Se V Sa he portuguez tem tanta razão porem se he Brasileiro he mais louco do q. nos... queirão senhores dizer com q. razão querem ultrajar a sua mesma Nassão. Será só para vingar os Portuguezes, digão senhores estes homens de Cor por vintura pegarão a Cor delles nos Brancos, estes homens de cor por vintura não serão filhos de Deus, queirão senhores nos mostrar outro Adão e outra Eva, queirão sangrar três homens em hum só vazo, hum branco, hum Cabra e hum Caboclo e ao depôs nos queirão mostrar dividido o Sangue de hum e de outro. Ora Brasileiros Olhem com mais justa penção para que esta dividição e esta desunião; só por que entre a pelle alva querem

⁶ Ofício dos Comandantes das Forças Rebeldes ao Tenente José Thomas Henriques e mais Concidadoens do Partido da Legalidade, em 26/09/1840. APEM- **Documentos para a História da Balaiada**, *op cit*, p. 276-280.

*roubar o direito que cada hum tem em si por Ley divina e humana. Brasileiros não fazeis outrem o que não quereis para vós (...)*⁷

A fala de Raimundo Gomes expressa toda a complexidade daquele mundo que se politizava, imerso nas representações de desigualdades, hierarquias, preconceitos de raça e de cor, de mestiçagem e, ao mesmo tempo, nas recentes representações de liberdade, igualdade, cidadania e representação popular.

Perceberam os populares que, embora incluídos no texto constitucional, eram excluídos, na prática, da categoria “cidadãos reais”. Reconheciam que eram diferentes quanto à cor da pele, às posses, ocupação e escolaridade, porém, defendiam a efetividade quanto aos direitos de igualdade e liberdade do texto constitucional. Não se referiam a uma igualdade plena, mas aos direito de cidadania, à igualdade estabelecida em lei.

Para Raimundo Gomes ação política era pegar em armas, divulgar um manifesto, uma “Proclamação”, o termo usado na época, para conclamar a população a perceber as injustiças sociais que os cercavam, a fundamentar a luta do partido rebelde contra as imposições de desigualdade, às arbitrariedades, aos “absolutismos” a que a população mestiça estava submetida, um discurso absolutamente revolucionário.

Os grupos populares foram mobilizados e politizados em meio às lutas pela independência, durante os protestos pós-Abdicação, nas idas e vindas da legislação provincial durante a Regência, cuja discussão e divulgação a imprensa local teve importante papel.

Claro que, quando as ideias de modernidade e de liberalismo fluíam de um letrado, de um publicista como João Francisco Lisboa ou de Estevão Carvalho, inclusive este, formado em Coimbra e deputado geral, o discurso se legitimava ancorado no pensamento dos grandes teóricos liberais europeus, da experiência inglesa ou estadunidense. Quando fluíam das representações, protestos e correspondência dos rebeldes balaios elas se fundamentavam nas suas dificuldades de sobrevivência e de melhora de vida, na falta de oportunidades, nas discriminações sofridas. Tal como flui, por exemplo, dos textos de Raimundo Gomes reivindicando que os homens de cor fossem considerados cidadãos da nação brasileira. No seu discurso, ele questiona: _ como poderia os mestiços não serem considerados integrantes da nação? Se eles nasceram no Brasil, eram muito mais brasileiros que os portugueses naturalizados, que só foram integrados à nação por um juramento, por uma obrigação.

⁷ Ofício de Raimundo Gomes Vieira Jutahy ao Major da tropa legalista, Feliciano Falcão, em 10/07/1840. Coleção Duque de Caxias, Cx. 808, pasta 1, doc. 45, 5 fls.

Baseando-se na categoria de cidadãos é que os populares defenderam o princípio de igualdade perante a lei, na reivindicação de “que a lei seja igual para todos”.

Desnaturalizar construções discursivas que consolidaram a existência de um caminho, de uma leitura de mundo como verdade, a correta, é importante no caso de momentos tão importantes para o entendimento da construção da nação, como foi a experiência regencial, a Balaiada ou as outras rebeliões regenciais. Às interpretações já consolidadas articulam-se uma constelação de conceitos e de múltiplos significados, o entendimento de modernização, de Estado, de nação, de povo brasileiro, de cidadania, de justiça social, de julgamento de competências para conduzir os destinos do país, de como sua história deveria ou deve ser escrita, bem como dos grupos definidos como competentes para conduzi-los – os incluídos; ou como incompetentes – e, por conta disso, excluídos da história e da memória social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, **O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, Recife: Editora UFPE, 2006.

COUTINHO, Milson, **História da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão**. São Luís: Sotaque Norte, 2008.

JANCSÓ, István (org.), **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2003.

_____, **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2005.

LUSTOSA, Isabel, **Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de, “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão, desde 1839 até 1840”. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 23, p. 14-66, mar., 1989. Publicação original: 1848.

MOTA, Carlos G. (org.), **Viagem Incompleta. Formação: histórias. A experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 1999.

NEVES, Lúcia B.P. das, **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2003.

RICCI Magda, O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840). In: PRIORE, Mary Del, e GOMES, Flávio, **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo, **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

AS MEMÓRIAS, OS RESENTIMENTOS, OS ESQUECIMENTOS NAS DISPUTAS POLÍTICAS ENTRE LUDOVICO E CAIADOS

Marilena Julimar FERNANDES¹

julimar@superi.com.br

RESUMO: Os objetivos propostos para o texto é discutir a partir das noções de ressentimento, esquecimento, silêncio e humilhações, as disputas políticas entre os Caiados e Pedro Ludovico, em Goiás, entre o final da década de 1920 a 1930.

PALAVRAS CHAVE: Discursos, Esquecimentos, Silêncios.

ABSTRACT: The proposed objectives for the text is discuss from the notions of resentment, oblivion, silence and mortifications, the political disputes between the Caiados and Pedro Ludovico, in Goiás, since the end of the decade of 1920 until 1930.

KEYWORDS: Resentment, oblivion, mortifications.

Este texto tem como objetivo, a partir da análise dos discursos presentes nos jornais *O Democrata* (1927 a 1930), *Voz do Povo* (1927 a 1934) e nas obras *Memórias* (1973) de Pedro Ludovico Teixeira e *Por esse Goiás afora ...* (1974) de Joaquim Rosa discutir, a partir dos conceitos de ressentimentos, esquecimentos, humilhações e silêncios, os embates políticos entre Pedro Ludovico Teixeira e os Caiados, a partir do final da década de 1920.

Foi com a “revolução” de 1909 que os Caiados assumiram o poder político em Goiás e permaneceram até 1930, quando ocorre a “Revolução de Trinta” e Pedro Ludovico assume o poder. Desde 1917, os Caiados possuem a hegemonia do Partido Democrata e, em 1928, consolida seu poder político em Goiás, dominando a estrutura do poder, tendo como chefe Antônio Ramos Caiado. O partido Democrata e o caiadismo foram homogêneos de 1912 a 1930. Segundo Silva (2005):

As convenções do Partido Democrata era uma festa tranqüila, com reuniões e banquetes. Todos sabiam com antecipação o seu desfecho habitual, pois os convencionais em si, na sua totalidade, não tinham influencia real na escolha dos candidatos. Antônio Ramos Caiado é quem decidia. A existência do jornal O

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás-UFPA e Professora na UEG/UnU de Pires do Rio- GO.

Democrata, que era órgão do partido e cujo fundador fora Antonio Ramos Caiado, completava o círculo de ferro imposta pela oligarquia do Estado. (p. 77)

Contudo, em 1927, em Rio Verde, começa a surgir oposição aos Caiados e, de acordo com a autora, essa oposição não tinha um fundamento apenas eleitoral como ocorreu em momentos anteriores. “Ela configurava um desencontro entre poder econômico e poder político” (p. 82) e, por isso, as novas dissidências não puderam ser controladas, como as anteriores. Ainda em 1927, dentro do próprio grupo dominante começam a aparecer fissuras, abrindo espaço para formação de um núcleo regional da Aliança Liberal. Para Silva (2005), essa ruptura “configura uma oposição ao domínio oligárquico dos Caiado. [...]. A ruptura no interior do grupo dominante desemboca na derrubada da facção caiadista em 1930.” (p. 85). No entanto, assim como as rupturas, as alianças acontecem, principalmente, por ocasião da formação das chapas eleitorais, quando os grupos oligárquicos voltavam a se articular, em torno de seus interesses econômicos, mantendo apenas as diferenças políticas por ocasião das eleições. Já em 1930, as rupturas oligárquicas, segundo a autora, “ganham contornos ásperos e as dissidências regionais se articulam com a Aliança Liberal, o que abre caminho para a ascensão das oposições ao poder, como resultado a chamada Revolução de 30.” (p. 85).

Segundo Freitas (2010), durante os primeiros meses de 1929, oposicionista do Sudoeste goiano articulavam-se com milícia particular de Manoel Balbino de Carvalho – “Carvalhinho [...] com vistas a implantar ambiente de terror que levasse a intervenção federal, o que não vem a acontecer”. (p.381). Já nas eleições de Março de 1930, a vitória dos candidatos democratas foi, segundo a autora, “arrasadora [...]. O candidato oposicionista mais votado, Pedro Ludovico Teixeira contabilizou [...] 14% do total.” (p.382). Nesse contexto, Rosa (n.d) lembra que “gente sem conteúdo de liderança virou líder, o líder virou revolucionário autêntico e saiu por aí falando grosso, de lenço vermelho no pescoço e turquesa de capar garrote, catando caiadista nas frinchas dos esconderijos.” (p. 33). No entanto, apesar de todas as críticas, propostas e ataques da oposição, o governo venceu as eleições como se pode perceber na carta² do Secretário do Conselho Municipal, de Rio Bonito, Lindolpho Alves Dias, dirigida ao “Exmo. Sr. Dr. Antônio Ramos Caiado: [...] esse Conselho aprovou por unanimidade uma moção de congratulações ao eminente chefe do Partido Democrático pela brilhante vitória de 1º de março.” A oposição goiana, representada por Ludovico e apoiada pela oposição nacional, estava disposta a lutar para tomar o poder. Para tal, contou

² Carta datada de 26/04/1930, disponível no Arquivo PL I – pasta 04 – Doc. dos Caiado em Goiânia .

com o apoio armado do exército, que lutou ao lado das chamadas colunas Ludovico, formadas por forças civis goianas e por tropas militares mineiras.

Em Goiás, foi empossado por Getúlio Vargas, em 1930, um Interventor Federal, logo em seguida, formou-se uma junta governamental, composta pelos políticos goianos Mário D'Alencastro Caiado, Pedro Ludovico Teixeira e o Desembargador Emílio Francisco Póvoa. Essa junta durou pouco, pois foi nomeado, como Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira. No entanto, Rosa (n.d) enfatiza que “a substituição de Ramos Caiado por Ludovico no comando político do estado não alterou a estrutura social vigente”. (p. 52).

Encontrando dificuldade para enfrentar o grupo caiadista, os descendentes goianos não aderir à Aliança Liberal. Para Silva (2005), “formou-se a Aliança Liberal em Goiás do contato pessoal de elementos destacados da oposição goiana [...] Domingos Velasco, Americano do Brasil, entre outros, resultando desse encontro a adesão da oposição ao órgão central da Aliança Liberal.” (p. 119). Dirigido por Mário Caiado e Domingos Neto de Velasco, entre outros, o Comitê Liberal foi formado consolidando a posição das forças oposicionistas, contrapondo-se à política do Partido Democrata.

De acordo com Rosa (1974), “Pedro Ludovico, pouco depois integrado ao quarteto, tenha tomado parte na história ele que, de resto, não passava de um político inexpressivo do sudoeste goiano. De fato é que a trinca Mário-Velasco-Nero tomou a frente da Aliança Liberal em Goiás.” (p. 91). Continuando, o autor ainda lembra que “aos três espadachins que a Revolução vitoriosa projetaria no cenário político do Estado, o quarto que iria colocar-se à frente deles: Doutor Pedro Ludovico Teixeira. Um pouco de cada um daquela tríaca.” (p. 91). O autor³ lembra que o grande beneficiário pela ruptura de Mário Caiado com a família foi “o apagado médico do sudoeste fundador de mais uma truculenta oligarquia.” (p. 09). O autor vai além e diz que “arranhar a autoridade do chefe político nascido dos embates outubristas [...] que não houve, era mecher (*sic*) em casa de marimbondo goiano no tope das paineiras à beira dos cerrados.” (p. 33). Discutindo o papel do grupo dissidente em Goiás, Silva (2005), lembra que Mário Alencastro Caiado cria, na cidade de Goiás, em 1927, o jornal Voz do Povo, para veículo de suas reivindicações e, no sudeste goiano, o movimento é liderado, em Rio Verde, por Pedro Ludovico Teixeira. No entanto, a autora lembra que as oposições existentes em Rio Verde eram “obedientes à linha traçada por Mário Caiado, em a

³ Esse trabalho do autor, cujo título é *Por esse Goiás a dentro...* não foi publicado, tem-se acesso a uma cópia digitada, com as correções, sem data. Nas primeiras páginas traz um “esclarecimento” que diz que “o pretendido com os trabalhos - refere-se aos livros: *Por esse Goiás Afora* (1974) e *de Totó Caiado a Pedro Ludovico* (1980) - que se completa em artigos de jornais de Goiânia, é deixar registrados para que não .” se percam nos desvãos do tempo e do esquecimento coisas úteis aos pesquisadores da História de Goiás”.

Voz do Povo”. (p. 117). Esse jornal torna-se um dos principais veículos de oposição, tanto ao Partido Democrata, quanto aos Caiados.

Em 1930, com a chamada “Revolução”, a oposição assume o poder e o nome de Pedro Ludovico Teixeira é indicado para interventor, pela própria Junta Militar, principalmente, segundo Freitas (2010) de Mário Caiado, que gozava de prestígio em todo o estado, mas enfrentava “o handicap do próprio sobrenome. Como justificar uma revolução feita contra os Caiados que legitimasse um Caiado no poder?” (p. 573). Com isso, a capital, localizada na região conhecida como Mato Grosso Goiano, ficou deslocada, o que, de certa forma, prejudicava os interesses regionais, uma vez que os grupos oligárquicos do sul e sudoeste começaram a reivindicar um poder político correspondente ao poder econômico. Segundo Silva (2005),

O maior desenvolvimento das regiões Sul e Sudoeste e sua concomitante falta de participação nas decisões políticas, geraram toda uma disputa inter-regional, cheia de sutilezas e nuances [...] A luta entre regiões ultrapassou os gabinetes dos oligarcas e ganhou as ruas, os jornais, as modas de viola, uma verdadeira disputa inter-regional. (p. 137)

Nesse sentido, a leitura da obra em questão aproxima-se da visão de Barbosa Lima (1975), ao discutir a “Revolução de Trinta” como uma disputa regional. Essa reflexão acerca da disputa entre regiões está inspirada na leitura de Lima Sobrinho, ao discorrer sobre a *Guerra de Estados* entre São Paulo e Minas Gerais, que se assemelha à análise que a autora faz de Goiás, ou seja, nessa perspectiva, havia uma disputa entre as regiões Sul e Sudoeste. Pode-se perceber que a autora discute a construção da nova capital como um aspecto de disputa regional, uma vez que:

Os políticos das regiões Sul e Sudoeste eram barrados em suas pretensões eleitorais, pois a comissão do Partido Democrata, controlada pelo Senador Antônio Ramos Caiado, escolhia sempre políticos da capital para comporem as chapas eleitorais, suas insatisfações com o grupo caiadista avolumavam-se. (p. 137).

Pode-se pensar que, para Silva (2005), a transferência da Capital atendeu a interesses regionais e não significou o desenvolvimento do Estado, como defende Ludovico, em seu livro *Memórias*. A mudança era necessária às regiões que, de certa forma, já estavam economicamente desenvolvidas. As insatisfações regionais levaram a uma oposição entre os grupos oligárquicos, que tinham seus interesses ligados à capital. Os grandes produtores

rurais, que detinham o poder político do Estado, e os grupos ligados ao Sul e Sudoeste goianos, que possuíam o poder econômico, não eram condizentes ao desprestígio político. Por isso, além de maior participação política, correspondente ao poder econômico, queriam, também, que o Estado criasse mecanismos para maior comercialização dos produtos. Esses grupos estavam ligados à ideia de “progresso”; no entanto, o grupo que detinha o poder político não fazia concessões. Nesse sentido, a autora coloca:

Do ponto de vista regional, com a expansão econômica no Sul e Sudoeste, surgiu à necessidade da criação de um pólo urbano que servisse de centro dinamizador destas regiões e de ponto de ligação delas com a economia de base urbano-industrial em expansão. É no interior da dupla necessidade de expansão do capital, a nível nacional e regional, que se deve entender a construção de Goiânia. (p. 183)

Segundo Silva (2005), a transferência da capital significava, para o governo “revolucionário”, uma afirmação de poder, uma vez que na velha capital encontrava-se a maioria da oposição. “Mudando a capital o governo cria o espaço político necessário a sua afirmação no poder”. (p. 188). Além da questão regional, a autora discute também o papel do Estado nesse processo, “uma vez que naquele momento a visão do Estado como guardião da ordem, passava-se a ideia do Estado como propulsor do desenvolvimento, devendo para isso intervir na economia”. (p. 186). Pode-se pensar os discursos de Pedro Ludovico, representado por ele, como o propulsor do desenvolvimento que se tornaria possível somente com a transferência da capital.

A oposição entre as forças regionais e os grupos dominantes do Sul e Sudoeste do Estado teve, como primeira reação, a criação de jornais para serem usados como veículos de expressão de suas insatisfações, tais como a *Voz do Povo* e o *Democrata*, oposicionista a Pedro Ludovico. O primeiro, inicialmente, contra o caiadismo e segundo Rosa (n.d) “com pinta de órgão oficioso do novo governo, de juba murcha, espremida entre apoiar a situação dominante e entrar em choque como o povo de Vila-Boa arrepiado com Ludovico, tomando as providências iniciais para a construção de Goiânia.” (p. 65/66). Já o segundo, de acordo com Freitas (2010), “na história política de Goiás, o partido conhecido como Caiadismo coincide com a preeminência do Partido Democrata e a hegemonia do grupo chefiado por Antonio Ramos Caiado.” (p.190). No entanto, a oposição não conseguia uma boa articulação devido à falta de partidos e programas de base ideológica. O ideário político de sustentação das oposições goianas, segundo a autora, baseava-se em um ataque pessoal aos membros do governo e em uma crítica à *estrutura jurídica-política do Estado*. As oposições articulavam-

se em torno do Partido Republicano de Goiás, que era representado por elementos de diferentes regiões do Estado.

Em meio a esse conturbado cenário de disputa regional, surgiu a liderança de Pedro Ludovico Teixeira, que teria seu poder consolidado juntamente com o desenvolvimento das regiões Sul e Sudoeste. Como a oposição não encontrava alternativa para enfrentar os Caiados, criada a Aliança Liberal, a ela se aderiram. Dirigido por Mário Caiado, Nero Macedo, Domingos Velasco, Americano do Brasil, o Comitê Liberal formou-se em Goiás, explicitando sua oposição ao governo situacionista. Para Rosa (n.d.), “Ludovicos, Caiados e Velascos ... tudo farinha do mesmo saco dando no caldeirão das competições, o mesmo angu de carço [...]” (p. 51). A esse respeito, Silva (2005) afirma que:

Voltadas apenas para a questão presidencial, as críticas dos aliancistas em Goiás não ultrapassam a estrutura jurídica-política. Movendo-se ao mesmo universo econômico, político e cultural da oligarquia no poder e sem alternativa econômica a propor, as oligarquias dissidentes querem apenas obter concessões políticas – em última instância, uma rotatividade no poder. (p. 143)

Para a autora, graças ao movimento armado, conduzido pela Aliança Liberal, foi possível a derrubada do poder oligárquico caiadista, que controlava o Estado, tomando, assim, legalmente o poder. A autora enfatiza que “na ausência de outras classes com força social para atuarem no sentido de seus interesses específicos, as dissidências oligárquicas de Goiás assumiram o poder com exclusividade.” (p. 157). Essa leitura aproxima-se da ideia de *Estado de Compromisso*, discutida por Boris Fausto (1997). O Estado que surge em Goiás, após 30, não é muito diferente, segundo a autora, do anterior, no que diz respeito às classes sociais, pois nenhum outro setor social tem condições, pelo nível de desenvolvimento das forças locais, de se posicionar para defender seus interesses. Ocorreu, porém, que o poder estadual, representado por Ludovico, estava agora submetido ao poder central, representado por Getúlio Vargas. O Estado não tinha autonomia, pois o interventor fora nomeado por Getúlio Vargas. No entanto, ainda contava com o apoio das oligarquias, mesmo daquelas que anteriormente eram opositoras.

Para a autora, o ideário de reconstrução do Estado, proposto por Ludovico, significava um rompimento com a mentalidade da política que caracterizava a Velha República. Era necessária a colaboração de todos os *bons goianos*, inaugurando, assim, uma nova mentalidade e uma nova forma de agir em Goiás. Percebe-se que esse discurso era

utilizado por Ludovico, para justificar sua força e produzir, entre os goianos, certo consenso. O “novo” Estado, idealizado por ele, era apresentado de forma que todas as classes deveriam se identificar pela colaboração, união, procurando neutralizar as tensões, os conflitos. Analisando esse discurso de Ludovico, no sentido de formação do “novo” Estado, Silva (2005) ressalta que: “Ideologicamente quer-se demonstrar que o Governo Revolucionário está acima das classes e procura atender aos interesses de todos [...] a tarefa da Revolução é levar Goiás ao progresso [...]”. (p. 171).

Diferenciando-se das reflexões de Silva (2005), que procura analisar a “Revolução de Trinta” em Goiás em sua manifestação regional, Gomes (1994) propõe apresentar uma visão global da “Revolução de Trinta” em Goiás, *através da imagem que a própria Revolução nos ofereceu de si mesma*, a partir dos relatórios de Pedro Ludovico, marcados por três tempos inevitáveis do discurso revolucionário: *o antes, o agora e o depois*. O antes é considerado, segundo o autor, como o tempo de todos os *agravos*; o depois é o tempo da ruptura total; o agora é o momento da difícil revolução. É a partir desses três momentos que o autor busca compreender *o que foi a Revolução de Trinta em Goiás e o que pretendeu ser*. Dessa forma, procura demonstrar o discurso revolucionário. Enfatiza, portanto, que a “Revolução de Trinta” não teve, em Goiás, nem antecedentes, nem participação. Contudo, considera a participação de Ludovico direta na ação das armas fora do Estado, juntamente com o pequeno grupo que fora disperso no primeiro combate com as tropas do governo. Segundo esse autor, a revolução era representada por Ludovico que se encontrava *espremido* entre as necessidades de mudanças no Estado, proposta por *uma revolução não revolucionária*.

A saída encontrada era criar algo capaz de desestabilizar o Estado e que exigisse muito esforço, para produzir súbitas inversões sociais. Este pode ter sido o significado da mudança da capital, isto é, o de ser uma revolução permanente, sem que houvesse revolução. A esse aspecto, proclama o próprio Ludovico no Relatório (apud Palacín, 1986):

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de Trinta, não ficou, felizmente adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação operou também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou nesse Estado veio proporcionar a ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para a ambicionada realização. [...] Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo [...]. (p. 187)

Dessa forma, a mudança da capital significou, para a “Revolução de Trinta”, em Goiás, uma ligação entre a realidade do presente – agora – e as promessas –antes – do governo revolucionário, ou seja, uma mudança total nas estruturas e a criação de um novo Estado – depois. Dessa forma, o autor assume o discurso de Ludovico não apenas colocando um marco divisor entre 1930 e pós-trinta, mas elegendo a construção e a transferência da capital como esse marco.

Contraditoriamente, de certa forma, Gomes (1994) não aceita a ideia de ruptura, colocando que: “[...] esta ruptura não é possível de imediato, onde existem estruturas e hábitos inveterados, este depois pertence ao tempo das promessas [...]”. (p. 81). Para o autor, a longo prazo, ocorreram transformações, no que concorda com a afirmação de Silva (2005) quando diz que a longo prazo a *Revolução* proporcionou transformações nos meios de produção e até mesmo possibilitou o crescimento produtivo do Estado.

Segundo Gomes (1994), “o que nas outras revoluções significou os oceanos da repartição da propriedade ou sua coletivização, a socialização dos meios de produção, a industrialização acelerada” (p.89), em Goiás propiciou a mudança da capital. O autor refere-se à Revolução Francesa e à Americana, que acarretaram grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Com isso, reforça seu pensamento de que, em Goiás, a “Revolução de Trinta” não teve proporção, nem organização e nem programa, simplesmente adesões pessoais baseadas em antagonismos, também pessoais. Para o autor, esse movimento, em Goiás, foi um ideário político e de visão forçada da realidade de acordo com o ideário, representado por Ludovico. Em Goiás, não houve revolução e sim a imagem de uma revolução criada por Pedro Ludovico Teixeira.

Chaul (1988), recebendo uma grande influência de Silva (2005), mas rompendo com o referencial marxista, constrói seu discurso a partir da noção de ruptura. Segundo esse autor, o projeto político modernizador, representado por Ludovico, implicava o rompimento com o atraso e a inserção do progresso. Assim, assume, completamente, o discurso de Ludovico. Talvez, seja esse o autor que mais incorpora o discurso de Ludovico, tanto em relação ao processo de mudança da capital, quanto em relação às imagens criadas em torno de todo do movimento revolucionário. Esse autor critica as produções historiográficas goianas propondo uma nova visão, discutindo a modernidade a partir da ascensão econômica das regiões Sul e Sudoeste e da chegada da ferrovia. Essa visão se aproxima da leitura de Silva (2005).

Chaul (1997) parte da ideia de ruptura para discutir a “Revolução de Trinta” em Goiás, como um marco divisor entre o *atraso*⁴ e o *progresso* do Estado, materializado na construção de Goiânia. Ressalta que “Goiânia seria o símbolo maior da *modernidade*⁵”. Dessa forma, incorpora o discurso de Ludovico. Assim como Silva (2005), Chaul (1997) também caracteriza a “Revolução de Trinta”, em Goiás, como um movimento regionalista, isto é, uma disputa entre as regiões Sul e Sudoeste do Estado, que se desenvolvem economicamente, buscando maior participação política. Nesse sentido, enfatiza:

À medida que as regiões Sul e Sudoeste se destacavam das demais no plano econômico, as divergências políticas também se acirravam. Clamavam-se então por uma maior participação nas decisões políticas que dentro da continuidade centralizadora em que se encontravam, obstruíam os passos de desenvolvimento que o Estado poderia conseguir. (p. 81)

Chaul (1997) discute, então, a participação dos sujeitos políticos nesse processo político, em Goiás, afirmando que, nesse Estado, os *grupos oligárquicos eram hegemônicos* e a preponderância de um grupo sobre o outro tinha como base o domínio da propriedade da terra. Mas, por outro lado, argumenta:

Que os novos donos do poder não representavam interesses de uma burguesia ou de um proletariado, também não representavam literalmente os interesses das classes médias local. Representava sim os interesses dos novos grupos políticos em ascensão, principalmente do Sul e Sudoeste do Estado. Tal fato não significa porém uma simples alternância de grupos no poder político de Goiás. Pois agora se trata de um grupo político com mentalidade de desenvolvimento e modernidade, bem diferente daqueles depositos pelo movimento de 30. (p. 154)

O autor conclui que “o mais admissível, porém, é que se trata de um período de transição, político, econômico, social e ideológico [...] elementos do velho, configurados na Primeira República, se mesclam com o pretense novo do pós-trinta.” (p. 46). Dessa forma, discorda de Silva (2005), uma vez que, segundo essa autora, o que ocorreu foi uma *alternância de oligarquias*. Discutindo a alternância de oligarquias, Machado (1990) enfatiza: “a partir da figura do carisma, é que considero não se deve avaliar a revolução de 30 em Goiás

⁴CHAUL. Chama a atenção para o fato de que a questão do atraso deve ser vista como um projeto de dominação política, arquitetado pelos integrantes dos grupos dominantes da política goiana na Primeira República, chamados pelos sociólogos de coronéis. (p. 29).

como um período no qual se deu uma alternância de oligarquias, conforme tendências mais recentes da historiografia brasileira”. (p.124). A autora defende seu pensamento partindo da noção que a *familiocracia*, em Goiás, nos anos Trinta, não se manifestava da mesma forma que em momentos anteriores e, também, o governo de Pedro Ludovico, apesar de representar a classe dominante e privilegiá-la, não foi exclusivo dela. Ressalta que: “apesar da sobrevivência de elementos fundamentais à ordem oligárquica [...] considerar a revolução de 30 em Goiás como promotora de uma alternância de oligarquias, significa simplificar o processo histórico”. (p. 125). Entende-se que, a autora em questão, assume o discurso de Pedro Ludovico como representante de todo o Estado e dos interesses de todos os Goianos e, também, como o instaurador de uma nova realidade política no Estado.

Em outro estudo, Chaul (1998) propõe discutir a “Revolução de Trinta”, em Goiás, a partir da representação da modernidade⁶, pelo viés do progresso. Segundo esse autor, a “modernidade para os arautos de 30, consistia no progresso do Estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura” (p. 149), materializado na construção de Goiânia. Assim, segundo o autor, 1930, em Goiás, foi “muito mais do que uma simples alternância de oligarquias no poder. Significou a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação relativa das camadas médias urbanas. (p. 177).

O autor afirma, ainda, que Goiânia passou a ser o símbolo maior da modernidade, ou do progresso em Goiás, e o ideal político que, além de contar com o apoio das regiões Sul e Sudoeste, dava sustentação ao poder de Ludovico. Representava também a participação de outros setores sociais, como os trabalhadores que vinham em busca de emprego e, automaticamente, se organizam enquanto classe, além dos setores médios, que ali se estabeleciam. Cria, assim, uma dicotomia entre o antes e o pós-trinta, cuja marca central será a afirmação da modernidade materializada na construção de Goiânia, expressa no projeto de Pedro Ludovico. A “Revolução de Trinta” entra para a História de Goiás como um marco modernizador do Estado, ruptura com o atraso, em direção ao progresso.

Voltando às questões partidárias, Rosa (n.d) destaca que quando a “Velha República” chegou ao fim, apenas dois partidos apareciam nos noticiários dos jornais goianos: O Democrata, da oligarquia vigente, que tentaria sobreviver em 1934 e o Republicano de Goiás, “feito as pressas para atender as contingências da Aliança Liberal.” (p. 25). Com a

⁶ Define modernidade como “ascensão da burguesia e o crescimento econômico, a afirmação do capitalismo e suas manifestações políticas, designando uma forma de Estado que separa a vida privada da vida social e política pública”. (p. 15).

Constituição de 1934, surgiram o Partido Social Republicano (PSR), “partido do Governador”, e o Partido Libertador Goiano, estruturado na cidade de Ipameri, “partido de oposição”. Da ligação entre o Libertador e o Democrata surgiu a Coligação Libertadora, no entanto, esta mal sobreviveu às eleições daquele ano, ganhas “na marra por Pedro Ludovico, escorado na politicalesca máquina governamental.” (p. 25). Pensa-se, então, que artimanhas políticas foram utilizadas para que a vitória acontecesse e, nesse sentido, o jornal Voz do Povo⁷, no artigo *Impugnação à inscrição do Dr. Antônio Ramos Caiado como eleitor*, enfatiza que: “[...] vem impugnar a inscrição do dr. Antônio Ramos Caiado no alistamento eleitoral deste município pelos motivos [...] afastar da atividade política os elementos incompatíveis com os ideais da Revolução de 1930.” Por outro lado, o mesmo jornal⁸, no artigo *Dr. Pedro Ludovico*, destaca que: “[...] esse povo cheio de entusiasmo pela ampla liberdade que lhes destes, de se poder manifestar livremente pelas urnas – direito que a prepotência e tyrania do Caiadismo lhe haveria usurpado no longo e angustioso perverso desse tenebrosos vinte anos de cativo.”

Em 1937, com o “Estado Novo”, o Partido Social Republicano deixa de existir, mas para o autor “dava no mesmo. O Partido era Ludovico. E Ludovico continuava com as rédeas nas mãos, comandando o setor político sem Constituição, do mesmo modo que Caiado o fazia com Constituição.” (p.30). Várias correntes de pensamento contrários vão se aglutinar em torno da União Democrática Nacional, já os beneficiários se juntam, no Partido Social Democrático. O PSD, estruturado em 1945, tendo a frente Pedro Ludovico Teixeira, se organizou com os mesmos elementos do antigo PSR, tendo como figura central o Ludovico de sempre. Nesse aspecto, Freitas (2010) argumenta que:

O PSD – centralizado e autoritário – apresenta similitudes com o extinto Partido Democrata que, ironicamente, fora ardorosamente combatido pelo então opositor Pedro Ludovico Teixeira. A explicação pra a persistência de tais características pode ser buscada na manutenção dos valores e padrões de conduta da sociedade goiana [...]. Exemplo dessa permanência é o clima de enfrentamento que este presente nas campanhas eleitorais do perdido, quando exibições de machedez e de coragem pessoal não raramente descambaram para a violência. (p. 808)

⁷ Ano VII, nº 275 de 02/04/1933, disponível no Arquivo Frei Simão na cidade de Goiás.

⁸ Ano VII, nº 281 de 13/04/1933, disponível no Arquivo Frei Simão na cidade de Goiás.

As disputas políticas, entre os Caiados e Ludovico, eram presentes na imprensa goiana. Nesse sentido, Rosa (n.d) considera que, após outubro de 1930, a quantidade de jornais, em Goiás, aumentou consideravelmente, no entanto, grande parte deles não teve duração, nem repercussão. Os jornais goianos estavam direcionados às questões políticas, já que a maioria deles eram dirigidos por chefes políticos, como por exemplo, o *Democrata e Voz do Povo*. O primeiro, chefiado por Totó Caiado e o segundo, inicialmente, dirigido por Domingos Velasco e, mais tarde, passa ao “controle” editorial de Pedro Ludovico Teixeira.

Dessa forma, os jornais defendiam esta ou aquela linha política, em função dos interesses dos grupos que estavam no poder. Para o autor “a imprensa não tinha sentido formativo ou informativa. Teria sentido espinafrativo” (p. 64), como observa-se nos referidos jornais. Ambos eram redigidos segundo os mesmos padrões e, muitas vezes, os nomes dos adversários eram substituídos por apelidos e essa característica era comum, também, entre correspondências trocadas, como por exemplo, na carta dirigida ao “Dr. Pedro Ludovico”, por Elias⁹, relatando como ocorreram as eleições de 1933: “[...] julgava que *os sobas I e II*¹⁰ (grifo nosso) se intrometessem nas secções, mas surpreendido fiquei [...] nem sombra deles vi. [...] A noite emissários deles trocaram cédulas de nossos eleitores.” Essa mesma característica é observada no artigo *A Hora no Paiz*, publicado no jornal *O Democrata*¹¹: “Os gallos de briga da *Alliança Liberal* estão cacarejando.”

O discurso jornalístico produz sentidos por meio da utilização de imagens, de representações que constituem o imaginário social. Fazendo circular essas imagens, ela constrói, de acordo com Gregolin (2003), “uma história do presente, simulando acontecimentos em curso que vêm evadidos de signos do passado. [...] Poderemos entrever esses movimentos de resgate da memória e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social” (p. 96). É através do imaginário que se pode atingir os desejos, os medos e as esperanças do povo. É nele que as sociedades esboçam, de acordo com a autora, “suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro.” (p. 97). No entanto, é necessário atentar-se ao fato de que o que os textos/artigos jornalísticos apresentam não é a realidade, mas uma representação simbólica de sua relação com a realidade.

Ainda sobre o imaginário social, a autora argumenta que este se expressa por ideologias e “utopias, que se materializam em símbolos, alegorias, rituais e mitos”. (p. 97). É

⁹ Carta do dia 050/05/1933. Não foi possível identificar o sobrenome do remetente. Disponível no Arquivo Pedro Ludovico Teixeira em Goiânia. Arq. PL XIV – Pasta 27.

¹⁰ Refere-se a Antônio (Totó) Ramos Caiado e Brasil Caiado.

¹¹ Ano XIII, nº 680. Goiaz, 11 de Outubro de 1930. Diretor: Antonio Ramos Caiado.

nesse sentido que, tanto os Caiados, quanto Ludovico, recorriam aos jornais buscando a utilização de argumentos para “seduzir” os eleitores para seus respectivos interesses políticos. Se, por um lado, o jornal *Voz do Povo*¹², em seu artigo *Rememorando o “já-começa” constitucional*, assevera que: “Temos fé que a peste caiadista não mais nos infestará,” (p. 01) por outro, o jornal *A Pátria*¹³, no artigo *De Goiaz desfazendo acusações*, destaca que: “[...] Quando houver acabado tudo que era Caiado outro engano. Nunca houve na administração estadual tanto Caiado como na atual. Começando por um dos membros da Junta Governativa, Dr. Mário de Alencastro Caiado.” Através destes textos/artigos, criam-se visões de mundo, tentando modelar as posturas políticas e os estilos de vida, como argumenta Gregolin (2003) “em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.” (p. 97).

Em relação ao papel dos jornais do período discutido, entende-se que estes eram utilizados, como argumenta Barbosa (2003), “para legitimar as atitudes de uma autoridade política ou conferir tratamento pejorativo aos fatos a ela relacionados”. (p. 113). A imprensa cria, portanto, “heróis” e “bandidos”. Os textos/artigos dos jornais apresentam-se como uma fonte privilegiada para compreensão das disputas políticas, com toda sua agitação e dispersão. Nesse sentido, pode-se destacar o artigo *Ora, ora seu Totó Caiado*, publicado no jornal *Voz do Povo*¹⁴, ao enfatizar que: “[...] Totó Caiado na sua arrogância de sempre, tal qual como o cachorro bravo, no quintal ou na porta do seu dono. Fora de casa esse cachorro furioso [...] enfia o rabo entre as pernas e corre de qualquer careta que lhe faça.” Esse artigo, ao retratar Totó Caiado como um homem medroso e assustado, o expõe a uma situação de humilhação, afetando-o em sua honra, uma vez que sua bravura é contestada, sendo esta uma das características presentes nos homens das décadas de 1920 e 1930. Nesse sentido, Lopreato (2005) atesta que “como valor moral, a honra é uma espécie de propriedade que não quer ser tocada” (p. 249) e, segundo Freitas (2010), “a demonização de Totó Caiado foi deliberadamente construída por seus adversários.” (p. 574).

O que ocorre em Goiás, a partir dos anos de 1920, é uma tentativa, tanto do Ludovico, quanto dos Caiados, de impor uma “verdade” sobre as disputas políticas entre ambos. No entanto, Pedro Ludovico procura impor sua verdade, tentando silenciar as vozes dos seus adversários, através da censura dos jornais e quebra de tipografias, como nos lembra Rosa (1974). Ainda sobre o mesmo assunto, Freitas (2010) assegura que “para silenciar os

¹² Ano VI, nº 223 de 14 de Fevereiro de 1932.

¹³ 02 de Janeiro de 1939 – Acesso a um fragmento.

¹⁴ Ano II, nº 43 de 13 de Abril de 1928

adversários, os situacionistas empregavam métodos de intimidação, que iam da pressão dos delegados de política a violência dos soldados, que batiam e prendiam, além de fazerem buscas em residências e locais de trabalho.” (p. 813).

Para compreender os pleitos políticos entre Ludovico e os Caiados, recorre-se à leitura de Courtine (2006), quando este discute a *Arte na mentira política*. O autor define mentira política como “a arte de convencer o povo, a arte de lhe fazer aumentar as falsidades úteis, e isso para alguma finalidade” (p. 36). Para o autor, existem três tipos de mentira política: a mentira da calúnia, da adição e translação. A primeira, “é aquela pela qual se despoja um grande homem da reputação que adquiriu de direito, de medo que este (não) sirva ao detrimento do público.” (p. 40). Já a segunda “dá a um grande personagem mais reputação que de fato lhe pertença; e isto para colocá-lo em estado de servir a alguma boa finalidade ou a alguma intenção que se tem.” (p. 40). A mentira de translação “é aquela que transfere o mérito da boa ação de um homem a outro, que se vê com qualidades superiores”. (p. 40). Nos entraves entre Caiados e Ludovico nota-se tanto a mentira da calúnia, quanto a da adição, pois ao mesmo tempo em que divulgavam “calúnias” nos jornais de oposição, Pedro Ludovico utilizava de várias imagens e representações para atingir o imaginário social, com objetivo de construir e reafirmar seu papel político. Nesse aspecto, Rosa (1974) atesta que “a única diferença entre Caiado e Ludovico é que este enxergaria dois dedos a mais que o mestre Totó Caiado”. (p. 57).

Pedro Ludovico, em seu Relatório¹⁵, falando sobre o período em que os Caiados governavam o Estado, expõe que “os adversários políticos da oligarquia, que se atreviam a manifestar as suas opiniões, corriam desde logo o risco de serem humilhados, perseguidos, presos, espancados e até fuzilados.” (p. 81). Já Rosa (n.d), discutindo a situação política do Estado de Goiás com a administração de Ludovico, lembra que “as matreirices dos velhos tempos voltaram com roupagens novas, [...] outras monobras surgiram. Mais inteligentes, mais... técnicas. Que os métodos dos contraventores se aperfeiçoam na razão direta da coação exercida pela lei.” (p. 29). Entende-se que ambos procuravam se defender de boatos, acusações ou “mentiras políticas” caluniando ou humilhando o adversário. Nesse sentido, o sentimento de humilhação pode ser percebido de diferentes maneiras e, como ressalta Ansart-Dourlem (2005), “responde diversos tipos de defesa [...]” (p. 85).

Em relação aos Caiados, nota-se que, em meio às disputas políticas, os ressentimentos emergem pelo fato de perderem, ou estar perdendo sua posição historicamente

¹⁵ 1930-1933 para Getúlio Vargas. Capítulo VI – Força Pública.

privilegiada, no Estado de Goiás e, nesse sentido, concorda-se com a leitura de Kontan (2004), que considera “que o ressentimento é a dor por alguém possuir aquilo que também se possui”. (p. 69). Nesse ínterim, Galvão (2004) assegura que o ressentimento “gera inquietudes e desconforto que possibilitaram ao indivíduo a atuar e participar minimamente do jogo político.” (p. 325). Quanto à atuação política dos Caiados, o jornal *Voz do Povo*¹⁶, no artigo *Rememorando o “já-começa” constitucional*, destaca que “o caiadismo [...] tinha que ruir.” (p. 01). O mesmo jornal¹⁷ no artigo *O caiadismo que se agita para queda*, enfatiza que “o caiadismo ingrato e impertinente que em Goyaz se agita enfurecido, piza agora as bordas de um abismo.”

Durante todo o período em que Pedro Ludovico ficou à frente das decisões política em Goiás, procurou construir e reforçar suas imagens de um homem íntegro, honesto, democrático e estas características foram apropriadas pelos jornais e, também, por grande parte da historiografia goiana. Nesse sentido, recorre-se a leitura de Courtine (2006), quando ressalta que “a mentira de adição dá a um personagem mais reputação que de fato lhe pertença, e isso para colocá-lo em um estado de servir a alguma boa finalidade ou alguma intenção que se tem.” (p. 40). No entanto, apesar de louváveis esforços, Ludovico não consegue conservar sua “verdade.” Nesse aspecto, a “Arte¹⁸ era usada a fim de distingui-la da ação de dizer a verdade, para a qual parece que não há necessidade de arte”. (p.36). Ironicamente, o autor diz que “o meio mais limpo e mais eficaz para destruir uma mentira é lhe opor a uma outra mentira.” (p. 54).

Ainda sobre as “mentiras” políticas que circulavam os jornais, o artigo *Campanha nefanda*, publicado na revista *Informação Goiana*¹⁹, ressalta que “[...] desastrada impatriótica campanha derrotista que com a actual administração do nosso estado vem fazendo em certa imprensa que vive de publicar ‘mentiras sensacionais’ que lhe fornecem despeitados filhos dos Estados lingüguos [...]” (p. 86). É importante destacar que, a partir da análise dos artigos/textos publicados na revista, percebe-se que a mesma apoiava Pedro Ludovico Teixeira. Ressaltando, mais uma vez, que nas décadas de 1920 e 1930, os sujeitos Ludovico e Caiados viviam em constante debate ou divergências políticas, ou em oposição acerca do futuro político do Estado. Fernandes (2005) assevera que “as posições em contraste revelam lugares sócio-ideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares.” (p. 20). Essas “mentiras” políticas provocam, nos

¹⁶ Ano VI, nº 223 d 14 de Fevereiro de 1932.

¹⁷ Ano II, nº 68 de 05 de Outubro de 1928.

¹⁸ O autor se refere a Arte (com A maiúsculo) a mentira política.

¹⁹ Ano XII, vol. 41 de Novembro de 1928.

adversários, ressentimentos por, segundo Zawadzki (2004), “não poder agir, atormentado pelo sentimento de injustiça que a ausência de reparação aprofunda sem cessar.” (p. 377). No caso dos Caiados, esse “não poder agir” era reforçado pela censura, que era imposta aos jornais, por Pedro Ludovico e seus aliados, com objetivo de silenciar seus adversários, como já foi discutido anteriormente. Por outro lado os jornais que apoiavam Ludovico, particularmente o *Voz do Povo*²⁰, traziam, constantemente, artigos depreciando a imagem política dos adversários e justificava tal postura *como missão*, como pode-se perceber no artigo: *Os crimes do Caiadismo – como foi recebido o Senador Caiado pela imprensa do Paiz, dizem-nos os jornaes:*

Sua missão patriótica penosa tem sido a de focalizar crimes e despautérios do chefe do caciduisimo goyano expondo aos olhos attônitos do público a hediondez de sua política sem entranhas, de maldades [...] o absolutismo e o deboche que lhos são a arma predilecta, com sacrificios do progresso e grandeza de Goyas.

Entendendo os textos jornalísticos como um discurso político, nesse caso específico, recorre-se à leitura de Fernandes (2005) quando o autor assevera que “a ação política, em forma de discurso, apresenta valores ideológicos na construção de determinados espaços sociais. [...]” (p 58). Então, os artigos/discursos publicados nos jornais expressavam uma ideologia de determinados grupos políticos. Dependendo das direções dos jornais, esses discursos expressam “a formação de diferentes discursos que integram os processos de formação e transformação sociais próprias a existência do homem.” (p.48). Ou seja, “as transformações sofridas nas condições sociais manifestam-se nas produções discursivas, sempre marcadas pelo entrecruzamento de discursos e acontecimentos anteriores.” (p. 42). Nesse contexto das disputas políticas, é interessante pensar nas estratégias utilizadas tanto pelos Caiados, quanto por Ludovico. Contudo, é importante compreender a palavra estratégia e, para tal, recorre-se à leitura de Foucault (1984). Para o autor, a palavra estratégia pode ser empregada em três sentidos: o primeiro, para “designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim” (p. 247); já o segundo, para designar a maneira pela qual “um parceiro, [...] age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele [...] a maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro.” (p. 247); o terceiro sentido é empregado para “designar o conjunto dos

²⁰ Ano III, nº não identificado, de 24 de Junho de 1929.

procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar a luta; trata-se dos meios destinados a vitória.” (p. 247).

Compreende-se, então, que os três sentidos de estratégia, discutidos pelo autor, podem ser atribuídos às disputas políticas entre Caiados e Ludovico. As estratégias foram utilizadas, cuidadosamente, por Ludovico, para escolher os meios que seriam utilizados para chegar a seu objetivo maior, que era dominar a política goiana, afastando os Caiados. Ludovico muito fez para tirar vantagens do momento político pelo qual passava, não apenas o estado, mas o país de uma forma geral. E, com esse objetivo, Ludovico utilizou de procedimentos diversos para dificultar o combate de seus adversários, tentando fazer com que os mesmos desistissem do embate, possibilitando, assim, sua vitória. Então, as estratégias são utilizadas nas relações de poder.

As disputas eleitorais de 1929 e 1933, são destaques dos jornais, principalmente, no *Voz do Povo*, no *Democrata* e nas cartas, dirigidas tanto a Pedro Ludovico, quanto a Totó Caiado. Em 1929, a carta²¹ dirigida ao Senador Antônio Ramos Caiado expõe que “[...] vir solicitar [...] que nos favoreça no alistamento eleitoral desse município de Crystalina. Tenho já alistado muitos eleitores em prol do nosso partido [...] o meu desejo é unicamente obter um bom número de eleitores para a eleição de março.” Nesse mesmo ano, o *Voz do Povo*²², no artigo *O Sudoeste flagelado pelos agentes do governo – justiça contra o banditismo oficial*, enfatiza que: “Na história política de nossa terra, jamais assistimos ou tivemos notícia de um governo que tanto a infelicitasse e que tanto a degradasse aos olhos do mundo civilizado.” Compreende-se, então, que esses documentos (cartas) devem ser analisadas como pistas, através das quais, segundo Albuquerque Junior (2007), se tenta rastrear o momento em que foram produzidos, isto é, “os interesses que estavam na raiz de dado acontecimento, os conflitos e as contradições que levaram à sua emergência.” (p. 24).

Levando-se em consideração que tais cartas foram escritas no momento de disputa eleitoral, cada remetente procura demonstrar seus interesses políticos, opiniões favoráveis a seus “correligionários” e contrárias a seus adversários. Essas cartas/documentos foram produzidas obedecendo a intencionalidades, ou seja, as evidências que em seu próprio tempo são fabricadas. Para o autor “as evidências são fabricadas pelos próprios procedimentos, aparatos e pressupostos teóricos e metodológicos do historiador.” (p. 26). Ainda, sobre as

²¹ Disponível no Arquivo Pedro Ludovico em Goiânia. Não identificado o remetente de 24 de Outubro de 1929. Arq. PL I – Pasta 03.

²² Ano III, nº 101 de 24 de Maio de 1929.

disputas eleitorais presentes nos jornais, O Democrata²³, referindo-se aos jornais de oposição, trás o seguinte artigo: “O povo cansado de ser ludibriado pelas promessas fallazes dos dirigentes de vehiculo das mentiras, que há um anno se vê contestado e desmascarado, em suas inverdades e embustes, já o olha com o nojo e desprezo que merecem todas as cousas asquerosas.”

Já em 1933, as disputas políticas acontecem de maneira um tanto diferenciadas, em virtude do que ocorreu em 1929, uma vez que, como já foi discutido no primeiro capítulo, Ludovico encontrou maneiras de silenciar seus adversários, censurando jornais, destruindo tipografias e o principal jornal de oposição, O Democrata, foi extinto em 1930, logo após a “vitória” dos revolucionários. Mesmo assim, as “picuinhas” políticas ou boatos eram constantes, como se pode perceber na carta²⁴, dirigida a Pedro Ludovico Teixeira, da cidade de Campo Formoso:

Fui perseguido pelos políticos então dominantes, por haver pela sympathia que sempre me inspirou o nome de V. Excia. [...] Consegui alguns votos que suffragavam o nome de V.Excia. [...] cuja perseguição foi ao ponto de ser eu exonerado do cargo de collector. Tudo supportei, esperando que um dia viesse a flor da realidade, e essa flor veio, com o triumpho da revolução. [...] Quero dizer a caiadesca [...] me postei ao lado da revolução [...] na esperança de melhores dias raiar.

As perseguições eram denunciadas por ambas as partes, tanto pelos aliados de Ludovico, quando pelos aliados dos Caiados. Muitas acusações dirigidas aos Caiados eram, segundo Freitas (2010), de autoria incerta. Nesse ínterim, é interessante lembrar a leitura de Albuquerque Junior (2007), ao destacar que “os fatos seriam apenas fabricações discursivas. [...]. A realidade seria apenas uma construção narrativa, um efeito de realidade. [...]” (p. 26). E esses fatos são construídos a partir das relações de poder, como enfatiza Fernandes (2005) “são preenchidos politicamente por ideologia e, em conformidade com as mudanças que sofrem, diferentes vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História.” (p. 58).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre... [et al]. *Papel da memória*. Campinas – São Paulo: Pontes, 1999.

²³ Ano X, nº 502 de 30 de Junho de 1928.

²⁴ Não foi possível identificar o remetente da carta escrita em 11 de Setembro de 1933. Disponível no Arquivo Pedro Ludovico em Goiânia. Arq. PL XIV – Pasta 21.

- ANSART-DOURLEM, Michele. “Sentimento de humilhação e modos de defesa do eu. Narcisismo, masoquismo, fanatismo”. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- ARMSTRONG, Karen. *Breve historia do mito*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas - São Paulo: INICAMP, 2004.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.
- BORGES, Vavy Pacheco. “São Paulo, anos 1930: um Estado humilhado?” In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- CHAUL, Nasr Fayad. *A Construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: CECRAF/UFG, 1988. Coleção Documentos. Goiânia n 17.
- _____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: CECRAF/UFG, 1997.
- _____. (coordenador). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.
- COURTINE, Jean-Jacques de. *A Arte na mentira política*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública*. São Paulo: Claraluz, 2006.
- _____. “A humilhação: ação ou sentimentos? In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FERNANDES, Marilena Julimar. *Percursos da Memória: A trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira*. Uberlândia: UFU, 2003.
- FOUCALT, Michel. “A escrita de si”. In: *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forence Universitário, 1983.
- _____. *O Que é um Autor?*. Lisboa: Passagem, 1992.
- FREITAS, Lena Castelo Branco de. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009. v 1 e 2.
- GOMES, Luís Palacín. et all. *História Política de Catalão*. Goiânia: Editora da UFG, 1994. Coleção Documentos Goianos, 26.
- _____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: CEME, 1986

- KONSTAN, David. “Ressentimento – História de uma emoção.” In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas - São Paulo: INICAMP, 2004.
- LOPREATO, Christina da Silva Roquete. “O respeito de si mesmo: humilhação e insubmissão”. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990. Coleção Documentos Goianos, 18.
- MALATIAN, Teresa. “Cartas: Narrador, registro e arquivo.” In: *O Historiador e suas fontes*. PINSK, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de. (orgs.) São Paulo: Contexto, 2009.
- MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” In: *Projeto. História*. São Paulo, (10), dez., 1993
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3ª Ed, Campinas - São Paulo: UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).
- _____. “Boatos e Silêncios: Os Trajetos dos Sentidos, os Percursos do Dizer.” In: *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas - São Paulo: Pontes, 2005.
- PALACÍN, Luis. & MORAIS, Maria Augusta Santana. *História de Goiás*. Goiânia: Ed., da UCG, 6ª ed. 1994.
- _____. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV v. 2 n. 3, 1989.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: ED. UFRJ, Ed FGV, 1996.
- ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás a dentro ...* (digitado)
- _____. *De Totô Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980.
- SEIXAS, Jacy A de. “Os campos (in) elásticos da memória: reflexão sobre a memória histórica”. In: Bresciani, M.S, Magalhães, M.B., Seixas, J.A (org.), *Razão e sentimentos na política*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- _____. “A aprendizagem (proustiana) da memória e do esquecimento e a discussão historiográfica hoje”. In: *Anais do XI Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Uberlândia: UFU, 1998.

_____. “Percurso de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?*. Projeto História, PUC/SP, 2003.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de Trinta em Goiás*. 2ª Ed., Goiânia: Cône Editorial, 2005.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Cultura Goiana, 1973

VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. “Silêncio da Memória X Memória do Silêncio: uma parábola sobre efeito de sentido”. In: FERNANDES, Cleudemar Alves;

BERTLDO, Sérgio Ernesto; MUSSALIN, Fernanda; SANTOS, João Bosco Cabral dos. (orgs.) *Sujeito, Identidade e Memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004a.

_____. “Silêncio, livro didático e concepções de Linguagem”. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. (orgs.) *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entre Meios, 2004b.

IDENTIDADES POLÍTICAS E CONCEPÇÕES DE NAÇÃO NO INÍCIO DAS REGÊNCIAS: A VISÃO DO PERIÓDICO GOIANO A MATUTINA MEIAPOTENSE

Martha Victor VIEIRA*

martha.victor@uft.edu.br

RESUMO: No início do período regencial, o periódico A Matutina Meiapotense começou a divulgar as “festas nacionais” que ocorriam nas várias localidades da província de Goiás. Ao falar das comemorações cívicas, o redator desse periódico defendia o sistema monárquico-representativo e fazia circular uma concepção de nação que se coadunava com o pensamento liberal moderno, mas ainda mantinha resquícios dos padrões do Antigo Regime.

PALAVRAS-CHAVE: Período Regencial, Nação Brasileira, Imprensa.

ABSTRACT: At the beginning of the Regency period, the newspaper A Matutina Meiapotense began to publicize the "national party" that occurred in various places of the province of Goiás. Speaking of civic celebrations, the editor of this journal defended the monarchical system representative and made to diffuse a conception of nation that fit with the modern liberal thought, but that still had remnants of the standards of the Old Regime.

KEYWORDS: Regency period, Brazilian nation, newspaper.

Ao tomar conhecimento da abdicação do Imperador, a elite dirigente goiana, adotando um discurso liberal moderado, começou a reorientar o seu discurso, divulgando os seus posicionamentos políticos no A Matutina Meiapotense (1831-1834), primeiro periódico goiano, cujo proprietário era o comendador Joaquim Álvares de Oliveira, radicado em Meiaponte.¹ O principal redator desse periódico foi o Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que era, às vezes, substituído e auxiliado pelo padre Manuel Amâncio da Luz. A

* Professora assistente do Colegiado de História, Campus de Araguaína, da Universidade Federal do Tocantins e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

¹ Muitos historiadores referem-se ao comendador de Meiaponte como sendo Joaquim Alves de Oliveira, todavia, no jornal A Matutina e nas documentações de época consta Joaquim Álvares de Oliveira, por isso, optamos por essa segunda grafia.

Matutina Meiapotense começou sendo editada às terças e sexta-feiras. Dois meses depois começou a circular às terças, quintas e sábados. Esse periódico, que circulou até 24 de maio de 1834, era vendido na província de Goiás, e também em Cuiabá e São João Del Rey (TELES, 1989, p. 24).

Em maio de 1831, comentando a atitude de D. Pedro I, o redator do A Matutina, Gonzaga Fleury afirmou que o Imperador, iludido por “pérfidos conselheiros” queria exercer o poder absoluto do Brasil e, por isso, “cessou de imperar”. Porém, os “amigos da Pátria”, tinham motivos para celebrar porque um “Príncipe Brasileiro” era o novo Imperador. O comendador Joaquim Álvares de Oliveira, juiz de paz de Meiaponte, após ir ao templo render “Graças ao Todo Poderoso” e cantar o Te Deum, convidou os eclesiásticos, os juizes ordinários, a corporação militar e “cidadãos em geral para irem a sua casa e brindarem a “Soberana Nação Brasileira” (A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 5-6, nº 179).

Em sua residência, Joaquim Álvares de Oliveira comunicou aos presentes que D. Pedro I, “[...] não sabendo compadecer-se com a sinceridade, e boa fé brasileira foi vencido pela opinião pública, e deixou de imperar [...]”. No fim do seu discurso, o comendador cumprimentou o povo e a tropa do Rio de Janeiro e deu vivas à nação brasileira, a Assembléia Legislativa e aos fluminenses. (OLIVEIRA, 1831, p. 5).

Felipe Cardoso, comandante interino das armas, se manifestou sobre o 07 de abril em um comunicado dirigido a tropa goiana. Nesse comunicado, ele afirmou que a “Nação Brasileira” havia alcançado, enfim, uma “verdadeira existência Nacional, sem effusão de sangue”, haja vista que o Brasil tinha agora um Monarca que fora educado pelos brasileiros e era “símbolo da nossa união e da integridade do Império” (CARDOSO, 1831, p. 1-2).

Nesse mesmo comunicado, Cardoso convidou aos comandantes dos corpos, a oficialidade, cadetes e soldados particulares para que o acompanhassem, no dia seguinte, 22 de maio, para uma missa de ação de graças que ocorreria na catedral da Cidade de Goiás. Estendendo o convite para que, no período noturno, todos fossem com ele na casa do presidente da província, na ocasião Miguel Lino de Moraes, que ofereceria uma “chá” aos convidados (IBIDEM, p. 2).

Nessas declarações emitidas por três autoridades da província de Goiás, que representavam as principais facções políticas identificadas na Capital neste período, pode-se notar que havia um consenso entre a elite dirigente goiana, no que diz respeito a uma posição de adesão às tendências hegemônicas vindas da Corte. Outro aspecto que se sobressai nessas manifestações de comemoração da abdicação é o fato dos festejos e cortejos públicos ocorridos nos arraiais constituírem-se numa estratégia dos dirigentes para suscitar na

população sentimentos patrióticos, restabelecer a “confiança pública” e inibir qualquer reação que comprometesse a legitimidade das instituições vigentes, das quais os mesmos se beneficiavam e defendiam.

Dáí a razão das autoridades dos diferentes arraiais buscarem ressaltar os aspectos positivos do 07 de abril. Tanto que, em Thrairas, um correspondente do A Matutina, cognominado “O Trahirano”, afirmou que, ao saberem da abdicação, as autoridades civis e militares do arraial, teriam ido a matriz render graças e realizar um Te Deum. Após o ato religioso, todos se dirigiram a casa do juiz de paz, para brindar “A Soberana Nação Brasileira – A Constituição – Ao Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil – A Assembléia Geral Legislativa – A Regência do Império, A Tropa Brasileira, ao Heróico Povo do Rio de Janeiro e ao Povo de Trahiras” (A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 5-6, Nº 204).

Ainda sobre Trahiras, outro correspondente reforçou a informação em relação ao “júbilo” desse arraial com a abdicação. Tanto que nos dias 26, 27 e 28 de junho, os trahiramos iluminaram “voluntariamente” as suas casas e “correrão as ruas com sonoras cantilenas”, dando vivas a Pedro II, a Regência e a Assembléia Geral (A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 3, nº 224).

As comemorações do sete de abril ocorreram em várias localidades. Sobre Cavalcante, dizia-se, igualmente, que a população, o reverendo e as autoridades do julgado teriam feito uma solenidade em 02 de agosto. Nesse dia “houve muitas salvas” de artilharia e uma “Arvorada de boa música correndo todas as ruas”. Depois disso, todos se dirigiram para a matriz para dar “Graças ao Todo Poderoso” e cantar o Te Deum. A tarde, houve Cavalhadas, no fim da qual se deram brindes “a Nação, ao Imperador, a Constituição, a Assembléia, aos Liberaes, e aos Cavalcantenses” (IBIDEM, p. 4).

Como afirma Iara Lins Carvalho e Souza, desde o período colonial, as festas possuíam forte cunho político e mobilizavam três instituições básicas: as câmaras municipais, a Igreja e os quartéis, que buscavam envolver a população numa espécie de “economia afetiva”. No início da década de 1820, os símbolos e os significados das festas foram reinventados para atrelar a pessoa de D. Pedro I ao Brasil, reforçando os vínculos entre os súditos e o monarca (SOUZA, 1999, p. 210-223).

Durante o Primeiro Reinado, uma das datas mais lembradas era o dia 12 de outubro, que celebrava a aclamação e o aniversário de Pedro I. Após a abdicação, como podemos notar, as elites dirigentes goianas buscaram reinventar as festas cívicas, celebrando outras datas, como, por exemplo, o dia 07 de setembro. O intuito era deixar de homenagear a imagem do ex-Imperador, com o cuidado de manter o apreço pelo sistema monárquico

representativo, exaltando a pessoa de D. Pedro II, a Regência, a Assembléia Legislativa e, sobretudo, a Nação Brasileira.

A importância das festas como estratégia de persuasão política foi aventada pelo próprio redator do A Matutina, em abril de 1831, quando o mesmo afirmou que seria interessante incentivar as festas nacionais “[...] afim de que generalizando-se mais o conhecimento da origem de taes festas, se recalque no coração de todos o mais decidido amor ao Liberalismo, e firme adesão as atuaes Instituições políticas [...]”(A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 1 nº 164). Para reforçar o seu argumento, ele publicou a ordem do dia, em que o coronel Felipe Cardoso, comandante interino das armas, avisou que em 25 de março de 1831, haveria uma “Grande Festa Nacional” para comemorar o juramento da Constituição Brasileira. Nesse dia, a bandeira imperial seria içada e haveria 21 salvas de artilharia, feitas pela tropa de primeira linha, que, por ser reduzida, iria ser acompanhada pela tropa de segunda linha. Para esse cortejo, Cardoso convidava toda a oficialidade e os soldados particulares (CARDOSO, 1831, p. 1-2).

Tomando como parâmetro os estudos de Marcelo Basile, notamos que há uma semelhança na forma de pensar e agir dos dirigentes goianos, com as lideranças das facções moderadas da Corte Imperial, onde as festas cívicas foram bastante frequentes, sobretudo, nos três primeiros anos da Regência, e tinham “a função pedagógica de promover os valores nacionais”. Encabeçada pelos moderados, a Sociedade Defensora do Rio de Janeiro foi uma das principais responsáveis pela realização dessas festividades, na medida em que,

Do ponto vista das intenções políticas, as festas cívicas regenciais, com seus rituais diversos e seu potencial mobilizador de sentimentos e indivíduos eram, portanto, instrumentos de pedagogia política, utilizados pelo governo e seus partidários — os moderados — para legitimar o poder monárquico, fomentar os laços de união e de comunhão em torno da nação, conquistar a adesão da população e cultivar as virtudes cívicas nos limites da ordem celebrada. (BASILE, 2004, p. 55).

Na província de Goiás, em 06 de setembro de 1831, o jornal A Matutina fez menção a necessidade de comemorar o dia 07 de setembro. Segundo o redator, somente um “vil corcunda” deixaria de tomar parte das solenidades de tão “grande dia”. Por isso, convidava a população de Meiaponte para a ação de graças, a qual todos deveriam comparecer (A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 4, nº 225).

Nesse dia, em que se comemoraria a independência, teria ocorrido em Meiaponte uma solenidade na tipografia do A Matutina, da qual participou o corpo eclesiástico, a corporação militar, os juízes e outros meiapotenses. Posteriormente, todos seguiram para a matriz e de lá retornaram a tipografia, onde proferiram vivas a Nação Brasileira, a Constituição, a D. Pedro II, a Regência e as autoridades de Goiás (A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 3-4, nº 226).

Em Goiás, o coronel Felipe Cardoso também convidou todos os militares para participarem do festejo de 07 de setembro, que seria comemorado com 21 salvas de artilharia no raiar da aurora e, na seqüência, haveria um ato religioso de ação de graças (IBIDEM, p. 3).

Em 06 de dezembro de 1831, A Matutina noticiou que havia sido proposto na Câmara dos Deputados que as festas nacionais deveriam ocorrer nos dias 07 de abril, data da abdicação, e 02 de dezembro, aniversário de Pedro II, suprimindo-se o dia 12 de outubro, anteriormente considerado a principal data nacional (A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 3, nº 264).

Na capital goiana, no dia 02 de dezembro, houve uma salva de artilharia. As tropas militares teriam caminhado até o palácio do governo e de lá foram para a catedral. Compareceram às festividades o vice-presidente, o comandante das armas, os empregados públicos e os “cidadãos de consideração”. Seguindo-se um cortejo de música e novas salvas de artilharia (A MATUTINA MEIAPOTENSE, 1831, p. 4, nº 272).

Apesar de as festividades cívicas remontarem ao período colonial, no que diz respeito à província de Goiás, nós percebemos que as comemorações patrióticas foram incentivadas pelas autoridades, especialmente, após a independência. Contudo, foi a partir de 1831, que as comemorações das várias localidades passaram a ser mais divulgadas, devido à criação do periódico A Matutina Meiapotense. Essa publicidade era fundamental pelo menos por quatro aspectos: instituir na população uma concepção de nação (KRAAY, 2007, p. 12-13); reiterar o pacto entre o povo e o novo Imperador D. Pedro II; reforçar a hierarquia social existente; e demonstrar a adesão dos dirigentes provinciais, bem como das autoridades locais, à ordem monárquica.

Todavia, embora se respaldasse nas idéias liberais e, geralmente, usasse o conceito de nação no sentido moderno (CHIARAMONTE, 2003, p. 67-69), A Matutina ao ressaltar a relação entre a nação brasileira e a pessoa de D. Pedro II, retomava, de certa forma, os padrões vigentes no chamado Antigo Regime, quando o pacto social concentrava o poder supremo nas mãos do soberano.

Na visão de Roderick Barman: “[...] By looking to a boy of fourteen for salvation, the Brazilian were not simply reverting to traditional modes of loyalty. They were acknowledging their inability to accept consensual authority, their lack of a common identify. [...]”. Desse modo: “Brazil might call itself a nation but — nationhood was not functioning” (BARMAN, 1988, p. 202). Nessa leitura, a crise de autoridade existente no Brasil, da época da independência até a década de 1840, estava relacionada a ausência de uma identidade nacional, que fazia com que as “pátrias locais”, de certa forma, se opusessem à nação, devido aos seus anseios autonomistas.

Embora a análise de Barman seja procedente quanto a inexistência, no final da década de 1830, de um sentimento nacional que perpassasse todas as categorias sociais ao ponto das mesmas se identificarem com o Estado-nação brasileiro. É preciso chamar atenção que na “cabeça” de muitos dirigentes, desde a independência, existe uma “idéia de nação”. Ademais, havia um consenso entre a elite brasileira e as classes populares sobre a monarquia se constituir num símbolo fundamental para manter a unidade. Logo, não foi à toa que os dirigentes goianos, por meio do periódico *A Matutina*, buscaram promover discursos e práticas pedagógicas para vincular a imagem do Monarca à nação (CARVALHO, 2003, p. 503-506).

O fato é que a elite política e intelectual que atuava no âmbito nacional, desde o processo de independência, buscaram somar esforços para construir o Estado Imperial. A princípio, o consenso em torno da manutenção da monarquia e das hierarquias sociais, garantidos pela presença do Imperador D. Pedro I, foi um dos pilares de sustentação do poder político e da unidade territorial. Com o “vazio de poder” causado pela abdicação, a nova fonte de legitimidade política passou a ser a nação brasileira. Contudo, para que essa nova fonte de legitimidade política fosse reconhecida, os periódicos, tanto os existentes nas províncias centrais como nas periféricas, foram de suma importância, na medida em que, no calor dos debates, forjaram uma “comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 32) por meio de práticas e representações discursivas, que circulavam em todo Império. Contudo, também em Goiás, tudo indica que, no início dos anos de 1830, a idéia moderna de nação era perceptível apenas para a elite letrada e dirigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre as origens e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging a nation (1798-1850)*. Stanford, Stanford University Press, 1988.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

CARDOSO, Felipe Antônio. Ordem do Dia emitida pelo Quartel do Comando interino das Armas da Província de Goyas, Nº 197, 24 de mar. de 1831. In. *Jornal A Matutina Meyapotense*, Meiaponte, 16 abr., 1831. p. 1-2.

_____. Ordem do Dia emitida pelo Quartel do Comando interino das Armas da Província de Goyas, 21 de maio de 1831. In. *Jornal A Matutina Meyapotense*, Meiaponte, Nº 179, 02 jul., 1831. p. 1-2.

CARVALHO, José Murilo. Brasil: naciones imaginadas. In. ANINO, Antonio, e GUERRA, François-Xavier. *Inventando la nación iberoamerica. Siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 501-532.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In. JANCSÓ, István (Org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, Ed. Unijuí, 2003. p. 61-92.

Jornal A Matutina Meyapotense, Meiaponte, Nº 164, 16 abr., 1831. p. 1.

_____, Nº 21 mai., 1831. p. 5-6.

_____. Nº 19 jul., 1831. p. 3-4.

_____, Nº 224, 03 set., 1831. p. 4.

_____, Nº 225, 06 set., 1831. p. 4.

_____, Nº 226, 08 set., 1831. p. 3-4.

_____, Nº 264, 06 dez., 1831. p. 3.

_____, Nº 272, 24 dez., 1831. p. 4.

KRAAY, Hendrick. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. In. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, 7Letras, Vo. 08, Nº 14, 2007. p. 9-36 .

OLIVEIRA, Joaquim Álvares. Comunicado de 20 de maio de 1831. In. *Jornal A Matutina Meiapotense, Meiaponte*, Nº 179, 21 mai., 1831. p. 5-6.

SOUZA, Iara lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Cerne, 1989.

A MEMÓRIA E A ESCRITA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 1989: UMA INVESTIGAÇÃO DO TEMPO PRESENTE

Suellen Neto Pires MACIEL*

ssssuh@gmail.com

RESUMO: A complexidade dos processos históricos no Brasil e a vasta área de investigação historiográfica daí advinda desperta grande curiosidade. Tendo por marco temporal as eleições presidenciais brasileiras de 1989, o presente trabalho apresenta uma proposta de investigação reflexiva acerca dos aspectos gerais que dizem respeito à memória e à escrita das eleições daquele período. Para tal reflexão é importante considerar aspectos da história do tempo presente, da memória, da história social e também da história política tendo em vista que essas áreas travam relações imbricadas no que diz respeito ao objeto de estudo desse artigo. Nesse sentido, o objetivo é propor uma reflexão que contribua para uma compreensão de uma história recente do Brasil a partir da qual se pode refletir a respeito da memória, da história política, da história social e da história do tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE: História do tempo presente – eleições 1989 – história política

ABSTRACT: The complexity of historical processes in Brazil and the vast area of investigation arising therefrom historiographical arouses great curiosity. Having timeframe for the Brazilian presidential elections of 1989, this paper presents a research proposal reflection on the general aspects which relate to memory and writing of that election period. For such reflection is important to consider aspects of the history of the present time, memory, history, social and political history, also considering that these areas hinder relations intertwined with respect to the subject matter of this article. Thus, the goal is to propose a reflection that contributes to an understanding of a recent history of Brazil from which to reflect on memory, history, politics, social history and the history of our time.

KEYWORDS: History of the present time - 1989 elections - political history

Introdução

A realização de uma reflexão a respeito do modo e da forma como se escreve a história do tempo presente é ao, mesmo tempo, a consideração a respeito da lembrança e da memória. Inicialmente é importante destacar que é possível fazer uma história de nosso tempo, sendo necessário igual ou maior rigor quando da realização de estudos de outros

períodos. É importante ressaltar que todos os historiadores fazem um trabalho a partir do seu tempo, ou seja, a partir de uma perspectiva do tempo presente tendo em vista que lançam olhares do presente para o período que estudam. Contudo, o trabalho com história do tempo presente ocorre quando o historiador encontra-se em situação de contemporaneidade com o seu objeto. Conforme afirma Chartier:

[...] o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escrever. Para os historiadores dos tempos consumados, o conhecimento histórico é sempre uma difícil operação de tradução, sempre uma tentativa paradoxal: manifestar sobre o modo de equivalência um afastamento irredutível. Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e pensar ele reconstrói. (CHARTIER in: AMADO e FERREIRA, 2006 p.216)

Nesse sentido, é interessante observar que a história está inserida em uma categoria de narrativas na qual constrói sua entidade, causalidade e temporalidade. A intenção da história em realizar a investigação do tempo presente pretende reconstruir uma das várias possíveis verdades acerca do que aconteceu, ou seja, é um trabalho que não domina a verdade, mas apenas aproxima-se dela. Assim, tal vocação da história mostra-se como ferramenta fundamental para identificar os, no dizer de Chartier, falsificadores e falsários que abusam do passado de forma a deturpar memórias. (CHARTIER in AMADO e FERREIRA: 2006). Assim, o tempo presente é constantemente reescrito, é feito, pois de “moradas provisórias”, conforme expressão de Santo Agostinho.

É importante salientar que embora haja o compromisso moral e ético do historiador e o rigor para com a reconstrução do recente passado, não é possível falar em um tribunal da história, ou seja, a escrita da história não deve ser palco de condenações ou absolvições. Entretanto, a questão que se coloca é como o historiador do tempo presente elabora seu trabalho sem julgar uma vez que o seu trabalho do tempo presente é mediado tanto pela sua relação com o passado quanto pela sua relação com o futuro. Contudo, embora não se deva fazer da história um tribunal, o historiador não deve estar atento aos seus deveres e às suas responsabilidades morais enquanto cidadão. Nesse sentido, François Bédarida esclarece que

[...] se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com distanciamento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivia: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: sua consciência de historiador é a sua consciência de homem. (BÉDARIDA in AMADO e FERREIRA, 2006, p. 227)

Dessa forma, a história do tempo presente pode ser um eficaz antídoto contra as ilusões que a distância pode gerar. Assim, a prática da história do tempo presente encontra-se, pois, diretamente relacionada à tríade esquecimento, memória e escrita. A relação que o historiador trava com o passado é intensamente histórica.

Convém ressaltar que, embora trabalhe com um passado recente, o historiador do tempo presente também lida com questões relativas à problemática do esquecimento. E é o esquecimento que desperta a falta de confiabilidade na memória, abrindo espaço para usos e abusos da história. Assim, o historiador deve produzir um trabalho que lembre, ou seja, tire seu objeto do limbo do esquecimento e produza uma memória esclarecimento, ou seja uma memória que forneça uma compreensão do processo histórico, no sentido de que o ato de lembrar não é simplesmente buscar uma imagem no passado. É preciso, pois, constituir uma memória que, além de esclarecimento, é uma memória crítica. Jeanne Marie Gagnebin faz importante reflexão nesse ponto ao salientar que

Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual vê-se confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua “narrativa afirma que o inesquecível existe” mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que infelizmente se produz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que deve ajudar, nós, vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também possa ser verdadeiro. (GAGNEBIN, 2006, p. 47)

A partir do exposto acima acerca da história do tempo presente, da memória, da lembrança e do esquecimento é interessante destacar que este artigo encontra fundamento na

reflexão acerca das eleições presidenciais no Brasil ocorridas no ano de 1989. Este ano é bastante emblemático na história recente do país tendo em vista que marca o período de redemocratização pós-1964 e, nesse sentido, diversos são os usos que feitos a respeito da memória. Investigar a construção da memória das eleições desse período é refletir a respeito da história política recente do país, do modo pelo qual o tratamento da memória é feito e, por óbvio, o modo pela qual o uso dessa memória é abordado.

A história recente do Brasil desperta grande curiosidade, ou por se constituir em memória para algumas pessoas memória ou por ser um passado ainda em construção. Nesse sentido, a investigação acerca das eleições presidenciais de 1989 é um trabalho que conjuga memória, história política, história social e história do tempo presente. É impossível tratar dessas quatro áreas de forma estanque visto que as mesmas travam entre si imbricadas relações, razão pela qual este trabalho não se destina a apresentar, de forma estanque uma memória de 1989, uma história política de 1989, uma história social de 1989 ou tampouco uma história presente de 1989. O que se tratará nas linhas a seguir é, pois, uma proposta de reflexão para a compreensão de uma história do tempo presente brasileira, na qual se encontram inseridas questões de memória, de história política, de história social e de história do tempo presente.

Os processos históricos no Brasil caracterizam-se pela sua complexidade e a abrangente área de investigação historiográfica que os mesmos produzem. No que tange às questões atinentes aos campos de poder e de política, ao se observar a produção historiográfica brasileira no período anterior ao ano de 1970, nota-se a predominância de uma história política tradicional, sendo factual e psicologizante tendo em vista que uma vez portadora de visão institucionalizada do poder, estava intimamente ligada a ele, pretendo ser tanto memória quanto história *magistra vitae*. (FALCON *apud* CARDOSO; VAINFAS: 1997; 61-81). Havia, pois, a intenção de aprender com a história, ou, até mesmo, não repetir erros passados. Tal é o sentido da história como mestra da vida. Assim, é possível delinear que o trabalho com a temporalidade futuro, ou seja, o horizonte de expectativas que se esboça é no sentido de aprender com os erros do passado de forma a não repeti-los no presente e no futuro.

Entretanto, as complexas relações entre Estado e sociedade foram repensadas pelos *Annales* o que contribuiu para proporcionar a renovação da compreensão do político. Falcon esclarece que “a terceira geração dos *Annales*, ou a quarta, como quer Burke, foi buscar fora da historiografia os modelos e a sustentação teórica para o repensar das relações Estado-sociedade imposto pelo interesse em renovar o estudo do político” (FALCON *apud*

CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 75). Recordar o movimento dos Annales é fundamental uma vez que ele muda o sentido do documento em contraposição à história factual, embora não deixe de ter um viés totalizante, conforme abaixo exposto:

A referência ao movimento dos Annales se faz necessária por ter-se tornado o marco, real o simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas, predominantes entre historiadores profissionais até a primeira metade do século. Ainda hoje, a expressão “história social” é freqüentemente utilizada como forma de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional. A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre, na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas idéias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. (CASTRO apud CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 45)

Nesse sentido, a partir dos anos de 1970, que vários lugares de fala, institucionais ou não, clamam pela urgência de nova prática historiográfica. Nota-se, pois, a afirmação de René Rémond no que tange à interdisciplinaridade que é tão vital a essa nova história política:

De fato a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que ela precisa para respirar. (RÉMOND, 2003, p.29)

O historiador sente-se livre para um novo modo de fazer história uma vez que há a ampliação da noção de fonte para qualquer indício deixado pelo homem, não estando estritamente vinculado aos documentos oficiais. Há, ainda, a inclusão, como proposta metodológica, do diálogo com outras ciências (LE GOFF; NORA, 1976).

A importância das representações deve ser compreendida no sentido de que abarcam toda a ação humana que “é culturalmente informada para que possa fazer sentido num

determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá intelegibilidade aos comportamentos sociais”¹.

Trata-se de buscar de compreender a sociedade brasileira por meio de uma análise social no sentido de observar não somente as representações, mas também ter as ações sociais abordadas como “textos” que podem ser culturalmente objeto de interpretação (CASTRO *apud* CARDOSO; VAINFAS: 1997, 52). Essa busca da compreensão da sociedade brasileira conduz ao interesse pela história recente do país, que ao mesmo tempo que é reescrita a todo o instante também ajuda a escrever a sua memória.

Na Antiguidade, a escrita da história do tempo presente era bastante exaltada por historiadores como Heródoto e Tucídides que se orgulhavam de ser testemunhas oculares do ocorrido ou, na impossibilidade do olhar ao vivo, pode escutar relatos de quem viu e ver pelos olhos das testemunhas. Estas eram fontes privilegiadas. Contudo, a realização da história do tempo presente se tornou problemática no século XIX tendo em vista que a necessidade da institucionalização da disciplina história produziu uma ruptura entre o presente e o passado. Naquele momento, caberia à história ocupar-se do estudo do passado. (FERREIRA: 2000; 111).

Atualmente, o trabalho com a história do tempo presente, embora questionado por alguns historiadores com concepções mais conservadoras, apresenta-se como interessante recorte para a prática historiográfica e fundamental no que diz respeito à construção da memória e da identidade de uma sociedade. Nesse ponto, o trabalho com a história do tempo presente é bastante árduo. É possível que haja uma falsa impressão de que a escrita do tempo presente seja mais fácil tendo em vista que porque há a compreensão de que é essa a história que o historiador vive, ou seja, faz parte de suas lembranças e de suas experiências. Nesse ponto, René Rémond, ao recordar François Kourilsky esclarece que

*[...] vale lembrar que essa história exige rigor igual ou maior que o estudo de outros períodos: devemos enfatizar a disciplina, a higiene intelectual e as exigências de probidade. Eis uma linguagem que divulgar e que é tanto mais necessária e oportuna porquanto a sociedade que nos cerca e nosso tempo exercem uma pressão a favor da história do tempo presente. O vento é favorável, enfunda nossas velas, mas talvez tenha chegado o momento de recolhê-las, de promover um retorno à história. (RÉMOND *apud* AMADO; FERREIRA: 2006; 206)*

¹ Idem, *ibidem*, p. 52.

Outro aspecto interessante que ocorre na abordagem da história do tempo presente é a evidente situação de contemporaneidade entre o historiador e o seu objeto. Tal situação, que no momento da institucionalização da história como disciplina era vista como fator negativo, é analisada como vantagem, segundo aponta Marieta Ferreira de Moraes:

Rompendo com a concepção que defendia a necessidade do distanciamento para a realização da análise histórica, Roger Chartier (1993) sustenta argumento contrário, ao afirmar que, na história do tempo presente o “pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história. Por outro lado, o estudo da presença do passado incorpora ao presente das sociedades, iniciado pelos historiadores do tempo presente, abre novas técnicas e abordagens para pesquisadores de outros períodos da história. (FERREIRA: 2000; 122)

A partir do entendimento de Marieta Ferreira, é importante ressaltar que a prática historiográfica se dá a partir dos olhos do presente que se voltam para o passado de forma a interrogá-lo e a investigá-lo. Contudo, não é possível falar que voltar os olhos do presente para o passado é fazer uma história do tempo presente. Nesse caso, há, pois a realização da escrita da história a partir de uma perspectiva do presente, ou seja, são os olhares do presente que questionam o passado. A história do tempo presente ocorre quando há a já mencionado situação de contemporaneidade entre o historiador e o seu objeto. Neste caso, há falar em história do tempo presente propriamente dita. Nesse sentido, o historiador do tempo presente não se encontra com mortos, mas com seres vivos que lhes são contemporâneos (CHARTIER *apud* AMADO; FERREIRA: 2006; 215).

A possibilidade de constantemente ser reescrito e resignificado é outra característica do tempo presente. No dizer de François Bédarida, “a história do tempo presente é feita de ‘moradas provisórias’, para retomar a expressão de Santo Agostino. Sua lei é a renovação. Seu *turnover* verifica-se muito rapidamente” (BÉDARIA *apud* AMADO; FERREIRA: 2006; 221). Assim, o constante processo de reescrita do tempo presente utiliza-se das mesmos materiais e imagens, que são passíveis de revisões, correções e acréscimos (BÉDARIA *apud* AMADO; FERREIRA: 2006).

Neste sentido, as fontes primárias deste estudo abrangem grande quantidade de dimensões e abordagens temáticas, o que leva ao pensamento de Jean-Noël Jeanneney ao apontar ser fundamental ao historiador do tempo presente evitar o perigo da dispersão em relação tal variedade (JEANNENEY *apud* RÉMOND: 2003). Dessa feita, é de relevante importância destacar a influência da imprensa – escrita, radiofônica ou televisiva – para a leitura “popular” dos programas de governo dos respectivos candidatos. Nestes termos, é válido destacar que o rádio e, sobretudo a televisão, influenciam na vida política de forma tanto imediata quanto intencional, principalmente nas forma de expressão, vocabulário e sintaxe dos candidatos, que muda, diante dos microfones e das câmeras. (JEANNENEY *apud* RÉMOND: 2003; 221).

A partir do exposto acima e lançando um olhar para a historiografia brasileira é possível observar uma vasta área de investigação e produção historiográfica, contudo, o período de 1989, na proposta que aqui se delineia, é pouco investigado. É interessante destacar que o ano de 1989 é um ano emblemático na história recente do país, entretanto, para compreender o conjuntura política das eleições presidenciais de 1989 é imperioso volver aos momentos finais do período militar e compreender as várias aberturas políticas que se delinearão na topografia de interesses políticos do país naquele momento. É, pois, tal topografia que se encontra refletida no cenário partidário, no discurso dos candidatos e nas propostas e programas por eles apresentados.

Por fim, revisitar a história recente brasileira é uma importante arma contra o esquecimento. Nesse diapasão, é importante sair de uma memória lembrança para chegar a uma memória esclarecimento, como aquela enunciada por Jeanne Marie Gagnebin.

II – O CENÁRIO POLÍTICO PARTIDÁRIO DE 1989

As eleições de 1989 também são marcadas por um cenário de baixa coalizão partidária, ou seja, há poucas coligações e inúmeros partidos com candidatos à presidência da República. Nesse aspecto investigar a conjuntura política brasileira das eleições de 1989 é proceder como os caçadores dos caçadores citados em Carlo Ginzburg – decifrando-o, para que seja possível “remontar uma realidade” (GINZBURG, 1989, p.152-153). Não é, pois, mera construção da realidade visto que a história é compreendida como um “processo contínuo de interação entre historiadores e seus fatos, um diálogo interminável entre passado e presente” (CARR, 2006; 65).

Remontar uma, das várias realidades possíveis daquele momento, implica em escolhas. É sabido, pois, da impossibilidade de ser fazer uma história total. Nesse sentido, as escolhas se tornam fundamentais para que se possa na realidade remontar conseguir uma melhor compreensão possível do que é investigado.

A conjuntura eleitoral de 1989 reflete um cenário com cerca de 20 candidatos à presidência da República. É, pois, importante momento para a reconstrução e construção da identidade político-partidária. Dessa feita, analisar e compreender como os partidos políticos apresentam seus candidatos e seus programas de governo é compreender quais eram os projetos de Brasil que se apresentavam na inicial Nova República. As bases do autoritarismo haviam sido deixadas para trás por todos os partidos políticos? A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã encontrou ressonância nos programas políticos apresentados? Qual o modelo de Estado que se pretendia consolidar na Nova República? Assim como a anistia, seria a cidadania ampla, geral e irrestrita? Estaria o Brasil livre de concepções privadas de poder? O Estado se posicionaria como garantidor do bem-estar ou o mercado estaria apto a regular as relações sociais?

Destaca-se que é a primeira vez, após o golpe de 1964, que os eleitores irão eleger, de forma direta, o presidente da República. Após a euforia da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral e da decepção com os rumos econômicos que o país seguiu no governo de José Sarney, a população brasileira retornava ao clima de euforia para eleger o presidente da nação.

O Tribunal Superior Eleitoral registrou cerca de 20 candidatos ao cargo de presidente da República nas eleições de 1989. Contudo, este estudo irá se aprofundar nos mais representativos do período. Por razões metodológicas, conforme ressaltado acima e também pela vasta quantidade de fonte disponíveis, não seria viável, em uma dissertação de mestrado alargar o horizonte com vasta gama de fontes para uma investigação de 2 anos. Todos os 20 candidatos serão citados nesse momento de apresentação, contudo, apenas aqueles que, no entender deste estudo, representam com mais veemência o campo da esquerda, o campo do centro e o campo da direita terão seus programas analisados e serão substancialmente investigados. Contudo, inicialmente, importante é realização de uma investigação indiciária.

III – AS POSSIBILIDADES INDICIÁRIAS DO LUGAR SOCIAL

As eleições presidenciais de 1989 ocorreram em um cenário de baixa coalizão partidária. Dos 20 candidatos que se apresentaram ao eleitorado destacam-se, no campo da

esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Roberto Freire do Partido Comunista do Brasil (PCB) e Leonel Brizola do Partido Democrata Trabalhista (PDT). Na posição de centro, ressaltam-se Mário Covas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Ulysses Guimarães do Partido da Mobilização Nacional (PMDB). Já no setor da esquerda, os mais representativos são Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Paulo Salim Maluf do Partido Democrático Social (PDS) e Aureliano Chaves do Partido da Frente Liberal (PFL).

Antes de analisar de forma pormenorizada o perfil dos partidos e dos candidatos e considerando que os comportamentos sociais encontram-se diretamente relacionados ao local de fala do sujeito histórico, é interessante observar o conceito denominado lugar social que Michel de Certeau elabora em seu livro *A escrita da História*. Michel de Certeau ao explicar a respeito do lugar social demonstra que ele estará diretamente ligado à vivência, à experiência de vida, refletindo na pesquisa histórica:

Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. (CERTEAU: 2010, 66-67)

É importante destacar que Certeau formula esse conceito tendo como aplicação a prática historiográfica. Contudo, o horizonte do conceito de lugar social pode ser expandido para o estudo de outras atividades humanas que também são culturalmente informadas. Nesse caso, é possível aplicar o conceito de lugar social quando do estudo da elaboração dos programas de governo, do discurso dos candidatos e dos partidos nas eleições presidenciais de 1989. Dessa forma, analisar o programa partidário é também compreender o local de fala do candidato, do partido e da coligação bem como suas relações com outros setores da sociedade, como a imprensa, a economia e o eleitorado. Nesse sentido, é importante ressaltar que o lugar social, sendo socialmente construído, nunca está acabado. Do contrário, é reflexo da experiência acumulada. É, pois, resultado das interações como passado e com o presente, ou seja, é reflexo da lida com a temporalidade. Assim, elementos integrantes dos programas de governo são reflexos dos perfis partidários e dos perfis dos candidatos.

Nesse sentido, dado o caráter de reflexão indiciária deste artigo, foram selecionados dois candidatos de campos representativos, quais seja, Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello para que os aspectos indiciários de seus lugares sociais sejam apontados.

Os candidatos em destaque foram os que chegaram ao segundo turno das eleições em tela. Contudo, os programas de governo não se delineiam apenas pelo lugar social do partido e do candidato. Há, pois, uma intrincada rede de micro relações de poder que permeiam a elaboração e a apresentação desses programas, que possuem como horizonte de expectativa comum a vitória nas urnas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que presente comunicação é, pois, uma reflexão inicial a respeito das eleições presidenciais brasileiras de 1989, contudo não se encontra restrito ao ano de 1989, tendo em vista que as construções dos programas de governo não históricas, não se processando de modo linear. Nesse sentido, refletir a respeito da história do tempo presente constitui-se um eficaz antídoto contra as ilusões que a distância pode gerar. Assim, propor reflexões para a história recente do Brasil encontra-se, pois, diretamente relacionada à tríade esquecimento, memória e escrita. A relação que o historiador trava com o passado é, pois, intensamente histórica.

Além de trabalhar com um passado recente, o historiador do tempo presente também lida com questões relativas à problemática do esquecimento. Assim, o historiador deve produzir um trabalho que lembre, ou seja, tire seu objeto do limbo do esquecimento e produza uma memória esclarecimento. Uma memória que forneça uma compreensão do processo histórico, no sentido de que o ato de lembrar não é simplesmente buscar uma imagem no passado. É preciso, pois, constituir uma memória que, além de esclarecimento, é uma memória crítica. Jeanne Marie Gagnebin faz importante reflexão nesse ponto ao salientar que

Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual vê-se confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua “narrativa afirma que o inesquecível existe” mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que infelizmente se produz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido

amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que deve ajudar, nós, vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também possa ser verdadeiro. (GAGNEBIN, 2006: 47)

Analisar as eleições de 1989, compreendo os programas de governo apresentados, considerando lugar de fala, espaço de experiência e horizonte de expectativa contribui para a compreensão da história política recente do Brasil visto que tal estudo possibilita também compreender a dinâmica do cenário social, político e cultural brasileiro envolto no tempo presente.

Além disso, há a real possibilidade de ter um confronto direto dos resultados obtidos com os sujeitos investigados. Esta instigante oportunidade é uma das possibilidades trazidas quando se recorta a temporalidade presente como marco de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2006, 277p.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, 160p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 18ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Tradução: Lúcia Maurício de Alverga. 9ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006.
- CASTRO, Hebe. História Social. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 18ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 4 Vols.
- FERREIRA, Marieta. *História do tempo presente: desafios*. Petrópolis: Cultura Vozes, v. 94, n. 3, maio/jun. 2000.
- FOLHA ONLINE. *Com Lula, Brasil tenderá à “terceira via”, diz jornal europeu*. Folha Online, São Paulo, 27 out. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41448.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- _____. *Eleição de Lula é um basta no discurso neoliberal, diz “Clarín”*. Folha Online, São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41725.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, esquecer, escrever*. 1ª Edição, São Paulo. Ed. H34, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Tradução: Frederico Carotti. 2ª Edição, São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In RÉMOND, RENÉ (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Tradução: Theo Santiago. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. 2ª Edição, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.
- MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. 1ª Edição, São Paulo: Atual, 2004.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América Latina para o século XXI in: Países emergentes e os novos caminhos da modernidade. UNESCO, v. 1, p.31-51. Ed. Brasília.
- PÔRTO, Gilson Jr, (org.). *História do Tempo Presente*. São Paulo: EDUSC, 2007.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. *A atualidade da história do tempo presente*. Revista Historiar, ano I, n. 1, 2009.

XAVIER, Ubiran. Lula paz e amor: a estratégia da elite para manter-se hegemônica. Revista Espaço Acadêmico, nº 32, Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/032/32pt_xavier.htm>. Acesso em 20 nov.2010.

A IMPRESSÃO RÉGIA DO RIO DE JANEIRO E A MEMÓRIA DO REINADO DE D. JOÃO VI

Sérgio Hamilton da Silva BARRA¹

shscorzabarra@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho, parte da nossa tese de doutoramento, aborda as publicações de caráter histórico/político publicadas pela Impressão Régia do Rio de Janeiro com o objetivo de investigar o papel daquela tipografia na construção da memória do reinado de D. João VI. A construção daquela memória deve ser entendida como expressão do importante papel político que a tipografia assume em uma conjuntura delicada da história de Portugal, apresentando-se como parte da face cultural do projeto de re-fundação da monarquia portuguesa nos trópicos.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Impressão Régia; Império português.

ABSTRACT: This present work, part of our thesis, deals with the publications of a character historical / political published by the Impressão Régia do Rio de Janeiro with the aim of investigate the role of that typography in the memory building of D. João VI reign. The construction of that memory must be understood as an expression of the important political role of that typography assumes on a delicate juncture in the history of Portugal, presenting as part of the cultural aspect of the project of re-foundation of the Portuguese monarchy in the tropics.

KEYWORDS: Memory; Impressão Régia; Portuguese Empire.

Na manhã do dia 10 de setembro de 1808 o pequeno público leitor do Rio de Janeiro se deparou com mais uma novidade das tantas que naquele momento assaltavam a população da cidade. Nesse dia veio a público o primeiro número do primeiro periódico publicado na colônia portuguesa da América. A Gazeta do Rio de Janeiro era publicada pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, criada por decreto de 13 de maio de 1808.

Segundo Rubens Borba de Moraes, a necessidade urgente de dar publicidade aos atos do governo, que vinha legislando desde a chegada de D. João à Bahia, em 22 de janeiro, onde assinou vários atos (inclusive a Carta Régia de abertura dos portos), teria sido o principal motivo para que se mandasse instalar o material tipográfico pertencente à Secretaria dos

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Bolsista CNPQ.

Negócios Estrangeiros e da Guerra trazido de Portugal. De acordo com o decreto, o novo órgão ficaria subordinado àquela Secretaria e caberia a ele imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos que emanassem de qualquer repartição do Real Serviço. E como não havia outra tipografia na colônia, cabia-lhe também imprimir todas as outras obras. Porém, como lembra Borba de Moraes, apenas depois de cumprida a tarefa de publicar os atos do governo, necessária e essencial ao bom andamento da burocracia. Segundo esse autor, entre folhetos, opúsculos, sermões, oratória sacra, odes, prospectos, peças de teatro, obras literárias e científicas versando sobre agricultura, comércio, ciências naturais, matemática, história, economia política, direito, medicina, filosofia, romance, poesia e educação, além de traduções de textos franceses e ingleses, foram publicados mais de mil itens até 1822:

Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da Oficina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimirão exclusivamente toda a Legislação e Papéis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da Oficina a maior extensão, e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palácio do Rio de Janeiro em treze de maio de mil oitocentos e oito. Com a Rubrica do Príncipe Regente N. S. (MORAES, 1979, p. 99/100)

O novo periódico, por sua vez, permitia que os habitantes da nova corte ficassem *atualizados* a respeito não apenas das inúmeras novidades que ocorriam na cidade, mas também do que acontecia na Europa, de uma forma geral, e no antigo Reino, de forma particular. O primeiro número trazia a informação de que a sua periodicidade seria semanal, que poderia ser encontrado na loja do livreiro Paulo Martin, mas também contava com um sistema de assinaturas:

Faz-se saber ao público que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sair todos os sábados pela manhã. Que se vende nesta Corte em casa de Paulo Martin Filho, mercador de livros, no fim da Rua da Quitanda, a preço de 80 réis. Que as pessoas que quiserem ser assinantes deverão dar os seus nomes e moradas na sobredita casa, pagando

logo os 1^{os} seis meses a 1:900 réis e lhes serão remetidas as folhas às suas casas no sábado pela manhã. Que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios que se queiram fazer; devendo estes estar na 4^a feira no fim da tarde na Impressão Régia.
(Gazeta do Rio de Janeiro, nº 1, 10/09/1808)

Mas, já a partir do segundo número o periódico passou a circular duas vezes por semana. Dessa forma, até julho de 1821, a *Gazeta* saía as quartas e sábados pela manhã. A partir dessa data passou a circular três vezes por semana, as terças, quintas e sábados. Além dos números regulares, também eram publicados os números extraordinários, denominados *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*. A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou ininterruptamente entre 10 de setembro de 1808 e 29 de dezembro de 1921, totalizando 1413 números ordinários e 204 extraordinários.

Assim como a própria Impressão Régia, também o periódico estava sob a administração da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e a Junta Administrativa da tipografia exercia também a função de Junta Diretora do periódico. Esta era composta, na sua primeira formação, por três membros: José Bernardes de Castro, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, deputados da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia respectivamente. Este último exercia ainda o cargo de censor régio. Entre as atribuições da Junta Administrativa constavam o exame de tudo o que se mandasse publicar e o impedimento da impressão de papéis e livros cujo conteúdo contrariasse o governo, a religião e os bons costumes. Assim sendo, todas as publicações da Impressão Régia, incluindo a *Gazeta do Rio de Janeiro*, estavam submetidas à rígida censura. Situação que vigorou durante praticamente todo o período de governo de D. João no Rio de Janeiro, até 2 de março de 1821, data em que D. João assina, por pressão da Junta de Governo da Revolução do Porto, um decreto suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral.

Por serem de propriedade de uma Secretaria de Estado e estarem submetidas à censura, a importância da Impressão Régia do Rio de Janeiro e da *Gazeta do Rio de Janeiro* como introdutoras da imprensa na América portuguesa é minimizada pela historiografia que se ocupa da história da imprensa no Brasil, que a caracteriza como uma imprensa *oficial* ou *áulica*. É o que se pode observar dos trabalhos, hoje clássicos, de Carlos Rizzini (*O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*, de 1945), Néelson Werneck Sodré (*História da Imprensa no Brasil*, de 1966) e de Rubens Borba de Moraes (*Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*, de 1979). Ao se referirem à *Gazeta do Rio de Janeiro*, sobressai, na análise desses

três autores, o caráter oficial daquele periódico. Borba de Moraes o considera “um verdadeiro diário oficial” (MORAES, 1979, p. 121); Rizzini caracteriza as suas matérias como “enfadonhos róis de atos oficiais, convenientes apanhados de folhas europeias e intermináveis ditirambos à família reinante” (RIZZINI, 1988, p. 332); enquanto Sodré o caracterizou, mais cruelmente, de um “pobre papel impresso” ou “arremedo de jornal”: “Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”. (SODRÉ, 1966, p. 23).²

Estudos mais recentes, porém, ressaltaram o papel do periódico e das demais publicações da *Impressão Régia* como importante fonte documental. Lilia Moritz Schwarcz chama a atenção para o importante papel político desempenhado pela *Impressão Régia*, uma vez que era o órgão responsável pela divulgação dos atos oficiais, decisões e ordens do governo, assim como pela publicação ou censura de toda e qualquer obra, “sobretudo aquelas que ajudassem a divulgar a imagem da própria monarquia”. Referindo-se à ligação do periódico com a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, afirma Schwarcz que “com essa origem, a *Gazeta do Rio de Janeiro* seria o veículo certo para publicar feitos da monarquia que contribuíssem para expandir a imagem que lhe convinha”. (SCHWARCZ, 2002, p. 249-252)

Juliana Gesuelli Meirelles, por sua vez, mostrou como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, para além do seu caráter de veículo de informações oficial da corte, desempenhou papel de relevo na sustentação do reinado de D. João no Rio de Janeiro, realizando também um trabalho de *construção da memória* do rei e do seu reinado. Como ressalta a autora, não fazia sentido haver uma corte sem uma gazeta na época, uma vez que estas cumpriam um importante papel na instituição monárquica: “era, antes de tudo, um instrumento de afirmação da realeza” (MEIRELLES, 2008, p. 71). Explica a autora que, fosse incentivando financeiramente as folhas de interesse real, fosse combatendo os jornais de tendência ofensiva ao governo, a Coroa Portuguesa sob o governo joanino concebeu a imprensa como “parte fundamental da sua ação política e cultural e, conseqüentemente, em um âmbito mais amplo, como âncora de sustentação do Império Português em ambos os lados do Atlântico” (MEIRELLES, 2008, p. 141). Assim, a atuação da *Impressão Régia* do Rio de Janeiro inseria-se numa forma típica de fazer política das sociedades de Antigo Regime.

Seguindo a direção apontada pelas duas autoras citadas acima, o objetivo desse trabalho

² Não se quer aqui reduzir a produção da *Impressão Régia* à publicação da *Gazeta*, como adiante se verá, é importante ressaltar, porém, que grande parte da historiografia da imprensa no Brasil concentra-se na análise dos periódicos, em detrimento dos livros. Por esse motivo, os estudos que abordam o primeiro periódico publicado na colônia se destacam entre a historiografia que se ocupa da *Impressão Régia*.

é investigar a atuação da Impressão Régia do Rio de Janeiro na construção dessa memória do governo de D. João, entendida como expressão do importante papel político que assume nessa conjuntura delicada da história política da monarquia portuguesa, que colocava o Príncipe-Regente na posição de ver como única salvação para a sua Coroa o abandono da sua metrópole e a instalação em território colonial, frente a todos os problemas de legitimidade que essa situação gerava.

A transferência da Corte colocava em prática a proposta, sempre lembrada por estadistas portugueses nos momentos de perigo, de *re-fundação* da monarquia portuguesa nos trópicos, expressa também no *Manifesto* publicado a 1º de maio de 1808, onde D. João procura expor as justificativas para a transferência da Corte e onde também declara guerra à França. Como o vasto território colonial onde vinha *re-fundar* o Império não apresentava uma unidade ou uma centralização política, tornava-se necessária a integração das diversas *regiões* que o compunham à nova capital do Império. Nesse contexto, a abertura de vias de comunicação pelo interior, necessária para a efetivação da prática administrativa e para a ampliação das transações comerciais, se apresentava tão importante quanto a abertura de tipografias que fizessem com que os habitantes dos pontos mais remotos da América portuguesa estivessem de alguma forma ligados à Corte do Rio de Janeiro. O trabalho da Impressão Régia se apresentava, dessa forma, como parte da face cultural de um projeto político, ressaltando a relação existente entre cultura e política, ou entre saber e poder.

Essa relação fica explícita se atentarmos, por exemplo, para o fato de que o autor que mais obras publicou nesse período foi José da Silva Lisboa. Como já ficou registrado acima, Lisboa era membro da Junta Administrativa da Impressão Régia e Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço, o que lhe valia a função de Censor Régio. A maior parte das suas obras versava sobre economia política, a começar pelas *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, um dos primeiros livros publicados pela Impressão Régia, ainda em 1808. Mas, Entre 1816 e 1817, Silva Lisboa se dedicou a escrever uma crônica do reinado de D. João, atendendo a uma encomenda da própria Coroa, a ser publicada em 1818, por ocasião da Aclamação de D. João como novo rei de Portugal, Brasil e Algarves: a *Memória dos benefícios políticos do Governo de el-rey D. João VI*. Na sua *Satisfação ao Público*, Silva Lisboa procura justificar a elaboração da sua obra:

O dia da coroação de El-Rey Nosso Senhor D. João VI nesta Primeira Corte do Novo Mundo, fixa tão Grande Época nos Annaes d'América, que deve ser aclamado, não só em voz transitória, mas também em alguma Memória, que

indique os Principaes Benefícios Políticos que fez no Estado até a sua Faustíssima Acclamação em 6 de Fevereiro do corrente anno de 1818. (LISBOA, 1818, p. III)

A leitura da Gazeta do Rio de Janeiro, da obra de Silva Lisboa, assim como de inúmeras outras *memórias* de caráter histórico/político publicadas pela Imprensa Régia, principalmente durante o período da guerra na Europa (1808-1815), nos permite investigar a construção daquilo de Fernando Catroga chama de uma *metamemória* do reinado de D. João no Rio de Janeiro. O autor utiliza o conceito de *metamemória* para significar a produção e reprodução da *memória coletiva*. Segundo seu raciocínio, a *metamemória* se diferencia da memória social e se opõe às memórias individuais, entendidas como frutos de recordação espontânea de coletividades ou indivíduos respectivamente:

As memórias coletivas, com as suas pluralidades muitas vezes conflituosas e irredutíveis, participam da memória social, substrato adquirido e matricial que, mesmo quando aquelas se extinguem, permite acreditar na continuidade do tempo social e possibilitar a gênese de novas memórias coletivas e históricas (CATROGA, 2009, p. 15).

O termo *memórias*, à época, não se referia apenas a obras que tratassem da reinterpretação de acontecimentos políticos passados, sendo utilizado também para trabalhos científicos de qualquer natureza. O conjunto da produção da Imprensa Régia pode ser dividido, então, em um *memorialismo histórico* e um *memorialismo científico*. É dessa forma que encontramos entre as publicações da tipografia, ao lado de uma *Memória histórica da invasão dos franceses em Portugal no ano de 1807* (1808) ou de uma *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar* (1810), uma *Memória sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo* (1809) ou uma *Memória econômica sobre a raça do gado lanígero da capitania do Ceará* (1811).

Importante também é estabelecer uma diferenciação entre *Memória* e *História*. Explica Maria Beatriz Nizza da Silva que a História era entendida, no início do século XIX, como uma construção demasiado monumental e ambiciosa, sendo lugar-comum entre aqueles que então registravam os fatos históricos dizer que apenas escreviam *memórias*, que serviriam como *uma espécie de andaime* para a elaboração da História, circunscrevendo-se à coleta e reunião de documentação, que permaneceria tal como foi coligida, sem passar por qualquer processo de interpretação ou de análise (SILVA, 1978, p. 193). Dessa forma, as *memórias históricas* publicadas pela Imprensa Régia, objeto de estudo desse trabalho, manifestavam a

intenção de registrar os fatos do passado político recente para que as gerações seguintes tivessem deles conhecimento e, julgando-os com a isenção que a só distância temporal podia proporcionar, escrevessem a partir delas a História. Mas, como sabemos hoje, todo *registro* é também uma *interpretação*.

Como ressaltam os autores que trabalham com o tema, a memória é uma representação seletiva do passado, feita a partir do momento presente, e cujo atributo mais imediato é ser *elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva. Porém, como resalta Catroga: “se a memória é instância construtora e cimentadora de identidades, a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder(es) mediante a seleção do que se recorda e do que, consciente ou inconscientemente, se silencia” (CATROGA, 2009, p. 47). Michael Pollack, por sua vez, resalta que a importância da construção de uma *memória oficial* feita pelo Estado, ou sob seu incentivo, reside no fato de que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade: “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum” (POLLACK, 1989, p. 9).

Pollack aponta ainda para o fato de que, via de regra, diferentes memórias entram em *disputa* pela hegemonia da forma como cada momento histórico será visto e lembrado pelos seus contemporâneos e pela posteridade. Por isso, a memória coletiva é construída por um *trabalho de enquadramento* da memória, realizado por atores sociais diretamente ligados às instituições construtoras dessa memória: “guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLACK, 1989, p. 11).

Reinhart Koselleck também ressaltou a relação existente entre passado e futuro, ao desenvolver as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*. Essas duas categorias, que Koselleck denomina de *meta-históricas*, pois não estão relacionadas diretamente a um momento histórico em particular, são indissociáveis e unem não só o *passado* ao *futuro*, mas essas duas dimensões temporais ao *presente*, uma vez que *experiência é passado presente*, e *expectativa é futuro presente*: “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 307). Como explica o autor, experiência e expectativa não são simétricos complementares, o passado e o futuro jamais chegam a coincidir, porém as expectativas baseiam-se sempre na experiência e essa sempre influencia aquelas. A *disputa* pela memória seria, utilizando as categorias desenvolvidas por Koselleck, a disputa pela configuração do *espaço de experiência* dos grupos sociais

envolvidos nos eventos recordados; que, por sua vez, irá influenciar o seu *horizonte de expectativas*.

Assim, a idéia que guia esse trabalho é a de que as publicações de caráter histórico/político publicadas pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro desempenharam um papel político fundamental, esforçando-se por reinterpretar o politicamente conturbado passado recente de Portugal “em uma chave altamente positiva, inaugural e próspera”, segundo palavras de Iara Lis Schiavinatto (SCHIAVINATTO, 2009, p. 2). O trabalho de *enquadramento da metamemória* protagonizado pela Imprensa Régia frente às diferentes *memórias em disputa* a respeito daqueles acontecimentos procurou “estabilizar uma *versão oficial* dos acontecimentos, regulando a sua compreensão, evitando outras” (SCHIAVINATTO, 2009, p. 5). Conformando o *espaço de experiência* e influenciando o *horizonte de expectativas* dos portugueses dos dois lados do Atlântico a respeito do conturbado reinado de D. João.

É importante não perder de vista que esse papel político só era efetivo enquanto a Imprensa Régia era praticamente a única tipografia da América portuguesa e devido a ação da censura sobre a sua atuação.³ Pois, como aponta Rui Tavares, “a censura (bem como a propaganda) é uma forma de intervir sobre as memórias do passado e de reconfigurar as narrativas através das quais ela sobrevive” (TAVARES, 1999, p. 144). Após a regulamentação da liberdade de imprensa nos debates constitucionais nas Cortes de Lisboa e o aviso de 28 de agosto de 1821, que estabelecia aquela liberdade no Brasil, embora com restrições, multiplicaram-se as tipografias particulares. A partir desse momento não se pode mais aludir ao papel político da Imprensa Régia na construção de uma *metamemória*, uma vez que, não estando mais submetida à censura oficial a tipografia mesma muda de caráter. Além disso, a pluralidade de vozes abafaria a eficácia do seu papel de sustentação da monarquia. Porém, apesar dos esforços da Imprensa Régia, é importante atentar para o fato de que o discurso sobre os acontecimentos políticos produzido no Império Português não era homogêneo. Variando de acordo com o ponto do império a partir do qual era produzido e revelando, dessa forma, as tensões existentes na realização daquele projeto político de *re-fundação* da monarquia.

* * *

³ Além da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, a única tipografia autorizada a funcionar regularmente entre 1808 e 1821 foi a tipografia de Antônio da Silva Serva, em Salvador. Essa tipografia também funcionava sob rígido sistema de censura e, por isso, reproduzia em certa medida a representação do rei e do reinado construída na Corte, aproximando a capital da capitania da Bahia do centro de decisões políticas: a Corte do Rio de Janeiro.

A primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro é quase completamente constituída por notícias sobre o estado da guerra na Europa que deviam ser muito ansiadas pela população do Rio de Janeiro, principalmente por aqueles recém-emigrados que haviam deixado em Portugal familiares e pertences. Entre 1808 e 1815, tamanho era o volume de notícias publicadas a esse respeito invariavelmente retiradas de jornais europeus, que chegavam a ocupar edições inteiras do periódico, demandando também a publicação de edições extraordinárias que complementassem as notícias. Ressaltavam, sobretudo, a marcha da restauração na Península Ibérica, dando destaque para as derrotas das tropas napoleônicas.

Segundo a síntese de Tereza Cardoso, da análise do conteúdo das notícias publicadas “observamos que foram escritas em tom patriótico, valorizando e incentivando os portugueses em sua luta contra Napoleão” (CARDOSO, 1991, p. 400), com a publicação de diversas proclamações dos generais portugueses e dos governadores do Reino aos seus soldados e à população em geral. Ainda no mês de setembro de 1808, o periódico dedica dois números para dar notícias sobre a expulsão dos franceses do Algarve (Gazeta do Rio de Janeiro n^{os} 4 e 5, de 24 e 28 de setembro). Em procedimento muitas vezes repetido durante o período, depois de publicar o extrato de variada correspondência chegada daquela província, o redator escreve um longo comentário de cunho patriótico, no meio do qual indaga:

As outras províncias de Portugal, vendo aceso no Algarve o nobre fogo do patriotismo, ficarão espectadoras ociosas dos esforços dos seus compatriotas? Os portugueses, que em diferentes épocas tem por mais de uma vez expellido os seus opressores em toda parte do mundo, que tem por brasão o amor da religião, dos soberanos e da pátria, (...) esquecer-se-ão do antigo brio agora que o Algarve lhe apresenta o exemplo? É de esperar que não, pois em todo o reino se manifestam palpáveis sinais de decidida revolta. (Gazeta do Rio de Janeiro, n^o 5, 28/09/1808)

A publicação das notícias sobre a guerra na Europa sempre com dois a três meses de atraso, que era o tempo que levavam para cruzar o Atlântico, não nos permite acompanhar com exatidão pela Gazeta a marcha dos acontecimentos. A citação seguinte é interessante também por dar uma nítida idéia do longo trajeto que as notícias percorriam desde a Europa até o Rio de Janeiro:

Rio de Janeiro 7 de abril

Chegou no dia 4 do corrente a este porto um navio que partiu de Pernambuco a 22 de março, onde nesse dia havia chegado um navio de Lisboa com uma viagem de 29 dias, havendo partido dali a 21 de fevereiro, que trouxe as melhores notícias da

continuação dos sucessos dos espanhóis contra os franceses na península, depois das primeiras desgraças, dizendo-se que Bonaparte voltou à França, onde havia insurreições, e que até chamava alguma tropa da que estava na península. (...) Parece que estas notícias mereciam todo o crédito em Lisboa, pois os negociantes daquela praça fizeram aos de Pernambuco grandes encomendas de açúcar e algodão, constando também que em Lisboa se achavam embarcações de Trieste que tinham vindo buscar estes gêneros de que havia ali grande necessidade. (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 25, 7/4/1809)

Os reveses portugueses e dos seus aliados, por outro lado, são sempre noticiados de forma indireta ou acompanhados de comentários do redator. A segunda invasão francesa, ocorrida em março de 1809, é noticiada apenas na edição extraordinária de 16 de maio a partir da cópia de uma *ordem geral* do Marechal Beresford publicada em Lisboa em 4 de abril, onde se comunica a queda da cidade do Porto. Nada mais se publica sobre o assunto até a edição de 21 de junho, que traz uma proclamação do Marechal Soult aos portugueses publicada em um periódico inglês, intercalada de comentários do redator onde este procura refutar ponto por ponto as afirmações do comandante francês:

Proclamação do Marechal Soult aos portugueses

Em conseqüência dos sucessos memoráveis que tem havido em Espanha, o exército de S.M. o Imperador e Rei, meu Augusto Soberano, outra vez se apresenta no vosso território e deve, em nome do mesmo Senhor ocupar aí toda superfície.

Já quando no mês de fevereiro intentaram os franceses atravessar o Minho, nos enviaram adiante sua papeleta com o ridículo nome de Proclamação. Foram, então, destroçados e passaram a buscar a fronteira de outra província mais aberta e onde supõem, por isso, menos obstáculos. Porém enganam-se, que os peitos Transmontanos, ajudados pelos corpos disponíveis das outras províncias lhes oporão uma barreira de bronze. Poderão ocupar algumas terras limítrofes, porém uma contínua e mortífera guerra lhes fará abandonar sua empresa. Deve ocupar toda superfície! Como os senhores têm nisso vontade, é o que basta. O seu dever não conhecerá outras regras para fazer guerras bárbaras, injustíssimas, e atropelar nações inocentes? Senão de onde nascerá uma tal dívida de nossa parte? (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 81, 21/06/1809)

A divulgação de notícias sobre a guerra na Europa é indissociável, pela forma narrativa mesma como ela é feita, do elogio dos feitos militares de resistência e, principalmente, de uma caracterização negativa dos atos de Napoleão e dos generais do exército francês. Como explica Juliana Gesuelli Meirelles: “o fato é que a Gazeta contribuía para a formação de uma

imagem mitificada de Bonaparte como a encarnação do Anti-Cristo ao mesmo tempo em que usava sua força para desenhar a figura de D. João como redentor do Novo Mundo” (GESUELLI, 2008, p. 121) A respeito de Napoleão, lê-se já no segundo número do periódico um comentário do redator:

Rio de Janeiro a 17 de setembro

A máxima constante da política do imperador dos franceses é atacar as potências pela sua fidelidade às alianças contraídas. (...) Deste princípio usou já para roubar o reino de Nápoles ao seu legítimo soberano, já para invadir Portugal e agora, enfim, para lançar fora dos Estados da Igreja o Santo Padre. (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 2, 17/09/1808)

Da mesma forma, os exércitos franceses são representados sempre como bárbaros e heréticos que não respeitam a religião católica, profanando templos, matando padres e roubando bens das igrejas das localidades por eles invadidas. Um bom exemplo pode ser encontrado na edição de 11 de outubro de 1809, onde é publicada uma carta do Alcaide-mor da localidade de Brozas em que relata a invasão do exército francês àquela cidade:

Os templos foram horrivelmente profanados por estes malvados, Mutilaram as imagens e até se supõe que queimaram algumas, porque se não acham e só deixaram os crucifixos. As igrejas serviram-lhes de cavalariças, não para recolher simplesmente os cavalos mas servindo-se dos altares para deitarem a palha, centeio e cevada, tudo junto. Rasgaram os ornamentos e creio que não ficou um só em estado de poder servir para o culto divino. (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 113, 11/10/1809)

Como afirma Iara Lis Schiavinatto, “Napoleão e D. João não se enfrentaram na arena aberta da guerra, mas no meio de uma vasta produção discursiva, frequentemente reimpressa no Rio e em Lisboa, onde se rivalizavam no âmbito dos atributos reais” (SCHIAVINATTO, 2009, p. 5). A forma como eram inseridas na Gazeta as notícias a respeito da guerra na Europa, nos permite incluir o periódico entre as publicações identificadas por Maria Beatriz Nizza da Silva como pertencentes ao que ela denomina de *Ciclo Napoleônico*, assim definido pela autora:

Trata-se de obras e folhetos destinados a combater e denegrir o ‘terrível corso’, primeiro em Portugal e depois no Rio de Janeiro. O auge de tais publicações foi atingido nos anos de 1808 e 1809, mas o interesse prolongou-se até 1815. (...)

Muitos desses folhetos são diretamente contra Napoleão, outros contra os seus mais célebres generais, outros, finalmente, contra os franceses em geral. Poderíamos ainda considerar como complementos deste ciclo napoleônico as obras panegíricas dos chefes militares ingleses, espanhóis ou portugueses. (SILVA, 1978, p. 215)

Como explica Lúcia Bastos Pereira das Neves, as notícias publicadas nos periódicos anti-napoleônicos, assim como um grande número de panfletos políticos publicados não somente em Portugal mas por toda a Europa, contribuíram para a construção de uma *lenda negra* de Napoleão: “Tais escritos possuíam uma certa pretensão histórica, cujo objetivo era assimilar ao imperador a imagem de um tirano cruel e degenerado, um homem indigno, a fim de se lhe atribuir, com verossimilhança, todos os tipos de crimes”. (NEVES, 2008, p. 41 a 53). A construção dessa representação pode ser encontrada também nos panfletos políticos de José Acúrsio das Neves, publicados em Portugal durante o período de ocupação francesa e reeditados no Rio de Janeiro em 1809. Acúrsio ficou conhecido mais pelas suas obras de Economia Política e por ocupar diversos cargos no aparelho administrativo do Estado no Reino. Mas entre 1808 e 1810 ficou afastado das funções públicas e dedicou-se à redação de 12 panfletos cujo objetivo era incentivar os portugueses a reagir contra a invasão francesa. O traço distintivo da sua *obra patriótica*, como ele mesmo a chamava, é uma constante exortação dos povos ibéricos à guerra contra a França. Como essa, por ocasião da terceira invasão francesa a Portugal, comandada pelo General Soult:

Nada de escravidão, briosos portugueses, que não nascestes para serdes tratados como bestas. Não vos deixeis iludir com as proclamações com que esse enviado do Usurpador, o Marechal Soult, tem querido enganar os habitantes das províncias do Norte (...). Perguntai a vós mesmos pela proteção que achastes no exército de Junot, tendo entrado como amigo e aliado, e julgai a que podereis esperar de Soult, que entra a ferro e fogo, e tem a vingar os caprichos de Napoleão, a injúria das águias e o destroço dos invencíveis? Junot e Soult são alunos da mesma escola. (NEVES, 1809, p. 10)

Os seus panfletos têm como característica comum passarem em revista os acontecimentos políticos contemporâneos, vinculando os planos expansionistas de Napoleão à continuidade do processo revolucionário francês iniciado em 1789 e construindo a imagem dos franceses como *bárbaros* que assolam a Europa desde a Antiguidade, sendo Bonaparte, sempre denominado como o *Usurpador* (sempre escrito em letra maiúscula, como se fosse um título) por ter tomado o trono português ilegítimamente e a custa de traições, o pior de todos:

Para se dar com usurpações tão manifestas como as dos Revolucionários da França, e do seu digno continuador Bonaparte, é necessário remontar aos povos do Norte que destruíram o Império Romano, ou aos Sarracenos que sucederam a estes bárbaros. Mas se olhamos com imparcialidade para as declamações que nos restam dos escritores daquele tempo, apesar de muito exageradas, como uma boa crítica faz conhecer, vemos sim que se imputam àqueles conquistadores as profanações, os roubos, e todo o gênero de crimes que sempre costumam acompanhar estas irrupções. Mas não as falsidades, os enganos e as baixezas que de temos sido testemunhas. Átila e Genserico eram homens de bem em comparação de Bonaparte e de seus infames sequazes; que se tem praticado algumas ações ilustres, estão sepultadas debaixo do monte imenso dos seus atentados. (NEVES, 1809, p. 3/4)

As monarquias britânica e portuguesa, por outro lado, são representadas como heroínas da resistência à Bonaparte e bastiões da liberdade:

Quisestes ser livres e caíram os ferros; quisestes voltar ao nosso legítimo governo e o Augusto nome de João foi repetido entre vivas por três milhões de vozes com todos os caracteres de uma alegria pura e sem limites. E, enquanto as soberbas águias eram calcadas por vós no Ocidente, as Quinas triunfantes partiam para todos os mares, levando até os confins do Universo o espetáculo de uma pequena nação guerreira e livre, que ousou enfrear a onipotência do bárbaro Usurpador, que tinha encadeado tantos reis sobre os tronos e submetido tantos povos ao seu poder! (NEVES, 1809, p. 6)

Uma análise do catálogo da Imprensa Régia nos permite perceber a publicação de muitas outras obras de caráter semelhante às de Acúrsio das Neves, principalmente nos seus dois primeiros anos de funcionamento, tais como as obras de Francisco Soares Franco: *Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal* (1808), *Exame das causas que alegou o gabinete de Tulherias para mandar contra Portugal os exércitos francês e espanhol em Novembro de 1807* (1809) e *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar* (1810). Além de execrar o comportamento dos franceses e exortar os portugueses à resistência o *memorialismo político* publicado pela Imprensa Régia parecia dedicar especial atenção a um tema em particular: a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

O fato sempre retornava às páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, sempre reinterpretado pela fala do redator. Assim, logo no primeiro número do periódico, o redator comenta notícia

do *Le Moniteur*, gazeta oficial do governo francês, em que se afirmava que se não quisesse se submeter à França não haveria outra saída para o rei da Suécia “senão de ir reinar para alguma parte da América”. Rebatendo o sarcasmo francês, o redator valoriza a decisão do Monarca português, chamando a atenção para os efeitos da Carta Régia de abertura dos Portos, de 28 de fevereiro de 1808, principal efeito da transferência:

Se esta frase do Monitor envolvesse alguma insinuação a nosso respeito, responder-se-lhe-ia: reinamos na melhor porção da América e a prova disso são os sábios atos do governo do Nosso Amado Soberano. O Príncipe Regente Nosso Senhor imediatamente depois da sua chegada mandou abrir os portos destes seus domínios a livre comércio de todas as nações amigas e declarou guerra àquela que invadiu aleivosamente o patrimônio que transmitiu o primeiro dos nossos reis à Sua Augusta Família Real, na cessão do qual jamais consentirá, e sobre o qual conservará sempre os mesmos [ilegível] que tem ao vasto império que herdou do Senhor Rei D. Manoel. (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 1, 10/09/1808)

No número seguinte do periódico, em uma nota de apoio da monarquia portuguesa à insurreição dos espanhóis contra o domínio francês o redator volta a citar a decisão de transferência da sede do reino para o Brasil, aludindo ao fato como um exemplo de resistência às pretensões francesas sobre a Europa, que o monarca português propiciou aos outros soberanos europeus:

Portugal, defendendo os sagrados e inalienáveis direitos do seu soberano, concorre gloriosamente para a defesa de uma tão bela causa, vindo assim a península espanhola a ser quem mais eficazmente contribui para a salvação da Europa. E nessa parte já S.A.R. o Príncipe Regente de Portugal Nosso Senhor deu um grande exemplo a todos os reis quando preferiu, a ser vítima da ambição francesa, retirar-se da sua capital. (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 2, 17/09/1808)

O argumento, que se tornaria comum, volta a aparecer alguns números depois, em texto no qual o redator comemora a restauração do Algarve e, ao mesmo tempo, critica a invasão francesa como ato de traição:

Portugal, constantemente fiel à letra dos seus tratados, merecia ser poupado. Mas a política francesa tresvaria. O seu chefe, semelhante àquele que de uma eminência altíssima, contemplando os objetos inferiores, os vê confusos e incertos, depois que chegou ao cúmulo do poder, ofuscadas suas vistas, não atina com os meios, e os que emprega são, felizmente, os que vão retorquindo contra ele os males que contra os

outros projeta. Se ele ameaçava todos os dias a Portugal com uma invasão, era só porque esperava que não se realizasse a generosa resolução que o Príncipe Regente N.S. tinha formado de se refugiar no Brasil, a qual contrariou a França de dois modos: por um lado fez com que o exemplo magnânimo que S.A.R. ofereceu às nações despertasse nelas (como em Espanha) a devida energia; por outro lado, fez com que as produções deste vasto continente do Brasil nos abrisse uma fonte de prosperidade no comércio franco de todas as nações, e principalmente daquela que o Imperador dos franceses procura esmagar. (Gazeta do Rio de Janeiro, nº 5, 28/09/1808)

O processo de transferência da Corte e seu estabelecimento no Rio parece ser o tema dominante também na *Memória dos benefícios políticos do Governo de el-rey D. João VI*, de José da Silva Lisboa. Além de ser abordado diretamente em dois dos doze benefícios políticos do governo de D. João elencados pelo autor (IV. Expedição da Corte ao Brasil e VI. Estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro) ainda é citado em vários outros. Como ressalta Antônio Penalves Rocha, não há termos de comparação entre as análises históricas atuais sobre a transferência da Família Real e a ótica de Silva Lisboa sobre tal acontecimento. Seus escritos não aludem aos interesses ingleses em Portugal, nem tampouco à necessidade inglesa de salvaguardá-los, dando segurança à monarquia no Brasil, para que a Inglaterra mantivesse o domínio econômico sobre o mundo lusitano (ROCHA, 1996, p. 103). O elogio da medida, classificada como “heróico sacrifício” (LISBOA, 1818, p. 38), inclui uma comparação com outro exemplo histórico não do Império Português, mas de outro império reconhecidamente maior e mais poderoso. Silva Lisboa compara a estratégia de D. João à do Imperador Constantino que, fundando Bizâncio, concedeu uma sobrevida ao Império Romano:

Obrou com a providência de Constantino Magno que, para melhor sustentar a majestade do Império contra as traições de rivais, transpôs-se do Tibre ao Bósforo, firmando a sede do trono no melhor porto do Helesponto, fundando Bizâncio, deixando arvorada a bandeira do Cristianismo no capitólio de Roma. (LISBOA, 1818, p. 74)

Porém, na narrativa de Silva Lisboa, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro não foi somente o produto de um engenhoso cálculo político de D. João, mas a realização de uma *ordem divina*: “O Príncipe do Brasil, sendo informado do real estado das coisas, levantando os olhos ao Céu e pondo o seu destino nas mãos do Onipotente, obrou como o pai dos crentes quando ouviu a voz superior – Sai da tua terra: dar-te-hei a Terra da Promissão” (LISBOA,

1818, p. 55/56). Lançando mão de uma concepção providencialista de História, a transferência da sede da monarquia aparece como *predestinação* e D. João, conseqüentemente, como um monarca *predestinado*. Idéia na qual estava inclusa a de que D. João foi escolhido por Deus para servir de exemplo de resistência à ambição napoleônica para os outros soberanos europeus:

Por incógnitos júzoz de Deus, estava reservada a principal honra aos soberanos, amigos e fidelíssimos aliados, de Portugal e Inglaterra, inspirando-lhes o ânimo de, primeiros, darem ao mundo o espetáculo e exemplo de heróica resistência ao inimigo do gênero humano e de uma polícia filantrópica e liberal que imortalizasse os seus governos, deixando Memoriais de agradecimento até a última posteridade.
(LISBOA, 1818, p. 39)

Ao contrário das narrativas escritas no Brasil sobre o episódio, cujo tom predominante era o de comemoração e esperança, o mesmo não ocorria com aquelas escritas do outro lado do Atlântico. Para autores como Acúrsio das Neves, a transferência da Corte e a abertura dos portos da América portuguesa aparecem como a causa da decadência política e econômica do antigo Reino. Escrevendo desde um Portugal abandonado pelo seu rei, a narrativa da transferência em Accúrsio se reveste de um tom heróico, porém também dramático:

Portugal é invadido e o nosso Augusto Soberano se vê reduzido à dura necessidade de abandonar repentinamente a sua Capital, a sua pátria, o seu Reino, para se refugiar naquela parte dos seus Estados que pela sua situação lhe prometia mais segurança. Eu vi este amável Príncipe e toda a Família Real (...) embarcarem fugitivos no coração do inverno, procurando na inconstância das ondas o asilo que a terra lhes negava: as lágrimas que corriam dos seus Reais olhos eram os penhores mais sinceros do seu amor para com os seus vassaloz. Eu vi cobertas as praias de imenso povo, que feria o Céu com seus justos clamores; vi entulhados de gente os navios que se achavam prontos a dar à vela, e entulhar-se-ão quantos houvesse, porque a Nação inteira (...) queria precipitar-se sobre os passos do seu adorável soberano. Lisboa, se pudesse, seria uma nova Tróia que, fugindo às ruínas de um continente assolado, iria transplantar os restos escapados ao incêndio nas remotas praias do Novo Mundo. Eu presenciei os últimos adeuses dos maridos e dos pais fugitivos às esposas e aos filhos que ficavam; eu vi, enfim, o dia mais horroroso que tem luzido aos meus olhos. O ar, de tranqüilo, se tornou tempestuoso. Parece que a própria natureza se cobriu de luto. (NEVES, 1808,p.19-21)

Dessa forma, as notícias da *Gazeta e o memorialismo histórico* publicado pela

Impressão Régia se esforçaram em justificar o traumático episódio da transferência da Corte, interpretando-o como uma sábia e necessária decisão tomada em boa hora pelo Príncipe-Regente. Era necessário fixar uma idéia positiva daquela decisão tão traumática para a monarquia portuguesa, que é apresentada como um exemplo de resistência que o monarca português propiciou aos outros soberanos europeus. Como aponta Iara Lis Schiavinatto: “A constante repetição do mesmo argumento, com roupagens várias, tentava normatizar o dito e o acontecimento, enaltecendo a presença do governante na América” (SCHIAVINATTO, 2009, p. 5). Mas as diferentes perspectivas sobre o mesmo fato, parecem revelar as tensões surgidas entre os dois reinos na efetivação daquele projeto de re-fundação do Império.

* * *

Roger Chartier afirma que as “lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17). Na luta pela representação do reinado de D. João, a Impressão Régia do Rio de Janeiro, atuando sob o controle da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi a responsável pelo *trabalho de enquadramento* daquela *metamemória* através do registro e reinterpretação principalmente, mas não somente, dos fatos políticos recentes.

Outra forma de construção dessa metamemória foi a divulgação das datas festivas do calendário comemorativo da Corte feitas pela Gazeta. Que repercutia as festas em louvor da monarquia onde eram comemoradas, em grandes cerimônias públicas e representações teatrais, eventos ordinários e extraordinários, como os nascimentos, aniversários e funerais dos membros da família real. Mas essa divulgação nunca mostrava o *outro lado* da festa, como explica Juliana Gesuelli Meirelles:

A leitura da Gazeta do Rio de Janeiro mostra-nos que a comunicação dos inúmeros dias festivos era um tema particularmente contemplado na folha. (...) O redator descrevia em detalhe os fatos: os sentidos da festa, as ocorrências cotidianas, os “usos” que fazia da pena e, principalmente, o olhar que ele esperava ser depreendido pelos súditos aos festejos reais. Segundo seu discurso, os vassallos participavam sempre de bom grado, reverenciando a força do rei e exaltando a monarquia. O que não esclarecia, no entanto, era que a presença dos vassallos nesses encontros públicos era obrigatória e tinha significados políticos. (...) Além

do mais, na regulamentação das Câmaras previam-se multas e punições para aqueles que não comparecessem aos festejos, o que gerava muito descontentamento. (MEIRELLES, 2008, p.92)

Mas a construção da memória é feita não apenas de lembranças mas também de apagamentos e esquecimentos, muitas vezes voluntários. E o memorialista não é somente aquele que lembra mas também aquele que omite. Diferentemente das exaltações sociais, os protestos e resistências populares eram silenciados pela folha:

A Gazeta do Rio de Janeiro jamais noticiava a indiferença e as ausências dos súditos nas festividades, ou mesmo as quebras de luminárias como a ocorrida em Portugal durante as comemorações pela Aclamação de D. João VI, em 1818. Os fatos que ameaçavam a estabilidade do Império Português e/ou não retratassem a imagem idílica que a monarquia desejava veicular não eram divulgados pela Gazeta do Rio de Janeiro e compuseram, ao longo do tempo, uma omissão fundamental no leque informativo do periódico. (MEIRELLES, 2008, p. 93)

Importa compreender a importância desse *trabalho de enquadramento* da memória para homens que ainda viviam naquilo que François Hartog denominou de um *regime de historicidade* antigo. Nessa forma de vivenciar o tempo e o seu transcurso, a relação entre passado e futuro era guiada pelo primeiro e prevalecia a concepção da história como *mestra da vida*. O passado iluminava o futuro e a história, enquanto relato exemplar, deveria fornecer lições sobre como proceder no presente. Conforme explica Manoel L. Salgado Guimarães, conceber a História como *Mestra da Vida*

é supor o fato de que, para além de um pretense e necessário aprendizado com a história, uma certa temporalidade está também implicada, pois só nos seria possível o aprendizado caso o passado pudesse de alguma forma guardar com o presente uma relação de tal proximidade e intimidade que os fatos sucedidos em outro tempo e segundo outras injunções pudessem servir de referencial e horizonte para um tempo posterior e, portanto, para outras experiências humanas. (GUIMARÃES, 2008, p. 75)

Segundo esse autor, naquela forma de conceber a História parecia haver uma indissociação entre *História e política*, uma vez que o exercício da segunda demandaria o conhecimento adequado da primeira. E, dessa forma, o *memorialismo histórico* parece adquirir um papel central na conjuntura de incertezas geradas pela guerra contra os franceses.

A História poderia servir como remédio contra o sentimento de vertigem gerado pelo conjunto de transformações em curso na virada do século XVIII para o XIX, “indicando no passado os portos seguros, as certezas que se poderiam contrapor às incertezas do presente” (GUIMARÃES, 2008, p. 70).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Teresa M. F. L. A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Ano 152. nº 371, , abr./jun. 1991. p. 341-436
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GUIMARÃES, Manuel L. S.. As Luzes para o Império: História e progresso nas páginas de O Patriota. in: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 67-101.
- HARTOG, François. O tempo desorientado – tempo e história – “como escrever a história da França?”. *Anos 90*. Porto Alegre: Revista do Programa de pós-graduação em História da UFRGS, vol. 5, nº 7, Jul. 1997. p. 7-28
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC-Rio, 2006.
- LISBOA, José da Silva. *Memória dos benefícios políticos do governo d'el Rei D. João VI*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1940. Edição Fac-Similar.
- MAGALHÃES, José C. *José Acúrsio das Neves*. Lisboa: SNI, 1946.
- MEIRELLES, Juliana G. *A Gazeta do Rio de Janeiro: imprensa e poder na corte joanina*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MORAES, Rubens B. de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979.
- NEVES, José Accúrsio. *A Salvação da Pátria. Proclamação aos portugueses sobre a sua honra e o seu dever nas atuais circunstâncias da monarquia*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.
- _____. *O Despertador dos Soberanos e dos Povos*. Rio de Janeiro: Na Imprensa Régia, 1809.

_____. *Manifesto da razão contra as usurpações francesas*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

_____. *Reflexões sobre a invasão dos franceses em Portugal*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

NEVES, Lucia M. B. P. *Napoleão Bonaparte: Imaginário e Política em Portugal c. 1808-1810*. Alameda Casa Editorial, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas. v.2, nº 3, 1989. p. 3-15

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/ Fundação Getúlio Vargas. vol. 5. nº 10, 1992. p. 200-215

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SCHIAVINATTO, Iara L. Entre História e Natureza. In: MORELLI, Federica et alli (coord.). *Les empires atlantiques des Lumières au libéralisme (1763-1865)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

SCHWARCZ, Lilia M. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz N. da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Editora Nacional, 1978. 2ª edição.

SODRÉ, Néelson W. A Imprensa Colonial. In: *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 11-49.

TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP. vol. 13, nº 37, Set./dez. 1999. p. 125-154

INDEPENDÊNCIA E MILAGRE BRASILEIRO: A RELAÇÃO PASSADO- PRESENTE NO *JORNAL DA INDEPENDÊNCIA* DE 1972

Thaisy SOSNOSKI¹

thaisysosnoski@hotmail.com

RESUMO: Os jornais exercem uma grande influência na forma como a população percebe determinado acontecimento, podendo servir também como um veículo de propaganda política. Tendo isso em vista, no dia 7 de setembro de 1972, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, o governo publicou um suplemento intitulado *Jornal da Independência*. Neste suplemento, primeiramente a população brasileira era chamada a reviver a Independência através de notícias de setembro de 1822, logo depois os leitores eram situados em 1972, onde poderiam presenciar todo progresso realizado nesses 150 anos da nação. O suplemento atua como uma seleção de memórias que visa construir uma narrativa da Independência, além de criar uma ligação entre o momento da Independência e o momento político do governo militar.

PALAVRAS-CHAVES: Memória, Independência, regime militar.

ABSTRACT: The newspapers exerts a big influences on how the population perceives a particular event, may also serve as a vehicle for political propaganda. Whit this in view, on September 7, 1972, on the occasion of the sesquicentennial celebrations of the Independence of Brazil, the government published a supplement entitled *Jornal da Independência*. In this supplement, primarily the Brazilian population was asked to relive the Independence through September 1822 news, soon after, readers were located in 1972, soon after, readers were located in 1972, where they could witness all the progress made in these 150 years of nation. The supplement this way acts as a selection of memories that aims to construct a narrative of independence, and create a link between the time of Independence and the political momentum of the military government.

KEYWORDS: Memory, Independence, military regime.

O *Jornal da Independência* foi publicado no dia sete de setembro de 1972, foram distribuídas 1.500.000 cópias deste jornal, que na forma de um suplemento acompanhou os jornais de maior expressão estadual.

¹ Mestranda em História na Universidade Federal de Goiás, bolsista CAPES.

Este pequeno caderno, engendrado pelo governo militar integrava as publicações produzidas nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Composto por notícias dos anos de 1822 e de 1972, o suplemento primeiramente traz a simulação de um jornal referente ao sete de setembro de 1822, ano da Independência, em seguida temos notícias de 1972, comemoração do seu sesquicentenário. A escolha das notícias dos dois momentos trabalhava no intuito de reafirmar o logotipo² feito para a comemoração do sesquicentenário, no qual 1822 e 1972 constituindo dois períodos importantes na história do país estão em continuidade.



Figura 1: Logotipo criado para o Sesquicentenário da Independência.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 13/09/1972. Número 37. P.13.

Deparei-me com esta publicação ao abrir um jornal de 7 de setembro de 1972 em um arquivo da cidade de Goiânia. Nele pode-se ler 1822 como momento fundador e 1972 como realização. A crítica deste suplemento se dá no intuito de demonstrar como através da seleção de notícias e imagens o governo não só resgata um acontecimento como vincula o momento de glória representado pela Independência com um presente e um futuro de sucesso, realizado pelo regime militar.

A ideia de se utilizar o formato de um suplemento de jornal passa pela ideia de verdade que as notícias publicadas nos jornais transmitem aos seus leitores. Por ser uma produção ligada ao governo, sabe-se claramente que seu conteúdo foi elaborado e aprovado visando determinado fim. Mas de acordo com Fico “a percepção de que cadernos especiais eram comprados por governos não é tão importante quanto a compreensão de que eles causavam efetivo impacto” (1997:84). O governo militar sabendo da influência que as mídias exerciam na forma como a população percebia e lembrava os acontecimentos, utilizava em larga escala a imprensa como meio de propaganda e nesse caso como meio de memória.

O suplemento *Jornal da Independência* atua como um repositório de memórias selecionadas. As notícias se articulam no sentido de produzir uma narrativa do sujeito a ser comemorado (Independência) e de situar seus atores. Em um momento delicado para história

² O logotipo foi criado por Aloysio Magalhães a pedido da comissão das comemorações e foi amplamente utilizado nas propagandas do governo e em peças publicitárias.

política do Brasil, a construção de uma determinada leitura sobre o passado pretendia comparar e colocar no mesmo patamar o passado de glória (1822), e o presente de progresso dos tempos atuais (1972), reservando apenas o silêncio à experiência dos chamados “anos de chumbo”.

Historiadores e jornalistas vinham a conferir legitimidade à representação que se construía do passado, com a pretensão de elaborar um discurso histórico e transformá-lo em memória nacional.

Em nota o editor do *Jornal da Independência*, Amaral Neto, convida os leitores à leitura das primeiras onze páginas como se estivessem nos idos de 1822. O editor finaliza a nota com o seguinte frase: “Um trabalho que confirma Albert Camus: *o jornalista é o historiador do momento*. E aqui está o Brasil. O Brasil de 150 anos e o mundo em que ele nasceu”. Podemos perceber através da citação acima, a nítida ideia de se estar construindo a história, o jornalista como historiador do momento, legitima a narrativa construída pelo suplemento.³ Neste trecho é possível perceber a importância dada ao trabalho do jornalista na construção da história.

A primeira parte do suplemento que é referente ao 7 de setembro de 1822, traz principalmente notícias de como foi a Independência ou de fatos relacionados à ela, tais como a vida de Dom Pedro, as testemunhas do fato e o trajeto histórico até o ano de 1822.

O sete de setembro de 1822, é escolhido como momento de nascimento da nação soberana, Dom Pedro I por sua vez é o herói da pátria. O projeto que os militares tinham para o país incluía a edificação de uma identidade nacional, esta era um fator importante para manter a integração do Brasil.

Alguns outros homens foram lembrados no suplemento, tais como Gonçalves Ledo e Cipriano Barata, importantes jornalistas que como outros na época, atuavam não somente na publicação das notícias, mas também na fabricação de acontecimentos. Esses jornalistas tiveram um importante papel no processo da Independência, pois a atuação desses “políticos jornalistas” consistia na tentativa de conquistar o príncipe e uma elite letrada para o projeto político que defendiam. Por meio de seus jornais divulgavam suas ideias e travavam batalhas uns contra os outros, advogando a favor de seus projetos. (LUSTOSA: 2000)

A notícia de capa do *Jornal da Independência* tem o seguinte título: **Extra “Proclamada Independência do Brasil”**. Como ilustração da notícia temos a tela de Pedro

³ Sobre jornalistas na ditadura e a disputa entre historiadores e jornalista pelo direito de fazer a história do “tempo presente”, ver: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. FAFESP. SP: Boitempo editorial, 2004.

Américo, *Grito do Ipiranga*, e ao lado, uma pequena descrição do acontecimento, na qual podemos encontrar o nome completo de Dom Pedro I, o lugar e o suposto horário do acontecimento histórico.



Figura 2: Fonte: *Jornal da Independência*, 7 de setembro de 1972. Capa do suplemento, onde aparece o quadro de Pedro Américo.

Ainda que o editor peça a seus leitores que leiam o jornal como se estivessem em 1822, não se hesitou em colocar como imagem ilustrativa da notícia, a tela de Pedro Américo, *Grito do Ipiranga*. A pintura foi elaborada de acordo com as referências da pintura histórica e acadêmica oitocentista e sua vernissagem, data de 1888, em Florença, isto é, mais de meio século após o acontecimento comemorado e fora do Brasil.

Percebemos então que a escolha da tela como ilustração da Independência não é por mero acaso. Tomada como registro visual do fato tal qual aconteceu, a tela passou a encerrar em si um aspecto de veracidade incontestável. Iara Lis Schiavinatto observa que “o quadro tornou-se peça-chave do Museu Paulista e reitera, no presente, o mesmo gesto fundador. A força desse quadro, sua repercussão, sua contínua divulgação e repetida publicação acabaram por erigi-lo na própria cena da independência ou na imagem do próprio fato”.(SCHIAVINATTO, 2002:2). Ao publicar o quadro juntamente com a notícia da Independência, os editores do suplemento transmitem ou reforçam à população a ideia do quadro como registro fiel do acontecimento.

Inicia-se assim, por parte do suplemento, um trabalho de elaboração de uma memória acerca dos sujeitos da comemoração, Dom Pedro e a Independência. Por meio da escrita jornalística tece-se a imagem de Dom Pedro como herói, os fatos noticiados pelo suplemento constituem uma trama de informações sobre o príncipe que o configuram como o grande homem da Independência. O regime militar assim como todo regime político buscou criar seu

panteão cívico, salientando figuras que servissem de imagens e modelos para os membros da comunidade (CARVALHO, 1990:14).

A figura de José Bonifácio de Andrada também tem seu espaço no suplemento e é enaltecida em diversas notícias. O Ministro Andrada é constantemente apontado como o mentor intelectual de Dom Pedro. O jornal também não se esquece de mencionar que Bonifácio era favorável a Independência do Brasil. De acordo com Emília Viotti da Costa, ao lado de Dom Pedro I, José Bonifácio aparece como figura fundamental nos fatos que levaram a separação de Brasil e Portugal. “A ele atribui-se a consolidação da Independência e a manutenção da unidade nacional”. A imagem de Bonifácio foi alvo de transformações ao longo do tempo, as disputas políticas alteravam a figura do ministro. Bonifácio apresenta-se sobre múltiplas facetas, versões anti e em prol de sua imagem foram elaboradas, mas a versão Andradina parece resistir. José Bonifácio passou para história como um herói nacional, sendo conhecido como o “patriarca da Independência” (COSTA, 1999).

Na página 3 do suplemento temos um texto de José Rezende da Costa, no qual este afirma que Tiradentes foi o precursor da liberdade do Brasil. O texto simula uma entrevista que Rezende Costa teria concedido ao *Jornal da Independência*. Rezende da Costa foi um remanescente da Inconfidência Mineira, seu nome figurou a lista dos que foram condenados à morte por traição à rainha mais tiveram a pena comutada em prisão e degredo. Como sabemos o Alferes Xavier, mais conhecido com Tiradentes, foi o único dos inconfidentes a cumprir a sentença de morte, sendo enforcado em praça pública. Após regressar do exílio, José Rezende da Costa ainda foi eleito deputado por Minas Gerais para as cortes constituintes de 1821.

Na suposta entrevista, Costa declara que o Alferes Xavier, acima de todos merece nosso culto como protomártir da Independência. O entrevistado recorda os nomes de alguns dos inconfidentes e deixa claro que o objetivo era a independência e a implantação de uma república.

A matéria que pode ser lida na página 3 do suplemento, leva o seguinte título: **O Grito do Ipiranga. Eco de 150 anos**. Embora não pareça, a matéria se inicia com a retomada da Inconfidência Mineira como marco de libertação. Segundo o texto, de autoria não especificada, a Inconfidência Mineira e a morte de Tiradentes não foram em vão, mas atribuiu-se o malogro da rebelião ao fato do nacionalismo ser regional e não nacional, precisando de um centro de decisão e de uma garantia de unidade. Apesar da retomada de Tiradentes, herói da República, feita nas matérias acima citadas, o papel de Dom Pedro é ainda mais ressaltado como fundador da nação. O início do texto trata da Conjuração Mineira, mas rapidamente

entra-se no contexto da Independência, contando o trajeto do Príncipe do Rio de Janeiro até o alto do Ipiranga, onde este bradou o grito de Independência.

O texto traz trechos onde se lê que José Bonifácio e Dom Pedro eram dois titãs que confraternizavam, a essas duas figuras atribuem-se adjetivos como “o Sábio e o Herói, o Mentor e o Discípulo inspirado, o gênio do Brasil e seu Arcanjo custódio”. Após a breve retomada da memória da Inconfidência, explicita-se no texto a parceria de Dom Pedro com José Bonifácio, parceria essa, “a única abaixo de Deus, capaz de nos dar a Independência sem a desintegração do território”, segundo o autor do texto.

As figuras de Tiradentes e de Dom Pedro I só puderam ser utilizadas de maneira conjunta mediante a aparente amnésia por parte dos historiadores e jornalistas que compuseram o suplemento. O caráter não separatista da Inconfidência Mineira e o desejo de independência foram os aspectos ressaltados pelo governo militar para promover a junção das memórias de Dom Pedro e Tiradentes. Mas vale lembrar que, os heróis Tiradentes e Dom Pedro I eram figuras antagônicas, pois representavam diferentes interesses políticos. Tiradentes era o homem comum que ao lutar pela Independência e sonhar com a implantação da República pagou com sua própria vida, transformando-se em um mártir. Dom Pedro por sua vez, era membro da família real, neto da rainha D. Maria, contra quem lutaram os Inconfidentes. Dom Pedro proclamou a Independência, mas diversamente do que aconteceu nas outras emancipações da América, a república não foi instalada, o Brasil se tornou uma monarquia governada pela Casa de Bragança.

Antes da proclamação da República, as memórias de D. Pedro e Tiradentes, estavam em luta, o governo promovia o primeiro e os republicanos viam no segundo um símbolo, um emblema na luta contra a monarquia. Após a proclamação o culto cívico a Tiradentes se intensificou. Devido à dificuldade em promover os protagonistas do 15 de novembro entre a população, a figura de Tiradentes se revelou como capaz de atender às exigências da mitificação, sendo o escolhido para atuar como herói da República. (CARVALHO, 1990).⁴

O autor do texto **O Grito do Ipiranga: Eco de 150 anos**, afirma que o grito de 7 de setembro, “não foi um grito para ser ouvido na ocasião, foi para ser ouvido daí a cem anos”, encerrando o texto com a seguinte frase: “Grito para 150 anos. Perdão. Para a eternidade.” Podemos perceber uma alusão ao Sesquicentenário da Independência já no título do texto “eco de 150 anos” e também onde se lê que o grito do Ipiranga foi um grito para 150 anos,

⁴ Sobre a formação do imaginário social na República ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1990. O comentário aqui exposto sobre as figuras de Tiradentes e Dom Pedro são baseados na referida obra.

ainda que a página tivesse sido escrita com o intuito de ser lida como se estivesse em 1822. No *Jornal da Independência* não se perde a oportunidade de apresentar a obra dos militares como uma consolidação da Independência, aliando passado e presente mesmo que para isso fosse preciso recorrer a estranhas alusões como na matéria acima citada.

A unidade e a integração territorial era muito cara ao projeto dos militares. Desde o Império, o Brasil sofria com lutas separatistas e problemas de integração. As inúmeras revoltas que eclodiram em várias partes do país depois da Independência, embora malogradas traziam em si o germe do separatismo.

A preocupação dos militares com a unidade e integração territorial do país não era infundada. O Brasil possui um rico histórico de movimentos revolucionários, e em uma situação de regime ditatorial era preciso convencer os brasileiros da importância do nacionalismo, da integração do país e da necessidade de se combater todos que colocassem em risco a segurança nacional. O progresso do país dependia de sua integração, e isso é deixado bem claro no suplemento.

Entre as matérias, temos na página 7 a coluna da política na qual se questiona a escolha da frase “Independência ou Morte” por Dom Pedro. Segundo a coluna, a palavra de ordem escolhida por Dom Pedro causou inúmeras especulações. A opinião emitida pelo jornal afirma que ao escolher tal divisa, o príncipe tomou partido na luta entre as duas Lojas. O jornal se refere às lojas Grande Oriente e ao Apostolado, que são lideradas respectivamente por Gonçalves Ledo e José Bonifácio. De acordo com a nota o Apostolado possuía “palestras” em número de três, chamadas “União e Tranquilidade”, “Firmeza e Lealdade” e “Independência ou Morte”. Desta forma Dom Pedro estaria do lado do Apostolado, liderado por Bonifácio, e por isso a escolha de tal divisa.

Embora o suplemento não seja traga muitas informações sobre a querela entre as duas ordens, podemos, através do nome de seus líderes, identificar que a disputa entre as lojas se dava no âmbito político. Os dois homens em questão, Ledo e Bonifácio, importantes personagens da vida política do Brasil à época, rivalizavam na tentativa de avocar Dom Pedro, cada um para sua corrente política.

Na página 8 do suplemento encontramos uma coluna, **Carta aos Leitores, Nomes a lembrar**. Na carta aos leitores, temos uma carta assinada por João de Souza, na qual o suposto leitor primeiramente reconhece a importância do Príncipe na Independência, mas logo após ressalta alguns nomes que deveriam ser lembrados, nome de homens que “desde a primeira hora lutavam por essa causa.” O primeiro nome a ser lembrado é o de José Bonifácio, que merece ser considerado, segundo o João de Souza, o “patriarca da Independência”, assim

como seus irmãos Sr. Antônio Carlos e Sr. Martim Francisco. Ao lado deles gigantes como Sr. Gonçalves Ledo, Sr. José Clemente Pereira, jornalista que comandou o episódio do Fico, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e Hipólito da Costa, também jornalistas da época. A carta lembra também o nome do deputado e jornalista Cipriano Barata entre outros. João de Souza finaliza a carta pedindo que esses nomes estejam na lembrança de todos como “construtores de uma nova Nação”.

Interessante notar que a carta leva o título *Nomes a lembrar*, entre esse nomes de inúmeros jornalistas, que se sabe a época da Independência agitavam a vida política do país através de seus escritos, o suplemento diz ao público leitor de quem ele deve se lembrar, atuando como um portador da memória histórica.

Uma pequena nota intitulada: **Padre é testemunha ocular: Ipiranga** compõe ainda a página 10. Nesta nota temos parte do testemunho do Padre Belchior, que integrava a comitiva de Dom Pedro e que teria lido a carta ao príncipe. A nota traz a transcrição da parte do relato do Padre, na qual ele conta como o Príncipe chegou à decisão de proclamar a Independência. O uso de uma testemunha ocular pode ser lido como uma forma de legitimação do fato. A palavra de um padre não poderia ser dada como uma inverdade, além do que, a minúcia com que é descrito o fato, repetindo as frases do próprio padre e de Dom Pedro, dão o tom de veracidade absoluta ao testemunho.

O relato do Padre Belchior foi utilizado em 1922, no contexto da comemoração do centenário da Independência, por Assis Cintra. Tal relato havia sido publicado em um livro de 1826, chamado *O Grito do Ipiranga e o Brasil Político*. Coube então ao Padre como contemporâneo da história descrever o acontecimento. E são essas as imagens que conservamos ainda hoje: o príncipe rasgando as cartas que recebera, empunhado a espada e declarando a independência política do Brasil (SANDES, 2000:32.). Desde sua retomada em 1922, recorre-se ao testemunho sempre que se quer retratar a Independência, assim como em 1972.

A evocação da independência feita para comemorar o sesquicentenário criou um campo de disputas quando se pretendia unidade, a utilização do testemunho do Padre Belchior se tornou de extrema importância. Uma vez que, sendo necessário reafirmar os marcos de fundação da nação, nada desempenhava melhor tal objetivo que uma testemunha ocular.

Sabemos que a partir dos anos de 1970, a temática da ‘questão nacional’ era alvo dos debates dos intelectuais, que lançavam duras críticas a presença de multinacionais no Brasil e a grande dependência tecnológica e econômica. Essas questões comprometiam, na visão de muitos intelectuais, a independência do país. Ao transformarem isso numa questão nacional

de relevada importância, os intelectuais colocavam em dúvida o discurso de que o Brasil era um país livre. Definir o 7 de setembro como marco da nação livre foi uma das tarefas do suplemento.

Entre as notícias do suplemento algo que chama a atenção é a forma escolhida para se fazer a transição de 1882 para 1972, criou-se um diálogo entre o otimista e o pessimista. Os dois personagens conversam sobre a situação do Brasil e seu futuro.

A escolha de se construir o diálogo para se fazer a passagem de uma parte do suplemento para a outra é algo que merece ser pensado. O diálogo é construído como se os personagens saíssem de 1822 e fizessem um breve panorama da história do Brasil até a condição em que se encontra o Brasil em 1972. Mostrando que todas as promessas que surgiram com a Independência, de se construir um grande império, uma nação unida e próspera, se realizaram sob o poder dos militares, sobretudo no governo do general Médici. É transmitida ao leitor a idéia de ininterrupta continuidade entre as duas datas (1822/1972), uma vez que, o diálogo entre o otimista e o pessimista começa com a Independência e termina em seu sesquicentenário. Unidade, integração e progresso são as palavras de ordem do diálogo, manifestas durante a conversa e ao fim, no desejo de ser uma grande nação sob a mesma bandeira. Pode-se ler neste diálogo o projeto dos militares e o desejo de estabelecer uma continuidade com o passado, cento e cinquenta anos afastado no tempo, mas tornado a vida para a usurpação de sua memória.

Em consonância com a construção do suplemento, no diálogo assim como nas notícias publicadas, caminha-se de 1822 no sentido de se chegar a 1972, ano do sesquicentenário. O Brasil de 150 anos depois do nascimento da nação caminhou rumo ao “progresso”, seguindo os passos de glória iniciados pelo Defensor Perpétuo do Brasil, Dom Pedro I.

O Brasil 150 anos depois, com esta vinheta o suplemento inicia sua narrativa ao se referir ao Brasil do presente, ao Brasil de 1972. As páginas do suplemento que fazem referência ao presente, ao ano de 1972, são em número menor. Isso se dá porque o suplemento procurou construir uma narrativa em torno da independência que criasse identificação e estímulo diante da população brasileira, “reverenciar o sete de setembro implica construir uma ideia de origem, de pertencimento a um lugar específico, portanto de identidade”. (SANDES, 2000, p. 74). Identificação no sentido de concordância diante do projeto desenvolvimentista militar e estímulo na medida em que se buscava não somente convencer a todos das potencialidades brasileiras, mas de sugerir que as riquezas brasileiras nos dariam ingresso ao “mundo desenvolvido”. Mas sabe-se que muita coisa tinha que ser silenciada e relegada a obscuridade, pois comprometiam a imagem do governo.

O intuito da segunda parte do suplemento é mostrar toda a modernização realizada pelos militares, especialmente pelo presidente Médici, provedor do tão falado *Milagre Brasileiro*. Coloca-se o milagre de 1972 como a realização da promessa de 1822, sendo essa a frase que encerra o diálogo que encerra a parte de 1822. O suplemento traz como quarta capa, o que seria a capa da parte que aborda o Brasil de 1972. Nesta capa, consta além do nome *Jornal de Independência*, o logotipo do Sesquicentenário, simbolizando a continuidade defendida pelos militares. Ao lado temos a frase “Brasil 150 anos depois”. Na parte superior da capa apresentam-se duas imagens, uma imagem é a de Dom Pedro I, fundador da nação e elo de ligação com Portugal e com o passado a ser rememorado, e uma fotografia da catedral de Brasília, símbolo da modernidade instalada na nova capital. Abaixo temos três fotografias, uma universidade sendo construída, uma torre de microondas e na terceira temos tratores abrindo a transamazônica, cuja legenda diz ser a obra do século, “integrando definitivamente a Amazônia ao contexto de nossa realidade”.



Figura 3, a e b: Fonte: *JORNAL DA INDEPENDÊNCIA*, contracapa. 7 set, 1972. **A** - Imagens que compõem a parte superior da capa: Dom Pedro, a catedral de Brasília e o logotipo do Sesquicentenário. **B** - Imagens da parte inferior: Prédio em construção, com uma faixa: Aqui estamos construindo uma universidade (acima), torre de microondas (à esquerda) e abertura da transamazônica (à direita).

A fotografia da torre de microondas traz em sua legenda, assim como a imagem da abertura da transamazônica, o claro sentido de integração buscado pelos militares, “os brasileiros falam entre si e com o mundo, através das torres microondas que hoje ligam nosso território”. O conceito de integração nacional, forjado pela Ideologia de Segurança Nacional, era trabalhado pelo pensamento autoritário e servia como premissa a toda uma política que procurava coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados Objetivos Nacionais (ORTIZ, 2005:82). Sob a ideia de integração e objetivos nacionais, eram justificados os abusos cometidos pelos militares, pois estes atuavam em prol de um bem maior, a nação. A

Lei de Segurança Nacional aprovada por Médici em setembro de 1969, autorizava o governo a intervir em qualquer atividade social que se julgasse que a segurança nacional tivesse sido violada. Com essa Lei também deixaram de existir no Brasil as liberdades de reunião, associação e imprensa.

Nessa quarta capa temos em letras grandes apenas a seguinte frase: “... E todo mundo fala no *milagre brasileiro*”. Durante o governo Médici o Brasil conheceu taxas de crescimento de aproximadamente 10% ao ano, um desenvolvimento recorde na economia brasileira. O Ministro da Fazenda Delfim Neto era o principal artífice do milagre. Esse período, como se sabe, ficou conhecido como o *milagre brasileiro* ou *milagre econômico*.

Os críticos desse modelo econômico produtivista argumentavam que as medidas econômicas adotadas aprofundavam as divisões sociais internas e concediam favores indevidos aos investidores estrangeiros. Outra crítica dirigida ao modelo era quanto ao grande número de empréstimos internacionais. Mas esses empréstimos eram uma medida comum em países em vias de desenvolvimento, embora ao fim do governo Médici a dívida externa fosse 90% maior que no início de seu governo. Se em 1968 a dívida era de 3,9 bilhões de dólares, em 1974 ela alcançou a cifra de 12,6 bilhões de dólares. (SKIDMORE, 1988:282).

O Ministro Delfim Neto respondia as críticas com os números do crescimento e defendendo que era preciso aumentar o bolo para depois distribuí-lo. O desenvolvimento e o crescimento econômico não incluía a princípio a distribuição de renda.

Esta parte do suplemento atua mais como uma propaganda positiva do regime do que como um jornal de notícias que visa informar os leitores.

O contexto do milagre econômico foi próprio ao desenvolvimento da retórica sobre a “grandeza viável e tangível do Brasil”. O governo atribuía a noção de “milagre brasileiro” aos estrangeiros, a Aerp (agência de propaganda do governo) afirma não ter produzido qualquer propaganda relacionada ao milagre, embora nas escritas do governo o milagre fosse recorrentemente lembrado. O milagre econômico e a conquista da copa de 70 forneceram a confirmação do destino de grandeza do país que necessitava a propaganda política militar.

A ideia de “Brasil Grande”, apresentada como destino manifesto de grande potência, remonta a um passado longínquo, ao mito de origem de Portugal, o Milagre de Ourique.⁵ A extensão continental do país foi frequentemente chamada de grandeza, de acordo com José Murilo de Carvalho os brasileiros sofrem de complexo de grandeza, sempre querendo ser ou

⁵ Segundo esse mito, Cristo apareceu para o príncipe Afonso Henriques antes da batalha de Ourique, em 1139, na qual os portugueses enfrentaram e derrotaram cinco reis mouros. Reza a lenda que, juntamente com a promessa de vitória, Cristo teria ainda prometido construir um império sob o domínio dos descendentes de Afonso Henriques com a missão de divulgar Seu nome entre as nações. (CARVALHO, 2000:54).

ter “o maior do mundo”. Em sua versão política o complexo de grandeza reside na crença de que o país se tornará uma grande potência. Carvalho afirma, que a crença num futuro de grandeza e poder tornou-se parte do imaginário do país.

A crença num destino de grandeza foi transformada em ideologia oficial e instrumento de manipulação nacionalista durante os governos militares que dominaram o país entre 1964 e 1985. A ideologia da “grande potência” dos militares ajudou a reforçar a antiga crença no destino de um império poderoso. (CARVALHO, 2002:56)

O regime militar possuía dois níveis de estratégias: a “Doutrina de Segurança Nacional”, importada dos EUA e o desenvolvimento a qualquer preço. Os traços marcantes do governo Médici foram a repressão e o milagre econômico, esses traços condizem com as estratégias do regime, pois o desenvolvimento do país, na visão dos militares, dependia de sua unidade, unidade esta era colocada em risco pelas ameaças comunistas e subversivas. Destarte, combater as ameaças internas e externas em prol do desenvolvimento e da manutenção do território unido, era um dever do governo.

Na parte do suplemento que mostra o Brasil 150 anos depois da Independência, não temos textos sobre fatos ocorridos em 1972. O Brasil de 1972 estava repleto de obras e feitos mas desprovido de povo, ou de grandes homens, como os colocados na primeira parte do suplemento. Obras como a abertura de estradas, a construção de universidades, a ampliação da frota marítima, o avanço na produção de energia e na extração do petróleo, o aumento da população nas escolas, o aumento da frota automobilística além de avanços que possibilitavam a comunicação como a torre de microondas. Articulava-se o progresso técnico ao educacional e industrial, imagem que os militares desejavam mostrar. As fotografias e legendas dessa parte do suplemento aludem a um país em construção. O Brasil se mostra como país em pleno progresso.



Figura 4: Fonte: *JORNAL DA INDEPENDÊNCIA*, 7 set, 1972, p.12.

À esquerda: *Brasil 150 anos depois.* Catedral de Brasília e refinaria de petróleo. Legenda: *O consumo de derivados de petróleo - retrato do desenvolvimento do um país – cresce mais de 10% ao ano, no Brasil. Estamos instalando novas refinarias e ampliando as existentes. Agora, vamos também explorar petróleo no exterior.*

À direita: *Ritmo do progresso supera previsões.* Figura: barris de aço. Legenda: *Somos também vencedores na corrida do aço. Até 1980, a produção irá além de 20 milhões de toneladas anuais.*

A concluir pelas imagens exibidas no suplemento os brasileiros só tinham motivos para se orgulharem de seu país. Enquanto se ressaltam questões ligadas ao progresso, questões como as práticas de torturas, as prisões arbitrárias ou por força do AI-5, a criação de um órgão específico de repressão, o DOI-CODI, o exílio de brasileiros que se opunham ao governo, as perseguições e políticas, a censura imposta aos meios de comunicação, a dependência econômica e o crescimento da dívida externa, não eram mencionadas, muitas vezes, não chegando ao conhecimento da população.

O *Jornal da Independência* foi planejado obedecendo a uma das táticas de construção da memória, o esquecimento e a repetição - esquecimento dos fatos negativos a imagem do governo e repetição dos feitos prodigiosos - persuadindo a população e promovendo uma representação positiva do governo militar.

O suplemento como sendo algo encomendado e supervisionado pelo governo, obviamente não traria dados que colocassem a imagem deste em dúvida. Nesse caso é mais importante perceber qual a imagem que o poder deseja passar e qual objetivo pretende alcançar com essa seleção da história e das notícias.

O intuito de se ressaltar a imagem do progresso, da integração do país, vem no sentido de apagar qualquer resquício de notícias desfavoráveis, que mesmo com a rígida censura por vezes circulavam. Assim como também, para legitimar a política de intolerância e violência usada pelo aparato repressor.

Neste sentido, as imagens de canteiros de obras, estradas, barragens colaboraram também para a reinvenção do otimismo, para consolidar e re-significar a convicção de que

vivíamos uma época superadora do atraso. (FICO, 1997: 84), criando assim na população um sentimento de nacionalismo, importante para a constituição de uma identidade nacional.

O ano de 1972 foi um ano de comemoração, não cabendo assim manifestações contrárias ao governo. Esses acontecimentos são assim relegados ao esquecimento. Como afirma Carlos Fico, “ocultação e não visibilidade eram características do regime militar” (FICO, 1997:59). Desta forma, tudo o que temos na parte do suplemento destinado ao Brasil de 1972 são inúmeras imagens, fotografias de estaleiros, refinarias de petróleo, torres de comunicação, construções de prédios e universidades, carros, aberturas de estradas, ou seja, tudo que remete ao progresso do Brasil nos últimos 150 decorridos da Independência. Mostram-se as obras, como sinais de progresso e modernização. As torres e estradas vão de encontro com o projeto de integração nacional dos militares.

As legendas que acompanham as imagens possuem a função de vangloriar os feitos do governo mais que elucidar as fotografias. As manchetes como: “Ritmo do progresso supera previsões”, “Riqueza mineral não tem paralelo em todo mundo” e “Se governar é abrir estradas, hoje estamos no caminho certo”, atuam no mesmo sentido.

As imagens são utilizadas para ofuscar sombras e defeitos que se quer esconder. (FICO, 1997, p.15). Os textos dessa parte do suplemento se resumem a dados estatísticos sobre o progresso alcançado pelo Brasil durante o governo militar, especialmente o governo Médici.



Figura 5: à esquerda - Fonte: *JORNAL DA INDEPENDÊNCIA*, 7 set..1972, p.19. A legenda da foto do navio (à esquerda) diz: “A construção naval brasileira em breve lançará ao mar novos gigantes com 400 mil toneladas”. A figura a direita tem os seguintes dizeres: “De grandes importadores de produtos petroquímicos, em mais três anos seremos o sétimo produtor mundial”.

Figura 6: à direita - Fonte: *JORNAL DA INDEPENDÊNCIA*, 7 set..1972, p.15. Frase: “Se governar é abrir estradas, hoje estamos no caminho certo”. Temos a foto de uma hidrelétrica, na qual se lê: “na escalada do progresso energia elétrica será um ponto alto. Chegaremos a uma capacidade instalada de 30 milhões de quilowatts – esse é o objetivo para 1980”.

No suplemento *Jornal da Independência* temos a glorificação do passado articulado com a promessa do presente e futuro de sucesso, toma-se o 7 de setembro de 1822 como marco inicial da história do país, transformando-o em um mito de fundação, depois procura-se mostrar a modernização implantada nesses cento e cinquenta anos. Passando ao leitor a visão de que o passado constrói o presente e este, o futuro, de modo contínuo. As escritas e as imagens numa relação de complementaridade constroem uma narrativa que dá legitimidade ao exercício de poder no presente. Para tal efeito, são utilizadas novas imagens que mostram as mudanças realizadas mais sem excluir as imagens mais permanentes, como as que afirmam a unidade da nação. (BALANDIER, 1982:71)

O Brasil no ano de 1972 vivia sob o regime da ditadura militar, visto pelos militares não como um golpe, mas como uma revolução, a única capaz de criar condições básicas para o verdadeiro desenvolvimento a democracia e a soberania. Lembrado pelo “milagre econômico” e posteriormente também conhecido como “anos de chumbo”, o governo Médici foi o responsável pela organização dos festejos em comemoração aos 150 anos da Independência do Brasil. As comemorações foram utilizadas pelo governo militar como propaganda política, aproveitava-se da festa para reafirmar os seus propósitos e legitimar o seu projeto.

No período das comemorações, como é possível notar no suplemento, a analogia entre os anos de 1822 e 1972 era uma constante. Embora os militares se vissem como representantes de um tempo novo, não se buscava um rompimento com os velhos símbolos e com o passado, desde de que este passado fosse adequado aos interesses governamentais. A referência ao passado, de acordo com Pollak, “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também suas oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989:7).

A memória é seletiva e passível de modificações e quanto mais coletiva e histórica é a memória mais ampla é margem para o seu “uso e abuso”. A recomposição do passado sob a forma de memória histórica resulta de um complexo processo de negociação entre presente e passado. O que deve ser lembrado e fixado na memória atende ao imperativo do presente, condensando fatos e repertórios, que, repetidos a exaustão, ganham duração e sentido. Dominado pelo presente o passado é recomposto e se projeta para o futuro.

O suplemento *Jornal da Independência* é uma construção feita a partir de uma seleção de lembranças influenciadas pelas necessidades de um tempo. A ausência do referente permite que se faça leituras diversas do sujeito a ser comemorado. Ricoeur afirma justamente que “os abusos da memória resultam da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação” (RICOEUR, 2007).

Os discursos elaborados sob a tutela do governo e reproduzidos no suplemento *Jornal da Independência* almejavam proporcionar aos indivíduos uma idéia de continuidade, uma relação entre passado, presente e futuro. A rememoração histórica feita pela equipe do governo que se pode encontrar na fonte pesquisada não oferece somente uma visão do passado, pelo que lembra e pelo o que esquece oferece também uma compreensão do presente e uma ordem que se quer preservar no futuro. A análise da fonte possibilita enxergar a apropriação de um passado específico por parte dos militares, que é repassado pelos jornalistas e historiadores através do suplemento.

Os jornalistas e historiadores que realizaram o suplemento conheciam o futuro do passado, por isso tiveram uma maior facilidade em articular as notícias de 1822 com o presente de 1972, de modo a transmitir a ideia de relação e continuidade entre as duas datas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. De Luiz Tupy Caldas de Moura, Brasília, Ed, UnB, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República do Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1990.

_____. Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In: Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Org. Leslie Bethell. Civilização Brasileira, RJ, 2002.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. MENEZES, Maria de Lourdes. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo - Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. SP: Companhia das Letras, 2000.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Histórico, RJ, vol.2,n.3,1989,p. 3-15.

_____. *Memória e Identidade*. Estudos Histórico, RJ, vol.5,n.10,1992,p. 200-212.

RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *O passado tinha um futuro*. In: Morin, Edgar. *A religião dos saberes. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FONTE:

Jornal da Independência, sete de setembro de 1972. O suplemento utilizado no estudo encontra-se disponível no Instituto Histórico e Geográfico Goiano, Goiânia, GO, anexado ao *Jornal Folha de Goiaz* do dia 7 de setembro de 1972.

JOSÉ DE ALENCAR E AS OBSERVAÇÕES LITERÁRIAS SOBRE SUA PRODUÇÃO NAS PÁGINAS DA *QUESTÕES DO DIA*

Valdeci Rezende BORGES¹

valdecirborges@terra.com.br

RESUMO: Os campos da cultura e da política brasileiros em meados do século XIX foram espaços de lutas acirradas em nome da formação da nação e de uma identidade. Alencar combateu por uma literatura “brasileira” nos temas e “moderna” na forma, em confronto com vários intelectuais. Diversos ensaios configuram em lugares de memórias de tais lutas, às vezes esquecidas. Inseridos nas trincheiras lusas e usando pseudônimos, o português José Feliciano de Castilho (Lucio Quinto Cincinnato) e o carioca Franklin Távora (Sempronio), dentre outros, foram críticos ferrenhos da obra de Alencar. É objetivo abordar, por meio de alguns textos da revista *Questões do dia*, de 1871, as observações literárias realizadas sobre a prática literária de Alencar e seu lugar na literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: José de Alencar, *Questões do dia*, recepção crítica.

ABSTRACT: The fields of culture and politics in Brazil in mid-nineteenth century were places of bitter fighting in the name of nation-building and identity. Alencar literature fought for a “brazilian” in the themes and “modern” in form, in comparison with many intellectuals. Several tests of memory locations configured in such struggles, sometimes forgotten. Inserted in the trenches and under pseudonyms luso, the portuguese José Feliciano de Castilho (Lucio Quinto Cincinnato) and Rio Franklin Tavora (Sempronio), among others, were staunch critics of the work of Alencar. It is aimed to address, through some texts of th journal *Issues of the day*, 1871, the literary observations made about the literary practice of Alencar and his place in the literature.

KEYWORDS: José de Alencar, *Issues of the day*, critical reception.

José de Alencar (1829-1877), em vários ensaios críticos, refletiu sobre as relações estabelecidas entre a língua portuguesa e a diversidade lingüística existente no Brasil, entre a linguagem literária e a coloquial, entre a história, a cultura e a natureza. Suas propostas e

¹ Dr. em História pela PUC/SP. Professor do Departamento de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. O presente trabalho é produto do projeto mencionado e foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Bolsa Produtividade.

defesas dessas balançaram o campo intelectual oitocentista brasileiro e luso em combates e lutas calorosas por uma forma de representação do Brasil como nação.

O início de sua reflexão pode ser acessado no pequeno ensaio “O estilo na literatura brasileira”, de 1850, publicado, quando acadêmico de Direito, na revista *Ensaio Literários*, de São Paulo. Já em 1856, no *Diário do Rio de Janeiro*, veio a luz a discussão que enfrentou ao longo de toda sua vida intelectual. Inaugurou a primeira grande polêmica literária brasileira com a publicação das “Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*” abordando a produção da literatura americana ou indianista. Em seguida na “Carta ao Dr. Jaguaribe” e no “Pós-escrito” à *Diva*, de 1865, tratou de como e por que escreveu *Iracema* e de dimensões de seus romances urbanos, respectivamente. O português Manuel Pinheiro Chagas, em “Literatura Brasileira – José D’Alencar: *Iracema*”, de 1867, criticou a referida obra abordando a questão das relações entre as línguas, indígena e portuguesa, e o problema da linguagem literária. Na próxima batalha, Alencar, em diálogo com Chagas, no “Pós-escrito” à segunda edição de *Iracema*, de 1870, defendeu-se das censuras e bateu pela diferenciação lingüística entre o português brasileiro e aquele de Portugal. Na sequência, em Lisboa, no *Jornal do Comércio*, o maranhense Antonio H. Leal, em “A Literatura brasileira contemporânea”, de 1870, realizando um balanço da produção literária nacional, tratou da figura de Alencar com elogios, mas também com críticas. Na cena seguinte, no primeiro semestre de 1871, ainda em Lisboa, Leal continuou sua reflexão em “Questão Filológica: a propósito da segunda edição de *Iracema*” focando a problemática da língua e da linguagem. Esse artigo saiu publicado no Brasil em *O Paiz*, de 27 e 28 de maio daquele mesmo ano. Já, a partir de meados de 1871, nas páginas da revista fluminense *Questões do Dia*, começou a aparecer uma série de cartas políticas e literárias com o intuito de demolir a fama e a reputação de Alencar, as quais só findaram em fevereiro de 1872. No próximo embate, Alencar produziu “Benção paterna”, em 1872, defendendo sua escrita e periodizando-a, enquanto, em 1874, Leal recolheu os escritos acima mencionados no livro *Lucubrações*, editado em Lisboa. Ainda em 1874, Alencar produziu as “Cartas ao Sr. J. Serra”, conhecidas por “Nosso cancionero”, tratando da naturalização de nossa literatura e escreveu também “Questão filológica”, rebatendo as críticas de Leal. No entanto, se estes foram alguns dos fatos que marcaram o campo de batalhas, aqui neste texto, se abordará apenas algumas facetas acerca das cartas de literárias de Sempronio (Franklin Távora) a Cincinato (José Feliciano de Castilho) e vice-versa.

Alencar, em “Como e porque sou romancista”, de maio de 1873, texto de caráter autobiográfico e logo marcado por suas memórias, mas também por suas preocupações com o futuro, ao buscar garantir que seu nome figurasse na posteridade, menciona que em 1868 “a

alta política” arrebatou-o às letras para só restituí-lo em 1870. No seu dizer, eram tão vivas “as saudades dos [seus] borrões, que apenas despediu da pasta auriverde dos negócios de Estado, para ir tirar da gaveta onde havia escondido, a outra pasta do velho papelão, todo rabiscado, que era então a arca do [seu] tesouro”. Em seguida ele refere a sua passagem para outra idade como romancista, a segunda, na qual obteve afinal um editor:

Aí começa outra idade de autor, a qual chamei de minha ‘velhice literária’, adotando o pseudônimo de Sênio, e outros querem seja a da decrepitude. Não me afligi com isto, eu que, digo-lhe com todas as veras, desejaria fazer-me escritor póstumo, trocando de boa-vontade os favores do presente pelas severidades do futuro. [...] Ao cabo de vinte e dois anos de gleba na imprensa, achei afinal um editor, o Sr. B. Garnier, que espontaneamente ofereceu-me um contrato vantajoso em meados de 1870. (ALENCAR, 1965, v.1, p. 120)

Além de anunciar sua entrada naquilo que chamou de “velhice literária” ou “segunda idade” de autor, de informar que deixava de fazer parte do grupo dos “poetas mendicantes”, pois agora tinha um editor, que considerou ser “o deus da inspiração e pai das musas” da “poesia moderna” daquele século, ponderou: “Afora isso, o resto é monótono; e não passaria de datas, entremeadas da inesgotável serrazina dos autores contra os tipógrafos que lhes estripam o pensamento”. No entanto, se Garnier era o seu “*Magnus Apollo*” de poeta moderno e sua casa, “o seu *Parnaso* uma livraria”, isso não lhe garantiu, realmente, uma vida monótona, ao contrário. Animado, escrevera mais três obras, uma atrás da outra: *O gaúcho*, *A pata da gazela* e *O tronco do ipê*, todas assinadas por Sênio, marca de sua “velhice precoce”, aquela “da alma que deixam as desilusões”. (ALENCAR, 1965, v.1, p. 120-1; ALENCAR, 1965, v. 3, p. 21).

Sobre essa nova fase de sua vida literária, “fase de dissabores, de tristezas íntimas e de pessimismo cruel”, deixadas pelas desilusões, pela corrupção e isolamento moral, o autor já havia referido no prefácio de *O Gaúcho*, escrito em novembro de 1870, no qual explicou a adoção do novo pseudônimo ou máscara:

Que significa este nome _ Sênio _ no frontispício de livros que vozes benévolas da imprensa já atribuíram a outrem? [...] Cada um fará a suposição que entender. [...] Era preciso um apelido ao escritor destas páginas, que se tornou um anacronismo literário. Acudiu esse que vale o outro e tem de mais o sainete da novidade.[...] Porventura escolhendo aquela palavra, quis o espírito indicar que para ele já começou a velhice literária, e que estes livros não são mais as flores da primavera,

nem os frutos do outono, porém sim as desfolhas do inverno?[...] Talvez.[...] Há duas velhices: a do corpo que trazem os anos, e a da alma que deixam as decepções. [...] Aqui, onde a opinião é terra sáfara, e o mormaço da corrupção vai crestando todos os estímulos nobres; aqui a alma envelhece depressa. E ainda bem! A solidão moral dessa velhice precoce é um refúgio contra a idolatria de Moloc. (ALENCAR, 1965, v. 3, p. 21).

Com relação ainda ao começo dessa “segunda idade”, da alma desiludida, marcada não só pelos fatores subjetivos e internos aos textos, mas inerentes a sua visão e sentimento em relação à vida e ao mundo, o escritor apontou um outro aspecto já referido, que foi a conquista de condições objetivas mais apropriadas de produção e distribuição de seus livros por meio de um editor. Mas o autor ainda reconheceu que, mesmo antes desse instrumento legal, sua obra já era dele tributária: “O que lhe deve a minha coleção, ainda antes do contrato, terá visto nesta carta; depois, trouxe-me esta vantagem, que na concepção de um romance e na sua feitura, não me turva a mente a lembrança do tropeço material, que pode matar o livro, ou fazer dele uma larva.” Deste modo, Alencar ficava livre “da inesgotável serrazina dos autores contra os tipógrafos que lhes estripam o pensamento”, ao obter uma casa editora de suas obras possuidora de uma livraria, na qual expunha, em suas vitrines, seus livros e os vendia (ALENCAR, 1965, v.1, p. 120).

Se em 09 de janeiro de 1870 ele deixou a pasta de ministro da Justiça para candidatar ao Senado, sendo eleito em primeiro lugar, nos fins de abril, D. Pedro II vetou sua indicação e escolheu o segundo e o quinto colocados da lista sêxtupla como os novos representantes do Ceará no Senado, deixando-o transtornado. Ao voltar à Câmara dos Deputados, fez oposição cerrada ao Imperador. Nascia o inimigo do rei e a proposta de erguer uma estátua ao rei foi a deixa para o retorno do terrível panfletário, que andava adormecido (NETO, 2006, p. 292, 296).

No ano de 1871 Alencar teve a Câmara dos Deputados como espaço para defender suas posições e buscar expurgar seus ressentimentos, embora essa não lhe desse mais entusiasmo, apenas desconfianças. Assim fez, de forma tenaz e veemente, uma campanha contra seu antigo colega do Ministério de 16 de Julho, que chefiava, no momento, o gabinete que subiu ao poder a 7 de março de 1871, o visconde do Rio Branco. Opôs-se a, praticamente, tudo o que ele propôs ou defendeu, combatendo a viagem do Imperador ao estrangeiro e sua substituição pela princesa Isabel, a subvenção à imprensa e o projeto do Ventre Livre escravo. Neste contexto, na fase mais aguda dessas discussões, por volta de meados de 71, foi criada a revista semanal *Questões do Dia: observações políticas e literárias escritas por vários e*

coordenadas por Lucio Quinto Cincinnato, pseudônimo do português José Feliciano de Castilho, seu fundador. Nela começaram a surgir cartas políticas e literárias produzidas em tom panfletário com a intenção de combater as idéias, os pensamentos e os posicionamentos políticos de Alencar, discutindo seus pronunciamentos realizados na imprensa (na folha de sua propriedade *Dezesseis de Julho* e no *Jornal do Comércio*) e no parlamento. Era motivação do debate, sobretudo, as questões acerca do poder pessoal do imperador e aquela do elemento servil, isto é, da escravidão, do projeto de abolição da instituição do cativo ao qual Alencar se opunha. Mas, não foram trazidas a cena apenas as idéias e posições de Alencar no campo da política imperial. Suas produções e concepções literárias foram debatidas com clara intenção de desqualificá-lo. A pena de Castilho, durante mais de seis meses (de meados de agosto de 1871 a 20 de fevereiro de 1872), semana após semana, auxiliada por Franklin Távora e outras, investiu contra ele, estando a serviço do gabinete de Rio Branco, como o próprio deputado-romancista, objeto das análises, denunciou na Câmara dos Deputados, e o Pe. Campos, aliado do visconde, o confirmou em carta (MAGALHAES JR, 1977, p. 274, 292; MENEZES, 1977, p. 298).

Foram publicados 40 números da *Questões do dia* e ainda em 1871, a Typographia e Lithographia Imparcial, reuniu em volume os 20 primeiros números enfaixados no tomo I referentes aos meses de agosto até 10 de novembro daquele ano. O tomo II foi editado no ano seguinte com os 20 números restantes abarcando o período de 14 de novembro de 1871 a fevereiro de 1872. O primeiro número contém 72 páginas e compreende as 4 primeiras cartas de Castilho denominadas “Cartas políticas dirigidas pelo roceiro Cincinnato ao cidadão Fabrício”. Nestas primeiras missas fica claro o motor do empreendimento; as discussões ao redor de duas questões da ordem do dia: o exercício do poder pessoal de D. Pedro, atacado por Alencar e o projeto de emancipação do elemento servil. Alencar, na imprensa e na câmara dos deputados, batia contra seus adversários, denunciando e questionando o uso do poder pessoal do soberano, opondo ao projeto do ventre livre e apontando a presença e interferência de estrangeiros em questões nacionais, como da pena mercenária de Castilho, paga pelo governo para defender o Imperador, o projeto e as iras que desencadeou. Castilho, por sua vez, julgando que “o nobre disputante [...] decidiu esmagar-me”, abriu fogo contra Alencar junto a outros aliados reforçando uma visão negativa do adversário e positiva do grupo a que pertencia.

Já os 19 números da revista restantes, presentes no primeiro tomo, cada um dele, possui 16 páginas. Se os dois primeiros números são compostos de cinco cartas com reflexões políticas de Cincinnato a Fabrício, a partir do número 3 outras divisões de conteúdos

apareceram, figurando, em geral, 3 divisões; duas com artigos sobre temas políticos e questões do governo, como reforma judiciária, os discursos de Alencar, o partido conservador, a escravidão... e outra com mais uma carta “Do roceiro Cincinnato ao cidadão Fabrício”. A partir do número 5, a revista passa a conter, geralmente, uma seção denominada “Obras de Senio- O gaúcho” ou aquela em que figuram as cartas de “Cincinnato a Sempronio” ou de “Sempronio a um amigo”, todas versando sobre *O gaúcho*. Encontram-se ainda nas páginas de primeiro volume, artigos de Solon, de Juntus, sem assinatura e de alguns jornais, intercalados com epigramas, madrigais e poesias, como aquelas de Pit e Blackstone.

No que refere às relações com o mercado, a partir do número 3 a revista indicava os pontos de venda onde poderia ser adquirida pelo preço de 200 réis. Eram eles: -a casa do srs. E. & H. Laemmert – Praça da Constituição; - Loja do Canto – Rua de S. José, n. 110; Livraria Acadêmica e Cruz Coutinho, na mesma rua n. 75. A partir do n. 7 a Livraria Acadêmica situava na rua de S. José n. 119 e foram acrescentados os endereços do Largo do Paço n. 12 C e da Rua de Gonçalves Dias n. 79. A partir do n. 21 figuraram também: - Agostinho de Freitas Guimarães & Companhia, na Rua General Câmara, 26. Já, a partir do n. 27, de 20 de dezembro de 1871, o volume I, contendo os 20 primeiros números da revista, passou a ser anunciado por 3\$000.

Cenas dos debates políticos e literários

Com relação à proposta de abolição da escravidão, corrente na Câmara dos Deputados, Alencar posicionava-se contra. Em 14 de maio e 30 de setembro de 1870 esclarecia que era contra a escravidão e desejava “ardentemente ver desaparecer do País essa instituição”, mas não por meio de medidas diretas e legislativas. Diante da “pecha de escravocrata”, lembrava que foi “dos primeiros que se inscreveram na cruzada santa que trabalha por extinguir a escravatura, não na lei, mas nos costumes, que são a medula da sociedade”; que há 15 anos, as vezes que ali se levantavam com sofreguidão, emudeciam e “ele se esforçava, no campo que se abria então à sua atividade na literatura e na Imprensa, em banir essa instituição” (ALENCAR, 1977, p.186-7,196-7).

Em 10 e 13 de julho de 1871, considerou o projeto de Rio Branco como fruto de imposição estrangeira, da *Conférence Abolitionniste Internationale*, de Paris. No Partido Conservador, se pensava no “progresso contínuo, suave e natural da revolução íntima” que se operava e realizaria a emancipação pelo melhoramento dos costumes, pela civilização e regeneração moral, sendo em pouco extinta a escravidão pela Nação, independente do

Governo e da lei. No entanto, agora o Governo queria dela “fazer um troféu” para o general da idéia, pois era de cima, do alto que vinha o impulso. Chamava a atenção para a autonomia nacional frente à intervenção externa, opondo-se à “filantropia européia” e aos “cortejos à opinião estrangeira” (ALENCAR, 1977, p.203, 225-8).

Criticou o tipo de abolição que se propunha, por discordar de seu alcance e resultados. Era medida imperfeita que não se preocupava com o destino dos negros. Os “propagandistas, os emancipadores a todo o transe” queriam a abolição como ostentação; entendiam que libertar era “unicamente subtrair ao cativo”. Era preciso não apenas conceder a liberdade, mas querer “a redenção” das pessoas, não implementar saída mesquinha e superficial. Libertar requeria ato mais profundo, era “preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada”, para que, “no momento de conceder-lhe a liberdade”, se pudesse dizer: “Vós sois homens, sois cidadãos”. Só assim os remiria “não só do cativo, como da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade” em que estavam. Era “a redenção do corpo e da alma”, a “reabilitação da criatura racional”, a “liberdade como símbolo da civilização e não como facho de extermínio”:

Não basta para vós dizer à criatura, tolhida em sua inteligência, abatida na sua consciência: ‘Tu és livre; vai; percorre os campos como uma besta fera!’ [...] Queremos fazer homens livres, membros úteis da Sociedade, cidadãos inteligentes, e não hordas selvagens atiradas de repente no seio de um povo culto. [...] Entre estas duas causas não há quem hesite: a nossa é benéfica, a vossa é fatal; a nossa é santa e cristã, a vossa é cruel e iníqua. [...] Nós queremos a reabilitação daqueles que um erro do passado abateu; vós quereis a emancipação por uma simples vaidade; para vós a liberdade não é senão o combustível que ascenderá a luz de vossa glória, de reformadores e propagandistas. Vós sois [...] os heróis do extermínio... (ALENCAR, 1977, p.228-9).

Alencar era contra esse tipo específico de emancipação, que não produziria cidadãos pela falta de instrução e condições de inserirem-se na sociedade. A discussão é longa. Alencar historicizou o pensamento do Partido Conservador sobre a questão, apontou a mudança de perspectiva inclusa no relaxamento dos laços disciplinares da agremiação; lembrou que apresentara um projeto com “algumas medidas indiretas, de uma aplicação mais suave, e entretanto de resultados mais eficazes”, o qual passou despercebido por não consignar a idéia da libertação do ventre, que julgava funesta, “iníqua e bárbara”, pois concedia liberdade à prole, negando à geração atual e condenando os inocentes ao abandono, o que significaria

miséria e morte, transformando a família num antro de discórdia e híbrida; proposta que fora repelida pela Inglaterra, França e Estados Unidos. (ALENCAR, 1977, p. 229, 233-7, 240-1).

Não defendia “unicamente os interesses das classes proprietárias”, mas, “sobretudo essa raça infeliz que se quer sacrificar”. A causa da emancipação espontânea estava há muito vencida no coração do povo e, em menos de 20 anos, a escravidão estaria, por si, extinta. A discussão, encerrada na Câmara com a Lei do Ventre Livre sancionada em setembro de 1871, continuou noutros espaços, como nas cartas da polêmica Alencar e Nabuco, em 1875, quando este o chamou de “dramaturgo escravagista”, levando-o a repassar toda sua atuação no teatro e noutros meios como propagandista da emancipação espontânea. Alencar declarou: “Felizmente que meu pensamento sobre esse magno problema está arquivado em documentos públicos; obras dramáticas, discursos parlamentares; escritos políticos. A posteridade, se ocupar-se desta reforma julgará”. (ALENCAR, 1977, p. 242-3; COUTINHO, 1978, p.109, 120).

O projeto de Rio Branco foi defendido também na imprensa, conforme os interesses do Governo. No combate à essa proposta e às práticas a elas atreladas, Alencar na tribuna, atacou a subvenção e o suborno da imprensa, ou parte dela, pelo governo à custa do bem público, para difundir suas idéias. Sua finalidade era “para moralizar essa profissão” e o Governo, batendo contra “os processos empregados para o confisco das nossas liberdades” e “a imprensa clandestina do governo”. O Governo, com “os ataques de sua imprensa clandestina”, metralhava a Oposição e, por esse meio, anulava “essa força democrática”, “inoculando-lhe o vírus da imoralidade, a lepra da subversão”. Censurou o expediente do governo, que, “tomando a máscara e simulando um homem do povo”, buscava iludir o País, inventar uma opinião falsa, apócrifa, que não era inspirada pelas ideias, mas pelo salário. Considerava que o Governo maquinava, conspirava contra as liberdades públicas, desviava dinheiro público, por ser “imorais e corruptores” os “créditos clandestinos” como a subvenção da Imprensa, que era “ainda mais danosa”, pois criava uma opinião artificial e dava armas aos Ministérios sem apoio no País para combater a verdadeira opinião (ALENCAR, 1977, p. 624, 627-8).

Alencar denunciava a fabricação da opinião pública e seus efeitos nefastos para a sociedade. Apontava a estratégia de desmoralizar aqueles que eram oposição ao governo, que por esse meio que se mantinham no Poder gabinetes organizados por capricho, contra os verdadeiros interesses do País e contra as legítimas aspirações de seu Partido. A subvenção da Imprensa rebaixava a profissão do jornalista, quando o Governo chamava “em seu auxílio os mercenários da pena”, que “alugam a palavra e a bñlis”, forjando “instrumentos de difamação”

e insulto aos adversários que não animavam a combater na tribuna: “vão-se enxovalhando todos os caracteres, vão se demolindo todas as reputações, e o povo que assiste a este triste e degradante espetáculo ou descrê dos homens superiores que deviam dirigi-lo, ou perde a fé na Imprensa.” Assim, gerava a dúvida e desmoralizava a Imprensa, e nenhum Ministério tinha promovido em tão vasta escala essa desmoralização como o de Rio Branco (ALENCAR, 1977, p. 628-9).

Para Alencar, o ministério buscou eliminar sua atuação política ao suscitar “uma corte de escritores anônimos”, referindo-se aos colaboradores da *Questões do dia*, incumbidos não de refutar suas idéias, mas de atacar a sua pessoa, lançando-lhe injúrias e insultos. Outra questão que julgou mais grave e que o revoltava, afrontava a nacionalidade; o Governo tinha chamado “em seu auxílio uma pena estrangeira para coadjuvá-lo nos seus trabalhos parlamentares, para discutir os negócios políticos do País” e lançar contra seus adversários invectivas “bafejadas do alto.” Era intolerável que “um estrangeiro, faltando aos deveres de cortesia para o povo que lhe deu hospitalidade”, se arrogasse o direito de insulto e se empenhasse “em deprimir caracteres políticos desse País”, fazendo-se instrumento de vinganças ao tratar de membros do Parlamento. Alencar afirmava que era seu “costume combater [seus] adversários de frente”, nunca recorrendo “a penas mercenárias para atirar a [seus] antagonistas o estigma que não tivesse a coragem de lançar em rosto” (ALENCAR, 1977, p. p. 629-32, 640, 643).

As observações literárias nas páginas da *Questões do Dia*

Mas, afinal, quais foram as críticas que Franklin Távora e Castilho, o último chamado por Alencar na Câmara dos Deputados de “gralha imunda”, apresentavam a sua produção literária? Delas, daremos um rápido apanhado, pois numerosas e apareceram ao longo de quarenta números da revista semanal *Questões do Dia*, entre meados 1871 e fevereiro de 1872, entremeadas a uma série de “Cartas Políticas Dirigidas pelo Roceiro Cincinato ao Cidadão Fabrício” em colaboração com Távora (*Semprônio*). Nas primeiras sete cartas, Castilho, usando o pseudônimo de *Lúcio Quinto Cincinato*, voltou-se para as questões políticas, tachando de incoerentes as idéias de *Erasmão* (pseudônimo de Alencar) a respeito do Poder Moderador, que vinham a público após seu rompimento com o Imperador. Para ele, o escritor que naquelas *Cartas de Erasmão* ao imperador, ponderava “que não existe entre nós poder pessoal; que é uma falsa prevenção”, somente “descobriu o poder pessoal, depois que não foi escolhido senador!” As críticas de

Castilho foram incisivas ao defender o projeto de Rio Branco da oposição de Alencar. Já a partir da sétima carta, Távora, usando o pseudônimo de *Semprônio*, veio associar-se nessa tarefa, empenhando-se em desmontar a reputação literária do romancista, ao apontar erros gramaticais, inverossimilhanças, deslizes na concepção e composição de alguns romances, sobretudo *O gaúcho* (MAGALHÃES JR, 1977, p. 293 ; MENEZES, 1977, p. 298-9).

Castilho dedicou-se, além de esmiuçar as contradições do político, com especial atenção, aos problemas de linguagem nos escritos de Alencar, colocando-se na posição de fazer correções de neologismos e da “linguagem brasileira”, que considerava espúria, pois aferrado à gramática de forma estreita, ao latim e à erudição clássica. Empenhado em demonstrar, nos escritos do romancista, o mau emprego dos pronomes, arvorando-se em mestre do bom gosto e do estilo, documentava-os, ao passo que expunha algumas regras de colocação, desenvolvendo uma campanha para modificar esse uso. Ao discutir tais questões em torno da língua portuguesa, logo, remetendo-se às questões da nacionalidade, ele identificava no escritor brasileiro o perigo da perda de influência da cultura portuguesa no Brasil. (MENEZES, 1977, p. 301-2; MAGALHÃES JR, 1977, p. 294-5; RODRIGUES, 2001, p. 138).

Nessa polêmica, que envolveu Alencar, Távora e o português Castilho, não estava em discussão simplesmente a literatura, mas as visões sobre o Brasil. À medida que o romancista tornou-se referência nacional, as críticas e as tentativas de diminuir o seu poder sucederam-se, especialmente, quando ele ingressou na política e passou a ter duas frentes para apresentação de suas idéias e censuras sobre o que o desgostava no momento presente. Castilho era apontado como aquele que dava o ranço de além-mar às acusações, que havia redigido o parecer ao projeto e vivia produzindo relatórios para políticos ignorantes. Já a presença de Franklin Távora nessa peleja deu-se, ao que parece, por um caso pessoal, pois mandara a Alencar um manuscrito de romance, *Índios do Jaguaribe*, mas, como o parecer demorava e começou a correr o comentário de que o romancista havia dito que “esses índios precisam de ser descascados”, sentiu-se magoado filiando-se aos opositores; passando de admirador à atacante (RODRIGUES, 2001, p. 136-7; MENEZES, 1977, p. 299 ; MAGALHÃES JR, 1977, p. 295).

Nas *Cartas de Semprônio a Cincinato*, foram tratados dois romances de Alencar, em específico, que são *O Gaúcho* e *Iracema*, ao passo que se remetia, de modo mais geral, a outros. Na revista de n. 6 do dia 17 de setembro de 1871, saiu o artigo “Obras de Senio – O Gaúcho”, no qual Távora, sob a máscara de Semprônio expunha sua leitura sobre a literatura de Alencar. Pensando a “arena das letras” como marcada por lutas, a literatura como

sacerdócio e o literato como um sacerdote que serve a uma das diversas ordens de religionários, Sempronio apresentou-se como defensor das letras pátrias, possuindo um dever diante dos projetos literários executados:

Se deslizam do verdadeiro trilho, é dever imperioso argui-lhes as faltas, para que não suceda aos sectários inexperientes seguirem o mau exemplo, na persuasão de se estarem edificando. Há práticas, que sendo aparentemente sãs, não deixam de ser no fundo heterodoxas. (SEMPRONIO, 1871, p.5-6).

Considerando Alencar um sacerdote herético, oposto aos princípios ortodoxos, ponderou sobre os males que poderia causar no campo literário devido a autoridade que era e pela idolatria que recebia.

Não ponho em dúvida os créditos e a autoridade, de que Senio goza neste gênero de labor intelectual. [...] E justamente por estar côm-scio de sua autoridade e dos seus conceitos, é que estremeço pelas letras pátrias, que vejo ameaçadas de um transtorno inevitável, si fizerem escola as fátuas fantasias de uma pena filaiuciosa [...] Tanto mais me receio dos males que da aberração possam porvir, quanto é inegável a espécie de idolatria, que existe em certo circulo para com as obras oriundas da pena de Senio. (SEMPRONIO, 1871, p.6).

Questionando a existência na “república das letras” de “oráculos indiscutíveis, autoridades dogmáticas”, Sempronio, fez menção em refletir sobre *O Gaúcho*. Mas antes disso teceu considerações a respeito do romance nacionalista e sobre a figura de Walter Scott, na Europa, e a de Cooper, na América do Norte. Após afirmar que “o romance de nacionalidade ainda por ninguém foi melhor entendido e executado do que por Cooper”, ponderou: “Walter Scott, de quem a Europa tão legitimamente se vangloria, ainda assim a certos respeitos é menos recomendável do que o soberbo escritor norte-americano”, pois:

[...] antes de Walter Scott haver empreendido a construção do agigantado edificio da história da Escócia, já outros o haviam precedido neste mister, colhendo e recolhendo muitos costumes, muitas superstições nacionais, como observa um profundo crítico. Walter Scott não é no todo original. [...] outros tinha já explorado as virgens fontes, para onde Walter Scott não fez mais que acentuar com sua pena arrojada vastos caminhos, descobrindo com amplitude perspectivas belíssimas, apenas entrevistas e semi-ocultas. (SEMPRONIO, 1871, p.7).

Já no que referia a Cooper, sua avaliação o sobrepõem a Scott, destacando suas características, como sua capacidade de observação da terra americana:

Antes de Cooper porém, que observação literária havia já perlustrado as seculares solidões do Ohio, do Mississipi, do Illimois? Que pena rasgara a célula virgem e imensa de uma natureza acima de todos os vôos, de todas as preocupações das mais arrojadas fantasias, e fizera jorrar dali a veia caudal da poesia americana, para inundar mares e continentes? Quem já havia criado e dado um certo molde para exemplo? (SEMPRONIO, 1871, p.7).

Sempronio continuou a mostrar a originalidade e singularidades desse autor, sua modernidade, sua relação com a história americana e com a natureza.

Cooper não tem predecessor; veredas ainda não batidas se lhe apresentam de todos os lados. Uma inesgotável variedade de materiais; cenas que exigiam um teatro; painéis que demandavam um quadro; pontos de vista, que solicitavam um pintor; por toda a parte novidade, bizarria, maravilhas; um interesse todo moderno; um povo, apenas saído de suas faixas e já poderoso; uma história, cujas primeiras páginas brilham de civilização e falam de conquista; a singularidade de um heroísmo tranqüilo, piedoso e perseverante; os nomes de Washington, de Penn, de Franklin; para o fundo do quadro as florestas seculares; para atores, os apóstolos do Novo Mundo, entretendo-se com os filhos do wigwam e do calumel; os progressos da arte européia no meio dessas solidões sem dono; os combates de oprimidos e de opressores, uns reclamando, outros querendo abafar a liberdade e a tolerância; _ que digo? Talvez nova era social, fechada para o mundo, e prestes a emanar de Filadélfia! (SEMPRONIO, 1871, p.7-8).

Finalizando sua apreciação sobre Cooper chamou a atenção para a faculdade de observação e capacidade de transmitir com exatidão fotográfica aquilo que viu, ainda que possuísse defeito que não o diminuía:

O grande merecimento de Cooper consiste em ser verdadeiro; porque não teve a quem imitar senão à natureza; é um paisagista completo e fidelíssimo. [...] Não escreveria um livro sequer, talvez, fechado em seu gabinete. Vê primeiro, observa, apanha todos os matizes da natureza, estudo as sensações do eu e do não eu, o estremecimento da folhagem, o ruído das águas, o colorido do todo; e tudo transmite com uma exatidão daguerreotípica. (SEMPRONIO, 1871, p.8).

Tal procedimento tinha um sentido, uma lógica de raciocínio; era lançar a base de um processo comparativo entre Senio e Cooper, para censurar o autor brasileiro e apontar-lhe os defeitos e incorreções.

Cooper é americano, Senio também o é – eis aí um ponto de analogia, que os aproxima. [...] Ao passo porém que Cooper daguerreotipa a natureza, Senio, à força de querer passar por original, sacrifica a realidade ao sonho de sua caprichosa imaginação; despreza a fonte, onde muita gente tem bebido, mas que é inesgotável, e onde há muito licor intacto. Para Senio a verdade, dita por muitos, perde o encanto. Ele não há de escrever pelo ramerrão; fora rebaixar-se. É preciso dar cousa nova, e eis surge o monstro repugnante e desprezível. (SEMPRONIO, 1871, p.8).

Sempronio avaliou o entendimento de Alencar a respeito de poesia, ao tratar da poesia americana, de linguagem e de epopéia.

Senio não compreende a poesia americana, como em geral tem sido concebida por bons talentos que o hão precedido, e vem dar-nos o ideal da “poesia verdadeiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens” na sua efeminada Iracema, onde os guerreiros falam uma linguagem débil, esmorecida e flácida, que não podiam de modo algum usar em sua braveza.[...] Isto importa um característico: a pena de Senio não foi talhada para construir a epopéia; faltam-lhe asas para elevar-se nos assuntos heróicos, que demandam vôos excelsos do pensamento, fraseologia máscula, jogo de paixões veementes e arrebatadoras. A linguagem de Senio é dolente e languida. No dizer de um crítico português, sua pena pode ter bom sucesso “na poesia dengue e coquete, poesia arrebicada, doentia, rasteirinha, poesia de alcovas e salões, complacente, piegas, cousa de toilette, feminina... como o pó de arroz, os vinagres aromáticos, os espíritos de petites dmes e de petits crêvés, o Ilangylang, o bouquet Manilha, e o cosmético Miranda.” (SEMPRONIO, 1871, p.8-9).

Távora, que vinha dando destaque à observação na criação literária, a contrapôs à imaginação, a seu ver, fonte de inexatidões quando o principio a ser considerado seria a reprodução daquilo que foi visto.

Nesse prurido de querer passar por original “seus esforços de imaginação são vôos de uma inteligência, que quer criar, e que em sua impotência cria quimeras” na frase de um crítico, apreciando Brockden Brown. Exemplo: Diva, Pata da Gazela,

Gaúcho. [...] Além do mais, Senio tem a pretensão de conhecer a natureza, os costumes dos povos (todas essas variedades particularidades, que só bem apanhamos em contato com elas), sem dar um só passo fora do seu gabinete. Isso o faz cair em freqüentes inexactidões, quer se proponha a reproduzir, que a divagar na tela. (SEMPRONIO, 1871, p.9).

Pautando-se no critério da observação direta como fonte de criação e de renovação da economia literária iniciou sua avaliação de *O Gaúcho* indicando as possíveis falhas alencarianas.

Porque não foi ao Rio Grande do Sul, antes de haver escrito o seu Gaúcho? A literatura é uma religião, e tem direito de merecer tais sacrifícios de seus sinceros cultores. Não nos teria então talvez dado esses esboços de fisionomia fria, de cútis contraditória, concepções híbridas, a título de figuras esculturais e legendárias da campanha. Muita razão tinha Balzac: não fundava ação nenhuma em lugar que não conhecesse. [...] Convençamo-nos: a imaginação, até a mais viril e opíma, se esgota, cansa e desfalece. [...] A renovação faz-se pela observação. A natureza oferece cada dia um encanto novo, que a imaginação sadia recolhe para dar-lhe mil feições graciosas, ainda não conhecidas. O fluído propriamente original e imaginoso é apenas aplicado a dar o tom, o equilíbrio, o reflexo estético às criações reais. Com tão comedido emprego e uso, nunca poderá dar a bancarrota. (SEMPRONIO, 1871, p.9).

Em seu ataque ao lugar que a imaginação teria ocupado no processo produtivo alencariano, levando-o a afastar da realidade, a qual requeria ser observada, continuou:

A imaginação atrofiada nas cidades só pode procriar a mentira, a falsidade, quando quer estampar ações e figuras da vida florestal ou do deserto. Não é a leitura isolada, embora dos mais escolhidos modelos, que dará a expressão fiel da natureza. É preciso contemplá-la, receber impressões face a face com o desconhecido, experimentar verdadeiramente todas as sensações da inspiração, não fictícia, mas real. (SEMPRONIO, 1871, p.9).

Voltando ao modelo de literatura implementado pelos literatos norte-americanos como paradigma de romancista nacionalista, problematizou:

O que foi que contribuiu para ter cedo a América do Norte uma literatura original e grandiosa, graças ao trabalho de poucos obreiros? Foi o não fazerem outra coisa

senão copiam fiemente as grandes cenas, as magníficas perspectivas dessas regiões virgens, onde tudo oferecia um cunho de originalidade tão graciosa, que não só dispensava, porém mesmo excluía o uso da criação fantasiosa, por somenos aos majestosos painéis. (SEMPRONIO, 1871, p.9-10).

Para o crítico, Alencar padecia ainda da “monomania de querer passar por *criador* ou melhor por *dizedor de novidades*”, tendo “a pachorra de asseverar em sua Diva ao público, para quem se deve ter *a gravidade e a reverência devida a tão alto senhor*, que os termos *núbil, pubescência, olímpio, frondes, aflar* e outros (já de muito consignados nos dicionários da língua) são *inovações suas!* e demora-se em justificá-las”. Mas, no entanto, “todos estes vocábulos se acham em Moraes e Constancio, e especialmente em Fonseca...” *Semprônio* insurgiu também contra o uso de notas explicativas de algumas palavras pouco usadas e particularidades históricas, apontando ainda o expediente de aporuguesar vocábulos estrangeiros:

Sênio tem a mania das notas. Não há volume seu, dentre os últimos que assinalam a sua precoce decadência literária, que não seja acompanhado de alguns desses enxertos, que, em sua maioria, só servem para desabonar o autor. Na Pata da Gazela escreve tilbure, champanhe, porque entende que devemos imprimir certo cunho português nas palavras estrangeiras adotadas pelo uso. Não te parece uma extravagância? (SEMPRONIO, 1871, p.10-1).

Tratando do *Gaúcho*, indicou que alguns vocábulos que Senio usou, “com certos ares de novidade”, poderiam ser encontrados em alguns dicionários e outros, que o romancista dizia figurar em certos dicionários, não podiam ser encontrados. Portanto, pondera:

Notável singularidade! Parece que Senio faz timbre de lançar a confusão nos escritos. Quando ele diz que inventou tal verbo, encontra-se o verbo nos dicionários mais vulgares; quando diz que em tal dicionário vem tal termo, justamente este termo deixa de vir no dicionário referido. [...] Não é uma mania de querer a todo o transe passar por filólogo? (SEMPRONIO, 1871, p.11).

Finalizando sua leitura teceu comentários acerca de termos usados em *O Gaúcho* como *far-west* e *pampa* questionando o sentido que Alencar atribuiu a estes. No que refere a *pampa* ele afirma que Senio disse que “é uma palavra originária da língua *quíchua*, que significa simplesmente o plaino”. Mas, aqui a questão é: “Porque não declarou de onde houve

esta notícia sobre a língua quíchuá, tão pouco conhecida entre nós, e que não se aprende nas academias?”. Para indicar a fonte que Alencar recorreu e ocultou, mencionou o *Guarany*, de G. Aimard e apontou a página onde o romancista a bebeu. Sempronio continuou sua análise minuciosa de *O Gaúcho*, na *Questões do dia*, n. 7.

Da pena de Távora surgiram considerações como:

Os graves encargos de conselheiro de Estado, de político, de advogado, de parlamentar, de opositorista, e de muitas coisas mais, não permitem aos talentos literários produzir senão abortos, se querem dar crianças em menos de nove meses. [...] Quando Sênio era simples advogado, e não queria campar de filólogo abalizado, político profundo, nem concebera ainda a vaidade de passar espicha nos clássicos e de arvorar-se em mestre de escola, tudo ia bem.[...] Chegando-lhe o tempo para aplicar-se às letras amenas, compor seus trabalhos com vagar, corrigi-los, à luz do gosto e do bom senso, até onde este lhe chegava também. A prova temo-la nós no Guarani, na Viuvinha, e no Demônio Familiar. O tempora. [...] Hoje, porém, como tudo está mudado! Os elogios imoderados apodrecem cedo o talento útil, fazendo-o infunarse de presunção de ser gênio. Prejuízo para a literatura natal! Porque em vez de recolher mais duas ou três produções dos quilates da Viuvinha ou do Guarani, temos uma bagagem de volumes que não valem o arroubo dos - Cinco Minutos. [...] Mas nada de desacoroçoar. É ainda ocasião de recuperar o tempo gasto em pura perda, e reparar o mal que tem feito ao seu nome e às letras brasileiras. (SEMPRONIO, 1871, p.11-12).

Essa carta deixa claro o quanto Alencar incomodava seus opositores, ao abarcar tantas frentes de ação e pela forma como produzia suas intervenções nessas arenas, garantindo-lhe reconhecimento e respeitabilidade, os quais os ataques buscavam minar. Tais considerações dão amostra de como apresentava-se a campanha desenvolvida na *Questões do Dia* para atacar o romancista e desqualificar sua atuação política e literária. Ao ser aprovada a lei do ventre livre no Senado, essa campanha cessou, faltava-lhe objetivo. (MENEZES, 1977, p. 301-2; MAGALHÃES JR, 1977, p. 299).

Porém, antes que isso ocorresse, outros ataques ocorrerem, como a *Til*, novo romance publicado nos folhetins de *A República*, que intentava aproximar-se do parlamentar dissidente do Partido Conservador. Os redatores agradeceram ao escritor e enaltecera sua obra, destacando sua contribuição para a grandeza nação, usando a imagem de ourivesaria ao se referir a sua literatura. Não demorou para que *Cincinnato* (Castilho) em carta a *Sempronio*, se manifestasse com ironia. Chamou o artigo de “fausta notícia” veiculada em folha “de

aspirações adiantadíssimas”, a qual publicava “uma nova brilhatura romântica do Sr. José de Alencar”, dizendo à Távora que se podia “imaginar com que ansiedade” era esperado “o novo parto da fecunda musa, para glória nacional, orgulho e desvanecimento da pátria”. Quando o texto saiu apreciou:

É isto um acervo de erros e defeitos [...] O enredo é chato. O diálogo desnatural, impróprio, forçado. As imagens são uma incrível profusão de disparates. A gramática mais elementar geme a cada linha. Os caracteres dos personagens são todos repelentes, mal trajados e pior traçados. Aqui os velhos são crianças, e as crianças são velhos. Descobre-se a cada instante o inaudito tatear da imaginação para gemer sem produzir senão monstros, como seio exausto que, ao ser sorvido, só deita sangue. A linguagem compõe-se de uns arcaísmos inabilmente extraídos de elucidários, e de galicismos de palmatória, tudo caldeado com uns neologismos que se não se comparam com coisa alguma senão com a escola senial, na qual não há senão um mestre e um discípulo... que é ele mesmo. (CINCINNATO, 1871, t. II, p. 8, 146).

Já no início de 1872, terminada a publicação de *Til* em folhetim, a casa Garnier lançou o romance em volumes. O diário *A República* veiculou apreciações elogiosas à obra de Alencar, enaltecendo *O Guarani*, *Iracema*, *O Gaúcho* e *Minas de Prata*, afirmando preferir os dois primeiros e tratando de *Til*: “digno companheiros de outros livros do mesmo autor, tão justamente aplaudido pela crítica imparcial”(MAGALHÃES JR, 1977, p. 310).

Em decorrência da campanha de desqualificação que vinha sofrendo, tão logo *Sonhos D’Ouro* foi lançado, em agosto de 1872, o folhetim de *A Nação*, de 9 de setembro, elogiou o romance. Certamente, Alencar estranhou, pois esse veículo conservador, embora dirigido por João Juvêncio Ferreira de Aguiar, recebia orientações diretas do Pe. Pinto de Campos, aliado de Rio Branco. O artigo do cronista da folha, sob o pseudônimo de Argesilau, saudava-o:

Sênio, o romancista inspirado, que sob tal pseudônimo oculta uma das nossas brilhantes glórias literárias, acaba de mimosear a letras pátrias com mais um livro, que é um primor, e que tem por título _ Sonhos de Ouro. [...] Cingindo a tríplice coroa de dramaturgo, poeta e romancista, Sênio não descansa.[...] Se os interesses da política chamam-no a colher louros na tribuna parlamentar ou nos conselhos da Coroa, sua alma de poeta sente nostalgia nestas regiões inóspitas, e ei-lo que volta ao campo viçoso das letras, onde sua imaginação torna-se cada vez mais vigorosa. [...] Seu estilo faz-nos recordar aquele de Méry de saudosa memória, orgulho da França, que lhe deu o ser. [...] Primoroso e fluente, ora singelo e perfumado, [...]

ora faceto e travesso [...] deleita o leitor, que não sabe o que mais há de admirar, se o pensamento da obra, se as louçanias da frase. [...] O último trabalho de Senio veio confirmar a reputação merecida que goza o literato.[...] Não cabe nos estreitos limites de que dispomos a análise do romance. [...] É nosso fim apenas saudar o escritor e felicitar a nossa literatura. [...] Aos incessantes esforços do Sr. Garnier deve ele esses outros serviços que o recomendam à gratidão nacional. (MAGAHÃES JR, , p. 311).

Mas, se nesse jornal, que, de costume, atacava o escritor, saiu tais apreciações, o deputado Pe. Campos, no dia seguinte escreveu a Rio Branco, queixando-se dessa “pronunciada tendência para a dissolução”. Ao fazê-lo explicitava aquelas práticas de subvenção à imprensa, que determinavam a relação entre informação e poder estatal, que as quais Alencar denunciara na Câmara. Aludindo-se ao pedido de Rio Branco para que ele, Campos, “alcançasse do Conselheiro Castilho algum subsídio para o nosso jornal”, dizia que “tinha toda a esperança” de consegui-lo, apesar do desgaste da situação. Porém, avaliava que, essa esperança “desvaneceu-se hoje, com a leitura do folhetim” que fazia “a mais complexa apologia às *miçangas romanescas* de José de Alencar”. Isto era “tremenda bofetada na face do referido Castilho, que no ano passado, quando éramos cobertos de sarcasmos ridículos de José d’Alencar, saía a campo para esmagá-lo sob o mesmo aspecto por que é hoje levado às nuvens por um jornal conservador”. Afirmava que eles não se convenceram de que a dissidência, de que Alencar “foi arauto insolente”, fez “grande mal” e continuaria fazendo, se não abrissem o olho; que começava “a saltar fora do caminho”, não prestando mais ao Ministério sua defesa n’*A Nação*, essa “trombeta laudativa do herói da dissidência.”(MENEZES, 1977, p. 309-10).

Devido a essa carta, Rio Branco escreveu ao Ministro do Império, anexando a missiva de Campos, solicitando providências. Julgou que ele tinha “razão no que diz do tal folhetim” e que era “uma verdadeira desgraça” que o Aguiar não tomasse a sério sua posição de jornalista, cabendo o dever de chamá-lo “à razão”. Acreditava que os faria “perder tudo, quanto à imprensa”. Nesse ano, 1872, Alencar encerrava sua legislatura e a findava como dissidente, como opositor declarado ao governo imperial, caminhando, cada vez mais, para as propostas liberais, como a descentralização, o poder da minoria e dos municípios. Afirmou, em 1873: “Não sou liberal de nome, é verdade, mas na doutrina; prezo-me de ser de um liberalismo muito adiantado.”(MAGALHÃES JR, 1977, p. 312.; ALENCAR, 1977, p. 383).

Nesse contexto, preocupado em saber se seu nome chegaria à posteridade, buscou, ele mesmo, erigir novo monumento que o representasse e perpetuasse sua imagem, impondo ao futuro uma representação de si próprio, ao lado de sua produção literária, e, assim,

escreveu nesse ano “Como e porque sou romancista”. Como se agravou seu estado de saúde e os médicos lhe recomendaram a mudança de clima, pediu licença para deixar temporariamente os trabalhos na Câmara durante o inverno, embarcou com a família para o Ceará e só voltou ao parlamento no ano seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. O Gaúcho. In: ALENCAR, J. de. *Ficção completa e outros escritos*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. v. 3.

_____. Como e Porque Sou Romancista. In: ALENCAR, J. de. *Ficção completa e outros escritos*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. v.1.

ALENCAR, J. de. *Discursos Parlamentares de José de Alencar*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

CINCINNATO, Lucio Quinto (CASTILHO, José Feliciano de) (coord). *Questões do dia: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lucio Quinto Cincinnato*. Rio de Janeiro: Typographia e litographia Imparcial, 1871. t. I e II.

CINCINNATO, L. Quinto. Carta 5ª de Cincinnato a Sempronio. In: CINCINNATO. L. Q. (coord.) *Questões do dia: observações políticas e literárias...* Rio de Janeiro: Typographia e litographia Imparcial, 1871. t. II. p. 7-16.

CINCINNATO, L. Q. Sétima carta de Cincinnato a Sempronio. In: CINCINNATO. L. Q. (coord.) *Questões do dia: observações políticas e literárias...* Rio de Janeiro: Typographia e litographia Imparcial, 1871. t. II. p. 106-111.

COUTINHO, Afrânio (org.) *A Polêmica Alencar/Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed.UnB, 1978.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. 2 ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar*. São Paulo: Globo, 2006.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SEMPRONIO. (TÁVORA, Franklin). Obras de Senio – O Gaúcho. In: CINCINNATO, L. Q. (coord). *Questões do dia: observações políticas e literárias...* Rio de Janeiro: Typographia e litographia Imparcial, 1871. t. I.

CULTURA POLÍTICA, POÉTICAS DA RELAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A CULTURA HIP-HOP NO BRASIL

Allysson Fernandes GARCIA¹

allysson.garcia@gmail.com

RESUMO: Apresento um estudo sobre o desenvolvimento de uma cultura política desencadeada pela cultura hip-hop a partir dos anos 1990 no Brasil, através da criação de associações e organizações com a finalidade de aglutinar e fortalecer a produção artística e militante de parte da juventude negra. Entendendo a música como um elemento aglutinador e disseminador de idéias, apresento a produção de uma contracultura que produz o inesperado, mantendo em movimento as poéticas da relação.

PALAVRAS-CHAVE: cultura hip-hop; cultura política; poéticas da relação.

ABSTRACT: I present a study on the development of a culture policy triggered by hip-hop culture from the year 1990 in Brazil through the creation of associations and organizations in order to unite and strengthen the artistic production and part of the militant black youth. Understanding music as a unifying element and a disseminator of ideas, I present the production of a counter which produces the unexpected, keeping in motion the poetics of relation.

KEYWORDS: hip-hop culture; political culture; poetics of relation.

A cultura hip-hop foi a definição dada na década de 1970 por Afrika Bambaata, DJ barbadiano radicado em Nova Iorque ao conjunto de práticas culturais realizadas pela juventude negra e imigrante que vivia no bairro do Bronx. Bambaataa foi o criador da *The Universal Zulu Nation*, organização que é considerada a primeira *Posse*² do *Hip-Hop*. A pretensão com a *Posse* era transformar as gangues violentas do Bronx em *crews* (grupos de dança). Para tal, Bambaataa baseava-se em princípios como “conhecimento, sabedoria, entendimento, liberdade, justiça, igualdade, paz, união, amor e respeito”.

A *cultura hip-hop* produziu e produz mais do que um “contradiscurso”, uma vez que vem traçando “novas fronteiras socioculturais (e espaciais)” oscilantes entre a integração e a exclusão. Podendo ser definida como uma “contracultura”, que contribui para a instituição de

¹ Professor de História na Universidade Estadual de Goiás e no Colégio de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação da UFG; Doutorando em História Cultural pela UNB.

² “As posses constituem espaços (...) em que as discussões políticas de interesse do Hip Hop ocorrem. (...) nelas que se encontram os ‘intelectuais’, os pensadores dessa expressão sócio-cultural.” FÉLIX, 2005, p. 77.

“novos modos de amizade, felicidade e solidariedade” realizados com “a superação da opressão racial” sobre a qual se assentou a modernidade e “sua antinomia do progresso racional, ocidental, como barbaridade excessiva” (GILROY, 2001, pp. 96-97).

A combinação desses processos desencadeados pelo *rap* e o *Hip-Hop* contribuem no estabelecimento e ampliação da esfera pública negra, de início parcialmente oculta e inteiramente específica às margens dos processos de reprodução da sociedade civil e dos projetos de nação. As posses, assim como as associações compostas por *rappers*, *B. boys*, grafiteiros, produtores e também simpatizantes da *cultura hip-hop*, reproduziram – em várias partes do mundo – uma contracultura baseada na produção musical (HERSCHMANN, 2000; FÉLIX, 2005).

É preciso perceber duas posições quanto às relações entre cultura e política no seio do *Hip-Hop*: uma que entende a cultura como “uma simples correia de transmissão dos poderes em jogo na sociedade”; e outra que vê a cultura como autônoma “o suficiente para participar das articulações das relações de poder” (FÉLIX, 2005, p. 178-179).

Para os seus integrantes o *Hip-Hop* é tido inicialmente como uma cultura e depois como atividade política. Conforme Dj Fox³, um dos fundadores da UMH²O-GO, a cultura está entrelaçada na política e o ativismo surge e se propaga pela arte produzida:

Porque nós utilizamos da cultura para poder fazer um movimento, entendeu? É uma coisa dupla mesmo, não tem como a pessoa falar é só isso ou só aquilo. Tem uma pá de moleque aí que começam pela cultura, pelo ato artístico, pelo ato de querer cantar, de querer se expressar. (...) Na verdade, o cara é um militante artístico, um movimento cultural, né? O movimento move aquilo que milita, aquilo que você faz realmente transforma. Cultural é nossa cultura, né, Mano? É o som é o artístico mesmo. Sabe? Então não tem como (...) ele é um militante cultural.

As associações dos integrantes da *cultura hip-hop*, que em geral são chamadas de “Posses”, reuniram os *hip-hoppers* para realizar “ações sociais” em suas comunidades (ROCHA, 2001, p. 145). Em boa parte, essas formas associativas estiveram voltadas para o lazer, para as artes, constituindo espaços onde as discussões e reflexões políticas e ideológicas puderam ocorrer, firmando a existência plena e crítica da *cultura hip-hop*. Não haveria necessidade de um espaço físico, uma sede, mas sim do “compromisso de divulgar os ideais do *Hip-Hop* que, segundo Afrika Bambaataa são: sabedoria, cultura e aceitação” (FÉLIX, 2005, p. 77).

³ Entrevista realizada em outubro de 2004.

A União do Movimento Hip-Hop de Goiás foi criada entre 1996 e 1999, saiu de uma tentativa frustrada de formar uma cooperativa para gravar e lançar músicas de quinze grupos, chamada “União faz o disco”. Inicialmente, fora uma resposta ante a dificuldade para se apresentar no principal espaço destinado ao break e *rap* de Goiânia, que era a “Rap Mania”.

A “Rap Mania” onde se realizavam os bailes de *rap* aos domingos, foi organizada e mantida pela AMH²-GO (Associação do Movimento Hip-Hop de Goiás), criada em 1996, seu primeiro presidente era o Sr. Eduardo, dono da casa de dança *Cantoria* localizada ao lado do bosque do Botafogo, próximo ao Parque Mutirama. Os bailes eram realizados com grupos de Goiânia e cidades vizinhas, principalmente Brasília, além de um show internacional com o grupo californiano “True Colors”.

A UMH²O-GO teve como primeiro presidente DJ Fox e hoje esta organizada por meio de um colegiado, não tendo presidente, mas sim diretores, conforme estatuto. Além de eventos como o “Hip-Hop solidário: *Rap contra a fome*”, manteve ao longo de sua existência uma produção áudio-visual em forma de cooperativa entre diversos grupos da grande Goiânia.

Em seu Estatuto Social a UMH²O-GO apresenta como objetivos gerais, questões de relevância para a sociedade como um todo, tendo como veículo propulsor da transformação e manutenção cultural a *cultura hip-hop*:

*a) Promover estudos, pesquisa, educação, ensino, reflexão, difusão e produção cultural do movimento Hip-Hop; b) promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; c) difundir e promover eventos e manter intercâmbio técnico, científico, filosófico e político com entidades congêneres; e) promover o desenvolvimento econômico e social, combatendo toda e qualquer forma de discriminação; f) promover a ética da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia como valores universais na construção de um novo modelo de desenvolvimento.*⁴

Afirmam em seu estatuto que o papel da entidade não é apenas o de manter e promover a *cultura hip-hop*, mas de contribuir para a inserção de seus integrantes nas discussões e projetos que tenham como foco o desenvolvimento da dignidade. A União tem, portanto, como finalidade a “luta por reconhecimento” dos jovens negros e pobres, através dela procuraram demonstrar a capacidade de produzir cultura, idéias, e sobre tudo, reivindicar protagonismo nas formulações de políticas públicas que visem os jovens, as populações pobres e os afro-descendentes.

⁴ Estatuto Social da Entidade.

A AMH²O-GO não existe mais pois se fundiu à ONG CENEG, criada em Uberaba como “Centro de Formação Profissional e Cultural da Raça Negra”. O CENEG foi transformado em um projeto nacional em 2002 passando a ser chamado “Centro Nacional de Cidadania Negra”.

Segundo o presidente da entidade em 2002, Odo Adão, ela teria como objetivo “defender os direitos da população que sofre preconceitos, principalmente da raça negra e seus descendentes”, além de “oferecer cursos de qualificação para essas pessoas, através de oficinas de informática, esportes, artes, línguas e cursinho pré-vestibular” (MAGALHÃES, 2002). Em Goiás, o foco esteve baseado principalmente nas oficinas de informática e artes.

A partir de 2004 o presidente do CENEG-GO passa a ser Mr. Black, do grupo Sociedade Black, remanescente da AMH²O-GO. A principal frente de atuação passou a ser a inserção cidadã da juventude negra através do *Hip-Hop*, com ampla busca de apoio institucional junto a deputados e o executivo estadual.

Em 20 de setembro de 2005, foi sancionada pelo Governador de Goiás a Lei 15.380⁵, que declarou o CENEG-GO como uma entidade de utilidade pública, fato que pode gerar maiores possibilidades para captação de recursos junto aos órgãos fomentadores de cultura do estado⁶. Dentro de uma estrutura social e cultural hierarquizada, as relações com o poder público acabam por estabelecer ambigüidades ante os caminhos propostos pela *cultura hip-hop* e a própria sobrevivência dos artistas⁷.

A idéia de um Movimento *Hip-Hop* Organizado (MH²O) foi lançada em 1989 por Milton Salles – empresário do grupo Racionais MC’s à época –, cuja intenção era “de ser composto por toda e qualquer pessoa que praticasse pelo menos um dos elementos fundamentais do *Hip-Hop*, bem como por todas as posses existentes na cidade da São Paulo”. Portanto, nunca passou de uma “palavra de ordem” que todos utilizavam, mas ninguém praticava (FÉLIX, 2005, p. 85-86). Salles afirma que a motivação para criar o MH²O:

(...) foi a possibilidade de fazer uma revolução cultural no país. A idéia principal foi fazer do MH²O um movimento político através da música (...) A música é uma arma,

⁵ Divulgada via correio eletrônico pelo CENEG-GO, publicada no Diário Oficial em 26 de setembro de 2006.

⁶ As leis de incentivo públicas distribuem os recursos por mérito dos projetos, nas seleções a contrapartida social é um dos fatores mais relevantes na seleção dos projetos, sendo a CENEG-GO considerada uma entidade de utilidade pública seus projetos teriam de saída o mérito do título.

⁷ Um projeto realizado pela Secretária de Segurança Pública durante a gestão do secretário Demóstenes Torres, com a parceria da AMH²O-GO, chamado “Segunda Milha”, percorreu o estado de Goiás realizando atividades voltadas ao combate às drogas, através de apresentações e palestras dos *rappers*, *B. boys* e grafiteiros. A consequência indireta do projeto foi a eleição do secretário para o Senado pelo PFL, hoje DEM, como parlamentar ele têm se destacado como um dos defensores da redução da maioria penal, entre outros projetos visando coibir a violência no país através do endurecimento das leis.

está em todos os lugares. Se ela tem esse poder de mover esse sistema, ela tem também o poder de elucidar. Eu trouxe essa proposta política para o rap. (Apud, ROCHA; DOMENICH; CASSEANO, 2001, p. 52)

O Movimento Hip-Hop Organizado não seria uma entidade política no sentido partidário, mas sim uma organização facilitadora para a criação de “cooperativas de produção para shows e CDs”, um espaço organizado “para lutar por verbas para as oficinas de *hip hop* e profissionalizar a nova geração de artistas do *break*, *graffiti* e *rap*”, segundo Milton Salles seria “um movimento cultural”⁸. Esta entidade contribuiu no reforço da “dádiva como moeda de interação social” (TAVARES, 2004).

Longe de São Paulo, a idéia da organização do *Hip-Hop* se desenvolveu com grande força no nordeste. Em novembro de 1990, foi criado o Movimento Hip-Hop Organizado do Ceará (MH²O-CE), cuja característica principal foi à relação entre o “Movimento Estudantil” e a “Sabedoria das Ruas”, estabelecendo uma “associação orgânica, de modelo centralizado e centralizador”, com ações “politizadas e fundamentando suas propostas e práticas dentro do campo ideológico das chamadas esquerdas”. Esta associação era fundamentada em concepções marxistas e atuava na concepção da luta de classes. A ligação tanto com o socialismo como com o anarquismo foi uma especificidade da construção da entidade do *Hip-Hop* no Ceará (DAMASCENO, 1998, pp. 115-155).

A Organização acabou por se estender ao Piauí, onde é realizado em março de 1995 o 1º Encontro Pró-MH²O Brasil, em Teresina, com a participação das entidades MH²O-CE, Questão Ideológica (PI) e Quilombo Urbano (MA). Neste encontro, além da ampliação para todo Brasil, foi discutido e afirmado o caráter militante do movimento, a serviço da luta de classes (DAMASCENO, 1998, p. 206). O segundo encontro foi realizado em São Luís do Maranhão, no mesmo ano quando foi lançado um documento intitulado “Teses do Movimento *Hip-Hop* Organizado do Ceará para o Segundo Encontro Interestadual Pró-Unificação Nacional”, onde se afirmou o caráter de luta de classe do movimento:

“- Por um movimento revolucionário e socialista! – Pelo rompimento com o mercado fonográfico Burguês! – Pela construção de um mercado alternativo de subsistência! – Rumo ao Movimento Contracultura! – Pelo MH²O Brasil orientado pela Luta de Classe (Pobres vs. Ricos) – Fora Roseane (MA), ‘Mãe Santa’ (PI), Tasso (CE) e FHC! – Por atos, passeatas, manifestações de movimento Hip-Hop de

⁸ Revista Caros Amigos Especial. *Hip Hop Hoje*. Nº 24, São Paulo: Editora Casa Amarela, junho de 2005.

todo país contra as reformas neoliberais de FHC! – Pela consciência de raça e classe!” (Idem, pp. 208-209)

Outras organizações acabaram sendo criadas posteriormente a partir dessas discussões iniciais. Um grande fomentador dessa idéia de movimento e organização foi o maranhense Pretto Ghóez⁹, *mc* o grupo Clã Nordestino, ele viajou o país levando a idéia de institucionalização de uma organização nacional de *Hip-Hop* através do Movimento Hip-Hop Organizado Brasileiro (MHOB), que foi um desdobramento das discussões ocorridas entre os integrantes do *Hip Hop* do norte e nordeste.

O caminho da organização da *cultura hip-hop* enquanto um movimento sócio-cultural contribui na perspectiva de uma regionalização e incorporação de outros elementos à musicalidade e às expressões artísticas. A valorização de suas bases culturais, a reconstrução de tradições, a afirmação e o orgulho da diferença que não se sobrepõe sobre o outro enriquecem a diversidade do *Hip-Hop* no Brasil.

A cultura despojada de estatutos conservadores e percebida enquanto processo e diálogo, vir a ser, são posições importantes, que são colocadas em questão à esfera pública pela *cultura hip-hop*. O coletivo *Blackitude*, em Salvador e o Movimento Hip-Hop da Floresta, da região Norte, exemplificam o que poderíamos chamar de multivocalidade¹⁰ da *cultura hip-hop* brasileira.

O *Blackitude* é um coletivo vinculado ao *Hip-Hop* através da “estética das linguagens artísticas dos quatro elementos” e da “inserção nas lutas sociais”, tendo incorporado, ainda, a linha estética e política do movimento *Black-Bahia*, desencadeado na década de 1970 pelos blocos afro-baianos. Conforme seu fundador, Nelson Maca, o *Blackitude* concebe “a arte como uma forma de luta contra a discriminação e contra o racismo”, uma arte que abala os paradigmas artísticos das “belas artes” e sua busca por singularidade:

O fato de um jovem de 18 anos tocar ou samplear James Brown, Bezerra da Silva, Felá Kuti, Jovelina Pérola Negra, Jorge Benjor, Clementina de Jesus, Tim Maia ou Originais do Samba revela, em parte, a orientação modelar promovida pelo Hip-Hop. Essa procura de raízes é diferente da “arqueologia” conservadora, pois, embora legitime a consciência de tradição, não busca purismo ou originalidade, mas inspiração que se materializa pela apropriação. O sampler dilui as barreiras entre o que a cultura da elite insiste em referenciar como original ou rejeitar enquanto cópia. (MACA, 2005, pp. 8-9)

⁹ Morto em um acidente de carro em 2004.

¹⁰ Ou seja, as vozes da diversidade e da multiplicidade não cristalizando um discurso unívoco.

O Movimento Hip-Hop da Floresta (MHF) criado em 2004, inclui componentes dos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Acre e Amapá. A proposta do MHF “é fazer um resgate da cultura dessa região tão estratégica e importante não apenas para o Brasil, mas para o mundo”¹¹. Esta organização estabeleceu como prioridade defender e fazer o resgate da cultura e dos povos tradicionais da Amazônia, os ribeirinhos, indígenas e seringueiros¹². E a relação com o poder público é a tônica do processo, conforme expõe um de seus coordenadores, Edjales Fama, de Porto Velho:

*“Eu defendo que o movimento deve ser autônomo. Ser autônomo não significa que não temos que dialogar com o poder público, muito pelo contrário, o poder público é um poder do povo, portanto, devemos estar abertos ao diálogo. Isso também não quer dizer que estaremos cometendo um atrelismo porque isso tira a autonomia completa do movimento. Eu defendo que devemos ter um diálogo, mas mantendo a autonomia, seja para dialogar, criticar ou reivindicar.”*¹³

As possibilidades de aparelhamento partidário das organizações acabaram gerando conflitos dentro delas. Em Goiás, a criação da União Bate Cabeça do Cerrado (UBC²), como dissidência da UMH²O-GO partiu de divergências políticas entre seus componentes, apesar de que tanto os que ficaram como os que romperam tinham à época ligações com o Partido dos Trabalhadores.

A UMH²O-GO fez parte da Assessoria Especial da Juventude entre 2001 e 2003, na gestão do prefeito petista Pedro Wilson. Ao comentar sobre esse período, Dj Fox afirma que o espaço do *Hip-Hop* na assessoria dava representatividade aos jovens que estariam fora da escola, e que eles representavam o inverso do Movimento Estudantil.

Foram realizados eventos, oficinas de grafite, *dj*, rimas, e principalmente a criação de um informativo produzido pelos componentes da União. Este processo possibilitou a formação de redes em âmbito nacional. Em janeiro de 2002, alguns representantes da UMH²O-GO participaram de um encontro de *Hip-Hop* dentro do Fórum Social Mundial, com participantes de várias regiões do país. Nesta ocasião decidiram que Goiás sediaria o Iº Encontro Nacional do Movimento Hip-Hop, ocorrido entre 28 e 29 de setembro de 2002 em Goiânia. O encontro reuniu grupos do interior de São Paulo, Brasília, Maranhão, Minas Gerais e Goiás. Ocorreram debates quanto à produção artística e ao ativismo político, mas

¹¹ PENHA, Juliana. IV Festival Hip-Hop da Floresta: o resgate de nossas raízes, a luta pelo meio ambiente e por um Hip-Hop consciente em Rondônia. *RAP Brasil*, Nº 33, 2006, pp. 36-37.

¹² Idem.

¹³ Idem.

basicamente foi salientada a necessidade de unificação do *Hip-Hop* nacional. No entanto, não foi institucionalizada ou criada uma organização consensual¹⁴.

Atualmente, uma das organizações da *cultura hip-hop* que possui a maior visibilidade no Brasil são os projetos da CUFA, Central Única das Favelas e o prêmio Hutuz¹⁵, organizados por Celso de Athaíde, tendo os irmãos *rappers* MV Bill e Negra Gizza e o cearense Preto Zezé, como parceiros na linha de frente do que se configurou como uma organização paradigmática na difusão da *cultura hip-hop*. O seu papel tem sido, sobretudo, criar uma geração de empreendedores nas comunidades carentes, não apenas através dos elementos do *Hip-Hop*, mas também com oficinas de vídeo, teatro, design gráfico, entre outras realizadas com a ajuda de voluntários, como o cineasta Cacá Diegues e o antropólogo Julio César Tavares¹⁶.

Outra iniciativa importante criada por Athaíde e MV Bill foi o PPPomar, o Partido Popular Poder para a Maioria. Este partido é fruto da crença de que nenhum outro partido poderia representar o interesse da população pobre, dos integrantes da *cultura hip-hop* e dos afro-descendentes. O PPPomar seria um partido só para negros, pois conforme Celso Athayde, “quem conhece o preconceito é o negro, e não um branco que ficou a vida inteira no poder”¹⁷. O partido teria como principal interesse criar leis para a organização dos negros e contribuir para a massificação do *Hip-Hop*, única expressão, que segundo Athayde, teria compromisso com as favelas. No entanto, o partido não foi homologado e ainda não concorreu a nenhum pleito.

O depoimento de Preto Ghóez durante o Seminário “O que é ser jovem no Brasil?” na Câmara Federal demonstra os anseios de participar dos processos decisórios:

(...) nós queremos ser os protagonistas desse processo, estamos cansados de ser o melhor ator coadjuvante. Estamos cansados dessa "fita", entenderam? Queremos reconstruir a nossa favela, a nossa "quebrada". Somos do hip hop, mas queremos ter mais escritores, cantar ópera, tocar piano, escrever livro, tocar violino. (...) Ajudamos a organizar o disco de hip hop por um Brasil decente, e o Lula disse que o Governo do Fernando Collor foi o governo da música sertaneja; o do FHC, o da música rebolante, e que o dele seria o do hip hop. Nós estamos esperando este

¹⁴ Essas informações foram acessadas pela minha participação no encontro, além de diversas visitas à acessória da juventude e acesso ao Informativo: *Voz da quebrada*.

¹⁵ Premiação para os destaques anuais da *cultura hip-hop* no Brasil desde 2001.

¹⁶ Cf. por exemplo *Rap Brasil*. Ano V, nº 36. São Paulo, Editora Escala, 2006; *Raça Brasil*. Ano 10, nº 101. São Paulo: Símbolo. Agosto de 2006.

¹⁷ Correio Brasiliense, 09 de maio de 2001. Disponível em http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-05-09/mat_37610.htm Brasília, quarta-feira, 19 de setembro de 2006.

*Governo Popular do hip hop, queremos construir juntos. Temos capacidade de ser protagonistas. O pior de tudo é quando alguém vem com soluções prontas e quebra nossas potencialidades, não nos escuta. Depois, muitos vão ler em livros teses que já existem nas "quebradas". Só que ali é a prática. Não conseguimos conceituar, mas estamos fazendo. Esse negócio de rede já existe há muito tempo.*¹⁸

O *rap* assim como diversas manifestações e contribuições dos afro-descendentes no Brasil vêm dizendo aquilo que as teses acadêmicas têm só agora levado em consideração, e mesmo assim, com grande desconfiança. O caso da lei 10.639 e as pesquisas desenvolvidas sobre História e Cultura Africana e Afro-brasileira, têm sido vistas como um modismo que não contribuiria verdadeiramente para o entendimento da sociedade brasileira, principalmente quando as questões étnico-raciais são postas em discussão.

Ao questionar a aplicação de políticas públicas, projetos sociais e culturais que são criados à revelia daqueles que são os protagonistas e conhecedores da realidade da população visada, Ghóez contesta a prevalência do preconceito e a invisibilidade da contribuição negra para nossa constituição social, para ele estes fatores contribuíram para a permanência do racismo e das desigualdades sociais.

Para uma determinada corrente que interpreta a sociedade brasileira aqui não existiria racismo e a desigualdade seria um estado inexorável dentro da sociedade em que vivemos, principalmente pela marca e herança deixada pela escravidão¹⁹.

O disco “*Hip-Hop por um Brasil decente!*” lançado durante a campanha presidencial de 2002, idealizado por Dj Fox, que se transferiu por três meses para São Paulo. Teve como finalidade contribuir na eleição do candidato a presidente Luis Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores.

Na crença de “poder ajudar a eleger um presidente representante do povo com a força do *rap* e da *cultura hip-hop*”²⁰, Fox bateu na porta dos coordenadores da campanha e descobriu o goiano Delúbio Soares, tesoureiro da campanha, que acatou a idéia e disponibilizou financeiramente o projeto. Dj Fox construiu o disco a partir da colaboração de Marcão do grupo de *rap* paulista DMN. No disco foram inseridos trabalhos de grupos do Rio Grande do Sul à Rondônia.

¹⁸ Comissão Especial – Políticas Públicas Para Juventude. Seminário: “O que é ser jovem no Brasil hoje?” 23/09/03, p. 30.

¹⁹ Uma importante contribuição na reformulação dessa interpretação no âmbito da História é o trabalho de Célia Maria Marinho de Azevedo: *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, 1987.

²⁰ Estes fatos foram recolhidos em conversa informal, fora do depoimento colhido e gravado por mim com DjFox.

Em março de 2004, com Lula já eleito, houve um encontro em Brasília entre o presidente e os representantes do *Hip-Hop*, segundo Dj Fox ele foi deixado de lado, pois acabou não sendo avisado sobre a data do encontro. Nesse encontro, que contou com a presença de GOG, MV Bill, KL Jay (*Dj dos Racionais MC's*), Rappin'Hood, entre outros, uma organização foi criada – a Frente Nacional do Hip-Hop. Esta organização teria uma função de mediadora entre o *hip-hop* e o governo Lula.

Segundo MV Bill, o encontro teve como resultados satisfatórios a organização que se construiu entre membros do *Hip-Hop* nacional para poder ir até o presidente, o encontro ajudou ainda no fortalecimento das organizações que já existiam e no surgimento de outras segundo ele. MV Bill afirmou ainda, que não falava em nome do *Hip-Hop* e que não conhecia ninguém que fosse habilitado para isso.²¹

Enquanto uma produção cultural heterogênea, o *Hip-Hop*, atua em várias frentes que têm ampliado sobremaneira a esfera pública, bem como ajudado na construção de uma esfera pública negra. Isso se deve a construção de uma imprensa alternativa com jornais, fanzines, revista e páginas na internet e principalmente pelo *rap* que disseminou e dissemina as idéias da *cultura hip-hop* e suas diversas influências que vão de Zumbi dos Palmares aos Panteras Negras.

A *cultura hip-hop* atua na fronteira entre o local e o global, entre a hegemonia e a subalternidade, gerando efeitos imprevisíveis. Isto ocorre porque esta produção artística se constitui pelo pensamento “rastros/resíduos”, categoria construída por Édouard Glissant (2005) para nomear o pensamento derivado dos processos de *crioulização* iniciados nas Américas, em particular na chamada *Neo-América* que se constituiu pelo predomínio em seu povoamento de povos africanos, compreendendo o Caribe, o nordeste do Brasil, as Guianas e Curaçao, o sul dos Estados Unidos, a costa caribenha da Venezuela e da Colômbia, e uma grande parte da América Central e do México.

A *crioulização* consiste no processo de recomposição cultural realizado pelos africanos a partir do que restou em suas memórias, uma vez que na “passagem do meio”, na travessia do Atlântico os africanos chegavam despojados “de tudo, de toda e qualquer possibilidade e mesmo despojados de sua língua”. A hipótese de Glissant é a de que o “*mundo se criouliza*” cada vez mais, pois segundo ele:

(...) hoje, as culturas do mundo colocadas em contato umas com as outras de maneira fulminante e absolutamente consciente transformam-se, permutando entre

²¹RAP Brasil, nº 36, 2006

si, através de choques irremissíveis, de guerras impiedosas, mas também através de avanços de consciência e de esperança que nos permite dizer – sem ser utópico e mesmo sendo-o – que as humanidades de hoje estão abandonando dificilmente algo em que se obstinavam há muito tempo – a crença de que a identidade de um ser só é válida e reconhecível se for exclusiva, diferente da identidade de todos os outros seres possíveis (Ibidem, p. 18)

E a *cultura hip-hop* tem um papel fundamental na *crioulização* do mundo, na transformação da paisagem de “cenário conveniente”, “invólucro passivo da toda-poderosa Narrativa”, para tornar-se “um personagem do *drama* da Relação”, uma dimensão “mutante e perdurável de toda mudança e de toda troca” (Ibidem, p. 30).

Na sua imprevisibilidade, a *crioulização* amplia a diversidade através de suas “manifestações inesperadas”, “contraditórias”, e principalmente ao aproximar elementos heterogêneos e às vezes distantes uns dos outros para produzir algo novo. Assim devemos levar em conta o ato poético, como um conhecimento do real, que quebra o absoluto ocidental, e estabelece uma relação com o mundo.

Neste sentido poderemos enxergar a *cultura hip-hop* dentro do *continuum* estabelecido pelos discursos dos afrodescendentes, na “luta por reconhecimento”, enquanto uma contribuição para a transformação da “mentalidade das humanidades”. Sem se ater apenas ao “humanismo, à bondade, à tolerância, que são tão fugitivos”, esta transformação produz ensinamentos os quais conduzem a entrada nas mutações decisivas da “pluralidade consentida como tal”. Estes ensinamentos ajudam a pensar o outro não como inimigo, como o diferente que nos corrói, contribuindo na construção de um imaginário onde não apenas sonhemos como o mundo, mas que penetremos nele, fazendo Relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMASCENO, Francisco. J. G. O Movimento Hip Hop Organizado do Ceará/MH2O-CE (1990-1995). São Paulo: Departamento de História da PUC-SP, 1998. (Dissertação de Mestrado)

FELIX, João. B. de J. Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano. São Paulo: Pós-Graduação em Antropologia Social, departamento de Ciências Sociais-FFLCH-USP, 2005. (Tese de Doutorado)

GILROY, Paul. O atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HERSCHMANN, Micael. O funk e o hip-hop invadem a cena. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MACA, Nelson. Algumas reflexões sobre hip hop e baianidades. In: Revista Palmares: Cultura Afro-brasileira. Ano 1, nº 2, Dezembro de 2005, pp.04- 09.

MAGALHÃES, Priscilla. Ceneg vira projeto nacional. (2002) Disponível em: <http://www.revelacaoonline.uniube.br/a2002/cidade/ceneg.html>. Acesso em 22/01/2007.

ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. HIP HOP: a periferia grita. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAVARES, Júlio César. Dança da Guerra: arquivo arma. Brasília: Departamento de Sociologia da UNB, 1984. (Dissertação de Mestrado)

A VIOLA-DE-COCHO COMO SÍMBOLO DAS TRADIÇÕES NA CAPITAL DE UM NOVO MATO GROSSO (2004 – 2009)

Anderson ROCHA*

andersonroch@hotmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados iniciais do projeto desenvolvido no programa de doutorado em história da Universidade de Brasília que estuda a representação da viola-de-cocho como o principal símbolo da cultura mato-grossense. Com base nos fundamentos teóricos da História Cultural, são descritas as mediações estabelecidas entre os diversos segmentos interessados no discurso em questão e listados os procedimentos metodológicos e as delimitações espaço-temporais da pesquisa. O fenômeno é aqui entendido como uma ação política que visa consolidar determinada ideia de identidade regional, em uma sociedade caracterizada por novas conformações sócio-econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural, identidade regional, viola-de-cocho.

ABSTRACT: This article presents the first results of doctoral studies in History developed at The Universidade de Brasília. It verses about the representation of the “viola-de-cocho”, a musical instrument which is the symbol of regional culture in the State of Mato Grosso. Based on theories of Cultural History, mediations among all the groups involved in this narrative are described and also methodological procedures are listed. The phenomenon here is understood as a political action that intents to construct an idea of regional identity in a society of recent social e economical changes.

KEYWORDS: Cultural History, regional identity, viola-de-cocho.

1. Introdução

A viola-de-cocho foi escolhida pela oficialidade local e pelos demais representantes das políticas na área da cultura para ser o mais característico símbolo de uma identidade mato-grossense. Ainda hoje construído artesanalmente a partir do tronco escavado de árvores nativas do extremo oeste brasileiro, à maneira dos cochos de madeira inteiriça usados como repositório do alimento dado à criação animal, este instrumento de cordas dedilhadas

* Professor do Departamento de Artes da UFMT e doutorando em história pela UnB, sob a orientação da professora Doutora Eleonora Zicari C. de Brito. A pesquisa conta com apoio do CNPq.

conserva-se como elemento de destaque no cultivo dos gêneros musicais folclóricos pertencentes a diversas comunidades rurais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a exemplo do siriri e do cururu (figura 1). O que se destaca na atual construção imagética deste instrumento musical confeccionado e tocado de modo rústico pelo homem ribeirinho da região do Pantanal – com sua associação a contextos sonoros os mais distintos e variados – é que a representação da viola-de-cocho tem contado nos últimos anos com uma enorme exposição nos variados meios de expressão cultural da cidade de Cuiabá, com o seu uso e propósito diversificando-se em proporções semelhantes. Em outras palavras, além da sua inserção em novos contextos musicais – através de uma mensagem sonora estranha muitas vezes à sua história, mas ainda assim tomada como a da tradição – a viola-de-cocho tem marcada a sua presença na iconografia que domina os vários espaços da cidade e é notória a sua conversão em mercadoria turística, em peça de campanhas publicitárias e outras formas de apropriação.



Figura 1 – Ribeirinho violeiro

Surgida na forma de um “novo recorte estético” entre as décadas de 1970 e 1990, a temática regionalista no estado de Mato Grosso tem seu ponto de partida, segundo Suzana Guimarães, no sentimento de intelectuais locais, ameaçados por um modo de vida cada vez mais determinado pela cultura de massa que se impõe “em relação às formas e modos particulares e específicos de uma sociedade ainda territorializada na cultura local” (GUIMARÃES, 2007, p. 31). Num momento seguinte, esse regionalismo tem seu uso disseminado também na forma de clichês, em exemplos relativamente recentes e operados em territórios cujos perfis sócio-culturais se moldam e re-moldam constantemente.

Esta comunicação trata dos resultados iniciais da pesquisa por mim desenvolvida no programa de doutorado em história da Universidade de Brasília, que tem como proposta investigar, no âmbito da História Cultural, o processo de re-significação da viola-de-cocho e das práticas musicais normalmente ligadas a ela. De manifestações ligadas à noção de atraso e

inferioridade em uma sociedade originariamente rural, estas práticas passaram num determinado momento histórico a simbolizar o orgulho regional e o apreço pelas tradições. Deste modo, é também objetivo desta pesquisa refletir sobre as ações envolvidas neste processo, via de regra, “governadas por mecanismos e dependências desconhecidos pelos próprios sujeitos” (CHARTIER, 2002, p. 94), e tratar das contradições e ambigüidades que envolvem o conceito de “arte popular”, com base nos estudos do cotidiano desenvolvidos por Certeau (1993). Pela perspectiva de interação entre Cultura e as estruturas econômico-sociais, também terá a nossa abordagem o suporte de estudos como os de Hobsbawn (1997), que analisam a questão das tradições inventadas, tanto pelo lado daqueles que detêm o poder de formulação das estratégias e das políticas culturais quanto dos segmentos subalternos e das relações dialógicas resultantes das visões particulares de cada um dos diversos extratos sociais envolvidos. Igualmente importante será a contribuição de áreas afins como a semiótica, estudando os fenômenos da sociedade como sistemas de significação, e da musicologia, tratando dos elementos estruturais e dos mecanismos expressivos da música, abrindo assim espaço para a leitura das expressões culturais no seu variado conjunto de linguagens.

2. A Viola-de-cocho no jogo de identidades

O projeto político de validação de uma cultura local está na ordem do dia e a viola-de-cocho – registrada, em 2004, como patrimônio imaterial no Livro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (VIANA, 2005 p. 53-62), conta hoje com vários canais de divulgação. Tem sido, deste modo, tema de diversos trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade Federal de Mato Grosso, mote das políticas culturais de sucessivos governos e “emblema sonoro” na carreira de diversos grupos e artistas. Um desses exemplos é a proposta estética da Orquestra do Estado de Mato Grosso, criada e mantida pelo poder público e que combina instrumentos tradicionais de uma orquestra com um naipe de cochos desde a sua fundação em 2005. Outro destaque é o Festival do Cururu e Siriri de Mato Grosso, também patrocinado pelo governo, completando esse ano a sua décima edição como um dos eventos do gênero de maior público no Estado e que tem como proposta reunir nos seus quatro dias consecutivos apresentações folclóricas representantes de diversas comunidades pertencentes ao estado de Mato Grosso, justificando-se na estratégia de se propiciar novos espaços, de maior alcance e visibilidade, para o cultivo desta tradição. São também vários os músicos do chamado circuito da MPB local, que a partir da década de 1990 se lançaram na tarefa de “resgatar” e “preservar” estas manifestações declaradas patrimônio

da cultura regional, incorporando na produção destinada ao mercado a temática, elementos estéticos e, às vezes, as próprias criações oriundas destes segmentos populares ¹.

Disseminada na cidade em forma de esculturas nas praças e painéis pintados em restaurantes, hotéis e prédios públicos, além do comércio de souvenirs e do uso na publicidade (figura 2), a representação visual da viola-de-cocho também suscita reflexões quanto aos efeitos produzidos por esse conjunto de mensagens deliberadamente direcionado, proposta estética transformada numa “espécie de arte modelo em Cuiabá, adequada para a exposição no museu, para ser objeto de estudo na academia, para ser pauta de mídia impressa e televisiva, para ser tema de livros, capa de Cd, cenário televisivo” (GUIMARÃES, 2007, p. 31). Por todos esses exemplos é possível atestar o interesse da sociedade atual na busca e no cultivo de referências de identidade regional, que em mais de uma maneira se associam à manifestação símbolo a que nos referimos. Justifica-se, por isso, o interesse despertado por parte de acadêmicos, produtores da área, artistas populares e do público receptor da cultura pelo estudo deste fenômeno.



Figura 2 –A viola-de-cocho na publicidade

É importante notarmos que a emergência de tal prática em uma nova dimensão, a urbana, reverte um processo iniciado na década de 1950 de depreciação dos costumes e valores ligados ao campo. Em um sentido contrário a essa tendência, Cuiabá passa a ser o destino de grupos que representam comunidades dos quatro cantos do Estado, ao sediar hoje um evento anual como o Festival de Siriri e Cururu. É em função destas mudanças de

¹ Alguns desses principais músicos: Guapo (Milton Pereira), Roberto Lucialdo, João Manoel, Dilson de Oliveira, Vera Capilé, Edna Vilarinho, Grupo de Sarã, (formado por Zuleica de Arruda e Vera Baggetti) e o trio formado por Claudinho, Henrique e Pescuma.

significado que as questões relativas ao urbano e ao rural na música deverão ser analisadas, como o caso da viola de arame, o mais popular dos instrumentos trazidos pelos portugueses, que em fins do século XIX desaparece da cena urbana carioca para emergir décadas mais tarde, em diversas regiões do País, com o apelido de “viola caipira” (TRAVASSOS, 2006, p. 117). Deverão, portanto, ser discutidas as contradições nascidas de determinadas práticas mantidas neste novo Mato Grosso, como as cantorias e as danças ligadas às festas religiosas antigas, que até então vinham incorporando gradativamente a pecha de “vergonhosas” por pertencerem ao subalterno e que passaram a simbolizar o orgulho regionalista. São conformações sócio-culturais que acabam por gerar novos dilemas e novas disputas por espaços, se também considerarmos que

o problema que se coloca para esses agentes da identidade cuiabana é a contradição entre preservar suas especificidades culturais e, ao mesmo tempo, reelaborar sua definição de forma a envolver os “paus-rodados” (...) [definido como o sujeito que vem de fora para fazer fortuna e depois ir embora]. Há uma necessidade manifesta nas letras dos rasqueados de, simultaneamente, preservar suas tradições e, ao mesmo tempo, assegurar as vantagens da modernidade.
(ARIANO, 2002, p. 127)

No trabalho acima citado, é analisado o esforço de afirmação de uma identidade regional através do *rasqueado cuiabano*, gênero musical e de dança considerado típico das regiões da baixada cuiabana e dos municípios da Bacia do rio Paraguai. A autora assinala a dificuldade em se estabelecer suas características musicais específicas, “pois entre os próprios *rasqueadores* não há um consenso a respeito do que define o rasqueado enquanto um ritmo musical” (idem, p.105). O aspecto central de sua análise é, no entanto, a interação entre os valores do cuiabano nativo (que, numa expressão típica da região, se auto-intitula *cuiabano de chapa e cruz*) versus a cultura dos brasileiros imigrantes de diversas regiões do País (chamados, segundo os mesmos costumes, de *pau-rodados*). Interessa ao nosso estudo os resultados deste diálogo de culturas, que em determinados aspectos se mostra conflituoso, bem como os espaços sociais onde se dão estas análises.

3. Em torno do conceito de “autêntico”

Os estudos que tratam da música folclórica do centro-oeste brasileiro e os instrumentos musicais nela empregados têm direcionado suas reflexões, em sua maioria, na

defesa de uma identidade regional e do “resgate do autêntico” frente aos impactos transformadores do progresso econômico-social. A bandeira da preservação dos valores do homem nativo ameaçados pelas transformações do seu meio está presente nos trabalhos de autores como Julieta Andrade (1981) e Abel dos Anjos (2002), sem que necessariamente se proponha um questionamento acerca das motivações políticas implícitas no discurso afirmativo destas tradições. No entanto, ao remontar o percurso histórico destas práticas musicais ditas autóctones, estes dois autores acabam por fornecer importantes subsídios para uma re-elaboração conceitual de termos como “resgate” e “preservação”. A primeira autora busca as origens da viola-de-cocho nas práticas musicais na Península Ibérica do período medieval, resultantes do intenso intercâmbio entre Oriente e Ocidente, e identifica tal ligação em algumas características de construção no instrumento pantaneiro, tais como o comprimento do braço, a disposição e o material empregado nas cordas e cravelhas, ausência de orifício acústico no corpo do instrumento e elementos decorativos que sugerem uma herança das iluminuras medievais. E este elo ibérico liga-se, por sua vez, a mais de um instrumento musical antigo, trazido do Oriente pelos cruzados. A autora conclui, pela documentação existente, que a viola-de-cocho

pertence ao ramo de alaúdes muito curtos que apareceram, pela primeira vez, no Irã, entre os elamitas, [percorrendo] desde logo (...) longa caminhada através de culturas asiáticas, depois europeias e norte-africanas. Pelo nomadismo, ciganos, kirguises e principalmente árabes contribuíram para a difusão dos alaúdes através do Velho Mundo. (...) Os dois ou três pontos móveis da viola de cocho sugerem ligação com o ramo da chamada guitarra mourisca (...) e o mesmo elemento aproxima ambos os instrumentos do alaúde de Florença, do século X e do exemplar de Amiens, do século XIV. (ANDRADE, 1981, p. 72-73)

Abel dos Anjos localiza outra remota relação de parentesco com a viola-de-cocho, a guitarra latina utilizada na arte trovadoresca da Europa do século XIII (TINHORÃO, 1998, p. 27), ao analisar esculturas da época no Mosteiro de Alcobaça (figura 3) e no Mosteiro de Santa Maria da Vitória (figura 4), em Portugal (ANJOS, 2002 p. 106 e 141).



Figura 3 – Escultura no Mosteiro de Alcobaça, Portugal



Figura 4 – Escultura no Mosteiro da Batalha, Portugal

Em contraste com as trajetórias históricas acima citadas, o mesmo autor nos revela uma distinta representação das origens da viola-de-cocho, pela fala do Sr. Luis Marques da Silva, fundador da Associação Folclórica de Mato Grosso, em entrevista cedida no ano de 1992:

Segundo o conhecimento popular, a origem da viola-de-cocho em Mato Grosso se deu quando um artesão, fabricante de canoas, colheres de pau, gamelas e outros utensílios de madeira, residente na beira do rio Cuiabá, certo dia viu uma embarcação atracar à sua casa. Desta embarcação desceu um homem identificado a princípio como sendo de origem paraguaia. Este homem trazia consigo um curioso instrumento de cordas que principiou a “bater” assim que pisou em terra firme. O artesão, meio que por encanto, se apaixonou pelo som daquele instrumento que até então jamais sonhara existir. Conta a história popular que o referido homem viera até a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá à procura de serviço. Ele era um artista. Como não encontrou na Vila o que precisava, partiu levando consigo o seu instrumento. O artesão, vendo-se na possibilidade de não mais tornar a ver e ouvir aquele objeto, (...) construiu com ferramentas rústicas um cocho de madeira macia com formato semelhante ao ícone anteriormente visto e memorizado. Deu então a este cocho macio o formato de uma viola (também parecida com o formato de uma cabaça ou porongo, cortado em sentido longitudinal, muito comum

nesta região). Com uma lâmina da raiz da figueira confeccionou um tampo fino que fixou sobre o cocho recém construído com uma cola feita a partir da “poca” do peixe, macerada e cozida juntamente com uma folha de bananeira. Transformou, assim, o seu cocho primitivo em uma perfeita caixa de ressonância. (ANJOS, op. cit. p. 67)

É importante atentarmos para o modo como os variados discursos em torno do “autêntico” e do “tradicional” são selecionados conforme a conveniência do lugar e do grupo que os utiliza. Tanto nos percursos históricos que relacionam a existência da viola-de-cocho a práticas musicais do Velho Mundo quanto nos relatos normalmente vinculados ao imaginário popular e à oralidade, como o acima descrito, é possível uma identificação do espaço de prática dessas narrativas. É desta maneira, portanto, que

toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2002, p. 66-67)

Outro tratamento distinto da questão é o de pesquisadores que têm como especialidade a de músicos instrumentistas (alguns oriundos de uma prática acadêmica) que, ao se acercarem dos aspectos peculiares de uma linguagem musical primitiva, absorvem o que há, no seu entender, de original e aproveitável para sua própria música. Estes trabalhos têm relação, por exemplo, com a abordagem nacionalista de Mario de Andrade (1972, p. 15), que discute formas e possibilidades da inserção de instrumentos folclóricos no universo erudito ou nos gêneros destinados ao consumo de massa. São nestes processos apropriativos, marcados pelo entrelaçamento de mundos bastante distintos, que ocorrem exemplos de sínteses criativas, tornando-se dignos de análise tanto pela sua repercussão junto à audiência quanto pelo seu caráter estético ². No sentido de ilustrar esta estratégia (ou linha de atuação), duas obras musicais serão objeto de análise musicológica em nossa pesquisa, a *Sinfonia Pantaneira*, do mineiro Abel dos Anjos (2011) e *Cuiabá 2005*, do paulista Ítalo Peron (2008).

² São exemplos dessa vertente os músicos pesquisadores Roberto Correia, Abel dos Anjos, Ítalo Peron, Daniel de Paula e Rui Torneze de Araújo.

Do mesmo modo que fazem referência direta à temática regional, elas se revelam repletas de elementos característicos de uma linguagem mais universal, o que ilustra o caráter fluido das noções estabelecidas acerca da tradição e do regionalismo.

Completa a nossa abordagem acerca das noções de autenticidade nas práticas identitárias o já citado trabalho de Suzana Guimarães (2002). Ao analisar a instalação no espaço público de Cuiabá, a partir dos anos oitenta, de uma coleção de obras de arte visuais explorando um único tema – o natural e o pitoresco tal qual se convencionou entender naquele contexto, na representação de peixes, frutas, bichos, etc. (figura 5) – a autora questiona as noções de “resgate” e “preservação do autêntico”, embutidas nesta temática recorrente, projetada e defendida inicialmente por um grupo de artistas, professores, membros do governo e promotores em geral, conhecidos regionalmente como a *cuiabania*. A difusão desta criação nas ruas inaugura, segundo a autora, “uma nova relação estética, política e social entre os cidadãos e a arte local” (idem, p. 184).



Figura 5 – Arte regional nas ruas de Cuiabá

3. À guisa de conclusão

Deste modo, nossa pesquisa pretende se ocupar não somente das origens históricas das expressões culturais em questão, mas também investigar os modos pelos quais as mesmas repercutem na sociedade atual, principalmente através da análise de processos de apropriação, re-significação e hibridismo cultural. Ao propor uma leitura do fenômeno não só no seu aspecto sonoro, mas também na sua dimensão plástico-pictórica (uma vez que a imagem contemporânea da viola-de-cocho extrapola sua representação puramente folclórico-musical) a pesquisa visa contribuir para uma visão interdisciplinar do tema, em áreas de estudo como a história e seus diversos campos, a etnomusicologia e a semiologia, entre outros. Complementarmente, ao possibilitar análises comparativas com manifestações culturais

similares e/ou correspondentes em outras regiões brasileiras, a percepção destas práticas, em toda a sua pluralidade, nos permite reexaminar com mais segurança o papel da cultura no jogo de relações entre os produtores de cultura e o público, ou ainda os modos como se dão as articulações entre elite e massa, sendo que,

na medida em que o acontecimento resiste a essa grade conceitual, ele nos obriga a revisá-la e se introduz, assim, em nossa representação do real, reorganizando-a. Deste modo, uma costura pode ser feita, eliminando já, nesse campo particular a brecha entre “o que acontece” e “o que se pensa” (CERTEAU, 2005, p. 165-166)



Figura 6 – A viola-de-cocho e a política

Colocando ao nosso dispor ferramentas de conhecimento voltadas para uma recepção mais consciente e crítica de manifestações que se anunciam portadoras da tarefa de resgatar ou preservar tradições, nos torna possível o exercício de se decifrar o que se anuncia e o que, de fato, se pretende no teatro político. Ainda segundo Certeau, a expressão “política cultural”

camufla a coerência que liga uma cultura despolitizada a uma política aculturada. A primeira é utilizada – e para outros fins que não aqueles dos quais ela fala. A política realmente praticada é subtraída à linguagem (parlamentar, ideológica, cultural); seu discurso oficial é a repetição de generalidades sobre a felicidade nacional e sobre a sociedade, mas seus princípios são imperceptíveis, ocultos na lógica anônima de um funcionamento produtivista e tecnocrático. (idem, p. 217-218)

Em seu estágio atual, nossa pesquisa identifica a representação contemporânea da viola-de-cocho como uma ação política que visa consolidar determinada ideia de identidade regional, em uma sociedade recentemente marcada por fortes mudanças econômicas e

massivas correntes migratórias. Trata-se da construção de uma determinada imagem “sonoro-visual” que se dá a partir de um discurso que busca conciliar a ideia do progresso com a preservação de valores antigos e que se desdobra em diferentes respostas dadas pela sociedade. Mesmo reconhecendo que há uma expressão autóctone, ainda cultivada por indivíduos e grupos oriundos dos segmentos onde esta prática floresceu espontaneamente, entendemos que é necessário reconhecer nas dinâmicas das práticas culturais operadas por estes novos nichos uma vontade política em curso que visa desenhar um determinado futuro.

Tal re-significação de imagens e valores se dá por uma prática nem sempre pertencente à história familiar e comunitária dos atores envolvidos e que se molda à representação de um novo e desenvolvido Mato Grosso, expoente máximo da fronteira agrícola brasileira. Mesmo reconhecendo que há casos de novas leituras e de hibridismos bem sucedidos do ponto de vista estético – leituras estas advindas de desdobramentos criativos nas artes visuais, na música pop e na música erudita contemporânea – também cabe neste estudo uma reflexão acerca da excessiva exposição ou do epigonismo, o uso/abuso de um símbolo que, de novidade criativa num primeiro momento, acaba por transformar essa prática em clichês (BOSI, 1989, p. 22).

A busca do habitante local por este senso de unidade, identificável na ideia de preservação de algo que em muitos casos é estranho à sua própria herança, é um dos aspectos deste tema que justificam a proposta de pesquisa aqui delineada. Entender, portanto, os mecanismos caracterizadores de uma cultura num processo em pleno curso é como procurar chegar a tempo de adquirir os bilhetes para o espetáculo do momento, que inaugura um novo palco e que todos comentam. É entrar e assistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Julieta de. *Cocho mato-grossense: um alaúde brasileiro*. São Paulo: Editorial Livramento, 1981.
- ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Vila Rica, 1972.
- ANJOS FILHO, Abel Santos. *Uma melodia histórica: eco, cocho, cocho-viola, viola-de-cocho*. Cuiabá: SEC, 2002.
- _____. *Sinfonia Pantaneira*. Partitura orquestral. Cuiabá: Edição do autor, 2011.
- ARIANO, Heloisa Afonso. *Vozes da cuiabania: identidade e globalização no rasqueado cuiabano*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Curitiba: UFPR, 2002.
- BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Ática, 1989.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer, Vol. 1*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- _____. *A escrita da história*. São Paulo: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GUIMARÃES, Suzana. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PERON, Ítalo. Cuiabá 2005, in CARVALHO, Leandro. *Toca Brasil: Orquestra do Estado de Mato Grosso*. DVD. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Edições 34, 1998.
- TRAVASSOS, Elizabeth. O destino dos artefatos musicais de origem ibérica e a modernização no Rio de Janeiro (ou como a viola se tornou caipira). In SANTOS, Gilda & VELHO, Gilberto. *Artifícios e artefactos: entre o literário e o antropológico*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 115-134.
- VIANA, Leticia. “O caso de registro da viola-de-cocho como patrimônio imaterial”, in *Sociedade e Cultura*. Goiânia: UFG, Vol. 8 N. 2, 2005 p. 53-62.

A SISTEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA- ESTÉTICAS POSSÍVEIS NAS COMPOSIÇÕES DE RENATO RUSSO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA URBANA

Cristiano Vinicius de Oliveira GOMES*

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo avaliar, a título indiciário, as possibilidades de estabelecer uma relação das composições de Renato Russo com possíveis estéticas a partir das experiências urbanas dinamizadas na modernidade, sobretudo no último quartel do século XX. Nesse sentido, almeja problematizar a relação estreita entre algumas composições de Russo e a construção de perspectivas de identidades no meio urbano, tomando por referência sobretudo, nesse estágio da pesquisa que faz parte de um projeto ainda inconcluso, os escritos de Beatriz Jaguaribe, Molinuevo e Bauman.

PALAVRAS-CHAVES: experiência; modernidade; identidade

ABSTRACT: This study aims, at first, at evaluating the possibilities of establishing a relation between Renato Russo's compositions with possible esthetics from urban experiences dynamically made in modernity mostly in the last quarter of the 20th century. This way, it is intended to understand the close relation between some Russo's compositions and the building of identity perspectives in the urban setting, taking into reference above all the in this stage of the research that is still unfinished, the words of Beatriz Jaguaribe, Molinuevo and Bauman.

KEYWORDS: experience; modernity; identity

Esse artigo faz parte de uma pesquisa ainda em construção e toma por pressuposto metodológico o paradigma dos referenciais indiciários proposto por Carlo Ginzburg. Nessa linha de pesquisa, as letras de Renato Russo constituem objeto de análise do trabalho em questão. Perceber de que maneira, a título indiciário, as letras de Renato Russo possibilitam uma leitura da experiência urbana e de como a mesma pode ser abordada dentro de uma perspectiva estética configuram o objeto primário desse trabalho, o qual ainda não resultou em conclusos. Sendo assim, segue abaixo o artigo.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

A experiência cultural e urbana da modernidade no Brasil já se fez sentir no século XIX. No entanto, foi no XX que a dinâmica da relação homem-cidade se tornou mais contundente. O processo de urbanização no Brasil se fez recentemente e as repercussões oriundas dessa nova dimensão possibilitaram um novo conjunto de contingências as quais marcaram profundamente as décadas de setenta e oitenta do século XX.

A segunda metade do século XX foi marcada por uma intensa política de modernização, a qual já havia se iniciado na Era Vargas, intensificada por Juscelino, culminando no período da Ditadura Militar. Por esse viés, o processo de urbanização ganhou uma roupagem intensa, impulsionando o estreitamento da relação entre o campo e a cidade. Assim, esse novo contexto passa a fazer parte dos debates institucionais e pautar as políticas públicas dos governantes de então. Se na política agrária da Vargas e Juscelino houve a preocupação de determinar a ocupação das terras devolutas por meio de um processo de colonização inaugurado com a Marcha para o Oeste, já nos governos militares o trato dado à questão agrária se tornou ainda mais conservador. Os módulos rurais garantidos pelo Estatuto da Terra, a construção das rodovias transversais, as quais garantiram um escoamento mais dinâmico da mercadoria, a mecanização no campo, cada vez mais excludente de mão de obra, bem como a ausência de uma política agrária e social que possibilitasse a permanência do homem no campo são alguns fatores que contribuíram para a inversão demográfica brasileira verificada na década de 1970. Portanto, a projeção do homem do campo para a cidade ganhou números volumosos, repercutindo numa nova experiência urbana e cultural.

Com o desmanche anunciado do Estado do Bem-Estar Social, que alavancava a conjuntura internacional a desvincular o Estado das questões sociais, as questões sociais foram relegadas a um segundo plano. Concomitante à crise brasileira, que na década de setenta, já se anunciava forte, a exclusão social, que, como decorrência também do meio rural, repercutiu sobretudo no meio urbano. Assim, violência e injustiça social vieram a se tornar ingredientes constituintes dessa nova realidade. Na acepção de Beatriz Jaguaribe, o século XIX marcou a coincidência entre a modernidade como período histórico e como experiência cultural cotidiana. Nesse sentido, argumenta:

A proliferação das fábricas industriais, o inchamento das cidades com multidão de seres anônimos, a alteração do ritmo cotidiano, acelerado pela velocidade dos novos meios de transporte (trem, bonde elétrico e carro); e, finalmente, o impacto das novas máquinas de visualização (câmera fotográfica, câmera cinematográfica) e de meios de comunicação (telégrafo) imprimem, na experiência moderna, a vertigem do novo, do efêmero e do choque. (Jaguaribe, 2007, 21)

Esse cenário elucidado por Jaguaribe em sua obra *O Choque do Real – Estética, mídia e cultura*, esteve no alicerce da modernidade, tomando por perspectiva sua dimensão cultural urbana. Todavia, ainda que no Brasil esse processo também se fizesse sentir, a dimensão urbana ganhou uma conotação genérica somente nos idos da segunda metade do XX. O processo de urbanização do Brasil alavancou um conjunto de sensações e experiências capazes de se desvelarem mais próximas do século XXI do que propriamente do XIX. A migração do campo para a cidade foi a tônica, sobretudo da segunda metade do XX. Nesse sentido, pela falta de planejamento e da ausência de políticas públicas que projetassem a inserção do homem no meio rural, a marginalidade assolou sobretudo as parcelas oriundas do campo. O meio urbano configurou-se no palco da marginalização social e econômica, possibilitando uma produção artística que alicerça nas estéticas realistas seu enredo e sua fundamentação. Nesse diapasão, Jaguaribe sustenta sua tese:

Defino o “choque do real”, como sendo a utilização de estéticas realistas visando suscitar um efeito de espanto catártico no leitor ou espectador. Busca provocar o incômodo e que sensibilizar o espectador-leitor sem recair, necessariamente, registros do grotesco, espetacular ou sensacionalista. O impacto do “choque” decorre da representação de algo que não é necessariamente extraordinário, mas que é exacerbado e intensificado. São ocorrências cotidianas da vivência metropolitana tais como violações, assassinatos, assaltos, lutas, contatos eróticos, que causam forte ressonância emotiva. (Jaguaribe, 2007, 100)

A ausência de alternativas encontrou na delinquência uma válvula de escape, possibilitando uma dinâmica que concomitantemente mescla a exclusão, sobretudo marcada pela violência, e a experiência cultural cotidiana. Renato Russo, atento a essa conjuntura, tratou da questão em algumas das suas letras. Usar das estéticas realistas para elucidar um choque, como defende Beatriz Jaguaribe, pode ser um caminho para situar o paradigma da composição *Faroeste Caboclo* frente a uma gama de situações que envolveram a sina de muitos brasileiros.

Não tinha medo o tal João de Santo Cristo,
Era o que todos diziam quando ele se perdeu.
Deixou pra trás todo o marasmo da fazenda
Só para sentir no sangue o ódio que Jesus lhe deu.
Quando criança só pensava em ser bandido,

Ainda mais quando com um tiro de um soldado o pai
morreu
Era o terror da cercania onde morava
E na Escola até o professor com ele aprendeu.
(Faroeste Caboclo, 1987)

A personagem João de Santo Cristo pode ser, guardadas as devidas peculiaridades, a sina assumida por muitos migrantes ao saírem de sua região por falta de opção ou pela violência instaurada no campo com o processo de modernização. Ao narrar a biografia de uma personagem, ainda que fictícia, Russo faz uso de um conjunto de valores que garantem a João de Santo Cristo identificação com os dilemas e anseios de outros, os quais, se não eram acometidos pela mesma sina da personagem, estavam solidários a suas dificuldades e demandas. Numa entrevista, em 1988, Renato ressaltou essa situação:

Eu acho legal que as pessoas gostem da história. Um motorista de táxi, outro dia, me disse que tinha um amigo que comprou a fita porque era, exatamente, a história do irmão dele. O cara tinha saído de Mato Grosso e ido para Brasília, e morreu num tiroteio no Nordeste. E a música é totalmente fictícia. (Assad, 2000, 103)

A narrativa ficcional biográfica de João do Santo Cristo obedece a um conjunto de critérios valorativos que atribuem sentido a sua vida imaginada. Traduzir as dificuldades transcorridas ao longo da vida de um migrante nordestino, excluído das oportunidades que a urbanização conservadora do Brasil possibilitava, indicia uma conexão de desejos, angústias e dificuldades cotidianizadas por sujeitos, decalcados pelo narrador e a personagem de sua trama. O padrão axiológico, portanto, norteia a narrativa, estabelecendo a coincidência entre criador e personagem.

Na biografia o autor é ingênuo, está ligado à personagem por relação de parentesco, os dois podem trocar de lugar (daí a possibilidade de coincidência pessoal na vida, isto é, a possibilidade autobiográfica). É claro que o autor, como elemento constitutivo da obra de arte, nunca coincide com a personagem: eles são dois, mas entre eles não há contraposição de princípio, seus contextos axiológicos são congêneres, o portador da unidade da vida- a personagem- e o portador da forma- o autor- pertencem ambos ao mesmo universo de valores. (Bakhtin, 2003, 150)

Os valores atribuídos à personagem de Renato Russo se identificam com as perspectivas de sua geração, traduz uma contingência axiológica que sustenta a narrativa, vinculando personagem e autor. As injustiças de toda sorte, a exclusão socioeconômica, o autoritarismo e ausência de perspectiva de melhora são elementos que põe em coincidência e em relevo a causa marginal de João de Santo Cristo, síntese do sacro e do mundano.

Brasília foi o cenário da trama, que se não era exclusivo, realçava a exclusão espacial e econômica vigente no Brasil. A negação de instituições sustentáculos da sociedade brasileira, seja pelo viés religioso, ao questionar a cristandade, seja pelo Estado Liberal de Direito, ao se indignar perante a violência policial, indicam uma situação na qual a marginalidade e a transgressão da ordem tornaram-se, nesse personagem, uma alternativa à violência instituída no cotidiano brasileiro. O meio urbano possibilita um conjunto de experiências, alternando anseios e conquistas as quais quando não satisfatórias podem alavanca uma conduta que foge do estabelecido legalmente.

Ia pra igreja só pra roubar o dinheiro
 Que as velhinhas colocavam na caixinha do altar [...]
 Ele queria sair para ver o mar
 E as coisas que ele via na televisão
 Juntou dinheiro para poder viajar
 E de escolha própria, escolheu a solidão [...]
 Aos quinze foi mandado para o reformatório
 Onde aumentou seu ódio diante tanto terror [...]
 Não entendia como a vida funcionava-
 Discriminação por causa da sua classe ou sua cor [...]
 Ele ficou bestificado com a cidade
 Saindo da rodoviária, viu as luzes de Natal [...]
 (Faroeste Caboclo, 1987)

A ausência de oportunidades, combinada com o esfacelamento de padrões morais, projeta no personagem dessa composição uma dose do espírito individualista de um justiceiro. Daquele que, no âmbito de suas desilusões e na busca de caminhos outros que não a miséria na qual se situa, busca realizar seu caminho.

O inchaço dos meios urbanos, a falta de infra-estrutura, projetou uma problemática nova, sentida a partir do último quarto do século XX. Com o aumento da população nos grandes centros, cresceram os índices de violência e uma nova roupagem legal no trato desse criminoso começou a ser articulada no Congresso Nacional.

Os crimes comuns, roubo, furto, homicídios, latrocínios, tráfico de drogas, a extorsão mediante seqüestro, dentre outros, atingiram índices impressionantes. O tráfico ilícito de entorpecentes assumiu uma posição de destaque no cenário marginal dos grandes centros, a ponto de o crime ser organizado, criando nas favelas ou em outros redutos marginalizados verdadeiros locais de exercício de um poder paralelo. Renato filtrou essas demandas de modo a elucidá-las na sina de um marginal.

A ausência de oportunidades, as discriminações de toda sorte, bem como o descaso do poder público induziram uma camada da sociedade das metrópoles à criminalidade. Quando não diretamente, como foi o caso da personagem de Russo, indiretamente, à medida que o tráfico realiza-se na periferia para atender a um público, que o alimenta e o reproduz. A droga possui um comprador específico que torna o negócio lucrativo, principalmente os membros das classes médias e altas.

Ei menino branco o que é que você faz aqui
 Subindo o morro pra tentar se divertir
 Mas já disse que não tem
 E você ainda quer mais
 Por que você não me deixa em paz?
 (Mais do Mesmo, 1987)

O critério de obtenção da justiça assumiu uma conotação inversa aos preceitos modernos, reforçando a criminalidade em duas faces reprodutoras do ilícito: a de quem vende a droga, excluído e marginalizado como traficante; e a de quem compra a droga, componentes da classe média e alta, mas que com o vício reproduz o sistema de violência que permeia o tráfico. Em Brasília, como em outras grandes capitais, essa realidade tornou-se comum, fazendo parte do cotidiano do qual Renato Russo era membro.

No ano-novo eu começo a trabalhar.
 Cortar madeira, aprendiz de carpinteiro
 Ganhava três mil por mês em Taguatinga [...]
 E o Santo Cristo até a morte trabalhava
 Mas o dinheiro não dava pra ele se alimentar
 E ouvia às sete o noticiário
 Que sempre dizia que o seu ministro ia ajudar [...]

Desde o século XIX a modernidade se alicerça num processo tenso e complexo que se legitima inexoravelmente pela fundamentação da racionalidade e da projeção de um desejo de transformação que se individualiza nos homens e os impulsiona a querer transgredir a realidade que os cerca. Colin Campbell, citado por Jaguaribe, assim argumenta:

A lógica cultural da modernidade não é meramente a da racionalidade, como se expressa nas atividades de cálculo e experimentação: é também a da paixão e a do sonhar criativo que nasce do anseio (...) Lutando para enfrentar a necessidade de proceder às trocas entre a necessidade e o prazer, enquanto procuram conciliar seus egos boêmio e burguês, os indivíduos modernos não moram somente numa 'gaiola de ferro' da necessidade econômica, mas num castelos de sonhos românticos, esforçando-se, mediante sua conduta, para transformar um no outro. (Jaguaribe, 2007, 22)

João de Santo Cristo foi uma personagem marcada pela necessidade de sobrevivência acentuada pela exclusão da qual era vítima e pelo sonho de transformação da sua realidade pela via apaixonada da satisfação de seus desejos. Essa linha tênue trouxe na personagem posições efêmeras, contraditórias frente às demandas da vida dinamizadas na violência e na busca da inclusão por meio do trabalho frente à promessa de um mundo melhor. Mas a vida, no seu curso de solavancos o projetou a outro caminho.

Mas ele não queria mais conversa e decidiu que,
 Com Pablo, ele ia se virar
 Elaborou mais uma vez seu plano santo
 E, sem ser crucificado, a plantação foi começar
 Logo logo os malucos da cidade souberam da novidade:
 - Tem bagulho bom aí!
 E João de Santo Cristo ficou rico
 E acabou com todos traficantes dali.
 Fez amigos, freqüentava a Asa norte
 E ia pra festa de rock, pra se libertar.
 (Faroeste Caboclo, 1987)

As ambiguidades na conduta da personagem marcam contradições que possibilitam identificações, as quais, se não são fixas e moldadas para o encaixe da trajetória da personagem a outras trajetórias, fictícias ou não, servem como norte numa ou noutra ocasião.

Se o objetivo estético do “choque do real” é potencializar uma descarga catártica, essa adrenalina emocional é diferente do efeito explorado nas tragédias gregas ou na poesia romântica, já que o elemento catártico aqui não suscita, necessariamente, os sentimentos clássicos da compaixão, piedade ou elevação espiritual. Ao contrário, em vários instantes, o dispositivo catártico é ambíguo. Tal ambiguidade não decorre das sutilezas de um enredo complexo ou da utilização de imagens obscuras. Afinal, as descrições realistas da violência ou de fortes emoções são facilmente decodificadas pelos leitores ou espectadores. A ambiguidade do “choque” decorre da própria relativização de valores e da perplexidade quanto ao significado da experiência. Evidentemente, não é possível medir o próprio impacto do “choque do real” por que a recepção varia segundo os contextos históricos e subjetivos e ela se modifica de acordo com a bagagem cultural e social de cada leitor-espectador. (Jaguaribe, 2007, 100)

Na composição de Russo, a cidade funciona como uma moeda com duas faces: uma inclusiva e outra excludente. O herói marginal, santificado na composição, postou-se diante das duas situações, mas a inviabilidade da primeira, pela ausência de oportunidade concreta, digna e justa o projetou à marginalização, ao tráfico, ao ilícito. A cidade linda, a projeção do trabalho assim que o ano começar, a busca da inclusão por meio do trabalho não se efetivou na realidade de João de Santo Cristo, simbolizado universalmente pelo sobrenome. A simbologia pode ser entendida como uma tentativa de normalizar a marginalidade pela ausência de perspectivas. O fim da via-crúcis de João foi o mais trivial para essa situação marginal.

Santo Cristo não sabia o que fazer
 Quando viu o repórter na televisão
 Que deu notícia do duelo na TV
 Dizendo a hora e o local e a razão.
 Um homem que atirava pelas costas e acertou o Santo
 Cristo
 E começou a sorrir.
 Sentindo o sangue na garganta,
 João olhou pras bandeirinhas e pro povo a aplaudir
 E olhou pro sorveteiro e pras câmaras e
 A gente da TV que filmava tudo ali.
 E se lembrou de quando era uma criança e de tudo que
 vivera até ali
 E decidiu entrar de vez naquela dança

- Se a via-crúcis virou circo, estou aqui.
 E a alta burguesia da cidade não acreditou na estória que
 eles viram na TV
 E João não conseguiu o que queria quando veio pra
 Brasília, com o diabo ter
 Ele queria era falar pro presidente,
 Pra ajudar toda essa gente
 Que só faz sofrer.
 (Faroeste Caboclo, 1987.)

A cidade e a televisão constituem emblemas da modernidade capitalista, a qual projeta a idéia de superação dos limites permitidos pela lógica do consumo. A ausência da inserção do sujeito por outra via que não a do processo midiático impulsionou uma relação estreita entre identificação e publicidade.

O predomínio do realismo cotidiano torna-se um código comunicativo que possibilita que diversas visões de mundo se encontrem num patamar conectivo de comunicação. Como a vasta maioria do público brasileiro não tem acesso aos enredos literários e não se engaja nas explicações sociológicas ou antropológicas da realidade social, a realidade produzida pelas imagens e narrativas midiáticas é uma fonte crucial de constituição de mundo. (Jaguaribe, 2007, 112)

Como objeto de massificação, a televisão incorporou a ética capitalista e reforçou suas práticas ao interferir na formação de uma consciência, de incutir idéias passíveis de fundar novas verdades, mas também de reforçar verdades antigas, tidas como basilares na fundamentação da modernidade. A publicidade, como instrumento largamente utilizado pela televisão, constitui um relevante artifício na consolidação de uma estética da qual a modernidade é tributária.

La estetización tiene un canal de difusión privilegiado en la publicidad. Em ella no se ofrece sólo un producto sino un estilo de vida a él asociado. La estética utilizada no es sólo un vehículo de transmisión sino que se ofrece como una esencia de la vida. La reivindicación social de que la felicidad entre a formar parte de la belleza tiene aquí su cumplimiento, pero bajo la teoría de los efectos indeseados: en el producto que se anuncia hay incluida una promesa de felicidad como su esencia. No es que se dé más, ni que haya más, sino que en la producción de mundos

artificiales, al manipular la materia hasta extremos inconcebibles se demuestra que poco real es lo real mismo. No se trata ya de embellecer lo real para hacerlo habitable o soportable, sino de crear outra realidad virtual que lo sustituye. (Molinuevo, 2002, p. 18)

A televisão, por esse caminho de análise, posiciona-se em duas frentes complementares. Numa perspectiva, a televisão e os recursos de persuasão advindos dela dinamizam uma estética, a qual, ainda que virtual, internaliza projetos pessoais e coletivos.

Os sujeitos receptores de tais instrumentos de convencimento incorporam tais projeções, as quais se fazem reais e norteadoras de uma prática cotidiana que reforça os meios utilizados na e pela televisão. Noutra abordagem, a televisão simplifica, banaliza uma gama de situações, dentre as quais as que mais se destacam se vinculam a sexo e violência, a fim de obter uma resposta imediata nos aparelhos medidores de audiência. Russo, em 1993, antenado ao poder de penetração de idéias dominantes, afirmou: “Acho que existe um grande confronto entre a ética e a estética. A ética, em algum momento, foi substituída pela estética. Isto é mais uma forma de controle”. (Assad, 2000, p. 98)

O poder de persuasão e de criação de correntes repetidoras da ética televisiva mostrou-se significativa, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, quando esse meio de comunicação ganhou uma dimensão ainda mais popular. O poder da notícia e da ideologia embutida na televisão reforçou seu poder de solidificação nas camadas populares. As discriminações históricas no Brasil, as quais combinam a exclusão social e racial, manifestam-se na composição de Russo, sensível ao poder de penetração da televisão no cotidiano e nas relações sociabilizadas a partir dela, denotando uma situação que não era nova. Entretanto, assumia uma dimensão ainda não presenciada no Brasil, sendo que a crise e a exclusão exposta por esse meio difusor de notícia, na década de 1980, pôs às claras esse novo estado de coisas, trouxe problemas antigos numa outra dimensão e outros numa intensidade inédita.

[...] o espetáculo dos desastres apresentados nos meios de comunicação também sustenta e reforça de outra maneira a indiferença ética rotineira, cotidiana, além de descarregar as reservas acumuladas de sentimentos morais. (Bauman, 1999, p. 83)

O duelo para resolver a demanda entre dois traficantes, um inocentado e outro demonizado na composição, reforça o tom de espetáculo circense, produzido para impressionar e satisfazer a relação de dominação daquele que não é vítima. O poder de postar-

se numa situação em que dois digladiam para divertir uma platéia impressionada, ansiosa por um resultado que não a afete além da novidade de ver o espetáculo pela TV, remonta, guardadas as devidas peculiaridades históricas, ao Panis et Circenses romano. No entanto, os pseudogladiadores da modernidade deveriam estar incluídos e o público, sequioso de um espetáculo de sangue, mais cômico da perspectiva excludente. O martírio do herói marginal, João de Santo Cristo, ao experimentar sua via-crúcis tal qual Jesus, universaliza a personagem. E se não tem por fito assumir uma postura redentora, identifica-se a muitas sinas estabelecidas na contemporaneidade.

O papel da televisão na constituição das identificações projetadas nesse estágio da modernidade leva Maffesoli a argumentar acerca do imaginário gerado pela e na televisão, reforçando a banalidade:

[...] não se pode ignorar que essa faculdade cinematográfica aplica-se também ao mundo televisivo. Isso pode parecer paradoxal, quando se sabe que a televisão está, de início, encerrada ao domínio familiar. Mas, de um lado, é preciso lembrar que ela propõe a todos os níveis de idade, modelos de identificação. O imaginário, no seu sentido dinâmico, representa um papel primordial. (Maffesoli, 1999, p. 344)

João de Santo Cristo emblematizou a exclusão, que, no Brasil, resultou numa violência capaz de construir seus excluídos sociais e econômicos, mas ao obter seus minutos de fama, ainda que seja para morrer no final do espetáculo, reforça a exclusão pela via mais trágica.

Ainda sob a premissa de analisar a relevância do espetáculo dinamizado por meios cada vez mais velozes e que, com uma intensidade ainda maior, não pedem licença para invadir a privacidade alheia, a tese da estética emocional, apresentada por Maffesoli, ratifica o espetáculo e a banalização da violência:

A catástrofe, o triunfo esportivo, a parada militar, o festival musical, a explosão de uma nave espacial, o encontro político, o engarrafamento urbano, a tomada de refém, a viagem papal, a AIDS oferecida como espetáculo, etc., tudo contribui para uma espécie alegre de apocalipse que, pelo menos, fragiliza nossas razoáveis certezas. O que é certo é que a efervescência coletiva torna banal, incita-nos a voltar ao mais próximo do que designa, no seu sentido etimológico, a banalidade: O que é vivido, experimentado em comum, o que me liga essencialmente ao outro. Eis todo o segredo da estética. (Maffesoli, 1999, p. 51)

Nesse mister, o espetáculo fez parte da construção de uma identidade que se relacionava com o meio urbano, sua dinâmica de comunicação, seu isolamento. Nesse campo, o espetáculo é capaz de, pela fragmentação dos espaços de convivência a núcleos cada vez menores, introjetar no sujeito urbano uma ambigüidade: a de viver rodeado de pessoas sem que isso significasse uma integração efetiva. As particularidades, cimentadas pela solidão, tornaram-se a mola mestra dessa nova identidade. Renato Russo, na sua subjetividade, esteve atento à questão da carência nos meios urbanos, ao projetar um sentido de solidão que permeia as relações pessoais, o descaso frente o outro e as coisas que o cercam se tornam rotineiros.

A violência é tão fascinante
 E nossas vidas são tão normais
 E você passa de noite e sempre vê
 Apartamentos acesos
 Tudo parece ser tão real
 Mas você viu esse filme também.
 Andando nas ruas
 Pensei que podia ouvir
 Alguém me chamando
 Dizendo meu nome.
 Já estou cheio de me sentir vazio
 Meu corpo é quente e estou sentido frio
 Todo mundo sabe e ninguém quer mais saber
 Afinal, amar o próximo é tão démodé.
 (Baader-Meinhof Blues, 1984)

A incapacidade de enxergar o indivíduo e o contexto que o cerca foi uma marca presente no meio urbano desde a acentuação do processo de modernização no contexto da modernidade nos idos do século XIX.

No diagnóstico de Simmel, a atitude blasé do habitante urbano surge como um mecanismo de defesa contra o hiperestímulo. A defesa blasé também se constitui como escudo protetor amortizando o choque desferido pela vida vertiginosa da cidade com suas luzes, tráfego, massas anônimas, máquinas velozes, variedade de consumo e incitações ao entretenimento. (Jaguaribe, 2007, 106)

Por esse caminho, no último quartel do século XX, as possibilidades de consumo midiáticas rotineiramente puseram em relevo a indiferença ante as relações pessoais e dessas para com as coisas que se fazem novas, mas efêmeras. O cenário urbano consolida novas identidades.

A cidade, o meio urbano, possibilitou em esferas distintas e complementares, a emergência de duas bases caras à modernidade: o aumento da velocidade da temporalidade cotidiana das informações e a racionalização de uma tecnologia moderna planejada sob os auspícios da razão arquitetônica e de engenharia. O meio urbano industrial acelerou a informação, possibilitou a popularização dos meios de comunicação midiáticos, políticos e propagandistas.

É improvável pensar a modernidade desvinculada do meio urbano, sobretudo se tomar por base a modernização instrumentalizada na modernidade. Na consolidação do capitalismo, os movimentos que se contrapuseram ao Estado liberal fundamentaram-se, pelo menos num primeiro instante, no meio urbano.

No Brasil, a estética capitalista mesclou-se à dinamização de uma racionalidade fundada em anseios políticos autoritários, ansiosa por tirar o Brasil do “atraso colonial” e colocá-lo nos trâmites da modernização.

A reformulação do espaço urbano foi uma das estratégias adotadas por este Estado, no início do século XX. A cidade, com sua organização física- espacial, seus rituais de “progresso”- como no caso das exposições nacionais e internacionais-, passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos. Assim, quando estes especialistas-cientistas se propunham a reformar, a organizar, mesmo que em nível superficial, a esperança que tinham era de que essa projeção externa, pública, cidadina, pudesse orientar os indivíduos. (Herschmann e Pereira, 1994, p. 27)

O meio urbano estabelece um novo padrão de convivência entre as pessoas. Na Primeira República, ampliou-se o afã de tornar o Brasil moderno, à medida que o meio urbano racionalizado serviria de base à construção de uma identidade que afastaria o Brasil do atraso. Nesse esboço, o Rio de Janeiro foi incluído no processo de modernização almejado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-04), o qual já no seu discurso de posse salientou a necessidade de modernizar a cidade. Assim, tornou-se palco de uma reforma que discriminou as necessidades quotidianas da população mais pobre residente em cortiços os quais, além de

dar um aspecto estético pouco moderno para os padrões da *bélle epoque*, impossibilitavam uma política sanitária efetiva.

O controle social numa sociedade capitalista procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: esse controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação do trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial. (CHALHOUB, 2001, p. 148)

A modernidade oportunizou uma pluralidade de sensações projetando nas identidades que se articulavam e se fundamentavam na perspectiva urbana uma diretriz que do ponto de vista do Estado, em nome do “progresso”, entendeu o espaço urbano como a representação da modernização. São dois elos indissociáveis e muitas vezes contraditórios. O Estado, instrumentalizador da modernização, e a sociedade e os indivíduos que a compõe, como sujeitos desejantes nos quais os projetos, repetidas vezes, não condizem com a disponibilidade estatal em realizá-los. A contradição é a marca da experiência urbana.

As composições de Russo, a guisa de estabelecer essa relação tão próxima entre a cidade e a modernidade, colocaram o meio urbano na dinâmica das identidades que se construíram na segunda metade do século XX. A dinamização da informação, a qual ganhou contornos e velocidade novos, os tipos de violência com uma intensidade diferente da vivificada no meio rural, a insatisfação externada mais rapidamente, são alguns elementos os quais compuseram a formação de uma identidade que assumia na cidade seu sentido. Nesse ambiente, Russo, em 1985, argumentou sobre o movimento roqueiro e sua sintonia entre a dinâmica da cidade e as especificidades esboçadas nesse contexto:

Acho que o rock não pode ser delimitado música brasileira, por que rock é música universal. Por ser uma música de massa da sociedade tecnológica do pós-guerra, é uma música feita por e para jovens, um pessoal que sempre esteve ligado em televisão, sempre esteve ligado em videogame. É música da metrópole, é música da cidade, é um fenômeno universal, do planeta Terra. Onde tiver uma metrópole, vai ter rock, por que rock, na verdade, é você tentar se expressar artisticamente, de certa forma, falando da beleza da cidade. É você realmente ver música onde as pessoas mais antigas não vêem, por que não estão acostumadas com isso. Então, é você ver música na fumaça, é você ver música no ritmo das pessoas, nos arranha-céus. (Assad, 2000, p. 223)

O Brasil, que trazia especificidades as quais marcaram a parcela social não incluída na modernização conservadora, a qual concentrou capital e renda numa fração cada vez menor da sociedade, encontrou na cidade o ponto de inflexão da identidade moderna, da crença à desilusão, do projeto nacional ao isolamento, da inclusão à marginalidade.

Brasília, capital construída como baluarte da modernização do nacionaldesenvolvimentista, colocado em prática por Juscelino, não se restringia a um projeto político que pudesse ser canalizado num mandato de cinco anos. A nova capital do Brasil era uma síntese elaborada de uma modernidade na qual a prática política de Juscelino contemplava um projeto maior. Nesse sentido, o meio urbano planejado, erguido no cerrado, do natural à civilização, ao moderno, ao progresso, representava um futuro, capaz de alavancar no Brasil o caminho do desenvolvimento. O planejamento da nova capital, como continuidade da integração dos espaços brasileiros, como almejava Vargas, significava, simbolicamente, o rompimento com o arcaico, com uma capital, o Rio de Janeiro, que não fora pensada com o fito de exercer a atividade administrativa. O projeto de Lúcio Costa, vencedor da disputa arquitetônica, trazia uma combinação de praticidade funcional e suavidade ao mesclar espaços verdes, os quais amenizavam o peso do concreto alicerçado no planalto central.

Zigmunt Bauman, ao analisar os processos de racionalização dos urbanistas, faz uma menção a Le Corbusier. Para Bauman, o sonho de Corbusier de estabelecer um espaço urbano calcado no Plano Diretor- “Plan dictateur”- seria estabelecido através do domínio completo e inquestionável sobre os moradores. Como enfatiza Bauman:

A autoridade do Plano, decorrente das verdades objetivas da lógica e da estética e nelas fundada, não tolera dissensão e controvérsia; não aceita argumentos que se refiram a ou busquem apoio em nada além dos rigores lógicos e estéticos. As ações do planejador urbano são, pois, por natureza, imunes à comoção dos entusiasmos eleitorais e surdas às queixas de suas vítimas efetivas ou imaginárias. (Bauman, 1999, p. 50)

Bauman argumenta que se de fato Corbusier não chegou a colocar suas idéias em prática, Oscar Niemeyer teve a oportunidade para criar um espaço urbano racionalizado nos parâmetros de uma modernização capaz de inserir no plano urbanístico e arquitetônico a profundidade e praticidade racional que a modernidade requeria.

A oportunidade no caso foi uma comissão para erguer do nada, num vazio desértico e sem o fardo da história, uma nova capital que combinasse com a vastidão, a grandiosidade, os imensos recursos inexplorados e as ambições sem limite do Brasil [...] No despovoado planalto central do Brasil seria possível moldar à vontade os habitantes da futura cidade, preocupando-se apenas com a fidelidade à lógica e à estética; e fazê-lo sem precisar comprometer, quanto mais sacrificar, a pureza de princípios a circunstâncias irrelevantes mas obstinadas de tempo e lugar. Podia-se calcular com precisão e bastante antecedência as “necessidades unitárias” ainda inarticuladas e incipientes; era possível compor, sem empecilho, os ainda inexistentes e portanto silenciosos e politicamente impotentes moradores da futura cidade como agregados de necessidades cientificamente definidas e cuidadosamente medidas de oxigênio, luz e energia. (BAUMAN, 1999, p. 51)

A assertiva de Bauman se constitui numa análise convincente acerca do projeto modernizador no meio urbano. A racionalização de uma lógica a qual ao dinamizar-se desconsidera a espontaneidade, caminhou repetidas vezes pari passo com os anseios modernos. Harvey argumenta acerca dos efeitos da modernização assumida na cidade como um dos seus principais símbolos:

Sinais, estilos, sistemas de comunicação rápida altamente convencionalizada são o sangue vital da cidade grande. É quando esses sistemas entram em colapso - quando perdemos o nosso domínio da gramática da vida urbana - que a [violência] assume o controle. A cidade, nossa grande forma moderna, à suave, acessível à estonteante e libidinosa variedade de vidas, de sonhos, de interpretações. Mas as próprias qualidades plásticas que fazem da grande cidade o liberador da identidade humana também a tornam especialmente vulnerável à psicose e ao pesadelo totalitário. (HARVEY, 1992, p. 18)

A geração de Russo foi integrante desse espaço e o rock dinamizado em Brasília e estendido ao Brasil trouxe essa angústia urbana. Nesse sentido, o tédio de viver numa cidade instrumentalizada pela lógica administrativista, desatenta, projetou na juventude de classe média da qual Russo era integrante, sensações que ratificam a premissa de Bauman:

*Era, como “Tédio”, a idéia stoneana do “what can a poor boy do except to sing for a rock’n’roll band?” aplicado àquela cidade que o antropólogo Hermano Vianna, irmão de Herbert, descreveria assim num texto pioneiro sobre o rock local, chamado “Ai de ti, Brasília”, publicado no número 1 da revista *Mixtura Moderna*, de 1983: “ Morar lá é barra pesada. Brasília é fria, monótona, depressiva. A*

capital da esperança ocupa lugares de destaque em estatísticas pouco comuns: é o local, no Brasil, onde ocorrem mais suicídios e onde se consomem mais drogas.
(DAPIEVE, 2006, 52-53)

Nesse sentido, esse tédio introjetado no cotidiano implica diferentes perspectivas:

Moramos na cidade, também o presidente
E todos vão fingindo viver decentemente
Só que eu não pretendo ser tão decadente não
Tédio com um T bem grande pra você (grifo nosso)
Se eu não faço nada, não fico satisfeito
Eu durmo o dia inteiro e aí não é direito
Porque quando escurece, só estou a fim de aprontar
Tédio com um T bem grande pra você.
(TÉDIO (com um T bem grande pra você),1979)

Em Brasília, devido às cidades satélites que receberam a migração de segmentos não desejados dentro dos moldes administrativistas, houve uma desconcentração populacional, que criou um perfil isolacionista e excludente nos ambientes urbanos, dependendo da distância e dos limites financeiros do local de morada dos seus habitantes. Como ressalta Bauman:

Para seus moradores, porém, Brasília revelou-se um pesadelo. Logo foi cunhado por suas infelizes vítimas o conceito de “brasilite”, nova síndrome patológica de que Brasília era o protótipo e o mais famoso epicentro até então. Os sintomas mais notáveis de “brasilite, na opinião geral, eram a ausência de multidões e ajuntamentos, as esquinas vazias, o anonimato dos lugares as figuras humanas sem rostos a entorpecente monotonia de um ambiente desprovido de qualquer coisa que intrigasse, excitasse ou causasse perplexidade. (Bauman, 1999, p. 52)

†Brasília, como emblema, da ordenação do espaço urbano, representou no Brasil uma nova era. Tanto que o executor do plano de construir uma nova capital, a qual aliás já estava prevista na Constituição de 1946, Juscelino Kubitschek, foi o símbolo da modernização ao

† O projeto de transferência da Capital do Brasil para o interior já fazia parte das discussões imperiais. José Bonifácio deixou uma série de escritos sobre essa necessidade, por motivo de segurança estratégica. Na Constituição de 1981 houve o registro legal da mudança, ainda que tenha sido letra morta. Na Carta Constitucional de 1946, dentro da perspectiva integracionista e modernizadora, havia também a previsão da nova capital, já com o nome definido: Brasília.

proponer seu Plano de Metas, na qual a nova Capital seria a 31ª meta, a meta-síntese, incorporada em campanha eleitoral.

O símbolo da modernidade brasileira foi também num contraponto o espaço da exclusão arquitetada, simbolizada numa temporalidade não mais encravada no meio rural, mas circunscrita a um novo ambiente, capaz de elevar um novo paradigma das identidades, excludente e solitário. As mazelas da vida urbana puderam ser sentidas e externadas numa velocidade típica do avanço dos meios de comunicação. Brasília, como decalque de todos os outros grandes centros urbanos, ainda que com menos intensidade de outros, catalisou a violência e o fascínio do meio urbano, caracterizado pelos paradoxos. Num depoimento dado logo após o incidente num show em Brasília, Renato Russo, que em muitas outras ocasiões depôs positivamente acerca da capital federal, conclui:

Essa cidade deixa as pessoas malucas. Tinha um boyzinho que pegava o carro e ficava dando voltas em torno de uma mastro em frente a um bar no Gilberto Salomão. Um dia, ele perdeu a direção e invadiu o bar. Uma merda. (DAPIEVE, 2000, p. 194)

A cidade é um emblema da violência pública ou privada no qual Renato Russo, metaforicamente, realça sua indignação.

*Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana,
Nas ruas os mendigos com esparadrapos podres
Cantam música urbana,
Motocicletas querendo atenção às três da manhã-
É só música urbana.
Os PMs armados e as tropas de choque vomitam música urbana
E nas escolas as crianças aprendem a repetir a música urbana.
Nos bares os viciados sempre tentam conseguir a música urbana.
O vento forte seco e sujo em cantos de concreto
Parece música urbana
E a matilha de crianças sujas no meio da rua-
Música urbana.
E nos pontos de ônibus estão todos ali: música urbana.*

Os uniformes
Os cartazes
Os cinemas
E os lares
Nas favelas
Coberturas
Quase todos os lugares.
 (Música Urbana 2, 1986)

A consolidação do processo de urbanização trouxe a possibilidade de manifestações de identidades que reforçavam a desilusão com os grandes referenciais políticos e ideológicos que sustentaram a modernidade e a novidade trazida pela generalização do espaço urbano. Este trazia uma dinamicidade diferente da rural, que se mostra pela convivência próxima dos excluídos favelados com os incluídos moradores de cobertura. Assim, revela uma nova dimensão do uso do poder de polícia do Estado, mais ostensivo, menos tolerante com a multidão.

A música urbana, na composição de Renato Russo, sugere uma crítica não só aos paradigmas modernos ao realçar a sistematização da educação, na construção de um sujeito que será a base do projeto político do futuro. Entretanto, estende a indignação à violência, pelo abuso de autoridade, indiciado na letra pelo cumprimento do dever legal da polícia ao debelar uma manifestação. Nesse sentido, argumentou Russo, em 1988:

Eu acho que a questão da violência é uma questão do planeta. A humanidade é violenta. Mas, quando o Estado consegue fazer com que o cidadão se sinta útil, quando o cidadão confia no Estado, esses momentos de violência ficam mais esparsos. Sobe a violência do psicótico, a do ladrão, mas não é uma violência contra o cidadão. No Brasil, essa violência contra o cidadão, além de ser traduzida como violência, como na Rocinha ou nos jogos de futebol, envolve a agressão ao cidadão, no sentido de você não ter uma base, uma segurança. A questão da inflação, a própria Constituinte não resolvida. Quando a perplexidade se confronta como ela mesma, [...], num lugar onde ela é naturalmente exarcebada por causa da proximidade do poder e das próprias características de Brasília como cidade – ou seja um feudo cercado de Brasil por todos os lados -, a coisa se torna realmente uma panela de pressão. (Assad, 2000, p. 271)

Assim, os viciados, os mendigos, os esparadrapos podres, a matilha de crianças sujas no meio da rua e os pontos de ônibus como sinônimo de exclusão sinalizam uma

modernidade restrita, incapaz de dar ao indivíduo condições dignas de existência, a qual, aliás, lhe é garantida pelos dispositivos legais. Ao se indignar perante as disparidades contingenciadas no meio urbano, em geral, e, particularmente, em Brasília, Renato Russo manifestou posições que oscilavam entre visões negativas ou não do meio urbano, denunciando suas indignações frente àquilo que não correspondia ao que não concordava. Ao avaliar a experiência urbana, inserida na perspectiva moderna, Jaguaribe expõe a peculiaridade que toca o Brasil, com realce no processo de globalização:

No caso específico do Brasil, os grandes centros metropolitanos vivenciam a contradição entre o fortalecimento de uma cultura democrática e o desânimo em face das dificuldades econômicas e da desigualdade social. Enquanto narrativas nacionais se esgarçam frente aos imaginários da globalização, as cidades ganham projeção além da moldura do Estado-nação e são, mais do que nunca, arenas de novos estilos de vida, consumo, agendas políticas, inovações técnicas e culturais. Esta crescente complexidade e importância metropolitana engendram uma crise de representação. (JAGUARIBE, 2007, 98)

A sensação de conviver num espaço que reúne várias pessoas, mas não as integra, impossibilitando uma relação que transpasse a esfera do indivíduo, também foi uma vertente dessa identificação com o meio urbano, suscitada nas composições de Russo. Essa situação, que não foi particular de Brasília, pois os meios urbanos trazem na modernidade esse traço comum, para Russo, assumiu uma dimensão pessoal, muito imbricada à sua adolescência e boa parte da sua juventude.

A busca de transparência (do meio urbano) teve um preço espantoso. Num ambiente artificialmente concebido, calculado para garantir o anonimato e a especialização funcional do espaço, os habitantes da cidade enfrentaram um problema de identidade quase insolúvel. A monotonia impessoal e a pureza clínica do espaço artificialmente construído despojaram-nos da oportunidade de negociar significados e, assim, do Know-how necessário para chegar a um acordo com esse problema e resolvê-lo. (BAUMAN, 1999, p. 53)

A música urbana, nas manifestações de experiências cotidianizadas, tendo por base a letra de Russo, remete a uma estetização musical, de uma temporalidade, discriminatória, que isola ao invés de integrar. Essa temporalidade anuncia *as antenas de TV, as motocicletas querendo atenção, o vento forte e seco e sujo em cantos de concreto, os uniformes, símbolo*

da padronização e da autoridade, os cartazes, os cinemas, os lares, as favelas, as coberturas, dentre outros, simbolizando uma estética que abarca a todos, mesmo que alguns produtos de consumo só estejam ao alcance de uma minoria. A década de 1980 foi fundamental na inversão que se fazia desde Vargas. Nessa década, não havia mais como negligenciar o novo padrão societário estabelecido no Brasil. As identidades construídas nesse contexto, as quais dialogaram com as vicissitudes históricas do passado brasileiro e com as transformações ideológicas no mundo, trouxeram à tona problemas, sujeitos e projeções novos. O medo e receio frente à incerteza da multiplicidade que se apresenta no meio urbano disseminam a insegurança tanto pelo que realmente acontece e o que concomitantemente é produzido pelos meios midiáticos. A relação intersubjetiva fica marcada pela incerteza e pela fluidez. O endurecimento e a frieza do concreto, amalgamado pela violência, fabricada ou não, contornam as relações pessoais no meio urbano.

Além da desterritorialização, da circulação de bens de consumo global, da presença formidável de novas tecnologias e dos meios de comunicação, as cidades contemporâneas também são territórios minados pela presença de uma cultura do medo forjada pelo risco, incerteza e violência. Esta cultura do medo, por sua vez, dissemina-se não apenas pela comprovação empírica da ocorrência de assaltos, roubos, violações, ataques terroristas, bombas, balas perdidas e sequestros, como também por meio dos imaginários midiáticos e enredos ficcionais televisivos, fílmicos e literários que propiciam a divulgação destas notícias, bem como a invenção de histórias, personagens e crimes. (Jaguaribe, 2007, 98)

A cidade foi uma, dentre outras, síntese dos novos contextos, capaz, nesse sentido, de dar vazão a construções de identidades diversificadas, indefinidas no seu critério constitutivo. Líquidas, como assevera Bauman, ao assumirem uma forma de recipientes diferentes para cada situação, ensejando uma continuidade indefinida pelos antigos padrões de modernidade.

*E mais uma criança nasceu.
Não há mentiras nem verdades aqui
Só há música urbana.
(Música Urbana, 1986)*

Situar esse cenário urbano, constituinte de uma identidade que se construiu num quadro de relações intensas, sugere a necessidade de estabelecer um nexos entre as individualidades advindas desse contexto e as transformações pelas quais a modernidade

passou. Nesse sentido, relevante se faz situar o indivíduo e sua subjetividade na modernidade, desde a gênese de sua construção, no século XVI, culminando nas três últimas décadas que encerraram o século XX. Assim, estabelecer uma ponte entre a interpretação do objeto - as letras de música - e a modernidade é um caminho para a situação daquele frente a um quadro que não era. Pensar a modernidade é um exercício invariavelmente inconcluso, mas indispensável na perspectiva de situar o sujeito nas demandas contingenciadas historicamente.

DISCOGRAFIA

URBANA, Legião. *Legião Urbana*. São Paulo, Emi-Odeon, 1995.

_____. *Dois*. São Paulo, Emi-Odeon, 1986.

_____. *Que país é este*. São Paulo, Emi-Odeon, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAD, Simone. *Renato Russo de A a Z: as idéias do líder da Legião Urbana/* coordena editorial: Simone Assad- Campo Grande: Letra Livre, 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da Criação Verbal*; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. – 5ª edição – São Paulo: Editora WNF Martins Fontes, 2010.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade /* Zigmunt Bauman; tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas /* Zigmunt Bauman; tradução Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência/* Zigmunt Bauman; tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade: entrevista e Benedetto Vecchi /* Zigmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990 *Conversações com Renato Russo*. – Campo Grande: Letra Livre Editora, 1996.

CONVERSACÕES COM RENATO RUSSO. – Campo Grande: Letra Livre Editora, 1996.

- DAPIEVE, Arthur. *BROCK: O rock Brasileiro dos anos 80*, Rio de Janeiro, 1995.
- DAPIEVE, Arthur. *Renato Russo: o trovador solitário / Arthur Dapieve*. – [Nova ed.].- Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- FERNANDES JÚNIOR, Antônio. *Intertextualidade movimentos de leitura em canções de Renato Russo / Antônio Fernandez Júnior*. – Araraquara, 2002.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Editora Record - 2004.
- FICO, Carlos. *Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. Anos 90*, Porto Alegre, 1994.
- _____, Carlos. *POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica*. In: MALERBA, Jurandir (org) *A Velha História – Teoria, Método e Historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 189/208.
- FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990*. In: GUAZZELLI, C. A . B. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.
- GINSBURG, Carlo, 1939- *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história/ Carlo Ginsburg ; tradução: Federico Calotti*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUHA, Ranajit. *La muerte de Chandra*. História e Grafia. Universidade Iberoamericana. N. 12. 1999.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural*. Coleção Memo.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 8. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2003*.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara Sobral/ Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991/ tradução Marcos Santana- São Paulo: Companhia das Letras, 1995*.
- JAGUARIBE, Beatriz. *O choque do real: estética, mídia e cultura/ Beatriz Jaguaribe*. - Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política / Alcir Lenharo*. – Campinas, SP : Papirus, 1986.
- MOLINUEVO, José Luís. *La experiencia estética moderna*. Editorial Síntesis, S. A. Madrid, 2002.
- MOLINUEVO, José Luís. *Humanismo e nuevas tecnologías*. Alianza Editorial, S. A. Madrid, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA, Jorge. ZENHA, Celeste. O século XX-o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões e Utopias. In:__. REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA, Jorge. ZENHA, Celeste. O século XX- o tempo das dúvidas: Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal- Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIANNA, Hermano. Texto de apresentação da coleção de CDs Lagião Urbana Por Enquanto. São Paulo, EMI Brasil, setembro de 1995.

A JOVEM GUARDA ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS

Eleonora Zicari Costa de BRITO¹

zicari@hotmail.com

RESUMO: Estas reflexões se baseiam em pesquisa que venho desenvolvendo acerca das representações da Jovem Guarda na mídia e na memória de seus integrantes. Nesta oportunidade, o que proponho é refletir sobre as memórias produzidas por alguns de seus integrantes, e por outros artistas não vinculados àquele movimento, procurando perceber como suas narrativas recriam o ambiente e as experiências vivenciadas nos anos 60 do século XX, reelaborando representações e identidades ligadas ao grupo.

PALAVRAS-CHAVE: História e música, Jovem Guarda, memória

A Jovem Guarda faz 40 anos

11 de julho de 2006. No ar, o programa *Altas Horas*, comandado por Serginho Groisman. Era um programa especial, totalmente dedicado à comemoração dos 40 anos da Jovem Guarda. No encontro, uma ausência é mais que sentida: o Rei não está presente àquela verdadeira “festa de arromba”. Entretanto, em determinado momento, já no último bloco do programa, Serginho prega uma peça em todos os presentes, incluindo seus convidados de honra – Erasmo, Wanderléa, Golden Boys e The Fevers – e também nos telespectadores, quando, interrompendo a conversa, anuncia a entrada em cena de nada mais nada menos que Roberto Carlos. A câmera anda pelo palco e dirige-se ao túnel de onde surgem os convidados do programa, ali se detendo por alguns segundos. Esse passeio se faz acompanhar dos gritos que vêm do auditório, da música alta que anuncia a chegada de alguém, e da perplexidade estampada nos rostos dos convidados. Ninguém aparece. A camera volta-se para o comandante do programa que então conta que tudo não passou de brincadeira. Embora convidado, o Rei infelizmente não veio partilhar daquele encontro. O Tremendão afirma que viu logo que se tratava de brincadeira de

¹ Doutora em História pela Universidade de Brasília onde integra o quadro de professores do Departamento de História. Coordena o Grupo de Pesquisa “História e Música”, registrado no CNPq.

Serginho, e para sublinhar o que diz, lembra que já gravou uma música cujo título era “Pega na mentira”, querendo evidenciar com isso que ele era escolado demais pra cair naquela armação.

E assim foi no decorrer dos anos de 2005 e 2006, quando artistas ligados ao grupo/movimento da Jovem Guarda saíram, Brasil a fora, comemorando as quatro décadas que os separavam daquele setembro de 1965 quando foi ao ar pela primeira vez o programa *Jovem Guarda*, apresentado todos os domingos pela TV Record e comandado pelo trio Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa. Nesse clima de efeméride qualquer aparição em programas, revistas, jornais, especiais e nos shows da turnê que o grupo levou para diferentes partes do país, transformava-se em celebração, verdadeiros encontros para relembrar, mas também e, sobretudo, construir uma memória para o movimento.

Primeiras memórias: RC entre duas *Realidades*

Mas o fato é que essa memória já vinha sendo construída há muito tempo. Exemplo disso foram as reportagens veiculadas pela revista *Realidade*, em 1966 e 1968, que ajudaram a definir diferentes parâmetros para se pensar a experiência da Jovem Guarda.

Era maio de 1966 e à época, a revista *Realidade* destacava o caráter extremamente alienado tanto dos comandantes do programa quanto de seus convidados e, ainda, da multidão de fãs da Jovem Guarda, em relação aos assuntos que diziam respeito ao “mundo dos adultos”.² Num tom que evidenciava um viés crítico frente a um movimento cujas mensagens pareciam bastante inconseqüentes, a reportagem propunha-se compreender o fenômeno de sucesso em que se transformou aquele movimento de jovens cujo programa que lhes servia de vitrine tornou-se rapidamente o de maior audiência no horário.³

O programa evidenciou um sucesso que já se avizinhava há tempos. Rei do ié-ié-ié, “adorado pelas garôtas”, Roberto Carlos teria se transformado em “tema obrigatório dos sociólogos”. Seu comportamento era apreciado por muitos jovens, pois espelhava o velho “conflito de gerações” típico dessa fase da vida, como frisava o psicanalista Roberto Freire entrevistado na referida matéria de *Realidade*. Mas esse mesmo “rebelde” era o “maior sucesso comercial dos últimos tempos” e, além de ídolo dos jovens, revelava-se também um empresário de sucesso, um dos primeiros a transformar sua marca em lucrativos negócios.

² KALILI, Narciso. “Vejam quem chegou de repente”. *Revista Realidade*. Editora Abril. Ano I, Volume 02, maio de 1966.

³ Gravado em São Paulo, pela TV Record, o “vídeo-tape desse programa (...) vale ouro e faz sucesso em 5 capitais: Belo Horizonte, Rio, Recife, Porto Alegre e Curitiba, fora as cidades que estão em rede com as emissoras”, como afirmava a reportagem.



Realidade (maio de 66)



Intervalo (maio de 66)

Sua paixão pelos carrões é lembrada por *Realidade* – “hoje ele tem 4 automóveis”. Símbolo “da riqueza e do poder”, Roberto Carlos admite: “Sinto-me um rei dentro do Impala”. Ele “gosta de dirigir (...) em disparada”. Ao mesmo tempo em que demonstra indiferença em relação aos “problemas dos adultos” – como política, economia –, adora as “festas de arromba”. Vive aos “beijos e abraços” com as meninas; “marca e desmarca encontros, muda de namorada e sai com duas ou três ao mesmo tempo”.

O fato é que desde a manchete da aludida reportagem de *Realidade*, percebe-se a preocupação com a “revolução da juventude” que Roberto Carlos estaria a liderar. Palavras como “rebeldia” e “revolta” informavam a maneira negativa como o movimento era absorvido por parcelas da sociedade e reforçavam algumas das representações que vinham sendo construídos sobre o movimento. A estas se juntavam as igualmente pejorativas pechas de alienado, freqüentemente lançadas ao grupo.

O depoimento do psicanalista Roberto Freire concedido à matéria a que venho aludindo, pretendia explicitar o que significava essa desordem do ponto de vista de um estudioso dos comportamentos juvenis:

Uma das causas dominantes do progresso é o choque das gerações. Os mais velhos estão sempre em oposição ao que é novo, pois não querem abrir mão do que tem e sobre o que fundamentaram e justificaram toda sua existência. Os antigos repelem tudo o que foge aos padrões tradicionais.(...)Ser jovem é ser inconformista e protestar contra o que considera superado.(...)Rebelando-se contra a sociedade, o jovem estabelece uma posição crítica, hostilizando essa sociedade sem conhecer e sem saber por quê. (REALIDADE, maio de 1966).

Enquanto em determinados períodos da história – inclusive nos anos 60 –, os jovens estariam na linha de frente de revoltas e revoluções, o discurso de *Realidade* reiteraria a cautela de uma parte da sociedade diante das mudanças propostas pela Jovem Guarda e seu principal expoente, Roberto Carlos.

A generalização da imagem do jovem que a reportagem em tela produziu, repercutiu na edição número quatro da revista. Na ocasião, o leitor Marcio N. Galvão dizia em carta enviada à redação:

Sr. Diretor.

Li a reportagem sobre RC e achei um dever notificá-lo de que ele não comanda a juventude brasileira. Ele está à frente, apenas, de uma revolta inconseqüente de certa parte da juventude. Mas também [há] a revolta consciente, dos que procuram uma situação melhor para nós e nossos semelhantes.⁴

A opinião do leitor critica a forma como o discurso generalizava a juventude brasileira, mas não deixa de aceitar e reforçar a representação de Roberto Carlos, construída na reportagem, do jovem que lideraria a “rebeldia delinqüente” dessa “certa parte da juventude”, conforme procurou ressaltar em sua carta.

Mas, fato é que no ano de 1968 nova matéria sobre Roberto Carlos é veiculada na *Realidade*. Nessa Roberto Carlos é transfigurado em outro homem pela pena do psicanalista Roberto Freire que agora assina a reportagem.⁵ O ensaio fotográfico⁶ caprichado foi um recurso utilizado na reportagem e que gerou imagens que dialogam com a mudança de discurso sobre o ex- rebelde Roberto Carlos, ajudando na construção de nova representação para o artista.

⁴ Revista *Realidade*. Ano I, Volume 4, São Paulo: Editora Abril, julho de 1966.

⁵ FREIRE, Roberto. “Este homem procura um caminho”. Revista *Realidade*, Editora Abril. Ano III, Volume nº 32, novembro de 1968. p. 84-96. Apenas para lembrar, na reportagem anterior, de 1966, foi o mesmo Freire que, então como entrevistado, definiu os parâmetros para se pensar a “rebeldia” atribuída aos integrantes da Jovem Guarda, sobretudo a Roberto Carlos.

⁶ As imagens ficaram a cargo de Roger Bester.



Realidade, 1968.

Este novo Roberto Carlos é um homem atormentado, em busca de novo caminho, de um novo som. Já na capa, somos surpreendidos com a seguinte manchete: “ROBERTO CARLOS QUERIA SER PRÊTO”. No sumário, um pequeno resumo sobre o tema que será desenvolvido na matéria: “Este homem procura um caminho – Roberto Carlos, no auge do sucesso, é um homem em crise. Busca superar-se e encontrar novas formas de comunicação.”

O jovem rebelde, agora casado,⁷ preocupava-se no momento em encontrar o som que faria a diferença, e que acreditava, estaria próximo daquilo que os negros norte-americanos faziam. Roberto Carlos não era mais, definitivamente aquele de dois anos e meio atrás. Nunca mais seria o representante que simbolizou mais que qualquer outro o sonho da Jovem Guarda.

Ele é retratado como um artista que atravessava mudanças perceptíveis “na voz e jeito de cantar”.⁸ O líder da juventude delinqüente, como fora retratado antes, cedia lugar nessa reportagem ao homem mais maduro, que enfrentava incertezas quanto aos novos rumos de sua vida pessoal e profissional. Roberto Freire o define como “um profissional tenso e angustiado”.

*À medida que as músicas se sucedem, noto uma profunda transformação em seu rosto. Não é mais aquela pessoa simples e alegre da convivência com os amigos e não mostra nenhuma das características de comportamento que o fizeram famoso nas apresentações públicas. Está tenso, angustiado.*⁹

Acompanhar os subtítulos¹⁰ da matéria que dedica 10 páginas a sua crise permite que se apreendam algumas das figuras/representações que a partir de então passarão a alicerçar a

⁷ Casou-se com Nice, uma mulher em tudo diferente das garotas que lotavam os auditórios de seus shows. Além de mais velha que ele, Nice era desquitada, mãe de uma filha de seu primeiro casamento e estava, naquele momento, grávida do primeiro filho do casal. O “rei da juventude” se casou às escondidas, fora do Brasil.

⁸ Ibidem, p. 86.

⁹ Ibidem, p. 88.

¹⁰ “Voz e jeito diferentes”; “Um profissional tenso, angustiado”; “Não sei como explicar isso”; “Um som nôvo é o mais importante, um som diferente”; “Um mundo que êle não entende”; “Sofro, mas é uma luta que me dá grande

construção de uma nova identidade para o rei da juventude, transfigurado, a partir de então, na imagem do “Rei”.

Jovem Guarda e tropicália

Em dezembro de 1968 a revista publicaria uma matéria sobre a Tropicália e um perfil do cantor Caetano Veloso. Nas duas reportagens existem depoimentos reconhecendo o valor da Jovem Guarda e de Roberto Carlos para o cenário musical brasileiro. A primeira delas reporta-se à opinião de Gal Costa sobre a representatividade do ié-ié-ié no cenário musical brasileiro:

Sempre que pode, Gal aparece nos programas de Roberto Carlos, tendo até defendido uma composição dele e de Erasmo Carlos em um recente festival. (...) Gal recusa-se a aceitar a hipótese de um abismo entre a Jovem Guarda e o tropicalismo. Ao contrário, entende o ié-ié-ié exatamente como uma ponte sem a qual a música brasileira ou nunca sairia do Barquinho ou se deteria no “barraco cuja porta era sem trinco”. “Independentemente de sua importância histórica, que é indiscutível, acho o Roberto genial. (...) Pra mim, o tropicalismo é exatamente isso, fazer as coisas sem medo”.¹¹

No perfil de Caetano Veloso, o artista esclarece suas impressões sobre o panorama da música popular brasileira naquela tumultuada década, reservando importante papel ao movimento liderado por Roberto Carlos.

A Bossa Nova tinha perdido seu sentido libertário, partindo para um tipo de música quase acadêmica, buscando dessa forma sensibilizar o povo que estava mais preocupado com coisas novas, como os Beatles ou Roberto Carlos. (...) Então, ninguém se dava conta de que a evolução não parara, que Roberto Carlos era o João Gilberto da Jovem Guarda. Essa então era combatida como se fosse uma praga ou uma heresia. A meninada [da “MPB”] procurava arrumar um sotaque nordestino para lastimar a falta da reforma agrária. Eles se preocupavam com um detalhe, ao passo que Roberto Carlos e a juventude em geral já mandavam tudo para o inferno. Roberto derrubou padrões estabelecidos, oficializando a tendência irreverente do brasileiro em relação à

satisfação”; “As flores no palco, importante”; “Procurem ouvir as composições dos negros americanos”; “Acho que descobri uma pista”; “Cada um escolhe o próprio caminho”.

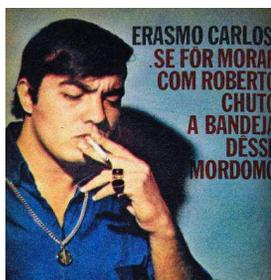
¹¹ BAR, Décio. “O Tropicalismo é nosso, viu?” Revista *Realidade*, Editora Abril, Ano III, Volume 33, Dezembro de 1968. p. 183.

*aparência dos chamados homens sérios. Ele vinha para impor um gosto livre, consequentemente, um uso mais livre.*¹²

Como se pode observar, algo de novo parecia fazer parte do cenário artístico brasileiro nesse final dos anos 60, marcado inclusive, ou principalmente, pela censura e perseguição aos inimigos do poder militar. O Roberto Carlos que os discursos de Gal e Caetano traçam distancia-se bastante da “figura” alienada que pouco mais de dois anos antes fora construída nas páginas da mesma revista. Outros tempos, novas representações, outras memórias.

Tremendão e Ternurinha

Quanto aos dois outros apresentadores do programa *Jovem Guarda*, não há, na revista *Realidade*, registros dignos de nota nos anos de 66 ou 68. O mesmo não se pode dizer da revista *Intervalo*. Ali, Erasmo e Wanderléa encontraram um espaço privilegiado de apoio à construção de suas imagens.



Intervalo (maio de 1966)

Erasmo desde sempre teve sua imagem construída como antítese à de Roberto Carlos. Uma rápida passagem pelas manchetes dedicadas exclusivamente ao cantor e compositor, apenas no ano de 1966, confirma o trabalho de construção dessa representação presente nas páginas de *Intervalo*: “Erasmo é lenha no ié. ié, ié.”;¹³ “Erasmo denuncia panelinha da Bossa Nova”.¹⁴

¹² Caetano Veloso apud BAR, Décio. “Acontece que ele é baiano”. Revista *Realidade*, Editora Abril, ano III, Volume 33, dezembro de 1968, p. 196-198. (grifos meus)

¹³ *Intervalo*. “Erasmo Carlos é lenha do ié, ié, ié”. Ano IV, nº 159, São Paulo: Editora Abril, 23 a 29/01/1966.

¹⁴ *Intervalo*. “Erasmo Carlos denuncia panelinha da Bossa Nova”. Ano IV, nº 165, São Paulo: Editora Abril, 10 a 12/03/1966.



Intervalo (Maio/Junho de 1966)

Quanto à Wanderléa, a imagem da jovem terna, ingênua, mas ainda assim sensual, foi sendo construída desde os primeiros números da revista dedicados à artista, como se pode observar nos exemplos aqui lembrados: “Roberto Carlos de saia conquista o Brasil. Wanderléa a ingênua sensual da Jovem Guarda”;¹⁵ “Ternurinha está amando”;¹⁶ “Wanderléa vai às compras”;¹⁷ “Somos alegres e alegria não é revolta”.¹⁸ Nesta última Wanderléa defende, em texto escrito de próprio punho, que não há motivo para o grupo a qual pertence ser considerado rebelde. Segundo ela: “Não sei porque nos chamam de revoltados: somos alegres e alegria não comporta revolta, nem ódio, nem inveja.”

Nem tão rebeldes, nem tão comportados; assim parecem ter sido os integrantes da Jovem Guarda que apreendemos pelas páginas das revistas que aqui nos serviram de guia nessa breve incursão pelo mundo do ié, ié, ié.

Em documentário de 2002¹⁹ Rita Lee constrói o lugar de cada um dos três principais personagens da *Jovem Guarda*. A ênfase recai sobre Erasmo Carlos, mas a imagem/representação que lhe é atribuída constrói-se, sobretudo, pelo recurso ao contraste. Ele é o “outro” do trio:

Eu fiquei assim, meio que olhando o Tremendão, assim com olhos diferentes, porque eu achei assim uma coisa bandida que me interessava muito, porque a Jovem Guarda era toda muito certinha, o Roberto era o mocinho, a Wanderléa, que eu adoro, era a mocinha, e o Erasmo nunca foi mocinho, entendeu? Ele sempre foi o bandidão.

¹⁵ *Intervalo*. “Roberto Carlos de saia conquista o Brasil. Wanderléa a ingênua sensual da Jovem Guarda”. Ano III, nº 150, São Paulo: Editora Abril, 21 a 27/11/1965.

¹⁶ *Intervalo*. “Ternurinha está amando”. Ano IV, nº 177, São Paulo: Editora Abril, 29/05 a 04/06/1966.

¹⁷ *Intervalo*. “Wanderléa vai às compras”. Ano IV, nº 183, São Paulo: Editora Abril, 10 a 16/07/1966.

¹⁸ *Intervalo*. “Somos alegres e alegria não é revolta”. Ano IV, nº 176, São Paulo: Editora Abril, 22 a 28/05/1966.

¹⁹ http://www.youtube.com/watch?v=KA0N2VdKk_A.

Mas é o mesmo Erasmo que, no mesmo documentário, incitado a falar sobre o significado da Jovem Guarda tantos anos depois, e no esforço de construir uma memória que dê conta da experiência da qual foi um dos protagonistas, muito distante da imagem do “bandidão” construída por Rita Lee, mas, também por grande parte da imprensa e por ele mesmo, parece firmar suas representações sob uma base afetiva absolutamente necessária quando o que se deseja é *presentificar* o passado, reservando àquela experiência um lugar privilegiado. E é assim que ele dirá que a “Jovem Guarda”

Foi uma coisa maravilhosa. Sempre que me perguntam, inclusive, é muito difícil pra mim traduzir o que que foi a Jovem Guarda, porque *foi uma coisa muito séria que aconteceu na minha vida*; e pelo que eu sinto, pelo que eu vejo, e *hoje tenho certeza, foi uma coisa muito séria na vida de muita gente, na vida do Brasil inteiro*, por que não dizer? Porque foi uma coisa que *marcou uma época*, foi uma coisa que até hoje é sempre lembrada com todo o carinho. (grifos meus)

Do eu para o grupo, deste para o Brasil, e daí para uma época, a experiência, transfigurada em narrativa, ganha uma dimensão épica que fala por si.

Jogos de memória

Mas certamente o “bandidão” é quem estava presente quando Serginho Groisman tendo lhe perguntado sobre o primeiro trabalho de parceria que ele teria feito com Roberto (no caso, a canção *Parei na contramão*), respondeu dizendo que os dois buscaram no que então era o universo de interesse deles o tema para a canção. Em suas palavras, “ai a gente começou a ver tema, e é claro, a realidade da gente na época era **garotas, carrões**”. Serginho então pergunta se “mudou muito [essa] realidade” e Erasmo, mais tremendão que nunca, respondeu que “não, não, não mudou. Hoje são **mulheres e carrões**”.

No mesmo programa, também Wanderléa permaneceu bastante fiel à imagem de quatro décadas atrás, ancorando-se no papel da “mocinha” a que se referiu Rita Lee. Um exemplo, entre muitos, perguntada, pela enésima vez, por Serginho Groisman, se namorou ou não com algum de seus parceiros da Jovem Guarda, a eterna “ternurinha” pautou sua resposta

pela mesma representação dos anos 60, ou seja, a “ingênua sensual” da revista *Intervalo* e de muitos outros periódicos:

Naquela época tinha uma coisa assim, os rapazes queriam, assim, dominar o pedaço todo..., agora, a de casa, a família, a irmãzinha, (...) eles tinham muito cuidado (...) na verdade eu tinha vários irmãos que tomavam conta, por isso não rolou (...) como eles tomavam conta da garotada, da mulherada no Brasil, então a gente de certa forma fazia um pouco de charme e segurava um pouco a onda (...) a filha de seu Salin não era solta assim não ...

Mas não fora essa a representação que em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, vinte anos antes, Wanderléa construíra sobre aqueles anos de Jovem Guarda. Comemorava-se, então, vinte anos de nascimento do movimento e a cantora, em mudança de rota de sua carreira artística, lamentava-se por não ter lutado mais por cavar um lugar de maior visibilidade no trio.

*Roberto e Erasmo eram incrivelmente superprotetores comigo e me davam broncas quando eu aparecia com minissaias curtas demais, ou decotes muito ousados. E isso continua até hoje. Há dois meses posei nua para a revista *Status*, com texto de Erasmo, e Roberto veio me dizer que eu não sabia cuidar da minha carreira.²⁰*

Bastante distante da imagem da eterna Ternurinha, Wanderléa, então com 40 anos, afirmava que com “tantos cuidados (...) ficou sendo uma sombra dos dois” e, segundo a reportagem, com “prejuízo para a visibilidade de seu papel histórico.”

As mulheres brasileiras eram muito carentes, com os cabelos presos com laquê e saias compridas. Eu usava saias curtas, cabelos soltos, calça comprida justa, dançava. Se o mulherio hoje tem mais jogo de cintura, eu tenho participação nisso aí. O nosso movimento foi comportamental.

Teria Wanderléa, aos quarenta anos, deixado de ser a ternurinha, assumindo inclusive um papel histórico importante no que se refere à emancipação feminina? Mas como se explica a “volta” da ternurinha vinte anos depois? O que esses jogos de memória estão a nos lembrar é que é assim, de “olho” no futuro, que o presente constrói o passado, em meio a necessários apagamentos.

²⁰ “Os reis do iê-iê-iê.” *Jornal do Brasil*. Caderno Domingo. Ano 10, nº 489, 15 de setembro de 1985. Matéria de capa do caderno, cujo título, colocado logo abaixo da foto de época dos três comandantes da Jovem Guarda, era: *O Brasa, a Ternurinha e o Tremendão. Faz vinte anos.*

Reflexões como essa nos alertam para o fato de que todo empreendimento biográfico/memorialístico deve problematizar a operação que faz surgir, sobre uma vida, uma descrição coerente que somente o relato é capaz de produzir. Em outras palavras, há de se questionar a distancia que existe entre o relato de uma experiência e a experiência propriamente dita.

MÚSICA POPULAR BRASILEIRA E TEMPORALIDADES MÚLTIPLAS: NEGOCIAÇÃO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA PRODUÇÃO MUSICAL DE CHICO BUARQUE DE HOLLANDA DA DÉCADA DE 1960

Gleíciele Mendes Viana MOSCARDO¹

gleiciele@hotmail.com

Ana Guiomar Rêgo SOUZA²

anagsou@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo discute a produção musical Chico Buarque de Hollanda na década de 1960. Tem como objetivo identificar as múltiplas temporalidades que permeiam essa produção conciliando tradição e modernidade, as quais se acham presentes na estrutura musical. Nesse sentido, aponta-se a coexistência de diferentes estilos resultante de contágio entre campos de produção. Trata-se de uma obra híbrida que faz dialogar diferenças estilísticas com especificidades de uma linguagem já “buarqueana”. Considerando a vasta produção de Chico Buarque na cultura brasileira, bem como a história do país perpassando por suas obras, esta discussão focalizará o referido corte cronológico apoiando-se, sobretudo nos estudos de Napolitano (2002; 2007) e sustentando-se nos fundamentos teóricos de Canclini (2006), Chartier (1990), Hall (2003), Freire (1994) e Pesavento (2003).

PALAVRAS-CHAVE: música popular brasileira; Chico Buarque; temporalidades múltiplas.

ABSTRACT: This article discusses the production music Chico Buarque de Hollanda in 1960s. Aims to identify the multiple temporalities that permeate this production combining tradition and modernity, which are present in musical structure. In this sense, points to the coexistence of different styles resulting contagion between fields of production. It is a hybrid work that makes dialogue stylistic differences with the specifics of a language as “buarqueana”. Considering the vast production of Chico Buarque in Brazilian culture, as well

¹ Graduada em Música – Licenciatura pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bacharel em Administração de empresas na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestranda em Música na Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Bacharel em Piano pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista e Mestra em Música pela Universidade Federal de Goiás. Doutora em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta da UFG, lecionando na Graduação e no PPG em Música desta Instituição. Ocupa atualmente o cargo de Diretora da Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) e coordena o curso de Especialização em Ensino da Música e Processos Interdisciplinares em Arte. Lidera o grupo de pesquisa Arte, Educação, Cultura do Diretório de Pesquisa do CNPq, atuando nas linhas de pesquisa “Música, Cultura e Sociedade” e “Musicologia: Identidades, Representações e Processos Interdisciplinares”.

as the history of the country bypassing their works, this discussion will focus on the aforementioned court chronological basis, especially in studies of Napolitano (2002; 2007) and sustaining itself in the theoretical foundations of Canclini (2006), Chartier (1990), Hall (2003), Freire (1994), and Pesavento (2003).

KEYWORDS: Brazilian popular music; Chico Buarque, multiple temporalities.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado parcial de pesquisa de mestrado em andamento. Visa, por meio de uma revisão bibliográfica e análise musical baseada em percepção auditiva, discutir sobre as temporalidades múltiplas na obra de Chico Buarque na década de 1960. A preferência por Chico Buarque incidiu sobre a representatividade deste artista e sua obra na arte brasileira nas últimas cinco décadas. Sua produção consolidou-se atravessando a linha do tempo e enfrentando períodos difíceis de repressão política e censura no Brasil.

Inúmeros são os trabalhos já realizados acerca deste artista, porém apesar de considerarem o contexto pelo qual Chico Buarque esteve imerso, as abordagens dos estudos, em grande parte, têm focado análises poéticas direcionadas à figura do feminino, à política, entre outros temas, desvinculando-se do aspecto musical, e/ou enfocando apenas a música separadamente da poesia. Trabalhos que buscam conectar os inúmeros aspectos que circundam artista e obra são escassos.

No intuito de evidenciar as múltiplas temporalidades na obra de Chico Buarque do referido corte cronológico as quais negociam tradição e modernidade, e apoiada nos estudos de Napolitano (2002; 2007), esta discussão se alicerça em Roger Chartier (1990) e Sandra Pesavento (2003) para a abordagem do imaginário, do simbólico e das representações sociais; em Vanda Freire (1994) que postula sobre o jogo de temporalidades e sobre a relação da música com a sociedade; em Nestor Canclini (2006) que trata dos cruzamentos e relações de campos de produção, ou seja, dos processos de hibridação e ainda, Stuart Hall (2003) que discute sobre as identidades.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O cenário pós-moderno³, a partir das três últimas décadas do século XX e início do século XXI tem sido caracterizado pela diversidade acentuada, pela inevitabilidade dos encontros de tempos e espaços, de circunstâncias híbridas, circunstâncias que juntas fazem percebê-lo como acentuadamente plural, multicultural, multiétnico, híbrido e global. Esta acentuada diversidade advinda de constantes cruzamentos de fronteira, já apontada por inúmeros estudos, fazem com que o sujeito pós-moderno se descentralize e assuma múltiplos papéis sociais, múltiplas identidades, que se formam e transformam continuamente, como apontado por Hall (2006) e Morin (2007). Para Stuart Hall (Ibidem) nossas identidades não são unificadas: assumimos identidades diferentes em diferentes momentos; identidades muitas vezes contraditórias que se deslocam continuamente. Este deslocamento de identidades está relacionado às elaborações das tramas de significação e representações culturais. Nas palavras de Hall:

(...) à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos no identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13)

Edgar Morin acerca das múltiplas identidades assumidas pelos humanos assinala:

(...) a vida mais cotidiana é, de fato, uma vida onde cada um joga vários papéis sociais (...) cada ser tem uma multiplicidade de identidades, uma multiplicidade de personalidades em si mesmo, um mundo de fantasias e de sonhos que acompanham sua vida. (MORIN, 2007, p. 57)

Também é importante abalizar as discussões de Sandra Pesavento (2003) e Roger Chartier (1990) a respeito das representações sociais. A primeira declara que as representações envolvem processos diversos relacionados ao imaginário e ao simbólico. Processos “(...) de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”. (PESAVENTO, 2003, p. 40) Por meio das representações indivíduos e grupos dão sentido ao mundo. Referindo-se a seu caráter simbólico enuncia que estas: “(...) dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social

³ De acordo com Malusá & Montalvo (2005) o termo pós-moderno foi impresso por Toynbee e é utilizado por historiadores para designar o período pós-bomba atômica sobre Hiroshima em 1945, que acarretou em mudanças profundas nos diversos campos do saber e na sociedade. (MALUSÁ, Silmna; MONTALVO, Márica Rodrigues Soler. **Saberes contemporâneos e docência universitária**. In: Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 19, nº37, p. 253-272, 2005).

ou historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão”. (Idem, ibidem, p. 41) Chartier (1990) considera que a representação tem como suporte o simbólico e o imaginário, o autor identifica como uma determinada realidade social é edificada em diferentes lugares e momentos e, assinala que as representações sociais “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Morin (2010), por sua vez, identifica que todo conhecimento se constitui sob a forma de representações, idéias, teorias, discursos a partir do simbólico, ou seja, a partir de sinais, signos, símbolos que simultaneamente são traduzidos e reconstruídos.

Considerando a carga simbólica das representações, onde indivíduos e grupos dão sentido ao mundo, Vanda Freire (1994), baseando-se em Henri Bergson (1859-1941) e em Cornelius Castoriadis (1995) trata da relação da música com a sociedade e o tempo como “um suporte representativo do imaginário coletivo central da sociedade em que foi gerada”. Afirma que a música está ligada a uma “temporalidade histórico-social”, no entanto, em sua teia de significados a significação não se dá no vácuo, mas é construída nas relações dos campos de produção. Assim, a música significa e ressignifica no emaranhado pelo qual a sociedade se constitui. Ao estar aberta a novos significados, a obra musical demonstra sua relação intrincada com o tempo, o que evidencia a importância do receptor da obra, enquanto ser histórico, capaz de fruí-la e ressignificá-la de infindos modos possíveis. Revela:

(...) a música, como qualquer outra forma de linguagem, não opera com um universo fixo de significados, e contém, em si mesma, a possibilidade de novas ordenações e significações. Ou seja, os signos utilizados na linguagem musical reportam-se à rede simbólica presente no momento histórico de sua elaboração, mas, também, os signos utilizados podem ser investidos de outras significações que não correspondem a esse mesmo momento histórico, assim como podem portar, residualmente, significados elaborados em momentos históricos outros, e que, portanto, estão sendo utilizados através de um processo de ressignificação. (Ibidem, p.129)

Assim, assegura que a música é uma estrutura simbólica onde sua relação com o contexto é inseparável. Da relação intrincada entre música e sociedade, tempos variados são condensados, trazendo elementos estruturais significativos do que foi, do que é hoje e do que virá, os quais são nominados por Freire (1994) de “teoria do tempo-múltiplo”. Nas palavras da autora:

“(...) a música expressa, significa, resignifica, antecipa, em suas estruturas e formas, significados residuais, atuais e latentes, numa dinâmica não linear, não apreensível pela lógica tradicional, posto que primordialmente sujeita à lógica do imaginário” (FREIRE, 1994, p. 131)

2. MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

O estudo da música popular brasileira não deve ser realizado de maneira isolada de outros tipos de produção musical. Como aponta Marcos Napolitano (2002), devem ser abordadas não pelo viés dicotômico popular *versus* erudito, mas como um todo. Essa dicotomia surgiu “mais em função das próprias tensões sociais e lutas culturais da sociedade burguesa do que por um desenvolvimento “natural” do gosto coletivo, em torno de formas musicais fixas”. (Ibidem, p. 14)

De acordo com Napolitano (2002) a música popular brasileira ocupa lugar privilegiado no grande mosaico da história sociocultural do Brasil, lugar este formado por mediações, fusões, encontros de etnias, classes e regiões. Ao tratar da configuração da música popular brasileira ao longo do século XX, Napolitano assinala que esta “acabou tornando-se um dos eixos da nossa moderna vida cultural”. (Idem, 2007, p.5) Aconteceu como um conjunto de eventos históricos bem como a narrativa desses eventos, e ainda, pode-se afirmar que a música popular brasileira é formada por um mosaico complexo, de caráter híbrido e aberto, dispondo lado a lado fatores como a tradição e a modernidade. Neste sentido afirma que a música no Brasil

(...) foi um ponto de fusão importante para os diversos valores culturais, estéticos e ideológicos que formam o grande mosaico chamado “cultura brasileira”. Ponto de encontro de etnias, religiões, ideologias, classes sociais, experiências diversas, ora complementares, ora conflitantes, a música no Brasil foi mais que um veículo neutro de idéias. Ela forneceu os meios, as linguagens, os circuitos pelos quais os vários brasis se comunicaram. (...). (Idem, ibidem, p. 110)

Ao referir-se sobre a música popular urbana o autor ressalta que esta

(...) reuniu uma série de elementos musicais, poéticos e performáticos da música erudita (o lied, a cançon {sic}, árias da ópera, bel canto, corais etc.), da música “folclórica” (danças dramáticas camponesas, narrativas orais, cantos de trabalho, jogos de linguagem e quadrinhas cognitivas e morais) e do cancionero

“interessado” do século XVIII e XIX (músicas religiosas ou revolucionárias, por exemplo). Sua gênese, no final do século XIX e início do século XX, está intimamente ligada à urbanização e ao surgimento das classes populares e médias urbanas. (Idem, ibidem, p. 11-12)

Tatit, por sua vez, afirma que além da construção de uma identidade sonora do país, sintonizando-se com a tendência mundial, o século XX traduziu conteúdos humanos relevantes em pequenas peças formadas por melodia e letra. Ao longo do século XX, a canção brasileira incorporou variadas fisionomias, tal qual um “organismo mutante”, convertendo-se “(...) em território livre, muito freqüentado por artistas híbridos que não se consideravam nem músicos, nem poetas, nem cantores, mas um pouco de tudo isso e mais alguma coisa”. (TATIT, 2004, p. 12). A canção brasileira, tal como conhecemos na atualidade,

(...) surgiu com o século XX e veio ao encontro do anseio de um vasto setor da população que sempre se caracterizou por desenvolver práticas ágrafas. Chegou como se fosse simplesmente uma outra forma de falar dos mesmos assuntos do dia-a-dia, com uma única diferença: as coisas ditas poderiam então ser reditas quase do mesmo jeito e conservadas para a posteridade. (Idem, ibidem, p. 70)

Napolitano ao referir-se às análises de canções ressalta que não se deve analisá-la de forma fragmentada, separando letra e música, contexto e obra, autor e sociedade, estética e ideologia, pois se trata de um “objeto sociológica e culturalmente complexo”. (NAPOLITANO, 2002, p. 8) Revela que a estrutura da canção é composta por várias partes, mas não se deve superdimensionar um ou outro aspecto. Os elementos devem ser integrados, articulados, para que a música se realize social e esteticamente. É importante que se valorize a complexidade do objeto a ser estudado, de modo que não se hierarquize questões sociais, econômicas, estéticas, culturais, mas as articule. Em sua concepção, quanto mais focos de luz das várias ciências humanas incidirem sobre as discussões a respeito da música mais compreensões se obterá. Assim assinala que o pesquisador em música popular enfrenta um desafio:

(...) mapear as camadas de sentido embutidas em uma obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história, evitando, ao mesmo tempo, as simplificações e mecanicismos analíticos que podem deturpar a natureza polissêmica (que possui vários sentidos) e complexa de qualquer documento de natureza estética. (Idem, ibidem, p. 78)

Referindo-se ao ato de compor canções e à genialidade dos compositores Napolitano alega que “o grande compositor de canções é aquele que consegue passar para o ouvinte uma perfeita articulação entre os parâmetros verbais e musicais de sua obra, fazendo fluir a palavra cantada, como se tivessem nascido juntos. (Ibidem, p.80)

Neste sentido, Wisnik & Wisnik (1999) discursam sobre Chico Buarque e a articulação que o compositor passa para seus ouvintes por meio de suas canções com letras e música se relacionado intrinsecamente. Oliveira, por sua vez, revela que a obra de Chico Buarque (...) “constitui a mais notável manifestação recente da interpenetração entre música popular e poesia (...)” (OLIVEIRA, 2011, p. 85).

TEMPORALIDADES MÚLTIPLAS NA OBRA DE CHICO BUARQUE DE HOLLANDA

Francisco Buarque de Hollanda, o Chico Buarque, nasceu no Rio de Janeiro aos 19 de junho de 1944. Filho de um dos historiadores mais reconhecidos do Brasil e exterior, Sérgio Buarque de Hollanda, que posteriormente adotou a grafia “Holanda” e foi autor de “uma obra que figura entre as mais originais e iluminadoras da cultura e da história brasileiras” (SILVA, 2004, p. 21).

Chico iniciou sua carreira como cantor e compositor logo após sua adolescência. Pensava em ser jogador de futebol ou cantor do rádio e teceu uma história vitoriosa, não obstante os obstáculos que teve de enfrentar durante sua trajetória artística. Seu aparecimento no cenário brasileiro se dá logo após o golpe militar de 1964. Em um ano e meio o compositor sai do anonimato e surge como um dos grandes nomes da música popular brasileira, produzindo intensamente ao longo de sua carreira. Caetano Veloso ao referir-se ao aparecimento de Chico e seu impacto na cultura nacional descreve que “(...) Ele encarnava o melhor do melhor da história da música brasileira e era assim que todos o viam” (SILVA, ibidem, p. 33).

Dentre suas produções, Chico lançou vários discos com canções autorais, parcerias e interpretando outros compositores. Lançou DVDs, trilhas para cinema, livros, peças teatrais e trilhas sonoras para as mesmas.

A partir de consulta bibliográfica realizada constatou-se um sem fim de estudos publicados acerca de Chico Buarque e sua obra, porém, em grande parte, estes trabalhos têm enaltecido a dimensão poética de sua obra e o contexto político ao qual o compositor esteve

inserido ao longo de sua trajetória. Pouco enfoque é direcionado aos consideráveis aspectos que circundam artista e obra.

Meneses (2002) propõe em seu livro “Desenho mágico – Poesia e política em Chico Buarque” estabelecer um paralelo entre a produção deste artista com a história recente do Brasil, nos anos de 1964 a 1980, marcados pela ditadura militar no intuito de descobrir “uma poesia que conta a história do seu tempo, ao contar a história do homem”. (Idem, ibidem, p. 18) A autora aborda as canções de Chico Buarque enquanto letras, ou seja, na dimensão poética, mas considera que essas letras já se integram à sensibilidade musical brasileira. Ressalta que a obra de Chico pode ser nucleada nas linhas: lirismo nostálgico, variante utópica e vertente crítica como fases não estanques, mas imbricadas entre si, desenhando uma trajetória em espiral. Para Meneses (2002), Chico Buarque detém um “poder inquietante de lidar com as palavras” e seu talento não se restringe à alquimia verbal e musical, mas também à sua capacidade de traduzir-nos e à percepção para “captar os grandes movimentos que se processam no corpo social e político, mesmo que incipientes, e antecipá-los, formulando-os por vezes sintética e corrosivamente”. (Idem, ibidem, p. 242-243)

Silva (2004), igualmente a Meneses (2002) que enfoca a história do Brasil na obra de Chico Buarque, afirma que a história do país, de 1964 até os dias atuais, perpassa pela obra de Chico Buarque onde o inconsciente do país parece “falar na rede simbólica que Chico nos estendeu ao longo dos anos”. (SILVA, 2004, p. 9) O autor destaca ainda que, de maneira generalista, a universidade vem tratando da obra deste artista de forma fragmentada abordando “Chico e a política”, “Chico e o feminino”, “Chico e a malandragem”.

De acordo com Napolitano (2002), Chico Buarque se incorporou à Música Popular Brasileira (MPB) no início de sua carreira, juntamente com nomes da Bossa Nova e de outras tendências. A MPB surgiu

(...) como se fosse um gênero musical específico, mas que, ao mesmo tempo, pudesse sintetizar “toda” a tradição musical popular brasileira (...) foi pensada a partir da estratégia de “nacionalização” da Bossa Nova que traduzia uma busca de “comunicabilidade e popularidade”, sem abandonar as “conquistas” e o novo lugar social da canção... (NAPOLITANO, 2002, p. 64-65)

Na década de 1960 uma gama de perspectivas musicais e poéticas eram abrigadas sob a sigla escrita com maiúsculas: MPB. Conforme Napolitano (2007) esta sigla foi gerada nos programas musicais da televisão e “(...) sintetizava a busca da conciliação da tradição com a modernidade”. (Idem, ibidem, p. 89) Por meio do veículo televisivo, padrões de escuta

antigos fornecidos pelas ondas radiofônicas retornam galvanizados por artistas jovens. Havia um interesse pela modernização da música popular. O autor distingue esse movimento como o entrecruzamento de séries culturais e tradições musicais: temporalidades e códigos culturais que se entrecruzam, e aponta:

(...) artistas recuperavam aspectos da tradição pré bossa-nova – o bolero, a balada, o samba carioca dos anos 1930 – ao mesmo tempo experimentavam novas formas de performances de palco e padrões de composição, traduzindo uma vontade de “modernização” que se colocava como herdeira da bossa-nova e da música “jovem” como um todo... (Idem, ibidem, p. 88)

O cruzamento de fronteiras se faz notar na obra de Chico Buarque, seja em função do ambiente em que viveu, bem como por suas influências musicais e culturais. De acordo com Napolitano (2007) o cruzamento de temporalidades, conciliando o tradicional e o moderno, o encontro dos anos 1930 e 1960, era proporcionado por meio das composições de Chico Buarque onde os padrões estruturais da tradição do samba de Noel Rosa e Ismael Silva eram atualizados, poética, rítmica e melodicamente. Para Napolitano (2007) Chico Buarque ampliou o campo de penetração social atualizando “(...) os parâmetros estruturais do samba “noelesco”, uma vertente até então negligenciada pela bossa nova, mais próxima estruturalmente, da tradição de Ary Barroso e Dorival Caymmi”. (Idem, ibidem, p. 123)

Segundo Napolitano, os primeiros sucessos de Buarque tiveram uma enorme receptividade popular. Suas canções de caráter nostálgico e melancólico eram marcadas por duas temáticas básicas que nas palavras de Napolitano eram:

“(...) as narrativas das vivências cotidianas nos espaços sociais “populares”, tradição iniciada nos anos 1930, e a problematização do lugar social da canção no Brasil da “modernização conservadora”, enfatizando a fugacidade do ato de cantar e os limites da música como amalgama de uma consciência social mais afetiva”. (Ibidem, p.122, grifo do autor)

“A banda”, uma marcha-rancho, de gênero consagrado no gosto popular, de estrutura harmônica simples, melodia tocante e de rápida assimilação veiculava poesia de qualidade e conteúdo “social”. (Ibidem, p. 122, grifo do autor) Sua nostalgia melancólica sintetizava

“(...) o turbilhão de sentimentos coletivos que se entrecruzavam na sociedade brasileira, sobretudo em meio aos seguimentos mais politizados da classe média: o conflito ético e político entre a passividade diante do contexto autoritário, a nostalgia do passado perdido e a vontade de atuar para mudá-lo”. (Ibidem, p.122)

O “lugar social” da música naquele contexto era traduzido pelo conteúdo poético da canção onde “(...) as pessoas eram felizes e deslumbravam alguma saída existencial e social somente enquanto a banda estava passando pela cidade”. (Ibidem, p.122)

Outro aspecto referido por Napolitano nesta canção é a utilização de material sonoro “arcaico” caracterizado nos timbres metálicos da banda de interior e marcando o clima sonoro da canção de Buarque. Contudo, desenhava-se uma situação paradoxal onde o novo paradigma de criação apontava para “a saída do impasse da MPB reforçando materiais oriundos de certo de “passadismo” musical”. (Ibidem, p. 122) Este aspecto parece ser também confirmado nos primeiros álbuns de Chico Buarque com as canções “A Rita”, “Juca”, “Amanhã ninguém sabe”, “Madalena foi pro Mar”, “Ela e sua janela” e “Pedro Pedreiro” inseridas no gênero samba e suas variações.

Retomar a tradição não significava que Chico Buarque quisesse negar a Bossa Nova, pelo contrário, em suas canções o compositor buscava mesclar a performance contida e a rejeição de ornamentos, oriundos do movimento de 1959, a Bossa Nova.

Referindo-se aos cruzamentos de fronteiras na obra de Chico Buarque, Caetano Veloso afirmou “Como letrista, ele era ao mesmo tempo Vinícius de Moraes, Caymmi, Billy Blanco e Noel Rosa. Como músico era um pouco Carlos Lyra, um pouco João Gilberto, um pouco Ataufo Alves, um pouco Geraldo Pereira (...)”. (SILVA, ibidem, p. 33)

De acordo com Wisnik & Wisnik (1999) na obra de Chico Buarque, podem ser acompanhadas as transformações do mundo popular, sejam transformações sociais, culturais ou psicológicas. Os autores explicam que no mundo do compositor não há cortes de maneira súbita, rupturas que se dão radicalmente ou intervenções programáticas. Suas canções estão ligadas a tradição popular brasileira, onde o meio e a mensagem do país falam por seu corpo, avivando o cotidiano. Asseveram que existe uma relação intrincada entre letra e música nas composições de Chico Buarque e que suas canções simultaneamente “assinalam acontecimentos da vida brasileira nas últimas décadas” e são os próprios “acontecimentos marcantes que vão se formulando para nós em tempo real e em tempo simbólico”. (Idem, ibidem, p. 8) Destaca:

(...) letras e melodias formam um nó luminoso e inextrincável em que se condensam certas situações intersubjetivas, intensificadas num momento determinado, mas disseminando vestígios narrativos que concentram, no breve instante da canção, vivências de longo curso, porções inteiras de vida, muitas vezes captadas numa expressão comum, imantada por um novo sentido. (Idem, ibidem, p. 8)

Adélia Meneses (2002) relata sobre as múltiplas identidades ao longo da carreira de Chico Buarque. Para a autora o artista estava

(...) inicialmente circunscrito no campo da canção popular, passou a palmilhar também as trilhas da dramaturgia e da ficção. No entanto, toda a sua múltipla atividade pode ser reduzida a um denominador comum: compositor, dramaturgo e ficcionista se encontram, derrubando barreiras de gêneros e formas, sob o signo do poeta... (MENESES, 2002, p. 17)

Estas múltiplas identidades podem ser notadas ainda pelo artista apreender as transformações da sociedade brasileira e transpor suas percepções para suas obras. Tais identidades podem ser encontradas também em suas letras por meio dos tantos personagens criados pelo artista.

Pode-se dizer que na própria obra de Chico Buarque este jogo de identidades é caracterizado pelo hibridismo o qual é entendido por Canclini (2006) como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas”. (CANCLINI, 2006, p. XIX). Canclini afirma que a circularidade cultural entre diferentes dimensões é inevitável, não há como falar da existência de uma cultura pura, identidade pura, sem encontros e intercâmbios.

Segundo Napolitano (2002) as canções compostas no Brasil por volta de 1965 eram culturalmente híbridas. O autor declara que às vezes, em uma única canção veiculava-se “elementos considerados como auto-excludentes pelas correntes de opinião mais tradicionais: nacionais e estrangeiros, folclóricos e massivos, cultos e populares”. Quanto a Chico Buarque, relata que suas canções neste período traziam “(...) de volta à cena musical a memória do samba urbano dos anos 30 (Noel), marcando sua obra inicial (1966-1970) como um conjunto heterogêneo de expressão do samba, com predominância da “velha” e da “nova” bossa”. (Idem, ibidem, p. 65, grifo do autor)

A música de Chico Buarque, ao dialogar com outros elementos, ao trazer a cena o samba de Noel Rosa com elementos da “velha” e “nova” Bossa Nova, ou seja, trazendo

elementos musicais contrastantes, estabelecendo contágio de um campo de produção para outro campo e mantendo sua especificidade, aponta para uma produção híbrida. Neste sentido Canclini (2006) aponta que

(...) hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (Idem, ibidem, p. 348)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão buscou trazer a lume as temporalidades múltiplas na obra de Chico Buarque da década de 1960. Sem intenções reducionistas, no que tange uma discussão sobre este artista e sua obra e considerando que existem possibilidades infindas de discuti-los, seja pelo viés da música ou das outras ciências, e ainda, considerando os apontamentos de Napolitano (2002; 2007) acerca da Música Popular Brasileira do século XX, especificamente o gênero canção, de caráter híbrido e aberto, bem como as considerações de Tatit (2004) sobre a canção tal qual um “organismo mutante” e uma outra maneira de se falar sobre temas cotidianos, os entrecruzamentos que forjaram a obra de Chico Buarque da década de 1960, ou melhor, as temporalidades múltiplas, os encontros temporais entre tradição e modernidade parecem ser evidentes.

À luz de Freire (1994), que trata da relação da música com a sociedade e o tempo, e ainda sobre a ressignificação da obra musical, é possível afirmar que Chico Buarque enquanto ser histórico, recebendo influências seja pelo viés musical, social, histórico, cultural e político, bem como, se relacionando com diferentes campos de produção não se mostrou imune. Assim, as composições de Chico Buarque da década de 1960, tal como “A banda”, citada por Napolitano (2002), são exemplos de convivência temporal múltipla. Tempo múltiplo que nas palavras de Freire

“pulsas e significam na música, presentificando significados, articulados com o momento social histórico, resignificando elementos que foram articulados em outros presentes, projetando significados, que no momento são latências, mas que se tornarão presença” (Ibidem, p. 132).

Esteando-se nos autores consultados que abordaram a circularidade cultural, o cruzamento de fronteiras e as múltiplas identidades assumidas por Chico Buarque no cotidiano e/ou impressas em suas obras, é possível afirmar que a produção deste artista na década de 1960 mostrou conciliar tempos distintos, caracterizando assim sua abertura às experiências e influências que, em forma de canção interpenetraram elementos da tradição da música dos anos de 1930 e da “moderna” canção dos anos de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução CINTRÃO, Heloísa Pezza; LESSA, Ana Regina. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- FREIRE, Vanda Lima B. *A história da música em questão – uma reflexão metodológica*. In: Fundamentos da educação musical 2. Porto Alegre: CGP música/UFRGS, p. 113-135, 1994.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da, LOURO, Guaracira Lopes. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MENESES, Adélia Bezerra de. *Desenho mágico: Poesia e política em Chico Buarque*. 3ª edição. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução LISBOA, Eliane. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- _____. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução JACOBINA, Eloá. 17ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. *História & Música – História cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- _____. *A síncope das idéias: A questão da tradição na música popular brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. *De mendigos e malandros: Chico Buarque, Bertolt Brecht, Jhon Gay – uma leitura transcultural*. 2. ed. Curitiba: CRV, 2011.
- PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- TATIT, Luiz. *O século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

SILVA, Fernando de Barros e. *Chico Buarque*. São Paulo: Publifolha, 2004.

WISNIK, Guilherme; WISNIK, José Miguel. *O artista e o tempo*. In: CHEDIK, Almir.

Songbook Chico Buarque. Rio de Janeiro: Lumiar, v. 2, 1999, p. 8-20.

IDENTIDADES E ALTERIDADES: O SERTÃO NA OBRA DE ELOMAR FIGUEIRA MELLO

Helder Canal de OLIVEIRA¹

helder_canal@hotmail.com

Marcel MANO²

marcelmano@fafcs.ufu.br

RESUMO: Esta comunicação visa apresentar a discussão sobre identidade na obra artística de Elomar Figueira Mello. Para tanto se buscou fazer uma discussão de identidade sertaneja, juntamente com as suas alteridades mais próximas, a saber: o litoral baiano e a modernidade, e com a dinâmica existente na demarcação simbólica das diferenças culturais. Discutimos, assim, a diferenciação espacial que Elomar diz haver dentro da Bahia e a configuração dos padrões de significados entre sertão e modernidade. Finalmente mostramos o amálgama que existe entre um ethos e uma visão de mundo sertanejo com os mesmos quesitos da modernidade, visto que ambos repartem o mesmo espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Elomar Figueira Mello, Identidade Sertaneja, Modernidade.

ABSTRACT: This communication aims to present the discussion about identity in the artistic work by Elomar Figueira Mello. For that we sought make a discussion of “sertaneja” identity, together with its closest otherness, namely the coast of Bahia and modernity, and with the dynamics existing in the symbolic demarcation of cultural differences. We argue therefore that the spatial differentiation Elomar says there to be in Bahia and the configuration of meaningful patterns among the backwoods and modernity. Finally we show the amalgam that exists between an ethos and worldview backcountry with the same categories of modernity as both sharing the same space.

KEYWORDS: Elomar Figueira Mello, “sertaneja” Identity, Modernity

Introdução

Esta comunicação é fruto de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no programa de pós-graduação em ciências sociais na Universidade Federal de Uberlândia, cujo foco é como

1 Mestrando do programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

2 Professor do programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

culturas e representações sociais emparedadas pelo discurso hegemônico da modernidade se articulam e representam essa mesma modernidade. Aí situada, esta comunicação pretende, em particular, discutir identidade sertaneja na obra artística do baiano Elomar Figueira Mello. Desde já gostaríamos de frisar que não se pretende com este trabalho esgotar a discussão em torno do tema identidade, ainda mais visto que identidade sempre deve ser referida no plural. Desse modo, nós estamos cientes que há multiplicidades de identidades sertanejas; e isso pode ser visto na própria obra desse artista “sertanez”³. Por isso, o uso do conceito de identidade não deve implicar em essências metafísicas ou entidades naturais, mas no seu caráter plural e contextual. A partir disso, nossa discussão se delineará em torno de cinco obras vindas ao público ao longo de mais ou menos quarenta anos, porém com grandes saltos de tempo entre algumas destas. Nesse sentido as obras escolhidas são três discos, a saber: “Na Quadrada das Águas Perdidas” de 1978, com a música de mesmo nome; Cartas Catingueiras de 1983, com a música Faviela e Árias Sertânicas de 1992, com a música Patra Vêa do Sertão; também utilizaremos a música O Violeiro gravada em um compacto experimental em 1968, porém vinda a público em 1973 no disco Das Barrancas do Rio Gavião. Além dos discos também será incluído na discussão o livro publicado por Elomar em 2008 cujo título é Sertanílias: romance de cavalaria. Os discos e músicas escolhidas fazem parte cada uma de obras maiores. A primeira e a última músicas fazem parte da obra cancionero. A segunda música faz parte da ópera Faviela. A terceira música faz parte da ópera A Carta. Essas duas óperas fazem parte da pentalogia Bepas Esponsais Sertana. Em momento oportuno essas obras serão explicitadas no texto. A intenção de colocar em foco essas obras é para mostrar que desde o final da década de 1960 Elomar já trazia a tona certa configuração da identidade sertaneja da região de Vitória da Conquista – BA.

Alteridades e Identidades

Claude Lévi-Strauss (2008) argumenta que há certos aspectos na humanidade que são universais, independentemente das culturas e dos contextos sociais em que estão inseridos como o incesto ou as formas de classificação e pensamento dualistas. Aqui daremos ênfase apenas a este segundo item. Para este antropólogo francês as formas de classificação mais elementares se referem a pares de opostos em certa relação de antagonismos e complementaridades. Contudo, as relações, as oposições e as correlações criadas são

3 Este termo é como Elomar Figueira Mello se auto intitula.

inconscientes para o homem em seu cotidiano, o que caracterizaria, desse modo, essas formas de classificação e pensamento dualistas como estruturais a humanidade. Lévi-Strauss argumenta que o pensamento dividido nessas formas é típico da psique humana em qualquer época ou lugar. Nesse sentido, a estrutura (ou forma) é imutável, estática, universal e conseqüentemente não histórica, variando apenas o conteúdo. Este último, para o antropólogo, é a parte consciente do cotidiano humano, ou seja, as variações culturais existentes entre as várias sociedades humanas ou o desenvolvimento histórico de cada sociedade. Pode-se perceber isso em todas as sociedades humanas, pois elas sempre fazem diferenciações dualistas como: homem/natureza; mundo natural/mundo espiritual; geral/particular; masculino/feminino; humano/não-humano e assim por diante, isto é, o conteúdo das classificações realizadas por cada sociedade pode variar, porém a maneira pela qual se classifica é a mesma em todas as sociedades humanas em qualquer tempo.

Toda realidade, assim, pode ser passível do homem conhecer/compreender através de ordenação por formas de classificação e pensamento dualistas. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento a algum grupo só tem relevância em detrimento ao não pertencimento a outro grupo. Por exemplo: antes e ao mesmo tempo de nós nos reconhecermos como brasileiros, só fazemos isso porque não somos argentinos ou paraguaios ou franceses ou qualquer outra população de outro país. Essa lógica pode ser observada em todos os níveis: internacional, nacional, regional e local. Então voltando ao exemplo: temos essa atitude de nos identificarmos como brasileiros se estivermos em outro país, caso estejamos em outro estado da federação nos identificaremos com o Estado de origem, dentro de um mesmo Estado nossa identificação será com a cidade da qual viemos, e dentro de uma cidade com o bairro onde moramos. Isso faz tanto sentido que como todos os seres humanos vivem no Planeta Terra não é necessário, entre nós, identificarmos-nos enquanto terráqueos. As identidades, nessa acepção, só são passíveis de virem à tona em relação as suas alteridades, ou seja, é um processo relacional.

Já Sartre em *O Ser e o Nada* (2003) coloca a questão da alteridade como significativa para a noção de existência. Isto é, só existimos porque conseguimos nos ver no outro e o outro consegue se ver em nós. Para mostrar isso o filósofo francês parte do cogito cartesiano, a saber: penso, logo existo. A crítica feita, assim, a Descartes, parte da inversão que este filósofo moderno fez sobre a individualidade no cogito. Sartre argumenta que ao partir da primeira pessoa do singular na definição do cogito, Descartes considera ser possível um ser pensar por si mesmo, ou seja, ser significativo por si mesmo. Todavia, Sartre volta a argumentar que o ser só tem consciência do que está a sua volta porque é diferente do que está

a sua volta. Nesse sentido, não sendo possível ter consciência e nem pensar sobre si mesmo se não existir a sua diferença para mostrar isso.

De fato relacional, a consciência de si ou a identidade coletiva só se faz em relação a algo que lhe é exterior. Porém, de acordo com os pressupostos de certa leitura, devido ao fato dessa oposição e correlação se dar dentro de uma estrutura de classificação atemporal, os processos de identidade não mudam, pois sempre terão como pano de fundo as formas de classificação e pensamento dualistas. Entretanto, em observação rápida realizada sobre a história de uma sociedade é possível constatar transformações significativas sobre como esta sociedade se identifica. Aqui, é importante colocarmos em relevo as ideias de Marshall Sahlins (2003). Para este antropólogo estadunidense a estrutura não é imutável como Lévi-Strauss afirma. Ela é passível de mudança na práxis, na ação, na história. Assim, a estrutura se reproduz pela mediação histórica e ao mesmo tempo ela se transforma pela história. Para entender melhor essa colocação é interessante trabalharmos com a noção empregada por Sahlins de “estrutura da conjuntura”. Esta é entendida pelo autor como “um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático” (2003, p. 160). Isto é, na ação, na prática, as categorias culturais dão significados e são ressignificadas adquirindo novos valores. Assim, como as categorias culturais mudam, a estrutura também muda. Disso Sahlins afirma que “a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia” (2003, p. 180). Com isso, quanto mais a estrutura pretende se manter igual, mais ela muda, pois ao manter a estrutura funcionando na prática, há a incorporação ou exclusão de elementos que transformam as relações pré-existentes.

O que Sahlins argumenta é como a práxis humana é dinâmica, ao ocorrer um fato significativo, as pessoas irão interpretar as características desse fato novo com as concepções do passado. É justamente nesse processo que acontecem as mudanças na estrutura, pois ao reproduzir esse fato como evento, isto é, na relação entre um acontecimento e um sistema simbólico, o que importa para a interpretação é a significância do evento e não suas propriedades. Ao fazer isso, pode ocorrer incongruências e conflitos entre as categorias e os agentes sociais envolvidos que podem ressignificar os acontecimentos. Há de se frisar aqui que muito dessa ressignificação é ao mesmo tempo consciente e inconsciente. O primeiro acontece porque o ato de interpretar é feito com o sistema simbólico do passado. O segundo acontece porque ao não encaixar perfeitamente o sistema simbólico antigo em um novo acontecimento ocorre uma mudança nas categorias culturais, mas a pessoa ou grupo social que faz essa nova interpretação não tem controle sobre as mudanças que ocorrerão. Nesse

sentido é que se pode observar uma mudança cultural significativa em determinada sociedade em um grande espaço de tempo, porém em um curto espaço as mudanças culturais não são tão percebidas. Isto é, em um longo período de tempo observam-se mudanças drásticas, mas em curto espaço há um continuum das categorias culturais. Destarte, identidades além de serem relacionais, são também dinâmicas, isto é, mudam ao longo do tempo.

Na obra elomariana é característica pelo menos duas alteridades que se contrapõe a identidade sertaneja. A primeira é a Bahia do litoral. A segunda é menos geográfica e mais cultural, política e ideológica, a saber: a modernidade. Ao identificar essas primeiras alteridades como sendo as mais próximas para demarcar uma fronteira simbólica, Elomar fará um esforço para diferenciar o sertão do litoral e o sertão da modernidade. Porém, esta última dentro do que o artista considera ser a própria territorialidade da região cultural designada como tendo uma identidade sertaneja. Começemos, então, pela primeira diferença e depois iremos para a segunda. Para facilitar a compreensão e a própria argumentação dividiremos o texto em tópicos.

Espaço, Territorialidades e Identidades

Foi dito anteriormente que todas as identidades são relacionais, isto é, se reconhecem como tal devido as suas alteridades e que também são dinâmicas, isto é, mudam ao longo do tempo. Aqui discutiremos outra dimensão, que, a nosso ver, é significativa para demarcar fronteiras imaginárias⁴ entre identidades, a saber: o espaço. Antes de continuarmos é necessário definir o nosso entendimento desse conceito. Partimos, desse modo, da definição dada por Milton Santos (2008) de espaço. Para este autor o espaço é dinâmico e não estático. Assim, o que interessa para análise é o espaço social-morado pelo homem, o seu lugar de vida, de trabalho, de manifestações culturais, ordenação e classificação do mundo, de reprodução social. Com isso, o espaço geográfico muda devido ao processo histórico, visto que também é espaço social. Quando se retira o tempo de sua análise o espaço se torna imutável, sendo mera mercadoria, ou seja, restringindo a dimensão de análise. Nesse sentido, Santos argumenta que o homem atua sobre o espaço, mas também o espaço atua⁵ sobre o homem criando rugosidades. Estas “são o espaço construído, o tempo histórico que se

4 A intenção de discutir o espaço como demarcador de fronteiras não é no sentido de que há uma divisão rígida entre uma cultura e outra como nas diferenças territoriais entre países, mas apenas porque as pessoas que se sentem pertencentes a algum grupo social que também se sentem pertencentes a um espaço e uma paisagem.

5 Não estamos defendendo um determinismo geográfico. Apenas observamos que o homem também é influenciado pelo ambiente em que vive, porém essa influencia é relativa, pois ele transforma o ambiente de acordo com os seus pressupostos culturais e materiais.

transformou em paisagem, incorporado ao espaço” (SANTOS: 2008, p. 173). Destarte, o espaço é uma memória de determinado momento da humanidade.

Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais. (SANTOS: 2008, p. 185)

Sua manifestação é polivalente, ou seja, em um espaço há várias tendências para dinamizar a vida social como atração de capitais, migração e colonização, mas ao dividir o espaço entre as várias tendências ocorre um processo mantenedor, baseado na desigualdade de repartição do espaço, de tendências herdadas da situação já existente.

Sobre esse aspecto, o sertão é um espaço não apenas físico, embora geograficamente situado. Do ponto de vista cultural, um dos últimos autores a definir o sertão foi Darcy Ribeiro. No livro *O Povo brasileiro* (2009) faz uma divisão do Brasil em cinco regiões culturais. Uma dessas regiões é justamente o sertão⁶. Este antropólogo descreve o sertão como sendo o grande interior do Brasil. Devido as suas dimensões espaciais, de difícil acesso durante o desenvolvimento histórico brasileiro, este autor afirma que ele configurou-se com

um tipo particular de população com uma subcultura própria, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo (RIBEIRO: 2009, p.307).

Essa região interiorana, a princípio, caracterizava-se como um local de criação de gado para fornecê-lo aos engenhos de açúcar do litoral. A penetração para o interior fez-se seguindo os cursos dos rios. A população ia penetrando pelo interior do Brasil à medida que o gado ia para o mesmo sentido. Com a grande distância dos centros consumidores e da população escassa, o tipo de trabalho que mais se desenvolveu na região foi o livre. O senhor

⁶ A caracterização que Darcy Ribeiro faz do sertão é panorâmica, ou seja, ele parte do que é comum na formação histórica do interior do Brasil. Assim, ele não considera diferenças culturais existentes da população que vive na imensidão do sertão. O caso aqui é considerar especificamente a região de Vitória da Conquista – BA, isto é, como um artista que se coloca como defensor e guardião de uma cultura entende essa mesma cultura.

quando estava presente se fazia compadre e padrinho, respeitador das qualidades de seus homens, o que acarretava o respeito recíproco de seus funcionários. Todavia, as relações eram marcadas por uma profunda hierarquização, principalmente devido à existência do grande latifundiário (RIBEIRO: 2009). Na atividade pastoril o vaqueiro que se destacava pelo brio e pela coragem era exaltado pelos companheiros, tornando-se lendas nas bocas populares (CASCUDO: 1984). Na labuta do dia-a-dia para recuperar e apartar o gado nos campos do sertão fazia-se, muitas vezes, com a cooperação entre os vaqueiros, mesmo com as distâncias entre estes serem grandes. Nesses momentos os vaqueiros mostravam suas habilidades, o que acabou por transformar-se em festas regionais. Os cultos aos santos padroeiros e as festividades advindos do trabalho proporcionavam às famílias um convívio social que resultavam em festas, bailes e casamentos (RIBEIRO: 2009, p. 311/312). O vaqueiro além de trabalhar no manejo do gado tinha um papel importante na transmissão de informação. Ao levar o gado para os entrepostos comerciais no litoral ele ficava sabendo de notícias que eram espalhadas/transmitidas pelas paradas das suas viagens que, por conseguinte, retransmitia-as.

É nesse espaço do sertão, aqui apresentado de maneira bastante panorâmica, que se desenvolvem Elomar e sua obra artística. Local de referência, nele Elomar reconhece uma formação cultural própria. Em uma entrevista concedida para uma pesquisa de doutoramento (GUERREIRO: 2005), Elomar afirma que existe uma diferença cultural significativa entre o litoral e o interior da Bahia. Para ele a formação cultural do interior (sertão) pautou-se mais por uma formação cristã⁷. Enquanto que no litoral a formação foi mais heterogênea com grande influência de religiões africanas⁸. Nesse ponto já podemos observar um princípio de tentativa de identificação de um espaço em que se configurou e se desenvolveu uma identidade sertaneja. Na música Na Quadrada das Águas Perdidas Elomar canta: “Da Carantonha mili léguas a caminhá”⁹ e “Ontem pr’os norte de Mina o relampo raio”. Esses trechos já passam a delinear um espaço físico do que seria o sertão imaginado pelo autor. A região cantada, desse modo, parte da serra da Carantonha andando mil léguas de raio, passando pelo norte de Minas Gerais no vale do Jequitinhonha. Com isso, Elomar tenta delimitar uma fronteira geográfica entre o que ele considera como sertão. Isso é tão forte que

7 Conversa travada com Elomar em trabalho de campo realizada em julho de 2010 (28/07/2010).

8 Elomar baseia-se em questões religiosas devido a sua formação protestante.

9 Carantonha é uma serra que circunda a fazenda Casa dos Carneiro a cerca de 20 km de Vitória da Conquista cujo proprietário é o próprio Elomar.

durante a década de 1980 Elomar encaminhou uma epístola para a então constituinte para criar o estado do Sertão¹⁰ (MELLO: 2008, p. 37).

Em outra música Elomar canta a “Patra véa do sertão/ Terra donde eu nasci/ Teus campo de sequidão/ Me alembra ôtro sertão/ Qui a Sagrada Letra canta/ Bem muito lonjo daqui/ Pl’as banda da Terra Santa/ Nos campo de Abraão/ No sertão do Rei Davi”. Visto como pátria, esse sertão não pertenceria a nenhum estado da Federação em específico, mas como um espaço ao mesmo tempo autônomo e dependente de outros lugares. A pátria, dessa feita, está impregnada de um sentimento de pertencimento que um grupo tem não apenas social e cultural, mas também territorial. Com isso, Elomar define bem que há sim um lugar que podemos dizer que faz parte de uma identidade sertaneja. Outro ponto que podemos colocar nesse trecho é a referência direta feita a Terra Santa transcrita na Bíblia. Isso acontece de forma metafórica devido às similaridades entre a caatinga brasileira e o deserto da Palestina/Israel; ou seja, um lugar árido, de difícil locomoção com uma população sofrida tendo a religiosidade como um de seus baluartes. Tanto é que podemos observar a mesma referência na música Faviela: “Manda priguntá se a vida/ Pr’essas banda miorô/ É qui lá nos Impredado/ Nossa luita inté faiz dó!/ Se a fulo do gado/ Do gado maió/ De todas mûnça/ Se as cria vingo/ Da roça/ Só indaga/ Das mendioca só/ Plantada na incosta/ Do mato-cipó.” Nessa música quando Aparício¹¹ ao se referir como “anda” a região onde a Madrinha dele mora, pergunta se a vida melhorou e comenta que em sua terra natal está complicado viver, pois devido a seca as criações e plantações não “vingaram”, apenas as mandiocas plantadas na beira de uma mata, local de maior umidade. Dessa feita, o espaço que compreende o sertão é árido, ou semiárido, lugar de difícil sobrevivência devido a escassez de água e de solo pedregoso, ou seja, as raízes das plantações não se aprofundam no solo sendo fácil não extrair nutrientes da terra e portanto darem poucos frutos.

Devido ao solo pedregoso e seco, a maior parte da população vive ao longo dos cursos de água. A principal atividade econômica é a criação de gado e bode. Por conseguinte, boa parte dos empregos oferecidos na região está ligada as atividade pecuária e caprinocultura. Isso se deve muito a resistência que esses animais têm à seca. Destarte, podemos ver essas características, descritas anteriormente por Darcy Ribeiro e Câmara Cascuda, na cena em que Aparício chega à casa de sua Madrinha a mando de seu pai na ópera Faviela: “Tem presa das bota/ Chapéu muntaria/ Apois qui Amia/ Îantes de rompê o dia/ Vai junto c’as frota/ Lá pras

10 Ainda se observa o Estado do Sertão em seu site oficial. Também houve confirmação desse dado em trabalho de campo.

11 Aparício é quem canta estes trechos para sua Madrinha.

Aligria/ Pras bespa das boda/ De Caçula e Fia/ Cum prijistença/ Alembra qui é proxa/ E já quaji às porta/ A vinda do Grande Rei/ Jesus, o Nosso Redentô.” Depois de se apresentar, Aparício fala para sua Madrinha que no outro dia ele partirá com a comitiva de vaqueiros que estavam a conduzir o gado para algum destino. Nesse ponto ele lembra as vestimentas de um vaqueiro sertanez com a bota, o chapéu e a montaria. Ao final faz referência direta ao cristianismo com a figura de Jesus Cristo dizendo que estão quase as portas da vinda do retorno do filho de Deus, visto que no cristianismo há a crença no retorno de Jesus para redimir os pecados do mundo e levar os justos para a presença de seu pai.

Ethos e visão de mundo sertanejos

Depois dessa breve análise da questão do espaço e de sua influência sobre os padrões de significados dos moradores da região, passemos agora a discorrer sobre a outra alteridade presente na obra de Elomar, a saber: a modernidade. Todavia, essa outra alteridade, diferentemente da Bahia negra do litoral, não há uma divisão espacial em relação à identidade sertaneja, ela ocupa o mesmo espaço. Com isso podemos observar que as diferenças se baseiam em outros quesitos como o ethos e a visão de mundo.

Toda identidade pressupõe uma determinada configuração sociocultural. Essa configuração, por sua vez, não é rígida, mas sim maleável. Isto é, “denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ: 1989, p. 103). Via de regra, esse padrão de significados comporta tanto uma visão de mundo, como um ethos. O primeiro é o ordenamento das coisas no mundo, vistas como verdadeiras e inalteráveis, por exemplo, a hierarquia que o cristianismo coloca entre céu, terra e inferno ou a ordenação que a ciência moderna coloca sobre as leis gerais de expansão do universo ou senão a hierarquia existente na realidade sociocultural. O segundo seria o caráter, a personalidade, a moral, a ética, o estilo de vida, as disposições estéticas de uma população, como por exemplo, regras de comportamento do funcionário com os clientes de um estabelecimento comercial ou a conduta que uma esposa deve ter em relação ao seu esposo ou então a ideologia do trabalhismo na sociedade capitalista. Nesse sentido, o ethos é uma representação idealmente aceita do que se deve fazer em relação à ordenação das coisas na realidade sociocultural que a visão de mundo proporciona (GEERTZ: 1989).

Nesse sentido, haveria no padrão de significados da identidade e da cultura sertanejas tanto um ordenamento da realidade, quanto uma disposição para a ação. No limite, o enraizamento dessas predisposições coloca a modernidade como concorrente da identidade sertaneja. Essa, a modernidade, é outra alteridade do sertão, mas, diferentemente da primeira acima discutida, essa segunda alteridade não tem um espaço específico, pois está inserida no mesmo espaço da identidade sertaneja. Destarte, cada padrão de significados pressupõe

um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas. (GEERTZ: 1989, p. 105)

Assim, o padrão de significados que Elomar coloca como sendo próprio do sertanejo está baseado em uma vida mais tradicional/camponesa, em que a honra e a religiosidade são o que regem as condutas de cada pessoa como nos seguintes versos: “Reposta madã/ Cadê Faviela?/ Mía alma Duvã/ Qui hai arte do mal/ Mía alma difã/ Margosa de fel/ Só faiz sete lua/ Qui li di o anel/ Jurô que era mia/ Pru tinta e papel”. A noção de indivíduo, em seu sentido moral, é relegada em detrimento de uma sociedade mais patriarcal, em que os mais jovens devem honrar a sabedoria e a memória dos mais velhos. Quando uma pessoa assume uma responsabilidade no sertão ela cumpre, não sendo necessário nenhum papel, apenas a “palavra de honra”. No trabalho de campo realizado em julho de 2010 Elomar disse que uma das coisas que ele não consegue entender é justamente o motivo de ter que assinar um papel para cumprir algo sendo que a “palavra” de um homem vale mais do que qualquer papel. Contudo, mesmo assumindo essa posição, as pessoas que vão conversar com ele assinam um papel para garantir a integridade artística da obra elomariana. O motivo dele fazer essa exigência a seus “entrevistadores” deve-se a um fato que aconteceu em julho de 2009. Nessa época, um jovem pesquisador foi conversar com ele para realizar seu trabalho monográfico. Ao final da conversar Elomar solicitou para que este jovem pesquisador não publicasse nada do que foi conversado em forma de entrevista. Todavia, este jovem não cumpriu com o prometido. Com isso, Elomar passou a exigir dos pesquisadores uma garantia por escrito. Assim, caso não seja cumprido o estipulado caberá processo judicial por parte do artista sertanez.

A religiosidade também está impregnada por todos os lados como podemos ver nos seguintes versos¹²: “A vinda do Grande Rei/ Jesus, o Nosso Redentô.”¹³ ou “Qui a Sagrada Letra canta/ Bem muito lonjo daqui/ Pl’as banda da Terra Santa/ Nos campo de Abraão/ No sertão do Rei Davi./ Cumo as brasas qu’incendêa/ A fogaêra de São João”¹⁴. A crença no sobrenatural, na guerra existente entre o céu e o inferno é corrente. As festividades religiosas também são marcantes. Tanto é que muitas de suas óperas começam e terminam nessas festividades como a ópera A Carta da qual a música Patra Vêa do Sertão faz parte.

Outra característica que Elomar coloca como parte do sertanejo é a fala errada. Nesse ponto Elomar diz que a sua escrita, ou melhor, a linguagem que utiliza é dialetal¹⁵. Essa linguagem é uma

variedade regional sem o status e o prestígio sócio-cultural da própria língua. (...) Uma língua se dialetiza quando toma, segundo as regiões onde é falada, formas notadamente diferenciadas entre si; a noção de dialeção pressupõe a unidade anterior, pelo menos relativa, da língua em questão (BONAZZA: 2006. Nota 213. pp. 100)

Isso levou alguns pesquisadores a pensar que Elomar pretende cantar na língua portuguesa que se falava em outrora. Essa interpretação é tão forte que Luiz Karol (2004) chega a afirmar que esse artista sertanejo utiliza-se, em alguns momentos de sua obra, do português medieval. Nesse ponto observam-se dois processos. O primeiro é a diferenciação de linguagem. O segundo é o resgate histórico procurando algo em comum no passado para afirmar as diferenças identitárias. De acordo com Castells (2000) um dos atributos que reforçam a identidade é a linguagem compartilhada ao longo do tempo. A língua, dessa forma, estaria relacionada com o autoreconhecimento do indivíduo, ou seja, no ato de falar a pessoa consegue se identificar e se assemelhar ao sotaque, as gírias, aos vícios de linguagem etc. Fora esse aspecto ela ainda teria o poder de delimitar a “fronteira”¹⁶ invisível da região¹⁷. “Isso se deve ao fato de que, sob uma perspectiva histórica, a língua estabelece o elo de

12 Em vários versos transcritos anteriormente já é possível observar a religiosidade presente na obra desse artista. Repetiremos, assim, alguns desses versos.

13 Versos de Faviela.

14 Versos de Patra Vêa do Sertão.

15 Essa afirmação é falada no disco Cantoria 1 gravado ao vivo em 1983. Elomar também confirma isso em seu livro de 2008 e no trabalho de campo realizado em julho de 2010.

16 Fronteira no sentido de diferenciar culturas, não sendo demarcada geograficamente por uma linha para mostrar o limite de um país, por exemplo.

17 Por exemplo, muitas pessoas ao conversar com um soteropolitano já o identifica com a Bahia, assim como em outros lugares.

ligação entre a esfera pública e a privada, e entre o passado e o presente, independentemente do efetivo reconhecimento de uma comunidade cultural pelas instituições do Estado” (CASTELLS: 2000, p.70).

Outro fator que Castells coloca como primordial para a utilização da língua como bastião e guardião da identidade está relacionado ao atual mundo globalizado, principalmente em função da mídia global, tornando-se expressão direta da cultura, uma trincheira de resistência cultural, um reduto identificável. Tanto é que Elomar (2008) escreve uma “entrevista” que concedeu a uma mulher sertaneja no livro *Sertanílias*. A transcrição dessa “entrevista” é feita em linguagem dialetal. Por um instante ela fica avexada em conversar com um músico e artista importante por “falar errado” e “ser analfabeta”, mas Elomar diz para ela não se sentir assim, pois a fala dela é bonita e representa a cultura sertaneja da caatinga da região do rio gavião¹⁸. Nesse sentido, Castells ainda diz que uma nação¹⁹ não é apenas uma “comunidade imaginada”, ela é uma realidade histórica e cultural, o que no caso poderíamos identificar com a linguagem e as tradições que permearam a formação ao longo do tempo da região. Nesse ponto podemos também fazer referência à história e a manutenção da tradição como delineadoras de uma identidade cultural como podemos ver nas vestimentas a serem usadas nas festas juninas e na própria continuidade dessas festas.

Já o padrão de significados que a modernidade coloca como sendo sua característica mais marcante está baseado no desenvolvimento científico-tecnológico, no econômico e no indivíduo no sentido moral. Nesse discurso os que não se baseiam nesses pressupostos não tachados de arcaicos, obsoletos, atrasados. A modernidade ao proclamar a razão e a ciência como seu grande baluarte (projeto iluminista) elegeu indivíduos como os únicos porta-vozes de determinados assuntos. Assim, é possível observar indivíduos, que não são de determinado lugar e nem estiveram nesse lugar, orientando os rumos que devem ser tomados pelos habitantes “nativos”. De acordo com Habermas (2002) isso ocorre devido à separação da realidade sociocultural em dois mundos: o “sistema” (modernização societária) e o “mundo vivido” (modernidade cultural). O primeiro é dividido em dois subsistemas: economia e poder. Já o segundo é a experiência comum compartilhada por todos os indivíduos como a cultura, a língua, a tradição. No processo de racionalização do mundo o sistema configurou-se em uma economia de mercado e em um Estado racional-legal. Como esses dois subsistemas focam objetivos bem definidos: lucro e monopólio da força, burocracia e sistema jurídico,

18 Região próxima a Vitória da Conquista – BA.

19 O termo nação não é entendido como Estado-nação, mas sim como o pertencimento a algum grupo sociocultural como os Curdos ou os Bascos.

respectivamente, a razão instrumental tornou-se proeminente para viabilizar em curto prazo os objetivos traçados. Com isso a racionalidade instrumental tornou-se hegemônica e restringiu outros tipos de racionalidade, como a comunicativa, ao mundo vivido. Isso é muito visível em políticas públicas, como é o caso da transposição do Rio São Francisco no nordeste brasileiro, ou na política agrária brasileira que privilegia a produção de carne e alimentos vegetais para exportação²⁰. Essas políticas são adotadas pensando puramente no discurso do progresso econômico, tanto é que em boa parte do imaginário coletivo, devido principalmente à influência dos meios de comunicação de massa (ADORNO & HORKHEIMER: 1985), pensa-se que quando o econômico vai bem o social e o cultural também o vão. De acordo com Giddens (1991) essas políticas são elaboradas por sistemas peritos. Entretanto, esses sistemas peritos não colocam em jogo a importância cultural das regiões onde organizam e executam tais políticas.

Para Dumont (1992) isso é um reflexo da ideologia característica da modernidade, a saber: o individualismo. Para este autor essa configuração das relações de sociabilidade da modernidade hierarquiza a mesma, pois ao proclamar algumas ideias como “superiores” não são possíveis excluir definitivamente ideias tidas como “inferiores”. Dessa forma, há um “englobamento” dessas últimas pelas primeiras, porém tornando-a segmentada. Isso implica que somente partes de uma ideia “inferior”, que satisfaçam aspectos do seu dominador, será colocada em prática, refletindo a própria segmentação da ideologia individualista moderna. Para corroborar ainda mais esse processo está ocorrendo uma transformação cultural acelerada em que antigos meios de explicação de mundo²¹ dão lugar para a explicação moderna racional e científica (WEBER: 2004).

Entre-lugar: o amálgama do sertão e da modernidade

As características dos padrões de significados são descritas de maneira mais ou menos isoladas e independentes entre si. O que se observa, no entanto, na região de Vitória da Conquista é um amálgama entre esses padrões, não sendo possível diferenciar um do outro de forma clara. Para entendermos melhor essa configuração é necessário discutirmos a ideia de entre-lugar. Para tanto utilizaremos Homi Bhabha. De acordo com esse autor indiano o entre-lugar é um “terreno para elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que

20 Isso acontece na região de Vitória da Conquista em que vários fazendeiros privilegiam a exportação ao invés de privilegiar o mercado interno.

21 Explicação essa baseada em mitos, lendas, espiritualidade, religiosidade etc.

dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (2003, p. 20). Nesse sentido, não podemos ficar presos a um conceito de cultura que entende a fronteira cultural como um limite claro e definido. Pelo contrário, para Bhabha a fronteira é entendida no cruzamento entre espaço e tempo para formar figuras complexas de diferença e identidade, passadas e presentes. Assim, há a necessidade de deixar de focar narrativas de subjetividades originais e iniciais e passar a focar “aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (2003, p. 20).

Nesse ínterim, os discursos da modernidade e do sertão estão entrelaçados na região que Elomar canta. Cada qual tenta trazer a tona as suas qualidades em detrimento dos defeitos que sua alteridade foca. Com isso, é possível observar que há um conflito latente entre os dois como podemos observar nas óperas Faviela e A Carta. Porém, antes de continuarmos vamos fazer um breve relato da estória de cada ópera²².

A ópera Faviela conta a história de um jovem vaqueiro chamado Aparício cuja namorada (Faviela) mora em outro sertão nas terras de sua Madrinha. Há mais ou menos sete luas, algo em torno de sete meses, Aparício pediu a mão de Faviela em casamento que aceitou. Depois disso, voltou para a casa de seu pai onde ficou trabalhando. Em uma festa Aparício começa a ajudar a sua mãe na cozinha e o seu pai fala para parar com isso, pois é um vaqueiro. Nesse momento o pai desconfiado de que algo errado aconteceu com a Madrinha de Aparício por ela não ter vindo à festa faz um pedido ao filho: ir buscar a sua Madrinha. Ao chegar lá Aparício pergunta se está tudo bem e pergunta de Faviela. Daí vem a seguinte resposta da Madrinha: “Foi no mingunte dessa passada/ Tão de repente deu-se o sucesso/ Qui já nem guento mais essa dô/ Vino dos cunfim da istrada/ Um mitrioso aqui poso/ Se arribo de madrugada/ E Faviela, ai de mim, levo!”. Esse “mitrioso” (mentiroso) é um viajante na busca de ganhar dinheiro, em outras palavras, um vendedor. O sentido que Elomar coloca do vendedor não é o mesmo do caixeiro viajante de outrora, mas o vendedor moderno, que mente para vender algum produto. Na gíria popular é um “bico fino”, um cara que tem “lábria”. Como é uma pessoa exótica, inclusive para a estética da região, ele representa a diferença, ou nas palavras de Elomar, a “mudernage”²³. A modernidade como busca a todo tempo um retorno financeiro é vista pelo artista sertanez como obra de satanás²⁴. As suas consequências são desvinculação do homem com Deus e perda da moral e da coesão social.

22 A intenção aqui é focar mais o conflito que aparece na obra de Elomar. Desse modo, não há grande ênfase na caracterização que o discurso moderno faz sobre o sertanejo.

23 “Mudernage” é modernidade em sertanez elomariano.

24 Elomar afirmou isso no trabalho de campo realizado em julho de 2010.

Nessa obra, o viajante gostou de Faviela e utilizou de suas artimanhas “modernas”, como mostrar as coisas boas da modernidade, para conquistar a garota e levá-la com ele, deixando Aparício decepcionado em relação a seu casório e a noiva.

A ópera *A Carta* começa em uma véspera de festa de São João. Nessa festa Maria (protagonista) e Diudorico estão noivos, porém eles não têm dinheiro para efetivar o casamento. Uma prima (migrante) de Maria vinda de São Paulo fala para esta ir para a capital paulista ficar um tempo trabalhando e juntar dinheiro para casar. Maria depois de alguma relutância vai para São Paulo. Na sua partida de madrugada, quando todos estão dormindo, pois não avisou para ninguém que iria, proferiu os seguintes versos: “Amanhã vô te dexá/ Por um tempo qui nem sei/ Também se eu vô voltá/ Sabe Deus isto num sei/ Vô com o coração partido/ Aqui no peito firido/ Cuma qui apunhalado/ Vô morá in terra longe/ Distante dos meus amado.”. Em São Paulo Maria começa a trabalhar em uma tecelagem. Por ser muito bonita o patrão se “apaixona”²⁵ por ela. Convida-a para ir a sua casa com outras duas pessoas para comemorar seu aniversário. Contudo, passado algum tempo os outros convidados “desaparecem”, ficando apenas Maria com o patrão. Este tenta beijá-la, mas ela o rejeita, inclusive com uma arma (faca). O patrão se mostra arrependido do que fez e pede perdão para a moça. Esta o perdoa. Para selar o perdão o patrão faz um brinde e pede para ela beber uma taça de bebida alcoólica. Maria rejeita falando que não bebe, mas acaba cedendo. Porém, o patrão droga a bebida. Essa droga deixa Maria alucinada, pensando que o patrão é o seu noivo Diudorico e acaba cedendo aos prazeres do sexo, visto pelo sertanez como pecaminoso antes do casamento. No final da peça Maria começa a se prostituir devido à perda de sua “honra” e para se sustentar, e então envia uma carta para a sua família e Diudorico em véspera de festa de São João explicando os motivos de não voltar e pedindo perdão para seus familiares e para Deus. Essa ópera anda pelo mesmo caminho traçado em *Faviela*, porém agora é a protagonista que sai do sertão e vai para a cidade grande, no caso São Paulo, que representa a modernidade *par excellence*. Outra diferença é que essa obra explicita mais as artimanhas que o homem moderno sem nenhuma moral e caráter utiliza para alcançar os seus objetivos; logo depois “descartando” a moça à sua própria sorte.

Isso leva a pensar na relação da modernidade com o tradicional. Em uma passagem de *Fausto*, Goethe (1949) escreve que aquele pediu para Mefistófeles dar um jeito em um casal de velhos que estava em seu caminho para a grande realização de sua vida. Mefistófeles, por sua vez, “some” com o casal. De acordo com Marshall Berman (2001) isso é encarado como o

25 O sentido empregado aqui não é o de que o patrão realmente gostou dela no sentido romântico da palavra, mas sim que gostou da estética da moça e queria se aproveitar disso.

grande processo de modernização. Tudo o que é tradicional é considerado velho e atrasado, sendo necessário mudar e entrar na experiência histórica da modernidade. O que Elomar denuncia em sua obra é justamente o que Goethe descreve em seu poema épico. Destarte, para o cantadô sertanez²⁶, na era da ciência, da tecnologia, da informação²⁷ a maioria da população da região do sertão²⁸ quer um emprego dito moderno para ganhar dinheiro, ter roupas da moda, celular, carro, moto etc; isso chegou a tal ponto que o próprio músico da caatinga afirmou que muitas vezes ao apartar o gado os funcionários das fazendas fazem-no de moto. Por um lado, observa-se certa homogeneização do consumo de produtos globais que, muitas vezes, é encarado como moderno, por exemplo, deixam de comer cabra para comer um sanduiche do McDonald's. Nesse processo muitos dos antigos moradores do sertão voltam-se contra a cultura característica da região, tachando-a de atrasada. Por outro lado, há pessoas que fazem o inverso, buscam valorizar a cultura regional como é o caso de Elomar que além de “cantar a cultura da região” criou em 2007 a Fundação Casa dos Carneiros com o intuito de preservar a sua obra artística e de valorizar a cultura sertaneja.

Nesse conflito latente entre modernidade²⁹ e sertão, Kathryn Woodward diz que a globalização é capaz de produzir diferentes resultados nos termos de identidade. “A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local”. Por outro lado, ela pode gerar algumas resistências no sentido de reafirmar identidades, tanto nacionais quanto locais, ou levar ao surgimento de novas identidades (WOODWARD: 2000, p. 21). Com isso, as mudanças e transformações proporcionadas pelo processo de modernização nas estruturas políticas e econômicas deixam em relevo questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas.

Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem.
(WOODWARD: 2000, p. 25)

26 Este termo é como Elomar se refere aos músicos da região.

27 Alguns autores dizem que a questão informacional faz parte da pós-modernidade. Para nós faz parte da modernidade, uma modernidade líquida, radicalizada, reflexiva, visto que os pressupostos da sociedade de hoje ainda são os mesmos considerados da modernidade clássica, a saber: capitalismo, mercado livre, diminuição das distâncias, revolução técnico-científica, entre outros.

28 Região de Vitória da Conquista no sul da Bahia divisa com Minas Gerais.

29 No momento estamos em uma modernidade mais caracterizada como global e informacional.

Isto é, no mundo contemporâneo, de grande diversidade de informação, as identidades construídas a partir de uma cultura são questionadas. Entretanto, essa contestação faz-se ancorada nas velhas estruturas identitárias. Antes, a identidade estruturava-se por posicionamentos ideológicos, década de 1970/1980. Hoje ela se faz concorrencial com as múltiplas identidades que podem existir em um único local. Isso mostra a grande fragmentação identitária que está em curso de algumas décadas para cá. Para melhor compreender ao redor, muitos indivíduos buscam no local o reconhecimento para se sentirem seguros e darem sentido a vida. Assim, “algumas comunidades buscam retornar a um passado perdido, ordenado... por lendas e paisagens, por histórias de eras de ouro, antigas tradições, por fatos heroicos e destinos dramáticos localizados em terras prometidas, cheias de paisagens e locais sagrados” (WOODWARD: 2000, p. 23). Já Castells diz que o retorno a identidades locais pode ser encarado como única alternativa de resistência contra o capital. As “pessoas resistem ao processo de individualização e atomização”, agrupando-se em entidades comunitárias que, com o passar do tempo, gera um sentimento de pertencimento que em último caso é “uma identidade cultural comunal” (CASTELLS: 2000, p. 75).

Além disso, Woodward diz que essas identidades também são entendidas através de um sistema simbólico que representa, classifica e ordena as relações no interior da cultura. Com isso, na medida em que existe um esforço para diferenciar culturas e identidades, há também uma diferenciação de aspectos materiais como roupas, chapéus, botas, comida etc³⁰; isto é, aspectos sociais. Assim,

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (WOODWARD: 2000, p. 14)

A guisa de conclusão consideramos oportuno citar a primeira música que Elomar gravou em um compacto experimental de 1968 chamada O Violeiro, pois a nosso ver ela sintetiza o que foi discutido nessa comunicação:

30 Este aspecto se torna interessante pois quando das conversas travadas em trabalho de campo com Elomar em julho de 2010 este sempre se vestia com gibão, botas de cano alto, chapéu de couro típico dos vaqueiros da região.

Vô cantá no cantori primêro/As coisa lá da mîa mudernage/Qui me fizero errante e violêro/Eu falo sero e num é vadiage/E pra você qui agora está me ovino/Juro inté pelo Santo Minino/Virge Maria qui ôve o qui eu digo/Se fô mintira me manda o castigo/Apois pra o cantadô e o violêro/Só há treis coisa nesse mundo vão/Amô, furria, viola, nunca dinhêro/Viola, furria, amo, dinhêro não/Cantadô de trovas e martelo/De gabinete, ligêra e moirão/Ai cantado já curri o mundo intero/Já inté cantei nas porta de um castelo/De um rei qui se chamava de João/Pode acreditá meu companhêro/Dispois de tê cantado o dia intero/O rei me disse fica eu disse não/Si eu tivesse di vivê obrigado/Um dia iantes desse dia eu morro/Deus fez os home e os bicho tudo fôrro/Já vi iscrito no Livro Sagrado/Qui a vida nessa terra é u'a passage/E cada um leva fardo pesado/É um insinament' qui derna a mudernage/Eu trago bem dent' do coração guardado/Tive muita dô de não tê nada/Pensano qui esse mundo é tudo tê/Mais só dispois de pená pela istrada/Beleza na pobreza é qui vim vê/Vim vê na procissão o lôvado seja/O malassombro das casa abandonada/Coro de ceg' nas porta das igreja/E o ermo da solidão das istrada/Pispiano tudo do começo/Eu vô mostrá como faz um pachola/Qui inforca o pescoço da viola/Rivira toda a moda pelo avesso/E sem arrepará se é noite ou dia/Vai longe cantá o bem da furria/Sem um tustão na cuia o cantado/Canta inté morrê o bem do amo. (Elomar: 1973)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. A dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- BONAZZA, Alessandra. Das *visage* e das *latumia* de Elomar Figueira Mello. Dissertação (mestrado em literatura portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP, 2006.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Vaqueiros e cantadores. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, [1937] 1984.
- CASTELLS, Manuel. O poder da Identidade. São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- DUMONT, Louis. Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: GUANABARA, 1989.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: EDUNESP, 1991.

- GOETHE, Johann Wolfgang Von. Fausto. São Paulo: IPE, 1949.
- GUERREIRO, Simone da Silva. Tramas do Sagrado: a poética de Elomar Figueira Mello. Tese – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, UFBA, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- KAROL, Luis. Os metaplasmos no Auto da Catingueira de Elomar Figueira Mello. Dissertação (mestrado em letras) – Departamento de linguística, UERJ, 2004.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. São Paulo: COSACNAIFY, 2008.
- MELLO, Elomar F. Sertanílias: romance de cavalaria. Vitória da Conquista, 2008.
- _____. A Carta: ópera em quatro cenas – relato primeiro das Bespas Esponsais Sertana [Libreto]. Acervo do compositor. Mimeo, s/d.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SARTRE, Jean Paul. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org) & HALL, Stuart & WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Discos

- Mello, Elomar Figueira. ...Das Barrancas do Rio Gavião. São Paulo: Philips, 1973.
- _____. Na Quadrada das Águas Perdidas. Vitória da Conquista: Gravadora Rio do Gavião, 1978.
- _____. Cartas Catingueiras. Gravado no Nosso Estúdio – São Paulo: Gravadora Rio do Gavião, 1983.
- _____. Árias Sertânicas. Vitória da Conquista: Gravadora Rio do Gavião, 1992.

Sites

http://www.casadoscarneiros.org.br/interface/index_fundacao.asp visitado em 10/05/2010.

<http://www.elomar.com.br/index.html> visitado em 10/05/2010.

Trabalho de campo realizado em Vitória da Conquista entre os dias 25/07/2010 a 30/07/2010.

SONORIDADES DE RITA LEE: EU POÉTICO FEMININO NO INÍCIO DOS ANOS 1980

Jefferson William GOHL¹

jwgohl@yahoo.com.br

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo identificar elementos da representação poética feminina e do “ser mulher” nas sonoridades do pop rock da década de 1980. A metodologia se centra na análise dos conteúdos temáticos e sonoros da produção da artista Rita Lee durante o período, bem como propõem comparações com outras artistas que remetem a dicções de canto musicado como: Maria Bethânia e Gal Costa.

PALAVRAS-CHAVE: Rita Lee, canção, anos 80.

ABSTRACT: The present research has as objective to identify to elements of the feminine poetical representation and the “being woman” in the noises of pop rock of the decade of 1980. The methodology is the analysis of the thematic and sonorous contents of the production of the artist Rita Lee in the period. Proposed comparisons with other artists who send the ways to says of sing as: Maria Bethânia and the Gal Costa

KEYWORDS: Rita Lee, years 80.

Os conteúdos das canções que ressaltam a característica feminina ganham espaço cada vez mais presente no trabalho de Rita Lee. A artista parte da posição inicial de ressaltar os distintivos identitários da juventude, ainda com o grupo de Rock and roll “Os Mutantes”, para a construção de personagens claramente definidos como eu poéticos femininos que tem um auge justamente no ano de 1982. Em alguns casos busca mesmo a própria definição do ser mulher, como “*Nas duas faces de Eva / A bela e a fera*”. A utilização da música “Cor de Rosa Choque” como abertura do programa televisivo “TV Mulher” por parte da produção da Rede Globo revelam como a sociedade vivenciou uma percepção do “feminino” que ocupou outros lugares na obra de Rita Lee, que não o tradicional papel atribuído às mulheres durante a década.

Para Tatit (2002, p. 13) a história da canção popular brasileira apresentou uma constante flutuação entre o canto musicado e o canto falado, como se um compensasse a existência do outro.

¹ Jefferson William Gohl é doutorando em História Cultural pela Universidade de Brasília – UNB, Bolsista do CNPq

Os compositores transformam-se naturalmente em cantores. Afinal, a voz que fala é a voz que canta. Lançam os próprios discos e dispensam os cantores. Quase não surge mais intérprete masculino (exceto na música brega). As décadas de 70 e 80 são dos compositores, das cantoras (as mulheres ainda compõe pouco) e dos conjuntos em início de carreira. (TATIT: 2002, p.13)

Os papéis atribuídos convencionalmente as mulheres no ramo da canção popular normalmente é o de intérpretes, tal escolha de papéis quanto ao gênero tem conduzindo a composições idealizadas e efetuadas por homens que controem eus poéticos e líricos para mulheres. Verifica-se que a dicção pressuposta por estes homens compositores reifica um canto musicado que impregnado na memória musical brasileira associa o canto das mulheres a época de ouro do rádio onde as passionalidades eram interpretadas por crooners masculinos e femininos, mantendo o lugar das mulheres nesta dinâmica até que Rita Lee que como compositora e intérprete de sua própria voz, nos anos 80 inaugura uma determinada dicção.

Eu poético e imagens da mulher

Eu poético muitas vezes chamado de "eu lírico", é referente, geralmente à pessoa que escreveu o texto, implica na composição de um determinado eu lírico que representa o personagem do texto e nem sempre o escritor, poeta ou compositor escreve o que realmente sente, e sim o que importa é o que parece que ele sente naquele romance, poema ou letra musical. Naquele texto é o sentimento específico do eu lírico, ou eu poético que importa e não do autor do texto. Os sentimentos e profundidade psicológica do eu lírico se não necessariamente são idênticas as do autor, se encontram em íntima relação com ele, pois a negação da autoria não pode ser efetuada.

Entretanto no campo da música popular e da canção de consumo no Brasil, as atribuições de eu poético quando ele é representado como feminino é que muitas vezes esta composição de letras é realizada por homens com Chico Buarque, Caetano Veloso e outros que compõe para mulheres interpretarem um eu poético que especificamente simula maneiras de ser mulher, sentimentos e angústias femininas.(MAGALHÃES, 2010)

No campo da MPB, muitas vezes a mulher é objeto temático que um destes compositores escolheu e, simultaneamente enunciativa deste temário como intérprete de eu poético feminino, tal combinação ocorre de forma insistente durante toda a década e 1980, mais sintomaticamente na primeira metade dessa década. Tomemos como exemplo duas

canções de 1980 de Maria Bethânia: “O lado quente do ser”, e “Eu tenho um pecado novo”, ambas pertinentes ao LP *Talismã*(6328 302: POLYGRAM, 1980). A primeira canção citada foi composta por Marina Lima e Antonio Cícero em um bolero que se iniciava da seguinte forma: “Eu gosto de ser mulher/ Sonhar arder de amor” (CICERO; LIMA:1980,61271918), essa composição musical buscou uma definição do lugar das mulheres e de seus desejos. Desejos infantis, como a vontade de ser bailarina, e as vontades no amor que pedem a aproximação e intimidade de um amante. “ Então eu digo amor/Chegue mais perto/ E prove ao certo qual é o meu sabor”

A segunda canção mencionada retomava o tema da mulher abandonada. “Que caminho meu amor terá seguido/Não sei como, não senti quando partia/Nem sangrou meu coração/Não notei que ele fugia” . As sonoridades de quase todas as faixas deste LP são dominadas pelas sonoridades do bolero, e o uso da voz está a serviço da emoção pura e simples e tem um dominante plano sonoro em relação ao acompanhamento instrumental. Deve-se ressaltar que a qualidade vocal e de afinamento são excelentes.

No ano seguinte, ou seja, em 1981, o LP ‘*Maria Bethânia*’ é lançado. Neste LP o conteúdo formal sugere um eu poético feminino, interpretado por Bethânia em: “*Maravida*”, “*Alteza*”, “*Caminho das índias*” e “*Amiga dos ventos*”. (6328 379: POLYGRAM, 1981) A faixa “*Alteza*” que fecha o primeiro lado do LP foi composta por Caetano Veloso na perspectiva da mulher abandonada que busca, de forma nômade, um homem no mundo.

Alteza (Caetano Veloso/Wally Salomão:1982, 61584118)

Quando meu homem foi embora

Soprou aos quatro ventos um recado

Que meu trono era manchado

E meu reino esfiapado

Sou uma rainha que voluntariamente

Abdiquei cetro e coroa

E que me entrego e me dou

Inteiramente ao que sou

A vida nômade que no meu sangue ecoa

[...]

Seu nome escuto na trilha

Aldeia da Ajuda, Viçosa

Porto Seguro, Guarapari, Prado

Itagi, Belmonte, Prado

Jequié, Trancoso, Prado

*Meu homem no meu coração
 Eu carrego com todo cuidado
 Partiu sem me deixar nem caixa-postal, direção
 Chego a um lugar
 E ele já levantou a tenda*

O eu poético é amarrado por meio de associações ao mundo natural e aspectos geográficos da natureza. Em “Maravida” o mar, o sol e a chuva se ligam a uma mulher que se descobre. “Era eu nua na rua /Usando e abusando do verbo provar/Um beija-flor, flor em flor, bar em bar/Bem ou mal, mergulhar, mergulhar/sempre menina franzina, traquina”.(GONZAGA Jr.:1982, 61584142) As faixas do segundo lado do LP “Caminho das índias” e “Amiga dos ventos” seguem com ligações semelhantes entre o mar, as especiarias, o vento e as chuvas que ilustram estados de espírito femininos e oscilantes entre o eu interno e externo. O canto é executado acompanhado de arranjos de jazz que ambientam levemente as elocuições destas faixas, que se encontram intercaladas por sonoridades do bolero que se fazem dominantes nas outras canções em que o eu poético é indeterminado ou masculino. Desejos femininos, afirmações e inseguranças são expressadas por um eu francamente dominado pelas emocionalidades que se esperam da mulher. Como no disco de 1980, a dominância do bolero e um eu poético que deseja e sonha em ambiente francamente feminilizado. Até o ano de 1986 no LP “Dezembro”(RCA:110.0026-A, 1986), quando gravou, de Ataulfo Alves, “Errei Sim”(ALVES: 62993771, 1986), identifica-se que os temas do bolero não se desfariam até lá em suas obras.

Gal Costa tem em seu repertório inúmeras canções em que a mulher ganha voz. No início da década de 1980 mais precisamente em 1982 e há um grande sucesso das suas interpretações. Um eu poético feminino, mas dúbio em suas afirmações que se relacionam ao fato de ser mulher. Na canção “Dom de Iludir” a mulher é defendida em seu direito de falsear ou mentir, se equiparando ao atributo masculino significado como mentiroso “ Você diz a verdade/ e a verdade é seu dom de iludir/ Como pode querer que a mulher vá viver sem mentir” (VELOSO: 61830437,1982) Esta letra apesar de conceder voz ao eu poético feminino permitindo que ela ordene um “cala boca” ao homem acusador , atualiza uma série de estereótipos sobre a mentira subjacente ao elemento feminino. Além das canções “Minha voz, minha vida”, “Musa cabocla” e “Dom de iludir” gravadas no disco “Minha Voz”, Gal lança temas da Jovem Guarda e da MPB, buscando um público heterogêneo especificamente no

disco coletânea do mesmo ano, 'Gal-Série autógrafos de sucesso', com as canções "Meu nome é Gal", "Falsa Baiana" e "Sebastiana". (6488188: FONTANA/POLIGRAM, 1982)

A busca pelo público consumidor destes lançamentos ocorre por vias mais conservadoras, quando representa a mulher na perspectiva masculinista. Esta fórmula que funcionava já havia sido demonstrada por Elis Regina, pois o público se caracterizava por ser de alto poder aquisitivo, de meia idade e masculino, ou seja, que conseguia consumir um produto de alto valor agregado como o LP. Sintomaticamente neste período o campo da MPB se embatia justamente com as questões de sua legitimidade, frente a uma demanda mais comercial que impedia, ou se não tanto, limitava determinadas abordagens.

A artista Rita Lee no início da década de 1980 assume também eu poético feminino nas inúmeras canções que interpreta, o que ela tem de singular em relação a outras artistas, é que a representação da mulher e incorporação deste eu poético feminino, se pauta em uma linguagem musical, que não assume referentes sonoros de canto que obrigatoriamente remeteriam ao bolero ou a canção impostada de rádio. Quando isso acontece como na canção " Prisioneira do amor" (DECÁRIO: 62897411, 1986) gravada em 1970 para o album "Build Up", em que Rita interpreta um tango informado pelo procedimento irônico cafona inaugurado pelo Tropicalismo e este canto é uma paródia das dicções antigas e seus atributos femininos ou masculinos.

Ela também se caracteriza pelo fato de ser compositora de grande parte das canções que interpreta, operando uma junção entre eu poético e sujeito enunciador feminino, que reforça o sentido do signo de feminilidade, como se houvesse uma legitimidade composicional que respalda uma posição singular dentro do campo de trabalho da canção popular.

Enquanto compositora a extensão total das faces femininas, iluminadas pela letra de Rita Lee, compõe um mosaico heterogêneo, mas constante, se expressando por toda a carreira da artista. Sintomaticamente ganha destaque na primeira metade da década de 1980. Em 1979 no LP 'Rita Lee'(SOM LIVRE: 403.6193, 1980), a canção 'Elvira Pagã', (CARVALHO; LEE: 60853891, 1980) acende uma discussão que demonstra o tom francamente defensor de uma nova imagem da mulher presente vivamente nas letras, desse momento em diante, mesmo que muitas vezes a imagem da mulher estivesse fortemente ligada a um conteúdo sensualista ou abertamente sexual, a voz feminina não poderia ser mais desconsiderada, ou estereotipizada pelos homens.

Elvira pagã (SOM LIVRE: 403.6193, 1980)
Todos os homens desse nosso planeta
Pensam que mulher é tal e qual um capeta
Conta a história que Eva inventou a maçã
Moça bonita, só de boca fechada,
Menina feia, um travesseiro na cara,
Dona de casa só é bom no café da manhã

Em outras faixas do mesmo LP, com mais sucesso comercial, o eu poético feminino estavam presentes em canções como: “Chega mais” (CARVALHO; LEE: 60853816, 1980), “Mania de Você” (CARVALHO; LEE: 60853867, 1980), “Doce Vampiro” (CARVALHO; LEE: 60853867, 1980) e “Maria mole” (LEE; MELLO: 60853905, 1980) todas elas falando da perspectiva da mulher, mesmo que contenham certa dose de brincadeira descompromissada. A primeira faixa “Chega mais” foi tema de abertura de telenovela da Rede Globo de televisão que levava o mesmo nome da canção, o que impulsionou as vendas deste disco.

No disco de 1980 (SOMLIVRE: 403.6217, 1980), os conteúdos foram francamente orientados por uma perspectiva de oferecer vazão aos desejos femininos, isso pode ser percebido nas faixas “Lança Perfume” (CARVALHO; LEE: 61249629, 1980) , “Bem me quer” (CARVALHO; LEE: 61249580, 1980) e “Caso sério” (CARVALHO; LEE: 61249467, 1980) . Curiosamente o próprio estilo do rock and roll estava personificado, neste álbum na faixa “Orra meu”, neste caso num eu poético masculino. Nesta canção a intérprete usa uma forma metafórica para mostrar que, essa personificação do rock and roll caducava em um asilo e a idéia de juventude transviada estaria vencida pelo tempo, restando claramente um apelo a curtição da sonoridade pura e simples, sem um aparato comportamental, que indica um forte apelo ao segmento de mercado da música Pop .

No disco de 1981 “Saúde” (SOM LIVRE: 403.6243, 1981), a virgindade feminina é relativizada na música ‘Tatibitati’: “*Sempre fui levada-da-breca/ Brincar de médico. É melhor que boneca*” (CARVALHO; LEE:61544159, 1981). As faixas “Saúde”(CARVALHO; LEE: 61544140, 1981), “Banho de espuma”(CARVALHO; LEE:61544183, 1981) e “Tititi” (CARVALHO; LEE:61544175, 1981) remetem a um mundo de percepções específicas a mulher, quando por exemplo tematicamente a música “Favorita”(CARVALHO; LEE:61544191, 1981) oferece a voz a um eu poético masculino, interpretado por Roberto de Carvalho, mas a mulher e o amor romântico é a meta final, em meio às distrações e ofertas do mundo.

O disco de 1982, intitulado “Rita Lee e Roberto de Carvalho” (SOM LIVRE: 403.6266,1982), problematizava explicitamente as temáticas feministas de forma poética. Rita Lee é entendida pela discussão feminista, naquele momento, como um ícone e seria coroada em 1982 com a escolha da música, “Cor de rosa Choque” (CARVALHO; LEE: 6169927, 1982), para abertura do programa televisivo TV Mulher.

Cor de rosa choque
Nas duas faces de Eva
A bela e a fera
Um certo sorriso de quem nada quer
Sexo frágil, não foge à luta
E nem só de cama vive a mulher
Por isso não provoque
É cor de rosa-choque
Mulher é bicho esquisito
Todo mês sangra
Um sexto sentido maior que a razão
Gata borralheira, você é princesa
Dondoca é uma espécie em extinção

Segundo Henrique Bartsch (2006), a diretora do departamento de censura do Estado Solange Hernandez pretendeu censurar a letra devido a uma referência à menstruação. Como a autora contra-argumentou que a censura vetasse o fenômeno da menstruação no Brasil, a música foi aprovada pela censura sem corte. (BARTSCH, 2006, p.170)

A censura no ano seguinte se incomodou com o conteúdo pouco convencional de letras como “Degustação” (CARVALHO; LEE: 62302779, 1983) ou com conteúdos políticos em “Arrombou o cofre” (CARVALHO; LEE: 62302787, 1983) do disco “Bombom”(SOM LIVRE: 403.6296,1983). E, liberou condicionalmente o disco, ou seja, com a impressão de uma tarja proibindo a venda para menores de idade e identificando essas faixas com proibição de execução pública. Mas, curiosamente, não se incomodou quando a temática era abertamente sexual e da perspectiva feminina como na canção “Strip Tease”(CARVALHO;LEE:6230280, 1983)

Strip Tease
Eu avistei um garotão no mesmo elevador
Olhou pra mim e logo vi que ele era bom de amor

Que graça!
Que massa!
Caí na teia!
Eu só queria aquele gato na veia!
1º andar: Blusa, calcinha, tênis, saia-de-prega
2º andar: Meia, sapato, cinto, calça, cueca

Igualmente na canção “Yoko Ono”(CARVALHO; LEE: 62302841, 1983)

Te embebedar de saquê
Depois lutar karatê
Porque eu sou boa de cama, de mesa, de banho
Eu quero querer
Quero te querer
Quero te querer
Quero te querer
Yoko Ono
Yoko Ono...

No disco de 1985 (SOM LIVRE: 403.6331, 1985), as letras enfatizaram menos a mulher, mas a imagem feminina não escapou a uma crítica quanto ao lugar que esta mesma mulher assumia no ambiente do show bizz na faixa ‘Noviças do Vício’(CARVALHO; LEE: 62709380, 1985)

Noviças do vício
Não medem sacrifícios
Fazem altas baixarias
Por um resto de sucesso!
Ratazanas da publicidade
Pérolas da vulgaridade
Elas pecam pelo excesso
E morrem pela falta!

Sonoridades e a voz de Rita Lee no Rock and roll

Se o eu poético é um dos elementos chave para a identificação do público as sonoridades escolhidas para entrarem numa canção por meio de timbres (instrumentos específicos), tons (posições dentro da escala musical), elementos eletroacústicos (sons

produzidos eletronicamente em mesa de som ou sintetizador) e dicções (maneira de se realizar o canto) a reunião destes fatores são a oficina de trabalho para os artistas da canção de consumo do mercado fonográfico durante as décadas de fins de 1960, 1970 e fins de 1980. A maestria com que o cancionista opera estes fatores faz com que determinados sentidos sejam realçados ou perdidos, que certas linguagens musicais sejam reconhecidas com tal ou não - o samba, bolero ou o tango por exemplo, são identificados por um conjunto de movimentos musicais estandarizados facilmente identificáveis. Conforme Tatit (2002, p.09) o cancionista se assemelha a um malabarista que exerce uma atividade que equilibra a melodia no texto e o texto na melodia, seu recurso maior reside em elaborar o processo entoativo que estende a fala cotidiana ao canto. As tensões locais de fala distinguem as canções.

Assim o rock no Brasil é essencialmente diferente do rock anglo americano, pois pretende articular uma forma de falar local com acentos mais ou menos compreensíveis de acordo com o gênero do intérprete e sua entoação que recaem na dicção que se pereniza em uma canção ou hit de sucesso das paradas populares.

A grandeza do gesto oral do cancionista está em criar uma obra perene com os mesmos recursos utilizados para a produção efêmera da fala cotidiana. As tendências opostas de articulação lingüística e continuidade melódica são neutralizadas pelo gesto oral do cancionista que traduz diferenças em compatibilidade. Num lance óbvio de aproveitamento dos recursos coloquiais, faz das duas tendências uma só dicção. (TATIT:2002, p.11)

Quanto as sonoridades os LPs, andaram por caminhos que oscilavam entre as várias linguagens musicais e dos elementos composicionais, por exemplo, a letra das canções e escolha de repertório de Rita Lee. No LP “Babilônia” (SOM LIVRE: 403.6149, 1978), o lado A do disco está basicamente com uma linguagem rock and roll, desde a locução de Hilton Gomes, que apresenta o novo modelo de mulher da música, “Mis Brasil 2000” (LEE; MARCUCCI: 60343559, 1978), até o final na faixa a linguagem permanece a mesma. A Canção “Os jardins da Babilônia” (LEE; MARCUCCI: 60343567, 1978), inicia o disco com compassos fortemente estandarizados, com guitarras, baixos e piano, já na canção “Disco voador” (CARVALHO; LEE: 60343842, 1978) são inseridos elementos eletro-acústicos e uma síncopa marcada com elementos de percussão. Nesta canção os tons e as oitavas são baixas contra uma voz moderada, na seqüência o loudness da voz se agrava frente uma batida rítmica intercalada por vocalizações e um triângulo. Na última faixa deste lado do disco os tons vocais sobem bastante, com trabalhos de arranjos complexos, baixos e teclado

costurando as harmônicas; existem, ainda, inúmeras inserções de elementos temáticos, como os sons de circo e elementos de sopro destoantes.

No lado B do referido LP, não se pode afirmar que contenha uma unidade de linguagem, pois inicia-se com o rock and roll, passando pelas referências do blues e uma moda de viola na última faixa encerra o disco. Na canção “O futuro me absolve” (LEE: 60343605, 1978), alguns elementos progressivos de harmônicas abertas e não concluídas, contrastam com os compassos em standart. Na faixa “Sem cerimônia” (CARLINI; LEE: 60343648, 1978) a voz de Rita com alto loudness vai até a metade da música, quando se insere um triângulo e timbres de sopro contra os solos de guitarra. Na canção “Que loucura” (CARLINI: 60343680, 1978), o piano conduz no início, levando a uma percussão rítmica e serializada, por detrás de uma voz modulada e baixa, curiosamente, há o comentário invertido da letra que afirma “como eu estava alto”. Nesta letra o eu poético é masculino e o sentido do termo “alto” é a embriaguez, mas inúmeras ambigüidades sugerem outras interpretações. Na canção “Eu e meu gato” (LEE: 60276681, 1978) a letra sugere um eu poético feminino e os elementos jazzísticos são vários, como os brekes e reduções ao sabor da vocalização, bem como as mudanças de andamento, há inserção de miados de gato, apitos e um cão em uma voz masculina que sai ganindo. É possível perceber nesta canção o empréstimo da emoção pela artista tal como no papel que uma intérprete faria no ambiente do jazz. E, finalmente na última canção do LP “Modinha”(LEE: 60343729, 1978) percebe-se uma interpretação branda de uma moda de viola com violões acústicos, flauta doce, sons de pássaros, água corrente e um galo sugerindo o ambiente rural.

O LP intitulado “Rita Lee” (SOM LIVRE: 403.6193, 1979) de 1979 tem menos uniformidade, a linguagem rock and roll está bem contaminada por variações em compasso de discoteca. O lado A abre com a música “Chega mais” (CARVALHO; LEE: 60853816, 1979), que traz compassos bem demarcados combinados com a batida da discoteca e intercalados pelos arranjos. Os tons da voz seguem equiparados as oitavas do instrumental até a metade da música, quando entra uma batida de escola de samba. Os arranjos de guitarra, nesse momento, comportam distorções que ao final podem subir de tons além do volume da voz. A música “Papai me empresta o carro” (CARVALHO; LEE: 60853824, 1979) é um rockabilli fortemente conduzido pela batida rítmica do baixo, há alguma variação das harmônicas, mas os arranjos são simples. Um registro jazzístico de volume baixo se faz em “Doce vampiro” (LEE: 60853832, 1979), contrastando com uma voz de primeiro plano fortemente sexualizada, os arranjos na guitarra são mais complexos com um baixo quase apagado, o

andamento se dá em função da composição melódica da voz. Fechando o lado A, a canção “Corre-corre” (CARVALHO; LEE: 60853859, 1979) retorna a um standart básico e compasso 4x4 da formação clássica: bateria-guitarra-baixo.

O lado B do LP de 1979 inicia com a música “Mania de você” (CARVALHO; LEE: 60853867, 1979) com guitarras, piano e bongo ou conga. Inserções vocais melódicas, arranjos também melódicos acompanhando a voz e, inserções pontuais de oitavas mais alta a cada $\frac{1}{4}$ do tempo da música. A ritmação caribenha fica fortemente sugerida. Há um retorno à linguagem rock nas últimas faixas. Na canção “Elvira pagã” (CARVALHO; LEE: 60853891, 1979), há uma batida marcada 4x4 com arranjos de guitarra mais complexos, que ganham espaços para eventuais improvisos, o piano segue costurando as harmônicas, que sobem de tom no refrão. Uma brincadeira experimental é retomada na música “Maria Mole” (LEE; MELLO: 60853905, 1979), com compassos de andamento lento e alongado, somados a um trabalho eletro-acústico distorcivo. Um rock and roll com sabor de Jovem Guarda está presente na música “Arrombou a festa II” (COELHO; LEE: 60853875, 1979). Nessa música entra a bateria, um piano marcando a batida e os arranjos simples. A inovação nesse deboche pós-tropicalista fica por conta das inserções de citações musicais que vão de parabéns pra você, acordes da música brega, de discoteca, música romântica e até o baião pelo final do tempo de execução.

O disco popularmente conhecido com ‘Lança perfume’, mas que tem por título “Rita Lee” (SOM LIVRE: 403.6217, 1980) lançado em 1980, apresenta uma mudança significativa quanto ao quesito engenharia sonora. Os 16 canais² utilizados até então dão lugar a uma mesa de 24 canais e o trabalho do estúdio denota na audição do LP uma mudança sensível do ano anterior. O que não retira o mérito da concepção artística, mas oferece uma gama mais matizada de expressões possíveis tecnicamente a partir dessa mudança técnica. A própria idéia do que seria o segmento de mercado Pop no Brasil se constrói a partir dessa forma de fazer música. A primeira canção deste LP “Lança Perfume” (CARVALHO; LEE: 61249629, 1980) tem uma linguagem mais Pop, há uma breve abertura sugerindo acordes românticos e a música inicia com compassos marcados pelo piano, tons sintetizados, inúmeros arranjos de metais e, a voz em primeiro plano ganha uma vestimenta envolvente. Existe um apito discreto remetendo ao carnaval, citações sonoras e trabalhos eletros-acústicos. “Bem me quer”

² A utilização de uma mesa de som mais avançada no estúdio de gravação da Som livre acompanha a evolução tecnológica que já vinha acontecendo no Rio de Janeiro e em outros estúdios e possibilita inúmeros recursos de manipulação do material sonoro idealizado em conjunto com os artistas. A gama de recursos eletro acústicos se multiplica e as dificuldades técnicas presentes para se produzir no Brasil um segmento de mercado popular pela variação das audições possíveis em uma mesma canção diminuem consideravelmente.

(CARVALHO; LEE: 61249580, 1980) é uma toada mais Pop, em que o standart é ladeado por arranjos de guitarra complexos e inserções de palmas desde o início do tempo de execução, com apitos e palmas retomados nos refrões. Este procedimento oferece mais calor ao ritmo. A canção “Baila comigo” (LEE: 61249548, 1980) possui harmônicas lentas subindo algumas oitavas nas finalizações, refrão contrastando nos tons das harmônicas ganhando timbres de percussão de congas e metais. A $\frac{1}{4}$ do tempo de execução os padrões latinos são sugeridos pelos metais e pianos ficando entre uma rumba ou um tango. “Shangri-lá” (CARVALHO; LEE: 61249548, 1980) é uma toada pop latinizada, possui uma vocalização esmaecida e um som de piano dominando a cena sonora, elementos orientais são trabalhados de forma a oferecer métrica dançante com a tabla síria e a guitarra, splash e shiatson.

No início da década de 1980 as sonoridades latino americanas, faziam parte das referências de um espaço denominado contracultural, conforme indicou Garcia(2006), este espaço era ocupado por grupos como o Tarácon, que foi pioneiro nos contatos do Brasil no circuito da Nova Canção (Argentina, Chile e Uruguai), que aconteceu durante os anos de 1970 e ganhavam expressão justamente por iniciativas de músicos como Milton Nascimento e Elis Regina.(GARCIA 2006, p.181). Nos anos de 1980 o emprego de sonoridades latino americanas não consistia em novidade e estava totalmente incorporado ao repertório de possibilidades sonoras com grande chance de êxito. Sua associação com as vozes femininas se dava desde que a intérprete de música de câmara Mercedes Sosa ganhou projeção no mercado latino americano.

Em 1981 o LP “Saúde” (SOM LIVRE: 403.6243, 1981), trazia uma competente mistura composta de informações da linguagem rock and roll, compassos em discoteca, e em menor número, timbres de percussão originais. O nível de equalização das faixas é de pouca oscilação oferecendo ao disco uma uniformidade que enquadraria totalmente as sonoridades deste disco, como pertencente ao segmento de mercado posteriormente denominado de Pop.

O disco abre com a faixa “Saúde” (CARVALHO; LEE: 61544190, 1981), em que a bateria e o som do piano marcam até a entrada da guitarra, e acaba predominando uma percussão convencional, com arranjos repetidos a tempos regulares e marcados. As inserções de elementos eletros-acústicos de sintetizador e meneios vocais compõem a cena reforçando o conteúdo da letra, ao assumir um eu poético feminino que associado ao conteúdo da letra indica uma mulher livre e liberada: “*enquanto estou viva, cheia de graça / talvez ainda faça um monte de gente feliz*”. Ainda que a voz esteja em tons baixos de um loudness médio para as oitavas frequentemente mais altas de sua entoação. Com “Tatibitati”(CARVALHO; LEE:

61544159, 1980) continua a bateria e o piano como elementos rítmicos, compasso 4X4, intercalado a outras métricas e finalizando com certo andamento que sugere uma marcha. A voz continua em tons baixos em loudness médio subindo levemente nos refrões. Na canção “Mutante” (CARVALHO; LEE: 61544167, 1981) os bongos e pandeiros marcam a percussão, a bateria oscila num padrão quase progressivo ladeando a percussão. Os arranjos são simples, com um baixo marcado e inserções vocais enfatizando a voz. A linguagem rock predomina mais em “Tititi” (CARVALHO; LEE: 61544175, 1981), as guitarras dominam a cena, a bateria está marcada a tempos regulares intercalados com improvisos. Há inserções de elementos eletros-acústicos e distorcivos, uma voz quase apagada e mais lenta que o ritmo, ao ponto dos meneios vocais “tititi” comporem com a bateria e se incorporar totalmente a trilha, num efeito de dissolução da voz da artista na linguagem pop-rock and roll.

No lado B do disco de 1981, “Banho de espuma”(CARVALHO; LEE: 61544183, 1981) é uma faixa em que a métrica é reconhecidamente “discoteca”, mas de compassos mais lentos. Os metais executam arranjos desserializados de forma a vestir a letra de forma original, diluindo, ou esmaecendo as fronteiras entre o rock e a discoteca. As inserções de efeitos eletros-acústicos se seguem, tanto quanto os vocais como “ulalás”, “chuá- chuás”. Os arranjos de guitarra e piano se complexificam em direção a uma estética progressiva de aparente improviso, mas somente aparente. “Favorita” (CARVALHO; LEE: 61544205, 1981) é uma balada lenta em 3x2 que se uniformiza a cerca de um terço do tempo de execução da música, com pianos congas ou bongos, ritmando com tons baixos buscando algo de idílico. A guitarra executa arranjos de forma a subir seus tons na parte final, junto à finalização desse arranjo, “sha-la-lás” vocais compõe a cena. “Mother Nature” (CARVALHO; LEE: 61544213, 1981) é uma versão em inglês da música “Mãe natureza”, com uma releitura, da sonoridade anterior. O compasso permanece, mas o piano introduz uma inovação, traz uma toada como em um revival da Jovem Guarda, ainda que quebrada por inserções sintetizadas de elementos da discoteca e arranjos repetidos a tempos marcados. Os tons baixos da voz permanecem com um loudness semelhante ao que perpassou todas as faixas. Os timbres finais se fecham com uma marimba ou um chocalho embaralhando um pouco mais as posições entre as linguagens musicais.

O lado A do LP “Rita Lee e Roberto de Carvalho” (SOM LIVRE: 403.6266, 1982) de 1982, foi um retorno de uma linguagem mais ambientada dentro do estilo rock. “Flagra” (CARVALHO; LEE: 61696919, 1982) é a canção que abre o disco, em que o teclado entra ladeado por vocalizações de “shap shap – xará”, levando esse tempo inicial da música até as

guitarras e a bateria que seguem num embalo anos 50, lembrando Jerry Lee Lewis. Com o piano nas harmonias e solos breves de guitarra. Há um coro de fundo dos músicos do grupo “Roupa Nova”, com a voz de Rita em primeiro plano reforçando as citações cinematográficas. Em “Barriga da Mamãe” (CARVALHO; LEE: 61696870: 1982) uma batida uniforme da bateria, mais piano montam um cenário blues/rock, com arranjos de trompete e sax que acompanham as vocalizações e “Tchu- bidus” da artista em que a voz sobe de tom nos refrões. As guitarras abrem a música “Barata Tonta” (CARVALHO; LEE: 61696854, 1981), para que a percussão comece apresentando uma sincopa que se uniformiza até a metade do tempo de execução. Seguem-se os arranjos de metais acompanhando as subidas de tons da voz. Conga e os recursos do sintetizador yamaha latinizam o quadro geral. A canção “Frou-frou” (CARVALHO; LEE: 61696889, 1982) quebra a uniformidade deste lado do disco, trazendo uma marchinha de carnaval ambientado com os metais, com os sons de garrafas e do mini-mog constroem um clima de salão com vozes e festejos. O tom vocal de modo geral é elevado. “Vote em mim” (CARVALHO; LEE: 61689416, 1982) traz um rock mais clássico de compasso 4x4 marcado, o piano costurando as harmonias, guitarras executando acordes simples ao fundo da voz, essa com mais loudness e tons mais baixos. Há uma série de efeitos de sintetizador e arranjos de guitarra mais elaborados na segunda metade da execução.

Do outro lado do disco a uniformidade entre as faixas é menor e “Só de você” (CARVALHO; LEE: 61696897, 1982), entra com piano e sapateado, o piano conduzindo a melodia, com a percussão ganhando mais evidência a 1/3 do tempo de execução. Baixo e guitarra pouco aparecem e uma vassourinha marca percussão da bateria praticamente imperceptível. Voz sem variações tonais com os coros suaves de fundo e vocalizações eventuais. A participação de João Gilberto na canção “Brazil com S” (CARVALHO; LEE: 61696900, 1982), busca a fórmula Bossa Nova: violão e voz, e “declamação”, ou canto falado por toda a letra, nesse caso não ficou livre de um trabalho de estúdio, com alguns sons do yamaha ao fundo. Na segunda parte dessa canção, quando Rita canta, o violão acelera pouco o andamento e o sintetizador fica mais presente. A icônica “Cor de rosa choque” (CARVALHO; LEE: 61696927, 1982) traz pianos e guitarras abrindo para uma vocalização que entra simultaneamente com a percussão, dando volume a enunciação. O bongo e a clave definem um lugar específico de elocução. Os tons da voz estão mais altos e pandeiros e sintetizadores dão picos em oitavas maiores. O baixo funciona no contraste com a voz. Os arranjos são originais e executados pela guitarra e repetidos na seqüência pelo piano. Há liberdade criativa formal do rock, mas a mistura complexa busca alinhar a métrica dos

compassos para fechar na fórmula dos trinta e dois habituais da música Pop. Os elementos da latinidade não ficariam de fora, na faixa “Pirata cigano” (CARVALHO; LEE: 61696862, 1982) há um compasso não alinhado e com ritmação dos sintetizadores. Os metais acompanham o refrão, e a tuba contrasta com os tons altos de todo o conjunto. A vocalização está baixa, mas, em primeiro plano. Rica em timbres, a canção tem um ambiente latino reforçado pelo conteúdo formal da letra. A canção “Circo” (CARVALHO; LEE: 61696846, 1982) fecha o LP com guitarras, baixos e piano que dominam arranjos difíceis e lentos que entregam para a vocalização. Esta entoada quase que de forma solene, com os sintetizadores acompanhando, e um violão oferece sons graves e um ambiente brejeiro que o tema da letra pede. Há oscilações de oitavas na ausência de vozes, com sons de uma caixinha de música encerrando.

O álbum “Bombom” (SOM LIVRE: 403.6296,1983) de 1983 traz as faixas: “On the Rocks”, “Desculpe o auê”, “Tentação do céu”, “Fissura”, “Degustação”, “Arrobou o cofre” no lado A. E “Menino”, “Strip Tease”, “Raio X”, “Bobos da corte”, “Pirarucu” e “Yoko Ono” no lado B. Neste LP a linguagem Rock está presente, mas a fórmula geral é pouco alterada, mais rock na entrada e saída de cada lado. Pela segunda ou terceira faixas há uma balada mais açucarada ou latinizada e as quintas canções são mais experimentais, sem fugir a uma padronização. Embora se tenha reduzido os sintetizadores neste disco eles ainda trazem participações eventuais.

Conforme Bartsch (2006), no ano de 1984, devido de crises pessoais advindas do contato com as drogas e a busca por tratamentos não convencionais, a gravadora lança o disco coletânea “Rita Hits” (SOM LIVRE: 403.6315, 1984). Somente em 1985 foi lançado outro disco “Rita Lee e Roberto de Carvalho” (CARVALHO; LEE: 403. 6331, 1985) , trazendo uma fórmula nova de organização do material do LP como um todo. As sonoridades estão todas mais pesadas com oitavas mais baixas, e os lugares tradicionalmente reservados para os latinismos ou baladas mais lentas, agora ganham as referências do Rock and roll mais descontraído. O lado A do disco começa com “Vírus do amor”(CARVALHO; LEE: 62709330, 1985), com teclado e bateria em compasso ritmado, voz em tom alto sobrepondo-se ao fundo com sonoridades elétricas em conjunto com as guitarras. Inserções de baixo em elementos passionais e de êxtase. Nos intervalos vocaliza “cambalache-che-che”. Pulsos gerados em sintetizador e back-vocals compõem uma das cenas mais sombrias do repertório geral da artista. “Ye ye ye” (CARVALHO; LEE: 62709348, 1985) traz xilofones com vocalizações “he” abrindo para uma acelerada balada Rock/disco. Guitarras com distorções

leves e uma gaita de boca reforçam esta espécie de denúncia do “ye ye ye dos 80” que tem um coro de vozes ao fundo pelo final da execução. “Vítima” (CARVALHO; LEE: 62709356, 1985) é uma canção com sons esterofônicos e teclados que abrem para um compasso marcado e intercalado de baixo e bateria. Arranjos do teclado ambientam um suspense. Interjeições sonoras eletrificadas e soturnas. A voz se encontra no mesmo tom dos instrumentos. Uma declamação ganha destaque limpo e vibrante e no conjunto a ambientação é claustrofóbica do meio até o final da música. Os tons baixos seguem na faixa “Molambo souvenir” (CARVALHO; LEE: 62709399, 1985), aqui há quase uma paródia da própria latinidade buscada em trabalhos anteriores. O compasso é lento, num blues latino e de inserções de percussão de bongo ou clave, um pandeiro/caixa. A voz é reduzida em loudness médio quase contido. A métrica simples de bateria/ baixo guitarra com gritos de “arriba”. Vários elementos eletros-acústicos e, vocal ao fundo de Paula Toller. Guitarra em acordes simples intercalados a arranjos distorcidos mais trabalhados e com vozes ao final.

O lado B do LP trazia “Nave Maria” (CARVALHO; LEE: 62709372, 1985) com inúmeros sons de sintetizadores que se intercalam a um compasso rápido. Uma voz contida em primeiro plano. Os efeitos e a guitarra acabam compondo um cenário futurista e dançante. ‘Noviças do vício’ é uma canção em que bateria e guitarras entram juntas numa oitava alta e um compasso rítmico entremeado ao piano. Existem elementos vocais como “ô-ô-os”, sendo esses em oitavas mais graves e baixas que a voz. A voz está equivalente ao plano das guitarras, e uma gaita de boca oferece os arranjos. Os compassos graves e ritmados eletronicamente seguem na música “Choque cultural”(CARVALHO; LEE: 62709402, 1985) que tem vários efeitos eletrônicos e solos de guitarras e arranjos complexos. Os arranjos dos metais parecem filtrados na mesa de som. Há uma ênfase na palavra “Machu Pichú” nas últimas sílabas, sugerindo sutilmente latinidade. Há um back-vocal masculino que ao final afirma: “Eu não sou inferior”. Finalizando o LP têm-se “Não titia”(CARVALHO; LEE: 62709321, 1985), em que a métrica de fox trot domina, há uma bateria com improvisos, piano conduzindo a harmonia, gaitas de boca. A voz se encontra mais grave e ladeada por coro e efeito de dupla voz. É possível observar que todas as ambientações latinas dos discos anteriores, que forneciam uma percepção Pop, se resumiram as pontuais vocalizações, e as interpretações do que seria o pop daí em diante estava muito mais ligada ao trabalho de estúdio.

De modo geral o conteúdo formal das letras e das sonoridades ganhava um entorno especial e privilegiado quando o eu poético era feminino. E o uso da voz feminilizada de Rita

contra o aparato instrumental eletrificado oferecia um lugar de mercado diferenciado do que era oferecido a um público orientado para a linguagem rock and roll. Apesar desse uso que inovava, ela não escapou de recursos tradicionalmente ligados ao universo do feminino utilizados no ambiente de produção musical: a associação às latinidades e ao bolero. Em relação a esse contexto Rita constrói uma estratégia adaptativa que se revelou nas inúmeras vocalizações de “Tchu bidus, “tatibitatis” e “Cha-cha-chas”.

Para o pop/rock da primeira metade dos anos oitenta esse conjunto de informações presentes em seus LP's foi determinante para o que viria depois no mercado musical. Uma questão se formulava: Buscar o deboche com certo sabor de bananas, uma busca por uma associação temática com o Brasil ou um purismo da linguagem do Rock and roll ? Como nossa análise começa a desvendar, a ação desta mulher rockeira, que foi Rita Lee, advinda de um espaço contracultural que relativiza temática e sonoramente a posição da mulher, se constitui como peça fundamental no mercado de discos do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTSCH, Henrique. **Rita Lee mora ao lado: Uma biografia alucinada da rainha do rock**. São Paulo: Panda Books, 2006

MAGALHÃES , Marcela Ulhôa Borges. **O Feminino na lírica de Chico Buarque : um estudo do ethos discursivo**. Revista Texto Poético, 2010 ISSN: 1808.5385 Disponível em http://www.textopoetico.org/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=1

GARCIA, Tânia da Costa. **Taracon: invenção sonora de um Brasil latino-americano**. In: Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte, v.8, n.13, 2006 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1973

PIMENTEL, Glaucia Costa de Castro. **Mutações em cena Rita Lee e a resistência contracultural**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 11 (2): 7-20, dez. 2003

TATIT, Luiz. **O cancionista**. 2 ed São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002

Discografia

- Álibi. Maria Bethânia. Philips, 1978
- Atrás do porto tem uma cidade. Rita Lee. Philips (Phonogram), 1974
- Babilônia. Rita Lee. Som Livre, 1978
- Baby. Gal Costa. Philips, 1983
- Bem Bom. Gal Costa. BMG, 1985
- Bombom. Rita Lee e Roberto de Carvalho. Som Livre, 1983
- Build Up. Rita Lee. Polydor (C.B.D.), 1970
- Dezembros. Maria Bethânia. RCA, 1986
- Entradas e bandeiras. Rita Lee. Som Livre, 1976
- Flerte Fatal. Rita Lee e Roberto de Carvalho. Som Livre, 1987
- Fruto Proibido. Rita Lee. Som Livre, 1975
- Gal Costa. Gal Costa. Warner Chappell, 1982
- Gal. Série autógrafos de sucesso. Gal Costa. Fontana/Poligram, 1982
- Gabriela (trilha do filme). Gal Costa. BMG, 1983
- Hoje é primeiro dia do resto de sua vida. Rita Lee. Philips (Phonogram), 1972
- Maria Bethânia. Maria Bethânia. Poligram, 1981
- Profana. Gal Costa. BMG, 1984
- Refestança. Rita Lee. Som Livre, 1977
- Rita Lee . Rita Lee. Som Livre, 1979
- Rita Lee . Rita Lee. Som Livre, 1980
- Rita Lee e Roberto de Carvalho. Rita Lee e Roberto de Carvalho. Som Livre, 1982
- Rita e Roberto. Rita Lee e Roberto de Carvalho. Som Livre, 1985
- Saúde. Rita Lee. Som Livre, 1981
- Talismã. Maria Bethânia. Poligram, 1980

DO EXAGERO AO SOFISTICADO: CAZUZA EM DIÁLOGO COM A TRADIÇÃO

Leidiane Lopes de SOUZA¹

RESUMO: Tomando como objeto de análise as composições *Exagerado e Codinome Beija-flor* - ambas de Cazuza, a primeira em parceria com Leoni e o produtor musical Ezequiel Neves e a segunda com este último e Reinado Arias -, o presente artigo propõe abordar o diálogo de Cazuza com gêneros da música popular brasileira. Para este fim, a discussão faz uso das reflexões de Marcos Napolitano sobre a noção de *tradição* e da noção de *apropriação*, entendida por Roger Chartier como uma aliada na configuração de sentidos. Dessa forma, as músicas em questão nos oferecem um breve sobrevôo pelas décadas de 40 e 50, período em que o samba-canção e a bossa-nova ganhavam expressividade, sob a releitura do poeta dos anos 80.

PALAVRAS-CHAVE: História, música e tradição.

ABSTRACT: Taking as object of analysis the compositions *Exaggerated and Codename Hummingbird* both of Cazuza, the first in partnership with Leoni and musical producer Ezequiel Neves and the second with the latter and Reinaldo Arias, this paper proposes to deal the dialogue of Cazuza with genres of Brazilian popular music. To this end, the discussion makes use of the reflections of Marco Napolitano on the notion of tradition and the notion of appropriation by Roger Chartier understood as an ally in the configuration of the senses. This way, the songs in question give us a brief flyover by the decade 40 and 50, period that samba and bossa-nova gained expressiveness under the rereading of poet of the 80s.

KEYWORDS: History, music and tradition.

Em 1985 Cazuza lançou o seu primeiro trabalho solo cujo repertório escolhido foi fruto de influências musicais adquiridas ao longo de sua carreira e também no ambiente familiar.² Em muitas das entrevistas concedidas o poeta fora questionado sobre a saída do grupo, ao responder, o mesmo revelou, dentre outras coisas, que um dos motivos estaria

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, souleide.his@gmail.com.

² Cazuza cresceu num ambiente musical, devido à profissão do pai, João Araújo, presidente da gravadora Som Livre. Desde a infância teve contato com a música brasileira, demonstrando, mais tarde, uma maturidade musical ao produzir trabalhos variados.

pautado no gosto musical, “o que estou tentando é juntar em meu trabalho todas as influências que sofri na parte musical” (*ISTO É*, 1988, p. 9) A experiência como vocalista do *Barão Vermelho* lhe proporcionou grande visibilidade no cenário nacional, principalmente após participar do *Rock in Rio*, evento em que dividira o mesmo espaço com grandes nomes do mundo do *rock*. Fora nesse gênero que Cazuza deu os primeiros gritos como cantor. Com voz rouca, língua presa e *performance* irreverente, “o garoto que queria mudar o mundo” conquistou o seu espaço no universo da música. E devido à sinceridade extremada, ao talento sedutor e ao deboche ferino não foi difícil, logo no início do seu primeiro trabalho individual, conquistar o título de “poeta” exagerado.

“Exagerado, jogado aos teus pés, eu sou mesmo exagerado, adoro um amor inventado” (CAZUZA, 1985). Inspiração ou autobiografia? Identificação ou releitura crítica? Muitos foram os que se referiram ao compositor como o exagerado; porém, é bom frisar que a imagem de um artista nem sempre é construída por declarações pessoais, há também a contribuição do público receptor, bem como a dos meios midiáticos que a divulgam com um poder de fabricação considerável (JAMBEIRO, 1975, p. 8).³ Sendo assim, não fora difícil associar a obra ao autor, embora a reflexão não pareça ser tão simples.

Para além da “fossa”

Ao se inscrever no espaço e no tempo, a canção pode ser tomada como fonte para pensar a história. Logo, ela nos fornece vestígios capazes de informar algo sobre outras temporalidades. Assim, ao tomarmos os dizeres de Napolitano como noções que nos auxiliarão em tais análises, quando o mesmo diz que uma das funções do pesquisador é buscar perceber as várias partes que compõem uma estrutura musical (NAPOLITANO, 2005, p. 80) acreditamos que Cazuza, na “declamação” de seus versos passionais, têm muito mais a nos revelar que simples batidas autobiográficas. E é a partir dessa perspectiva que, ao ouvirmos a primeira faixa do seu LP: *Cazuza* - gravado em 1985, podemos perceber um significado especial, que vai além das simples construções realizadas pela mídia e, em parte, por amigos que vivenciaram os rumores passionais do artista.⁴

³ Em *Canção de Massa* Jambeiro aborda o poder dos meios de comunicação na vida e obra do artista. Para o mesmo a influência é tamanha que esses meios são responsáveis por criar a imagem ideal do artista, tem o poder de fabricar os ídolos.

⁴ O estilo irreverente de Cazuza, desde que apareceu para o grande público, ainda à frente do Barão, acabou o rotulando como o garoto rebelde, o poeta exagerado, desafiador de limites. Pelo menos, não raro são esses os adjetivos atribuídos ao compositor pela mídia. Além disso, a declaração de amigos próximos sobre a personalidade forte e o jeito voluntarioso do artista ajudaram a formar essa imagem.

Em entrevista à Marília Gabriela no final do ano de 1988, o cantor revelou claramente quais foram as “reais” intenções que o levou a compor *Exagerado*. E o curioso, só para enfatizar a imagem que o mesmo adquiriu com essa canção, é que a própria apresentadora o interpelou como o poeta exagerado; e ao respondê-la, disse que a música se tratava de uma referência aos compositores e intérpretes do samba-canção, com suas dores-de-cotovelo e suas decepções amorosas. Na fala de Cazuzza eles é que foram os verdadeiros exagerados. “O exagerado foi uma brincadeira que eu e o Ezequiel Neves fizemos com a própria dor-de-cotovelo, com o próprio Lupicínio, com a própria Dolores Duran, é um deboche a esse tipo de música, uma coisa criticando isso” (CARA A CARA, 1988).⁵

Com essa declaração, Cazuzza assinala a sua relação com a tradição musical brasileira. Dessa forma, o artista demonstrou que fora capaz de manter um diálogo não só com produções consideradas sofisticadas como a bossa-nova; mas também com outros estilos inseridos dentro do gênero que se convencionou samba-canção (MATOS, 2004, p. 19).⁶ Dito isso, vale destacar que um dos elementos bastante pontuado no trabalho do compositor, por muitos críticos musicais e artistas, fora a sua habilidade em realizar fusões de lados divergentes, como o estilo de roqueiro “escrachado” e o de “poeta” sensível que sempre se declarou passional e ligado à música de “fossa”. Se o *rock* se caracterizava como o espaço da transgressão, da atitude rebelde; a poesia pode ser considerada como o espaço da nobreza, do sutil, do lirismo, lugar onde se expressa os sentimentos mais singelos. Segundo Arthur Dapieve, esse lirismo facilitou a inserção da obra de Cazuzza na tradição musical (Dapieve, 2006, p. 466). Sob essa ótica, o garoto de Ipanema inscrevia a singularidade do seu trabalho na história da música brasileira.

Ainda na esteira de Napolitano, destacamos a importância de realizar uma análise plural da música brasileira, ao relacioná-la à tradição que, segundo esse historiador, está ligada a projetos culturais ideológicos (NAPOLITANO, 2007, p. 20).⁷ Napolitano nos alerta a

⁵ Vale ressaltar que nessa declaração o cantor utilizou o termo “crítica” não no sentido depreciativo, mas como uma homenagem àqueles que lhe serviram de inspiração, trazendo em sua composição uma leitura mais atualizada, menos desiludida. *Cara a Cara* com Marília Gabriela, dezembro de 1988.

⁶ Claudia Neiva de Matos em um de seus artigos abordou a dificuldade em conceituar o samba-canção enquanto gênero musical. Dentre as definições traduzidas pela pesquisadora, esse estilo musical é associado, de uma forma geral, às temáticas da subjetividade e do sentimento. E na concepção da autora, além das inflexões de ritmos abolidos presentes nesse tipo de samba, outro fator deve ser considerado, o de que nos anos 50 estava se constituindo os chamados sambas de fossa, músicas de boate, que, em suas análises aparecem como preparador do terreno para a bossa-nova, devido aos procedimentos melódicos e harmônicos. Com isso, a autora confirma o posicionamento de outros pesquisadores que também ressaltaram a boa receptividade, por parte de alguns modernistas da bossa, aos cantores que ganharam visibilidade em uma das vertentes do que se convencionou samba-canção: Maysa, Dolores Duran.

⁷ Na concepção de Napolitano a tradição na música popular brasileira teve muito de invenção, onde os gêneros populares deveriam se enraizar nas tradições nacionais. O samba com a idéia de nacionalidade, a bossa-nova

adotar uma postura cautelosa em relação aos estudos musicais, tomando o cuidado em não buscar ineditismos, pois o mesmo partilha da idéia de que a produção musical está sempre dialogando com elementos já trabalhados (NAPOLITANO, 2005, p. 90).

Diante da afirmativa torna-se enriquecedor evocar outros interlocutores que também discursaram sobre o assunto. Em uma entrevista realizada com o crítico musical Arthur Dapieve, a pesquisadora Maria Santuza Cambraia também falou sobre a questão da tradição na música popular brasileira. Na conversação, ambos: entrevistadora e entrevistado defenderam pontos de vista em comum. “É mais fácil a gente vincular a música a uma coisa já experimentada do que falar: ‘Isso é novo’,” (NAVES, 2006, p. 474). “O artista está sempre retrabalhando alguma coisa.” (NAVES, 2006, p. 475). Preocupados com os estudos musicais, os dois discutem as retomadas de estilos e gêneros por parte de muitos músicos e intérpretes, enfatizando a importância de retomar para ir adiante, realizar apropriações, releituras que quando reinseridas em um contexto novo adquira um sentido particular. Quanto a isso, Santuza enfatiza “não faz sentido tocar como Pixinguinha tocava, apenas repetir o que ele fazia” (NAVES, 2006, p. 476), e Dapieve completa “Onde está o sentimento? Não existe porque eles não têm a vivência que o Pixinguinha tinha para tocar.” (NAVE, 2006, P. 476).

Não por acaso, o “poeta meio bossa nova e *rock in roll*” fora mencionado por muitos como um dos responsáveis por sintetizar estilos musicais, talvez essa capacidade fosse uma das marcas de seu trabalho, visto que o mesmo reconhecia a importância de se atribuir um “novo olhar” a elementos revisitados. Vale à pena transcrever uma fala em que o compositor declara a sua concepção sobre o papel da tradição em seu trabalho (*O GLOBO*, 1987).

Acho que é por aí: atualizar Lupicínio, trazer essa tradição da poesia brasileira através de uma abordagem mais moderna, mais próxima da nossa realidade, nosso “hoje”. Não posso, por exemplo, repetir Noel Rosa. Os tempos dele eram mais românticos, as pessoas pediam xícara de açúcar emprestada. Hoje as pessoas nem se olham na cara...

Numa breve análise da citação podemos perceber que as mesmas preocupações apontadas por Santuza e Dapieve faziam parte da bagagem cultural acumulada por Cazusa, acionada no momento de suas produções musicais, mesmo sem partilhar diretamente do diálogo travado pelos dois autores. Sendo assim, não seria “novidade” dizer que o artista em

com a de música moderna e a MPB na tentativa de afirmar uma ideologia nacionalista de esquerda. Todas nitidamente associadas a projetos ideológicos de grupos em tempo e espaços específicos.

questão nos fornece elementos para se pensar a cultura brasileira de um determinado período e reforça, dessa maneira, a pertinência da música, enquanto fonte, para o campo do conhecimento historiográfico.⁸ E mais, o mesmo fora capaz de demonstrar, na prática, a importância de se pensar questões teóricas ao fazer releituras de gêneros “consagrados” pela tradição, no momento em que utiliza em seus trabalhos referências pessoais acumuladas ao longo de sua trajetória.

Voltando à composição sob análise: exagerado e sua referência ao que se convencionou samba-canção, estreitemos novamente nossa discussão com Napolitano quando este nos remete à cultura dos anos 50, período em que a música no cenário brasileiro adquiria influências estrangeiras; em parte, devido ao rádio, veículo de transmissão de massa que conquistou o seu apogeu na referida década, se adequando cada vez mais a uma programação popular, dividindo espaço com o samba-canção; além de outros estilos como o baião e o xote (NAPOLITANO, 2008, P. 15).

Segundo Napolitano, havia uma reação, por parte de uma classe mais sofisticada e intelectual, às influências externas na cena musical brasileira, como o bolero, responsável por mudar a face do samba enquanto gênero típico de brasilidade. O romantismo exacerbado trazia toda a passionalidade latino-americana, considerada “cafona” para os que defendiam um gosto musical mais refinado e preocupado com o conteúdo, em detrimento dos melodramas vergonhosos declamados pelos cantores de rádio. Dessa forma, ao embarcarmos nos anos 50 percebemos que este, dentre outros aspectos, fora marcado por embates discursivos entre o que seria reconhecido como popular de “baixa qualidade”, representado por algumas inflexões do samba-canção, e o que se classificavam como música “sofisticada”, representada pela bossa-nova; porém cabe-nos frisar que esses enfrentamentos pautam-se em construções ideológicas, ou para ficarmos com a expressão cunhada pelo próprio Napolitano, os mesmos podem ser percebidos como resultado de uma “escuta ideológica” (NAPOLITANO, 2007, P. 65), indissociável de questões sócio-culturais partilhadas por determinados grupos.⁹

⁸ Ao considerarmos a música um instrumento de reflexão sócio-política e cultural, entendemos que a mesma deve ser pensada para além da sua estética, vindo a colaborar com o desvelamento de sensibilidades responsáveis por fomentar as interpretações de mundo dos sujeitos que a praticam; assim como atuam na construção de suas identidades.

⁹ Podemos dizer que as denominações de música de “baixa qualidade” ou “sofisticada” representam bem o empenho na construção de uma tradição na música brasileira que, segundo Napolitano, fora motivada por questões ideológicas, ou seja, foram informadas por fatores que envolveram as referidas conjunturas. Por outro lado, deve se levar em consideração que as críticas ou “resistências” ao gênero não eram unânimes, como fora dito anteriormente, muitos cantores associados à música de “fossa” foram bem recepcionados pelo movimento da bossa-nova, e posteriormente, revisitados por artistas mais contemporâneos como Cazuza.

Se nos anos 50 havia discordâncias entre alguns contemporâneos sobre como se proceder no campo musical, em meados dos anos 80, artistas como Cazuza revisitava o período sem fazer nenhum tipo de crítica valorativa a um gênero em detrimento do outro, visto que o mesmo dialogou tanto com a música considerada “cafona”, de “fossa,” quanto com a “sofisticação” da bossa; além de flertar com estilos considerados quadrado: o samba, sem falar do namoro com o gênero que não contou com raízes brasileiras: *rock*. Tudo isso o levou a ocupar um dos lugares de destaque entre os jovens artistas de sua época.

Enquanto muitas críticas mobilizadas em torno do *rock* nacional na década de 80, por considerá-lo despolitizado e conformista frente à conjuntura do país, engrossava o debate musical; o poeta meio bossa nova e *rock in roll* passava ao largo dessas discussões. Para Cazuza não fazia sentido estabelecer fronteiras fixas entre o que era e o que não deveria ser considerado música popular brasileira. “Eu sou um poeta aleatório, e, depois como bom filho da Tropicália, não consigo admitir a barreira que as pessoas traçam para distinguir o que é e o que não deixa de ser MPB.” (*O GLOBO*, 1987).

O *rock* brasileiro, nos anos 80, fora criticado tanto pelo conteúdo quanto pela estética, o que nos leva à reflexão de que tais críticas foram proferidas sem levar em consideração elementos importantes da conjuntura do momento, como a abertura política sinalizando para a redemocratização.¹⁰ Diante disso, o Campo das artes não priorizava mais o discurso da ideologia nacionalista de esquerda, assim, com canções descontraídas, versos simples e sem muita experiência de voz, jovens da classe média uniam a crítica à diversão, num som barulhento marcado pelos ares de jovialidade e rebeldia, fazendo de sua música um instrumento fomentador de identidades, que cada vez mais adquiriam noções fluidas e cambiantes (HALL, 2006).¹¹ E fora nesse cenário musical que Cazuza contribuiu com suas criações diversificadas, complexificando a definição do que viria a ser “MPB” naquele período (NAPOLITANO, 2005, p. 73).¹²

¹⁰ Grande parte das críticas direcionadas ao rock dos anos 80 provinha de críticos sintonizados com períodos anteriores (Julio Medaglia, Tárík de Souza). Foram críticos que não conseguiram perceber a criatividade dos novos artistas, que experimentavam outras formas de sensibilidades em seus trabalhos (diversão, interesse renovado pelo banal).

¹¹ Compartilhando o entendimento de Stuart Hall, no cenário contemporâneo as identidades têm passado por um processo de fragmentação devido às mudanças de percepção dos sujeitos, que são capazes de perceberem suas contradições internas. Dessa forma, a geração dos anos 80 se expressou no curso dessa mudança ao demonstrar fluidez em suas noções identitárias, rompendo, entre outras coisas, com nacionalismos exacerbados.

¹² Na esteira teórica de Marcos Napolitano a MPB instituída nos anos 60, com o passar do tempo fora se tornando cada vez mais abrangente, abrindo espaço para outros gêneros como o rock nacional. Se muitos críticos, como dito anteriormente, viam um distanciamento entre esses dois tipos de música; Napolitano, observou uma aproximação. “(...) O conceito de MPB consolidado nos anos 70, na medida em que suas bases eram mais socioculturais do que estritamente estéticas, passou a dificultar seu próprio reconhecimento como gênero musical. A rigor, quase tudo poderia ser considerado MPB”.

Ao transcrevermos uma citação de Cazuzza, podemos perceber que o mesmo reconhecia a dificuldade que se tinha em enquadrá-lo num gênero específico. “Eu e a Marina temos esse carma: as pessoas não sabem como classificar a gente.” (*O GLOBO*, 1987). Adotando esse caminho como inspiração e ponto diferencial do seu trabalho, o compositor foi dos melodramas boêmios de Dolores Duran, Maysa, Lupicínio Rodrigues ao grito rasgado de Janis Joplin, passando pelo sussurro de João Gilberto e Vinicius de Moraes.

“Canção alguma é uma ilha voltada para dentro de si,” (PARANHOS, 2004, p. 26), ao concordarmos com os dizeres proferidos por Adalberto Paranhos, percebemos que o jovem artista dos anos 80, apesar da temporalidade diversa, corroborou suas idéias ao reapropriar elementos de um gênero musical específico, atribuindo outros sentidos ao seu trabalho. “Amor da minha vida/ daqui até a eternidade (...) paixão cruel desenfreada/ te trago mil rosas roubadas (...) por você eu largo tudo/ carreira, dinheiro canudo (...)” (CAZUZA, 1985). “(...) O que eu quero é ficar a teu lado/ E te amar sempre, sempre/ sem nada pedir.” (MATOS, 1997, p. 138).¹³ Ambas as canções abordam uma temática romântica exacerbada, com teor passional; porém a primeira, de Cazuzza e parceria - quando analisada detidamente - pode nos trazer aspectos que passariam despercebidos devido à imagem exagerada adquirida pelo compositor. Em *Exagerado* a declaração de amor que parece desnudar o poeta ganha um teor de deboche que pode ser percebido tanto no tom de voz utilizado pelo cantor, sobretudo nos momentos do refrão em que o termo *exagerado* é proferido com um rasgado de voz, acompanhado por gritos, capaz de demonstrar a intenção “debochada” do artista ao abordar temáticas que falam de dor de amor, de sofrimento, de forma a confundir personagem e intérprete; quanto pela *performance*, em que o mesmo encena passos de dança irreverentes, fazendo uso de uma “estética engraçadinha” como fora classificado por que Arthur Dapieve.(NAVES, 2006, p. 466).¹⁴

Ao considerarmos a *performance* como mais um elemento, dentre outros, disponível na análise musical, torna-se oportuno nos aproximarmos das discussões propostas por estudiosos empenhados no assunto como Paul Zumthor e Danilo Fraga Dantas. Zumthor ressalta a pertinência do corpo na elaboração dos significados. No entendimento deste ensaísta, a utilização corporal não se restringe apenas a uma forma de comunicação, ela também se configura como instrumento de recepção; (ZUMTHOR, 2007, p. 18) Dantas, por sua vez, confere a ela um papel central na canção popular, visto ser atribuidora de sentidos.

¹³ Leva-me contigo, Dolores Duran.

¹⁴ Ao falar do diálogo que alguns cantores de rock dos anos 80 mantiveram com a tradição, Dapieve destacou o lirismo e a estética engraçadinha que o Cazuzza tinha. Para o crítico, o lirismo facilitou mais o diálogo que a parte engraçadinha.

Na visão desse autor a *voz* se apresenta como instrumento identificador de *performance*, logo, de significados (DANTAS, 2005, p. 8). Dessa forma, podemos perceber que o trabalho do artista em questão se encaixa com clareza nas concepções dos referidos autores. Ou seja, Cazuzza buscou inspiração temática para a produção de seu trabalho nos melodramas do samba-canção e fez uso do *corpo* e da *voz* na reconfiguração da mensagem que propôs passar. Assim, o exagero não aparecia só na letra como também no timbre e no desempenho corporal. Com tudo isso, nos parece viável outra possibilidade de se pensar a canção composta pelo “poeta” dos anos 80, tomando-a mais por um viés crítico,¹⁵ que passional.

Já em *Leva-me contigo* Dolores Duran interpreta uma composição que parece revelar as experiências de seu mundo, com suas próprias decepções e sofrimentos (MATOS, 1997, p. 43).¹⁶ Se em “E te amar sempre, sempre/ sem nada pedir” Dolores anuncia - num tom choroso, de lamento e entrega total e gratuita - um amor “eterno”, reforçado pelo advérbio de tempo: sempre; em “Amor da minha vida/ daqui até a eternidade,” Cazuzza declara um sentimento exacerbado num tom irônico, que apesar de sugerir uma idéia de “amor eterno,” em algumas passagens demonstra que o sofrimento do personagem parece não existir, como podemos observar nos versos da terceira estrofe “adoro um amor inventado”. Ou seja, há uma ambigüidade que acompanha a declaração. O poeta profere juras de amor eterno intercaladas com frases que as desconstrói no campo do “real”, do possível. Isso nos leva mais uma vez a então defendida proposta do artista, a de que sua intenção foi mostrar um lado menos submisso do amor, a capacidade de dar a volta por cima.¹⁷

O arranjo musical é outro elemento que auxilia na configuração dos sentidos. Como nos lembrara Napolitano, ele é responsável por proporcionar determinados efeitos a uma canção (NAPOLITANO, 2005, p. 99). No caso de “Exagerado,” a colocação dos instrumentos não só reforçam o teor de exagero proposto pela composição como também ilustra a mistura com outros gêneros musicais. O som da bateria é ressaltado durante toda a execução da música, em seguida é acompanhado por solos de guitarra que acentua uma batida mais forte. A presença de ambos os instrumentos demonstram uma aproximação com *rock in*

¹⁵ Crítico no sentido de romper com a submissão ao outro, com a rendição ao sofrimento. Para Cazuzza, a temática amorosa lhe servia de inspiração, o tom de deboche era em relação a essa submissão e não ao tema e aos cantores em questão.

¹⁶ Em Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50, a historiadora Maria Izilda Santos de Matos revela como a boemia carioca podia ser percebida nas canções de Dolores Duran, que segundo a autora, fora capaz de representar os anos dourados de Copacabana.

¹⁷ Em entrevista concedida à revista Isto é, em novembro de 1988, o artista declarou que em suas músicas buscava ressaltar um teor de dor de amor, de fratura exposta; mas no sentido de passar uma mensagem positiva, menos submissa em relação ao amor não correspondido, enfatizando que a solidão não seria o fim de tudo, e que a volta por cima seria a estratégia mais utilizada.

roll. O uso do sax caracteriza referência ao jazz, que também pode ser percebida nos passos de dança executados por Cazuzza.¹⁸ Outro instrumento que merece igual destaque é a voz do próprio cantor que com seus gritos irreverentes vem a reforçar a ligação com o *rock*, ao mesmo tempo em que intensifica o tom de exagero.

O poeta meio bossa nova e rock in roll

Considerada como o gênero responsável por modernizar a música popular brasileira, a bossa-nova fora vista, por muitos, como o grande divisor de águas no campo musical (CAMPOS, 2005, p. 74). Ainda no contexto cultural dos anos dourados, mais precisamente no final da década, surgia uma forma mais “sofisticada” de se cantar, sem os gritos e vozes expressivas ao interpretar as canções, tão comum nos moldes musicais anteriores. Com um número reduzido de instrumentos e uma *performance* mais contida, a música brasileira de então conquistava um novo lugar ao sol, cujo reconhecimento transcenderia as fronteiras nacionais.

Não por acaso, o nosso poeta também flertou com esse gênero. Em depoimento, a mãe Lucinha Araújo sintetizou as referências que enriqueceram a produção musical do filho, “o Cazuzza viveu em berço esplêndido da música popular brasileira, ele teve contato com o que houve de melhor, por isso o trabalho dele não podia dar em outra coisa.”¹⁹ O papel de mãe “coruja” é um discurso à parte; porém a fala de Lucinha vem a confirmar a questão proposta neste texto, a de perceber os diálogos do artista com a música brasileira por meio da apropriação de variados gêneros que foram reinterpretados no seu contexto cultural.

Ao apoiarmos nas concepções teóricas de Chartier, não soaria redundante dizer que apropriar-se implica interpretar (CHARTIER, 2001, p. 12). Com isso, vale dizer que ao ter conhecimento de uma obra musical ou tomá-la como fonte de inspiração, o artista: compositor ou cantor, pode atribuir outra leitura possível ao que recepcionou, repaginando-a com a introdução de “novos” elementos, ou adaptando alguns recursos ao seu estilo de voz.

Em *Codínome-beija-flor* Cazuzza se aproximou mais da segunda alternativa. Conhecido por sua voz rouca e língua presa, o poeta declarou a dificuldade em cantar ao estilo

¹⁸ Nos anos 80 muitas das coreografias executadas nas pistas de danças se apropriavam do balanço do jazz. Em um programa de televisão, no qual fora jurada, a cantora Preta Gil, ao avaliar a dança de um participante, declarou que tinha visto muita coisa dos anos 80 na performance apresentada, uns passos de jazz, e que isso a fez lembrar do Cazuzza e da sua adolescência. O depoimento da cantora reforça toda a discussão que vínhamos tecendo sobre a importância da performance e do diálogo musical na obra de Cazuzza.

¹⁹ Declaração feita em documentário: *Cazuzza, por toda a minha vida*, exibido pela Rede Globo, em 2009.

bossa-nova que, segundo os padrões de sofisticação, exigia uma sutileza mais apurada (CAZUZA, 1990):²⁰

Canto muito no berro. Isso não acontece com as músicas mais lentas, que tenham mais nuances na melodia. Cantá-las é muito difícil. (...) A bossa nova "Faz parte do meu show" canto com a voz de criança que jamais imaginei fazer, uma coisa bonita que passou por muitos ídolos do meu passado...

No entanto, driblando as dificuldades e investindo no seu potencial agregador, o poeta não hesitou em ampliar de forma enriquecedora o seu repertório. *Codínome beija-flor* faz parte do mesmo LP que *Exagerado* e ao realizarmos uma breve análise da obra em conjunto, podemos perceber que o LP, o primeiro solo, sintetizou bem as referências musicais do compositor no momento em que o mesmo se desligou do grupo *Barão Vermelho*, justamente por buscar o seu próprio espaço no cenário musical.

“Pra que mentir/fingir que perdeu/tentar ficar amigos sem rancor/a emoção acabou/que coincidência é o amor/a nossa música nunca mais tocou” (CAZUZA, 1985). Os versos dessa canção também trazem uma temática romântica, de uma separação; porém não nos remete às dores-de-cotovelo, nem aos desencontros amorosos cantados por Lupicínio, Maysa, Dalva de Oliveira. A passionalidade provocada pela dor da ausência é interpretada de forma poética, ao ser acompanhada por um canto singelo, sem impositação ou embargamento de voz, e pelo uso de poucos recursos sonoros como na bossa-nova. Se para Napolitano a presença de um banquinho e um violão sintetizava a moderna e sofisticada música brasileira (NAPOLITANO, 2008, p. 30), em Cazuzza, na sua interpretação de *Codínome beija-flor*, podemos observar uma proximidade com o estilo de João Gilberto. O banquinho se manteve como elemento performático e a colocação de voz feita pelo cantor nos remete à leveza do canto executado pelos “bossanovistas”. Neste caso, o instrumento utilizado no acompanhamento da canção fora o piano, que veio ocupar o lugar de destaque dado ao violão, mas que nem por isso rompeu com os moldes do gênero musical em questão, visto também ser um dos instrumentos muito utilizados como arranjo.

Se, arranjo e *performance* contidos utilizados por Cazuzza - no início da interpretação - o aproximou da bossa-nova; no desenrolar da canção alguns versos, ao serem cantados num tom acima dos sussurros peculiares à bossa e embalados por um solo mais intenso: “que só eu que podia/dentro da sua orelha fria/ dizer segredos de liquidificador,”

²⁰ Declaração retirada do site www.cazuza.com.br, link referente ao ano de 1990.

deixam desvelar sutilmente uma identidade com o rock, pois nessa passagem da música, a voz do cantor chega a se assemelhar com o tom usado em outras interpretações ligadas mais diretamente ao *rock*. Esta análise pode ser corroborada com a declaração do próprio compositor, momentos após deixar o grupo que o dera visibilidade. “Eu pretendo procurar um som diferente, ainda rock, mas uma coisa menos garagem, mais elaborada.” (*JORNAL DA TARDE*, 1985).²¹

Se interpretar também é compor, como nos afirma Paranhos, (PARANHOS, 2004, p. 25); podemos dizer que a canção de Cazuza fora recomposta na interpretação de outros artistas. Nas vozes de Cauby Peixoto e Ângela Maria, em gravação ao vivo no ano de 1992,²² a música ganha uma roupagem diferente. O grande destaque do arranjo fora o instrumento vocal utilizado pelos dois intérpretes, que nos remete aos cantores de rádio. Ângela com uma voz operística semelhante à utilizada em interpretações como: *a noite do meu bem*, de Dolores Duran. E Cauby com o seu rasgado de voz, típico ao explorado ao longo de sua carreira²³ também nos aproximou do estilo musical de grande expressividade nos anos 50: a “música de fossa.” Com isso, podemos retomar Paranhos, quando o mesmo nos adverte sobre as diversas faces da canção - a depender do contexto e do sujeito que a pratica -, para percebermos que a mesma música que fora composta no estilo da bossa e que ficou conhecida na voz de Cazuza, adquiriu uma roupagem do samba-canção ao ser retrabalhada por Ângela Maria e Cauby Peixoto, o que talvez agradasse ao compositor, visto o mesmo ter flertado com esse gênero em outros momentos de sua obra.

Já na interpretação de Baby do Brasil, realizada no Tributo a Cazuza no ano de 1999,²⁴ a canção ganhou uma batida mais pop, acompanhada por uma banda que fez uso de variados instrumentos: sax, trompete, inclusive uma bateria caracterizando um estilo *rock in roll*. A presença de *beck-vocals*, acrescido da *performance* de Baby com seus gritos e gemidos na execução da música, proporcionou um efeito de grande espetáculo, contrastando com a

²¹ Cazuza reconhecia a sua facilidade para cantar rock, ou pelo menos o que entendia por cantor de rock. O artista fazia do seu grito e irreverência o ponto forte de suas apresentações. Porém, também tinha um lado romântico que sempre procurou trabalhar, mesma nas letras musicadas no gênero rock in roll. Não obstante, quando deu início à sua carreira solo procurou trabalhar novas coisas, mas sem abandonar o estilo no qual começou. Pelo contrário, gostava de misturar tudo e fazer um som diferente. Portanto, colocava dor-de-cotovelo em canções de rock, e também incluía elementos do rock em composições mais elaboradas, como analisamos em codinome beija-flor.

²² <http://www.youtube.com/watch?v=qjDMIOfjXvM>

²³ Cauby Peixoto também fizera sucesso na era do Rádio, chegando a enlouquecer as fãs que lotavam o auditório da Rádio Nacional para tietar o artista. Dono de uma voz grave com uns sons mais prolongados, Cauby também teve seu nome associado ao rock; porém na interpretação de codinome beija-flor o cantor expôs um tom de voz semelhante a os seus sucessos do rádio como o de *Conceição*.

²⁴ <http://www.youtube.com/watch?v=Py1JLRk7TS8>

interpretação realizada pelo poeta em meados dos anos 80, que primou por uma apresentação mais intimista.

No entanto, apesar da diversidade com que fora trabalhada, mesmo passando por regravações que nos lembrou o estilo samba-canção e o pop, podemos observar que a mensagem romântica não fora descaracterizada, apenas ganhou outras leituras devido à bagagem cultural e experiências pessoais e profissionais dos sujeitos que a interpretou.

Dessa forma, podemos perceber uma variedade de vozes e uma polifonia de sons e gêneros musicais que compõem a obra de Cazuzza, onde as batidas de *rock*, os embalos do *jazz*, os rasgões do samba-canção, a sofisticação da bossa e o gingado do samba conviveram harmonicamente ao longo da trajetória do “poeta”. Afinal, para quem não erguia barreiras dentro da música popular brasileira, essa hibridização de gostos e experimentação fazia parte do seu *show*.

Mais do que mero entretenimento, o uso da canção enquanto artefato sócio-cultural está diretamente relacionado com a forma de interpretação ou visão de mundo de determinados grupos ou indivíduos. Na esteira de Gérard Lenclud, a tradição secreta uma mensagem cultural e não é mais o que era (LENCLUD, 1987, p. 6). Transferindo essa percepção para o campo musical podemos compreender como Cazuzza dialogou com essa idéia de tradição, visto que o mesmo não só a aplicou em seu trabalho ao realizar leituras “atualizadas” de outros gêneros, trazendo um sentido “novo;” como também declarou, sempre que questionado, a necessidade que há de o artista está sempre revisitando “velhos” elementos e “bebendo” em variadas fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAZUZA, *Exagerado*, Som Livre, 1985.

CHARTIER, Roger. *Prática de leituras*. 2ª Ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DANTAS, Danilo Fraga. (2005). "A dança invisível: sugestões para tratar das performances nos meios auditivos". In: *Anais XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - UERJ*. Rio de Janeiro.

DAPIEVE, Arthur. “Um crítico punk”. In: Santuza Cambraia Naves (org.). *A MPB em discussão* – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ECHEVERRIA, Regina. *Cazuzza, preciso dizer que te amo*. Globo, 2001.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

LENCLUD, Gérard. *A tradição não é mais o que era...* Sobre as noções de tradição e sociedade tradicional em Etnologia. Extraído de *Terrain: revue d'ethnologie de l'Europe*, nº 9 (*Habiter La Maison*), 1987.

MATOS, Claudia Neiva. “Gêneros na canção popular: os casos do samba e do sambacção.” *Revista ArtCultura*. Nº 9, jul.-dez./ 2004 Uberlândia: EDUFU, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos. Dolores Duran: *Experiências boêmias em Copacabana nos anos 50*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. (2005). *História & Música*. História Cultural da Música Popular. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.

_____. (2006). *Cultura Brasileira*. Utopia e Massificação (1950 – 1980). 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. (2007). *A síncope das idéias*. A questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____. (2006). “A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica”. In: *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 8, n. 13, 2006.

PARANHOS, Adalberto. (2004). “A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo”. *Revista ArtCultura*. nº 9, Uberlândia: EDUFU.

WWW.youtube.com/watch?v=qjDMIOfjXvM.

WWW.youtube.com/watch?v=Py1JLRk7TS8.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

AS REPRESENTAÇÕES DA RELIGIOSIDADE NORDESTINA NAS CANÇÕES DE GONZAGA

Valeska Barreto GAMA¹

RESUMO: pretende-se discutir as representações da religiosidade nordestina nas canções de Luiz Gonzaga, que nos revela esta forma peculiar onde o sagrado e o profano estão presentes a todo o momento: quando o eu poético apresenta sua gratidão aos santos de devoção, na relação de intimidade com o sagrado, ou mesmo quando demonstra esperança de dias melhores. Essas informações, e tantas outras, podem ser percebidas nas canções cantadas e contadas por Luiz Gonzaga, um interprete que ficou conhecido, e tomou para si o papel de “Representante da cultura nordestina”, pois através do seu trabalho como músico traz a tona memórias, identidades e a musicalidade ligada à região nordeste do país.

PALAVRAS CHAVES: religiosidade, música, Nordeste.

ABSTRACT: we intend to discuss the representations of religious songs in the Northeast of Luiz Gonzaga, who reveals this peculiar form where the sacred and the profane are present at all times: when I presented her poetic appreciation of devotion to the saints, in the intimate relationship with the sacred, or even shows hope for better days. This information, and many others, can be seen in the songs sung and told by Luiz Gonzaga, an interpreter who was known, and took to the role of "representative of the northeastern culture", because through his work as a musician brings back memories, identities and musicality tied to the northeast of Brazil.

KEYWORDS: religion, music, Northeast.

Serão apresentadas reflexões acerca da religiosidade popular, presente nas canções do interprete Luiz Gonzaga, religiosidade esta que nos remete à região nordeste, por fazer parte de uma produção imagética sobre esta. A pesquisa que tem como fonte as canções de Gonzaga teve início durante a monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História, onde trabalhei com as canções que delineavam o território e as paisagens nordestinas. Durante as pesquisas, percebi a recorrência do tema religiosidade nas músicas, temática que faz parte atualmente da pesquisa de Mestrado.

¹ Especialista em História Regional pela Universidade do estado da Bahia – UNEB, Campus V. Mestranda em História pela Universidade de Brasília - UnB, bolsista da CAPES. e-mail: iebarreto@hotmail.com

É durante os festejos dos santos juninos que Luiz Gonzaga é mais lembrado, principalmente nas cidades do interior nordestino, em muitas delas ainda hoje. Uma época celebrada em família e com os amigos, os santos Antônio, João e Pedro², onde todos tinham passagem livre nas casas, pois estas sempre estavam de portas abertas, como muita música, comida e bebida para receber seus convidados, mesmo aqueles desconhecidos. Afinal, era uma ocasião de festejar, de se rezar e comemorar, numa mistura de fé, alegria, gratidão e esperança.

Foi através das festas de São João que se deu o meu primeiro contato com a música de Luiz Gonzaga, contato este que me fez admirar suas canções, e perceber nelas a presença constante dos santos, vislumbrando uma religiosidade peculiar ligada a uma região rural, que se apresenta de forma alegre – de louvação e agradecimento – e ao mesmo tempo sofrida, pois nestas músicas Gonzaga apresenta também o sofrimento de um povo que tem nos santos, a esperança de dias melhores.

A partir deste contato, o recorte pensado para estudar as canções não foi temporal, mas temático – Religiosidade – pois a proposta é analisar as músicas que trazem em seu mote a religiosidade em suas várias vertentes, canções interpretadas por Gonzaga quando este começa a fazer sucesso na mídia em 1943 até o ano de sua morte, 1989. Durante esse período, de acordo com o levantamento inicial das fontes, músico gravou mais de 150 (cento e cinquenta) canções, sendo destas, 65 que tem como mote, religião³. Procuraremos perceber os temas mais recorrentes, nas músicas interpretadas por Luiz Gonzaga, mesmo aquelas em que ele não participou da composição – nem da música e nem das letras – pois achamos de extrema importância perceber as emoções, os sentimentos, que aparecem nas canções quando interpretadas por ele.

Entende-se por religião nesta pesquisa, um conjunto de crenças dentro de um universo histórico e cultural específico no mundo ocidental, que está estritamente ligada à tradição cristã. Manifestações, crenças, ritos e santos. Segundo Eliane Moura Silva,

Os fenômenos religiosos aparecem como um tipo característico de esforço criador em diferentes sociedades e condições que procurando colocar ao alcance da ação e compreensão humanas, tudo o que é incontrolável, sem sentido, conferindo valor e significado para a existência das coisas e seres. (SILVA, 2003, p.207)

² Santo Antônio comemorado no dia 13 de junho, São João no dia 24 de junho e São Pedro no dia 29 de junho, são os santos juninos mais comemorados no Nordeste.

³ Estes são os números de canções catalogadas até o momento, não o total a ser estudado. Como se trata de uma discografia extensa, esse número tende a aumentar.

Assim, compreendemos, como e por que as religiões foram “criadas” e “aceitas” por aqueles que a seguem, como uma forma de preencher lacunas tão importantes para os seres humanos. A autora nos lembra ainda que as representações de Deus, deuses ou seres sobrenaturais, a organização da fé, doutrinas e instituições, mundos do além, salvação, são fenômenos históricos, criações específicas de impulsos e silêncios, numa trama de acontecimentos e fatos singulares que variam grandemente tanto no tempo como no espaço (IDEM) e são peculiaridades nas formas de expressão da religiosidade que estão representadas nas canções de Luiz Gonzaga que me proponho a analisar. Como mulheres e homens nordestinos viviam essa relação com o sagrado

O objetivo é pesquisar como as manifestações da fé aparecem nas canções, pois se reza para pedir chuva, quando esta demora a chegar, para pedir saúde; nos momentos dos rituais: de casamento, batismo, morte; no trabalho e em todos os instantes da vida, desde os tempos da colonização portuguesa. Essa religiosidade tão presente na vida dos nordestinos está representada de forma recorrente nas músicas de Luiz Gonzaga.

Segundo Marcelo Massenzio, há “diferenças que remetem a diversidades de ordem econômica, política, social, etc. existentes entre vários âmbitos históricos: em síntese, a pluralidade das religiões remetem a pluralidade das histórias e vice-versa.” (MASSENZIO, 2005, p.150), e são estas diversidades encontradas nas músicas, que falam dos santos, muita esperança em dias melhores, ao mesmo tempo em que comemora a chegada das chuvas, que prepara a terra para o plantio. As canções trazem representações de um povo simples, que tem na fé uma forma de abrandar as dificuldades, por um lado, e gratidão pelo pouco que tem, por outro.

O que nos propomos entender é essa forma de louvação que Luiz Gonzaga apresenta em suas canções: como os santos estão representados? Qual a “função” deles dentro de um contexto sócio-econômico em um nordeste rural? Qual a relação do humano com o divino, expressa nas canções? E, principalmente, como essa religiosidade, independente de instituições, é vivida por estes grupos sociais?

Massenzio, analisando Petazzoni, um estudioso das religiões, informa que existe um “pertencimento de todas as formas religiosas no plano da história. Toda religião é um produto histórico, culturalmente condicionado a um contexto, por sua vez, capaz de condicionar o próprio contexto em que opera” (MASSENZIO, 2005, p.149), e são as diferenças encontradas nas formas de louvação que revelam multiplicidade cultural existentes nas várias regiões do

Brasil, que podem ser percebidas no contexto das músicas de Gonzaga, onde a religiosidade nordestina vem sendo revelada.

Esta religiosidade popular, sempre teve grande expressão, não só nas músicas cantadas por Gonzaga, mas, nas ladainhas, nas formas de louvar presente no Nordeste rural, como também nos movimentos chamados messiânicos*, onde a religiosidade, a fé popular, unem-se a política, formando movimentos que expressam a religiosidade como forma de mudança social.

A tradição cristã, que veio para as terras brasileiras junto com os portugueses, teve um papel fundamental na nossa construção sócio-cultural “(...) Nossa formação social, tanto quanto portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça.” (FREYRE, 1992, p.271), influenciando de forma decisiva, a religiosidade popular. Os cultos aos santos aqui, como a própria religião católica, tem suas peculiaridades, e recebem influências indígenas e africanas.

E neste lugar mais rural, onde existe uma maior proximidade entre as pessoas, os santos de devoção são íntimos, possuem um lugar reservado em cada casa, um lugar de destaque, são “recebidos” e comemorados como alguém da família, que se pode contar a todo instante. Segundo Freyre é “Impossível conceber-se um cristianismo português ou luso-brasileiro sem essa intimidade entre devoto e o santo (...)” (FREYRE, 1992, p. 303), intimidade esta representada nas canções, como pode ser observada em São João do Carneirinho⁴

*Eu prantei meu milho todo no dia de São José / Se me ajuda a providencia / vamos
tê mio a grane / Vou coiê pelos meus crauco vinte espiga em cada pé / Ai São João,
São João do carneirinho / você é tão bonzinho / fale com São José / Fale lá com
São José / fale pra ele me ajudá / pessa pro meu mio dá vinte espiga em cada pé.*

São João do Carneirinho por ser São João um pastor, e em sua imagem vem acompanhado de um carneiro. Nesta canção, percebe-se São João, mais íntimo, é solicitado para interceder a São José, numa escala “superior”, para que a graça seja alcançada, uma espécie de intermediários, entre os devotos e Deus, por isso são tantos os santos existentes no catolicismo popular, alguns, como o Padre Cícero, que, nem mesmo a instituição católica o

* “O messianismo tomou formas políticas e, num processo de inter-relações mediadas pela utopia, num sentimento de esperança e transformação social, encontrados tanto na religião quanto na política.”: SILVA, Elizete da. Entre a Fé e a política. In: Revista Nossa História: ano 3 / nº 30, abril de 2006, p. 15.

⁴ GONZAGA, Luiz e MORAIS, Guiam. LP de 78 rpm, série 800894, lado a. 1952.

reconhece como tal, mas sua história de vida – pelo menos a que alguns acreditam – serve como exemplo para uma parte considerável dos nordestinos.

Nas canções de Luiz Gonzaga, também podemos perceber a presença dos lugares sagrados, que para o homem religioso é diferenciado do profano, como na canção *Légua Tirana*⁵ em que o interprete participa da criação, e descreve a romaria feita a Juazeiro, localizada na Bahia, em busca de chuva e esperança para os sertanejos: “Quando o sol tostou as foia / E bebeu o riachão / Fui inté o Juazeiro / Pra fazer minha oração / To vortando estropiado / Mas alegre o coração/ Padim Ciço ouviu minha prece / Fez chover no meu sertão”. Nestas estrofes estão presentes duas características recorrentes nas músicas que nos propomos analisar: a seca que, “tosta as foia/ e bebeu o riachão” trazendo a tristeza para o sertanejo, e a alegria por ter feito a romaria, mesmo que esta lhe cause fadiga “To voltando estrupiado / mas alegre o coração”, pois o “Padim Ciço”, homem que sempre estava do lado dos sofredores, segundo o mito, ouviu a prece, logo vai atendê-la. Aqui também se tem a referência ao espaço sagrado.

Entende-se por espaço sagrado o ponto fixo que orienta o caos (não-sagrado) que permite ao homem e a mulher o viver real e este espaço sagrado é “forte”, em contraponto com o não-sagrado, que se apresenta sem estrutura nem consistência. Segundo Eliade:

Existem, por exemplo, locais privilegiados, qualitativamente diferentes dos outros: a paisagem natal ou os sítios dos primeiros amores, (...) Todos estes locais guardam, mesmo para o homem mais francamente não religioso, uma qualidade excepcional, ‘única’ são os ‘lugares sagrados’ do seu universo privado, como se neles um ser não-religioso tivesse tido a revelação de uma outra realidade, diferente daquela que se participa em sua existência cotidiana. (ELIADE, 1992, p. 28)

Estes lugares sagrados se revelam a todo momento nas canções interpretadas por Gonzaga, não apenas nos templos católicos, mas no trabalho cotidiano na lavoura, onde buscam o alimento, na casa em que moram com a família, nas ruas, nas casas dos vizinhos e amigos que convivem compartilham a mesma realidade. O autor ainda nos informa que “(...) para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda a Natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica (...)” (IDEM, p.18) sendo o espaço sagrado para o homem e a mulher religiosos, aquele que tem um significado, o que existe realmente.

⁵ TEIXEIRA, Humberto e GONZAGA, Luiz. LP de 78 rpm série 800606, lado b, toada: 1949

Além dos lugares sagrados representados nas canções, estas também nos fala dos santos, das festas, onde amores se realizam, onde a alegria de uma boa colheita se apresenta. São em todos estes momentos e lugares sagrados que se comemoram os santos, pois:

Toda festa religiosa, todo tempo litúrgico representa a neutralização de um evento sagrado que teve lugar num passado mítico, 'nos primórdios'. (...) a cada festa periódica reencontra-se o mesmo tempo sagrado (...) é o tempo criado e sacrificado pelos deuses por ocasião de suas gestas, que são justamente ritualizadas pela festa.
(ELIADE: 1992; 63)

A repetição anual das festas religiosas representa uma regeneração do tempo sagrado, segundo Eliade, não uma comemoração mítica, mas tem o objetivo de trazer a tona um acontecimento sagrado que se tornou mítico, como em sua criação.

Como já foi dito, são os santos juninos os mais comemorados no sertão nordestino, são os mais recorrentes nas canções de Luiz Gonzaga. Santo Antônio (13 de junho), conhecido popularmente como o santo casamenteiro, São João (24 de junho) época que se comemora a colheita, a fartura e São Pedro (29 de junho), popularmente conhecido como “porteiro do céu”, protetor das viúvas. Freyre lembra que “(...) uma das primeiras festas meio populares, meio igreja, de que nos falam as crônicas coloniais do Brasil é a de São João já com as fogueiras e as danças” (FREYRE, 1992, p.326) símbolos presentes nas festas nordestinas. As músicas que tem os santos como tema, são cantadas de forma alegre, nos ritmos do baião, xaxado e marchinha⁶, que também passam a ser conhecidas como forró⁷.

A festa de São João, segundo Oliveira foi

Trazida (...) pelos nossos colonizadores portugueses, talvez seja, dentre todas as festas populares do país, a que mais persiste, presente até hoje, na memória de sua população, ainda que de modo mais forte somente em parte dela, entre os habitantes do Nordeste Brasileiro (...). (OLIVEIRA, 2005)

e ainda nos informa que, entre os jesuítas que aqui no Nordeste se instalaram, usavam esta festa como parte da catequização dos indígenas, para que eles adorassem São João Batista, e já nesta época, a fogueira era o símbolo da festa.

⁶ Na época também classificadas como marchinhas juninas.

⁷ O termo forró é utilizado como, o momento em que as pessoas se encontram para festejar, dançar, beber e namorar.

Gonzaga canta Lenda de São João ⁸, em 1956, uma composição feita por ele e seu parceiro de sucessos Zé Dantas

Diz que Santa Isabel disse a prima Maria / João vindo ao mundo lhe aviso no dia / Havendo no rancho um grande clarão / E uma fogueira nasceu São João / Por isso que o mundo com muita razão / Assim festeja o senhor São João / Eu vou, vou soltar foguete / Eu vou, vou soltar bailão / Eu vou festejar São Pedro / Eu vou Festejar São João / Diz que João foi dormir, e que só se acordou / No dia de Pedro, São João se zangou / Pois tinha pedido a santa família / Que lhe acordasse chegando o seu dia / Mas se ele saísse do sono profundo / Um grande incêndio acabava com o mundo.

Esta música tem como mote, o nascimento de João Batista, primo de Jesus, e uma suposta fogueira acesa para anunciar sua chegada, porém, na passagem bíblica que fala sobre este nascimento, nenhuma fogueira é mencionada. Sobre este silêncio bíblico em relação à data do nascimento de João Batista e a suposta fogueira, Oliveira acredita que “tanto a fogueira como a data em que se deu o nascimento foram incorporadas pela Igreja ao mito criado em torno das concepções mágicas de João Batista e Jesus (...)” (OLIVEIRA, 2005, p. 58), remetendo-se às piras que eram acessas no solstício do verão (dezembro) e do inverno (junho), apontando para o hibridismo cultural entre as festas pagãs e religiosas.

Nas festas juninas o símbolo da fogueira encontra-se sempre presente, lembrando a vida. Na música São João na Roça⁹, também uma parceria sua e Zé Dantas, em 1952, Gonzaga canta: “A fogueira tá queimando / Em homenagem a São João / O forró já começou / Vamos gente, rapapé neste salão”, fogueira esta, também era importante nas noites rurais, nos lugares em que não se tinha a luz elétrica, era ao redor das fogueiras que os vizinhos, familiares e amigos se encontravam, para contar seus “causos”, falar sobre a plantação, sobre a vida sofrida, e sobre as alegrias. São João é no Nordeste o santo mais festejado. Segundo Oliveira

Foi, portanto, (...) nas terras nordestinas que os festejos em homenagem a São João chegados de Portugal para todo o Brasil, mais se entranharam e acabaram por prender-se, de um modo permanente, aos hábitos e crenças de uma gente simples, capaz de acreditar, como nenhuma outra em nosso país, nos santos e em seus poderes. (OLIVEIRA: 2005; 57)

⁸ DANTAS, Zé e GONZAGA, Luiz. LP de 78rpm, série 801S90, lado b. Baião, 1956.

⁹ DANTAS, Zé e GONZAGA, Luiz. LP de 78 rpm, série 800895, lado a; 1952

E é nas festas juninas que se comemora uma renovação da fé, não a própria história dos santos, mais do mito.

O mito que está presente na religião e nas formas como esta se dá (rituais, festas, orações, promessas, etc.), conta uma história sagrada, tem a função de fixar modelos exemplares em todas as atividades humanas, fazendo destes exemplos de vida e devoção dos santos, norteadores de um sentimento humano, desde a mais simples ação de alimentar-se, a qualquer ato social. Segundo Paulo Evaristo Arns, dentre as missões da Igreja está a de “Tornar santo ou cristão. Levar os homens a assemelhar-se, o quanto possível, a Cristo” (ARNS, 1985, p. 37) e é através dos mitos, das histórias sobre a vida dos santos, e do próprio Jesus Cristo, que a Igreja cristã, seja ela católica ou não, tem como exemplo a ser seguido.

E não poderia ser diferente com São João, um apóstolo de Jesus Cristo que espalhava a “boa nova”¹⁰, usava sua história de vida para batizar¹¹ aqueles que acreditavam no Cristo, e em sua história. São João, festejado no mês de junho, época do ano, quase sempre chuvosa no Nordeste, que se comemoram as colheitas, a fartura, o tempo bom para plantar, por isso um tempo de festejar e Luiz Gonzaga apresenta esta alegria em suas músicas, como em O Maior Tocador¹², quando canta: “Festa animada pra quem sabe aproveitar / Puxa esse fole que eu quero me espalhar / A meia noite quero vê soltar balão / Pra dá viva a Santo Antônio, meu São Pedro e São João.”

É com alegria que a fé aos santos juninos é demonstrada, apontando para uma característica bem peculiar na religiosidade nordestina, já que nos preceitos da Igreja Católica, é a penitência que leva o bom cristão ao “paraíso”, pois Deus mandou seu filho para sacrificar-se pela humanidade, mas na religiosidade popular, é com alegria que esta se apresenta, na comemoração, nas festas, na dança. Os santos e o próprio Jesus, são bem próximos, bem domésticos, com quem se pode sempre contar nas horas alegres e difíceis.

Nas festas em homenagem a São João também se comemora a fertilidade “(...) pois as funções desse popularismo santo são afrodisíacas; e ao seu culto se ligam até práticas e cantigas sensuais.” (FREYRE, 1992, p.326), e esta sensualidade também aparece representada nas canções interpretadas por Gonzaga, não só nas letras que falam de encontros, namoros, mas principalmente na dança, no ritmo tocado pela sanfona acompanhada pelo zabumba e o

¹⁰ Segundo os preceitos cristãos, a boa nova seria o anúncio da vinda de um Messias. João convenceu muitas pessoas a seguirem os ensinamentos de Jesus.

¹¹ O batismo é um sacramento da Igreja católica, uma espécie de ritual de iniciação na religião Católica.

¹² GUIMARÃES, Luiz. *Quadrilhas e Marchinhas Juninas*, RCA, 1965

triângulo. Esta sensualidade, a conquista é cantada por Gonzaga em “Olha pro céu, meu amor”¹³

*Olha pro céu, meu amor / Vê como ele está lindo / Olha praquele balão multicolor /
Como no céu vai sumindo / Foi numa noite, igual a esta / Que tu me deste o teu
coração / O céu estava, assim em festa / Pois era noite de São João / Havia balões
no ar / Xóte, baião no salão / E no terreiro / O teu olhar, que incendiou / Meu
coração.*

A canção descreve a noite da festa, com a fogueira, o balão colorido e a dança no terreiro¹⁴, que também se torna um lugar sagrado, pois é o local onde se trabalha, se festeja e reza. Na festa de São João, a arrumação do terreiro é fundamental. A beleza, o colorido, a fartura do São João lembra o amor, os encontros que se tem durante a danças de xote e baião, que se dança em par. Segundo Freire “como era natural, esses santos (*Santo Antônio, São João*), protetores do amor e da fecundidade entre os homens torna-se também protetores da agricultura. “(...) O São João é no Brasil, além de festa afrodisíaca, a festa agrícola por excelência (...)” (FREYRE, 1992, p.329), e este povo, que em sua grande maioria tinha uma vivência rural, tem nas festas juninas a oportunidade de demonstrar sua fé, e comemorar a colheita, mesmo quando esta não traz fartura, é na comemoração que se tem esperança de dias melhores.

São muitas as músicas de Luiz Gonzaga, que refletem a religiosidade nordestina, cantadas de forma alegre ou triste, os temas são sempre a vida de um povo de uma fé extrema, uma religiosidade que, muitas vezes, sustentava o sertanejo nordestino, fazendo-o não desistir quando a vida lhe parecia difícil. A religiosidade é tão presente na obra de Luiz Gonzaga, por conta de sua própria história de vida, calcada na crença de que algo muito superior, herdada de seus pais, é que o músico relata em suas canções.

Essa religiosidade traduz a religiosidade popular do sertão nordestino, herdado de antepassados europeus, africanos e indígenas, que se modificando a cada momento. Segundo Eliade “São múltiplos os meios por que se obtém a santificação [da vida], mas o resultado é quase sempre o mesmo: a vida é vivida num plano duplo; desenrola-se como existência humana e, ao mesmo tempo, participa de uma vida trans-humana, a do Cosmos ou dos deuses” (ELIADE, 1992, p.137), talvez por essa razão, nas músicas de Luiz Gonzaga, os

¹³ GONZAGA, Luiz e FERNANDES, José. LP de 78 rpm, série 800773, lado b. 1951.

¹⁴ Área externa das casas na zona rural, geralmente de chão batido e sem cobertura.

santos cantados por ele são tão íntimos, e é isto que torna a pesquisa sobre esta religiosidade relatada nas canções de Gonzaga relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, Paulo Evaristo. *O que é Igreja*. S/E, São Paulo; Editora Brasiliense, 1985.

ELIADE, Miceas, *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martin Fontes, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 28ª ed.. Rio de Janeiro: Record, 1992.

MASSENZIO, Marcelo. *A história das religiões na cultura moderna*. 1ª edição, ed. Herda: São Paulo, 2005

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Santos e Festas de Santos na Bahia*. Editado pelo Conselho Estadual de Cultura, Salvador; 2005.

SILVA, Eiane Moura. Estudos de religião para um novo milênio. In. KARNAL, Leandro (org) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA, ESCRITA DA HISTÓRIA E MÚSICA POPULAR

Vitor Hugo Abranche de OLIVEIRA

vitorabranche@hotmail.com

RESUMO: Esse trabalho procura fazer relações entre a escrita da história e o documento histórico enfatizando e problematizando a memória como objeto central. A primeira parte do trabalho foca a escrita da história a partir do conceito de experiência em Walter Benjamin e sua relação com a memória. Em um segundo momento, conceitos como a dualidade entre memória e esquecimento são trabalhados ao lado do conceito de tradição musical numa tentativa de alcançarmos a música como objeto de problematizações.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Experiência, Música.

Introdução

Em 1936, Walter Benjamin escreveu um artigo que ainda é referência para os debates a respeito da construção do pensamento histórico no início do séc XXI. *O Narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*¹ é um texto que alerta para o que Benjamin chama de extinção das experiências. Segundo o autor, a modernidade, ao acelerar as trocas de informações em alto grau quantitativo e qualitativo, arrasta consigo a possibilidade das experiências, já que a multiplicidade de trocas de conhecimento, advindas do monstruoso crescimento da técnica, fez do homem contemporâneo um acúmulo de pequenas histórias, sem uma referência central em uma ou outra experiência. Para o autor, a consequência desse fenômeno é a decadência da figura do *narrador*. Já que as experiências em comum, das quais o narrador necessitaria para que seu ouvinte/leitor compreenda determinada história contada estão cada vez mais em baixa, a figura do narrador também e da “verdadeira narrativa” – aquela que propõe o leitor uma interpretação, um raciocínio, um desenvolvimento a respeito da história contada – estariam em baixa, pois o leitor estaria perdendo a capacidade de intercambiar as experiências. Ponto alto dessa análise é o emudecimento dos soldados que, ao voltar da Primeira Guerra Mundial, não conseguiam compartilhar as experiências do *front*,

¹ BENJAMIN, Walter. O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197 a 221.

enquanto os relatos de quem não estiveram na Guerra não conseguiam exprimir exatamente o que lá ocorrera. Benjamin enxerga, ao final do seu texto, a redenção do passado pela memória como a única chance de devolver ao passado alguma subjetividade interpretativa.

Considerando a proposta de Benjamin que a construção da noção de passado é um desdobramento da cognoscibilidade do presente, torna-se fundamental para nós questionarmos sobre o ofício do historiador na contemporaneidade. O trabalho de Benjamin nos parece extremamente fecundo para propormos algumas questões: se a experiência contemporânea está em decadência, qual o papel da história dentro da sociedade? Esta seria, parafraseando Nietzsche, utilidade ou inconveniente para a vida? Se, como quer Benjamin, a relação entre o narrador e o ouvinte advém da necessidade de conservar o que foi narrado, como a memória estabelece-se nesse momento de queda das experiências? A experiência pode ser recuperada na memória ou não? Quais as características do esquecimento dentro dessa relação entre memória e experiência? E finalmente, como a ciência histórica relaciona-se com a construção de um conhecimento marcado por essa noção de alheidade que a decadência da experiência/narrador trouxe para a modernidade?

Nosso trabalho tentará propor um debate entre alguns autores a respeito dessas questões, a fim de elucidarmos nosso pensamento para construção da narrativa histórica. O caminho aqui proposto partirá dessas problematizações, passará pela questão da dualidade memória-esquecimento, e tentará chegar a algumas conclusões a respeito da experiência e da memória. Em tempo, no segundo momento, num breve ensaio, vamos dialogar as conclusões tiradas da primeira parte com nossos estudos sobre história e música, sobre o documento-canção e a questão da tradição e da memória musical.

1. Memória e construção do conhecimento histórico

A questão da experiência e a noção de memória parecem transcender à própria questão da história-ciência. Quando falamos em experiência, memória e esquecimento parecemos tomar como referência o cotidiano vivido, mais do que a história escrita. É inevitável. As construções, as palavras, as narrativas, os lugares, a passagem do tempo, etc, tudo isso contém uma noção de passado, mas sabemos que nem tudo é história. A relação cotidiana com o passado extrapola os limites da história enquanto ciência e volta nosso pensamento para a questão cotidiana da lembrança. Na construção da história algo é lembrado e muito é

esquecido. Muito é deixado para trás. Peter Burke² nos lembra que o historiador deve se interessar pela memória pelo menos em dois pontos: enquanto fonte histórica e enquanto fenômeno histórico. O texto de Massimo Mastrogregori, *Historiografia e tradição das lembranças*³, parece nos indicar um bom caminho para iniciarmos esse debate.

Segundo Mastrogregori, a “tradição das lembranças” precisa ser pensada como ponto de partida dessa querela, pois é dessa tradição, desse desenvolvimento histórico geral, que as propostas de pensamento do passado, singulares de cada sociedade, aparecerão como norteadoras de *como* se enxerga o passado. Segundo o autor, é na tradição das lembranças que aparecerão a periodização temporal, as estruturas relevantes, os acontecimentos determinantes da vida social. A vida social precisa, portanto, ser pensada para além do conhecimento histórico.

Para Mastrogregori, a partir do século XIX podemos observar algumas mudanças quando observamos a questão das tradições de lembrança: 1. é marcada pela observação do poder na gerência dessa tradição; 2. tem influência da proposta futurista de desenvolvimento e, por conseguinte na reinvenção do passado; 3. é marcada também pela reprodução técnica das informações e das obras de arte.

Essas mudanças na modernidade, observadas também na leitura da obra de Benjamin, inauguram, segundo Mastrogregori, uma nova relação do passado com o presente. Para o autor, a história torna-se um acúmulo de fatos a serem lembrados, por honra ou por respeito. A história passa a ser um objeto de apego superficial. Algo necessário, porém preterido. Esse novo cidadão possui uma multiplicidade tão grande de valores e um aglomerado tão extenso de acontecimentos, que ele se perde e mal consegue qualquer capacidade de análise. Raramente se detém a determinada relação com o passado. Não ultrapassa certos limites nem consegue pensar o passado sem melancolia e saudosismo. Não há um interesse real, embora ele tenha consciência de da necessidade da história.

Essa análise aproxima-se muito da tese defendida por Benjamin, de que os textos informativos, rápidos, fáceis, que se propõem a explicar rapidamente os fatos, afastam-se daquela narrativa que propõe o desenvolvimento intelectual do leitor ou ouvinte, sugerindo imaginação e criatividade desse leitor. A incapacidade de troca de experiências entre o autor e o leitor seria, segundo Benjamin, a marca de nossos tempos, bem mostrada nesse fenômeno. Há um problema muito claro a ser posto: se o leitor e o autor não trocam mais experiências,

² BURKE, P. *O mundo como teatro. Estudos de Antropologia Histórica*. Tradução de Vanda Maria Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1992

³ MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-94.

não compartilham da mesma memória, se as experiências se tornaram tão individuais assim, é possível ainda alguma noção de História?

Mastrogregori encerra seu trabalho colocando uma questão interessante: a inevitabilidade de uma relação com o passado. Se, de um lado, o passado tem problemas em ser conhecido, de outro ele não pode ser eliminado. As experiências sempre vão constituir um corpus de conhecimento vívido, enquanto qualquer expectativa de futuro, ou mesmo cognição do presente, vai estar, direta ou indiretamente ligada a essas experiências e a este passado. Essa observação de Mastrogregori nos abre um caminho para tentarmos responder às questões acima propostas, ou seja, as experiências são fenômenos que ocorrem para além da história, enquanto a história é apenas uma das formas de conhecer o passado.

Essas diversas formas são exploradas no trabalho de David Lowenthal, *Como conhecemos o passado*⁴. Para Lowenthal, o passado é conhecido através de três vertentes: a memória, a história e os fragmentos. O passado se manifesta através de indícios que percebemos no presente, enquanto as três vertentes de como o conhecemos representam apenas resíduos de um passado que outrora foi presente. Como o passado depende desses meios para nos ser inteligível no presente, ele vai sempre estar cercado de inúmeras incertezas, uma impossibilidade de senti-lo realmente como foi, uma eterna dependência de como é representado no presente. Por isso ele se transforma constantemente. Já que o passado é inevitável, como nos diz Mastrogregori, em Lowenthal ele é inacessível pois está essencialmente ausente do presente.

No entanto percebemos esse passado através da memória e consideramos esse passado através do que nos é lembrado. Para o Lowenthal nós apreendemos o passado pois nossa memória está ligada a um coletivo. A memória puramente individual não apenas inviabiliza uma certeza a respeito do passado como torna defeituosa qualquer comunicação a respeito dele. Para o autor, precisamos das lembranças coletivas dos outros tanto para confirmar o que sabemos como para dar continuidade à essa memória. Lowenthal parece discordar de Maurice Halbwachs⁵ (1945), para quem a memória individual é uma implicação das memórias coletivas, sendo a memória individual praticamente impossível e inapreensível. Para Lowenthal a memória individual é possível pois “a memória transforma os acontecimentos públicos em experiências pessoais idiossincráticas” (LOWENTHAL, 1981, p. 79), ou seja,

⁴ LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: *Projeto História: revista do Programa de Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981)*. São Paulo: EDUC, 1981.

⁵ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

mesmo os acontecimentos mais coletivos são assimilados de forma diferente por cada indivíduo, tornando a memória individual possível de ser pensada, ao contrário da tese de Halbwachs, para quem a memória individual representaria uma extensão de várias correntes de pensamento coletivo.

O conceito de indivíduo nos leva inevitavelmente a pensar a idéia de identidade em relação à coletividade. Se por um lado a identidade é a evocação de uma seqüência de lembranças, ela depende de uma diferenciação com o todo para uma autoconsciência de si. A confirmação da identidade, para Lowenthal, se dá somente quando comparadas com outras e diferentes recordações do passado.

É por isso que o esquecimento é tão importante ao pensarmos a questão da memória coletiva e individual. Aqui entramos na questão que propomos na introdução: “Quais as características do esquecimento dentro dessa relação entre memória e experiência?”. Como o passado não pode ser trazido em sua completude ao presente, o que é lembrado é parte mínima de muito que é esquecido. Porém esquecer é necessário pois o esquecimento é o que nos permite estabelecer uma narrativa, ordem em meio ao caos de muitas lembranças. Como nos lembra Harald Weinrich, em *Lete – Arte e Crítica do Esquecimento*⁶, uma pessoa que pudesse lembrar de tudo, além de incapaz de qualquer análise, se tornaria um pedante, um amontoado de lixo. Isso apenas falando num ambiente privado. No ambiente público o esquecimento torna-se ainda mais abundante de possibilidades de interpretação. No processo de criação da idéia de uma nação, por exemplo, “esquecem-se” as diferenças dentre as heterogeneidades que compõem determinada nação no sentido de unificação. Peter Burke chama esse fenômeno de *uso da amnésia social*, pois é quando ocorre a censura oficial ou não oficial por parte do Estado. (BURKE, 1992). No Brasil exemplo claro se dá no episódio do Governo Vargas quando, na implantação do Estado Novo, promove a queima das bandeiras estaduais a fim de fazer prevalecer a única e central bandeira do Brasil⁷. Outro exemplo é o pior castigo que alguém da elite romana poderia sofrer nos tempos antigos: a *damnatio memoriae* (a danação da memória)⁸, quando todos os vestígios da existência de determinado

⁶ WEINRICH, Harald. *Lete. Arte e crítica do esquecimento*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷ CAPELATO, Maria Helena. *O estado novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do estado novo*. O Brasil republicano, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

⁸ GONÇALVES, A. T. M.. *Uma Análise da Damnatio Memoriae de Geta*. In: Pedro Paulo Abreu Funari; Glaydson José da Silva; Adilton Luís Martins. (Org.). *História Antiga: Contribuições Brasileiras*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008, v. 1, p. 115-128.

político eram apagados dos documentos, como se, apagada a memória, a pessoa não houvesse existido para Roma e em conseqüência, para a humanidade. Portanto, mesmo em um ambiente público, a memória não pode ser pensada de forma separada do esquecimento. Pelo contrário, é o esquecimento que nos permite a noção de memória, já que esta seleciona e ordena (nos dois sentidos de “ordenar”) o que deve ser lembrado.

Sobre esse debate entre o privado e o público, entre a memória individual e a memória coletiva, entre as lembranças e os esquecimentos particulares e compartilhados, a proposta de Beatriz Sarlo⁹ nos ajuda a relacionar a questão da esfera individual e da esfera pública, pensando a questão individual e testemunhal como necessária para a sustentação de determinada idéia. A autora descreve em seu trabalho o quanto os testemunhos foram importantes para a retomada da democracia após a ditadura na Argentina. Segundo a autora, as especificidades das ditaduras militares nos países da América Latina e a posterior reconstrução trouxeram a necessidade de considerarmos os testemunhos como fundamentais para a idéia do “nunca mais”. O pós-ditadura na Argentina, marcado pelos julgamentos dos responsáveis por verdadeiras catástrofes causadas pelo poder estatal, acarretou o testemunho individual das vítimas como força impactante indispensável dentro da memória coletiva daquele país.

Dentro desse exemplo, Beatriz Sarlo descreve o que chama de *guinada subjetiva*. Segundo a autora, esse conceito precisa ser pensado a partir do livro de Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*¹⁰, onde o autor critica os eruditos por não enxergarem as pequenas noções habituais, diárias e cotidianas. Essa noção de De Certeau não pode ser separada das influências da ciência étno-anropológica, que trouxe para a história novos sujeitos, aqueles do cotidiano, que protagonizam estratégias, negociações e situações culturais que fugiam às noções da academia, mas nem por isso contribuem menos para a história, pois dentro desses pequenos casos, podemos enxergar transformações, especificidades e até contradições em relação àquela história dos grandes acontecimentos.

É a essa *guinada subjetiva* a que Sarlo se refere. Segundo a autora, o aparecimento de temas antes considerados marginais dentro da análise histórica como a loucura, a bruxaria, as estratégias do cotidiano, as festas, não é por acaso. Está relacionado com essa nova forma de abordagem que valoriza o indivíduo, as experiências e as interpretações individuais a partir de um acontecimento maior. Aqui percebemos uma aproximação entre o trabalho de Sarlo e

⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

¹⁰ CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis Vozes, 1994

Lowenthal, para quem, como dissemos acima, “a memória transforma os acontecimentos públicos em experiências pessoais idiossincráticas”¹¹ (LOWENTHAL, 1981, p. 79). Ou seja, o indivíduo filtra e produz uma perspectiva particular e singular a respeito de acontecimentos públicos.

Partindo desse princípio, de que o indivíduo é capaz de compreender a realidade de forma única e até mesmo inusitada, Sarlo critica o trabalho de Walter Benjamin, *O Narrador* (1936). Para a autora, o trabalho de Benjamin se equivoca ao falar de um esgotamento da narrativa pela incompatibilidade das experiências após o choque da Primeira Guerra Mundial, pois o Holocausto e os outros diversos genocídios do século XX ainda podem ser enxergados como rupturas e motivos para inúmeras análises. Traumas ocasionais podem ter uma apreensão tão individual que essa particularidade não pode ser deixada de lado. É claro que essa conclusão da autora só é possível de ser alcançada muito depois da morte prematura de Benjamin, que não assistiu às diversas catástrofes do século XX e início do século XXI.

Ora, se a interpretação individual pode ser considerada como fonte única e indispensável para a construção da história, a memória individual não pode ser desconsiderada, como quis Maurice Halbwachs. Em seu trabalho *Memória Coletiva* (1945), claramente influenciado por seus professores Bergson e Durkheim, Halbwachs entende que a memória individual é o cruzamento de diversas “correntes de pensamento coletivo”, ou seja, o indivíduo é capaz de lembrar-se a partir do que os grupos elegem o que deve ser lembrado. Partindo do conceito de grupo durkheimiano, Halbwachs vincula o indivíduo ao grupo, impossibilitando uma memória, uma existência individual. O texto de Beatriz Sarlo nos traz uma forma de contrapor a idéia de Halbwachs, quando fala de ressurreição do sujeito.

A autora explica que, na modernidade, o sujeito passou por uma morte e uma ressurreição. A morte estaria ligada ao desconstrucionismo literário, originado em uma das vertentes do estruturalismo, que tentou separar “o eu de um relato, seu autor e a experiência vivida”¹² (SARLO, 2007, pág.30). Porém Sarlo, lendo Derrida, entende que apenas o que está disponível para nós é o texto. O texto cria, dentro de seus recursos literários e suas soluções idiossincráticas, seu próprio significado, constrói sua verdade, sua concepção de tempo.

Para sustentar essa opinião, que o sujeito manifesta-se através do tempo da narrativa, a autora toma como base a obra de Primo Levi. As memórias sobre o Holocausto e a idéia do

¹¹ LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: *Projeto História: revista do Programa de Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981)*. São Paulo: EDUC, 1981.

¹² SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

“nunca mais” são narrados por alguém que sobreviveu. Mas o testemunho contém um paradoxo: os que puderam testemunhar são aqueles que sobreviveram, ou seja, são aqueles que não passaram pela experiência-limite da morte. Segundo a autora, o testemunho dos que sobreviveram sempre terá esse grau de incompletude, pois nunca vão poder narrar o que foi realmente decisivo: a morte. Enquanto os que morreram não poderão narrar. Porém, o que temos para sustentar a idéia do “nunca mais” são justamente esses testemunhos. Como lidar com essa aporia? Como a ciência da história pode recorrer ao testemunho mesmo sabendo que ele não contém a experiência-limite? Como lidar com a desconfiança que um relato em primeira pessoa pode trazer?

A resposta da autora a essa pergunta está na possibilidade de imaginação que o leitor/ouvinte tem ao exteriorizar e se distanciar do texto. Se vivemos uma época de não apenas uma Verdade, mas de muitas verdades a serem sustentadas por vários argumentos diferentes, a imaginação precisa cumprir seu papel de abstração para verificar a cognoscibilidade do testemunho relatado. Sobre esse papel da imaginação, as palavras de Sarlo são claras:

Para conhecer, a imaginação precisa desse trajeto que a leva para fora de si mesma e a torna reflexiva; nessa viagem, ela aprende que a história jamais poderá ser totalmente contada e jamais terá um desfecho, porque nem todas as posições podem ser percorridas e sua acumulação tampouco resulta numa totalidade. O princípio de um diálogo sobre a história baseia-se no reconhecimento de seu caráter incompleto. (SARLO, 2007, pág. 42)¹³

É preciso, portanto, problematizar esse caráter de “verdade” que a própria narrativa institui quando narra. A narrativa é uma ausência da experiência, mas ao mesmo tempo é a sua própria experiência, carregando consigo algo de incompleto, pois não consegue narrar tudo que fora acontecido nem consegue limitar a extensão das suas interpretações. No entanto, ela cria, dentro de si mesma, sua própria realidade, institui um terceiro tempo, que nem é o do narrador nem o do leitor, mas o da própria narrativa. Não se trata, portanto, de questionarmos o testemunho enquanto verdade ou não-verdade, mas de enxergarmos nele uma possibilidade de interpretação. Este assunto foi de fundamental importância dentro do pensamento da teoria da história de Paul Ricœur. É a essa questão que nosso texto vai se deter no momento.

¹³ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Para François Dosse¹⁴, o tratamento do discurso como lugar institucionalizado, situado, é o que faz de Paul Ricœur um divisor de águas na escrita da história. Em seu texto *Paul Ricœur revoluciona a história*, Dosse descreve como as proposições acerca da hermenêutica da história feitas por Ricœur em *Tempo e narrativa* (1983-85) levaram os historiadores a considerar a centralidade da leitura, a narrativa como um tempo dentro de si próprio, um terceiro tempo ou o chamado *tempo histórico*.

Peter Burke¹⁵ também recorre ao tema da linguagem para analisar a estrutura do discurso e como ele sustenta valores. Para Burke o discurso se efetiva pois sempre passa por categorias e “esquemas” da linguagem, onde o passado é sempre mitologizado, ou seja, sempre contém uma carga simbólica, um pouco de exagero em relação à realidade. Segundo o autor, essa mitificação do passado se dá quando o construtor do conhecimento histórico percebe certa semelhança entre o presente e o passado, ao mesmo tempo em que deseja fazer um uso dessa memória social.

Mas segundo Dosse, a renovação do debate está no momento em que Ricœur considera como diferentes os trabalhos de *explicar* e *compreender*. Com esses dois conceitos Ricœur, coloca a centralidade da leitura, mas não como queriam os estruturalistas, limitando o sentido ao texto escrito, nem condenando o aspecto interpretativo da leitura, mas admite a tensão que o texto carrega quando, ao determinar conceitos, abrindo espaço para a interpretação do sentido desses conceitos. Dessa forma, Ricœur consegue explicar a necessidade de analisarmos conjuntamente a objetividade e a subjetividade dentro da construção histórica. Segundo Dosse, esse foi o grande mérito de Ricœur: enxergar no entrelaçamento de objetividade e subjetividade a própria hermenêutica histórica.

Reconhecer que a prática historiográfica consiste na tensão entre a objetividade textual sempre incompleta e uma subjetividade interpretativa, que precisa afastar-se, abstrair-se, ao abordar um texto, demonstra um esforço de explicar que as vias da pesquisa passam por caminhos não fáceis, porque estão marcados pelas incertezas, mas são caminhos rigorosos e necessários. Contra a tese objetivista da escola dos Annales, Dosse explica que Ricœur, em *Tempo e narrativa* (1983-85), expõe quatro argumentos que evidenciam a interferência da subjetividade no trabalho do historiador: 1. na escolha do objeto a ser estudado; 2. no estabelecimento dos nexos de causalidade entre os fatos; 3. na denominação contemporânea de algo que não é contemporâneo a ele; 4. a dimensão humana que o objeto histórico adquire

¹⁴ DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

¹⁵ BURKE, P. *O mundo como teatro. Estudos de Antropologia Histórica*. Tradução de Vanda Maria Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1992

para explicar a realidade. Portanto, o transporte de um objeto do passado para o presente é por si só impossível, pois ele depende das condições do presente. Isto quer dizer que o anacronismo toma aqui outra dimensão. É o erro fundamental do historiador, mas ao mesmo tempo é seu erro inevitável. É a condição que ele tem para trabalhar.

Ricœur reconhece essa condição e parte da teoria interpretativa da hermenêutica para fundamentar sua teoria. O trabalho de Ricœur, ao interpretar Gadamer, legitima o tempo do discurso como o terceiro tempo, ou seja, a interpretação de um texto não está na primazia da subjetividade ou da objetividade no processo de construção do conhecimento, mas sim do processo de *transmissão* entre o que está escrito e como é lido. Essa forma de compreender a hermenêutica abre uma fenda no tempo histórico, oferecendo um novo horizonte, pois reconhece um diálogo sempre por vir dentro da leitura dos textos, reabrindo sempre o passado a novas interpretações, renovando suas potencialidades.

Como definir então esse “tempo histórico” ou “terceiro tempo” tão presente na obra de Paul Ricœur? No capítulo *História/Epistemologia* da obra *A memória, a história, o esquecimento*¹⁶, Ricœur, ao se perguntar se a história é “remédio ou veneno”, investiga as operações historiográficas, sendo a segunda delas a questão do Tempo Histórico, que para nós se torna central no momento.

Ricœur, ao analisar diversos autores que estudaram o tempo, repara que em todos “a extensão parece um fato primitivo” (RICŒUR, 2007, pág. 163), ou seja, a dimensão temporal depende da noção de extensão, e não da contribuição de um tempo advindo do calendário. O momento a que se refere o eu histórico independe da data marcada em qualquer sistema de calendário, pois este representa um sistema de datas extrínsecas aos acontecimentos e, portanto, à memória. O autor retoma o conceito de cronosofia de Pomian para mostrar como as grandes periodizações da história (do islã e do cristianismo, por exemplo) correspondem-se com a cronologia, mas ao mesmo tempo *a atravessa*, precedendo acontecimentos antes mesmo da consideração de determinadas datas e considerando a importância delas posteriormente, conforme a sociedade que o referencia.

Todo o esforço de Ricœur nos primeiros capítulos, quando examina a herança grega e fala de *Memória e reminiscência* (analisando como apreendemos os fatos e como eles constituem nossa memória), está voltado para a idéia de como e por que determinados fatos externos são lembrados e outros são esquecidos individualmente. A dedicação de Ricœur a esse momento de transito, de passagem, de negociação de algo que é externo e passa a ser

¹⁶ RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alan François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

interno, de algo que é coletivo e passa a ser particular, é retomada quando a questão é o tempo histórico. Para Ricœur o tempo histórico ignora o sentido dos limites temporais, pois marca o que há de humano frente ao tempo cronológico que seria dado pela observação das marcas da natureza. No entanto, para o autor não é possível retirar a estrutura do tempo da história, pois cairíamos na especulação lingüística e também porque a história ultrapassa o alcance do tempo quando institui o que há de humano nas medidas historicamente instituídas através da memória. O próprio Paul Ricœur parece reconhecer que os parâmetros do pensamento histórico a respeito do tempo limitam-se a problematizar o que há de humano no tempo:

O conhecimento histórico talvez jamais tenha solucionado essas visões do tempo histórico, quando fala de tempo cíclico ou linear, de tempo estacionário, de declínio ou de progresso. Não seria então tarefa de uma memória instruída pela história preservar o rastro dessa história especulativa multissecular e integrá-la a seu universo simbólico? Seria essa a mais elevada destinação da memória, não mais antes, mas depois da história. (RICOEUR, 2007,p.170)

O trabalho de Ricœur nos direciona a problematizar o texto de Benjamin citado no início do nosso trabalho. Quando Massimo Mastrogregori nos fala de inevitabilidade de nos relacionarmos com o passado, a memória e a história ganham um sentido central nessa proposta, pois remete à necessidade humana de negociação com seu passado. Quando Ricœur questiona se a história seria “remédio ou veneno”, nos propõe a pensarmos sobre como a história é usada (e abusada) politicamente, como é possível o leitor se identificar a tal ponto com determinada história que passa a usá-la como a sua própria história. Essa identificação para Benjamin, na modernidade, seria impossível de ser pensada, pois a narrativa não conseguiria mais compartilhar experiências entre os indivíduos. Vimos com Beatriz Sarlo que mesmo no final da segunda metade do século XX a experiência ainda pode ser problematizada e compartilhada, pois ainda há (ou sempre haverá) situações inesperadas a serem experimentadas. Essas situações, em Ricœur, aparecem como a própria narrativa enquanto instituição de sua própria realidade.

No texto *Segunda Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*¹⁷, Nietzsche considera a história necessária para a formação de um indivíduo menos egoísta, e não para sustentar o gosto “refinado dos jardins do saber” (NIETZSCHE, 2005, pág. 68), criticando o caráter das ciências humanas que se limitam a se acomodar no próprio conhecimento. Essa proposta foi retomada por Ricœur quando ele fala

¹⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. In: *Escritos sobre história*. Tradução Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005, p. 67 – 178.

de usos e abusos da história. Na proposta de Ricœur, o abuso do passado está quando a história é a porta para o relembramento e o esquecimento forçados. O autor admite que, no ofício do historiador, a manipulação é inevitável, pois, como vimos em Dosse, ele seleciona e aplica no objeto seus traços subjetivos. Mas a prática do historiador deve estar sempre permeada pela incerteza, pela noção não absoluta do passado, pelas condições de negociação com que esse passado se tornou presente novamente através da escrita da história. Se sempre conseguirmos lembrar que a história é permeada pelo esquecimento, e que este será sempre uma porta a ser aberta para novas abordagens, talvez possamos chegar àquela proposta de Nietzsche sobre um conhecimento histórico um pouco mais humano.

2. Relações entre memória, história e música popular.

Em trabalhos anteriores investigamos propostas de construção do conhecimento histórico a partir do que chamamos de música popular. Foi nossa tônica evidenciar os métodos, objetos, interpretações e proposta de cada autor na abordagem da música popular na construção do conhecimento histórico no Brasil; porém as temáticas musicais enquanto problematização foram deixadas de lado por motivo de direcionamento da pesquisa, voltada para a pesquisa dos métodos. Um dos temas que foram deixados de lado, que nos parece bastante fecundo e oportuno, é a questão da *tradição* e da *memória* na música popular brasileira. Sem pretender uma profunda análise a respeito do tema ou uma história da música brasileira voltado para a temática da memória, gostaríamos de entrecruzar o conceito de *tradição* já estudado por outros autores com as leituras dos textos referidos na primeira parte desse breve trabalho. Essa será nossa questão central: como a *memória* vem sendo abordada na música popular brasileira e que caminho a *tradição musical* nos apresenta a partir das criações e recriações musicais do século XX? Que lugar é esse ocupado pela música na constituição de um imaginário social no Brasil? Acreditamos que, através da problematização desses conceitos seja possível esclarecer questões sobre tradição e memória que nos auxiliem na nossa pesquisa e ainda abrir novas questões de interesse para nossa pesquisa sobre história e música.

Em um trabalho publicado em 2007, *A síncope das idéias – a questão da tradição na música popular brasileira*¹⁸, Marcos Napolitano elabora uma pesquisa a partir dos parâmetros da memória na música popular de nosso país. O trabalho de Napolitano nos permite perceber

¹⁸ NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das idéias – a questão da tradição na música popular brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

como a música popular no Brasil, no século XX, em diversos momentos de busca por uma identidade nacional, buscou revisitar influências do passado para construção de seu momento presente. Segundo Napolitano, a tradição nacional da música ficou restrita, durante muito tempo aos três gêneros considerados centrais: o samba, a bossa nova e a MPB. Segundo o autor, quando qualquer trabalho se refere à tradição musical, esses gêneros são os primeiros e mais visitados, pois são oriundos das nossas maiores influências européias e africanas: a marchinha, as operetas, o maxixe e o lundú. No entanto, a centralidade desses gêneros não consegue sustentar a diversidade musical do nosso país, sendo, portanto, uma tradição que pode ser questionada desde o seu início, pois fora marcada por negociações e projetos nacionais que estavam voltadas para o centro-sul do país, “esquecendo-se” de outras influências advindas de outras regiões do país.

Essas breves considerações iniciais nos direcionam ao pensamento de Massimo Mastrogregori¹⁹, quando ele se refere a uma “tradição das lembranças” (MASTROGREGORI, 2006). Se, para Mastrogregori, é na “tradição das lembranças” que podemos perceber como cada sociedade propõe o imaginário de seu passado, para Napolitano, na música popular brasileira é onde esse conceito aparece de forma mais forte, pois reflete como o pensamento nacional, já no início do século XX, estava voltado para os estados do centro-sul do país, em detrimento da memória musical de outras regiões do país. Em outras palavras, esquece-se de outras regiões.

Essa marca do esquecimento não é nova no nosso trabalho. Já vimos anteriormente que, dentro da construção de uma identidade nacional, muito das heterogeneidades são esquecidas em prol de uma centralidade identitária. Na música popular brasileira, até meados do século XX, esse esquecimento foi tão evidente que já em 1928, Mário de Andrade lança um livro defendendo o folclore e a música folclorística como eixo da modernidade e da identidade nacional. N’*O Ensaio sobre música popular brasileira* (1928), Mário de Andrade preocupa-se com as características do interior do país, onde o autor identificava uma “identidade autêntica”, contra as influências que o litoral adquiria pelo contato com a Europa.

Nos movimentos musicais brasileiros, essa idéia de voltar o pensamento do país para o interior e para as identidades até então “esquecidas”, em busca de uma identidade nacional, tem sido recorrente. Iniciado no movimento da Semana de Arte Moderna em 1922, tentando identificar o folclore com a proximidade popular, essa temática será retomada no movimento da Tropicália em 1968/69, quando aparece como vanguarda de pensamento a respeito da

¹⁹ MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-94.

nacionalidade brasileira, em contraposição à influência do “iê-iê-iê” norte-americano e da influência do jazz no samba, que teria originado a Bossa-Nova. A Tropicália, de um lado procurava misturar as tendências da música nordestina com a música *pop*, o samba com o rock, os experimentalismos do rock-progressivo com as sonoridades já consagradas no âmbito nacional, enquanto tomava como recurso principal a visão alegórica da realidade: as canções *Alegria, Alegria* e *Domingo no parque* são o marco do início do movimento, onde podemos notar o sentimento de mistura de várias influências para, numa experiência, produzir algo novo. Essa proposta é uma retomada do *antropofagismo* de Oswald de Andrade²⁰, quando se propõe uma “digestão” de diversas posturas para, numa análise e experiência, produção de uma nova identidade.

Já a postura da Bossa-Nova era outra: misturar as origens do samba com a influência do jazz norte-americano para obter uma estética mais elaborada das origens nacionais, uma forma de “embelezar” o samba, dando a ele ares de modernidade ao adotar os sofisticados sistemas de escalas e contrapontos do jazz. Essa proposta, por exigir gosto refinado, ficou conhecida por estar direcionada aos jovens da classe média nacional. Grandes autores, como por exemplo, José Ramos Tinhorão, criticaram veementemente essa idéia, pois não representaria o povo, portanto não conseguiria sustentar a identidade nacional. Tinhorão, que escreveu grande obra sobre música popular no Brasil, propõe uma volta radical às origens da classe baixa e sua música para identificação da música nacional chegando a sugerir que apenas os analfabetos deveriam ser reconhecidos como “autênticos” músicos do Brasil, pois os valores morais da classe média, por ser uma “classe em ascensão” desde a proclamação da república, eram os mesmos valores da classe baixa.

Por último, temos o Movimento *MangueBeat*, que, em meados dos anos 90 procurou, para sustentar novamente a necessidade de reivindicar o olhar nacional para a identidade do interior do Brasil, misturar as influências do maracatu com a música eletrônica, usando ainda recursos do rock’n roll e do hip-hop. Marcado pela agitação musical e procurando uma sonoridade própria dos mangues e das ruas de Recife, o movimento aparece como vanguarda criativa pois misturam música de rua com as alternativas do mercado sonoro, enquanto tinham o apoio das figuras já consagradas no mercado nacional como Alceu Valença. Os principais nomes do *Mangue Beat* foram as bandas Chico Science e a Nação Zumbi, Mombojó, Mundo Livre S/A, Mestre Ambrósio e Cordel do Fogo Encantado.

²⁰ FAVARETTO, Celso. 1996. *Tropicália: alegoria, alegria*. 2a ed. São Paulo, Ateliê Editorial.

Após essa pequena explanação somos obrigados a nos perguntar: o que há de comum entre todos esses movimentos? Em todos eles a *mistura* de influências é o que dá a tônica. Uns de forma mais tímida e direcionada como a Bossa Nova, outros de forma mais experimentalista e escachada como a Tropicália ou o Mangue Beat. Mas em todos eles notamos que a mistura de gêneros formam um arsenal de novas propostas. A busca de uma identidade a partir da síntese das misturas de influências diversas, nacionais e internacionais torna-se fundamental quando pensamos no texto *A invenção do cotidiano* de De Certeau.

Como vimos acima, a partir da leitura de Beatriz Sarlo, De Certeau promove uma revolução quando volta seu olhar para a construção de uma história baseada no cotidiano, nas pequenas negociações cotidianas que muitas vezes se tornam invisíveis ao olhar de muitos historiadores. A mistura, que aparece em todos esses movimentos musicais que vimos só pode ser pensada quando levamos em consideração o cotidiano desses compositores. Um exemplo: as reuniões na casa de Gilberto Gil nas décadas de 60 e 70, que promovia debates acerca da música popular no Brasil, contou com a participação dos principais nomes da música brasileira daquela época – a saber, Caetano Veloso, Tom Zé, Maria Bethânia, Francis Hime, Chico Buarque, Gal Costa, Geraldo Vandré, Edu Lobo, Torquato Neto, entre outros – a fim de estabelecerem as bases para pensar a música popular daquela época. Foi a partir do estudo dessas reuniões que o autor Frederico Oliveira Coelho²¹ pesquisou como Torquato Neto se posicionou, na coluna “Música Popular” para o Jornal dos Sports, a respeito do debate sobre alienação/engajamento nas músicas daquela época. A postura de Torquato varia entre radical e tolerante em relação às músicas engajadas e às engajadas, conforme o andamento das reuniões.

A proposta dessa pesquisa está diretamente ligada ao que estudamos sobre memória/esquecimento, pois manifesta o interesse de uma história voltada para as pequenas negociações do cotidiano, a fim de encontrar no processo habitual da memória os lugares das pequenas inventividades; não mais as análises das grandes ideologias, mas a preocupação com o que há de humano na história, valorizando os sujeitos e as experiências do cotidiano; não mais a história do que está estabelecido, do “ser”, mas a história como “devir”, como se referiu Deleuze²², a análise do que há de “transito” entre um estado e outro; como se referiu Sarlo a essa proposta:

²¹ COELHO, Frederico. A formação de um tropicalista: um breve estudo da coluna “Música Popular” de Torquato Neto. in Estudos Históricos, Arte e História, n.30, 2002/2

²² DELEUZE, G. *Controle e devir*. In: DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Trinta e Quatro, 1992a. p. 209-218

Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos “discursos da memória”: diários, cartas, conselhos, orações.(SARLO, 2007, p.17)

O estudo de história e música exige esse tipo de abordagem, pois a música não pode ser apenas analisada pela “letra” da canção. Para que a história consiga abordar a música na sua função de alcance social é preciso que a letra não seja separada da harmonia, da melodia e do ritmo; é preciso que os compositores não sejam separados de seus intérpretes; que as condições de composição não sejam separadas da forma e influência que o compositor teve; que seus arranjos não sejam separados da gravadora em que produziram suas canções; que a análise da mídia com que chegou ao alcance do público não seja separada das condições do mercado, etc. Apenas uma abordagem voltada para o cotidiano desses diversos cancionistas (compositor, arranjador, produtor, intérprete, etc) pode dar conta de abordar um objeto tão complexo mais ao mesmo tempo tão importante para a constituição de nossa identidade nacional.

O trabalho de Peter Burke (1992) contribui para nossa pesquisa quando analisa que o documento histórico passa pela organização social da *transmissão* e os meios pelos quais o objeto chega ao historiador. Burke explica que esse processo pode ter diversas variáveis como 1. as possibilidades e limitações das fontes orais, 2. os documentos escritos, 3. a possibilidade de interpretação das imagens, 4. as ações humanas como fonte de representação do passado e 5. o espaço como local particular onde o documento fora concebido. Todos esses processos de *transmissão* são úteis para a pesquisa de história e música, pois contribuem para a pesquisa do cotidiano do cancionista enquanto elucida as diversas influências que a música sofre no momento de sua concepção.

A música no Brasil tem sido, como se referiu Napolitano, “lugar de fusões, encontro de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso grande mosaico nacional” (NAPOLITANO, 2002, pág 7). Vários de nossos impasses sociais passam pelo crivo dos pensadores que se manifestam na música popular. Além disso, segundo Napolitano, num país de grande tradição oral e altos índices de analfabetismo, diversas vezes se recorre aos recursos da música para manifestar suas idéias. Isso explica também a participação de grandes nomes de nossa poesia na proposta de produção musical, para fazer atingir o povo com suas idéias aproveitando o alcance popular que a música tem no nosso país.

Isso faz da música um lugar institucionalizado naquele sentido que se referiu Dosse no trabalho de Ricoeur. A abordagem da música popular deve ter o tratamento de discurso, ou

seja, não se deve pensar que a música apenas “reflete” determinadas idéias, pois ela também *recria* essas idéias dentro de sua inventividade discursiva, já que a própria linguagem musical (texto+música ou apenas música) é criadora de valores estéticos. O discurso musical, com suas especificidades sonoras e paradigmas estéticos, é criador de seu próprio tempo. O “tempo da narrativa musical”, podemos dizer.

Nesse ponto nossa pesquisa chega ao fim de seu embasamento. Nossa abordagem final procurou levantar questões sobre a pesquisa de história e música buscando respostas nas novas leituras estudadas, enquanto analisava as dimensões da tradição na questão da música popular brasileira. Tratou-se de relacionar os autores que estudam o processo de escrita da história com o nosso documento específico a fim de obter uma carga de maturidade na escrita do nosso trabalho. Sabemos que muitas questões podem (e devem) ser propostas a partir das conclusões acima alcançadas, mas nosso estudo se limitará a entender a narrativa musical como um discurso com tempo próprio, o “terceiro tempo” tal como conceitua Paul Ricoeur, uma narrativa com suas próprias categorias e esquemas, como se referiu Burke, cujos valores constituem-se a partir de seus próprios referenciais estéticos e identificações com suas tradições e memórias. Acreditamos chegarmos assim a um ponto comum: a proposta da análise do documento histórico a partir de sua especificidade, a partir do que há nele de único: suas formas de se manifestar e seu alcance social tão importante no nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. O narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197 a 221.

BURKE, P. *O mundo como teatro. Estudos de Antropologia Histórica*. Tradução de Vanda Maria Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1992

CAPELATO, Maria Helena. *O estado novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do estado novo*. O Brasil republicano, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petropolis Vozes, 1994

COELHO, Frederico. *A formação de um tropicalista: um breve estudo da coluna “Música Popular” de Torquato Neto*.in Estudos Históricos, Arte e História, n.30, 2002/2

DELEUZE, G. *Controle e devir*. In: DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Trinta e Quatro, 1992a. p. 209-218.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FAVARETTO, Celso. 1996. *Tropicália: alegoria, alegria*. 2a ed. São Paulo, Ateliê Editorial.

GONÇALVES, A. T. M.. *Uma Análise da Damnatio Memoriae de Geta*. In: Pedro Paulo Abreu Funari; Glaydson José da Silva; Adilton Luís Martins. (Org.). *História Antiga: Contribuições Brasileiras*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008, v. 1, p. 115-128.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: *Projeto História: revista do Programa de Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981)*. São Paulo: EDUC, 1981.

MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-94.

NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das idéias – a questão da tradição na música popular brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. In: *Escritos sobre história*. Tradução Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005, p. 67 – 178.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alan François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

WEINRICH, Harald. *Lete. Arte e crítica do esquecimento*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.